ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 100 Brasília - DF, sexta-feira, 28 de maio de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 40
Ministério das Comunicações 43
Ministério da Defesa 47
Ministério do Desenvolvimento Regional 151
Ministério da Economia 154
Ministério da Educação 181
Ministério da Infraestrutura 199
Ministério da Justiça e Segurança Pública 203
Ministério de Minas e Energia 214
Ministério da Saúde 224
Ministério do Turismo 232
Conselho Nacional do Ministério Público 233
Ministério Público da União 233
Tribunal de Contas da União 234
Poder Legislativo 248
Poder Judiciário 249
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 275

..... Esta edição completa do DOU é composta de 282 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 219 **(1)**
ORIGEM : ADPF - 219 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, julgando improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, pediu vista dos autos o Ministro Luiz Fux. Ausente, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Falou pelo Presidente da República a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 23.06.2016.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do voto do Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 20.05.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.155, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir a competência em modalidades de estelionato.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 154-A. Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

.....

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se da invasão resulta prejuízo econômico.

§ 3º .....

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

....." (NR)

"Art. 155. .....

.....

§ 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

§ 4º-C. A pena prevista no § 4º-B deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso:

I - aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional;

II - aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.

....." (NR)

"Art. 171. .....

.....

Fraude eletrônica

§ 2º-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

§ 2º-B. A pena prevista no § 2º-A deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso, aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional.

.....

Estelionato contra idoso ou vulnerável

§ 4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso.

....." (NR)

Art. 2º O art. 70 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 70. .....

.....

§ 4º Nos crimes previstos no art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 2021 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 2 de maio de 2013.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 2 de maio de 2013.

AVISO

Foi publicada em 27/5/2021 a edição extra nº 99-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de maio de 2021

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 13/03/2020.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 228, de 27 de maio de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 7.352.

Nº 229, de 27 de maio de 2021. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICADORA HLP. Processo n° 00100.001501/2021-18.

DEFIRO o credenciamento da AR COBRA CONTABILIDADE. Processo n° 00100.001502/2021-62.

DEFIRO o credenciamento da AR INFORPERSON CONSULTORIA. Processo n° 00100.001183/2021-95.

DEFIRO o credenciamento da AR HYBRID TECNOLOGIA. Processo n° 00100.001300/2021-11.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIGO. Processo n° 00100.001503/2021-15.

DEFIRO o credenciamento da AR S.L. ASSESSORIA E CONSULTORIA. Processo n° 00100.001505/2021-04.

DEFIRO o credenciamento da AR DOISG10 CERTIFICADORA DIGITAL. Processo n° 00100.001506/2021-41.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO GSI/PR Nº 12, DE 27 DE MAIO DE 2021

Institui grupo de trabalho para elaborar o Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear, no âmbito da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na qualidade de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso VII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e nos arts. 5º, inciso I, alínea "a", e 22 do Decreto nº 9.865, de 27 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, grupo de trabalho destinado a elaborar o Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear.

Art. 2º O produto final do grupo de trabalho será uma proposta do Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear ao representante do órgão coordenador da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas entregas de produtos intermediários que estejam dentro do escopo do trabalho e atendam ao propósito definido no art. 1º desta Resolução.

Art. 3º O grupo de trabalho é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério da Saúde;

IV - Comando da Marinha, representado pelo Estado Maior da Armada;

V - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;

VI - Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade;

VII - Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear;

VIII - Indústrias Nucleares do Brasil S.A.;

IX - Comissão Nacional de Energia Nuclear;

X - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e

XI - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º Cada membro do colegiado terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do grupo de trabalho e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam, via ofício, ao órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e designados por ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República,

§ 3º O grupo de trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, cuja participação seja considerada indispensável ao estrito cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Por ocasião da primeira reunião, será elaborado cronograma contendo as datas das reuniões do grupo de trabalho.

Art. 5º A participação no grupo de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º O grupo de trabalho terá duração de 180 dias, improrrogáveis, contados a partir da data de publicação do ato de designação de seus representantes.

Art. 7º Fica revogada a Resolução GSI/PR nº 8, de 10 de setembro de 2020.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No DOU de 26/5/2021, Seção 1, pág. 2, na identificação do ato, **onde se lê:** DECISÕES DE 5 DE MAIO DE 2021, **leia-se:** DECISÕES DE 25 DE MAIO DE 2021.

(P/ Coejo)

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2021

CONSULTA PÚBLICA

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD), nos termos do disposto no art. 55-J, § 2º, da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2019, no art. 6º, § 1º e no art. 51, inc. V e parágrafo único do Regimento Interno da ANPD, e considerando a deliberação do Conselho Diretor nos autos do processo nº 00261.000089/2021-76, submete à consulta pública a minuta de resolução, que dispõe sobre a fiscalização e aplicação de sanção pela ANPD.

A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da ANPD (www.anpd.gov.br) e na plataforma Participa Mais Brasil.

As sugestões deverão ser enviadas eletronicamente até o dia 28 de junho de 2021 exclusivamente por meio da plataforma Participa Mais Brasil, disponível no seguinte sítio eletrônico: https://www.gov.br/participamaisbrasil/norma-de-fiscalizacao-da-anpd

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 142, DE 24 DE MAIO DE 2021 (*)

Declara a revogação de atos normativos que disciplinam atividades de competência da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA e da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, no art. 8º, incisos I, II e III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e no art. 6º, inciso I, alínea "c", da Portaria MAPA nº 199, de 23 de junho de 2020, com a redação dada pela Portaria MAPA nº 242, de 28 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, do Decreto nº 10.139, de 2019, dos atos normativos inferiores a decreto que disciplinam atividades de competência da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA e da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA, na forma a seguir:

I - Anexo I: já revogados tacitamente;

II - Anexo II: cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - Anexo III: vigentes cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS JÁ REVOGADOS TACITAMENTE
(Art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 2019)

SECRETARIA	ESPÉCIE	Nº	DATA
SAF	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	28 de setembro de 2005
SAF	PORTARIA	173	21 de julho de 2000
SAF	PORTARIA	79	19 de abril de 2001
SAF	PORTARIA	198	21 de outubro de 2002
SAF	PORTARIA	18	13 de agosto de 2003
SAF	PORTARIA	2	9 de janeiro de 2005
SAF	PORTARIA	13	23 de agosto de 2005
SAF	PORTARIA	3	21 de setembro de 2005
SAF	PORTARIA	67	26 de setembro de 2006
SAF	PORTARIA	105	23 de novembro de 2007
SAF	PORTARIA	67	23 de julho de 2008
SAF	PORTARIA	75	26 de novembro de 2010
SAF	PORTARIA	80	27 de novembro de 2014
SAF	PORTARIA	46	5 de setembro de 2019
SAF	PORTARIA CONJUNTA	62	22 de novembro de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	192	17 de junho de 2002
SDA	ATO	1	29 de junho de 2000
SDA	ATO	S/N	16 de abril de 2001
SDA	ATO	6	17 de janeiro de 2003
SDA	ATO	16	19 de dezembro de 2003
SDA	ATO	7	31 de dezembro de 2007
SDA	ATO	12	12 de novembro de 2008
SDA	ATO	3	6 de março de 2012
SDA	ATO	6	21 de outubro de 2015
SDA	ATO	8	8 de março de 2016
SDA	ATO	84	29 de setembro de 2017
SDA	ATO	69	1 de outubro de 2019
SDA	CIRCULAR	150	20 de junho de 1995
SDA	CIRCULAR	272	22 de dezembro de 1997
SDA	CIRCULAR	256	20 de junho de 2001
SDA	CIRCULAR	459	26 de setembro de 2005
SDA	CIRCULAR	52	20 de dezembro de 2006
SDA	CIRCULAR	13	17 de abril de 2007
SDA	CIRCULAR	1	3 de maio de 2007
SDA	CIRCULAR	3	18 de abril de 2008
SDA	CIRCULAR	3	31 de março de 2010
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	31 de outubro de 2000
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	10 de outubro de 2002
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	10 de outubro de 2002
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	13 de fevereiro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	15 de dezembro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	1 de junho de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	20 de setembro de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27 de janeiro de 2005
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	18 de março de 2005
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	7 de julho de 2005
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	21 de março de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	4 de outubro de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	15 de março de 2007
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	22 de maio de 2007
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	22 de maio de 2007
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	30 de janeiro de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	6 de junho de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	7 de outubro de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	27 de novembro de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	2 de junho de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	16 de junho de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	7 de julho de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	23 de julho de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	29 de setembro de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	4 de novembro de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	16 de novembro de 2009
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	8 de março de 2010
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	20 de agosto de 2010
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	16 de dezembro de 2010
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	28 de abril de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	4 de novembro de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	15 de dezembro de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	11 de dezembro de 2012
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	18 de julho de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	17 de junho de 2014
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	11 de setembro de 2014
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	30 de dezembro de 2014
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	28 de maio de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	27 de outubro de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	19 de janeiro de 2017
SDA	MEMORANDO	3	14 de fevereiro de 2008
SDA	NORMA INTERNA	6	10 de dezembro de 2014
SDA	NORMA INTERNA	2	6 de novembro de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	1	9 de março de 2009
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	1	7 de janeiro de 2011
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	7	19 de maio de 1999
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	25	13 de novembro de 2009
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	31	14 de dezembro de 2009
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	1	27 de fevereiro de 2009
SDA	PORTARIA	450	6 de outubro de 1905
SDA	PORTARIA	13	19 de setembro de 1962
SDA	PORTARIA	120	19 de março de 1963
SDA	PORTARIA	357	15 de outubro de 1971
SDA	PORTARIA	467	22 de dezembro de 1972
SDA	PORTARIA	373	27 de dezembro de 1973
SDA	PORTARIA	11	30 de janeiro de 1974
SDA	PORTARIA	370	9 de setembro de 1974
SDA	PORTARIA	571	20 de dezembro de 1974
SDA	PORTARIA	2	9 de fevereiro de 1977
SDA	PORTARIA	47	22 de janeiro de 1979
SDA	PORTARIA	168	6 de março de 1979
SDA	PORTARIA	288	13 de março de 1979
SDA	PORTARIA	17	15 de abril de 1980
SDA	PORTARIA	5	25 de abril de 1980
SDA	PORTARIA	11	29 de abril de 1982
SDA	PORTARIA	11	29 de abril de 1982
SDA	PORTARIA	171	22 de junho de 1982
SDA	PORTARIA	31	1 de setembro de 1982
SDA	PORTARIA	8	26 de junho de 1984
SDA	PORTARIA	330	27 de novembro de 1984
SDA	PORTARIA	3	27 de dezembro de 1984
SDA	PORTARIA	118	6 de junho de 1988
SDA	PORTARIA	6	14 de julho de 1989
SDA	PORTARIA	45	10 de dezembro de 1990
SDA	PORTARIA	283	20 de dezembro de 1990
SDA	PORTARIA	102	11 de novembro de 1991
SDA	PORTARIA	148	14 de julho de 1992
SDA	PORTARIA	182	24 de novembro de 1993
SDA	PORTARIA	115	4 de outubro de 1995
SDA	PORTARIA	47	24 de novembro de 1995
SDA	PORTARIA	80	20 de junho de 1996
SDA	PORTARIA	95	7 de agosto de 1996
SDA	PORTARIA	91	15 de agosto de 1996
SDA	PORTARIA	138	21 de novembro de 1996
SDA	PORTARIA	10	11 de março de 1997
SDA	PORTARIA	145	16 de abril de 1997
SDA	PORTARIA	120	8 de outubro de 1997
SDA	PORTARIA	503	3 de dezembro de 1997
SDA	PORTARIA	504	3 de dezembro de 1997
SDA	PORTARIA	46	10 de fevereiro de 1998
SDA	PORTARIA	46	10 de fevereiro de 1998
SDA	PORTARIA	85	5 de maio de 1998
SDA	PORTARIA	214	20 de maio de 1998
SDA	PORTARIA	79	18 de junho de 1998
SDA	PORTARIA	332	28 de julho de 1998
SDA	PORTARIA	182	5 de outubro de 1998
SDA	PORTARIA	511	21 de outubro de 1998
SDA	PORTARIA	543	16 de novembro de 1998
SDA	PORTARIA	182	26 de novembro de 1998
SDA	PORTARIA	28	17 de abril de 2003
SDA	PORTARIA	573	4 de junho de 2003
SDA	PORTARIA	51	7 de agosto de 2003
SDA	PORTARIA	265	24 de maio de 2005
SDA	PORTARIA	320	20 de dezembro de 2006
SDA	PORTARIA	57	30 de março de 2007
SDA	PORTARIA	1.049	31 de outubro de 2008
SDA	PORTARIA	254	15 de dezembro de 2015
SDA	PORTARIA	25	5 de abril de 2016
SDA	PORTARIA	29	13 de abril de 2016
SDA	PORTARIA	125	7 de julho de 2016
SDA	PORTARIA	106	27 de setembro de 2016
SDA	PORTARIA	56	25 de abril de 2017
SDA	PORTARIA	97	11 de agosto de 2017
SDA	PORTARIA	104	24 de agosto de 2017
SDA	PORTARIA	40	19 de março de 2019
SDA	PORTARIA	269	13 de junho de 1986
SDA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	2	13 de abril de 2015
SDA	PORTARIA CONJUNTA	86	26 de julho de 1991
SDA	RESOLUÇÃO	1	5 de julho de 1991
SDA	RESOLUÇÃO	1	12 de julho de 2011
SDA	RESOLUÇÃO	1	9 de janeiro de 2020
SDI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	22 de dezembro de 2015
SDI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	14 de junho de 2017
SDI	PORTARIA	42	25 de janeiro de 1945
SDI	PORTARIA	786	31 de maio de 1954
SDI	PORTARIA	723	12 de julho de 1956
SDI	PORTARIA	5	12 de julho de 1978
SDI	PORTARIA	256	18 de julho de 1978
SDI	PORTARIA	16	26 de maio de 1989
SDI	PORTARIA	18	14 de junho de 1989
SDI	PORTARIA	12	18 de junho de 1990

ANEXO II
ATOS NORMATIVOS CUJOS EFEITOS TENHAM SE EXAURIDO NO TEMPO
(Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 10.139, de 2019)

SECRETARIA	ESPÉCIE	Nº	DATA
SAF	PORTARIA	162	7 de dezembro de 2000
SAF	PORTARIA	204	26 de setembro de 2000

SAF	PORTARIA	206	3 de outubro de 2000
SAF	PORTARIA	163	7 de dezembro de 2000
SAF	PORTARIA	120	22 de maio de 2001
SAF	PORTARIA	211	9 de junho de 2001
SAF	PORTARIA	140	21 de junho de 2001
SAF	PORTARIA	100	5 de agosto de 2001
SAF	PORTARIA	9	21 de dezembro de 2001
SAF	PORTARIA	188	17 de junho de 2002
SAF	PORTARIA	183	25 de setembro de 2002
SAF	PORTARIA	121	17 de dezembro de 2003
SAF	PORTARIA	13	12 de janeiro de 2005
SAF	PORTARIA	16	3 de agosto de 2005
SAF	PORTARIA	13	29 de abril de 2008
SAF	PORTARIA	20	20 de maio de 2008
SAF	PORTARIA	68	24 de julho de 2008
SAF	PORTARIA	25	25 de agosto de 2008
SAF	PORTARIA	9	2 de agosto de 2010
SAF	PORTARIA	67	11 de agosto de 2010
SAF	PORTARIA	78	12 de outubro de 2010
SAF	PORTARIA	18	13 de setembro de 2011
SAF	PORTARIA	115	21 de dezembro de 2012
SAF	PORTARIA	74	26 de março de 2015
SAF	PORTARIA	11	8 de abril de 2015
SAF	PORTARIA	8	2 de junho de 2015
SAF	PORTARIA CONJUNTA	2	5 de agosto de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	10	17 de agosto de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	11	17 de agosto de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	8	17 de agosto de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	9	17 de agosto de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	21	14 de dezembro de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	22	14 de dezembro de 2006
SAF	PORTARIA CONJUNTA	2	12 de abril de 2007
SAF	PORTARIA CONJUNTA	4	12 de julho de 2007
SAF	PORTARIA CONJUNTA	5	12 de novembro de 2007
SAF	PORTARIA CONJUNTA	49	3 de julho de 2008
SAF	PORTARIA CONJUNTA	57	5 de setembro de 2008
SAF	PORTARIA CONJUNTA	2	1 de junho de 2009
SAF	PORTARIA CONJUNTA	1	8 de dezembro de 2010
SAF	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1	19 de setembro de 2006
SAF	RESOLUÇÃO	120	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	121	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	122	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	124	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	125	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	126	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	131	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	132	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	133	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	134	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	135	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	136	23 de agosto de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	118	23 de setembro de 2001
SAF	RESOLUÇÃO	31	12 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	175	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	176	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	177	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	178	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	179	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	180	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	181	18 de abril de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	186	17 de junho de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	187	17 de junho de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	189	17 de junho de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	190	17 de junho de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	191	17 de junho de 2002
SAF	RESOLUÇÃO	2	4 de agosto de 2005
SAF	RESOLUÇÃO	1	7 de setembro de 2008
SAF	RESOLUÇÃO	2	30 de dezembro de 2009
SAF	RESOLUÇÃO	90	20 de fevereiro de 2013
SAF	RESOLUÇÃO	91	20 de fevereiro de 2013
SAF	RESOLUÇÃO	2	12 de maio de 2015
SAF	RESOLUÇÃO	105	16 de julho de 2015
SAF	RESOLUÇÃO	102	19 de julho de 2015
SDA	ATO	15	14 de março de 2013
SDA	ATO	18	25 de março de 2013
SDA	ATO	42	20 de junho de 2013
SDA	ATO	69	11 de setembro de 2013
SDA	ATO	26	16 de maio de 2014
SDA	ATO	1	22 de janeiro de 2016
SDA	CARTA-CIRCULAR	4	13 de novembro de 1979
SDA	CIRCULAR	316	6 de abril de 1971
SDA	CIRCULAR	286	13 de setembro de 1979
SDA	CIRCULAR	126	29 de agosto de 1988
SDA	CIRCULAR	845	20 de novembro de 2006
SDA	CIRCULAR	863	27 de novembro de 2006
SDA	CIRCULAR	2	30 de abril de 2010
SDA	DESPACHO	14	14 de novembro de 2019
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	8 de setembro de 1993
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	31 de dezembro de 1998
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	9 de maio de 2001
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	15 de fevereiro de 2002
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	15 de fevereiro de 2002
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	14 de janeiro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	14 de janeiro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	13 de fevereiro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	18 de março de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	19 de dezembro de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	26 de outubro de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	10 de novembro de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	29 de novembro de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	29 de dezembro de 2004
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	18 de abril de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	1 de dezembro de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	1 de dezembro de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	16 de abril de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	6 de maio de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	25 de agosto de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	5 de dezembro de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	7 de janeiro de 2010
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	7 de abril de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	9 de junho de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	30 de junho de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	8 de junho de 2012
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	15 de março de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	5 de abril de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	18 de abril de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	19 de abril de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	22 de abril de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	25 de junho de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	11 de dezembro de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	16 de setembro de 2014
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	6 de janeiro de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	18 de março de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10 de abril de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	23 de abril de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	28 de maio de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	1 de julho de 2015
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	21 de julho de 2016
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	20 de outubro de 2016
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	23 de fevereiro de 2018
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	9 de maio de 2019
SDA	MEMORANDO	259	21 de agosto de 2012
SDA	MEMORANDO	5	1 de fevereiro de 2017
SDA	MEMORANDO	42	29 de junho de 2017
SDA	MEMORANDO-CIRCULAR	2	7 de abril de 2005
SDA	MEMORANDO-CIRCULAR	1	27 de abril de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	2	18 de maio de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	18	19 de dezembro de 2007
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	17	4 de junho de 2010
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	5	27 de julho de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	88	7 de outubro de 2015
SDA	ORIENTAÇÃO	S/N	10 de março de 2016
SDA	PORTARIA	111	19 de março de 1963
SDA	PORTARIA	15	7 de julho de 1970
SDA	PORTARIA	8	12 de janeiro de 1972
SDA	PORTARIA	28	25 de julho de 1972
SDA	PORTARIA	296	14 de abril de 1978
SDA	PORTARIA	22	16 de janeiro de 1980
SDA	PORTARIA	3	5 de setembro de 1983
SDA	PORTARIA	249	3 de novembro de 1983
SDA	PORTARIA	124	13 de abril de 1984
SDA	PORTARIA	16	30 de dezembro de 1985
SDA	PORTARIA	61	24 de março de 1988
SDA	PORTARIA	90	26 de julho de 1988
SDA	PORTARIA	15	23 de fevereiro de 1989
SDA	PORTARIA	224	7 de abril de 1989
SDA	PORTARIA	469	10 de julho de 1989
SDA	PORTARIA	136	20 de abril de 1993
SDA	PORTARIA	138	24 de agosto de 1994
SDA	PORTARIA	196	23 de setembro de 1994
SDA	PORTARIA	146	23 de março de 1995
SDA	PORTARIA	241	15 de abril de 1995
SDA	PORTARIA	1	5 de janeiro de 1996
SDA	PORTARIA	75	26 de janeiro de 1996
SDA	PORTARIA	301	25 de abril de 1996
SDA	PORTARIA	64	20 de maio de 1996
SDA	PORTARIA	1	29 de janeiro de 1997
SDA	PORTARIA	3	12 de fevereiro de 1997
SDA	PORTARIA	124	15 de abril de 1997
SDA	PORTARIA	127	15 de abril de 1997
SDA	PORTARIA	494	28 de novembro de 1997
SDA	PORTARIA	9	11 de dezembro de 1997
SDA	PORTARIA	166	5 de maio de 1998
SDA	PORTARIA	125	6 de agosto de 1998
SDA	PORTARIA	268	21 de setembro de 1998
SDA	PORTARIA	582	28 de dezembro de 2000
SDA	PORTARIA	451	22 de agosto de 2002
SDA	PORTARIA	543	22 de outubro de 2002
SDA	PORTARIA	177	30 de junho de 2006
SDA	PORTARIA	201	1 de agosto de 2006
SDA	PORTARIA	94	29 de dezembro de 2010
SDA	PORTARIA	42	5 de março de 2013
SDA	PORTARIA	75	17 de maio de 2013
SDA	PORTARIA	1.059	31 de outubro de 2013
SDA	PORTARIA	1.109	6 de novembro de 2013
SDA	PORTARIA	1.130	14 de novembro de 2013
SDA	PORTARIA	1.166	26 de novembro de 2013
SDA	PORTARIA	1.168	26 de novembro de 2013
SDA	PORTARIA	1.227	5 de dezembro de 2013
SDA	PORTARIA	1.260	18 de dezembro de 2013
SDA	PORTARIA	31	13 de janeiro de 2014
SDA	PORTARIA	32	13 de janeiro de 2014
SDA	PORTARIA	188	12 de março de 2014
SDA	PORTARIA	274	26 de março de 2014
SDA	PORTARIA	711	17 de julho de 2014
SDA	PORTARIA	1.057	3 de novembro de 2014
SDA	PORTARIA	1.130	9 de dezembro de 2014
SDA	PORTARIA	1.131	9 de dezembro de 2014
SDA	PORTARIA	1.158	18 de dezembro de 2014
SDA	PORTARIA	1.177	22 de dezembro de 2014
SDA	PORTARIA	11	23 de janeiro de 2015
SDA	PORTARIA	12	23 de janeiro de 2015
SDA	PORTARIA	18	28 de janeiro de 2015
SDA	PORTARIA	79	18 de março de 2015
SDA	PORTARIA	80	18 de março de 2015
SDA	PORTARIA	5	21 de agosto de 2015
SDA	PORTARIA	232	22 de outubro de 2015

SDA	PORTARIA	238	11 de novembro de 2015
SDA	PORTARIA	8	12 de janeiro de 2016
SDA	PORTARIA	9	12 de janeiro de 2016
SDA	PORTARIA	10	12 de janeiro de 2016
SDA	PORTARIA	228	1 de novembro de 2016
SDA	PORTARIA	247	18 de novembro de 2016
SDA	PORTARIA	255	23 de novembro de 2016
SDA	PORTARIA	265	6 de dezembro de 2016
SDA	PORTARIA	273	21 de dezembro de 2016
SDA	PORTARIA	997	10 de maio de 2017
SDA	PORTARIA	2.293	6 de novembro de 2017
SDA	PORTARIA	2.426	1 de dezembro de 2017
SDA	PORTARIA	2.427	1 de dezembro de 2017
SDA	PORTARIA	112	10 de outubro de 2018
SDA	PORTARIA	33	28 de fevereiro de 2019
SDA	PORTARIA	32	10 de abril de 2018
SDA	PORTARIA	142	14 de agosto de 2020
SDA	PORTARIA	121	14 de junho de 2019
SDA	PORTARIA	270	13 de junho de 1986
SDA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1	26 de novembro de 1993
SDA	RESOLUÇÃO	2	22 de maio de 2000
SDA	RESOLUÇÃO	5	13 de novembro de 2000
SDA	RESOLUÇÃO	5	7 de maio de 2001
SDA	RESOLUÇÃO	8	24 de setembro de 2001
SDA	RESOLUÇÃO	10	22 de maio de 2003
SDA	RESOLUÇÃO	10	17 de dezembro de 2003
SDA	RESOLUÇÃO	10	12 de janeiro de 2004
SDA	RESOLUÇÃO	6	6 de outubro de 2015
SDI	PORTARIA	190	6 de março de 1948
SDI	PORTARIA	23	17 de janeiro de 1985
SDI	PORTARIA	5	1 de abril de 1987
SDI	PORTARIA	6	21 de fevereiro de 1991

ANEXO III

ATOS NORMATIVOS VIGENTES, CUJA NECESSIDADE OU CUJO SIGNIFICADO NÃO PÔDE SER IDENTIFICADO

(Art. 8º, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 2019)

SECRETARIA	ESPÉCIE	Nº	DATA
SAF	PORTARIA	82	23 de abril de 2000
SAF	PORTARIA	75	22 de novembro de 2006
SDA	ATO	9	4 de dezembro de 2015
SDA	CIRCULAR	164-2005	27 de junho de 1905
SDA	CIRCULAR	252-2005	2005
SDA	CIRCULAR	36-2007	2007
SDA	CIRCULAR	110-2007	2007
SDA	CIRCULAR	469-2007	2007
SDA	CIRCULAR	468-2007	2007
SDA	CIRCULAR	478-2007	2007
SDA	CIRCULAR	789-2007	2007
SDA	CIRCULAR	711-2007	2007
SDA	CIRCULAR	694-2007	2007
SDA	CIRCULAR	592-2007	2007
SDA	CIRCULAR	593-2007	2007
SDA	CIRCULAR	594-2007	2007
SDA	CIRCULAR	595-2007	2007
SDA	CIRCULAR	596-2007	2007
SDA	CIRCULAR	440-2008	2008
SDA	CIRCULAR	297-2008	2008
SDA	CIRCULAR	280-2008	2008
SDA	CIRCULAR	736	10 de novembro de 2003
SDA	CIRCULAR	213	29 de março de 2006
SDA	CIRCULAR	475	6 de julho de 2006
SDA	CIRCULAR	71	18 de janeiro de 2008
SDA	CIRCULAR	1.106	28 de novembro de 2008
SDA	CIRCULAR	85	30 de janeiro de 2009
SDA	CIRCULAR	668	20 de agosto de 2010
SDA	CIRCULAR	1.001	26 de dezembro de 2011
SDA	CIRCULAR	10	9 de janeiro de 2015
SDA	CIRCULAR	157	3 de março de 2015
SDA	CIRCULAR	304	13 de abril de 2015
SDA	CIRCULAR	3	5 de maio de 2015
SDA	CIRCULAR	29	26 de agosto de 2015
SDA	CIRCULAR	53	17 de setembro de 2015
SDA	CIRCULAR	77	20 de outubro de 2015
SDA	CIRCULAR	79	21 de outubro de 2015
SDA	DESPACHO	102	8 de fevereiro de 2019
SDA	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	1	7 de março de 2002
SDA	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	2	12 de agosto de 2003
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	21 de janeiro de 2000
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	7 de junho de 2005
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	29 de agosto de 2006
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	15 de setembro de 2008
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	11 de maio de 2011
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	26 de setembro de 2012
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	11 de julho de 2013
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	14 de março de 2014
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	22 de novembro de 2017
SDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	17 de dezembro de 2018
SDA	MEMORANDO	67	10 de março de 2015
SDA	MEMORANDO	6	16 de junho de 2006
SDA	MEMORANDO	7	17 de dezembro de 2007
SDA	MEMORANDO-CIRCULAR	97	23 de junho de 2016
SDA	MEMORANDO-CIRCULAR	176	15 de julho de 2016
SDA	MEMORANDO-CIRCULAR	54	25 de abril de 2018
SDA	NORMA INTERNA	1	9 de agosto de 2013
SDA	NORMA INTERNA	2	20 de agosto de 2013
SDA	NORMA INTERNA	2	11 de outubro de 2013
SDA	NORMA INTERNA	5	12 de setembro de 2014
SDA	NORMA INTERNA	1	17 de junho de 2015
SDA	NORMA INTERNA	2	9 de março de 2017
SDA	NORMA INTERNA	3	12 de junho de 2017
SDA	NORMA INTERNA	1	31 de maio de 2019
SDA	NOTA TÉCNICA	5	22 de novembro de 2018
SDA	OFÍCIO	132	18 de abril de 2012
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	2	4 de fevereiro de 1993
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	10	3 de maio de 2005
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	18	15 de junho de 2010
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	38	8 de novembro de 2010
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	39	11 de novembro de 2010
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	8	13 de março de 2019
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	9	30 de março de 2019
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	15	1 de setembro de 2019
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	190	31 de outubro de 2019
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	11	13 de março de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	28	30 de março de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	4	4 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	5	4 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	5	4 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	36	7 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	8	15 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	30	22 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	12	25 de maio de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	40	9 de junho de 2020
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	3	26 de janeiro de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	9	14 de julho de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	14	16 de novembro de 2015
SDA	OFÍCIO-CIRCULAR	3	13 de junho de 2016
SDA	PORTARIA	56	5 de março de 1974
SDA	PORTARIA	4	10 de julho de 1974
SDA	PORTARIA	51	6 de fevereiro de 1986
SDA	PORTARIA	3	18 de março de 1987
SDA	PORTARIA	45	1 de outubro de 1987
SDA	PORTARIA	4	15 de fevereiro de 1989
SDA	PORTARIA	4	3 de março de 1989
SDA	PORTARIA	5	7 de julho de 1989
SDA	PORTARIA	9	26 de setembro de 1989
SDA	PORTARIA	13	21 de dezembro de 1989
SDA	PORTARIA	73	15 de setembro de 1992
SDA	PORTARIA	108	17 de março de 1993
SDA	PORTARIA	150	30 de abril de 1993
SDA	PORTARIA	502	16 de setembro de 1993
SDA	PORTARIA	704	9 de dezembro de 1993
SDA	PORTARIA	68	11 de junho de 1995
SDA	PORTARIA	548	25 de agosto de 1995
SDA	PORTARIA	121	24 de outubro de 1995
SDA	PORTARIA	17	25 de janeiro de 2013
SDA	PORTARIA	444	30 de dezembro de 2014
SDA	PORTARIA	1.699	1 de agosto de 2017
SDA	PORTARIA	170	12 de agosto de 1994
SDA	RESOLUÇÃO	1	21 de janeiro de 1999
SDA	RESOLUÇÃO	7	24 de agosto de 2018
SDI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	28 de março de 2014

(*) Republicada por ter saído na Edição nº 97, do DOU de 25-5-2021, Seção 1, páginas 13 a 15, com incorreção no original.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Superintendente Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará, no uso da competência deferida pela Portaria 3.121, de 23.09.2019, publicada no DOU do dia subsequente, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21014.001589/2021-17, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o nº BR CE 0185, da empresa Janilson Barbosa ME, CNPJ 07.525.617/0001-70, localizada à travessa Espinosa nº 52, Bairro Mondubim, Fortaleza/CE, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos e subprodutos, executar o seguinte tratamento: a) Tratamento Térmico - HT.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado na Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 124 - CANCELAR A HABILITAÇÃO da Médica Veterinária CLAUDIA ALOISA BRUCH, CRMV-PR Nº 15576, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 1618 de 17/05/2018 (Processo nº 21034.005825/2021-36).

Nº 125 - HABILITAR a Médica Veterinária MARIA FERNANDA ZAMAI, CRMV-PR Nº 17978 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.005826/2021-81):

1.EQUINaOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;

2.BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 192, DE 27 DE MAIO DE 2021

Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Linha de mão (fundo), Mar territorial NE/N, código SisRGP: 1.06.003, da embarcação pesqueira "SOBRAGA", concede, em conversão, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento de Vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), Mar Territorial, ZEE e Águas Internacionais adjacentes do Norte/Nordeste (N/NE), código SisRGP: 1.10.001, para a embarcação "SOBRAGA".

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 248, de 16 de outubro de 2020 da Secretaria da Agricultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e considerando o constante dos autos do processo nº 21014.003455/2020-50, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Linha de mão (fundo), espécies-alvo: Bonito listrado (Katsuwonus pelamis), Bonito pintado (Euthynnus alletteratus), Bonito cachorro (Auxis thazard), Albacora bandolim (Thunnus obesus), Albacorinha (Thunnus atlanticus), Albacora branca (Thunnus albacares), Albacora laje (Thunnus alalunga), Cavala (Scomberomorus cavalla), Serra (Scomberomorus brasiliensis), Cavalinha (Scomber japonicus), Dentão (Lutjanus jocu), Caranha (Lutjanus cyanopterus), Ariacó (Lutjanus synagris), Guaiúba (Ocyurus chrysurus), Pargo-piranga (Rhomboplites aurorubens), Garoupa, cherne pintado, cherne verdadeiro (Epinephelus niveatus), Garoupa-vermelha-de-abrolhos (Epinephelus morio), Sirigado, badejo quadrado (Mycteroperca bonaci), Badejo-mira (Mycteroperca acutirostris), Badejo-da-areia (Mycteroperca microlepis), Xaréu, garacimbora, xarelete (Caranx latus), Garaximpora, xaréu (Caranx hippos), Arabaiana, olho-de-boi (Seriola dumerili, Seriola fasciata), Garajuba (Caranx crysus), Garajuba amarela (Carangoides bartholomaei), Garaximbora (Caranx hippos), Palombeta (Chloroscombrus chrysurus), Peixerei (Elagatis bipinnulata), Timbira, guaivira (Oligoplites saliens), Galo (Selene setapinnis), Galo-depenacho (Selene vomer), Galo-do-alto (Alectis ciliaris), Xixarro (Trachurus lathami), Olhete (Seriola lalandi), Pampo (Trachinotus carolinus, Trachinotus falcatus, Trachinotus goodie), Pampo malhado (Trachinotus marginatus), área de operação Mar territorial NE/N, que corresponde ao item 1.12 do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, código do SisRGP 1.06.003, da embarcação de pesca "SOBRAGA", de propriedade de Matheus Ribeiro Couto, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº CE-0028046-0 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação - TIE nº 163-004630-2.

Art. 2º Conceder, em conversão, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissonamento de Vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares), Albacora bandolim (Thunnus obesus) e Bonito listrado (Katsuwonus pelamis), área de operação Mar Territorial, ZEE e Águas Internacionais Adjacentes do Norte/Nordeste (N/NE), item 1.17 do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, código SisRGP: 1.10.001, para a embarcação de pesca "SOBRAGA", de propriedade de Matheus Ribeiro Couto, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº CE-0028046-0 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação - TIE nº 163-004630-2.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 191, DE 27 DE MAIO DE 2021

Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Espinhel horizontal (superfície)/Espinhel boiado e Long-line, Mar Territorial; ZEE; e Águas Internacionais, código SisRGP: 1.01.002, da embarcação pesqueira "F PESCA", concede, em conversão, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento de Vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), Mar Territorial, ZEE e Águas Internacionais adjacentes do Norte/Nordeste (N/NE), código SisRGP: 1.10.001, para a embarcação "F PESCA".

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 248, de 16 de outubro de 2020 da Secretaria da Agricultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e considerando o constante dos autos do processo nº 21014.003432/2020-45, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Espinhel horizontal (superfície)/Espinhel boiado e Long-line, espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares); Albacora branca (Thunnus alalunga); Albacora bandolim (Thunnus obesus), área de operação Mar territorial; ZEE; e Águas Internacionais, que corresponde ao item 1.1 do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, código do SisRGP 1.01.002, da embarcação de pesca "F PESCA", de propriedade de Maria Eurenice Rebouças de Oliveira, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº CE-0030719-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação - TIE nº 163-004671-0.

Art. 2º Conceder, em conversão, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissonamento de Vara e linha e linha de mão, ambas com emprego de iscas naturais ou artificiais (pesca de sombra ou cardume associado), espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares), Albacora bandolim (Thunnus obesus) e Bonito listrado (Katsuwonus pelamis), área de operação Mar Territorial, ZEE e Águas Internacionais adjacentes do Norte/Nordeste (N/NE), que corresponde ao item 1.17 do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, código SisRGP: 1.10.001, para a embarcação "F PESCA", de propriedade de Maria Eurenice Rebouças de Oliveira, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº CE-0030719-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação - TIE nº 163-004671-0.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 195, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera os valores das cotas anuais de óleo diesel de beneficiários do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais, referente ao ano de 2021, para adequação à Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021).

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIX do artigo 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, os incisos VII e IX do Art. 29 do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.078413/2020-21, resolve:

Art. 1º Alterar os valores das cotas anuais de óleo diesel atribuída aos pescadores profissionais, armadores de pesca e indústrias pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, conforme relação constante do Anexo I, para adequação ao valor fixado na Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2021.

Art. 2º As informações constantes nesta portaria estarão disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no endereço: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

ANEXO I

BENEFICIÁRIOS E EMBARCAÇÕES

a) PORTARIA SAP/MAPA nº 322/2020, de 29 de dezembro de 2020:

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETARIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARÁ (SINPESCA - PA)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	LÍDER V	CE00038811	82.509,84	R$ 660,08
08.375.764/0001-73	1630020010			
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	PAI II	PA00273497	51.077,52	R$ 408,62
08.375.764/0001-73	211015059			
BRASIL COMERCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - ME	PAI III	PA00273505	51.077,52	R$ 408,62
08.375.764/0001-73	211015148			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	FORT XVIII	PA00148487	214.508,25	R$ 1.716,07
05.277.679/0001-84	2210098564			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM I	PA00001128	208.788,03	R$ 1.670,30
05.277.679/0001-84	1610040261			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM II	PA00000168	214.508,25	R$ 1.716,07
05.277.679/0001-84	4030059724			
E.D.PESCADOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME	SVM III	PA00000184	191.627,37	R$ 1.533,02
05.277.679/0001-84	4030072208			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR III	PA00000078	259.697,99	R$ 2.077,58
83.382.721/0001-30	220028664			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR VII	PA00000098	243.109,35	R$ 1.944,87
83.382.721/0001-30	210202378			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XIV	PA00006248	243.109,35	R$ 1.944,87
83.382.721/0001-30	210238585			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XVI	PA00005106	259.697,99	R$ 2.077,58
83.382.721/0001-30	4430055122			
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A	ECOMAR XVIII	PA00133616	243.109,35	R$ 1.944,87
83.382.721/0001-30	210317213			

ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR XX 210317221	PA00133608	185.907,15	R$ 1.487,26
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS 3 220028591	PA00000238	243.109,35	R$ 1.944,87
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS 4 220028656	PA00000240	259.697,99	R$ 2.077,58
ECOMAR INDÚSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS I 220028567	PA00000218	243.109,35	R$ 1.944,87
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	CALJEVYS 210185767	PA00000528	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	DOM APOLIANO 210261412	PA00000684	243.109,35	R$ 1.944,87
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	DOM APOLIANO II 210251875	PA00000698	268.850,34	R$ 2.150,80
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	DOM CEARAZINHO I 210238780	PA00301237	243.109,35	R$ 1.944,87
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	DOM LEONARDO 1610039211	PA00000726	220.228,47	R$ 1.761,83
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	EMPESCA XX 1810035449	PA00000106	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	ENELIZ 1610053044	PA00002020	185.907,15	R$ 1.487,26
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	ESPERANÇA IV 210309016	PA00108807	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	LADY ELANE 1610053052	PA00000994	185.907,15	R$ 1.487,26
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	MISTER JÚNIOR 210226528	PA00001286	243.109,35	R$ 1.944,87
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	MISTER NETO 210223456	SC00010337	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE APOLIANO 4010471701	SP00038501	185.907,15	R$ 1.487,26
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE APOLIANO II 210230002	PA00130888	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE APOLIANO III 1610032675	PA00001940	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE CRISMAR 210176741	PA00000360	185.907,15	R$ 1.487,26
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE CRISMAR I 210309008	PA00130748	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SAGA DE CRISMAR II 4430054452	PA00005098	214.508,25	R$ 1.716,07
ESPERANÇA PESCADOS LTDA 05.346.107/0001-00	SANTA PAULA II 1610034112	PA00000204	157.306,05	R$ 1.258,45
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	GAROUPA 210282011	PA00011821	70.722,72	R$ 565,78
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	GAROUPA III 210286598	PA00006334	23.574,24	R$ 188,59
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	GAROUPA IV 210282029	PA00006298	48.720,10	R$ 389,76
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	GAROUPA V 210296801	PA00006384	33.033,94	R$ 264,27
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	GAROUPA VI 210286202	PA00047868	27.110,38	R$ 216,88
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	HIVYS 210311568	PA00006546	55.006,56	R$ 440,05
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	IGOR DE BRAGANÇA 210282045	PA00006306	48.720,10	R$ 389,76
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	PAI 1630033758	PA00002098	62.864,64	R$ 502,92
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	PONTO DA PESCA I 210293101	PA00006370	86.438,88	R$ 691,51
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	PONTO DA PESCA II 210297433	PA00006404	78.580,80	R$ 628,65
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	PONTO DA PESCA III 210301325	PA00006454	86.438,88	R$ 691,51
GILVAN DE P. DA SILVA - EIRELI 05.534.212/0001-72	PONTO DA PESCA IV 210311886	PA00006558	106.084,08	R$ 848,67
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CARINHOSO I 210162627	PA00000564	241.965,31	R$ 1.935,72
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CARINHOSO II 4430048436	PA00043604	194.487,48	R$ 1.555,90
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CHARMOSO II 2210089093	PA00000578	185.907,15	R$ 1.487,26
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CHARMOSO III 1610056540	PA00104507	214.508,25	R$ 1.716,07
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CHARMOZO 2210102995	PA00104519	185.907,15	R$ 1.487,26
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP 05.556.078/0001-00	COSTA DOURADA X 1210112540	PA00001926	90.367,92	R$ 722,94
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP 05.556.078/0001-00	MARAGOGI 2210141796	PA00002208	46.362,67	R$ 370,90
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP 05.556.078/0001-00	RECIFE X 2210147522	PA00011867	46.362,67	R$ 370,90
NORTEMAR COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP 05.556.078/0001-00	SAO RAFAEL X 2210143772	PA00002210	90.367,92	R$ 722,94
TROPICAL PESCA LTDA 01.641.576/0001-09	MR. Z 1610039530	PA00094047	220.228,47	R$ 1.761,83
TROPICAL PESCA LTDA 01.641.576/0001-09	TROPICAL PESCA I 210183063	PA00001778	197.347,59	R$ 1.578,78
TROPICAL PESCA LTDA 01.641.576/0001-09	TROPICAL PESCA II 210190108	PA00001786	181.903,00	R$ 1.455,22
TROPICAL PESCA LTDA 01.641.576/0001-09	TROPICAL PESCA III 210186038	PA00001798	214.508,25	R$ 1.716,07
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL 22.967.608/0001-22	ECOMAR X 210306670	PA00006524	185.907,15	R$ 1.487,26
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL 22.967.608/0001-22	ECOMAR XII 210307765	PA00006538	214.508,25	R$ 1.716,07
VIGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL 22.967.608/0001-22	VIGIA IV 4010137614	PA00000324	214.508,25	R$ 1.716,07
TOTAL	62		10.482.494,96	R$ 83.859,96

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA (SINDIPAM-PA-AP)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL IV	CE00114684	29.204,32	R$ 233,63
218.561.333-20	1610056639			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL V	CE00115678	29.204,32	R$ 233,63
218.561.333-20	1610055136			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL VI	CE00115680	35.943,78	R$ 287,55
218.561.333-20	1610032217			
FLAVIO PEREIRA DE LIMA	CRISTAL VII	CE00115694	35.943,78	R$ 287,55
218.561.333-20	1610028520			
FRANCISCA EVILENE DE BRITO	DINIZ PESCA	PA00006418	86.438,88	R$ 691,51
885.448.263-34	210297468			
FRANCISCA EVILENE DE BRITO	MARIA EDUARDA DE BRAGANÇA	PA00006490	52.649,14	R$ 421,19
885.448.263-34	210303638			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	ANA LUIZA	PA00011747	44.791,06	R$ 358,33
219.122.543-87	1630039942			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	CAPITAO RIBEIRO II	PA00141661	52.649,14	R$ 421,19
219.122.543-87	1210111900			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	KLYSTENNYS I	PA00101887	27.110,38	R$ 216,88
219.122.543-87	210297425			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	NOVA VIDA COM JESUS III	PA00095057	102.155,04	R$ 817,24
219.122.543-87	210986506			
FRANCISCO MENDES RIBEIRO	REGINALDO	PA00101077	78.580,80	R$ 628,65
219.122.543-87	1610050266			
GILSON MARTINS GOMES	MILAGRES	PA00011575	44.791,06	R$ 358,33
435.274.343-72	1610056981			
GILSON MARTINS GOMES	MILAGRES I	PA00168355	62.864,64	R$ 502,92
435.274.343-72	211000744			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	CARLOS ALBERTO VI	PA00101647	55.006,56	R$ 440,05
244.206.543-68	1610053028			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY III	PA00102429	86.438,88	R$ 691,51
244.206.543-68	210297409			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY IV	PA00174596	70.722,72	R$ 565,78
244.206.543-68	211002011			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY V	PA00207880	70.722,72	R$ 565,78
244.206.543-68	211004456			
JOSÉ MARIA FERREIRA DOS SANTOS	JUANY VI	AP00230035	86.438,88	R$ 691,51
244.206.543-68	220094039			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	JOAO NETO	PA00007118	43.219,44	R$ 345,76
090.157.793-68	1630039497			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	MAURILIO	PA00007176	43.219,44	R$ 345,76
090.157.793-68	1630040878			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	MAURILIO FILHO	PA00006968	35.754,26	R$ 286,03
090.157.793-68	1630016853			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO	TERESA DE JESUS	PA00006806	106.084,08	R$ 848,67
090.157.793-68	1610056558			
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO FILHO	THAIRO	PA00169921	44.791,06	R$ 358,33
040.882.823-45	1610060059			
SUZANA PATRICIA BARROSO BASTOS	ANNA LUISA I	PA00200360	44.791,06	R$ 358,33
404.396.403-00	211004669			
THAIRO BARROSO BASTOS DE SANTIAGO	ANNA KAROLINE	CE00011809	43.219,44	R$ 345,76
948.542.542-20	1610031237			
THAIRO BARROSO BASTOS DE SANTIAGO	MARILIA SANTIAGO	PA00007188	43.219,44	R$ 345,76
948.542.542-20	1630040886			
TOTAL	26		1.455.954,32	R$ 11.647,63

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - COOPERATIVA MISTA DE PESCA E AQUICULTURA DA REGIAO DO SALGADO (COOMPESCAR - PA)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AUGUSTO CARLOS SIMIÃO REBOUÇAS	ANNABEL	PA00270557	51.077,52	R$ 408,62
818.207.393-68	211014753			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA IV	PA00098727	44.791,06	R$ 358,33
088.199.123-68	1210115956			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA V	PA00098739	44.791,06	R$ 358,33
088.199.123-68	1210115247			
D A BURLE PESCADOS IMP E EXP EIRELI- ME	FORT IX	PA00000198	194.487,48	R$ 1.555,90
23.811.489/0001-87	4430054525			
D A BURLE PESCADOS IMP E EXP EIRELI- ME	FORT XI	PA00000170	191.627,37	R$ 1.533,02
23.811.489/0001-87	4030071716			
DEUSELITA VERAS DOS SANTOS	ATOS I	PA00095449	89.975,02	R$ 719,80
416.551.093-91	1630038288			
FRANCISCO GERRY CAVALCANTE	DEUS É MAIS II	PA00135580	15.716,16	R$ 125,73
423.455.373-53	210314915			
GENIVAR GOMES FERREIRA	ANNA KAROLINE I	PA00007258	32.218,12	R$ 257,74
263.835.353-15	1630041211			
HARISON AUGUSTO MARTINS GAMA	JESUS É AMIGO IV	PA00194988	72.687,24	R$ 581,50
972.223.562-15	211003662			
HARISON AUGUSTO MARTINS GAMA	JESUS É AMIGO V	PA00242926	84.474,36	R$ 675,79
972.223.562-15	211007838			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	CORENAV I	PA00000620	214.508,25	R$ 1.716,07
16.975.193/0002-17	1610042131			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA IX	PA00000860	214.508,25	R$ 1.716,07
16.975.193/0002-17	1610050444			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VI	PA00000888	214.508,25	R$ 1.716,07
16.975.193/0002-17	1610048857			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VII	PA00000896	214.508,25	R$ 1.716,07
16.975.193/0002-17	1610049128			
IPESCA EMPRESA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA-ME	IPESCA VIII	PA00000908	214.508,25	R$ 1.716,07
16.975.193/0002-17	1610050355			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP IX	PA00000036	243.109,35	R$ 1.944,87
17.490.238/0001-45	210180871			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP VII	PA00000048	243.109,35	R$ 1.944,87
17.490.238/0001-45	210180595			
J A COMERCIO DE PESCADOS LTDA	CIBRADEP VIII	PA00000050	243.109,35	R$ 1.944,87
17.490.238/0001-45	210180480			
J. S. DE FREITAS JUNIOR PESCADOS - ME	ALICIA	PA00311328	44.791,06	R$ 358,33
27.058.865/0001-65	211029114			
J. S. DE FREITAS JUNIOR PESCADOS - ME	MELLINA	PA00301717	44.791,06	R$ 358,33
27.058.865/0001-65	211014141			
JOSE GUILHERME FILHO	ICEBERG I	PA00011817	30.646,51	R$ 245,17

429.580.833-49	1610056591			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA	PA00006320	86.438,88	R$ 691,51
948.100.952-15	210284048			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA II	PA00006468	27.110,38	R$ 216,88
948.100.952-15	210302135			
JOÃO FELLIPE DE SOUSA ABDON	GELEIRA AJURUTEUA III	PA00047348	44.791,06	R$ 358,33
948.100.952-15	210306335			
JOÃO QUIRINO DO VALE	KELCIANE I	PA00011727	44.791,06	R$ 358,33
540.824.393-15	210302071			
KATIA MARIA RISUENHO ABDON	NOVA VIDA COM JESUS IV	PA00011695	12.965,83	R$ 103,73
329.893.932-34	210306289			
KATIA MARIA RISUENHO ABDON	PATO FILHO I	PA00011669	43.219,44	R$ 345,76
329.893.932-34	1630039861			
LIDUINO MIGUEL DA SILVA	AUDAIR I	PA00103807	78.580,80	R$ 628,65
228.767.823-91	210302127			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	BAILIQUE	PA00105055	117.871,20	R$ 942,97
611.452.202-82	210987171			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	CLEBER LAMAS	PA00134626	40.469,11	R$ 323,75
611.452.202-82	210231513			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	L XX	PA00114360	27.110,38	R$ 216,88
611.452.202-82	210322021			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS IV	PA00096111	8.643,89	R$ 69,15
611.452.202-82	210300540			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XIV	PA00101291	5.893,56	R$ 47,15
611.452.202-82	210302305			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XIX	PA00096769	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210990236			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XV	PA00128397	5.893,56	R$ 47,15
611.452.202-82	210305266			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVI	PA00114268	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210315202			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVII	PA00118608	5.893,56	R$ 47,15
611.452.202-82	210315741			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LXXI	PA00132416	27.110,38	R$ 216,88
611.452.202-82	210995718			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LXXII	PA00157690	27.110,38	R$ 216,88
611.452.202-82	211000469			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MARCIO LAMAS	PA00128421	70.722,72	R$ 565,78
611.452.202-82	210227257			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MAURICIO LAMAS	PA00133988	78.580,80	R$ 628,65
611.452.202-82	210312301			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	MAURO LAMAS	PA00128417	78.580,80	R$ 628,65
611.452.202-82	210285958			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	NOSSA SENHORA DE NAZARE	PA00096137	27.110,38	R$ 216,88
611.452.202-82	210986123			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO PA	PA00096157	27.110,38	R$ 216,88
611.452.202-82	210984350			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA	PA00096125	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210985534			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA II	PA00101431	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210990546			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	PESCADA III	PA00101427	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210990538			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	TONY BLAIR	PA00101515	86.438,88	R$ 691,51
611.452.202-82	210303654			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	MARPEX V	PA00299477	214.508,25	R$ 1.716,07
06.890.397/0001-10	1610049314			
NORTE FISH PESCADOS LTDA	MERIDIONAL VII	PA00110404	185.907,15	R$ 1.487,26
13.554.519/0001-63	1610054474			
NORTE FISH PESCADOS LTDA	NORTE FISH I	PA00131196	214.508,25	R$ 1.716,07
13.554.519/0001-63	2210106931			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN I	PA00257631	70.722,72	R$ 565,78
728.896.672-00	211012521			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN II	PA00117826	44.791,06	R$ 358,33
728.896.672-00	210993251			
RAIMUNDO RODRIGUES DA ROCHA	DARLAN IV	PA00174750	44.791,06	R$ 358,33
728.896.672-00	211001848			
RAINON TELES DOS SANTOS ROCHA	RAINON I	PA00310370	51.077,52	R$ 408,62
004.011.512-71	211028631			
RAINON TELES DOS SANTOS ROCHA	RAINON II	PA00310666	51.077,52	R$ 408,62
004.011.512-71	211029271			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARAO DO MAR	PA00006398	70.722,72	R$ 565,78
105.898.802-68	210296844			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARAO VII	PA00006356	86.438,88	R$ 691,51
105.898.802-68	210290994			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARÃO IX	PA00101325	141.445,44	R$ 1.131,56
105.898.802-68	210301261			
ROMUALDO ALVES LOPES	TUBARÃO VIII	PA00048448	74.651,76	R$ 597,21
105.898.802-68	210272627			
SAMIA SOARES LIMA	MORGANA VIII	MA00308761	113.942,16	R$ 911,54
669.400.953-49	1210145596			
TOTAL	61		5.177.226,74	R$ 41.417,81

Frota Pesqueira em Operação no Estado Piauí - SINDICATO DOS PEQUENOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI (SINDIPESCA - PI)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
EDSON GOMES MAIA	LEVI	PI00020176	35.943,78	R$ 287,55
569.379.543-87	1410108295			
MARCIO KYLDARE PEQUENO SARAIVA	MONTE DAS OLIVEIRAS	PI00021628	44.929,73	R$ 359,44
267.262.113-68	1610059492			
TOTAL	2		80.873,51	R$ 646,99

Frota Pesqueira em Operação no Estado Piauí - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DE LUIS CORREIA (APEL - PI)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ALEXANDRE COELHO DE MENDONÇA	ISMAEL	PI00289098	35.361,36	R$ 282,89
051.891.204-30	1410108791			
ANA CATARINA DE SOUZA PIRES	MIAME	PI00001250	68.642,64	R$ 549,14
052.143.113-11	2610016239			
ANA PAULA VALGAS SANTOS	AQUILES	MA00151834	51.481,98	R$ 411,86
033.858.065-42	1410107906			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	ARISTOTELES	PI00043844	47.148,48	R$ 377,19
321.768.303-00	1630041289			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	AVENTURA	PI00043816	56.971,08	R$ 455,77
321.768.303-00	1620021498			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO I	PI00043858	56.971,08	R$ 455,77
321.768.303-00	1630039870			
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA	SAN DIEGO II	PI00043866	34.968,46	R$ 279,75
321.768.303-00	1630041980			

ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA 321.768.303-00	SAN DIEGO III 1630041963	PI00043878	56.971,08	R$ 455,77
ANTÔNIO ARISTOTELES DA SILVA 321.768.303-00	SAN DIEGO V 1410110834	PI00044304	47.148,48	R$ 377,19
ANTÔNIO MANOEL DE LIMA 210.803.304-10	DIMASA 2420000161	PI00044338	65.782,53	R$ 526,26
ANTÔNIO MARCOS SANTOS 636.844.704-49	COPILOTO 1410109186	PI00122189	25.168,97	R$ 201,35
ANTÔNIO MARCOS SANTOS 636.844.704-49	PILOTO 2410141269	PI00044340	48.621,87	R$ 388,97
CAMILA FERREIRA SANTOS 040.130.673-90	REY DEL MAR 1410100456	PI00023634	17.223,06	R$ 137,78
CAROLINE FERREIRA SANTOS 026.904.013-71	PRINCESA YASMIN 1610055870	PI00001546	54.914,11	R$ 439,31
CRISTIANO SILVA DE LIMA 024.843.814-09	GUSTAVO 2610079702	PI00044558	82.943,19	R$ 663,55
CRISTIANO SILVA DE LIMA 024.843.814-09	MAIANI 2420107438	PI00008528	40.041,54	R$ 320,33
FRANCINETE MAIA SARAIVA 463.517.443-34	GIDEAO 1610031211	PI00018045	17.971,89	R$ 143,78
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO 315.337.014-15	ARCA DA ALIANÇA I 1410109933	PI00044770	56.971,08	R$ 455,77
FRANCISCO MAIA DE LIMA 056.031.533-34	MONTE SINAI 1410109178	PI00001298	51.481,98	R$ 411,86
FRANCISCO REGINALDO MOREIRA DA COSTA 473.326.973-00	VITORIA LUCIA 1410108856	PI00265278	37.718,78	R$ 301,75
FRANCISCO VALDIKS LOPES 564.918.913-72	MARCO POLO 1610059697	PI00001228	130.993,04	R$ 1.047,94
GENILSON BIRIBA DA COSTA 517.940.395-20	SETE I 2610076754	PI00044888	68.642,64	R$ 549,14
GENILSON BIRIBA DA COSTA 517.940.395-20	SETE III 1810044219	PI00124027	68.642,64	R$ 549,14
GERARDO COSME DE COUTO 537.793.633-72	RAMON 1820024822	CE00037745	26.957,84	R$ 215,66
JOSE EDVA DE SOUZA 964.595.303-00	LUAN RAEL 1410112241	PI00218461	47.148,48	R$ 377,19
JOSE EDVA DE SOUZA 964.595.303-00	LUAN RAEL I 1410113051	PI00269288	47.148,48	R$ 377,19
JOSE EDVA DE SOUZA 964.595.303-00	MICARELI 1410110664	PI00217465	18.073,58	R$ 144,59
JOSÉ ORLANDO GONZAGA DE OLIVEIRA 502.831.034-34	COSTA NEGRA 1410112721	PI00252701	71.000,06	R$ 568,00
JOSÉ ORLANDO GONZAGA DE OLIVEIRA 502.831.034-34	ZÉ TROVÃO 1410111679	PI00299047	62.125,06	R$ 497,00
JOÃO BRAGA BORGES 533.721.073-49	JOKEBEDE 1610054504	PI00000958	54.914,11	R$ 439,31
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA 072.511.493-20	ALMIRANTE IV 1410107396	PI00000444	26.313,01	R$ 210,50
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA 072.511.493-20	ALMIRANTE V 1610028040	PI00020048	42.683,24	R$ 341,47
LUIS ROGÉRIO DE SOUSA 072.511.493-20	ALMIRANTE VI 1610064160	PI00045076	33.003,94	R$ 264,03
MANOEL MESSIAS MOURA 155.146.175-72	MARCELO I 2610016077	SE00297325	51.481,98	R$ 411,86
MANOEL MESSIAS MOURA 155.146.175-72	MARCELO II 2610074301	PI00001214	62.922,42	R$ 503,38
MANOEL OTACILIO DE ARAUJO 490.513.503-68	ANA PAULA 1610028716	PI00000466	29.745,14	R$ 237,96
MARCILIO ELOI VIANA 804.533.683-87	JUNINHO BIL 1410111172	PI00260644	22.308,86	R$ 178,47
MARIA ALZENIR MELO DE CARVALHO 638.960.284-72	ARCA DA ALIANCA III 1410108821	PI00014377	20.967,21	R$ 167,74
MARIA ENETE GOMES MAIA 243.372.773-15	JESUS DE NAZARE 1610038088	PI00019199	43.057,66	R$ 344,46
MARIA ENETE GOMES MAIA 243.372.773-15	MONTE MORIA 1410109470	PI00045658	37.718,78	R$ 301,75
MARIA ENETE GOMES MAIA 243.372.773-15	MONTE SIÃO DO MAR 1410111768	PI00218457	47.148,48	R$ 377,19
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES 462.650.073-00	MARIA VITÓRIA 1410109674	MA00001248	34.321,32	R$ 274,57
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES 462.650.073-00	MORAES I 2610076835	SE00049338	68.642,64	R$ 549,14
MELQUIZEDEQUE SOUSA PIRES 462.650.073-00	SORRISO NOVO 1410111181	PI00045800	29.173,12	R$ 233,38
NELSON RICARDO FERREIRA COSME 787.905.143-00	CLARA II 1610054768	PI00123917	51.481,98	R$ 411,86
NELSON RICARDO FERREIRA COSME 787.905.143-00	JOSIMAR 2210059666	PI00000980	34.321,32	R$ 274,57
NELSON RICARDO FERREIRA COSME 787.905.143-00	LEVI GABRIEL 1630034517	PI00046120	82.943,19	R$ 663,55
RAIMUNDO ARAUJO ROCHA 286.189.803-82	CAIO VICTOR 1630039101	PI00017965	33.697,30	R$ 269,58
RAIMUNDO CRISTIANO DOS SANTOS LEONCIO 414.536.033-87	RAUL 1830056034	PI00261626	14.144,54	R$ 113,16
RAIMUNDO CRISTIANO DOS SANTOS LEONCIO 414.536.033-87	RAUL DO MAR II 1610059735	PI00001680	54.914,11	R$ 439,31
RAIMUNDO JOSÉ REBOUÇAS 200.229.804-15	JR V 1820024903	PI00046308	64.343,81	R$ 514,75
RAIMUNDO JOSÉ REBOUÇAS 200.229.804-15	JR-II 1610044801	PI00019611	18.720,72	R$ 149,77
RODRIGO WESLEY MATOS DE SOUSA 033.951.473-63	ALMIRANTE VII 1410110401	PI00000858	51.481,98	R$ 411,86
ROSIRENE FERREIRA DA COSTA 810.325.443-68	FELIPE II 1410111199	PI00046704	33.396,84	R$ 267,17
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	GUILHERME 1630041238	PI00046478	47.148,48	R$ 377,19
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	LIDIANE 1410107931	PI00046360	54.290,09	R$ 434,32
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	NETURNO 1630038423	PI00046528	54.290,09	R$ 434,32
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	PORTA DO CEU 1630040720	PI00046548	43.219,44	R$ 345,76
RUTIANE COUTO DA SILVA 954.955.763-49	SAN DIEGO IV 1630041971	PI00046668	34.968,46	R$ 279,75
SARUHE BARBARA LOPES AMARANTE 024.975.273-50	JAQUELINE - II 1620007886	PI00019029	33.697,30	R$ 269,58
SOLIJANE ALVES DE SOUSA 917.148.503-15	FELIPE I 1410109097	PI00000776	54.914,11	R$ 439,31
WELISSON ARAUJO SILVA 005.204.363-00	ZÉ FILHO 1410109381	PI00001904	20.592,79	R$ 164,74
TOTAL	62		2.882.203,92	R$ 23.057,63

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI (SINDIPESCA - CE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADRICIO RIBEIRO COUTO	NEW BRAGA	CE00307317	128.687,62	R$ 1.029,50
050.315.433-45	1630047180			
AMANDA ALVES DA SILVA	BROTHER 300	CE00234871	45.262,54	R$ 362,10
014.624.943-74	1610068424			
ANA KATIA DE SOUSA MONTEIRO	JOPE ANA II	CE00246564	42.433,63	R$ 339,47
059.294.083-78	1630045128			
ANA PATRICIA SILVA RIBEIRO	ODORICO MARTINS	CE00274481	42.433,63	R$ 339,47
900.771.723-53	1630046124			
ANA PATRICIA SILVA RIBEIRO	P MARTINS	CE00249044	48.812,54	R$ 390,50
900.771.723-53	1630045535			
ANDRE BRAGA DE COUTO	MATEUS SC	PI00280474	47.925,04	R$ 383,40
646.767.223-20	1630046281			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	AC MARLIN	CE00239417	62.125,06	R$ 497,00
465.843.743-00	1630045900			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	CHAMBINHO JB	CE00315060	78.543,82	R$ 628,35
465.843.743-00	1630047678			
ANTONIO CESAR BRAGA DE COUTO	GOLF VILLE	CE00272057	47.925,04	R$ 383,40
465.843.743-00	1630046094			
ANTONIO CIDENIO DE OLIVEIRA	ALBACORA BP	CE00301427	66.562,56	R$ 532,50
640.006.993-34	1630046680			
ANTONIO CIDENIO DE OLIVEIRA	BIGEYE TUNA	CE00306135	58.935,60	R$ 471,48
640.006.993-34	1630046671			
ANTONIO EDNARDO DA SILVA	ALIANCA AS	CE00307701	42.433,63	R$ 339,47
005.362.893-44	1630046787			
ANTONIO ERICLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA	FILHO DO PAI	CE00306117	78.543,82	R$ 628,35
005.362.813-60	1630047015			
ANTONIO ERICLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA	FILHO DO PAI I	CE00314916	139.781,38	R$ 1.118,25
005.362.813-60	211028762			
ANTONIO RONALDO PEREIRA	ANDRESSA MARIA	CE00014199	40.436,76	R$ 323,49
930.642.683-68	1630038466			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	MR PAPALEGUAS	CE00094827	30.646,51	R$ 245,17
08.951.422/0001-54	1630031143			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	PEPELEGAL	CE00048246	37.718,78	R$ 301,75
08.951.422/0001-54	1630038547			
ANTÔNIO RENATO SANTOS NASCIMENTO	RENATO PESCADO	CE00016549	25.460,18	R$ 203,68
648.885.763-00	1610040066			
BRUNO DE CARVALHO VERAS	CAPITÃO CAVERNA	CE00094819	42.433,63	R$ 339,47
036.303.423-45	1610031806			
CARLOS CHARLES BRAGA SANTOS	BRASIPESCA II	CE00015171	22.464,86	R$ 179,72
042.948.973-09	1610033094			
CLAUDIO HENRIQUE DE COUTO MONTEIRO	CALYPSO COUTO	PI00224440	42.600,04	R$ 340,80
014.878.443-79	2610016484			
FERNANDO COUTO BRAGA	MARIA EDUARDA	CE00037897	20.218,38	R$ 161,75
029.515.623-65	1630043109			
FRANCISCA MARIA FURTADO DA SILVA	AGAPE JC	CE00284464	62.125,06	R$ 497,00
828.162.983-53	1630046370			
FRANCISCO ARIMAR BRAGA	ALESSANDRA I	CE00094977	26.957,84	R$ 215,66
122.938.303-49	1610054261			
FRANCISCO JOEL DOS SANTOS SILVA	JR RENAN	CE00308017	42.433,63	R$ 339,47
030.585.503-40	1630047112			
FRANCISCO JOSÉ FERREIRA	CARLOS AUGUSTO FILHO I	CE00026268	26.957,84	R$ 215,66
835.391.583-91	1620011981			
FRANCISCO MECENAS DE OLIVEIRA	ROSA MILI	CE00307491	42.433,63	R$ 339,47
903.862.803-04	1630047066			
FRANCISCO RUBERVAL RODRIGUES	BARUKI	CE00302645	60.793,80	R$ 486,35
867.466.693-00	1630047023			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	O MENSSAGEIRO	CE00297919	47.925,04	R$ 383,40
021.388.814-90	1630046591			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	O MENSSAGEIRO I	CE00314430	78.543,82	R$ 628,35
021.388.814-90	1630047783			
JANIO PESSOA DO NASCIMENTO	DIPESCA VI	CE00048640	43.219,44	R$ 345,76
785.647.783-00	1630037761			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	DECA BRAGA	CE00314500	78.543,82	R$ 628,35
002.743.093-60	1630047465			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	GABRIELZAO	CE00301445	47.925,04	R$ 383,40
002.743.093-60	1630046701			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	JH MARTINS	CE00314514	137.118,87	R$ 1.096,95
002.743.093-60	1630047643			
JOAO BATISTA COSTA MARTINS	PEDRO MARTINS	CE00284394	47.925,04	R$ 383,40
002.743.093-60	1630046396			
JOSE CARNEIRO ALVES	JC PESCA	CE00313828	118.020,50	R$ 944,16
883.968.353-49	1630047864			
JOSE DARLAN DOS SANTOS OLIVEIRA	ASTRO VIII	CE00096591	42.683,24	R$ 341,47
052.354.613-04	1620017776			
JOSE HILDER DE SOUSA	RODRIGO I	CE00254457	39.493,79	R$ 315,95
430.952.753-15	1630043117			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR II	CE00315560	118.037,61	R$ 944,30
051.498.003-68	1630047244			
JOSE IRAN DE OLIVEIRA	SAMARA MARIA	CE00024178	35.943,78	R$ 287,55
316.794.043-34	1810047226			
JOSE ROGERIO DA SILVA	NOVA ALIANCA JR	CE00315490	28.289,09	R$ 226,31
022.840.313-82	1630046795			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON I	CE00306237	42.433,63	R$ 339,47
721.421.463-68	1630046434			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON II	CE00314740	133.125,12	R$ 1.065,00
721.421.463-68	1630047139			
JOSÉ ANCHIETA MONTEIRO FILHO	JM MONTEIRO	CE00301469	47.925,04	R$ 383,40
011.243.113-51	1630046850			
JOSÉ CAUBI RODRIGUES	DOUGLAS K	CE00112186	20.218,38	R$ 161,75
174.315.653-72	1610058712			
JOSÉ DE MOURA DIAS	PATRICIA V	CE00022728	41.185,58	R$ 329,48
092.990.331-53	1610055888			
JOSÉ HILTOMAR COSTA MARTINS	MARTINS II	CE00021248	41.185,58	R$ 329,48
788.445.093-34	1630039098			
JOSÉ JERUSALEM RODRIGUES	JERUSALEM RG	CE00307479	48.204,61	R$ 385,64
230.881.093-91	1630047198			
JOSÉ JOVANI DE OLIVEIRA	CELINO	CE00015565	19.469,55	R$ 155,76
456.523.923-04	1610052994			
JOSÉ SIMAO DE OLIVEIRA	19 DE JANEIRO I	CE00013387	20.218,38	R$ 161,75
356.385.593-53	1610059549			

JOSÉ VILMARCILIO DE SOUSA MONTEIRO	SHEILA	CE00024990	33.697,30	R$ 269,58
030.585.473-90	1410109011			
JOÃO CEZAR COSTA	JOÃO CEZA CT	CE00306217	59.721,41	R$ 477,77
713.421.413-34	1630047325			
JOÃO CEZAR COSTA	JULHO CESAR K	CE00094517	52.418,02	R$ 419,34
713.421.413-34	1610058381			
JOÃO HENRIQUE FILHO	HENRIQUE FILHO	CE00301477	64.343,81	R$ 514,75
006.173.283-40	1630046841			
JOÃO HENRIQUE FILHO	LOBÃO LEÃO	CE00289830	50.587,55	R$ 404,70
006.173.283-40	1630046345			
LILIAN MARIA FELIX HENRIQUE	LEÃO DO NORTE JF	CE00315426	133.125,12	R$ 1.065,00
934.013.703-59	1630047589			
MARCELO RODRIGUES DE SOUZA	ANA JULIA AS	CE00316316	69.544,01	R$ 556,35
963.283.713-49	1630047848			
MARCELO RODRIGUES DE SOUZA	M HENRIQUE	CE00276489	42.433,63	R$ 339,47
963.283.713-49	1630046264			
MARCOS JUNIOR DOS SANTOS	G MARTINS	CE00013519	26.957,84	R$ 215,66
023.260.843-14	1610051912			
MARDONES ALVES DE CARVALHO	ADRIANO LUIZ	CE00242820	37.718,78	R$ 301,75
792.568.213-20	1630041050			
MARIA DOS SANTOS RODRIGUES	VITORIA SANTOS	CE00112718	17.971,89	R$ 143,78
927.199.533-34	1610058682			
MARIA MEIRIANE SANTOS NASCIMENTO	ANTONIO PESCADO	CE00306205	42.433,63	R$ 339,47
815.404.503-68	1630047317			
MARIA REGIANE DA SILVA COUTO	NAEL	CE00247200	38.190,27	R$ 305,52
032.754.023-07	1610068475			
MARIA ROSENI VASCONCELOS RODRIGUES	AERO NAVAL I	CE00013527	26.957,84	R$ 215,66
006.548.293-06	1610035615			
MIGUEL SHOITI KIKUCHI	HANAKI MARU I	CE00305339	96.737,59	R$ 773,90
282.514.152-68	1630046914			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	AGOBÁ	CE00242438	40.436,76	R$ 323,49
275.838.213-04	1630041033			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	NATAMIA PE	CE00039677	28.289,09	R$ 226,31
275.838.213-04	1630038059			
PEDRO AGOBA BRAGA COUTO	SILVIANE PE	CE00006870	28.289,09	R$ 226,31
275.838.213-04	1610059794			
RAIMUNDA EDNA LIMA	S E PESCADOS	CE00317974	78.543,82	R$ 628,35
019.126.973-51	1630047562			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA I	CE00273611	47.925,04	R$ 383,40
803.367.793-72	1630046191			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA II	CE00273625	47.925,04	R$ 383,40
803.367.793-72	1630046248			
RYCHARD NIXON MARQUES HOLANDA	R PESCA III	CE00273637	47.925,04	R$ 383,40
803.367.793-72	1630046256			
SUELI LEAL SOBREIRA MONTEIRO	JU E GUI	CE00307309	78.543,82	R$ 628,35
152.538.128-81	1630047163			
SUELI LEAL SOBREIRA MONTEIRO	JU E GUI I	CE00315024	78.543,82	R$ 628,35
152.538.128-81	1630047791			
TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS NASCIMENTO	EULYNDA	CE00017211	26.957,84	R$ 215,66
376.336.431-53	1610059484			
TOTAL	75		4.027.939,85	R$ 32.223,52

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DE FORTALEZA (ASPEMARF - CE)

NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANTONIO FRANCISCO DA COSTA	MILA I	CE00041838	25.460,18	R$ 203,68
363.077.263-34	1620018055			
ANTÔNIO MARIA MARINHO COSTA	D RDA	CE00016587	17.971,89	R$ 143,78
048.749.603-59	1610054920			
ELIANDO CARNEIRO FEIOZO	IZABELA II	CE00018867	19.095,13	R$ 152,76
612.794.603-42	1610059883			
ELIANDO CARNEIRO FEIOZO	RUAM	CE00275145	26.717,47	R$ 213,74
612.794.603-42	1610064933			
EVANDRO FERREIRA FACUNDES	ASCOPEM I	CE00014567	35.943,78	R$ 287,55
202.304.513-49	1610058461			
FRANCISCO ALVES PEREIRA	ALEXSANDRA	CE00041346	29.204,32	R$ 233,63
429.898.763-91	1610062272			
FRANCISCO CARLOS BANHOS SUDARIO	ATOS III	CE00040470	29.204,32	R$ 233,63
243.749.543-68	1610034325			
FRANCISCO CARLOS COSTA	PERNALONGA	CE00040348	28.455,49	R$ 227,64
228.381.043-49	1610056876			
FRANCISCO ESDRAS BANHOS SUDARIO	ATOS I	CE00040434	29.204,32	R$ 233,63
220.780.103-91	1610048644			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GEISIVANDO	CE00040590	35.943,78	R$ 287,55
491.128.723-34	1610060997			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GILBERTO	CE00040658	29.204,32	R$ 233,63
491.128.723-34	1630016471			
FRANCISCO GILVANDRO DE FREITAS SANTOS	GILDEMBERG	CE00040610	29.204,32	R$ 233,63
491.128.723-34	1610036981			
FRANCISCO MOREIRA DA SILVA	PAULINHO FS	CE00037567	48.673,87	R$ 389,39
039.704.658-85	1620012570			
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	RIO TEJO	CE00023776	17.971,89	R$ 143,78
113.957.703-44	1610054822			
HELTON DO NASCIMENTO PEREIRA	HELIO	CE00006938	20.218,38	R$ 161,75
009.610.493-75	1620012260			
JOSÉ NILTON BARRETO	MILA II	CE00048330	29.204,32	R$ 233,63
053.250.993-53	1610058534			
JOÃO CLAUDIO MATIAS RODRIGUES	JOSE CLAUDIO I	CE00041928	38.190,27	R$ 305,52
011.884.778-38	1610060539			
JOÃO MANOEL CARNEIRO	PECEM - II	CE00211405	21.216,82	R$ 169,73
166.706.393-68	1610061012			
MARCOS ANTÔNIO NOGUEIRA BATISTA	BIDYS II	CE00014959	17.971,89	R$ 143,78
731.176.843-87	1610049225			
MARIA DE FÁTIMA MARTINS RODRIGUES	VIRGEM APARECIDA	CE00041824	38.190,27	R$ 305,52
262.502.413-53	1620016222			
OSMARINA MARTINS COSTA PAIVA	PICA PAU	CE00041858	30.646,51	R$ 245,17
122.426.403-72	1610054881			
PAULO VITOR NAPOLEÃO SUDARIO	SALMO 139	CE00040538	35.943,78	R$ 287,55
058.613.333-00	1610061357			
RAIMUNDO ROGERIO FELIX VIEIRA	DEUS É FIEL R	CE00278389	26.717,47	R$ 213,74
525.132.543-68	1620017741			
SANDRA VALDA NOGUEIRA DOS SANTOS	VANIA ADRIANA	CE00025690	38.190,27	R$ 305,52
316.920.283-91	1610034384			

SILVESTRE HENRIQUE FILHO	POLIANDRE	CE00023050	38.190,27	R$ 305,52
166.942.953-91	1610056655			
VICENTE FRANCISCO DA SILVA	AROLDO FILHO	CE00014467	25.460,18	R$ 203,68
267.210.663-00	1620017547			
VICENTE JOSE RODRIGUES	MARROCOS	CE00021234	14.976,58	R$ 119,81
074.345.293-34	1610054466			
VICENTE PAULO MARCOS	JAILSON III	CE00040794	35.943,78	R$ 287,55
173.853.503-72	1610053401			
TOTAL	28		813.315,87	R$ 6.506,53

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - COOPERATIVA DOS ARMADORES DE PESCA DO CEARA (COOPACE - CE)

NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	GUSTAVO II	CE00018267	33.697,30	R$ 269,58
164.155.403-78	1620008335			
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	JUNIOR II	CE00019727	38.190,27	R$ 305,52
164.155.403-78	1810040396			
RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	NACELIO FILHO	CE00021734	16.848,65	R$ 134,79
164.155.403-78	1620016231			
TOTAL	3		88.736,22	R$ 709,89

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - CE)

NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ALEXANDRO CASTANHO JANUARIO	MOISES DE DEUS II	CE00307751	78.543,82	R$ 628,35
161.332.758-71	1613327587			
ALUIZIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	ITAMAI	CE00018771	22.464,86	R$ 179,72
498.388.064-04	1610055225			
AMILTON CARNEIRO HONARIO	AMOS	CE00013975	26.957,84	R$ 215,66
661.961.913-49	1620013789			
ANTONIO ALMIR GOMES JUNIOR	ALMIRANTE SG	CE00315476	78.543,82	R$ 628,35
032.747.953-13	1630047350			
ANTONIO ALMIR GOMES JUNIOR	ALMIRANTE SG I	CE00315468	134.456,37	R$ 1.075,65
032.747.953-13	1630047341			
ANTONIO BRAGA DA COSTA	MAIAME	CE00094707	22.464,86	R$ 179,72
323.834.013-15	1620007142			
ANTONIO GUILHERME RODRIGUES	MIKBIL V	CE00308737	46.362,67	R$ 370,90
183.537.381-04	1630047392			
ANTONIO GUILHERME RODRIGUES	MIKBIL VI	CE00308845	69.544,01	R$ 556,35
183.537.381-04	1630047457			
ARIECILIO BRASIL DE FREITAS	ANA PATRICIA I	CE00014041	18.720,72	R$ 149,77
455.034.273-00	1620020475			
ARIELA DAIANE FERREIRA RIBEIRO	ARIELA PESCA	CE00314028	117.871,20	R$ 942,97
017.809.033-67	1630047953			
ARLINDO SIMÃO DA COSTA	PATORI	CE00022660	25.085,76	R$ 200,69
213.063.893-72	1620015889			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	ANANIAS MAR	CE00314428	78.543,82	R$ 628,35
798.994.043-49	1630047236			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	ANANIAS MAR I	CE00308775	42.677,23	R$ 341,42
798.994.043-49	1630047414			
AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS	RAYANNE MAR	CE00255769	28.289,09	R$ 226,31
798.994.043-49	1620018829			
CARLOS FRED MARQUES DAMASCENO	ANDREAZZA I	CE00095879	25.460,18	R$ 203,68
651.929.663-53	1620006936			
CARMEN LEILA VASCONCELOS DE OLIVEIRA	ESPARTAGOS	PI00253497	53.250,05	R$ 426,00
934.348.043-15	1410112811			
CICERO ALEXSANDRO MAIA LOBO	ESPERANCA II	PB00017067	10.858,02	R$ 86,86
630.232.023-20	2010077334			
DAVID MARQUES HOLANDA MAIA	ELSHADDAI JC	CE00301495	72.775,07	R$ 582,20
065.015.633-13	1630046817			
EDI PEREIRA BESERRA	ALCANTARA I	CE00041586	19.469,55	R$ 155,76
533.725.303-49	1610058674			
ELISAMAIRA PEREIRA DA SILVA GOMES	LACERDA	CE00103775	19.469,55	R$ 155,76
001.894.353-56	1620007215			
FABIO MARQUES DAMASCENO	MIROMAR	CE00021508	26.957,84	R$ 215,66
910.945.343-15	1620016320			
FELIPE MAIA DE OLIVEIRA REBOUÇAS	RODRIGO FR	CE00148181	26.957,84	R$ 215,66
002.174.143-38	2010076109			
FERNANDO MENDES REIS	FERNANDA-MR	CE00259735	31.432,32	R$ 251,46
040.382.673-00	1620023709			
FERNANDO MENDES REIS	FERNANDO-MR	CE00259721	31.432,32	R$ 251,46
040.382.673-00	1620023717			
FLAVIO BEZERRA DA SILVA	PATRICK LE BLANC	CE00211487	38.190,27	R$ 305,52
254.490.014-87	1610059905			
FLAVIO BEZERRA DA SILVA	VICENTE JUNIOR	CE00113158	44.791,06	R$ 358,33
254.490.014-87	1610045874			
FLAVIO ROBERTO DA COSTA	ESTRELA MATUTINA I	CE00007190	25.145,86	R$ 201,17
020.335.173-81	1630040932			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	MARLON FELIX	CE00263948	29.467,80	R$ 235,74
501.168.513-68	1630043486			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO I	CE00315558	133.125,12	R$ 1.065,00
501.168.513-68	1630047724			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO II	CE00302677	48.200,17	R$ 385,60
501.168.513-68	1630046825			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	UITALO NETO	CE00302669	53.250,05	R$ 426,00
501.168.513-68	1630046761			
FRANCISCO GILCRECIO DE VASCONCELOS	KAUANY VITÓRIA	CE00018735	20.218,38	R$ 161,75
862.841.933-00	1610052706			
FRANCISCO HELIO DA SILVA	O GRANDE REI I	CE00022328	19.469,55	R$ 155,76
386.296.905-34	1610054121			
FRANCISCO JOSE MONTEIRO GONZAGA	VENCEDOR ZZ	CE00302657	48.200,17	R$ 385,60
777.965.354-49	1630046809			
FRANCISCO SERGIO DA SILVA	ORIENTO F	CE00022434	14.976,58	R$ 119,81
929.464.533-91	1620012987			
FRANCISCO WENDELL MAIA	BUDAR	CE00262996	3.929,04	R$ 31,43
933.797.573-49	162M2013000057			
FRANCISCO WENDELL MAIA	MARIA CLARA FW	CE00287618	22.002,62	R$ 176,02
933.797.573-49	1620024071			
GEORGE MAIA DAMASCENO	GIBRALTAR	CE00018031	18.720,72	R$ 149,77

512.656.213-49	1810040680			
GEORGINO DO NASCIMENTO MAIA	DEUS NOS GUI I	CE00016347	20.218,38	R$ 161,75
506.132.433-15	1620019965			
GILVAN MAIA DAMASCENO	GEANE	CE00017895	22.464,86	R$ 179,72
986.912.873-49	1620013657			
JOAO CECILIO DE ARAUJO	JONAS	CE00019421	22.464,86	R$ 179,72
820.111.843-04	1620016303			
JOAO FERREIRA DA COSTA	M.J.C	CE00221458	15.975,01	R$ 127,80
355.748.103-44	1610063821			
JOAO PAULO SILVA DE SOUZA	EVERESTE IV	PB00208698	16.640,64	R$ 133,13
008.770.753-52	2010218221			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	THAYS A	CE00289796	47.925,04	R$ 383,40
710.710.913-87	1630046531			
JOSÉ AROLDO DE SOUSA	BRISO DO MAR	CE00007428	28.289,09	R$ 226,31
234.382.313-87	1820022781			
JOSÉ MARIA NASCIMENTO JÚNIOR	ZEZINHO RAQUEL ELC	CE00317996	134.456,37	R$ 1.075,65
925.160.093-72	1630047881			
JOSÉ TEODOLINO DAMASCENO	VIRGINIA CARLA	CE00025978	20.967,21	R$ 167,74
144.072.993-04	1620014904			
JOSÉ WILSON DA COSTA	MAGNOLIA	CE00095841	25.460,18	R$ 203,68
841.952.583-91	1620004551			
JOÃO JOSÉ CARVALHO DA SILVA	SANTA ROSA JJ	CE00097825	20.218,38	R$ 161,75
479.589.105-25	1620017059			
JURACI PEREIRA CRISPIM	CABO TIJUBARANA	CE00015311	22.464,86	R$ 179,72
857.072.013-00	1620011743			
KATIANE MELO DA SILVA	EU GALILEU	CE00305967	70.722,72	R$ 565,78
959.581.003-78	1630046558			
LARISSA GABRIELA DA COSTA	HEVERTON II	CE00308369	45.969,77	R$ 367,76
032.110.543-59	1620024403			
LARISSA GABRIELA DA COSTA	HEVERTON III	CE00314776	51.918,80	R$ 415,35
032.110.543-59	1620024446			
LUCIENE SIMÃO DE FREITAS	LUCILENE II	CE00020520	26.957,84	R$ 215,66
600.240.053-20	1620017067			
LUCIENE SIMÃO DE FREITAS	RIANOPOLIS	CE00023656	38.190,27	R$ 305,52
600.240.053-20	1620013193			
MANOEL LACERDA BATISTA LOPES	PENELOPE CH	CE00298507	60.039,66	R$ 480,32
033.870.973-87	1610069528			
MANOEL SATURNINO DA GUIA	SATURNINO I	CE00307127	28.289,09	R$ 226,31
011.185.028-25	1630041009			
MARCILIO DE SOUSA VAZ	ANA DA GLORIA	CE00313934	28.289,09	R$ 226,31
726.443.463-04	1630041556			
MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DA SILVA REBOUÇAS	MC ROGERIO	CE00023916	41.185,58	R$ 329,48
020.396.744-54	1610058496			
MARIA ELIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA	RUMO CERTO MB	CE00307297	88.750,08	R$ 710,00
782.995.433-04	1630047228			
MARIA EURENICE REBOUÇAS DE OLIVEIRA	F PESCA	CE00307195	47.148,48	R$ 377,19
175.654.484-00	1630046710			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL II	CE00264238	55.006,56	R$ 440,05
317.274.923-15	1630045888			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL III	CE00306357	47.925,04	R$ 383,40
317.274.923-15	1630046744			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL IV	CE00306287	47.925,04	R$ 383,40
317.274.923-15	1630046752			
MAURICIO BRANDÃO PESSOA	JOÃO SABINO I	CE00314788	78.543,82	R$ 628,35
782.069.363-00	1630047813			
NADIA SIMIÃO DOS REIS	FELIPE	CE00096757	38.190,27	R$ 305,52
004.869.743-59	2010075609			
NAISE SIMIAO DOS REIS	NARIA	CE00021784	25.460,18	R$ 203,68
032.847.643-99	1610060067			
PATRICIA MENDES ARAUJO REIS	MARIS-MR	CE00259709	31.432,32	R$ 251,46
430.492.143-68	1620023725			
PAULO CESAR MARQUES DAMASCENO	FLAMAR I	CE00017605	20.967,21	R$ 167,74
904.455.464-68	1620016141			
PAULO CESAR MARQUES DAMASCENO	JUBETE	CE00019649	13.478,92	R$ 107,83
904.455.464-68	1620018349			
PAULO HENRIQUE DE SOUZA	ANTONIO PAULINO	CE00307131	40.076,21	R$ 320,61
016.651.364-48	1620023539			
PEDRO ROMAO DE OLIVEIRA FILHO	JANAINA I	CE00018957	22.464,86	R$ 179,72
838.965.703-15	1620008858			
RAIMUNDO IRA DA SILVA E SOUZA	CALIFA	CE00015361	20.218,38	R$ 161,75
370.952.773-20	2010052013			
RAIMUNDO MANUEL DE SOUSA	RAIMUNDO PESCA	CE00307321	88.750,08	R$ 710,00
472.156.663-87	1620024390			
RAIMUNDO NONATO CARNEIRO DA COSTA	ELIZETE CRISTINA	CE00037315	20.218,38	R$ 161,75
446.480.902-25	1620017971			
RAYSSA HANNA DO NASCIMENTO HOLANDA	YESHUA JC	CE00307599	119.812,61	R$ 958,50
068.654.603-24	1630047201			
RINA ISABEL SILVA MARTINS	MARTHINS	CE00249958	47.925,04	R$ 383,40
017.953.023-21	1630045799			
RINA ISABEL SILVA MARTINS	RYNNA	CE00280008	47.925,04	R$ 383,40
017.953.023-21	1630046353			
RITA DE CASSIA DOS SANTOS	GAVIAO DO MAR	CE00017881	19.095,13	R$ 152,76
008.770.803-56	1620020246			
RODRIGO SIMÃO DE FREITAS	LUCILENE	CE00177498	26.957,84	R$ 215,66
054.664.933-50	1620016249			
RODRIGO SIMÃO DE FREITAS	SERGIO MALANDRO	CE00024940	19.469,55	R$ 155,76
054.664.933-50	1620018209			
RONALDO FAUSTINO DA SILVA	TAMBAU	RN00025260	20.218,38	R$ 161,75
776.125.583-00	1820021041			
RYUGO SILVA MARTINS	ADENOR MARTHINS	CE00305971	79.875,07	R$ 639,00
009.394.383-05	1630047171			
RYUGO SILVA MARTINS	OCEANN	CE00249960	47.925,04	R$ 383,40
009.394.383-05	1630045802			
SILVIO ANTÔNIO DE LIMA	DANIELA	CE00016099	25.460,18	R$ 203,68
318.186.333-53	1620007011			
TANIA MARIA DE LIMA SILVA	JERUSALEM V	CE00019149	20.967,21	R$ 167,74
585.007.583-68	1620015811			
UBIRATAN DE ALMEIDA FLORES	BENÇÃO DE DEUS MB	CE00302917	47.925,04	R$ 383,40
010.739.097-35	1630046949			
UELITO DE SOUZA	MOACIR I	CE00214079	26.717,47	R$ 213,74
443.974.614-49	1610062795			
VALDIZIO PEREIRA DA COSTA	04 DE JULHO	CE00013379	19.095,13	R$ 152,76
585.012.153-68	1620014009			
VALERIANO AUGUSTO DA COSTA	LAURINELIA	CE00020018	22.464,86	R$ 179,72
210.847.183-91	1820010953			
VALERIANO AUGUSTO DA COSTA	VILENA I	CE00264668	23.574,24	R$ 188,59
210.847.183-91	1620016010			
VICENTE DE PAULA DOS SANTOS	NATAN VP	CE00254019	42.433,63	R$ 339,47
974.782.453-15	1630042218			
ZULENE FREITAS DA SILVA	AGUA VIVA	CE00026178	35.943,78	R$ 287,55
160.528.818-79	1620016079			
TOTAL	93		3.797.724,97	R$ 30.381,80

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - ASSOCIAÇÃO VIRGEM PODEROSA DOS ARMADORES E PESCADORES DO TORROES (VIRGEM PODEROSA - CE)				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADYLLA COSTA BRAGA 026.911.223-52	AA PESCA 1630046621	CE00290151	47.925,04	R$ 383,40
ANA SHEILA DE SOUSA MONTEIRO 044.083.983-14	JOPE ANA 1610031709	CE00111948	41.185,58	R$ 329,48
ANDREINA MARCIANO GUILHERME 952.522.823-15	RIO IPIRANGA II 1630042072	CE00248188	40.436,76	R$ 323,49
ANDREINA MARCIANO GUILHERME 952.522.823-15	THALITA G 1630045543	CE00243626	41.185,58	R$ 329,48
ANTONIO ALVES DOS SANTOS 324.260.383-49	GIOVANA NEVES 1610058836	CE00123781	17.971,89	R$ 143,78
ANTONIO JOSE DE SOUSA 019.948.643-38	ADRIAN P 1630047686	CE00314578	95.406,34	R$ 763,25
ANTONIO JOSE DE SOUSA 019.948.643-38	SANTOARIO DA VIDA 1630039918	CE00244030	40.436,76	R$ 323,49
ANTÔNIO NELES RODRIGUES 809.635.013-72	ASA ALVES 1610046668	CE00014541	40.436,76	R$ 323,49
EDNEUDA SOUSA DA SILVA 035.482.083-47	TONY LUAN 1630046973	CE00306121	42.433,63	R$ 339,47
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUSA 005.788.033-64	GABRIEL SOUSA 1630045489	CE00214067	40.436,76	R$ 323,49
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUSA 005.788.033-64	LUDMILA 1630038458	CE00020534	26.957,84	R$ 215,66
FRANCISCA JULIANA DA SILVA DUARTE 985.151.523-04	JJ VASCONCELOS 1630045861	CE00247214	55.006,56	R$ 440,05
FRANCISCO ADONIRAN CARNEIRO ALVES 968.811.943-15	AMIGOS DE DEUS AM 1820023753	CE00020858	26.957,84	R$ 215,66
FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA 031.319.993-06	PH PESCA 1630046175	CE00267256	47.925,04	R$ 383,40
FRANCISCO CLAUDECI DE SOUSA 004.106.933-16	ELIAS I 1630043419	CE00248104	47.148,48	R$ 377,19
FRANCISCO JARBAS DA COSTA SILVA 640.364.723-72	TULIO FILHO 1620014424	CE00019827	25.085,76	R$ 200,69
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA 236.195.463-04	DÁDIVA DE DEUS PA 1630046400	CE00284448	47.925,04	R$ 383,40
FRANCISCO JUNIOR RODRIGUES 049.837.623-02	ERIKA 1610059611	CE00107177	33.322,88	R$ 266,58
FRANCISCO ZUQUINHA COSTA 457.012.023-72	ANA ROSA 1610054351	CE00014067	40.436,76	R$ 323,49
IRALDO DE SOUZA ARAÚJO 836.787.003-49	RENATA II 1610058348	CE00023598	20.218,38	R$ 161,75
JOSE ANDREI COUTO DOS SANTOS 035.957.933-74	SAO MANOEL IX 1610037154	CE00024764	26.957,84	R$ 215,66
JOSE CARLOS DOS SANTOS 832.109.383-34	CARLOS DANIEL 1620009251	CE00116210	22.464,86	R$ 179,72
JOSE EDMILDO PINTO OLIVEIRA 545.000.363-34	SAO PEDRO X 1610058470	CE00117594	26.957,84	R$ 215,66
JOSÉ AURISTENIO RODRIGUES 005.362.833-03	LIDIANOPOLES 1630038440	CE00020328	26.957,84	R$ 215,66
JOSÉ ELENILTON PINTO DE OLIVEIRA 839.480.233-87	ELAILTON 1610058551	CE00115786	29.204,32	R$ 233,63
JOSÉ RUBENS RODRIGUES 569.397.873-72	IARA PESCA 1610059425	CE00018499	26.957,84	R$ 215,66
JOYCE MUNIZ COUTO 005.921.423-61	THOMAS JC 1630047597	CE00314618	133.125,12	R$ 1.065,00
JOÃO JOSÉ DE VASCONCELOS FILHO 094.544.203-30	SOCORRO DUTRA 1630046051	CE00314598	87.476,52	R$ 699,81
LUIS ONESTALDO MARQUES 906.997.183-68	ELISANGELA ALVES 1610052684	CE00016817	20.218,38	R$ 161,75
LUIZ CARLOS DINIZ ALVES 975.609.873-20	MARIA TEREZA DI 1630047830	CE00315538	42.433,63	R$ 339,47
MANOEL ALBUQUERQUE DA COSTA 068.138.273-24	MT LAERTE 1630045110	CE00124241	42.433,63	R$ 339,47
MANOEL ALBUQUERQUE DA COSTA 068.138.273-24	ZACARIAS COSTA 1630046876	CE00306147	42.433,63	R$ 339,47
MARIA DO SOCORRO SANTANA MONTEIRO 047.247.453-71	SAO JORGE N 1610059395	CE00024574	23.962,52	R$ 191,70
MARIO CESAR DE SOUSA 764.804.703-97	MONTESINAI 1630039241	CE00021650	33.697,30	R$ 269,58
MATHEUS RIBEIRO COUTO 065.290.513-76	SOBRAGA 1630046302	CE00280460	47.925,04	R$ 383,40
PAULO ROGERIO DE SOUZA 893.285.583-87	ECLAZIARTE 1630038521	CE00095177	41.185,58	R$ 329,48
PEDRO HENRIQUE FERREIRA 019.948.633-66	TIAGO HENRIQUE 1620015153	CE00025344	22.464,86	R$ 179,72
RAIMUNDO DINIZ ALVES 021.801.483-05	MARIA DE JESUS JL 1630046116	CE00263646	42.433,63	R$ 339,47
RAIMUNDO DINIZ ALVES 021.801.483-05	PATRICIA PILAR III 1630042021	CE00007308	31.950,03	R$ 255,60
RAIMUNDO ESIO ALBUQUERQUE VIANA 377.890.583-04	RAÍ DM 1620014556	CE00023396	26.957,84	R$ 215,66
RITA MARCIANO FERREIRA 807.689.893-53	CIBELE MF 1630046981	CE00307537	44.375,04	R$ 355,00
RITA MARCIANO FERREIRA 807.689.893-53	LUCAS MF 1630046736	CE00306197	42.433,63	R$ 339,47
TOTAL	42		1.703.846,60	R$ 13.630,77

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPESCA - RN)				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
INPEL PESCADOS, INDUSTRIA, COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA 09.215.311/0001-42	IBIZA 211010448	RN00238349	147.339,00	R$ 1.178,71
MARCELO DE MELO MARTINI 053.897.484-25	SANTA PAULINA M 4430083304	RS00005308	106.084,08	R$ 848,67
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA 14.419.108/0001-28	NATAL PESCA IX 1610039581	PA00042178	78.258,62	R$ 626,07

OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	RIO JAPURÁ	PA00105889	127.693,80	R$ 1.021,55
14.419.108/0001-28	210163151			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	RIO POTENGI	RN00278909	109.914,89	R$ 879,32
14.419.108/0001-28	211018520			
OCEANO PESCA IMP. EXP. LTDA	TUNASA I	RN00006214	127.693,80	R$ 1.021,55
14.419.108/0001-28	210214996			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	JR LUCAS III	ES00149597	141.445,44	R$ 1.131,56
08.432.692/0001-59	3410387234			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	KIYOMA	RN00007638	127.693,80	R$ 1.021,55
08.432.692/0001-59	4010717025			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	LIDERANÇA	RN00070631	35.361,36	R$ 282,89
08.432.692/0001-59	1810052700			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	NUEVO RODRIGO DURAN	RN00007478	314.323,20	R$ 2.514,59
08.432.692/0001-59	2010076320			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	SANTA VITORIA M	RS00005598	104.905,37	R$ 839,24
08.432.692/0001-59	4430112967			
PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR EIRELI	STEPHANIE SEIF I	SC00008876	117.871,20	R$ 942,97
08.432.692/0001-59	4430117080			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	ALFA	RN00001918	141.445,44	R$ 1.131,56
04.372.832/0001-90	1210104229			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	LEAL SANTOS 7	RN00081448	149.303,52	R$ 1.194,43
04.372.832/0001-90	220030413			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	MARLIN II	RN00006976	129.658,32	R$ 1.037,27
04.372.832/0001-90	1630018473			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	MUCURIPE III	PB00118280	127.693,80	R$ 1.021,55
04.372.832/0001-90	210226641			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	NETUNO S	SC00008756	166.984,20	R$ 1.335,87
04.372.832/0001-90	210226731			
TRANSMAR - CAPTURA, IND. E COM. DE PESCADOS LTDA. - EPP	TRANSMAR I	RN00006798	102.155,04	R$ 817,24
04.372.832/0001-90	1610055462			
TOTAL	18		2.355.824,88	R$ 18.846,60

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - NAVEMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
NAVEMAR - IND E COM DE PESCADOS LTDA	ROMULO	RN00041994	113.942,16	R$ 911,54
10.658.513/0001-48	4010555645			
TOTAL	1		113.942,16	R$ 911,54

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - RN)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADELSON GUSTAVO COELHO PONCIANO	ALFREDO PESCA	RN00312388	133.125,12	R$ 1.065,00
046.172.494-43	1820052109			
ALDEMAR FERNANDES DE OLIVEIRA	NELUZIA	RN00303141	33.697,30	R$ 269,58
638.917.864-68	1820051897			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	ALICINHA I	RN00259235	23.574,24	R$ 188,59
009.865.454-30	1820051536			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	SÃO CRISTÓVÃO	RN00308521	44.375,04	R$ 355,00
009.865.454-30	1820051889			
ALDERI SANTIAGO DA SILVA	SÃO CRISTÓVÃO II	RN00308535	44.375,04	R$ 355,00
009.865.454-30	1820052095			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON	RN00222836	135.343,87	R$ 1.082,75
877.910.644-72	1820025055			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON IV	RN00314858	93.187,58	R$ 745,50
877.910.644-72	1820051811			
ANA MARIA DE OLIVEIRA	THAVISSON V	RN00316668	118.925,11	R$ 951,40
877.910.644-72	1820051919			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	ENZO GABRIEL	RN00315694	39.937,54	R$ 319,50
785.024.204-10	1820051838			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	LUIS DOS REIS II	CE00006918	40.076,21	R$ 320,61
785.024.204-10	1610065191			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA	WELITON I	RN00304855	55.006,56	R$ 440,05
785.024.204-10	1630045896			
EDGARDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR	CAINHAPAI	RN00314928	93.950,83	R$ 751,61
083.064.424-58	1820052044			
EDILENE FRANCISCA REBOUCAS	SANTO ANTONIO SEGUNDO	RN00024438	25.460,18	R$ 203,68
037.251.434-04	1810054206			
EDNILSON MATEUS PAULINO DE SOUZA	CAPITÃO CAIKE	RN00312390	94.518,84	R$ 756,15
093.642.974-74	1820052125			
ERIVERTO ARAUJO TEIXEIRA	ARTUR NETO	RN00014529	33.697,30	R$ 269,58
876.989.514-72	1820025098			
FRANCISCO BATISTA DE MELO	CARAPITANGA I	RN00270385	23.574,24	R$ 188,59
030.095.764-55	1830056867			
FRANCISCO COELHO DA SILVA JUNIOR	JULIANA I	RN00019675	35.194,95	R$ 281,56
229.373.664-49	1820024636			
FRANCISCO DAS CHAGAS ANDRE SANTIAGO	HENRIQUE CAMINHA	RN00271439	29.467,80	R$ 235,74
875.882.934-20	1820025012			
FRANCISCO DAS CHAGAS ANDRE SANTIAGO	VUAIS DO MAR	CE00026028	19.095,13	R$ 152,76
875.882.934-20	1620013240			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE - I	RN00252491	47.148,48	R$ 377,19
022.806.754-55	1820051722			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE II	RN00312410	88.750,08	R$ 710,00
022.806.754-55	1820051901			
FRANCISCO HUELIO REBOUCAS DA SILVA	PEDRO HENRIQUE III	RN00312408	139.337,63	R$ 1.114,70
022.806.754-55	1820052168			
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA FILHO	DUARTE NETO	RN00304829	71.076,33	R$ 568,61
029.647.814-86	1820051935			
FRANCISCO ZUDIMAR MAIA	NOBRE PESCA	RN00304841	58.575,05	R$ 468,60
039.415.314-68	1820051862			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	F Z MAIA	CE00312528	94.962,59	R$ 759,70
056.386.074-04	1820051986			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	FF MAIA	CE00312516	44.375,04	R$ 355,00
056.386.074-04	1820051927			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	NEYMAR	CE00205360	53.250,05	R$ 426,00
056.386.074-04	1820051609			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	TIRIRICA X	CE00234715	39.937,54	R$ 319,50
056.386.074-04	1820051625			
JERÔNIMO CALHEIRO DA SILVA	SANTANA	RN00024348	22.464,86	R$ 179,72
031.741.164-06	1620017857			
JOSE FRANCISCO DA SILVA	BISMARK I	RN00252011	39.937,54	R$ 319,50
423.699.084-91	1820051692			
JOSE FRANCISCO DA SILVA	BISMARK II	RN00308951	53.250,05	R$ 426,00
423.699.084-91	1820051871			
JOSE HAROLDO DE SOUZA	CIROMAR	RN00015685	20.218,38	R$ 161,75

012.823.344-33	1820023516			
JOSE MARIA DE SOUZA	TANGARA II	RN00025274	33.697,30	R$ 269,58
673.664.654-53	1820023389			
JOSE NILTON MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA II	RN00252405	55.006,56	R$ 440,05
012.060.204-07	1820051714			
JOSE NILTON MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA IV	RN00305231	57.687,55	R$ 461,50
012.060.204-07	1820052028			
JOSÉ FRANCISCO DE MELLO PEREIRA	MIGUEL FILHO I	RN00250149	39.937,54	R$ 319,50
263.661.777-91	1820051706			
JOSÉ FRANCISCO DE MELLO PEREIRA	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CE00041754	45.262,54	R$ 362,10
263.661.777-91	1620017768			
JUDAS TADEU COELHO DA SILVA	TANGARÁ I	RN00205338	39.937,54	R$ 319,50
139.038.884-00	1820051552			
LINDOMAR MAIA DA COSTA	NAVEGANTES VII	CE00231189	40.076,21	R$ 320,61
850.406.224-49	1610068661			
MARIA ALZENIR DE SOUZA SILVA	SILVIA MAR	RN00025070	22.464,86	R$ 179,72
423.706.474-34	1620016605			
MEDEIROS FABRÍCIO MAIA	ASTRO RN	RN00308517	78.490,57	R$ 627,92
737.107.094-15	1820052036			
NATHALIA DANTAS MAIA	MAGNATA X	RN00281160	53.250,05	R$ 426,00
113.880.414-21	1820051820			
OSMAR FRANCISCO MELO	RAINHA DE SABA	CE00035477	19.095,13	R$ 152,76
502.815.934-34	1620019108			
PGD DE ARAUJO - ME	AMIGO DE DEUS	CE00041908	39.937,54	R$ 319,50
20.728.871/0001-33	1610065590			
RAIMUNDA ANGELA DE OLIVEIRA FERNANDES	JONATHAN	RN00129589	33.697,30	R$ 269,58
750.675.014-72	1810054168			
RAIMUNDO NONATO MAIA	LN MAIA	RN00312220	107.032,60	R$ 856,26
673.656.394-15	1820052141			
RAIMUNDO NONATO MAIA	LULAMAR	RN00314980	57.687,55	R$ 461,50
673.656.394-15	1820051854			
RAIMUNDO NONATO MAIA	RN MAIA	RN00314978	107.032,60	R$ 856,26
673.656.394-15	1820052150			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SANTA BARBARA XVI	RN00314958	57.084,05	R$ 456,67
673.656.394-15	1820051978			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SORRISO	RN00007450	48.812,54	R$ 390,50
673.656.394-15	1820024911			
RAIMUNDO NONATO MAIA	SORRISO PESCA	RN00205358	53.250,05	R$ 426,00
673.656.394-15	1820051617			
RAIMUNDO REBOUÇAS NETO	RENASCER I	RN00258667	47.148,48	R$ 377,19
229.360.254-00	2930057041			
RAIMUNDO REBOUÇAS NETO	RENASCER III	RN00314738	78.490,57	R$ 627,92
229.360.254-00	1820052133			
THAVISSON RAIMUNDO REBOUÇAS	THAVISSON VI	RN00314860	130.462,62	R$ 1.043,70
092.931.484-04	1820052061			
TOTAL	54		3.135.408,25	R$ 25.083,27

Frota Pesqueira em Operação no Estado Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANTONIO AZARIAS DOS SANTOS	BRISA DO MAR VIII	AL00237377	5.893,56	R$ 47,15
593.693.884-00	2412223491			
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	ANDERSON	AL00222418	44.617,72	R$ 356,94
436.553.864-00	2010218361			
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	ANDRESSA V	AL00222266	44.617,72	R$ 356,94
436.553.864-00	2410132821			
CICERO MARCOS JOAQUIM SILVA	RAPOSA DO MAR 1	SE00070335	51.481,98	R$ 411,86
054.004.644-24	2610066571			
CICERO MARCOS JOAQUIM SILVA	RAPOSÃO	SE00049318	68.642,64	R$ 549,14
054.004.644-24	2610016140			
DALMO DE LIMA RAPOSO	ET I	AL00017191	5.616,22	R$ 44,93
700.858.204-82	2410153976			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARAMARU	AL00221910	25.740,99	R$ 205,93
395.382.224-15	2010075145			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARIA DAS NEVES	AL00221924	42.901,65	R$ 343,21
395.382.224-15	2412226440			
DIVALDO SANTIAGO DE SOUZA	MARIA DAS NEVES II	AL00226876	41.757,61	R$ 334,06
395.382.224-15	2420128001			
EDITE MARIA SANTOS MARINHO	QUEEN MARY II	AL00227674	43.473,67	R$ 347,79
053.090.634-12	2410148387			
EDNAURA MADALENA DOS SANTOS	HELIO JOSE	AL00226784	10.296,40	R$ 82,37
591.263.884-72	2412222614			
ELIENE BATISTA RAMALHO DOS SANTOS	ALEDSON	AL00224940	4.290,16	R$ 34,32
021.122.934-27	2420106458			
ELISÂNGELA BARBOSA DA CORRENTE	ADRIAN	SE00002238	22.880,88	R$ 183,05
037.311.414-18	2410141552			
ERIVALDO DOS SANTOS BATISTA	LUIZ OTAVIO	AL00222018	42.901,65	R$ 343,21
903.468.744-91	2412222967			
EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	ARAGÃO I	AL00222258	42.329,63	R$ 338,64
025.703.574-56	2010053788			
EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	EMANUEL VI	AL00246254	30.889,19	R$ 247,11
025.703.574-56	2420110137			
EVERALDO RIBEIRO DA SILVA	O VENCEDOR III	AL00244516	37.181,43	R$ 297,45
208.383.874-20	2412229805			
FERNANDO FERREIRA DE SOUSA	CEZAR 2	AL00218975	33.177,28	R$ 265,42
454.040.204-82	2412223564			
FLAVIO ELISIÁRIO DOS SANTOS	DOURADO II	AL00295747	7.072,27	R$ 56,58
048.045.054-40	2420130715			
FLÁBIO ELIZIÁRIO DOS SANTOS	STA LICIA II	AL00227088	17.160,66	R$ 137,29
048.001.604-64	2420104102			
GENILDO LUZ DOS SANTOS	ESCUDO DO CORAÇÃO DE JESUS	AL00278295	68.642,64	R$ 549,14
022.009.954-58	2412224323			
GENÉSIA SANTOS DA SILVA	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	AL00301399	25.168,97	R$ 201,35
032.775.674-86	2410149235			
GERSON BARNABÉ DOS SANTOS	EBENEZER	AL00221958	30.889,19	R$ 247,11
287.403.604-82	2410151051			
GILDO DE SOUZA SANTOS	PERAZO I	AL00264740	37.181,43	R$ 297,45
009.107.264-69	2410132171			
GILSON MARINHO JUNIOR	LUCIMARA	AL00264824	40.041,54	R$ 320,33
027.682.104-12	2010047281			
IDA MARIA VIEIRA DA SILVA	JOÃO PEDRO III	AL00227970	34.321,32	R$ 274,57
055.155.014-70	2412227667			
JOELMA LIMA COELHO	RISO DA MANHA II	AL00264754	42.901,65	R$ 343,21
043.664.834-24	2420053346			

JOSE ALDO PEREIRA	SANTA LICIA I	AL00286956	48.621,87	R$ 388,97
043.663.634-45	2412231273			
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	ISRAEL VI	AL00259805	54.342,09	R$ 434,74
020.454.304-56	2412226849			
JOSE BENEDITO DOS SANTOS	II IRMÃOS	AL00223548	34.321,32	R$ 274,57
382.871.884-15	2420127731			
JOSE DAMIAO DA SILVA	N S DE FÁTIMA	AL00222378	41.757,61	R$ 334,06
902.618.444-15	2210149584			
JOSE GILVANIO SANTANA DOS SANTOS	NETUNO IX	AL00223978	26.313,01	R$ 210,50
816.307.274-15	2420101618			
JOSE PAULO FERREIRA	BP FERREIRA	AL00223930	37.181,43	R$ 297,45
277.891.794-20	2420102134			
JOSE PAULO MARTINS	TALISMA II	AL00249910	28.601,10	R$ 228,81
026.136.654-83	2410126847			
JOSE RINALDO PAULINO DA SILVA	GAIVOTAO	AL00222110	22.880,88	R$ 183,05
677.812.764-34	2412224200			
JOSE SIONILDO DOS SANTOS	RIBAMAR I	AL00225690	25.168,97	R$ 201,35
061.615.304-06	2410153283			
JOSE WILLIAN DOS SANTOS	THALIA V	AL00297077	7.072,27	R$ 56,58
071.823.424-30	2412222533			
JOSEILDO PEREIRA DA SILVA	LAIO I	AL00229370	42.901,65	R$ 343,21
776.368.484-49	2410125972			
JOSIEL VENANCIO DA SILVA	MARLIN X	AL00229524	20.592,79	R$ 164,74
776.045.204-72	2410148506			
JOSIMAR DOS SANTOS CEZAR	PORTO DOS MILAGRES II	AL00219199	37.181,43	R$ 297,45
088.535.664-00	2412226997			
JOSIVALDO VENÂNCIO DA SILVA	O SR É MEU PASTOR 1	AL00296971	42.901,65	R$ 343,21
018.364.644-44	2412230862			
JOSÉ EVARISTO DOS SANTOS	CAPRICHO X	AL00224306	10.296,40	R$ 82,37
348.084.424-34	2410147101			
JÓRIO RODRIGUES SILVA	BELÉM IV	AL00226748	40.041,54	R$ 320,33
015.369.174-35	2410125174			
JÓRIO RODRIGUES SILVA	DRAKKAR VII	AL00016575	39.469,52	R$ 315,76
015.369.174-35	2410148204			
LOURDES MADALENA DOS SANTOS	FREI GALVÃO	AL00219037	8.643,89	R$ 69,15
039.141.408-95	2410153020			
LUCILVAN FERREIRA LEITE	MÃE RAINHA	AL00277139	34.321,32	R$ 274,57
046.242.454-58	2410155642			
LUCILVANIA FERREIRA BRITO	GIDEÃO I	BA00043548	177.326,82	R$ 1.418,61
054.429.784-93	2820082815			
LUIZ CASSIANO DOS SANTOS	RIOMAR	AL00222658	30.889,19	R$ 247,11
153.726.774-49	2412222584			
MARCELO AZARIAS DOS SANTOS	RAYLAN	AL00229356	6.864,26	R$ 54,91
044.252.244-42	2410148841			
MARCIO JOSE SANTOS MARINHO	QUEEN MARY III	AL00227696	28.601,10	R$ 228,81
032.322.444-08	2410152821			
MARCOS EUGENIO ARAUJO	CORDEIRO DE DEUS	AL00255781	34.321,32	R$ 274,57
651.894.184-72	2412229741			
MARIA CLEIA SOUZA DA PENHA	DANIELLY I	AL00232777	42.901,65	R$ 343,21
048.441.804-10	2410147747			
MARIA DAS DORES DA SILVA	CORREIO DO MAR	AL00222146	54.342,09	R$ 434,74
021.235.604-64	2412224919			
MARIA DE FATIMA PRAZERES DE OMENA	III IRMÃOS	AL00222386	41.757,61	R$ 334,06
861.051.754-34	2210127939			
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	TROPICAL II	AL00300397	42.901,65	R$ 343,21
484.521.654-04	2410144039			
MARIA GIRLEIDE DE SOUZA SANTOS	VICTOR VII	AL00219175	54.342,09	R$ 434,74
153.729.284-68	2410131042			
MARINILZA MELO BARROS	PINGUIM I	AL00222174	32.605,25	R$ 260,84
699.041.384-00	2420100328			
MARIO DOS SANTOS LIMA	SÃO LUIZ GONZAGA I	AL00219111	22.880,88	R$ 183,05
310.312.424-49	2420105176			
MARLON CRISTIANO SOUZA DE LIMA	BOM JESUS VI	AL00226600	40.041,54	R$ 320,33
083.470.024-79	2210149398			
MARLON CRISTIANO SOUZA DE LIMA	PERAZO II	AL00226628	34.321,32	R$ 274,57
083.470.024-79	2420107454			
MAURICIO MORAES DE MESSIAS	ELSHADAY	SE00002260	34.321,32	R$ 274,57
020.345.324-73	2610016891			
MIRALDO BISPO DOS SANTOS	TRIUNFO I	SE00002138	54.342,09	R$ 434,74
063.712.814-10	2010055110			
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	MAR DE PRATA I	AL00222004	54.342,09	R$ 434,74
051.808.254-74	2412225125			
SAMUEL ISAQUE DE SANTANA	PROFETA SAMUEL	AL00243450	34.321,32	R$ 274,57
689.366.134-72	2412223955			
SEBASTIÃO BASÍLIO DA SILVA	VIAJANTE I	AL00229510	10.296,40	R$ 82,37
860.368.234-87	2410126979			
SIDNEY SOUZA SANTANA	ABENÇOADO DE DEUS	AL00300295	36.609,41	R$ 292,88
025.975.664-47	2410138951			
TANMYLYS GONCALVES BEZERRA	PERSEVERANCA	AL00271211	51.481,98	R$ 411,86
373.883.658-69	2420116909			
VALDERI DOS SANTOS	BARÃO I	AL00249648	41.185,58	R$ 329,48
209.603.954-15	2410155871			
TOTAL	68		2.465.677,75	R$ 19.725,42

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADO DE PIRAMBU (APPP - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
MARIA DE LOURDES GOMES	LETICIA VITORIA I	SE00257371	51.481,98	R$ 411,86
274.497.775-68	1620006073			
MARIA ELIENE DOS SANTOS	CESAR I	SE00070405	51.481,98	R$ 411,86
018.000.215-50	2610015968			
VERONICA SILVA SANTOS	TROIA 1	SE00321211	68.642,64	R$ 549,14
829.223.815-87	2610077017			
TOTAL	3		171.606,60	R$ 1.372,85

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DA GRANDE ARACAJU (ASSAPAJU - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AGAUDANTAS DE ALMEIDA	ENG III	SE00070309	68.642,64	R$ 549,14
209.313.105-63	2610078978			
AGAUDANTAS DE ALMEIDA	ENG IV	SE00168387	75.506,90	R$ 604,06
209.313.105-63	2610107919			
BERNARDO SOARES BARROSO	SAMARITANO II	SE00002274	34.321,32	R$ 274,57
113.973.303-68	2610016930			
ERIVALDO BEZERRA DA SILVA	KING II	SE00213425	51.481,98	R$ 411,86
588.153.175-20	2610016450			
EVILASIO MARTINS DA SILVA FILHO	ELISEU	SE00319494	78.367,01	R$ 626,94
965.450.625-49	2610110961			
GILVANIO DA SILVA ANDRADE	ANDRADE	SE00228726	26.625,02	R$ 213,00

014.583.985-01	2610078765			
GINEIDE TELES BARBOSA	AJUMAR	SE00002498	68.642,64	R$ 549,14
591.648.165-91	2610078960			
JOSE FRANCISCO DA CONCEIÇÃO	TIMONEIROS	SE00070359	51.481,98	R$ 411,86
026.014.564-50	2610076444			
JOSE WELLINGTON DA SILVA ANDRADE	TIMONEIROS IV	SE00002330	40.041,54	R$ 320,33
724.583.645-00	2610062087			
JOSELIA CRUZ FREIRE DE CARVALHO	LUANA L	SE00234011	68.642,64	R$ 549,14
340.115.525-34	2610108729			
JOSELIA CRUZ FREIRE DE CARVALHO	LUANA LI	SE00234037	68.642,64	R$ 549,14
340.115.525-34	2610108711			
JOÃO MARIA VENÂNCIO DE ARAÚJO	AQUILES V	SE00259759	51.481,98	R$ 411,86
861.151.035-68	2610078595			
JUAREZ DE ARAUJO LIMA	DISTRIMAR II	SE00070347	25.740,99	R$ 205,93
017.957.685-25	2210066140			
MARCELA BARBOSA DO ESPÍRITO SANTO	MUGAU	SE00230857	34.321,32	R$ 274,57
062.206.885-70	2610017189			
MARIA DO CARMO DOS SANTOS LIMA	GIVALDINHO	SE00002506	102.963,96	R$ 823,71
478.102.035-68	2610078994			
MARIA ELINETE GOMES DA SILVA	OTAVIO IV	SE00002478	113.294,68	R$ 906,36
455.068.335-04	2610077602			
MARIA ROZILDA DOS SANTOS	LUIZA I	SE00322717	57.202,20	R$ 457,62
693.205.005-68	2610110553			
MARLUCE LIMA FARIAS	ATLANTICO	SE00070437	51.481,98	R$ 411,86
976.790.205-82	2610076169			
MARLUCE LIMA FARIAS	PORTO REAL I	SE00070441	51.481,98	R$ 411,86
976.790.205-82	2610064357			
PATRICIA MOURA DA SILVA	WILLIAM I	SE00168391	64.066,46	R$ 512,53
662.635.225-34	1620007967			
PATRICIA MOURA DA SILVA	WILLIAM II	SE00070455	51.481,98	R$ 411,86
662.635.225-34	2610016115			
RONALDO BISPO DOS SANTOS	RONALDO X	SE00213285	68.642,64	R$ 549,14
013.073.145-54	2610108281			
TOTAL	22		1.304.556,48	R$ 10.436,45

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PIRAMBU (CONDEPI - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO	ESPERANÇA I	SE00002380	34.321,32	R$ 274,57
149.403.885-49	2610075341			
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO	ESPERANÇA II	SE00039557	51.481,98	R$ 411,86
149.403.885-49	2610076673			
MANUEL JAILTON SANTOS	BAMBULUA	SE00002464	34.321,32	R$ 274,57
347.845.355-00	2610077491			
MARIA ISABEL DOS REIS	MANOEL REIS	SE00002366	51.481,98	R$ 411,86
590.900.575-87	2610074255			
VALDSON GOMES DOS SANTOS	G. SANTOS	SE00002084	28.601,10	R$ 228,81
068.419.535-68	1620016095			
VALDSON GOMES DOS SANTOS	JOAO VICTOR	SE00002378	40.041,54	R$ 320,33
068.419.535-68	2610075260			
TOTAL	6		240.249,24	R$ 1.921,99
Frota Pesqueira em Operação no Estado Espírito Santo - COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z05 MARIA ORTIZ (COLONIA Z05 - ES)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADEMILTON DOS REIS JESUS	BOLÃO II	ES00106419	47.148,48	R$ 377,19
714.100.157-34	3410234918			
ALECIO REIS PASSOS FILHO	JOÃO VICTOR I	ES00163461	51.481,98	R$ 411,86
116.201.247-18	3877046134			
ALMIRO DE FREITAS	CREILEI	ES00075049	10.296,40	R$ 82,37
558.125.117-72	3410133640			
ALOIR DUARTE	MARINALVA	ES00095975	68.642,64	R$ 549,14
022.696.127-36	3850004872			
BRAZ CLARINDO FILHO	RIBEIRO DE AGUAS I	ES00099447	65.782,53	R$ 526,26
015.275.657-42	4010281693			
BRAZ CLARINDO FILHO	SALMO 40	PR00091447	102.963,96	R$ 823,71
015.275.657-42	4211453572			
CELSO HENRIQUE LUCHINI	3 DE MAIO I	ES00070797	34.321,32	R$ 274,57
071.379.327-97	3430046343			
CHARLES VIEIRA DE FREITAS	INDIO BALA	RJ00080066	54.342,09	R$ 434,74
094.204.337-57	3850008622			
CRISLLEY MEIRELES ANDRADE	NAVEGANDO COM JESUS	RJ00119430	51.481,98	R$ 411,86
108.867.347-38	3877046819			
ERNANDO SIQUEIRA SANTOS JUNIOR	MAR - ZINHO I	RJ00075201	12.584,48	R$ 100,68
017.399.737-63	3870058757			
FABIO DE REZENDE BASILIO	DOM JEAM IV	ES00076261	28.029,08	R$ 224,23
860.716.297-72	4430086664			
FABIO DE REZENDE BASILIO	ROSANIA	ES00091175	65.782,53	R$ 526,26
860.716.297-72	4430032572			
FABIO DE REZENDE BASILIO	SIMBA III	ES00092621	82.943,19	R$ 663,55
860.716.297-72	3430040116			
FERNANDO GUIMARÃES AMARAL	GEMINI	ES00104911	70.722,72	R$ 565,78
079.758.486-20	3410230106			
JOLETO FRANCISCO VALGAS	KIAROA V	ES00092325	68.642,64	R$ 549,14
523.371.899-53	3410386548			
MARCELLO DIOVANNI HELMER DA COSTA	MARCELLOS MAR	ES00163519	51.481,98	R$ 411,86
030.842.497-25	3877047319			
PAULO CÉSAR DA SILVA	GANESHA I	SP00078485	65.782,53	R$ 526,26
802.709.997-87	4030102174			
WESLEY MEIRELES ANDRADE	DEUS ME ACOMPANHA	RJ00119684	51.481,98	R$ 411,86
055.306.707-92	3877047301			
ZEZITO DA SILVA LEITE	SKIAMAR II	ES00041156	49.765,91	R$ 398,13
098.089.238-44	3870059371			
TOTAL	19		1.033.678,42	R$ 8.269,43

Frota Pesqueira em Operação no Estado Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES, MARICULTORES, PESCADORES DO MUNICIPIO DE ANCHIETA (AMPA - ES)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ALDEMAR SILVA DOS ANJOS	LIMAR	ES00084448	10.296,40	R$ 82,37
762.107.317-91	3410230424			
AMARILDO DOMINGOS TEIXEIRA	ZANI	ES00175260	13.756,26	R$ 110,05
001.732.147-62	3410385045			
ANDERSON DE SENNA TEIXEIRA	PORTO SEGURO	ES00089878	6.292,24	R$ 50,34
083.889.797-52	3420051425			
EDIVAL ALVES ERNESTO	HENRIQUE	ES00003100	10.296,40	R$ 82,37
055.401.417-33	3410232443			
EDSON DE SENA CARDOZO	CHEGADO	ES00008256	10.296,40	R$ 82,37
008.135.687-06	3420052685			
GENECY DAS NEVES NOGUEIRA	VITORIA DE CRISTO	ES00080698	6.292,24	R$ 50,34
488.102.407-82	3420014724			
HAROLDO TAURINO JOSE	FILHOS E NETOS I	ES00079565	6.292,24	R$ 50,34
653.135.857-20	3410237011			
INGRID SANGALI CARDOSO	BOA VISTA II	ES00192700	86.438,88	R$ 691,51
095.870.647-63	3410388061			
JALDEMAR SILVA FRONTINO	HEITOR	ES00047278	10.296,40	R$ 82,37
005.386.547-24	3410241604			
JOBSON BEDIN QUINTEIRO	FORÇA JOVEM	ES00078161	10.296,40	R$ 82,37
043.750.077-29	3420051387			
JOSE CARLOS MATTOS FERNANDES	CHERRY MAR	ES00074469	6.292,24	R$ 50,34
716.781.747-34	3420052600			
JOSE CARLOS MENDES SIMOES	M.D.M	ES00003150	6.292,24	R$ 50,34
085.790.127-32	3410237356			
JOSÉ EWALTER SANT ANA FARIAS	MAKAIRA	ES00093025	10.296,40	R$ 82,37
693.023.087-15	3410231170			
JOSÉ LYRIO BISSA	PROMESSA DE DEUS II	ES00128959	29.467,80	R$ 235,74
074.892.217-22	3410231676			
JOÃO BATISTA MIRANDA FLORENTINO	MARVIMAR	ES00003220	10.296,40	R$ 82,37
688.525.257-34	3420046430			
LEOMAR DE OLIVEIRA NEVES	PRESENÇA DE DEUS	ES00140189	21.609,72	R$ 172,88
097.405.447-03	3410233032			
LEONESIO LYRIO BISSA	DOIS IRMÃO	ES00083236	6.292,24	R$ 50,34
111.632.887-99	3420052804			
LOCIVAL SIMOES	A.V.B	ES00169471	4.067,71	R$ 32,54
558.518.437-72	3410242490			
MARINEUZA ALVES ERNESTO	SAO SALVADOR	ES00003178	68.642,64	R$ 549,14
088.747.657-03	3420028181			
NEY BARBOZA PEREIRA	RCC I	ES00148099	7.987,51	R$ 63,90
978.239.967-15	3420045816			
OTHON LINO PINTO MACHADO	MAR DE VITORIA	ES00114374	8.135,42	R$ 65,08
886.517.117-00	3410232583			
OTONIEL GOMES ROCHA	ORADOR	ES00093747	6.656,26	R$ 53,25
094.233.987-82	3420048441			
PEDRO PAULO DE MATOS	MERO	ES00086956	6.292,24	R$ 50,34
450.862.496-00	3420031289			
RICHARDSON BEDIN QUINTEIRO	SONHO DE CRIANÇA	ES00003148	10.296,40	R$ 82,37
090.126.737-63	3410237101			
RILDO GARCIA DA COSTA	BOREAL	ES00003128	10.296,40	R$ 82,37
816.904.447-20	3410235361			
ROSIANE ALVES ERNESTO FRANCISCO	LUDAY	ES00109557	47.148,48	R$ 377,19
099.674.697-81	3410234403			
SANDRO RIBEIRO FALCAO	AGRADEÇO A DEUS	ES00108021	47.148,48	R$ 377,19
098.492.597-01	3410237551			
SILVIO MENEGUELLE FRANCISCO	MHT	ES00142147	7.072,27	R$ 56,58
098.431.257-97	3420047738			
WALLAS ERNESTO GARCIA	JARDIM DO EDER	ES00109147	56.971,08	R$ 455,77
072.809.087-21	3410238174			
ZEIR PINTO DE MORAES	FUZIL	ES00078295	5.720,22	R$ 45,76
790.456.937-04	3420015101			
ZIL PINTO DE MORAES	ARAUJO I	ES00119156	12.584,48	R$ 100,68
488.951.217-91	3420040822			
TOTAL	31		560.120,49	R$ 4.480,96

Frota Pesqueira em Operação no Estado Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES, EXTRATIVISTAS E MARICULTORES DE SANTA CRUZ (APEMASC - ES)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADENILDO MACHADO	EMANOEL I	ES00076819	51.481,98	R$ 411,86
925.402.607-72	3430024706			
ARLEI CARLOS DOS SANTOS FREITAS	MOURA	ES00118956	20.592,79	R$ 164,74
905.924.687-04	3850002314			
CARLOS MACIEL FREITAS TEIXEIRA	ALELUIA I	PR00072285	91.523,52	R$ 732,19
102.175.057-32	4010394421			
CLAUDIO LUIZ MIGUEL DE SOUZA	MAR AZUL IV	RJ00119428	51.481,98	R$ 411,86
819.875.957-34	3877046070			
GETULIO FERNANDES DE SOUZA	VAI E VEM	RJ00081674	40.041,54	R$ 320,33
623.461.727-15	3877042121			
JOSÉ ARTHUR ALPOHIM CARVALHO	ITAMARACÁ IX	ES00117698	47.148,48	R$ 377,19
873.538.227-91	3410240616			
LUCIANO DE ALMEIDA SCIAMMARELLA DE SANTANNA	VITORIA MAR	RJ00051875	88.403,40	R$ 707,23
121.871.817-07	3877041027			
NORATO PESSANHA CRUZ	SILVANIA	RJ00092551	51.481,98	R$ 411,86
108.322.987-78	3850011461			
SAMUEL MOREIRA	SANTA - FÉ	ES00117706	45.183,96	R$ 361,47
945.271.997-49	3420049188			
SOLANGE VIEIRA SOBRINHO	EDUARDA SOPHIA	ES00163531	51.481,98	R$ 411,86
020.245.157-70	3410385819			
TOTAL	10		538.821,61	R$ 4.310,57

Frota Pesqueira em Operação no Estado Espírito Santo - ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE VILA VELHA (APEVIL - ES)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
NITSADELI DE CAMPOS NASCIMENTO	JU-MAR	ES00126465	35.361,36	R$ 282,89
126.243.257-00	3420053011			
ROMILDO SILVA	PITUA	ES00125417	47.148,48	R$ 377,19
317.537.287-20	3410147446			
ROSALINA BATISTA DE MORAES ALMEIDA	JESUS E FIEL	ES00081518	59.721,41	R$ 477,77
017.296.607-89	3410237402			
TOTAL	3		142.231,25	R$ 1.137,85

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AMANDA ALVES DE ALMEIDA MUJO	J.P. LOPES	RJ00038217	154.445,94	R$ 1.235,57
022.332.787-55	3810168114			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	ANGA III	RJ00003678	185.907,15	R$ 1.487,26
319.433.577-49	3810395382			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	SÃO JOSÉ R	SC00009230	166.458,40	R$ 1.331,67
319.433.577-49	4010555777			
AMÉRICO FILIPE RAMOS E OUTRA	VÔ JOÃO	RJ00038729	185.907,15	R$ 1.487,26
319.433.577-49	3810395421			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	IMPERADOR	SC00009918	137.285,28	R$ 1.098,28
104.023.787-84	4010126477			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	IMPERADOR II S	RS00004984	165.886,38	R$ 1.327,09
104.023.787-84	4410169483			
ANDERSON SETUBAL DOS SANTOS	SETUBAL	SC00009848	188.767,26	R$ 1.510,14
104.023.787-84	4010223189			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	BRAZAO	RJ00003304	94.296,96	R$ 754,38
869.506.907-97	3810060101			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	CARINHOSO	SP00004314	87.519,37	R$ 700,15
869.506.907-97	4010315423			
ANIBAL RODRIGUES DE SOUSA	PROVERBIOS	ES00136208	47.148,48	R$ 377,19
869.506.907-97	3410234411			
ANTONIO JOSÉ FRANCISCO	ALARRIBA	RJ00003268	94.296,96	R$ 754,38
958.987.357-04	3810029882			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	DOM SEBASTIÃO	RJ00038065	152.729,87	R$ 1.221,84
247.055.007-68	4010330236			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	LUZ SOLAR	RJ00005198	143.005,50	R$ 1.144,04
247.055.007-68	4430069069			
ANTÔNIO SILVESTRE VIEIRA NUNES E OUTRO	LUZ SOLAR I	RJ00005238	154.445,94	R$ 1.235,57
247.055.007-68	4430077151			
AURELINO COTA DOS SANTOS	VALENTE DE DAVI I	SC00009216	171.606,60	R$ 1.372,85
415.410.909-00	4430067317			
EDUARDO DE FARIA MIRANDA	JOSÉ ALMIR I	RJ00093817	201.351,74	R$ 1.610,81
836.443.007-63	4010137657			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	BATUTA IV	RJ00003974	152.729,87	R$ 1.221,84
012.467.107-14	4010128381			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	ISAMAR V	RJ00003578	205.927,92	R$ 1.647,42
012.467.107-14	3810339032			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	LUCIANA ANDRADE	RJ00004554	154.445,94	R$ 1.235,57
012.467.107-14	4010555700			
FLAVIO SILVA COSTA VELHO	KADOSH II	SC00187067	61.685,93	R$ 493,49
738.101.007-06	4430123543			
GERALDO LOUZANO PEIXOTO DE ALENCAR	RIO AMAZONAS I	RJ00103155	108.684,18	R$ 869,47
010.509.977-51	4430079692			
GERALDO LOUZANO PEIXOTO DE ALENCAR	RIO AMAZONAS II	RJ00040146	171.606,60	R$ 1.372,85
010.509.977-51	3810358444			
JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	JOSÉ IGNÁCIO	RJ00038205	152.729,87	R$ 1.221,84
004.170.997-70	4010258543			
JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	MAR DA TRANQUILIDADE	RJ00038287	244.253,39	R$ 1.954,03
004.170.997-70	3810069868			
JOSÉ IGNÁCIO FIGUEIREDO DO COUTO	MENINO DO RIO I	RJ00005408	169.318,51	R$ 1.354,55
004.170.997-70	4430091749			
JOÃO VIANA ESPOGEIRO	ESTRELA DALVA II	RJ00003544	137.285,28	R$ 1.098,28
726.140.057-20	3810236608			
JOÃO VIANA ESPOGEIRO	MENINO DO RIO	RJ00005718	169.318,51	R$ 1.354,55
726.140.057-20	4450106440			
MARCELO HIPÓLITO MENDONÇA	FONTE BOA I	RJ00002068	214.508,25	R$ 1.716,07
885.637.237-15	1610056931			
MOACIR BENEVIDES	POLYANNA I	RJ00003854	74.651,76	R$ 597,21
730.344.607-91	4010056061			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA	SC00010899	165.886,38	R$ 1.327,09
082.851.787-81	4430078661			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA I	SC00010717	134.425,17	R$ 1.075,40
082.851.787-81	4430082031			
NIVERO FERNANDO AMENDOLA E OUTRO	COSTA AMENDOLA II	SC00010205	171.606,60	R$ 1.372,85
082.851.787-81	4430067333			
OANES MARTINS CORREA FILHO	DONA ZICA I	RJ00004526	171.606,60	R$ 1.372,85
638.104.337-72	4010555548			
PAULO RENATO DE ANDRADE	NATALIA STRAUCH	RJ00004518	166.458,40	R$ 1.331,67
800.881.397-00	4010555530			
REGINALDO SOARES CAMARA	FUNELLI	RJ00005254	165.886,38	R$ 1.327,09
845.386.437-34	4430078084			
REGINALDO SOARES CAMARA	PS 101	RJ00005586	165.886,38	R$ 1.327,09
845.386.437-34	4430112908			
REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO	CALAMAI II	RJ00170394	165.886,38	R$ 1.327,09
084.378.207-23	3810447056			
RICARDO GIGLIO CAVALIERE	SENHORA DO MAR I	RJ00003458	200.207,70	R$ 1.601,66
966.215.167-20	3810214825			
RICARDO SOARES CAMARA	SENHORA DO MAR	RJ00038565	137.285,28	R$ 1.098,28
639.431.077-87	3810057932			
TOTAL	39		5.993.340,26	R$ 47.946,72

Frota Pesqueira em Operação no Estado São Paulo - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAPESP - SP)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MAR	SP00003988	137.285,28	R$ 1.098,28
016.874.178-49	4010137690			
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MARINA	SP00004174	185.907,15	R$ 1.487,26
016.874.178-49	4010211563			
BRUNO GUSTAVO SANTOS	NOVO MILÊNIO	SP00038349	183.047,04	R$ 1.464,38
285.214.168-06	4010500174			
CICERO EVANDRO ANTUNES VIEIRA	DIEGO LUCAS	SP00159540	165.886,38	R$ 1.327,09
023.597.194-40	4010113979			
EDUARDO COTON PRESADO MATOS	TRIMAR IV	SP00012225	101.091,89	R$ 808,74
197.560.418-03	3810214477			
FERNANDA MARIA SANTANA MENDES	SHEKNAH II	SP00005036	171.606,60	R$ 1.372,85
297.356.148-55	4430043361			
FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN MAR	SP00004610	166.458,40	R$ 1.331,67
121.324.338-60	4010588543			

FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN SOL I	SP00007618	166.458,40	R$ 1.331,67
121.324.338-60	4010555599			
FRANCISCO RICARDO TORRES CARBIA	GRAN VENTURA	SP00004434	99.968,64	R$ 799,75
121.324.338-60	4010449608			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VI	SP00001954	105.390,72	R$ 843,13
45.506.946/0001-62	1610044029			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VII	SP00004646	166.458,40	R$ 1.331,67
45.506.946/0001-62	4010716916			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE VIII	SP00004658	166.458,40	R$ 1.331,67
45.506.946/0001-62	4010745576			
HOFFMAN DE OLIVEIRA E OUTRO	GAROPÃO I	RJ00003530	165.886,38	R$ 1.327,09
420.328.858-40	3810233960			
HOFFMAN DE OLIVEIRA E OUTRO	GAROPÃO II	RJ00038717	125.844,84	R$ 1.006,76
420.328.858-40	3810339628			
HÉLIO NUNES MARCELINO	LISA I	SP00042318	185.907,15	R$ 1.487,26
108.513.498-97	4010807920			
ISMAEL COELHO	AGUAS CLARAS M	SP00047806	74.651,76	R$ 597,21
298.378.639-00	4450079124			
ISMAEL COELHO	MORENO I	SP00004878	85.803,30	R$ 686,43
298.378.639-00	4040095863			
ISMAEL COELHO	TROVÃO AZUL I	SP00127615	35.361,36	R$ 282,89
298.378.639-00	4430095175			
ISMAEL COELHO	ÁGUA MARINHA I	SP00037917	82.371,17	R$ 658,97
298.378.639-00	4430053626			
JOEL SOUSA GOMES	NOVA ESPERANCA - III	SP00088074	51.481,98	R$ 411,86
339.812.993-53	4430062579			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO	SP00005338	60.900,12	R$ 487,20
133.596.118-61	4430090289			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO I	SP00012927	121.684,68	R$ 973,48
133.596.118-61	4010555521			
JOSÉ RICARDO SIVIERO	SIVIERO III	SP00012939	107.239,68	R$ 857,92
133.596.118-61	4430082553			
KHADUN BARBOSA LIMA	PEREIRA LIMA	SP00038001	152.729,87	R$ 1.221,84
338.523.848-00	4010330031			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE V	SP00038159	200.207,70	R$ 1.601,66
506.880.908-00	1610044037			
LUIGI FRANZESE	JOAO PAULO I	SC00009026	185.907,15	R$ 1.487,26
506.880.908-00	4430064431			
LUIGI FRANZESE	JOAO PAULO II	SC00009038	185.907,15	R$ 1.487,26
506.880.908-00	4430064776			
LUIGI FRANZESE	SAN LUCIDO	SP00038515	87.987,38	R$ 703,90
506.880.908-00	4010131080			
LUIGI FRANZESE	SÃO JOÃO V	SP00038527	143.005,50	R$ 1.144,04
506.880.908-00	4010298766			
LUPERCIO ALVES FILHO	JAGUAR	SC00009970	154.445,94	R$ 1.235,57
531.224.459-72	4430079617			
MARCIO ANTÔNIO SILVA DE JESUS	QUEBRA MAR II	SP00004470	57.285,40	R$ 458,28
062.260.988-21	4010527706			
MARCIO CAMPOS ASSUMPÇÃO BUENO	JUVENTUDE I	SP00103187	154.445,94	R$ 1.235,57
252.011.278-60	4410117301			
MARCIO DE OLIVEIRA CARVALHAL	BEIRA MAR I	SP00091827	51.481,98	R$ 411,86
097.803.688-33	4040062248			
MICHEL DA SILVA FRAGOSO	DOM MIGUEL I	RJ00241086	97.243,74	R$ 777,95
271.927.868-88	3820103945			
MICHEL DA SILVA FRAGOSO	DOM MIGUEL III	SP00004294	85.803,30	R$ 686,43
271.927.868-88	4010282070			
MÁRIO HENRIQUE HOFFMANN	GAROTA LINDA	SP00004406	152.729,87	R$ 1.221,84
025.609.198-69	4010415967			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU II	SP00040314	146.437,63	R$ 1.171,50
311.142.758-75	4010329823			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU III	SP00040328	152.729,87	R$ 1.221,84
311.142.758-75	4430049734			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU IV	RJ00217489	95.527,67	R$ 764,22
311.142.758-75	4430111472			
PAULO RICARDO DE LIMA INTRIERI	PADU V	SP00004708	65.782,53	R$ 526,26
311.142.758-75	4030064663			
RENATO DE SOUZA SIQUEIRA	MARILIA V	SP00004850	102.963,96	R$ 823,71
273.480.988-51	4040065115			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR I	SP00040110	119.812,61	R$ 958,50
260.397.488-26	4010808781			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR III	SP00007640	125.729,28	R$ 1.005,83
260.397.488-26	4010808799			
RODRIGO ALOISE FRANZESE	FRANZESE IV	SP00001988	200.207,70	R$ 1.601,66
216.772.788-70	1610048881			
THIAGO MORAIS CESAR	CONFIANÇA M	SC00009398	108.684,18	R$ 869,47
288.227.468-80	4010086840			
THIAGO MORAIS CESAR	TRIMAR	SP00101589	74.362,86	R$ 594,90
288.227.468-80	4030156037			
TIFFANY SANTOS DATOGUIA	AGUA VIVA I	SP00004920	58.034,23	R$ 464,27
404.140.318-90	4410098110			
TIFFANY SANTOS DATOGUIA	CARIBE	SP00004110	125.428,82	R$ 1.003,43
404.140.318-90	4010156490			
ÉRICA TEREZINHA FERNANDES	DONA TEREZINHA FII	SP00003958	131.565,06	R$ 1.052,52
307.669.848-69	4010118202			
TOTAL	49		6.129.597,04	R$ 49.036,78

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI- SC)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ABELARDO ADRIÃO PINHEIRO	ESTRELA DE OURO II	SC00009780	185.907,15	R$ 1.487,26
224.415.818-72	4010555637			
ACACIO ARISTIDES BALTAZAR	DUDA BALTAZAR	SC00046148	117.871,20	R$ 942,97
042.694.259-03	4030217907			
ADALTO LUCAS DOS SANTOS	DON LUCAS S	SC00009588	165.886,38	R$ 1.327,09
022.419.299-05	4430084467			
ADEMAR EVARISTO GONÇALVES	REI DE ISRAEL B	SC00190696	102.963,96	R$ 823,71
398.158.899-15	4430482071			
ADILSON DOMINGOS FERREIRA	PRIMAVERA XVI	SC00012725	136.823,04	R$ 1.094,58
828.670.389-87	4430091447			
ADRIANO CAMILO	FLOR DO ORIENTE	SC00173338	183.047,04	R$ 1.464,38
939.684.189-72	4430480486			
ADRIANO WALFREDO DA SILVA	ESTRELA DE ISRAEL C	SC00262890	102.963,96	R$ 823,71
924.208.509-04	4430491330			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX	SC00013235	151.244,93	R$ 1.209,96
584.825.809-06	4430122156			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX A	SP00126395	166.458,40	R$ 1.331,67
584.825.809-06	4010588551			
AGNALDO HILTON DOS SANTOS	PRIMAVERA XX AB	SP00037935	157.306,05	R$ 1.258,45
584.825.809-06	4010588560			
ALAN ISMAEL DOS SANTOS	VÔ MINGO	SC00011007	117.871,20	R$ 942,97
044.396.689-33	4430116415			

ALCINESIO IRINEU BITTENCOURT	O ESPLENDOR	SC00010399	185.907,15	R$ 1.487,26
531.224.029-04	4610040549			
ALEX VALDO DE SOUZA	IGOMAR SI	SC00009054	108.684,18	R$ 869,47
049.770.129-41	4430118701			
ALEXANDRE JOÃO LOPES	ALEXANDRE NETO	PR00258105	154.445,94	R$ 1.235,57
028.753.489-81	4215529042			
ALEXANDRE JOÃO LOPES	VENCEDOR VI	PR00038667	102.963,96	R$ 823,71
028.753.489-81	4210233447			
ALFONSO PERCIAVALLE NETO	GUADALAJARA	SC00316084	74.258,86	R$ 594,07
908.275.549-15	4430498610			
ALIRIO JOSÉ DOS SANTOS FILHO	CRISTO REI C	SC00011157	125.729,28	R$ 1.005,83
665.114.029-91	4430111278			
ALTAIR PORTO COMUNELLO	GALO VENCEDOR	SC00041718	185.907,15	R$ 1.487,26
007.994.069-29	4430046867			
ANA CAROLINA SIMON	REI DA GLORIA III	SC00010109	102.963,96	R$ 823,71
047.094.859-09	4410164635			
ANALINE VICENTE DA SILVA	VICTOR HUGO S	SC00082050	102.963,96	R$ 823,71
072.917.119-16	4430115818			
ANDRE BORTOLATO MATHIOLA E OUTRO	RAFA AB	SC00038659	108.684,18	R$ 869,47
041.201.609-55	4010113995			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	KAMILA S	SC00041268	65.782,53	R$ 526,26
843.405.509-06	4660009122			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	KEYLA S	SC00039127	113.832,38	R$ 910,66
843.405.509-06	4430118302			
ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	NOVA JERUSALEM S	SC00146707	108.684,18	R$ 869,47
843.405.509-06	4430117934			
ANTONIO JOSE DOS SANTOS	TONICO DA COSTA	SC00060700	94.296,96	R$ 754,38
375.678.539-49	4430117128			
ANTONIO TARCILIO PINHEIRO	PONTA DAS BOMBAS	SC00008854	141.445,44	R$ 1.131,56
103.046.819-20	4430113602			
ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO	ANTONIO FILHO S	SC00009470	211.648,14	R$ 1.693,19
850.564.999-00	4430110841			
ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO	JOSE ARTHUR B	SC00009266	166.458,40	R$ 1.331,67
850.564.999-00	4430091323			
ANTÔNIO HONORIO DA CRUZ	JOSEFA AUGUSTA CRUZ	SP00038387	165.886,38	R$ 1.327,09
571.986.089-49	4010307331			
APOLIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	ESPERANÇA V	SC00009716	214.508,25	R$ 1.716,07
072.640.702-04	210309024			
APOLIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR	SAGA DE APOLIANO I	SC00010671	97.243,74	R$ 777,95
704.290.572-53	4430067279			
ARLINDO ESTROES MARTINS	CAÇADOR DO MAR	SC00009300	214.508,25	R$ 1.716,07
009.601.648-55	4430091897			
ARLINDO ESTROES MARTINS	UNIÃO M	SC00038635	166.458,40	R$ 1.331,67
009.601.648-55	4010649925			
ARLINDO ISAAC DA COSTA JUNIOR	GAVIAO PESCADOR I	SC00008924	266.250,24	R$ 2.130,00
343.679.429-53	4410460986			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	COSTA NEVES CN	SC00009420	185.907,15	R$ 1.487,26
864.712.369-72	4430091234			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	COSTA NEVES II CN	SC00011885	183.047,04	R$ 1.464,38
864.712.369-72	4430082189			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	EROS CN	SC00009708	185.907,15	R$ 1.487,26
864.712.369-72	4010182199			
BEATRIZ DA COSTA NEVES	YNDAIÁ CN	SC00038767	200.207,70	R$ 1.601,66
864.712.369-72	4430091439			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA II	RS00004300	194.487,48	R$ 1.555,90
299.858.979-00	4010307587			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA IV	RS00004216	171.606,60	R$ 1.372,85
299.858.979-00	4010244542			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	ARAÇA VI	SC00008974	205.927,92	R$ 1.647,42
299.858.979-00	4430112673			
BENICIO SILVESTRE MARQUES	GUSTAVO MARQUES	SC00009906	243.109,35	R$ 1.944,87
299.858.979-00	4430105871			
BRUNO HOFFMANN	REIMAR I	SC00010565	111.544,29	R$ 892,35
388.423.869-87	4430082715			
BRUNO HOFFMANN	REIMAR II	SC00010577	111.544,29	R$ 892,35
388.423.869-87	4430090505			
CARLOS ALEXANDRE MARQUES	WAGNER M	SC00041408	106.084,08	R$ 848,67
005.098.959-64	4430111651			
CARLOS ARGINO MONTEIRO JÚNIOR	MARCOS FELIPE	SC00043450	141.445,44	R$ 1.131,56
000.164.619-24	4430112401			
CELIO DJALMA MAFRA	FLIPPER XII	SC00045518	113.942,16	R$ 911,54
299.859.519-72	3410136878			
CELSO MANOEL SEVERINO	AQUARIUS 1	SC00081608	65.782,53	R$ 526,26
481.425.069-04	4430034583			
CLAIR CALDEIRA DE SOUZA E OUTROS	JOSIMAR MP	SC00010001	102.963,96	R$ 823,71
886.607.299-00	4430121141			
CLAUDENEIA DE FREITAS E FREITAS	PRISCILLA FF	SC00010495	51.481,98	R$ 411,86
018.289.489-42	4430113963			
CLAUDETE CALDEIRA DA SILVA	NESTOR SC	SC00264994	108.684,18	R$ 869,47
850.669.159-15	4430119074			
CLAUDIA ELIAS CARNEIRO CARVALHO	REI DA GLORIA C	SC00009660	165.886,38	R$ 1.327,09
052.949.969-01	4410169475			
CLAUDIA REGINA MACHADO BALTAZAR	MESTRE ELIAS J	SC00011321	117.871,20	R$ 942,97
016.336.149-56	4420210443			
CLAUDIANE ROSALINA COUTO CAMILO	DAYSA	SC00009484	102.963,96	R$ 823,71
939.841.629-87	4660008541			
CLAUDINEI COUTO	VÔ CLAUDIO	SC00039049	65.782,53	R$ 526,26
039.057.349-31	4430044457			
CLEITON DE LIMA	DOM ARTHUR	SC00010121	65.782,53	R$ 526,26
229.440.008-96	4430058105			
CLEITON DE LIMA	LIRIO DO VALE	SC00009794	65.782,53	R$ 526,26
229.440.008-96	4430058237			
CLEMENTE DOMINGOS DOS SANTOS	IRMÃOS SANTOS 1	SC00007760	141.445,44	R$ 1.131,56
594.509.089-15	4430120927			
CLEMENTE DOMINGOS DOS SANTOS	ROBSON III	SC00011417	113.942,16	R$ 911,54
594.509.089-15	4430113254			
CRISTOVAM ANTÔNIO CALDEIRA	DAVI NEREU	SP00004090	108.684,18	R$ 869,47
071.074.549-43	4010149329			
CRISTOVAM ANTÔNIO CALDEIRA	NEREU RAMOS	SC00010357	102.963,96	R$ 823,71
071.074.549-43	4430118973			
DANIEL HERMOGENES APARICIO	ESTRELA DE DAVI II	SC00009766	80.083,08	R$ 640,66
576.384.469-68	4430109516			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	GABRIEL C	SC00038705	108.684,18	R$ 869,47
914.711.929-20	3820100555			
DAURIZETE MANOEL CARDOSO	IMPERATRIZ I	SC00009920	68.642,64	R$ 549,14
914.711.929-20	4430058512			

DAURIZETE MANOEL CARDOSO 914.711.929-20	PONTA DA PRAINHA 4430113637	SC00040728	217.368,36	R$ 1.738,95
DAURIZETE MANOEL CARDOSO 914.711.929-20	PONTA DO GRAVATA 4430111642	SC00010361	200.207,70	R$ 1.601,66
DAURIZETE MANOEL CARDOSO 914.711.929-20	SOFIA C 4430112631	SC00147621	108.684,18	R$ 869,47
DAURIZETE MANOEL CARDOSO 914.711.929-20	VÔ BIELE C 4430118299	SC00009836	108.684,18	R$ 869,47
DEBORA DA SILVA CORDEIRO 058.288.369-51	JOSE LINDOLFO 4430027552	SC00187467	102.963,96	R$ 823,71
DENILSON ANTONIO PINHEIRO 656.540.219-15	PONTAS DAS BOMBAS I 4010555726	SP00004568	185.907,15	R$ 1.487,26
DENISE MARILIZA DOS SANTOS ADELINO 047.539.139-02	DAVI MIGUEL 4430120048	SC00196698	102.963,96	R$ 823,71
DEOCLECIO AUGUSTO FRANCISCO MARQUES 552.052.089-53	CAETANO MARQUES I 4010550414	SC00011061	127.693,80	R$ 1.021,55
DIEGO HERCILIO NEPOMUCENO DOS SANTOS 055.097.979-40	GIOVANA CECILIA S 4430111111	SC00011479	113.942,16	R$ 911,54
DIEGO HERCILIO NEPOMUCENO DOS SANTOS 055.097.979-40	HARMONIA S 4430091358	SC00196944	118.481,36	R$ 947,85
DIEGO JOSE DA SILVA 082.263.439-25	DIEGO J II 4430484309	SC00258179	102.963,96	R$ 823,71
DOMINGAS ESPERANCA MARIA VICENTE 871.473.279-34	OURO E PRATA 4430103836	SC00088736	91.523,52	R$ 732,19
DORIVAL PEDRO LOURENÇO 390.123.959-68	PEDRO CRISPIM I 4010103655	SC00102627	87.519,37	R$ 700,15
EBESON ERENOR ROCHA 161.860.308-65	AQUARELA I 4030216021	SC00008664	94.296,96	R$ 754,38
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS 766.995.369-15	THIAGO E J 4010555785	SC00039747	108.684,18	R$ 869,47
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS 766.995.369-15	THIAGO EJ I 4010138165	SC00010647	185.907,15	R$ 1.487,26
EDEMILSON MIGUEL DE JESUS 766.995.369-15	THIAGO EJ II 4430112886	SC00145581	243.109,35	R$ 1.944,87
EDILIAMAR DE FREITAS LIMA 004.715.619-83	KEILA L 4010209445	SC00009040	108.684,18	R$ 869,47
EDISSE MARIA LOBO AUTH 004.468.699-45	EDSON MATHEUS I 4430063656	SC00008826	104.905,37	R$ 839,24
EDUARDO ALVES DO NASCIMENTO 108.452.498-86	ALCATRAZ I 4010544104	SC00009174	185.907,15	R$ 1.487,26
EDUARDO GONÇALVES COSTA AMARAL 118.928.177-56	ANA AMARAL I 4430111561	SC00008650	149.303,52	R$ 1.194,43
ELAINE ELISABETE CALDEIRA 034.478.489-44	REI DO UNIVERSO C 4430491054	SC00263624	102.963,96	R$ 823,71
ELIANA IDALETE LOURENÇO MARQUES 753.074.219-15	AGUIA Nº 1 4430085781	SC00010981	102.155,04	R$ 817,24
ELIAS CANTENOR TEIXEIRA 775.814.159-53	DON ANTONIO A 4430111944	SC00009554	108.684,18	R$ 869,47
ELIAS CANTENOR TEIXEIRA 775.814.159-53	DONA NILDA II 4430108978	SC00009646	65.782,53	R$ 526,26
ELISANGELA MARIA DOS SANTOS DA SILVA 039.576.689-30	VÔ MARZINHO 4430116458	RS00005656	113.942,16	R$ 911,54
ELIZANE TEIXEIRA CALDEIRA 034.972.229-33	PORTO RICO S 4430076367	SC00009018	65.782,53	R$ 526,26
ELZA MARIA BENTO 628.668.699-15	REI DE BELÉM II 4430082413	SC00038477	65.782,53	R$ 526,26
ERICO HELIO DA SILVA 915.577.809-78	ASTRO REI S 4430091790	SC00037505	141.445,44	R$ 1.131,56
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA III 4430081123	SC00101969	70.260,48	R$ 562,08
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA IX 4430091641	SC00008614	155.312,64	R$ 1.242,50
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA VII 4430091544	SC00008628	188.593,92	R$ 1.508,75
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA XI 4430097038	SC00101977	129.427,20	R$ 1.035,42
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA XII 4430107017	SC00008636	188.593,92	R$ 1.508,75
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	AGUIA DOURADA XVI 4430121044	SC00010907	303.969,02	R$ 2.431,75
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	GOLDEN EAGLE X 210227036	SC00041134	166.984,20	R$ 1.335,87
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	GOLDEN EAGLE XI 210226251	SC00041168	229.952,84	R$ 1.839,62
ESPÓLIO DE GENNARO PERCIAVALLE 506.906.718-49	ÁGUIA DOURADA XVII 4430477990	SC00115608	166.406,40	R$ 1.331,25
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	KOPESCA I 4430117373	SC00008784	149.303,52	R$ 1.194,43
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	KOWALSKY IV 4430078653	SC00012571	107.239,68	R$ 857,92
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	KOWALSKY V 4430096678	SC00008798	166.984,20	R$ 1.335,87
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	KOWALSKY VI 4430111634	SC00008804	266.250,24	R$ 2.130,00
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	MACEDO I 4430054011	SC00096409	113.942,16	R$ 911,54
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	MACEDO IV 4430082383	SC00012535	99.843,84	R$ 798,75
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	MARBELLA I 4430082936	SC00008818	147.339,00	R$ 1.178,71
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	VO DAVID 4430091552	SC00008890	337.250,30	R$ 2.698,00
EVALDO KOWALSKY 121.846.409-72	YAMAYA III 4430069379	SC00008910	158.418,89	R$ 1.267,35
EVALDO VICENTE BENTO 053.136.458-54	REI DAVID VI 4430091625	SC00010527	77.794,99	R$ 622,36
EVILIN CRISTINA SANTOS 047.999.859-06	D. MATTOS IV 4430058318	SC00075859	133.853,15	R$ 1.070,83
FABIANO ERICO CECCATO 953.183.139-49	MARILIA III 4430091285	SC00012629	120.182,40	R$ 961,46
FABIO ISLEB DOS SANTOS E OUTRO 004.311.289-79	JOEL SANTOS 4430482870	SC00199756	110.013,12	R$ 880,10
FABIO ISLEB DOS SANTOS E OUTRO	JOEL SANTOS II	SC00295829	157.161,60	R$ 1.257,29

004.311.289-79	4430490104			
FABIO JOSE DE MENEZES	HERÓIS DA FÉ	SC00008698	79.875,07	R$ 639,00
320.483.448-44	4430121079			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	ADOLPHO JOSE	SC00008600	252.937,73	R$ 2.023,50
10.013.491/0001-69	4430096830			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA III	SC00011955	157.161,60	R$ 1.257,29
10.013.491/0001-69	4430091781			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA IX	SC00012977	114.635,52	R$ 917,08
10.013.491/0001-69	4430079251			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA X	SC00012465	107.239,68	R$ 857,92
10.013.491/0001-69	4430071055			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XIII	SC00013077	107.239,68	R$ 857,92
10.013.491/0001-69	4430079269			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XV	SC00012951	115.005,31	R$ 920,04
10.013.491/0001-69	4430079285			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XVIII	SC00008718	177.500,16	R$ 1.420,00
10.013.491/0001-69	4430090921			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXI	SC00008720	196.137,68	R$ 1.569,10
10.013.491/0001-69	4430103453			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXIII	SC00013057	136.823,04	R$ 1.094,58
10.013.491/0001-69	4430090556			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXV	SC00008748	244.062,72	R$ 1.952,50
10.013.491/0001-69	4430110565			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVI	SC00035807	247.760,64	R$ 1.982,09
10.013.491/0001-69	4430480222			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVII	SC00222054	277.344,00	R$ 2.218,75
10.013.491/0001-69	4430488517			
FEMEPE CAPTURA COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS LTDA	FERREIRA XXVIII	SC00010931	266.250,24	R$ 2.130,00
10.013.491/0001-69	4430122890			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR	SC00177228	141.445,44	R$ 1.131,56
398.281.079-53	4430480982			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR F	SC00011177	157.161,60	R$ 1.257,29
398.281.079-53	4430114153			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR F2	SC00040456	125.729,28	R$ 1.005,83
398.281.079-53	4430115451			
FLORENCIA MARIA ROCHA	DONA FLOR FI	SP00037921	191.627,37	R$ 1.533,02
398.281.079-53	4030078613			
FLORIPA CALDEIRA CIPRIANO	CELEIRO DE DEUS	SC00009348	65.782,53	R$ 526,26
070.145.778-32	4430063231			
FRANCISCO ANTÔNIO DOS SANTOS	MAR DA ENSEADA II	SC00010197	165.886,38	R$ 1.327,09
179.703.859-15	4430123161			
FRANCISCO ANTÔNIO DOS SANTOS	MAR DA ENSEADA III	SC00168519	165.886,38	R$ 1.327,09
179.703.859-15	4430481377			
GAVIÃO PESCADOR TRANSPORTES LTDA ME	GAVIÃO PESCADOR III	SC00013217	221.875,20	R$ 1.775,00
18.403.389/0001-81	4430474303			
GIOVANI ANDRIANI	CAPITÃO THOR	SC00010255	214.508,25	R$ 1.716,07
214.256.528-08	3810229920			
GIOVANI ANDRIANI	IRON MAN I	SC00009336	185.907,15	R$ 1.487,26
214.256.528-08	4430041644			
GIOVANI ANDRIANI	PEROLA NEGRA A	SC00009244	185.907,15	R$ 1.487,26
214.256.528-08	4010189835			
GIOVANI ANDRIANI	SIRIEMA IV	SC00038589	214.508,25	R$ 1.716,07
214.256.528-08	4010745843			
GIOVANI ANDRIANI	VO SILVESTRE III	SC00010875	183.047,04	R$ 1.464,38
214.256.528-08	4430112207			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA II	SC00008938	188.593,92	R$ 1.508,75
545.142.078-53	4430091536			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA III	SC00008946	168.625,15	R$ 1.349,00
545.142.078-53	4430091668			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA IV	SC00008958	188.593,92	R$ 1.508,75
545.142.078-53	4430101574			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA V	SC00008960	266.250,24	R$ 2.130,00
545.142.078-53	4610036762			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA VI	SC00012915	157.161,60	R$ 1.257,29
545.142.078-53	4010588209			
GIOVANNI PERCIAVALLE	ALALUNGA VIII	SC00301311	284.000,26	R$ 2.272,00
545.142.078-53	4430492590			
GUILHERMINA MARIA DE SOUZA RODRIGUES	ALTO MAR IV	SC00041308	133.125,12	R$ 1.065,00
352.056.879-91	4430091382			
GUILHERMINA MARIA DE SOUZA RODRIGUES	ALTO MAR VI	SC00279659	128.687,62	R$ 1.029,50
352.056.879-91	4010368098			
GUSTAVO COTA MARQUES	ARAÇA X	SC00040708	82.509,84	R$ 660,08
102.243.309-18	4430112088			
GUSTAVO HENRIQUE DE AVIZ SCHONE	VICTOR CELINO	SP00112516	185.907,15	R$ 1.487,26
073.767.109-22	4010449560			
HEITOR ADRIÃO PINHEIRO FILHO	ESTRELA DE KALY I	SC00011239	137.516,40	R$ 1.100,13
344.008.699-20	4430120650			
HILDO MANOEL MARQUES	MATHEUS MARQUES	SC00235327	194.140,80	R$ 1.553,13
288.391.889-91	4430484635			
HILDO MANOEL MARQUES	VO HILDO	SC00041416	125.729,28	R$ 1.005,83
288.391.889-91	4430115761			
HIROSHI ABE	Y.ABE	SC00008908	127.693,80	R$ 1.021,55
230.019.828-29	4430104751			
HIROSHI ONISHI	PRIMAVERA VI	SC00010457	185.907,15	R$ 1.487,26
004.303.828-04	4010195533			
HIROSHI ONISHI	PRIMAVERA XI	SC00010477	205.927,92	R$ 1.647,42
004.303.828-04	4010282126			
IPÊ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	IPE III A	SC00013045	120.182,40	R$ 961,46
79.683.033/0001-33	4430066302			
IRENE OSMENIA DOS SANTOS	SERGIO SANTOS	SC00060166	125.729,28	R$ 1.005,83
716.054.529-04	4430116784			
ISAIAS CORDEIRO	CORDEIRO DE DEUS II	SC00009406	102.963,96	R$ 823,71
056.772.339-94	4430112738			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISABELA A	SC00038647	108.684,18	R$ 869,47
935.516.069-00	4430122539			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISAQUE A	SC00211251	102.963,96	R$ 823,71
935.516.069-00	4430116482			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	ISAQUE S	SP00038027	108.684,18	R$ 869,47
935.516.069-00	4030204813			
ISAQUE ANTONIO ANACLETO	SONIA A	SC00010729	108.684,18	R$ 869,47

935.516.069-00	4430117951			
ISMAEL COELHO	VIVA VIDA C	SC00041358	137.516,40	R$ 1.100,13
298.378.639-00	4430045127			
ISMAEL COELHO	ÁGUA VIVA M	SP00123125	74.134,05	R$ 593,07
298.378.639-00	4430110352			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	ALAN II	SC00010919	106.084,08	R$ 848,67
594.521.619-49	4010209470			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	ALAN III	SC00010927	117.871,20	R$ 942,97
594.521.619-49	4430057311			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	DOMAEL	SC00011201	113.942,16	R$ 911,54
594.521.619-49	3410133704			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	J.W.A. SANTOS	SC00011289	125.729,28	R$ 1.005,83
594.521.619-49	4430115699			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	VO MAEL	SC00011491	125.729,28	R$ 1.005,83
594.521.619-49	4430116652			
ISMAEL DOMINGOS DOS SANTOS	WILLIAN SANTOS	SC00011507	113.942,16	R$ 911,54
594.521.619-49	4430112592			
JAIR ANTONIO DOS SANTOS FILHO	VÔ GENESIO	SC00162997	117.871,20	R$ 942,97
028.982.449-45	4420222883			
JAIRO DA SILVA	LEAO DE JUDA III	SC00041620	97.243,74	R$ 777,95
479.066.427-91	4430096856			
JAISON ITAMAR MARCELINO	PRINCIPE DA PAZ J	SC00102107	93.603,60	R$ 748,83
440.596.049-68	4430091714			
JAQUELINE DORALICE CALDEIRA LIMA	GIDEONE	SC00080318	154.445,94	R$ 1.235,57
886.850.809-59	4430112177			
JEAN JOSÉ BENTO	BETÂNIA III	SC00039011	108.684,18	R$ 869,47
054.813.649-13	4410172808			
JOAO REINALDO NASCIMENTO	CATARINA N	SC00259627	125.844,84	R$ 1.006,76
465.716.129-68	4430121711			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM JOAQUIM A	SC00009568	243.109,35	R$ 1.944,87
291.615.339-04	210226471			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM LILICO	SC00048828	154.445,94	R$ 1.235,57
291.615.339-04	3410136843			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DOM SEBASTIÃO A	SC00038077	185.907,15	R$ 1.487,26
291.615.339-04	210190001			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	DONA BEATRIZ	SC00009610	185.907,15	R$ 1.487,26
291.615.339-04	1610050193			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	LAMBARU	SP00002006	185.907,15	R$ 1.487,26
291.615.339-04	1610050631			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	LUZ DA MANHA I	SC00038255	243.109,35	R$ 1.944,87
291.615.339-04	210168641			
JOAQUIM FELIPE ANACLETO	TROVÃO A	SC00038621	166.458,40	R$ 1.331,67
291.615.339-04	4010555581			
JONAS JOSUÉ DA COSTA	JOSEANE JJ	SC00038135	108.684,18	R$ 869,47
102.321.269-25	4430076944			
JONE DOMINGOS	ASTRO SOL II	SC00045468	106.084,08	R$ 848,67
067.684.529-08	4430098026			
JORAN ARISTIDES BALTAZAR	MAR DO ARVOREDO	SC00011367	127.693,80	R$ 1.021,55
683.114.009-20	4410137301			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	BRISA C	SC00188547	80.545,32	R$ 644,36
004.608.597-14	4010122650			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	JOSE AUGUSTO IV	SC00013151	118.333,44	R$ 946,67
004.608.597-14	3810072940			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	KOPESCA IV	SC00010051	127.693,80	R$ 1.021,55
004.608.597-14	4430090009			
JOSE AUGUSTO DE CASTRO	VITORIA C I	SC00041598	74.651,76	R$ 597,21
004.608.597-14	4430091579			
JOSE FONSECA	ROSA BRANCA I	SC00011429	117.871,20	R$ 942,97
460.537.279-20	4430099871			
JOSE FONSECA	ROSA MISTICA M	SC00008868	117.871,20	R$ 942,97
460.537.279-20	3820085718			
JOSE GILVANIO BARRETO	SEIVAL III	SC00013197	88.750,08	R$ 710,00
555.978.155-04	4450055331			
JOSE SANCHO NETO	WILLIAM S	SC00108097	65.782,53	R$ 526,26
656.543.669-04	4430076677			
JOSEANE CLAIR DE SOUZA DA COSTA	JOSEANE J	SC00038609	102.963,96	R$ 823,71
939.494.309-97	4430103763			
JOSEANE CLAIR DE SOUZA DA COSTA	JOSEANE JJJ	SC00010237	102.963,96	R$ 823,71
939.494.309-97	4010048701			
JOSIMAR MIGUEL DE SOUZA E OUTRO	ELANDIO MJ	SC00237421	102.963,96	R$ 823,71
060.071.339-31	4430484198			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J	SC00009498	102.963,96	R$ 823,71
062.249.568-20	4430116776			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J I	SC00009504	85.803,30	R$ 686,43
062.249.568-20	4430123331			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	DIEGO J III	SC00038237	125.844,84	R$ 1.006,76
062.249.568-20	4430122997			
JOSÉ CARLOS DA SILVA	CARLOS BRUNO	SC00011099	113.942,16	R$ 911,54
898.450.489-00	4430114111			
JOSÉ CARLOS FERREIRA	FERREIRA XIV	SC00013069	107.239,68	R$ 857,92
590.450.359-87	4430079277			
JOSÉ CARLOS MARCELINO	DOM JOSÉ M	SC00038051	217.368,36	R$ 1.738,95
727.850.988-20	4430046417			
JOSÉ CARLOS MARCELINO	MARASTRAL I	SC00010229	171.606,60	R$ 1.372,85
727.850.988-20	4430067341			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVI	SP00255219	236.666,88	R$ 1.893,34
211.024.908-06	4430487898			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVII	SP00255207	221.875,20	R$ 1.775,00
211.024.908-06	4430489009			
JOSÉ CONCA OTERO	TRIMAR XVIII	SP00297807	221.875,20	R$ 1.775,00
211.024.908-06	4430494754			
JOÃO CARLOS DOS SANTOS	IZAVANA	SC00008768	98.226,00	R$ 785,81
600.196.979-53	4430112622			
JOÃO CARLOS INACIO	REI DA GALILEIA IV	SC00038445	65.782,53	R$ 526,26
291.661.369-20	4430009244			
JOÃO CARLOS INACIO	REI DA GALILEIA VI	SC00038457	102.963,96	R$ 823,71
291.661.369-20	4430138371			
JOÃO JOVENTINO DOS SANTOS	DOM HENRIQUE IV	SC00095867	106.084,08	R$ 848,67
045.824.359-04	4430475211			
JUCÉLIA FERREIRA	FERREIRA XVI	SC00012947	107.239,68	R$ 857,92
162.359.169-49	4430079293			
JULIANO JAIR DOS SANTOS	ELISANGELA SANTOS	SC00055079	125.729,28	R$ 1.005,83
055.873.699-86	4430109117			
JULIO CESAR DOS SANTOS	JEAN CARLOS I-S	SC00007758	113.942,16	R$ 911,54
897.984.309-72	4430113670			
LAURENO PAULO SCHUFER	VO DEM I	SC00313378	137.562,62	R$ 1.100,50
623.553.419-15	4430493936			
LILIAN LUCI COSTA	ALIANÇA JB	SC00009850	183.047,04	R$ 1.464,38
053.724.449-24	4010550406			

LINO LAURO DA SILVA 415.367.549-00	CAPITÃO LAURO 4010588268	SC00038481	111.544,29	R$ 892,35
LINO LAURO DA SILVA 415.367.549-00	COSTA ESMERALDA L 4430113165	SC00011145	113.942,16	R$ 911,54
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	BALI J 4410151096	SC00046994	165.886,38	R$ 1.327,09
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	BALI JJ 4418890289	SC00047008	165.886,38	R$ 1.327,09
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	LEARDINI IV 4010588446	SC00010077	214.508,25	R$ 1.716,07
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	LEARDINI VII 4010588195	SC00010089	343.213,20	R$ 2.745,71
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	ULUWATU I 4430091455	SC00009948	214.508,25	R$ 1.716,07
LUCAS OMAR MACCAGNAN LEARDINI 066.860.379-82	ULUWATU II 4430091463	SC00010837	214.508,25	R$ 1.716,07
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA 347.918.948-20	MENSAGEIRO DO MAR 4030166253	SP00158268	95.527,67	R$ 764,22
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA 347.918.948-20	MENSAGEIRO DO MAR I 4430053731	SC00010287	65.782,53	R$ 526,26
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA 347.918.948-20	MENSAGEIRO DO MAR III 4010058188	SC00086906	65.782,53	R$ 526,26
LUCIANA CIPRIANO DE LIMA 347.918.948-20	MENSAGEIRO DO MAR IV 3810447048	RJ00003720	102.963,96	R$ 823,71
LUCIANO PAULO DOS SANTOS 693.063.629-00	IAN CARLOS 4010287471	SC00041958	127.693,80	R$ 1.021,55
LUCIANO PAULO DOS SANTOS 693.063.629-00	IAN CARLOS S 4430485071	SC00220598	165.019,68	R$ 1.320,16
LUIS ANDERSON DA COSTA 026.001.419-28	LEANDRO E LUIS C 4430473447	SC00013147	221.875,20	R$ 1.775,00
LUIS ANDERSON DA COSTA 026.001.419-28	RIOPESCA VII 4430483361	SC00199946	208.192,90	R$ 1.665,54
LUIZ ALBERTO MARQUES 942.023.039-20	FELIPE MARQUES 4430123225	SC00012691	151.244,93	R$ 1.209,96
LUIZ ALBERTO MARQUES 942.023.039-20	O PRINCIPIO 4420222808	SC00154244	80.083,08	R$ 640,66
LUIZ MACHADO 257.951.122-91	DELMAR NORTE XI 1610039912	PA00000648	214.508,25	R$ 1.716,07
LUIZ MACHADO 257.951.122-91	MISS EDNA 210183004	PA00001278	214.508,25	R$ 1.716,07
LUIZ MACHADO 257.951.122-91	SALDANHA DA GAMA 210183152	PA00001678	214.508,25	R$ 1.716,07
MANOEL JOAQUIM DOMINGOS 898.447.509-20	MESTRE DOCA I 4430107416	SC00011371	137.516,40	R$ 1.100,13
MANOEL SILVESTRE MARQUES 518.320.119-68	AGUIA DO MAR V 4430110867	SC00010969	65.614,97	R$ 524,92
MANOEL SILVESTRE MARQUES 518.320.119-68	MARCOS FELIPE II 4430117748	SC00011511	74.651,76	R$ 597,21
MANOEL TARCILIO PINHEIRO 169.123.149-53	STELA MARIS III 4430114595	SC00011467	125.729,28	R$ 1.005,83
MARCELO CORDEIRO 016.680.839-30	MANOEL CORDEIRO 4430111481	SC00010171	102.963,96	R$ 823,71
MARCELO DERUNGS EUZEBIO 015.808.279-69	JOB NETO I 4610096676	SC00011265	78.580,80	R$ 628,65
MARCELO DERUNGS EUZEBIO 015.808.279-69	JULIA M 4430114102	SC00011455	78.580,80	R$ 628,65
MARCELO DERUNGS EUZEBIO 015.808.279-69	JULIA M1 4430497109	SC00318108	79.875,07	R$ 639,00
MARCELO MIGUEL DE SOUZA 004.148.609-93	BETEL MJ 4430110859	SC00038617	102.963,96	R$ 823,71
MARCELO MIGUEL DE SOUZA 004.148.609-93	JOSEANE MJ 4430111499	SC00009998	102.963,96	R$ 823,71
MARCIA ELIANE BOTTINI BARROS 567.078.789-72	BOTTINI MAR 3810230413	SC00009328	185.907,15	R$ 1.487,26
MARCIA OLINDINA DOS SANTOS 897.983.179-04	GABRIEL C 4430114587	SC00011247	113.942,16	R$ 911,54
MARCIA ROSANIA FLORES CALDEIRA 033.321.009-39	LUZ DA AURORA 4430116792	SC00010027	90.379,48	R$ 723,04
MARCIA ROSANIA FLORES CALDEIRA 033.321.009-39	LUZ DA VIDA S 4430119163	SC00039169	80.083,08	R$ 640,66
MARCIAL CUNHA NOVAS 293.351.578-48	ATLANTA II 4010588489	SC00058287	111.544,29	R$ 892,35
MARCIAL CUNHA NOVAS 293.351.578-48	ATLANTA III M 4010447168	SC00038671	185.907,15	R$ 1.487,26
MARCIAL CUNHA NOVAS 293.351.578-48	NOVA CONQUISTA 3810205311	SC00038337	185.907,15	R$ 1.487,26
MARCIO ALCIDES MONTEIRO 008.195.389-57	AQUARIUS S 4010116901	RJ00003946	94.296,96	R$ 754,38
MARCO AUGUSTO ONISHI 130.099.448-70	PRIMAVERA XIV 4430086923	SC00037471	211.648,14	R$ 1.693,19
MARCO AUGUSTO ONISHI 130.099.448-70	PRIMAVERA XV 4430091196	SC00010481	157.306,05	R$ 1.258,45
MARCO AUGUSTO ONISHI 130.099.448-70	PRIMAVERA XVIII 4430091064	SC00012167	123.880,32	R$ 991,04
MARCO AURÉLIO DA CUNHA 023.268.969-55	CUNHAMAR II 4010191279	SC00009434	217.368,36	R$ 1.738,95
MARCO AURÉLIO DA CUNHA 023.268.969-55	CUNHAMAR III 4430080305	SC00069148	185.907,15	R$ 1.487,26
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA 035.275.927-50	LEIXÕES I 4430119767	SC00128781	140.520,96	R$ 1.124,17
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA 035.275.927-50	MARCOS ANTONIO F 4430100594	SC00012567	157.161,60	R$ 1.257,29
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA 035.275.927-50	VIVIANE F 4430111022	SC00037497	177.500,16	R$ 1.420,00
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA 035.275.927-50	YAGOPESCA F 4430043949	RJ00012845	133.125,12	R$ 1.065,00
MARCOS AURELIO DA SILVA 927.943.009-20	DOM MARCU S 4430117721	SC00013285	140.520,96	R$ 1.124,17
MARCOS JOÃO DOS SANTOS 288.403.219-34	BAIA DOURADA I 4430112665	SC00011049	74.651,76	R$ 597,21
MARCOS VINICIUS DOS SANTOS 897.979.069-49	AMANDA SANTOS 4430115346	SC00010995	125.729,28	R$ 1.005,83
MARGARETH MENEZES 984.187.427-04	MENEZES F 3840074398	SC00012369	140.520,96	R$ 1.124,17
MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA	MARIA CRISTINA IS	SC00010267	91.523,52	R$ 732,19

771.211.399-87	4430117802			
MARIA DA GLORIA FRANCISCO PEREIRA	REI DA GLORIA G	SC00009878	108.684,18	R$ 869,47
902.636.939-53	4430115311			
MARIA DA GLORIA FRANCISCO PEREIRA	REI DA GLORIA I	SC00010501	148.725,72	R$ 1.189,81
902.636.939-53	4430118884			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	AZTECA III	SC00320119	74.258,86	R$ 594,07
063.416.049-47	4430498407			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	DOM BERNARDO	SC00239429	125.729,28	R$ 1.005,83
063.416.049-47	4430491810			
MARIA IVANI PERCIAVALLE	JOÃO VICTOR IV	SC00239437	104.905,37	R$ 839,24
063.416.049-47	4430490660			
MARIA IZABEL DA COSTA NEVES	ESTRELA GUIA CN	SC00037435	185.907,15	R$ 1.487,26
864.712.609-20	4010216956			
MATEUS CORDEIRO	DANIEL BERG II	SC00038039	97.243,74	R$ 777,95
023.936.189-02	4430111332			
MAURICIO SHIGASI	TATIANA F	SC00013127	157.161,60	R$ 1.257,29
129.621.628-43	4430105464			
MIRIAM AMORIM	MAGOS DO ORIENTE C	SC00187005	108.684,18	R$ 869,47
966.557.809-00	4430481938			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA II	SC00010431	157.306,05	R$ 1.258,45
72.207.251/0001-52	4430091048			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA XXI	SC00041698	214.508,25	R$ 1.716,07
72.207.251/0001-52	4010447150			
NATUBRÁS PESCADOS LTDA.	PRIMAVERA XXII	SC00010065	200.207,70	R$ 1.601,66
72.207.251/0001-52	4010447141			
NEIVA MARIA FAÉ	MISTER DAVID	SC00237435	65.782,53	R$ 526,26
148.670.449-20	4430484180			
NEREU RAMOS CALDEIRA	ELISABETE NEREU	SC00038407	91.523,52	R$ 732,19
291.426.019-91	4430119660			
NEREU RAMOS CALDEIRA	NEREU RAMOS I	SC00225568	102.963,96	R$ 823,71
291.426.019-91	4430124159			
NEREU RAMOS CALDEIRA	NEREU RAMOS II	SP00038325	102.963,96	R$ 823,71
291.426.019-91	4030156550			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	BOA VIDA C	SP00113708	102.963,96	R$ 823,71
291.432.179-15	4010610875			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	BOA VIDA III	SC00009294	108.684,18	R$ 869,47
291.432.179-15	4430109036			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	NAF	SC00010349	113.942,16	R$ 911,54
291.432.179-15	4430111341			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	NOVA VIDA V	SC00010375	108.684,18	R$ 869,47
291.432.179-15	4430111430			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA BOA	SP00113728	102.963,96	R$ 823,71
291.432.179-15	4430088985			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA BOA I	SC00010849	108.684,18	R$ 869,47
291.432.179-15	4430109915			
NEURY ANTÔNIO CALDEIRA	VIDA NOVA I	SC00010857	97.243,74	R$ 777,95
291.432.179-15	4030213057			

NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	CORDEIRO DE DEUS J	SC00011131	106.084,08	R$ 848,67
859.063.449-34	4430112878			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN	RS00047848	127.693,80	R$ 1.021,55
859.063.449-34	4010143614			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN II	SC00195124	194.487,48	R$ 1.555,90
859.063.449-34	4010132736			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	GUNNAR VINGREN III	SC00011251	113.942,16	R$ 911,54
859.063.449-34	4430117098			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	VO NICACIO I	RJ00003256	125.844,84	R$ 1.006,76
859.063.449-34	3810009954			
NICACIO HERMOGENES APARICIO JUNIOR E OUTROS	VÔ NICACIO	RS00039297	148.725,72	R$ 1.189,81
859.063.449-34	4610075334			
ORACI JOSE MARTINS	IMPERIAL C	SC00039727	171.606,60	R$ 1.372,85
178.662.869-49	4010555564			
ORACI JOSE MARTINS	NINO MARTINS	SP00003960	185.907,15	R$ 1.487,26
178.662.869-49	4010127431			
ORACI JOSE MARTINS	NINO MARTINS II	SC00038047	205.927,92	R$ 1.647,42
178.662.869-49	1610054679			
ORLANDO FERREIRA	MARILIA I A	SC00012641	120.182,40	R$ 961,46
005.719.209-00	4430082677			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	ADRIANO SANTOS	SC00010957	104.905,37	R$ 839,24
579.658.469-34	4430110590			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	DONA LOURDES I	SC00011227	113.942,16	R$ 911,54
579.658.469-34	4430112975			
OSMAR DOS SANTOS FILHO	OSMAR SANTOS	SC00011385	113.942,16	R$ 911,54
579.658.469-34	4430114579			
OSMAR LUIZ MONTAGNA	OSMAR LUIZ M	SC00041466	171.606,60	R$ 1.372,85
312.290.429-20	4430111502			
PEDRO ANDRIANI	CUNHAMAR I	SC00044840	203.067,81	R$ 1.624,54
363.877.908-40	4010588501			
PEDRO PEREIRA	REI DA GLORIA II	SC00038469	97.243,74	R$ 777,95
309.542.159-15	4430123128			
RAUL CLEMENTE CALDAS NETO	EMANUEL C	SC00053071	110.013,12	R$ 880,10
665.114.619-04	4430121052			
REGIANE MARIA CALDEIRA DOS SANTOS	BELO MAR R	SC00062854	152.729,87	R$ 1.221,84
004.504.979-33	4430116814			
REGINA CARVALHO DE OLIVEIRA DE LIMA	ROSA DE SARON L	SP00083778	108.684,18	R$ 869,47
032.247.719-09	4010450037			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	ADRIANA PINHEIRO	SC00040608	200.207,70	R$ 1.601,66
035.642.259-35	4410106180			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	BRIDA PINHEIRO	SC00040624	200.207,70	R$ 1.601,66
035.642.259-35	4410106198			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	JOAQUIM PINHEIRO	SC00009624	171.606,60	R$ 1.372,85
035.642.259-35	4010588306			
REGINALDO ABELARDO PINHEIRO	SUNNY DAY	SC00038597	87.519,37	R$ 700,15
035.642.259-35	4430059047			
RENATA CIPRIANO	MAIS Q. VENCEDOR	SC00009068	65.782,53	R$ 526,26
036.250.049-50	4430062765			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	DOM ERNESTO II	SC00009188	133.853,15	R$ 1.070,83
007.158.429-35	4430116083			
RENATO ADEMAR GONÇALVES	SANTA PAULINA FG	SC00142515	171.606,60	R$ 1.372,85
007.158.429-35	4010807571			

RENATO ADEMAR GONÇALVES 007.158.429-35	SANTA PAULINA G H 4430084912	SC00038419	165.886,38	R$ 1.327,09
RENATO ADEMAR GONÇALVES 007.158.429-35	SANTA TEREZINHA 5 4010207701	SC00101167	108.684,18	R$ 869,47
RENATO ADEMAR GONÇALVES 007.158.429-35	SANTA TEREZINHA 6 4430112746	SC00038241	148.725,72	R$ 1.189,81
RENATO RENOR CALDEIRA 886.901.139-91	PORTO RICO R 4420131853	SC00010427	108.684,18	R$ 869,47
RENOR SEBASTIÃO CALDEIRA 246.823.819-20	MAR BELO C 4030213146	SC00220018	143.005,50	R$ 1.144,04
RODRIGO CORDEIRO 278.554.838-88	JONI I 4430111464	SC00009984	171.606,60	R$ 1.372,85
RODRIGO CORDEIRO 278.554.838-88	RONI 4010555556	SC00010597	171.606,60	R$ 1.372,85
ROMARIO JOSE DOS SANTOS 067.181.359-50	PROMESSA CD 4410121456	SC00040638	127.693,80	R$ 1.021,55
RONILDO AURELIANO DOS SANTOS 799.729.859-20	MAR CRISTALINO MS 4430123420	SC00010185	165.886,38	R$ 1.327,09
ROSA MARIA MARTINS ALVES 811.734.829-20	ROSA MARIA A 4010555441	SC00010617	165.886,38	R$ 1.327,09
ROSA MARIA MARTINS ALVES 811.734.829-20	ROSA MARIA S 3810205184	SC00009526	154.445,94	R$ 1.235,57
ROSETE RÉGIS 025.571.139-56	MARIA EDUARDA R 4430119147	SC00011025	71.901,43	R$ 575,21
ROSÂNIA CARDOSO FLORES 952.954.969-53	LUZ DIVINA I 4430119279	SC00010147	108.684,18	R$ 869,47
SALVIO ANTÔNIO CALDEIRA 658.917.329-04	GLORIA DE DEUS II 4430109541	SC00009864	85.803,30	R$ 686,43
SANDRO ABELARDO PINHEIRO 021.342.809-13	MANUELLA P 4430067261	SC00231887	152.729,87	R$ 1.221,84
SANDRO ABELARDO PINHEIRO 021.342.809-13	MANUELLA PINHEIRO 4010555629	SC00147565	166.458,40	R$ 1.331,67
SANDRO ABELARDO PINHEIRO 021.342.809-13	MARCO ANTONIO P 3810204978	SC00010241	154.445,94	R$ 1.235,57
SANDRO ABELARDO PINHEIRO 021.342.809-13	MARCO ANTONIO PINHEIRO 4430124256	SC00010887	185.907,15	R$ 1.487,26
SANDRO ABELARDO PINHEIRO 021.342.809-13	SAGA DE VIKING 4010588527	SC00010685	214.508,25	R$ 1.716,07
SERGIO OSMAR DOS SANTOS 579.658.709-91	BRENDA SANTOS 4430112711	SC00008678	113.942,16	R$ 911,54
SEVERIANO JOAO DOS SANTOS 245.931.179-68	DOM HENRIQUE II 4430105642	SC00011181	104.905,37	R$ 839,24
SEVERIANO JOAO DOS SANTOS 245.931.179-68	DOM HENRIQUE III 4430114005	SC00011195	113.942,16	R$ 911,54
SIDNEI ARGINO MONTEIRO 008.369.649-00	LEÃO II 3810150851	SC00011335	94.296,96	R$ 754,38
SILVINO DOMINGOS BENTO 886.583.509-59	ROSAS DE OURO 4010402636	SC00010621	108.684,18	R$ 869,47
SILVINO DOMINGOS BENTO 886.583.509-59	ROSAS DE OURO I 4010237414	SC00041428	82.943,19	R$ 663,55
SILVIO DORVAL BENTO 908.163.749-53	ALIANCA 4430066876	SC00071415	102.963,96	R$ 823,71
SILVIO DORVAL BENTO 908.163.749-53	REI DE ISRAEL 4430070504	SC00010547	102.963,96	R$ 823,71
SILVIO DORVAL BENTO 908.163.749-53	REI DE ISRAEL II B 4430485054	SC00236581	108.684,18	R$ 869,47
SILVIO ROGER CALDEIRA 088.031.009-03	CAPITÃO LUCAS 4430489491	SC00246888	74.651,76	R$ 597,21
SILVIO ROGER CALDEIRA 088.031.009-03	SOBRE AS ONDAS 4430493413	SC00315130	84.312,58	R$ 674,50
SIMONI DOROTÉA BATISTA 053.872.169-30	SINUELO DO MAR I 4610096200	RS00039251	125.729,28	R$ 1.005,83
TANIA CATARINA PONCIANO CORDEIRO 218.480.849-00	BETAN I 4430089671	SC00048548	165.886,38	R$ 1.327,09
TSAI TUNG WEI 665.056.748-53	MORUMBI II 4010588292	SP00038311	166.458,40	R$ 1.331,67
VALDIR TEIXEIRA FILHO 594.198.819-20	REI DAS ESTRELAS C 4430491259	SC00280016	102.963,96	R$ 823,71
VALMIR FABRICIO PERON 939.855.339-20	FLORIPA SL 3 4430480273	SC00102867	74.651,76	R$ 597,21
VALMIR FABRICIO PERON 939.855.339-20	PRIMAVERA XVII 4430091056	RS00005358	165.886,38	R$ 1.327,09
VALMIR FABRICIO PERON 939.855.339-20	VO SILVESTRE I 4430091803	SC00149207	183.047,04	R$ 1.464,38
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO 953.041.269-04	MERICIA I 4430071349	SC00010307	65.782,53	R$ 526,26
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO 953.041.269-04	MERICIA II 4410043005	SC00010311	74.362,86	R$ 594,90
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO 953.041.269-04	MERICIA IV 4010106450	SC00104545	152.729,87	R$ 1.221,84
VANIO MIGUEL SANTOS E OUTRO 953.041.269-04	MERICIA V 4430485437	SC00243328	114.404,40	R$ 915,24
VILMAR IZIDORIO DA SILVA 594.509.329-72	LUAN VILMAR 4430112193	SC00040730	121.800,24	R$ 974,40
VIVIANE APARECIDA ADELINO CALDEIRA 035.373.119-66	DOM HEBER G 4430497095	SC00315158	84.312,58	R$ 674,50
WALMIR LEAL PORTO 856.180.807-10	ANTONIO PEDRO DOMINGOS 4430079625	SC00012357	107.239,68	R$ 857,92
WANDERLEY ANTÔNIO KUHN 054.792.740-15	ELLEN M 4430101922	SC00013209	129.427,20	R$ 1.035,42
WESTRE DE FREITAS MARQUES 080.863.727-40	MESTRE DO MARES 4430115664	SC00107247	86.438,88	R$ 691,51
WILSON CABRAL 216.085.719-04	CABRAL VII 4430117772	SC00013259	203.385,60	R$ 1.627,08
WILSON JOSE LOPES DARELLA 298.274.269-15	IVANDINA DARELLA 4418889523	SC00013341	221.875,20	R$ 1.775,00
WILSON JOSE LOPES DARELLA 298.274.269-15	MENINO DARELLA 4430081000	SC00013329	186.375,17	R$ 1.491,00
WILSON JOSÉ CORDEIRO 248.773.109-59	BETAN 4010254912	SC00009280	183.047,04	R$ 1.464,38
WILSON JOSÉ CORDEIRO 248.773.109-59	TANBE 4010140747	SC00039739	143.005,50	R$ 1.144,04
WILSON JOSÉ CORDEIRO 248.773.109-59	TANBÉ I 4010588373	SC00098917	183.047,04	R$ 1.464,38
YAGO MENEZES PEIXOTO 171.787.477-06	YAGO F 4430091528	SC00013177	126.838,66	R$ 1.014,71
TOTAL	375		52.402.012,11	R$ 419.216,10

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA PESCA, DOS ARMADORES E DA AQUICULTURA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SUL CATARINENSE (SINPESCASUL - SC)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AGNALDO MEDEIROS AGUIAR	LAGUNA	SC00013007	138.672,00	R$ 1.109,38
590.660.679-34	4450085710			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER IV N	SC00045484	143.005,50	R$ 1.144,04
09.350.944/0001-63	3410103201			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	MARILIA IV	SC00012617	120.182,40	R$ 961,46
09.350.944/0001-63	4430091315			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR I	SC00045526	181.330,97	R$ 1.450,65
05.383.614/0001-13	220030464			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR II	SC00045538	243.109,35	R$ 1.944,87
05.383.614/0001-13	220031622			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR IV	SC00289710	200.207,70	R$ 1.601,66
05.383.614/0001-13	4430490465			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	TAMY Y	SC00045540	111.544,29	R$ 892,35
05.383.614/0001-13	4010745967			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	TATHI M	SC00045554	111.544,29	R$ 892,35
05.383.614/0001-13	4010745959			
DANIEL GUNTHER GONCALVES	ALBACORA	SC00046958	200.207,70	R$ 1.601,66
103.553.309-03	4410165313			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	COMETA HALLEY I	SC00040336	185.907,15	R$ 1.487,26
932.586.589-00	4010555688			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	J GONÇALVES III	SC00046204	243.109,35	R$ 1.944,87
932.586.589-00	4410170392			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	J GONÇALVES IV	SC00040300	185.907,15	R$ 1.487,26
932.586.589-00	4410173081			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	PRIMAVERA IX	SC00010445	204.211,85	R$ 1.633,69
932.586.589-00	4010431547			
FRANCISCO JOÃO GONÇALVES	PRIMAVERA X	SC00010469	185.907,15	R$ 1.487,26
932.586.589-00	4010471697			
GILSON MENDONÇA	POLACO II	SC00011359	113.942,16	R$ 911,54
619.541.529-49	4430118035			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	LAGUNA II A	SC00012637	127.578,24	R$ 1.020,63
019.256.729-21	4430091293			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTONIO DOS ANJOS IV	SC00040088	137.516,40	R$ 1.100,13
019.256.729-21	4430123021			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTONIO DOS ANJOS VI	SC00058085	137.516,40	R$ 1.100,13
019.256.729-21	4430117179			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS III	SC00040068	125.729,28	R$ 1.005,83
019.256.729-21	4430117837			
JARDEL NUNES MENDES E OUTRO	SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS V	SC00040090	113.942,16	R$ 911,54
019.256.729-21	4430117608			
JOSÉ MANOEL MENDONCA	POLACO	SC00040124	70.722,72	R$ 565,78
551.244.969-91	4450096720			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL III	SC00039979	149.303,52	R$ 1.194,43
78.613.486/0001-20	4610074605			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL IX	RS00005374	152.729,87	R$ 1.221,84
78.613.486/0001-20	4430091595			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL V	SC00039987	166.458,40	R$ 1.331,67
78.613.486/0001-20	4430084394			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VI	SC00039991	183.047,04	R$ 1.464,38
78.613.486/0001-20	4430089663			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VII	SC00012799	120.182,40	R$ 961,46
78.613.486/0001-20	4410140558			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL VIII	RS00005360	152.729,87	R$ 1.221,84
78.613.486/0001-20	4430091587			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL X	SC00046240	165.886,38	R$ 1.327,09
78.613.486/0001-20	4610071240			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XI	SC00040350	165.886,38	R$ 1.327,09
78.613.486/0001-20	4610071231			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XII	SC00040018	127.693,80	R$ 1.021,55
78.613.486/0001-20	4450085086			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIII	SC00040364	152.729,87	R$ 1.221,84
78.613.486/0001-20	4010449659			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIV	SC00040378	165.886,38	R$ 1.327,09
78.613.486/0001-20	4010555653			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XIX	SC00146801	185.907,15	R$ 1.487,26
78.613.486/0001-20	4430091331			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XVII	SC00012787	157.161,60	R$ 1.257,29
78.613.486/0001-20	4450095944			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XVIII	SC00146827	185.907,15	R$ 1.487,26
78.613.486/0001-20	4430091340			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XX	SC00041170	165.886,38	R$ 1.327,09
78.613.486/0001-20	4430083193			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXI	SC00041198	165.886,38	R$ 1.327,09
78.613.486/0001-20	4430083207			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXII	SC00007746	219.084,43	R$ 1.752,68
78.613.486/0001-20	4430095744			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXIII	SC00007738	217.368,36	R$ 1.738,95
78.613.486/0001-20	4430095736			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXIV	SC00093821	183.047,04	R$ 1.464,38
78.613.486/0001-20	4430091251			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXV	SC00093835	183.047,04	R$ 1.464,38
78.613.486/0001-20	4430091269			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DON MANOEL II	RS00006074	141.445,44	R$ 1.131,56
78.613.486/0001-20	4610096561			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA IV	SC00044748	185.907,15	R$ 1.487,26
00.944.779/0001-01	4430079242			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA VI	SC00040406	154.445,94	R$ 1.235,57
00.944.779/0001-01	4010793121			
MARINA BORGES GONÇALVES	J GONÇALVES V	SC00038185	217.368,36	R$ 1.738,95
093.271.089-14	4430116300			
MARINA BORGES GONÇALVES	SÃO PEDRO S	SC00038551	185.907,15	R$ 1.487,26
093.271.089-14	4010588519			
PAULO SEZAR CLAUDINO	ALASKA I	SC00009160	211.648,14	R$ 1.693,19
245.839.449-34	4010383135			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA II	SC00009658	171.606,60	R$ 1.372,85
509.114.499-49	4430116610			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA III	SC00012377	140.520,96	R$ 1.124,17
509.114.499-49	3810503479			
SALOMÃO DE ABREU GONÇALVES	VÔ JOÃO G 2	SC00222090	240.364,80	R$ 1.922,92
072.590.459-30	4430487910			
TOTAL	50		8.296.838,19	R$ 66.374,71

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Sul - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA, DOCES E CONSERVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDIPESCA - RS)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AMERICO DA SILVA FARIAS	DOM PEDRO I	RS00039157	78.580,80	R$ 628,65
276.546.720-04	4430080518			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	COLUMBUS I	SC00009378	205.927,92	R$ 1.647,42
09.350.944/0001-63	4430110239			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	COLUMBUS II P	SC00009386	211.648,14	R$ 1.693,19
09.350.944/0001-63	4430110581			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER IX	RS00008544	165.886,38	R$ 1.327,09
09.350.944/0001-63	4430095892			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER V - N	RS00008558	151.585,83	R$ 1.212,69
09.350.944/0001-63	4430085579			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER VI - N	RS00008566	200.207,70	R$ 1.601,66
09.350.944/0001-63	4410149091			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER VII	SC00045498	117.871,20	R$ 942,97
09.350.944/0001-63	4610096544			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER X	RS00008578	165.886,38	R$ 1.327,09
09.350.944/0001-63	4430095906			
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER XVI	SC00137324	141.445,44	R$ 1.131,56
09.350.944/0001-63	4451113075			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR	SC00046338	171.606,60	R$ 1.372,85
05.383.614/0001-13	4430077380			
COMÉRCIO DE PESCADOS PALHOÇA LTDA ME	LEALMAR III	SC00262910	200.207,70	R$ 1.601,66
05.383.614/0001-13	4430490457			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	DELFIM	RS00005726	270.687,74	R$ 2.165,50
01.499.844/0001-91	4610036771			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	ESPADA	RS00005738	239.625,22	R$ 1.917,00
01.499.844/0001-91	4610037033			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 5	RS00005888	576.875,52	R$ 4.615,00
01.499.844/0001-91	4610083566			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 6	RS00005896	576.875,52	R$ 4.615,00
01.499.844/0001-91	4610083574			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 7	RS00005908	576.875,52	R$ 4.615,00
01.499.844/0001-91	4610083582			
INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LEAL SANTOS LTDA	KATSUSHIO MARU 8	RS00005916	576.875,52	R$ 4.615,00
01.499.844/0001-91	4610083591			
JOSÉ DOMINGOS MARQUES PEDRO	ANA PAULA II	RS00005858	102.155,04	R$ 817,24
169.421.830-91	4610075377			
JOSÉ DOMINGOS MARQUES PEDRO	ANA PAULA III	RS00006060	110.013,12	R$ 880,10
169.421.830-91	4610096463			
PEDRO PAULO MENDES	DONA SANTINA	RS00005668	171.606,60	R$ 1.372,85
509.114.499-49	4430116636			
ROGERIO TAMADA	AMOR II	SP00003888	131.565,06	R$ 1.052,52
134.115.928-00	4010083930			
ROGERIO TAMADA	GUARAU	SP00004068	154.445,94	R$ 1.235,57
134.115.928-00	4010145587			
ROGERIO TAMADA	GUARUÇA	SP00004076	154.445,94	R$ 1.235,57
134.115.928-00	4010145595			
ROGERIO TAMADA	HARMONIA IX	SP00003876	131.565,06	R$ 1.052,52
134.115.928-00	4019918783			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	MAR DE CORAL	SC00040588	185.907,15	R$ 1.487,26
105.784.038-62	4410100696			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	MAR DE GALICIA	SC00040568	185.907,15	R$ 1.487,26
105.784.038-62	4410100688			
SONIA AIKO TAMADA PASSARELLA	VO LICA I	SC00124597	154.445,94	R$ 1.235,57
105.784.038-62	4010142774			
TORQUATO PONTES PESCADOS S/A	AUSTRIA	SP00139018	76.616,28	R$ 612,93
94.873.981/0001-25	4010548096			
TORQUATO PONTES PESCADOS S/A	MARIA	RS00005740	147.339,00	R$ 1.178,71
94.873.981/0001-25	4610038137			
TOTAL	29		6.334.681,41	R$ 50.677,45

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Sul - SINDICATO DOS ARMADORES DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL (SINDARPES - RS)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Janeiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADILSON GLAESER DE SOUZA	RIO JORDÃO I	RS00039201	55.006,56	R$ 440,05
739.619.730-91	4610073676			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO I	SC00039227	117.871,20	R$ 942,97
956.217.500-63	4410084763			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO II	RS00170246	127.693,80	R$ 1.021,55
956.217.500-63	4430476977			
ALENIR SILVA DE MORAES	DOM ARMANDO III	SC00040850	74.651,76	R$ 597,21
956.217.500-63	4430117420			
ALESSANDRA DA HORA RAMOS	MONTE CARLO II	RS00003408	78.580,80	R$ 628,65
963.348.000-00	3810194689			
ALESSANDRA DA HORA RAMOS	MONTE CARLO VI	RS00005930	70.722,72	R$ 565,78
963.348.000-00	4610085470			
ANDRE LUIZ DE SOUZA PONTES	DOM CAETANO III	RS00005978	71.508,53	R$ 572,07
010.247.860-05	4610087871			
ANNE DA CUNHA PEREIRA	CAPITÃO TROVÃO	RS00141541	35.361,36	R$ 282,89
036.409.950-07	4610067811			
BERNARDO DOS SANTOS LOURENÇO	BACANA VL	RS00039867	117.871,20	R$ 942,97
091.758.140-72	4430112185			
CARLOS LEONEL ALVES AGOSTINHO	J.MOTTA	RS00141435	43.219,44	R$ 345,76
416.092.390-91	4630032495			
CHARLENE BARCELOS DA HORA	MENINA LYVIA	RS00157436	70.722,72	R$ 565,78
993.555.740-53	4430113572			
CHARLES ANTÔNIO POUZADA DA HORA	TATUIRA	RS00147077	46.362,67	R$ 370,90
689.072.060-15	4610070502			
CLAUDIO FERNANDO DA CUNHA PEREIRA	HIENA DOS MARES III	RS00039239	70.722,72	R$ 565,78
432.489.000-59	4610096641			
DANIEL DE OLIVEIRA MELO	GRANDE RIO X	RS00006116	73.473,05	R$ 587,78
993.139.600-87	4610097516			
DELAMAR GENERALDO MACHADO	DON LUCAS	RS00039817	70.722,72	R$ 565,78
195.477.570-91	4610098130			
ELENILDE DA ROCHA NOBRE	YASMIN V	RS00129077	62.864,64	R$ 502,92
756.222.540-00	4611514501			
EMANOELE SOLANGE DA SILVEIRA OPA	ROSA DO MAR	RS00039397	43.219,44	R$ 345,76
005.049.380-96	4650011248			
EMERSON CARINHA MARQUES	MANUELA R	RS00123067	39.290,40	R$ 314,32

555.753.230-72	4610102897			
ERENILDO MOREIRA EBERSOL	GRANDE RIO II	RS00039491	43.219,44	R$ 345,76
643.221.730-04	4610072343			
EWERTON LUIZ ALMEIDA DA SILVA	VENCEDOR III	RS00039107	66.793,68	R$ 534,35
661.686.940-72	4010080370			
FABIANE RIBEIRO BASTOS	JOAO VITOR L I	RS00006128	125.729,28	R$ 1.005,83
016.140.540-10	4610098784			
FABIO FERREIRA DE SOUZA	S.JUNIOR	RS00141537	50.684,62	R$ 405,48
909.138.840-49	4630033491			
FERNANDA PINTO VAZ DA SILVA	VITORIA FILHA II	RS00167117	110.013,12	R$ 880,10
026.115.820-17	4610105306			
FRANCISCO DOS SANTOS LOURENÇO	CAPRICHO III	RS00005958	90.367,92	R$ 722,94
091.440.990-53	4610086352			
FRANCISCO DOS SANTOS LOURENÇO	O SOCIO	SC00057385	45.183,96	R$ 361,47
091.440.990-53	4410462725			
FRANCISCO EDUARDO PEREIRA LOURENÇO	CAPRICHO F	RS00005578	104.905,37	R$ 839,24
571.432.340-87	4430112151			
HAISSA IARONKA CARDOSO	BUTTENBENDER I	RS00235179	88.750,08	R$ 710,00
036.116.700-81	4610101246			
HOMERO AMORIM DE PAIVA	BOEMIO XIII	RS00005928	122.978,95	R$ 983,83
004.771.250-34	4610083965			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SAO FRANCISCO	RS00006158	64.829,16	R$ 518,63
612.139.009-30	4630034048			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SAO PEDRO VI	SC00047228	66.793,68	R$ 534,35
612.139.009-30	4450084993			
JERRI DA SILVA FRANCISCO	SÃO PAULO II	RS00005944	88.403,40	R$ 707,23
612.139.009-30	4610086298			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO IX	RS00006144	73.473,05	R$ 587,78
091.567.040-20	4610103567			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO VII	RS00006046	72.687,24	R$ 581,50
091.567.040-20	4610096188			
JORGE DE AZEVEDO MELO	GRANDE RIO VIII	RS00006058	72.687,24	R$ 581,50
091.567.040-20	4610096196			
JOSÉ ARTUR MOITA BICHO	DOM CAETANO IV	RS00006088	113.942,16	R$ 911,54
123.533.100-87	4610096692			
JOSÉ AUGUSTO LOURENÇO DA SILVA	TROPA DE ELITE	RS00005218	104.905,37	R$ 839,24
424.185.770-15	4430071438			
JOSÉ IRENI SILVEIRA DA ROSA	BOEMIO X	RS00005824	51.077,52	R$ 408,62
588.894.770-91	4610072980			
JOSÉ LUIZ DA HORA RAMOS	KARINE I	RS00039455	39.290,40	R$ 314,32
624.770.480-15	4650011841			
JOSÉ LUIZ TROINA DA SILVA	SINUELO DO MAR II	RS00039289	78.580,80	R$ 628,65
256.271.550-00	4610101092			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	DIPLOMATA I	RS00039119	45.183,96	R$ 361,47
462.184.400-87	4630032576			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	DOM CHINO	RS00039309	76.616,28	R$ 612,93
462.184.400-87	3410104330			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	ECLIPSE II	RS00039507	106.084,08	R$ 848,67
462.184.400-87	4610078031			
JOÃO LUIZ MOREIRA DE ALMEIDA	OCEANO I	RS00005846	74.651,76	R$ 597,21
462.184.400-87	4610073773			
JULECI FIDELIX	VÓ CELI	RS00006096	78.580,80	R$ 628,65
936.099.228-34	4610097036			
JULIANA DA SILVA RODRIGUES	DOM RODRIGUES	RS00039321	39.290,40	R$ 314,32
022.299.210-70	4630033289			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	ANDERSON F	RS00039367	78.580,80	R$ 628,65
982.899.500-04	4610102200			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	LEANDERSON COSTA	SC00068228	68.758,20	R$ 550,07
982.899.500-04	3810001368			
LEANDRO COSTA DE FARIAS	SOFIA SC	RS00004956	120.182,40	R$ 961,46
982.899.500-04	4410140582			
LUIS HOMERO DA SILVEIRA PAIVA	BOEMIO XVI	RS00006010	72.294,34	R$ 578,35
666.052.020-15	4610095254			
MARCELO COSTA DA SILVA	DON LUIZ P	SC00225450	102.155,04	R$ 817,24
942.551.640-53	4430480168			
MARIA DA GRAÇA OLIVEIRA RAMOS	MERIDIANO 3	RS00222758	104.119,56	R$ 832,96
562.204.560-68	4010287438			
MAURÍCIO MAIO LOURENÇO	BACANA VI	RS00039871	104.905,37	R$ 839,24
410.187.700-97	4610097737			
NELSON ROCHA DE SOUZA	DOM FRANCISCO	RS00006024	72.294,34	R$ 578,35
224.920.380-68	4610095726			
NILO DOS SANTOS CARVALHO	GENERAL VARGAS III	RS00003818	74.651,76	R$ 597,21
310.747.310-34	3820115579			
ODARLAN GONÇALVES FLORINDO	LIRIO DOS VALES I	RS00005790	70.722,72	R$ 565,78
524.376.980-00	4610069369			
ODECIO GONÇALVES FLORINDO	MANÚ II	RS00039277	113.942,16	R$ 911,54
315.133.870-49	4610096269			
PATRICK CARINHA MARQUES	MARIA DA LUZ	RS00039765	39.290,40	R$ 314,32
981.874.490-04	4610085666			
PAULO CESAR DA CONCEIÇÃO	SÃO JOSÉ III	RS00039359	39.290,40	R$ 314,32
538.048.130-20	4450050371			
PESCADOS JULIANA LTDA	JULIANA III A	SC00040484	114.335,06	R$ 914,68
05.284.235/0001-76	4010211679			
RAFAEL CORREA MATTOS	DIOGO F II	RS00052075	88.750,08	R$ 710,00
046.144.499-21	4610090155			
RAFAEL CORREA MATTOS	SAFADI SEIF I	SC00011317	125.729,28	R$ 1.005,83
046.144.499-21	4430093725			
RICARDO DUARTE LOPES	LEANDERSON F	RS00004158	127.693,80	R$ 1.021,55
991.796.360-04	4010191996			
RILDO DA SILVA MOREIRA	DOM ESTEVAM	RS00006108	72.294,34	R$ 578,35
602.624.000-49	4610097214			
SERGIO DANIEL MAIO LOURENÇO	BACANA IV	RS00039859	102.155,04	R$ 817,24
410.188.000-00	4610075717			
UENDIEL ROCHA RODRIGUES	IZADORA I	RS00196808	94.296,96	R$ 754,38
017.087.540-75	4610095181			
VALCIR ADÃO DA ROCHA AMORIM	ALEGRETE II	RS00039797	43.219,44	R$ 345,76
279.768.900-34	4650012244			
VERIDIANA FONSECA DA COSTA	VICTORINHA MAR I	RJ00011987	42.526,08	R$ 340,21
005.525.550-70	3820089471			
VINICIUS TROCA FERREIRA	VICTORINHA MAR	RJ00012191	66.562,56	R$ 532,50
949.875.210-91	4030133126			
VINICIUS TROCA FERREIRA	VICTORINHA MAR II	RJ00062248	27.734,40	R$ 221,88
949.875.210-91	4030211313			

WILSON AMORIM DE PAIVA	EMANUELLE II	RS00005966	90.367,92	R$ 722,94
118.117.490-20	4610086433			
TOTAL	70		5.422.421,90	R$ 43.379,38

b) PORTARIA SAP/MAPA nº 28/2021, de 28 de janeiro de 2021:

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA (SINDIPAM - PA-AP)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN I	PA00131576	7.072,27	R$ 56,58
397.526.742-91	210306190			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN III	PA00131090	19.252,30	R$ 154,02
397.526.742-91	210306203			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN IV	PA00131110	17.680,68	R$ 141,45
397.526.742-91	210318236			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN VI	PA00131138	17.680,68	R$ 141,45
397.526.742-91	210318295			
ANTONIO CARLOS SOARES BORGES	ALAN VIII	PA00095651	25.538,76	R$ 204,31
397.526.742-91	210301341			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	PITIA	PA00006658	37.718,78	R$ 301,75
731.454.593-68	1610028091			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	ROCHELLE	PA00006700	25.145,86	R$ 201,17
731.454.593-68	1610041372			
ANTÔNIO XAVIER DE SOUZA	SAMIRO PESCA I	AP00224488	86.438,88	R$ 691,51
731.454.593-68	220093300			
FRANCISCO ERISLAN DA SILVA OLIVEIRA	IRIA I	PA00011739	41.254,92	R$ 330,04
832.810.372-91	1610054172			
TOTAL	9		277.783,13	R$ 2.222,27

Frota Pesqueira em Operação no Estado Piauí - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DE LUIS CORREIA (APEL - PI)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
GERALDA RODRIGUES BRAGA	HANIEL BRAGA	CE00297875	47.925,04	R$ 383,40
377.903.823-49	1410112306			
TOTAL	1		47.925,04	R$ 383,40

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS ARMADORES DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUI - CE (SINDIPESCA - CE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANA LUCIA AZEVEDO HENRIQUE	D. JOÃO II	PI00264916	47.148,48	R$ 377,19
815.822.773-20	1610063937			
ANDRE BRAGA DE COUTO	TRINDADE I	PI00044388	41.185,58	R$ 329,48
646.767.223-20	1630042358			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 1000	CE00315398	142.000,13	R$ 1.136,00
071.554.923-53	211020362			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 400	CE00286708	48.164,67	R$ 385,32
071.554.923-53	1610069587			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 500	CE00286674	48.164,67	R$ 385,32
071.554.923-53	1610069579			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 700	CE00310990	47.925,04	R$ 383,40
071.554.923-53	1630047732			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 800	CE00310968	47.925,04	R$ 383,40
071.554.923-53	1630047660			
ANTENOR ALVES DA SILVA	BROTHER 900	CE00310976	47.925,04	R$ 383,40
071.554.923-53	1630047651			
ANTENOR ALVES DA SILVA	MOISES DE DEUS	CE00286660	48.164,67	R$ 385,32
071.554.923-53	1610069595			
ANTONIO ZEFERINO VERAS NETO-ME	MESTRE PEDRO	CE00011847	43.219,44	R$ 345,76
08.951.422/0001-54	1630040860			
CARLOS ANDRÉ BRAGA DA SILVA	ASTRO DOURADO	CE00096909	20.218,38	R$ 161,75
053.771.573-89	1620018501			
CECILIA MARIA NUNES DA COSTA	SENHOR DO BONFIM DA BAHIA	CE00038787	56.162,16	R$ 449,30
702.379.053-53	1620017296			
CICERA MARIA NUNES DA COSTA	SAO FRANCISCO I	CE00024508	33.697,30	R$ 269,58
676.207.953-91	1620017784			
CIRO JOÃO NUNES DA COSTA	SANTO ANTONIO DA BARRA	CE00024398	41.185,58	R$ 329,48
722.565.673-20	1620018845			
ERICA CRISTINA BRAGA COUTO	ERICA 2	CE00246478	45.262,54	R$ 362,10
063.295.703-45	1610068521			
FRANCISCO JOSE ANDRADE PAIVA	LUIS MARTINS	CE00019851	20.218,38	R$ 161,75
832.534.593-49	1610058704			
FRANCISCO MADONE BRAGA DE COUTO JUNIOR	COSTAMAR BP	CE00315008	106.500,10	R$ 852,00
065.290.683-41	1630047767			
FRANCISCO MECENAS DE OLIVEIRA	ANA SARA I	CE00007328	42.433,63	R$ 339,47
903.862.803-04	1630042986			
FRANCISCO NAIANDRÉSON SILVA VIANA	NAIANDRÉSON	CE00248296	34.575,55	R$ 276,60
050.967.523-99	1630041548			

FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	GABRIEL	CE00007208	53.250,05	R$ 426,00
021.388.814-90	1630040983			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	GABRIEL H	CE00265264	36.254,41	R$ 290,04
021.388.814-90	1630045616			
FRANCISCO XAVIER DE HOLANDA NETO	JESUS MARIA JOSÉ II	CE00265298	42.433,63	R$ 339,47
021.388.814-90	1630045250			
HEIJI TAMADA	ISAN MARU III	CE00303097	96.737,59	R$ 773,90
094.628.928-06	1630046922			
HEIJI TAMADA	ITIBAN	CE00277425	95.406,34	R$ 763,25
094.628.928-06	211016365			
JEOVÁ DOURADO DE ARAÚJO	DIAMANTINA II	CE00038807	43.219,44	R$ 345,76
190.083.093-00	1630041017			
JEOVÁ DOURADO DE ARAÚJO	DIAMANTINA JS	PA00297887	79.875,07	R$ 639,00
190.083.093-00	211014150			
JOSE EDSON PEREIRA	BRAVO SONHO	CE00244580	47.148,48	R$ 377,19
638.462.843-00	1630045993			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR	CE00254027	47.925,04	R$ 383,40
051.498.003-68	1630045519			
JOSE HOLANDA REBOUÇAS	CHEKNAR I	CE00297931	47.925,04	R$ 383,40
051.498.003-68	1630046451			
JOSE ORLANDO DE OLIVEIRA	JOSIVONN	CE00254651	55.006,56	R$ 440,05
128.880.606-04	1410112829			
JOSEDITE MARQUES HOLANDA	O SHALON	CE00244636	62.125,06	R$ 497,00
721.421.463-68	1630046001			
JOSÉ DA CUNHA VASCONCELOS	J CUNHA II	CE00007274	28.289,09	R$ 226,31
166.913.853-49	1630041688			
JOSÉ DA CUNHA VASCONCELOS	JCUNHA I	CE00271881	3.929,04	R$ 31,43
166.913.853-49	1630045713			
JOSÉ EDENILTON PINTO DE OLIVEIRA	RIO IPIRANGA	CE00023704	20.218,38	R$ 161,75
906.191.613-53	1610050452			
JOSÉ EDMAR SILVA SANTOS	ANA MILENE	CE00007330	28.289,09	R$ 226,31
921.460.583-15	1630043125			
JOSÉ IRAN JUNIOR	ISAAC JUNIOR	CE00125239	26.625,02	R$ 213,00
773.789.703-87	1630043575			
JOSÉ RIBAMAR HENRIQUE	IGOR JOSÉ	CE00018531	41.185,58	R$ 329,48
388.006.243-91	1610058488			
LEIDIANE RODRIGUES ESMERINO NASCIMENTO	DEUS DA GLORIA	CE00242630	47.925,04	R$ 383,40
008.046.213-81	1630045691			
MARDÔNIO JOSÉ REBOUÇAS	JR III	RN00238875	70.722,72	R$ 565,78
628.753.293-91	1820051641			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	BOLT BP	CE00315440	159.750,14	R$ 1.278,00
116.093.178-07	1630047759			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	PITTY BP	CE00315546	133.125,12	R$ 1.065,00
116.093.178-07	1630047406			
MARIA AURINEIDE MONTEIRO	TALITA II	CE00038887	20.218,38	R$ 161,75
116.093.178-07	1630042846			
MARIA CLEUDE DE SOUSA	12 APÓSTOLOS	CE00248690	62.125,06	R$ 497,00
860.285.533-87	1630046035			
MARIA CLEUDE DE SOUSA	DEUS PROVERA JCAP	CE00308819	46.362,67	R$ 370,90
860.285.533-87	1630047422			
RODRIGO DE SENA COUTO	MANU FC	CE00278365	47.925,04	R$ 383,40
016.723.333-50	1630046311			
ROGERIO TAMADA	TOMO MARU II	CE00303071	96.737,59	R$ 773,90
134.115.928-00	1630046892			
TOTAL	46		2.502.811,05	R$ 20.022,49

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DE FORTALEZA (ASPEMARF - CE)

NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
EDILSON COSTA DE SOUSA	ALBATROZ II	CE00013697	20.967,21	R$ 167,74
275.397.253-20	2010040198			
JOSE NILTON PEREIRA DA SILVA	RIO PRATA	CE00211455	40.076,21	R$ 320,61
455.702.803-91	1610032781			
JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES	JOÃO CLÁUDIO	CE00041478	38.190,27	R$ 305,52
671.297.903-00	1610057911			
MANOEL CABRAL DE SOUSA	JULIA I	CE00019661	14.602,16	R$ 116,82
165.506.173-91	1610035712			
VALMAR DOS SANTOS ALVES	SÃO PAULO III	CE00037537	35.943,78	R$ 287,55
058.280.923-16	1620017792			
TOTAL	5		149.779,63	R$ 1.198,24

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - COOPPELL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - CE)

NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANTONIO DE LIMA ROCHA	SATURNO AL	CE00117628	27.111,35	R$ 216,89
732.652.253-72	1820021645			
CARLOS FRED MARQUES DAMASCENO	SAMAVIL	CE00221446	40.076,21	R$ 320,61
651.929.663-53	1610068327			
ELISABETE PEREIRA DA SILVA GOMES	FRANCISCO FILHO	CE00095961	10.109,19	R$ 80,87
472.146.433-91	1830050559			
FRANCISCA MARQUES DE OLIVEIRA	JOSELICE	CE00158664	26.957,84	R$ 215,66
060.301.143-87	1620016541			
FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE	LUIS FILYPE	CE00263906	40.076,21	R$ 320,61
501.168.513-68	1610064011			
GEIMISON GOMES DA SILVA	IUCATAN II	CE00018805	20.218,38	R$ 161,75
751.378.603-87	1620013410			
GILVAN MAIA DAMASCENO	MARIA EDUARDA GM	CE00241928	47.148,48	R$ 377,19
986.912.873-49	1620023423			
JAILTON DE MEDEIROS SILVA	JUPITER	CE00019731	19.095,13	R$ 152,76
901.716.913-34	1820021106			
JOAO PAULO SILVA DE SOUZA	BALOARTE	PB00231019	22.187,52	R$ 177,50
008.770.753-52	1820024920			
JOSE IVAN DA SILVA	YASMIN JS	CE00214091	18.859,39	R$ 150,88
518.940.763-20	1620023181			
JOSE MARTINS DE ARAUJO	VASCONCELOS A	CE00269536	28.289,09	R$ 226,31
072.504.013-00	1630045659			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	JOTA RICARDO	CE00273607	42.433,63	R$ 339,47
710.710.913-87	1630046230			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	M VERA	CE00289788	52.362,55	R$ 418,90
710.710.913-87	1630046485			
JOSE MARTINS DE ARAUJO JUNIOR	MARAUJO	CE00242658	42.433,63	R$ 339,47
710.710.913-87	1630045705			

JOSÉ EDMILSON DA SILVA	HEVERTON	PB00018411	29.953,15	R$ 239,63
164.138.223-68	2010076761			
JOSÉ EDMILSON DA SILVA	JOHN	PB00314810	103.837,59	R$ 830,70
164.138.223-68	1620024578			
JOSÉ EDMILSON DA SILVA	JURACI	CE00131730	29.953,15	R$ 239,63
164.138.223-68	1641382236			
JOSÉ JADER MARQUES DE OLIVEIRA	CARLOS EDUARDO	CE00015457	19.095,13	R$ 152,76
777.283.603-10	1620018811			
MARIA MARQUES PEREIRA	MIKBIL I	CE00264218	62.125,06	R$ 497,00
317.274.923-15	1630045870			
RAIMUNDO LUIZ BARBOSA	MISSIMAR	CE00034645	6.365,04	R$ 50,92
164.601.623-87	161M2007006531			
REINALDO BARBOSA BARRETO	BOA VONTADE	CE00015039	28.081,08	R$ 224,65
435.273.023-87	1620017725			
TOTAL	21		716.768,80	R$ 5.734,15

Frota Pesqueira em Operação no Estado Ceará - ASSOCIAÇÃO VIRGEM PODEROSA DOS ARMADORES E PESCADORES DO TORROES (VIRGEM PODEROSA - CE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ANA SAMILE ALVES	PEDRO MUNIZ	CE00248140	39.313,51	R$ 314,51
062.902.983-05	1630045551			
FRANCISCO IGOR DE SOUSA	J SOUSA	CE00292589	47.925,04	R$ 383,40
075.991.643-83	1630046612			
JOSÉ APOLIMAR BRAGA	HELENA MAR I	CE00018329	23.962,52	R$ 191,70
118.596.523-87	1610053346			
JOSÉ BONIFACIO RODRIGUES	PARAISO III	CE00022638	26.957,84	R$ 215,66
805.500.703-97	1630037842			
MARIA ERLANDIA RODRIGUES	AGAPE DS	CE00306159	42.433,63	R$ 339,47
781.735.313-15	1630047074			
RAIMUNDO DINIZ ALVES	JOSÉ LUIS MT	CE00314000	60.063,23	R$ 480,51
021.801.483-05	1630047741			
ROBERTO DINIZ DE SOUSA	SAN MARTINUS	CE00097597	25.460,18	R$ 203,68
605.261.603-22	1610057945			
TOTAL	7		266.115,95	R$ 2.128,93

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPESCA - RN)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
BLUE OCEAN INDUSTRIA E COMERCIO	CAMBURI I	SP00103447	127.693,80	R$ 1.021,55
10.879.115/0001-51	4010649658			
MAR ABERTO - PESCA,, TRANSPORTE E APOIO MARÍTIMO EIRELI	ARGONAUTA	RN00104305	127.693,80	R$ 1.021,55
10.736.808/0001-95	4010545631			
MAR ABERTO - PESCA,, TRANSPORTE E APOIO MARÍTIMO EIRELI	OULED SI MOHAND	RN00002126	129.658,32	R$ 1.037,27
10.736.808/0001-95	1810057833			
TOTAL	3		385.045,92	R$ 3.080,37

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - COOPPELL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE PESCADOS DO LITORAL LESTE (COOPPELL - RN)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	MANOEL CUNHA	RN00020758	35.361,36	R$ 282,89
055.982.654-00	1830055470			
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	SOUZA NETO	RN00258655	35.361,36	R$ 282,89
055.982.654-00	1820051757			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	MARCIO JUNIOR FZM	CE00020936	26.957,84	R$ 215,66
056.386.074-04	1610054563			
FRANCISCO ZULEUDO MAIA	RIO NITEROI	CE00023740	39.937,54	R$ 319,50
056.386.074-04	1820011003			
JOSENILDO MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA	RN00252397	55.006,56	R$ 440,05
024.600.704-46	1820051731			
JOSENILDO MARQUES DA SILVA	OTAVIO PESCA III	RN00304837	57.687,55	R$ 461,50
024.600.704-46	1820052010			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	MARLIN AZUL	RJ00197038	79.875,07	R$ 639,00
729.666.107-00	1810057906			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	REBECA II	RN00314458	48.812,54	R$ 390,50
729.666.107-00	1820051943			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	VITORIA X	CE00007068	39.724,54	R$ 317,80
729.666.107-00	1630039187			
PEDRO GILSON DIAS DE ARAÚJO	WITAMAR II	RJ00105699	53.250,05	R$ 426,00
729.666.107-00	3410232702			
TOTAL	10		471.974,41	R$ 3.775,80

Frota Pesqueira em Operação no Estado Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ADEILZA RODRIGUES DOS SANTOS	ITAMARATI III	AL00222638	42.329,63	R$ 338,64
489.182.534-00	2210089433			
ANDRE LUCIO OLIVEIRA DOS SANTOS	VERA MAR	AL00300377	9.724,37	R$ 77,79
030.559.254-83	2410138888			
CLEOMARKSON SILVA SANTOS	PERAZZO III	AL00264634	44.617,72	R$ 356,94
606.750.804-44	2420128729			
DINALDO SANTIAGO DE SOUZA	ALAN E JEFERSON	AL00221888	40.041,54	R$ 320,33
610.065.724-49	2420000587			
FRANCISCO CARLOS DA SILVA	GOLFINHO V	AL00224298	20.592,79	R$ 164,74
699.103.324-34	2420103670			
GERALDO JOSÉ LUNA	RENASCER II	AL00221748	51.481,98	R$ 411,86
034.333.824-68	2410149022			
GLEYDSON PUREZA DE SOUZA	SOUZA II	AL00225570	43.473,67	R$ 347,79
425.128.675-87	2420133676			
JOSE ERIVALDO NOGUEIRA DE FARIAS	CRISTIANE II	AL00224248	34.321,32	R$ 274,57
437.367.004-82	2420098609			
JOSE ERIVALDO NOGUEIRA DE FARIAS	GRANDE LOBO	AL00224250	40.041,54	R$ 320,33
437.367.004-82	1810045002			
MARIA FRANCISCA DOS SANTOS CARVALHO	J CARVALHO I	AL00225604	42.329,63	R$ 338,64
455.802.354-53	2420099371			
MARIA FRANCISCA FERREIRA SANTOS	AGUIA DOURADA I	AL00222624	34.321,32	R$ 274,57
416.039.584-87	2010046650			
MARIA LUCIA BATISTA DOS SANTOS	SANTA LUCIA I	AL00226770	25.740,99	R$ 205,93
516.187.454-68	2420108248			
PEDRO BATISTA DOS SANTOS	GAIVOTA XVI	AL00227828	38.325,47	R$ 306,60
524.992.944-34	2210058856			

SIRLEIDE DA CORRENTE SANTOS	ALLYFY ALEC	AL00264776	40.041,54	R$ 320,33
064.535.094-07	2410131166			
SOLANGE DOS SANTOS FELIX	IV NETOS	AL00225598	43.473,67	R$ 347,79
925.770.084-49	2210071615			
TOTAL	15		550.857,18	R$ 4.406,86

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADO DE PIRAMBU (APPP - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
MARIA ELIENE DOS SANTOS	E VITORIA	SE00322709	68.642,64	R$ 549,14
018.000.215-50	2610110421			
TOTAL	1		68.642,64	R$ 549,14

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DA GRANDE ARACAJU (ASSAPAJU - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
GIVALDO BIZERRA LIMA	FALCAO DO MAR	SE00002448	68.642,64	R$ 549,14
235.204.345-04	2610077025			
GIVALDO BIZERRA LIMA	SURFISTA	SE00002258	51.481,98	R$ 411,86
235.204.345-04	2610016069			
GIVALDO BIZERRA LIMA	SURFISTA II	SE00070321	68.642,64	R$ 549,14
235.204.345-04	2610075731			
MARIA LIGIA SILVA	MAXIMUS X	SE00213557	68.642,64	R$ 549,14
590.801.325-00	2610078927			
MARIA LIGIA SILVA	RONALDO I	SE00002414	51.481,98	R$ 411,86
590.801.325-00	2610076762			
TOTAL	5		308.891,88	R$ 2.471,14

Frota Pesqueira em Operação no Estado Espírito Santo - COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z05 MARIA ORTIZ - ES (COLONIA Z05 - ES)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
AHIJA MANSO CORREA	CHICO PESCADOS	ES00074477	111.544,29	R$ 892,35
832.259.197-72	4420121467			
AILTON MARTINS DE JESUS	JOICE I	ES00104771	43.219,44	R$ 345,76
020.156.237-52	3410146920			
ANTONIO SILVA DIAS	ESPERTO	ES00163475	45.761,76	R$ 366,09
752.268.637-72	3410146423			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA CRYSTINA	ES00105909	47.148,48	R$ 377,19
576.334.447-20	3410238433			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA CRYSTINA I	ES00109577	47.148,48	R$ 377,19
576.334.447-20	3410240888			
BERNADETE BRAMBILA DARÉ	THAMARA I	ES00105897	58.149,79	R$ 465,20
576.334.447-20	3410233610			
CARLOS ALBERTO PIANTAVINHA DOS SANTOS	GRASSI	ES00137310	50.291,71	R$ 402,33
031.792.707-80	3410230807			
CAROLINA COSTA DA SILVA DECOTÉ	ANNA JULIA	ES00104717	51.077,52	R$ 408,62
055.468.837-90	3410236244			
GABRIEL ALVES LEITE	VIVEREMOS	ES00080338	8.643,89	R$ 69,15
998.287.667-87	3420044739			
GILTON ANGÊLO TINELI SPALENZA	ALMIRANTE DA GOLA	ES00105125	47.148,48	R$ 377,19
551.073.706-91	3410234519			
GILTON ANGÊLO TINELI SPALENZA	PIRAJICA V	ES00105365	47.148,48	R$ 377,19
551.073.706-91	3410144919			
JORGE CARLOS BASTOS	JULIVANE	ES00083508	65.782,53	R$ 526,26
593.200.449-53	4430087148			
LENITA CRISTINO CRYSTELLO	ABDIAS	SP00073727	52.054,00	R$ 416,43
114.006.497-57	4010261668			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	LENINHA III	ES00253225	115.906,68	R$ 927,25
347.020.246-04	3410387625			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	SANTA ODETE I	ES00163987	14.144,54	R$ 113,16
347.020.246-04	3410232095			
LUIZ ANTÔNIO DE SANT ANNA	SÃO RAFAEL I	ES00103965	51.077,52	R$ 408,62
347.020.246-04	3410232630			
MARTA GOMES DA SILVA	ATITUDE	ES00072531	68.642,64	R$ 549,14
002.359.967-77	3410144412			
PAULO CÉSAR DA SILVA	ANATOLIO	ES00041086	47.148,48	R$ 377,19
802.709.997-87	3410235060			
PAULO CÉSAR DA SILVA	MARINO	ES00041078	47.148,48	R$ 377,19
802.709.997-87	3410237330			
PAULO SERGIO DE CARVALHO	JULIANNE I	ES00103939	58.149,79	R$ 465,20
007.934.297-30	3410230653			
RENATO MARTINS DA SILVA	JOAO HEITOR VI	ES00082548	102.963,96	R$ 823,71
623.087.187-49	4420199342			
RENATO MUSIELLO BARCELOS	MALBAR	ES00106635	37.718,78	R$ 301,75
654.138.497-53	3410232923			
SERGIO MIGUEL LUNARDI DE AMARANTE	ROTATOR	ES00135218	58.935,60	R$ 471,48
019.977.767-58	3410231471			
VERA LUCIA DECOTE DE OLIVEIRA	MIGUEL FILHO	ES00106399	47.148,48	R$ 377,19
828.798.267-72	3410238778			
TOTAL	24		1.324.103,80	R$ 10.592,83

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR I	RJ00003768	205.927,92	R$ 1.647,42
035.552.247-00	3810458686			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR II	RJ00003566	205.927,92	R$ 1.647,42
035.552.247-00	3810263141			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR III	RJ00003770	214.508,25	R$ 1.716,07
035.552.247-00	3810496472			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ALTAMIR IV	RJ00003798	243.109,35	R$ 1.944,87
035.552.247-00	3810510823			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	ESTRELA DE OURO I	RJ00004146	166.458,40	R$ 1.331,67
035.552.247-00	4010189819			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER I	RJ00007570	257.375,23	R$ 2.059,00
035.552.247-00	3810512621			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER II	RJ00003804	257.375,23	R$ 2.059,00
035.552.247-00	3810515361			
ALTAMIR COELHO DE SOUZA	SKIPER III	RJ00037397	166.406,40	R$ 1.331,25
035.552.247-00	3813868079			
FERNANDO DOIN DE ABREU FILGUEIRAS E OUTROS	ISAMAR III	RJ00003558	183.047,04	R$ 1.464,38
012.467.107-14	3810236781			
JOSÉ ANTÔNIO TEIXEIRA DE SOUZA	DONA ÂNGELA	RJ00038089	185.907,15	R$ 1.487,26
325.704.577-87	4430041849			
LEONARDO TOMAZ MARQUES TORRES	MARQUES TORRES III	RJ00004418	185.907,15	R$ 1.487,26
334.365.257-15	4010416246			
LUIZ ANTÔNIO PAULINO COELHO DE CAMPOS	AURITA II	RJ00107215	228.808,80	R$ 1.830,47
404.665.587-91	3810195235			
LUIZ ANTÔNIO PAULINO COELHO DE CAMPOS	ONDA AZUL	RJ00005754	152.729,87	R$ 1.221,84
404.665.587-91	4610040123			
MARCELO HIPÓLITO MENDONÇA	FENIX GONÇALENSE V	RJ00003664	185.907,15	R$ 1.487,26
885.637.237-15	3810358487			
MARIA DAS DORES DA SILVA RAMOS	MAR DA PÓVOA	RJ00038279	214.508,25	R$ 1.716,07
329.503.497-49	3810458376			
MARIA DAS DORES DA SILVA RAMOS	PORTO VITORIA	RJ00038399	137.285,28	R$ 1.098,28
329.503.497-49	210176695			
OANES MARTINS CORREA FILHO	MESTRE OANNES	RJ00006278	214.508,25	R$ 1.716,07
638.104.337-72	210273054			
ONACY DOS SANTOS FARIAS	CARLOS VIEIRA	RJ00003438	55.006,56	R$ 440,05
853.193.687-04	3810211729			
PAULINA PEREIRA DA SILVA	MANOEL VIEIRA I	RJ00003508	65.782,53	R$ 526,26
491.425.427-15	3810225011			
PORTO E MELLO PARTICIPAÇÕES LTDA	JOÃO VICTOR II	RS00004588	110.937,60	R$ 887,50
18.710.844/0001-91	4010588349			
REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO	CHARMOSO	RJ00094105	191.627,37	R$ 1.533,02
084.378.207-23	4010133741			
SEBASTIÃO FILIPE RAMOS	DAIANA II	RJ00005768	137.285,28	R$ 1.098,28
346.494.257-00	4610040131			
SERGIO DA COSTA	PORTO FELIZ	RJ00004088	165.886,38	R$ 1.327,09
766.998.469-49	4010147342			
SERGIO DA COSTA	PORTO FELIZ I	SC00149035	185.907,15	R$ 1.487,26
766.998.469-49	1610055357			
ZM FRIGORIFICO LTDA	MAGALHÃES SILVA XIV	RJ00012067	139.041,79	R$ 1.112,33
25.207.686/0001-17	3810224901			
TOTAL	25		4.457.172,30	R$ 35.657,38

Frota Pesqueira em Operação no Estado São Paulo - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAPESP - SP)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ ADELA	SP00004468	152.729,87	R$ 1.221,84
016.874.178-49	4010484080			
BENITO LOPES CABALEIRO	LUZ MARIA	SP00004456	152.729,87	R$ 1.221,84
016.874.178-49	4010484071			
CARLOS ROBERTO DE SOUZA E OUTRO	UNIVERSO I	SP00003910	152.729,87	R$ 1.221,84
018.008.148-95	4010107081			
CARLOS ROBERTO DE SOUZA E OUTRO	UNIVERSO III	SP00003908	152.729,87	R$ 1.221,84
018.008.148-95	4010103035			
CAROLINA GALLOTTI ZUNIGA	ZUNIGA	SP00004378	277.430,67	R$ 2.219,45
365.986.258-40	4010383119			
FERNANDO GUEDES NASTARI SAIA	ITALIA	SP00004484	111.544,29	R$ 892,35
310.635.148-94	4010548100			
FRANCISCO RICARDO ALOISE FRANZESE	DON FRANCESCO I	SP00038097	166.458,40	R$ 1.331,67
199.341.668-44	4010555408			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE III	SP00004660	166.458,40	R$ 1.331,67
45.506.946/0001-62	4010745584			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE IX	SP00005064	194.487,48	R$ 1.555,90
45.506.946/0001-62	4430048606			
FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA	FRANZESE X	SP00005050	194.487,48	R$ 1.555,90
45.506.946/0001-62	4430048592			
LUDWIG WALTER HOFFMANN	CIGANO DO MAR III	SP00007626	166.458,40	R$ 1.331,67
017.112.538-04	4010588411			
LUDWIG WALTER HOFFMANN	CIGANO DO MAR IV	SP00004590	166.458,40	R$ 1.331,67
017.112.538-04	4010588403			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE I	SP00103509	149.869,76	R$ 1.198,96
506.880.908-00	4010148501			
LUIGI FRANZESE	FRANZESE II	SP00003460	92.448,00	R$ 739,58
506.880.908-00	3810224545			
RENATA CRISTINA DA SILVA	ESTRELA DE JUDA I	SC00144939	102.963,96	R$ 823,71
159.095.008-99	4019936064			
RENATA CRISTINA DA SILVA	ESTRELA DE ORION	SC00009778	102.963,96	R$ 823,71
159.095.008-99	4410166000			
RENATO YASUHIDE ODA	PESCAMAR II	SP00040498	73.010,81	R$ 584,09
260.397.488-26	4010588365			
RODRIGO CORDEIRO	CIGANO DO MAR II	SC00009364	165.886,38	R$ 1.327,09
278.554.838-88	4010218304			
ÉRICA TEREZINHA FERNANDES	DONA TEREZINHA F	SP00003628	152.729,87	R$ 1.221,84
307.669.848-69	3810339547			
TOTAL	19		2.894.575,74	R$ 23.156,61

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI -SC)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				

ANSELMO ANTÔNIO DOS SANTOS	ALFA II	RS00004538	200.207,70	R$ 1.601,66
843.405.509-06	4010555602			
CARLOS ALEXANDRE MARQUES	CARLOS GABRIEL M	SC00040778	104.905,37	R$ 839,24
005.098.959-64	4430105669			
DEOCLECIO AUGUSTO FRANCISCO MARQUES	CAETANO MARQUES	SC00008686	94.296,96	R$ 754,38
552.052.089-53	4430115010			
MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DA FONSECA	MAR E MAR PESCA	RJ00129671	107.239,68	R$ 857,92
035.275.927-50	4430115915			
TAIANA ROZIANA MARQUES	ARAÇA V	SC00011011	125.729,28	R$ 1.005,83
063.626.359-22	4430116580			
TOTAL	5		632.378,99	R$ 5.059,03

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA PESCA, DOS ARMADORES E DA AQUICULTURA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SUL CATARINENSE (SINPESCASUL - SC)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL IV	SC00012807	166.406,40	R$ 1.331,25
78.613.486/0001-20	4430090947			
LAGO PESCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	DOM MANOEL XXVI	RS00006130	121.800,24	R$ 974,40
78.613.486/0001-20	4610102561			
TOTAL	2		288.206,64	R$ 2.305,65

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Sul - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA, DOCES E CONSERVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINDIPESCA - RS)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
CAIS DO ATLANTICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI	FLIPPER III N	SC00045470	165.886,38	R$ 1.327,09
09.350.944/0001-63	3810317390			
GILMAR DA COSTA DOURADO	CAREJO IV	RS00113146	39.290,40	R$ 314,32
021.976.300-32	4610102731			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA V	SC00048006	185.907,15	R$ 1.487,26
00.944.779/0001-01	4430079234			
MAR AZUL COMERCIO DE PESCADOS LTDA	DONA SANTINA VII	SC00040418	154.445,94	R$ 1.235,57
00.944.779/0001-01	4010793112			
TOTAL	4		545.529,87	R$ 4.364,24

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Sul - SINDICATO DOS ARMADORES DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL (SINDARPES - RS)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
FABIO BATISTA DA SILVA	COMETA II	RS00006008	122.193,14	R$ 977,55
982.765.220-68	4610094746			
JOSÉ GONÇALVES	SAMANTHA I	RS00004758	102.155,04	R$ 817,24
276.307.900-82	4030137687			
ODÍLIO ORCANTE GONÇALVES FLORINDO	LIRIO DOS VALES II	RS00141505	70.722,72	R$ 565,78
455.131.630-04	4610073668			
TOTAL	3		295.070,90	R$ 2.360,57

c) PORTARIA SAP/MAPA nº 63/2021, de 02 de março de 2021:

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - COOPERATIVA MISTA DE PESCA E AQUICULTURA DA REGIAO DO SALGADO (COOMPESCAR - PA)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de março a dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos			
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria			(Litros)	R$
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	EMPESCA XVII	PA00007378	152.729,87	R$ 1.221,84
05.387.527/0001-34	1810035431			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	ORION II	PA00235547	200.207,70	R$ 1.601,66
05.387.527/0001-34	210190779			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	SANTA PAULA	PA00000374	185.907,15	R$ 1.487,26
05.387.527/0001-34	3410103333			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCOCELLOS PESCADOS III	PA00000118	214.508,25	R$ 1.716,07
05.387.527/0001-34	210169435			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCONCELLOS PESCADOS I	PA00001870	214.508,25	R$ 1.716,07
05.387.527/0001-34	210227613			
BENEDITA BARBOSA DE VASCONCELLOS ME	VASCONCELLOS PESCADOS II	PA00000134	243.109,35	R$ 1.944,87
05.387.527/0001-34	210168340			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA I	PA00021706	19.645,20	R$ 157,16
088.199.123-68	1610047745			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA III	PA00021718	44.791,06	R$ 358,33
088.199.123-68	1210109875			
CLEDILTON CONCEIÇÃO SOARES	MORGANA VI	MA00300719	70.722,72	R$ 565,78
088.199.123-68	211020346			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	BELÉM PESCA VIII	PA00000514	243.109,35	R$ 1.944,87
17.041.530/0001-80	210244496			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA I	PA00001384	237.389,13	R$ 1.899,11
17.041.530/0001-80	210230843			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA V	PA00001418	214.508,25	R$ 1.716,07
17.041.530/0001-80	210185741			
FRI PEIXE COM. IND. PESCADOS EIRELI	NATAL PESCA VI	PA00001426	243.109,35	R$ 1.944,87
17.041.530/0001-80	210227605			
MAURICIO DAMASCENO LAMAS	LAMAS XVIII	PA00118610	19.252,30	R$ 154,02
611.452.202-82	210315750			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	MARANIL	PA00001200	214.508,25	R$ 1.716,07
06.890.397/0001-10	4030059741			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	ORLA I	PA00001468	214.508,25	R$ 1.716,07
06.890.397/0001-10	4030062041			
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA	ORLA II	PA00000704	243.109,35	R$ 1.944,87
06.890.397/0001-10	210270250			
TOTAL	17		2.975.623,78	R$ 23.804,99

Frota Pesqueira em Operação no Estado Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de março a dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos			
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria			(Litros)	R$
CARLOS ANTONIO DA SILVA	EL SHADAY VI	AL00302177	42.901,65	R$ 343,21
047.999.554-03	2412234841			
EDSON SABINO DA SILVA	REI DOS REIS I	AL00289978	51.481,98	R$ 411,86
031.730.584-02	2420116879			

JEFFERSON PEREIRA DOS SANTOS	VENCEDOR XXI	AL00325777	27.503,28	R$ 220,03
091.214.254-50	2412232032			
JOSE OLIVEIRA DOS SANTOS	RENASCER II	AL00221748	51.481,98	R$ 411,86
029.075.684-77	2410149022			
JOSE RINALDO DOS SANTOS	ARPOADOR IV	AL00325809	5.546,88	R$ 44,38
804.299.044-87	2410141188			
JULIANA DE SOUZA MELO	SÃO JOÃO VI	AL00223668	42.329,63	R$ 338,64
062.684.614-52	2210059429			
VALTER FERREIRA CAMARAO	NENO M E	AL00302169	34.321,32	R$ 274,57
026.900.144-16	2412234744			
TOTAL	7		255.566,72	R$ 2.044,53

Frota Pesqueira em Operação no Estado Alagoas - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS (COOPAIBA - AL)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de fevereiro a dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos			
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria			(Litros)	R$
GERALDO JOSÉ LUNA	RENASCER II	AL00221748	51.481,98	R$ 411,86
034.333.824-68	2410149022			
TOTAL EXCLUÍDO DA PORTARIA SAP/MAPA 28/2021	1		51.481,98	R$ 411,86

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PIRAMBU (CONDEPI - SE)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de março a dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos			
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria			(Litros)	R$
JOSUE MARCELINO DOS SANTOS LIMA	BUZU TUBARÃO	SE00002288	34.321,32	R$ 274,57
039.703.235-84	2610016956			
MARIA ROSA DA SILVA DE OLIVEIRA	JERUSALEM II	SE00162819	34.321,32	R$ 274,57
260.011.364-91	2420108841			
VALDIR GONÇALVES GARCIA	YAMAR II	SE00039631	34.321,32	R$ 274,57
878.669.275-53	2210102685			
TOTAL	3		102.963,96	R$ 823,71

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio de Janeiro - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SAPERJ - RJ)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P.	Previsão Consumo Diesel no Período de março a dezembro	Previsão de Valor
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos			
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria			(Litros)	R$
JOSÉ ROMÃO ALVES	BRASINHA	RJ00003614	87.519,37	R$ 700,15
035.562.047-20	3810339377			
JOSÉ ROMÃO ALVES	BRAZA	RJ00005416	155.312,64	R$ 1.242,50
035.562.047-20	4430091757			
JOSÉ ROMÃO ALVES	MARIA OLÍMPIA	RJ00038307	200.207,70	R$ 1.601,66
035.562.047-20	3810509493			
MARCELO MONTEIRO DE SOUZA	EDSON MATHEUS II	SC00011897	138.672,00	R$ 1.109,38
078.940.357-93	4430119538			
MARCELO MONTEIRO DE SOUZA	MATRIX A	SC00013247	151.244,93	R$ 1.209,96
078.940.357-93	4430117942			
TOTAL	5		732.956,64	R$ 5.863,65

d) PORTARIA SAP/MAPA nº 83/2021, de 11 de março de 2021:

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI (SINDIPI - SC)				
NOME DAS EMPRESAS	Nome do Barco	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Março a Dezembro	Previsão
Nº do CNPJ ou CPF	Nº do Título da Capitania dos Portos		(Litros)	de Valor R$
Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria				
LIZETI FERREIRA (*)	AGUIA F	SC00009158	166.458,40	R$ 1.331,67
864.713.179-72	4430091307			
LIZETI FERREIRA (*)	ATENA F	SC00012605	157.161,60	R$ 1.257,29
864.713.179-72	4430121630			
LIZETI FERREIRA (*)	CAROLINA F I	SC00011107	141.445,44	R$ 1.131,56
864.713.179-72	4030225837			
LIZETI FERREIRA (*)	VENEZA F	SC00010825	165.886,38	R$ 1.327,09
864.713.179-72	4430076596			
TOTAL	4		630.951,82	R$ 5.047,61

(*) HABILITADA POR DECISÃO JUDICIAL

PORTARIA SAP/MAPA Nº 201, DE 27 DE MAIO DE 2021

Suspende por 45 dias, a contar da data de publicação, os efeitos de que trata a Portaria SAP/MAPA nº 119, de 20 de abril de 2021, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MAPA nº 812, de 25 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto no Art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no inciso III do art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no inciso I do art. 29 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, em referência ao Processo SEI/MAPA nº 21000.020882/2021-32, resolve:

Art 1º Ficam suspensos por 45 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, os efeitos de que trata a Portaria SAP/MAPA nº 119, de 20 de abril de 2021.

Art. 2º O período de suspensão cumprido pelas embarcações de pesca listadas nos Anexos I, II e III da Portaria SAP/MAPA nº 119, de 20 de abril de 2021, até a data de publicação desta Portaria será descontado no período total de suspensão.

Art. 3º Os períodos de suspensão cominados às embarcações de pesca listadas nos Anexos I, II e III da Portaria SAP/MAPA nº 119, de 20 de abril de 2021, serão retomados ao término do período de vigência desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria tem caráter excepcional e não poderá ser prorrogada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 751, DE 27 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o Art. 110 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria n° 531, de 23 de março de 2020, e

Considerando o contexto de pandemia de COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como "emergência de saúde pública de importância internacional", declaração esta que foi seguida, no plano interno, pela publicação da Lei nº 13.979, de 6.2.2020, e pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que "reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública tendo este último a vigência pelo menos até 31 de dezembro próximo;

Considerando que o cenário de pandemia ainda se mostra grave e sem previsão de normalização em todo o território nacional;

Considerando que todos os servidores do Incra são avaliados institucional e individualmente pelos mesmos normativos, procedimentos e critérios, independentemente da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária (GDARA) e Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrários (GDAPA), e que foram limitados quanto ao cumprimento de suas atividades laborais e pessoais em virtude da pandemia;

Considerando que não foi possível estabelecer os indicadores institucionais e pactuar as metas individuais para o 10º Ciclo de Avaliação, dada a complexidade e a dificuldade de definição de critérios e procedimentos avaliativos no atual contexto de pandemia;

Considerando que a pontuação de referência para cálculo da GDARA e GDAPA é resultado do somatório das avaliações individual e institucional, e que estas são complementares e não excludentes; e

Considerando, por fim, o disposto na Nota Técnica Conjunta nº 1055/2021 (8623574), constante no Processo Administrativo nº 54000.057562/2020-14;, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Diretor do Incra, que as Avaliações de Desempenho Institucional e Individual, referente ao 10º Ciclo, ocorram da seguinte forma:

I - a pontuação relativa à Avaliação de Desempenho Institucional das Unidades da Autarquia (Superintendências Regionais e Sede), seja concedida pelo cumprimento das Metas Globais, compostas pelos seguintes indicadores:

a) Número de famílias com novo crédito instalação da Reforma Agrária concedido;

b) Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR; e

c) Número de documentos expedidos para Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

II - a pontuação relativa à Avaliação de Desempenho Individual será concedida exclusivamente em razão da autoavaliação (40%) e da nota atribuída pela chefia imediata (60%).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 469, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27) DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, e pelo art. 109 do Regimento Interno do Incra, aprovado por meio da Portaria nº 531, de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO a decisão adotada em sua 119ª reunião ordinária, ocorrida em 16 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o contido no Processo nº 54000.157226/2019-29, que trata do Relatório de Análise de Mercado de Terras - RAMT, elaborado por equipe técnica do Incra constituída por meio da Ordem de Serviço nº 1.999, de 31 de outubro de 2019 e aprovado pelo Câmara Técnica de Agronomia - CTA da SR(27), com a finalidade de servir de instrumento de referência nas vistorias e avaliações de imóveis rurais para atender o Programa de Reforma Agrária no âmbito da Regional, onde ficou caracterizado a metodologia de pesquisa mercadológica utilizada, conforme a Norma de Execução nº 112, de 12 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a aprovação preliminar da Planilha de Preços Referenciais - PPR pela CTA da SR(27), conforme Ata de sua primeira reunião extraordinária, ocorrida em 17 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Análise de Mercado de Terras - RAMT para as áreas de jurisdição da Superintendência Regional do Sul do Pará - SR(27).

Art. 2º Dar publicidade à Planilha de Preços Referenciais - PPR (Anexo I), por meio de publicação em Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AVEILTON SILVA DE SOUZA
Coordenador do Comitê

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 4.821, DE 27 DE MAIO DE 2021

Institui a Política de Gestão baseada em redes no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 26-A, incisos I e II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, e no art. 6º, inciso XII, da Portaria MCTI nº 4.578, de 22 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão baseada em redes, dispondo sobre orientações gerais que devem pautar o estabelecimento de Comitês voltados a apoiar a instituição de políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações, e seus desdobramentos, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 1º A gestão baseada em redes representa um instrumento de modernização da gestão pública, que favorece a participação social, por meio da colaboração de especialistas, de modo a subsidiar a tomada de decisão assentada em evidências, em avaliação de políticas e em cenários prospectivos.

§ 2º A gestão baseada em redes permite o estabelecimento de diálogo entre especialistas nos Comitês e a conexão destes com atores externos, com vistas à integração de iniciativas e a consecução dos meios de solução.

§ 3º Os mecanismos de gestão estabelecidos nesta Portaria estão restritos ao planejamento, desenvolvimento e ações de competência deste Ministério.

Art. 2º Serão estabelecidos Comitês de Especialistas que atuarão como fóruns de assessoramento científico e tecnológico de caráter consultivo, tendo por objetivo subsidiar este Ministério:

I - na promoção da integração dos esforços de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;

II - na definição de prioridades de pesquisa;

III - na articulação e integração de iniciativas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação relacionadas a políticas desenvolvidas neste Ministério;

IV - na promoção do desenvolvimento de tecnologias para auxiliar o desenvolvimento social e econômico do País; e

V - no diagnóstico e concepção de soluções para os desafios nacionais.

Parágrafo único. As atribuições dos Comitês não suplantam as competências conferidas ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996 e do Decreto nº 10.057, de 14 de outubro de 2019.

Art. 3º Os Comitês de Especialistas deste Ministério terão a seguinte composição, mínima:

I - 1 (um) Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que será responsável pela coordenação;

II - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e

III - 1 (um) representante da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

§ 1º O membro de que trata o inciso I do caput deste artigo será indicado e designado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 2º Os membros de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo serão indicados pelos titulares das entidades que representam e designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 3º O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações poderá indicar outros servidores do seu quadro ou de unidades subordinadas, vinculadas ou supervisionadas por este Ministério para compor os Comitês.

§ 4º O número de membros dos Comitês observará o disposto no art. 6º, inciso V, do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.

Art. 4º Poderão participar dos Comitês de Especialistas, na qualidade de convidados e sem direito a voto, cientistas e especialistas de notório saber com experiência nos temas e em áreas correlatas.

Parágrafo único. Os convidados a que se refere o caput deste artigo serão indicados e designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 5º Os Coordenadores dos respectivos Comitês de Especialistas poderão convidar, em caráter excepcional, representantes de outros órgãos ou de entidades da sociedade e do governo para participarem de reuniões específicas, sem direito a voto.

Art. 6º A participação nos Comitês de Especialistas será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Os Comitês de Especialistas se reunirão, em caráter ordinário, semestralmente ou, em caráter extraordinário, sempre que necessário, mediante convocação do respectivo Coordenador, por meio de correspondência eletrônica oficial.

Parágrafo único. Os membros e convidados que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros e convidados que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 8º A Secretaria responsável pela coordenação de cada Comitê de Especialistas prestará apoio administrativo à execução dos trabalhos, competindo-lhe, inclusive:

I - articular e integrar os trabalhos desenvolvidos pelos participantes dos Comitês;

II - atuar na gestão dos Comitês, acompanhando e avaliando, periodicamente, a execução dos trabalhos; e

III - solucionar as dúvidas de aplicação desta Portaria nas atividades dos Comitês.

Art. 9º É vedado aos membros e convidados dos Comitês de Especialistas divulgar qualquer discussão em curso no âmbito dos Comitês de Especialistas, sem prévia anuência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Parágrafo único. As matérias tratadas e discutidas nos Comitês deverão ser comunicadas pelo respectivo Coordenador à Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para fins de integração da comunicação.

Art. 10. Fica vedada a criação de subcolegiados no âmbito dos Comitês de Especialistas.

Art. 11. Os Comitês de Especialistas existentes no Ministério, antes da publicação desta Portaria, deverão estar gradualmente alinhados a esta Portaria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua vigência.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA MCTI Nº 4.826, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde, da Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Qualidade de Vida, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, nos termos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações de 2016/2022, da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e da Portaria GM nº 4.680, de 20 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer a Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde, norteada pela Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Qualidade de Vida, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 2º A Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde tem como objetivos:

I - promover a ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo, por meio de pesquisa básica, aplicada e translacional em saúde;

II - contribuir para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças, visando a melhoria da qualidade de vida e do aumento da expectativa de vida do povo brasileiro;

III - promover o desenvolvimento tecnológico do Complexo Econômico e Industrial da Saúde;

IV - diminuir a dependência externa de produtos, serviços e tecnologias para a saúde;

V - promover a integração dos esforços de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em saúde;

VI - promover políticas de inovação e empreendedorismo em saúde;

VII - definir as temáticas prioritárias nesta área do conhecimento;

VIII - promover a articulação e a integração de iniciativas de pesquisa, desenvolvimento, inovação em andamento, relacionadas, em especial, com as atividades desenvolvidas no âmbito:

a) dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia;

b) dos Programas ministeriais correlatos; e

c) das Unidades subordinadas, vinculadas e supervisionadas por este Ministério; e

IX - promover o desenvolvimento de tecnologias para auxiliar o País na busca por autonomia tecnológica e autossuficiência na produção de insumos e produtos para saúde.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria entende-se como Complexo Econômico Industrial da Saúde um conjunto articulado de segmentos produtivos industriais e de serviços, que opera a aproximação do desenvolvimento científico e tecnológico com o sistema produtivo, ampliando a utilização do conhecimento pela sociedade, o uso social da inovação e sua difusão em meio à sociedade.

Art. 3º A Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação em Saúde será executada por meio das seguintes ações continuadas:

I - fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à inovação e ao empreendedorismo, com o auxílio das agências de fomento vinculadas a este Ministério;

II - fortalecimento das infraestruturas das Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação - CTs;

III - estímulo à atuação em rede dos ecossistemas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de inovação; e

IV - apoio à formação e capacitação de recursos humanos qualificados e de estímulo à interação entre as ICTs e o setor privado.

Art. 4º A Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde será executada sob coordenação e responsabilidade da:

I - Secretaria de Pesquisa e Formação Científica; e

II - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação;

§ 1º As Secretarias atuarão em cooperação para consecução das ações da Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde.

§ 2º Os coordenadores da estratégia poderão criar Comitê de especialistas para assessoramento científico de caráter consultivo, observado o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.

§ 3º É facultado aos coordenadores da estratégia, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, convidar colaboradores externos para participar de pesquisas, diagnósticos e concepção de soluções.

Art. 5º A Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Saúde, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, se desdobra em planos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerando as competências de cada Secretaria, e tendo como foco no que concerne à coordenação da:

I - Secretaria de Pesquisa e Formação Científica:

a) a prevenção, controle, diagnóstico e tratamento de doenças transmissíveis emergentes e reemergentes;

b) o diagnóstico e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis;

c) os ensaios pré-clínicos, incluindo métodos alternativos à experimentação animal;

d) a pesquisa clínica;

e) os insumos para a saúde (Insumos Farmacêuticos Ativos, fármacos, biofármacos, imunobiológicos, kits diagnósticos, biomateriais, equipamentos e dispositivos, entre outros) e domínio tecnológico para sua produção; e

f) a fronteira do conhecimento, particularmente em medicina personalizada e medicina regenerativa, incluindo células-tronco e terapia celular, entre outros; e

II - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação:

a) o desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo em Saúde Digital;

b) o empreendedorismo de base tecnológica em Saúde; e

c) as tecnologias Habilitadoras aplicadas à Saúde 4.0.

Parágrafo único. Normas complementares da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica e da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação detalharão os planos de que trata este artigo.

Art. 6º A Estratégia para Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação em Saúde é passível de revisão e atualização sempre que necessário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MARCOS CESAR PONTES

LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA

INSTRUÇÃO NORMATIVA LNA/MCTI Nº 1, DE 17 DE MAIO DE 2021

Estabelece os procedimentos relativos à contratação e administração de estagiários no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica-LNA enquanto Unidade Concedente de estágio.

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA- LNA, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações-MCTI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 602, de 17 de fevereiro de 2020, e em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407 de 29 de junho de 2006, e considerando a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Instrução Normativa SGP/ME nº 213, de 17 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos relativos à contratação e administração de estagiários no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica- LNA enquanto Unidade Concedente de estágio, em atendimento à Portaria LNA nº 89, de 17 de maio de 2021.

Art. 2º Para a contratação de estagiários a Coordenação de Administração - COADM do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA realizará processo seletivo em parceria com a Coordenação Gestora da vaga, por meio das seguintes etapas:

I - solicitação de contratação de estagiário emitida pela Coordenação Gestora da vaga mediante abertura de processo administrativo eletrônico com a inclusão do formulário de Requisição de Estagiários;

II - confecção de material de divulgação padronizado, informando o período, forma e local de inscrição às vagas ou envio de currículo, que será disponibilizado nos seguintes locais:

a) instituições conveniadas com o Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA e que oferecerão os cursos solicitados pela Coordenação Gestora da vaga;

b) sítio eletrônico e mídias sociais oficiais do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA; e

c) redes de comunicação interna do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, caso seja julgado necessário.

III - triagem dos currículos de acordo com o perfil descrito no formulário Requisição de Estagiários enviados pela Coordenação Gestora da vaga e convocação dos candidatos para participar das próximas etapas do processo seletivo.

IV - realização de entrevistas individuais, redação e testes práticos se darão da seguinte forma:

a) as entrevistas serão agendadas e conduzidas pela COADM, junto com a Coordenação Gestora da vaga, em dia, local e horário previamente estabelecido;

b) os entrevistadores deverão manter sigilo sobre suas impressões das entrevistas;

c) a aplicação e correção da redação será de responsabilidade da COADM;

d) os testes práticos, quando necessário, deverão ser aplicados na sede administrativa do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, sempre com o acompanhamento da Coordenação Gestora da vaga de estágio;

e) deverão ser fornecidos ao candidato à vaga de estágio, todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs julgados necessários; e

f) a elaboração e correção de testes práticos são de responsabilidade da Coordenação Gestora da vaga.

V - divulgação do resultado final no sítio eletrônico do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA e disponibilização das informações necessárias para efetivação da contratação do estagiário.

Art. 3º A distribuição das vagas de estágio no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA obedecerão ao critério mínimo estabelecido abaixo:

I - 1 (uma) vaga para a COADM;

II - 1 (uma) vaga para a Coordenação de Astrofísica - COAST;

III - 1 (uma) vaga para a Coordenação do Observatório do Pico dos Dias - COOPD; e

IV - 1 (uma) vaga para a Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos - COEDP.

§ 1º A vaga destinada à COOPD poderá ser distribuída entre os serviços a ela subordinados.

§ 2º No caso de vagas excedentes ou desocupadas e sem previsão de contratação pela Coordenação Gestora da vaga, o Diretor do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA definirá, em conjunto com os Coordenadores, a redistribuição das vagas, mediante a demanda de atividades.

Art. 4º A COADM será responsável por deliberar sobre a organização geral dos programas de estágio, bem como sobre o ingresso, o regime disciplinar, o objetivo e a avaliação, consultadas as devidas Coordenações Gestoras das vagas.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER JOSÉ CORRADI BARBOSA

PORTARIA LNA/MCTI Nº 78, DE 17 DE MAIO DE 2021

Estabelece a aprovação e publicação do Plano de Dados Abertos - PDA 2020 - 2021 do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 602, de 17 de fevereiro de 2020 em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407 de 29 de junho de 2006, e considerando a Instrução Normativa nº 4 de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI -MP; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e o disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 resolve:

Art. 1º Estabelecer a aprovação do Plano de Dados Abertos - PDA 2020 - 2021 do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, em atendimento à orientação contida na Instrução Normativa nº 4 de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI -MP que cria a Infraestrutura Nacional de Dados - INDA; a entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso a Informação - LAI e, o disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

Art. 2º Publicar o PDA 2020 - 2021 no sitio eletrônico do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 44, de 26 de junho de 2018.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

WAGNER JOSÉ CORRADI BARBOSA

PORTARIA LNA/MCTI Nº 88, DE 17 DE MAIO DE 2021

Delega competências ao Coordenador da Coordenação de Administração - COADM do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 602, de 17 de fevereiro de 2020, em conformidade com as competências delegadas pela Portaria nº 407 de 29 de junho de 2006 do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, e considerando o Parágrafo Único do Art. 1º, da Portaria nº 407 de 30 de junho de 2006, do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, bem como a Portaria nº 214, de 21 de março de 2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Coordenador da Coordenação de Administração - COADM do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA e, nas suas ausências legais e vacância do cargo, ao seu substituto, competência para firmar os contratos administrativos destinados à contratação de obras, serviços e compras, até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º Ficam Revogadas:

I - a Portaria nº 025, de 30 de junho de 2017;

II - a Portaria nº 037 de 17 de novembro de 2006, e

III - a Ordem Interna nº 015, de 18 de outubro de 2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER JOSÉ CORRADI BARBOSA

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 4.815, DE 24 DE MAIO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DACIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.005335/2020-97, de 4 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Líder Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 22.360.747/0001-93, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 22.360.747/0001-93, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Central de alarme para proteção contra roubo, baseado em técnica digital; e

II - Sensor magnético para uso em central de alarme, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.005335/2020-97, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 4.816, DE 24 DE MAIO DE 2021

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.065974/2019-78 de 18 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o bem e respectivo modelo abaixo descrito, desenvolvido pela empresa IBRAMED INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.133.418/0001-77, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

- Aparelho eletromédico de terapia por radiofrequência para tecarterapia (transferência de energia capacitiva e resistiva de alta frequência), baseado em técnica digital de geração e monitoração de sinais, modelo: Nèartek.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

SECRETARIA DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA

PORTARIA SEPEF/MCTI Nº 4.808, DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil - OSC mediante termo de colaboração ou termo de fomento, no âmbito da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

O SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo VII (Regimento Interno da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica) da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, e pela Portaria MCTIC nº 2.860 de 11 de junho de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação com a finalidade de avaliar e monitorar as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil celebradas com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por meio da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, mediante termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, dando fiel cumprimento à Lei nº 13.019, de 2014 e ao Decreto nº 8.726, de 2016.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será constituída por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal.

Art. 4º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - monitorar e avaliar a execução da parceria por meio do acompanhamento e da fiscalização realizados pelo gestor;

II - homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação emitido pela Administração Pública Federal, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

III - emitir relatório consolidado das atividades de cada reunião.

Parágrafo Único: A comissão poderá sugerir ajustes necessários à homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 5º Será impedido de participar da Comissão de Monitoramento e Avaliação pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha participado como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da OSC, ou sua atuação no monitoramento e avaliação configure conflito de interesse e tenha participado da comissão de seleção.

Art. 6º Sempre que julgar necessário, poderá a Comissão solicitar o assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art. 7º As ações da Comissão de Monitoramento e Avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e devem ser registradas na plataforma eletrônica, conforme preceitua o art. 51 do Decreto nº. 8726, de 2016.

Art. 8º A Comissão de Monitoramento e Avaliação da SEPEF será composta pelos seguintes membros:

- Daniel Alves Natalizi, que a coordenará; e
- Marcela Cristina Rosas Aboim Raposo.

Art. 9º A Comissão de Monitoramento e Avaliação da SEPEF se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo seu Coordenador, por meio de correspondência eletrônica oficial.

Art. 10º Esta portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MARCELO MARCOS MORALES

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO CNPQ Nº 4, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17, inciso V, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, considerando as instruções do processo nº 01300.001326/2021-75, e em conformidade com a aprovação do Conselho Deliberativo em sua 191ª (centésima nonagésima primeira) reunião, de 10 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Regulamentar, na forma do anexo, o Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica.

Art. 2º Ficam convalidadas todas as edições do Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica realizadas até a presente data.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

ANEXO

REGULAMENTO DOPRÊMIO DESTAQUE NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

CAPÍTULO I

OBJETIVO, PERIODICIDADE E PARCEIROS

Art. 1º O Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica tem como objetivo premiar bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq que se destacaram durante o ano, sob os aspectos de relevância e qualidade do seu relatório final, e as instituições participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que contribuíram de forma relevante para o alcance dos objetivos do Programa.

Art. 2º O Prêmio será concedido anualmente e contará com a parceria da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

§ 1º A cada edição será elaborado pelo CNPq um edital específico, a ser aprovado pela Diretoria Executiva - DEX, contendo, dentre outros, o detalhamento de datas, os valores das premiações e o local da cerimônia de premiação.

§ 2º A Diretoria Executiva poderá, no edital específico e mediante justificativa, alterar categorias, grandes áreas do conhecimento e os critérios de avaliação das comissões julgadoras.

§ 3º As alterações de que trata o § 2º, quando promovidas, serão aplicáveis somente na edição específica.

CAPÍTULO II

CATEGORIAS

Art. 3º O Prêmio será atribuído em três categorias:

I - Bolsista de Iniciação Científica: destinada aos bolsistas do CNPq participantes do PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do PIBIC-Af - Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas, e bolsistas de Iniciação Científica de quotas do pesquisador;

II - Bolsista de Iniciação Tecnológica: destinada a bolsistas do CNPq participantes do PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e bolsistas ITI - Iniciação Tecnológica e Industrial; e

III - Mérito Institucional: destinada às instituições que participam do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e que tenham bolsistas inscritos no Prêmio.

§ 1º Para cada uma das categorias Bolsista de Iniciação Científica e Bolsista de Iniciação Tecnológica serão premiados até 3 bolsistas, sendo um para cada grande área do conhecimento:

I - Ciências Exatas, da Terra e Engenharias;

II - Ciências da Vida; e

III - Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

§ 2º Para a categoria Mérito Institucional será premiada uma instituição,

CAPÍTULO III

INDICAÇÃO DOS BOLSISTAS E SUA QUALIFICAÇÃO

Art. 4º As instituições de ensino e pesquisa, por meio das coordenações do PIBIC e/ou PIBITI, contribuirão para:

I - divulgação do Prêmio, a partir de cartaz eletrônico a ser encaminhado pelo CNPq; e

II - seleção dos bolsistas.

Art. 5º A inscrição do candidato será efetivada mediante indicação pela instituição de ensino e pesquisa participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico - PIBITI.

Parágrafo único. Somente poderão ser indicados bolsistas de iniciação científica e de iniciação em desenvolvimento tecnológico das respectivas instituições.

Art. 6º As instituições de ensino e pesquisa encaminharão ao CNPq, na forma e prazo fixados no respectivo edital, no máximo 6 (seis) relatórios, sendo:

I - Categoria Bolsista de Iniciação Científica:

a) um bolsista da grande área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias;

b) um bolsista da grande área de Ciências da Vida, e

c) um bolsista da grande área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

II - Categoria Bolsista de Iniciação Tecnológica:

a) um bolsista da grande área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias;

b) um bolsista da grande área de Ciências da Vida, e

c) um bolsista da grande área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

§ 1º O bolsista deverá ser indicado obrigatoriamente na sua área de atuação e na categoria correspondente ao programa em que a bolsa esteja vinculada no CNPq.

§ 2º As instituições de ensino e pesquisa deverão indicar os bolsistas que apresentaram os melhores relatórios, classificados ou premiados pelo comitê interno ou externo nas jornadas, salões ou seminários realizados nas instituições de ensino e pesquisa.

§ 3º Caso a instituição de ensino ou pesquisa não realize os eventos relacionados no § 2º, deverá receber as inscrições dos bolsistas, selecionar os melhores relatórios por meio de um comitê interno e encaminhá-las ao CNPq.

Art. 7º As coordenações do PIBIC e/ou PIBITI das instituições de ensino e pesquisa deverão encaminhar ao CNPq, na forma e prazo fixados no edital, a indicação dos bolsistas com a documentação a seguir:

I - formulário de indicação;

II - carta de recomendação do orientador sobre o perfil, atuação e atribuições do bolsista;

III - histórico escolar; e

IV - relatório do bolsista, relativo ao período fixado no edital de cada edição, observado o disposto no respectivo edital, contendo:

a) título do relatório do bolsista;

b) nome, telefones e e-mail do bolsista;

c) nome, endereço, telefone e e-mail da instituição de vínculo do bolsista e da bolsa, se for o caso;

d) nome, telefones e e-mail do professor orientador e do coorientador, se for o caso;

e) resumo;

f) apresentação (introdução, justificativa e objetivos);

g) desenvolvimento (metodologia e análise);

h) conclusão (resultados da pesquisa); e

i) referências bibliográficas.

§ 1º Outros documentos poderão ser exigidos pelo respectivo edital de convocação de cada edição do Prêmio.

§ 2º Caso o candidato seja indicado em uma categoria (Bolsista de Iniciação Científica ou Bolsista de Iniciação Tecnológica) diferente do programa de vinculação da bolsa no CNPq, ou a instituição de ensino apresente a documentação incompleta, o candidato será automaticamente desclassificado.

§ 3º A indicação de mais de um candidato na mesma grande área, em uma única categoria, implicará na desclassificação de todos os indicados na referida categoria.

§ 4º Não será admitida indicação enviada pelo orientador, pelo co-orientador ou pelo candidato.

§ 5º Serão aceitos trabalhos somente em Língua Portuguesa.

§ 6º O CNPq não será responsável por eventuais problemas ocorridos no envio das candidaturas.

Art. 8º As inscrições das instituições do PIBIC para concorrer na categoria Mérito Institucional serão automáticas, desde que apresentem bolsistas do PIBIC, PIBIC AF ou oriundos de quota do pesquisador, inscritos na categoria Bolsista de Iniciação Científica.

CAPÍTULO IV

COMISSÃO JULGADORA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 9º A escolha dos premiados será feita por três comissões julgadoras, uma para cada grande área do conhecimento, designadas pelo Presidente do CNPq e compostas por três membros cada.

§ 1º Serão convidados para integrar as comissões julgadoras:

I - um representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC);

II - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e

III - sete representantes da comunidade científica e tecnológica.

§ 2º O parecer de cada Comissão Julgadora, adotado pela maioria de seus membros, será submetido ao Presidente do CNPq para decisão.

Art. 10. Os relatórios dos bolsistas das categorias Bolsista de Iniciação Científica e Bolsista de Iniciação Tecnológica serão avaliados conforme os critérios a seguir:

Critérios	Pontuação máxima
I - mérito, relevância e qualidade do relatório final	30
II - originalidade e inovação	30
III - aplicação prática da pesquisa para a solução de problemas concretos e com resultados finais	30
IV - perfil, histórico escolar, atuação e atribuições do bolsista do ponto de vista do orientador	10

§ 1º Outros critérios poderão ser acrescentados no edital de convocação anual.

§ 2º Em caso de empate, cada Comissão Julgadora deverá considerar, como critério de desempate, a somas das notas auferidas aos candidatos nos critérios de julgamento I e III. Caso o empate persista, considerar a nota auferida no item II e sucessivamente no item IV.

Art. 11. Para a categoria Mérito Institucional será considerada a instituição do PIBIC com maior índice de egressos titulados na pós-graduação, em cursos reconhecidos pela CAPES.

§ 1º O índice de egressos será aferido pela quantificação dos ex-bolsistas PIBIC, do CNPq, que se titularam no mestrado ou doutorado, no período de dez anos.

§ 2º Serão comparados os percentuais de titulação de cada instituição, ao percentual médio de titulação do conjunto de todas instituições contempladas com bolsas PIBIC.

§ 3º As instituições que receberam menos de 100 bolsas PIBIC no período de dez anos não poderão concorrer à categoria Mérito Institucional.

§ 4º A instituição contemplada com o Mérito Institucional poderá ser premiada novamente somente 5 (cinco) anos após a data da cerimônia de premiação.

§ 5º Caso a instituição classificada com o maior índice de egressos titulados no mestrado e doutorado tenha sido agraciada nos últimos cinco anos, a premiação será concedida para a instituição melhor posicionada, que ainda não tenha sido contemplada no período.

Art. 12. Não será estabelecida classificação dos candidatos.

CAPÍTULO V

PREMIAÇÃO

Art. 13. Nas categorias Bolsista de Iniciação Científica e Bolsista de Iniciação Tecnológica serão concedidas até 6 (seis) premiações, assim distribuídas:

I - Ciências Exatas, da Terra e Engenharias: 1 (um) ganhador por categoria;

II - Ciências da Vida: 1 (um) ganhador por categoria, e

III - Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes: 1 (um) ganhador por categoria.

Parágrafo único. A premiação poderá não ser concedida, caso a comissão julgadora entenda não haver trabalhos de qualidade.

Art. 14. A premiação consistirá de:

I - Categorias Bolsista de Iniciação Científica e Bolsista de Iniciação Tecnológica:

a) quantia em dinheiro, cujos valores serão definidos no edital, ao bolsista agraciado por categoria e por cada grande área do conhecimento, a ser depositada na conta corrente do agraciado;

b) uma bolsa de Mestrado ou de Doutorado, no país, ao bolsista agraciado, por categoria e por cada grande área do conhecimento, e

c) uma passagem aérea e hospedagem para permitir aos agraciados o recebimento da premiação.

II - Categoria Mérito Institucional:

a) concessão de bolsas adicionais do PIBIC e/ou PIBITI na cota da instituição agraciada, conforme fixado no edital;

b) um troféu, e

c) uma passagem aérea e hospedagem para permitir que o dirigente da instituição agraciada receba a premiação.

§ 1º O prazo limite para início da utilização da bolsa de mestrado ou doutorado será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da cerimônia de entrega do Prêmio.

§ 2º As bolsas somente serão implementadas se os agraciados atenderem aos critérios normativos do CNPq.

§ 3º No ato de pagamento da premiação, o CNPq promoverá a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), conforme legislação da Receita Federal.

§ 4º O CNPq verificará se os agraciados possuem dívidas com o Poder Público antes da entrega da premiação em dinheiro.

Art. 15. Os agraciados, seus orientadores e, se for o caso, seus co-orientadores receberão um certificado.

Art. 16. Não serão concedidas Menções Honrosas.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 17. O edital de convocação de cada edição do Prêmio deverá contemplar a possibilidade de interposição de recurso, quando cabível, bem como prever a necessidade de concordância dos agraciados com a publicação dos trabalhos, no todo, em parte, ou em texto resumido pelo autor, em forma a ser definida pelo CNPq.

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 20 DE MAIO DE 2021

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a

778ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ	VIGÊNCIA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG	900.1278/2012	10.626.896/0001-72	20/05/2026
Instituto Butantan	900.1141/2011	61.821.344/0001-56	20/05/2026

FABIO EDUARDO MADIOLI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 2.634, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.021027/2020-67, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TV ARATU S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 15.199.136/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 25 (vinte e cinco), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de JEQUIÉ, estado da BAHIA.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da própria TV ARATU S/A, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 15.199.136/0001-40, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 58.700, de 23 de junho de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 1973, para execução do serviço no município de SALVADOR, estado da BAHIA.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 82, DE 3 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.° 01250.074307/2018-03, especialmente da Nota Técnica n.° 4448/2020/SEI-MCOM, resolve não conhecer o recurso administrativo interposto pela DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 21 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e/ou nº 353, de 19 de janeiro de 2018 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.001254/2013	Fundação Cultural Educativa De Rádio E Televisão Lanhoso De Lima	RTV	Botucatu	SP	Multa	1.427,91	Art. 31, do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DEIRF n° 2246 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.026019/2015	Associação Comunitária Da Radiodifusão Da Cidade De Três Coracões	RADCOM	Três Corações	MG	Multa e advertência	1.602,97	Art. 40, XII e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2269 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.026517/2014	Prefeitura Municipal De Santo Antônio Da Platina	RTV	Santo Antônio da Platina	PR	Multa	1.335,81	Art. 27 e 31 do Decreto nº 5.371/05 c/c art. 40, da Portaria MC nº 366/12.	Portaria DEIRF n° 2273 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.038620/2015	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Catolé Do Rocha	RADCOM	Catolé do Rocha	PB	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2296 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.024406/2015	Associação De Amigos De Apiacás	RADCOM	Apiacás	MT	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2308 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.026424/2014	Prefeitura Municipal De São José Do Rio Claro	RTV	São José do Rio Claro	MT	Multa	1.335,81	Art. 40 da Portaria n° 366/12.	Portaria DEIRF n° 2356 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.046569/2015	53900.046569/2015	RADCOM	Nova Europa	SP	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2358 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.026097/2015	Associação Resgate Cultural	RADCOM	Guaraí	TO	Multa	991,25	Art. 40, VII e XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2360 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.030804/2014	Associação Movimento Comunitário Serra Verde Fm	RADCOM	Serranópolis	GO	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2365 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53516.004135/2017	Tv Oeste Do Paraná Ltda	TV	Guarapuava	PR	Multa	9.724,67	Cláusula Terceira, "p", do Contrato de Concessão publicado em 01/11/1984, c/c o item 5.3 da Portaria nº 310/2006, e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2366 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53516.004664/2017	Rádio E Televisão Imagem Ltda	TV	Paranavaí	PR	Multa	8.509,08	Cláusula Terceira, "n", do Contrato de Concessão publicado em 02/05/1991, c/c o item 5.3 e 7.1 "h" da Portaria nº 310/2006.	Portaria DEIRF n° 2375 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53516.004133/2017	Sociedade Rádio Emissora Paranaense Sa	TV	Londrina	PR	Multa	10.472,72	Cláusula Terceira, "q", do Contrato de Concessão, c/c os itens 5.3 e 7.1 "h" da Portaria nº 310/2006, e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2376 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.003346/2018	Fundação Maria Rainha Da Paz	FM	Manhuaçu	MG	Multa	1.774,32	Art. 2º da Portaria nº 4.335/15, c/c o art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2381 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 353/2018
53900.014366/2015	Associação De Proteção E Assistência À Maternidade, À Infância E Ao Meio Rural De Santana Do Matos - Apami	RADCOM	Santana do Matos	RN	Multa e advertência	534,32	Art. 40, XII e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2397 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.028135/2013	Fundação Sagrado Coração De Jesus De União Da Vitória	FM	União da Vitória	PR	Multa	5.821,30	Art. 38, "c", da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2573 de 21/05/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

PORTARIA Nº 2.486, DE 21 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão anterior e anular Portaria nº 1156/2020/SEI-MCOM, de 16 de novembro de 2020, acatando o recurso administrativo interposto pela entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53569.002687/2016	Rádio Clube Do Pará Prc5 Limitada	OM	Belém	PA	Portaria DEIRF n° 2486 de 21/05/2021

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

PORTARIA MCOM Nº 2.684, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com os termos da Portaria nº 9 SEI-MCOM de 06 de Novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008365/2020-11, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 1647/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Macapá, estado do Amapá, utilizando o canal 50 (cinquenta), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 2.687, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com os termos da Portaria nº 9 SEI-MCOM de 06 de Novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008405/2020-17, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 1626/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Vitória, estado do Espírito Santo, utilizando o canal 30 (trinta), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 2.691, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com os termos da Portaria nº 9 SEI-MCOM de 06 de Novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008339/2020-85, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 1657/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, utilizando o canal 15 (quinze), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 2.698, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, concomitante com os termos da Portaria nº 9 SEI-MCOM de 06 de Novembro de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.008384/2020-30, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 1749/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Fundação Nossa Senhora Aparecida, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal 46 (quarenta e seis), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Eldorado Sistema de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO GESTOR

RESOLUÇÃO Nº 138, DE 24 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre o Plano de Aplicação de Recursos 2021-2023 da Fundação CPqD.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo art. 6º, inciso III, do Anexo I da Resolução CGF nº 119, de 29 outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) de 2021 a 2023 da Fundação CPqD, no valor total de R$ 45.250.000,00 (quarenta e cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais), conforme quadro abaixo:

PAR Fundação CPqD - 2021 a 2023						
Projetos		Despesas	VALORES EM R$			
			2021	2022	2023	Total
Projetos em andamento	Plataforma IoT	Corrente	4.233.906,40	0,00	0,00	4.233.906,40
		Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		SubTotal	4.233.906,40	0,00	0,00	4.233.906,40
	TeraNET Fase 2	Corrente	2.418.918,60	2.407.081,40	3.830.000,00	8.656.000,00
		Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		SubTotal	2.418.918,60	2.407.081,40	3.830.000,00	8.656.000,00
	IoT-BLOCKCHAIN Fase 2	Corrente	1.273.714,00	0,00	0,00	1.273.714,00
		Capital	0,00	0,00	0,00	
		SubTotal	1.273.714,00	0,00	0,00	1.273.714,00
	Plataforma 5GBR	Corrente	4.073.461,00	4.537.918,60	7.497.497,05	16.108.876,65
		Capital	0,00	1.655.000,00	345.000,00	2.000.000,00
		SubTotal	4.073.461,00	6.192.918,60	7.842.497,05	18.108.876,65
Total projetos em andamento			12.000.000,00	8.600.000,00	11.672.497,05	32.272.497,05
Projetos novos	PROJETO TECSEG	Corrente	750.000,00	3.550.000,00	2.404.168,31	6.704.168,31
		Capital	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
		SubTotal	750.000,00	3.700.000,00	2.404.168,31	6.854.168,31
	PROJETO GR4.0	Corrente	500.000,00	3.700.000,00	1.923.334,64	6.123.334,64
		Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		SubTotal	500.000,00	3.700.000,00	1.923.334,64	6.123.334,64
Total projetos novos			1.250.000,00	7.400.000,00	4.327.502,95	12.977.502,95
TOTAL GERAL			13.250.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00	45.250.000,00

§ 1º A liberação dos valores previstos neste artigo está condicionada à aprovação das Leis Orçamentárias Anuais dos exercícios correspondentes, inclusive eventuais créditos suplementares, bem como à disponibilidade e limites orçamentários e financeiros.

§ 2º A contratação dos projetos TECSEG e GR4.0 pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) deverá aguardar a aprovação pelo Conselho Gestor do Funttel dos Termos de Referência.

§ 3º Para assinatura dos contratos de repasse, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) deverá observar todas as orientações previstas nesta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 24 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução CGF nº 95, de 21 de março de 2013, que aprova o Regulamento da Arrecadação da Contribuição das prestadoras de Serviços de Telecomunicações ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, e a Resolução nº 119, de 29 de outubro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Funttel.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos V e VI do art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, e pelos incisos I, VII e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CGF nº 95, de 21 de março de 2013, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11 .....

Parágrafo único. Nos casos em que demandado pela SRFB, a Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico expedirá a autorização necessária para a retificação de Darf, após consulta ao Sistema de Arrecadação do Funttel - SAF, observado, no que couber, o disposto na Seção II deste Capítulo." (NR)

"Art. 13 O contribuinte, seu representante legal ou procurador com poderes especiais, quando constatar erro de preenchimento da GRU, deverá apresentar requerimento de retificação à Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, munido da documentação pertinente.

.....

§ 2º A Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico autorizará ou não a retificação após consulta ao sistema em que a arrecadação tenha sido registrada, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI ou SAF, expedindo, em seguida, comunicado ao Requerente.

....." (NR)

"Art. 18 .....

Parágrafo único. A notificação de lançamento será expedida pela Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e conterá obrigatoriamente:

.....

VII - a assinatura do Coordenador de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, indicação do seu cargo e o número da matrícula.

....." (NR)

"Art. 20 A impugnação, dirigida à Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, mencionará:

....." (NR)

"Art. 21 .....

§ 1º No caso de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, a Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico providenciará a formação de autos apartados para encaminhar os autos à autoridade competente para a imediata cobrança da parte não contestada, consignando essa circunstância no processo original.

....." (NR)

"Art. 24 O preparo do processo compete à Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico." (NR)

"Art. 25 .....

I - em primeira instância, ao Coordenador Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico; e

....." (NR)

"Art. 31 .....

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Coordenador-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, o qual, se não reconsiderar a sua decisão, o encaminhará à apreciação do Presidente do Conselho Gestor do Funttel." (NR)

"Art. 35 .....

Parágrafo único. Nos casos em que demandado pela SRF, o Coordenador-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico decidirá sobre a procedência do pedido de reconhecimento de direito creditório perante o Funttel, observado, no que couber, o disposto na Seção II deste Capítulo." (NR)

"Art. 36 A compensação e a restituição de créditos decorrentes de contribuição para o Funttel recolhidos mediante GRU será efetuada pela Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, mediante formalização de requerimento do contribuinte.

....." (NR)

"Art. 37 .....

§ 1º Cumprido os requisitos especificados nesta Seção e na legislação em vigor, a Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico efetuará a restituição, por intermédio de ordem bancária específica.

....." (NR)

"Art. 41 .....

§ 2º A compensação de que trata o § 1º somente será concretizada após a decisão do Coordenador-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico.

....." (NR)

"Art. 42 Na compensação, a Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico:

....." (NR)

"Art. 50 A certificação da regularidade fiscal do sujeito passivo compete à Coordenação de Operação da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico." (NR)

Art. 2º Alterar o Anexo I da Resolução CGF nº 119, de 29 de outubro de 2018, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

§ 1º As despesas necessárias ao desempenho das atividades exercidas especificamente para o apoio do Ministério das Comunicações ao Conselho Gestor do Funttel poderão ser realizadas com recursos do Funttel, conforme regramento específico.

§ 2º A Coordenação de Apoio à Gestão da Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico proverá o apoio técnico à Secretaria-Executiva do Conselho Gestor do Funttel no exercício das competências descritas nos incisos I a XXII do caput." (NR)

Art. 3º Fica revogado o inciso XXI do art. 9º do Anexo I à Resolução CGF nº 119, de 29 de outubro de 2018.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR
Presidente do Conselho

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.565, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53512.000192/2021-83. Expede autorização à Matheus Mantovanelli Grandi Ribeiro , CNPJ nº 14181497720, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 3.611, DE 21 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53512.000193/2021-28. Expede autorização à Domingo Savio Otaviani , CNPJ nº 12884642234, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.759, DE 26 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53520.000707/2021-46. Expede autorização à Hdr Administradora de Bens Ltda , CNPJ nº 09.585.976/0001-48, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 3.780, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53516.000285/2021-78, Outorga à RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA, CNPJ nº 75.010.736/0001-40, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 3.784 - Processo nº 53516.009635/2021-61: CLEBERSON DORS, CPF nº ***.718.159-**.

Nº 3.785 - Processo nº 53516.009663/2021-89: ANTONIO SERGIO BORGES, CPF nº ***.649.439-**.

Nº 3.786 - Processo nº 53516.009669/2021-56: RADIO ESPERANCA PRUDENTOPOLIS LTDA, CNPJ nº 77.782.746/0001-29.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2021

Nº 3.633 Expedir autorização a Guilherme Rodrigues da Cunha, CPF nº ***.848.326-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.634 Expedir autorização a Vale S.A., CNPJ nº 33.592.510/0167-43, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.552, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002454/2021-43. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) ao MARCOS FLOSI DE OLIVEIRA, CNPJ nº 96.363.684/0001-65, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.553, DE 19 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.000861/2021-16. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS,, CNPJ nº 03.485.775/0001-92, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.566, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002293/2021-98. Expede autorização à Rádio Difusora de Mirassol Ltda, CNPJ nº 52.438.199/0001-38, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.567, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002299/2021-65. Expede autorização à VMJJ ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ nº 11.932.826.0001-05, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.573, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002306/2021-29. Expede autorização à ADIMAX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 03887324000181, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.575, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002316/2021-64. Expede autorização ao Gabriel da Silva, CPF nº ***.851.848-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.576, DE 20 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002298/2021-11. Expede autorização ao Eduardo Ballerini, CPF nº ***.702.908-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 24 DE MAIO DE 2021

Nº 3.664 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à CLAUDIO DE ARAUJO CAMPOS, CPF nº ***.921.796-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.666 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à IURE NEIVE SAMPAIO ARAUJO, CPF nº ***.913.575-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.667 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à MARIA LUIZA DE CARVALHO BRAGA, CPF/CNPJ nº ***.304.205-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.669 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES GOIS LTDA, CPF/CNPJ 00.613.396/0001-42, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 3.749, DE 26 DE MAIO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CINTE TELECOM COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 08.378.641/0001-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 3.719, DE 25 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53548.000177/2021-28. Expede autorização ao JAIME VALLER FILHO, CPF nº ***.580.681-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 3.773, DE 26 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53548.000171/2021-51. Expede autorização ao PAULO BARBOSA GRACIANO, CPF nº ***.901.211-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 3.771, DE 26 DE MAIO DE 2021

Expede autorização a Abelardo de Oliveira Brito, CPF nº ***.304.141-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000321/2021-79.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 3.768, DE 26 DE MAIO DE 2021

Expede autorização à R P Monteiro, CNPJ nº 13.815.125/0001-11, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.001397/2021-11.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 3.526, DE 19 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.030044/2021-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA ALAGOANO DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 04.945.890/0001-65, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Água Branca/AL.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2021

Nº 3.592 Processo nº 53500.024196/2021-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Televisao Santa Cruz Ltda, CNPJ 13.476.833/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itabuna/BA.

Nº 3.597 Processo nº 53500.030148/2021-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pinheiro/MA.

Nº 3. 598 Processo nº 53500.030151/2021-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Primeira Cruz/MA.

Nº 3. 599 Processo nº 53500.030155/2021-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Luzia do Paruá/MA.

Nº 3. 600 Processo nº 53500.030159/2021-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Rita/MA.

Nº 3. 601 Processo nº 53500.030164/2021-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São João Batista/MA.

Nº 3. 602 Processo nº 53500.030167/2021-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Mateus do Maranhão/MA.

Nº 3. 603 Processo nº 53500.030173/2021-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Vicente Ferrer/MA.

Nº 3. 604 Processo nº 53500.030176/2021-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Vargem Grande/MA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 3.668, DE 24 DE MAIO DE 2021

Processo n° 53500.024381/2021-81. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 83.159.087/0001-71, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2021

Nº 3.707 Processo nº 53500.016406/2021-72. Expede autorização à BITO SERVICOS TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 33.964.730/0001-61, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.709 Processo nº 53500.033502/2021-85. Expede autorização à Wlink Provedor de Acesso A Redes de Telecomunicacoes Eireli, CNPJ/MF nº 33.695.459/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3. 723 Processo nº 53500.033843/2021-51. Expede autorização à Conecta Solucoes em Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 34.389.565/0001-24, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3. 733 Processo n° 53500.025369/2021-93. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à EUCATEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 14.675.270/0004-50, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3. 735 Processo n° 53500.028357/2021-11. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à M R DIAS ELETRONICA ME, CNPJ nº 06.225.245/0001-01, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 3. 736 Processo n° 53500.031634/2021-72. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PRB PESSOA, CNPJ nº 63.640.908/0001-80, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Nº 3.793 Autoriza Versus Tecnologia em Eletronica e Informatica Ltda, CNPJ nº 03.376.293/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São José/SC, no período de 07/06/2021 a 05/08/2021.

Nº 3.794 Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇOES COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 04/06/2021 a 04/07/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 14/GM-MD, DE 25 DE MAIO DE 2021

Processo nº 60006.000071/2021-17
Assunto: "DEFESA 2016/2035: VISÃO PROSPECTIVA".
Documento vinculado: Ata de Reunião, de 13 de maio de 2021, da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério da Defesa (CPADS-MD).
Órgão interessado: Assessoria Especial de Planejamento.
Autoridade competente para realizar a classificação: Ministro de Estado da Defesa.

Decisão Ministerial: no exercício da autotutela, com fundamento no inciso II do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), combinado com no inciso II do art. 25 e art. 26, ambos do Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012, diplomas normativos estes que são aplicáveis ao processo de visão prospectiva de defesa, decido anular o Termo de Classificação de Informação (TCI) relativo ao documento CIDIC 60041.005149/2015-15.R.05.30/11/2015.30/11/2020.N, visto que contém erro material quanto à indicação do grau de sigilo para a classificação do documento "DEFESA 2016/2035: VISÃO PROSPECTIVA", por se tratar de análise prospectiva que guarda em si necessidade de restrição de acesso até o ano de 2035.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

RETIFICAÇÃO

NA PORTARIA DPC/MB Nº 9, DE 31 DE MARÇO DE 2021, publicado no DOU Nº 66 de 09/04/2021, seção 1, pág. 32, inclua-se o anexo (NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA AQUAVIÁRIOS - NORMAM-13/DPC)

ANEXO



FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Aprovação	Portaria nº 111/DPC, de 16 de dezembro de 2003			
Mod 1	Portaria nº 60/DPC, de 04 de agosto de 2004	Capítulo 2	04/08/2004	
Mod 2	Portaria nº 21/DPC, de 18 de fevereiro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 4 e 7	18/02/2005	
Mod 3	Portaria nº 90/DPC, de 31 de outubro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 7 e Anexo 2-A.		
Mod 4	Portaria nº 07/DPC, de 13 de janeiro de 2006	Capítulo 1		
XXX	Portaria nº 16/DPC, de 14 de fevereiro de 2006	Art. 3º da Port. nº 07/DPC 13JAN2006		
Mod 5	Portaria nº 22/DPC, de 06 de março de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 6	Portaria nº 32/DPC, de 24 de março de 2006	Capítulo 1		
Mod 7	Portaria nº 90/DPC, de 11 de setembro de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 8	Portaria nº 45/DPC, de 28 de março de 2007	Capítulo 1 e Anexo 2-A	02ABR2007	
Mod 9	Portaria nº 78/DPC, de 06 de agosto de 2007	Capítulo 1	10AGO2007	
Mod 10	Portaria nº 105/DPC, de 23 de outubro de 2007	Anexo 2-A	26OUT2007	
Mod 11	Portaria nº 121/DPC, de 21 de dezembro de 2007	Capítulos 1, 2, 3, 5, 6, 7 Anexos 1-D, 2-A, 2-B, 2-C, Propósito e Índice	08JAN2008	
Mod 12	Portaria nº 16/DPC, de 29 de fevereiro de 2008	Capítulo 1 Anexos 2-A-8, 2-A-14 e 2-B2 e 2-B-3	08MAR2008	
Mod 13	Portaria nº 109/DPC, de13 de outubro de 2008	Propósito, Índice, Capítulos 1, 2 , 5 e 6 Anexo 2-A	16OUT2008	
Mod 14	Portaria nº 68/DPC, de 02 de julho de 2009	Capítulos 1, 2 e 6; Anexos 1-I-1, 1-I-2 e Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 15	Portaria nº 73/DPC, de 09 de julho de 2009	Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 16	Portaria nº 116/DPC, de 16 de setembro de 2009	Item 0203 e Anexo 2-D-3	29SET2009	
Mod 17	Portaria nº 278/DPC, de 22 de dezembro de 2010	Anexo 2-A-11	10JAN2011	
Mod 18	Portaria nº 69/DPC, de 13 de abril de 2011	Itens 0203, 0604 e 0610 e Anexo 6-B		
Mod 19	Portaria nº 112/DPC, de 13 de junho de 2011	Anexo 2-A-10	27JUN2011	
Mod 20	Portaria nº 185/DPC, de 26 de agosto de 2011	Itens 0125 e 0126 e Anexo 2-A-10		
Mod 21	Portaria nº264/DPC, de 30 de dezembro de 2011	Itens 0117 e 0118, e incluído item 0123		
Mod 22	Portaria nº 38/DPC, de 16 de março de 2012	Item 0303	04ABR2012	
Mod 23	Portaria nº 65/DPC, de 24 de abril de 2012	Item 0123		
Mod 24	Portaria nº 242/DPC, de 10 de dezembro de 2012	Item 0302	12DEZ2012	
Mod 25	Portaria nº 257/DPC, de 20 de dezembro de 2012	Item 0306	10JAN2013	
Mod 26	Portaria nº 114/DPC, de 11 de maio de 2015	Itens 0105, 0106, 0107, 0110, 0111, 0112, 0116, 0121, 0127, 0129, 0130, 0203, 0204, 0604, Anexo 1-K-1	11MAI2015	
Mod 27	Portaria nº 248 /DPC, de 13 de agosto de 2015	Itens 0107, 0123, 0604, 0608, do 0609 ao 0620 Anexo 1-K Anexo 1-L Anexo 6-D	13AGO2015	
Mod 28	Portaria nº236/DPC, de 29 de julho de 2016	Itens 0206, 0207	29JUL2016	
Mod 29	Portaria nº400/DPC, de 19 de dezembro de 2017	Anexo 1-L	19DEZ2017	
Mod 30	Portaria nº421DPC, de 20 de dezembro de 2017	Itens 0208 Anexo 2-E7	20DEZ2017	
Mod 31	Portaria nº134DPC, de 16 de abril de 2018	Itens 0101, 0103, 0104, 0105, 0127, Capítulo 3 e Anexos 1-J, 1-M, 1-N, 2-A, 2-B e 2-C,	16ABR2018	
Mod 32	Portaria nº299DPC, de 24 de setembro de 2018	Anexos 2-E	24ABR2018	
Mod 33	Portaria nº342DPC, de 16 de outubro de 2018	Itens 0123 e Anexos 1-O	16OUT2018	
Mod 34	Portaria nº373DPC, de 18 de outubro de 2019	Itens 0123 e Anexos 1-P e 1-Q	18OUT2019	

PROPÓSITO

Estabelecer normas de procedimentos relativos ao ingresso, inscrição e à carreira dos aquaviários pertencentes aos 1º. 2º, 3º, 4º 5º e 6º Grupos e para concessão e emissão de Certidão de Serviços de Guerra.

ESCLARECIMENTO AO USUÁRIO DESTA PUBLICAÇÃO

A partir de dezembro/2007 foram introduzidas, nesta Norma, alterações no Fluxo de Carreira dos aquaviários das Seções de Convés e Máquinas dos Grupos Marítimos; e da Seção de Convés dos Grupos Fluviários e Pescadores, passando a não ser mais exigida a realização do Curso de Aperfeiçoamento no nível 3, para a ascensão ao nível 4, para os aquaviários das categorias: Moço de Convés (MOC), Moço de Máquinas (MOM), Marinheiro Fluvial de Convés (MFC) e Pescador Profissional Especializado (PEP).

Em decorrência disso, não mais serão aceitas inscrições de aquaviários do nível 3 do Grupo Marítimos e da Seção de Convés dos Grupos Fluviários e Pescadores em Cursos de Aperfeiçoamento. Os aquaviários que já estiverem efetivamente matriculados poderão continuar a realização dos respectivos cursos, embora a conclusão dos mesmos não seja mais requisito exigido para a ascensão ao nível 4.

Os aquaviários enquadrados na situação acima mencionada e que já se encontrarem inscritos em Curso de Aperfeiçoamento, caso desejem, poderão solicitar o cancelamento de sua inscrição, sem prejuízo da sua ascensão ao nível 4. No entanto, para que possam ascender aos níveis superiores será necessário a aprovação no Curso de Aperfeiçoamento.

Embora considerando as especificidades da atividade de Marinha Mercante nas áreas marítimas de jurisdição do Brasil, bem como as prerrogativas da Autoridade Marítima Brasileira de decidir, quando assim for julgado necessário, sobre casos omissos e assuntos que exijam um posicionamento diferenciado daquele previsto na legislação pertinente, esta NORMAM está pautada na "International Convention on Standards of Training, Certification and W atchkeeping for Seafarers, 1978, as amended (CONVENÇÃO STCW-78, emendada), instrumento esse do qual o Brasil é signatário.

CAPÍTULO 1

INGRESSO, INSCRIÇÃO E CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

INGRESSO

0101 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIA DE OFICIAIS DO 1º GRUPO- MARÍTIMOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 1º Grupo-Marítimos são:

1- Seção de Convés:

I. Capitão de Longo Curso - CLC;

II. Capitão de Cabotagem - CCB;

III. Primeiro Oficial de Náutica - 1ON; e

IV. Segundo Oficial de Náutica - 2ON.

2- Seção de Máquinas:

I-Oficial Superior de Máquinas - OSM;

II-Primeiro Oficial de Máquinas -1OM; e

III-Segundo Oficial de Máquinas - 2OM.

b) Ingresso pelas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante

Anualmente, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) aprova as instruções para o concurso de admissão às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) situadas no Rio de Janeiro-RJ (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha CIAGA) e em Belém-PA (Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar - CIABA).

O ingresso do candidato como Oficial de Náutica ou de Máquinas no 1º Grupo-Marítimos se dará após a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais da Marinha Mercante e do Programa de Estágio (PREST), com aproveitamento.

c) Ingresso pelos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Máquinas (ASOM)

Os candidatos com nível superior, que possuírem graduação plena em áreas de interesse para o desempenho da atividade de Marinha Mercante, as quais serão fixadas anualmente em Edital específico, poderão ingressar na Marinha Mercante como 2º Oficial de Náutica ou 2º Oficial de Máquinas, após aprovação, respectivamente, nos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM), realizados nos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA).

d) Ingresso pelos Cursos de Acesso a 2º Oficial de Náutica (ACON) e de Máquinas (ACOM)

Ingresso pelo Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico (ACON-B) e do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas Básico (ACOM-B).

1) Os Mestres de Cabotagem (MCB) possuidores de mais de dois anos de efetivo embarque, no nível 6, nessa categoria e os Contramestres (CTR), possuidores de mais de cinco anos de efetivo embarque nessa categoria, que concluírem, com aproveitamento, o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico, poderão ascender à categoria de 2º Oficial de Náutica-(ACON-B). Poderão exercer a capacidade de Oficial Encarregado de Quarto de Navegação, podendo operar somente na navegação de cabotagem, na navegação de apoio marítimo, na navegação interior e na navegação de apoio portuário, em águas brasileiras. Adicionalmente, poderão exercer as capacidades previstas no Anexo 2-A, desta NORMAM. Para a retirada da limitação de somente operar como Oficial Encarregado de Quarto de Navegação em águas brasileiras, é necessário concluir, com aproveitamento, o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Complementar (ACON-C), curso este que possibilita ascensão na carreira conforme requisitos previstos no Anexo 2-A, desta NORMAM

2) Os Condutores de Máquinas (CDM) e Eletricistas (ELT), possuidores de mais de dois anos de efetivo embarque nessas categorias, que concluírem, com aproveitamento, o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas Básico (ACOM-B), poderão ascender à categoria de 2º Oficial de Máquinas, a fim de se exercer as funções inerentes a capacidade de Oficial de Quarto dentro dos limites de AJB. Para a retirada da limitação de somente operar como Oficial de Quarto de Máquinas em águas brasileiras, é necessário concluir, com aproveitamento, o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas Complementar (ACOM-C), curso este que possibilita ascensão na carreira conforme requisitos previstos no Anexo 2-A, desta NORMAM.

e) Ingresso, nas diversas categorias, de militares inativos da Marinha do Brasil

A forma de ingresso na Marinha Mercante de militares inativos procedentes da Marinha do Brasil consta do Capítulo 3 desta NORMAM.

0102 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIAS DE OFICIAIS DO 2º GRUPO-FLUVIÁRIOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 2º Grupo-Fluviários são:

1) Seção de Convés:

-Capitão Fluvial (CFL).

2) Seção de Máquinas:

-Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (SUF).

b) O Piloto Fluvial (PLF) e o Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF) ingressam nessas duas categorias (CFL e SUF), por aprovação nos Cursos de Acesso a Capitão Fluvial (EACF) e de Acesso a Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF), respectivamente.

0103 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NOS 1º GRUPO-MARÍTIMOS, 2º GRUPO-FLUVIÁRIOS, 3º GRUPO-PESCADORES E SEÇÕES DE SAÚDE E CÂMARA.

O ingresso de Aquaviários subalternos nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou na de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara, ocorre mediante aprovação no Curso de Formação de Aquaviários, ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/ adaptação/ atualização/ aperfeiçoamento de aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação, estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM- 30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC."

As atividades técnicas relativas à pesca são de competência do Órgão Federal controlador da atividade, cabendo à Marinha do Brasil, tão somente, a formação dos tripulantes de barcos de pesca, nas diversas categorias.

0104 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NOS 4º GRUPO-MERGULHADORES, 5º GRUPO-PRÁTICOS E 6º GRUPO-AGENTES DE MANOBRA E DOCAGEM

a) Mergulhadores

O ingresso como aquaviário subalterno no Grupo Mergulhadores será facultado a brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, nos seguintes casos:

I) na categoria de "Mergulhador que opera com Ar Comprimido" (MGE), após aprovação no:

1) Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

2) Curso Expedito de Mergulho a Ar com Equipamento Dependente (C-Exp-MarDep), ministrado pelo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA), da Marinha do Brasil (MB); ou

3) Curso Especial de Escafandria para Oficiais (C-ESP-EK-OF), ministrado pelo CIAMA-MB; ou

4) Curso de Especialização de Mergulho para Praças (C-ESPC-MG-PR), ministrado pelo CIAMA-MB.

II) na categoria de "Mergulhador que opera com Mistura Respiratória Artificial" (MGP):

1) possuir experiência mínima de dois anos, com pelo menos 150 horas de mergulho, na categoria MGE; e

2) possuir o certificado de conclusão do:

- Curso Básico de Mergulho Profundo Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

- Curso Especial de Mergulho Saturado (C-ESP-MGSAT).

III) nas categorias MGE ou MGP, para os profissionais que não possuem certificado de conclusão de Curso de Mergulho Profissional realizado na Marinha do Brasil ou em Escolas Credenciadas pela DPC. Nesse caso, deverão comprovar que exerceram atividades de mergulho profissional em data anterior a 11 de fevereiro de 2000, mediante requerimento encaminhado à DPC, via CP/DL/AG, anexando cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cópia do Livro de Registro do Mergulhador (LRM) e cópia do Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP). Outros documentos poderão ser solicitados pela DPC para fins de comprovação dos dados lançados na CTPS apresentada, como também para atestar a habilitação técnico-profissional do requerente.

1) o Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP) será emitido por Escola de Mergulho Profissional credenciada pela DPC, comprovando que o seu portador possui qualificação técnico-profissional para o exercício da profissão de mergulhador. Terá validade máxima de 1 (um) ano, deverá conter a identificação do requerente (fotografia no tamanho 3x4), nome completo, identidade, CPF, endereço, filiação, etc, os testes a que foi submetido, a categoria na qual se enquadra (MGE ou MGP) e possíveis restrições verificadas por ocasião da avaliação.

A Escola responsável pela emissão do AATP deverá ser credenciada pela DPC para ministrar o curso de formação para a categoria pretendida pelo requerente.

Caso a Escola constate que o requerente não possui as condições mínimas exigidas para executar trabalhos subaquáticos como mergulhador, deverá lançar essa restrição no AATP. Nesse caso, o requerente também poderá ingressar no 4º Grupo, porém estará restrito a exercer as funções de instrutoria em escolas credenciadas ou de responsável técnico em empresas cadastradas, sendo obrigatório o lançamento dessa restrição na CIR a ser emitida. Instruções detalhadas a respeito das atividades subaquáticas encontram-se descritas na NORMAM-15/DPC.

Observações:

1) A relação das escolas de mergulho credenciadas pela DPC está divulgada no sítio desta Diretoria (www.dpc.mar.mil.br).

2) Instruções detalhadas a respeito das atividades subaquáticas encontram-se descritas na NORMAM-15/DPC.

3) A validade do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para mergulhadores é de 6 meses.

b) Práticos

O ingresso como aquaviário no Grupo de Práticos será como Praticante de Prático (PRP). Após o cumprimento de Estágio de Qualificação, e aprovado por uma Banca Examinadora, ascende à categoria de Prático (PRT), ocasião em que passa a obedecer aos requisitos estabelecidos pela Autoridade Marítima.

A inscrição como Prático será concedida, especificamente, para uma zona de praticagem. As instruções detalhadas para o exame de habilitação e para o serviço de praticagem encontram-se na NORMAM-12/DPC.

c) Agentes de Manobra e Docagem

Os Agentes de Manobra e Docagem constituem um grupo de Aquaviários não tripulantes, que executam manobras de navios nas fainas em dique, estaleiros e carreiras. Para o desempenho desta atividade, receberão Certificado de Habilitação modelo DPC-2310, restrito e específico para o local e tipo de embarcação que estiverem qualificados, delimitado no verso do certificado. A bordo, no exercício de suas atividades, terão as prerrogativas inerentes a categoria de 2º Oficial de Náutica (2ON) ou Capitão Fluvial (CFL), conforme for a situação.

O ingresso nesse grupo será facultado aos marítimos Bacharéis em Ciências Náuticas ou Ciências Navais, com seus Certificados de Competência modelo DPC-1031 válidos, no momento da solicitação, ou ainda, aos fluviários com nível de categoria 6, quando o estaleiro encontrar-se adjacente a rios, lagos e lagoas.

O Oficial de Náutica ou o CFL que desejar ingressar no 6º Grupo deverá fazer um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde pretende exercer esta atividade, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a qualificação do aquaviário para exercer a função pretendida, acordo modelo disponível no Anexo 1-M, desta Norma.

A comprovação deverá ser realizada por meio de apresentação dos seguintes documentos:

- Certificado de Competência válido, folha de rosto e de registro de embarques da CIR;

- Atestado de Saúde que comprove boas condições de saúde do trabalhador Aquaviário, conforme contido na Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - NR-30; e

- Histórico de Manobras, de acordo com o Programa de Qualificação para Agente de Manobra e as correspondentes papeletas de avaliação do Agente de Manobras e Docagem, conforme o modelo contido no anexo 1-N, desta Norma.

O Programa de Qualificação para Agente de Manobra deverá ser elaborado pelo estaleiro, com prévia anuência da CP/DL/AG da sua jurisdição, a fim de permitir o acompanhamento das manobras pelo representante da Autoridade Marítima. Nesse programa de qualificação deverão constar ainda, os seguintes documentos a serem apresentados pelo estabelecimento empregador:

- tipos de embarcações a serem manobradas, com as suas respectivas características, as quais devem ser compatíveis com a capacidade contida no Certificado de Competência do requerente;

- declaração de responsabilidade do empregador, onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente;

- carta náutica com as coordenadas geográficas da área de manobra do estaleiro; e

- Planta de Situação onde conste a(s) bacia(s) de evolução do estaleiro.

O Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem terá sua validade estipulada em 5 anos.

As condições para revalidação do Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem são a seguintes:

- Fazer um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde exerce esta atividade, contendo, em anexo, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a manutenção do Aquaviário para exercer a função pretendida, discriminando as manobras realizadas, os tipos de embarcações e suas características;

- Apresentar o Certificado de Habilitação, modelo DPC-2310 válido;

- Apresentar uma declaração de responsabilidade do empregador onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente.

- Atestado de Saúde que comprove boas condições de saúde do trabalhador Aquaviário, conforme contido na norma regulamentadora do Ministério do Trabalho - NR-30.

Observação: Para a manutenção da qualificação profissional do AMD será exigida a comprovação da realização de todas as manobras especificadas na "Tabela de Manobras" do Anexo 1-N, sem a necessidade de acompanhamento.

Poderão ainda ter acesso a este Grupo, especificamente para Instalações da Marinha do Brasil, como as Bases e Estações Navais, Arsenal da Marinha, e outras instalações militares, os Oficiais da MB do Corpo da Armada, da reserva remunerada, que exerceram o Comando de Navio em operação no mar e comprovem experiência em manobras naquela Instalação, cumprindo o programa de qualificação contido no anexo 1-N. Nestes casos, a Organização Militar deverá cumprir as mesmas especificações atribuídas ao "estaleiro", conforme descrito anteriormente.

SEÇÃO II

0105 - PROCEDIMENTOS

INSCRIÇÃO

A inscrição de aquaviário será, sempre, respaldada por Ordem de Serviço e deverá ser feita em uma CP/DL/AG ou Centro de Instrução (CIAGA ou CIABA). A inscrição é obrigatória para o exercício de atividade em embarcação nacional e será comprovada pela apresentação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR). A CP/DL/AG onde for efetuada a inscrição será denominada OM de Jurisdição do aquaviário.

O aquaviário que passar a residir e/ou exercer sua atividade em localidade que não esteja sob a responsabilidade da sua OM de jurisdição inicial, poderá solicitar a "Transferência de Jurisdição" para a OM com responsabilidade sobre a área em que estiver atuando. A OM de Jurisdição é responsável pelos principais lançamentos dos registros de carreira na CIR e no Sistema Informatizado de Cadastramento de Aquaviários, conforme estabelecido nesta Norma.

a) A inscrição inicial como aquaviário ocorrerá após aprovação em curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM) ou com a apresentação de título ou certificado de habilitação conferido por entidade ou governo, endossado ou reconhecido pela Autoridade Marítima. Essa inscrição implicará na expedição, pela CP/DL/AG, da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), modelo DPC-2301, com validade de 5 (cinco) anos.

b) A inscrição só ocorrerá após cumpridas as seguintes exigências pelo candidato:

1) apresentar certificado de habilitação profissional ou certificado de conclusão de curso, reconhecido pela DPC;

2) ter mais de 18 anos (exceto Aprendiz de Pesca e Aprendiz de Motorista);

3) apresentar carteira de identidade;

4) apresentar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e Certificado de Saúde, nos termos previstos na CONVENÇÃO STCW-78, como emendada e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua emissão que comprove o bom estado de saúde física e mental, inclusive as boas condições auditivas e visuais; nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos do interessado;

5) ter mais de 14 (quatorze) anos de idade e apresentar autorização do pai, tutor ou juiz competente, em se tratando de Aprendiz de Pesca ou Aprendiz de Motorista, além do registro;

6) apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF), para os maiores de 16 (dezesseis)anos de idade; e

7) apresentar um comprovante de residência atualizado.

0106 - INSCRIÇÃO DE ESTRANGEIROS

Por ocasião da inscrição de aquaviários estrangeiros, caberá à DPC estabelecer, à vista da certificação apresentada pelo candidato, a categoria em que o mesmo poderá ser inscrito, desde que comprovada sua qualificação profissional e cumpridas as exigências da legislação pertinente, conforme o item 0116.

0107 - EMISSÃO DA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR)

Para o exercício da atividade profissional em embarcações nacionais o aquaviário deverá estar portando a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) com a etiqueta de Dados Pessoais atualizada.

a) As emissões das 1ª e 2ª via da CIR serão gratuitas quando esgotar-se o espaço destinado a anotações e certificações;

b) com exceção do caso acima, a emissão de outras vias da CIR estará sujeita ao pagamento de emolumento estabelecido pela DPC;

c) após aceita a documentação, enquanto estiver em andamento o processo de emissão da CIR ou de atualização de habilitação, a CP/DL/AG poderá conceder ao aquaviário uma licença provisória para o exercício da profissão;

d) na CIR serão feitos, obrigatoriamente, os seguintes registros:

1) dados de identificação do aquaviário;

2) averbação de cursos, títulos e outras certificações;

3) categoria profissional;

4) registro de certificados e averbação de títulos de habilitação;

5) datas e locais de embarques e desembarques e função a bordo;

6) dados da embarcação; e

7) histórico (anotações de carreira, elogios e ato de bravura, informações de saúde e outros dados julgados necessários).

e) as anotações correspondentes aos itens 1, 2, 3 e 4 serão lançadas pela CP/DL/AG ou pelos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA);

f) as anotações correspondentes aos itens 5, 6 e 7 serão lançadas pela Empresa, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal), ou ainda, pelo Comandante da embarcação;

g) as anotações na caderneta do Comandante, referidas nos itens 5, 6 e 7, serão lançadas pelo proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

h) a identificação do aquaviário na CIR será conforme estabelece a Convenção 108, da Organização Internacional de Trabalho (OIT);

i) a concessão de CIR não substitui a identificação pessoal do aquaviário, prevista na legislação em vigor;

j) a CIR (Modelo DPC-2301) na cor azul é destinada ao aquaviário de nível 7 ou superior e a de cor verde é destinada ao aquaviário de nível 6 ou inferior; e

k) no caso de integrante do 4º Grupo-Mergulhadores, após a emissão da CIR, o aquaviário deverá requerer o Livro de Registro do Mergulhador (LRM), modelo DPC- 2320, assunto esse detalhado no item 0111.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de Inscrição Inicial:

a) Requerimento do interessado - somente para o 4º grupo (mergulhadores) e o 5º grupo (práticos);

b) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

c) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do trabalho, há menos de 01 ano, que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas. Nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos;

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

f) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu; e

g) Certificado de habilitação no curso de mergulho profissional raso, emitido por escola de mergulho profissional credenciada pela DPC (somente para 4º grupo - mergulhadores) (original e cópia simples).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de 2ª Via - Extravio, Dano, Roubo ou Furto:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (original) e cópia simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais, no caso de dano;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

f) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K da NORMAM-13/DPC, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

g) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu; e

h) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

No caso de a CIR ter sido emitida há mais de 2 anos, deverá ser apresentado o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do trabalho, há menos de 1 ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de revalidação:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (original) e cópia simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do Trabalho, há menos de 1 ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

e) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

f) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

OBSERVAÇÃO:

1 - As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação; e

2 - No caso de revalidação por término de espaço para anotações apresentar uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu.

0108 - SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito das normas emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão da Inscrição (CIR); e

III - cancelamento da Inscrição (CIR).

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306, da Seção 1, do Capitulo 3, da NORMAM-07.

a) A inscrição será suspensa nos seguintes casos:

1) determinação de lei vigente, decisão do Tribunal Marítimo ou em cumprimento à decisão judicial;

2) como penalidade imposta pela Autoridade Marítima ou seu representante;

3) quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez (10) anos consecutivos;

4) quando o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão;

5) quando o aquaviário estiver inscrito em mais de uma CP/DL/AG;

6) quando o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na CIR, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente; e

7) por solicitação do interessado.

b) A inscrição será cancelada nos seguintes casos:

1) falecimento do aquaviário;

2) quando for verificado, em Procedimento Administrativo, que inscrição foi fundamentada na apresentação de qualquer documento falso ou inverídico, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente; após 10 (dez) anos da data de validade da "Etiqueta de Dados Pessoais" vencida;

3) quando o tripulante for responsabilizado, em sentença passada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer coisa pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros e aos tripulantes, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente; e

4) quando for verificada a existência de inscrição anterior para o mesmo aquaviário (duplicidade de inscrição).

A suspensão e o cancelamento da inscrição do aquaviário nos casos previstos na alínea a, subalínea 6 e na alínea b da subalínea 2, serão precedidos de Sindicância e assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio do competente Procedimento Administrativo previsto no item 0306 da NORMAM-07/DPC.

A CP/DL/AG que efetuar cancelamento ou suspensão de inscrição previstos neste item deverá comunicar tal fato à OM de inscrição do Aquaviário, para lançamento no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

0109 - PROCEDIMENTOS EM CASO DE SUSPEITA DE FALSIDADE DOCUMENTAL

a) Quando houver dúvidas quanto à veracidade ou autenticidade dos documentos apresentados, deverá ser feita sindicância. Após a conclusão desse procedimento, conforme seu resultado, presentes as evidências de adulteração ou falsidade, envolvendo militares, será instaurado IPM;

b) Os documentos sob suspeita (cartão de identidade de marítimos, Caderneta de Inscrição e Registro, certificados e outros) deverão ser imediatamente apreendidos pelos Agentes da Autoridade Marítima e integrarão os autos da Sindicância ou IPM, devendo ser periciados. Deverá ser mantida, em arquivo, cópia autenticada de todos os documentos que venham a integrar os autos de sindicância ou IPM;

c) No caso em que a Sindicância confirme a adulteração ou falsidade de documento, a sua solução deverá consignar expressamente que será instaurado o Procedimento Administrativo para aplicação das penalidades e/ou medidas administrativas previstas.

d) Encerrada a sindicância e o competente Procedimento Administrativo e cumprida a sanção de suspensão da inscrição na Marinha Mercante, se for o caso, o aquaviário poderá requerer sua regularização para o exercício profissional das atividades para as quais esteja comprovadamente habilitado/qualificado;

e) Os eventuais questionamentos sobre os motivos de apreensão de documentos apreendidos deverão ser realizados por meio de requerimento do interessado e serão respondidos justificadamente pelo Agente da Autoridade Marítima que realizar a apreensão, mencionando que o documento está sendo objeto de investigação, por haver suspeita de falsidade, nos termos do art. 12, alínea b, do Código de Processo Penal Militar, no caso de IPM, ou nos termos deste artigo (0109), alínea b, no caso de Sindicância; e

f) Não sendo configurado o crime como militar, não deverá ser instaurado IPM; apenas uma sindicância, devidamente instruída com a apuração do fato delituoso e com a coleta de todas provas de ilícito e de sua autoria, cuja cópia deverá ser encaminhada ao Ministério Público Federal.

0110 - REVALIDAÇÃO DA CIR

Para revalidação da CIR será necessário o comparecimento do aquaviário à Organização Militar (OM) de sua jurisdição, para emissão de "Etiqueta de Dados Pessoais", devendo ser apresentados os seguintes documentos:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para brasileiros). Para estrangeiros, Carteira de Identidade de Estrangeiro ou Visto de Permanência expedido pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do Trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários. As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação.

No caso de revalidação por término de espaço para anotações, apresentar uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu

Se a inscrição tiver sido suspensa pelo motivo descrito na alínea 3) subitem a do item 0108, e o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, deverá requerer à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

Decorridos 2 (dois) anos da imposição da pena de cancelamento ou de suspensão de inscrição do aquaviário, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todos os requisitos que forem estabelecidos para a certificação de sua habilitação.

0111 - LIVRO DE REGISTRO DO MERGULHADOR (LRM)

O LRM só será fornecido pela CP/DL/AG após a inscrição do mergulhador no SISAQUA, como aquaviário integrante do 4º Grupo-Mergulhadores.

De posse da CIR, o mergulhador solicitará o LRM (modelo DPC-2320), cuja escrituração deverá ser feita pelo próprio aquaviário ou pelo seu empregador, com exceção do registro da sua habilitação como mergulhador e a aposição do número da CIR, que deverão ser efetuados pela CP/DL/AG.

As CP/DL/AG ao homologarem o LRM para registro de habilitação deverão apor, além do número da CIR do mergulhador no local destinado, o respectivo sinete na folha de "Registro de Habilitação", a qual será assinada por Oficial responsável ou funcionário civil credenciado. A numeração desses LRM obedecerá o modelo de formação "xxx LRM yyy", onde xxx será o código da OM da Segurança do Tráfego Aquaviário (STA) e yyy será o número sequencial do livro, naquela Organização Militar. A responsabilidade das CP/DL/AG, no que se refere aos registros constantes do LRM, será restrita aos dados constantes da folha "Registro de Habilitação" e à "Numeração da CIR".

É obrigatória a realização dos exames médicos periódicos, previstos em Norma específica do órgão federal controlador da atividade, sendo responsabilidade do mergulhador a verificação do correto registro desses exames médicos em seu LRM.

Caso o mergulhador tenha sido cadastrado como "Mergulhador que Opera com AR Comprimido" (MGE) e, posteriormente, se habilite para operar com "Mistura Gasosa Artificial" (MGP), deverá comparecer à CP/DL/AG e requerer a alteração do cadastro e inclusão da qualificação "MGP" no LRM".

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão do LRM:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR do aquaviário (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Uma (01) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado).

0112 - ASCENSÃO DE CATEGORIA

A ascensão de categoria dar-se-á por conclusão de estágio, curso e/ou tempo de embarque. Exigirá registro na CIR e emissão de outra certificação, se for o caso, além de atualização no Sistema de Controle de Aquaviário (SISAQUA).

A ascensão de categoria deverá ser respaldada por Ordem de Serviço. Os requisitos a serem cumpridos para acesso às diversas categorias do pessoal da Marinha Mercante, limitações e observações pertinentes encontram-se no QUADRO GERAL DE CERTIFICAÇÕES (Anexo 2-A) destas Normas. Cabe ao aquaviário a iniciativa de requerer, à sua OM de jurisdição, a ascensão de categoria para a qual possua os requisitos.

Os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às categorias Capitão de Longo Curso (CLC) e Oficial Superior de Máquinas (OSM), serão analisados qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o

embarque ocorreu na categoria e função necessária para a ascensão pretendida, a fim de evitar que seja computado o tempo de embarque do aquaviário exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação; e

Para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores: Comprovação do tempo de exercício na categoria de MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos, mediante análise do LRM (Livro de Registro de Mergulho), complementada pelos lançamentos efetuados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional e ter sido aprovado no Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado pelo CIAMA ou em Curso de Mergulho Profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) Carta de recomendação da empresa (quando for o caso) (item 0201 da NORMAM-13/DPC);

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR;

6) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

7) Documento que comprove o tempo de exercício na categoria de Mergulhador que opera com Ar Comprimido - MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos (somente para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores);

8) Documentos que comprovem o cumprimento de requisito para a ascensão (conclusão de curso ou tempo de embarque, conforme Quadro Geral de Certificações - Anexo 2-A da NORMAM-13/DPC);

9) Certificado de conclusão do Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado no CIAMA ou de curso de mergulho profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC; (somente para aquaviários do 4º grupo - Mergulhadores);

10) Certificado de Competência, quando houver alteração de Regras ou retirada de limitações;

11) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

12) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

SEÇÃO III

0113 - DEFINIÇÕES

CERTIFICAÇÃO

a) Certificação - é o conjunto de procedimentos regulamentados e padronizados que resultam na expedição de Certificado em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima e as disposições (Regras) da Convenção STCW-78, emendada, que autoriza o seu portador legal a desempenhar, a bordo, as funções associadas no nível de responsabilidade nele especificado.

b) Regras da Convenção STCW - são as disposições constantes no anexo da Convenção STCW-78, emendada, e que estabelecem os requisitos mínimos obrigatórios para a emissão dos certificados. As principais Regras da Convenção STCW-78, emendada, empregadas na certificação constam no Anexo 1-J.

c) Certificado - é o documento válido, qualquer que seja o nome com que possa ser conhecido pela ou sob a autoridade da Administração, ou pela mesma reconhecido, habilitando o portador a exercer as funções indicadas no referido documento ou conforme autorizado pela legislação nacional.

São adotados os seguintes modelos de Certificados:

1) Certificado DPC-1031 (Certificado de competência) - emitido, principalmente, para Oficiais, pela DPC e pelos Centros de Instrução, para atender à Convenção STCW-78, emendada, qualificando o aquaviário para desempenhar, a bordo, as funções especificadas dentro dos níveis de responsabilidade, constando, também, as limitações pertinentes. Poderá ser emitido para subalternos nacionais em casos excepcionais ou quando esses necessitarem comprovar suas habilitações no exterior, se exigido, formalmente, por Autoridade Marítima estrangeira. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-A;

2) Certificado DPC-1032 (Endosso que Atesta a Emissão de Certificado de Competência) - emitido para aquaviários, pela DPC e pelos Centros de Instrução, endossando um Certificado expedido por uma entidade nacional, extra Marinha, contendo as mesmas especificações do modelo DPC-1031. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-B;

3) Certificado DPC-1033 (Endosso que Atesta o Reconhecimento de Certificado de Competência) emitido pela DPC, para atestar o endosso de reconhecimento de um Certificado expedido por Autoridade Marítima estrangeira de um Governo signatário da Convenção STCW-78, emendada. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-C; e

4) Certificado DPC-1034 (Certificado de Proficiência) - emitido pela DPC e pelos Órgãos de Execução (OE) do Ensino Profissional Marítimo (EPM) e destinado a certificar os aquaviários que concluíram os Cursos, Exames e Estágios previstos no Sistema do EPM, inclusive aqueles em conformidade com a Convenção STCW-78, emendada, qualificando os aprovados para o desempenho de atividades profissionais. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-D;

0114 - ENDOSSOS

a) Os certificados para Comandantes e Oficiais emitidos conforme especificado no item anterior deverão ser endossados pela Autoridade Marítima (chancela ou assinatura) ou por quem for delegada competência para tal; e

b) O certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado para endossar certificações expedidas por entidades nacionais extra Marinha.

0115 - EXPEDIÇÃO

Os certificados serão expedidos atendendo a requerimento do interessado, conforme modelo próprio, constante do Anexo 1-E, e encaminhados ao requerente por intermédio das CP/DL/AG, ou pelo correio.

0116 - EMISSÃO E MANUTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Os certificados para comandantes, oficiais e pessoal subalterno serão emitidos automaticamente, mediante aprovação em curso ou exame previsto na NORMAM- 30/DPC-Vol I e/ou por substituição dos modelos antigos, mediante requerimento e apresentação da documentação e pré-requisitos necessários abaixo relacionados, conforme o caso.

a) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópia simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

3) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

4) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (original e cópia simples);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

8) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado).

Nos casos de aprovação em cursos ministrados nos Centros de Instrução, a emissão do certificado pelo respectivo Centro será automática;

b) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1031, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1031 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

5) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do Trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

6) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

c) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1033:

1) Requerimento do interessado solicitando o reconhecimento e a inscrição inicial;

2) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seamans Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (original e cópia simples da folha de rosto);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Uma (01) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado);

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples);

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7; e

13) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

d) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1033, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1033 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

5) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

6) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do trabalho, há menos de um 1 ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura(cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

e) Certificado modelo DPC-1034:

Para cursos realizados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), o Certificado será emitido automaticamente pelos Órgãos de Execução (OE), após aprovação no curso correspondente. Para os demais casos, observar os seguintes procedimentos:

1) Emissão de um único certificado relativo aos extintos cursos EBPS, ECIN, ESPE e ESRS, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

2) Emissão de um certificado relativo à familiarização em navio-tanque, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

3) Emissão de um certificado de equivalência de cursos previstos na NORMAM-24/DPC aos do SEPM, conforme tabela de correspondência constante do item 1.13.2 da NORMAM-30/DPC, Volume I; e

4) Emissão de um certificado referente ao ingresso no grupo marítimo, em consequência de uma transferência de grupo (recebimento de Regra).

I) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópia simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

3) Folhas de registro de embarque da CIR (original e cópia simples) (nos casos de familiarização em navio-tanque e de transferência de grupos);

4) Documento, emitido pelo comandante do navio, atestando a conclusão de estágio supervisionado de familiarização de navio-tanque (quando for o caso);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

9) Documentos que comprovem a conclusão dos cursos específicos e/ou habilitações necessárias para o recebimento do certificado desejado (original e cópia simples).

II) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de Certificado modelo DPC-1034, emitido por reconhecimento de certificados de Governos estrangeiros, decorrente de inscrição inicial:

1) Requerimento do interessado, solicitando reconhecimento e inscrição inicial;

2) Certificado de Proficiência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seamans Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), somente para estrangeiro;

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (a ser utilizada na CIR);

8) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do Trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples); e

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7.

f) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1034, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1034 (original), no caso de dano;

3) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por Médico do Trabalho, há menos de 1 ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto; e

9) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

No caso de empresa de navegação comunicar incompetência de aquaviário no desempenho das suas funções, deverá ser instaurado, um procedimento administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, para verificar a pertinência de se manter ou não a certificação do aquaviário.

0117 - COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

Os certificados Modelo DPC-1033 serão emitidos apenas pela DPC, para atender às solicitações de reconhecimento de certificados emitidos por Governos estrangeiros, possibilitando a inscrição do aquaviário na Marinha Mercante Brasileira, conforme previsto nestas NORMAM.

Fica delegada competência aos titulares dos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) para assinatura dos Certificados DPC-1031, DPC-1032 e DPC-1034 referentes aos exames, estágios e cursos ministrados sob suas responsabilidades. A cada curso assim aplicado, deverá corresponder uma Ordem de Serviço, expedida com cópia a todas as OM de inscrição/jurisdição dos aprovados, para atualização do SISAQUA.

Os certificados DPC-1034 deverão ser assinados pelos titulares dos OE que ministraram os cursos, exames ou estágios. Essa delegação de competência se aplica, também, à emissão da 2ª Via ou à substituição de certificados. Esses certificados poderão ser assinados pelo OE que emitiu a 1ª Via ou pelo OE onde deu entrada à solicitação, desde que confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via. A OM de inscrição/jurisdição do aquaviário deverá ser informada para que o SISAQUA seja atualizado, registrando qualquer certificado emitido ou alterado.

Para assinatura dos certificados assim emitidos, os titulares poderão subdelegar competência a outros Oficiais ou funcionários civis assemelhados que, a seu critério, possam exercê-la.

0118 - RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS

Um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira de Governo signatário da Convenção STCW-78/95 deverá ser endossado pela DPC para atestar o seu reconhecimento. O modelo exigido para este tipo de certificação é o DPC-1033.

Não será aceito para reconhecimento Certificado de Endosso de Autoridade Marítima reconhecendo certificado de outra Autoridade Marítima. Ao emitir Certificado de Reconhecimento, a Autoridade Marítima Brasileira fornecerá ao estrangeiro uma relação da legislação marítima brasileira que deverá conhecer para desempenhar as funções autorizadas a exercer.

O modelo de certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado pela DPC para emitir endosso que ateste reconhecimento de um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira, em caso de pessoal subalterno. Para efetuar tal reconhecimento, o interessado deverá requerer à CP/DL/AG, juntando esse certificado, devendo ser observadas a sua validade e o enquadramento na legislação vigente.

Os Certificados de aquaviários que concluíram cursos previstos na NORMAM-24 considerados equivalentes a outros cursos ministrados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM) poderão ser reconhecidos no SISAQUA.

Para reconhecimento o aquaviário deverá requer, à OM de sua jurisdição, o certificado DPC-1034 correspondente, apresentando para tal o certificado emitido pela Empresa credenciada.

0119 - SUSPENSÃO DE CERTIFICADOS

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito da LESTA e RLESTA, de normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do certificado de habilitação; e

III - cancelamento do certificado de habilitação.

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306 da Seção 1 do Capítulo 3 da NORMAM-07.

Os Certificados de Habilitação serão suspensos, mediante Procedimento Administrativo, por período não superior a cento e vinte dias, nos seguintes casos:

1) durante o cumprimento de pena de suspensão da inscrição;

2) por incorrer nas infrações previstas no Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (RLESTA);

Eliminada a causa que motivou a suspensão do certificado e se o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, esse deverá requerer sua revalidação à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

A CP/DL/AG que efetuar a suspensão do Certificado prevista neste item deverá comunicar à OM de inscrição/jurisdição do aquaviário, para lançamento no SISAQUA.

0120 - CANCELAMENTO DE CERTIFICADOS

a) qualquer Certificado de Habilitação será cancelado, mediante Procedimento Administrativo, nos seguintes casos:

1) falecimento;

2) quando for emitido com fundamento em documentação falsa apresentada;

3) quando for verificada a alteração ou adulteração dos dados registrado sem documento verdadeiro, sem prejuízo das penalidades estabelecidas na legislação vigente;

4) quando for confirmada a incompetência profissional;

5) quando o aquaviário fizer uso do certificado ou exercer a habilitação nele conferida durante o cumprimento de pena de sua suspensão;

6) reincidência por conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei; e

7) quando o tripulante for responsabilizado, em sentença transitada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer objeto pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros ou ao tripulantes. Esse cancelamento ocorrerá sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.

b) A CP/DL/AG que efetuar o cancelamento do Certificado de Habilitação deverá comunicar à OM de inscrição do aquaviário para lançamento no SISAQUA.

c) Decorridos dois anos da imposição da pena de cancelamento do Certificado de Habilitação, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todas as exigências estabelecidas para o restabelecimento da certificação de sua habilitação.

d) Observar o contido no item 0109 - Procedimentos em caso de suspeita de falsidade documental.

0121 - REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Todos os Comandantes, Oficiais e Operadores de Radiocomunicação, portadores de certificados apropriados Modelos DPC-1031, DPC-1032 e DPC-1033 e Modelos DPC-1034 que tenham data de validade, emitidos ou reconhecidos em conformidade com a legislação vigente deverão, periodicamente, revalidar suas certificações, observando as respectivas datas limites. O período de validade registrado em qualquer certificado não deverá ser superior a 5 (cinco) anos.

A revalidação desses certificados é competência da DPC, exceto quando a revalidação se der em decorrência de aprovação em Curso de Atualização ou outro qualquer curso destinado a revalidar/atualizar certificados. Nestes casos específicos, a competência para emitir ficará a cargo do Centro de Instrução que ministrar os cursos. Quando a competência for da DPC, a documentação necessária à revalidação deverá ser encaminhada à DPC 3 (três) meses antes do término da validade dos certificados".

Para revalidar as certificações, o aquaviário embarcado ou aquele que tenciona retornar ao serviço ativo, deverá:

a) atender aos padrões de saúde física e mental, especialmente os de visão e audição (atestado médico emitido com validade de até 1(um) ano, a contar da data de sua emissão, passado por profissional credenciado por órgão competente); e

b) manter uma competência profissional conforme estabelecido na Seção A-I/11 da Convenção STCW-78/95, descrita a seguir: Comprovação de que serviu em navio operando na navegação marítima, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído e por um período total de no mínimo 1 (um) ano, nos 5 (cinco) anos anteriores; ou

1) Aprovação em Curso de Atualização realizado nos últimos 5 (cinco) anos; ou

2) Comprovação, mediante atestado (Anexo 1-I), expedido pelo Comandante do navio à época, de que completou, satisfatoriamente, um Estágio Supervisionado por período mínimo de três (3) meses em navio operando na navegação marítima, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de tripulante extralotação ou em funções de oficial de capacidade imediatamente abaixo daquela que consta do certificado possuído, pouco antes do acesso à nova capacidade nele expedida. O Estágio Supervisionado deverá ser previamente autorizado pela DPC, que emitirá uma certificação provisória para a sua realização.

c) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto e das folhas de registros de embarque da CIR;

3) Certificado DPC-1031 original a ser revalidado;

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Documento que comprove tempo de embarque (conforme previsto no item 0121 da NORMAM-13/DPC);

9) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13/DPC) (quando aplicável);

10) Certificado de competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

11) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado);

12) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

13) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

14) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

15) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

16) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

d) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1033:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

3) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR;

4) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13/DPC) (quando aplicável);

5) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (cópia autenticada ou cópia simples da folha de rosto, com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Uma (1) foto 5x7, de frente, com data recente (menos de 1 ano), com fundo branco e sem chapéu (para cada documento solicitado); e

10) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

e) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR;

3) Comprovação de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Certificado(s) de Competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (original e cópia simples);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por Médico do Trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas; e

9) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

Adicionalmente, todos os marítimos que estiverem trabalhando em qualquer capacidade a bordo de navios, como parte da tripulação, com atribuições relativas à segurança ou à prevenção da poluição na operação do navio, deverão apresentar os seguintes documentos:

1) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

2) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

3) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

4) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC).

0122 - SEGURANÇA NA EMISSÃO OU REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Existe risco de fraude na documentação apresentada nos requerimentos. Com vistas a coibir as falsificações, os documentos necessários à instrução dos processos de emissão ou revalidação de certificados, quando encaminhados sob a forma de cópias, deverão estar autenticados em Cartório ou por pessoa devidamente credenciada da CP/DL/AG onde essa documentação der entrada.

Quando autenticadas na CP/DL/AG, deverá constar um carimbo identificando a OM, com assinatura e nome legível do responsável credenciado para a autenticação. Entretanto, nada impede que a OM exija os documentos originais e outros que considere necessários, para dar prosseguimento aos processos.

0123 - QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES DE SISTEMAS DE POSICIONAMENTO DINÂMICO (DPO)

a) Orientações Gerais:

A Organização Marítima Internacional (IMO) adota, como referência para suas diretrizes sobre treinamento dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO), o documento elaborado pela International Marine Contractors Association (IMCA), chamado de "Diretrizes para Treinamento e Prática do Pessoal Chave ao DP" (Guidelines for Training and Experience of Key DP Personnel) - IMCA M 117, que reflete um padrão reconhecido pela indústria marítima no que diz respeito a treinamentos, competências e boas práticas do grupo de marítimos diretamente envolvidos com o sistema DP.

A Autoridade Marítima Brasileira adota a publicação supracitada como referência para certificação e treinamento de DPO e para reconhecimento de Instituições que serão responsáveis por certificar os cursos de treinamento de Posicionamento Dinâmico (DP).

Entende-se por Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Instituições Certificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas (disponíveis em http://www.dpc.mar.mil.br/pt-br/portarias).

Excepcionalmente, em embarcações com AB maior do que 300 e menor que 500, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 6, para aqueles que possuem regra II/3. Em embarcações com AB menor que 300, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 5.

Os esquemas de treinamento oferecidos pelas empresas certificadas para o curso de DPO disponíveis no mercado são estruturados e reconhecidos pela comunidade marítima internacional. Esses esquemas de treinamento podem usar diferentes critérios para atingir o padrão de qualidade de certificação exigida internacionalmente, entretanto, a metodologia do referido esquema deve seguir estritamente os princípios apontados na publicação IMCA M 117.

Os esquemas de treinamento para o curso de DPO requerem que o aluno comece pelo curso básico, realizando, posteriormente, o curso avançado. A estruturação da carreira do DPO consta no Anexo 1-O, enquanto que o detalhamento da formação completa do DPO será encontrado no anexo da portaria de reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO.

A validade do certificado de DPO deverá ser de no máximo de 5 anos, cabendo a cada Instituição Certificadora estabelecer seus critérios para revalidação do referido certificado. Relevante destacar que, para o embarque em navio DP, além do Oficial de Náutica possuir o certificado DPO dentro da validade, deverá também portar um Certificado de Competência, modelo DPC-1031, válido.

b) Pessoal envolvido com a operação do Sistema de Posicionamento Dinâmico:

Além dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico, as funções de Comandante de navio ou Gerente de Instalação Offshore, Chefe de Máquinas, Subchefe de Máquinas, Oficial de Quarto de Máquinas e Eletricista, dependendo do tamanho, da complexidade da embarcação, da criticidade de operações e quando constantes no CTS do navio (conforme definido na NORMAM-01/DPC), são consideradas necessárias para operar um navio DP com segurança e eficiência, sem prejuízo das demais atribuições previstas nesta Norma. Em caso de ausência de eletricista no CTS das embarcações, as tarefas pertinentes ao eletricista poderão ser desempenhadas por Oficiais da seção de máquinas, devidamente qualificados com os equipamentos do sistema DP de bordo.

c) Orientações para as empresas de navegação e para as instalações offshore:

Todo pessoal envolvido com operação do sistema de posicionamento dinâmico deverá estar familiarizado com as suas atribuições específicas e com todo o arranjo, instalações, equipamentos, procedimentos e características da embarcação e das rotinas e situações de emergência, conforme contido na publicação IMCA M 117 e no item 1.5 da regra I/14 da Convenção STCW/1978, como emendada.

Entende-se como familiarização os treinamentos realizados a bordo, sob a supervisão de um instrutor qualificado os quais devem abranger a parte operacional e de funcionamento do sistema DP específico do navio, incluindo a rotina da embarcação.

Define-se como instrutor qualificado um experiente operador com curso no equipamento da embarcação e designado pelo armador para treinar o pessoal envolvido com a operação do sistema de posicionamento dinâmico. Este instrutor deverá ser específico para a seção de convés e outro instrutor específico para a seção máquinas.

Na Seção de convés, o instrutor qualificado deverá ser um DPO sênior, devidamente certificado no sistema DP do navio com experiência mínima de 2 anos registrados em DP logbook e na Seção de máquinas, o instrutor qualificado deverá ter nível de categoria maior ou igual 8, com experiência mínima de 1 ano em embarcação de posicionamento dinâmico e que possua curso do sistema de controle do DP/gerenciamento de energia no fabricante do sistema de DP específico do navio, antes de prover o treinamento ao pessoal envolvido com a operação do sistema de DP da seção de máquinas.

Os assuntos que necessitam ser abordados no programa de familiarização podem ser encontrados no anexo 1-P (Apêndice 5 do IMCA M 117 Rev.2) como conteúdo mínimo a ser cumprido. Ademais, o documento que comprova o treinamento de familiarização deverá conter a identificação e assinatura do instrutor qualificado designado pelo Armador, data de início e conclusão do treinamento, nome do navio em que ocorreu a familiarização e assinatura do Comandante.

O Comandante ou Gerente de Plataforma é responsável por garantir que o procedimento de familiarização seja cumprido corretamente. Contudo, é responsabilidade do Armador verificar se o referido procedimento é seguido em suas embarcações. O Armador pode nomear formalmente uma pessoa da empresa que será responsável pela implementação e pelo desenvolvimento de treinamentos e da competência do pessoal envolvido com o sistema DP (Company DP Authority).

Além de atenderem o programa de familiarização citado, o pessoal técnico envolvido com a operação de sistema de DP, ou seja, oficiais de máquinas e os eletricistas deverão atender a um curso estruturado do sistema de DP (DP técnico) que poderá ser realizado a bordo por um instrutor qualificado, em terra no fabricante do sistema de DP específico do navio, ou ainda, em instituições autorizadas por este fabricante.

Em caso de não existir curso específico do fabricante do sistema DP usado na embarcação, considera-se a opção de realizar o treinamento em fabricante que possua sistema de DP similar. O conteúdo mínimo do treinamento pode ser encontrado no anexo 1-Q (Apêndice 3 do IMCA M 117 Rev.2).

Define-se sistema DP como sendo o conjunto de sistemas e subsistemas que afetam diretamente ou indiretamente o posicionamento dinâmico de uma embarcação, o qual abrange - mas não se limita - ao sistema de controle DP (DP control system), ao sistema de geração e gerenciamento de energia (power system) e ao sistema de propulsão (thruster system).

d) Orientações para o reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO pela Autoridade Marítima Brasileira:

A estrutura de formação do DPO requer diferentes níveis de experiências a serem adquiridas em terra e no mar (a bordo de embarcações DP). Em se tratando de treinamento/cursos, é importante mencionar que todos devem estar de acordo com a seção B-V/f da parte B do código STCW. O Armador torna-se responsável pela escolha do centro de treinamento (CT) que deverá estar devidamente credenciado pela Instituição certificadora de DPO. O CT fornecerá o curso de DP para o pessoal indicado pelo Armador. Contudo, nada impede que o interessado complemente a sua formação, escolhendo o CT que lhe for mais conveniente.

Ficará a cargo da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) reconhecer as Instituições Certificadoras de DPO (Certification Body). Caberá a essas instituições, por sua vez, certificar os centros de treinamentos e centro de testes, verificando, ainda, se estão seguindo todos os padrões previstos pela IMCA M 117 e pela própria IMO (MSC.Circ 738 e Código STCW).

As Instituições Certificadoras reconhecidas deverão se responsabilizar pela emissão de certificados, por auditar os centros de treinamento e centros de testes, bem como disponibilizar à AMB o livre acesso às informações para conferência da autenticidade e validade dos certificados emitidos.

Para o processo de reconhecimento, as Instituições Certificadoras de DPO deverão encaminhar ofício à DPC contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- esquema de certificação contendo todas as fases do curso e respectivas durações e conteúdos programáticos;
- processo de revalidação de certificados;
- modelos dos certificados, log book e notações de qualificação (se aplicável);
- endereços dos centros de treinamento e centros de teste certificados;
- razão social e CNPJ; e
- documento emitido pela IMCA atestando o reconhecimento da Instituição Certificadora de DPO.

Após a verificação da documentação apresentada à DPC, será confeccionada uma Portaria de Reconhecimento da Instituição Certificadora de DPO (Certification Body).

Obs: Qualquer alteração nas informações prestadas deverão ser informadas previamente à DPC, a fim de se realizar novo reconhecimento, ficando, portanto, cancelado o reconhecimento em vigor.

0124 - REGISTRO DE ERTIFICADOS

Deverão ser mantidos cadastrados no SISAQUA os certificados que forem emitidos, os que tenham expirado ou que tenham sido revalidados, os que forem suspensos, cancelados ou considerados extraviados, bem como as licenças de exercício de categoria superior expedidas.

A cada 5 (cinco) anos os aquaviários deverão atualizar seus dados cadastrais junto à CP/DL/AG. Essas informações de cadastro serão colocadas à disposição das empresas e de Autoridades Marítimas estrangeiras de outros Governos para verificação da autenticidade, validade e reconhecimento dos certificados desses aquaviários.

SEÇÃO IV

CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE

0125- PROCEDIMENTOS

O tempo de embarque do tripulante no cargo ou função a bordo deverá ser comprovado por documento expedido pela empresa, proprietário, armador ou seu preposto com firma reconhecida em cartório, mediante requerimento ou solicitação do aquaviário interessado, com base nas anotações da CIR e/ou do Rol da Embarcação.

No documento expedido pela empresa, armador ou seu preposto deverá constar o nome do aquaviário, seu número de inscrição, sua categoria e os seguintes dados:

a) nome da empresa;
b) nome da embarcação;
c) função exercida a bordo;
d) datas e locais de embarques e desembarques; e
e) somatório dos dias de embarque.

O cômputo de tempo de embarque é necessário para matrícula em curso, ascensão de categoria e comprovação de tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

No caso específico de documentos comprobatórios de tempo de embarque, expedidos para fim de comprovação de interstício na categoria, deverão constar o número de dias de embarque e tipo de navegação em que as embarcações foram empregadas.

0126 - CONTAGEM DO TEMPO DE EMBARQUE

O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado, incluindo os serviços a bordo de plataformas (exceto as fixas) FPSO, FSU e navios-sonda, quando o oficial exercer as funções de Gerente de Instalação Offshore, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento.

O embarque na navegação interior também será considerado na contagem de tempo.

O cômputo do tempo de embarque será realizado conforme previsto no item 0125.

O tempo de embarque será computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque.

São também consideradas para o cômputo do tempo de embarque as manobras de aproximação, atracação/ amarração, fundear/ ancoragem, e suspender/ desancoragem e acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais, quando realizadas em mar aberto.

Para Oficiais de Náutica que realizam essas manobras, a contagem de tempo de embarque será de 1 (um) dia de embarque quando o Oficial realizar uma ou mais manobras, no mesmo dia devidamente registradas no modelo Comprovante de Manobra." Serão também contados como tempo de embarque os dias em que ficar embarcado, à disposição da unidade marítima (navio ou plataforma), desde que comprovado por registro e devida comprovação será utilizado modelo do Anexo1-F.

0127 - TEMPO DE EMBARQUE PARA ASCENSÃO DE CATEGORIA E REALIZAÇÃO DE CURSOS

Para efeito de ascensão de categoria ou requisito para cursos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação.

Conforme previsto no item 0112, os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às categorias Capitão de Longo Curso (CLC) e Oficial Superior de Máquinas (OSM), serão analisados qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e função imediatamente inferior à categoria para a ascensão pretendida, a fim de evitar que seja equivocadamente computado tempo de embarque cumprido no exercício de capacidades previstas para ascensão a categorias inferiores.

O tempo de embarque exercendo função sob Licença de Categoria Superior (LCS), prevista no Capítulo 2 desta Norma, não será computado como tempo de embarque na categoria exercida sob licença, mas sim na categoria real do aquaviário. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função de categoria de grupo diferente ao que pertença.

No caso de Oficiais de Náutica ou de Máquinas prestando serviço em Órgão de Execução de Ensino Profissional Marítimo (OE), deverão ser observados os seguintes procedimentos:

a) o tempo em que o Oficial de Marinha Mercante exercer funções administrativas e/ou de instrutoria ligadas ao ensino, será computado na razão de 2 (dois) por 1 (um), ou seja, cada 2 (dois) dias de serviço no Órgão de Execução será considerado como 1 (um) dia de embarque; e

b) para inscrição em Cursos de Aperfeiçoamento visando o acesso à categoria superior, além do citado no item anterior, o Oficial de Marinha Mercante deverá cumprir um mínimo de 3 (três) meses de efetivo embarque na categoria, exercendo funções a bordo de navios no mar.

Os aquaviários pertencentes aos Grupos Marítimos, Fluviários, Pescadores e das Seções Saúde e Câmara oriundos da Marinha do Brasil, poderão contabilizar os seus dias de mar realizados a bordo dos navios daquela Instituição, como comprovação do tempo de embarque para o fim específico de realização de cursos do Ensino Profissional Marítimo - EPM. A comprovação desses dias de mar deverá ser feita por meio da apresentação do correspondente atestado emitido pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

0128 - TEMPO DE EMBARQUE PARA APOSENTADORIA

Para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço será computado de acordo com o previsto na legislação vigente.

0129 - HOMOLOGAÇÃO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS BRASILEIROS EM NAVIOS DE OUTRAS BANDEIRAS

Para a finalidade de contagem de tempo de embarque, manutenção de validade da CIR, interstício na carreira e matrícula em cursos profissionais será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque;

3) Documento, devidamente atualizado e expedido pela empresa estrangeira proprietária da embarcação, que comprove a participação do aquaviário em cada período considerado e o exercício da função especificada, conforme o modelo constante do Anexo 1-H da NORMAM-13/DPC;

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura(cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

Quando o embarque a ser homologado tiver ocorrido fora das AJB, deverá ainda apresentar a Caderneta de Inscrição e Registro estrangeira (Seamans Record Book), devidamente escriturada, ou documento equivalente que comprove os períodos de embarque a serem homologados.

Caso a empresa estrangeira, proprietária da embarcação, disponha de reconhecida representação no Brasil, ou seja, controlada por firma brasileira ou vinculada a esta, o registro de datas de embarque/desembarque poderá ser emitido pelo representante legal da empresa.

0130 - TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DE AQUAVIÁRIO

O aquaviário que desejar mudar sua jurisdição, poderá requisitá-la na CP de sua escolha. Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (original) e cópia simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

CAPÍTULO 2

CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA DE AQUAVIÁRIOS, ROL DE EQUIPAGEM, ROL PORTUÁRIO E MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

SEÇÃO I CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA

0201 - DA CARREIRA

Será considerada como carreira o conjunto de promoções (ascensão de categoria) que o aquaviário poderá se habilitar ao longo de sua vida profissional, desde o seu ingresso em determinada Seção de um grupo até atingir a categoria de mais alto nível dentro da mesma Seção desse grupo.

A ascensão de categoria será caracterizada pela transferência do aquaviário, dentro de uma mesma Seção de determinado Grupo, para uma categoria de nível superior ao que ele se enquadrava anteriormente. Ocorrerá quando o aquaviário apresentar requisitos profissionais específicos, normalmente mensurados pelo tempo de embarque e/ou pela aprovação em cursos profissionais que lhe propiciam a certificação (habilitação) e/ou registro em Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) necessários para o exercício dos cargos e funções a bordo de embarcações.

A ascensão de categoria será processada mediante requerimento do aquaviário à OM de sua Jurisdição. A OM de jurisdição do aquaviário, após confirmar que o requerente preenche os requisitos estabelecidos na presente norma, efetivará a ascensão de categoria com o registro em Ordem de Serviço e a substituição, na CIR, da etiqueta de dados pessoais anterior pela nova etiqueta emitida pelo Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

Além dos cursos previstos no PREPOM, estabelecidos pela DPC, os Capitães de Longo Curso (CLC) poderão realizar, mediante indicação do Diretor de Portos e Costas, Curso de Altos Estudos Militares na Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil.

As tabelas que compõem o Anexo 2-A estabelecem, por categoria profissional dos aquaviários, as condições para ingresso no grupo, a inscrição na categoria, os níveis de equivalência, os certificados nacionais e aqueles de reconhecimento internacional a que seus integrantes fazem jus, bem como as funções básicas (capacidades) que podem exercer a bordo das embarcações.

Os Anexos 2-B e 2-C apresentam, de forma sucinta, o fluxo de carreira para os aquaviários dos Grupos Marítimos (1º Grupo), Fluviários (2º Grupo) e Pescadores (3º Grupo), até o nível

7.

Para ascensão às categorias que exigem "Recomendação", o candidato, além de comprovar tempo de embarque e aprovação nos cursos exigidos, deverá juntamente com o seu requerimento apresentar documento recomendando sua ascensão à categoria pretendida. Este documento de recomendação será emitido pela empresa de navegação, atual ou futura empregadora do aquaviário e assinada, no mínimo, pelo gerente de recursos humanos da empresa; na falta da empresa, pelo proprietário ou pelo comandante (patrão) da embarcação.

A recomendação deverá conter, no mínimo, as informações conforme modelo abaixo.

Recomendação

Recomendo o Sr._____ CIR (nº inscrição),_____ categoria atual_____ a ascender à categoria de _____por ter cumprido (tempo de embarque)

anos de embarque na(s) categoria(s) _____e por ter concluído com

aproveitamento, o Curso _____.

Para tanto, atesto que seu desempenho profissional nesta empresa é considerado _____. (conceito)

_____

Local e Data

_____

Assinatura /Nome legível - CIR/CPF ou CNPJ/Empresa

0202 - GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA

Os aquaviários são distribuídos como Oficiais e Subalternos, em Grupos, Seções e Categorias. A comparação dos aquaviários por Níveis de Equivalência é válida, somente, para efeito de hierarquização entre categorias num mesmo grupo e para correspondência entre aquaviários de grupos distintos, a bordo. O nível de equivalência não deverá ser considerado como fator determinante nas eventuais transferências de categoria entre grupos de aquaviários, cujas instruções constam de item específico neste capítulo.

As Categorias dos Grupos de Marítimos, Fluviários, Pescadores, Mergulhadores, Práticos e Agentes de Manobra e Docagem, distribuídas pelas Seções de Convés, Máquinas, Câmara e Saúde e os correspondentes níveis de equivalência, constam dos quadros que se seguem:

a) Categorias - 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo-Fluviários e 3º Grupo-Pescadores

GRUPO	SEÇÃO	CATEGORIA	SIGLA
1º GRUPO MARÍTIMOS	CONVÉS	CAPITÃO DE LONGO CURSO (**)	CLC
		CAPITÃO DE CABOTAGEM (**)	CCB
		PRIMEIRO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	1ON
		SEGUNDO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	2ON
		MESTRE DE CABOTAGEM (***)	MCB
		CONTRAMESTRE (***)	CTR
		MARINHEIRO DE CONVÉS (***)	MNC
		MOÇO DE CONVÉS (***)	MOC
		MARINHEIRO AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAC
	MÁQUINAS		
		OFICIAL SUPERIOR DE MÁQUINAS (**)	OSM
		PRIMEIRO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	1OM
		SEGUNDO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	2OM
		CONDUTOR DE MÁQUINAS (***)	CDM
		ELETRICISTA (***)	ELT
		MARINHEIRO DE MÁQUINAS (***)	MNM
		MOÇO DE MÁQUINAS (***)	MOM
		MARINHEIRO AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MAM
2º GRUPO FLUVIÁRIOS	CONVÉS	CAPITÃO FLUVIAL (**)	CFL
		PILOTO FLUVIAL (***)	PLF
		MESTRE FLUVIAL (***)	MFL
		CONTRAMESTRE FLUVIAL (***)	CMF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE CONVÉS (***)	MFC
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAF
	MÁQUINAS		
		SUPERVISOR MAQUINISTA-MOTORISTA FLUVIAL (**)	SUF
		CONDUTOR MAQUINISTA MOTORISTA FLUVIAL (***)	CTF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE MÁQUINAS (***)	MFM
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MMA
3º GRUPO PESCADORES	CONVÉS	PATRÃO DE PESCA DE ALTO MAR (***)	PAP
		PATRÃO DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	PPI
		CONTRAMESTRE DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	CPI
		PESCADOR PROFISSIONAL ESPECIALIZADO (***)	PEP
		PESCADOR PROFISSIONAL	POP
		APRENDIZ DE PESCA (***)	APP
	MÁQUINAS		
		CONDUTOR MOTORISTA DE PESCA (***)	CMP
		MOTORISTA DE PESCA (***)	MOP
		APRENDIZ DE MOTORISTA (***)	APM
	SAÚDE	ENFERMEIRO (***)	ENF
		AUXILIAR DE SAÚDE (***)	ASA
	CÂMARA	TAIFEIRO (***)	TAA
		COZINHEIRO (***)	CZA

(*) Os aquaviários da Seção de Saúde e Câmara são comuns ao 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo- Fluviários e 3º Grupo-Pescadores, quando necessários.

(**) Categorias de Oficiais

(***) Categorias de Subalternos

b) Níveis de Equivalência

1) Seção de Convés

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
10	CLC	-	-
9	CCB	-	-
8	1ON	-	-
7	2ON	CFL	-
6	MCB	PLF	PAP
5	CTR	MFL	PPI
4	MNC	CMF	CPI
3	MOC	MFC	PEP
2	MAC	MAF	POP
1	-	-	APP

2) Seção de Máquinas

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
9	OSM	-	-
8	10M	-	-
7	20M	SUF	-
5	CDM/ELT	CTF	-
4	MNM	-	-
3	MOM	MFM	CMP
2	MAM	MMA	MOP
1	-	-	APM

OBS:

1) Os Oficiais de Radiocomunicações (2OR e 1OR), pertencentes às categorias em extinção, para os efeitos da elaboração do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) estão enquadrados respectivamente nos níveis 7 e 8 da Seção de Convés;

2) Os Praticantes de Náutica (PON) e de Máquinas (POM) são considerados como categorias especiais e situam-se, hierarquicamente, quando embarcados para estágio de adestramento e instrução, entre os Oficiais e os subalternos; e

3) O Eletricista (ELT) da seção de máquinas, equivale, hierarquicamente, ao nível 5.

3) Seção de Câmara

NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA	1º, 2º E 3º GRUPOS	
2	CZA	TAA

4) Seção de Saúde

Nível de Equivalência	1º, 2º e 3º Grupos
5	ENF
3	ASA

e) 4º Grupo - Mergulhadores

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Mergulhador que opera com Mistura Gasosa Artificial	MGP	4
Mergulhador que opera com Ar Comprimido	MGE	3

f) 5º Grupo - Práticos

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os integrantes do Grupo de Práticos receberão Certificados e CIR nas seguintes categorias:

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Prático	PRT	8
Praticante de Prático	PRP	7

g) 6º Grupo - Agentes de Manobra e Docagem (AMD)

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os Agentes de Manobra e Docagem receberão Certificado de Habilitação (modelo DPC-2310) e CIR.

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Agente de Manobra e Docagem	AMD	7

0203 - CONCESSÃO DE LICENÇA DE CATEGORIA/CAPACIDADE SUPERIOR

A Licença de Categoria/Capacidade Superior é autorização para o aquaviário exercer funções pertinentes a uma Categoria, Capacidade e Regra da Convenção STCW emendada, superior à de seu enquadramento, em uma embarcação específica, por um período determinado, que não poderá exceder seis meses. O modelo do Anexo

2-D é o documento a ser preenchido para a concessão da Licença de Categoria/Capacidade Superior, do qual constam arqueação bruta e nome da embarcação.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior só deverá ser concedida pelo Capitão dos Portos o Delegado em circunstâncias excepcionais e depois de esgotados todos os recursos para substituição o tripulante.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior deverá ser solicitada pela empresa de navegação, por meio de correspondência oficial dirigida à Capitania dos Portos ou Delegacia da Capitania dos Portos, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior e:

1)A necessidade da licença;

2)Cópia do CTS;

3)Justificativa da indicação do aquaviário proposto;

4)Declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior;

5)CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR;

6)Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

7) Certificados que comprovem a sua habilitação (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura; e

11)Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), emitido por médico do trabalho, há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

Para a concessão da Licença de categoria/Capacidade Superior o Capitão dos Portos ou Delegado devem considerar:

I) Quanto à carreira do aquaviário: se há possibilidade dele vir a ascender à categoria para qual está sendo solicitada a licença; não existindo essa possibilidade, não conceder a licença;

II) Quanto ao tempo de embarque do aquaviário: se possui pelo menos a metade do tempo de embarque previsto para a ascensão à categoria para qual está sendo solicitada a licença;

III) Quanto à qualificação do aquaviário: se possui os cursos específicos para o tipo de embarcação para a qual está sendo solicitada a licença;

devem ser apresentados os certificados de habilitação correspondentes; e

IV) Quanto a licença anteriores: se já exerceu funções sob licença e quantas no período de doze meses.

Por período de doze meses só deverão ser concedidas para um aquaviário em uma mesma categoria, até duas licenças. Esgotado esse número de licenças, deverá ser respeitado período de carência de seis meses para concessão de nova licença na mesma categoria.

Não há restrições de número de licenças para o aquaviário ao longo das categorias de sua carreira.

Para um mesmo navio só deverá ser concedida, simultaneamente, por CTS, uma Licença de Categoria/Capacidade Superior para cada seção: convés e máquinas. Os substitutos do Comandante e do Chefe de Máquinas, por motivo de força maior, serão, respectivamente, o Imediato e o Subchefe de Máquinas, devendo a sua substituição ser limitada ao menor período de tempo possível.

Em conformidade com a Convenção STCW 1978 emendada, a partir de 1º de janeiro de cada ano a DPC deve enviar à Organização Marítima Internacional (IMO) relatório sobre Licenças de Categoria/Capacidade Superior concedidas para embarque em navios que operam na navegação em mar aberto, informando a arqueação bruta da embarcação.

0204 - TRANSFERÊNCIAS DE CATEGORIAS ENTRE SEÇÕES E/OU GRUPOS DIFERENTES

A transferência de categorias de aquaviários de Grupos e/ou Seções exige criteriosa avaliação de competência.

A transferência poderá ser concedida, em caráter excepcional, pelo Capitão dos Portos, mediante requerimento do interessado, observando a seguinte documentação e pré-requisitos necessários:

1) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

2) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

3) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CIR (original) e cópias simples da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR;

5) Certificados de conclusão de cursos realizados pelo requerente no âmbito do Ensino Profissional Marítimo (EPM) correspondentes à categoria em que está enquadrado;

6) Certificado de conclusão de cursos que são pré-requisitos para a categoria pretendida; e

7) Comprovante de escolaridade emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação compatível com a categoria pleiteada.

Deve ser analisado o conteúdo programático dos cursos realizados, à época, na formação anterior e, se for o caso, complementar a formação atual necessária com aulas, treinamento, embarque e/ou provas escritas ou práticas, de forma a nivelar sua formação profissional com os requisitos mínimos estabelecidos para a nova categoria pretendida.

O nível de equivalência atribuído às determinadas categorias não pode ser considerado para estabelecer comparação de competência entre aquaviários de grupos diferentes, pois, para certas categorias, as diferenças de qualificação/habilitação para um mesmo nível podem ser significativas quando comparando-se aquaviários de grupos diferentes. Outro fator que pode aumentar, significativamente, essas diferenças é a experiência profissional do aquaviário em questão.

A transferência de grupo, quando no nível 3 de equivalência, para o pessoal que ingressou na Marinha Mercante pela Nova Sistemática de Carreira para o Pessoal só deverá ser concedida após o interessado ter cursado e ter sido aprovado no módulo especifico do grupo para o qual pretenda ser transferido (CFAQ IIIM - CFAQ III F - CFAQ III P).

No caso de a transferência ser para o 1º Grupo-Marítimos, para cursar o Modulo Especifico (III M), o interessado deverá apresentar comprovante de aprovação nos cursos ESRS (Especial de Segurança Pessoal e Responsabilidades Sociais). EBPS (Especial Básico de Primeiros Socorros), ESPE (especial de Sobrevivência Pessoal) e ECIN (Especial Básico de Combate a Incêndio).

Para os demais níveis de equivalência, quando o aquaviário já for aperfeiçoado, a transferência de grupo só poderá ser concedida após aprovação no módulo III específico do Curso de Formação de Aquaviário (CFAQ III M - CFAQ III F - CFAQ III P) e, em seguida, no Curso de Aperfeiçoamento obrigatório para o grupo pretendido.

0205 - TRANSFERÊNCIAS DEVIDAS À EXTINÇÃO DE GRUPO E DE CATEGORIAS

a) Extinção do Grupo Regional

A extinção do Grupo Regional resultou na distribuição de seus integrantes pelo 1º Grupo-Marítimos e 5º Grupo-Práticos, com a seguinte equivalência de categorias:

CATEGORIAS ANTERIORES	CATEGORIAS NOVAS	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
ARR - Arrais	MNC - Marinheiro de Convés CMF - Contramestre Fluvial	4
MTR - Mestre Regional	MOC - Moço de convés MFC - Marinheiro Fluvial de Convés	3
MRC - Marinheiro Regional de Convés	MAC - Marinheiro Auxiliar de Convés MAF- Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés	2
MRM - Marinheiro Regional de Máquinas	MAM - Marinheiro Auxiliar de Máquinas MMA - Marinheiro Fluvial Auxiliar de Máquinas	2
PRT - Prático	Integram o 5º Grupo	8
PRP - Praticante de Prático	-	7

b) no 1º Grupo - Marítimos

1) O Primeiro e Segundo Condutor de Máquinas (1CD e 2CD) passam a ser Condutor de Máquinas (CDM), nível de equivalência 5;

2) O Primeiro e Segundo Eletricista (1EL e 2EL), seção de máquinas, passam a ser Eletricista (ELT), nível de equivalência 5;

3) O Primeiro e Segundo Cozinheiro (1CZ e 2 CZ), seção de câmara, passam a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

4) O Primeiro e Segundo Taifeiro (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

5) O Auxiliar de Saúde (ASD), seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

c) no 2º Grupo - Fluviários

1) O Condutor-Motorista Fluvial (CTF) e o Condutor-Maquinista Fluvial (CQF), seção de máquinas, passam a ser Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF), nível de equivalência 5;

2) O Cozinheiro Fluvial (CZF), seção de câmara, passa a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

3) O Primeiro e Segundo Taifeiro Fluvial (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

4) O Auxiliar de Saúde (ASF), seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

d) no 3º Grupo - Pescadores

1) O Patrão de Pesca Costeira (PCP), seção de convés, passa a ser Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI), nível de equivalência 5; e

2) O Patrão de Pesca Regional (PRP), seção de convés, passa a ser Contramestre de Pesca na Navegação Interior (CPI), nível de equivalência 4.

SEÇÃO II

ROL DE EQUIPAGEM E ROL PORTUÁRIO

0206 - ROL DE EQUIPAGEM

a) Conceituação

O Rol de Equipagem (modelo DPC-2303) é o documento hábil, obrigatório, para embarcações empregadas na navegação em mar aberto e interior. Serve para garantir os direitos decorrentes dos embarques e desembarques de tripulantes verificados em uma única embarcação.

Deve conter as seguintes anotações:

1) dados da embarcação, do(s) proprietário(s) e do armador;

2) assinatura e nome legível do Comandante do navio, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

3) dados dos tripulantes; e

4) dados dos embarques e desembarques dos tripulantes;

b) Emissão

O Rol de Equipagem será emitido pela CP/DL/AG em duas vias, mediante requerimento do Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente. A 1ª via deverá permanecer a bordo da embarcação e a 2ª via na empresa. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

É de responsabilidade do Comandante o correto preenchimento do Rol de Equipagem. Por ocasião da escrituração do Rol de Equipagem, o nome do Comandante constará somente na folha de abertura e todos os embarques e desembarques deverão ter a sua rubrica e carimbo.

Qualquer CP/DL/AG poderá emitir Rol de Equipagem, desde que tal fato seja comunicado à OM de inscrição da embarcação. Constitui infração sujeita a penalidade, a não permanência a bordo da embarcação de seu respectivo Rol de Equipagem ou Portuário.

Documentação necessária para emissão do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol de Equipagem será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador.

Nos casos de Rol de Equipagem esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente solicitando emissão de um novo Rol. Quando extraviado, deverá o Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal anexar ao requerimento uma declaração circunstancial do ocorrido.

Quando o Comandante da embarcação for substituído, será dispensada a renovação do Rol de Equipagem, desde que o novo Comandante declare que o aceita nos termos já existentes. Caso tal declaração não seja feita, um novo Rol de Equipagem deverá ser requerido ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente.

Sempre que ocorrer renovação de Rol de Equipagem, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol de Equipagem encerrado ou substituído deverá ter sua cópia arquivada na embarcação e o original arquivado na empresa proprietária da embarcação ou na colônia de pesca.

0207 - ROL PORTUÁRIO

O Rol Portuário (modelo DPC-2304) se aplica em caráter opcional às empresas, armadores, proprietários e colônias de pesca que possuem diversas embarcações operando na navegação interior. Deverá ser expedido com um número de cópias igual ao número de embarcações.

a) Conceituação

O Rol Portuário substitui o Rol de Equipagem, com idênticos efeitos legais, contendo os embarques e desembarques dos tripulantes de embarcações de uma mesma Empresa, empregadas na navegação Interior.

Esta modalidade do Rol visa flexibilizar e desburocratizar o embarque e o desembarque do aquaviário, possibilitando à empresa, proprietário, armador ou seu preposto representante legal ou ao Presidente da Colônia de Pesca movimentarem os tripulantes nas suas embarcações de acordo com a conveniência do serviço.

Impõe-se, contudo, que se mantenha no Rol exclusivamente os tripulantes exercendo funções a bordo das embarcações da empresa ou armador, proprietário ou colônia de pesca, excluindo sistematicamente todo aquele que seja desviado para o exercício de funções em terra.

Para assegurar o efetivo controle sobre as embarcações que adotarem o Rol Portuário com abrangência adicional e, considerando que sua adoção se dá em caráter facultativo, aplicam-se a esta modalidade as seguintes condicionantes:

1) Os embarques e desembarques dos tripulantes serão registrados pelo Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal ou pelo Presidente da Colônia de Pesca mediante lançamento igual e simultâneo na CIR do tripulante e nas duas vias do Rol Portuário;

2) O Rol Portuário na modalidade opcional por Empresa, uma vez adotado, deve abranger todas as embarcações de uma mesma Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca e as embarcações, por sua vez, somente poderão ter a bordo os tripulantes ali relacionados;

3) O Comandante da embarcação deverá registrar no Diário de Navegação ou no Livro da embarcação, os nomes dos tripulantes efetivamente a bordo por ocasião da partida para cada viagem, ou simplesmente registrar que não houve alterações em relação à tripulação embarcada na viagem anterior;

4) O Rol Portuário deverá conter a transcrição dos Cartões de Tripulação de Segurança (CTS) de todas as embarcações da Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca de maneira a demonstrar claramente que são atendidas as necessidades mínimas de tripulantes definidas naqueles documentos;

5) O Rol Portuário deverá conter as seguintes anotações:

(a) dado(s) da(s) embarcação (ões), do(s) proprietário(s), do Armador ou da Colônia de Pesca;

(b) lotação da(s) embarcação (ões), contendo o número de tripulantes e o número de passageiros;

(c) local para assinatura e dados dos tripulantes;

(d) dados dos embarques e desembarques dos tripulantes; e.

(e) rubrica e nome do Comandante, diretor da Empresa, Armador ou seu preposto, representante legal ou proprietário ou do Presidente da Colônia de Pesca.

b) Emissão

O Rol Portuário será emitido pela CP, Dl ou Ag, permanecendo o original na empresa, e as cópias a bordo das embarcações. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

O Rol Portuário poderá ser emitido por qualquer CP, DL ou AG desde que tal fato seja comunicado à OM de Inscrição da embarcação.

Documentação necessária para emissão do Rol Portuário:

-Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou presidente da colônia de pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

-Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol Portuário será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador ou Presidente da Colônia de Pesca.

Nos Casos de Rol Portuário esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, delegado ou Agente solicitando a emissão de um novo Rol. Quando, extraviado, deverá a empresa, armador ou seu preposto representante legal, proprietário ou o Presidente da Colônia de Pesca anexar ao requerimento uma declaração circunstancial do ocorrido.

Sempre que ocorrer renovação de Rol Portuário, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol Portuário:

- Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou presidente da colônia de pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol Portuário encerrado ou substituído deverá ter uma cópia arquivada na embarcação e a 1ª via na empresa ou na colônia de pesca

SEÇÃO III

MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

0208 - Medalha Mérito Marítimo

Criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017 a Medalha Mérito Marítimo é destinada a agraciar, de forma meritória, os aquaviários da Marinha Mercante Brasileira, Oficiais e Subalternos, que se distinguirem pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, de acordo com critérios e normas definidos pela Marinha do Brasil/ Autoridade Marítima Brasileira. A condecoração consiste de uma medalha, barreta, roseta e o respectivo diploma. Sua descrição e uso estão previstos nas Normas da Autoridade Marítima para o uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional - NORMAM-21/DPC.

Caberá ao Diretor Geral de Navegação a concessão da Medalha Mérito Marítimo, mediante proposta do Diretor de Portos e Costas.

Os procedimentos para a concessão da Medalha Mérito Marítimo constam do 2-E.

CAPÍTULO 3

INSCRIÇÃO DE MILITAR INATIVO DA MARINHA DO BRASIL

0301 - DA INSCRIÇÃO

A inscrição de militar veterano (inativo da MB) nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara ocorre mediante aprovação no Curso de Formação, Curso de Aperfeiçoamento ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção. A inscrição também será facultada ao militar veterano (inativo da MB) da MB no Grupo de Mergulhadores, conforme descrito no item 0104, capítulo 1 desta Norma.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/adaptação/aperfeiçoamento de Aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC.

O militar Veterano (inativo da MB), conforme seu posto/graduação e corpo/especialidade poderá ser inscritos em um dos Grupos e Seções descritos a seguir, conforme contido no Anexo 2-A, mediante aprovação nos Cursos anteriormente citados:

1º Grupo / Seção de Convés

a) à Capitão de Longo Curso (CLC):

Oficial Superior Veterano (inativo da MB) do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície, de Hidrografia e Oceanografia, de Submarinos ou de Aviação, na MB e que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO).

Observação: Consideram-se válidos, também, para o fim de inscrição no ATNO, os antigos cursos de aperfeiçoamento em Armamento, Comunicações, Eletrônica e Máquinas.

b) à Contramestre (CTR):

Veterano (Inativo da MB) - Suboficiais e Sargentos do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre-Básico (APAQ-I C B N5).

1º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Oficial Superior de Máquinas (OSM):

Oficial Superior Veterano (inativo da MB) do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC-CA/RM1-T) Veterano (inativo da MB), aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprove, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, e tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

b) à Condutor (CDM):

Veterano (inativo) da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas (CAAQ-I MM) ou no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas (APAQ-I M N5).

c) à Eletricista (ELT):

Veterano (Inativo) da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade (CAAQ-I ME).

2º Grupo / Seção de Convés

a) à Mestre Fluvial (MFL):

Veterano - inativo da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada com um (1) ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso, disponível no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés. (APAQ-II C).

2º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Contramestre Fluvial (CTF):

Veterano - Inativo da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada, das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, e do Corpo Auxiliar de Praças, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil(MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-II M.

3º Grupo / Seção de Convés

a) à Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI):

- Veterano - Inativo da MB (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Pescadores (APAQ-III C).

Seções de Saúde ou Câmara (Enfermeiro, Auxiliar de Saúde, Cozinheiro e Taifeiro)

Ser Veterano (inativo da MB) da MB, das seguintes especialidades: Cozinheiro (CO), Arrumador (AR) ou Enfermeiro (EF).

O documento comprobatório do tempo de embarque para estes militares será a Caderneta Registro (CR), que deverá ser apresentada no ato da inscrição no curso.

0302 - SITUAÇÕES ESPECIAIS

Em função da situação e da análise dos assentamentos de carreira do inativo, o Diretor de Portos e Costas poderá dispensar o interessado de cumprir alguns módulos de curso previstos neste capítulo.

CAPÍTULO 4

ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE E TRIPULANTES A BORDO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES NACIONAIS E PENALIDADES

SEÇÃO I

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA EM MAR ABERTO (LONGO CURSO, CABOTAGEM E APOIO MARÍTIMO)

0401 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE Ao Comandante, compete:

1) cumprir e fazer cumprir, por todos os subordinados, as leis e regulamentos em vigor,

mantendo a disciplina na sua embarcação, zelando pela execução dos deveres dos tripulantes, de todas as categorias e funções, sob as suas ordens;

2) inspecionar ou fazer inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de asseio, higiene e segurança;

3) cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento a bordo; assegurar a ordem e serventia das embarcações auxiliares de salvamento; tomar todas as precauções para completa segurança da embarcação, quer em viagem, quer no porto;

4) implantar e manter um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação;

5) fazer com que todos conheçam seu lugar e deveres em caso de incêndio, de abalroamento ou de abandono, executando, pelo menos, quinzenalmente, os exercícios para uso necessários, sempre que 1/3 da tripulação tiver sido substituída;

6) assumir pessoalmente a direção da embarcação sempre que necessário como: por ocasião de travessias perigosas, entrada e saída de portos, atracação e desatracação, fundear ou suspender, entrada e saída de diques, em temporais, cerração ou outra qualquer manobra da embarcação em casos de emergência;

7) supervisionar o carregamento, a descarga, o lastro e deslastro da embarcação, de forma eficiente, de acordo com as normas de segurança;

8) dar ciência às autoridades competentes, inclusive ao Armador, sempre que, justificadamente, tiver que alterar os portos de escala da embarcação;

9) convocar, quando necessário, os oficiais da tripulação para, em Conselho decidir quanto as situações de extrema gravidade para a embarcação e para a carga;

10) ter voto de qualidade em tudo quanto interessar a embarcação e à carga, e mesmo proceder, sob sua responsabilidade, contrariamente ao que for deliberado;

11) exercer fiscalização e repressão ao contrabando, transporte de armas, munições e cargas não manifestadas;

12) responder por quaisquer penalidades impostas à embarcação, por infração da Legislação em vigor, resultantes de sua imperícia, omissão ou culpa, ou de pessoas que lhe sejam subordinadas apontando, neste caso, o responsável;

13) superintender nas embarcações, cujo único oficial de navegação seja o Comandante, os serviços que lhe estão afetos, acrescidos das incumbências inerentes aos demais oficiais podendo, entretanto, designar outros membros da tripulação para sua execução, exceto em relação àqueles serviços que, pela sua natureza, lhe caiba executar pessoalmente;

14) cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento no mar;

15) socorrer outra embarcação, em todos os casos de sinistro, prestando o máximo auxílio, sem risco sério para sua embarcação, equipagem e passageiros;

16) em caso de violência intentada contra a embarcação, seus pertences e carga, se for obrigado a fazer entrega de tudo ou de parte, munir-se com os competentes protestos no porto onde ocorrer o fato, ou no primeiro onde chegar;

17) empregar a maior diligência para salvar os passageiros e tripulantes, os efeitos da embarcação e carga, papéis e livros de bordo, dinheiro etc., devendo ser o último a deixá-lo, quando julgar indispensável o seu abandono em virtude de naufrágio;

18) lavrar, quando em viagem, termos de nascimento e de óbito ocorridos: arrecadar e inventariar os bens de pessoa que falecer, fazendo entrega de tudo à autoridade competente;

19) efetuar casamentos, escrever e aprovar testamentos in extremis, reconhecer firmas em documentos, nos casos de força maior;

20) ratificar, dentro de 24 horas úteis, depois da entrada da embarcação no porto, perante as autoridades competentes, e tendo presente o "Diário de Navegação", todos os processos testemunháveis e protestos formados a bordo, tendentes a provar sinistros, avarias, perdas ou arribadas;

21) dar conhecimento à Capitania do primeiro porto que demande e a outras embarcações, pelo rádio, ou qualquer outro meio, de todas as ocorrências concernentes à navegação, como sejam: cascos soçobrados ou em abandono, baixios, recifes, funcionamento dos faróis e bóias, balizas, derelitos etc;

22) impor penas disciplinares aos que 0perturbarem a ordem da embarcação, cometerem faltas disciplinares ou deixarem de fazer o serviço que lhes compete, comunicando às autoridades competentes, na forma da legislação em vigor;

23) fazer alijar carga por motivo de força maior, e no interesse geral, ou quando se tratar de volume contendo materiais explosivos e perigosos, embarcados em contravenção à lei e que esteja pondo em risco a embarcação, tripulantes, etc;

24) determinar o uniforme do dia, cumprindo e fazendo cumprir o que determina o Regulamento para uso de uniformes a bordo de embarcações nacionais quando houver;

25) autorizar serviços extraordinários que se fizerem necessários a bordo, de acordo com as leis que regem a matéria;

26) ter sempre prontos os documentos para despacho da embarcação nas repartições competentes;

27) ter sob sua guarda valores de passageiros, dos tripulantes ou da embarcação, como medicamentos entorpecentes para uso em casos de emergências, assinando e exigindo os competentes recibos;

28) instaurar inquérito e demais atos de direito, para o que ocorrer a bordo;

29) superintender os serviços de abastecimento e reparos, manutenção, docagem e reclassificação da embarcação. Visar as respectivas faturas, relatórios de serviço e pedidos, assim como todos e quaisquer outros documentos;

30) certificar-se se estão a bordo todos os tripulantes, prontos a seguir viagem, na hora marcada para a saída da embarcação;

31) delegar poderes aos Subordinados para distribuição de serviços, visando ao bom andamento dos trabalhos de bordo;

32) fazer-se acompanhar dos oficiais da embarcação, todas as vezes que inspetores, peritos e vistoriadores comparecerem a bordo, prestando todas as informações que forem solicitadas;

33) proceder inspeção geral da embarcação, por ocasião da passagem de comando, em companhia do seu substituto, informando-o de tudo minuciosamente, apresentando-lhe os Oficiais e tripulação e mandando lavrar em seguida, o respectivo termo, no "Diário de Navegação";

34) exigir dos tripulantes, por ocasião de seu embarque, toda a documentação necessária, bem como a apresentação de sua andaina de uniformes;

35) responder pelo fiel cumprimento das leis, convenções, acordos nacionais e internacionais, e de todas as demais normas que regem o Transporte Marítimo, devendo zelar pelo bom nome da Empresa, resguardando os interesses da mesma e a boa apresentação da Marinha Mercante do Brasil, nos portos nacionais e estrangeiros;

36) determinar, sempre que necessário, o trabalho conjunto dos tripulantes da embarcação, de modo a agilizar a superação de um problema técnico, ou a prontificação de uma faina marinheira;

37) organizar os serviços de quarto, de forma a manter o serviço de vigilância e segurança da navegação adequadamente, considerando, inclusive, a necessidade dos oficiais encarregados dos serviços de quarto de navegação estarem o tempo todo fisicamente presentes no passadiço ou locais diretamente ligados ao passadiço;

38) designar, entre os Tripulantes, o Gestor;

39) implantar e fazer cumprir a bordo um plano de prevenção e combate a poluição;

40) implantar e fazer cumprir uma política contra o uso de álcool e drogas a bordo. Devendo normatizar os procedimentos a serem adotados e divulgá-los a todos os tripulantes.

0402 - AO COMANDANTE É VEDADO:

1) alterar os portos e escala da embarcação, sem causa justificada;

2) abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio e após certificar-se de que é o último a fazê-lo.

SEÇÃO DE CONVÉS

0403 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO Ao Imediato compete:

1) substituir, legalmente, o Comandante em todas as suas faltas e impedimentos. É a segunda autoridade de bordo, podendo, nessa qualidade, intervir em qualquer parte da embarcação no sentido de manter a ordem, disciplina, limpeza e conservação, sem que esta intervenção importe na diminuição da autoridade e responsabilidade de quaisquer outros integrantes da tripulação;

2) ser o encarregado das Seções de Convés e Câmara. É figura importante na Administração da embarcação, sua presença se faz sentir quer no porto, quer em viagem, com respeito à manutenção da carga (carga e descarga);

3) manter limpa e conservada a embarcação, com eficiência os aparelhos de manobra, salvatagem, incêndio, poleames e massames;

4) controlar os serviços extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante, nas seções sob sua responsabilidade, observando rigorosamente o que determina a respeito as leis e regulamentos em vigor;

5) confeccionar as folhas extraordinárias das seções sob sua responsabilidade e submetê-las à apreciação do Comandante, para o devido visto;

6) conduzir e coordenar o programa de adestramento de bordo;

7) dirigir as fainas de convés, por ocasião de acidentes e exercícios, e auxiliar o Comandante em todas e quaisquer manobras que se fizerem necessárias;

8) verificar pessoal e diariamente, sempre que as condições o permitirem, o estado geral dos porões, ralos e pocetos, principalmente no inicio de carregamento;

9) inspecionar, diariamente, os locais designados para o estivamento das cargas inflamáveis, explosivas ou corrosivas, controlando as temperaturas dos contentores estivados no convés e verificando, constantemente, as pressões e a manutenção adequada e inertização dos compartimentos de carga;

10) preparar o convés, para o recebimento de carga, de maneira que sua estivagem não prejudique o aparelhamento da embarcação nele situado;

11) controlar, com a cooperação do Chefe de Máquinas, o serviço de abastecimento e distribuição de combustíveis e água, visando à segurança da embarcação;

12) fiscalizar a escrituração dos livros e documentos da Seção de Convés, executando a parte que lhe competir;

13) dirigir o serviço geral de distribuição das cargas dos porões, conveses, frigoríficas e tanques, levando em consideração o calado da embarcação, sua estabilidade, esforços máximos permissíveis e a estiva e desestiva da carga, fornecendo ao Comandante, com a antecedência necessária, todos os planos de carregamento, de movimentação de carga, de descarga, de lastro e de deslastro;

14) manter, devidamente inventariado, todo o material da seção de convés, podendo descarregar parte de sua responsabilidade pelos seus auxiliares, mediante o endosso da respectiva cautela;

15) dar andamento às sindicâncias que se fizerem necessárias a bordo para esclarecimento de quaisquer ocorrências;

16) inspecionar ou mandar inspecionar, por ocasião de embarque ou desembarque dos tripulantes, suas bagagens, recusando todo aquele que tentar introduzir a bordo armas proibidas, bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas (drogas) ou qualquer outro material que possa prejudicar a disciplina da embarcação;

17) inspecionar, diariamente, as Seções de Convés e Câmara;

18) emitir os competentes pedidos de suprimento, reparo e revisões da Seção de Convés;

19) receber de seu antecessor o material sob sua responsabilidade, mediante conferência e inventário;

20) verificar e aprovar todas as alterações, revisões, reparos e quaisquer outros serviços feitos na Seção de Convés;

21) prestar a devida cooperação em tudo quanto se relacionar com o serviço de bordo;

22) em viagem, arejar corretamente os porões e manter a carga líquida ou seca nas condições específicas para seu transporte, usando os recursos existentes a bordo;

23) fiscalizar, auxiliado pelo oficial de divisão de convés, as operações de carga e descarga, lastro e deslastro da embarcação;

24) determinar o preparo dos documentos necessários e exigidos pelas autoridades dos portos de escala;

25) receber ou fazer receber, por oficial, as autoridades portuárias que vierem proceder a visita ou a inspeção da embarcação, dando os esclarecimentos necessários, e facilitar e abreviar as formalidades;

26) fazer, quando necessário, em face da composição da lotação, os quartos das 04:00 às 08:00 e das 16:00 às 20:00 horas, salvo determinação contrária do Comandante;

27) ter a seu cargo todos os serviços de carregamento, descarga, lastro e deslastro, bem como a distribuição das cargas líquidas pelos tanques, evitando a contaminação dos produtos carregados e mantendo sempre a embarcação dentro das condições adequadas de esforços, estabilidade e compasso;

28) programar, dirigir e fiscalizar a limpeza, a conservação e a desgaseificação dos tanques, redes e válvulas dos sistemas de carga da embarcação, tomando todas as providências que evitem a poluição do meio ambiente;

29) manter o navio dentro dos padrões corretos de inertização durante os carregamentos, travessias, estadias, descargas e nas fainas de limpeza dos tanques e movimentação de lastros;

30) apresentar, previamente, ao Comandante o plano de carregamento e, concluída a carga, entregar o plano final da distribuição por tanques dos produtos e quantidades embarcadas;

31) proceder a leitura dos calados no costado, na chegada e saída das embarcações, mesmo naquelas de equipamentos de leitura à distância;

32) determinar, antes da saída dos portos, inspeção da embarcação a fim de localizar clandestinos porventura existentes ou o transporte ilegal de mercadorias;

33) não permitir a permanência, na embarcação, de pessoas estranhas ao serviço de bordo;

34) comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, das ausências porventura existentes de tripulantes das seções a si subordinados; e

35) conduzir a política contra o uso de álcool e drogas adotada a bordo.

0404 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS DE NÁUTICA, EM GERAL

a) Genericamente:

1) integrar o Quarto de Navegação de bordo;

2) substituir o Oficial de Náutica do Quarto de Navegação e o Imediato (se for o mais antigo que a ele se segue) em todos os seus impedimentos legais;

3) auxiliar em todas as manobras da embarcação, no local determinado pelo Comandante;

4) ter sob sua responsabilidade o regimento de sinais e bandeiras, devidamente inventariado, artefatos pirotécnicos, lâmpadas, lanternas e outros sinais de emergência;

5) ter sob sua responsabilidade as embarcações auxiliares e de salvamento e suas palamentas, bem como seus aparelhos de lançamento;

6) receber e fazer entrega de malas postais, fiscalizar a sua estivagem em lugar seguro e providenciar os documentos necessários ao recebimento e entrega;

7) ter sob sua responsabilidade todo o material de controle de avarias e de controle a incêndio, em qualquer parte da embarcação; e

8) assessorar o comandante de unidade marítima (navio ou plataforma) nas manobras de aproximação, amarração, ancoragem e desancoragem, acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais oceânicos.

b) Quando Oficial Encarregado de Quarto de Navegação, em viagem:

1) preparar o Passadiço e a casa de Navegação para a viagem;

2) executar a navegação, de acordo com as ordens do Comandante, avisando-o, imediatamente, de qualquer ocorrência que afete a segurança da navegação, assim como qualquer anormalidade que, a qualquer tempo, se verifique;

3) fazer os cálculos de posição da embarcação e azimute; dar corda nos cronômetros; manter atualizada a hora a bordo, registrando os estados absolutos e as marchas dos cronômetros, bem como preparar os boletins meteorológicos;

4) fornecer, ao Comandante, diariamente, a posição da embarcação às 12:00 horas, enviando cópia às seções da embarcação;

5) verificar, constantemente, a posição da embarcação, principalmente com terra à vista;

6) determinar, periodicamente, a posição da embarcação, plotando - a em carta náutica e utilizando os equipamentos disponíveis para esse fim;

7) binóculos e todo o equipamento de navegação;

8) fiscalizar, frequentemente, o rumo e o governo da embarcação, tomar conhecimento das ordens do Comandante quando entrar de quarto e comunicar ao substituto as instruções recebidas;

9) observar os registros de todos os instrumentos auxiliares da navegação;

10) auxiliar no passadiço, na proa ou na popa, nas manobras de fundear, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de dique, e outras fainas;

11) escriturar o Diário de Navegação, livros de azimute, diário de cronômetros e outros livros, de acordo com as normas em vigor; efetuar correções oficiais nas publicações usadas na navegação, mantendo atualizadas as cartas náuticas a serem utilizadas;

12) verificar, constantemente, à noite, se as luzes de navegação estão acesas, sobretudo quando houver embarcações à vista;

13) providenciar as sondagens da área, quando determinado;

14) providenciar escada de quebra peito para prático e manobras de bandeira, observando o Cerimonial Marítimo; e

15) auxiliar nas distribuições de cargas, verificações de avarias na carga, protestos, declarações, mapas, pedidos e outros documentos legais;

16) tomar as necessárias providências com relação à segurança da carga de convés, material e equipamentos da embarcação, em caso de mau tempo iminente;

17) preparar os documentos necessários ao despacho da embarcação nas repartições competentes, responsabilizando-se pelo Rol de Equipagem, Cadernetas de Inscrição e Registro (CIR) e demais documentos exigidos, verificando, à saída dos portos, se os documentos foram entregues em ordem pelas Agências; e

18) adestrar os praticantes e estagiários de náutica quando embarcados.

b) Quando nos portos:

1) manter vigilância adequada e eficaz, para fins de segurança, todo o tempo em que o navio permanecer fundeado ou em bóia de amarração. Se o navio estiver transportando carga perigosa, o serviço de vigilância deverá levar em conta a natureza, quantidade, embalagem e estivagem dessa carga e de quaisquer condições especiais predominantes a bordo;

2) agir, criteriosamente, com a urgência que se tornar necessária, em relação a todas as providências a serem tomadas, em caso de ocorrências anormais;

3) manter a ordem e a disciplina a bordo, fiscalizando e tornando efetiva a vigilância geral da embarcação;

4) cumprir o Cerimonial Marítimo;

5) informar o Comandante ou o Imediato, logo que cheguem a bordo, de tudo quanto tiver ocorrido de anormal na sua ausência;

6) não deixar a embarcação, quando em regime de quarto, sem ter transmitido o serviço e ordens ao seu substituto ou àquele que o Comandante determinar; e

7) executar os serviços de quarto ou divisão e manobras de acordo com a determinação do Comandante.

0405 - ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE NÁUTICA PARA O SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÕES

a) Genericamente

1) cumprir e fazer cumprir rigorosamente as normas constantes das Convenções Internacionais e dos regulamentos e instruções baixadas por autoridades brasileiras, sobre o Serviço de Radiocomunicações;

2) fornecer diariamente, ao Comandante, as previsões de tempo, Aviso aos Navegantes, comunicações de outras embarcações referentes a acidentes de navegação, sinais horários ou qualquer outra comunicação que possa interessar ao Comando da embarcação;

3) fazer a devida comunicação ao Imediato, de qualquer defeito que impossibilite o funcionamento dos equipamentos da Estação Radiotelegráfica da embarcação;

4) submeter, previamente, ao Comandante todo serviço de expedição e recepção da rádio, exceto o de natureza particular;

5) fazer entrega, sob recibo, ao Comandante das receitas arrecadadas com o serviço de expedição de rádios;

6) conservar em ordem e asseio o camarim da Estação Radiotelegráfica, zelando pela conservação e eficiência dos seus equipamentos sobressalentes, ferramentas, aparelhos de medição, publicações, manuais, formulários e material burocrático utilizados na execução dos serviços:

7) manter devidamente inventariado todo o material fixo e de consumo da Estação Radiotelegráfica por cuja guarda é responsável, inclusive livros de registros;

8) impedir a entrada de pessoas não autorizadas na cabine dos aparelhos de radiocomunicações;

9) assistir às inspeções e vistorias que forem feitas nos aparelhos da Estação Radiotelegráfica, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

10) manter o Diário de Serviço Radioelétrico devidamente escriturado e assinado no inicio e encerramento dos quartos de serviços, sem borrões, rasuras ou emendas, com o registro de todas as ocorrências verificadas no decurso de cada quarto, submetendo- o diariamente, ao visto do Comandante;

11) organizar os mapas demonstrativos referentes ao tráfego de radiocomunicações de cada viagem, com os respectivos comprovantes;

12) fazer pedidos de suprimento do material necessário ao serviço da estação de bordo entregando-o ao Imediato, para os devidos fins;

13) manter arquivadas em pastas especiais, as mensagens, radiotelegramas, comprovantes das conferências radiotelefônicas, Boletins Meteorológicos, Aviso aos 'Navegantes, Boletins de Observação Meteorológica (OSB), Boletins de Posição da embarcação e outras informações de interesse da embarcação;

14) testar diária e semanalmente os aparelhos de reserva e salvatagem, bem como o estado da carga e conservação das baterias, organizando as respectivas tabelas de carga e descarga para as mesmas;

15) escoar o tráfego radiotelefônico e radiotelegráfico, oficial e particular, dando seguimento às conferências radiotelefônicas, originárias ou destinadas a embarcações, transmitindo e recebendo radiotelegramas e operando o Telex;

16) receber os Boletins Meteorológicos (NX), em viagem e nos portos, especialmente nos dias que antecedem a saída da embarcação;

17) transmitir os Boletins de Observações Meteorológicas (OBS) de bordo, aos vários centros de coleta da região onde navegar;

18) transmitir mensagens ou recebê-las, conforme o caso, de organizações nacionais ou internacionais de proteção à navegação;

19) fazer a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de radiocomunicações e radionavegação e seus acessórios, tais como antenas, baterias, conversores Tc., na escala exigida pela Carta de Habilitação de que seja possuidor;

20) orientar e fiscalizar a execução dos reparos dos aparelhos mencionados no item anterior, quando executados por oficinas terrestres, nos casos especiais;

21) fazer marcações radiogoniométricas nos casos de socorro e/ou quando o Comandante julgar necessário;

22) adestrar os Oficiais de Náutica de bordo no uso e manutenção do transceptor de baleeira ou assemelhado, transmissor de reserva e manipulador automático, para eventual utilização em emergências;

23) manter atualizadas as publicações de radiocomunicações, fazendo as respectivas correções, conforme os suplementos expedidos para esse fim;

24) manter o completo sigilo das radiocomunicações como preceituam os regulamentos;

25) efetuar, a operação, manutenção e pequenos reparos da aparelhagem da Estação Radiotelegráfica da embarcação, tais como: conversores, baterias, receptores e transmissores radiotelegráficos e radiotelefônicos, bem como dos radiogoniômetros, consoante os níveis de conhecimentos técnicos exigidos pelas Convenções Internacionais de Telecomunicações e demais dispositivos jurídicos internacionais, ratificados pelo Brasil; e

26) manter um serviço de radiocomunicações contínuo nas frequências apropriadas, durante seus períodos de serviço.

b) Nos Navios com GMDSS

Nos navios equipados com equipamentos do Sistema Marítimo Global de Socorro e Segurança (GMDSS), os Oficiais de Náutica com certificado de Radioperador Geral (EROG), previstos no Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) cumprirão, conforme determinação do Comandante, as tarefas do serviço de Radiocomunicações.

0406 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRAMESTRE

O Contramestre é o encarregado da guarnição de convés da embarcação e como tal, responsável perante o Imediato pela disciplina, limpeza e eficiência no serviço de seus subordinados;

Ao Contramestre, compete:

1) as manobras da embarcação à proa, sob a ordem do oficial que as dirigir, e pela utilização do molinete nas operações que se fizerem necessárias, nas entradas e saídas dos portos, além da limpeza e conservação do mesmo;

2) cumprir serviço de quarto no passadiço, quando em viagem, e de divisões nas estadias, nos casos de imperiosa necessidade de substituição e por determinação do Comandante;

3) prumar, sempre que necessário, de acordo com as ordens do Comandante ou de

Oficial que o substitua;

4) efetuar a distribuição da guarnição de convés, providenciando substituições, quando necessário, para os serviços de conservação, limpeza, pintura e demais trabalhos inerentes às respectivas funções, de acordo com as determinações do Imediato;

5) fazer cumprir todos os detalhes de serviço, sobretudo os que se relacionem com limpeza, arrumação e higiene dos alojamentos e paióis de convés, sanitários e banheiros dos marinheiros e moços;

6) controlar o licenciamento dos tripulantes da seção de convés, de acordo com as instruções do Imediato ou do Oficial que o substitua e comunicar ao Imediato ou ao Oficial de serviço, qualquer ocorrência verificada;

7) comunicar ao Imediato os reparos, substituições e suprimentos que se fizerem necessários, nos setores da embarcação de sua responsabilidade;

8) manter sob sua guarda e responsabilidade todo o material que lhe for entregue;

9) entregar ao Imediato a relação de saída de todo o material de convés de consumo diário, esclarecendo qual a sua aplicação, e fiscalizar a sua distribuição e arrecadação;

10) preparar todos os aparelhos de carga, com a devida antecedência, a fim de iniciar as operações ao atracar; na saída, preparar os mesmos aparelhos para a viagem;

11) auxiliar o Imediato nas verificações de estado das dalas, ralos e pocetos, bem como na abertura e fechamento dos porões;

12) auxiliar o Oficial de Náutica na conservação e manutenção do equipamento de salvatagem e combate a incêndio, existente na embarcação;

13) auxiliar o Imediato na faina de arrumação da carga no convés e na peação, proteção e reparo dos volumes de carga avariada, quando necessário, exceto aqueles que pela sua natureza, competirem à estiva: recolher aos locais determinados todo o material de peação por ocasião de descarga;

14) fechar as vigias que fiquem próximas à linha d'água e os rebordos de carga; zelar pelo vedamento de portas estanques, procedendo ao escoramento, tamponamento, percintagem e preparo de caixões de concretos; rebater as cunhas nas escotilhas e apertar as guardas dos porões;

15) encarregar-se da conservação das marcas de seguros e calados, abrir letras nos quadros ou em todos os lugares necessários, solicitando auxílio ao Imediato, sempre que preciso;

16) verificar o calado, terminadas as operações de estiva e antes da saída de cada porto, registrando seus valores nos quadros competentes e notificando ao Imediato;

17) manter a limpeza, arrumação e condições de higiene dos conveses, paióis, corredores, camarotes, alojamentos, banheiros e sanitários da seção de convés;

18) dirigir as tarefas de limpeza, lavagem e remoções de resíduos dos porões e tanques, bem como as tarefas de baldeação de conveses, anteparas, superestruturas gigantes, mastros etc.;

19) auxiliar o Imediato nas fainas de convés por ocasião de acidentes;

20) observar o tratamento dos guinchos, cabrestantes, amarras, âncoras, paus de carga, rodetes, tamancas, aparelhos de laborar, embornais, portas estanques, portas de madeira, corrimãos, escadas, vigias, dobradiças, balaústres, fechaduras, atracadores e maçanetas, zelando para que estejam, sempre, em bom estado de conservação para pronto uso;

21) dirigir os serviços de recebimento a bordo do material de rancho, de materiais diversos e demais peças da embarcação; e

22) entregar ao Imediato, no fim de cada viagem, a relação do material a ser recolhido ao local indicado pelo Armador.

0407 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS

a) Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

1) atender às manobras da embarcação, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;

2) ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de diques e quaisquer outras fainas.

3) receber, no convés da embarcação, e transportar para os paióis respectivos o material de custeio pertencente à seção de convés;

4) operar os aparelhos de manobra e peso, nas fainas da embarcação (acionar guinchos, suspender e arriar paus de carga, guindastes, preparar cábreas, acunhar e desacunhar escotilhas, colocar dalas, rateiras, defensas e balões no costado, luz de bulbo, cabo de segurança de proa e popa) ou onde se fizer necessário;

5) executar os serviços necessários a conservação, tratamento, limpeza e pintura da embarcação, dos paióis (paiol da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;

6) executar todas as tarefas determinadas pelo Contramestre da embarcação, tais como limpeza, tratamento, pintura, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material de convés.

7) baldear e adoçar a embarcação;

8) executar os serviços necessários a conservação e pintura das embarcações auxiliares, mangueiras de incêndio, bombas, bóias, salva-vidas, balsas, bancos e todo material volante;

9) executar os serviços necessários a conservação dos estais, brandais, ovéns e amantes, pelos consertos em estropos e fundas, costura em lona e demais cabos de bordo;

10) auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, inclusive nas sondagens;

11) executar os serviços necessários a conservação dos próprios camarotes;

12) auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário a faina diária, quando nas funções de Faroleiro; e

13) colocar na proa e popa, junto às tomadas de carga e combustível, e nos locais de embarque de cargas perigosas, o material móvel de combate a incêndio, quando determinado pelo Oficial responsável.

0408 - DAS ATRIBUIÇÕES DO TIMONEIRO, VIGIA E VIGIA DE PORTALÓ

a) Ao Subalterno integrante do Quarto de Navegação - Timoneiro e Vigia, compete:

1) fazer o serviço de leme procurando manter a embarcação no rumo indicado, fazendo, normalmente, quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora no serviço de vigia, notificando imediatamente ao Oficial de quarto, qualquer ocorrência que se verifique na agulha ou no governo da embarcação;

2) colocar ou retirar a escada para embarque ou desembarque do prático, içar e arriar as bandeiras e sinais designados pelo Oficial de quarto, lançar e colher o odômetro e informar a sua leitura;

3) atender, em caso de mau tempo iminente, às manobras dos ventiladores do convés e efetuar o fechamento das portas e vigias;

4) estar atento às ordens de manobras recebidas do Comandante ou do Prático da embarcação e avisar, com antecedência necessária, aos Oficiais e Tripulantes que vão entrar em serviço;

5) preparar, içar e arriar as bandeiras e sinais regulamentares, em todas as ocasiões que se fizerem necessárias e acionar buzinas ou tocar sino, em caso de cerração;

6) fazer o serviço de vigia no passadiço, em quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora com o Timoneiro;

7) observar, com atenção, ao movimento da embarcação, bem como pontos de terra, derelitos ou qualquer outra incidência, comunicando ao Oficial de quarto;

8) executar a limpeza diária do convés do passadiço, casa do leme, camarim de cartas, vidro das vigias fixas e rotativas e outros compartimentos nesse convés.

b) Ao subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Vigia de Portaló, compete:

1) permanecer em seu posto e só se afastar em cumprimento de obrigação inerente ao

seu cargo, solicitando, sempre que possível, substituto;

2) apresentar-se sempre uniformizado e barbeado; manter-se em atitude respeitosa, tratando a todos que lhe pedirem informações com a máxima urbanidade e respeito;

3) impedir a entrada de pessoas estranhas a bordo, conforme as ordens que receber, dando ciência ao Oficial de serviço de qualquer anormalidade nesse sentido;

4) zelar pelas escadas de portaló e pranchas de desembarque, arriar, içar as escadas e pranchas de portaló, preparando as balaustradas e armando as redes de proteção;

5) comunicar aos seus superiores qualquer ocorrência que observar ou que tiver conhecimento, relativa à segurança da embarcação;

6) anunciar as horas pelo sino, despertar a guarnição de convés e transmitir-lhe as instruções recebidas;

7) ter sob sua responsabilidade a guarda das chaves dos paióis de convés que lhe forem entregues;

8) inspecionar, periodicamente, quando a embarcação estiver atracada ou fundeada, a situação das amarras, cabos de amarração, rateiras, embarcações que porventura estejam a contrabordo, defensas, sinais e luzes regulamentares;

9) içar e arriar, no horário regulamentar, a Bandeira Nacional e os sinais de praxe;

10) observar e corrigir a posição dos ventiladores dos porões em ocasiões de chuvas e aguaceiros;

11) acender e apagar as luzes da embarcação;

12) fiscalizar as entradas e as saídas de volumes; e

13) manter o quadro de saída da embarcação do porto devidamente escrito, assinalando data e hora da partida. O serviço de Vigia de Portaló será executado por Quarto ou Divisão, observando a legislação em vigor.

0409 - DAS ATRIBUIÇÕES DO FIEL DE PORÃO

Ao Subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Fiel do Porão, compete:

1) fiscalizar a correta preparação dos pisos, anteparas, pés de carneiro, terminais de ventilação, tubos de detetor de fumaça, sistema de combate a incêndio, ralos dos pocetos, cobrindo-os com serrapilheiras, e dos porões e cobertas, antes do embarque das cargas;

2) preparar, no início ou término das operações de carga e descarga e, quando necessário, a cobertura e fechamento dos porões e cobertas;

3) fiscalizar para que as praças previamente designadas pelo Imediato ou seu substituto sejam ocupadas corretamente;

4) fiscalizar para que não se fume nos porões ou cobertas; quando tiver necessidade de ausentar-se, temporariamente, pedir substituto;

5) providenciar para que os volumes de cargas avariados sejam reparados, assim como no caso de existirem volumes com indício de violação comunicar tal fato a seus superiores, para as devidas providências;

6) opor-se a que sejam violados, danificados ou desviados os volumes de carga e, sempre que observar tal ocorrência ou da mesma for avisado, comunicar imediatamente aos seus superiores;

7) acompanhar o horário de refeições da estiva;

8) responder pela varredura dos porões, tendo em vista que a carga é da responsabilidade do armador;

9) providenciar a iluminação dos porões, quando for necessário;

10) auxiliar na limpeza e inspeção dos porões, de acordo com as instruções do Mestre, tendo especial atenção aos pocetos e ralos, bocas de ventilação e sistema CO2; e

11) providenciar, antes do início dos carregamentos, o material que se fizer necessário à operação; e

Os fiéis cumprirão horário de serviço de acordo com as operações de carga e descarga, observando-se a legislação em vigor.

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0410 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS

a) Ao Chefe de Máquinas, compete:

1) responder pela direção técnica, econômica, disciplinar e administrativa do setor a seu cargo, na qualidade de encarregado da Seção de Máquinas;

2) ser responsável pela conservação, manutenção e limpeza de todos os aparelhos, acessórios e equipamentos da seção de máquinas;

3) receber e cumprir as ordens do Comandante, bem como observar as orientações do órgão técnico do armador, relativas ao serviço de sua seção;

4) controlar o serviço de extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante; nos casos de imperiosa e inadiável execução de serviços extraordinários, sem autorização, informar, logo que possível, essa decisão ao Comandante;

5) organizar os detalhes de serviço e as incumbências individuais de todo o pessoal de sua seção, visando ao máximo aproveitamento do pessoal, quer no serviço de quarto, quer no de divisão;

6) gerenciar, pessoalmente, na praça de máquinas toda e qualquer manobra da embarcação;

7) formular e apresentar ao Comandante, para o competente "Visto", todos os pedidos de reparo e de suprimento necessários ao serviço da seção a seu cargo;

8) coordenar o recebimento, controlar o consumo e zelar pela economia de combustíveis, lubrificantes e de todo o material requisitado para sua seção, por cuja aplicação é responsável;

9) ter sob sua responsabilidade o serviço de aguada, cuja distribuição será feita em conjunto com o Imediato;

10) planejar e controlar os reparos da seção de máquinas que puderem ser executados pelo pessoal de bordo e supervisionar os que forem feitos por oficinas de terra, mesmo que os aparelhos ou máquinas estejam nas demais seções da embarcação;

11) comunicar, imediatamente, por escrito, ao Comandante, quando julgar necessário, todas as ocorrências e anormalidades que se derem nos serviços da seção a seu cargo;

12) manter devidamente inventariado todo o material volante ou fixo e sobressalentes da Seção de Máquinas, podendo cautelar itens aos seus utilizadores diretos;

13) verificar e informar a cubagem dos tanques de lastro, de combustível, de aguada e de lubrificantes, assim como o estado das máquinas, caldeiras e demais aparelhos auxiliares, e tudo mais que interessar ao bom andamento dos serviços da embarcação, inclusive todo material inventariado, quando passar o cargo ao seu substituto;

14) elaborar e apresentar ao Comandante, quando necessário, toda documentação exigida pelo armador;

15) fornecer diariamente ao Comandante, ao meio-dia, em viagem, o "Boletim de Máquinas";

16) fiscalizar a escrituração do "Diário de Máquinas", para que nele sejam registradas todas as ocorrências verificadas no decorrer dos quartos ou divisões, bem como qualquer trabalho executado na respectiva seção;

17) proibir a entrada de pessoas estranhas à embarcação na praça de máquinas e de caldeiras, bem como que se guardem naqueles compartimentos, objetos alheios ao serviço da seção, comunicando, obrigatoriamente, ao Comandante, tais ocorrências;

18) proibir que o pessoal da sua seção execute trabalho que não se relacione com o serviço da embarcação;

19) providenciar para que os guinchos, molinetes, guindastes e redes de encanamentos não sofram congelamentos nas zonas frias;

20) atentar para que o consumo e a distribuição de água e combustível não prejudiquem as condições normais de navegabilidade da embarcação;

21) confeccionar as listas de sobressalentes da Seção de Máquinas, de acordo com as exigências regulamentares da Alfândega dos portos de escala;

22) permanecer a bordo nos portos, durante o expediente, ou além dele, quando o trabalho assim o exigir, afastando-se somente com autorização do Comandante, passando o serviço ao seu substituto legal;

23) comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, as ausências porventura existentes de tripulantes da seção de máquinas;

24) nas embarcações que possuírem porões e/ou porta contentores frigoríficos, os

Chefes de Máquinas ficarão ainda com as seguintes atribuições:

(a) coordenar com o Imediato a abertura e fechamento das escotilhas e escotilhões ou tampões, onde houver movimento de carga;

(b) certificar-se da quantidade e da qualidade da carga a embarcar, bem como do seu destino, assim como fiscalizar, em colaboração com o Imediato, a arrumação das cargas, a fim de que sua conservação não sofra alteração;

(c) providenciar para que as temperaturas sejam convenientemente mantidas no interior dos contentores, de acordo com as determinações específicas, efetuando a manutenção de todo o equipamento referente a esse setor; manter contato com o Imediato, quando necessário; e

25) implementar as ações e procedimentos para atender ao plano de prevenção e combate à poluição adotado a bordo.

b) Ao Subchefe de Máquinas, compete:

1) substituir o Chefe de Máquinas na sua falta ou impedimento;

2) fazer a distribuição dos serviços da Seção de Máquinas, de acordo com os detalhes organizados pelo Chefe de Máquinas, fiscalizando-os convenientemente, e executando os que lhe competir;

3) distribuir e fiscalizar as quantidades do material retirado dos paióis para o serviço diário, bem como o seu recolhimento;

4) responsabilizar-se pelo material que ficar sob sua guarda, assinando a respectiva cautela, e responder pelas faltas do mesmo, quando assim ocorrer;

5) comunicar ao Chefe de Máquinas qualquer ocorrência que se verificar na Seção de Máquinas, não só quanto ao pessoal, como quanto aos equipamentos em geral e materiais;

6) registrar todos os serviços de manutenção, prevenção, correção e classificação contínua, ocorridas durante o seu serviço;

7) fiscalizar, diariamente, as sondagens dos tanques de água, óleo e lastro;

8) fazer o serviço de quarto ou divisão quando a lotação da embarcação assim o exigir;

9) fiscalizar o recebimento de aguada, óleo combustível, óleo lubrificante, material permanente e de consumo, sempre que o Chefe de Máquinas assim determinar;

10) adestrar os praticantes e estagiários, quando embarcados; e

11) encarregar-se do adestramento dos tripulantes de máquinas, pondo-os a par das Normas e Instruções Técnicas da embarcação e da Empresa.

c) Ao Oficial de Máquinas, compete:

1) substituir o Subchefe (se for o mais antigo que se segue) na sua falta ou impedimento;

2) fazer os quartos (encarregado do serviço de quarto de máquinas) e divisões para os quais foi designado, dando imediato conhecimento ao Chefe ou Subchefe das ocorrências verificadas, fazendo o devido registro no "Diário de Máquinas";

3) dar cumprimento às ordens de serviço recebidas para a boa condução, conservação e limpeza de todos os motores e equipamentos, zelando pelo seu bom funcionamento;

4) executar os serviços para os quais for designado pelo Chefe de Máquinas, tais como de encarregado dos motores, caldeiras, sistema elétrico, frigoríficas, bombas, aparelhos de governo, aparelhos de suspender e de movimentação de carga, sistema de óleo combustível e água de alimentação;

5) incumbir-se dos serviços de reparo que possam ser feitos com recursos de bordo, além da conservação e ajustagem dos diversos equipamentos; e

6) responder pela guarda e conservação das ferramentas que lhe forem entregues, assinando a respectiva cautela e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem.

0411- DAS ATRIBUIÇÕES DOS AQUAVIÁRIOS SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS

a) Ao Condutor de Máquinas, compete:

1) executar todos os serviços afetos a sua especialidade, de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter, sob a supervisão do Oficial de Máquinas de Serviço, todos os aparelhos, instalações mecânicas, hidráulicas e pneumáticas funcionando corretamente;

2) estar presente na Praça de Máquinas, ou em outro local previamente determinado, durante as manobras da embarcação ou em situações de emergências;

3) inspecionar, com antecedência, sob a orientação do Oficial de Máquinas de Serviço, os sistemas necessários à manobra da embarcação, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento;

4) ter sob sua guarda o material que lhe for entregue, responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem e assinando as devidas cautelas; e

5) fazer os quartos e divisões de serviço para os quais for designado, dando imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de Serviço de todas as ocorrências verificadas.

b) Ao Mecânico compete:

1) executar, com a máxima presteza e economia, os serviços de sua profissão, quer na recuperação, quer na confecção de peças destinadas aos reparos das máquinas de bordo, dentro do regime normal de trabalho, ou fora dele, a critério do Chefe de Máquinas; e

2) zelar pela boa conservação e bom funcionamento das máquinas, aparelhos e ferramentas da Oficina de bordo, mantendo-as sempre limpas e arrumadas; assinar cautela responsabilizando-se pelas faltas de material que venham a ocorrer.

c) Ao Bombeador compete

1) conservar, manter e operar as bombas de carga e suas instalações;

2) zelar pela limpeza, conservação e manutenção do material, ferramentas e utensílios da Casa de Bombas e paióis a seu cargo, pelo equipamento de gás inerte, assinando as cautelas e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem;

3) zelar pela conservação das redes de carga e de descarga e suas válvulas, redes de vapor no convés, serpentinas de aquecimento dos tanques de carga e redes de expansão dos gases, executando os reparos que se fizerem necessários, dentro de suas atribuições;

4) manter limpas e em condições de operação as redes e tanques de carga;

5) interromper, antes de qualquer providência ou ordem, o recebimento ou descarga, quando verificar qualquer defeito ou anormalidade que possa trazer riscos, perigos, avarias ou poluição do meio ambiente;

6) trabalhar sob as ordens do Imediato, nas operações de carga, descarga, lastro e deslastro, baldeação e preparação de porões e tanques; e

7) conectar e desconectar os mangotes de carga e de descarga, por ocasião das operações de carga e descarga, colocando e retirando reduções quando for necessário.

d) Ao Eletricista, compete:

1) executar todos os serviços de sua especialidade de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter todos os aparelhos, instalações elétricas e de iluminação funcionando corretamente;

2) estar presente na praça de máquinas durante as manobras da embarcação e em qualquer situação de emergência;

3) inspecionar, com a antecedência necessária, o sistema de comunicações interiores, luzes de navegação, luzes interiores, guindastes, molinetes, grupos conservadores, máquinas do leme, bem como todos os motores e equipamentos elétricos e eletrônicos de automação e controle de bordo, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento; e

4) ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material, ferramentas e aparelhos afetos à sua especialidade, zelando pela respectiva conservação e assinando as devidas cautelas.

e) Aos integrantes do Serviço Geral de Máquinas

1) Ao Marinheiro de Máquinas compete:

a) executar, no serviço de quarto (integrante do quarto de serviço de máquinas) ou de divisão, os trabalhos de lubrificação geral dos motores principais e auxiliares; as manobras de vapor, óleo, água e sondagem; manter esgotados os porões e alimentação das caldeiras; executar a manutenção e limpeza de maçaricos e filtros; e participar nas fainas de tratamento, conservação e pintura, nas embarcações com praça de máquinas desguarnecida (fechada);

b) comunicar ao Oficial de Máquinas de Serviço de Quarto qualquer anormalidade que ocorra na praça de máquinas e na frente de caldeiras, não sendo permitido o seu afastamento para atender a qualquer outro setor, a não ser por necessidade imperiosa, que deverá ser comunicado previamente ao Oficial de Serviço;

c) dar imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de serviço de qualquer variação na leitura dos instrumentos de medidas de pressão e temperatura, bem como das indicações dos aparelhos de alarme que possam influir no bom funcionamento das máquinas e aparelhos a seu cargo; e

d) verificar as condições de operação, pelo menos uma vez por quarto ou divisão, dos sistemas fora da praça de máquinas (ar condicionado, frigoríficas, engaxetamento de bucha, máquina do leme etc.) quando o Oficial de Serviço assim determinar.

2) Ao Moço de Máquinas compete:

a) auxiliar, quando em serviço de quarto ou divisão, os Marinheiro de Máquinas;

b) limpar, pintar e conservar as praças de máquinas, motores, caldeiras e chaminé; efetuar o transporte de materiais de sua seção; e

c) efetuar a limpeza dos próprios camarotes.

Observação:

(a) o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) e a TABELA MESTRA deverão designar os tripulantes para o exercício das diversas funções a bordo; e

(b) o Anexo 2-A contém as certificações e as principais funções (e restrições/limitações) a serem exercidas na embarcação.

SEÇÃO DE CÂMARA

0412 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COZINHEIRO E TAIFEIRO

a) Ao Cozinheiro compete:

1) cumprir e fazer cumprir todas as ordens ou determinações que receber dos seus superiores, relativas aos serviços de sua especialidade;

2) responder pelo rancho despachado para o serviço diário da cozinha, esmerando-se para que o seu preparo seja feito o mais higiênico e escrupulosamente possível;

3) executar os serviços de confeiteiro nas embarcações que não tiverem tripulantes dessa especialidade;

4) fiscalizar os gêneros entregues na cozinha, providenciando transporte, guarda e conservação dos mesmos;

5) dirigir pessoalmente a distribuição dos alimentos durante as refeições;

6) zelar pela conservação, limpeza e asseio de todas as dependências da cozinha, bem como dos utensílios;

7) usar e exigir que os demais usem, igualmente, a indumentária apropriada aos serviços culinários, mantendo-a sempre limpa e asseada;

8) comunicar ao Gestor toda e qualquer suspeita acerca do estado de saúde de seus auxiliares, como também toda e qualquer falta disciplinar acorrida;

9) assinar cautelas de responsabilidade do material entregue para os serviços de suas atribuições, responsabilizando-se pelas faltas ocorridas;

10) executar as fainas gerais de limpeza da cozinha e dos demais utensílios;

11) executar o transporte de gêneros do paiol e câmaras frigoríficas para a cozinha;

12) apresentar-se ao Gestor após o término diário dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte; e

13) comunicar ao Gestor, ou a quem suas vezes fizer, toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços que lhe estão afetos.

b) Ao Cozinheiro é vedado:

1) distribuir comida a pessoas não autorizadas pelo Gestor;

2) fumar ou permitir que fumem nas dependências da cozinha; e

3) permitir a presença na cozinha de pessoas estranhas ao serviço.

c) Ao Taifeiro compete:

1) atender, com a maior solicitude e presteza, tratando com respeito e cortesia aos passageiros, oficiais e subalternos;

2) apresentar-se sempre bem uniformizado, limpo e barbeado;

3) servir, nas salas de refeições, a uma ou mais mesas e tocar sineta para refeições, de acordo com as determinações de seus superiores;

4) efetuar todos os serviços inerentes à conservação, limpeza dos materiais e das dependências habitáveis (camarotes, escadas internas, corredores, aparelhos sanitários, banheiros, salões), inclusive de seu próprio alojamento ou camarote;

5) permanecer no posto para o qual foi destacado, durante o embarque de passageiros, a fim de atender aos serviços determinados pelos seus superiores;

6) prestar todas as informações pedidas pelos passageiros, com a máxima urbanidade e respeito;

7) servir as refeições nos camarotes, aos passageiros, somente quando autorizado pelos seus superiores;

8) fazer plantões e vigias de acordo com a tabela de serviço;

9) levar ao conhecimento dos superiores qualquer irregularidade notada;

10) efetuar a limpeza diária dos camarotes de passageiros, oficiais e subalternos, para os quais for destacado, bem como das copas, salões, farmácia, enfermarias e demais dependências afetas à Seção de Câmara;

11) ter sob sua guarda e responsabilidade, assinando a respectiva cautela, os materiais que lhe forem entregues respondendo pelas faltas ou extravios dos mesmos;

12) efetuar o transporte da bagagem dos passageiros e Oficiais;

13) receber e transportar, para os respectivos paióis, o rancho, o material de custeio geral, assim como a roupa de cama e mesa;

14) manter as copas rigorosamente limpas e asseadas, evitando reuniões, palestras ou algazarras, bem como fumar;

15) manter sob sua guarda as chaves das gavetas, armários e portas dos salões, bem como os copos, cristais, vidros, talheres e louças, respondendo pelas faltas ou extravio dos mesmos; e

16) atender, dentro das instruções superiores, aos oficiais de quarto que necessitem dos seus serviços.

d) Ao Taifeiro, como Paioleiro e sem prejuízo de suas atribuições gerais, compete:

1) manter devidamente conservados, limpos e em ótimas condições, de higiene os paióis de mantimentos, câmaras frigoríficas e suas dependências e geladeiras;

2) receber, controlar e guardar todos os gêneros destinados ao abastecimento da embarcação, fazendo a sua arrumação nos paióis e câmaras frigoríficas ou geladeiras, de modo a evitar qualquer deterioração dos mesmos;

3) fazer a entrega, diariamente, de acordo com o cardápio, dos gêneros secos e frescos, destinados ao preparo da alimentação, verificando o estado de conservação dos mesmos, pesando-os e conferindo-os;

4) não permitir, terminantemente, que se fume nos paióis, câmaras ou antecâmaras frigoríficas;

5) providenciar para que a carne arrumada nas câmaras frigoríficas ou geladeiras não fique em contato com peixes, nem estivada englobadamente, devendo ficar separada uma parte da outra, de modo a permitir a livre circulação entre elas;

6) receber e entregar ao Gestor, após conferidas as notas de entrega de gêneros para os paióis e frigoríficas, assim como as de saída para o consumo, discriminando qualidade, número, peso e espécie;

7) proceder ao balanço dos paióis e câmaras frigoríficas, sempre que lhe for determinado;

8) auxiliar os demais Taifeiros, sem prejuízo de suas funções no paiol;

9) apresentar-se, diariamente, ao Gestor, após o término dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte;

10) comunicar aos seus superiores quaisquer irregularidades ou ocorrências que se verificar nos serviços a seu cargo, bem como mantê-los sempre a par do movimento e funcionamento dos paióis e câmaras frigoríficas;

11) ter sob sua guarda e responsabilidade todas as andainas de roupas da embarcação, bem como a sua distribuição, lavagem e recolhimento;

12) não permitir a permanência de pessoas estranhas nas dependências a seu cargo; e

13) não fornecer qualquer material ou gênero sem ordem específica.

SEÇÃO DE SAÚDE

0413 - DAS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO E/OU AUXILIAR DE SAÚDE

a) Ao Enfermeiro e/ou Auxiliar de Saúde, compete:

1) manter a farmácia, enfermaria e isolamento em perfeito estado de conservação, ordem, limpeza e higiene;

2) comunicar, por escrito, ao Comandante, via Imediato, sempre que internar qualquer pessoa na enfermaria de bordo, bem como a existência de qualquer pessoa atacada de moléstia infecto-contagiosa ou sujeita à notificação compulsória, providenciando, nesses casos, as medidas necessárias para evitar o contágio da moléstia;

3) cumprir, rigorosamente, as instruções do Departamento Nacional de Saúde ou de outro órgão governamental competente;

4) examinar, diariamente, os gêneros que saírem dos paióis e câmaras frigoríficas de bordo, para a preparação dos alimentos;

5) assistir, obrigatoriamente, a entrada do material de rancho a bordo, a fim de examinar a sua qualidade, comunicando ao Comandante, via Imediato, qualquer irregularidade, inclusive sobre o estado dos locais onde são guardados os mantimentos;

6) fiscalizar o embarque de passageiros por ocasião de sua entrada a bordo, recusando todos aqueles que forem portadores de moléstia infecto-contagiosa ou de outras, que por sua natureza não possam ser tratadas durante a viagem;

7) acompanhar o Comandante por ocasião das inspeções às diferentes dependências de bordo;

8) manter-se a par do estado de saúde dos tripulantes e dos que não estiverem em condições de permanecer a bordo, informando ao Imediato;

9) atender, independente de horário, a qualquer acidente pessoal ocorrido a bordo, prestando à vitima os socorros de urgência necessários e, como técnico, classificando as lesões;

10) atender à visita das autoridades sanitárias nos portos nacionais e estrangeiros;

11) prestar informações ao Comandante, via Imediato, sobre o estado sanitário de bordo;

12) acompanhar a bordo os serviços de desratização, dedetização, desbaratização, fumigação, descontaminação e desinfecção;

13) permanecer no posto médico de bordo durante o horário previamente determinado pelo Comandante;

14) manter, devidamente inventariado, todo o material de saúde (material cirúrgico, medicamentos e utensílios de farmácia) e material de primeiros socorros, zelando pela sua conservação e respondendo por qualquer falta a encontrada;

15) formular os pedidos de medicamentos e materiais necessários, encaminhando-os ao Comandante, via Imediato; e

16) apresentar relação do material de saúde existente a bordo que tiver que ser entregue às autoridades de cada porto.

SEÇÃO II

NAVEGAÇÃO INTERIOR, HIDROVIAS INTERIORES, ÁREAS MARÍTIMAS ABRIGADAS E APOIO PORTUÁRIO

0414 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE Ao Comandante (Patrão), compete:

1) exercer as atribuições conferidas ao Comandante, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável, observadas as seguintes particularidades:

2) cumprir e fazer cumprir por todos de bordo as leis e regulamentos em vigor,

mantendo a disciplina de sua embarcação, zelando pela execução dos deveres - dos tripulantes de todas as categorias e funções sob as suas ordens;

3) inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de segurança, asseio e higiene, notificando a Administração sobre as necessidades da embarcação;

4) cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento e tomar as providências necessárias à segurança da embarcação, em tráfego ou parada;

5) instruir todos os tripulantes no sentido de que conheçam seus deveres;

6) examinar e providenciar a substituição do material de poleame, massame e sinalização, quando necessário;

7) fiscalizar o carregamento da embarcação para evitar carga e passageiros além da capacidade autorizada pela Capitania dos Portos;

8) cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento;

9) socorrer outras embarcações em todos os casos de sinistro, prestando o máximo auxílio, sem risco para a sua embarcação e passageiros;

10) resistir, por todos os meios e modos, às violências que forem intentadas contra a embarcação e sua carga, garantindo-se, documentadamente, por protestos;

11) dar conhecimento à Administração da Empresa e à Capitania dos Portos de todas as irregularidades havidas a bordo;

12) impor penas disciplinares aos seus subordinados que deixarem de cumprir o dever ou perturbarem a ordem da embarcação;

13) fazer alijar a carga, quando necessário, e por motivo de força maior, que ponha em perigo a embarcação, a tripulação ou passageiros, registrando, de forma detalhada, a ocorrência no "Diário de Navegação";

14) fazer com que os passageiros cumpram as determinações em vigor a bordo da embarcação de forma que não acarretem risco para a embarcação, tripulantes e demais passageiros; entregar às autoridades competentes aqueles que se negarem a cumprir tais exigências e registrar a ocorrência no "Diário de Navegação";

15) fazer cumprir o uniforme do dia, conforme determina o Regulamento de Uniformes para a Marinha Mercante do Brasil;

16) autorizar os serviços extraordinários a bordo que se fizerem necessários, de acordo com as leis que regem a matéria;

17) ter sempre prontos os documentos exigidos pela Capitania dos Portos;

18) fiscalizar o serviço e o abastecimento de combustível e aguada, para assegurar a normalidade da viagem; e

19) certificar-se de que os tripulantes estão a bordo, antes da saída da embarcação;

20) proceder, por ocasião da passagem de Comando de sua embarcação, à inspeção geral da mesma. em companhia de seu substituto.

O Patrão jamais poderá abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio, oportunidade em que deve orientar o abandono, por parte de passageiros e tripulantes, procurando proteger consigo o "Diário de Navegação".

SEÇÃO DE CONVÉS

0415 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO Ao Imediato compete:

a) exercer as atribuições conferidas ao Imediato, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável; e

b) nos portos onde não houver conferentes, assistir e conferir as cargas não lhe cabendo, entretanto, nenhuma responsabilidade por volumes de fato não embarcados, embora constando dos manifestos de carga.

0416 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS FLUVIÁRIOS DE CONVÉS (Capitão Fluvial):

Ao Capitão Fluvial, compete:

Exercer as atribuições conferidas aos Oficiais previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável.

0417 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS FLUVIÁRIOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS (SGC) OU DO SERVIÇO DE QUARTO DE NAVEGAÇÃO (SQN)

Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

1) quando exercendo funções nas embarcações do Apoio Portuário, rebocadores e embarcações que conduzam passageiros:

(a) fazer o serviço de leme, quando for determinado pelo Comandante;

(b) executar serviços de marinharia, como sejam, atracação e desatracação, dar cabo de reboque, substituir o material de massame e poleame fazendo ainda costura nos cabos, de acordo com as ordens recebidas do Comandante da embarcação;

(c) picar ferrugem e proceder à pintura nas partes do convés tais como: bordas falsas, anteparas, varandas, mastros, turcos e ventiladores, baleeiras, quando houver;

(d) fazer a baldeação nas partes de convés da embarcação, lavar branco, fazer a limpeza do metal do convés e varrer as partes que conduzem os passageiros;

2) quando exercendo funções de Vigia de Chata:

(a) responsabilizar-se pelos materiais pertencentes à Chata e exercer a vigilância das embarcações sob sua guarda, impedindo por todos os meios compatíveis que pessoas estranhas penetrem na embarcação; caso se sinta impotente para o fazer, pedir o auxílio que for possível;

(b) zelar pela limpeza e conservação da embarcação, fiscalizando a estanqueidade, movimentando a bomba manual quando se fizer necessário;

(c) atender às manobras de atracação, desatracação e reboque;

(d) cumprir as ordens emanadas do Mestre da lancha ou rebocador, quando a Chata estiver sendo rebocada; e

(e) solicitar à Administração todo material para embarcação e providências relativas ao serviço. Aos Moços de Convés, exercendo funções de Vigia de Chata, é vedado fumar ou fazer fogo quando a Chata estiver operando com inflamáveis ou explosivos.

3) quando integrando o SQN, receber rações ou o capim a bordo da embarcação e aplicá-lo na alimentação do gado:

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0418 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS, DO SUBCHEFE DE MÁQUINAS DOS OFICIAIS DE MÁQUINAS E DOS SUBALTERNOS INTEGRANTES DOS SERVIÇOS DE QUARTOS DE MÁQUINAS E DO SERVIÇO GERAL DE MÁQUINAS:

a) exercer as atribuições conferidas aos aquaviários da Seção de Máquinas do 1º Grupo-Marítimos previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável; e

b) adotar medidas que garantam o cumprimento das seguintes atribuições:

1) lubrificação das máquinas ou dos motores principais e auxiliares, manobra de vapor, óleo e água quando houver tanque na praça de máquinas, esgoto de porões e alimentação de caldeiras e fornecer água para baldeação;

2) manter na praça de caldeiras a pressão necessária ao bom funcionamento de todas as máquinas principais e auxiliares e ter toda atenção nas bombas e auxiliares na frente da caldeira.

SEÇÃO III

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS TRIPULANTES

0419 - PRECEITOS PARA OS TRIPULANTES NA NAVEGAÇÃO EM MAR ABERTO E INTERIOR

A todos os tripulantes, compete:

1) executar com zelo e eficiência os serviços que lhe são afetos;

2) cumprir as leis em vigor e as presentes Normas;

3) obedecer ao Comandante e demais autoridades de bordo;

4) cumprir a organização de bordo e as instruções expedidas pelo Armador, ou por seu preposto, representante legal ou Proprietário;

5) abster-se de rixas e desordens a bordo;

6) manter decência no tratamento com os demais tripulantes;

7) não se ausentar de bordo sem prévio consentimento do Comandante;

8) apresentar-se a bordo pronto para seguir viagem no tempo contratado;

9) não se recusar a seguir viagem;

10) auxiliar o Comandante em caso de ataque à embarcação ou sobrevindo qualquer sinistro à embarcação ou à carga;

11) auxiliar nas manobras de fundeio, atracação e desatracação da embarcação;

12) prestar os depoimentos necessários nos processos testemunháveis e nos casos de protestos;

13) não retirar de bordo sua bagagem, sem que tenha sido revistada pelo Imediato;

14) utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) e de salvatagem, sempre que necessário; e

15) participar dos adestramentos e treinamentos periódicos, sempre que for convocado.

SEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

0420 - PENALIDADES DA COMPETÊNCIA DO COMANDANTE

a) Tipos de penalidades:

1) Repreensão verbal;

2) Repreensão por escrito;

3) Suspensão do exercício das funções; e

4) Desembarque.

b) Procedimentos para aplicação de penalidades:

1) nenhuma penalidade pode ser aplicada sem ser ouvido o acusado;

2) não pode ser aplicada mais de uma penalidade pela mesma falta;

3) essas penalidades são extensivas aos profissionais não-tripulantes que estejam embarcados ou trabalhando a bordo, visto ficarem sujeitos à autoridade do Comandante;

4) o Comandante deve mencionar no Diário de Navegação as penalidades que tiver imposto e especificar os motivos, exceto a constante da alínea a) 1;

5) As penalidades, exceto as das alíneas a) 1 e a) 2 devem ser comunicadas, por ofício à CP/DL/AG, do primeiro porto de escala e à do porto de inscrição do tripulante;

6) a penalidade de desembarque só será aplicada mediante inquérito procedido a bordo;

7) o comandante pode aplicar aos passageiros as seguintes penalidades: admoestação, exclusão da mesa de refeição e reclusão em camarote ou alojamento;

8) a penalidade de reclusão de passageiro em camarote ou alojamento só será aplicada quando imprescindível para a segurança da embarcação, da tripulação e dos passageiros; e

9) das penalidades aplicadas pelo Comandante cabe recurso, em última instância, ao Representante Regional da Autoridade Marítima do primeiro porto de escala.

0421 - FALTAS DISCIPLINARES DE TRIPULANTES PASSÍVEIS DE PENALIDADES

1) Desrespeitar seus superiores hierárquicos, não cumprindo suas ordens, altercando com eles ou respondendo-lhes em termos impróprios;

2) Recusar fazer o serviço determinado por seus superiores;

3) Apresentar-se embriagado para o serviço ou embriagar-se a bordo;

4) Faltar ao serviço nas horas determinadas;

5) Abandonar o posto quando em serviço de quarto, faina, vigilância ou trabalho para o qual tenha sido designado;

6) Sair de bordo sem licença, ou exceder à mesma;

7) Ser negligente na execução do serviço que lhe compete;

8) Altercar, brigar ou entrar em conflitos;

9) Atentar contra as regras de moralidade, honestidade, disciplina e limpeza a bordo ou do local em que trabalha; e

10) Deixar de cumprir as disposições da Lei e das Normas em vigor.

SEÇÃO V DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Os tripulantes pertencentes à Seção de Máquinas das embarcações mercantes nacionais são responsáveis pelos reparos de emergência que tenham que ser feitos fora dos portos, com os recursos de bordo, de modo a propiciar à embarcação chegar ao primeiro porto de recurso.

b) O Armador poderá expedir instruções, sob a forma de Regulamento Interno, estipulando normas e diretrizes para as atividades a bordo das embarcações de sua frota, desde que as mesmas não colidam com as determinadas nas presentes normas.

c) Nos portos onde não houver estiva disponível, ou nas situações em que ela é legalmente dispensada, a movimentação da carga será da responsabilidade da tripulação.

d) Nenhum superior deve maltratar o subalterno ou a quem tenha de punir; o ofendido pode recorrer ao Capitão dos Portos.

e) Os crimes, contravenções ou delitos cometidos a bordo serão submetidos à autoridade policial, no porto onde ocorreram ou no primeiro porto de escala.

f) Ao Comandante, Patrão e Mestre das Embarcações, as penalidades são aplicadas pelo Capitão dos Portos.

g) O Capitão dos Portos, Delegado ou Agente poderá instaurar inquérito na Capitania dos Portos ou órgão subordinado ou determinar ao Comandante sua abertura a bordo, para apuração de faltas ou fatos ocorridos a bordo.

h) O registro em cadastro de uma falta será cancelado pelo Diretor de Portos e Costas, Capitão dos Portos, Delegado ou Agente após um ano de boa conduta e mediante requerimento do interessado. No caso de nova falta sujeita a registro no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA), não será concedido novo cancelamento.

i) A penalidade do Aquaviário será lançada pela CP/DL/AG no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

CAPÍTULO 5

CADASTRO DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

SISTEMA INFORMATIZADO DE CADASTRO DE AQUAVIÁRIO (SISAQUA)

0501 - INSTRUÇÕES GERAIS

O Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA) foi concebido para cadastrar o aquaviário e apoiar o Ensino Profissional Marítimo (EPM) na previsão de vagas para seus cursos, agilizar a emissão de documentos, controlar e fiscalizar a inscrição e habilitação do aquaviário.

O sistema serve, também, para o acompanhamento da carreira do aquaviário em atividade e registro histórico do pessoal inativo, servindo como uma ferramenta útil para o planejamento de uma política para o pessoal aquaviário e sua eventual mobilização.

0502 - COMPETÊNCIA PARA CADASTRAMENTO

a) Caberá às Capitanias, Delegacias e Agências gerenciar o cadastramento no SISAQUA, mediante o recebimento e atualização dos dados que dizem respeito à vida profissional do aquaviário, ou seja:

1) dados pessoais;

2) informação de carreira;

3) licença de categoria superior;

5) emissão de certificados;

6) transferência de jurisdição;

7) transferência de categoria;

8) aplicação de penalidades;

9) histórico de categorias;

10) histórico de cursos; e

11) histórico de certificados.

b) Caberá à DPC supervisionar, através de um banco de dados central, o cadastramento efetuado pelas Capitanias, Delegacias e Agências.

0503 - INCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO NO SISAQUA

a) Deverá ser incluído no cadastro do SISAQUA todo aquaviário habilitado;

b) O cadastramento de menores de 14 (quatorze) anos não será aceito pelo sistema, bem como serão transferidos para o arquivo secundário os profissionais que atingirem 80 (oitenta) anos de idade; e

c) O aquaviário inscrito em outra jurisdição poderá ter sua situação regularizada através de qualquer CP/DL/AG ou na sua OM de inscrição.

0504 - EXCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO DO SISAQUA

A exclusão de um aquaviário do SISAQUA só poderá ser feita pela OM de jurisdição do Aquaviário.

0505 - SITUAÇÕES DO AQUAVIÁRIO CADASTRADO

O sistema prevê as seguintes condições quanto à situação do aquaviário:

a) Ativo (embarcado ou desembarcado) - todos com CIR valida por até 5 (cinco) anos;

b) Inativo primário - todos com validade da CIR vencida ou suspensa, permanecendo nessa situação por até 05 (cinco) anos, contados a partir do término da validade da última etiqueta de dados pessoais emitida;

c) Inativo secundário - todos que estão com a validade da CIR vencida por mais de 5 (cinco) anos, com a CIR cancelada e os que estiverem com mais de 80 anos de idade.

A reativação dos aquaviários que se encontrem na situação de inativos por motivo de cancelamento de CIR somente poderá ser feita pela OM que efetuou o cancelamento. As demais reativações poderão ser feitas por qualquer OM, desde que seja realizada juntamente com a transferência de jurisdição para a OM onde o aquaviário deu entrada no requerimento.

0506 - EMISSÃO DE ETIQUETA DE DADOS PESSOAIS, DE ETIQUETA DE CURSO PARA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR) E DE CERTIFICADOS

A OM de jurisdição emitirá a Etiqueta de Dados Pessoais, a Etiqueta de Cursos e os Certificados de cursos que forem realizados sob sua responsabilidade, respaldado por Ordem de Serviço (OS), contendo relação dos aprovados.

Os Certificados de cursos que forem realizados em outro OE, que não seja a OM de Jurisdição do aquaviário, deverão ser emitidos pelo respectivo OE que realizou o referido curso, devendo a OM de jurisdição do aquaviário ser informada para que o SISAQUA seja atualizado. As 2ª Vias dos Certificados poderão ser emitidas por qualquer CP/DL/AG, desde que seja confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via."

A CP/DL/AG onde é requerida a ascensão de categoria deverá emitir a OS, com cópia para OM de inscrição/jurisdição dos aquaviários aprovados, para atualização no SISAQUA.

Após conclusão de curso ou estágio, ou ainda, por transferência de categoria por tempo de embarque, os aquaviários deverão ter suas etiquetas de Dados Pessoais e de Cursos anexadas na CIR, para comprovar suas qualificações.

As OM deverão manter controle do estoque das Cadernetas de Inscrição e Registro (DPC-2301), a fim de ser evitado mau uso ou extravio. As CIR, etiquetas e Certificados inutilizados são da responsabilidade da OM, a qual deverá emitir o respectivo Termo de Destruição e Incineração. Para impressão dos Certificados DPC-1034, o material deverá ser adquirido no comércio, observando-se a configuração estabelecida nas "Instruções para Preenchimento do Certificado DPC-1034", constante do Anexo 1-D desta Norma.

Nos modelos de Etiqueta de Dados Pessoais, Etiqueta de Cursos e Certificados existe um código de barra que é emitido pelo sistema.

0507 - PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISAQUA

Os procedimentos para a configuração e a correta operação do SISAQUA constam no item "ajuda" do menu existente na tela inicial do próprio sistema.

CAPÍTULO 6

CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA E CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS

SEÇÃO I

CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA

0601 - COMPETÊNCIA

Compete à DPC expedir Certidões de Serviços de Guerra em conformidade com as Leis nº 5.315, de 12 de setembro de 1967 modelo DPC-1020 e 5.698 de 31 de agosto de 1971 modelo DPC-1021.

0602 - DEFINIÇÃO DE EX-COMBATENTE

a) Define-se como ex-combatente, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como tripulante de embarcação da Marinha Mercante Nacional atacada por inimigo, destruída por acidente ou que tenha participado de comboio de transporte de tropas ou abastecimento ou de missão de patrulha.

b) A Portaria Ministerial nº 0052, de 28 de janeiro de 1993, considera como ex-combatente, nas mesmas condições dos enquadrados pelo art. 1º da Lei nº 5.315/67, os aquaviários da Marinha Mercante possuidores do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com estrelas, acompanhado da citação assinada pelo Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, contendo a descrição dos motivos da concessão da aludida medalha, determinada pelo art. 7º, parágrafo único, do Decreto nº 16.368, de 16 de agosto de 1944.

c) A apresentação do Diploma da Medalha de Serviço de Guerra, sem a citação do Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou do correspondente Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, não estende ao ex-combatente o enquadramento previsto no art. 1º da Portaria Ministerial nº 0052/93.

d) Considera-se, ainda, ex-combatente, para efeito da aplicação da Lei nº 5.698/71, além do definido como tal na alínea a), o integrante da Marinha Mercante Nacional que entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945 tenha participado de pelo menos duas viagens em zonas de ataques de submarinos.

0603 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO

O requerimento pleiteando Certidão de Serviços de Guerra (Anexo 6-A), do qual conste que o aquaviário é ex-combatente, poderá ser solicitado pelo próprio, por seu dependente, quando ele for falecido, ou por procurador, devidamente habilitado. Deverá ser dirigido ao DPC, por meio da CP/DL/AG, que encaminhará cada processo por Ofício individual.

Não terá direito à Certidão de Serviços de Guerra o aquaviário integrante de equipagem de embarcação que tenha navegado exclusivamente em águas interiores ou restritas (baías, enseadas, rios, lagos e lagoas), arrolado em Rol Portuário, excetuada a tripulação de embarcação de pesca costeira.

a) Documentos a serem anexados

Ao requerimento deverão ser anexados os documentos que facilitem a análise do processo, tais como: Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) (referente ao período da Segunda Guerra Mundial) ou outro qualquer documento, como Certidão de Serviços de Guerra ou de Embarque passada pelo Estado-Maior da Armada (EMA), Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) (ex-Arquivo da Marinha e Serviço Geral de Documentação da Marinha), DPC ou CP/DL/AG.

b) Esclarecimentos complementares

1) Práticos

Os Práticos que durante o período estabelecido no artigo 0602 prestaram serviços de praticagem fora de barra e que foram beneficiados pela extinta Lei nº 1.756/52 terão direito à Certidão de Serviços de Guerra, a que se refere a Lei nº 5.698/71, independente da comprovação prevista no Anexo 6-B, desde que juntem ao requerimento (Anexo 6-A) a Certidão de Serviços de Guerra concedida pela DPC ou pelo EMA, com amparo nos termos da Lei nº 1.756/52.

2) Segunda Via do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra

Quando for solicitada a segunda via do Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e da Citação do Conselho de Mérito de Guerra, de acordo com estabelecido no Memorando nº 29, de 18 de junho de 2003, do Comandante da Marinha, será emitido um único documento, denominado Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra.

A obtenção desse Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra poderá ser feita por meio de requerimento encaminhado ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM).

3) Expiração de prazo

Requerimentos solicitando o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra não deverão ser encaminhados à DPC ou ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM) em face de já haver expirado, em caráter improrrogável, o prazo de recurso estabelecido pelo Decreto nº 53.467/64.

0604 - PROCESSAMENTO

O processo será iniciado com a entrada do requerimento, da parte interessada (Anexo 6-A), acompanhado dos seguintes documentos:

a) Emissão ou 2ª Via no caso do próprio aquaviário:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;

6) Certidão de Casamento ou Nascimento do requerente; e

7) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

b) Emissão ou 2ª Via no caso de viúva ou companheira:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2º Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;

6) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido;

7) Certidão de Casamento (no caso de viúva) ou Justificação Judicial (no caso de companheira), comprovando que viveu maritalmente com o "de cujus", de acordo com a legislação pertinente em vigor; e

8) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c) Emissão ou 2ª Via no caso de pai, mãe, irmã (o) ou descendentes:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;

6) Certidão de Nascimento ou Casamento do ex-aquaviário;

7) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido; e

8) Certidões de Nascimento e/ou Casamento que comprovem a relação do requerente com o aquaviário; e

9) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original.

d) Emissão ou 2ª Via no caso de procurador:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Os documentos relativos a cada caso (dos subitens de a ao c); e

3) Procuração passada pelo interessado, autenticada em Cartório, credenciando o respectivo Procurador junto à Marinha do Brasil, sendo obrigatório o reconhecimento da firma do mandante.

OBS: Todas as cópias de documentos anexadas deverão estar devidamente autenticadas.

4) Carteira de identidade do procurador dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

0605 - ASSINATURA A ROGO

Se o interessado for analfabeto, o requerimento poderá ser assinado a rogo, com duas testemunhas idôneas, cujas firmas devem ser devidamente reconhecidas.

0606 - COMPROVAÇÃO DE EMBARQUE

No caso do requerente não possuir nenhum dos documentos citados no artigo 0605, tendo, porém, declarado em seu requerimento o(s) nome(s) do(s) navio(s) em que esteve embarcado durante a guerra e o(s) respectivo(s) período(s) deverá a OM dar tramitação normal ao expediente.

0607 - DISCREPÂNCIA DE NOMES E GRAFIAS DE DOCUMENTOS

Nenhum processo deverá ser encaminhado quando houver discrepâncias de nomes ou de grafias entre os documentos apresentados.

0608- TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

a) Processos constando em anexo o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com Estrelas, acompanhado da citação assinada pelo Secretário do Conselho do Mérito de Guerra, ou do Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, deverão ser encaminhados por ofício individual à DPC, via DPHDM.

b) A OM de inscrição, se necessário, instruirá o processo remetendo-o a DPHDM, por despacho, para apreciação;

c) Instruído o processo com as informações solicitadas pela CP/DL/AG, o DPHDM deverá encaminhá-lo à DPC, por despacho, para a decisão final; e

d) Caso a DPHDM não possua elementos que permitam instruir o processo, esse será restituído à CP/DL/AG de origem para que seja emitida a Notificação constante do Anexo 6-C, abrindo exigência à parte interessada, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento, findo o qual, se não cumprida a exigência, o processo será arquivado por desinteresse da parte.

0609 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELA DPC

a) Recebido o processo, havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, calcada nos termos da Lei em que o requerente se enquadrar;

b) Caso as informações sejam insuficientes para a expedição da certidão, a DPC devolverá o processo à DPHDM ou à CP/DL/AG, para diligências;

c) Cumpridas as diligências determinadas, o processo será restituído à DPC, para decisão final.

d) Havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, declarando ser o aquaviário ex-combatente, e a devida fundamentação.

e) Deferido ou indeferido o requerimento, o processo será arquivado na DPC.

0610 - REMESSA DA CERTIDÃO PELA DPC

a) Expedida a Certidão de Serviços de Guerra, esta será encaminhada, por ofício, à OM de origem para entrega ao interessado; e

b) No caso de indeferimento, este fato será comunicado, por meio de ofício, à OM de origem.

0611- ENTREGA DA CERTIDÃO AO INTERESSADO

A CP/DL/AG deverá entregar a Certidão de Serviços de Guerra ao interessado, mediante recibo no verso do ofício de encaminhamento, bem como, todos os documentos originais que pertençam ao requerente.

SEÇÃO II

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS

0612 - COMPETÊNCIA

Compete ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e ao Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) expedir Certidão de Tempo de Serviço (modelo DPC-1019) para ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).

Essa Certidão será emitida com base nos dados registrados nos respectivos Centros de Instrução ou fornecidos pelos Distritos Navais (DN) em cuja jurisdição estiverem ou estiveram as mesmas sediadas, bem como pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), nos processos anteriores a 1969.

0613 - TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DA RESERVA E EX-ESCOLAS DE MARINHA MERCANTE

A Lei do Serviço Militar, regulamentada pelo Decreto 57.654/66, estabelece que os brasileiros contarão, de acordo com a Legislação Militar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados em Organização Militar da Ativa ou de órgão de Formação da Reserva.

Será computado ainda, para efeito de aposentadoria, o serviço prestado pelos que estiverem ou vierem a ser matriculados em órgão de Formação da Reserva, na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, desde que concluam com aproveitamento a sua formação, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 198 do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM).

É estendido aos ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante os benefícios estabelecidos pelo Aviso do Ministro da Marinha nº 1.315/66, que define e uniformiza a contagem de tempo de serviço prestado nos órgãos de Formação para a Reserva da Marinha e determina que esse tempo seja computado, para todos os efeitos, entre a data de matrícula e a do desligamento da seguinte maneira:

a) integralmente (dia a dia) para os que concluíram sua formação para a Reserva antes da vigência da Lei nº 4.375/64; e

b) na forma da Lei nº 4.375/64, para os que vieram a matricular-se em órgão de Formação da Reserva a partir da data de vigência da supracitada Lei.

0614 - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA

a) Considerando que a Lei nº 4.375/64 passou a vigorar em 20/01/66, data em que foi regulamentada pelo Decreto nº 57.654/66, o Tempo de Serviço de ex-alunos da ex- Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) será computado, para fins de aposentadoria, entre a data da matricula e a do desligamento, da seguinte maneira:

1) integralmente (dia a dia), para os desligados antes de 20/01/66, data de vigência do Decreto nº 57.654/66;

2) na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, para os que vieram a se matricular a partir de 20/01/66; e

3) para os matriculados anteriormente à data de vigência do Decreto nº 57654/66 e desligados posteriormente a essa data, a contagem será feita na forma da subalínea 1 do presente Artigo, para o período anterior àquela data e na forma da subalínea 2 acima citada, para o período posterior à mesma.

b) Ainda serão computados como tempo de efetivo serviço as férias. c) Não serão computados:

1) o tempo que o aluno cursou com idade inferior a 17 anos;

2) o tempo relativo ao ano letivo posterior à data em que o aluno foi expulso ou desligado a bem da disciplina;

3) o período decorrido sem aproveitamento; e

4) o período inferior a um ano de curso.

0615 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

O processo de solicitação de Certidão de Tempo de Serviço deverá ser composto pelos seguintes documentos:

a) Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);

b) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c) Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original). Observação: O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.

Para emissão da 2ª via da Certidão de Tempo de Serviço deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);

b) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c) Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original; e.

f) Declaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação da 2ª via.

OBSERVAÇÃO:

O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.

0616 - INFORMAÇÕES DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE (EFOMM)

A EFOMM levantará as informações que incluam, sempre que possível:

a) nome do aluno;

b) filiação;

c) naturalidade e data de nascimento;

d) curso frequentado e data de matrícula;

e) ato da concessão da matrícula (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);

f) número do Livro e das folhas onde foi registrada a matrícula;

g) data e motivo do desligamento;

h) remuneração mensal recebida pelo ex-aluno durante o curso;

i) ato do desligamento (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);

j) número do Livro e da folha onde foi registrado o desligamento; e

l) tempo total de serviço em dias.

0617 - DESLIGAMENTO DO ALUNO

No ato do desligamento do aluno, (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar) deverá constar, ao lado do nome do ex-aluno, o tempo total de serviço, desde a data de sua matrícula inicial até a data de seu desligamento da Escola.

0618- DÚVIDA OU OMISSÃO

Em caso de dúvida ou omissão, deverá ser consultado o Distrito Naval (DN) em cuja jurisdição estava sediada a ex-Escola de Marinha Mercante, uma vez que esse DN, através da Seção de Serviço Militar (SSM), tem cadastrados todos os Reservistas Navais de sua área.

0619 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELOS CENTROS DE INSTRUÇÃO (CIAGA/CIABA)

a) Cumpridas as formalidades de enquadramento na legislação vigente, o Centro de Instrução expedirá a competente Certidão de Tempo de Serviço, de acordo com o modelo DPC-2309, e a entregará ao interessado.

b) Deferido ou Indeferido o requerimento, o processo será arquivado no Centro de Instrução.

c) Em caso de indeferimento, tal fato será comunicado ao Interessado.

CAPÍTULO 7

DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Em determinadas circunstâncias poderá haver necessidade, por força das peculiaridades do serviço de bordo, de habilitações operacionais específicas.

b) Os servidores oriundos de órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais, podem exercer atividades funcionais tripulando embarcações de seus respectivos órgãos. Para tanto, devem participar de cursos específicos, estabelecidos pela DPC, cujas sinopses discriminarão as habilitações respectivas a serem conferidas àqueles que os realizarem com aproveitamento. Tais servidores somente poderão exercer atividades profissionais como aquaviários quando não mais pertencerem aos quadros ativos do Serviço Público. Para tanto, deverão requerer a inscrição na categoria pretendida ao Agente da Autoridade Marítima adequado, o qual avaliaria o pedido e poderá conceder a inscrição considerando a equivalência do curso realizado.

c) Esta edição da NORMAM-13 foi atualizada com base na nova "Sistemática de Carreira para o pessoal subalterno da Marinha Mercante" já em vigor. O sistema anteriormente em vigor foi aplicado, até a data limite de 31 de dezembro de 2004, aos aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante até 31 de dezembro de 2002. A partir de 31 dezembro de 2004, passou a ser exigido de todos os aquaviários em atividade, o total cumprimento das regras estabelecidas na nova Sistemática.

d) Caso o interessado não disponha do comprovante de residência, poderá apresentar, em substituição, uma declaração assinada, conforme previsto na legislação em vigor (Anexo 1-L).

e) Os casos omissos nestas Normas serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas.

ANEXO 1-A



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

103115488
(Certificado Nº / Certificate Nº.)

CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Certificate Of Competency

(Emitido em / Issued on)

CERTIFICADO EMITIDO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS,1978, COMO EMENDADA.
Certificate issued under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.

O Governo da República Federativa do Brasil certifica que
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that (.....)

foi considerado devidamente qualificado de acordo com as diposições da(s) regra(s)
Has been found duly qualified in accordance with the provisions of regulation or regulations

da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar as seguites funções nos níveis
of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform the following functions, at the levels specified, subject to any limitations indicated until (dd/mm/yyyy)

ou até que expire qualquer extensão do prazo de validade deste certificado, conforme pode estar indicado no verso:
or until the date of expiry of any extension of the validity of this certificate as may be shown overleaf:

FUNÇÃO (Function)	NÍVEL (Level)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança:
The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable safe manning requirements of the Administration:

CAPACIDADE (Capacity)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO *(Signature/Name of duly authorized official)*

ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO *(Signature/Name of the official in charge of register)*

Assinatura do portador do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

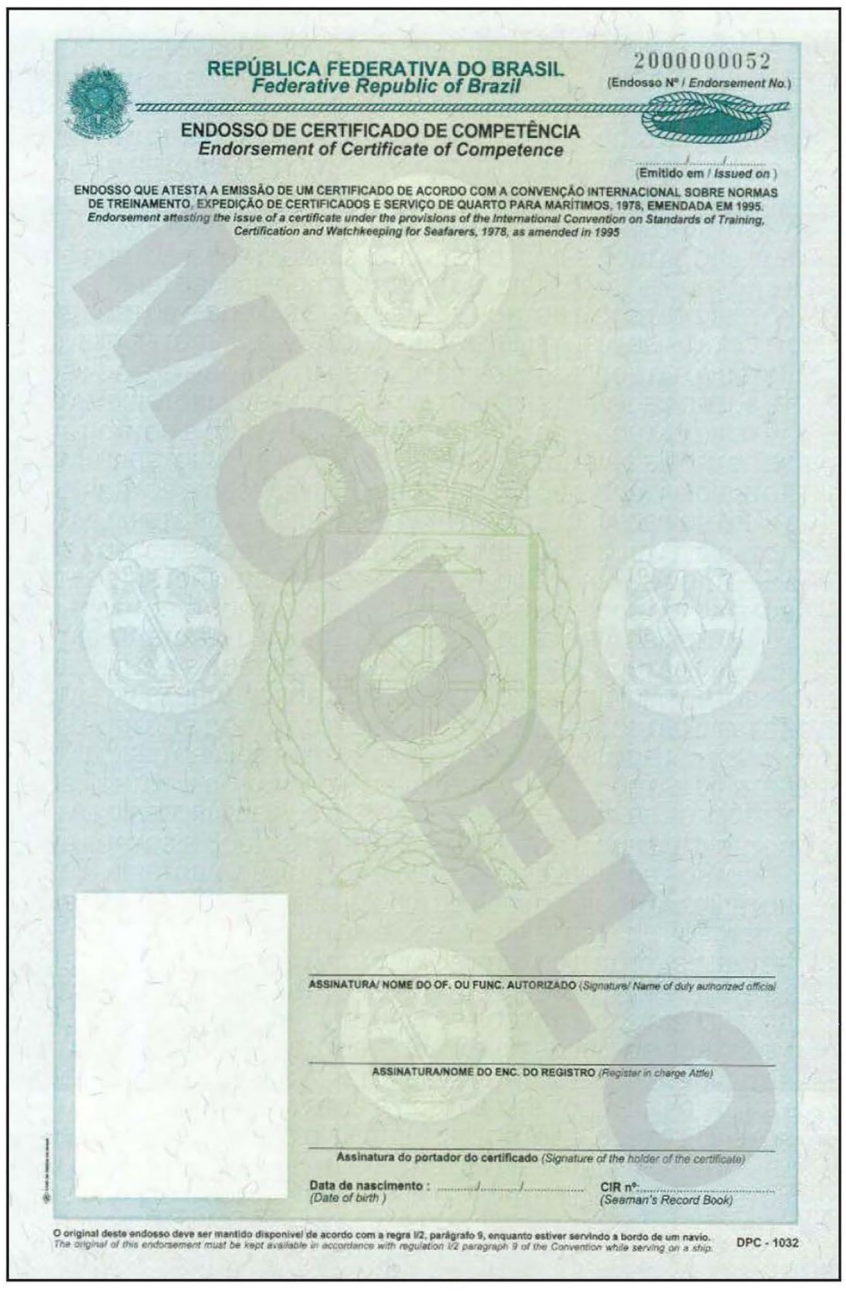
Data de nascimento: ___/___/___ *(Date of birth)*

Nº. INSCR. *(Registration Nº.)*

O original deste certificado deve ser mantido disponivel de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1031

ANEXO 1-B



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

2000000052
(Endosso Nº / Endorsement No.)

ENDOSSO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Endorsement of Certificate of Competence

(Emitido em / Issued on)

ENDOSSO QUE ATESTA A EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE NORMAS DE TREINAMENTO, EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, EMENDADA EM 1995.
Endorsement attesting the issue of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended in 1995

ASSINATURA/ NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO *(Signature/ Name of duly authorized official*

ASSINATURA/NOME DO ENC. DO REGISTRO *(Register in charge Atte)*

Assinatura do portador do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

Data de nascimento : ...../...../..... *(Date of birth)*

CIR nº..... *(Seaman's Record Book)*

O original deste endosso deve ser mantido disponivel de acordo com a regra I/2, parágrafo 9, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this endorsement must be kept available in accordance with regulation I/2 paragraph 9 of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1032

ANEXO 1-C



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

(Endosso Nº / Endorsement Nº.)

RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Recognition of Certificate of Competency

(Emitido em / Issued on)

ENDOSSO QUE ATESTA O RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, COMO EMENDADA.
Endorsement attesting the recognition of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.

O Governo da República Federativa do Brasil certifica que o certificado Nº
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that

conforme as disposições da(s) regra(s) **foi emitido para**
in accordance with the provisions of regulation has been issued to

por ou em nome do Governo de **de acordo com**
by or behalf of the Government of is duly recognized in accordance

as disposições da regra I/10 da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar
with the provisions of regulation I/10 of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform

as seguintes funções nos níveis especificados, sujeito a quaisquer das limitações indicadas até
the following functions, at the levels specified, subject to any limitations indicated until (dd/mm/yyyy)

FUNÇÃO (Function)	NÍVEL (Level)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any)

O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos
The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable

pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança:
safe manning requirements of the Administration:

CAPACIDADE (Capacity)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO (Signature/Name of duly authorized official)

ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO (Signature/Name of the official in charge of register)

Assinatura do portador do certificado (Signature of the holder of the certificate).

Data de nascimento : / / (Date of birth) Nº. INSCR. (Registration Nº.)

O original deste certificado deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1033

ANEXO 1-D



CERTIFICADO Nº
(Certificate nº)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(Federative Republic of Brazil)
Autoridade Marítima Brasileira
(Brazilian Maritime Authority)
Diretoria de Portos e Costas
(Directorate of Ports and Coasts)

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES FAZ SABER QUE O PRESENTE CERTIFICADO É CONCEDIDO A
(The Director of Ports and Coasts, in the use of his legal attributions, certifies that)

_____ (Nome / Name), Nº INSCRIÇÃO: _____ (Registration nº), QUE É CONSIDERADO(A) (who has been found duly)

DEVIDAMENTE QUALIFICADO(A) DE ACORDO COM _____ (Legislação / Regulation),
(qualified in accordance under the provisions of regulations)

EM FACE DE POSSUIR / TER SIDO APROVADO(A) EM _____ (Curso, Exame ou Estágio / Course, Examination or Probation),
(since has passed the examination)

REALIZADO NO(A) _____,
(carried out in)

DE _____ A _____ OS DE CONCLUSÃO DE CURSO _____ VALIDADE: _____ (Validity) (dd/mm/yyyy)
(from dd/mm/yyyy to dd/mm/yyyy)

ÓRGÃO DE EMISSÃO: _____,
(Emission Office)

(Local e data) (Place and date)

ASSINATURA / NOME DO OFICIAL / FUNCIONÁRIO AUTORIZADO

DPC-1034

ASSINATURA DO PORTADOR DO CERTIFICADO
(Signature of the holder of the certificate)

ANEXO 1-D

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO CERTIFICADO DPC-1034

Os Certificados modelo DPC-1034 deverão ser impressos em papel especial multiuso padrão GRANITTO, cor GREEN (Verde) e gramatura 180 G/M², de acordo com as seguintes instruções:

1) Certificado nº: atribuir um número seqüencial composto do OE, seguido do ano corrente e em seguida um número acrescido na casa de dezena de milhar, Ex.: 381-99-00001 (significa o primeiro Certificado emitido na CPRJ em 1999).

2) Nome: preencher com o nome completo do aquaviário (sem abreviatura).

3) CIR: preencher com o nº da CIR, conforme SISAQUA.

4) Legislação: preencher com a legislação pertinente, de acordo com o enquadramento do curso ou exame.

Exemplos.:

a) REGRA II/4 - STCW - 78/95;

b) RESOLUÇÃO A-482 da IMO;

c) Portaria nº 025/99 da DPC;

d) NORMAM 13, item X ; ou

e) Ordem de Serviço nº 000/99.

5) Curso: lançar o nome do curso ou exame.

6) Realizado no: lançar o nome do OE onde foi realizado o curso ou exame.

7) Data do Curso: preencher com a data do início e término do curso, exame ou estágio.

8) Órgão de Emissão: preencher com o nome do OE emissor.

9) Local/data: lançar o local e a data da emissão do Certificado.

10) Assinatura/Nome do oficial/funcionário autorizado: campo designado para assinatura.

11) Assinatura do portador do certificado: se possível deverá ser assinado no ato da entrega.

ANEXO 1-E

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

(despacho)

REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO

Parte I. Dados Pessoais (Digite ou escreva com letra de forma)			
1. NOME			
2. DATA DE NASCIMENTO / / DIA MÊS ANO	3 NACIONALIDADE	4.NATURALIDADE	5. SEXO:. MASC ☐ FE ☐
6. CIR nº	7 CATEGORIA	8. TELEFONE, FAX, E-MAIL	
9. ENDEREÇO PERMANENTE (Avenida, Rua, Número, Complemento, Bairro, Estado e CEP)			
10. OBSERVAÇÕES:			

Parte II Motivo da Solicitação (Assinale com um X no espaço reservado)							
Emissão/Substituição/Reconhecimento		Revalidação		2ª via			
Documento(s) Solicitado(s):							
Certificado DPC-1031		Certificado DPC-1032		Certificado DPC-1033		Certificado DPC-1034	

Parte III Documentos Anexos (Assinale com um X no espaço reservado aos documentos anexados)		
A	Certificado (cópia autenticada)	
B	Atestado de saúde (que compreenda exames físico, auditivo e visual) nos últimos 12 meses.	
C	Comprovação de Estágio de Serviço no Mar (cópia autenticada)	
D	Certificação estrangeira (cópia autenticada de folhas da CIR que comprovem 1 (um) ano de embarque nos últimos 5 (cinco) anos)	
E	Folha de Rosto da CIR (cópia autenticada)	
F	Duas (2) fotografias com data atual, conforme item 3.A) das instruções (para Oficiais)	
G	Outros documentos (especificar):	
Local e Data do Requerimento	Assinatura do Requerente	

INSTRUÇÕES GERAIS

1. LEIA AS INSTRUÇÕES COM CUIDADO

Preencha todas as informações requeridas, usando máquina de escrever ou letra de forma. O preenchimento incorreto deste requerimento ou a não apresentação dos documentos e provas exigidas, poderá obstar a sua tramitação.

2. ONDE REQUERER

Os requerimentos deverão ser encaminhados diretamente às Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências mais próximas, pessoalmente, ou pelos Correios.

3. DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS AO REQUERIMENTO

Dependendo do documento solicitado, deverão estar anexados ao requerimento:

(A) Para Certificado de Oficiais modelo DPC-1031- 2 (duas) fotografias de frente, recente com menos de 1 (um) ano, com data, tamanho passaporte (5x7). As fotos poderão ser em preto e branco ou em cores e deverão estar com o nome do requerente no verso.

(B) Atestado de Saúde - todo requerente deverá apresentar atestado médico, com no máximo 1 (um) ano de expedição, emitido por médico licenciado conforme a NR5 do Ministério do Trabalho. Os requisitos físicos estão determinados na Regra I/9 da STCW 78/95. Não serão aceitos resultados de exames.

(C) Comprovação de Serviço no Mar - o requerente de certificação ou revalidação de Certificado de Oficial deve comprovar no mínimo 1 (um) ano de serviços no mar, nos últimos 5 (cinco) anos.

(D) Reconhecimento de Certificado Estrangeiro - os certificados emitidos por países signatários da Convenção STCW 78/95 poderão ser reconhecidos desde que em conformidade com a citada Convenção. Para tanto, deverá ser apresentado o certificado estrangeiro original (que será posteriormente devolvido ao requerente) ou uma fotocópia, autenticada pela Autoridade Marítima ou pelo Oficial Consular do País emissor.

(E) Folha de Rosto da CIR - visa dirimir duvidas quanto aos dados pessoais.
(F) Fotografia - Fundo branco, sem chapéu, de frente e com data atual.

(G) Outros Documentos: especificar quais documentos foram anexados (exemplo: comprovantes de conclusão de cursos de Atualização, Especiais).

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

.As cópias dos documentos anexadas ao requerimento deverão estar autenticadas, como prova de que conferem com o original. Este procedimento deverá ser executado pelas CP, Del, Ag ou em Cartórios.

.Os certificados serão expedidos, conforme a solicitação do requerente, de acordo com o enquadramento nas Regras da Convenção STCW 78/95.

ANEXO 1-F

AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(BRAZILIAN MARITIME AUTHORITY)

OM _____
(Emission Office)

COMPROVANTE DE MANOBRA
(CONFIRMATION OF PILOTING MANOEUVER)

Declaro, para fins de comprovação junto à Autoridade Marítima Brasileira que o navio _____
(I declare, to be used as a proff to the Brasilian Maritime Authority that the ship)

_____IRIN _____foi atendido pelo Oficial de Náutica
(IRIN) *(was attended by the Deck Officer)*

_____ que se identificou, nas manobras de (ATRACAÇÃO, DESATRACAÇÃO, SINGRADURA (discriminar trecho), no (PORTO OU TERMINAL), em _____/_____/
(which identified himself, in manoeuvers of) *(BERTHING, LEAVING THE WHARE, GETTING UNDERWAY OR LEAVING THE HARBOUR) int he (HARBOURPIER) (in)*

_____ no período de (DATA/HORA) a _____
(In the period of Date/time to)

Participaram como assistentes:
_____
(Participanting in the manoeuvers as assistants)

_____
_____

Ocorrências e Observações: _____
(Comments and additional remarks):
_____
_____

A declaração acima é expressão da verdade. _____
(I affirm the above are all true) (Local e Data)
(Place and Date)

_____
(Comandante) *(Mas ter)*

- 1 - F - 1 - NORMAM-13/DPC

ANEXO 1-G

MARINHA DO BRASIL

_____
OM

CERTIDÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIO BRASILEIRO EM EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr._____ _____no requerimento datado de ____/____/____protocolado nesta OM, sob o nº_____em que _____ DIA MÊS ANO _____, inscrito na _____, na categoria de _____, solicita seja passado por certidão o seu tempo de embarque efetuado a bordo de embarcação de bandeira estrangeira com vista ao acesso na carreira e a cursos profissionais, certifico os embarques/desembarques abaixo mencionados:

EMBARCAÇÃO	EMBARQUE/DESEMBARQUE	FUNÇÃO	ANO(S)	MÊS(ES)	DIA(S)
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
	___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO				
PERFAZENDO O TEMPO DE EMBARQUE:					

Nada mais constando relativamente ao solicitado pelo requerente, eu_____ _____, datilografei a presente que vai datada e assinada pelo_____
_____

_____ ____/____/____
LOCAL DIA MÊS ANO DATA

_____
Assinatura/nome do Oficial devidamente autorizado

- 1 - G - 1 - NORMAM-13/DPC

ANEXO 1-H

REGISTRO DE DATAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
(Record of Embarkment and Disembarkment Dates)

_____
VISTO
NOME/FUNÇÃO
(VISA / Name and function)

LOCAL:_____ DATA: _____/_____/_____. *(City/Country)*
(Date) *dd* *mm* *yyyy*

EMPRESA/NAVIO: _____
(Ship Company/Vessel Name)

NOME DO AQUAVIÁRIO:_____
(Seafarer's Name)

EMBARCAÇÃO (Vessel)	DATA EMBARQUE PORTO (Embarkment Date/Port)	DATA DESEMBARQUE PORTO (Disembarkment Date/Port)	FUNÇÃO (Function)	PERÍODO DE EMBARQUE ANO(S) (Year(s))	MÊS(ES) (month(ties))	DIA(S) (day(s))

_____
ASSINATURA
NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA OU COMANDANTE DO NAVIO
(Signature)
(Shipping Company Representative or Ship Master Full Name)

-1- H -1 -

NORMAM-13/DPC

ANEXO 1-I

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Atesto que o Sr. _____,
(NOME do AQUAVIÁRIO)
_____portador do Certificado de Competência
(CATEGORIA)
Nº _____, com enquadramento na(s) Regra(s) _____, da Convenção STCW-78/95, cumpriu satisfatoriamente um estágio supervisionado de _____
(FUNÇÃO)
_____a bordo do navio _____,
(Nº de INSCRIÇÃO) *(NOME)*
no período compreendido entre _____/_____/_____e _____/_____/_____.

_____
(LOCAL e DATA)

_____
Nº de Inscrição - Chefe de Máquinas (*)

_____
Nº de Inscrição - Comandante

OBS: Para orientação do Estágio Supervisionado, observar a orientação constante da página 1-I-2.
(*) No caso de estágio supervisionado para Oficial de Máquinas

- 1 - I - 1 NORMAM-13/DPC

ORIENTAÇÃO PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1) Princípios Fundamentais

a) Deverá ser realizado no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de extra-lotação, ou em função imediatamente inferior àquela especificada no certificado;

b) A comprovação da realização do estágio deverá ser mediante atestado expedido pelo Comandante do navio responsável pela avaliação, de que oficial completou, satisfatoriamente o estágio. Especificamente para máquinas, o atestado de comprovação expedido deverá ser submetido a avaliação do Chefe de Máquinas e a ratificação do Comandante; e

c) Duração: período mínimo de 3 (três) meses.

2) Atividades a serem observadas

a) Na área de Náutica:

- aplicar as técnicas de prevenção da poluição do meio aquaviário;
- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;
- expressar-se no idioma inglês, usando o vocabulário padrão de navegação marítima;
- determinar a posição do navio com emprego de modernos equipamentos de navegação eletrônica;e
- supervisionar as operações de manuseio, estivagem e transporte de carga, com operação dos aparelhos indicadores de distribuição de carga, inclusive as cargas perigosas, conforme o Código IMDG.

b) Na área de Máquinas:

- cumprir as técnicas de prevenção da poluição do meio marinho;
- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;
- aplicar conhecimentos de computação na operação dos equipamentos de bordo;
- interpretar termos e expressões da língua inglesa relativos às instalações de máquinas;
- aplicar princípios de automação a bordo dos navios modernos;
- identificar os princípios de circuitos eletrônicos empregados em um gerador de eixo;
- interpretar diagramas do motor, analisando as falhas calculando a potência desenvolvida e o consumo de óleo combustível e óleo lubrificante;

- operar sistemas de hélices de passo variável; e
- usar máquinas operatrizes.

3) Conclusão do Estágio

Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações mercantes, de acordo com o certificado possuído.

ANEXO 1-J

PRINCIPAIS REGRAS DA CONVENÇÃO STCW-78, EMENDADA, EMPREGADAS NA CERTIFICAÇÃO.

CONVÉS

REGRA II/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de oficial encarregado de quarto de navegação, em navio com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de comandante e imediato, em navios com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de navegação e comandantes de navios com arqueação bruta abaixo de 500.

REGRA II/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos e graduados, membros do quarto de serviço de navegação.

REGRA II/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos aptos de convés que estiver servindo em um navio que opere na navegação em mar aberto com arqueação bruta igual ou superior a 500 deverá estar devidamente habilitado.

GMDSS

REGRA IV/2- Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de Radioperadores de GMDSS.

MÁQUINAS

REGRA III/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de máquinas em praça de máquinas guarnecida ou oficial de serviço de máquinas escalado em praça de máquinas desguarnecida.

REGRA III/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e de subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência igual ou superior a 3.000 kW.

REGRA III/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência entre 750 kW e 3.000 kW.

REGRA III/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos ou graduados membros do quarto de serviço de máquinas em uma praça de máquinas guarnecida ou maquinista escalado para serviço em praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

REGRA III/5 -Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos como marítimos aptos de máquinas numa praça de máquinas guarnecida, ou designados para desempenhar atribuições numa praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

REGRA III/7 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos eletrotécnicos.

NAVIOS ESPECIAIS

REGRA V/1

Navios tanque (nível básico)

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações básicas de comandantes, oficiais e subalternos para operações em petroleiros e em navios-tanque para produtos químicos.

V/1-1 § 1 (Petroleiros e navios-tanque para produtos químicos)

V/1-2 § 1 (Navios-tanque para gás liquefeito)

Navios tanque (nível avançado - gerencial)

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações avançadas para Comandantes, chefes de máquinas, imediatos, subchefes de máquinas e qualquer pessoa com responsabilidade direta pelo carregamento, descarga, cuidados em trânsito, manuseio da carga, limpeza de tanques ou outras operações relacionadas com a carga em navios-tanque.

V/1-1 § 3 (Operações de carga em petroleiros);

V/1-1 § 5 (Operações de carga em navios-tanque para produtos químicos);

V/1-2 § 3 (Operações de carga em navios-tanque para gás liquefeito)

REGRA V/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações de comandantes, oficiais, subalternos e outras pessoas em navios de passageiros.

FUNÇÕES DE EMERGÊNCIA, SEGURANÇA DO TRABALHO, PROTEÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOBREVIVÊNCIA

REGRA VI/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para familiarização, treinamento e instrução básica em segurança para todos os marítimos:

VI/1-1 Técnicas de sobrevivência pessoal;

VI/1-2 Prevenção de incêndios e combate a incêndio;

VI/1-3 Primeiros socorros elementares;

VI/1-4 Segurança pessoal e responsabilidades sociais.

CURSOS ESPECIAIS

REGRA VI/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de proficiência em embarcação de sobrevivência, embarcações de salvamento e embarcações rápidas de resgate.

VI/2 § 1 - Proficiência em embarcações de sobrevivência e salvamento, exceto embarcações rápidas de resgate;

VI/2 § 2 - Proficiência embarcações rápidas de resgate.

REGRA VI/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para instrução em combate a incêndio avançado;

REGRA VI/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios relativos a primeiros socorros e cuidados médicos.

VI/4 § 1 - Proficiência em primeiros socorros;

VI/4 § 2 - Proficiência em cuidados médicos.

REGRA VI/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificados de proficiência para oficiais de proteção do navio.

REGRA VI/6 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para o treinamento e a instrução relativa à proteção para todos os marítimos.

ANEXO 1-K

DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO, ROUBO OU FURTO

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ {nome completo}, _____ {Órgão Expedidor}, expedida em ____/____/____, C.P.F. nº _____, residente à _____ {rua/avenida}, _____ {nº/complemento}, _____ {bairro}, _____ {CEP}, _____ {cidade/UF}, telefone _____, declaro que:

1 - O meu certificado modelo

( ) DPC-1031 de nº _____,

( ) DPC-1033 de nº _____,

( ) DPC-1034 de nº _____,

( ) CIR de nº _____.

Emitido (a) em ____/____/____, (descrever breve relato do fato):_____

_____

_____

2 - Estou ciente de que, caso comprovada a falsidade da declaração apresentada, estarei sujeito às penas da lei em vigor.

Assino esta Declaração de Extravio, perante essa_____ {CP/DL/AG}, em _____de _____de _____.

_____ Assinatura do Declarante

_____ Nome do Militar/Servidor Civil que recebeu a Declaração

Obs.: 1) Anexar: - cópia da identidade; e
- cópia do comprovante de residência.

2) Dispensado o reconhecimento de firma em cartório, se a assinatura for aposta na presença do representante da CP, DL ou AG que atestar esse fato.

3) Se a firma for reconhecida em cartório, o representante da CP, DL ou AG não assina a presente declaração.

ANEXO 1-L

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sr. Capitão dos Portos/ Delegado / Agente .....

Eu,_____

CPF _____ nacionalidade _____ naturalidade _____

Telefone(DDD e nº) _____celular _____

e-mail _____

Na falta de documentos para a comprovação de residência, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, **DECLARO** para fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no endereço _____

_____

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sansão penal prevista no Art.299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/_____/_____

_____ Assinatura do Requerente

Documentos necessários:
- Original e cópia do documento de identidade do requerente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1- M

Logo da Empresa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins, que o(a) _____ (categoria, nome do aquaviário ou fluviário) concluiu o programa de qualificação para Agente de Manobra e Docagem satisfatoriamente, após executar ____ (quantidade de manobras) manobras e ser avaliado pelo Representante da Autoridade Marítima, o (a) _____ (Posto, Nome, cargo, função).

Atestamos que o(a) Oficial / o(a) Fluviário(a) citado(a) acima reúne todos os requisitos necessários para exercer a função de Agente de Manobra e Docagem de embarcações com _____ (comprimento máximo, boca, calado) e por fim, assumimos a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas por ele(ela), quando a serviço do (a) ___nome da empresa___, junto a esta Diretoria de Portos e Costas.

Cordialmente,

_____
Superintendente da Empresa (*Declarante*)
(nome completo, CPF)

(anexar a esta Declaração a cópia autenticada do "Documento legal" registrado em cartório que comprove a legitimidade outorgada ao Declarante)

1 - M - 1

ANEXO 1-N

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PARA AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM
(a ser preenchido pela empresa/estaleiro)
NOME DO CANDIDATO À AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM:
_____
CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA: nº _____, validade até ___/___/___
PERÍODO DA QUALIFICAÇÃO: ___/___/___ a ___/___/___

TABELA DE MANOBRAS		
REQUISITOS		**DATA DE CONCLUSÃO, RUBRICA E CARIMBO DE QUE ATESTA A EXECUÇÃO**
a)	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de entrada e saída do dique.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de atracação e desatracação no terminal/cais	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de fundeio/ suspender na bacia de manobra do estaleiro.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Durante as manobras deverá conhecer a operação, as limitações e as precauções de segurança durante as manobras e sistemas usualmente utilizados para comunicações em VHF, sonoro e visual.	
b)	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de entrada e saída do dique.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de atracação e desatracação no terminal/cais	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de fundeio/ suspender na bacia de manobra do estaleiro.	Data: ___/___/___ Nome: _____ Rubrica: _____ (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)

Observações:
1. O programa não necessita ser observado obrigatoriamente na forma sequencial que é apresentado e pode ser realizado simultaneamente, quando for o caso.
2. Nas manobras realizadas deverão ser considerados os seguintes aspectos: análise preliminar de riscos; uso dos rebocadores (suas especificações e limitações); avaliação da cena de ação; análise das condições climáticas e elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.
3. Todas as manobras deverão ser registradas nas "Papeletas de Avaliação do Agente de Manobra"
4. No caso de Instalações Militares, o responsável em atestar a execução das manobras será o Comandante do Navio e/ou o Agente de Manobra daquela Instalação. No presente modelo fica dispensável ao Oficial da MB o preenchimento do Certificado de Competência e sua validade.

A-N-1-

NORMAM-13/DPC

PAPELETA DE AVALIAÇÃO DO AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM

NAVIO:_____ BANDEIRA:_____
Realizado em: _____ (local) Data: ____ / ____ / _____

ITENS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO
- Manobra do navio e serviços correlatos às fainas de fundear, suspender, atracar e desatracar.	
- Manobra e emprego de rebocadores.	
- Conhecimento de ordens de manobra.	
- Serviço de amarração e desamarração.	
- Análise preliminar de riscos.	
- Uso dos rebocadores (suas especificações e limitações).	
- Avaliação da cena de ação.	
- Análise das condições climáticas .	
- Elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.	

_____
REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA

Avaliação: SATISFATÓRIO (S) ou INSATISFATÓRIO (I) (se necessário, efetuar comentários nesta folha)

A-N-2-

NORMAM-13/DPC

ANEXO 1-O

ESTRUTURA DE CARREIRA DE UM OPERADOR DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO DINÂMICO

Os esquemas de treinamento atuais requerem que o aluno comece pelo DP Induction Course. Esse curso é responsável por fazer a introdução das funções do sistema DP e seu uso propriamente dito. Após sua conclusão, o aluno, que então já pode ser chamado de DPO Júnior, passa por um período de treinamento a bordo, em que se adquire mais experiência no uso do sistema DP e cumpre uma série de tarefas sob supervisão de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico Certificado. O Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado atesta a conclusão satisfatória das tarefas executadas pelo DPO Júnior. O Comandante da embarcação endossa a execução dessas tarefas, assinando-as, a fim de que o aluno possa comprovar a veracidade das informações sobre seu treinamento a bordo. Trata-se de um item essencial para que o aluno possa prosseguir para o curso Avançado de DP.

O curso Avançado de DP abrange o uso de outros Sistemas de Controle de DP incluindo simulações de operações de emergência. Nesta fase de treinamento, o DPO Júnior tem a chance de aprender os detalhes e funções específicas do sistema para cada tipo de operação. Após o curso Avançado de DP, o DPO Júnior completará o seu último estágio de formação a bordo de uma embarcação DP para obter a certificação final de DPO.

A certificação será definida pelo esquema de formação escolhido inicialmente, dependendo da Classe ou tipo de embarcações nas quais o DPO Júnior embarcou durante o período de treinamento. Uma vez que o todos os critérios do esquema de treinamento (avaliações teóricas, práticas e provas) são concluídos com aproveitamento, o DPO Júnior é qualificado e certificado como DPO. O esquema de treinamento específico de cada Instituição Certificadora de DPO e os interstícios entres os cursos podem ser encontrados no anexo da portaria de reconhecimento.

A publicação IMCA M 117 define que o Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico seja classificado de acordo com a certificação e experiência adquiridas ao longo de sua formação bem como ao longo de sua carreira, a saber:

a) DPO Júnior (JDPO) - Trata-se de um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, que está inserido num esquema de treinamento de um curso de posicionamento dinâmico certificado por uma Instituição Certificadora de DPO (certification body) credenciado pela Autoridade Marítima e que não possui ainda certificado de Operador de DP válido. Após a conclusão do curso de indução de DP, o aluno passa a ser chamado DPO Júnior e será supervisionado por um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado durante o quarto de serviço. É importante ressaltar que o termo DPO Júnior deve ser usado até que o Operador finalize seu treinamento no curso avançado e receba sua certificação de DPO.

b) DPO - Trata-se de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que completou satisfatoriamente o esquema de treinamento reconhecido pela Autoridade Marítima. Isto inclui a conclusão do curso avançado com suas avaliações teóricas e práticas (incluindo tempo de embarque), obedecendo ao esquema de treinamento escolhido. Neste ponto, embora tenha competência para fazer parte de um quarto de serviço de DP, o DPO ainda não pode assumir o comando do quarto de serviço sozinho.

c) DPO Sênior (SDPO) - É um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que está capacitado a assumir o comando do quarto de serviço de DP. O SDPO deve ser capaz de supervisionar os outros DPO em qualquer operação que a embarcação possa estar engajada. Além disso, deverá satisfazer os requisitos estabelecidos pelo empregador para assumir tal posição.

Observação: o Comandante da embarcação deverá avaliar se os Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO e SDPO) têm a experiência, conhecimento e capacidade para fazê-lo e emitir um documento próprio atestando essas informações.

ANEXO 1-P

MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO
(Example DP vessel Familiarisation Checklists)

Na chegada a bordo da embarcação, uma rotina de visita guiada e familiarização geral deve ser realizada por todo o pessoal. Orientações podem ser encontradas na IMCA S & L 003.
(Upon arrival onboard the vessel, a guided tour and general familiarisation routine should be completed by all personnel. Guidance can be found in IMCA S&L 003).

Referência (*Reference*)	Instrutor (Instructed by)	Assinatura do Instrutor (Instructor's Signature)
Todo o pessoal (*All Personnel*)		
Descrição do trabalho (*Job descriptions*)		
Práticas Restritas (*Restricted practices*)		
Instruções sobre documentos controlados (*Instruction on controlled documents*)		
Modelos de Relatórios (*Reporting forms*)		
Sistema de gestão de pessoas (*Personnel management system*)		
Familiarização com os procedimentos do cliente (*Familiarization of client procedures*)		
Entender a importância de comunicações boas, claras e antecipadas com o passadiço/sala de controle, em caso de alterações no modo normal das capacidades operacionais da embarcação (*Being aware of the importance of good, clear and early communications with bridge/control room in the event of any changes to normal mode of vessel's operating capabilities*)		
Operadores de DP (*DP Operators*)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um ponto específico utilizando controles manuais (*Control of vessel's movements about a set point using manual controls*)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um ponto específico usando controle do DP e controle manual independente (*Control of vessel's movements about a set point using DP and independent joystick controls*)		
Alternar e trocar os sistemas (*Switching and changing between systems*)		
Compreensão geral do sistema de DP instalado na embarcação (*General understanding of the DP system installed on the vessel*)		
Colocar a embarcação em DP, compreender os procedimentos (*Setting up the vessel on DP, understanding reasons for procedures*)		
Capacidade de usar o painel do DP quando estiver em modo DP (Ability to use DP panel whilst on DP)		
Uso das funções do console do DP. (*Use of desk facilities*)		
Uso dos sistemas de referência e limitações específicas da embarcação (*Use of reference input systems and the vessel specific limitations*)		
Fontes de alimentação para computadores DP e unidades de controle de propulsão (*Power supplies for DP computers and thruster control units*)		
Fontes de alimentação de emergência (*Emergency power supplies*)		
Sequência de alarmes e sinais (por exemplo, controles do BOP, luzes de status do DP, etc. (*Alarm sequence and signals (e.g. BOP controls, DP status lights etc.*)		

Carregamento/processamento de informações e uso geral dos computadores de controle do DP. (*Loading and general use of DP control computers*) 1-P-1		
Saber as configurações do sistema de propulsão / motor principal / sensores em condições normais e em condições de emergência, e saber, ainda, se todas as trocas de condição normal para emergência são manuais ou automáticas. (*System configurations thruster/main engine/ sensors expected in normal and emergency situations, and if all changeovers are manual or automatic*)		
Uso, compreensão e localização dos sensores de referência de posição. (*Use, understanding and location of position reference sensors*)		
Uso, compreensão e localização de: - giroscópicas - VRU / MRUs - anemômetros - outros sistemas de entrada de dados (*Use, understanding and location of:* - gyros - VRU/ MRUs - *anemometers* - *other data input systems*)		
Geração de energia, distribuição e propulsão do navio em conjunto com as seções à prova de fogo e estanques. (*Vessel's power generation, distribution and propulsion together with fire and watertight subdivision*)		
Compreender os objetivos das operações, FMEAs e limitações da embarcação, incluindo os diagramas de capacidade da embarcação. (*Understanding of functions operation, FMEAs and limitations of the vessel, including vessel's capability plots*)		
Utilizar e compreender a análise de conseqüências, tanto para a operação atual quanto para planejamento de operação. (*Use and understanding of the consequence analysis, both for present operation and for planning purposes*)		
Características do sistema de controle de DP exclusivo da embarcação. (*Features of DP control system unique to the vessel*)		
Limites operacionais para todos os equipamentos de DP (condições climáticas, energia, rotação, etc.). (*Operational limits for all DP equipment (weather, power, rotation, etc.)*).		
Efeitos das forças externas ambientais e do tipo de operação nos limites de operação considerando a configuração de máquinas. (*Effects of environment and operations on operating limits in conjunction with machinery set-up*)		
Pessoal Técnico (**Technical Personnel**)		
Estar familiarizado com todas as instruções permanentes da praça de máquinas do navio tanto para as operações normais quanto para as operações de emergência. (*Being conversant with all vessel's engine room standing instructions concerning normal and emergency operations*)		
Configuração correta do equipamento no modo normal de operação. (*Correct configuration of equipment in the normal mode of operations*)		
Saber a localização e maneiras de operar com oléo combustível, com óleo lubrificante, com sistema de água de resfriamento, com sistema de ar comprimido e outros serviços essenciais. Saber isolar e alternar válvulas e proceder com as ações necessárias em caso de perda de serviços essenciais. (*Location and means of operating fuel, lubricant, cooling water compressed air and other essential services isolation and changeover valves and actions required on loss of essential services.*)		

Entender a configuração correta dos equipamentos, a fim de saber alternar a operação para unidades auxiliares, em caso de qualquer falha. (*Correct configuration of equipment to allow changed operation to auxiliary units on any single failure*) 1-P-2		
Entender a configuração do quadro elétrico, incluindo o funcionamento do quadro de dijuntores e relés dos barramentos. Saber como reconfigurar os dispositivos de fornecimento elétrico em caso de falhas nos equipamentos. (*Switchboard configuration, including operation of bus section switches and bus ties and reconfiguring electrical supply arrangements it the event of equipment failures*)		
Entender as possíveis consequências de falhas elétricas, como curto-circuito e corrente de fuga. (*Understand the potential consequences of electrical faults such as short circuits and earth leakage*)		
Compreender os alarmes dos equipamentos e as consequências cada alarme. (*Alarm equipment and the consequences of such alarms*)		
Administrar uma situação de queda de energia e de parada de emergência. (*Handling of black-out situation e Handling of ESD*)		
Identificar o FMEA da embarcação e sua importância para as operações. (*Recognize the vessel's FMEA and its importance to operations*)		

Nome do tripulante:
(*Name of person instructed*)

Função do tripulante:
(*Position of person instructed*)

Assinatura do instrutor:
(*Instructor's signature*)

Assinatura do Comandante:
(*Master's signature*)

Data:
(*Date*)

Embarcação:
(*Vessel*)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-Q

DIRETRIZES PARA CURSO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO PARA O PESSOAL TÉCNICO ENVOLVIDO COM O SISTEMA DP

DP FAMILIARISATION COURSE GUIDELINES FOR KEY TECHNICAL DP PERSONNEL

Um curso genérico de familiarização de DP é primordial para o pessoal que requer um entendimento e conscientização sobre operações DP, mas que, por outro lado, não opera o sistema de controle do DP.

A Generic DP Familiarisation course is primarily for personnel requiring understanding and awareness of DP operations but who otherwise would not be expected to operate the DP control system.

O curso deve fornecer ao aluno:

The training course should provide the trainee with:

Compreender como o sistema de controle do DP, sensores do navio e sensores de referência de posição operam;

(an understanding of how the DP control system, vessel sensors and position references operate)

Compreender o que é redundância e a importância dos componentes do sistema de DP;

(an understanding of redundancy and the importance of the DP system´s component parts)

Compreender como o sistema de DP é testado e como é comparado ao FMEA.

(an understanding of how the DP system is tested and verified against the FMEA)

Saber sobre os tipos de eventos relacionados a capacidade de manter posição da embarcação, quando em DP, que já ocorreram;

(a knowledge of the types of DP station keeping events that have occured)

Compreender redundância aplicada ao sistema DP;

(an understanding of redundancy as applied to the DP system)

Conhecer as regras, normas e diretrizes relevantes ao sistema DP e onde eles podem ser obtidos.

(a knowledge of the rules, regulations and guidelines relevant to DP and where these can be obtained)

O Curso deve detalhar o seguinte:

The training course should detail the following:

Definição de DP, os seis graus de liberdade e a função do controle do DP;

(A definition of DP, the six degrees of freedom and the DP control function)

Elementos de um sistema DP; geração de energia, distribuição de energia, gerenciamento de energia, propulsores, sistema de controle do DP, sensores, comunicações e os operadores;

(Elementos of a DP system; power generation, power distribution, power management, thrusters, DP control system, sensors, communications and the operators)

Detalhes dos elementos do sistema de controle do DP inclundo processadores, consoles de controle, posição, aproamento do navio e sensores de forças externas ambientais;

(Details of elements of the DP control system including processors, control consoles, and position, heading vessel and enviromental sensors)

Uso dos sensores de referência de posição;

(Use of position reference sensors)

O conceito de limites de energia e de propulsão segundo o sistema de controle de DP, sistema de gerenciamento de energia e propulsores;

(The concept of power and thrust limiting by the DP control system, the PMS and the thrusters)

Tipo de sistema de propulsão e de manobra;

(Type of thrusters and manoeuvring systems)

A exigência e provisão de redundância nos sistemas das embarcações e definição da classe dos equipamentos DP ;

(The requirement and provision of redundancy in vessel´s systems and defining DP equipment classes)

Confecção de análise de risco e colocar limites de segurança para o trabalho nas várias operações;

(Applying risk analysis and safe working limits to various operations)

Avaliação da capacidade da embarcação no que diz respeito às condições ambientais, águas rasas e profundas etc. Uso da análise de consequência ao planejar a operação e durante a mesma.

(Assessment of vessel capabilities with respect to enviromental conditions, shallow and deep water etc. Use of the consequence analysis, when planning and during operations).

FMEA, prova de mar, testes anuais e teste de mobilização;

(FMEA, proving trials, annual trials and mobilisation trials)

Histórico de casos baseados em incidentes com DP que ocorreram incluindo drift off, drive off, e outras perdas de posição causadas por fatores humanos, processuais, de procedimento, falha de equipamento ou design ruim.

(Case histories, based on DP incidents that have occured including; drift off, drive off, other losses of position caused by human factors, process, procedural, equipment failure or poor design)

Novidades no sistema DP incluindo sensores de referência e sistemas de controle.

(New developments in DP systems including position reference sensors and control systems)

QUADRO GERAL DE INSCRIÇAO, ASCENSAO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇAO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CLC	10	CCB com mais de 2 anos de embarque no nível 9, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais de Náutica - APNT. Oficial Superior Veterano (inativo da MB) do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície, de Hidrografia e Oceanografia, de Submarinos ou de Aviação, na MB e que tenham concluído com aproveitamento o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO). Observação: Considera-se válidos, também, os antigos cursos de aperfeiçoamento em Armamento, Comunicações, Eletrônica e Máquinas.	II/2 IV/2 (*)	CMT IMT OQN	Sem limitação	(*) Os Oficiais que realizaram o curso ATNO possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo o item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo. A inscrição dos Veteranos (inativos da MB) para o Curso ATNO estará sujeita à disponibilidade de vagas.
CCB	9	1ON com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 8, aprovado em Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica.	II/2 IV/2 (*)	CMT IMT OQN	Comandante de embarcações de qualquer AB na Navegação de Longo Curso realizada entre os portos brasileiros e entre os portos da Costa Atlântica da América do Sul, das Antilhas e da Costa Leste da América Central, excluídos os portos de Porto Rico e Ilhas Virgens (Regra II/2). Sem limitação Sem limitação	(*) Os Oficiais que realizaram o curso ATNO possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.

2 - A - 1

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
1ON	8	2ON oriundo do Curso de Formação de Oficiais de Náutica (FONT) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON), com mais 2 (dois) anos de embarque nos últimos 5 (cinco) anos em funções referentes à Regra II/1 da Convenção STCW/78, como emendada, como Oficial Encarregado de Quarto de Navegação (OQN), em navios operando na Navegação Marítima. 2ON oriundo do Curso de Formação de Oficiais de Náutica (FONT) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON), com mais 3 anos de embarque no nível 7. 2ON, oriundos dos cursos ACON ou ACON-B, com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 7, nos últimos 5 (cinco) anos, concluintes do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Complementar (ACON-C) 2ON, oriundos dos cursos ACON ou ACON-B, com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 7, concluintes do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Complementar (ACON-C).	II/1 II/2(*) II/3(**) IV/2	CMT IMT OQN	Comandante de embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Comandante de embarcações com AB até 500 na Navegação costeira e de apoio marítimo. (*) Receberá certificado com enquadramento na Regra II/2 limitado na capacidade de Imediato de embarcações com AB superior a 3.000 se o 2ON exerceu serviço no mar como OQN em navios com AB superior a 3.000, por período mínimo de 1 (um) ano, nos últimos 5 (cinco) anos. (*) Se o serviço no mar se deu em navios com AB inferior a 3.000, a certificação de Imediato será na Regra II/2, limitada a embarcações com AB até 3.000. Esta limitação poderá ser retirada após 1 (um) ano de embarque como Oficial de Quarto, em mar aberto, em embarcações acima de 3.000 AB. Sem limitação	Os alunos que cursaram o ACON até 2012 manterão as regras II/1 e II/2. Serão retiradas as limitações de operação em navegação de cabotagem, apoio marítimo, navegação interior e navegação de apoio portuário para a Regra II/1 e II/3 em AJB. (**) Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.
2ON	7	PON que concluir, com aproveitamento, o estágio de praticante do Curso de Formação de Oficial de Náutica da Marinha Mercante. (FONT). Aluno, com nível superior em especialidades selecionadas pela DPC, aprovado em curso de Adaptação para Oficial de Náutica (ASON) após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Náutica. .	II/1 II/3 IV/2 (*)	CMT OQN	Comandante de embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Receberá certificado com enquadramento na Regra II/3, limitado na capacidade de Comandante de embarcação com AB até 500, após 1 (um) ano de embarque como Oficial de Quarto em área de navegação costeira e de apoio marítimo. Sem limitação	(*) Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.

2 - A - 2

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2ON	7	MCB com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 6, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico -(ACON-B), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Náutica CTR com mais de 5 (cinco) anos de embarque no nível 5, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica-Básico (ACON-B), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Náutica	II/1 IV/2 II/3 (*) (**)	OQN	Comandante ou Imediato de embarcações com até 3000 AB na Navegação interior, na Navegação de Apoio Portuário, em águas brasileiras. Oficial Encarregado de Quarto de Navegação na navegação de cabotagem, na navegação de apoio marítimo, na navegação interior e na navegação de apoio portuário, em águas brasileiras.	(*) A certificação na Regra II/3 poderá ser mantida no Certificado de Competência para os marítimos que já a possuíam anteriormente, caso comprovem a manutenção da referida Competência nessa Regra. Adicionalmente, também deve ser registrado no verso desse Certificado de Competência as limitações tipificadas para as Capacidades de Comandante e Imediato. (**) Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.

2 - A - 3

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MCB	6	CTR com mais de 1 (um) ano de embarque no nível 5, após realizar o Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre – Complementar (***APAQ-I C C N5***).	II/3 II/5(*) (**)	CMT IMEDIATO SQN SGC	Comandante de embarcações com AB até 500 na Navegação costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Comandante de embarcações com AB menor ou igual a 3.000, empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP). Imediato de embarcações com AB menor ou igual a 1.600, na Navegação de costeira e Apoio Marítimo nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP). Imediato de embarcações de qualquer AB empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP). Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP). Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	* MCB que possua Regra II/5 deverá realizar o Curso **APAQ-I C C N5** para receber a Regra II/3. ** MCB também faz jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1.º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.

2 - A - 4

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	CTR com mais de 1 (um) ano de embarque no nível 5, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre – Complementar (***APAQ-I C C N5***)	II/3 II/5 (**)	CMT	Comandante de embarcações com AB menor ou igual a 750 empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	* CTR também faz jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.
				IMEDIATO	Imediato de embarcações com AB menor ou igual a 1.600, empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				CMT/ IMEDIATO	Comandante ou Imediato de embarcações até 300 AB na Navegação costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	MNC com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 4, aprovado no extinto Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários (APAQ) ou no atual Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - Básico (***APAQ-I C B N5***). Inativo da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos) do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre-Básico (APAQ-I C B N5). Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Convés (CAAQ-I C).	II/5 (*)	CMT	Comandante de embarcações com AB menor ou igual a 750 empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	* CTR também faz jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.
				IMEDIATO	Imediato de embarcações com AB menor ou igual a 1.600, empregadas na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNC	4	MOC com mais de 1 (um) ano de embarque no nível 3.	II/4 (*)	CMT	Comandante de embarcações até 300 AB na Navegação Interior nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos pela NPCP. Comandante de embarcações até 100 AB, exceto aquelas que transportam passageiros, na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Comandante de embarcações até 100 AB, que transportam passageiros, somente após conclusão do curso ESEP e comprovar 1 (um) ano de embarque na Navegação Interior, de Cabotagem ou de Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites da visibilidade da costa Brasileira (20 milhas náuticas), não podendo afastar-se mais de 50 milhas náuticas da CP/DL/AG de sua jurisdição.	(*) MNC também faz jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.
				IMEDIATO	Imediato de embarcações até 750 AB na Navegação Interior nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos na NPCP.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MOC	3	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-I C), após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	II/4 (*)	CMT	Comandante de embarcações até 50 AB, exceto aquelas que transportam passageiros, após 6 (meses) de embarque na Navegação Interior e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas), não podendo se afastar mais de 50 milhas náuticas da CP/DL/AG de sua jurisdição. Comandante de embarcações até 50 AB que transportam passageiros somente após conclusão do curso ESEP e comprovar 1 (um) ano de embarque na Navegação Interior e Apoio Marítimo, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) não podendo se afastar mais de 50 milhas náuticas da CP/DL/AG de sua jurisdição.	(*) MOC também faz jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com a alínea a do item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Convés, deste Anexo.
				IMEDIATO	Imediato de embarcações de até 300 AB na Navegação interior nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos na NPCP.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB, após 3 (três) meses de efetivo embarque, num período contínuo de 1 (um) ano, nesse tipo de embarcação na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP).	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO/ CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAC	2	MAC com 1 (um) ano de efetivo embarque e aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP). *Obs.: Não cabe ao MAC ascensão a MOC. O acesso a MOC deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*	*Sem Regras*	CMT	Comandante de embarcações até 50 AB e potência propulsora menor do que 250 kW, que transportam passageiros na navegação interior e de apoio portuário, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
				SQN	Nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
				SGC	Nas embarcações até 100 AB em qualquer navegação.	
MAC	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (CFAQ-I C/M)	*Sem Regras*	CMT	Comandante de embarcações de até 10 AB, exceto aquelas que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque na navegação interior e de apoio portuário, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP).	
				SQN	Serviços Gerais de Convés e Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações com até 300 AB e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior e de apoio portuário, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
				SGC		

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DO 1º GRUPO (MARÍTIMOS)- SEÇÃO DE CONVÉS:

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:

I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e

II - os Reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.

2. As limitações referentes às Categorias de MAC, MOC, MNC, CTR e MCB serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (Modelo DPC-1034).

3. Quanto às Regras:

a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (modelo DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.

b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuam o nível operacional, ou seja, Regras II/1 e II/3. A Regra II/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, entendimento e a proficiência exigidos na Regra II/1 de maneira a capacitar o Oficial de Náutica para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.

c) A Regra VI/2 §1º, referente ao curso EESS, é obrigatória para os Aquaviários que possuam a Regra II/5.

d) A Regra V/1 deverá ser adquirida obrigatoriamente quando houver intenção do Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo, para tanto, ser observado o tipo de navio-tanque e o devido nível (apoio, operacional ou gerencial) em que irá exercer a atividade pretendida. O Registro desta regra no Certificado de Competência (modelo DPC-1031) dar-se-á no campo "limitações aplicáveis" ou no seu verso.

e) As Regras VI/I e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.

4. O curso de Acesso ao Oficialato (ACON) foi extinto em 2012 e substituído pelo curso de Acesso à 2º Oficial de Náutica - Básico (ACON-B) e pelo curso de Acesso à 2º Oficial de Náutica - Complementar (ACON-C). Os certificados emitidos para os marítimos que concluíram o curso ACON serão revalidados com as mesmas regras contidas no certificado anterior.

SIGLAS

CMT Comandante IMT Imediato

OQN Oficial de Quarto de Navegação SQN Subalterno de Quarto de Navegação

SAC Subalterno Apto de Convés SGC Serviços Gerais de Convés

S/L Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CFL	7	PLF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 6, aprovado no Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF).	Sem regras	CMT IMT OQN	Comandante e Imediato de embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
PLF	6	MFL com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CMF com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-II C)	Sem regras	CMT IMT OQN	Comandante de embarcações até 3.000 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior.	
MFL	5	CMF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-II C). Veterano - inativo da MB (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada com um (1) ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés. (APAQ-II C). Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-II C).	Sem regras	CMT IMT OQN	Comandante de embarcações até 750 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações até 3.000 AB, na Navegação Interior.	As inscrições dos Veteranos (inativos da MB) para os Cursos do PREPOM estarão sujeitas à disponibilidade de vagas.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADES	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMF	4	MFC com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 3.	Sem regras	CMT IMT SQN	Comandante de embarcações até 300 AB na Navegação Interior. Imediato de embarcações até 750 AB na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
MFC	3	**Alunos** aprovados no Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 (CFAQ-II C N3).	Sem regras	CMT IMT SGC	Comandante de embarcações até 50 AB, exceto aqueles que transportam passageiros, na Navegação Interior. Comandante de embarcações até 50 AB que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque, na Navegação Interior. Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAF	2	Após 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP). *Obs.: Não cabe ao MAF ascensão a MFC. O acesso a MFC deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*	Sem regras	CMT IMT SGC	Comandante de embarcações até 10 AB, que transportam passageiros. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MAF ao transporte de passageiros até10AB.
MAF	1	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés - Nível 1 (CFAQ-II C/M N1).	Sem regras	CMT IMT SGC	Comandante de embarcações até 10 AB, exceto aquelas que transportam passageiros, na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	

OBSERVAÇÕES
1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:
I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e
II - os Reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.
2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.

SIGLAS

CMT	Comandante	IMT	Imediato	OQN	Oficial de Quarto de Navegação
SAC	Subalterno Apto de Convés	SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	SGC	Serviços Gerais de Convés
S/L	Sem Limitações				

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
PAP	6	PPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CPI com mais de 4 (quatro) anos de embarque, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Especializado - Nível 5 (CFAQ-III C N5).	VI/1	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 3.000 AB na Navegação Interior. Comandante de embarcações até 500 AB na Navegação de Mar Aberto, em águas brasileiras.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	
PPI	5	CPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível de equivalência 4, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Especializado - Nível 5 (CFAQ-III C N5). Veterano - Inativo da MB (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição dos cursos disponíveis no PREPOM. Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - módulo específico para Pescadores (CAAQ-III C).	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 750 AB, na Navegação Interior. Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na Navegação de Mar Aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas).	As inscrições dos Veteranos (inativos da MB) para os Cursos do PREPOM estarão sujeitas à disponibilidade de vagas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CPI	4	PEP com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 3 e aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Especializado – Nível 4 (CFAQ-III C N4).	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na Navegação Interior. Comandante de embarcações de pesca de até 100 AB, na Navegação de Mar Aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas).	
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 750 AB, na Navegação Interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
PEP	3	POP ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Especializado - Nível 3 (CFAQ-III C N3).	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 50 AB, na Navegação Interior e Cabotagem, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas), não podendo se afastar mais de 50 milhas náuticas da CP/DL/AG de sua jurisdição.	
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 300 AB, na Navegação Interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
				SGC	Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB.	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES	
POP	2	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovados no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 2 (CFAQ-III C/M N2).	VI/1	CMT	Comandante de embarcações de pesca menores que 12m (aproximadamente 20 AB), empregadas na navegação interior e nas áreas de navegação definidas nos limites estabelecidos pela Capitania dos Portos (CP) ou Delegacia (DL) ou Agência (AG) de sua jurisdição, não podendo afastar-se mais de 50 milhas da CP/DL/AG de sua jurisdição.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, em qualquer tipo de navegação.	
POP	1	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovados no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 1 (CFAQ-III C/M N1).	VI/1-1 VI/1-2 VI/1-3	CMT	Comandante de embarcações de pesca com AB menor ou igual a 10, empregadas na navegação interior e nas áreas de navegação definidas nos limites estabelecidos pela Capitania dos Portos (CP) de sua jurisdição, não podendo afastar-se mais de 50 milhas da CP/DL/AG de sua jurisdição.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, em qualquer tipo de navegação.	
APP	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 e menos de 18 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-III C/M N1 ou CFAQ-III C/M N2. O APP deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (Não faz parte do CTS da embarcação).				

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE CONVÉS:
1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:
I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e
II - os Reformados, quando tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.
2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
3. O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).

SIGLAS
CMT - Comandante IMT - Imediato SQN - Subalterno de Quarto de Navegação SGC - Serviços Gerais de Convés S/L - Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
OSM	9	1OM com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 8, aprovado no curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA). Oficial Superior Veterano (inativo da MB) do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM). Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC CA/RM1-T) Veteranos (inativos da MB), aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprovem, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).	III/2 (*)	CHM SCM OQM	Sem Limitação	(*) Os Oficiais que realizaram o curso ATOM possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo. A inscrição dos Veteranos (inativos da MB) para o Curso ATOM estará sujeita à disponibilidade de vagas.
1OM	8	2OM oriundo da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM) ou do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM até 2001) com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 7, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA). 2OM, oriundo do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Complementar (ACOM-C), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA), com mais de 3 anos de embarque no nível 7.	III/2 (*)	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 3.000 kW na Navegação de Longo Curso. Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação de Cabotagem, Apoio Marítimo e Interior.	(*) Os Oficiais que realizaram o curso ATOM possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo.
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				OQM	Sem Limitação	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	POM que concluir, com aproveitamento, o Estágio de Praticante do Curso de Formação de Oficial de Máquinas da Marinha Mercante (PREST). Candidato com nível superior, formado em especialidades selecionadas pela DPC e aprovado no curso de Adaptação para Oficial de Máquinas (ASOM), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas. CDM e ELT com mais de 3 (três) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) até 2001, após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas.	III/1 III/3(*) (**)	CHM/ SCM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior. (*) Receberá a Regra III/3 na Capacidade de Chefe e Subchefe de Máquinas nas embarcações até 3.000 kW dentro dos limites de AJB, após 1 ano de embarque no nível 7, como Oficial de Quarto de Máquinas.	(**) Os Oficiais que realizaram o curso ATOM possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo.
				OQM	Sem Limitação	
2OM	7	CDM e ELT com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) de 2002 à 2012(*).	III/1 III/2 III/3 (**)	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior. Chefe de Máquinas até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB.	(*) O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria. (**) Os Oficiais que realizaram o curso ATOM possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo
				SCM	Subchefe de Máquinas nas embarcações de qualquer kW, dentro dos limites de AJB.	
				OQM	Sem Limitação	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	CDM e **ELT** com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) a partir de 2013.	III/1 (*)	OQM	Oficial de Quarto dentro dos limites de AJB.	Após a conclusão do curso, ACOM-C os 2OM oriundos do curso ACOM-B a partir de 2013 não mais terão limitação em AJB como OQM e ainda receberão a Regra III/3 para exercer as capacidades de Chefe e Subchefe em embarcações até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB. O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria. (*) Os Oficiais que realizaram o curso ATOM possuem Regras adicionais de acordo com o currículo do curso. Os demais Oficiais também fazem jus à Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ANEXO 2-A

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CDM	5	MNM com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 4 aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas (APAQ-I M N5). Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas (CAAQ-I MM). Veterano (inativo) da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários – Máquinas (CAAQ-I MM) ou no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas (APAQ-I M N5).	III/5 (*)	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 1.000 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites das águas jurisdicionais brasileiras. Chefe e SubChefe de Máquinas nas embarcações com arqueação bruta menor do que 500, empregadas na Navegação de Apoio Marítimo desde que a potência propulsora não ultrapasse 3.000 kW. Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 6.000 kW na Navegação Interior.	(*) CDM faz jus a Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo. As inscrições dos Veteranos (inativos da MB) para os Cursos do PREPOM estarão sujeitas à disponibilidade de vagas.
				SQM	Sem Limitação	
ELT	5	Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários, com concentração em Eletricidade (CAAQ-I ME). Veterano (Inativo) da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade (CAAQ-I ME).	III/7 (*)	x x x	Sem Limitação	(*) ELT faz jus a Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo. As inscrições dos Veteranos (inativos da MB) para os Cursos do PREPOM estarão sujeitas à disponibilidade de vagas.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNM	4	MOM com mais de 1 (um) ano de embarque no nível 3.	III/4 (*)	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe de Máquinas de embarcações até 750 kW na Navegação Interior.	(*) MNM faz jus a Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo.
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações até 1.500 kW na Navegação Interior.	
				SQM	Sem Limitação	
				SGM	Sem Limitação	
MOM	3	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários para Moço de Máquinas, (CFAQ-I M), após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	III/4 (*)	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 250 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior.	(*) MOM faz jus a Regras adicionais, em decorrência da experiência profissional obtida ao longo da carreira, bem como pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC, de acordo com o item 3 das observações gerais constantes do 1 º Grupo Marítimos – Seção Máquinas, deste Anexo.
				SQM-S/L	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				SGM-S/L	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
SUF	7	CTF com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 5, aprovado no Curso de Acesso a Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF).	Sem regras	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	
CTF	5	MFM com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 3, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-II M Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-II M). Veterano (Inativo) da MB (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, e do Corpo Auxiliar de Praças, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil(MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-II M.	Sem regras	CHM SCM SQM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 3.000 kW na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW, na Navegação Interior.	As inscrições dos Veteranos (inativos da MB) para os Cursos do PREPOM estarão sujeitas à disponibilidade de vagas.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO/ CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAM	2	MAM nível 1 após um ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP). *Obs.: Não cabe ao MAM ascensão a MOM. O acesso a MOM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*	Sem Regras	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 150 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior. Chefe de Máquinas de embarcações de empresas de Turismo de 10 a 50 AB com até 250 kW, que transportam passageiros, na Navegação Interior, conforme delimitação nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP) da respectiva jurisdição, desde que aprovado em Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP) e após 1 (um) ano de embarque na região da CP/DL//AG de sua jurisdição, não podendo dela (CP/DL/AG) se afastar por mais de 50 milhas náuticas.	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior.	
				SGM	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	
MAM	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro auxiliar de Convés e Marinheiro auxiliar de Máquinas (CFAQ-I C/M)	Sem Regras		Serviço de apoio em embarcações com AB menor do que 300 e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS MARÍTIMOS DO 1º GRUPO - SEÇÃO DE MÁQUINAS:

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:

I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e

II - os Reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.

2. As limitações referentes às Categorias de MAM, MOM, MNM e CDM serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034).

3. Quanto às Regras:

a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.

b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuem o nível operacional, ou seja, Regra III/1. A Regra III/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, o entendimento e a proficiência exigidos na Regra III/1 de maneira a capacitar o Oficial de Máquinas para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.

c) A Regra V/1 deverá ser adquirida obrigatoriamente se há intenção de o Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo observar o nível (apoio, operacional ou gerencial) que irá exercer a atividade pretendida e o tipo de navio que há a intenção de embarcar. A Regra será inserida junto com suas limitações no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034) ou no campo "limitações aplicáveis" do Certificado de Competência (modelo DPC-1031).

d) As Regras VI/I e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.

4. O curso de Acesso ao Oficialato (ACOM) foi extinto em 2012 e substituído pelos curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) e curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Complementar (ACOM-C).

SIGLAS:

CHM Chefe de Máquinas

SCM Subchefe de Máquinas

OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas

SQM Subalterno de Quarto de Máquinas

S/L Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MFM	3	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários CFAQ-II M N3.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior. Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	
MMA	2	MMA com 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP) *Obs.: Não cabe ao MMA ascensão a MFM. O acesso a MFM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior. Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MAF ao transporte de passageiros até10AB
MMA	1	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários (CFAQ-II C/M N1).	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior, após 1 (um) ano de embarque, exceto as embarcações de passageiros. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior. Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	

OBSERVAÇÕES

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:
I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e
II - os Reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.
2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.

SIGLAS:

CHM Chefe de Máquinas — SCM Subchefe de Máquinas

SQM Subalterno de Quarto de Máquinas — SGM Serviço Geral de Máquinas

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

3º GRUPO PESCADORES - SEÇÃO DE MÁQUINAS

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMP	3	MOP ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 3. (CFAQ-III M N3).	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 250 kW, na Navegação de Mar Aberto. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 750 kW na Navegação Interior. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW, na Navegação de Mar Aberto, após 2 (dois) anos de embarque no exercício da função. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 1.000 kW, na navegação de Mar Aberto, após 2 (dois) anos de embarque no exercício da função desde que aprovado em Curso Especial para CMP.	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
MOP	2	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 2. **(CFAQ-III C/M N2).**	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora de até **300 kW**, empregadas na Navegação em Mar Aberto dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior.	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior.	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior.	
MOP	1	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 1. **(CFAQ-III C/M N1).**	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora até **170 kW**, empregadas na Navegação em Mar Aberto dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior.-	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior.	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior.	
APM	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-III C/M N1 ou CFAQ-III C/M N2. O APM deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (não faz parte do CTS da embarcação).				

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE CONVÉS:

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:

I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e

II - os Reformados, quando tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.

2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.

3. O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).

SIGLAS:

CHM Chefe de Máquinas

SCM Subchefe de Máquinas

OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas

SQM Subalterno de Quarto de Máquinas

S/L Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

SEÇÃO DE SAÚDE

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
ENF	5	Enfermeiro ou Técnico em Enfermagem, com diploma ou certificado expedido de acordo com a legislação vigente e registrado pelo órgão competente, para a categoria Enfermeiro ou Inativo da Marinha do Brasil (MB), na especialidade de Enfermeiro (EF) e aprovados no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	
ASA	3	Auxiliar de Enfermagem, com certificado conferido por instituição de ensino, nos termos da legislação vigente e registrado pelo órgão competente, para a categoria Auxiliar de Saúde; e aprovação no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE SAÚDE

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:
   I - os da **Reserva** Remunerada, quando pertençam à **reserva** das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e
   II - os **R**eformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.

2. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam curso técnico de nível médio em enfermagem, com diploma reconhecido pelo MEC e pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), para ingresso na categoria Enfermeiro (ENF) ou possuam o Ensino Médio completo e certificado de Auxiliar de Enfermagem, reconhecido pelo COFEN, para ingresso na categoria Auxiliar de Saúde (ASA);
3. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto.

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

SEÇÃO DE CÂMARA

ANEXO 2-A

INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CZA	2	Cozinheiro com curso de capacitação de cozinheiro, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S); Veterano(Inativo) da Marinha do Brasil (MB), na especialidade de Cozinheiro (CO), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	A inscrição dos Veteranos (inativos da MB) para o Curso estará sujeita à disponibilidade de vagas
TAA	2	Taifeiro com curso de capacitação de taifeiro/garçom, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano(Inativo) da Marinha do Brasil (MB), na especialidade de Taifeiro (AR), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	A inscrição dos Veteranos (inativos da MB) para o Curso estará sujeita à disponibilidade de vagas

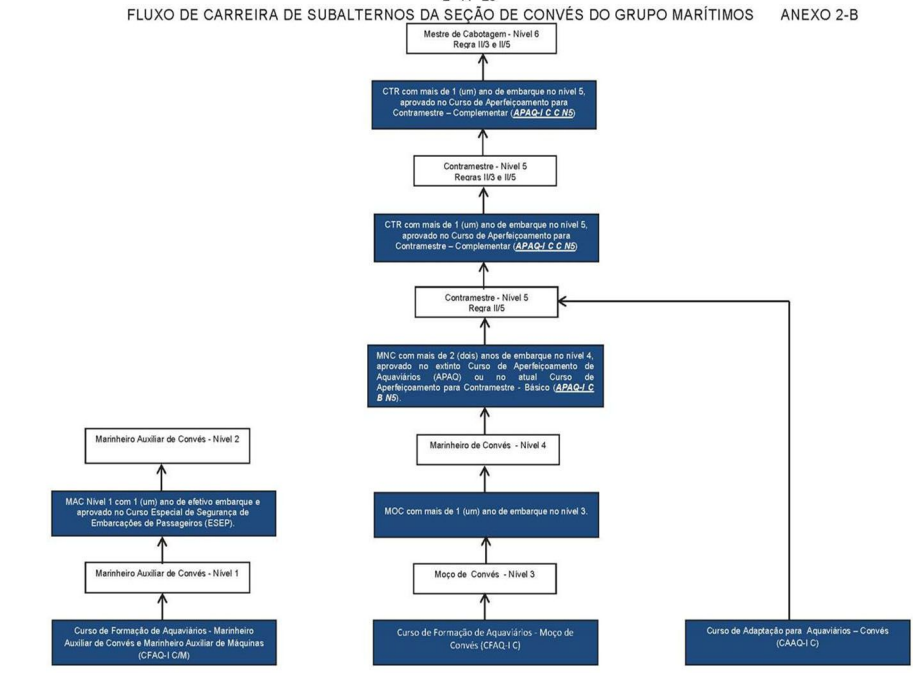
OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE CÂMARA

1. Entende-se por Inativos, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980:
   I - os da Reserva Remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e
   II - os Reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União.

2. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam o ensino fundamental completo e o curso técnico correspondente com carga horária mínima de 160 horas.

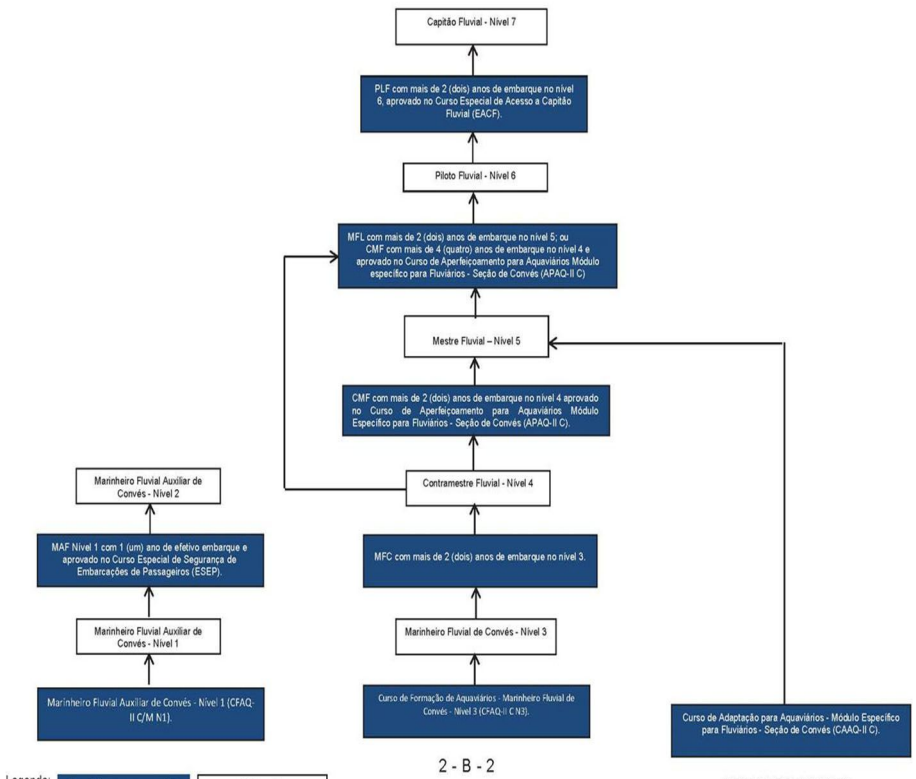
3. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto.

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO MARÍTIMOS ANEXO 2-B



Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO FLUVIÁRIOS ANEXO 2-B



Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

ANEXO 2-B

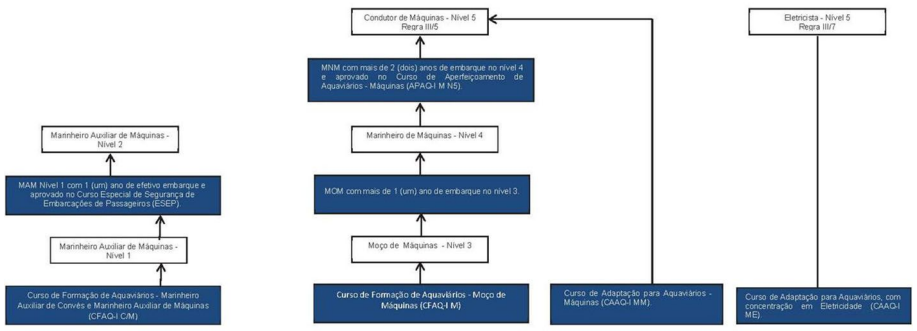
FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO PESCADORES



Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

ANEXO 2-C

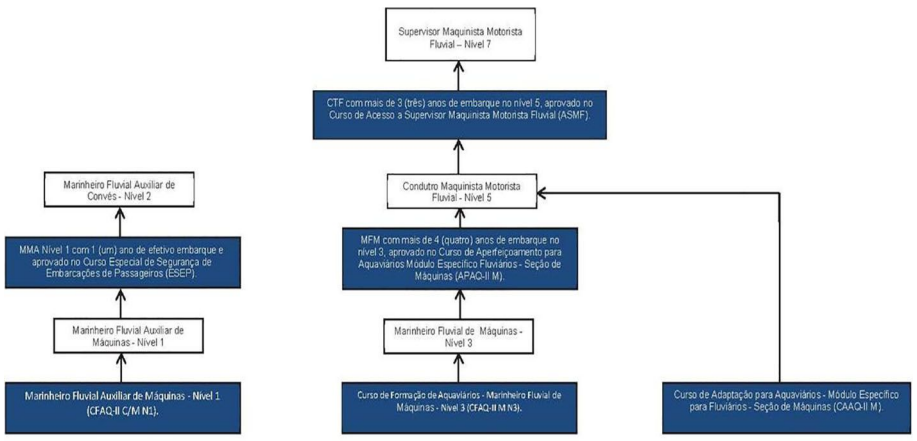
FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO MARÍTIMOS



Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO FLUVIÁRIOS



Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO PESCADORES

Legenda: Requisitos para ascensão | Categoria

ANEXO 2-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(Federative Repuplic of Brazil)
AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(Brazilian Maritime Authority)
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
(Directore of Ports and Coasts)

A Autoridade Marítima Brasileira concede ao Marítimo abaixo descrito, Licença para exercer as funções inerentes à Categoria e/ou Capacidade Superior, em conformidade com o Artigo VIII da Convenção STCW 78, emendada.
(The Brazilian Maritime Authority according to Article VIII of the Convention STCW 78, as amended, grants to the below mentioned seafarer, the license to exercise functions inherent in Superior Category and/or Capacity.)

Nº INSCRIÇÃO: *(Registration Nº)* NOME: *(Name)*

CATEGORIA ATUAL: *(Rank)*

CAPACIDADE ATUAL: *(Capacity)*

REGRA ATUAL *(Regulation)*

LICENÇA SUPERIOR ***(Dispensation)***

CATEGORIA: *(Rank)*

CAPACIDADE: *(Capacity)*

REGRA: *(Regulation)*

DATA DE EMISSÃO: *(Issued on) (dd/mm/yyyy)* DATA DE VALIDADE; *(Validity) (dd/mm/yyyy)*

EMBARCAÇÃO: *(Ship Name)* ARQUEAÇÃO BRUTA: *(Gross Tonnge)*

ÓRGÃO EMISSÃO: *(Emission Office)*

(Place and Date)

CAPITÃO DOS PORTOS/DELEGADO
(Signature Ofg duly authorized official)

ANEXO 2-D

LISTA DE CAPACIDADE
(LIST OF CAPACITY)

CÓDIGO	CAPACIDADE	CAPACITY
SEÇÃO DE CONVÉS		
CMT	Comandante	Master
IMT	Imediato	Chief Mate
OQN	Oficial de Quarto de Navegação	Officer in charge of a navigational watch
GMR	Operador – Radiocomunicações GMDSSS	Radio Operator – GMDSS
SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	Rating forming part of a navigational watch
SEÇÃO DE MÁQUINAS		
CHM	Chefe de Máquinas	Chief engineer officer
SCM	Subchefe de Máquinas	Second Engineer Officer
OQM	Oficial de Quarto de Máquinas	Officer in Charge of na engineering watch
SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas	Rating forming part of a watch in a manned engine-room

ANEXO 2-E
MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

1. GENERALIDADES

1.1 - A Medalha Mérito Marítimo, criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017, destina-se a reconhecer o mérito dos aquaviários da Marinha Mercante brasileira, que tenham se distinguido pela exemplar dedicação à sua profissão, conduta ilibada, invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo e quantidade de dias de embarque.

1.2 - A Medalha Mérito Marítimo, será com uma, duas, três ou quatro âncoras, com passador e barreta em bronze; com quatro âncoras com passador e barreta de prata; e com quatro âncoras com passador e barreta de ouro, distinguindo, desta forma, respectivamente, faixas crescentes de tempo de embarque completados pelo agraciado.

1.3 - Cabe à DPC promover a confecção das medalhas e diplomas, assim como a sua guarda e distribuição.

1.4 - Os modelos de medalha/passador/roseta e diploma constam dos Apêndice I e Apêndice II, respectivamente.

1.5 - Um fluxograma contendo as etapas para concessão da Medalha Mérito Marítimo consta do Apêndice IV

2. DO DIREITO À MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

2.1 Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:

2.1.1 - ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;

2.1.2 - ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);

2.1.3 - ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;

2.1.4 - não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis";

2.1.5 - não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso;

2.1.6 - não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 5 anos; e

2.1.7 - possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:

a) Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;

b) Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;

c) Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;

d) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;

e) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;

f) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque.

Observações:

1. As verificações definidas nos subitens 2.1.4 e 2.1.5 serão realizadas pelas empresas de navegação ou Armador responsáveis pela indicação.

2. Os Aquaviários inativos ou não vinculados a empresas de navegação poderão, desde que observando as regras anteriormente citadas, ser propostos por Associações de classe, tais como: Centro de Capitães e Sindicatos.

2.2 Para o cômputo do tempo de embarque efetivo do aquaviário:

2.2.1 O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado. Também contam tempo de embarque os marítimos que exercem as funções de Gerente de Instalação Offshore, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento Dinâmico.

2.2.2 Não deverão ser contabilizados os embarques em navios em LAY UP e em navios docados com período superior a 60 dias;

2.2.3 Para a contagem de tempo de embarque também será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada, sendo a sua homologação de acordo com a NORMAM-13/DPC;

2.3 As empresas de navegação, proprietários, armadores ou seus prepostos deverão expedir um documento contendo o cálculo do somatório dos dias transcorridos entre as diversas datas de embarque e desembarque registradas em sua Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) e/ou Rol da Embarcação, preenchendo o modelo do Apêndice III à este anexo, especificando os tipos de navegação em que a embarcação foi empregada. Deverão ser incluídas no processo cópias das folhas de registro de embarque e as respectivas folhas de dados pessoais da CIR, devidamente autenticadas pela empresa de navegação ou pelo armador brasileiro solicitante, que comprovem todos os dias de embarque citado no documento supramencionado.

2.4 - O tempo de embarque será computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque e, para todos os efeitos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias.

2.5 - Os aquaviários oriundos da Marinha do Brasil não poderão ter seus dias de mar na carreira computados como dias de embarque para efeito de indicação a esta medalha. Entretanto poderão fazer uso de sua Medalha Mérito Marinheiro quando utilizando o uniforme da Marinha Mercante.

2.6 - O tempo de embarque como praticante e em estágio de curso poderá ser computado como tempo para concessão da Medalha.

3. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

3.1 - A organização do processo da Medalha Mérito Marítimo será realizada pela DPC, com base nas indicações recebidas das empresas de navegação ou de armadores.

3.2 - Caberá às empresas de navegação ou aos armadores a iniciativa para a indicação de aquaviário que preencha os requisitos para o recebimento da medalha, por intermédio de proposta à DPC, anualmente, até o dia 30ABR, enviando o documento constante do Apêndice III preenchido para cada proponente e os respectivos documentos comprobatórios. Todas as propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um ofício ao Diretor de Portos e Costas, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.

3.3 - O aquaviário que preencher os requisitos de uma determinada gradação de medalha não concorrerá à medalha inferior.

4. DA CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

4.1 - A Medalha Mérito Marítimo e o passador respectivo serão concedidos por Portaria do Diretor-Geral de Navegação, mediante proposta do DPC, devendo conter o número de dias de embarque alcançados pelo aquaviário.

4.1.1 - Após a publicação da Portaria de concessão, o DGN providenciará a lavratura do diploma respectivo, que por ele será assinado e encaminhado à DPC.

4.1.2 - Serão encaminhados pela DPC a Medalha Mérito Marítimo, o diploma e os respectivos pertences às empresas de navegação ou aos armadores responsáveis pelos aquaviários agraciados.

4.2 - A entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e pertences deverá ser feita em solenidade presidida pelos Comandantes de Navios e/ou Presidentes/Diretores de empresas de navegação, em datas de significação especial, como o Dia Marítimo Mundial e o Dia da Marinha Mercante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.2.1 - No caso de o agraciado ser o próprio Comandante de Navio, a entrega deverá ser feita, pelo Presidente/Diretor da empresa de navegação.

4.2.2 - Em caso de falecimento do agraciado, a entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e os respectivos pertences, a que tiver feito jus, será feita à viúva, ou, na sua falta, aos herdeiros consanguíneos, respeitada a linha de sucessão.

4.3 - Os aquaviários agraciados com as medalhas de quatro âncoras em prata e ouro serão convidados a recebê-las na solenidade comemorativa ao Dia Marítimo Mundial.

4.4 - Anualmente, em função do orçamento disponibilizado para aquisição das medalhas e seus pertences, será estipulada uma quota deste material a ser concedida e, em função do quantitativo de pedidos de medalhas, será estabelecido pela DPC um percentual para atendimento das empresas de navegação/ armadores.

4.5 - Cabe à DPC comunicar as quotas específicas para cada Empresa ou Armador. Nesta situação as Empresas ou Armador proponentes, poderão a seu cargo, acrescer a essa quota, a quantidade desejável das medalhas e seus pertences, desde que façam a aquisição das mesmas.

4.6 - Os casos omissos ao presente procedimento serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas.

Apêndice I ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DE MEDALHA MÉRITO MARITÍMO E SEUS PERTENCES



Apêndice II ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DO DIPLOMA DA MEDALHA MÉRITO MARITÍMO



Apêndice III ao Anexo 2-E

MODELO DE SOLICITAÇÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO A SER PREENCHIDO PELA EMPRESA EM PAPEL TIMBRADO

APOSIÇÃO DO CARIMBO DA EMPRESA

_____

(NOME DA EMPRESA)

PROPOSTA DE CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

Eu [Nome], [Nacionalidade], natural de [Cidade/Estado], [Estado Civil], [CPF], na qualidade de [Função] da Empresa [Razão Social], estabelecida na [Rua], [Nº] [complemento], [CEP], [Cidade/UF], inscrita no CNPJ sob o nº ....., proponho a concessão da Medalha Mérito Marítimo ao [Categoria] [Nome], brasileiro, nº de inscrição....., por ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores. Atesto ainda que o referido aquaviário não foi condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis" e, também, não foi responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso, de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviário – NORMAM-13/DPC. Apresento, na tabela abaixo, o seguinte tempo de embarque do referido aquaviário:

Tipo e Nome do Navio	Arqueação Bruta/ Potência	Função	Tipo de Navegação	Data de embarque	Data de desembarque	Tempo total
					Total de dias de embarque até a data indicada =	

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.
[Cidade], [dia] de [mês] de [ano].

_____

(assinatura)
Nome completo/ Função e CPF
(Presidente/ Diretor da Empresa de Navegação,
Armador ou Associação de Classe)

Observações:

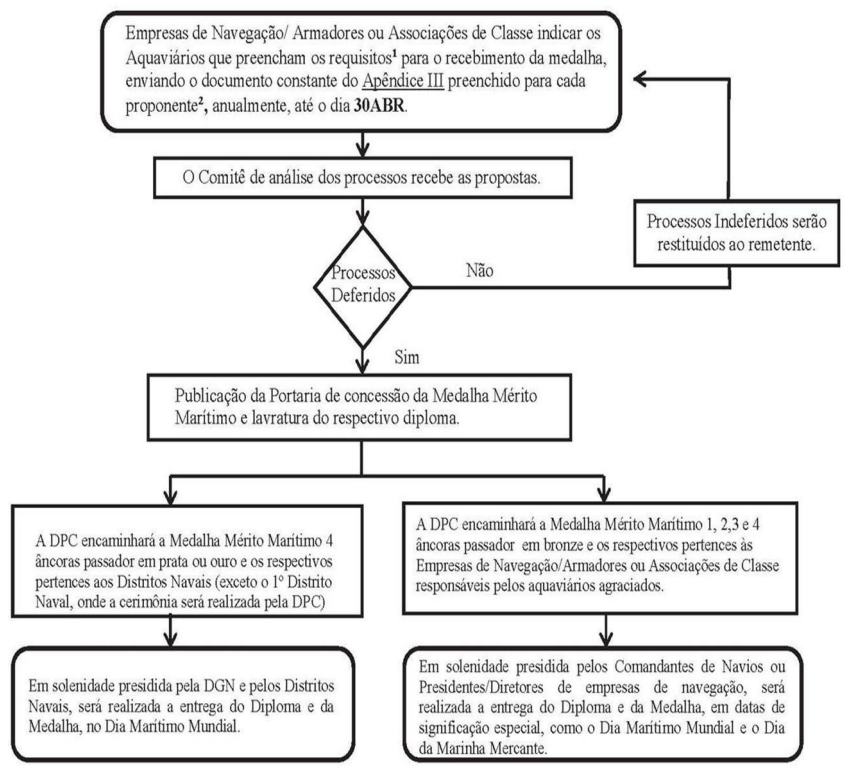
1. *Preencher os dados (destacados) acima.*
2. *Anexar os documentos comprobatórios: certidões de "nada consta" da Justiça, antecedentes criminais da Polícia Federal e Polícia Civil e cópia da folha que contém a etiqueta de dados cadastrais e das folhas de registro de embarque da CIR.*
3. *Sugere-se aumentar as linhas da tabela que contém o tempo de embarque para a quantidade necessária aos lançamentos constantes das Cadernetas de Inscrição e Registro*

Apêndice IV ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PROCESSO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO



1. Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:
- ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;
- ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);
- ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;
- não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis"(A ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso(A ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 10 anos; e
- possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:
a) Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;
b) Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;
c) Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;
d) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;
e) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;
f) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque.
2. As propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um **ofício ao Diretor de Portos e Costas**, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-A

Exmº Sr. Diretor de Portos e Costas

Procurador	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel:
Dependente	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Grau de parentesco:			
Ex-aquaviário	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Órgão de Inscrição			
	Nº de Inscrição		Categoria	
	Filiação: Pai:			
	Mãe:			
	Data Nascimento: / /		Naturalidade:	
Requer	☐ Certidão de Serviços de Guerra na Lei nº (s) ____________			
	☐ 2ª Via da Certidão de Serviços de Guerra nº______/______			

Navios/Períodos como tripulante (ex-combatente):	
Navio (s)	Período (s) (embarque/desembarque)

Obs.: 1) as informações de nomes, endereços e navios não deverão ser abreviados.
2) anexar uma relação de embarques e desembarques (Anexo 6-B)

Anexos (documentos de comprovação):

Observação(ões):

Nestes termos, pede deferimento.

_______________, _______, de ______________de ____________.
(local) (data)

____
Assinatura do requerente (procurador, dependente ou próprio)

6 – A – 1

ANEXO 6-B

MARINHA DO BRASIL

____
OM

CERTIFICADO DE EMBARQUE E DE MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES

Em atenção ao requerimento de ____/____/______do Sr.__________________ ______________________ Port. Nº ______________,
CERTIFICO para efeito do estabelecido na(o) ______________________ do Exmº Sr. Comandante da Marinha (Boletim __________) para fim de gozo dos benefícios da Lei que se enquadrar, que o Sr.______________________ ______________, inscrito na ______________________________, sob o nº ______________________________, na categoria de , foi tripulante da(s) embarcação(ões) de Marinha Mercante Brasileira abaixo citada(s) no(s) período(s) ao lado mencionado(s) com a respectiva movimentação:

EMBARCAÇÃO	CLASSE	PERÍODO (EMBARQUE / DESEMBARQUE)	MOVIMENTAÇÃO DA EMBARCAÇÃO			OBSER-VAÇÕES
			DATA DESPACHO	PORTO DE SAÍDA	PORTO DE DESTINO	
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___ a ___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			

CERTIFICO ainda que os presentes dados foram extraídos dos lançamentos feitos nos seguintes documentos:

( ) LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS (antigo CP-12)
( ) LISTA DE TRIPULANTES (antigo CP-25); e
( ) ROL DE EQUIPAGEM (antigo CP-26).

da(s) embarcação(ões) acima mencionada(s).

_______________, em ____de ______________de ______.
(local) (data)

____
Assinatura e carimbo do responsável pela expedição do Certificado

- 6 - B - 1 - NORMAM-13/DPC

ANEXO 6-C

MARINHA DO BRASIL

____
OM

NOTIFICAÇÃO N.º __________de ____/___/_______.

Ilmº Sr. ______________________________
Endereço: ______________________________
__________ __________ __________ __________
(bairro) (cidade) (estado) (CEP)

Comunico que no Processo F. ______________ / ______ de seu interesse foi aberta exigência pela qual deverá V. Sª apresentar a documentação ou dar o esclarecimento que se faz necessário, conforme assinalado na relação abaixo:

1 - Apresentar novo requerimento dirigido ao Exmº Sr. Diretor de Portos e Costas;
2 - Citar a finalidade da certidão requerida;
3 - Declarar navios em que esteve embarcado e períodos;
4 - Declarar no requerimento a filiação;
5 - Apresentar Certidão de Casamento;
6 - Apresentar Certidão de Nascimento;
7 - Apresentar Certidão de Óbito;
8 - Apresentar Justificação Judicial;
9 - Apresentar documento que deu origem a aposentadoria;
10 - Apresentar documentação passada pelo interessado;
11 - Apresentar Caderneta Matrícula CIP ou CIR do ex-aquaviário;
12 - Apresentar Caderneta Matrícula anterior a CIP ou CIR;
13 - Apresentar Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e o Certificado do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra;
14 - Pagar taxa de expediente;
15 - Assinar requerimento;
16 - Assinar requerimento a rogo com duas testemunhas idôneas;
17 - Assinar por procuração;
18 - Confirmar número de inscrição;
19 - Confirmar categoria e Capitania de Inscrição;
20 - Dirimir discrepâncias de grafia;
21 - Esclarecer divergência de nome;
22 - Esclarecer divergência de categoria;
23 - Esclarecer divergência em número de inscrição;
24 - Esclarecer divergência de Capitania de inscrição;
25 - Comparecer para receber documentação requerida;
26 - Tomar conhecimento da informação/decisão do SDGM/DPC;
27 - Prestar esclarecimentos;
28 - ______________________________
29 - ______________________________

Informo a V. Sª que a(s) exigência(s) supracitada(s) deverá(ão) ser atendida(s) no prazo improrrogável de sessenta (90) dias, a contar da expedição desta Notificação, sob pena de ser arquivado o processo, o qual só poderá ser desarquivado mediante nova petição da parte interessada.

_______________, em ____de ______________de ______.
(local) (data)

____
CP, Del. Ou Ag.

Obs. Horário de atendimento: das _______às _______h e das _______às _______h.

- 6 - C - 1 - NORMAM-13/DPC

ANEXO 6-D

Exmo./Ilmo. Sr. Comandante do Centro de Instrução
☐ Almirante Graça Aranha (CIAGA)
☐ Almirante Braz de Aguiar (CIABA)

(carimbo da Cp/DI/Ag)

______________________________, filho de
(nome completo)
______________________________e de ______________
(pai)
______________________________, nascido a ____/____/____, natural
(mãe) (dia mês ano)
do Estado ______________________, residente a ____________
______________________________,
(rua, nº, complemento, bairro, município, estado, CEP)
para fins de prova junto a (ao) ______________________________
(órgão onde deseja comprovar o Tempo de Serviço Militar)
vem respeitosamente solicitar a V. Sª, de acordo com o Aviso nº N-1315, de 12/07/1966 do Ministro da Marinha, se digne mandar passar por Certidão o seu Tempo de Serviço Militar correspondente ao período de ____/____/____ a ____/____/____ em que foi aluno da ex- Escola de Marinha Mercante ou Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante do ______________________________.
(nome completo do Centro de Instrução)

Nestes termos, pede deferimento.

____
(local e data)

____
(assinatura do requerente)

ANEXOS:
a) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
b) Certidão de nascimento ou Certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
c) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
d) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e
e) Declaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação, no caso de 2ª via.

ENDEREÇOS:
- CIAGA - Avenida Brasil, nº 9020, Penha, Rio de Janeiro, RJ - CEP. 21031-831.
- CIABA - Rodovia Arthur Bernardes, nº 245, Pratinha, Belém, PA - CEP. 66816-900.

- 6 - D - 1- NORMAM-13/DPC

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 13, DE 30 DE ABRIL DE 2021, publicada no DOU Nº 86 de 10/05/2021, Seção 1, pág. 12, inclua-se o ANEXO (3ª MODIFICAÇÃO DA 1ª REVISÃO DAS "NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA RECONHECIMENTO DE SOCIEDADES CLASSIFICADORAS E CERTIFICADORAS (ENTIDADES ESPECIALIZADAS) PARA ATUAREM EM NOME DO GOVERNO BRASILEIRO - NORMAM-06/DPC)

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA RECONHECIMENTO DE SOCIEDADES CLASSIFICADORAS E CERTIFICADORAS (ENTIDADES ESPECIALIZADAS) PARA ATUAREM EM NOME DO GOVERNO BRASILEIRO

NORMAM-06/DPC

- 2021 -

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA RECONHECIMENTO DE SOCIEDADES CLASSIFICADORAS E CERTIFICADORAS (ENTIDADES ESPECIALIZADAS) PARA ATUAREM EM NOME DO GOVERNO BRASILEIRO

FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE DETERMINOU E A RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Mod 1	Portaria nº 303/DPC, de 24 de outubro de 2017	An 2-A; An 4-A; e Ap 4-A-28	25/10/2017	
Mod 2	Portaria nº 102/DPC, de 28 de março de 2018	Ap.2-A-I; e Ap.4-A-15-1	04/04/2018	
Mod 3	Portaria nº 13/DPC/DGN/MB, de 30 de abril de 2021.	A totalidade das páginas da norma	30/04/2021	

CAPÍTULO 1

GENERALIDADES

0101 - PROPÓSITO

Estabelecer requisitos e procedimentos para o reconhecimento de Entidades Especializadas para atuarem em nome da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) na regularização, controle e certificação de embarcações.

0102 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As normas e procedimentos previstos na presente norma complementam os dispositivos legais em vigor, não desobrigando os utilizadores de conhecer esses dispositivos, em especial a Lei nº 9.537, de 11/12/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA) e o Decreto nº 2.596 de 18/05/98 (RLESTA). Além disso, a AMB, tendo como obrigação conferida pela mesma Lei o cumprimento do disposto nas Convenções Internacionais das quais o Brasil é Parte, adota o Código para as Organizações Reconhecidas (Código OR), publicado por meio da Resolução MSC.349(92), de 21/06/2013.

0103 - COMPETÊNCIA

a) Além dos Representantes da Autoridade Marítima devidamente designados, somente as Entidades Especializadas formalmente reconhecidas por meio de Acordo de Reconhecimento poderão realizar, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, as auditorias, inspeções, vistorias e emissões de certificados e demais documentos previstos nas Convenções e Códigos Internacionais das quais o país é signatário e/ou na legislação nacional aplicável, salvo em situações especiais, de acordo com o contido na alínea c.

b) O Acordo de Reconhecimento estabelecerá o escopo das atividades autorizadas para cada classificadora, assim como os certificados e demais documentos que poderão ser por elas emitidos.

c) Em situações especiais, provisórias ou condicionais, a critério do Representante Legal da AMB, o Acordo de Reconhecimento poderá ser substituído por Portaria.

0104 - DEFINIÇÕES

Para fim de referência, no decorrer da presente norma, serão adotadas as seguintes definições:

a) Acordo de Reconhecimento - documento firmado entre a Autoridade Marítima Brasileira e a organização reconhecida para atuar em seu nome, que estabelece o escopo e as condições específicas de cada reconhecimento. O modelo desse documento é apresentado no Anexo 2-A.

b) Certificação Estatutária - procedimento estabelecido referente à verificação da conformidade em relação a leis, regras e regulamentos dispostos pela AMB, incluindo análise de planos, vistoria e/ou auditoria levando à emissão de (ou em suporte à emissão de) um certificado em nome do Governo Brasileiro como prova do cumprimento de requisitos contidos em convenções internacionais ou em Normas da Autoridade Marítima (NORMAM).

c) Certificado Condicional - certificado estatutário com validade reduzida, emitido para viabilizar a operação regular de embarcações que apresentam deficiências ou restrições operacionais temporárias que não podem ser imediatamente sanadas e que, a critério da Organização Reconhecida (OR), não comprometem a segurança da embarcação, da carga ou das pessoas transportadas, nem risco significativo de poluição ambiental.

d) Certificado de Classe - certificado emitido pela Sociedade Classificadora para uma embarcação atestando o atendimento às suas regras específicas.

e) Certificado Estatutário - certificado emitido para atestar a conformidade da embarcação com as regras específicas constantes das Convenções e Códigos Internacionais e/ou Normas da AMB.

f) Certificado Provisório - certificado estatutário com validade reduzida que pode ser emitido para embarcações onde não foram detectadas deficiências, mas que apresentam restrições diversas que impedem a emissão imediata dos certificados definitivos.

g) Certificadora - organização que possua a capacidade comprovada de manter uma embarcação sob certificação estatutária. Tratada como OR quando reconhecida para atuar em nome da AMB.

h) Código RO - Código Internacional para as Organizações Reconhecidas.

i) Entidade Especializada - para efeito destas Normas, o termo "entidades especializadas", constante da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, refere-se às Sociedades Classificadoras e Certificadoras.

j) Evidência Objetiva - significa qualquer informação, registro ou constatação de fato pertinente à atuação da Organização Reconhecida em nome da Autoridade Marítima Brasileira, baseada na observação, medição ou teste.

k) Licença de Construção - é o documento emitido para atestar que o projeto das embarcações a serem construídas no país para operar sob a bandeira nacional ou para exportação, ou no exterior para op er ar s o b a bandeira nacional, encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.

l) Licença de Alteração - é o documento emitido para atestar que as alterações a serem realizadas em uma embarcação já regularizada encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.

m) Licença de Reclassificação - é o documento emitido para atestar que o projeto apresentado de adequação de embarcação já regularizada para operação em nova área de navegação e/ou tipo de serviço/atividade encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.

n) Licença de Construção para Embarcações já Construídas - é o documento emitido para regularizar embarcações cuja construção ou alteração já tenha sido concluída sem que tenha sido obtida uma Licença de Construção ou Alteração prévia, atestando que os seus planos e documentos apresentados encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.

o) Monitoramento - acompanhamento das atividades realizadas pelas OR, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos das convenções internacionais e das Normas da Autoridade Marítima.

p) Não Conformidade - significa uma situação observada em que uma Evidência Objetiva indica o não cumprimento de qualquer requisito específico. As não conformidades podem ser classificadas como leves ou graves.

q) Não Conformidade Grave:

1) caracteriza o desrespeito ou o desconhecimento das normas aplicáveis que acarretem, a critério da AMB, riscos significativos à segurança da navegação, à segurança da vida humana ou do material, ou de poluição ambiental;

2) caracteriza negligência, dolo ou má fé na execução de qualquer tarefa executada em nome da AMB ou associada, direta ou indiretamente, ao Acordo de Reconhecimento firmado;

3) possa denegrir a imagem da Autoridade Marítima Brasileira junto à Comunidade Marítima Nacional e/ou Internacional;

4) caracteriza a execução de serviços em desacordo com o Acordo firmado entre as partes;

5) caracteriza falta de capacidade técnica da OR ou carência de pessoal habilitado; e

6) comprova a utilização de pessoal sem habilitação profissional adequada ao tipo de serviço executado.

r) Não Conformidade Leve - caracteriza um incidente isolado, de falha em atender aos requisitos de um procedimento ou na execução de uma tarefa, que não acarrete risco significativo à segurança da navegação, da vida humana ou do material, ou à prevenção da poluição ambiental.

s) Observação - Evidência Objetiva que, apesar de não caracterizar uma não conformidade, deva ser registrada para caracterizar condição ou fato existente durante a execução de auditorias.

t) Organização Reconhecida (OR) - Entidade Especializada autorizada para atuar em nome da AMB na regularização e controle de embarcações nos aspectos relativos à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental.

u) Sociedade Classificadora - organização que possua a capacidade comprovada de manter uma embarcação sob certificação estatutária e/ou possua a capacidade comprovada de manter uma embarcação sob regras próprias de classe. Tratada como OR quando reconhecida para atuar em nome da AMB.

v) Supervisão - atividade realizada pela AMB visando assegurar que o serviço de uma OR atende aos requisitos da IMO e/ou das Normas da Autoridade Marítima.

w) Vistoriador - profissional legalmente habilitado, possuidor de treinamento, qualificação e delegação de competência para atuar, em nome da OR, na realização dos serviços previstos nas Convenções e Códigos Internacionais e/ou na legislação nacional correspondente. Os sócios com atribuições de responsabilidade técnica estabelecida no Contrato Social ou documento equivalente, detentores da habilitação, qualificação e treinamento inerentes à atividade de vistoriador, também poderão ser considerados vistoriadores para efeito de aplicação da presente norma.

x) Vistoriador Exclusivo - possui vínculo exclusivo e permanente de trabalho com a respectiva OR, em conformidade com a legislação nacional.

y) Vistoriador Não Exclusivo - profissional contratado para atuar em nome da OR que não possui vínculo exclusivo e permanente de trabalho com a respectiva OR, em conformidade com a legislação nacional. É permitido à OR subcontratar vistoriadores não exclusivos para a realização de vistorias rádio, de acordo com a seção 5.9 da parte 2 do Código das OR.

CAPÍTULO 2

DO RECONHECIMENTO

0201 - ABRANGÊNCIA DO RECONHECIMENTO

O reconhecimento para atuar em nome da AMB será relativo à realização de testes, medições, cálculos, vistorias, inspeções, auditorias em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, previstos nas Convenções e Códigos Internacionais e nas demais normas nacionais aplicáveis.

A abrangência do reconhecimento concedido a cada OR será estabelecida através de apêndice ao Acordo de Reconhecimento, onde serão especificados os serviços que poderão ser por ela executados em nome da AMB.

0202 - REQUISITOS GERAIS PARA O RECONHECIMENTO

As condições básicas para uma OR ser reconhecida para atuar em nome da AMB são as seguintes:

a) Independência: a OR e seus vistoriadores não deverão engajar em qualquer atividade que possa conflitar com a sua independência de julgamento e integridade em relação à certificação estatutária e serviços correlatos. Além disso não deverão ser projetista, fabricante, fornecedor, instalador, comprador, proprietário, usuário ou mantenedor do item submetido à certificação estatutária e serviços correlatos, e nem o representante autorizado de quaisquer dessas partes. A OR não deverá ser substancialmente dependente de uma única empresa como cliente para a formação de sua renda.

b) Imparcialidade: o pessoal das OR deverá ser livre de qualquer pressão que possa afetar seu julgamento ao realizar suas tarefas. Deverão ser implementados procedimentos para impedir influência externa nos resultados dos serviços executados. Os procedimentos estabelecidos pela OR deverão ser aplicados indiscriminadamente a todos os clientes.

c) Integridade: A OR deverá ter sua atuação pautada em princípios de comportamento ético, que deverão estar contidos em um Código de Ética. O Código de Ética deverá explicitar a responsabilidade inerente a uma delegação de autoridade visando o adequado desempenho nos serviços.

d) Possuir competência, habilitação e capacidade para organizar, dirigir e supervisionar as auditorias, vistorias e emissão de certificados e demais documentos previstos na legislação aplicável, de modo a assegurar o cumprimento das prescrições correspondentes, devendo:

1) dispor de pessoal qualificado e em número suficiente para supervisionar, avaliar e conduzir as auditorias e vistorias aplicáveis;

2) dispor de meios para desenvolvimento e manutenção de procedimentos e instruções adequadas;

3) prover a constante e contínua atualização da documentação referente às interpretações das regras e normas pertinentes;

4) apoiar técnica e administrativamente o pessoal de campo (auditores e vistoriadores); e

5) avaliar os relatórios das vistorias e auditorias de modo a prover e acumular experiência prática, além de garantir a qualidade e a conformidade dessas atividades em relação às Convenções e Códigos Internacionais e às Normas da AMB.

e) As OR que sejam Sociedades Classificadoras devem apresentar regras e regulamentos próprios de construção e classificação de embarcações, sistemas e equipamentos, adequados para a navegação, tipo de embarcação e/ou características de serviço considerados, os quais deverão conter informações relativas aos seguintes aspectos:

1) construção, verificação e aceitação do casco e seus acessórios, sistemas, máquinas e itens de segurança;

2) aprovação de materiais e equipamentos e possuir normas para inspeção e aceitação desses itens; e

3) execução das vistorias periódicas para entrada e manutenção em classe e para a emissão, endosso e renovação dos certificados correspondentes.

f) Elaborar e manter atualizadas todas suas regras, regulamentos e procedimentos necessários à realização dos serviços em nome da AMB.

g) Manter versões atualizadas de todos os regulamentos, códigos, convenções, normas e procedimentos necessários para a realização dos serviços para os quais foi autorizada a atuar em nome da AMB.

h) Comprovar capacidade técnica para executar, dentro do escopo do reconhecimento solicitado, os seguintes serviços:

1) analisar e aprovar os planos estruturais, estudos de estabilidade, arranjos e especificações de instalações de máquinas e demais sistemas essenciais à operação segura do navio, de acordo com as suas regras de construção e classificação, assim como outros planos e documentos previstos em instruções específicas da AMB;

2) realizar vistorias do navio, como um todo, durante a sua construção, incluindo o acompanhamento da edificação e montagem do casco e superestruturas, dos sistemas de eletricidade, propulsão e sistemas auxiliares, assim como nos equipamentos do navio;

3) realizar inspeções e testes dos materiais e processos utilizados na edificação do casco e na montagem das máquinas e demais equipamentos dos navios;

4) efetuar os cálculos necessários à emissão dos Certificados de Arqueação e Borda Livre;

5) executar as auditorias, inspeções e/ou vistorias necessárias à emissão, endosso e renovação dos certificados e à verificação das condições de segurança das embarcações;

6) efetuar vistorias necessárias à manutenção dos certificados emitidos pela OR após o navio ter sofrido uma avaria que possa ter afetado sua condição de segurança; e

7) Emitir os certificados que estejam dentro de sua competência segundo esta norma, baseados na análise e aprovação dos relatórios de seus vistoriadores e inspetores.

i) Manter, em caráter permanente, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 48 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional.

j) A OR executará certificação estatutária e serviços usando somente vistoriadores e auditores exclusivos, devidamente qualificados, treinados e formalmente autorizados para executar suas atividades, dentro do seu nível de responsabilidade. É permitido à OR subcontratar vistoriadores não exclusivos para a realização de vistorias rádio, de acordo com a seção 5.9 da parte 2 do Código das OR.

k) Responsabilidade: A OR deverá estabelecer formalmente as responsabilidades, autoridades, qualificações e inter-relação do pessoal cuja tarefa esteja diretamente ligada à qualidade dos serviços prestados.

l) Possuir um sistema documentado para a formação e treinamento dos vistoriadores e demais colaboradores que sejam empregados na execução das tarefas relacionadas ao reconhecimento e que possibilite a atualização contínua de seus conhecimentos específicos. Esse sistema envolverá cursos e adestramentos, sendo emitidos certificados de conclusão ou documento equivalente que ateste a qualificação dos participantes.

m) Possuir instruções e/ou procedimentos a serem cumpridos pelas subcontratadas, bem como, critérios de seleção, aprovação e supervisão dos serviços prestados por essas empresas para realização de serviços abrangidos pelo Acordo de Reconhecimento. O processo de qualificação e de homologação das subcontratadas deverá conter um programa documentado, que deverá incluir as prescrições específicas que a empresa e seus técnicos devem satisfazer.

n) Manter programa de qualidade em conformidade com a série ISO 9000 e apresentar Certificado de Qualidade correspondente, abrangendo a sede e demais escritórios, emitido por órgão credenciado pelo INMETRO, que não poderá ser controlado, associado ou apresentar qualquer tipo de vínculo organizacional com a OR.

o) Apresentar competência, capacidade e os meios adequados para realizar as auditorias internas e os controles exigidos pelo seu próprio sistema de qualidade.

p) Ter como responsáveis pelas vistorias, auditorias, cálculos e emissão de certificados de classe e estatutários, profissionais cujas qualificações satisfaçam as exigências legais que regulamentam o exercício da profissão de engenheiros e técnicos afins, que estejam devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de jurisdição e que tenham recebido treinamento adequado para execução dessas tarefas. Os demais técnicos e profissionais que trabalham no apoio aos serviços listados deverão ter qualificação técnica e a supervisão correspondente às tarefas que venham a executar. Os responsáveis pelas assinaturas dos certificados estatutários deverão estar registrados nos CREA como responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico da empresa. Para o atendimento do requisito necessário à assinatura dos certificados estatutários referentes ao Sistema de Gerenciamento de Segurança (ISM Code) e ao Sistema de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), poderão ser empregados oficiais da Reserva da Marinha do Brasil ou da Marinha Mercante, com experiência em embarque e qualificação adequada como auditores em Sistemas de Segurança e em Sistemas de Proteção, desde que seja cumprido o preconizado na alínea j anterior. A OR deverá disponibilizar, em seu sítio da internet, a relação atualizada de todos os seus vistoriadores exclusivos com as respectivas qualificações e tipos de vistorias autorizados a realizar em nome da AMB.

q) Comprovar a regularização da empresa junto aos órgãos próprios previstos pela legislação em vigor, incluindo o registro da OR no CREA de jurisdição da sede e dos escritórios porventura instalados. As atividades serão limitadas à habilitação dos profissionais executantes.

r) Apresentar organograma ou documento equivalente, especificando claramente as atribuições e responsabilidades de cada setor e indicando as pessoas e cargos com suas respectivas atribuições e competência, inclusive para assinatura de certificados e documentos relacionados ao reconhecimento.

s) Designar os Pontos de Contato autorizados a manter entendimentos com a AMB, especificando os assuntos da competência de cada um.

t) As OR deverão manter a Autoridade Marítima Brasileira informada sobre as embarcações certificadas e disponibilizar acesso ao sistema corporativo de controle de vistorias e emissão de certificados estatutários e de classe. Esse sistema, de caráter obrigatório, a ser desenvolvido pela OR, deverá prover facilidades para que as informações sobre a situação das embarcações certificadas também estejam acessíveis, além da Autoridade Marítima Brasileira, ao Armador, aos Inspetores Navais (Port State Control Officers) e à empresa seguradora envolvida com a embarcação, conforme estabelecido nos Procedimentos IACS Req. 2009/Rev. 1 2015 "Transparency of Classification and Statutory Information".

0203 - CERTIFICADOS DE CLASSE

A Organização Reconhecida que possua Regras de Classificação para navios e plataformas marítimas está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os certificados de classe para os navios e plataformas marítimas que operem sob a jurisdição da Autoridade Marítima Brasileira, respeitado o contido no Acordo de Reconhecimento. A aplicabilidade do projeto, construção e manutenção dos navios e plataformas marítimas sob as regras de classe será estabelecida conforme preconizado nas Normas da Autoridade Marítima e nas Convenções Internacionais.

0204 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA A NAVEGAÇÃO INTERIOR

As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para atuar em nome da AMB na Navegação Interior, em adição aos requisitos gerais anteriormente apresentados, deverão:

a) Manter no país, em caráter permanente, estrutura administrativa e técnica que seja capaz de realizar, dentro do escopo do Acordo de Reconhecimento, todos os serviços inerentes à classificação e certificação das embarcações empregadas na navegação interior, incluindo a análise estrutural, avaliação dos sistemas de máquinas, cálculo da borda livre e arqueação, verificação da estabilidade intacta e estanqueidade, análise e aprovação do projeto, acompanhamento da construção e todos os serviços necessários para confirmar a manutenção dos requisitos durante a operação dessas embarcações.

b) As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para regularizar e certificar as embarcações destinadas ao transporte de substâncias químicas perigosas a granel na Navegação Interior deverão, adicionalmente, comprovar competência, capacidade e os meios adequados para efetuar as avaliações e/ou cálculos pertinentes ao assunto relativos à:

1) arranjos e capacidade de sobrevivência do navio;
2) contenção das cargas e materiais de construção;
3) controle de temperatura das cargas e transferência de cargas;
4) sistema de ventilação dos tanques de carga e de controle ambiental;
5) proteção pessoal;
6) requisitos operacionais; e
7) lista de produtos químicos autorizados.

c) As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para regularizar e certificar as embarcações destinadas ao transporte de gases liquefeitos a granel na Navegação Interior deverão, adicionalmente, comprovar competência, capacidade e os meios adequados para efetuar as avaliações e/ou cálculos pertinentes ao assunto relativos à:

1) arranjos e capacidade de sobrevivência do navio;
2) contenção das cargas e materiais de construção;
3) dimensionamento de vasos de pressão e sistemas de redes de líquidos, vapor e pressão;
4) sistema de ventilação dos tanques de carga e controle ambiental;
5) proteção pessoal
6) emprego da carga como combustível; e
7) requisitos operacionais.

d) As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para regularizar e certificar as embarcações destinadas a operar na Hidrovia Paraguai-Paraná deverão, adicionalmente, apresentar, a critério da AMB, estrutura técnica e organizacional compatível para classificar embarcações que efetuam viagens internacionais, sujeitas à fiscalização de representantes de outras Administrações.

0205 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA A NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para atuar em nome da AMB na Navegação de Mar Aberto, em adição aos requisitos gerais anteriormente apresentados, deverão:

a) Comprovar experiência e capacidade técnica na classificação de embarcações, sendo que, no caso de entidades associadas ou representantes de entidades estrangeiras, poderá ser considerada a experiência e a frota classificada da entidade estrangeira, para efeitos de atendimento a este item.

b) Manter no país, em caráter permanente, estrutura administrativa e técnica que seja capaz de realizar, dentro do escopo do Acordo de Reconhecimento, todos os serviços inerentes à classificação e certificação das embarcações empregadas na navegação de mar aberto que não estejam sujeitas às Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil, incluindo a análise estrutural, avaliação dos sistemas de máquinas, cálculo da borda-livre e arqueação, verificação da estabilidade intacta e estanqueidade, análise e aprovação do projeto, acompanhamento da construção e todos os serviços necessários para confirmar a manutenção dos requisitos durante a operação dessas embarcações.

c) As Sociedades Classificadoras e Certificadoras que solicitem reconhecimento para regularizar e certificar as embarcações destinadas ao transporte de substâncias químicas perigosas a granel e/ou transporte de gases liquefeitos a granel na Navegação de Mar Aberto, que não estejam sujeitas às Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil, deverão, adicionalmente, comprovar a competência, capacidade e os meios especificados anteriormente para a Navegação Interior.

0206 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA A CERTIFICAÇÃO E CONTROLE EM CONFORMIDADE COM AS CONVENÇÕES E CÓDIGOS INTERNACIONAIS

As Sociedades Classificadoras e Certificadoras que solicitem reconhecimento para atuar em nome da AMB na emissão de certificados e/ou execução de auditorias, vistorias e inspeções previstos nas Convenções e Códigos Internacionais das quais o Brasil é signatário, em adição aos requisitos gerais anteriormente apresentados, deverão:

a) Comprovar experiência e capacidade técnica na classificação de embarcações, sendo que, no caso de entidades associadas ou representantes de sociedades classificadoras estrangeiras, poderá ser considerada a experiência e a frota total classificada, para efeitos de atendimento a este item.

b) Possuir competência, capacidade, meios e programas de treinamento em conformidade com o previsto no Código de OR da Organização Marítima Internacional.

c) Para as embarcações sujeitas às Convenções e Códigos Internacionais, bem como, para aplicação das regras das próprias Sociedades Classificadoras para a classificação dessas embarcações, a AMB poderá, a seu critério, concordar que a realização de serviços afetos a esses documentos sejam realizados no exterior. Nesses casos, a OR deverá encaminhar à AMB uma lista detalhada dos serviços inerentes à classificação e/ou certificação a serem realizados.

d) Emitir os certificados e documentos relacionados às Convenções e/ou Códigos Internacionais e/ou à classe dessas embarcações no país, que deverão ser assinados por funcionário da OR, brasileiro, habilitado e residente no Brasil.

e) As vistorias de equipamentos rádio poderão ser realizadas por empresas que ofereçam um serviço de inspeção das instalações correspondentes e que sejam aprovadas e supervisionadas pela OR, de acordo com um programa por ela aprovado e documentado. Este programa incluirá a definição das prescrições específicas que a empresa e seus técnicos devem satisfazer, entre elas, um treinamento interno, cujo conteúdo envolverá, no mínimo, radiotelefonia e radares.

Os vistoriadores dos equipamentos rádio (exclusivos, não exclusivos ou funcionários das empresas subcontratadas) deverão ter completado, satisfatoriamente, curso de formação específica e terem sido submetidos a um programa de treinamento interno. Deverão ter, no mínimo, um ano de experiência como auxiliares de técnico em radioeletricidade.

f) Para certificação, relativa a navios, do Código Internacional de Proteção Para Navios e Instalações Portuárias (ISPS) deverá, adicionalmente aos requisitos previstos nesta norma, atender ao contido no subitem 4.5 da Parte B do referido Código e nas diretrizes contidas na Circular nº 1074 do Comitê de Segurança Marítima da IMO.

0207- REQUISITOS ADICIONAIS PARA CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMAS DE MERGULHO

As OR que solicitem reconhecimento para atuar em nome da AMB na emissão de certificados e/ou execução de auditorias, vistorias e inspeções em sistemas de mergulho, em adição aos requisitos gerais anteriormente apresentados, deverão comprovar competência técnica e dispor dos meios necessários para verificar se os sistemas de mergulho, instalações, arranjos, equipamentos, demais componentes e suas condições de manutenção estão em conformidade com as disposições do Código de Segurança para Sistemas de Mergulho da IMO ("Code of Safety for Diving Systems"), adotado pela Resolução A.536(13) e emendado pelas Resoluções A.583(14) e A.831(19).

0208- DOCUMENTAÇÃO

a) As Entidades Especializadas que solicitem reconhecimento para atuar em nome da AMB deverão dispor de modelos dos seguintes documentos:

1) listas de verificação ("check lists") para orientar seu pessoal responsável pela execução de vistorias e auditorias relacionadas com a autorização recebida para atuar em nome da AMB;

2) certificados e relatórios correspondentes ao reconhecimento solicitado em conformidade com as Convenções e Códigos Internacionais das quais o Brasil é signatário e/ou com a legislação nacional aplicável; e

3) carimbos ou selos empregados para aprovação ou autenticação de documentos, especificando a sua finalidade e significado, quando aplicável.

b) Os documentos emitidos para atestar a conformidade ou atender requisitos específicos estabelecidos na legislação nacional ou no Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, incluindo certificados, licenças, relatórios de vistorias e relatórios de análise de planos, deverão ser apresentados em português.

c) Os documentos emitidos para atestar a conformidade ou atender requisitos específicos estabelecidos nas Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil deverão ser apresentados em português e em inglês, com exceção de relatórios de vistorias e de análise de planos e documentos, que poderão ser apresentados em português e/ou inglês.

d) Quando as normas da Autoridade Marítima previrem a aplicação dos Códigos e Convenções Internacionais em embarcações empregadas na Navegação Interior ou em embarcações empregadas na Navegação de Mar Aberto que não efetuem viagens internacionais, os documentos emitidos para atestar a conformidade ou atender requisitos específicos estabelecidos naquelas convenções poderão ser emitidos somente em português ou em português e inglês, a critério da OR.

e) As regras de construção e classificação relativas à navegação interior deverão ser apresentadas em português.

f) As regras de construção e classificação aplicáveis às embarcações empregadas na navegação de mar aberto poderão ser apresentadas em português e/ou inglês.

g) As regras deverão ser atualizadas periodicamente, refletindo a evolução dos materiais e processos de fabricação e dos padrões de segurança estabelecidos para a construção e operação de navios ou sistemas.

h) As regras e regulamentos deverão ser de autoria da própria OR, sendo admitida, entretanto, a utilização total ou parcial de regras de outra OR desde que esta seja ligada à requerente por sociedade claramente especificada no Contrato Social, ou quando houver permissão formal autorizando o seu uso.

0209 - REQUISITOS DE OPERAÇÃO

As OR, durante o período de vigência do Acordo de Reconhecimento, deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Manter sua documentação atualizada junto à AMB tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos legais e administrativos.

b) Manter arquivo atualizado das normas, publicações e demais documentos emanados da AMB que estejam relacionados com as atividades desenvolvidas em conformidade com o Acordo de Reconhecimento.

c) Editar e publicar suas Regras e Regulamentos, incorporando todas as alterações aprovadas de modo a mantê-las atualizadas, encaminhando à AMB todas essas alterações.

d) Editar periodicamente o Registro de Navios Classificados e Certificados, encaminhando cópia de tal registro à Autoridade Marítima Brasileira, bem como, suas atualizações.

e) Informar à AMB as eventuais alterações em sua estrutura e organização, de seu pessoal técnico e ou respectivas funções, inclusive com relação aos escritórios ou agências mantidas pela OR fora da sua sede.

f) Manter em arquivo todos os certificados, relatórios, memórias de cálculo, planos aprovados e outros documentos emitidos que estejam relacionados, direta ou indiretamente, com o Acordo de Reconhecimento firmado.

g) Encaminhar mensalmente à AMB:

1) relação dos certificados emitidos em decorrência do Acordo de Reconhecimento firmado, por embarcação, indicando as respectivas datas de emissão e validade, podendo ser utilizada a via digital;

2) cópias desses certificados, incluindo os certificados de classe e demais documentos emitidos em conformidade com o Acordo de Reconhecimento, podendo ser utilizada a via digital; e

3) relação das vistorias e auditorias realizadas em navios de bandeira brasileira.

h) Comunicar imediatamente à AMB ao constatar que:

1) o estado de um navio ou de a l gum d os seus equipamentos não corresponde, no essencial, às indicações de certificado ou documento emitido em seu nome ou associado, direta ou indiretamente, ao Acordo de Reconhecimento firmado; e

2) um navio apresenta deficiências que acarretem em perigo para o próprio navio ou para as pessoas a bordo.

I) Informar sempre que qualquer certificado ou documento emitido em decorrência do Acordo de Reconhecimento firmado for cancelado, apresentando os motivos para tal procedimento.

j) Remeter e manter atualizada junto à AMB, a lista de vistoriadores e auditores, incluindo os não exclusivos, bem como, das empresas subcontratadas para apoio às vistorias e auditorias.

k) Apresentar, até o dia 30 de janeiro de cada ano, um relatório anual detalhado descrevendo as atividades desenvolvidas em nome da AMB no ano anterior.

0210 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DAS OR

A OR deverá, baseada nas disposições destas Normas, desenvolver e implementar um sistema de gestão da qualidade e continuamente melhorar sua eficácia.

a) Política de qualidade, segurança e prevenção da poluição:

A OR deverá definir e documentar sua política, objetivos e compromisso relativos à qualidade, segurança e prevenção da poluição. Em particular, a administração da OR deverá:

1) assegurar que a política e os objetivos sejam estabelecidos;

2) assegurar que a política e os objetivos sejam apropriados ao propósito da organização;

3) disseminar internamente a política e os objetivos, incluindo as disposições aplicáveis à certificação estatutária e serviços correlatos, e assegurar o seu entendimento no âmbito da organização;

4) assegurar uma suficiente disponibilidade de recursos;

5) incluir um compromisso de cumprir todos os requisitos aplicáveis e continuamente melhorar a eficácia do sistema de gestão da qualidade;

6) efetuar revisões de gestão, incluindo uma programação de revisão dos objetivos da qualidade; e

7) rever e atualizar, continuamente, a política da qualidade, os objetivos e o sistema de gestão da qualidade.

b) Requisitos de documentação:

O sistema de gestão da qualidade deverá incluir a seguinte documentação:

1) política da qualidade e objetivos da qualidade;

2) manual da qualidade;

3) procedimentos e registros requeridos por esta Norma e pela legislação nacional;

4) procedimentos para assegurar os efetivos planejamento, operação e controle dos processos da OR;

5) regras e regulamentos aplicáveis aos serviços autorizados da OR;

6) relação de embarcações para as quais são realizados certificação estatutária e serviços correlatos;

7) documentos de outros processos que sejam considerados necessários, incluindo quaisquer circulares ou cartas, a fim de fornecer aos vistoriadores e ao corpo administrativo informações atualizadas sobre classificação e certificação;

8) especificações e diagramas definindo processos de serviço; e

9) relatórios padronizados, listas de verificação e certificados apropriados às atividades cobertas pela certificação.

O sistema de gestão da qualidade deverá também acatar as diretrizes e manter atualizados documentos externos, tais como:

1) normas nacionais e internacionais necessárias às atividades delegadas;

2) convenções e resoluções da IMO;

3) documentos e dados submetidos à OR para verificação e/ou aprovação; e

4) correspondências administrativas relevantes.

c) Manual da Qualidade:

A OR deverá estabelecer e manter um manual de qualidade que inclua:

1) abrangência do sistema de gestão da qualidade, incluindo as exclusões;

2) política e objetivos do sistema;

3) descrição das áreas de atividade e competência da OR;

4) informações sobre a localização e contatos do seu escritório central e filiais;

5) informações sobre o posicionamento da OR na estrutura organizacional de sua controladora (quando aplicável);

6) organograma da estrutura da OR;

7) indicação formal da pessoa designada como responsável pelo sistema de gestão da qualidade da OR;

8) indicação dos serviços que está capacitada a realizar;

9) política de qualificação e treinamento de pessoal;

10) descrição e interação dos processos relacionados com o sistema de gestão da qualidade; e

11) descrição de todos os demais documentos requeridos pelo sistema de gestão da qualidade.

d) Controle de documentos:

Os documentos requeridos pelo sistema de gestão da qualidade deverão ser controlados. O controle será aplicado a todos os documentos, incluindo os disponíveis em meio eletrônico. O procedimento para o controle de documentos deverá abranger:

1) aprovação de documentos antes de sua emissão;

2) revisão e atualização dos documentos;

3) controle das modificações dos documentos;

4) disponibilização de documentos atualizados para pronto uso;

5) manutenção da integridade física e da identificação dos documentos;

6) controle da distribuição e identificação de cópias dos documentos internos e externos; e

7) identificação dos documentos obsoletos, a fim de prevenir sua utilização indevida.

e) Controle de registros:

Deverão ser estabelecidos registros para evidenciar a conformidade com os requisitos destas Normas e da operação eficiente do sistema de gestão da qualidade. Os registros deverão ser controlados.

A OR deverá estabelecer um procedimento formal para definir os controles necessários para identificação, armazenamento, proteção, recuperação, retenção e disposição dos registros. Os registros deverão ser mantidos legíveis, prontamente identificáveis e recuperáveis.

A OR deverá assegurar que os registros demonstrem a consecução dos padrões requeridos nos termos cobertos pela certificação estatutária e serviços executados, bem como a operação eficiente do sistema de gestão da qualidade. Os demais registros deverão ser arquivados, no mínimo, pelo período para o qual a certificação estatutária e serviços sejam providos pela OR. Os registros específicos para um navio deverão ser retidos por um período mínimo de cinco anos, além do período para o qual a certificação estatutária e serviços sejam providos pela OR para aquele navio.

Os registros deverão incluir pelo menos aqueles pertinentes a:

1) elaboração de regras e regulamentos e pesquisa associada;

2) a aplicação das regras e regulamentos e requisitos estatutários por meio de:

a) verificação e/ou aprovação de documentos e/ou desenhos pertinentes ao projeto;

b) aprovação e vistoria de materiais e equipamentos;

c) vistoria durante a construção;

d) vistoria durante a vida útil da embarcação; e

e) emissão de certificados.

3) a lista de embarcações; e

4) todos os demais registros requeridos pelo sistema de gestão da qualidade e quaisquer requisitos adicionais estabelecidos pela Autoridade Marítima Brasileira.

f) Planejamento:

A OR deverá assegurar que objetivos de qualidade, incluindo aqueles necessários para cumprir os requisitos de certificação estatutária e serviços sejam estabelecidos nas funções e níveis pertinentes no âmbito da organização.

Os objetivos de qualidade deverão ser mensuráveis e compatíveis com a política de qualidade.

A OR deverá considerar no seu planejamento os elementos a seguir identificados, e usar o resultado para avaliar a eficácia dos seus padrões e procedimentos e o impacto deles na segurança da vida humana, da propriedade e no meio ambiente marinho:

1) que o planejamento do sistema de gestão da qualidade seja feito para cumprir os requisitos dos instrumentos obrigatórios da IMO, incluindo mas não se limitando ao Código das Organizações Reconhecidas, seu sistema de gestão da qualidade e a legislação brasileira;

2) que a integridade do sistema de gestão da qualidade seja mantida quando mudanças no sistema de gestão da qualidade são planejadas e implementadas;

3) que as necessidades e expectativas dos clientes e outras partes interessadas sejam levadas em consideração, como por exemplo as considerações da IMO, da AMB e por associações da indústria;

4) a eficácia dos serviços baseada em estatísticas do controle do Estado do porto, acidentes, tendências de perdas e realimentação obtida de utilizadores internos e externos;

5) o desempenho dos processos do sistema de gestão da qualidade baseado na realimentação por auditorias internas, não conformidades e comentários internos;

6) lições aprendidas de experiência prévia e provindas de exame de relatórios de vistorias, investigações de acidentes ou fontes externas; e

7) outras fontes de informação identificando oportunidades de melhoria.

A OR deverá identificar e planejar os processos requeridos para o sistema de gestão da qualidade, e determinar a sequencia e a interação desses processos.

A OR deverá determinar os requisitos a serem cumpridos e os critérios para assegurar tanto a operação como o controle desses processos, incluindo os critérios para aceitação, e avaliar os recursos necessários.

A OR deverá planejar e desenvolver os processos requeridos para a certificação estatutária e serviços. O planejamento da produção de certificação estatutária e serviços deverão ser consistentes com os requisitos de outros processos do sistema de gestão da qualidade.

Ao planejar a produção de certificação estatutária e serviços, a OR deverá determinar o seguinte, conforme apropriado:

1) objetivos e requisitos de qualidade para a certificação estatutária e serviços;

2) a necessidade de estabelecer processos e documentos, e de prover recursos específicos da atividade;

3) as necessidades de verificação, validação, monitoramento, medição, atividades de inspeção e teste, e os critérios para aceitação; e

4) os registros necessários para prover evidência de que a certificação estatutária e serviços cumprem os requisitos do sistema de gestão da qualidade, dos requisitos dispostos no Código e da legislação brasileira.

O produto desse planejamento deverá ser numa forma adequada à estrutura da OR ao seu método de operação. O produto do planejamento deve considerar:

1) a responsabilidade e autoridade para desenvolver planos de melhoria;

2) habilidades e conhecimentos necessários;

3) aperfeiçoamento nas abordagens, metodologia e ferramentas;

4) requisitos de recursos;

5) necessidades de planejamento de alternativas;

6) indicadores de conquistas de desempenho; e

7) a necessidade de documentação e registros.

0211 - ORGANIZAÇÃO

O relativo tamanho, estrutura, experiência e capacitação da OR deverão ser proporcionais ao tipo e grau de certificação estatutária e serviços autorizados pelo Estado de bandeira.

A OR deverá comprovar competência técnica, administrativa e gerencial e a capacidade de assegurar o provimento de serviços com qualidade e no tempo adequado.

A OR deverá nomear um membro de sua administração que, independentemente de outras tarefas, deverá ter a responsabilidade e a autoridade que possibilitem:

1) assegurar que processos necessários ao sistema de gestão da qualidade sejam estabelecidos, implementados e mantidos;

2) assegurar que processos requeridos para a efetiva produção de certificação estatutária e serviços sejam estabelecidos, implementados e mantidos;

3) reportar à alta administração sobre o desempenho do sistema de gestão da qualidade, a produção de certificação estatutária e serviços e qualquer necessidade de melhoria; e

4) assegurar a promoção da conscientização de todos os requisitos no âmbito da OR.

A OR deverá assegurar que as responsabilidades e as autoridades sejam definidas e disseminadas internamente.

0212 - COMUNICAÇÕES

A OR deverá cumprir o preconizado no Item 3.9 da Parte 2 do Código das Organizações Reconhecidas.

0213 - REVISÃO GERENCIAL

A OR deverá cumprir o preconizado no Item 3.10 da Parte 2 do Código das Organizações Reconhecidas.

0124- RECURSOS

a) Aspectos Gerais

A OR deverá determinar e prover os recursos adequados em termos de capacitação técnica, gerencial e de vistoria para o cumprimento das tarefas atribuídas, e os necessários para implementar o sistema de gestão da qualidade e para a contínua melhoria de sua eficiência, e para melhorar seu desempenho na produção de certificação estatutária e serviços.

A OR deverá ser capaz de comprovar uma extensa experiência em avaliação de projetos, construções e equipamentos de navios, e a capacitação para efetivamente executar certificação estatutária e serviços em nome da AMB.

A OR deverá ter a capacidade de:

1) prover a publicação e a manutenção sistemática de regras e/ou regulamentos para o projeto, a construção e a certificação de navios e seus sistemas essenciais de engenharia associados, bem como prover uma capacitação adequada de pesquisa para assegurar a adequada atualização dos critérios publicados. É exigido que a OR mantenha uma versão atualizada de sua publicação em língua Inglesa; e

2) permitir a participação de representantes da AMB e outras partes interessadas no desenvolvimento de suas regras e regulamentos.

b) Pessoal

A OR deverá ser dotada, permanentemente, de um corpo gerencial, técnico, de apoio e de pesquisa proporcional ao tamanho e composição da frota por ela classificada, e ao envolvimento da organização em construção, reparo e conversão de navios. A OR deverá ser capaz de designar para cada local de trabalho, quando e na medida do necessário, os meios e a equipe proporcionais às tarefas a executar de acordo com os requisitos deste Código e do Estado de Bandeira.

A administração de uma OR deverá ter competência, capacitação e capacidade para organizar, gerenciar e controlar o desempenho de certificação estatutária e serviços a fim de comprovar o cumprimento dos requisitos pertinentes às tarefas delegadas e deverá, entre outras coisas:

1) possuir um número adequado de pessoal competente para supervisão, avaliação técnica e vistoria;

2) desenvolver e manter procedimentos e instruções apropriados;

3) manter documentação atualizada sobre interpretação dos instrumentos pertinentes;

4) dar suporte técnico e administrativo ao pessoal de campo; e

5) rever relatórios de vistoria e cartas de aprovação de planos em termos de precisão, obediência aos requisitos e como fonte de experiência para o continuo aperfeiçoamento.

c) Infraestrutura

A OR deverá determinar, prover e manter a infraestrutura requerida para executar a certificação estatutária e serviços de acordo com os requisitos dos instrumentos obrigatórios da IMO. A infraestrutura inclui, conforme aplicável:

1) instalações prediais, espaços de trabalho e serviços associados;

2) equipamentos de processo (hardware e software); e

3) serviços de apoio, incluindo transporte, comunicações, instrução e sistemas de informação.

Os sistemas (hardware e software) supridos ao vistoriador deverão ser identificados e possuir a instrução pertinente ao seu uso. Especial consideração deve ser dada à situação onde um vistoriador esteja trabalhando fora do escritório sede.

d) Ambiente de trabalho

A OR deverá possuir ambiente de trabalho seguro e apropriado à execução da certificação estatutária e serviços. Embora entendido que tais condições ambientais não são supridas pela OR, as condições ambientais sob as quais a execução da vistoria será admitida deverão ser comunicadas com clareza ao cliente antes do início da vistoria.

A OR deverá determinar os necessários procedimentos de trabalho requeridos para a execução segura e eficaz da certificação estatutária e serviços. A instrução da equipe sobre segurança individual deverá ser executada e documentada.

Deverão ser estabelecidos e controlados os requisitos para o uso de equipamento de proteção individual durante a execução de certificação estatutária e serviços, e procedimentos de segurança pessoal dos vistoriadores.

0215 - PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA E DE SERVIÇOS

A OR deverá cumprir o preconizado no Item 5 da Parte 2 do Código das Organizações Reconhecidas.

0216 - MEDIÇÃO, ANÁLISE E MELHORIA DE DESEMPENHO

A OR deverá cumprir o preconizado no Item 6 da Parte 2 do Código das Organizações Reconhecidas.

0217 - PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DO RECONHECIMENTO

a) Para solicitar o reconhecimento inicial ou a renovação de reconhecimento já concedido, a Sociedade Classificadora ou Certificadora deverá encaminhar requerimento, contendo os documentos que comprovem a conformidade com os requisitos estabelecidos nesta Norma, bem como, de declaração explícita da aceitação das condições, exigências e limitações impostas pela AMB.

b) O requerimento para renovação de reconhecimento previamente concedido deverá ser encaminhado à AMB com, no mínimo, seis meses de antecedência ao término do período de validade do reconhecimento em curso.

c) A classificadora deverá, também, apresentar desempenho satisfatório em auditoria inicial ou de renovação, conduzida pela AMB, quando será verificado o atendimento aos requisitos estabelecidos na presente Norma.

d) Caso sejam constatadas não conformidades durante o processo para o reconhecimento inicial de uma OR, sua concessão ficará condicionada à análise pela AMB da quantidade, classificação e a natureza das não conformidades porventura verificadas, ficando a seu critério a adoção de um dos seguintes procedimentos:

1) não conceder o reconhecimento inicial;

2) estabelecer prazo para correção das não conformidades, antes de conceder o reconhecimento inicial; ou

3) conceder o reconhecimento inicial provisório, estabelecendo prazo para a OR corrigir as não conformidades apontadas na auditoria. Nesses casos a AMB poderá reduzir a abrangência solicitada para o Acordo de Reconhecimento, podendo formalizar a delegação por Portaria.

e) Caso sejam constatadas não conformidades durante o processo para a renovação do reconhecimento de uma OR, sua concessão ficará condicionada à análise pela AMB da quantidade, classificação e natureza das não conformidades porventura verificadas, ficando a seu critério a adoção de um dos seguintes procedimentos:

1) estabelecer prazo para correção das não conformidades, concedendo um reconhecimento provisório, podendo formalizá-lo por Portaria;

2) reduzir a abrangência solicitada para o Acordo de Reconhecimento anteriormente concedido, limitando as atividades que a classificadora pode executar em nome da AMB;

3) suspender temporariamente o reconhecimento até a correção de parte ou da totalidade das não conformidades verificadas; ou

4) não renovar o reconhecimento anteriormente concedido à OR.

f) A Autoridade Marítima Brasileira poderá conceder excepcionalmente um reconhecimento provisório para organizações reconhecidas que não atendam integralmente aos requisitos estabelecidos nesta norma de modo a possibilitar o desenvolvimento de classificadoras nacionais existentes, viabilizar a criação de novas classificadoras e/ou fomentar a regulamentação e o desenvolvimento de regras para grupos ou categorias de embarcações. Neste caso, o reconhecimento poderá ser formalizado por Portaria.

0218 - VALIDADE DO ACORDO DE RECONHECIMENTO

a) O Acordo de Reconhecimento terá a validade de até cinco anos e poderá ser renovado ao final desse período, mediante requerimento do interessado.

b) Os Acordos de Reconhecimento provisórios terão a validade de até um ano e poderão ser renovados ao final desse período, a critério da AMB. Nestes casos, poderão ser formalizados por Portaria.

0219 - REVOGAÇÃO DO RECONHECIMENTO

a) O reconhecimento dado às OR será automaticamente revogado ao término do seu período de validade, sempre que não se solicite sua renovação. Entretanto, sempre que uma das partes não tenha interesse em efetivar a renovação de acordo já existente, deverá participar à outra parte com pelo menos três meses de antecedência. Caso a OR perca total ou parcialmente o reconhecimento, a mesma terá um prazo de três meses para adequação e transferência das embarcações envolvidas nos serviços autorizados para outra OR, sem prejuízo da continuidade da operação dessas embarcações.

b) O reconhecimento será também cancelado imediatamente após a manifestação, por escrito, do interesse de uma das partes em revogá-lo.

c) A AMB poderá cancelar, não conceder ou não renovar o Acordo de Reconhecimento de qualquer OR sempre que haja a constatação de:

1) qualquer desrespeito ao estabelecido nas presentes Normas, nas Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário ou na legislação pertinente;

2) emissão de certificado sem respaldo técnico competente, deficiência técnica grave ou negligência na condução de qualquer serviço associado, direta ou indiretamente, ao Acordo de Reconhecimento firmado com a AMB;

3) prática de qualquer irregularidade que possa comprometer o nome da AMB ou a segurança das embarcações, dos passageiros, dos tripulantes ou dos sistemas envolvidos;

4) existência de não conformidades graves verificadas durante o processo de auditoria que, a critério da AMB, incapacitem a OR para atuar em seu nome; e

5) comportamento ético inaceitável, por avaliação da AMB.

d) A revogação do reconhecimento de que trata o item anterior, poderá ser aplicada imediatamente após a constatação das irregularidades, independentemente de outras sanções ou ações legais aplicáveis.

0220 - CONDIÇÕES INERENTES AO RECONHECIMENTO

a) A OR, ao receber o seu reconhecimento para atuar em nome da AMB, estará claramente assumindo um compromisso ético referente à manutenção do sigilo das informações obtidas durante os serviços executados.

b) É vedado às OR emitirem certificados em nome da AMB, referentes a embarcações, itens ou equipamentos cujo projeto, construção, assessoria ou consultoria tenha sido efetuado, total ou parcialmente, por vistoriador ou qualquer outro representante da classificadora, ou ainda por empresa que faça parte do mesmo grupo empresarial ou que esteja associada, direta ou indiretamente, à OR.

c) O reconhecimento dado constitui puramente uma delegação de competência, conforme previsto no inciso X do artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e no Artigo 5º do Anexo ao Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998. A revogação desse reconhecimento não confere direito a qualquer espécie de indenização às OR atingidas por tal medida.

d) A OR deverá, sempre que solicitado, permitir que a AMB acompanhe qualquer auditoria, inspeção ou vistoria realizadas em cumprimento à respectiva delegação de competência estabelecida ou associada ao Acordo de Reconhecimento firmado.

e) Os serviços prestados por empresas subcontratadas pela OR na condução das atividades previstas no Acordo de Reconhecimento são, para todos os efeitos, da responsabilidade principal da própria OR.

f) Os vistoriadores designados pela OR estão devidamente autorizados a:

1)verificar quaisquer itens a bordo de embarcações para assegurar a efetividade da vistoria;

2)exigir a realização de reparos no navio quando necessário;

3) cancelar a validade de um certificado e apreendê-lo quando julgado necessário; e

4) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado.

g)A OR será automaticamente cadastrada, em conformidade com o estabelecido na NORMAM-14/DPC.

CAPÍTULO 3

DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

0301 - OBJETIVOS DAS AUDITORIAS

a) Verificar a conformidade da OR com os procedimentos e requisitos constantes na presente norma, considerando as atribuições solicitadas ou já estabelecidas no Acordo de Reconhecimento firmado, ou Portaria.

b) Verificar o atendimento integral aos requisitos que a OR está reconhecida para implementar em nome da Autoridade Marítima Brasileira estabelecidos nas Convenções, Códigos e Acordos Internacionais, considerando as atribuições solicitadas ou já estabelecidas no Acordo de Reconhecimento firmado, ou Portaria.

c) Verificar o atendimento integral aos requisitos das normas nacionais que a OR está reconhecida para implementar, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, considerando as atribuições solicitadas ou já estabelecidas no Acordo de Reconhecimento firmado, ou Portaria.

d) Verificar a eficácia de ações corretivas adotadas em função de não conformidades relatadas em auditorias anteriores.

e) Constatar a veracidade e/ou implicações de deficiências ou procedimentos inadequados porventura relatados ou verificados por representantes da Autoridade Marítima Brasileira, ou por outras entidades representativas da sociedade civil.

0302 - ESCOPO DAS AUDITORIAS

a) As auditorias iniciais ou de renovação de Acordos de Reconhecimento já firmados, a critério da AMB, poderão incluir visitas às sedes no país das OR, escritórios regionais, empresas prestadoras de serviços e embarcações; perícia de itens ou equipamentos instalados a bordo relacionados com a segurança ou com a prevenção da poluição; acompanhamento de vistorias; inspeções; ou quaisquer outros serviços relacionados com o Acordo de Reconhecimento firmado ou solicitado, podendo também englobar entrevistas com clientes e funcionários, incluindo vistoriadores não exclusivos.

b) Durante o período de vigência do Acordo de Reconhecimento, as Sociedades Classificadoras e Certificadoras já reconhecidas poderão, a qualquer tempo, ser auditadas pela AMB. Tais auditorias poderão ser direcionadas a determinados assuntos, atividades, locais ou setores específicos.

0303 - PREPARATIVOS

a) Por ocasião do agendamento das auditorias será apresentado o programa da auditoria com as seguintes informações:

1) nomes do Auditor Líder e dos demais membros da equipe;

2) datas previstas para realização das auditorias;

3) escopo da auditoria, indicando as áreas e atividades a serem auditadas;

4) itens a serem verificados por cada auditor;

5) horário previsto para a chegada da equipe de auditores;

6) horário previsto para a reunião de abertura;

7) horário previsto para reuniões internas da equipe de auditores;

8) horário previsto para reuniões entre a equipe de auditores e os responsáveis pelos setores auditados; e

9) horário previsto para a reunião de encerramento.

b) A Organização Reconhecida deverá informar à AMB, com a maior brevidade após o recebimento do programa da auditoria, a disponibilidade de instalações adequadas para a execução das reuniões previstas. Essas instalações não necessitam ficar disponíveis durante todo o período da verificação, mas devem ser disponibilizadas sempre que requisitadas.

c) A OR deverá também informar, com a maior brevidade, quaisquer restrições ou dificuldades previstas para atendimento ao programa de auditoria encaminhado, a fim de possibilitar a introdução de eventuais ajustes em tempo hábil.

d) A OR deverá manter o pessoal responsável pelos setores a serem verificados disponíveis por ocasião da realização das auditorias. Caso os responsáveis não possam estar presentes, a OR deverá indicar um substituto.

e) A OR deverá disponibilizar, sempre que possível, de um guia para cada auditor, cuja tarefa básica consistirá em facilitar os deslocamentos do auditor.

f) Compete à Organização Reconhecida requerente arcar com os custos de indenização para as auditorias iniciais e de renovação do reconhecimento, bem como as despesas logísticas com transporte aéreo, terrestre nos deslocamentos urbanos, alimentação e hospedagem da equipe de auditores. Os valores referentes às diárias serão os adotados pela Marinha do Brasil para o posto/graduação de cada auditor.

0304 - EXECUÇÃO DA AUDITORIA

a) As auditorias serão conduzidas por representantes designados pela AMB que poderá, a seu critério, indicar auditores independentes para essa finalidade.

b) As auditorias poderão ser conduzidas por um ou mais auditores. Quando forem conduzidas por mais de um auditor, um deles será designado como Auditor Líder que será o responsável pela sua condução.

c) A auditoria será iniciada por meio de uma reunião preliminar com o propósito de apresentar os membros da equipe e transmitir ao pessoal da OR os objetivos, o escopo e os procedimentos a serem adotados para a avaliação, assim como para confirmar os guias e as instalações disponíveis. Nessa reunião poderão ser esclarecidas quaisquer dúvidas ainda existentes com relação aos trabalhos que serão desenvolvidos e estabelecer as diretrizes necessárias para cumprimento do programa previamente estabelecido.

d) A OR deverá disponibilizar o acesso dos auditores a toda documentação, material, pessoal e instalações requisitadas, além de cooperar com a equipe de auditores com o propósito permitir que o objetivo da auditoria seja alcançado.

e) As observações da auditoria deverão ser anotadas e examinadas pela equipe, em uma reunião interna, quando serão determinadas quais deficiências serão relatadas como não conformidades.

f) Ao final da auditoria e antes da execução da reunião de encerramento, a equipe deverá reunir-se com o responsável por cada setor verificado da classificadora, com o propósito de relatar as não conformidades porventura detectadas e possibilitar qualquer esclarecimento adicional.

g) Os trabalhos deverão ser finalizados com uma reunião de encerramento, quando será apresentado um resumo dos trabalhos executados, sendo relatadas verbalmente as não conformidades e observações porventura verificadas.

h) Após a execução da auditoria, a equipe de auditores emitirá um relatório, denominado "Relatório de Auditoria de Organização Reconhecida", onde será apresentado um resumo das atividades desenvolvidas, a descrição das não conformidades e observações porventura verificadas, a classificação atribuída para cada uma dessas não conformidades e os comentários e sugestões julgados pertinentes para a perfeita caracterização da adequabilidade da classificadora para atuar em nome da AMB, dentro do escopo do Acordo de Reconhecimento solicitado.

0305 - AÇÕES CORRETIVAS

a) A OR deverá apresentar, em um prazo de até 30 dias após a entrega do "Relatório de Auditoria de Organização Reconhecida", um documento informando as ações corretivas efetuadas ou planejadas, bem como, as dificuldades e informações consideradas relevantes sobre essas ações adotadas.

b) A AMB acompanhará a execução dessas ações corretivas por intermédio de auditorias específicas para verificação desses itens, sempre que considerar necessário ou conveniente.

0306 - PROGRAMA DE SUPERVISÃO

1)Supervisão

A AMB estabelecerá um programa de supervisão visando monitorar a atuação das OR, a fim de assegurar o correto cumprimento das atividades descritas no Acordo de Reconhecimento, por meio de:

a) perícias suplementares assegurando que navios com direito a arvorar sua bandeira de fato cumpram os requisitos dos instrumentos internacionais aplicáveis;

b) condução de vistorias suplementares, conforme julgar necessário, para assegurar que navios com direito a arvorar sua bandeira cumpram os requisitos nacionais que suplementam os requisitos obrigatórios internacionais; e

c) provisão de pessoal com um bom conhecimento das regras e regulamentos do Estado de bandeira e das OR e que esteja disponível para executar uma efetiva supervisão das OR.

CAPÍTULO 4

CERTIFICAÇÂO

0401 - CONDIÇÕES PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS

a) A emissão de Certificados Estatutários e de Licenças de Construção, Alteração e Reclassificação somente poderá ser efetivada para embarcações mantidas em classe ou certificadas pela OR, a menos que, clara e expressamente disposto em contrário no Acordo de Reconhecimento firmado ou em Portaria de Delegação.

b) A AMB poderá autorizar, em caráter excepcional, a emissão pelas OR de Certificados Estatutários e Licenças para grupos ou categorias de embarcações que não sejam mantidas em classe e/ou que não atendam integralmente aos requisitos de classe estabelecidos nas regras da OR. A descrição desses grupos ou categorias de embarcações assim como das condições específicas para emissão desses certificados serão estabelecidas no Acordo de Reconhecimento ou Portaria.

c) Os certificados emitidos em conformidade com o estabelecido na legislação nacional ou no Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná deverão ser, obrigatoriamente, emitidos em português.

d) Os certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo país deverão ser, obrigatoriamente, emitidos em português e em inglês, exceto quando as normas da AMB previrem a aplicação desses regulamentos em embarcações empregadas na Navegação Interior ou em embarcações empregadas na Navegação de Mar Aberto que não efetuem viagens internacionais, quando poderão ser emitidos somente em português ou em português e inglês, a critério da Organização Reconhecida.

e) É vedada a emissão, sem prévia autorização da AMB, de certificados para embarcações que ainda não tenham completado as verificações, vistorias, inspeções e/ou auditorias correspondentes ou cujos planos e documentos ainda não tenham sido analisados ou apresentem deficiências que comprometam a segurança da embarcação ou das pessoas transportadas ou representem risco de poluição hídrica.

f) Sempre que o serviço de classificação incluir o acompanhamento da construção ou alteração da embarcação, a sociedade classificadora reconhecida poderá emitir uma Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação antes do término das obras, desde que no campo observações desses documentos sejam apresentadas informações que caracterizem as condições nos quais os mesmos foram emitidos e que atestem que a sociedade classificadora reconhecida está acompanhando os serviços.

0402 - CERTIFICADOS DE ISENÇÃO

Somente a Diretoria de Portos e Costas poderá emitir um Certificado de Isenção ou dispensar uma embarcação do atendimento a qualquer item previsto nas normas e regulamentos aplicáveis.

As solicitações de isenção de atendimento de quaisquer itens previstos nas normas e regulamentos aplicáveis às embarcações de bandeira brasileira devem ser feitas pelo proprietário, pelo armador da embarcação ou pelo seu preposto formalmente designado, neste caso tendo anexa cópia do documento que o designou como representante.

0403 - CERTIFICADOS PROVISÓRIOS

a) Poderão ser emitidos certificados provisórios sempre que:

1) for observada qualquer restrição documental que impeça a emissão imediata de certificado correspondente a ciclo de vistorias já concluído de forma satisfatória, sem qualquer deficiência pendente;

2) para viabilizar a operação regular de embarcações sem qualquer deficiência ou pendência mas que ainda não estejam inscritas nas Capitanias dos Portos ou órgãos subordinados;

3) houver necessidade de estender, após autorizado pela AMB, a validade de certificado já existente para viabilizar o deslocamento de embarcação até porto onde poderá sofrer as vistorias necessárias para renovação desse certificado;

1) ocorrer mudança de classificadora, desde que os certificados anteriormente emitidos pela antiga classificadora estejam dentro do prazo de validade, sem qualquer pendência registrada;

2) a embarcação for incorporada à bandeira brasileira, desde que não seja observada qualquer pendência na certificação do país de bandeira anterior; ou

3) for observada qualquer situação que, a critério da AMB, justifique emissão de um certificado estatutário em condições especiais.

a) Os certificados provisórios emitidos em conformidade com o estabelecido na alínea anterior não poderão apresentar validade superior a seis meses e, uma vez atingido esse limite, não poderão ser renovados sem autorização expressa da AMB. A validade dos certificados provisórios emitidos em conformidade com o estabelecido nas subalíneas 1 e 2 da alínea anterior deverá ser contada a partir da data de realização da vistoria inicial ou de renovação do Certificado de Segurança da Navegação, parte em seco, ou seja, caso a OR emita um certificado condicional anterior ao provisório, o prazo final deverá ser descontado do período de validade do certificado condicional anteriormente concedido.

b) A emissão de certificados provisórios previstos em Convenções, Códigos ou Acordos Internacionais deverão obedecer às condições e limitações estabelecidas naqueles regulamentos.

c) A OR que esteja ligada a congênere estrangeira poderá, sempre que uma embarcação se encontrar no exterior, utilizar seus vistoriadores locais para executar as vistorias, auditorias e/ou inspeções necessárias para emissão, endosso ou renovação de certificados estatutários previstos nas Convenções, Códigos ou Acordos Internacionais e emitir certificados provisórios correspondentes. A emissão do certificado definitivo, contudo, será efetuada pelo escritório da OR no Brasil, que deverá receber, analisar e manter arquivados todos os relatórios, cálculos, análises e demais documentação relativas a essas vistorias, auditorias ou inspeções, assumindo também a total responsabilidade decorrente da emissão do certificado em questão.

0404 - CERTIFICADOS CONDICIONAIS

a) Poderão ser emitidos certificados condicionais sempre que:

1) forem constatadas, durante vistorias, perícias ou auditorias, deficiências menores que não afetem a condição do navio se fazer ao mar sem perigo para o próprio navio ou pessoas a bordo; ou

2) após análise de todos os documentos necessários para emissão de Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação, ainda permaneçam pendentes algumas exigências que não afetem a condição do navio se fazer ao mar sem perigo para o próprio navio ou pessoas a bordo.

b) Os certificados condicionais emitidos em conformidade com o estabelecido na alínea anterior não poderão apresentar validade superior a três meses e, uma vez atingido esse limite, não poderão ser renovados sem autorização expressa da AMB.

c) A autorização para renovação de certificados condicionais após o limite informado na alínea anterior deverá ser precedida de requerimento do proprietário, armador ou seu representante à AMB, onde deverá ser informado:

1) os motivos pelos quais cada pendência porventura existente ainda não foi devidamente sanada;

2) as providências adotadas no sentido de adequar a embarcação às normas vigentes; e

3) o prazo solicitado para atender cada pendência, devidamente justificado.

d) A emissão de certificados condicionais previstos em Convenções, Códigos ou Acordos Internacionais deverão obedecer às condições e limitações estabelecidas naqueles regulamentos e somente poderão ser emitidos para embarcações empregadas em viagens internacionais após prévia autorização da AMB.

0405 - PRORROGAÇÃO DE CERTIFICADOS

a) Somente a DPC poderá prorrogar, em casos extraordinários, a validade de um certificado estatutário.

b) Para solicitar a prorrogação de um certificado estatutário, o proprietário, armador ou seu representante legal deverá apresentar, com pelo menos noventa dias de antecedência da data de vencimento do certificado, requerimento onde deverá ser informado as justificativas ao pleito. Esse requerimento deverá estar acompanhado de parecer da OR quanto à prorrogação do certificado, baseado em resultado de vistoria conduzida na embarcação, cujo escopo será o preconizado nas normas para a renovação do certificado estatutário e cuja extensão será autorizada pela AMB.

c) Para a embarcação que, na data de vencimento de um certificado previsto em Convenções, Códigos ou Acordos Internacionais, se encontrar no exterior, serão observadas as condições de prorrogação previstas nos regulamentos correspondentes.

0406 - CANCELAMENTO DOS CERTIFICADOS

a) Os certificados serão, automaticamente, cancelados se não receberem o endosso ou se as inspeções e vistorias não forem efetuadas dentro do período especificado na sua respectiva regulamentação e, também, se a embarcação for transferida para bandeira de outro governo.

b) Nos casos de transferência da certificação do navio de uma OR para outra, a organização cedente deverá, sem demora, dar acesso, à organização recebedora, ao arquivo histórico do navio, incluindo limitações operacionais ou estruturais e recomendações extras, emanadas da OR anterior, sendo que essas informações deverão ser verificadas e consideradas satisfatórias pela nova OR antes da emissão de novos certificados. Deverão ser seguidos os procedimentos estabelecidos nas "Diretrizes para as Administrações assegurarem a adequação da transferência de assuntos relacionados com classificação entre Organizações Reconhecidas" - MSC-MEPC.5/Circ.2 da IMO.

c) A entrega de um certificado emitido em substituição a outro, deverá ser efetuada mediante o recolhimento dos originais do certificado a ser substituído sempre que a validade do certificado original exceda o período de validade do novo certificado. Nesses casos, a OR deverá, ao encaminhar à AMB a cópia do novo certificado emitido, anexar o original do certificado substituído.

d) Se as condições gerais do navio ou se aspectos importantes de equipamentos ou sistemas não corresponderem às especificações dos requisitos aplicáveis, resultando em riscos consideráveis à segurança da navegação, das pessoas embarcadas ou ao ambiente marinho, a OR deverá cancelar o certificado correspondente e notificar a AMB. Se o navio estiver em porto estrangeiro, a OR deverá assegurar que a Autoridade do Controle de Navio pelo Estado do Porto seja notificada.

e) Em caso de emissão de um novo certificado, antes que tenha se expirado a validade do anterior, a OR deverá comunicar ao Armador que o certificado anterior foi cancelado a partir da data de emissão do novo, solicitando que o original do certificado cancelado seja devolvido. Uma cópia dessa comunicação deverá ser enviada simultaneamente para DPC.

0407 - MODELOS DE CERTIFICADOS

a) Os certificados emitidos pelas OR, em conformidade com o Acordo de Reconhecimento firmado, ou Portaria de Delegação, deverão obedecer os modelos constantes do Anexo 4-A, bem como, nas demais normas da AMB, conforme o caso.

b) Os certificados provisórios e condicionais, emitidos de acordo com o estabelecido neste capítulo, também deverão obedecer os mesmos modelos, acrescidos das palavras "PROVISÓRIO" ("INTERIM") E "CONDICIONAL" ("CONDITIONAL") , respectivamente, na parte superior à direita do certificado.

c) Os certificados internacionais cuja emissão é também requerida em inglês poderão ser emitidos em modelos separados para cada idioma, como previsto no Anexo 4-A, bem como, em modelo com o texto simultâneo nos dois idiomas, desde que mantida a configuração estabelecida naquele anexo.

ANEXO 2-A

ACORDO DE RECONHECIMENTO FIRMADO ENTRE AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E (ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA)

O presente ACORDO é celebrado em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para o Reconhecimento de Organizações para Atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Diretor de Portos e Costas, doravante referida como DPC, e a (ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, com CNPJ e endereço), neste ato representada pelo Sr. (nome, cargo e qualificação integral do representante legal da OR),doravante referida como ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, com objetivo de delegar competência para essa ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

1 - PROPÓSITO

1.1 - O propósito deste ACORDO é delegar competência para a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira na implementação e fiscalização das Convenções e Códigos Internacionais e Normas da Autoridade Marítima, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, doravante denominados INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1.2 - O reconhecimento compreende a prestação de serviços, incluindo a realização de testes, medições, cálculos, vistorias, auditorias ou qualquer outra verificação em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, nas condições estabelecidas a seguir, doravante denominados SERVIÇOS, dentro da abrangência estabelecida no Apêndice desse ACORDO.

2 - CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - Os SERVIÇOS deverão ser efetuados de acordo com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, com ênfase na NORMAM-06/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, como emendada, obedecendo a abrangência contida no Apêndice ao presente ACORDO.

2.2 - Os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA terão aceitação idêntica àqueles prestados pela própria DPC, desde que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA mantenha o cumprimento das disposições estabelecidas nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

2.3 - Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos, preferencialmente, por representantes exclusivos da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA. Entretanto, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA poderá utilizar representantes não exclusivos ou firmas prestadoras de serviços cadastradas de acordo com os limites e condições estabelecidas na NORMAM- 06/DPC.

2.4 - A realização de SERVIÇOS em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, não previstos no Apêndice ao presente ACORDO, deverá ser previamente autorizada pela DPC.

2.5 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seus funcionários, representantes e outros agindo em seu nome, estão autorizados, nos termos do presente ACORDO, a:

a) efetuar recomendações ou outras ações que sejam necessárias para assegurar que as características das embarcações, sistemas, equipamentos ou empresas correspondam com requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

b) auditar ou vistoriar quaisquer itens a bordo ou nas empresas de navegação para assegurar o cumprimento e a manutenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

c) exigir a realização de reparos, testes, avaliações ou medições quando necessário para assegurar o cumprimento e a manutenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

f) cancelar a validade de um certificado e retirá-lo de bordo, quando julgar que a embarcação possui deficiências que comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental; e

e) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado ou existência de qualquer deficiência que comprometa a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental.

3 - INTERPRETAÇÕES, EQUIVALÊNCIAS E ISENÇÕES

3.1 - As interpretações necessárias para a aplicação dos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, bem como para a determinação de equivalência ou aceitação de outros requisitos em sua substituição, são prerrogativas exclusivas da DPC.

3.2 - Qualquer isenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS é prerrogativa da DPC e deverá ser por ela autorizada antes da sua adoção pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

4 - INFORMAÇÕES

4.1 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá reportar à DPC, com a maior brevidade possível, as seguintes informações:

a) qualquer restrição ou condições essenciais relacionadas com a classificação, certificação, operação ou área de atuação de embarcações nacionais;

b) a suspensão, retirada, cancelamento ou alterações substanciais nas limitações operacionais, da classificação ou certificação dos navios nacionais por ela atendidos, juntamente com as razões que levaram a tomada dessa decisão;

c) sempre que qualquer embarcação nacional for encontrada em operação com deficiências ou discrepâncias graves, tais que suas condições ou de seus equipamentos não correspondam substancialmente com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, e que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA verifique que possam comprometer a segurança da embarcação, seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental; e

d) as prorrogações de certificados estatutários e as razões que as justificaram.

4.2 - A DPC terá garantido, livre de custos, acesso a todos os planos, documentos e informações relativas aos navios, estruturas marítimas ou empresas nacionais que estejam abrangidas no escopo deste ACORDO e afetas aos SERVIÇOS executados.

4.3 - As atividades e as informações relacionadas com o presente ACORDO deverão receber um tratamento confidencial, sempre que solicitado por qualquer uma das partes, excetuando-se os manuais, certificados e documentos que, por sua natureza, os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS requeiram estar disponíveis às partes deste Acordo e a terceiros.

5 - REGRAS

5.1 - Sempre que sejam introduzidas alterações em suas regras próprias que afetem os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHEDIDA, a mesma deverá contatar a DPC tão logo quanto possível, informando o escopo das alterações introduzidas.

5.2 - De maneira análoga, a DPC deverá informar à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, tão logo quanto possível, o desenvolvimento de emendas aos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que esteja realizando e que influenciem nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

5.3 - A existência de qualquer conflito ou discrepância entre as regras da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA e os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS deverá ser, assim que identificado por qualquer uma das partes, comunicado imediatamente a outra parte. Ambas as partes deverão envidar esforços no sentido de eliminar as diferenças e/ou estabelecer procedimentos para compatibilizar a aplicação dos requisitos de forma unificada.

5.4 - Os Certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais emitidos em nome do Governo Brasileiro deverão ser elaborados em inglês e português. Os demais certificados deverão ser emitidos apenas em português.

5.5 - Os regulamentos, regras, instruções e relatórios poderão ser elaborados em inglês e/ou português, contudo, as regras e relatórios das vistorias relativas à navegação interior deverão ser obrigatoriamente escritos em português.

6 - SUPERVISÃO

6.1- A DPC efetuará auditorias programadas na ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos constantes nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está reconhecida para implementar e verificar em nome da DPC.

6.2 - A DPC poderá realizar auditorias inopinadas para verificar se os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA estão sendo efetivamente conduzidos, de modo a garantir o controle das embarcações nacionais e avaliar o trabalho desenvolvido pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

7 - REMUNERAÇÃO

7.1 - A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA será cobrada diretamente pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA à parte que tiver solicitado seus serviços.

8 - RESPONSABILIDADE

8.1 - Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizado dolo por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

8.2 - Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizada imprudência, negligência ou imperícia por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva por perdas e danos imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA até o limite da responsabilidade financeira definida nos termos e condições padrões empregados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, nos contratos com os contratantes dos serviços previstos no presente ACORDO.

8.3 - Se a Autoridade Marítima Brasileira for citada ou esteja na expectativa de ser citada a responder pela responsabilidade mencionada nos dois itens anteriores, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá ser informada imediatamente. Com esse propósito, a DPC deverá enviar todas as reclamações, documentos e demais informações relevantes para a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que poderá, se assim desejar, solicitar a Autoridade Marítima Brasileira que o patrocínio da causa seja efetuado por advogado de sua escolha e custas, desde que o faça ainda dentro do prazo para contestar a medida judicial que lhe é movida.

8.4 - A Autoridade Marítima Brasileira não efetuará qualquer conciliação que envolva a responsabilidade citada nos três itens acima, sem que haja o consentimento da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Se o ACORDO for inadimplido por uma das partes, a outra parte deverá notificá-la, por escrito, informando a irregularidade e solicitando as correções necessárias. A parte notificada deverá efetuar as correções no prazo de até três (3) meses a partir da data de recebimento da notificação, findo o qual a outra parte terá o direito de rescindir o ACORDO imediatamente.

9.2 - Este ACORDO poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, doze (12) meses após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

9.3 - Qualquer emenda aos termos deste ACORDO ou aos seus anexos somente será tornado efetivo após a concordância por escrito de ambas as partes.

10 - VIGÊNCIA E VALIDADE

10.1 - Este ACORDO entra em vigor em ___/__/_____ , e possui validade de (até) 5 anos a partir dessa data.

11 - LEGISLAÇÃO E FORO DE DISCUSSÃO.

11.1 - Este ACORDO é regido pelas leis nacionais brasileiras. Eventuais conflitos existentes, oriundos do presente ACORDO, deverão ser dirimidos na Justiça Federal da Comarca do domicílio da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

Em fé do acordado, os abaixo assinados devidamente autorizados pelas partes, assinam o presente ACORDO em ___/___/_____ .

_____

_____

PELA ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA PELA DPC

ANEXO 2-A

APÊNDICE 2-A-I

ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE RECONHECIMENTO ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E A (ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA)

I - Tipos de embarcações

- Sem restrições (se aplicável).
- Embarcações empregadas na navegação interior (se aplicável)
- Embarcações empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná (se aplicável)
- Embarcações empregadas na navegação de mar aberto que não estejam sujeitas às Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil (se aplicável)
- Embarcações para as quais sejam aplicáveis os Códigos e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil (se aplicável).

II - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS: (listar os Instrumentos Aplicáveis):

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-01/DPC);

2) Certificado Internacional de Arqueação (TONNAGE 69, como emendado);

3) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-01/DPC);

4) Certificado Internacional de Borda Livre (LL 66, como emendado);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-01/DPC);

6) Certificado de Segurança para Navios de Passageiros (SOLAS 74, como emendado);

7) Certificado de Segurança de Construção para Navios de Carga (SOLAS 74, como emendado);

8) Certificado de Segurança de Equipamento para Navios de Carga (SOLAS 74, como emendado);

9) Certificado de Segurança Rádio para Navio de Carga (SOLAS 74, como emendado);

10) Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado);

11) Certificado de Prevenção da Poluição para Transporte Substâncias Nocivas Líquidas à Granel (MARPOL 73/78, como emendado);

12) Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Esgoto Sanitário (MARPOL 73/78, como emendado);

13) Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar (MARPOL 73/78, como emendado);

14) Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar de Motores (MARPOL 73/78, como emendado);

15) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado);

16) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado);

17) Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado);

18) Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado);

19) Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code);

20) Certificado de Segurança para Plataformas Móveis de Perfuração (MODU Code, como emendado);

21) Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code, como emendado);

22) Documento de Conformidade (ISM Code, como emendado);

23) Certificado de Gerenciamento de Segurança (ISM Code, como emendado);

24) Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo (Resolução A.673 (16) da IMO e MARPOL 73/78, como emendado);

25) Certificado de Credenciamento de Estações de Manutenção e Estações de Serviço de Equipamentos de Salvatagem Infláveis (NORMAM-05/DPC);

26) Certificado de Conformidade para Sistema Antiincrustante (NORMAM-23/DPC);

27) Certificado Internacional de Sistemas Antiincrustantes (AFS 2001, como emendado);

28) Certificado de Tração Estática (NORMAM-01/DPC);

29) Certificado Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, como emendado);

30) Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (NORMAM-15/DPC); e

31) Certificado Internacional de Gerenciamento de Água de Lastro (Convenção Internacional para o Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos dos Navios e NORMAM-20/DPC).

b) Certificados de Classe

A Organização Reconhecida que possua Regras de Classificação para navios e plataformas marítimas está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os certificados de classe para os navios e plataformas marítimas que operem sob a jurisdição da Autoridade Marítima Brasileira. A aplicabilidade do projeto, construção e manutenção dos navios e plataformas marítimas sob as regras de classe será estabelecida conforme preconizado nas Normas da Autoridade Marítima e nas Convenções Internacionais.

c) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS (listar os aplicáveis):

1) Licenças de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-01/DPC);

2) Documento de Autorização para Transporte de Grãos (SOLAS 74, como emendado);

3) Documento de Conformidade para o Transporte de Mercadorias Perigosas (SOLAS 74 Regra II-2/19);

4) Manual de Peiação de Carga (SOLAS 74, como emendado);

5) Manual de Carregamento de Grãos (SOLAS 74, como emendado);

6) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-01/DPC);

7) Relatório de Avaliação da Condição de Navios Graneleiros e Petroleiros enquadrados na Resolução A.744(18) da IMO (Enhanced Programme of Inspections);

8) Plano de Emergência para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado);

9) Plano de Gerenciamento de Lixo (MARPOL 73/78, como emendado);

10) Manual de Operações e Equipamento para COW (MARPOL 73/78, como emendado);

11) Manual de Operação de Tanque de Lastro Limpo Dedicado (MARPOL 73/78, como emendado);

12) Documento de Conformidade para Sistemas Antiincrustantes (Convenção AFS, como emendado);

13) Performance Standard for Protective Coatings (Resolução MSC 215(82) da IMO);

14) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

15) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto;

16) Documento de Verificação e Aceitação de Navios com Posicionamento Dinâmico (MODU CODE, MSC/Circ. 645 da IMO e MSC.1/Circ. 1580 da IMO, conforme aplicável);

17) Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenagem e Transferência de Óleo (NORMAM 01);

18) Documento de Verificação de Projeto de Construção de Navios de Apoio Marítimo, conforme os requisitos da Resolução A.469 (12) da IMO;

19) Plano de Emergência de Bordo de Poluição Marinha (MARPOL 73/78, Anexo II, como emendado);

20) Plano de Gerenciamento de Água de Lastro (NORMAM-20/DPC); e

21) Declaração sobre Resistência Estrutural de Heliponto (NORMAM-27/DPC).

c) Vistorias

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens a) e b) acima, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de 18 anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m^3 (NORMAM-01/DPC e NORMAM-04/DPC).

III - Relação dos SERVIÇOS autorizados na Navegação Interior

a) Certificados:

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS (listar os aplicáveis):

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-02/DPC);

2) Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

3) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-02/DPC);

4) Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-02/DPC);

6) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado);

7) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado);

8) Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado);

9) Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado);

10) Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code);

11) Certificado de Segurança para Embarcações de Alta Velocidade (HSC Code, como emendado);

12) Certificado de Tração Estática (NORMAM-02/DPC);

13) Certificado de Conformidade para o Transporte a Granel de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool na Bacia do Sudeste (NORMAM-02/DPC); e

14) Certificado de Segurança de Sistemas de Mergulho (NORMAM-15/DPC).

b) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS (listar os aplicáveis):

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-02/DPC);

2) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

3) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-02/DPC);

4) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto; e

5) Manual de Operação de Unidades Estacionárias de Produção, Armazenagem e Transferência de Óleo (NORMAM-02/DPC).

MODELOS DE CERTIFICADOS

Os modelos de certificados que deverão ser empregados pelas Sociedades Classificadoras, na atuação em nome do Governo Brasileiro, são os constantes da lista abaixo.

a) Modelos em apêndice (certificados internacionais):

Apêndice	4-A-1	Certificado de Segurança para Navios de Passageiros
Apêndice	4-A-2	Certificado de Segurança de Construção de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-3	Certificado de Segurança de Equipamentos de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-4	Certificado de Segurança Rádio de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-5-a	Certificado Internacional de Borda Livre (1966).
Apêndice	4-A-5-b	Certificado Internacional de Isenção de Borda Livre (1966).
Apêndice	4-A-6	Certificado Internacional de Prevenção de Poluição por Óleo.
Apêndice	4-A-7	Certificado de Gerenciamento de Segurança (ISM).
Apêndice	4-A-8	Documento de Conformidade (ISM).
Apêndice	4-A-9	Certificado de Isenção.
Apêndice	4-A-10	Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de Gases Liqüefeitos a Granel - Código IGC.
Apêndice	4-A-11	Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liqüefeitos a Granel.
Apêndice	4-A-12	Certificado de Conformidade para o transporte de gases liquefeitos a Granel para Navios Existentes.
Apêndice	4-A-13	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Líquidas Nocivas a Granel.

Apêndice	4-A-14	Certificado de Segurança da Unidade Móvel de Perfuração.
Apêndice	4-A-15	Documento de Verificação e Aceitação de Navios com Posicionamento Dinâmico.
Apêndice	4-A-16	Documento de Cumprimento dos Requisitos Especiais para Transporte de Substâncias Perigosas.
Apêndice	4-A-17	Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de produtos Químicos Perigosos a Granel - Código IBC
Apêndice	4-A-18	Certificado de Conformidade para o Transporte de produtos Químicos Perigosos a Granel
Apêndice	4-A-19	Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo Resolução A 673 (16) / MARPOL 73/78
Apêndice	4-A-20	Documento para Autorização para o Transporte de Grãos
Apêndice	4-A-21	Certificado de Segurança para Navios de Carga
Apêndice	4-A-22-a	Certificado Internacional de Proteção para Navios (ISPS CODE)
Apêndice	4-A-22-b	Certificado Internacional de Proteção para Navios Interino (ISPS CODE)
Apêndice	4-A-23	Certificado Internacional de Sistema Anti-Incrustante
Apêndice	4-A-24	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto
Apêndice	4-A-25	Documento de verificação e aceitação de Navios com posicionamento Dinâmico
Apêndice	4-A-26	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar
Apêndice	4-A-27	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar de Motores
Apêndice	4-A-28	Certificado Internacional de Gerenciamento de Água de Lastro

b) Modelos constantes das NORMAM 01, 02 e 15.

NORMAM 01	Certificado de Segurança da Navegação - Anexo 10F.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Arqueação Anexo - 8A.
NORMAM 01	Certificado Internacional de Arqueação - Anexo 8C.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Borda Livre para Navegação de Mar Aberto - Anexo 7 A.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Borda Livre - Anexo 7I.
NORMAM 01	Certificado de Tração Estática - Anexo 3J.
NORMAM 01	Licença de Construção, Alteração/Reclassificação e Documento de Regularização -Anexo 3A.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Borda Livre para Navegação Interior - Anexo 6-A.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Borda Livre - Anexo 6J.
NORMAM 02	Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná - Anexo 6M.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Arqueação - Anexo 7A.
NORMAM 02	Certificado de Arqueação para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná - Anexo 7C.
NORMAM 02	Certificado de Segurança da Navegação - Anexo 8-E.
NORMAM 02	Certificado de Conformidade para o Transporte de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool na Bacia do Sudeste - Anexo 3L.
NORMAM 02	Licença de Construção, Alteração/Reclassificação e Documento de Regularização Anexo - Anexo 3A.
NORMAM 15	Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho -Anexo 4B.

ANEXO 4-A
MODELOS DE CERTIFICADOS

Os modelos de certificados que deverão ser empregados pelas Sociedades Classificadoras, na atuação em nome do Governo Brasileiro, são os constantes da lista abaixo.

a) Modelos em apêndice (certificados internacionais):

Apêndice	4-A-1	Certificado de Segurança para Navios de Passageiros.
Apêndice	4-A-2	Certificado de Segurança de Construção de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-3	Certificado de Segurança de Equipamentos de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-4	Certificado de Segurança Rádio de Navios de Carga.
Apêndice	4-A-5-a	Certificado Internacional de Borda Livre (1966).
Apêndice	4-A-5-b	Certificado Internacional de Isenção de Borda Livre (1966).
Apêndice	4-A-6	Certificado Internacional de Prevenção de Poluição por Óleo.
Apêndice	4-A-7	Certificado de Gerenciamento de Segurança (ISM).
Apêndice	4-A-8	Documento de Conformidade (ISM).
Apêndice	4-A-9	Certificado de Isenção.
Apêndice	4-A-10	Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de Gases Liqüefeitos a Granel - Código IGC.
Apêndice	4-A-11	Certificado de Conformidade para o Transporte de Gases Liqüefeitos a Granel.
Apêndice	4-A-12	Certificado de Conformidade para o transporte de gases liqüefeitos a Granel para Navios Existentes.
Apêndice	4-A-13	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Líquidas Nocivas a Granel.
Apêndice	4-A-14	Certificado de Segurança da Unidade Móvel de Perfuração.
Apêndice	4-A-15	Documento de Verificação e Aceitação de Navios com Posicionamento Dinâmico.
Apêndice	4-A-16	Documento de Cumprimento dos Requisitos Especiais para Transporte de Substâncias Perigosas.
Apêndice	4-A-17	Certificado Internacional de Conformidade para o Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel - Código IBC.
Apêndice	4-A-18	Certificado de Conformidade para o Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel.
Apêndice	4-A-19	Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo - Resolução A 673 (16) / MARPOL 73/78.
Apêndice	4-A-20	Documento para Autorização para o Transporte de Grãos.
Apêndice	4-A-21	Certificado de Segurança para Navios de Carga.
Apêndice	4-A-22-a	Certificado Internacional de Proteção para Navios (ISPS CODE).
Apêndice	4-A-22-b	Certificado Internacional de Proteção para Navios Interino (ISPS CODE).
Apêndice	4-A-23	Certificado Internacional de Sistema Anti-Incrustante.
Apêndice	4-A-24	Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto.

b) Modelos constantes das NORMAM 01, 02 e 15.

NORMAM 01	Certificado de Segurança da Navegação - Anexo 10F.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Arqueação Anexo - 8A.
NORMAM 01	Certificado Internacional de Arqueação - Anexo 8C.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Borda Livre para Navegação de Mar Aberto - Anexo 7 A.
NORMAM 01	Certificado Nacional de Borda Livre - Anexo 7I.
NORMAM 01	Certificado de Tração Estática - Anexo 3J.
NORMAM 01	Licença de Construção, Alteração/Reclassificação e Documento de Regularização Anexo 3A.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Borda Livre para Navegação Interior- Anexo 6-A.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Borda Livre - Anexo 6J.
NORMAM 02	Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná - Anexo 6M.
NORMAM 02	Certificado Nacional de Arqueação - Anexo 7A.
NORMAM 02	Certificado de Arqueação para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná - Anexo 7C.
NORMAM 02	Certificado de Segurança da Navegação - Anexo 8-E.
NORMAM 02	Certificado de Conformidade para o Transporte de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool na Bacia do Sudeste - Anexo 3L.
NORMAM 02	Licença de Construção, Alteração/Reclassificação e Documento de Regularização Anexo - Anexo 3A.
NORMAM 15	Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho -Anexo 4B.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

CERTIFICADO DE SEGURANÇA PARA NAVIOS DE PASSAGEIROS

Emitido sob as disposições da Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado, **sob autoridade da República Federativa do Brasil pela**

.....

Para uma(1) / uma curta(1) viagem internacional

Este Certificado deve ser suplementado por um Registro de Equipamentos de Segurança para Navios de Passageiros (Formulário P)

Caracteristicas do Navio

Nome do navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro
Áreas Marítimas para as quais está certificado para operar (Reg. IV/2)	Número IMO (2)	Arqueação Bruta

Data da Construção: (Todas as datas aplicáveis, deverão ser preenchidas)

Data do contrato de construção:	
Data em que a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção	
Data da entrega:	
Data em que se iniciaram os trabalhos de conversão ou uma alteração ou modificação de vulto	

Certifica-se:

1. Que o navio foi vistoriado de acordo com os requisitos da regra I / 7 da Convenção Solas;
2. Que a vistoria evidenciou que;

2.1 o navio satisfaz as disposições da Convenção, para os seguintes itens:
.1 estrutura, máquinas principais e auxiliares, caldeiras e outros vasos de pressão;
.2 arranjos e detalhes das subdivisões estanques; e
.3 as seguintes subdivisões das linhas de carga:

Subdivisões das linhas de carga atribuídas e marcadas no costado do navio a meia-nau (Regulation II-1/18)(3)	Borda-livre	Para aplicar quando os espaços nos quais os passageiros são transportados, incluem os seguintes espaços alternativos
P.3		

2.2 o navio satisfaz as disposições da Convenção com relação à proteção estrutural contra incêndio, sistemas e equipamentos de segurança contra incêndio e aos planos de combate a incêndio;
2.3 os equipamentos salva-vidas e acessórios das embarcações salva-vidas, balsas salva-vidas e embarcações de salvamento satisfazem as disposições da Convenção;
2.4 o navio está dotado de um aparelho lança-retinidas e de instalações rádio usados em equipamentos salva-vidas de acordo com as disposições da Convenção;
2.5 o navio satisfaz as disposições da Convenção com relação às instalações rádio;
2.6 o funcionamento das instalações rádio usadas nos acessórios de salvatagem satisfaz as disposições da Convenção;
2.7 o navio se encontrava cumprindo os requisitos da Convenção relativos a equipamentos de navegação de bordo, meio de embarque para os práticos e publicações náuticas;
2.8 o navio se encontrava dotado de luzes e marcas de navegação, de meios para emitir sinais sonoros e de socorro, de acordo com as disposições da Convenção e do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar em vigor;
2.9 o navio estava / não estava (1) sujeito a um projeto e a arranjos alternativos de acordo com as Regras II-1/55, II-2/17 e III/38(1) da Convenção; e

2.10um Documento de aprovação do projeto e de arranjos alternativos para máquinas e instalações elétricas/proteção contra incêndios/dispositivos e arranjos salva-vidas(1) está / não está (1) apenso a este Certificado.

3. Que um Certificado de Isenção foi / não foi (1) expedido.

Este Certificado é valido até de de .

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .

Expedido em , em de de .

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

Endosso quando a vistoria de renovação foi completada e a regra 1/14 (d) é aplicável

O navio se encontrava satisfazendo as disposições relevantes da Convenção, e este Certificado, de acordo com a regra 1/14 (d) da Convenção, será aceito como válido até de de .

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

Assinado: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local:.....

Data:.....

Endosso para estender a validade do Certificado até a chegada ao porto, onde será realizada a vistoria ou por um período de graça, quando a regra 1/14 (e) ou 1/14 (f) for aplicável

Este Certificado, de acordo com a regra 1/14 (e) / 1/14 (f) (1) da Convenção, será aceito como válido até de de .

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

Assinado: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local:.....

Data:.....

(1) Riscar como aplicável.

(2) De acordo com a resolução A. 600 (15) – Esquema do número de identificação de navio da IMO, esta informação pode ser incluída voluntariamente.

(3) Para navios construídos antes de 1º de janeiro de 2009, deve ser utilizada a anotação relativa à subdivisão"C1, C2 e C3", que for aplicável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

PASSENGER SHIP SAFETY CERTIFICATE

Issued under the provision of the International Convention for the Safety of Life at Sea, 1974, as modified by the Protocol of 1988 relating thereto, under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by.....for an /a shot [1] international voyage

This Certificate shall be supplemented by a Record of Equipment (Form P)

Particulars of Ship

Name of ship	Distinctive number or letters	Port of register
Sea are as in which certified to operate (Reg. IV/2)	IMO Number [2]	Gross Tonnage

Date of Build: (All applicable dates shall be completed)

Date of building contract:	
Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction:	
Date of delivery:	
Date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced	

This is to certify:

1. That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of regulation I / 7 of the Convention;
2. That the survey showed that;

2.1 the ship complied with the requirements of the Convention as regards:
.1 the structure, main and auxiliary machinery, boilers and other pressure vessels;
.2 the watertight subdivision arrangements and details; e
.3 the following subdivision load lines.

Subdivision load lines assigned and marked on the ship's side at amidships (Regulation II-1/18) [3]	Freeboard	To apply when the spaces in which passengers are carried include the following alternative spaces
P.1 P.2 P.3		

2.2 the ship complied with the requirements of the Convention as regards structural fire protection, fire safety systems and appliances and fire control plans;
2.3 the life-saving appliances and the equipment of the lifeboats, liferafts and rescue boats were provided in accordance with the requirements of the Convention;
2.4 the ship was provided with a line-throwing appliance and radio installations used in life-saving appliances in accordance with the requirements of the Convention;
2.5 the ship complied with the requirements of the Convention as regards radio installation;
2.6 the functioning of the radio installation used in life saving appliances complied with the requirements of the Convention;
2.7 the ship complied with the requirements of the Convention as regards shipborne navigational equipment, nautical publication and means of embarkation for pilots and nautical publications;
2.8 the ship was provided with lights, shapes, means of making sounds signals and distress signals in accordance with the requirements of the Convention and the International Regulations for Preventing Collisions at Sea in force;
2.9 in all other respects the ship complied with the relevant requirements of the Convention;

2.10 The ship was / was not [1] subjected to an alternative design and arrangements in pursuance of regulation II-1/55, II-2/17 e III/38[1] of the Convention; and
2.11 a Document of approval of alternative design and arrangements for machinery and electrical installations/fire protection/life-saving appliances and arrangements[1] is/is not[1] appended to this Certificate.
3 That an Exemption Certificate has / has not [1] been issued.

This Certificate is valid until .....

Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .

Issued at .....
(Place of issue of certificate)

Date of issue:..... .....
(Signature of authorized official issuing the certificate)

Seal or stamp of Classification Society

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation 1/14 (d) applies

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in a accordance with regulation 1/14 (d) of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date:.....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation 1/14 (e) or 1/14 (f) applies

This certificate shall, in accordance with regulation 1/14 (e) / 1/14 (f) [1] of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date:.....

[1] Delete as appropriate
[2] In accordance with resolution A. 600 (15) – IMO ship identification number scheme, this information may be inclued voluntarily
[3] For ships constructed before 1 january 2009, the applicable subdivision notation "C1, C2 e C3" should be used.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

REGISTRO DOS EQUIPAMENTOS DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA PARA NAVIOS DE PASSAGEIROS (FORMULÁRIO P)

Registro dos Equipamentos para atendimento à Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, SOLAS 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado.

Este registro deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de Segurança de Equipamento para Navios de Passageiros

1.Caracteristicas do Navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Numero de passageiros para o qual está certificado	Numero mínimo de pessoas com as qualificações exigidas para operar as instalações de rádio

2. Detalhes dos meios de salvatagem:

1 Número total de pessoas para o qual os meios de salvatagem são suficientes		
	Bombordo	Boreste
2 Número total de baleeiras		
2.1 Número total de pessoas que elas podem acomodar		
2.2 Número de baleeiras parcialmente fechadas (Reg. III/21 e LSA seção 4.5)		
2.3 Número de baleeiras totalmente fechadas (Reg.III/21 e LSA seção 4.6)		
2.4 Outras baleeiras		
2.4.1 Número		
2.4.2 Tipo		
3 Número de baleeiras a motor (inclusive aquelas indicadas acima)		
3.1 Número de baleeiras com holofote de busca		
4 Número de botes de resgate		
4.1 Número de botes os quais estão incluídos no total de baleeiras acima		
4.2 Quantidade de botes que são embarcações rápidas de resgate		
5 Balsas salva-vidas infláveis		
5.1 Aquelas para as quais dispositivos de lançamento são requiridos		
5.1.1 Número de balsas salva-vidas		
5.1.2 Número de pessoas que elas podem acomodar		
5.2 Aquelas para as quais o dispositivo de lançamento não é requerido		
5.2.1 Número de balsas salva-vidas		
5.2.2 Número de pessoas que elas podem acomodar		
6 Aparelhos Flutuantes		
6.1 Número de aparelhos		
6.2 Número de pessoas que eles podem acomodar		
7 Número de bóias salva-vidas		
8 Número de coletes salva-vidas (total)		
8.1 Número de coletes salva-vidas para adultos		
8.2 Número de coletes salva-vidas para crianças		
8.3 Número de coletes salva-vidas para infantes (infantil)		
9 Roupas de imersão		
9.1 Número total		
9.2 Número de roupas cumprindo os requisitos de coletes salva-vidas		
10 Número de meios de proteção térmica [1]		
11 Equipamentos de rádio usados na salvatagem		
11.1 Transpondedor radar para busca e salvamento (SART)		

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

11.2 Número de rádio telefones VHF de duas vias	

3. Detalhes dos equipamentos da instalação de rádio

Item	Provisão atual
1. Sistemas primários	
1.1 Instalação rádio de VHF	
1.1.1 Conversor DSC	
1.1.2 Receptor de escuta DSC	
1.1.3 Radiotelefonia	
1.2 Instalação rádio de MF	
1.2.1 Conversor DSC	
1.2.2 Receptor de escuta DSC	
1.2.3 Radiotelefonia	
1.3 Instalação MF / HF	
1.3.1 Conversor DSC	
1.3.2 Receptor de escuta DSC	
1.3.3 Radiotelefonia	
1.3.4 Radiotelegrafia por impressão direta	
1.4 Estação INMARSAT navio para terra	
2. Meios secundários de alerta	
3. Facilidades para recepção de informações de segurança marítima	
3.1 Receptor NAVTEX	
3.2 Receptor EGC	
3.3 Receptor radiotelegrafico HF com impressão direta	
4. EPIRB via satélite	
4.1 COSPAS - SARSAT	
4.2 INMARSAT	
5. EPIRB VHF	
6. Transpondedor radar para busca e salvamento (SART)	

4. Métodos usados para assegurar a viabilidade das facilidades de rádio (regras IV/15.6 and 15.7)
4.1 Duplicação de equipamentos .....
4.2 Manutenção baseada em terra .....
4.3 Capacidade de realizar manutenção no mar .....

[1] Excluindo aqueles requeridos pelos parágrafos 4.1.5.1.24; 4.4.8.31 and 5.1.2.2.13 do Código LSA.
[2] Alternativamente meios encontrados destes dispositivos são permitidos sobre a regra V/19. No caso de outros meios, eles deverão ser especificados.
[3] Retirar como apropriado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

5. Detalhes dos Sistemas e Equipamentos de Navegação

	Provisão atual
1.1 Agulha magnética padrão (2)	
1.2 Agulha magnética sobressalente (2)	
1.3 Agulha giroscópica (2)	
1.4 Repetidora da Agulha Giroscópia para rumo (2)	
1.5 Repetidora da Agulha Giroscópia para marcação (2)	
1.6 Sistema de contrôle de rumo ou rota (2)	
1.7 Peloro ou dispositivos para fazer marcações utilizando a agulha (2)	
1.8 Meios de correção para rumo e rota	
1.9 Dispositivo de transmissão do rumo (THD) (2)	
2.1 Cartas nauticas/Sistema eletrônico visualizador de cartas e informações (ECDIS) (3)	
2.2 Cópia dos arranjos para ECDIS	
2.3 Publicações náuticas	
2.4 Cópia dos arranjos para publicações náuticas eletrônicas	
3.1 Receptor para um Sistema Global de Navegação por Satélite/Sistema Radionavegador Terrestre (2) (3)	
3.2 Radar de 9 GHz (2)	
3.3 Segundo Radar (3GHz / 9 GHz (3)) (2)	
3.4 Dispositivo automático de plotagem radar (ARPA) (2)	
3.5 Dispositivo automático de rota (2)	
3.6 Segundo dispositivo automático de rota (2)	
3.7 Dispositivo eletrônico de plotagem (2)	
4.1 Sistema automático de identificação (AIS)	
4.2 Sistema de identificação e acompanhamento a longa distancia	
5. Registro de dados de viagem (VDR)	
6.1 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação à água) (2)	
6.2 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação ao fundo nas direções à vante e través) (2)	
7. Ecobatímetro (2)	
8.1 Indicador do leme, hélice, propulsão, passo e modo operacional (2)	
8.2 Indicador de velocidade de giro (2)	
9. Sistema receptor sonoro (2)	
10. Telefone de emergência no posto de governo (2)	
11. Lux para sinalização diurna (2)	
12. Refletor radar (2)	
13. Código internacional de sinais	

CERTIFICA-SE QUE ESTE REGISTRO ESTÁ CORRETO EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.

Emitido em: .....
(local da emissão)

Expedido em: .....de.....de.....

Carimbo ou Estampa da Sociedade Classificadora

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

RECORD OF EQUIPMENT FOR THE PASSENGER SHIP SAFETY CERTIFICATE (FORM P)

RECORD OF EQUIPMENT FOR COMPLIANCE WITH THE INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, AS MODIFIED BY THE PROTOCOL OF 1988 RELATING THERETO.

This Record shall be permanently attached to the Passenger Ship Safety Certificate

1.articulars of ship:

Name of ship	Distinctive number or letters	Number of passenger for which certified	Minimum number of persons with required qualifications to operate the radio installations

2. Details of life-saving appliances:

1 Total number of persons for which life-saving appliances are provided		
	Port side	Starboard side
2 Total number of lifeboats		
2.1 Total number of persons accommodated by them		
2.2 Number of partially enclosed lifeboats (Reg.III/21 and LSA section 4.5)		
2.3 Number of self-righting partially enclosed lifeboats (regulation III/43)(1)		
2.4 Number of totally enclosed lifeboats (Reg.III/21 and LSA section 4.6)		
2.5 Other lifeboats		
2.5.1 Number		
2.5.2 Type		
3 Number of motor lifeboats included in the total lifeboats shown above		
3.1 Number of lifeboats fitted with searchlights		
4 Number of rescue boats		
4.1 Number of boats which are included in the total lifeboats shown above		
4.2 Number of boats which are fast rescue boats		
5 Liferafts		
5.1 Those for which approved launching appliances are required		
5.1.1 Number of liferafts		
5.1.2 Number of persons accommodated by them		
5.2 Those for which approved launching appliances are not required		
5.2.1 Number of liferafts		
5.2.2 Number of persons accommodated by them		
6 Number of Marine Evacuation Systems (MES)		
6.1 Number of liferafts served by them		
6.2 Number of persons accommodated by them		
7 Buoyant apparatus		
7.1 Number of apparatus		
7.2 Number of persons capable of being supported		
8 Number of lifebuoys		
9 Number of lifejackets (total)		
9.1 Number of adult lifejackets		
9.2 Number of child lifejackets		

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

9.3 Number of infant lifejackets	
10 Immersion suits	
10.1 Total number	
10.2 Number of suits complying with the requirements for lifejackets	
11 Number of anti-exposure suits	
12 Number of thermal protective aids (2)	
13 Radio installations used in life-saving appliances	
13.1 Number of search and rescue locating devices	
13.1.1 Radar search and rescue transponder (SART)	
13.1.2 AIS search and rescue transmitters (AIS-SART)	
13.2 Number of two-way VHF radiotelephone apparatus	

3. Details of radio facilities

Item	Provisão atual
1. Primary systems	
1.1 VHF radio installation	
1.1.1 DSC encorder	
1.1.2 DSC watch receiver	
1.1.3 Radiotelephony	
1.2 MF radio installation	
1.2.1 DSC encorder	
1.2.2 DSC watch receiver	
1.2.3 Radiotelephony	
1.3 MF / HF radio installation	
1.3.1 DSC encorder	
1.3.2 DSC watch receiver	
1.3.3 Radiotelephony	
1.3.4 Direct-priting radiotelegraphy	
1.4 INMARSAT ship earth station	
2. Secondary means of alerting	
3. Facilities for reception of maritime safety information	
3.1 NAVTEX receiver	
3.2 EGC receiver	
3.3 HF direct-printing radiotelegraph receiver	
4. Satellite EPIRB	
4.1 COSPAS - SARSAT	
5. VHF EPIRB	
6. Ship's search and rescue locating device	
6.1 Radar search and rescue transponder (SART)	
6.2 AIS search and rescue transmitters (AIS-SART)	

4. Methods used to ensure availability of radio facilities (regulations IV/15.6 and 15.7)

4.1 Duplication of equipment .....
4.2 Shore-based maintenance .....
4.3 At-sea maintenance capability .....

(1) *Refer to the 1983 amendments to SOLAS (MSC.6(48)), applicable to ships constructed on or after 1 July 1986, but* before 1 July 1998.
(2) Excluding those required by the LSA CODE, paragrafhs 4.1.5.1.24, 4.4.8.31 and 5.1.2.2.13.
(3) Alternative means of meeting this requirement are permitted under regulation V/19. In case of other means they shall be epecified.
(4) Delete as appropriate.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-1

5. Details of navigation systems and equipments

	Provisão atual
1.1 Standard magnetic compass (3)	
1.2 Spare magnetic compass (3)	
1.3 Gyro-compass (3)	
1.4 Gyro-compass heading repeater (3)	
1.5 Gyro-compass bearing repeater (3)	
1.6 Heading or track control system (3)	
1.7 Pelorus or compass bearing device (3)	
1.8 Means of correcting heading and bearings	
1.9 Transmitting heading device (THD) (3)	
2.1 Nautical charts/electronic chart display and information system (ECDIS) (4)	
2.2 Back-up arrangements for ECDIS	
2.3 Nautical publications	
2.4 Back-up arrangements for electronic nautical publications	
3.1 Receiver for a global navigation satellite system/terrestrial radionavigation system (3) (4)	
3.2 9 GHz radar (3)	
3.3 Second radar (3GHz / 9 GHz (4)) (3)	
3.4 Automatic radar plotting aid (ARPA) (3)	
3.5 Automatic tracking aid (3)	
3.6 Second automatic tracking aid (3)	
3.7 Eletronic plotting aid (3)	
4.1 Automatic identification system (AIS)	
4.2 Long-ranger identification and tracking system	
5. Voyage data recorder (VDR)	
6.1 Speed and distance measuring device (through the water) (3)	
6.2 Speed and distance measuring device (over the ground in the forward and athwartship direction) (3)	
7. Echo-sounding device (3)	
8.1 Rudder, propeller, thrust, pitch and operation mode indicator (3)	
8.2 Rate-of-turn indicator (3)	
9. Sound reception system (3)	
10. Telephone to emergency steering position (3)	
11. Daylight signalling lamp (3)	
12. Radar reflector (3)	
13. International Code of Signals	
14. IAMSAR Manual, Volume III	
15. Bridge navigational watch alarm system (BNWAS)	

THIS IS TO CERTIFY that this Record is correct in all respects.

Issued at: .....
(place of issue of the Record)

Date of issue: .....de.....de.....

Seal or Stamp of the Classification Society

.....
(Signature of duly authorized official issuing the Record)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-2

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DE CONSTRUÇÃO PARA NAVIO DE CARGA

Emitido sob as disposições da Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado,
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela
.....

Características do navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Arqueação bruta
Porte bruto do navio (toneladas métricas) (1)		Número da IMO (2)	

Tipo de navio : (4)
Graneleiro.
Petroleiro.
Químico.
Navio para transporte de gases liquefeitos a granel.
Navio de carga, outro que não os acima mencionados.

Data da Construção: (Todas as datas aplicáveis deverão ser preenchidas)

Data do contrato de construção:	
Data em que a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção(3)	
Data da entrega:	
Data em que se iniciaram os trabalhos de conversão ou uma alteração ou modificação de vulto	

Certifica - se:

1. Que o navio foi vistoriado de acordo com a Regra I/10 da Convenção.
2. Que a vistoria mostrou que as condições da estrutura, máquina e equipamento, como definida na Regra acima, estava satisfatória, e o navio cumpre com os requisitos dos Capítulos II-1 e II-2 da Convenção (outros que não relacionados aos dispositivos e sistemas de combate a incêndio, equipamentos e plano de combate a incêndio).
3. Que as duas últimas inspeções na parte externa do fundo do navio, foram realizadas em .....e.....
4. Que um certificado de isenção foi / não foi (4) emitido. (datas)
5. O navio estava / não estava (4) sujeito a um projeto e a arranjos alternativos de acordo com as regras II-1-55 e II-2/17(4) da Convenção; e
6. Um documento de aprovação do projeto e de arranjos alternativos para a segurança para máquinas e instalações elétricas/proteção contra incêndio está / não está (4) apenso a este Certificado.

Este certificado é válido até .....(5) sujeito às vistorias anuais e intermediárias e inspeções da parte externa do fundo do navio de acordo com a regra I/10 da Convenção.
Emitido _____
(local da emissão do certificado)
Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .

Expedido em _____

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(1) Somente para navios petroleiros, navios químicos e navios para transporte de gases liquefeitos a granel.
(2) De acordo com o esquema de numeração adotado pela IMO para identificação de navios através da Res. A.600(15) – IMO Ship Identification Number Scheme.
(3) Data na qual a quilha foi batida ou o navio estava em um estado similar de construção ou, onde aplicável, data na qual o trabalho de conversão ou alteração ou modificação de um maior vulto foi iniciado.
(4) Cancelar apropriadamente.
(5) Colocar a data de expiração, como especificado pela Administração, de acordo com a regra I/14 (a) da Convenção. O dia e o mês devem corresponder a data do aniversário de acordo com a regra I/2 (n) da Convenção, exceto se alterada de acordo com a regra I/14 (h).
(6) Podem ser feitas previsões para vistorias adicionais.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-2

ENDOSSO PARA VISTORIAS ANUAIS E INTERMEDIÁRIAS

CERTIFICA-SE que numa vistoria intermediária requerida pela Regra I/10 da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições da Convenção.

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL/INTERMEDIÁRIA(4)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL/INTERMEDIÁRIA(4)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL E INTERMEDIÁRIA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que em uma vistoria anual/intermediária de acordo com a regra I/14 (h) (iii) da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo os requisitos relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA INSPEÇÕES DA PARTE EXTERNA DO FUNDO DO NAVIO(6)

Certifica-se que, numa inspeção requerida pela regra I/10 da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção.

Primeira Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Segunda Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-2

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA I/14 (c) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (c) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA I/14 (d) FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (d) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA I/14 (e) OU I/14 (f).

Este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (e) / I/14 (f)(4) da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA I/14 (h) FOR APLICADA.

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-2

CARGO SHIP SAFETY CONSTRUTION CERTIFICATE
Issued under the provision of the
INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, as modified by the Protocol of 1988 relating thereto,
under the authority of the Government of Brazil by
_____

Particulars of Ship:

Name of ship	*Distinctive number or letters*	*Port of registry*	*Gross Tonnage*
Deadweight of ship (metric tons) (1)		*IMO Number* (2)	

Type of Ship : (4)
Bulk Carrie
Oil tanker
Chemical tanker
Gas carrier
Cargo ship other than any of the above

Date of Build: (All applicable dates shall be completed)

Date of building contract:	
Date of delivery:	
Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction:	
Date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced:	

This is to Certify :

1. That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of regulation I/10 of the Convention.
2. That the survey showed that the condition of the structure, machinery and equipment, as defined in the above regulation was satisfactory and the ship complied with the relevant requirements of Chapters II-1 e II-2 of the Convention (other than those relating to fire safety systems and appliances and fire control plans).
3. That an Exemption Certificate has/has not (4) been issued.
4. The ship was / was not (4) subjected to na alternative design and arrangements in pursuance of regulation II-2/17 of the Convention; and
5. That a document of approval of alternative design and arrangements for machinery and electrical installations is / is not (4) appended to this Certificate.

This Certificate is valid until .....of .....of ..... .

Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .

Issued at.....
(place of issue of certificate)
Date of issue ....

Seal or Stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized person

(1) For oil tankers, chemical tankers, and gas carriers only.
(2) In accordance with resolution A.600 (15)- IMO Ship Identification Number Scheme, this information may be included voluntarily.
(3) Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction or, where applicable, date on which work for a convention or na alteration or modification of a major character was commenced.....
(4) Delete as appropriate.
(5) Insert the date of expiry as specified by the Administration in accordance with regulation I/14 (a) of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in regulation I/2 (n) of the Convention, unless amended in accordance with regulation I/14 (h).
(6) Provision may be made for additional inspections.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Endorsement for annual and intermediate surveys

THIS IS TO CERTIFY that, at an survey required by regulation I/10 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

Annual survey:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Annual / Intermediate[4] survey

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Annual / Intermediate[4] survey

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Annual survey:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Annual / Intermediate survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)

THIS IS TO CERTIFY that, at an annual / intermediate [4] survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for inspections of the outside of the ship's bottom [6]

THIS IS TO CERTIFY that, at an inspection required by regulation I/10 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

First inspection:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Second inspection:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS PARA NAVIO DE CARGA

Emitido sob as disposições da Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como moficada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado,

sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela

.....

Este Certificado deverá ser suplementado pelo Registro de Equipamento (Formulário E)

Caracteristicas do Navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Arqueação Bruta

Porte Bruto (toneladas métricas) [1]	Número IMO [2]	Comprimento do navio (regra III/3.12)

Tipo de Navio: [3] Graneleiro /Petroleiro /Químico /Para Transporte de Gases liquefeitos a Granel /De Carga de qualquer outro tipo

Data em que a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção ou, quando aplicável, data em que se iniciaram os trabalhos de conversão ou uma alteração ou modificação de vulto .....

Certifica-se:

1.ue o navio foi vistoriado de acordo com os requisitos da regra I / 8 da Convenção.

2.ue a vistoria evidenciou que:

2.1 o navio satisfaz as disposições da Convenção relativas aos sistemas e equipamentos de segurança contra incêndio e aos planos de combate a incêndio;

2.2 os equipamentos salva-vidas e os aparelhos das embarcações salva-vidas, balsas salva-vidas e embarcações de salvamento satisfazem as disposições da Convenção;

2.3 o navio está dotado de um aparelho lança-retinidas e de instalações rádio usadas em equipamentos salva-vidas, de acordo com as disposições da Convenção;

2.4 o navio satisfaz os requisitos da Convenção relativas a equipamentos de navegação de bordo, meios de embarque para os práticos e publicações náuticas;

2.5 o navio está dotado de luzes e marcas de navegação, de meios para emitir sinais sonoros e de socorro, de acordo com as disposições da Convenção e do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no mar em vigor;

2.6 em todos os demais aspectos, o navio cumpriu com os requisitos relevantes da Convenção.

2.7 o navio estava / não estava [3] sujeito a um projeto e a arranjos alternativos de acordo com as Regras II-2/17 e/ou III/38 da Convenção; e

2.8 um Documento de aprovação do projeto e de arranjos alternativos para a segurança contra incêndio/dispositivos e arranjos salva-vidas está / não está [3] apenso a este Certificado.

3. Que o navio opera de acordo com a regra III / 26.1.1.1[4] dentro dos limites da área de navegação:.....

4. Que um Certificado de Isenção foi / não foi [3] expedido.

Este Certificado é válido até .....[5] sujeito as vistorias anuais e periódicas, de acordo com a regra I/8 da Convenção.

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .

Expedido em....., em .....de .....de .....
(local) (data)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(1) Apenas para Petroleiros, Graneleiros e Quimiqueiros.
(2) De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.
(3) Riscar como apropriado.
(4) Veja as emendas de 1983 à SOLAS (MSC.6(48), aplicáveis a navios construídos em ou após 01 de julho de 1986, mas antes de 01 de julho de 1998 no caso de haver a bordo bote(s) salva-vidas parcialmente fechados autoadriçantes.
(5) Colocar a data de expiração, como especificado pela Administração, de acordo com a regra I/14 (a) da Convenção. O dia e o mês devem corresponder a data do aniversário de acordo com a regra I/2 (n) da Convenção, exceto se alterada de acordo com a regra I/14 (h).

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation I/14 (c) applies

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14 (c) of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation I/14 (d) applies

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14 (d) of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or a period of grace where regulation I/14 (e) or I/14 (f) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation I/14 (e) / I/14 (F) [4] of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation I/14 (h) applies.

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDOSSO PARA AS VISTORIAS ANUAIS E PERIÓDICAS

CERTIFICA-SE que, numa vistoria requerida pela Regra I/8 da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL/PERIÓDICA[3]

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL/PERIÓDICA[3]

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL E PERIÓDICA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que numa vistoria anual/periódica [3] , de acordo com a regra I/14 (h) (iii) da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA I/14 (c) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (c) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA I/14 (d) FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (d) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA I/14 (e) OU I/14 (f).

Este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (e) / I/14 (f) [3] da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA I/14 (h) FOR APLICADA.

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

CARGO SHIP SAFETY EQUIPMENT CERTIFICATE
Issued under the provision of the
INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA,
1974, as modified by the Protocol of 1988 relating thereto,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by
.....
This Certificate shall be supplemented by a Record of Equipment (Form E)

Particulars of Ship:

Name of ship	Distinctive number or letters	Port of register	Gross Tonnage

Deadweight of ship (metric tons) [1]	IMO-number [2]	Length of ship (regulation III/3.12)

Type of Ship: [3]
Bulk Carrier
Oil tanker
Chemical tanker
Gas carrier
Cargo ship other than any of the above

Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction or, where applicable, date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced .....

This is to certify:
1.That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of regulation I / 8 of the Convention.
2.That the survey showed that:
2.1 the ship complied with the requirements of the Convention as regards fire safety systems and appliances and fire control plans;
2.2 the life-saving appliances and the equipment of the lifeboats, liferafts and rescue boats were provided in accordance with the requirements of the Convention;
2.3 the ship was provided with a line-throwing appliance and radio installations used in life-saving appliances in accordance with the requirements of the Convention;
2.4 the ship complied with the requirements of the Convention as regards shipborne navigational equipment, means of embarkation for pilots and nautical publication;
2.5 the ship was provided with lights, shapes, means of making sounds signals and distress signals in accordance with the requirements of the Convention and the International Regulations for Preventing Collisions at Sea in force;
2.6 in all other respects the ship complied with the relevant requirements of the Convention;
2.7 the ship was / was not [3] subjected to an alternative design and arrangements in pursuance of regulation II-2/17 of the Convention; and
2.8 a document of approval of alternative design and arrangements for fire safety is / is not [3] appended to this Certificate.
3. That the ship operates in accordance with regulation III / 26.1.1.1 within the limits of the trade area:.....
4. That an Exemption Certificate has / has not [3] been issued.
This Certificate is valid until .....[4] subject to the annual and periodical surveys in accordance with regulation I/8 of the Convention.
Issued at .....
(Place of issue of certificate)
Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .

Date of issue: .....
.....
Name Signature of authorized official

Seal or Stamp Of the Classification Society

[1] For oil tankers, chemical tankers and gas carriers only
[2] In accordance with resolution A.600 (15) – IMO Ship Identification Number Scheme.
[3] Delete as appropriate
[4] Insert the date of expiry as specified by the administration in accordance with regulation I/14 (a) of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in regulation ½ (n) of the Convention, unless amended in accordance with regulation I/14 (h)

Endorsement for annual and periodical surveys
THIS IS TO CERTIFY that, at survey required by regulation I/8 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

ANNUAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ANNUAL / PERIODICAL SURVEY [4]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL / PERIODICAL SURVEY [4]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

Annual / periodical survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)
THIS IS TO CERTIFY that, at the annual/periodical [4] survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed:.....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation I/14 (c) applies.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14 (c) of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation I/14 (d) applies.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14(d) of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation I/14 (e) or 1/14 (f) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation I/14(e) / I/14(f) [4] of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation 1/14 (h) applies.

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is.....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-3

REGISTRO DOS EQUIPAMENTOS DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA PARA NAVIOS DE CARGA (FORMULÁRIO E)

Registro dos Equipamentos para atendimento à Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, SOLAS 1974, como moficada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado.

Este Registro de Equipamentos deverá acompanhar permanentemente o Certificado de Segurança de Equipamentos para Navio de Carga

1. ***Características do navio***

Nome do navio	Indicativo de chamada

2. ***Detalhes dos meios de Salvatagem***

1	Número total de pessoas para o qual os meios de salvatagem são suficientes		
		Bombordo	Boreste
2	Número total de baleeiras		
2.1	Número total de pessoas que elas podem acomodar		
2.2	Número de baleeiras totalmente fechadas (regra III/31 e seção 4.6 do Código LSA)		
2.3	Número de baleeiras com sistema autônomo de ar comprimido (regra III/31 e seção 4.8 do Código LSA)		
2.4	Número de baleeiras a prova de fogo (regra III/31 e seção 4.9 do Código LSA)		
2.5	Outras baleeiras		
2.5.1	Número		
2.5.2	Tipo		
2.6	Número de baleeiras lançadas por queda livre		
2.6.1	Totalmente fechadas (regra III/31 e seção 4.7 do Código LSA)		
2.6.2	Com sistema autônomo (regra III/31 e seção 4.8 do Código LSA)		
2.6.3	Aprova de fogo (regra III/31 e seção 4.9 do Código LSA)		
3	Número de baleeiras à motor (inclusive aquelas indicadas acima)		
3.1	Número de baleeiras com holofote de busca		
4	Número de botes de resgate		
4.1	Número de botes que estão incluídos no total de baleeiras acima		
5	Balsas salva-vidas		
5.1	Número daquelas para as quais dispositivos de lançamento são requeridos		
5.1.1	Número de balsas salva-vidas		
5.1.2	Número de pessoas que elas podem acomodar		
5.2	Número daquelas que os dispositivos de lançamento não são requeridos		
5.2.1	Número de balsas salva-vidas		
5.2.2	Número de pessoas que elas podem acomodar		
5.3	Número de balsas requeridas pela regra III/26.1.4		
6	Número de boias salva-vidas		
7	Número de coletes salva-vidas		
8	Roupas de imersão		
8.1	Número total		
8.2	Número de roupas cumprindo os requisitos de coletes salva-vidas		
9	Equipamentos de rádio usados na salvatagem		
9.1	Transpondedor radar para busca e salvamento (SART)		
9.2	Número de equipamentos de VHF de duas vias		

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-3

ECORD OF EQUIPMENT FOR THE CARGO SHIP EQUIPMENT CERTIFICATE (Form E)

ECORD OF EQUIPMENT FOR COMPLIANCE WITH THE INTERNATIONAL ONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, as modified by the Protocol of 988 relating thereto.

his Record shall be permanently attached to the Cargo Ship Safety Equipment Certificate

1. Particulars of ship

Name of ship	Distinctive number or letters

2. Details of life-saving appliances

1	Total number of persons for which life-saving appliances are provided		
2	Total number of lifeboats	Port side	Starboard side
2.1	Total number of persons a accommodated by them		
2.2	Number of totally enclosed lifeboats (regulation III/31 and LSA CODE section 4.6)		
2.3	Number of lifeboats with a self-contained air support system (regulation III/31 and LSA CODE section 4.8)		
2.4	Number of fire-protected lifeboats (regulation III/31 and LSA CODE section 4.9)		
2.5	Other lifeboats		
2.5.1	Number		
2.5.2	Type		
2.6	Number of freefall lifeboats		
2.6.1	Totally enclosed (regulation III/31 and LSA CODE section 4.7)		
2.6.2	Self-contained (regulation III/31 and LSA CODE section 4.8)		
2.6.3	Fire-protected (regulation III/31 and LSA CODE section 4.9)		
3	Number of motor lifeboats (included in the total lifeboats shown above)		
3.1	Number of lifeboats fitted with searchlights		
4	Number of rescue boats		
4.1	Number of boats which are included in the total lifeboats shown above		
5	Liferafts		
5.1	those for which approved launching appliances are required		
5.1.1	Number of liferafts		
5.1.2	Number of persons accommodated by them		
5.2	Those for which approved launching appliances are not required		
5.2.1	Number of liferafts		
5.2.2	Number of persons accommodated by them		
5.3	Number of liferafts required by regulation III/31.1.4		
6	Number of lifebuoys		
7	Number of lifejackets		
8	Immersion suits		
8.1	Total number		
8.2	Number of suits complying with the requirements for lifejackets		
9.	Radio installations used in life-saving appliances		
9.1	Number of radar transponders		
9.2	Number of two-way VHF radiotelephone apparatus		

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-3

3. Detalhes dos Sistemas e Equipamentos de Navegação

	Provisão atual
1.1 Agulha magnética padrão [3]	
1.2 Agulha magnética sobressalente [3]	
1.3 Agulha giroscópica [3]	
1.4 Repetidora da Agulha Giroscópia para rumo [3]	
1.5 Repetidora da Agulha Giroscópia para marcação [3]	
1.6 Sistema de controle de rumo ou rota [3]	
1.7 Peloro ou dispositivo de marcação [3]	
1.8 Meios de correção para rumo e rota	
1.9 Dispositivo de transmissão do rumo (THD) [3]	
2.1 Cartas nauticas/video para cartas eletrônicas e sistemas de informação (ECDIS) [4]	
2.2 Cópia dos arranjos para ECDIS	
2.3 Publicações náuticas	
2.4 Cópia dos arranjos para publicações náuticas eletrônicas	
3.1 Receptor para um Sistema Global de Navegação por Satélite/Sistema Radionavegador Terrestre [3] [4]	
3.2 Radar de 9 GHz [3]	
3.3 Segundo Radar (3GHz / 9 GHz [4]) [3]	
3.4 Dispositivo automático de plotagem radar (ARPA) [3]	
3.5 Dispositivo automático de rota [3]	
3.6 Segundo dispositivo automático de rota [3]	
3.7 Dispositivo eletrônico de plotagem [3]	
4.1 Sistema automático de identificação (AIS)	
4.2 Sistema de identificação e acompanhamento a longa distancia	
5.1 Registro de dados de viagem (VDR) [4]	
5.2 Registro de dados de viagem simplificado (S-VDR) [4]	
6.1 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação à água) [3]	
6.2 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação ao fundo nas direções à vante e través) [3]	
6.3 Ecobatimetro [3]	
7.1 Indicador do leme, hélice, propulsão, passo e modo operacional [3]	
7.2 Indicador de velocidade de giro [3]	
8. Sistema receptor sonoro [3]	9. Sistema
9. Telefone de emergência no posto de governo [3]	
10. Lanterna para sinalização diurna [3]	
11. Refletor radar [3]	
12. Código internacional de sinais	
13. Manual IAMSAR (Volume III)	

[1] Excluindo aquelas requeridas pelas regras III / 38.5.1.24, III/41.8.31 e III/47.2.2.13.
[2] Esta seção não necessita ser reproduzida nos Registros dos Equipamentos dos Certificados emitidos após 1 de fevereiro de 1995.
[3] Alternativamente meios encontrados destes dispositivos são permitidos sobre a regra V/19. No caso de outros meios , eles deverão ser especificados.
[4] Retirar como apropriado

Certifica-se que este Registro está correto em todos os seus aspectos.

Emitido em: .....
(Local da emissão do Registro)

Data da emissão.....de.....de..... .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-3

3. Details of navigational systems and equipment

	Actual provision
1.1 Standard magnetic compass [1]	
1.2 Spare magnetic compass [1]	
1.3 Gyro-compass [1]	
1.4 Gyro-compass heading repeater [1]	
1.5 Gyro-compass bearing repeater [1]	
1.6 Heading or track control system [1]	
1.7 Pelorus or compass bearing device [1]	
1.8 Means of correcting heading and bearing	
1.9 Transmitting heading device (THD) [1]	
2.1 Nautical charts / Eletronic chart display and information system (ECDIS) [2]	
2.2 Back-up arrangements for ECDIS	
2.3 Nautical publications	
2.4 Back-up arrangements for eletronic nautical publications	
3.1 Receiver for a global navigations satellite system/terrestrial radionavigation system [1] [2]	
3.2 9 GHz radar [1]	
3.3 Second radar (3 GHz / 9 GHz [2]) [1]	
3.4 Automatic radar plotting aid (ARPA) [1]	
3.5 Automatic tracking aid [1]	
3.6 Second automatic tracking aid [1]	
3.7 Eletronic plotting aid [1]	
4.1 Automatic identification system (AIS)	
4.2 Long-ranger identification and tracking system	
5.1 Voyage data record (VDR) [2]	
5.2 Simplified Voyage data record (S-VDR) [2]	
6.1 Speed and distance measuring device (through the water) [1]	
6.2 Speed and distance measuring device (over the ground in the forward and athwartship direction) [1]	
6.3 Echo-sounding device [1]	
7.1 Rudder, propeller, thrust, pitch and operational mode indicator [1]	
7.2 Rate-of-turn indicator [1]	
8. Sound reception system [1]	
9. Telephone to emergency steering position [1]	
10. Daylight signalling lamp [1]	
11. Radar reflector [1]	
12. International Code of Signals	
13. IAMSAR Manual, Volume III	

[1] Alternative means of meeting this requirement are permitted under regulation V/19. In case of other means they shall be specified.
[2] Delete as appropriate.

THIS IS TO CERTIFY that this Record is correct in all respects

Issued at .....
(Place of issue of the Record)

....
(date of issue) (signature of duly authorized official issuing the record)

Seal or Stamp of the Classification Society

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-4

CERTIFICADO DE SEGURANÇA RÁDIO PARA NAVIOS DE CARGA

Emitido sob as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado, **sob a autoridade do governo da República Federativa do Brasil pela** ....

Este Certificado deverá ser suplementado pelo Registro dos Equipamentos de Rádio (Formulário R)

Caracteristicas do navio

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro

Arqueação Bruta	Áreas para as quais o navio está autorizado a operar (regra IV/2)	Número IMO (1)

Data na qual a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção ou, onde aplicável, data na qual o trabalho para conversão ou uma alteração ou modificação, de maior vulto foi iniciado.

CERTIFICA-SE:

1. Que o navio foi vistoriado de acordo com os requisitos da regra I/9 da Convenção.
2. Que a vistoria mostrou que:
   2.1 o navio atende os requisitos da Convenção em relação às instalações de rádio;
   2.2 o funcionamento das instalações de rádio usadas nos equipamentos de salvatagem atendem aos requisitos da Convenção.
3. Que um Certificado de isenção foi / não foi (2) emitido.
   Este Certificado é valido até .... (3) sujeito as vistorias periódicas de acordo com a regra 1/9 da Convenção.

Emitido em ....
(local da emissão do Certificado)

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .

Data da emissão ....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou Carimbo da Sociedade classificadora

[1] De acordo com o esquema de numeração de navio da IMO, adotada pela Resolução A.600 (15) – IMO SHIP IDENTIFICATION NUMBER SCHEME.
[2] Cancelar apropriadamente.
[3] Colocar a data de expiração do Certificado conforme especificado pela Administração, de acordo com a regra I/14 (a) da Convenção. O dia e o mês desta data, corresponde a data de aniverssário como definida na regra I/2 (n) da Convenção, exceto se alterada de acordo com a regra I/14 (h).

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-4

ENDOSSO PARA VISTORIAS PERIÓDICAS

CERTIFICA-SE que, numa vistoria requerida pela Regra I/9 da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

VISTORIA PERIÓDICA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que numa vistoria periódica, de acordo com a regra I/14 (h) (iii) da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA I/14 (c) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (c) da Convenção, aceito como válido até ....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-4

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA I/14 (d) FOR APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (d) da Convenção, aceito como válido até ....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA I/14 (e) OU I/14 (f).

Este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (e) / I/14 (f)(2) da Convenção, aceito como válido até...

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA I/14 (h) FOR APLICADA.

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é ....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é ....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ____________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ____________________
Data: ____________________

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-4

CARGO SHIP SAFETY RADIO CERTIFICATE

Issued under the provision of the International Convention for the Safety of Life at Sea, 1974, as modified by the Protocolo of 1988 relating thereto, under the authority of the **Government of Federative Republic of Brazil by** ....

This Certificate shall be supplement by a Record of Equipment of Radio Facilities (Form R)

Particulars of Ship

Name of ship	Distinctive number or letters	Port de Registry

Gross tonnage	Sea areas in which ship is certified to operate (regulation IV/2)	IMO-number (1)

Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction or, where applicable , date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced ....

This is to certify:

1. That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of regulation I/9 of the Convention.
2. That the survey showed that:
   2.1 the ship complied with the requirements of the Convention as regards radio installations;
   2.2 the functioning of the radio installations used in life-saving appliances complied with the requirements of the Convention.
3. That an Exemption Certificate has/has not (2) been issued.

This Certificate is valid until .... (3)subject to the periodical surveys in accordance with regulation 1/9 of the Convention.

Completion date of the survey on which this Certificate is based: ....of ....of ....

Issued at ....
(Place of issue of certificate)

Date of issued ....
(Signature of authorized official)

Seal or Stamp of Classification Society

(1) In accordance with A. 600 (15)- IMO SHIP IDENTIFICATION NUMBER SCHEME, this information may be included voluntarily .
(2) Delete as appropriate.
(3) Insert the date of expiry as specified by the Administration in accordance with regulation I/14 (a) of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in regulation I/2 (n) of the Convention, unless amended in accordance with regulation I/14 (h).

Endorsement for periodical surveys

THIS IS TO CERTIFY that, at a survey required by regulation I/9 the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

PERIODICAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Periodical survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)

THIS IS TO CERTIFY that, at a periodical survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation I/14 (c) applies.

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14(c) of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation I/14 (d) applies.

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14(d) of the Convention , be accepted as valid until.....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation I/14 (e) or I/14 (f) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation I/14 (e) / I/14 (f) (2) of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation I/14 (h) applies.

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is.....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

REGISTRO DOS EQUIPAMENTOS RELATIVOS AO CERTIFICADO DE SEGURANÇA RÁDIO PARA NAVIO DE CARGA (FORMULÁRIO R)
Registro dos Equipamentos de Rádio para Atendimento da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado.
Este Certificado deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de Segurança Rádio para Navio de Carga

1. Características do Navio

Nome do navio	Indicativo de chamada	Número mínimo de pessoas com as qualificações necessárias para operar a instalação de rádio

2. Detalhes dos equipamentos da instalação rádio

	Item	Provisão atual
1	Sistemas primários	
1.1	Instalação de VHF	
1.1.1	Conversor DSC	
1.1.2	Receptor de escuta DSC	
1.1.3	Radiotelefonia	
1.2	Instalação de MF	
1.2.1	Conversor DSC	
1.2.2	Receptor de escuta DSC	
1.2.3	Radiotelefonia	
1.3	Instalação MF/HF	
1.3.1	Conversor DSC	
1.3.2	Receptor de escuta DSC	
1.3.3	Radiotelefonia	
1.3.4	Radiotelegráfica por impressão direta	
1.4	Estação INMARSAT	
2	Meios secundários de alerta	
3	Facilidades para recepção das informações de segurança marítima	
3.1	Receptor NAVTEX	
3.2	Receptor EGC	
3.3	Recepção radiotelegráfica em HF por impressão direta	
4	EPIRB via satélite	
4.1	COSPAS-SARSAT	
4.2	INMARSAT	
5	EPIRB VHF	
6	Transpondedor radar do navio	

3. Métodos usados para assegurar a disponibilidade operativa das facilidades rádio (regra IV/15.6 and 15.7)

3.1	Duplicação de equipamentos	
3.2	Manutenção baseada em terra	
3.3	Capacidade de manutenção no mar	

Certifica-se que este Registro está coreto sob todos os aspectos.

Emitido em .....
(local da emisão)
Data da emissão .....de.....de.....

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-4

RECORD OF EQUIPMENT FOR THE CARGO SHIP SAFETY RADIO CERTIFICATE (Form R)

RECORD OF EQUIPMENT OF RADIO FACILITIES FOR COMPLIANCE WITH THE INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, , in accordance with Assembly resolution A.883 (21) relating to the global implementation of the harmonized system of survey and certification

1. Particulars of ship

Name of ship	Distinctive number or letters	Minimum number of persons with required qualifications to operate the radio installations

2. Details of radio facilities

	Item	Actual provision
	Primary systems	
1.1	VHF radio installation	
1.1.1	DSC encoder	
1.1.2	DSC watch receiver	
1.1.3	Radiotelephony	
1.2	MF radio installation	
1.2.1	DSC encoder	
1.2.2	DSC watch receiver	
1.2.3	Radiotelephony	
1.3	MF/HF radio installation	
1.3.1	DSC encoder	
1.3.2	DSC watch receiver	
1.3.3	Radiotelephony	
1.3.4	Direct-printing telegraphy	
1.4	INMARSAT ship earth station	
2	Secondary means of alerting	
3	Facilities for reception of maritime safety information	
3.1	NAVTEX receiver	
3.2	ECG receiver	
3.3	HF direct-printing radiotelegraph receiver	
4	Satellite EPIRB	
4.1	COSPAS-SARSAT	
4.2	INMARSAT	
5	VHF EPIRB	
6	Ship's radar transponder	

3. Methods used to ensure availability of radio facilities (regulations IV/15.6 and 15.7)

3.1	Duplication of equipment	
3.2	Shore-based maintenance	
3.3	At-sea maintenance capability	

THIS IS TO CETIFIFY THAT THIS RECORD IS CORRECT IN ALL RESPECTS.

Issued at ..... Date of issue) .....

Seal or Stamp of the Classification Society

.....
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-a

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE BORDA LIVRE

Emitido sob as disposições da Convenção Internacional Sobre Linhas de Carga, 1966, de acordo com o previsto na Resolução A.883 (21) relativa à implementação do Sistema Harmonizado Global de Vistorias e Certificações, **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela** .....

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de registro	Comprimento (L) como definido no art. 2(8) (m)	Número IMO (1)

Borda livre atribuída como (2):
Navio novo — Tipo "A"
Navio existente — Tipo "B"

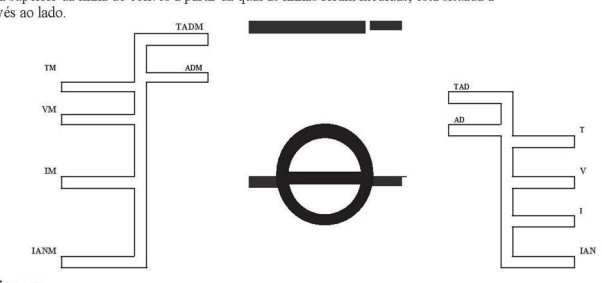
Tipo de navio (2):
Tipo "B" com borda livre reduzida
Tipo "B" com borda livre aumentada

Borda livre a partir da Linha do Convés (3):

Tropical	mm	(T)
Verão	mm	(V)
Inverno	mm	(I)
Inverno Atlântico Norte	mm	(TM)
Tropical Madeira	mm	(IAM)
Verão Madeira	mm	(VN)
Inverno Madeira	mm	(IN)
Inverno Atlântico Norte Madeira	mm	(IANM)

Linha de Carga (3):
mm acima (V)
Aresta superior da faixa passando pelo centro do disco
mm abaixo (V)
mm abaixo (V)
mm acima (VM)
mm acima (V)
mm abaixo (VM)
mm abaixo (VM)

Redução para todas as Bordas Livre quando navegando em água doce, com exceção de carregamento da madeira mm
Redução para Bordas Livre quando navegando em água doce com carregamento de madeira mm
A aresta superior da linha do convés a partir da qual as linhas foram medidas, está situada a mm da face superior do convés ao lado.



Certifica-se:
1. Que este navio foi vistoriado de acordo com os requisitos do artigo 14 da Convenção.
2. Que a vistoria mostrou que as Bordas Livre que lhe foram atribuídas e as Linhas de Carga mostradas acima foram marcadas de acordo com a Convenção Internacional sobre Linhas de Carga (1966).

Este certificado é válido até .....de .....de ....., (4) sujeito às vistorias anuais de acordo com o artigo 14 (1) (c) da Convenção.

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .
Emitido em.....
(local da emissão)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Data .....de .....de .....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-a

Notas: 1. Quando o navio partir de um porto de águas interiores é permitido aumentar o carregamento de uma quantidade que corresponde ao peso do combustível e demais materiais a serem consumidos desde o ponto de partida até atingir o mar.

2. Quando o navio navegar em água doce de densidade relativa unitária a linha de carga apropriada poderá ser submersa pela redução para água doce indicada. Quando a densidade não for unitária, a redução deverá ser proporcional a diferença entre 1,025 e a densidade real.

ENDOSSO PARA VISTORIAS ANUAIS

Certifica-se que, durante a vistoria anual requerida pelo artigo 4(1)(c) da Convenção, o navio encontrava-se satisfazendo as disposições relevantes da Convenção.

Vistoria anual
Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

Vistoria anual
Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

Vistoria anual
Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

Vistoria anual
Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

VISTORIA ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 19 (8) (c)

Certifica-se que, em vistoria de acordo com o artigo 19 (8) © da Convenção, o navio encontrava-se de acordo com os requisitos relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTICADO, SE A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS ONDE O ARTIGO 19 (3) FOR APLICADO.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (3) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-a

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E O ART. 19 (4) FOI APLICADO.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (4) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADO O ARTIGO 19 (5) OU 19 (6).

Este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (5) ou 19 (6) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO O ART. 19(8) FOI APLICADO

De acordo com o artigo 19 (8) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

De acordo com o artigo 19 (8) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora
Assinatura :.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

(1) De acordo com o esquema de numeração de navio da IMO, adotada pela Resolução A.600 (15) – IMO SHIP IDENTIFICATION NUMBER SCHEME.
(2) Cancelar apropriadamente.
(3) Bordas Livres e Linhas de Carga as quais não são aplicáveis não necessitam ser colocadas neste Certificado. Linhas de Carga de subdivisão podem, voluntariamente, ser colocadas no Certificado.
(4) Colocar a data de expiração do Certificado conforme especificado pela Administração, de acordo com o artigo 19 (10) da Convenção. O dia e o mês desta data, corresponde a data de aniversário como definida no artigo 2 (9) da Convenção, exceto se alterada de acordo com o artigo 19 (8) da Convenção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INTERNATIONAL LOAD LINE CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention on Load Lines, 1966, in accordance with Assembly resolution A.883 (21) relating to the global implementation of the harmonized system of survey and certification, **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil** by .....

Particulars of ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Length (L) as defined in Article 2(8) (in metres)	IMO Number(1)

(1)In accordance with resolution A.600(15)-IMO Ship Identification Number Scheme,this information may be included voluntary

Freeboard assigned as (2):
A new ship
An existing ship

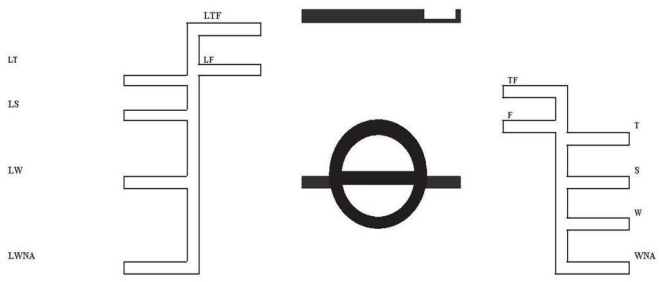
Type of ship (2):
Type "A"
Type "B"
Type "B" with reduced freeboard
Type "B" with increased freeboard

(2)- Delete as appropriate

Freeboard from deck line			**Load Line**	
Tropical	mm	(T)		mm above (S)
Summer	mm	(S)	Upper edge of line through center of ring	
Winter	mm	(W)		mm below (S)
Winter North Atlantic	mm	(WNA)		mm below (S)
Timber Tropical	mm	(LT)		mm above (LS)
Timber Summer	mm	(LS)		mm above (S)
Timber Winter	mm	(LW)		mm below (LS)
Timber Winter North Atlantic	mm	(LWNA)		mm below (LS)

Note: Freeboard and Load Lines which are not applicable need not be entered on the Certificate. Subdivision load lines may be entered on the certificate on a voluntary basis.

Allowance for Fresh Water for all freeboards other than timber mm
Allowance for Fresh Water for timber freeboards mm
The upper edge of the deck line from which these freeboards are measured is mm deck at side.



This is to certify:

1. That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of article 14 of the Convention.
2. That the survey showed that the freeboards have been assigned and load lines shown above have been marked in accordance with the Convention.

This certificate is valid until ..... of .....of 20..... , subject to annual surveys in accordance with Article 14(1)(c) of the Convention.
Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .
Issued at: _____ Date of issue: _____
(Place of issue of certificate)

Seal or stamp of the Classification Society

_____
(Signature of authorized official issuing the certificate)

NOTES:
1 – When a ship departs from a port situated on a river or inland waters, deeper loading shall be permitted corresponding to the weight of fuel and all other materials required for consumption between the point of departure and the sea.
2 - When a ship is in fresh water of unit density the appropriate load line may be submerged by the amount of fresh water allowance shown above. Where the density is other than unity, an allowance shall be made proportional to the difference between 1.025 and the actual density.

ENDORSEMENT FOR ANNUAL SURVEYS

This is to certify that, at an annual survey required by article 4(1)(c) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

Annual survey

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: :_____
Name and signature of authorized official
Place:_____
Date:_____

Annual survey

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

Annual survey

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place:_____
Date: _____

Annual survey

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

ANNUAL SURVEY IN ACCORDANCE WITH ARTICLE 19 (8) (C)
THIS IS TO CERTIFY THAT, at a survey in accordance with article 19(8)(c) of the convention, the ship was found to comply with the relevant requeriments of the convention

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

Endorsement to extend the certificate if valid for valid for less than 5 years where article 19(3) applies.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with article 19(3) of the Convention, be accepted as valid until.....

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

Endorsement where the renewal survey has been completed and article 19(4) applies.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with article 19 (4) of the Convention, be accepted as valid until .....

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where article 19 (5) or 19 (6) applies.
This certificate shall, in accordance with article 19 (5) 19 (6) [3] of the Convention, be accepted as valid until.....

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

Endorsement for advancement of anniversary date where article 19 (8) applies

In accordance with article 19 (8) of the Convention the new anniversary date is .....

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

In accordance with article 19 (8) of the Convention the new anniversary date is .....

Annual survey:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: _____
Name and signature of authorized official
Place: _____
Date: _____

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE ISENÇÃO DE BORDA LIVRE

Expedido em virtude das disposições da Convenção Internacional Sobre Linhas de Carga, 1966, de acordo com o previsto na Resolução A.883 (21) relativa à implementação do Sistema Harmonizado Global de Vistorias e Certificações, **sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil**

Características do Navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de registro	Comprimento (L) (m) [1]	Número IMO [2]

Certifica-se:

Que o navio está isento das disposições da Convenção, sob a autoridade conferida pelo artigo 6(2) 6(4) [3] da Convenção acima citada.

As disposições da Convenção, as quais o navio está isento, de acordo com artigo 6(2) são:
.....
.....
.....

A viagem para a qual a isenção foi concedida de acordo com o artigo 6 (4) é:
De:.....
Para:.....

Condições, se houver, para as quais a isenção foi concedida de acordo com o artigo 6 (2) ou artigo 6 (4):
.....
.....

Este Certificado é válido até....., [4] sujeito as vistorias anuais de acordo com o artigo 14 (1) (c) da Convenção.

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de
_____

Emitido em: .....
(Local da emissão do Certificado)

Data da emissão: .....
.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

[1] Comprimento (L) conforme definido no artigo 2 (8) da Convenção (em metros)
[2] De acordo com o esquema de numeração de navio da IMO, adotada pela Resolução A.600 (15) – IMO SHIP IDENTIFICATION NUMBER SCHEME.
[3] Cancelar apropriadamente.
[4] Colocar a data de expiração do Certificado conforme especificado pela Administração, de acordo com o artigo 19 (10) da Convenção. O dia e o mês desta data, corresponde a data de aniversário como definida no artigo 2 (9) da Convenção, exceto se alterada de acordo com o artigo 19 (8) da Convenção.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-b

ENDOSSO PARA VISTORIAS ANUAIS

CERTIFICA-SE que, durante vistoria anual requerida pelo artigo 14 (1) (c) da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as condições sob as quais este Certificado de Isenção foi concedido.

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

VISTORIA ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 19 (8) (c)

Certifica-se que em uma vistoria anual, de acordo com o artigo 19 (8) (c) da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE O ARTIGO 19 (3) FOR APLICADO

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (3) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-b

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E O ARTIGO 19 (4) FOR APLICADO.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (4) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADO O ARTIGO 19 (5) OU 19 (6).

Este Certificado será, de acordo com o artigo 19 (5) ou 19 (6) [4] da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO O ARTIGO 19 (8) FOR APLICADA.

De acordo com o artigo 19 (8) da Convenção, a nova data de aniversário é.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

De acordo com o artigo 19 (8) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-b

INTERNATIONAL LOAD LINE EXEMPTION CERTIFICATE
Issued under the provisions of the International Convention on Load lines, 1966, in accordance with Assembly resolution A.883 (21) relating to the global implementation of the harmonized system of survey and certification, **under the authority of the Government of Brazil by** .....

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Length (L) (in meters) [1]	IMO number [2]

THIS IS TO CERTIFY:

That the ship is exempted from the provisions of the Convention, under the authority conferred by article 6(2) 6(4) [3] of the convention referred to above.

The provisions of the Convention from which the ship is exempted under article 6(2) are:
.....
.....
.....

The voyage for which exemption is granted under article 6 (4) is:
From:.....
To:.....

Conditions, if any, on which the exemption is granted under either article 6 (2) or article 6 (4):
.....
.....

This Certificate is valid until ....., [4]subject to annual surveys in accordance with article 14 (1) (c) of the Convention.

Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .

Issued at: .....
(place of issue of certificate)

Date of issue: ....
(Name and signature of authorized official)

Seal or stamp of the Classification Society

[1] Length (L) as defined in article 2 (8) (in metres).
[2] In accordance with resolution *600 (15), IMO ship identification number, this information may be included voluntarily.
[3] Delete as appropriate.
[4] Insert the date of expiry as specified by the Administration in accordance with article 19 (10) of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in article 2 (9) of the Convetion unless amended in accordance with article 19 (8) of the Convention.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-b

ENDORSEMENT FOR ANNUAL SURVEYS

THIS IS TO CERTIFY that, at an annual survey required by article 14 (1) (c) of the Convention , the ship was found to comply with the conditions under which this exemption was granted.

ANNUAL SURVEY:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)
Place: .....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)
Place:.....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
((Name and signature of authorized official))
Place: .....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)
Place: .....
Date: .....

ANNUAL SURVEY IN ACCORDANCE WITH ARTICLE 19 (8) (C)

THIS IS TO CERTIFY that, at a survey in accordance with article 19 (8) (c) of the convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)
Place: .....
Date: .....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-5-b

ENDORSEMENT TO EXTEND THE CERTIFICATE IF VALID FOR LESS THAN 5 YEARS AND WHERE ARTICLE 19 (3) APPLIES.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with article 19 (3) of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)

Place: .....

Date: .....

ENDORSEMENT WHERE THE RENEWAL SURVEY HAS BEEN COMPLETED AND ARTICLE 19 (4) APPLIES.
The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with article 19 (4) of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)

Place: .....

Date: .....

ENDORSEMENT TO EXTEND THE VALIDITY OF THE CERTIFICATE UNTIL REACHING THE PORT OF SURVEY OR FOR A PERIOD OF GRACE WHERE ARTICLE 19 (5) OR 19 (6) APPLIES.
This certificate shall, in accordance with article 19 (5) / 19 (6) [3] of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)

Place: .....

Date: .....

ENDORSEMENT FOR ADVANCEMENT OF ANNIVERSARY DATE WHERE ARTICLE 19 (8) APPLIES
In accordance with article 19 (8) of the Convention the new anniversary date is .....

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)

Place: .....

Date: .....

In accordance with article 19 (8) of the Convention the new anniversary date is .....

Seal or stamp of the Classification Society

Signed: .....
(Name and signature of authorized official)

Place: .....

Date: .....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-6

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR ÓLEO
Emitido conforme provisões da Convenção para Prevenção de Poluição por Navios 1973, conforme modificado pelo Protocolo 1978, e como emendado pela Resolução MEPC..... (.....)
(adiante denominado como "Convenção") **sob autoridade do**
Governo da República Federativa do Brasil
pela .....
(Este Certificado deverá ser suplementado pelo Registro de Construção e de Equipamento)

Características do navio:

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Arqueação bruta

Porto de Registro	Porte bruto	Número IMO[1]

Tipo de navio*

☐ Navio petroleiro

☐ Navio outro que não navio petroleiro, com tanque de carga em conformidade com a regra 2(2) do Anexo 1 da Convenção

☐ Navio outro que não os acima

CERTIFICA-SE:

1. que o navio acima foi vistoriado em conformidade com o Regulamento 4 do Anexo 1 da Convenção; e

2. que a vistoria demonstrou que a estrutura, equipamentos, sistemas, acessórios, arranjos e materiais do navio e suas condições, estão em todos aspectos satisfatórios e que o navio atende aos requisitos aplicáveis do Anexo 1 da Convenção.

Este Certificado é válido até_____sujeito a vistorias de acordo com o Regulamento 4 do Anexo 1 da Convenção.

Emitido em_____no dia_____de_____de 20____.
(Local da vistoria)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

*- Marque com um 'x" no quadro apropriado.

ENDOSSO DAS VISTORIAS ANUAIS E INTERMEDIÁRIAS

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-6

CERTIFICA-SE que, na vistoria requerida pela Regra 4 do Anexo I da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo com as relevantes provisões da convenção

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
Data _____

Vistoria Anual/Intermediária[2] :

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
Data _____

Vistoria Anual/Intermediária[2]:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
Data _____

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
Data _____

VISTORIA ANUAL E INTERMEDIÁRIA DE ACORDO COM A REGRA 8(8)(c)

Certifica-se que em uma vistoria anual/intermediária de acordo com a regra 8(8)(c) do Anexo I da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as provisões relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA 8 (3) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-6

regra 8 (3) do Anexo I da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA 8 (4) FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra 8 (4) do Anexo I da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA 8 (5) OU 8 (6).

Este Certificado será, de acordo com a regra 8 (5) ou 8 (6)[2] do Anexo I da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA 8 (8) FOR APLICADA.

De acordo com a regra 8 (8) do Anexo I da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

De acordo com a regra 8 (8) do Anexo I da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

[1] De acordo com o esquema de numeração adotado pela IMO para identificação de navios através da Res. A.600(15) – IMO Ship Identification Number Scheme.
[2] Cancelar apropriadamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REGISTRO DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA NAVIOS QUE NÃO SEJAM PETROLEIROS
CERTIFICADO IOPP FORMULÁRIO "A"

relativo às disposições do Anexo 1 da Convenção Internacional para Prevenção de Poluição por Navios, 1973, como modificado pelo Protocolo 1978 (adiante denominado como Convenção).

Este Registro deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de IOPP

Notas:
1. Este impresso será usado para o terceiro tipo de navios conforme definido no Certificado de IOPP, ex., "navios diferentes dos acima". Para petroleiros e navios não petroleiros com tanques de carga de acordo com a Regra 2 (2) do Anexo 1 da Convenção, o impresso "Formulário B" será usado.
2. Este Certificado é redigido em português e inglês.
3. As entradas nos retângulos deverão ser feitas por uma cruz (x) para respostas "sim" ou "aplicáveis" ou por um traço (-) para as respostas "não ou "não aplicável", conforme o caso.
4. As regras mencionados neste Registro referem-se a regras do Anexo 1 da Convenção e as Resoluções referem-se às adotadas pela Organização Marítima Internacional (IMO).

1. Dados do Navio

1.1 Nome do navio

1.2 Número de registro ou indicativo de chamada _____

1.3 Porto de Registro _____

1.4 Arqueação bruta _____

1.5 Data de construção _____

1.5.1 Data de contrato de construção _____

1.5.2 Data de batimento de quilha ou estágio similar de construção _____

1.5.3 Data de entrega _____

1.6 Grande conversão (se aplicável):

1.6.1 Data de contrato da conversão _____

1.6.2 Data na qual a conversão se iniciou _____

1.6.3 Data de término da conversão _____

1.7 Categoria do navio:

1.7.1 Navio novo de acordo com a Regra 1(6) ☐
1.7.2 Navio existente de acordo com a Regra 1(7) ☐
1.7.3 O navio foi aceito pela Administração como "navio existente" de acordo com a Regra 1(7) devido atraso imprevisto da entrega ☐

2. Equipamentos para controle de descarga de óleo do porão da praça de máquinas e de tanques de óleo combustível (Regras 10 e 16)

2.1 O carregamento de lastro em tanques de óleo combustível:
2.1.1 O navio pode em condições normais carregar água de lastro em tanques de óleo combustível ☐

2.2 Tipo de equipamento de filtragem de óleo instalado:
2.2.1 Equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo 15 ppm -Regra 16 (4) ☐
2.2.2 Equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo 15 ppm com alarme e um dispositivo automático de parada Regra 16 (5) ☐

2.3 O navio é permitido operar com o equipamento existente até 6 de julho de 1998 -Regra 16 (6) e está provido com:
2.3.1 Um equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo 15 ppm sem alarme ☐
2.3.2 Um equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo 15 ppm com alarme e dispositivo manual de parada ☐

2.4 Padrões de aprovação

2.4.1 O equipamento de separação/filtragem
.1 foi aprovado de acordo com a resolução A.393 (X) ☐
.2 foi aprovado de acordo com a resolução MEPC.60(33) ☐
.3 foi aprovado de acordo com a resolução A.233 (VII) ☐
.4 foi aprovado de acordo com padrões nacionais não baseados nas resoluções A.393 (X) ou A.233 (VII) ☐
.5 não foi aprovado ☐
2.4.2 A unidade de processo foi aprovada de acordo com a Resolução A.444 (XI) ☐
2.4.3 O medidor de conteúdo de óleo:
- foi aprovado de acordo com a Resolução A.393(X) ☐
- foi aprovado de acordo com a Resolução MEPC.60(33) ☐

2.5 Máxima capacidade do sistema é ..... m^3 / h

2.6 Dispensa do regulamento 16:
2.6.1 Os requisitos das Regras 16 (1) ou (2) estão dispensados para o navio de acordo com o regulamento 16 (3) (a). O navio está operando exclusivamente em viagens dentro de áreas especiais ☐

2.6.2 0 navio está dotado com tanques para a retenção total a bordo de toda água oleosa, como se segue: ☐

Identificação do Tanque	Localização dos Tanques		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	m^3

3. Meios para retenção e eliminação dos resíduos de óleo (borra) (Regra 17) e tanques de retenção de águas oleosa

3.1 O navio possui tanques para armazenar os resíduos de óleo (borra) como se segue:

Identificação do Tanque	Localização dos Tanques		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	m^3

3.2 Meios para se eliminar os resíduos em adição aos tanques de borra:
3.2.1 Incinerador para os resíduos, capacidade: .....l/h ☐
3.2.2 Caldeira auxiliar em condições de queimar resíduos ☐
3.2.3 Tanque para misturar os resíduos com óleo combustível, capacidade ..... m^3 ☐
3.2.4 Outros meios aceitáveis ☐

3.3 0 navio está dotado com tanques para a retenção a bordo de água oleosa, como se segue: ☐

Identificação do Tanque	Localização dos Tanques		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	m^3

4. Conexão padrão de descarga (regulamento 19)

4.1 O navio está provido de uma rede para descarga de resíduos do porão da praça de máquinas para instalações de recebimento, dotada com conexão padrão de descarga de acordo com a Regra 19 ☐

5. Plano de emergência para prevenção da poluição por óleo (regulamento 26)

5.1 O navio está provido com um plano de emergência para prevenção da poluição por óleo de acordo com a Regra 26 ☐

6. Isenção

6.1 Isenções foram concedidas pela administração dos requisitos do capítulo II do Anexo 1 da Convenção de acordo com o regulamento 2 (4) (a) para os itens listados no(s) parágrafo(s) ..... deste Registro. ☐

7. Equivalentes (regulamento 3)

7.1 Disposições equivalentes foram aprovadas pela administração para certos requisitos do Anexo 1, para os itens listados no(s) parágrafo(5) ..... deste Registro. ☐

CERTIFICA-SE que este Registro está correto em todo os aspectos.

Emitido em_____no dia_____de_____de 20____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

REGISTRO DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA NAVIOS PETROLEIROS
CERTIFICADO IOPP – FORMULÁRIO "B"
relativo às disposições do Anexo 1 da Convenção Internacional para Prevenção de Poluição por Navios, 1973, como modificado pelo Protocolo 1978 (adiante denominado como Convenção).

Este Registro deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de IOPP e todo tempo disponíveis a bordo do navio

Notas:
1. Este impresso será usado para os primeiros dois tipos de navios definidos no Certificado IOPP, i.e., "petroleiros" e "navios outros que não petroleiros com tanques de carga de acordo o Regra 2 (2) do Anexo 1 da Convenção". Para o terceiro tipo de navios como definido no Certificado de IOPP, o formulário A deverá ser usado.
2. Este Certificado é redigido em português e inglês.
3. As entradas nos retângulos deverão ser feitas ou por uma cruz (x) para respostas "sim" ou "aplicável" ou por um traço (-) para respostas "não" ou "não aplicável", conforme o caso.
4. A menos que especificado de modo diferente, as regras mencionadas neste Registro referem-se a regras do Anexo 1 da Convenção e as resoluções referem-se às adotadas pela Organização Marítima Internacional (IMO)

1. Características do navio

1.1 Nome do navio

1.2 Número de registro ou indicativo de chamada .....

1.3 Porto de registro : .....

1.4 Arqueação bruta .....

1.4 Capacidade de carregamento do navio ..... m^3

1.5 Porte bruto do navio ..... toneladas métricas – Regra 1(22)

1.6 Comprimento do navio ..... m – Regra 1(18)

1.7 Data de Construção:
1.7.1Data do contrato de construção .....

1.7.2 Data de batimento da quilha ou num estágio similar de construção .....

1.7.3 Data da entrega .....

1.8 Grande conversão **(** se aplicável):
1.8.1 Data de contrato da conversão.....

1.8.2 Data na qual a conversão começou .....

1.8.3 Data da complementação da conversão .....

1.9 Categoria do navio:

1.9.1 Navio novo de acordo com a Regra 1(6) ☐
1.9.2 Navio existente de acordo com a Regra 1(7) ☐
1.9.3 Navio petroleiro novo de acordo com a Regra 1(26) ☐
1.9.4 Navio petroleiro existente de acordo com a Regra 1(27) ☐
1.9.5 O navio foi aceito pela Administração como um "navio existente" sob a Regra 1(7) **,** devido a um atraso imprevisto na entrega. ☐
1.9.6 O navio foi aceito pela Administração como um "navio petroleiro existente" sob a Regra 1 (27 **)** devido a um atraso imprevisto na entrega ☐
1.9.7 O navio não é requerido a cumprir a Regra 24 devido a um atraso imprevisto na entrega ☐

1.10 Tipo do navio: ☐
1.10.1 Navio para óleo cru ☐
1.10.2 Navio de produtos, outro que não transporte óleo combustível ou óleo diesel pesado como referida na regra 13 G (2 bis), ou óleo lubrificante ☐
(bis)
1.10.3 Navio para óleo cru/produtos ☐
1.10.4 Navio combinado ☐
1.10.5 Navio outro que um petroleiro, com tanques de carga de acordo com a Regra 2(2) do Anexo I da Convenção ☐
1.10.6 Navios petroleiros exclusivos para o transporte de produtos referidos na Regra 15(7) ☐
1.10.7 O navio estando designado como um "transportador de óleo cru", operando com COW, é também designado como um "transportador de produtos" operando com CBT, para o qual um Certificado de IOPP também foi emitido em separado ☐
1.10.8 O navio estando designado como um "transportador de produtos", operando com CBT, é também designado como um "transportador de óleo cru" operando com COW, para o qual um Certificado de IOPP separado também foi emitido ☐
1.10.9 Navios químicos transportando óleo ☐

2. Equipamento para controle da descarga de óleo do porão da praça de máquinas e tanques de óleo combustível (Regras 10 e 16)

2.1 Transporte de água de lastro em tanques de óleo combustível
2.1.1 O navio pode sob condições normais transportar água de lastro nos tanques de óleo combustível ☐

2.2 Tipo de equipamento de filtragem de óleo instalado:
2.2.1 Equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo15 ppm - Regra 16 (4) ☐
2.2.2 Equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo ppm com alarme e um dispositivo automático de parada - Regra16 (5) ☐

2.3 O navio é permitido operar com o equipamento existente até 6 de julho de 1998 – Regra 16(6), e está provido com :
2.3.1 Um equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo 15 ppm, sem alarme. ☐
2.3.2 Um equipamento capaz de produzir um efluente com conteúdo de óleo não excedendo l5ppm com alarme e dispositivos manual de parada. ☐

2.4 Padrões de aprovação:

2.4.1 O sistema de separação/filtragem:
.1 foi aprovado de acordo com a resolução A.393 (X) ☐
.2 foi aprovado de acordo com a resolução MEPC. 60 (33) ☐
.3 foi aprovado de acordo com a resolução A.233 (VII) ☐
.4 foi aprovado de acordo com padrões nacionais não baseados nas Resoluções A.393 (X) ou A.233 (VII) ☐
.5 não foi aprovado ☐
2.4.2 A unidade de processo foi aprovada de acordo com a Resolução A.444 (XI) ☐
2.4.3 O medidor de quantidade de óleo: ☐
.1 foi aprovado de acordo com a Resolução A.393(X) ☐
.2 foi aprovado de acordo com a Resolução MEPC. 60 (33) ☐

2.5 Máxima capacidade do sistema é ..... m^3/h

2.6 Dispensa do Regra 16:

2.6.1 Os requisitos das Regras 16 (1) ou (2) estão dispensados para o navio de acordo com o Regra 16(3) (a). O navio está operando exclusivamente em viagens dentro de áreas especiais ..... ☐

2.6.2 O navio está dotado com tanques com um volume para a retenção total a bordo de toda água oleosa, como a seguir: ☐

	Localização do tanque		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	**m^3**

2.6.3 Em lugar de tanques de armazenagem, o navio está provido com arranjos para transferir a água oleosa para o tanque de resíduos ☐

3. Meios para retenção e eliminação dos resíduos de óleo (borra) - Regra 17

3.1 o navio possui tanques para armazenar os resíduos de óleo **(** borra **)** como se segue:

	Localização do tanque		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	**m^3**

3.2 Meios para se eliminar os resíduos em adição aos tanques de borra:

3.2.1 Incinerador para os resíduos, capacidade ..... l/h ☐
3.2.2 Caldeira auxiliar em condições de queimar resíduos ☐
3.2.3 Tanque para misturar os resíduos com óleo combustível , capacidade .....m^3 ☐
3.2.4 Outros meios aceitáveis ..... ☐

3.3 O navio está dotado com tanques para a retenção a bordo de água oleosa, como a seguir: ☐

	Localização do tanque		Volume (m^3)
	Cavernas (de) – (até)	Posição Lateral	
		Volume total:	**m^3**

4. Conexão padrão de descarga (Regra 19)

4.1 O navio é provido com uma rede para a descarga para instalações receptoras de resíduos do porão da praça de máquinas, instalada com uma conexão padrão de descarga de acordo com o Regra 19 ☐

5. Construção (Regra 13, 24 e 25)

5.1 De acordo com os requisitos do Regra 13, o navio é:
5.1.1 Requerido estar provido com SBT, PL e COW ☐
5.1.2 Requerido estar provido com SBT e PL ☐
5.1.3 Requerido estar provido com SBT ☐
5.1.4 Requerido estar provido com SBT ou COW ☐
5.1.5 Requerido estar provido com SBT ou CBT ☐
5.1.6 Não requerido cumprir com os requisitos da Regra 13 ☐

5.2 Tanques de lastro segregado (SBT)
5.2.1 O navio é provido com SBT de acordo com a Regra 13 ☐
5.2.2 O navio é provido com SBT os quais são dispostos em locais protegidos (PL) de acordo com o Regra 13E ☐
5.2.3 SBT são distribuídos como se segue:

Tanque	Volume (m^3)	Tanque	Volume (m^3)
		Volume total :	**(m^3)**

5.3 Tanques dedicados para lastro limpo (CBT)

5.3.1 O navio é provido com CBT de acordo com a Regra 13A, e pode operar: como um transportador de produto ☐

5.3.2 CBT são distribuídos como se segue:

Tanque	Volume (m^3)	Tanque	Volume (m^3)
		Volume total :	(m^3)

5.3.3 O navio foi suprido com um Manual Operação para os Tanques Dedicados para de Lastro Limpo o qual está datado de ..... ☐

5.3.4 O navio tem os arranjos de tubulação e bomba para lastro do CBT e manuseio da carga de óleo em comum ☐

5.3.5 O navio tem arranjos de tubulação e bombeamento separados e independentes para lastro dos tanques CBT ☐

5.4 Lavagem por óleo cru (COW)

5.4.1 O navio está equipado com um sistema de COW de acordo com a Regra 13 B ☐

5.4.2 O navio é equipado com um sistema de COW de acordo com a Regra 13(6), exceto que a eficiência do sistema não foi confirmada de acordo com a Regra 13 (6) **e** parágrafo 4.2.10 das Especificações Revisadas do COW (Resolução A.446 (XI) ☐

5.4.3 O navio é equipado com um Manual de Equipamentos e Operação de Limpeza por Óleo Cru, datado de ..... ☐

5.4.4 O navio não é requerido ser, mas é equipado com COW de acordo com os aspectos de segurança das Especificações Revisadas do COW – Resolução A 446 (XI) ☐

5.5 Isenção da Regra 13

5.5.1 O navio está operando somente no tráfego entre ..... de acordo com a Regra 13 C e, portanto isento dos requisitos da Regra 13 ☐

5.5.2 O navio está operando com um arranjo especial de lastro de acordo com a Regra 13D e é, portanto, isento do Regra 13 ☐

5.6 Limitação de tamanho e arranjo dos tanques de carga – Regra 24

5.6.1 O navio é requerido ser construído de acordo, e cumpre os requisitos da Regra 24 ☐

5.6.2 O navio é requerido ser construído de acordo, e cumpre os requisitos da Regra 24(4) – Veja Regra 2 (2). ☐

5.7 Subdivisões e estabilidade **(** Regra 25)

5.7.1 O navio é requerido ser construído de acordo, e cumpre os requisitos do Regra 25 ☐

5.7.2 Informações e dados requeridos sob o Regra 25 **(** 5 **)** foram supridos ao navio em um formulário aprovado ☐

5.7.3 O navio é requerido ser construído de acordo, e cumpre os requisitos do Regra 25A ☐

5.7.4 Informações e dados requeridos sob o Regra 25 A para transportadores combinados foram supridos ao navio em um procedimento escrito, aprovado pela Administração ☐

5.8 Construção de casco duplo

5.8.1 O navio é requerido ser construído de acordo com o Regra 13F e cumpre com os

requisitos do:

.1 parágrafo (3) (construção de casco duplo) ☐

.2 parágrafo (4) (petroleiros com altura média de convés com costado duplo) ☐

.3 parágrafo (5) (método alternativo aprovado pelo Comitê de Proteção ao Ambiente Marinho) ☐

5.8.2 O navio é requerido ser construído de acordo com o Regra 13F (7) e cumpre com o mesmo (requisitos de fundo duplo) ☐

5.8.3 O navio é requerido cumprir com os requisitos do Regra 13F ☐

5.8.4 O navio está sujeito ao Regra 13G e ☐

.1 é requerido cumprir com o Regra 13F até ..... ☐

.2 seu arranjo é tal que os seguintes tanques ou espaços não são usados para o transporte de óleo: ..... ☐

.3 está provido com o manual operacional aprovado em .....de acordo com a resolução MEPC. 64 (36) ..... ☐

.4 está autorizado continuar em operação de acordo com a regra 13 G (5)(a) ☐

.5 está autorizado continuar em operação de acordo com a regra 13 G (5)(b) ☐

.6 está autorizado continuar em operação de acordo com a regra 13 G (7) ☐

5.8.5 O navio não está sujeito ao Regra 13G

6. Retenção de óleo a bordo (Regra 15)

6.1 Sistema de controle e monitorização da descarga de óleo

6.1 .1 O navio está sob a categoria ..... de navio petroleiro como definido na resolução A.496 (XII) ou A.586 (14)[1] (cancelar como aplicável) ☐

6.1.2 O sistema compreende:

.1 unidade de controle ☐

.2 unidade computadora ☐

.3 unidade de cálculo ☐

6.1.3 O sistema é:

.1 instalado com um inter-travamento na partida ☐

.2 instalado com um dispositivo automático de parada. ☐

6.1.4 O medidor de quantidade de óleo é aprovado sob os termos da resolução A.393 (X) ou A. 586 (14 **)** (cancelar apropriadamente) adequado para:

.1 óleo cru ☐

.2 produtos escuros ☐

.3 produtos claros ☐

.4 substâncias oleosas líquidas nocivas como listadas no anexo ao Certificado ☐

6.1.5 O navio foi suprido com um manual do sistema de controle e monitorização de descarga de óleo ☐

[1] - 1 Os petroleiros que bateram quilha, ou estavam em estágio similar de construção, em ou após 2 de outubro de 1986 deverão ser dotados com um sistema aprovado de acordo com a resolução A.586 (14)

6.2 Tanques de sobras

6.2.1 O navio é provido com ..... tanques dedicados para sobras com a capacidade total de ..... m^3 , que é ..... % da capacidade de óleo transportado de

acordo com:

.1Regral5 (2) (c) ☐

.2 Regra 15 (2) (c) (i) ☐

.3 Regra 15 (2) (c) (ii) ☐

.4 Regra 15 (2) (c) (iii) ☐

6.2.2 Tanques de carga foram designados como tanques de sobras ☐

6.3 Detetor de interface óleo/água:

6.3.1 O navio é provido com um detetor de interface óleo/água aprovado sob os termos da resolução MEPC.5 (XIII) ☐

6.4 Isenções do Regra 15:

6.4.1 O navio é isento dos requisitos do Regra 15 (1), (2) e (3) de acordo com o Regra 15(7) ☐

6.4.2 O navio é isento dos requisitos do Regra 15 (1), (2), e (3) de acordo com o Regra 2 (2) ☐

6.5 Dispensa do Regra 15

6.5.1 Os requisitos do Regra 15 (3) são dispensados para o navio de acordo com o Regra 15 (5) (b). O navio está operando exclusivamente em:

.1 um específico tráfego sob o Regra 13C ☐

.2 viagens dentro de áreas especiais ☐

.3 viagens, dentro de 50 milhas da costa mais próxima fora das áreas especiais, de 72 horas ou menos de duração restrita a ..... ☐

.....

7. Arranjos de descarga, bombas e tubulação (Regra 18)

7.1 As saídas para descarga de bordo para o lastro segregado estão localizadas:

7.1.1 acima da linha d' água ☐

7.1.2 abaixo da linha d'água ☐

7.2 As saídas para descarga de bordo, outra que a descarga do piano, para lastro limpo estão localizadas:

7.2.1 acima de linha d'água ☐

7.2.2 abaixo da linha d' água ☐

7.3 As saídas para descarga de bordo, outra que a descarga do piano, para o lastro sujo ou água misturada com óleo oriunda dos tanques de carga estão localizadas[2]

7.3.1 acima da linha d'água ☐

7.3.2 abaixo da linha d' água em conjunto com parte do arranjo de fluxo de acordo com a Regra 18 (6) (e) ☐

7.3.3 abaixo da linha d' água ☐

[2] Somente aquelas saídas de descarga que podem ser monitoradas devem ser indicadas

7.4 Descarga de óleo das bombas de carga e linhas de óleo (Regra 18 (4) e (5))

7.4.1 Meios para drenar todas as bombas e linhas de carga após término da descarga ☐

.1 drenos capazes de serem descarregados para um tanque de carga ou de sobras ☐

.2 dotado de uma linha especial de pequeno diâmetro para descarga para terra ☐

8. Plano de emergência para prevenção da poluição por óleo (Regra 26)

8.1 O navio é provido com um plano de emergência para prevenção de poluição por óleo de acordo com a Regra 26 ☐

9. Arranjos equivalentes para navios químicos transportando óleo

9.1 Como arranjo equivalente para o transporte de óleo por um navio químico, o navio é dotado com o seguinte equipamento, em vez dos tanques de sobras **(** parágrafo 6.2 acima **)** e detetores de interface óleo/água **(** parágrafo 6.3 acima):

9.1.1 equipamento separador de óleo-água capaz de produzir uma mistura com conteúdo de óleo menor que 100 ppm, com a capacidade de .....m^3/h ☐

9.1.2 um tanque de armazenagem com a capacidade de ..... m^3/h ☐

9.1.3 um tanque para coletar as águas de lavagem dos tanques o qual é;

.1 um tanque dedicado ☐

.2 um tanque de carga designado como um tanque de coleta ☐

9.1.4 uma bomba de transferência permanentemente instalada para descarregar para fora de bordo os efluentes contendo óleo através do equipamento separador de água e óleo ☐

9.2 O equipamento separador de água e óleo foi aprovado sob os termos da resolução A.393 (X) e é satisfatório para todos os produtos do Anexo I ☐

9.3 O navio possui um Certificado para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel ☐

10. Substâncias líquidas oleosas nocivas

10.1 O navio está autorizado, de acordo com o requerimento 14 do Anexo II da Convenção, a transportar substâncias líquidas oleosas nocivas especificadas na lista [3] anexa ☐

11. Isenção

11.1 Isenções foram dadas pela Administração dos requisitos dos capítulos II e III do Anexo 1 da Convenção de acordo com o Regra 2 (4) (a) sobre aqueles itens listados sob o(s) parágrafo(s) ..... deste Registro ☐

[3] - A lista de substancias líquidas oleosas nocivas permitidas para o transporte, assinada, datada e certificada por um selo ou carimbo da autoridade que a está emitindo deverá estar anexada.

12. Equivalentes (Regra 3)

12.1 Equivalentes foram aprovados pela Administração para certos requisitos de Anexo I nos itens listados sob o(s) parágrafo(s) ..... deste Registro ☐

CERTIFICA-SE que este Registro está correto em todo os aspectos.

Emitido em_____no dia_____de_____de 20____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

INTERNATIONAL OIL POLLUTION PREVENTION CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol of 1978 relating thereto, and as amended by resolution MEPC.39 (29), (hereinafter referred to as "Convention) **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil**

(This Certificate shall be supplemented by a Record of Construction and Equipment)

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry

Deadweight of ship (metric tons)	IMO Number (1)	Gross Tonnage

Type of Ship

☐ Oil tanker

☐ Ship other than na oil tanker with cargo tanks coming under Regulation 2(2) of Annex 1 of the Convention

☐ Ship other than any of the above

THIS IS TO CERTIFY:

1. That the ship has been surveyed in accordance with Regulation 4 of the Annex I of the Convention, and

2. That the survey shows that the structure, equipments, systems, fittings, arrangements and material of the ship and the condition thereof are in all respect satisfactory and that the ship complies with the applicable requirements of the Annex I of the Convention.

This Certificate is valid until_____subjected to surveys in accordance with the Regulation 4 of the Annex I of the Convention.

Issued at _____ Date of issue:_____of_____of 20____.

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Signature of authorized official

(1) De acordo com o esquema de numeração adotado pela IMO para identificação de navios através da Res. A.600(15) – IMO Ship Identification Number Scheme.

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to certify that, at a survey required by Regulation 4 of the Annex I of the Convention, the ship was found to comply with the relevant provisions of the Convention.

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate* survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate* survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

* Delete as applicable

Annual / Intermediate survey in accordance with regulation 8 (8)(c)

THIS IS TO CERTIFY that, at an annual / intermediate (*) survey in accordance with regulation 8 (8)(c) of the Annex I of the Convention, the ship was found to comply with the relevant provisions of the Convention.

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation 8 (3) applies

The ship complies with the relevant provisions of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation 8 (3) of Annex I of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation 8 (4) applies

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation 8 (4) of Annex I of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or a period of grace where regulation 8 (5) or 8 (6) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation 8 (5) / 8 (6) (*) of Annex I of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation 8 (8) applies.

In accordance with regulation 8 (8) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

In accordance with regulation 1/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

RECORD OF CONSTRUCTION AND EQUIPAMENT FOR SHIPS OTHER THAN OIL TANKERS – (IOPP FORM A)

in respect of the provisions of Annex 1 of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol 1978 relating thereto (hereinafter referred to as "the Convention")

This Record shall be permanently attached to IOPP Certificate and with it shall be available on board the ship at all times

Notes:
1. This form is to be used for the third in type of ships as categorized in the Certificate of IOPP, i e., "ships other than any of the above." For oil tankers and ships other than oil tankers with cargo tanks coming under regulation 2 (2) of the Annex 1 of the Convention, the Form B shall be used.
2. This Certificate is issued in Portuguese and English.
3. Entries in the boxes shall be made by inserting either a cross (x) for the answer "yes" or "applicable" or a dash (-) for the answer "no" and "not applicable", as appropriated.
4. Regulation mentioned in this Record refer to Regulations of Annex 1 of the Convention and Resolutions refer to those adopted by the International Maritime Organization (IMO).

1. Particulars of ship

1.1 Name of ship:
1.2 Distinctive number or letters:
1.3 Port of Registry:
1.4 Gross Tonnage:
1.5 Date of build:
1.5.1 Date of building contract: .....
1.5.2 Date on which keel was laid or ship was at similar stage of construction: .....
1.5.3 Date of delivery: .....
1.6 Major conversion (if applicable):
1.6.1 Date of conversion contract.....
1.6.2 Date on which conversion was commenced .....
1.6.3 Date of completion of conversion .....
1.7 Status of ship:
1.7.1 New ship in accordance with regulation 1(6) ☐
1.7.2 Existing ship in accordance with regulation 1(7) ☐
1.7.3 The ship has been accepted by the Administration as an "existing ship" under regulation 1 (7) due to unforeseen delay in delivery. ☐

2. Equipment for the control of oil discharge from machinery space bilge and all fuel tanks (regulations 10 and 16)

2.1 Carriage of ballast water in oil fuel tanks:
2.1.1 The ship may, under normal conditions, carry ballast water in fuel oil tanks ☐
2.2 Type of oil filtering equipment fitted:
2.2.1 Oil filtering (15 ppm) equipment (regulation 16(4)) ☐
2.2.2 Oil filtering (15 ppm) equipment with alarm and automatic stopping device regulation 16 (5) ☐

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.3 The ship is allowed to operate with the existing equipment until 6 de July 1998 regulation 16 (6) and is fitted with:

2.3.1 Oily filtering (15 ppm) equipment without alarm. ☐

2.3.2 Oily filtering (15 ppm) equipment with alarm and manual stopping device ☐

2.4 Approval standards:

2.4.1 The separating/filtering equipment:

.1 has been approved in accordance with Resolution A.393 (X) ☐

.2 has been approved in accordance with Resolution MEPC.60 (33) ☐

.3 has been approved in accordance with Resolution A.233 (VII)

.4 has been approved in accordance with national standards not based upon Resolution A.393 (X) or A.233 (VII) ☐

.5 has not been approved ☐

2.4.2 the process unit has been approved in accordance with Resolution A.444(XI) ☐

2.4.3 the oil content meter: ☐

.1 has been approved in accordance with Resolution A.393 (X)

.2 has been approved in accordance with Resolution MEPC.60 (33)

2.5 Maximum throughput of the system is ..... m^3/h

2.6 Waiver of Regulation 16:

2.6.1 the requirements of Regulation 16(1) and (2) are waived in respect of the ship in accordance with o Regulation 16(3) (a). The ship is engaged exclusively on voyages within special area(s) ..... ☐

2.6.2 The ship is fitted with holding tank(s) for the total retention on board of all oily bilge water as follows:

Tank identification	Tank localization		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral posion	
		Total volume:	m^3

3. ***Means for retention and disposal of all residues (sludge) (Regulation 17) and bilge water holding tank(s)***

3.1 The ship is provided with ou residue (sludge) tanks as follows:

Tank identification	Tank localization		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral posion	
		Total volume:	m^3

3.2 Means for disposal of residues in addition to the provision of sludge tanks:

3.2.1 Incinerator for oil residues, capacity: ..... l/h ☐

3.2.2 Auxiliary boiler suitable for burning oil residues ☐

3.2.3 Tank for mixing oil residues with fuel oil, capacity .....m³ ☐

3.2.4 Other acceptable means ..... ☐

3.3 The ship is fitted with holding tank(s) for the retention on board of oily bilge water as follows:

Tank identification	Tank localization		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral posion	
		Total volume:	m^3

4. ***Standard discharge connection (Regulation 19)***

4.1 the ship is provided with a pipeline for the discharge of residues from machinery bilge to reception facilities, fitted with a standard connection in accordance with Regulation 19 ☐

5. ***Shipboard ali pollution emergency plan (Regulation 26)***

5.1 The ship is provided with Shipboard Oil Pollution Emergency Plan in compliance with Regulation 26. ☐

6. ***Exemption***

6.1 Exemptions have been granted by the administration from the requirements of Chapter II of Annex 1 of the Convention in accordance with Regulation 2 (4)(a) on those items listed under paragraph(s)..... .....of this Record. ☐

7. ***Equivalents (Regulation 3)***

7.1 Equivalents have been approved by the administration for certain requirements of Annex 1 on those items listed under paragraph(s) ....of this Record. ☐

This is to certify that this Record is correct in all respects.

Issued at ..... Date of issue: .....of .....of 20.....
(place of issue)

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

RECORD OF CONSTRUCTION AND EQUIPMENT FOR OIL TANKERS
(IOPP FORM B)

in respect of the provisions of Annex I of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol of 1978 relating thereto (hereinafter referred to as "the Convention").

This Record shall be permanently attached to the IOPP Certificate. The IOPP Certificate shall be available on board the ship at all times.

Notes:
1. This form is to be used for the first two types of ships as categorized in the IOPP Certificate, e. "oil tankers" and "ships other than oil tankers with cargo tanks coming under regulation 2(2) of Annex I of the Convention". For the third type of ship as categorized in the IOPP Certificate, Form A shall be used
2. This Record is issued in Portuguese and in English.
3. Entries in boxes shall be made by inserting either a cross (x) for the answers "yes" and "applicable" or a dash (-) for the answers "no" and "not applicable" as appropriate.
4. Unless otherwise stated, regulations mentioned in this Record refer to regulation of Annex I of the Convention and resolutions refer to those adopted by the International Maritime Organization.

1. Particulars of Ship:

1.1 Name of Ship

1.2 Distinctive number or letters .....

1.3 Port of Registry .....

1.4 Gross tonnage .....

1.5 Carrying capacity of ship ..... m^3

1.6 Deadweight of ship .....(metrics tons)– Regulation 1(22)

1.7 Length of ship ..... m – Regulation 1(18)

1.8 Date of build:

1.8.1 Date of building contract: .....
1.8.2 Date on which keel was laid or ship was ar a similar stage of construction.....
1.8.3 Date of delivery.....

1.9 Major conversion (if applicable):

1.9.1 Date of conversion contract ☐

1.9.2 Date on which conversion was commenced ☐

1.9.3 Date of completion of conversion ☐

1.10 Status of ship:

1.10.1 New ship in accordance with regulation 1(6) ☐

1.10.2 Existing ship in accordance with regulation 1(7) ☐

1.10.3 New oil tanker in accordance with regulation 1(26) ☐

1.10.4 Existing oil tanker in accordance with regulation 1(27) ☐

1.10.5 the ship has been accepted by the Administration as an 'existing ship" under regulation 1 (7) due to unforeseen delay in delivery. ☐

1.10.6 the ship has been accepted by the Administration as an 'existing oil tanker' under regulation 1(27) due to unforeseen delay in delivery ☐

1.10.7 the ship is not required to comply with the provisions of regulation 24 due to unforeseen delay in delivery ☐

1.11 Type of Ship:

1.11.1 Crude oil tanker ☐

1.11.2 Product carrier ☐

1.11.2 (bis) Product carrier not carrying fuel oil or heavy diesel oil as referred to in regulation 13 G (2 bis), or lubrication oil ☐

1.11.3 Crude oil / product carrier ☐

1.11.4 Combination carrier ☐

1.11.5 Ship, other than oil tanker, with cargo tanks coming under regulation 2(2) of Annex I of the Convention ☐

1.11.6 Oil tanker dedicated to the carriage of products referred to in regulation 15(7) ☐

1.11.7 the ship, being designated as a "crude oil tanker" operating with COW, is also designated as a "product carrier" operating with CBT, for which separate IOPP Certificate has also been issued ☐

1.11.8 the ship, being designated as a "product carrier" operating with CBT, is also designated as a "crude oil tanker" operating with COW, for which a separate IOPP Certificate has also been issued. ☐

1.11.9 Chemical tanker carrying oil ☐

2. Equipment for the control of discharge from machinery space bilge and fuel tanks (regulations 10 and 16)

2.1 Carriage of ballast water in oil fuel tanks

2.1.1 the ship may, under normal conditions, carry ballast water in oil fuel tanks ☐

2.2 Type of oil filtering equipment fitted

2.2.1 oi1 filtering (15 ppm) equipment (regulation 16(4)) ☐

2.2.2 oil filtering (15 ppm) equipment with alarm and automatic stopping device regulation 16(5) ☐

7 the ship is allowed to operate with the existing equipment until 6 July 1998 (regulation 16 (6 and is fitted with:

2.3.1 oi1 filtering (15 ppm) equipment without alarm ☐

2.3.2 oil filtering (15 ppm) equipment with alarm and manual stopping device ☐

2.4 Approval standards:

2.4.1 the separating / filtering system:

.1 has been approved in accordance with resolution A.393 (X) ☐
.2 has been approved in accordance with resolution MEPC.60 (33) ☐
.3 has been approved in accordance with resolution A.233 (VII) ☐
.4 has been approved in accordance with national standards not based upon resolution A.393 (X) or A.233 (VII) ☐
.5 has not been approved ☐

2.4.2 the process unit has been approved in accordance with resolution A.444 (XI) ☐

2.4.3 the oil content meter:

.1 has been approved in accordance with resolution A.393 (X) ☐
.2 has been approved in accordance with resolution MEPC.60 (33) ☐

2.5 Maximum throughput of the system is .....m^3/h

2.6 Waiver of regulation 16:

2.6.1 the requirements of regulation 16 (1) or (2) are waived in respect of the ship in accordance with regulation 16 (3) (a). The ship is engaged exclusively on voyages within special area(s): ..... ☐

2.6.2 the ship is fitted with holding tank(s) for the total retention on board of all oily bilge water as follows: ☐

Tank Identification	Tank location		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral position	
		Total Volume:	**m^3**

2.6.3 in lieu of the holding tank the ship is provided with arrangements to transfer bilge water to the slop tank ☐

3. Means for retention and disposal of oil residues (sludge) (regulation 17) and bilge water holding tank(s)

3.1 The ship is provided with oil residue (sludge) tanks as follows:

Tank Identification	Tank location		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral position	
		Total Volume:	**m^3**

3.2 Means for the disposal of residues in addition te the provision of sludge tanks:

3.2.1 incinerator for oil residues, capacity..... l/h ☐
3.2.2 auxiliary boiler suitable for burning oil residues ☐
3.2.3 tank for mixing oil residues with fuel oil, capacity.....m ☐
3.2.4 other acceptable means..... ☐

3.3 the ship is fitted with holding tank(s) for the retention on board of oily bilge water as follows: ☐

Tank Identification	Tank location		Volume (m^3)
	Frames (from) – (to)	Lateral position	
		Total Volume:	**m^3**

4. Standard discharge connection (regulation 19)

4.1 The ship is provided with a pipeline for the discharge of residues from machinery bilge to reception facilities, fitted with a standard discharge connection in compliance with Regulation 19 ☐

5. Construction (regulations 13, 24 and 25)

5.1 In accordance with the requirements of regulation 13, the ship is:

5.1.1 Required to be provided with SBT, PL and COW ☐
5.1.2 Required to be provided with SBT and PL ☐
5.1.3 Required to be provided with SBT ☐
5.1.4 Required to be provided with SBT or COW ☐
5.1.5 Required to be provided with SBT or CBT ☐
5.1.6 Not required to comply with the requirements of regulation 13 ☐

5.2 Segregated ballast tanks (SBT)

5.2.1 the ship is provided with SBT in compliance with regulation 13 ☐
5.2.2 the ship is provided with SBT, in compliance with regulation 13, which are arranged in protective locations (PL) in compliance with regulation 15; ☐
5.2.3 SBT are distributed as follows: ☐

Tank	Volume (m^3)	Tank	Volume (m^3)
		Total Volume :	**(m^3)**

5.3 Dedicated clean ballast tanks (CBT)

5.3.1 the ship is provided with CBT in compliance with Regulation 13A, and may operate as a product carrier ☐

5.3.2 CBT are distributed as follows:

Tank	Volume (m^3)	tank	Volume (m^3)
		Total Volume :	**(m^3)**

5.3.3 The ship has been supplied with a valid Dedicated Clean Ballast Tank Operation Manual which is date.....
5.3.4 the ship has common piping and pumping arrangements for ballasting the CBT and handling cargo oil ☐
5.3.5 the ship has separate independent piping and pumping arrangements for ballasting the CBT ☐

5.4 Crude oil washing (COW)

5.4.1 the ship is equipped with a (COW) system in compliance with 13B ☐
5.4.2 the ship is equipped with a COW system in compliance with regulation 13B, except that the effectiveness of the system has not been confirmed in accordance with regulation 13(6) and paragraph 4.2.10 of the Revised COW Specifications (Resolution A.446 (XI)) ☐
5.4.3 the ship has been supplied with a valid Crude Oil Washing Operations and Equipment Manual, which is dated..... ☐
5.4.4 the ship is not required to be, but is equipped with COW in compliance with the safety aspects of the Revised COW Specifications (Resolution A.446 (XI)) ☐

5.5 Exemption from regulation 13:

5.5.1 the ship is solely engaged in trade between..... ..... in accordance with regulation 13C and is therefore exempted from the requirements of regulation 13 ☐
5.5.2 the ship is operating with special ballast arrangements in accordance with regulation 13D and is therefore exempted from the requirements of regulation 13 ☐

5.6 Limitation of size and arrangements of cargo tanks (regulation 24)

5.6.1 the ship is required to be constructed in accordance with, and complies with requirements of regulation 24 ☐
5.6.2 the ship is required to be constructed in accordance with, and complies with the requirements of regulation 24 (4) (see regulation 2 (2)) ☐

5.7 Subdivision and stability (regulation 25)

5.7.1 the ship is required to be constructed in according to, and complies with the requirements of regulation 25 ☐
5.7.2 information and data required under regulation 25 (5) have been supplied to the ship in an approved form ☐
5.7.3 the ship is required to be constructed according to, and complies with the requirements of regulation 25 A ☐
5.7.4 information and data required under regulation 25 A for combination carriers have been supplied to the ship in a written procedure approved by the Administration ☐

5.8 Double hull construction

5.8.1 the ship is required to be constructed in accordance with regulation 13F and complies with the requirements of:

.1 paragraph (3) (double hull construction) ☐
.2 paragraph (4) (mid-height deck tankers with double side construction) ☐
.3 paragraph (5) (alternative method approved by the Marine Environment Protection Committee) ☐

5.8.2 the ship is required to be constructed in accordance with, and complies with the requirements of regulation 13F (7) (double bottom requirements) ☐
5.8.3 the ship is not required to comply with the requirements of regulations 13F ☐
5.8.4 the ship is subject to regulation 13G and: ☐

.1 is required to comply with regulation 13F not later than :..... ☐
.2 is so arranged that the following tanks or spaces are not used for the carriage of oil ..... ☐
.3 is provide with the operation manual approved on ..... in accordance with resolution MEPC.64 (36)
.4 is allowed to continue operation in accordance with regulation 13 G (5) (a)
.5 is allowed to continue operation in accordance with regulation 13 G (5) (b)
.4 is allowed to continue operation in accordance with regulation 13 G (7)

5.8.5 the ship is not subjected regulation13G ☐

6. Retention of oil on board (Regulation 15)

6.1 Oil discharge monitoring and control system

6.1 .1 The ship comes under category..... oil tanker as defined in resolution A.496(XII) or A.586 (14)¹(delete as appropriate) ☐

6.1.2 The system comprises:

.1 control unit ☐
.2 computing unit ☐
.3 calculating unit ☐

6.1.3 The system is:

.1 fitted with a starting interlock ☐
.2 fitted with automatic stopping device ☐

6.1.4 The oil content meter is approved under the terms of resolution A.393 (X) or A.586 (14) (delete as appropriate) suitable for:

.1 crude oil ☐
.2 black products ☐
.3 white products ☐
.4 oil-like noxious liquid substances as listed in the attachment to the certificate ☐

6.1.5 The ship has been supplied with an operations manual for the oil discharge monitoring and control system ☐

6.2 Slop Tanks:

6.2.1 The ship is provided with ..... dedicated slop tank(s) with the total capacity of ..... m^3 , which is..... % of the oil carrying capacity, in accordance with:

.1 Regulation 15(2)(c) ☐
.2 Regulation 15 (2) (c) (i) ☐
.3 Regulation 15 (2) (c) (ii) ☐
.4 Regulation 15 (2) (c) (iii) ☐

6.2.2 The following cargo tank have been designated as slops tanks: ..... ☐

6.3 Oil / water interface detectors:

6.3.1 The ship is provided with oil /water interface detectors approved under terms of Resolution MEPC.5 (XIII) ☐

6.4 Exemptions from Regulation 15:

6.4.1 the ship is exempted from the requirements of regulation 15 (1), (2) and (3) in accordance with regulation 15 (7) ☐

6.4.2 the ship is exempted from the requirements of regulation 15(1)1(2), and (3) in accordance with regulation 2 (2) ☐

6.5 Waiver of Regulation 15

6.5.1 the requirements of Regulation 15 (3) are waived in respect of the ship ir accordance with regulation 15 (5) (b). The ship is engaged exclusively on:

.1 specific trade under regulation 13C ..... ☐
.2 voyages within special areas ..... ☐
.3 voyages, within 50 miles of the nearest and outside special areas, of 72 hours or less in duration, restricted to..... ☐

7. ***Pumping, piping and discharge arrangements (Regulation 18)***

7.1 The overboard discharge outlets for segregated ballast are located:

7.1.1 Above the waterline ☐

7.1.2 Below the waterline ☐

7.2 The overboard discharge outlets, other than the discharge manifold, for clear ballast are located:

7.2.1 Above the waterline ☐

7.2.2 Below the waterline ☐

7.3 The overboard discharge outlets, other than the discharge manifold, for dirty ballast water or oil-contaminated water from cargo tank areas are located[2]

7.3.1 Above the waterline ☐

7.3.2 Below the waterline in conjunction with the part flow arrangements in compliance with Regulation 18 (6) (e)

7.3.3 Below the waterline ☐

7.4 Discharge of oil from cargo pumps and oil lines (Regulation 18(4) and (5))

7.4.1 means to drain all cargo pumps and oil lines at the completion of cargo discharge

.1 draining capable of being discharged to a cargo tank or slop tank ☐

.2 for discharge ashore, a special small-diameter line is provided ☐

8. ***Shipboard Oil Pollution Emergency Plan (Regulation 26)***

8.1 The ship is provided with a Shipboard Oil Pollution Emergency Plan in compliance with Regulation 26 ☐

9. ***Equivalent arrangements for chemical tanker carrying oil***

9.1 As equivalent arrangements for the carriage of oil by a chemical tanker, the ship is fitted with the following equipment in lieu of slop tanks(paragraph 6.2 above) and oil/water interface detectors (paragraph 6.3 above)

Oily-water separating equipment capable of producing effluent with oil content less than

9.1.1 100 ppm with the capacity of.....m^3/h ☐

9.1.2 A holding tank with the capacity of..... m^3/h ☐

9.1.3 A tank for collecting tank washings that is;

.1 a dedicated tank ☐

.2 a cargo tank designated as a collecting tank ☐

9.1.4 A permanently-installed transfer pump for overboard discharge of effluent containing oil through the oily-water separating equipment ☐

9.2 The oily-water separating equipment has been approved under the terms of Resolution A.393 (X) and is suitable for the full range of Annex I products ☐

9.3 The ship holds a valid Certificate of Fitness for the Carriage of Dangerous Chemicals in Bulk ☐

10. Oil-like noxious liquid substances

10.1 The ship is permitted, in accordance with Regulation 14 of Annex II of the Convention, to carry the oil-like noxious liquid substances specified in the list[3] attached ☐

11. Exemption

11.1 Exemptions have been granted by the Administration from the requirements of Chapters II and III of Annex I of the Convention in accordance with Regulation 2 (4) (a) on these items listed under paragraph(s)..... of this Record ☐

12. Equivalents (Regulation 3)

12.1 Equivalents have been approved by the Administration for certain requirements of Annex I on those items listed under paragraph(s) ..... of this Record ☐

(1) Oil tankers the keels of which are laid, or which are at a similar stage of construction on or after 2 October 1986 should be fitted with a system approved under Resolution A.586 (14)

(2) Only those outlets which can be monitored are to be indicated

(3)The list of oil-like noxious substances permitted for carriage signed, dated and certified by a seal or a stamp of the issuing authority, shall be attached.

THIS IS T0 CERTIFY that this Record is correct in all respects.

Issued at _____ Date of issue:_____of_____of 20____.
(place of issue)

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

CERTIFICADO DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA

Expedido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada,
(daqui em diante referida como "Convenção")
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil

pela _____

Nome do Navio:

Indicativo de Chamada:

Porto de Registro:

Tipo de Navio[1]:

Arqueação Bruta:

Número IMO:

Nome e endereço da Companhia[2]:

Este Documento Certifica que o Sistema de Gerenciamento de Segurança do Navio foi submetido a uma auditoria e que ele atende aos requisitos do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição (Código ISM), e que foi verificado que o Documento de Conformidade da Companhia é aplicável a este tipo de navio.

Este Certificado é válido até____de_____de 20____, sujeito a verificações periódicas e a validade do Documento de Conformidade.
Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .
Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

Data de expedição:_____de_____de 20_____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

[1] Indicar o tipo de navio dentre os seguintes: passageiros, passageiros de alta velocidade, carga de alta velocidade, graneleiro, petroleiro, químico, gaseiro, unidade móvel de perfuração de alto mar ou outro tipo de navio.
[2] Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM.

ENDOSSOS PARA VERIFICAÇÔES INTERMEDIÁRIAS E ADICIONAIS (SE REQUERIDAS)

Certifica-se que, por ocasião da verificação periódica, realizada de acordo com a Regra 6.1, do Capítulo IX, da Convenção e do parágrafo 13.8 do Código ISM , foi considerado que o Sistema de Gerenciamento de Segurança encontrava-se atendendo aos requisitos do Código ISM.

Verificação Intermediária (a ser realizada entre o segundo e o terceiro aniversário da data de expedição	Assinatura: ..... (Auditor autorizado - nome e assinatura) Local:..... Data:.....
VERIFICAÇÃO ADICIONAL*	Assinatura: ..... (Auditor autorizado - nome e assinatura) Local:..... Data:.....
VERIFICAÇÃO ADICIONAL*	Assinatura: ..... (Auditor autorizado - nome e assinatura) Local:..... Data:.....

* Se aplicável

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

CERTIFICADO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PROVISÓRIO

Expedido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada,
(daqui em diante referida como "Convenção")
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
pela _____

Nome do Navio:

Indicativo de Chamada:

Porto de Registro:

Tipo de Navio[1]:

Arqueação Bruta:

Número IMO:

Nome e endereço da Companhia[2]:

Certifica que os requisitos do parágrafo 14.4 do Código ISM foram satisfeitos e que o Documento de Conformidade / Documento de Conformidade Provisório [3] da Companhia é relevante para este navio.

Este Certificado de Gerenciamento de Segurança Provisório é válido até ____ de_____de 20____, sujeito a validade do Documento de Conformidade / Documento de Conformidade Provisório [3].

Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

Data de expedição:_____de_____de 20_____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

[1] Indicar o tipo de navio dentre os seguintes: passageiros, passageiros de alta velocidade, carga de alta velocidade, graneleiro, petroleiro, químico, gaseiro, unidade móvel de perfuração de alto mar ou outro tipo de navio.
[2] Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM.
[3] Deletar como apropriado

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

SAFETY MANAGEMENT CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil
by _____

Name of Ship:

Distinctive Number or Letters:

Port of Registry:

Type of Ship[(1)]:

Gross Tonnage:

IMO Number:

Name and address of Company[(2)]:

THIS IS TO CERTIFY THAT the safety management of the ship has been audited and that it complies with the requirements of the international Management Code for the Safe Operation of Ships and for Pollution Prevention (ISM Code), following verification that the Document of Compliance for the Company is applicable to this type of ship.

This Certificate is valid until ____ of_____of 20____, subject to a periodical verification and the Document of Compliance remaining valid.

Completion date of the verification on which this Certificate is based:

Issued at _____
(place of issue of the Certificate)

_____
Date of issue

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

[1] Insert the type of ship from among the following: passenger ship, passenger high-speed craft, cargo high-speed craft, bulk carrier, oil tanker, chemical tanker, gas carrier, mobile offshore drilling unit, other cargo ship.
[2] See paragraph 1.1.2 of the ISM CODE.

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

ENDORSEMENT FOR INTERMEDIATE VERIFICATION AND ADDITIONAL VERIFICATION (if required)

THIS IS TO CERTIFY THAT , at the periodical verification in accordance with the regulation 6.1 of the Chapter IX of the Convention and paragraph 13.8 of the ISM CODE, the Safety Management System was found to comply with the requirements of the ISM Code.

Intermediate Verification
(to be completed between the second and the third anniversary date)

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

ADDITIONAL VERIFICATION*

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

ADDITIONAL VERIFICATION *

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

* If applicable

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

INTERIM SAFETY MANAGEMENT CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil
by _____

Name of Ship:

Distinctive Number or Letters:

Port of Registry:

Type of Ship[(1)]:

Gross Tonnage:

IMO Number:

Name and address of Company[(2)]:

THIS IS TO CERTIFY THAT the requirements of paragraph14.4 of the ISM CODE have been met and that the Document of Compliance / Interim Document of Compliance [3] of the Company is relevant to this ship.

This Interim Safety Management Certificate is valid until ____ of_____of 20____, subject to the Document of Compliance / Interim Document of Compliance [(3)] remaining valid.

Issued at _____
(place of issue of the Certificate)

_____
Date of issue

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

(1) Insert the type of ship from among the following: passenger ship, passenger high-speed craft, cargo high-speed craft, bulk carrier, oil tanker, chemical tanker, gas carrier, mobile offshore drilling unit, other cargo ship.
(2) See paragraph 1.1.2 of the ISM CODE.
(3) Delete as appropriate.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

CERTIFICADO DE GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA

Expedido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada,
(daqui em diante referida como "Convenção")
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
pela _____

Nome do Navio:

Indicativo de Chamada:

Porto de Registro:

Tipo de Navio[1]:

Arqueação Bruta:

Número IMO:

Nome e endereço da Companhia[2]:

Este Documento Certifica que o Sistema de Gerenciamento de Segurança do Navio foi submetido a uma auditoria e que ele atende aos requisitos do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição (Código ISM), e que foi verificado que o Documento de Conformidade da Companhia é aplicável a este tipo de navio.

Este Certificado é válido até_____de_____de 20____, sujeito a verificações periódicas e a validade do Documento de Conformidade.
Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .
Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

Data de expedição:_____de_____de 20_____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

[1] Indicar o tipo de navio dentre os seguintes: passageiros, passageiros de alta velocidade, carga de alta velocidade, graneleiro, petroleiro, químico, gaseiro, unidade móvel de perfuração de alto mar ou outro tipo de navio.
[2] Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM.

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

ENDOSSOS PARA VERIFICAÇÔES INTERMEDIÁRIAS E ADICIONAIS (SE REQUERIDAS)

Certifica-se que, por ocasião da verificação periódica, realizada de acordo com a Regra 6.1, do Capítulo IX, da Convenção e do parágrafo 13.8 do Código ISM , foi considerado que o Sistema de Gerenciamento de Segurança encontrava-se atendendo aos requisitos do Código ISM.

Verificação Intermediária
(a ser realizada entre o segundo e o terceiro aniversário da data de expedição

Assinatura: .....
(Auditor autorizado - nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL*

Assinatura: .....
(Auditor autorizado - nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL*

Assinatura: .....
(Auditor autorizado - nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL*

Assinatura: .....
(Auditor autorizado - nome e assinatura)
Local:.....
Data:.....

* Se aplicável

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

CERTIFICADO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PROVISÓRIO

Expedido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada,
(daqui em diante referida como "Convenção")
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
pela _____

Nome do Navio:

Indicativo de Chamada:

Porto de Registro:

Tipo de Navio[1]:

Arqueação Bruta:

Número IMO:

Nome e endereço da Companhia[2]:

Certifica que os requisitos do parágrafo 14.4 do Código ISM foram satisfeitos e que o Documento de Conformidade / Documento de Conformidade Provisório [3] da Companhia é relevante para este navio.

Este Certificado de Gerenciamento de Segurança Provisório é válido até ____ de_____de 20____, sujeito a validade do Documento de Conformidade / Documento de Conformidade Provisório [3].

Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

Data de expedição:_____de_____de 20_____.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

[1] Indicar o tipo de navio dentre os seguintes: passageiros, passageiros de alta velocidade, carga de alta velocidade, graneleiro, petroleiro, químico, gaseiro, unidade móvel de perfuração de alto mar ou outro tipo de navio.
[2] Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM.
[3] Deletar como apropriado

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

SAFETY MANAGEMENT CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil
by _____

Name of Ship:

Distinctive Number or Letters:

Port of Registry:

Type of Ship(1):

Gross Tonnage:

IMO Number:

Name and address of Company(2):

THIS IS TO CERTIFY THAT the safety management of the ship has been audited and that it complies with the requirements of the international Management Code for the Safe Operation of Ships and for Pollution Prevention (ISM Code), following verification that the Document of Compliance for the Company is applicable to this type of ship.

This Certificate is valid until ____ of_____of 20____, subject to a periodical verification and the Document of Compliance remaining valid.

Completion date of the verification on which this Certificate is based:

Issued at _____
(place of issue of the Certificate)

_____
Date of issue

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

[1] Insert the type of ship from among the following: passenger ship, passenger high-speed craft, cargo high-speed craft, bulk carrier, oil tanker, chemical tanker, gas carrier, mobile offshore drilling unit, other cargo ship.
[2] See paragraph 1.1.2 of the ISM CODE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

ENDORSEMENT FOR INTERMEDIATE VERIFICATION AND ADDITIONAL VERIFICATION (if required)

THIS IS TO CERTIFY THAT , at the periodical verification in accordance with the regulation 6.1 of the Chapter IX of the Convention and paragraph 13.8 of the ISM CODE, the Safety Management System was found to comply with the requirements of the ISM Code.

Intermediate Verification
(to be completed between the second and the third anniversary date)

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

ADDITIONAL VERIFICATION*

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

ADDITIONAL VERIFICATION *

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

ADDITIONAL VERIFICATION *

Signature: .....
(Name of authorized official)
Local:.....
Date:.....

* If applicable

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-7

INTERIM SAFETY MANAGEMENT CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil
by _____

Name of Ship:

Distinctive Number or Letters:

Port of Registry:

Type of Ship(1):

Gross Tonnage:

IMO Number:

Name and address of Company(2):

THIS IS TO CERTIFY THAT the requirements of paragraph14.4 of the ISM CODE have been met and that the Document of Compliance / Interim Document of Compliance [3] of the Company is relevant to this ship.

This Interim Safety Management Certificate is valid until ____ of_____of 20____, subject to the Document of Compliance / Interim Document of Compliance [3] remaining valid.

Issued at _____
(place of issue of the Certificate)

_____
Date of issue

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

(1) Insert the type of ship from among the following: passenger ship, passenger high-speed craft, cargo high-speed craft, bulk carrier, oil tanker, chemical tanker, gas carrier, mobile offshore drilling unit, other cargo ship.
(2) See paragraph 1.1.2 of the ISM CODE.
(3) Delete as appropriate.

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

DOCUMENTO DE CONFORMIDADE
Emitido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada, a ela referente
(daqui em diante referida como "Convenção"),
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
pela _____

Nome e endereço da Companhia[1]:

Número de identificação da Companhia:

Este Documento Certifica que o Sistema de Gerenciamento de Segurança da Companhia foi submetido a uma auditoria que constatou que ele atende aos requisitos do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição (Código ISM) para os tipos de navios listados abaixo (riscar os não aplicáveis):

Navio de Passageiros
Embarcação de Passageiros de Alta Velocidade
Embarcação de Carga de Alta Velocidade
Graneleiro
Petroleiro
Navio Químico
Navio Gaseiro
Unidade Móvel de Perfuração
Outro tipo de navio

Este Documento de Conformidade é válido até ____ de_____de 20____, sujeito a verificações periódicas.
Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .
Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

_____
Data da expedição

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

(1) Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

ENDOSSOS PARA VERIFICAÇÕES ANUAIS

Certifica-se que, por ocasião da verificação periódica, realizada de acordo com a Regra 6.1, do Capítulo IX, da Convenção e parágrafo 13.4 do Código ISM, foi considerado que o Sistema de Gerenciamento de Segurança atende aos requisitos de Código ISM.

1ª Verificação anual

Assinatura: .....
auditor autorizado (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

2ª Verificação anual

Assinatura: .....
auditor autorizado (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

3ª Verificação anual

Assinatura: .....
auditor autorizado (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

4ª Verificação anual

Assinatura: .....
auditor autorizado (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

DOCUMENTO DE CONFORMIDADE PROVISÓRIO
Emitido de acordo com as disposições da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada,
sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
pela _____

Nome e endereço da Companhia[1]:

Número de identificação da Companhia:

Este Documento Certifica que o Sistema de Gerenciamento de Segurança da Companhia foi submetido a uma auditoria que constatou que ele atende aos requisitos do parágrafo 1.2.3 do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição (Código ISM) para os tipos de navios listados abaixo (riscar os não aplicáveis):

Navio de Passageiros
Embarcação de Passageiros de Alta Velocidade
Embarcação de Carga de Alta Velocidade
Graneleiro
Petroleiro
Navio Químico
Navio Gaseiro
Unidade Móvel de Perfuração
Outro tipo de navio

Este Documento de Conformidade Provisório é válido até ____ de_____de 20_____.

Expedido em _____
(local da expedição do Certificado)

_____
Data da expedição

_____
Vistoriador (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

(1) Ver parágrafo 1.1.2 do Código ISM

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

ENDORSEMENT FOR ANNUAL VERIFICATION

THIS IS TO CERTIFY THAT, at the periodical verification in accordance with the Regulation 6.1 of the Chapter IX of the Convention and paragraph 13.4 of the ISM CODE, the Safety Management System was found to comply with the requirements of the ISM Code.

1st Annual Verification — Signature: ..... (Name of authorized official) Local:..... Date:.....

2nd Annual Verification — Signature: ..... (Name of authorized official) Local:..... Date:.....

3rd Annual Verification — Signature: ..... (Name of authorized official) Local:..... Date:.....

4th Annual Verification — Signature: ..... (Name of authorized official) Local:..... Date:.....

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

DOCUMENT OF COMPLIANCE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil,
by _____

Name and Address of Company[1]:

Company Identification Number:

THIS IS TO CERTIFY that the Safety Management System of the Company has been audited and that it complies with the requirements of the International Management Code for Safe Operation of Ships and for Pollution Prevention (ISM Code), for the types of ships listed below (delete as applicable):

Passenger Ship
Passenger High Speed Craft
Cargo High Speed Craft
Bulk Carrier
Oil Tanker
Chemical Tanker
Gas Tanker
Mobile Offshore Drilling Unit
Other cargo ship

This Document of Compliance is valid until ____ of_____of 20____, subjected to periodical verification.

Completion date of the verification on which this Certificate is based:

Issued at _____
(local of issue of the Document)

_____
Date of issue

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

(1) See paragraph 1.1.2 of the ISM Code

Certificate Nº

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-8

INTERIM DOCUMENT OF COMPLIANCE

Issued under the provisions of the International Convention for the Safety of the Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil,
by _____

Name and Address of Company[1]:

Company Identification Number:

THIS IS TO CERTIFY that the Safety Management System of the Company has been recognized as meeting the objectives of paragraph 1.2.3 of the International Management Code for Safe Operation of Ships and for Pollution Prevention (ISM Code), for the types of ships listed below (delete as applicable):

Passenger Ship
Passenger High Speed Craft
Cargo High Speed Craft
Bulk Carrier
Oil Tanker
Chemical Tanker
Gas Tanker
Mobile Offshore Drilling Unit
Other cargo ship

This Document of Compliance is valid until ____ of_____of 20_____.

Issued at _____
(place of issue of the Document)

_____
Date of issue

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

(1) See paragraph 1.1.2 of the ISM Code

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-9

CERTIFICADO DE ISENÇÃO

Expedido de acordo com as disposições da
CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR, 1974, como modificada pelo Protocolo de 1988 a ela relacionado, sob a autoridade do Governo da **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** pela DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS da MARINHA DO BRASIL

Características do Navio

Nome do Navio	Indicativo de chamada	Porto de registro	Arqueação bruta	Número IMO (1)

CERTIFICA-SE:

Que o navio está isento dos requisitos prescritos na Regra ..... da Convenção, sob a autoridade conferida pela regra ..... da Convenção.

Condições sob as quais o Certificado de Isenção é concedido, caso existam:
-

Viagens para as quais o Certificado de Isenção é concedido, caso existam:
-

Este Certificado é válido até ..... de ..... de 2..... desde que o Certificado de ....., que este Certificado é anexado, permaneça válido.

Emitido no Rio de Janeiro, Brasil, em ..... de ..... de 2.....

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(1) De acordo com a resolução A. 600 (15) – Esquema do número de identificação de navio da IMO, esta informação pode ser incluída voluntariamente.
(2) Riscar como aplicável

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-9

EXEMPTION CERTIFICATE

Issued under the provision of the
INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, as modified by the Protocol of 1988 relating thereto, under the authority of the Government of **FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL** by DIRECTORATE OF PORTS AND COASTS of BRAZILIAN NAVY

Particulars of ship

Name of ship	Distinctive number or letters	Port of registry	Gross tonnage	IMO Number [12]

THIS IS TO CERTIFY:

That the ship is, under the authority conferred by Regulation ..... of the Convention, exempted from the requirements of Regulation ..... of the Convention.

Conditions, if any, on which the Exemption Certificate is granted:

Voyages, if any, for which the Exemption Certificate is granted:

This Certificate is valid until the .....th day of ..... of 2....., subject to the ..... Certificate, to which this Certificate is attached, remaining valid.

Issued at Rio de Janeiro, Brazil, the .....th of ..... of 2.....

.....
Deputy to Maritime Safety

[12] In accordance with resolution A. 600 (15) – IMO ship identification number scheme, this information may be inclued voluntarily

(2) Delete as appropriate

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-9

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA I/14 (c) FOR APLICADA.

Este certificado será, de acordo com a regra I/14 (c) da convenção, aceito como válido até....., desde que o Certificado de ....., que este Certificado é anexado, permaneça válido.
.

Assinatura : .....

Local : .....

Data : .....

ENDOSSO QUANDO A VISTORIA DE RENOVAÇÃO TENHA SIDO COMPLETADA E A REGRA I/14 (d) SEJA APLICÁVEL.

Este certificado será, de acordo com a regra I/14 (d) da convenção, aceito como válido até....., desde que o Certificado de ....., que este Certificado é anexado, permaneça válido.

Assinatura : .....

Local : .....

Data : .....

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO ONDE SERÁ VISTORIADO, OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA, QUANDO A REGRA I/14 (e) OU I/14 (f) SEJA APLICÁVEL.

Este certificado será, de acordo com a regra I/14 (e) / I/14 (f) (2) da convenção, aceito como válido até....., desde que o Certificado de ....., que este Certificado é anexado, permaneça válido.

Assinatura : .....

Local : .....

Data : .....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-10

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation I/14(c) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation I/14(c) of the Convention, be accepted as valid until..... subject to the ……..Certificate, to which this certificate is attached, remaining valid.

Signed : .....

Place : .....

Date : .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation I/14(d) applies

This certificate shall, in accordance with regulation I/14(d) of the Convention, be accepted as valid until .....subject to the ……..Certificate, to which this certificate is attached, remaining valid.

Signed : .....

Place : .....

Date : .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation I/14(e) or I/14(f) applies

This certificate shall, in accordance with regulation I/14(e) / I/14(f) (2) of the Convention, be accepted as valid until ..... subject to the ……..Certificate, to which this certificate is attached, remaining valid.

Signed : .....

Place : .....

Date : .....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O

TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

Emitido sob as disposições do Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportando Gases Liqüefeitos a Granel MSC.5 (48)

sob a autoridade do governo da República Federativa do Brasil

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro	Capacidade de Carga (m^3)	Tipo de Navio (Seção 2.1 do Código)(1)	Número IMO

Data do batimento de quilha ou data na qual estava em um estágio similar de construção ou, no caso de um navio Convertido, a data na qual a conversão para transportador de gás foi começada .....

O navio também atende integralmente as seguintes emendas do Código:.....

.....

O navio está isento de cumprir com as seguintes emendas do Código: .....

.....

Certifica-se:

1 .1 que o navio foi vistoriado de acordo com as provisões da Seção 1.5 do Código;
.2 que a vistoria mostrou que a estrutura, equipamento, acessórios e materiais do navio e as condições encontradas estão em todos os seus aspectos satisfatórios e que o navio cumpre com as disposições relevantes do Código

2. que os seguintes critérios de projeto foram usados
.1 Temperatura ambiente do ar: ..... °C (2)
.2 Temperatura ambiente da água: ..... °C (2)
.3

Tipo e número do tanque(2)	Fator de Tensão(3)				Material(3)	MARVS
	A	B	C	D		
Tubulação de Carga						

- Se o espaço acima não for suficiente, deverá ser utilizado o modelo do Apêndice 1 para complementar.
- Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques do Apêndice 3, assinado e datado.

.4 As propriedades mecânicas do material do tanque de carga foram determinadas_____°C(4)

3. Que o navio é apropriado para o transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todas as provisões relevantes operacionais do Código são observados(5).

Produtos	Condições de Transporte (nº dos tanques, temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc.)

- Continua no Apêndice 2, em folhas adicionais assinadas e datadas.
- Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques, Apêndice 3, assinado e datado.

Certificado nº .

4. Que de acordo com a seção 1.4*/2.8.2* as provisões do Código estão modificadas em relação ao navio da seguinte maneira: .....

.....

5 Que o navio deve ser carregado:

*.1 de acordo com as condições de carregamento que constam do manual de carregamento aprovado, carimbado e datado de ...../...../20....., como descrito abaixo e assinado pelo oficial responsável da Administração ou de uma organização reconhecida pela Administração;

*.2 de acordo com as limitações de carregamento anexo a este Certificado:

Onde for requerido carregar o navio de modo diferente do estabelecido nas instruções acima, os cálculos necessários para justificar as condições de carregamento deverão ser encaminhados à Administração que deverá autorizar, por escrito, a adoção das novas condições de carregamento.

Este certificado é válido até _____ de _____

Emitido em _____ Data _____

O abaixo assinado declara que ele está devidamente autorizado a emitir este certificado.

Carimbo ou estampa

_____
(Vistoriador (nome e assinatura)

* Riscar como aplicável.

Notas sobre a complementação do Certificado:

1. "Tipo de Navio". Qualquer entrada nesta coluna deve se relacionar a todas as recomendações, ex. uma entrada "Tipo 2G" significa Tipo 2G em todos os aspectos do Código.
2. Parágrafos 2.1 e 2.2: a temperatura ambiente aceita ou requerida pela Administração para o propósito do item 4.8.1 do Código deverá ser indicada.
3. Parágrafo 2.3: o fator de tensão e os materiais aceitos ou requeridos pela Administração para o propósito dos itens 4.5.1.4 e 4.5.1.6 do Código, deverão ser indicados.
4. Parágrafo 2.4: a temperatura aceita pela Administração para o propósito do item 4.5.1.7 deverá ser indicada.
5. Parágrafo 3: somente os produtos listados no Capítulo 19 do Código, ou que foram avaliados pela Administração de acordo com o parágrafo 1.1.6 do Código.

Continuação do Certificado nº .

VISTORIAS PERIODICAS

CERTIFICA-SE que pelas vistorias requeridas pelo parágrafo 1.5.2.1.3 e 1.5.2.1.4 do Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportando Gases Liqüefeitos a Granel, este Navio foi encontrado cumprindo com as provisões do Código.

Vistoria Anual:
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária */Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária */Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local: _____ _____ Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria de Renovação
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

* - Excluir como apropriado

Continuação do Certificado nº .

VISTORIAS PERIODICAS

CERTIFICA-SE que pelas vistorias requeridas pelo parágrafo 1.5.2.1.3 e 1.5.2.1.4 do Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportando Gases Liqüefeitos a Granel, este Navio foi encontrado cumprindo com as provisões do Código.

Vistoria Anual:
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária */Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária */Anual*
Local: _____ _____ Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria de Renovação
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

* - Excluir como apropriado

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL
Continuação da Lista de Produtos e Condições de Carregamento

Produtos	Condições de Carregamento (nº dos tanques, temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc.)

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Certificate n°

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE
OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Issued under the provisions of the International Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk - Resolution MSC.5 (48)
under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Cargo Capacity (m^3)	Type of Ship (Section 2.1 of the Code)(1)	IMO Number

Date on which keel was laid or on which ship was at a similar stage of construction or (in the case of a converted ship) date on which conversion to a gas carrier was commenced: .....
The ship also complies fully with the following amendments to the Code: .....
.....
The ship is exempted from compliance with the following amendments to the Code: .....
.....

THIS IS TO CERTIFY:

1 .1 That the ship has been surveyed in accordance with to provisions of section 1.5 of the Code;

.2 That the survey showed that the structure, equipment, fittings, arrangements and materials of the ship and the conditions thereof are in all respects satisfactory and that the ship complied with the relevant provisions of the Code.

2.That te following design criteria have been used:

.1 Ambient air temperature:_____°C(2)

.2 Ambient water temperature:_____°C(2)

.3

Tank type and number	Stress factors(3) A	B	C	D	Materials(3)	MARVS
Cargo piping						

Continued on attachment 1, additional signed and dated sheets
Tank numbers referred to in this list are identified signed and dated tank plan on attachment 3,

.4 Mechanical properties of the cargo tank material were determined at ..... °C(4)

3 . That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided that all relevant operational provisions of the Code are observed(5):

Products	Conditions of carriage (tank number, minimum temp., maximum pressure, maximum density, loading conditions)

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL
Continuação da Lista de Produtos e Condições de Carregamento

Produtos	Condições de Carregamento (nº dos tanques, temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc.)

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Continued on attachment 2, additional signed and dated sheets
Tank numbers referred to in this list are identified on attachment 3, signed and dated tank plan

Certificate n°

4 . That in accordance with section 1.4*/2.8,2* the provisions of the Code are modified with respect of the ship in the following manner: .....
.....

5 . That in ship must be loaded:

*.1 in accordance with the loading conditions provided in the approved Loading Manual, stamped and dated ...../...../200....., stamped and signed by a responsible officer of the Administration, or of an organization recognized by the Administration;

*2 in accordance with the loading limitations appended to this Certificate.

Where it is required to load the ship other than in accordance with the above instruction, then the necessary calculations to justify the proposed loading conditions should be communicated to the certifying Administration who may authorize in writing the adoption of the proposed loading condition.

This certificate is valid until ...../...../20..... .

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 20..... .
The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

* Delete as applicable

Notes on completion of Certificate:

1. "Ship Type". Any entry under this column must relate to all relevant recommendations, e. g. an entry "Type 2G" should mean Type 2G in all respects prescribe of the Code.
2. Paragraphs 2.1 and 2.2: The ambient temperatures accepted or required by the Administration for the purposes of 4.8.1 of the Code to be inserted.
3. Paragraph 2.3: Stress factors and materials accepted or required by the Administration for the purposes of 4.5.1.4 and 4.5.1.6 of the Code to be inserted.
4. Paragraph 2.4: Temperature accepted by the Administration for the purposes of 4.5.1.7 to be inserted.
5. Paragraph 3: Only products listed in Chapter 19 of the Code, or which have been evaluated by the Administration in accordance with paragraph 1.1.6 of the Code, or their compatible mixtures having physicals proportions within the limitation of tank design, should be listed. In respect of the latter "new" products, any Special Requirements provisionally prescribed should be noted.

Certificate n°

ENDORSEMENT FOR MANDATORY ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

THIS IS T0 CERTIFY that, at a periodical inspection required by section 1.5.2.1.3. and 1.5.2.1.4 of the International Code for the Construction and Equipment of the Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk, the ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual* / Intermediate* Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual* / Intermediate *Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Attachment 1 to Certificate n°

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Tank type and number	Stress factors(3)				Materials(3)	MARVS
	A	B	C	D		
Cargo piping						

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Attachment 2 to Certificate n°

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products	Conditions of Carriage (tank number, minimum temp., maximum pressure, maximum density, loading conditions)

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Attachment 3 to Certificate n°

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Tank Plan (specimen)

Name of Ship:.....

Distinctive Number or Letters: .....

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

Emitido de acordo com o Código para Construção e Equipamento de Navios que Transportam Gases Liqüefeitos a Granel Resolução A.328(IX) e emendas aprovadas pela Resolução A.329(IX), **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil**

Nome Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro	Capacidade de Carga (m³)	Tipo de Navio (Seção 2.5 do Código)(1)

Data de Construção ou contrato de uma grande conversão.....
Data na qual a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção ou quando uma grande conversão foi começada.....

CERTIFICA-SE:

1. Que o navio acima é:
   (i) um navio definido em 1.2.2 do Código*;
   (ii) um navio definido em 1.2.3 do Código*;
2. (i) que o navio foi vistoriado de acordo com a Seção 1.6 do Código
   (iii) que a vistoria mostrou a estrutura, equipamento, arranjo e materiais do navio e as suas condições em todos os aspectos estão satisfatórios e que o navio cumpre com todas as relevantes provisões do Código.
3. Que o seguinte critério de projeto foi usado:

(a) Temperatura ambiente do ar :_____ °C(2)
(b) Temperatura ambiente da água:_____ °C (2)
(c)

Tipo e número do tanque**	Fator de Tensão				Material(3)	MARVS
	A	B	C	D		
Tubulação de Carga						

* Continua no Apêndice 1, em folhas adicionais assinadas e datadas
** Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no plano de tanques Apêndice 3.
(d) Propriedades mecânicas do material dos tanques de carga determinado à ..... °C (4)

4. Que o navio é adequado para o transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todas as provisões relevantes do Código sejam observadas(5) :

Produtos	Condições de Transporte (número dos tanques temperatura mínima, pressão mínima, densidade máxima, etc)
Continua no Apêndice 2, em folhas adicionais assinadas e datadas. Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques, Apêndice 3, assinado e datado.	

5. Que de acordo com 1.5*/2.7* as seguintes provisões estão modificadas com relação ao navio da seguinte maneira:.....
.....

Este certificado é válido até_____de _____

Emitido em _____ Data _____

O abaixo assinado declara que ele está devidamente autorizado a emitir este certificado.

_____
(Vistoriador (nome e assinatura))

Notas sobre a complementação do Certificado:

1. "Tipo do Navio". Qualquer entrada nesta coluna deve se relacionar a todas as recomendações, ex, uma carta "Tipo IIG" significa Tipo IIG em todos os aspectos do Código.
2. Parágrafos 3(a) e 3(b): a temperatura ambiente aceita ou requerida pela Administração para o propósito do item 4.8.1 do Código deverá ser indicada.
3. Parágrafo 3(c) : o fator de tensão e os materiais aceitos ou requeridos pela Administração para o propósito do item 4.5.1(d)(i) e 4.5.1(e) do Código, deverão ser indicados.
4. Parágrafo 3(d) : a temperatura do compartimento ou outra temperatura aceita pela Administração par o propósito do item 4.5.1(f) deverá ser indicada.
5. Parágrafo 4: somente os produtos listados no Capítulo XIX do Código, ou que foram avaliados pela Administração de acordo com o parágrafo 1.7.2 do Código deverá ser anotado. Com relação a produtos novos, qualquer requisito especial estabelecido provisoriamente deverá ser anotado.

VISTORIAS PERIÓDICAS

Certifica-se que, a vistoria requerida pela Seção 1.6 do Código, o navio foi encontrado cumprindo as disposições do Código.

Vistoria Anual:
Local:_____ _____Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local:_____ _____Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local:_____ _____Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local:_____ _____Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria de Renovação
Local:_____ _____Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

* - Excluir como apropriado

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQÜEFEITOS A GRANEL

Número e tipo de tanque	Fator de Tensão(3)				Material(3)	MARVS
	A	B	C	D		
Tubulação de Carga						

Data:.....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-11

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQÜEFEITOS A GRANEL

Continuação da Lista de Produtos e Condições de Carregamento

Produtos	**Condições de Carregamento (nº dos tanques, temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc**

Data:.....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou
Carimbo da
Sociedade
Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-11

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQÜEFEITOS À GRANEL
Planos de Tanque

Nome do Navio: .....

Indicativo Naval: .....

Data:.....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou
Carimbo da
Sociedade
Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-11

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Issued under the provisions of the Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk – Resolution A .328(IX), **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil**

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Cargo Capacity (m^3)	Type of Ship (section 2.1 of the Code)(1)

Date of building or major conversion contract:.....

Date on which keel was laid or on which ship was at a similar stage of construction or(in case of a converted ship) date on which conversion to a gas carrier was commenced:.....

THIS IS TO CERTIFY :

1 That the above mentioned ship is:
*(i) a ship as defined in 1.2.2 of the Code;
*(ii) a ship as defined in 1.2.3 of the Code;

2 *(i) that the ship has been surveyed in accordance with the provisions of section 1.6 of the Code;
*(ii) that the survey showed that the structure equipment, fittings, arrangements and materials of the ship and the conditions thereof are in all respective satisfactory and that the ship complies with the relevant provisions of the Code.

3. That to following design criteria have been used;
(a) Ambient air temperature:_____ °C
(b) Ambient water temperature:_____ °C
(c)

Tank type and number	Stress factors(3)				Materials(3)	MARVS
	A	B	C	D		
Cargo piping						

Continued on attachment 1, additional signed and dated sheets
Tank numbers referred to in this list are identified signed and dated tank plan on attachment 1.
(d) Mechanical properties of cargo tank material were determined at °C(4)

4.That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided, tht all relevant operational provisions of the code are observed(5)

Products	**Conditions of carriage (tank numbers, etc)**

Continued on attachment 2, additional signed and dated sheets
Tank numbers referred to in this list are identified on attachment 3, signed and date tank plan

5. That in accordance with section 1.5*/2.7* the provisions of the Code are modified with respect of the ship in following manner:.....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-11

.....

This certificate is valid until ...../...../20..... .

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issue: ...../...../20.....

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Name and signature of authorization official

Seal
Or
Stamp
Of
Classification
Socity

*Deleted as applicable

Notes on completion of Certificate:

1. "Ship Type". Any entry under this column must relate to all relevant recommendations, e, g, na entry "Type IIG" should mean Type II in all respect prescribe of the Code.
2. Paragraphs $3^{(a)}$ and $3^{(b)}$; The ambient temperatures a accepted or required by the Administration for the purposes of 4.8.1 of the Code to be insert.
3. Paragraph 3(c): Stress factors and materials accepted or required by the Administration for the purposes of 4.5.1(d)(i) and 4.5.1.(e) of the Code to be inserted.
4. Paragraph 3(d) : Temperature accepted by the Administration the purposes of 4.5.1.(f) to be insert.
5. Paragraph 4: Only products listed in Chapter 19 of Code, or which have been evaluated by the Administration in accordance with paragraph 1.7.2 of Code, should le listed. In respect of the latter "new" products, any Special Requirements provisionally prescribe should be noted.

ENDORSMENT FOR MANDATORY ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

THIS IS TO CERTIFY that at a periodical inspection required by section 1.5.2.1.3 and 1.5.2.4 of the International Code for the Construction and Equipment of the Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk, the ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual Survey

Place: ..... Date issue:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date issue:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date issue:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date issue:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Tank type and number	Stress factors[3]				Materials[3]	MARVS
	A	B	C	D		
Cargo piping						

Date: .....
Name and signature of authorized official

Seal or
Stamp
Of the
Classification
Society

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF LIQUIFIED GASES BULK
Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products	Conditions of Carriage (tank number, etc.)

Date:.....
Name and signature of authorized official

Seal or
Stamp
Of the
Classification
Society

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF LIQUIFIED GASES IN BULK
Tank Plan (specimen)

Name of ship:.....

Distinctive Number or Letters:.....

Date:.....
Name and signature of authorized official

Seal or
Stamp
of the
Classification
Society

Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

Emitido de acordo com o Código para Navios Existentes que Transportam Gases Liqüefeitos a Granel, **sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil**

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro	Capacidade de Carga (m^3)	Número IMO

Data da entrega do navio para o transporte de gases liqüefeitos a granel.....

CERTIFICA-SE:

1. que o navio acima mencionado é um navio como definido em 1.2.2(a) do Código.
2. (i) que o navio foi vistoriado de acordo com a Seção 1.6 do Código
   (ii) que a vistoria mostrou a estrutura, equipamento, arranjo e materiais do navio e as suas condições em todos os aspectos estão satisfatórios e que o navio cumpre com todas as relevantes provisões do Código.
3. Que o seguinte critério de projeto foi usado:
   (a) Temperatura ambiente do ar_____ °C(1)
   (b) Temperatura ambiente da água:_____ °C(1)
   (c)

Tipo e número do tanque(2)	Material(3)	MARVS

Continua no Apêndice 2, em folhas adicionais assinadas e datadas.
Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no Apêndice 3, assinado e datado.

4. Que o navio é adequado para o transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todas as provisões relevantes do Código sejam observadas(4):

Produtos	Condições de Transporte (número dos tanques temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc.)
Continua no Apêndice 2, em folhas adicionais assinadas e datadas. Os números dos tanques referidos nesta lista estão identificados no Apêndice 3, assinado e datado.	

5. Que de acordo com 1.5 as seguintes provisões estão modificadas com relação ao navio da seguinte maneira:
.....
.....

Este certificado é válido até _____ de _____
Emitido em _____ Data _____
O abaixo assinado declara que ele está devidamente autorizado a emitir este certificado.

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

_____
(Vistoriador (nome e assinatura)

Apêndice 1 do Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL

Tipo e número do tanque(2)	Material(3)	MARVS

Data: .....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

VISTORIAS ANUAIS (INTERMEDIÁRIAS)

Certifica-se que, a vistoria requerida pela Seção 1.6.1(d) do Código, relacionada a segurança do equipamento, outros equipamentos, bombas associadas e sistemas de canalizações, o navio foi encontrado cumprindo as disposições do Código.

Vistoria Anual (Intermediária)
Local: _____ _____ Data:_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual (Intermediária)
Local: _____ _____ Data: _____ Pessoa autorizada (nom
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual (Intermediária)
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

VISTORIA PERIÓDICA

Certifica-se que, a vistoria periódica requerida pela Seção 1.6.1(c) do Código, relacionada a segurança do equipamento, outros equipamentos, bombas associadas e sistemas de canalizações, o navio foi encontrado cumprindo as disposições do Código.

Loca!: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

EXTENSÃO DO CERTIFICADO
(máximo de cinco meses)

Estando as disposições do código inteiramente cumpridas por este navio, a validade deste Certificado é estendida até: ...../...../ 20..... .

Loca!: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Notas sobre a complementação do Certificado:

1. Parágrafos 3(a) e 3(b): a temperatura ambiente aceita ou requerida pela Administração para o propósito do item 4.4 do Código deverá ser indicada.
2. tipo de tanque como definido no Capítulo IV. Os tanques numerados, referidos neste item, estão identificados no Apêndice.
3. Ver item 4.5.5 do Código.
4. Parágrafo 4: somente os produtos listados no Capítulo XIX do Código, ou suas misturas que possuam propriedades físicas dentro das limitações do tanque ou que foram avaliados pela Administração de acordo com o parágrafo 1.7.2 do Código, deverá ser anotado. Com relação a produtos novos, qualquer requisito especial estabelecido provisoriamente deverá ser anotado.

Apêndice 2 do Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL
Continuação da Lista de Produtos e Condições de Carregamento

Produtos	Condições de Carregamento (nº dos tanques, temperatura mínima, pressão máxima, densidade máxima, etc.)

Data: .....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificador

Apêndice 3 do Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE GASES LIQUEFEITOS A GRANEL
Plano de Tanques

Nome do Navio:.....

Indicativo Naval: .....

Data: .....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Certificate nº .

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF LIQUEFIED GASES IN BULK

Issued under the provisions of Code for Existing Ships Carrying Liquefied Gases in Bulk
under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Cargo Capacity (m^3)	IMO Number

Date of delivery of the ship for the carriage of liquefied gases in bulk: .....

THIS IS TO CERTIFY:

1 that the above mentioned ship is a ship as defined in 1.2.2(a) of the Code

2 .1 That the ship has been surveyed in accordance with the provisions of section 1.6 of the Code;

.2 That the survey showed that the structure, equipment, fittings, arrangements and materials of the ship and the conditions thereof are in all respects satisfactory and that the ship complied with the relevant provisions of the Code.

3 . That the following design criteria have been used:

.1 Ambient air temperature:_____ 0C(3)

.2 Ambient water temperature:_____ 0C(3)

.3

Tank type and number(2)	Material(5)	MARVS

Tank numbers referred to in this list are identified signed and dated tank plan on attachment 1,
Continued on the annexed, signed and dated sheet(s)

4 . That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided that all relevant operational provisions of the Code are observed(4):

Products	Conditions of carriage (tank number, minimum temp., maximum pressure, maximum density, loading conditions)

Continued on attachment 2, additional signed and dated sheets
Tank numbers referred to in this list are identified on attachment 3, signed and dated tank plan

5 . That in accordance with section 1.5 the provisions of the Code are modified with respect of the ship in the following manner: .....
.....

This certificate is valid until ...../...../20..... .

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 20..... .

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

* Delete as applicable

Notes on completion of Certificate:
1. Paragraphs 3(a) and 3(b): The ambient temperatures accepted or required by the Administration for the purposes of 4.4 of the Code
2. Type of tanks as defined in Chapter IV. Tank numbers referred to in this list are identified on the annexed, signed and dated tank plan.
3. See 4.5.5 of the Code
5. Paragraph 4: Only products listed in Chapter XIX of the Code, or their compatible mixture having physical properties within the limitations of tank design, or which have been evaluated by the Administration in accordance with paragraph 1.7.2 of the Code should be listed. In respect of the latter "new" products, any Special Requirements provisionally prescribed should be noted.

Certificate nº .

ENDORSEMENT FOR MANDATORY ANNUAL (INTERMEDIATE) SURVEYS

THIS IS T0 CERTIFY that, at a survey required by section 1.6.1(d) of the Code, related to safety equipment, other equipment and associated pump and piping systems, this ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual (intermediate) Survey

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual (intermediate) Survey

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual (intermediate) Survey

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual (intermediate) Survey

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

PERIODICAL SURVEYS

This is to certify that at a periodical survey required by section 1.6.1(c) of the Code at intervals not exceeding 5 years, related to the structure, equipment, fittings, arrangements and materials was carried out and this ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

EXTENSION OF CERTIFICATE
(not to exceed five months)

The provisions of the Code being fully complied with by this ship, the validity of this Certificate is extended Until ....., pending the receipt of a new Certificate.

Place: ..... _____ Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Attachment 1 to Certificate n°

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Tank type and number	Stress factors[5]				Materials[5]	MARVS
	A	B	C	D		
Cargo piping						

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Attachment 2 to Certificate n°

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products	Conditions of Carriage (tank number, minimum temp., maximum pressure, maximum density, loading conditions)

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Attachment 3 to Certificate n°

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE

OF LIQUIFIED GASES IN BULK

Tank Plan (specimen)

Name of Ship:.....

Distinctive Number or Letters: .....

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Certificado n°

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR TRANSPORTE À GRANEL DE SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS NOCIVAS

emitido sob as provisões da Convenção Internacional para Prevenção da Poluição de Navios, 1973, como a modificado pelo protocolo de 1978, e como emendado pela resolução MEPC ...../(.....) (adiante denominado como Convenção)

sob a autoridade do governo da Republica Federativa do Brasil pela

.....

Nome do Navio	Indicativo do Navio	Porto de Registro	Arqueação Bruta	Número IMO [1]

CERTIFICA-SE:

1. Que o navio foi vistoriado de acordo com as provisões da regra 10 do Anexo II da Convenção.

2. Que a vistoria mostrou que a estrutura, equipamento, sistemas, acessórios, arranjos e material do navio e a condição é satisfatória em todos os seus aspectos e que o navio cumpre com os requisitos aplicáveis do Anexo II da Convenção.

3. Que o navio está provido com um manual de acordo com os arranjos e procedimentos padrões atendendo a Regra 5, 5A e 8 do Anexo II da Convenção, e que os arranjos e equipamentos do navio prescrito no manual estão em todos os seus aspectos satisfatórios e cumpre com os requisitos aplicáveis dos padrões mencionados.

4. Que o navio é apropriado para o transporte a granel das seguintes substância nocivas, desde que todas as provisões relevantes do Anexo II da Convenção sejam observados:

Substâncias líquidas nocivas	Condições de Transporte	
	Nº do Tanque	Limitações e recomendações
*** Continua nas folhas adicionais assinadas e datadas.**		

Este certificado é válido até_____de_____de_____, sujeito as vistorias de acordo com a regra 10 do Anexo II da Convenção.

Emitido _____
(local da emissão do certificado)

Expedido em ..... / ..... / 20 .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

END0SSO DAS VISTORIAS ANUAIS E INTERMEDIÁRIAS

CERTIFICA-SE que, na vistoria requerida pela Regra 10 do Anexo II da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo com as relevantes provisões da convenção

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual/Intermediária(2) :

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual/Intermediária(2):

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

VISTORIA ANUAL E INTERMEDIÁRIA DE ACORDO COM A REGRA 12(8)(c)

Certifica-se que em uma vistoria anual/intermediária de acordo com a regra 12(8)(c) do Anexo II da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as provisões relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADEFOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA 12 (3) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra 12 (3) do Anexo II da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA 12 (4) FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra 12 (4) do Anexo II da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA 12 (5) OU 12 (6).

Este Certificado será, de acordo com a regra 12 (5) ou 12 (6)(2) da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA 12 (8) FOR APLICADA.

De acordo com a regra 12 (8) do Anexo II da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

De acordo com a regra 12 (8) do Anexo II da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

(1) De acordo com o esquema de numeração adotado pela IMO para identificação de navios através da Res. A.600(15) – IMO Ship Identification Number Scheme.
(2) Cancelar apropriadamente.

Apêndice ao Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR TRANSPORTE À GRANEL DE SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS NOCIVAS

LISTA DE PRODUTOS
(Continuação do Certificado)

Substâncias líquidas nocivas (como referido no parágrafo 4)	Condições de Transporte	
	Nº do Tanque	Limitações e recomendações

As limitações e recomendações deverão ser descritas em folha adicional e identificadas na coluna correspondente acima.

Emitido em _____ _____
(Local de emissão do certificado) (Data de emissão)

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR TRANSPORTE À GRANEL DE SUBSTÂNCIAS LÍQUIDAS NOCIVAS

LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Emitido em _____ _____
(Local de emissão do certificado) (Data de emissão)

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-12

Certificate n°

INTERNATIONAL POLLUTION PREVENTION CERTIFICATE

FOR THE CARRIAGE OF NOXIOUS LIQUID SUBSTANCES IN BULK

Issued under the provisions of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the protocol of 1978 regulating thereto, and as amended by resolution MEPC .....(.....) (hereinafter referred to as "the Convention")

under the authority of the government of Federative Republic of Brazil by

.....

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Gross tonnage	IMO Number(1)

THIS ISTO CERTIFY:

1. That the ship has been surveyed in accordance with the provisions of Regulation 10 of Annex II of the Convention.
2. That the survey showed that the structure, equipment, systems, fitting, arrangements and material of the ship and the condition thereof are in all respects satisfactory and that the ship complies with the applicable requirements of Annex II of the Convention.
3. That the ship has been provided with a manual in accordance with the standards for procedures and arrangements as called for by Regulation 5, 5A and 8 of Annex II of the Convention, and that the arrangements and equipment of the ship prescribed in the manual are in all respects satisfactory and comply with the applicable requirements of the said Standards.
4. That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following noxious liquid substances, provided that all relevant operational provisions of Annex II of the Convention are observed:

Noxious liquid substances	Conditions of Carriage	
	Tank number	Limitations e recommendations
***Continued on additional signed and dated sheet(s)**		

This Certificate is valid until_____of_____of_____, subject to surveys in accordance with regulation 10 of Annex II of the Convention.

Issued at _____
(place of issue of certificate)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to CERTIFY that, at a survey required by Regulation 10 of Annex II of the Convention the ship was found to comply with the relevant provision of the Convention.

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate survey (2)

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate survey (2)

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual / Intermediate survey in accordance with regulation 12 (8) (c)

THIS IS TO CERTIFY that, at an annual / intermediate (2) survey in accordance with regulation 12 (8) (c) of Annex II of the Convention, the ship was found to comply with the relevant provisions of the Convention.

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation 12 (3)

applies

The ship complies with the relevant provisions of the Convention, and this Certificate shall, in accordance with regulation 12 (3) of Annex II of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation 12 (4) applies

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation 12 (4) of Annex II of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation 12 (5) or 12 (6) applies.

This certificate shall, in accordance with regulation 12 (5) / 12 (6) (2) of Annex II of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation 12 (8) applies.

In accordance with regulation 12 (8) of Annex II of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

In accordance with regulation 12 (8) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official

Place: .....

Date: .....

(1) In accordance with resolution A.600 (15) - IMO Ship Identification Number Scheme, this information may be included voluntarily.

(2) Delete as applicable

FOR THE CARRIAGE OF NOXIOUS LIQUID SUBSTANCES IN BULK
LIST OF PRODUCTS
(continuation)

Noxious liquid substances (as referred to in paragraph 4)	Conditions of Carriage	
	Tank number	Limitations e recommendations

The limitations and recommendations shall be described in an additional sheet and identified in the correspondent column above.

Issued at _____
(place of issue of certificate)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-13

FOR THE CARRIAGE OF NOXIOUS LIQUID SUBSTANCES IN BULK

LIMITATIONS AND RECOMMENDATIONS

Issued at _____
(place of issue of certificate)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-14

Certificado nº .

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DE UNIDADE MÓVEL DE PERFURAÇÃO 1979/1989(1)

Emitido em conformidade com o Código IMCO/IMO(1) para a Construção e Equipamento de Unidades Móveis de Perfuração, MODU-1979/1989(1) como emendado,

sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil

pela _____

Nome do navio	Indicativo do Navio	Porto de Registro	Data de batimento de quilha(2)	Tipo (seção 1.3 do Código)	Número IMO

CERTIFICA-SE:

1. Que a unidade acima mencionada foi devidamente vistoriada de acordo com as disposições aplicáveis do Código para Construção e Equipamento de Unidades Móveis de Perfuração – MODU 1979/1989(1).
2. Que a vistoria mostrou serem satisfatórias, sob todos os aspectos, a estrutura, equipamento, acessórios, arranjo da estação rádio, materiais da unidade e as condições encontradas e que a unidade atende as disposições do Código.
3. Que os equipamentos de salvatagem são designados para um total de_____pessoas, como se segue:

3.1-.....baleeiras (totalmente fechadas e a prova de fogo) capazes de acomodar ..... pessoas
3.2-.....balsas salva-vidas (para as quais são requeridos dispositivos de lançamento) capazes de acomodar ..... pessoas
3.3-.....balsas salva-vidas (para as quais não são requeridos dispositivos de lançamento) capazes de acomodar .....pessoas
3.4-.....embarcação de salvamento (incluídas/não incluída(2) no total de baleeiras) capazes de acomodar .....pessoas
3.5-.....bóias salva-vidas
3.6- .....de coletes salva-vidas
3.7- .....de roupas de imersão
3.8- ..... de transpondedores radar
3.9- .....de equipamentos de VHF
3.10-.....Foguetes manual estrela vermelha ha com paraquedas
3.11-.....Dispositivos lança-retinida
3.12-.....Outros

4. Que, de acordo com a seção 1.4 do Código, as provisões do Código estão modificados da seguinte maneira: .....(continuar em folha anexa se necessário)
5. Que foi emitida para esta unidade uma aprovação para realização de vistorias técnicas continuas, no lugar das vistorias de renovação e intermediária, de acordo com o previsto no item 1.6.4 do Código, em relação a:

☐ Casco ☐ Máquina (Este item só aplica ao Código MODU 1989)

....
(Assinatura e selo da autoridade aprovadora) (Data da aprovação do programa de Vistoria Continua)

Este certificado é válido até ..... de ..... de 20.....

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-14

Certificado nº .

Endosso para as Vistorias Anuais e Intermediárias

Certifica-se que, à vista da vistoria requerida por 1.6 do MODU 1979/1989(1), esta unidade foi encontrada cumprindo com as disposições relevantes do Código.

Vistoria Intermediária (Para MODU 1979) / Vistoria Anual (Para MODU 1989)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Vistoria Intermediária (Para MODU 1979) / Vistoria Anual-Intermediária (Para MODU 1989)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Vistoria Intermediária (Para MODU 1979) / Vistoria Anual-Intermediária (Para MODU 1989)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Vistoria Intermediária (Para MODU 1979) / Vistoria Anual (Para MODU 1989)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Vistoria Intermediária (Somente para o MODU 1979)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Vistoria Anual-Intermediária de acordo com o item 1.6.11.7.3 do Código (Somente para o MODU 1989)

Vistoria anual

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

(1) Riscar como aplicável
(2) Data na qual a quilha foi batida ou o navio estava em um estado similar de construção ou, onde aplicável, data na qual o trabalho de conversão ou alteração ou modificação de um maior vulto foi iniciado.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-14

ENDOSSO PARA VISTORIA DE DOCAGEM EM SECO (SOMENTE PARA O MODU 1989)

Certifica-se que, em vistoria realizada de acordo com o item 1.6 do Código, esta unidade encontrava-se cumprindo com os requisitos relevantes do Código.

Primeira Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Segunda Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE O ITEM 1.6.11.3 DO CÓDIGO FOR APLICADO (SOMENTE PARA O MODU 1989)

A unidade encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes do Código, e este Certificado será, de acordo com o item 1.6.11.3 do Código, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E O ITEM 1.6.11.4 DO CÓDIGO FOI APLICADO (SOMENTE PARA O MODU 1989)

A unidade encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes do Código, e este Certificado será, de acordo com o item 1.6.11.4 do Código, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA ONDE FOR APLICADO ITEM1.6.11.5 DO CÓDIGO FOR APLICADO (SOMENTE PARA O MODU 1989)

Este Certificado será, de acordo com o item 1.6.11.5 do Código, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO O ITEM 1.6.11.7 DO CÓDIGO FOR APLICADO (SOMENTE PARA O MODU 1989)

De acordo com o item 1.6.11.7 do Código, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

De acordo com o item 1.6.11.7 do Código, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apêndice ao Certificado nº .

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DE UNIDADE MÓVEL DE PERFURAÇÃO (1979/1989)
Isenções autorizadas pela Autoridade Marítima Brasileira

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 200.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Certificate nº .

MOBILE OFFSHORE DRILLING UNIT SAFETY CERTIFICATE 1979/1989(1).

Issue under the provisions of the IMCO/IMO(1) Code for the Construction and Equipment of Mobile Offshore Drilling Units, MODU-1979/1989(1) as amended,
under the authority of the Government of Brazil

by _____

Name of Ship	Distinctive Number or Letters	Port of Registry	Date on which keel was laid(2)	Type (1.3 of the Code)	IMO Number

THIS IS TO CERTIFY:

1. That the above-mentioned Unit has been duly surveyed in accordance with the applicable provisions of the Code for the Construction and Equipment of Mobile Offshore Drilling Units – MODU 1979/1989(1).
2. That the survey showed that the structure, equipment, fittings, radio station arrangements and materials of the Unit and the conditions thereof are in all respects satisfactory and that the unit complies with the relevant provisions of the Code.
3. That the life-saving appliances provide for a total number of ..... persons and no more as follows:

3.1-..... lifeboats (totally enclosed and fire protected) capable of accommodating ..... persons
3.2-..... liferafts, for whith approved launching appliance are required, capable of accommodating ..... persons
3.3- ..... liferafts, for whith approved launching appliance are not required, capable of accommodating .....persons
3.4-.....rescue boat (included/not included(2) in the total number of lifeboat) capable of accommodating ..... persons 3.5-.....lifebouys
3.6- .....lifejackets
3.7- .....immersion suits
3.8- .....radar transponder
3.9- .....two-way VHF radiotelephone apparatus 3.10-.....rocket parachute flares
3.11-.....line-throwing appliance
3.12-.....Others

4. That, in accordance with section 1.4 of the Code, the provisions of the Code are modified in respect of the unit in the following manner:.....(if necessary, continue on the list annex)
5. That this unit has been issued with an approval for the continuous survey techniques under 1.6.4 of the Code in lieu of renewal and intermediate surveys in respect of: D Hull D Machinery

....
signature and seal of approving authority date of continuos survey programme approval

This Certificate is valid until ..... of .....of 200....., subject to Intermediate MODU Survey.

Issued at ..... Date of issue: ..... of ..... of 20..... .
(place of issue of certificate)

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

(1)Delete as applicable
(2)Date on which keel was laid or unit was at a similar stage of construction or on which major conversion was commenced

Certificate nº .

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS
This is to certify that, at a survey required by 1.6 of the MODU Code 1979/1989(1), this unit was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Intermediate Survey (MODU 1979) / Annual Survey (MODU 1989)

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Intermediate Survey (MODU 1979) / Annual-intermediate Survey (MODU 1989)

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Intermediate Survey (MODU 1979) / Annual-intermediate Survey (MODU 1989)

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Intermediate Survey (MODU 1979) / Annual Survey (MODU 1989)

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Intermediate Survey (Only MODU 1979)

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Annual / Intermediate Survey in accordance with 1.6.11.7.3 of the Code (Only MODU 1989)
Annual survey

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for the dry dock survey (Only MODU 1989)
This is to certify that, at a survey required by 1.6 of the Code, this unit was found to comply with the relevant provisions of the Code.
First inspection:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Second inspection:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where 1.6.11.3 of the Code applies. (Only MODU 1989)
The unit complies with the relevant requirements of the Code, and this certificate should, in accordance with 1.6.11.3 of the Code, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and 1.6.11.4 of the Code applies. (Only MODU 1989)
The unit complies with the relevant requirements of the Code, and this certificate should, in accordance with 1.6.11.4 of the Code, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey where 1.6.11.5 of the Code applies. (Only MODU 1989)
This certificate should, in accordance with 1.6.11.5 of the Code, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of the anniversary date where 1.6.11.7 of the Code applies. (Only MODU 1989)

In accordance with 1.6.11.7 of the Code, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with 1.6.11.7 of the Code, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

(1)Delete as applicable

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-14

Appendix to Certificate nº .

MOBILE OFFSHORE DRILLING UNIT SAFETY CERTIFICATE
Exemption authorized by the Brazilian Maritime Authority

Issued at ..... Date of issue: ..... of ..... of 20.....
(place of issue of certificate)

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINÂMICO
Emitido sob as disposições das Recomendações para Navios com Sistema de Posicionamento Dinâmico (Circular MSC - 645),
sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
(DVANPD)

Dados do navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Número IMO

Data do batimento de quilha ou data em que o navio estava em um estágio similar de construção ou data em que uma conversão de maior vulto foi começada: .....

CERTIFICA-SE que o navio acima mencionado foi devidamente documentado, vistoriado, e testado de acordo com as Recomendações para Navios com Posicionamento Dinâmico (Circular MSC - 645) e encontrado de acordo com as recomendações.

O navio está autorizado a operar com a classe de equipamento de posicionamento Dinâmico ..... e classes de equipamento mais baixa.

Este documento é válido até_____a menos que seja cancelado pela Administração, desde que o navio seja operado, testado e vistoriado de acordo com os requisitos das Recomendações e que os resultados sejam adequadamente registrados.

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 200.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINÂMICO

LISTA DE ISENÇÕES E EQUIVALÊNCIAS

(Refere-se aos itens 1.4 e 1.5 das Recomendações)

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINÂMICO
LISTA DOS COMPONENTES E SISTEMAS PRINCIPAIS COBERTOS PELO DOCUMENTO

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 200.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Todos os sistemas e componentes principais incluídos no sistema de posicionamento dinâmico deverão ser listados de uma maneira sistemática. Como alternativa pode ser feita uma referência a desenhos, etc. É importante que seja possível identificar todos sistemas e componentes por este Documento.
Versões em "software" deverão também ser identificadas. Equipamentos instalados após a data de emissão do DVANPD deverão somente ser incluídos na lista após controle e testes terem sido completados e as modificações e o relatório de não-conformidades assinado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Registro dos Relatórios das Vistorias Anuais e Especial (cinco(5) anos)

Data	Tipo de Teste	Observações	Referência do Relatório Data/Número	Nome e assinatura da pessoa autorizada	Nome e assinatura do Comandante ou Superintendente da embarcação

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Todos os relatórios deverão ser arquivados junto com este Documento para uso durante as próximas vistorias e testes pelos vistoriadores e inspetores da Administração.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Document nº .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
Issued under the provision of the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC/CIRC 645),
under the authority of the Government of Brazil
(FSVAD)

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	IMO Number

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or on which major conversion was commenced : .....

THIS IS T0 CERTIFY that the above mentioned vessel has been duly documented, surveyed, and tested in accordance with the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC/Circ 645) and found to comply with the Guidelines.

The vessel is allowed to operate in DP Equipment Class .....and in lower equipment classes.

This document remains valid until ..... unless terminated by the Administration, provided that the vessel is operated, tested, and surveyed according to the requirements in the guidelines and the results are properly recorded.

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Document nº .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF EXEMPTIONS AND EQUIVALENTS
(Refer to items 1.4 and 1.5 of the Guidelines)

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Document nº .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF MAIN SYSTEMS AND COMPONENTS COVERED BY THE DOCUMENT

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

All main system and components included in the dynamic positioning system are to be listed in a systematic way. As an alternative reference can be made to drawings, etc. It is important that it is possible by this list to identify. Equipment installed after date of issuing FSVAD should only be included in the list after control and testing has been completed and modifications and non-conformities report signed.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15

Document nº .

Record of annual survey reports and special (5 years) survey reports

Date	Test Type	Remarks	Report reference date/number	Name and signature of authorized official	Name and signature of Captain/Master of the vessel

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

All reports should be available together with this Document for use during later testing and inspections by nominated surveyors, Flag State surveyors, etc.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINAMICO

LISTA DE ISENÇÕES E EQUIVALÊNCIAS

(Refere-se aos parágrafos 5 e 6 do preâmbulo das Recomendações)

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COMPOSICIONAMENTO DINÂMICO
Emitido sob as disposições das Recomendações para Navios com Sistema de Posicionamento Dinâmico (MSC.1/Circ. 1580),
sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil
(DVANPD)

Dados do navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Número IMO

Data do batimento de quilha ou data em que o navio estava em um estágio similar de construção ou data em que uma conversão de maior vulto foi começada: .....

CERTIFICA-SE que o navio acima mencionado foi devidamente documentado, vistoriado, e testado de acordo com as Recomendações para Navios com Posicionamento Dinâmico (MSC.1/Circ. 1580) e encontrado de acordo com as recomendações.

O navio está autorizado a operar com a classe de equipamento de posicionamento Dinâmico ..... e classes de equipamento mais baixa.

Este documento é válido até_____a menos que seja cancelado pela Administração, desde que o navio seja operado, testado e vistoriado de acordo com os requisitos das Recomendações e que os resultados sejam adequadamente registrados.

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COMPOSICIONAMENTO DINÂMICO
LISTA DOS COMPONENTES E SISTEMAS PRINCIPAIS COBERTOS PELO DPVAD[2]

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Todos os sistemas e componentes principais do sistema de posicionamento dinâmico devem ser registrados para considerar toda a composição do sistema e projeto. Esses registros devem prontamente facilitar a referência cruzada para planos, esquemas e / ou outros diagramas do sistema. As atualizações dos sistemas e componentes introduzidas após a data da emissão do DPVAD devem ser registradas somente após o teste/validação apropriado ter sido verificado e considerado aceitável pela autoridade designada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Registro dos Relatórios das Vistorias Anuais e Relatórios de Teste Periódico (5 anos)

Data	Tipo de Teste	Observações	Referência do Relatório Data/Número	Nome e assinatura da pessoa autorizada	Nome e assinatura do Comandante ou Superintendente da embarcação

Selo ou Carimbo da Sociedade Classificadora

Todos os relatórios deverão ser arquivados junto com este DVANPD para uso durante as próximas vistorias e testes pelos vistoriadores e inspetores da Administração.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Document n° .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
Issued under the provision of the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC.1/Circ. 1580),
under the authority of the Government of Brazil
(FSVAD)

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	IMO Number

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or on which major conversion was commenced : .....

THIS IS TO CERTIFY that the above mentioned vessel has been duly documented, surveyed, and tested in accordance with the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC.1/Circ.1580) and found to comply with the Guidelines.

The vessel is allowed to operate in DP Equipment Class .....and in lower equipment classes.

This document remains valid until ..... unless terminated by the Administration, provided that the vessel is operated, tested, and surveyed according to the requirements in the guidelines and the results are properly recorded.

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or Stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15 - 1

Document n° .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF EXEMPTIONS AND EQUIVALENTS
(Refer to paragraphs 5 and 6 of the preamble of the Guidelines)

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or Stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15-1

Document n° .

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF MAIN SYSTEMS AND COMPONENTS COVERED BY DPVAD[2]

Seal or Stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

All main systems and components comprising the dynamic positioning system should be recorded to account for overall system composition and design. Such records should readily facilitate cross-referencing to drawings, schematics, and/or other system diagrams. System and component updates introduced after the date of DPVAD issuance should be recorded only after proper testing/validation has been verified and found acceptable to the designated authority.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-15-1

Document nº .

Record of annual survey reports, and periodic (5 years) testing reports

Date	Test Type	Remarks	Report reference date/number	Name and signature of authorized official	Name and signature of Captain/Master of the vessel

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Name and signature of authorized official

Seal or Stamp of the Classification Society

All reports should be filed together with this DPVAD for use during later testing and inspections by nominated surveyors, Flag State surveyors, etc.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-16

Documento de Conformidade
Requisitos Especiais para Navios que Transportam Cargas Perigosas
Expedido de acordo com os requisitos Regra II-2/54-3, da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada (daqui em diante referida como "Convenção") **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil**

Características do navio

Nome do navio	Indicativo do Navio	Porto de Registro	Tipo de Navio	Número IMO

Data do batimento de quilha ou data em que o navio estava num estágio similar de construção ou data em que uma conversão de maior vulto foi começada: .....

Certifica-se:

1. que a construção e equipamentos do navio acima identificado foram encontrados em conformidade com os requisitos estabelecidos na Regra II-2/54 da Convenção.
2. que o navio é apropriado para o transporte das Classes de mercadorias perigosas como especificado no Apêndice a este Certificado, sujeito as disposições do Código Internacional para o Transporte de Mercadorias Perigosas (IMDG) e o Código de Prática Segura para Cargas Sólidas a Granel (BC CODE).

Este Certificado é válido até de de .

Expedido no , em de de .

Vistoriador (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

NOTA: O transporte de cargas perigosas, como definido na Regra VII/2 do SOLAS 74, como emendado, deverá estar de acordo com o Código IMDG, Código BC e requisitos adicionais impostos pela Autoridade Marítima Brasileira.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-16

ENDOSSO DAS VISTORIAS ANUAIS

O presente certifica que numa vistoria, foi constatado que o navio satisfaz às disposições pertinentes da Convenção SOLAS.

1ª Vistoria Anual
Local da Vistoria: ..... Data .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

2ª Vistoria Anual
Local da Vistoria: ..... Data .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

3ª Vistoria Anual
Local da Vistoria: ..... Data .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

4ª Vistoria Anual
Local da Vistoria: ..... Data .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-16

Documento de Conformidade
Requisitos Especiais para Navios que Transportam Cargas Perigosas
Anexo 1
Arranjo do navio indicando a localização dos espaços de carga destinados ao transporte de cargas perigosas.



ESPAÇOS ABAIXO DO CONVÉS

ESPAÇOS ACIMA DO CONVÉS

ESPAÇOS DE CARGA TRANSPORTANDO SUBSTÂNCIAS SÓLIDAS PERIGOSAS A GRANEL								
		CLASSE DE CARGAS PERIGOSAS PERMITIDAS DE SEREM CARREGADAS						
		4.1	4.2	4.3	5.1	6.1	8	9
Nome do espaço de carga	Tipo de Espaço de Carga (Regra II-2/54.1.2)	Sólidos Inflamáveis	Sólidos Inflamáveis (Substâncias sujeitas à combustão	Sólidos Inflamáveis (substâncias que em contato com a água emitem gases inflamáveis)	Substâncias Oxidantes	Substâncias (toxicas) Venenosas	Corrosivos	Substâncias perigosas a granel

Preencher os espaços destinados a classe de produtos perigosos como: **P** indica PERMITIDO MERCADORIAS EMBALADAS
A indica AUTORIZADO MERCADORIAS EMBALADAS E A GRANEL
X indica NÃO PERMITIDO

Expedido no , em de de .

Vistoriador (nome e assinatura)

Documento de Conformidade
Requisitos Especiais para Navios que Transportam Cargas Perigosas
Anexo 2

ESPAÇOS PARA CARREGAMENTO DE PRODUTOS PERIGOSOS EXCETO PRODUTOS SÓLIDOS A GRANEL	CLASSES DE PRODUTOS PERIGOSOS PERMITIDOS DE SEREM CARREGADOS																				
	1.1 1.6	Explosivos (Divisões 1.1 – 1.6)																			
	1.4 S	Explosivos (Divisão 1.4, Compatibilidade "Grupo S"																			
	2.1	Gases Inflamáveis (liqüefeito, comprimido, dissolvido sob pressão)																			
	2.2	Gases não inflamáveis, não venenosos (comprimido, liqüefeito, dissolvido sob pressão)																			
	2.3	Gases Venenosos (comprimido, liqüefeito, dissolvido sob pressão)																			
	3.1 3.2	Líquidos Inflamáveis (Ponto de Fulgor menor do que 23° C)																			
	3.3	Líquidos inflamáveis (Ponto de Fulgor 23° C e acima)																			
	4.1	Sólidos Inflamáveis (sólido prontamento combustível e sólido que pode causar fogo por fricção)																			
	4.2	Sólidos Inflamáveis (substâncias sujeitas a combustão espontânea)																			
	4.3	Sólidos inflamáveis (substâncias que em contato com água emitem gases inflamáveis)																			
	5.1	Substâncias Oxidantes																			
	5.2	Peróxidos Oxidantes																			
	6.1	Líquidos Venenosos (Ponto de Fulgor menor do que 23° C)																			
	6.1	Líquidos Venenosos (Ponto de Fulgor 23° C e acima)																			
	6.1	Sólidos Venenosos																			
	8	Líquidos Corrosivos (Ponto de Fulgor menor do que 23°C)																			
	8	Líquidos Corrosivos (Ponto de Fulgor 23° C e acima)																			
	8	Sólidos Corrosivos																			
	Tipo de Espaço de Carga																				
	Nome do Espaço de Carga																				

Preencher os espaços destinados a classe de produtos perigosos como: **P** indica PERMITIDO MERCADORIAS EMBALADAS
A indica AUTORIZADO MERCADORIAS EMBALADAS E A GRANEL
X indica NÃO PERMITIDO

Certificate n° .

DOCUMENT OF COMPLIANCE

Special Requirements for Ships carrying Dangerous Goods

Issued in pursuance of the requirement of Regulation II-2/54.3 of the International Convention for the Safety of Life at Sea, 1974, as amended,
under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil

Particulars of ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Type of Ship	IMO Number

THIS IS TO CERTIFY:

1. that the construction and equipment of the above mentioned ship was found to comply with the provisions of Regulation 11-2/54 of the International Convention for the Safety of Life at Sea, 1974, as amended; and
2. That the ship is suitable for the carriage of those classes of dangerous goods as specified in the appendix hereto, subject to any provisions in the International Marine Dangerous Goods (IMDG) Code and the Code of Safe Practice for Solid Bulk Cargoes (BC Code) for individual substances also being complied with.

This certificate is valid until ...../...../2..... .

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 2..... .

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

NOTE: Carriage of dangerous goods as defined in Regulation Vl1/2 of SOLAS 1974, as amended, shall be in accordance with IMDG Code, BC Code, and supplemental requirements which may be imposed by the Administration

ENDORSEMENT FOR MANDATORY ANNUAL

THIS IS T0 CERTIFY that, at a survey the ship was found to comply with the relevant provisions of the Convention.

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....

Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....

Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....

Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....

Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

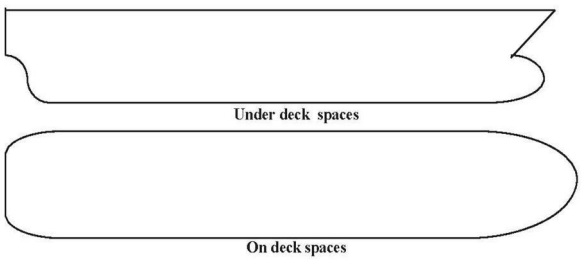
Document n° .

DOCUMENT OF COMPLIANCE.

Special Requirements for Ships carrying Dangerous Goods

Annex 1

Spaces to be indicated in the plans with numbers corresponding with the table below.



CARGO SPACES CARRYING SOLID DANGEROUS GOODS IN BULK								
Name of cargo space	Type of cargo space (Regulation II-2/54.1.2)	CLASSES OF DANGEROUS GOODS PERMITED TO BE CARRIED						
		4.1 Flammable Solids	4.2 Flammable Solids (substances liable to spontaneous	4.3 Flammable Solids (substances whith in contact with water emit	5.1 Oxidizing Substances	6.1 Poisonous (toxic) Substances	8 Corrosives	9 Miscellaneous Dangerous Substances

Fill the space provided for classes of dangerous goods permitted to be carried as: **P** indicates PACKAGE GOODS PERMITTED
A indicates PACKAGE and BULK GOODS ALLOWED
X indicates NOT ALLOWED

Document nº .

DOCUMENT OF COMPLIANCE.

Special Requirements for Ships carrying Dangerous Goods

Annex 2

CARGO SPACES CARRYING DANGEROUS GOODS EXCEPT SOLID DANGEROUS GOODS IN BULK	CLASSES OF DANGEROUS GOODS PERMITTED TO CARRIED																					
		1.1 1.6	Explosives (Division 1.1 – 1.6)																			
		1.4 S	Explosives (Division 1.4 Compatibility "Group S"																			
		2.1	Flammable Gases(compressed, liquefied, dissolved under pressure)																			
		2.2	Nom-flammable, nom-poisonous gases (compressed, liquefied, dissolved under pressure)																			
		2.3	Poisonous Gases (compressed, liquefied, dissolved under pressure)																			
		3.1 3.2	Flammable Liquids (Flashpoint below 23° C)																			
		3.3	Flammable Liquids (Flashpoint 23° C and above)																			
		4.1	Flammable Solids (readily combustible solids and solids which may cause fire through friction)																			
		4.2	Flammable Solids (substances liable to spontaneous combustion)																			
		4.3	Flammable Solids (substances with in contact with water emit flammable gases)																			
		5.1	Oxidizing Substances																			
		5.2	Oxidizing Peroxides																			
		6.1	Poisonous Liquids (Flashpoint below 23° C)																			
		6.1	Poisonous Liquids (Flashpoint 23° C and above)																			
		6.1	Poisonous Solids																			
		8	Corrosive Liquids (Flashpoint below 23° C)																			
		8	Corrosive Liquids (Flashpoint 23° C and above)																			
		8	Corrosive Solids																			
	Type of cargo space																					
	Name of cargo space																					

Fill the space provided for classes of dangerous goods permitted to be carried as:

P indicates PACKAGE GOODS PERMITTED
A indicates PACKAGE and BULK GOODS ALLOWED
X indicates NOT ALLOWED

Date of issue:..... _____ _____
Name and signature of authorized official

Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL

emitido sob as provisões Código Internacional para Construção e Equipamento de Navios Transportadores Produtos Químicos Perigosos (Resoluções MSC.4(48) e MEPC.19(22)) [1]

sob a autoridade do governo da Republica Federativa do Brasil

Nome do Navio	Indicativo de Chamada Número ou Letras	Porto de Registro	Tonelagem de Arqueação Bruta	Tipo de Navio (Parágrafo do Código 2.2.2)[2]

Data na qual a quilha foi batida ou no estágio similar de construção ou (no caso de navio convertido) data da conversão para navio químico foi começado: .....

O navio cumpre integralmente as seguintes emendas do Código: .....
.....

O navio está isento de cumprir as seguintes disposições do Código: .....
.....

CERTIFICA-SE:

1 .1 Que o navio foi vistoriado de acordo com as provisões da Seção 1.5 do Código.

.2 Que a vistoria mostrou que a construção e equipamento do navio cumpre com as provisões do Código.

2. Que o navio está provido com um manual para procedimentos e arranjos como requerido pela Regra 5,5A, e 8 do Anexo II da MARPOL 73/78, e que os arranjos e equipamentos do navio mencionados no manual estão em todos os aspectos satisfatórios e cumprem com os requisitos aplicáveis das normas mencionadas.

3. Que o navio é apropriado para transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todos as provisões do Código sejam observadas:

Produtos [3][4]	Condições de Transporte [5] (número dos tanques, etc.)
- Continua nas folhas anexas, assinadas e datadas. - Os tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques constante do Apêndice 2, devidamente datado e assinado.	

Selo ou carimbo da Sociedade Classificado

Continuação do Certificado nº .

4. Que de acordo com 1.4*/2.8.2* as provisões do Código estão modificados em relação ao navio da seguinte maneira:
.....
.....
.....

5. Que o navio dever ser carregado:

.1 de acordo com as condições de carregamento mencionadas no Manual de carregamento aprovado, carimbado e datado de ...../...../200....., pela Sociedade Classificadora ....., reconhecida pelo Governo Brasileiro .

.2 de acordo com as limitações de carregamento anexa a este Certificado.

Onde for requerido carregar o navio de modo diferente do estabelecido nas instruções acima, os cálculos necessários para justificar as condições de carregamento deverão ser encaminhados à Administração que deverá autorizar, por escrito, a adoção das novas condições de carregamento.

6. Este certificado permanecerá em vigor até ...../...../20....., sujeito a vistoria de acordo com o parágrafo 1.5 do Código.

Emitido em _____ Data _____
(local da emissão)

O abaixo assinado declara que ele é devidamente autorizado a emitir este certificado..

Carimbo ou estampa

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Notas:

(1) O Certificado só pode ser emitido para os navios da bandeira dos países que ratificaram o SOLAS 74 e o MARPOL 73/78.
(2) "Tipo de Navio". Qualquer entrada nesta coluna deve se relacionar a todas as recomendações, ex. uma entrada "Tipo 2" significa Tipo 2 em todos os aspectos do Código.
(3) Produtos: Os produtos listados no Capítulo 17 do Código, ou que foram avaliados pela Administração de acordo com 1.1.3 do Código, deverão ser listado. Com relação a produtos novos, qualquer requisito especial estabelecido provisoriamente deverá ser anotado.
(4) Produtos: A lista de produtos que o navio pode carregar deverá incluir as substâncias liquidas nocivas de categoria D que não são cobertos pelo Código e que devem ser identificados como "Capitulo 18 Categoria D".
(5) Condições de transporte: As limitações de transporte de substâncias de categorias B ou C conforme 16A-2 do Código, deverá também ser indicada.

Continuação do Certificado nº .

VISTORIAS PERIODICAS

CERTIFICA-SE que .pela vistoria requerida pelo parágrafo 1.6 do Código, este Navio foi encontrado cumprindo com as provisões do Código.

Vistoria Anual:
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria de Renovação
Loca!: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

* - Excluir como apropriado

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-17

Apêndice 1 do Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL

Continuação da Lista de produtos e suas condições de carregamento

Produtos [3][4]	Condições de Transporte [5][6] (número dos tanques, etc.)

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-17

Apêndice 2 do Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL

Plano de Tanques

Nome do Navio: .....
Indicativo Naval: .....

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-17

Certificate nº .

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK

Issued under the provisions of the International Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk (Resolutions MSC.4(48) and MEPC.19(22))

under the authority of the government of the Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry[1]	Gross tonnage	Type of Ship (Code paragraph 2.2.4)[2]

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or on which major conversion was commenced : .....

The ship complies fully with the following amendments to the Code: .....
.....

The ship is exempted from compliance with the following provisions of the Code: .....
.....

THIS IS TO CERTIFY:

1.1 That the ship has been surveyed in accordance with the provisions of Section 1.5 of the Code;

1.2 That the survey showed that the construction and equipment of the ship complied with relevant provisions of the code;

2. That the ship has been provided with a Manual in accordance with the standards for procedures and arrangements as called for by Regulation 5,5A, and 8 of Annex II of MARPOL 73/78, and that the arrangements and equipment of the ship prescribed in the Manual are in all respects satisfactory and comply with the applicable requirements of the said Standards.

3. That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided that all relevant operational provisions of the Code are observed:

Products [3][4]	Conditions of Carriage [5] (tank numbers, etc.)
- Continued on attachment 1, additional signed and dated sheets. - Tank numbers referred to in this list are identified on the attachment 2, signed and dated tank plan .	

Seal or stamp of the Classification Society

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-17

Continuation of Certificate nº .

4. That in accordance with 1.4* and 2.8.2*, the provisions of the Code are modified in respect of the ship in the following manner:
.....
.....
.....

5. That the ship must be loaded:

.1*in accordance with the loading conditions provided in the approved loading manual, stamped and dated .... and signed a dully authorized official recognized by the Administration.

.2* in accordance with the loading limitations appended to this Certificate.

6. This certificate is valid until ..... /...../ 200..... , subject to surveys in accordance with paragraph 1.5 of the Code.

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 20..... .

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Seal or stamp of the Clasification Society

Name and signature of authorized official

* Delete as applicable
Notes:

1. The Certificate can he issued only to ships entitled to fly to flags of States which are Parties to both SOLAS 74 and MARPOL 73/78.
2. "Ship Type". Any entry under this column must relate to all relevant recommendations, e. g. an entry "Type 2" should mean Type 2 in all respects prescribed by the Code.
3. Products: Products listed in Chapter 17 of the Code, or which have been evaluated by the Administration in accordance with 1.1.3 of the Code, should be listed. In respect of the latter "new" products, any special requirements provisionally prescribed should be noted.
4. Products: The list of products the ship is suitable to carry should include the noxious liquid substances of Category D which are not covered by the Code an should be identified as "Chapter 18 Category D".
5. Conditions of carriage". The limitations on the carriage of Category B or Category C substances under 16A.2 of the Code should also be indicated

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to certify that, at a survey required by section 1.5 of the International Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk, this ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual* / Intermediate* Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual* / Intermediate *Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Appendix 1 to Certificate n° .

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK
Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products [3][4]	Conditions of Carriage [5][6] (tank numbers, etc.)

Date: .....
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Appendix 2 to Certificate n° .

INTERNATIONAL CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK
Tank Plan (specimen)

Name of Ship:.....

Distinctive Number or Letters: .....

Date: .....
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Certificado n° .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL
emitido sob as provisões Código para Construção e Equipamento de Navios Transportadores Produtos Químicos Perigosos (Resoluções MSC.20(22) e MEPC. 9(53)[1]
sob a autoridade do governo da Republica Federativa do Brasil

Nome do Navio	Indicativo de Chamada Número ou Letras	Porto de Registro	Tonelagem de Arqueação Bruta	Tipo de Navio (Parágrafo do Código 2.2.4)[2]

Data na qual a quilha foi batida ou no estágio similar de construção ou (no caso de navio convertido) data da conversão para navio químico foi começado: .....

Data do contrato de construção: .....

CERTIFICA-SE:

1 .1 Que o navio foi vistoriado de acordo com as provisões da Seção 1.6 do Código.

.2 Que a vistoria mostrou que a construção e equipamento do navio

(a) cumpre com as provisões do Código, aplicáveis aos navios referidos em 1.7.2;
(b) cumpre com as provisões do Código, aplicáveis aos navios referidos em 1.7.3.

2. Que o navio está provido com um manual para procedimentos e arranjos como requerido pela Regra 5,5A, e 8 do Anexo II da MARPOL 73/78, e que os arranjos e equipamentos do navio mencionados no manual estão em todos os aspectos satisfatórios e cumprem com os requisitos aplicáveis das normas mencionadas.

3. Que o navio é apropriado para transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todos as provisões do Código sejam observadas:

Produtos [3][4]	Condições de Transporte [5][6] (número dos tanques, etc.)
- Continua nas folhas anexas, assinadas e datadas. - Os tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques constante do Apêndice 2, devidamente datado e assinado.	

Selo ou carimbo da Sociedade Classificado

Continuação do Certificado nº .

4. Que de acordo com 1.7.3*/2.2.5* as provisões do Código estão modificados em relação ao navio da seguinte maneira:.....
.....
.....

5. Que o navio dever ser carregado:

.1 de acordo com as condições de carregamento mencionadas no Manual de carregamento aprovado, carimbado e datado de ...../...../200....., pela Sociedade Classificadora ....., reconhecida pelo Governo Brasileiro .

.2 de acordo com as limitações de carregamento anexa a este Certificado.

Onde for requerido carregar o navio de modo diferente do estabelecido nas instruções acima, os cálculos necessários para justificar as condições de carregamento deverão ser encaminhados à Administração, que deverá autorizar, por escrito, a adoção das novas condições de carregamento.

6. Este certificado permanecerá em vigor até ...../...../20....., sujeito a vistoria de acordo com o parágrafo 1.6 do Código.

Emitido em _____ Data _____
(local da emissão)

O abaixo assinado declara que ele é devidamente autorizado a emitir este certificado..

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

- riscar como aplicável

Notas:
1. O Certificado só pode ser emitido para os navios da bandeira dos países que ratificaram o SOLAS 74 e o MARPOL 73/78.
2. "Tipo de Navio". Qualquer entrada nesta coluna deve se relacionar a todas as recomendações, ex. uma entrada "Tipo 2" significa Tipo 2 em todos os aspectos do Código.
3. Produtos: Os produtos listados no Capítulo VI do Código, ou que foram avaliados pela Administração de acordo com 1.8 do Código, deverão ser listado. Com relação a produtos novos qualquer requisito especial estabelecido provisoriamente deverá ser anotado.
4. Produtos: A lista de produtos que o navio pode carregar deverá incluir as substâncias liquidas nocivas de categoria D que não são cobertos pelo Código e que devem ser identificados como "Capitulo VII Categoria D".
5. Condições de transporte: As limitações de transporte de substâncias de categorias B ou C conforme 5A-2 do Código, deverá também ser indicada.
6. Condições de transporte: Se um certificado emitido para um navio modificado de acordo com as provisões da Regra 1(12) do Anexo II da MARPOL 73/78, o Certificado deverá indicar na parte superior da tabela de produtos e condições de transporte o seguinte: "Este navio está certificado para transportar somente produtos químicos perigosos poluentes".

Continuação do Certificado nº .

VISTORIAS PERIODICAS

CERTIFICA-SE que pela vistoria requerida pelo parágrafo 1.6 do Código, este Navio foi encontrado cumprindo com as provisões do Código.

Vistoria Anual:
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Intermediária*/Anual*
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria Anual
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
(Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora)

Vistoria de Renovação
Local: _____ _____ Data: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

* - Excluir como apropriado

Apêndice 1 do Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL

Continuação da Lista de produtos e suas condições de carregamento

Produtos [3][4]	Condições de Transporte [5][6] (número dos tanques, etc.)

Data: .....

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Apêndice 2 do Certificado nº .

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS A GRANEL

Plano de Tanques

Nome do Navio: .....
Indicativo Naval: .....

Data: .....

_____
Pessoa autorizada (nome e Assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificate n° .

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK

Issued under the provisions of the Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk (Resolutions MSC.20(22) and MEPC.9(53))(1)

under the authority of the government of the Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Gross tonnage	Type of Ship (Code paragraph 2.2.4)(2)

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or on which major conversion was commenced :

.....

Date of building contract: .....

THIS IS TO CERTIFY:

1.1 That the ship has been surveyed in accordance with the provisions of Section 1.6 of the Code;

1.2 That the survey showed that the construction and equipment of the ship:

*(a)complied with the relevant provisions of the Code applicable to ships referred to in 1.7.2;

*(b)complied with the provisions of the Code applicable to ship referred to in 1.7.3.

2. That the ship has been provided with a Manual in accordance with the standards for procedures and arrangements as called for by Regulation 5,5A, and 8 of Annex II of MARPOL 73/78, and that the arrangements and equipment of the ship prescribed in the Manual are in all respects satisfactory and comply with the applicable requirements of the said Standards.

3. That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided that all relevant operational provisions of the Code are observed:

Products (3)(4)	Conditions of Carriage (5)(6) (tank numbers, etc.)
- Continued on attachment 1, additional signed and dated sheets. - Tank numbers referred to in this list are identified on the attachment 2, signed and dated tank plan .	

.* Delete as applicable

Seal or stamp of the Classification Society

Continuation of Certificate n° .

4. That in accordance with 1.7.3* and 2.2.5*, the provisions of the Code are modified in respect of the ship in the following manner:
.....
.....
.....

5. That the ship must be loaded:

*in accordance with the loading conditions provided in the approved loading manual, stamped and dated .... and signed by a dully authorized official recognized by the Administration.

* in accordance with the loading limitations appended to this Certificate.

6. This certificate is valid until ..... /...../ 200..... , subject to surveys in accordance with paragraph 1.6 of the Code.

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 20..... .

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Seal or stamp of the Clasification Society

Name and signature of authorized official

Notes:
1. The Certificate can he issued only to ships entitled to fly to flags of States which are Parties to both SOLAS 74 and MARPOL 73/78.
2. "Ship Type". Any entry under this column must relate to all relevant recommendations, e. g. an entry "Type 2" should mean Type 2 in all respects prescribed by the Code. This column would not usually apply in the case of an existing ship and in such a case should be noted "See paragraph1(2)(b)";
3. Products: Products listed in Chapter VI of the Code, or which have been evaluated by the Administration in accordance with 1.8 of the Code, should be listed. In respect of the latter "new" products, any special requirements provisionally prescribed should be noted.
4. Products: The list of products the ship is suitable to carry should include the noxious liquid substances of Category D which are not covered by the Code an should be identified as "Chapter VI Category D".
5. Conditions of carriage". The limitations on the carriage of Category B or Category C substances under 5A.2 of the Code should also be indicated
6. Conditions of carriage: If a Certificate is issued to a ship which is modified in accordance with the provision of Regulation 1(12) of Annex II to MARPOL 73/78, the Certificate should indicate in the top of the table of products and conditions of carriage the following statement: "This ship is certificate to carry only pollution hazard chemicals".

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to certify that, at a survey required by section 1.6 of the Code for the Construction and Equipment of Ships Carrying Dangerous Chemicals in Bulk, this ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual / Intermediate Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual / Intermediate *Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Appendix 1 to Certificate n° .

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK

Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products (3)(4)	Conditions of Carriage (5)(6) (tank numbers, etc.)

Date: .....

Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Appendix 2 to Certificate n° .

CERTIFICATE OF FITNESS FOR THE CARRIAGE OF DANGEROUS CHEMICALS IN BULK
Tank Plan (specimen)

Name of Ship:.....

Distinctive Number or Letters: .....

Date: .....

_____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Certificado n° .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA NAVIOS DE APOIO MARÍTIMO
emitido sob as provisões das Recomendações para o Transporte e Manuseio de Substâncias Líquidas Nocivas e Perigosas a Granel em Navios de Apoio Marítimo
sob a autoridade do governo da Republica Federativa do Brasil

Nome do Navio	Indicativo do Navio	Porto de Registro	Número IMO	Arqueação Bruta	Deslocamento

Data na qual a quilha foi batida ou no estágio similar de construção ou (no caso de navio convertido) data da conversão para transporte a granel de líquidos sujeitos as Recomendações foi começado: .....
O navio cumpre integralmente as seguintes emendas das Recomendações: .....
.....
O navio está isento de cumprir as seguintes disposições das Recomendações: .....
.....

CERTIFICA-SE:

1 .1 Que o navio foi vistoriado de acordo com as provisões do item 1.5 das Recomendações.

.2 Que a vistoria mostrou que a construção e equipamento do navio

*.2.1 cumpre com as provisões das Recomendações, aplicáveis aos navios novos;
*.2.1 cumpre com as provisões das Recomendações, aplicáveis aos navios existentes.

2. Que o navio está provido com um manual para procedimentos e arranjos como requerido pela Regra 5,5A, e 8 do Anexo II da MARPOL 73/78, e que os arranjos e equipamentos do navio mencionados no manual estão em todos os aspectos satisfatórios e cumprem com os requisitos aplicáveis das Recomendações mencionadas.

3. Que o navio é apropriado para transporte a granel dos seguintes produtos, desde que todos as provisões das Recomendações sejam observadas:

Produtos [1][2]	Condições de Transporte (número dos tanques, etc.)
- Continua nas folhas anexas, assinadas e datadas do Apêndice 1. - Os tanques referidos nesta lista estão identificados no Plano de Tanques constante do Apêndice 2, devidamente datado e assinado.	

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

4. Que de acordo com 1.4* das Recomendações e 2.8.2* do Código IBC, as provisões das Recomendações estão modificados em relação ao navio da seguinte maneira:
.....
.....

5. Que o navio dever ser carregado:

*.1 de acordo com as condições de carregamento mencionadas no Manual de carregamento aprovado, carimbado e datado de ...../...../200....., pela Sociedade Classificadora ....., reconhecida pelo Governo Brasileiro .

*.2 de acordo com as limitações de carregamento anexa a este Certificado.

Onde for requerido carregar o navio de modo diferente do estabelecido nas instruções acima, os cálculos necessários para justificar as condições de carregamento deverão ser encaminhados à Administração, que deverá autorizar, por escrito, a adoção das novas condições de carregamento.**

6. Este certificado permanecerá em vigor até ...../...../20....., sujeito a vistoria de acordo com o parágrafo 1.5 das Recomendações.

Este certificado é válido até _____

Emitido _____
(local da emissão do certificado)

Expedido em ..... / ..... / 200..... .

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

END0SSO DAS VISTORIAS ANUAIS E INTERMEDIÁRIAS

CERTIFICA-SE que, na vistoria requerida pela pelo item 1.5 das Recomendações para o Transporte e Manuseio de Substâncias Líquidas Nocivas e Perigosas a Granel em Navios de Apoio Marítimo, o navio foi encontrado cumprindo com as relevantes provisões das Recomendações.

Vistoria Anual: Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
(selo ou carimbo da S.C.) Data _____

Vistoria Anual/Intermediária* : Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
(selo ou carimbo da S.C.) Data _____

Vistoria Anual: Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
(selo ou carimbo da S.C.) Data _____

Vistoria Anual/Intermediária* : Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local _____
(selo ou carimbo da S.C.) Data _____

* Excluir como apropriado

Apêndice 1 do Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA NAVIOS DE APOIO MARÍTIMO

Continuação da Lista de produtos e suas condições de carregamento

Produtos	Condições de Transporte (número dos tanques, etc.)

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Apêndice 2 do Certificado nº .

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA NAVIOS DE APOIO MARÍTIMO

Plano de Tanques

Nome do Navio: .....
Indicativo Naval: .....

Data: .....

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Certificate nº .

CERTIFICATE OF COMPLIANCE FOR OFFSHORE SUPPLY VESSELS

issued under the provisions of the Guidelines for the Transport and Handling of Limited Amounts of Hazardous and Noxious Liquid Substances in Bulk on Offshore Supply Vessels

under the authority of the government of Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of registry	IMO number	Gross tonnage	Deadweight

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or (in case of the converted vessel) date on which conversion for the carriage of bulk liquids subject to these Guidelines was commenced : .....

The ship also complies fully with the following amendments to the Guidelines: .....
.....

The ship is exempted from compliance with the following amendments to the Guidelines: .....
.....

THIS IS TO CERTIFY:

1.1 That the ship has been surveyed in accordance with the provisions of Section 1.5 of the Guidelines;

1.2 That the survey showed that the construction and equipment of the ship:

*.2.1complied with the relevant provisions of the Guidelines applicable to "new" vessels;

*2.2 complied with the provisions of the Guidelines in respect of "existing" vessels

2. That the ship has been provided with a Manual in accordance with the standards for procedures and arrangements as called for by Regulation 5,5A, and 8 of Annex II of MARPOL 73/78, and that the arrangements and equipment of the ship prescribed in the Manual are in all respects satisfactory and comply with the applicable requirements of the said Standards.

3. That the ship is suitable for the carriage in bulk of the following products, provided that all relevant operational provisions of the Code are observed:

Products (1)(2)	Conditions of Carriage (tank numbers, etc.)
- Continued on attachment 1, additional signed and dated sheets. - Tank numbers referred to in this list are identified on the attachment 2, signed and dated tank plan .	

Seal or stamp of the Classification Society

* Delete as applicable

Continuation of Certificate nº .

4. That in accordance with 1.4* of the guideline and 2.8.2* of the IBC Code, the provisions of the Guidelines and the Code are modified in respect of the ship in the following manner:
.....
.....
.....

5. That the ship must be loaded:

*1in accordance with the loading conditions provided in the approved loading manual, stamped and dated .... and signed by a dully authorized official recognized by the Administration.

*2 in accordance with the loading limitations appended to this Certificate.

Where it is required to load the ship other than in accordance with the above instruction, then the necessary calculations to justify the proposed loading conditions should be communicated to the certifying Administration who may authorize in writing the adoption of the proposed loading condition.

6. This certificate is valid until ..... /...../ 200..... , subject to surveys in accordance with paragraph 1.6 of the Code.

Issued at .....
(place of issued of Certificate)

Date of issued: ..... / ..... / 20..... .

The undersigned declares that he is duly authorized to issue this Certificate.

Seal or stamp of the Clasification Society

Name and signature of authorized official

Notes:

1. Products: Products listed in appendix 1to the Guidelines, or which have been evaluated by the Administration in accordance with 1.2.4 of the Guidelines, should be listed. In respect of the latter "new" products, any special requirements provisionally prescribed should be noted.
4. Products: The list of products the ship is suitable to carry should include the noxious liquid substances of Category D which are not covered by the Guidelines and should be identified as "IBC Code chapter 18 category D".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-19

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to certify that, at a survey required by section 1.5 of the Guidelines for the Transport and Handling of Limited Amounts of Hazardous and Noxious Liquid Substances in Bulk on Offshore Supply Vessels, this ship was found to comply with the relevant provisions of the Code.

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual / Intermediate Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official

(seal or stamp of the C.S.)

Annual / Intermediate *Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official
(seal or stamp of the C.S.)

Annual Survey

Place: ..... Date of issued:.....
Name and signature of authorized official
(seal or stamp of the C.S.)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-19

Appendix 1 to Certificate n° .

CERTIFICATE OF COMPLIANCE FOR OFFSHORE SUPPLY VESSELS
Continuation of the List of Products and Conditions of Carriage

Products	Conditions of Carriage (tank numbers, etc.)

Date: .....
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

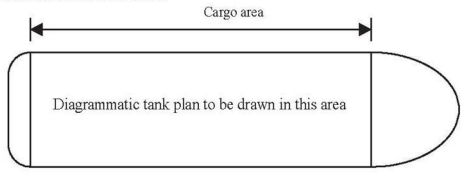
Anexo 4-A
Apêndice 4-A-19

Appendix 2 to Certificate n° .

CERTIFICATE OF COMPLIANCE FOR OFFSHORE SUPPLY VESSELS
Tank Plan

Name of Ship:.....

Distinctive Number or Letters: .....



Date: .....
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-20

Documento n° .

DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO

Aprovação de Plano para Carregamento de Grãos a Granel
Emitido sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil

Nome do Navio	Tipo de Navio	Porto de Registro	Número IMO
Local da Emissão:			**Arqueação Bruta**
Data da Emissão:			
Aprovado de acordo com SOLAS 1974, e o Código Internacional para o Transporte Seguro de Grãos a Granel, adotada pela Resolução MSC .23(59)			
Desenhos, Documentos ou número e descrição dos Planos.			
(condições da aprovação)			

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 200.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-20

Document nº .

DOCUMENT OF AUTHORIZATION
Approval of Ship's Plans for the Carriage of Bulk Grain
Issued under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil

Name of Ship	Type of Ship	Port of Registry	IMO Number
Place of Issue:			Gross Tonnage
Date of Issue:			
Approved pursuant to SOLAS 1974, to International Code for the Safe Carriage of Grain in Bulk, adopted by Resolution MSC .23(59)			
Drawing, Documents or Plan Number and Description			
(conditions of approval)			

Issued at ______________________
(place of issue of document)
Date of issue ______________

Seal or stamp of the Classification Society

____
Name and signature of authorized official

- 4 – A – 2 - NORMAM-06/DPC

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-21

ENDOSSO PARA AS VISTORIAS ANUAIS E PERIÓDICAS RELATIVA A ESTRUTURA, MAQUINA E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO PARAGRAFO 2.1 DESTE CERTIFICADO

CERTIFICA-SE que, numa vistoria requerida pela Regra I/10 da Convenção, o navio encontra6va-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL/INTERMEDIÁRIA (3)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL/INTERMEDIÁRIA (3)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL / INTERMEDIÀRIA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que em uma vistoria anual/intermediária (3), de acordo com as regras I/10 e I/14 (h) (iii) da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

ENDOSSO PARA INSPEÇÕES DA PARTE EXTERNA DO FUNDO (5)

Certifica-se que, em inspeção requirida pela regra I/10 da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Primeira Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

Segunda Inspeção

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

ENDOSSO PARA VISTORIA ANUAL E PERIÓDICA DOS EQUIPAMENTOS DE SALVA-VIDAS E OUTROS EQUIPAMENTOS REFERENTES AOS PARAGRAFOS 2.3, 2.4, 2.5, 2.8 E 2.9 DESTE CERTIFICADO.

Certifica-se que, em inspeção requirida pela regra I/8 da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

-4-A-2- NORMAM-06/DPC

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-21

CERTIFICADO DE SEGURANÇA PARA NAVIOS DE CARGA
Emitido sob as disposições da Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, de acordo com o previsto na Resolução A.883 (21) relativa à implementação do Sistema Harmonizado Global de Vistorias e Certificações, sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela
....

Este Certificado deve ser suplementado por um Registro de Equipamento (Form C)

Caracteristicas do Navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de registro	Arqueação bruta

Porte Bruto do navio (toneladas métricas) (1)	Comprimento do navio (regra III/3.12)	Áreas marítimas para as quais está certificado para operar (regra IV/2)	Número IMO (2)

Tipo do navio (3): Graneleiro, Petroleiro / Químico / Gases liquefeitos a granel / Navio de carga que não os anteriores

Data da Construção: (Todas as datas aplicáveis, deverão ser preenchidas)

Data do contrato de construção:	Data da entrega:
Data em que a quilha foi batida ou o navio estava em um estágio similar de construção	
Data em que se iniciaram os trabalhos de conversão ou uma alteração ou modificação de vulto	

Certifica-se:

1. Que o navio foi vistoriado e satisfaz os requisitos das regras I/8, I/9 and I/10 da Convenção.
2. Que a vistoria mostrou que:
   2.1 a condição da estrutura, máquina e equipamento, como definida na regra I/10, estava satisfatória, e o navio cumpre com os requisitos relevantes dos capítulos II -1 e II-2 da Convenção (outros que não relacionados aos dispositivos e sistemas de combate a incêndio, equipamentos e plano de combate a incêndio);
   2.2 as duas ultimas inspeções realizadas na parte externa do fundo foram .... e ....; (datas)
   2.3 o navio satisfaz as disposições da Convenção relativas a sistemas e equipamentos de segurança contra incêdio e aos planos de combate a incêndio;
   2.4 os equipamentos salva-vidas e os aparelhos das embarcações salva-vidas, balsas salva-vidas e embarcações de salvamento satisfazem as disposições da Convenção;
   2.5 o navio está dotado de um aparelho lança-retinidas e de instalações rádio usadas em equipamentos salva-vidas, de acordo com as disposições da Convenção;
   2.6 o navio satisfaz os requisitos da Convenção no que diz respeito as instalações de rádio;
   2.7 o funcionamento das instalações de rádio, usadas nos equipamentos salva-vida, estão de acordo com os requisitos da Convenção;
   2.8 o navio satisfaz os requisitos da Convenção relativas a equipamentos de navegação de bordo, meios de embarque para os práticos e publicações náuticas;
   2.9 o navio está dotado de luzes e marcas de navegação, de meios para emitir sinais sonoros e de socorro, de acordo com as disposições da Convençaõ e do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar em vigor;
   2.10 em todos os aspectos, o navio cumpriu com os requisitos relevantes da Convenção;
   2.11 o navio estava / não estava (3) sujeito a um projeto e a arranjos alternativos de acordo com a Regra II-2/17 da Convenção; e
   2.12 um Documento de aprovação do projeto e de arranjos alternativos para a segurança contra incêndio está / não está (3) apenso a este Certificado.
3. Que o navio opera de acordo com a regra III / 26.1.1.1 dentro dos limites da área de navegação: ....
4. Que um Certificado de Isenção foi / não (3) foi expedido.

Este Certificado é válido até ....(4) sujeito as vistorias anuais, intermediárias e periódicas e inspeções da parte externa do fundo de acordo com as regras I/8, I/9 e I/10 da Convenção.

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado: de de .

Expedido em.., em ....de ....de ....
(local) (data)

Selo ou carrimbo da Sociedade Classificadora

....
Pessoa Autorizada (nome e assinatura)

(1) Apenas para Petroleiros, Navios Quimicos e Gaseiros.
(2) De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.
(3) Riscar como apropriado.
(4) Colocar a data de expiração, como especificado pela Administração, de acordo com a regra I/14 (a) da Convenção. O dia e o mês devem corresponder a data do aniversário de acordo com a regra I/2 (n) da Convenção, exceto se alterada de acordo com a regra I/14 (h).
(5) Podem ser previstas inspeções adicionais.

-4-A-1- NORMAM-06/DPC

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-21

VISTORIA ANUAL/PERIÓDICA (3)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL/PERIÓDICA (3)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA ANUAL E PERIÓDICA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que em uma vistoria anual/periódica (3), de acordo com as regras I/8 e I/14 (h) (iii) da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

ENDOSSO PARA AS VISTORIAS PERIÓDICAS DAS INSTALAÇÕES DE RÁDIO CITADAS NOS PARAGRAFOS 2.6 E 2.7 DESTE CERTIFICADO

Certifica-se que, em inspeção requirida pela regra I/9 da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

VISTORIA PERIÓDICA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: ______________________
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: ______________________
Data: ______________________

-4-A-3- NORMAM-06/DPC

VISTORIA PERIÓDICA DE ACORDO COM A REGRA I/14 (h) (iii)

Certifica-se que, numa vistoria periódica de acordo com as regras I/9 e I/14 (h) (iii) da Convenção, este navio encontrava-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA I/14 (c) FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (c) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA I/14 (d) FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (d) da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA I/14 (e) OU I/14 (f).

Este Certificado será, de acordo com a regra I/14 (e) / I/14 (f) [3] da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA A DATA DE ANIVERSÁRIO ANTECIPADA QUANDO A REGRA I/14 (h) FOI APLICADA.

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

De acordo com a regra I/14 (h) da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

Endorsement for annual and intermediate surveys relating to structure, machinery and equipment *referred to in paragraph 2.1 of this certificate*

THIS IS TO CERTIFY that, at survey required by regulation I/10 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

ANNUAL SURVEY

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ANNUAL / INTERMEDIATE SURVEY [3]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL / INTERMEDIATE SURVEY [3]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

Annual / intermediate survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)

THIS IS TO CERTIFY that, at the annual/intermediate [3] survey in accordance with regulations I/10 and I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed:.....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Endorsement for inspections of the outside of the ship's bottom [9]

THIS IS TO CERTIFY that, at inspection required by regulation I/10 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

FIRST INSPECTION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

SECOND INSPECTION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date:.....

CARGO SHIP SAFETY CERTIFICATE

Issued under the provisions of the INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, 1974, in accordance with Assembly resolution A.883 (21) relating to the global implementation of the harmonized system of survey and certification, under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by

.....
This Certificate shall be supplemented by a Record of Equipment (Form C)

Particulars of Ship:

Name of ship	Distinctive number or letters	Port of register	Gross Tonnage
Deadweight of ship (metric tons) [1]	**Length of ship (regulation III/3.12)**	**Sea areas in which ship is certified to operate (regulation IV/2)**	**IMO-number [2]**

Type of Ship : [3] Oil tanker Chemical tanker Gas carrier Cargo ship other than any of the above

Date of Build: (All applicable dates shall be completed)

Date of building contract:	Date of delivery:
Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction:	
Date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced	

This is to certify:

1. That the ship has been surveyed in accordance with the requirements of regulation I/8, I/9 and I/10 of the Convention.
2. That the survey showed that:

2.1 the condition of structure, machinery and equipment as defined in regulation I/10 was satisfactory and the ship complied with the relevant requirements of chapter II-1 and chapter II-2 of the Convention (other than those relating to fire safety systems and appliances and fire control plans);

2.2e last two inspections of the outside of the ship's bottom took place on .....and.....; (date)

2.3 the ship complied with the requirements of the Convention as regards fire safety systems and appliances and fire control plans;

2.4 the life-saving appliances and the equipment of the lifeboats, liferafts and rescue boats were provided in accordance with the requirements of the Convention;

2.5 the ship was provided with a line-throwing appliance and radio installations used in life-saving appliances in accordance with the requirements of the Convention;

2.6 the ship complied with the requirements of the Convention as regards radio installations;

2.7 the functioning of the radio installation used in life-saving appliances complied with the requirements of the Convention;

2.8 the ship complied with the requirements of the Convention as regards shipborne navigational equipment, means of embarkation for pilots and nautical publications;

2.9 the ship was provided with lights, shapes, means of making sound signals and distress signals in accordance with the requirements of the Convention and the International Regulations for Preventing Collisions at sea in force;

2.10 in all other respects, the ship complied with the relevant requirements of the Convention

2.11 The ship was / was not [3] subjected to na alternative design and arrangements in pursuance of regulation II-2/17 of the Convention; and

2.12 a document of approval of alternative design and arrangements for fire safety is / is not [3] appended to this Certificate.

3. That the ship operates in accordance with regulation III/26.1.1.1 within the limits of the trade area.....
4. That an Exemption Certificate has / has not [3] been issued.

This Certificate is valid until .....[4] subject to the annual, intermediate and periodical surveys and inspections of out side of the ship's bottom in accordance with regulations I/8, I/9 and I/10 of the Convention.

Completion date of the survey on which this Certificate is based: .....of .....of ..... .

Issued at . .....

Date of issue: .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

.....
Name Signature of authorized official

[1] For oil tankers, Chemical Tankers and gas carriers only
[2] In accordance witch resolution A. 600 (15) – IMO ship identification number scheme, this information may be inclued voluntarily
[3] Delete as appropriate.
[4] Insert the date of expiry as specified by the administration in accordance with regulation I/14 (a) of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in regulation I/2 (n) of the Convention, unless amended in accordance with regulation I/14 (h).
[5] Provision may be made for additional inspections.

Endorsement for annual and periodical surveys relating to life-saving appliances and other equipment referred to in paragraphs 2.3, 2.4, 2.5, 2.8 and 2.9 of this certificate

THIS IS TO CERTIFY that, at a survey required by regulation I/8 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention.

ANNUAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL/PERIODICAL SURVEY: [3]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL/PERIODICAL SURVEY: [3]

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ANNUAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Annual / periodical survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)

THIS IS TO CERTIFY that, at the annual/periodical [3] survey in accordance with regulation I/8 and I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Endorsement for periodical surveys relating to radio installations referred to in paragraph 2.6 and 2.7 of this certificate

THIS IS TO CERTIFY that, at a survey required by regulation I/9 of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

PERIODICAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

PERIODICAL SURVEY:

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Periodical survey in accordance with regulation I/14 (h) (iii)

THIS IS TO CERTIFY that, at a periodical survey in accordance with regulation I/9 and I/14 (h) (iii) of the Convention, the ship was found to comply with the relevant requirements of the Convention

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation I/14 (c) applies.

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14 (c) of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and I/14 (d) applies.

The ship complies with the relevant requirements of the Convention, and this certificate shall, in accordance with regulation I/14(d) of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or for a period of grace where regulation I/14 (e) or I/14 (f) applies

This certificate shall, in accordance with regulation I/14(e) / I/14(f) (3) of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation I/14 (h) applies.

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with regulation I/14 (h) of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

REGISTRO DOS EQUIPAMENTOS DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA PARA NAVIO DE CARGA (Fomulário C)

Registro dos Equipamentos para atendimento à Convenção Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, SOLAS 1974, de acordo com o previsto na Resolução A.883 (21) relativa à implementação do Sistema Harmonizado Global de Vistorias e Certificações.

Este Registro deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de Segurança para Navio de Carga

1. Caracteristicas do Navio

Nome do navio	Indicativo de Chamada	Número mínimo de pessoas com as qualificações necessárias para operar a instalação de rádio

2. Detalhes dos equipamentos de salvatagem

1	Número total de pessoas para o qual os meios de salvatagem são suficientes		
		Bombordo	Boreste
2	Número total de Baleeiras		
2.1	Número total de pessoas que elas podem acomodar		
2.2	Número de baleeiras totalmente fechadas (regra III/31 e seção 4.6 do LSA)		
2.3	N.º de bal. com sist. autônomo de ar comp. (regra III/31 e seção 4.8 do LSA)		
2.4	Número de baleeiras à prova de fogo (regra III/31 e seção 4.9 do LSA)		
2.5	Outras baleeiras		
2.5.1	Número		
2.5.2	Tipo		
2.6	Número de baleeiras lançadas por queda livre		
2.6.1	Totalmente fechadas (regra III/31 e seção 4.7 do LSA)		
2.6.2	Sistema autônomo (regra III/31 e seção 4.8 do LSA)		
2.6.3	À prova de fogo (regra III/31 e seção 4.9 do LSA)		
3	Número de baleeiras a motor (inclusive aquelas indicadas acima)		
3.1	Número de baleeiras com holofote de busca		
4	Número de botes de resgate		
4.1	Número de botes de resgate os quais estão incluídos no total de baleeiras acima		
5	Balsas salva-vidas		
5.1	Aquelas para as quais dispositivos de lançamento são requeridos		
5.1.1	Número de balsas salva-vidas		
5.1.2	Número de pessoas que elas podem acomodar		
5.2	Aquelas para as quais o dispositivo de lançamento não é requerido		
5.2.1	Número de balsas salva-vidas		
5.2.2	Número de pessoas que elas podem acomodar		
5.3	Número de balsas requeridas pela regra III/31.1.4		
6	Número de bóias salva-vidas		
7	Número de coletes salva-vidas		
8	Roupas de Imersão		
8.1	Número total		
8.2	Número de roupas cumprindo os requisitos de colete salva-vidas		
9	Equipamentos de rádio usados na salvatagem		
9.1	Número de dispositivos de localização para busca e salvamento		
9.1.1	Transpondedor radar para busca e salvamento (SART)		
9.1.2	Transmissores AIS para busca e salvamento (AIS-SART)		
9.2	Número de equipamentos VHF		

3. Detalhes dos equipamentos da instalação de rádio

	Item	Provisão atual
1	Sistemas Primários	
1.1	Instalação de VHF	
1.1.1	Conversor DSC	
1.1.2	Receptor de escuta DSC	
1.1.3	Radiotelefonia	
1.2	Instalação de MF	
1.2.1	Conversor DSC	
1.2.2	Receptor de escuta DSC	
1.2.3	Radiotelefonia	
1.3	Instalação de MF/HF	
1.3.1	Conversor DSC	
1.3.2	Receptor de escuta DSC	
1.3.3	Radiotelefonia	
1.3.4	Radiotelegrafia por impressão direta	
1.4	Estação INMARSAT	
2	Meios Secundários de Alerta	
3	Facilidades para recepção das informações de segurança marítima	
3.1	Receptor NAVTEX	
3.2	Receptor EGC	
3.3	Receptor radiotelegráfico em HF com impressora	
4	EPIRB via satélite	
4.1	COSPAS/SARSAT	
4.2	INMARSAT	
5	VHF EPIRB	
6	Número de dispositivos de localização para busca e salvamento	
6.1	Transpondedor radar para busca e salvamento (SART)	
6.2	Transmissores AIS para busca e salvamento (AIS-SART)	
7	Receptor na freqüência de socorro em 2.182 kHz (1)	
8	Dispositivo gerador do sinal de alarme em radiotelefonia na frequência de 2.182 kHz (2)	

4. Métodos usados par assegurar a disponibilidade operativa das facilidades de rádio (regras IV 15.6 and 15.7)

4.1	Duplicação do equipamento	
4.2	Manutenção baseada em terra	
4.3	Capacidade de manutenção no mar	

(1) A menos que outra data seja determinada pelo Comitê de Segurança Marítima, este item não precisa ser respondido no registro Anexo ao certificado emitido após 1 de fevereiro de 1999.
(2) Este item não necessita ser reproduzido no Registro anexo aos Certificados emitidos após 1 de fevereiro de 1999.
(3) São permitidos, pela regra V/19, meios alternativos destes dispositivos. Nestes casos, estes meios alternativos deverão ser especificados.
(4) Retirar como apropriado

5. Detalhes dos Sistemas e Equipamentos de Navegação

	Provisão atual
1.1 Agulha magnética padrão (3)	
1.2 Agulha magnética sobressalente (3)	
1.3 Agulha giroscópica (3)	
1.4 Repetidora da Agulha Giroscópica para rumo (3)	
1.5 Repetidora da Agulha Giroscópica para marcação (3)	
1.6 Sistema de controle de rumo ou rota (3)	
1.7 Peloro (3)	
1.8 Meios de correção para rumo e rota	
1.9 Dispositivo de transmissão do rumo (3)	
2.1 Cartas náuticas/vídeo para cartas eletrônicas e sistemas de informação (ECDIS) (4)	
2.2 Cópia dos arranjos para ECDIS	
2.3 Publicações náuticas	
2.4 Cópia dos arranjos para publicações náuticas eletrônicas	
3.1 Receptor para um Sistema Global de Navegação por Satélite/Sistema Radionavegador Terrestre (3) (4)	
3.2 Radar de 9 GHz (3)	
3.3 Segundo Radar (3GHz / 9 GHz (4)) (3)	
3.4 Dispositivo automático de plotagem radar (ARPA) (3)	
3.5 Dispositivo automático de rota (3)	
3.6 Segundo dispositivo automático de rota (3)	
3.7 Dispositivo eletrônico de plotagem (3)	
4.1 Sistema automático de identificação (AIS)	
4.2 Sistema de identificação e acompanhamento a longa distancia (LRIT)	
5.1 Registrador de dados de viagem (VDR)	
5.2 Registrador simplificado de dados de viagem (S-VDR)	
6.1 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação à água) (3)	
6.2 Dispositivo para indicar velocidade e distancia (em relação ao fundo nas direções à vante e través) (3)	
7 Ecobatímetro (3)	
8.1 Indicador do leme, hélice, propulsão, passo e modo operacional (3)	
8.2 Indicador de velocidade de giro (3)	
9. Sistema receptor sonoro (3)	
10. Telefone de emergência no posto de governo (3)	
11. Lâmpada para sinalização diurna (3)	
12. Refletor radar (3)	
13. Código internacional de sinais	
14 Manual IAMSAR, Volume III	

Certifica-se que este registro está correto em todos os aspectos.
Emitido em .....
(local da emissão)
Data da emissão.....de.....de..... .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

RECORD OF EQUIPMENT FOR CARGO SHIP SAFETY CERTIFCATE (Form C)

RECORD OF EQUIPMENT FOR COMPLIANCE WITH THE INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SAFETY OF LIFE AT SEA, in accordance with Assembly resolution A.883 (21) relating to the global implementation of the harmonized system of survey and certification.

This Record shall be permanently attached to the Cargo Ship Safety Certificate

1. Particulars of ship

Name of ship	Distinctive number or letters	Minimum number of persons with required qualifications to operate the radio installations

2. Details of life-saving appliances

1	Total number of persons for which life-saving appliances are provided	----------	
		Port side	Starboard side
2	Total number of lifeboats		
2.1	Total number of persons accommodated by them		
2.2	Number of totally enclosed lifeboats (reg. III/31 and LSA, section 4.6)		
2.3	Nº of lif. with a self-cont. air sup. system (reg. III/31 and LSA, sec.4.8)		
2.4	Number of fire-protected lifeboats (regulation III/31 and LSA, sec.4.9)		
2.5	Other lifeboats		
2.5.1	Number		
2.5.2	Type		
2.6	Number of freefall lifeboats		
2.6.1	Totally enclosed (regulation III/31 and LSA, section 4.7)		
2.6.2	Self-contained (regulation III/31 and LSA, section 4.8)		
2.6.3	Fire-protected (regulation III/31 and LSA, section 4.9)		
3	Number of motor lifeboats (included in the total lifeboats shown above)		
3.1	Number of lifeboats fitted with searchlights		
4	Number of rescue boats		
4.1	Number of boats which are included in the total lifeboats show above		
5	Liferafts		
5.1	Those for which approved launching appliances are required		
5.1.1	Number of liferafts		
5.1.2	Number of persons accommodated by them		
5.2	Those for which approved launching appliances are not required		
5.2.1	Number of liferafts		
5.2.2	Number of persons accommodated by them		
5.3	Number of liferafts required by regulation III/31.1.4		
6	Number of lifebuoys		
7	Number of lifejackets		
8	Immersion suits		
8.1	Total number		
8.2	Number of suits complying with the requirements for lifejackets		
9	Radio installations used in life-saving appliances		
9.1	Number of search and rescue locating devices		
9.1.1	Radar search and rescue transponder (SART)		
9.1.2	AIS search and rescue transmitters (AIS-SART)		
9.2	Number of two-way VHF radiotelephone apparatus		

3. Details of radio facilities

	Item	Actual provision
1	Primary systems	
1.1	VHF radio installation	
1.1.1	DSC encoder	
1.1.2	DSC watch receiver	
1.1.3	Radiotelephony	
1.2	MF radio installation	
1.2.1	DSC encoder	
1.2.2	DSC watch receiver	
1.2.3	Radiotelephony	
1.3	MF/HF radio installation	
1.3.1	DSC encoder	
1.3.2	DSC watch receiver	
1.3.3	Radiotelephony	
1.3.4	Direct-printing telegraphy	
1.4	INMARSAT ship earth station	
2	Secondary means of alerting	
3	Facilities for reception of maritime safety information	
3.1	NAVTEX receiver	
3.2	EGC receiver	
3.3	HF direct-printing radiotelegraph receiver	
4	Satellite EPIRB	
4.1	COSPAS/SARSAT	
4.2	INMARSAT	
5	VHF EPIRB	
6	Ship's search and rescue locating devices	
6.1	Radar search and rescue transponder (SART)	
6.2	AIS search and rescue transmitters (AIS-SART)	
7	Radiotelephone distress frequency watch receiver on 2.182 KHz [1]	
8	Device for generating the radiotelephone alarm signal on 2.182 KHz [2]	

4. Methods used to ensure availability of radio facilities (regulations IV 15.6 and 15.7)

4.1	Duplication of equipment	
4.2	Shore-based maintenance	
4.3	At-sea maintenance capability	

[1] Unless another date is determined by the Maritime Safety Committee, this item need not be reproduced on the record attached to certificates issued after 1 February 1999.
[2] This item need not be reproduced on the record attached to certificates issued after 1 February 1999.
[3] Alternative means of meeting this requirement are permitted under regulation V/19. In case of other means they shall be specified
[4] Delete as appropriate.

5. details of navigation systems and equipments

	Provisão atual
1.1 Standard magnetic compass [3]	
1.2 Spare magnetic compass [3]	
1.3 Gyro compass [3]	
1.4 Gyro compass heading repeater [3]	
1.5 Gyro compass bearing repeater [3]	
1.6 Heading or track control system [3]	
1.7 Pelorus or compass bearing device [3]	
1.8 Means of correcting heading and bearings	
1.9 Transmitting heading device (THD) [3]	
2.1 Nautical charts/eletronic chart display and information system (ECDIS) [4]	
2.2 Back-up arrangements for ECDIS	
2.3 Nautical publications	
2.4 Back-up arrangements for eletronic nautical publications	
3.1 Receiver for global navigation satellite system/terrestrial radionavigation system [3] [4]	
3.2 9 GHz radar [3]	
3.3 Second radar (3GHz / 9 GHz [4]) [3]	
3.4 Automatic radar plotting aid (ARPA) [3]	
3.5 Automatic tracking aid [3]	
3.6 Second automatic tracking aid [3]	
3.7 Eletronic plotting aid [3]	
4.1 Automatic identificate system (AIS)	
4.2 Long-range identification and tracking system	
5.1 Voyage data recorder (VDR)	
5.2 Simplified voyage data recorder (S-VDR)	
6.1 Speed and distance measuring device (through the water) [3]	
6.2 Speed and distance measuring device (over the ground in the forward and athwartship direction) [3]	
7. Echo-sound device [3]	
8.1 Rudder, propeller, thrust, pitch and operational mode indicator [3]	
8.2 Rate-of-turn indicator [3]	
9. Sound reception system [3]	
10. Telephone to emergency steering position [3]	
11. Daylight signalling lamp [3]	
12. Radar reflector [3]	
13. International Code of Signals	
14. IAMSAR Manual, Volume III	

THIS IS TO CETIFIFY that this Record correct in all respects.

Issuedat.....
(Place of issue of the Record)

Date of issue:..... .....
(Name and signature of authorized official)

Seal or Stamp
of the Classification Society

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO PARA NAVIOS

Emitido sob as disposições do Código Internacional para Proteção de Navios e de Instalações Portuárias (ISPS CODE), sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela .....
Numero do Certificado .....

Nome do navio	Indicativo do navio

Porto de registro	Tipo de navio	Arqueação bruta

Número IMO [1]	Nome e endereço da companhia

Número de identificação da companhia	

Certifica-se:

1. Que o Sistema de Proteção e qualquer Equipamento de Proteção associado do navio, foram verificados de acordo com a seção 19.1 da parte A do Código ISPS;
2. Que a verificação evidenciou que o Sistema de Proteção e qualquer Equipamento de Proteção associado do navio, estão em todos os pontos satisfatórios e que o navio encontra-se cumprindo os requisitos aplicáveis do capítulo XI-2 da Convenção e a parte A do Código ISPS;
3. Que o navio possui um Plano de Proteção para Navios aprovado.

Data da verificação inicial / renovação[2] na qual este Certificado está baseado
.....

Este Certificado é válido até..... sujeito às verificações de acordo com a seção 19.1.1 da parte A do Código ISPS.

Emitido em .....
(Local da emissão do Certificado)

Data da emissão ....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou
carimbo da
Sociedade
Classificadora

(1) De acordo com a Resolução A. 600 (15) – Esquema de numeração de identificação de navio da IMO.
(2) Deletar como apropriado.
(3) No caso de preenchimento desta parte do Certificado, a data de validade mostrada na parte da frente do mesmo, também deverá ser emendada de acordo.

ENDOSSO DA VERIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA

CERTIFICA-SE que, na verificação intermediária, requerida pela seção 19.1.1 da parte A do Código ISPS, o navio encontrava-se cumprindo os requisitos relevantes do capítulo XI-2 da Convenção e a parte A do Código ISPS.

VERIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

ENDOSSO DAS VERIFICAÇÕES ADICIONAIS

VERIFICAÇÃO ADICIONAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

VERIFICAÇÃO ADICIONAL DE ACORDO COM A SEÇÃO A/19.3.7.2 DO CÓDIGO ISPS

CERTIFICA-SE que, numa verificação adicional requerida pela seção 19.3.7.2 da parte A do Código ISPS, o navio encontrava-se cumprindo os requisitos relevantes do Capítulo XI-2 da Convenção e parte A do Código ISPS.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

ENDOSSO PARA ESTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO SE A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS ONDE A SEÇÃO A/19.3.3 DO CÓDIGO ISPS FOR APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo os requisitos relevantes previstos na parte A do Código ISPS e este Certificado será, de acordo com a seção 19.3.3 da parte A do Código ISPS, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

ENDOSSO ONDE A VERIFICAÇÃO DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A SEÇÃO A/19.3.4 DO CÓDIGO ISPS FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo os requisitos relevantes previstos na parte A do Código ISPS e este Certificado será, de acordo com a seção 19.3.4 da parte A do Código ISPS, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

ENDOSSO PARA ESTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VERIFICAÇÃO ONDE A SEÇÃO A/19.3.5 DO CÓDIGO ISPS FOR APLICADA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A SEÇÃO A/19.3.6 DO CÒDIGO ISPS

Este Certificado será, de acordo com a seção 19.3.5 / 19.3.6(2) da parte A do Código ISPS, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE VALIDADE, ONDE A SEÇÃO A/19.3.7.1 DO CÓDIGO ISPS FOR APLICADA

De acordo com a seção 19.3.7.1 da parte A do còdigo ISPS, a nova data(3) de validade é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura: .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: .....
Data: .....

INTERNATIONAL SHIP SECURITY CERTIFICATE

Issued under the provisions of the INTERNATIONAL CODE FOR THE SECURITY OF SHIPS AND OF PORT FACILITIES (ISPS CODE), under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by

.....

Certificate Number .....

Name of ship	Distinctive number or letters

Port of register	Type of ship	Gross Tonnage

IMO-number (1)	Name and address of the Company

Company identification number	

This is to certify:

1. That the security system and any associated security equipment of the ship has been verified in accordance with section 19.1 of part A of the ISPS Code;
2. That the verification showed that the security system and any associated security equipment of the ship is in all respects satisfactory and that the ship complies with the applicable requirements of chapter XI-2 of the Convention and part A of the ISPS Code;
3. That the ship is provided with an approved Ship Security Plan.

Date of initial / renewal(2) verification on which this certificate is based .....

This Certificate is valid until ..... subject to verifications in accordance with section 19.1.1 of part A of the ISPS Code.

Issued at .....
(Place of issue of certificate)

Date of issue: ....
Name and Signature of authorized official

Seal or Stamp of the Classification Society

(1) In accordance with resolution A. 600 (15) – IMO ship identification number scheme, this information may be included voluntarily
(2) Delete as appropriate
(3) In case of completion of this part of the certificate the expiry date shown on the front of the certificate shall also be amended accordingly.

ENDORSEMENT FOR INTERMEDIATE VERIFICATION

THIS IS TO CERTIFY that, at an intermediate verification required by section 19.1.1 of part A of the ISPS Code the ship was found to comply with the relevant provisions of chapter XI-2 of the Convention and part A of the ISPS Code.

INTERMEDIATE VERIFICATION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDORSEMENT FOR ADDITIONAL VERIFICATION

ADDITIONAL VERIFICATION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ADDITIONAL VERIFICATION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ADDITIONAL VERIFICATION

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ADDITIONAL VERIFICATION IN ACCORDANCE WITH SECTION A/19.3.7.2 OF THE ISPS CODE

THIS IS TO CERTIFY that at an additional verification required by section 19.3.7.2 of part A of the ISPS Code the ship was found to comply with the relevant provisions of chapter XI-2 of the Convention and part A of the ISPS Code.

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDORSEMENT TO EXTEND THE CERTIFICATE IF VALID FOR LESS THAN 5 YEARS WHERE SECTION A/19.3.3 OF THE ISPS CODE APPLIES.

The ship complies with the relevant provisions of part A of the ISPS Code, and the certificate shall, in accordance with section 19.3.3 of part A of the ISPS Code, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-22-a

Date:.....

ENDORSEMENT WHERE THE RENEWAL VERIFICATION HAS BEEN COMPLETED AND SECTION A/19.3.4 OF THE ISPS CODE APPLIES.

The ship complies with the relevant provisions of part A of the ISPS Code, and the certificate shall, in accordance with section 19.3.4 of part A of the ISPS Code, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDORSEMENT TO EXTEND THE VALIDITY OF THE CERTIFICATE UNTIL REACHING THE PORT OF VERIFICATION WHERE SECTION A/19.3.5 OF THE ISPS CODE APPLIES OR FOR A PERIOD OF GRACE WHERE SECTION A/19.3.6 OF THE ISPS CODE APPLIES

This certificate shall, in accordance with SECTION 19.3.5 / 19.3.6(2) of part A of the ISPS Code, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDORSEMENT FOR ADVANCEMENT OF EXPIRY DATE WHERE SECTION A/19.3.7.1 OF THE ISPS CODE APPLIES

In accordance with section 19.3.7.1 of part A of the ISPS Code, the new expiry date (3) is .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-22-b

INTERIM INTERNATIONAL SHIP SECURITY CERTIFICATE

Issued under the provisions of the INTERNATIONAL CODE FOR THE SECURITY OF SHIPS AND OF PORT FACILITIES (ISPS CODE), under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by

.....

Certificate Number .....

Name of ship	Distinctive number or letters

Port of register	Type of ship	Gross Tonnage

IMO-number (1)	Name and address of the Company

Company identification number	

Is this a subsequent, consecutive Interim Certificate? Yes/No (1)

If Yes, date of issue of initial Interim Certificate .....

This is to Certify that the requirements of section A/19.4.2 of the ISPS Code have been complied with.

This Certificate is issued pursuant to section A/19.4 of the ISPS Code.

This Certificate is valid until .....

Issued at.....
(Place of issue of certificate)

Date of issue: ....
Name and Signature of authorized official

Seal or Stamp of the Classification Society

(1) Delete as appropriate

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-22-b

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO PARA NAVIOS PROVISÓRIO

Emitido sob as disposições do Código Internacional para Proteção de Navios e de Instalações Portuárias (ISPS CODE), sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela .....

Numero do Certificado .....

Nome do navio	Indicativo do navio

Porto de registro	Tipo de navio	Arqueação bruta

Número IMO (1)	Nome e endereço da companhia

Número de identificação da companhia	

Este Certificado Provisório é subsequente, consecutivo? Sim/Não (1)

Se sim, a data do Certificado Provisório inicial é .....

Certifica-se que foram atendidos os requisitos da seção A/19.4.2 do Código ISPS.

Este Certificado foi emitido em conformidade com a seção A/19.4 do Código ISPS.

Este Certificado é valido até .....

Emitido em .....
(Local de emissão do Certificado)

Data da emissão: ....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

(1) Deletar como apropriado

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-23

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE SISTEMA ANTI-INCRUSTANTE

Emitido de acordo com Convenção Internacional sobre o Controle de Sistemas Anti-incrustantes Nocivos em Navios, **sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela**.....

Este certificado deve ser suplementado por um Registro de Sistemas Anti-incrustante.

Quando um Certificado tiver sido emitido anteriormente, este Certificado substitui o Certificado datado de .....

Caracteristicas do navio

Nome do navio	Porto de registro

Arqueação bruta	Indicativo de chamada	Número IMO (1)

( ) Um sistema anti-incrustante controlado de acordo com Anexo 1 não foi aplicado durante ou após a construção deste navio .....

( ) Um sistema anti-incrustante controlado de acordo com Anexo 1 foi anteriormente aplicado neste navio, mas foi removido por .....(inserir o nome do removedor) em..... (data).

( ) Um sistema anti-incrustante controlado de acordo com Anexo 1 foi anteriormente aplicado neste navio, mas foi recoberto por uma camada de selante aplicada por.....(inserir o nome do aplicador) em ..... (data).

( ) Um sistema anti-incrustante controlado de acordo com Anexo 1 foi aplicado neste navio antes de ....., (data) (2) , mas deve ser removido ou recoberto com uma camada de selante antes de ..... (data) (3).

Certifica-se que:

1. O navio foi vistoriado de acordo com a regra 1 do Anexo 4 da Convenção; e
2. A vistoria demonstra que o sistema anti-incrustante aplicado no navio, cumpre os requisitos aplicáveis do Anexo 1 da Convenção.

Emitido em .....
(Local da emissão do Certificado)

Data da emissão:..... .....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Data de término da vistoria, na qual este certificado foi emitido .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

(1) De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.
(2) Data de entrada em vigor da medida de contrôle.
(3) Data de término de qualquer período de implementação especificado no artigo 4 (2) ou no Anexo 1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REGISTRO DE SISTEMAS ANTI-INCRUSTANTES
(Este Registro deverá estar permanentemente anexado ao Certificado Internacional de Sistema Anti-incrustante)

Caracteristicas do navio

Nome do navio	Indicativo de chamada	Número IMO [1]

Dados do(s) Sistema(s) Anti-Incrustante(s) aplicado(s):

Tipo(s) de sistema(s) anti-incrustante(s) utilizado(s) .....
.....

Data(s) da aplicação do sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Nome(s) da(s) Companhia(s) e estaleiro(s) / local(is) de aplicação .....
.....

Nome(s) do(s) fabricante(s) do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Nome(s) e core(s) do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Ingrediente(s) ativo(s) e seu(s) Número(s) do CAS (Chemical Abstract Services Registry) .....
.....

Tipo(s) de selante(s), se aplicável .....
.....

Nome(s) e core(s) do(s) selante(s) utilizado(s), se aplicável .....
.....

Data de aplicação do(s) selante(s) .....
.....

CERTIFICO que este Registro está correto em todos os aspectos.

Emitido em .....
(Local de emissão do Registro)

Data de emissão ..... de ..... de .....

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

ENDOSSOS DO REGISTRO

CERTIFICO que em uma vistoria exigida de acordo com a regra 1 (1) do Anexo 4 da Convenção o navio encontrava-se de acordo com a Convenção.

Dados do(s) Sistema(s) Anti-Incrustante(s) aplicado(s):

Tipo(s) de sistema(s) anti-incrustante(s) utilizado(s) .....
.....

Data(s) da aplicação do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Nome(s) da(s) Companhia(s) e estaleiro(s) / local(is) de aplicação .....
.....

Nome(s) do(s) fabricante(s) do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Nome(s) e core(s) do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) .....
.....

Ingrediente(s) ativo(s) e seu(s) Número(s) do CAS (Chemical Abstract Services Registry) .....
.....

Tipo(s) de selante(s), se aplicável .....
.....

Nome(s) e core(s) do(s) selante(s) utilizado(s), se aplicável .....
.....

Data de aplicação do(s) selante(s) .....
.....

.....
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Emitido em .....
(Local de emissão do Registro)

Data [2] ***..... de ..... de .....***

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

[1] - De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.
[2] - Data do término da vistoria sobre a qual este endosso é feito.

DECLARAÇÃO DE SISTEMA ANTI-INCRUSTANTE

Elaborada de acordo com a Conveção Internacional sobre o Controle de Sistemas Anti-incrustantes Nocivos em Navios.

Nome do navio	Porto de registro

Arqueação bruta	Comprimento	Indicativo de chamada	Número IMO [1]

Declaro que o sistema anti-incrustante utilizado neste navio está de acordo com o Anexo 1 da Convenção.

..... ***Data ..... de ..... de .....***
(Assinatura do proprietário ou agente autorizado pelo proprietário)

Endosso do(s) sistema(s) anti-incrustante(s) aplicado(s):

Tipo(s) de sistema(s) anti-incrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação .....
.....

..... ***Data ..... de ..... de .....***
(Assinatura do proprietário ou agente autorizado pelo proprietário)

Tipo(s) de sistema(s) anti-incrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação .....
.....

..... ***Data ..... de ..... de .....***
(Assinatura do proprietário ou agente autorizado pelo proprietário)

Tipo(s) de sistema(s) anti-incrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação .....
.....

..... ***Data ..... de ..... de .....***
(Assinatura do proprietário ou agente autorizado pelo proprietário)

[1] - De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.

INTERNATIONAL ANTI-FOULING SYSTEM CERTIFICATE

Issued under the International Convention on the Control of Harmful Anti-fouling Systems on Ships, **under the authority of the Government of Federative Republic of Brazil by** .....

This Certificate shall be supplemented by a Record of Anti-fouling Sistem.

When a Certificate has been previously issued, this Certificate replaces the certificate dated .....

Particulars of Ship

Name of ship	Port of register

Gross Tonnage	Distinctive number or letters	IMO Number [1]

An anti-fouling system controlled under Annex 1 has not been applied during or after construction of this ship
.....

An anti-fouling system controlled under Annex 1 has been applied on this ship previously, but has been removed by .....(insert name of the facility) on ..... (date).

An anti-fouling system controlled under Annex 1 has been applied on this ship previously, but has been covered with a sealer coat applied by .....(insert name of the facility) on ..... (date).

An anti-fouling system controlled under Annex 1 was applied on this ship prior to .....(date) [2]. must be removed or covered with a sealer coat prior to .....(date) [3].

This is to certify that:

1. The ship has been surveyed in accordance with the regulation 1 of Annex 4 to the Convention; e
2. The survey shows that the anti-fouling system on the ship complies with the applicable requirements of Annex 1 to the Convention.

Issued at .....
(Place of issue of certificate)

Date of issue:..... .....
(Signature of authorized official issuing the certificate)

Date of completion of the survey on which this Certificate is issued .....

Seal or stamp of Classification Society

(1) In accordance with the IMO Ship Identification Number Scheme adopted by the Organization with Assembly resolution A.600(15).
(2) Date of entry into force of the control measure.
(3) Date of inspiration of any implementation period specified in article 4 (2) or Annex 1.

RECORD OF ANTI-FOULING SYSTEMS

This Record shall be permanently attached to the Internacional Anti-Fouling System Certificate.

Particulars of Ship

Name of ship	Distinctive number or letters	IMO Number (1)

Details of anti-fouling system(s) applied:

Type(s) of anti-fouling system(s) used .....
.....

Date(s) of application of anti-fouling system(s) .....
.....

Name(s) of company(ies) and facility(ies) / location(s) where applied .....
.....

Name(s) of anti-fouling system manufacturer(s) .....
.....

Name(s) and colour(s) of anti-fouling system(s) .....
.....

Active ingredient(s) and their Chemical Abstracts Service Registry Number(s) (CAS number(s)) .....
.....

Type(s) of sealer coat, if applicable .....
.....

Name(s) and colour(s) of sealer coat applied, if applicable .....
.....

Date of application of sealer coat .....
.....

THIS IS TO CERTIFY that this Record is correct in all respects.

Issued at ....
(Place of issue of Record)

Date of issue:..... .....
(Signature of authorized official issuing the Record)

ENDORSEMENT OF THE RECORDS

THIS IS TO CERTIFY that a survey required in accordance with regulation 1(1)(b) of annex 4 to the Convention found that the ship was in compliance with the Convention.

Details of anti-fouling system(s) applied:

Type(s) of anti-fouling system(s) used .....
.....

Date(s) of application of anti-fouling system(s) .....
.....

Name(s) of company(ies) and facility(ies) / location(s) where applied .....
.....

Name(s) of anti-fouling system manufacturer(s) .....
.....

Name(s) and colour(s) of anti-fouling system(s) .....
.....

Active ingredient(s) and their Chemical Abstracts Service Registry Number(s) (CAS number(s)) .....
.....

Type(s) of sealer coat, if applicable .....
.....

Name(s) and colour(s) of sealer coat applied, if applicable .....
.....

Date of application of sealer coat .....
.....

THIS IS TO CERTIFY that this Record is correct in all respects.

.....
(Signature of authorized official issuing the Record)

Issued at ....
(Place of issue of Record)

Date (2)..... *of* ..... *of* .....

(1) In accordance with the IMO Ship Identification Number Scheme adopted by the Organization with Assembly resolution A.600(15).
(2) Date of entry into force of the control measure.

DECLARATION ON ANTI-FOULING SYSTEM

Drawn up under the International Convention on the Control of Harmful Anti-Fouling Systems on Ships.

Name of ship	Port of register

Gross Tonnage	Length	Distinctive number or letters	IMO Number (1)

I declare that the anti-fouling system used on this ship complies with annex 1 of the Convention.

Date of issue:..... .....
(Signature of owner or owner's authorized agent)

Endorsement of anti-fouling system(s) applied

Type(s) of anti-fouling system(s) used and date(s) of application .....
.....
Date of issue:..... .....
(Signature of owner or owner's authorized agent)

Type(s) of anti-fouling system(s) used and date(s) of application .....
.....
Date of issue:..... .....
(Signature of owner or owner's authorized agent)

Type(s) of anti-fouling system(s) used and date(s) of application .....
.....
Date of issue:..... .....
(Signature of owner or owner's authorized agent)

(1) In accordance with the IMO Ship Identification Number Scheme adopted by the Organization with Assembly resolution A.600(15).

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO POR ESGOTO
Emitido conforme disposições da Convenção Internacional para Prevenção de Poluição por Navios, 1973, como modificada pelo Protocolo 1978, e como emendada pela resolução MEPC ..... (.....)
(adiante denominado como "Convenção") **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil**
pela .....

CARACTERÍSTICAS DO NAVIO:

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Registro	Tonelagem bruta de arqueação

Número de pessoas para o qual o navio está certificado a transportar	Número IMO (1)	Navio Novo (2)	
		Navio Existente (2)	

Data de batimento de quilha ou estágio similar de construção ou, quando aplicável, data de início dos trabalhos de conversão ou alteração ou modificação de vulto ...../...../.....

CERTIFICA-SE:

1. Que o navio está equipado com uma instalação de tratamento de esgoto/pulverizador/tanque de retenção e uma tubulação de descarga em conformidade com as regras 9 e 10 do Anexo IV da Convenção, como a seguir:
   1.1 Descrição da instalação de tratamento de esgoto:
   Tipo da instalação de tratamento de esgoto .....
   Nome do fabricante .....
   A instalação de tratamento de esgoto é garantida pela administração para atingir os padrões de efluentes como previsto na resolução MEPC.2 (VI) .....
   1.2 Descrição do pulverizador:
   Tipo do pulverizador .....
   Nome do fabricante .....
   Padrão de esgoto depois da desinfecção .....
   1.3 Descrição do equipamento do tanque de retenção:
   Capacidade total do tanque de retenção .....m³
   Localização .....
   1.4 Uma tubulação para descarga de esgoto para uma estação de recebimento, equipada com uma conexão padrão.
2. Que o navio foi vistoriado de acordo com a regra 4 do Anexo IV da Convenção.
3. Que a vistoria demonstrou que a estrutura, equipamentos, sistemas, acessórios, arranjos e materiais do navio e suas condições, estão em todos aspectos satisfatórios e que o navio atende aos requisitos aplicáveis do Anexo IV da Convenção.

Este Certificado é válido até_____(3) sujeito a vistorias de acordo com o regulamento 4 do Anexo IV da Convenção.

Emitido em _____ Data da emissão_____de_____de_____.
(Local de emissão do Certificado)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-24

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA 8.3 FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra 8.3 do Anexo IV da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA 8.4 FOR APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo as disposições relevantes da Convenção, e este Certificado será, de acordo com a regra 8.4 do Anexo IV da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA 8.5 OU 8.6.

Este Certificado será, de acordo com a regra 8.5 / 8.6 (4) do Anexo IV da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)
Local: _____
Data: _____

1- De acordo com a Resolução A.600 (15) – IMO SHIP Identification Number Scheme.
2- Marque com um 'x" no quadro apropriado.
3- Colocar a data de expiração, como especificado pela Administração, de acordo com a regra 8.1 do Anexo IV da Convenção. O dia e o mês devem corresponder à data do aniversário de acordo com a regra 1.8 do Anexo IV da Convenção.
4- Riscar o não aplicável.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-24

INTERNATIONAL SEWAGE POLLUTION PREVENTION CERTIFICATE

Issued under the provisions of the International Convention for Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol of 1978 relating thereto, and as amended by resolution MEPC ..... (.....), (hereinafter referred to as "the Convention") **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil**

by .....

PARTICULARS OF SHIP:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	Gross Tonnage

Number of persons which the ship is certified to carry	IMO Number (1)	New ship (2)	
		Existing ship (2)	

Date on which keel was laid or ship was at a similar stage of construction or, where applicable, date on which work for a conversion or an alteration or modification of a major character was commenced ..../..../.....

THIS IS TO CERTIFY:

1. That the ship is equipped with a sewage treatment plant/comminuter/holding tank and a discharge pipeline in compliance with regulations 9 and 10 of Annex IV of the Convention as follows:
   1.1 Description of the sewage treatment plant
   Type of sewage treatment plant .....
   Name of manufacturer .....
   The sewage treatment plant is certified by the Administration to meet the effluent standards as provided for in resolution MEPC.2(VI).
   1.2 Description of comminuter
   Type of comminuter .....
   Name of manufacturer .....
   Standard of sewage after disinfection .....
   1.3 Description of holding tank equipment
   Total capacity of the holding tank .....m^3
   Location .....
   1.4 A pipeline for the discharge of sewage to a reception facility, fitted with a standard shore connection.
2. That the ship has been surveyed in accordance with regulation 4 of Annex IV of the Convention.
3. That the survey shows that the structure, equipment, systems, fittings, arrangements and material of the ship and the condition thereof are in all respects satisfactory and that the ship complies with the applicable requirements of the Annex IV of the Convention.

This Certificate is valid until_____ (3) subject to surveys in accordance with regulation 4 of the Annex IV of the Convention.

Issued at _____ Date of issue:_____of_____of 2_____.
(Place of issue of Certificate)

Seal or Stamp of the Classification Society

_____
(Signature of authorized official issuing the Certificate)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-24

ENDORSEMENT TO EXTEND THE CERTIFICATE IF VALID FOR LESS THAN 5 YEARS WHERE REGULATION 8.3 APPLIES.

The ship complies with the relevant provisions of the Convention, and this Certificate shall, in accordance with regulation 8.3 of Annex IV of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place:.....
Date: .....

ENDORSEMENT WHERE THE RENEWAL SURVEY HAS BEEN COMPLETED AND REGULATION 8.4 APPLIES.

The ship complies with the relevant provisions of the Convention, and this Certificate shall, in accordance with regulation 8.4 of Annex IV of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

ENDORSEMENT TO EXTEND THE VALIDITY OF THE CERTIFICATE UNTIL REACHING THE PORT OF SURVEY OR FOR A PERIOD OF GRACE WHERE REGULATION 8.5 OR 8.6 APPLIES

This certificate shall, in accordance with regulation 8.5 / 8.6 (4) of Annex IV of the Convention , be accepted as valid until .....

Seal or Stamp Of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

1- In accordance witch resolution A. 600 (15) – IMO Ship Identification Number Scheme.
2- Mark with "X" as appropriate.
3- Insert the date of expiry as specified by the administration in accordance with regulation 8.1 of Annex IV of the Convention. The day and the month of this date correspond to the anniversary date as defined in regulation 1.8 of Annex IV of the Convention.
4- Delete as appropriate.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25
Documento nº .

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINÂMICO

Emitido sob as disposições das Recomendações para Navios com Sistema de Posicionamento Dinâmico (Circular MSC - 645),

sob a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil

(DVANPD)

Dados do navio:

Nome do navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Número IMO

Data do batimento de quilha ou data em que o navio estava em um estágio similar de construção ou data em que uma conversão de maior vulto foi começada:.....

CERTIFICA-SE que o navio acima mencionado foi devidamente documentado, vistoriado, e testado de acordo com as Recomendações para Navios com Posicionamento Dinâmico (Circular MSC - 645) e encontrado de acordo com as recomendações.

O navio está autorizado a operar com a classe de equipamento de posicionamento Dinâmico..... ou classes de equipamento mais baixa.

Este documento é válido até_ a menos que seja cancelado pela Administração, desde que o navio seja operado, testado e vistoriado de acordo com os requisitos das Recomendações e que os resultados sejam adequadamente registrados.

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Documento nº .

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINAMICO

LISTA DE ISENÇÕES E EQUIVALÊNCIAS

(Refere-se aos itens 1.4 e 1.5 das Recomendações)

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Documento nº .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

DOCUMENTO DE VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE NAVIOS COM POSICIONAMENTO DINAMICO
LISTA DOS COMPONENTES E SISTEMAS PRINCIPAIS COBERTO PELO DOCUMENTO

Emitido ..... Data da emissão: ..... de .....de 20.....
(local da emissão do certificado)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Todos os sistemas e componentes principais incluídos no sistema de posicionamento dinâmico deverão ser listados de uma maneira sistemática. Como alternativa pode ser feita uma referência a desenhos, etc. É importante que seja possível identificar todos sistemas e componentes por este Documento.
Versões em "software" deverão também ser identificadas. Equipamentos instalados após a data de emissão do DVANPD deverão somente ser incluídos na lista após controle e testes terem sido completados e as modificações e o relatório de não-conformidades assinado.

Documento nº .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

Registro dos Relatórios das Vistorias Anuais e Especial (cinco anos)

Data	Tipo de Teste	Observações	Referência do Relatório Data/Número	Nome e assinatura da pessoa autorizada	Nome e assinatura do Comandante ou Superintendente da embarcação

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Todos os relatórios deverão ser arquivados junto com este Documento para uso durante as próximas vistorias e testes, pelos vistoriadores e inspetores da Administração.

Document nº .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

FLAG STATE VERIFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
Issued under the provision of the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC/CIRC 645),
under the authority of the Government of Brazil
(FSVAD)

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters	Port of Registry	IMO Number

Date on which keel was laid or vessel was at similar stage of construction or on which major conversion was commenced : .....

THIS IS T0 CERTIFY that the above mentioned vessel has been duly documented, surveyed, and tested in accordance with the Guidelines for Vessels with Dynamic Positioning Systems (MSC/Circ 645) and found to comply with the Guidelines.

The vessel is allowed to operate in DP Equipment Class .....and in lower equipment classes.

This document remains valid until ..... unless terminated by the Administration, provided that the vessel is operated, tested, and surveyed according to the requirements in the guidelines and the results are properly recorded.

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Document nº .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

FLAG STATE VERÍFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF EXEMPTIONS AND EQUIVALENTS
(Refer to items 1.4 and 1.5 of the Guidelines)

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

Document n° .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

Record of annual survey reports and special (5 years) survey reports

Date	Test Type	Remarks	Report reference date/number	Name and signature of authorized official	Name and signature of Captain/Master of the vessel

Issued at _____
(place of issue of document)

Date of issue _____

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

All reports should be available together with this Document for use during later testing and inspections by nominated surveyors, Flag State surveyors, etc.

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-25

FLAG STATE VERÍFICATION AND ACCEPTANCE DOCUMENT OF SHIPS WITH DYNAMIC POSITIONING SYSTEM
LIST OF MAIN SYSTEMS AND COMPONENTS COVERED BY THE DOCUMENT

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Name and signature of authorized official

All main system and components included in the dynamic positioning system are to be listed in a systematic way. As an alternative reference can be made to drawings, etc. It is important that it is possible by this list to identify. Equipment installed after date of issuing FSVAD should only be included in the list after control and testing has been completed and modifications and non-conformities report signed.

Document n° .

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-26

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DO AR

Emitido conforme prescrições do Protocolo de 1997, como emendada pela resolução MEPC 176(58) em 2008, para emendar a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, como modificado pelo seu Protocolo de 1978 (adiante denominado como "Convenção") **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela** .....

Características do navio:

Nome do Navio	Indicativo de Chamada

Porto de Registro	Arqueação bruta	Número IMO(1)

CERTIFICA-SE:

1. que o navio acima foi vistoriado em conformidade com a Regra 5 do Anexo VI da Convenção; e

2. que a vistoria demonstrou que os equipamentos, sistemas, acessórios, arranjos e materiais do navio, estão em todos aspectos de acordo com os requisitos aplicáveis do Anexo VI da Convenção.

Data de término da vistoria na qual este Certificado é baseado:_____de_____de 2_____.

Este Certificado é válido até_____sujeito a vistorias de acordo com o Regra 5 do Anexo VI da Convenção.

Emitido em_____no dia_____de_____de 2_____.
(Local da vistoria)

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ENDOSSO DAS VISTORIAS ANUAIS E INTERMEDIÁRIAS

CERTIFICA-SE que, na vistoria requerida pela Regra 5 do Anexo VI da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo com as relevantes provisões do citado anexo.

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual/Intermediária[2] :

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual/Intermediária[2]:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

Vistoria Anual:

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinatura _ Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local _____

Data _____

[1] De acordo com o esquema de numeração adotado pela IMO para identificação de navios através da Res. A.600(I 5) – IMO Ship Identification Number Scheme.
[2] Cancelar apropriadamente.

VISTORIA ANUAL E INTERMEDIÁRIA DE ACORDO COM A REGRA 9.8.3

Certifica-se que em uma vistoria anual/intermediária de acordo com a regra 9.8.3 do Anexo VI da Convenção, o navio encontrava-se cumprindo as provisões relevantes do citado anexo.

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO, QUANDO A VALIDADE FOR MENOR QUE 5 ANOS E ONDE A REGRA 9.3 FOR APLICADA

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes do Annex, e este Certificado será, de acordo com a regra 9.3 do Anexo VI da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO ONDE A VISTORIA DE RENOVAÇÃO FOI COMPLETADA E A REGRA 9.4 FOI APLICADA.

O navio encontra-se cumprindo com os requisitos relevantes do Annex, e este Certificado será, de acordo com a regra 9.4 do Anexo VI da Convenção, aceito como válido até .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA EXTENDER A VALIDADE DO CERTIFICADO ATÉ A CHEGADA AO PORTO DA VISTORIA OU POR UM PERÍODO DE GRAÇA ONDE FOR APLICADA A REGRA 9.5 OU 9.6.

Este Certificado será, de acordo com a regra 9.5 ou 9.6[2] do Anexo VI da Convenção, aceito como válido até.....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

ENDOSSO PARA ANTECIPAÇÃO DA DATA DE ANIVERSÁRIO, QUANDO A REGRA 9.8 FOR APLICADA.

De acordo com a regra 9.8 do Anexo VI da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

De acordo com a regra 9.8 do Anexo VI da Convenção, a nova data de aniversário é .....

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Assinado: _____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Local: _____

Data: _____

REGISTRO DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS

Notas:
1. Este Registro deverá estar permanentemente anexo ao Certificado de IAPP. O Certificado IAPP deverá estar sempre disponível a bordo da embarcação.
2. O Registro deverá estar redigido pelo menos em inglês, francês ou espanhol. Se for utilizado também um idioma oficial do país, este deverá prevalecer em caso de uma controvérsia ou discrepância.
3. As entradas nos retângulos deverão ser feitas por uma cruz (x) para respostas "sim" e "aplicáveis" ou por um traço (-) para as respostas "não e "não aplicável", conforme o caso.
4. A menos que declarado ao contrário, as regras mencionados neste Registro referem-se a regras do Anexo VI da Convenção e as Resoluções ou Circulares referem-se às adotadas pela Organização Marítima Internacional (IMO).

1. Dados do Navio

1.1 Nome do navio _____

1.2 Número IMO _____

1.3 Data de batimento de quilha ou estágio similar de construção _____

1.4 Comprimento (L) [1] _____ m

[1]- Completar somente para os navios construídos em ou após 1 de janeiro de 2016, que são especialmente projetados e usados somente com propósitos de recreação e para os quais, de acordo com a regra 13.5.2.1, o limite de emissão de Nox, como dado pela regra 13.5.1.1 não se aplicará.

2. Controle de emissões do navio

2.1 Substâncias diminuidoras de ozônio (Regra 12)

2.1.1 Os seguintes sistemas de extinção de incêndio, outros sistemas e equipamentos contendo substâncias diminuidoras de ozônio, outras que hidroclorofluorcarbonetos, instaladas antes de 19 de maio de 2005 podem continuar em atividade ☐

Sistemas / Equipamentos Localização a bordo Substancias

2.1.2 Os seguintes sistemas contendo hidroclorofluorcarbonetos (HCFC) instalados antes de 1º de Janeiro de 2020 podem continuar em atividade ☐

Sistemas / Equipamentos Localização a bordo Substancias

2.2 Óxidos de nitrogênio (NOx) (Regra 13)

2.2.1 Os seguintes motores diesel marítimos instalados neste navio estão em conformidade com os limites aplicáveis de emissão da Regra 13, de acordo com o Código Técnico revisado de NOx 2008

	Motor 1	Motor 2	Motor 3	Motor 4	Motor 5	Motor 6
Fabricante e Modelo						
Número de série						
Emprego						
Potência de saída (kW)						
Velocidade Nominal (rpm)						
Data de Instalação dd/mm/aaaa						
Data da conversão de vulto dd/mm/aaaa	De acordo com a regra 13.2.2 / De acordo com a regra 13.2.3					
Isento pela regra 13.1.1.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Categoria I Regra 13.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Categoria II Regra 13.4	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Categoria II Regra 13.2.2 ou Regra 13.5.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Categoria III Regra 13.5.1.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Métodos existentes aprovados	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Métodos aprovados não comercialmente válidos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Métodos instalados aprovados	☐	☐	☐	☐	☐	☐

2.3 Óxidos de enxofre (SO_X) e material particulado (Regra 14)

2.3.1 Quando o navio operar fora de uma Área de Controle de Emissão especificada na Regra 14(3), o navio utiliza:

.1 um óleo combustível com um teor de enxofre, como documentado pelas notas de entrega de combustível, que não ultrapasse os valores de:

- 4,50% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2012); ou_____ ☐
- 3,50% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2020); ou_____ ☐
- 0,50 m/m, e/ou_____ ☐

.2 um arranjo equivalente aprovado, de acordo com a regra 4.1 como listado em 2.6, que seja pelo menos tão efetivo$_a$ em termos de reduções de emissão de SOx_a quando comparado ao uso de um óleo combustível com um valor limite de conteúdo de enxofre de:

- 4,50% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2012); ou_____ ☐
- 3,50% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2020); ou_____ ☐
- 0,50 m/m, e/ou_____ ☐

2.3.2 Quando o navio operar numa Área de Controle de Emissão especificada na Regra 14(3), o navio utiliza:

.1 um óleo combustível com um teor de enxofre, como documentado pelas notas de entrega de combustível, que não ultrapasse os valores de:

- 1.00% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2015); ou_____ ☐
- 0,10 m/m, e/ou_____ ☐

.2 um arranjo equivalente aprovado, de acordo com a regra 4.1 como listado em 2.6, que seja pelo menos tão efetivo$_a$ em termos de reduções de emissão de SOx_a quando comparado ao uso de um óleo combustível com um valor limite de conteúdo de enxofre de:

- 1,00% m/m (não é válido em ou após 1 Janeiro 2015); ou_____ ☐
- 0,10 m/m, e/ou_____ ☐

2.4 Compostos orgânicos voláteis (VOCs) (Regra 15)

2.4.1 O navio tanque possui um sistema de recolhimento de vapores instalado e aprovado, de acordo com a MSC/Circ.585..... ☐

2.4.2.1 Para um Petroleiro que transporta óleo crú, existe um Plano de Gerenciamento de VOC aprovado ..... ☐

2.4.2.2 Referência da aprovação do Plano de Gerenciamento de VOC ..... ☐

2.5 Incinerador a bordo

O navio possui um incinerador:

.1 instalado em ou depois de 1º de Janeiro de 2000 que está em conformidade com à Resolução MEPC.76(40), como emendada .....

.2 instalado antes de 1º de Janeiro de 2000, que está em conformidade com:

.2.1 à Resolução MEPC.59(33) ..... ☐

.2.2 à Resolução MEPC.76(40) ..... ☐

2.6 Equivalentes (Regra 4)

O navio foi autorizado a utilizar o seguinte acessório, material, aparelho ou mecanismo a ser instalado num navio, ou outros procedimentos, óleos combustíveis alternativos ou métodos para atendimento das exigências, utilizados como alternativa ao que é exigido por este anexo:

Sistema ou equipamento	Equivalente utilizado	Referência da aprovação

CERTIFICA-SE que este Registro está correto em todos os aspectos.

Emitido em_____no dia_____de_____de 2_____.
(Local da emissão)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

_____
Pessoa autorizada (nome e assinatura)

INTERNATIONAL AIR POLLUTION PREVENTION CERTIFICATE

Issued under the provisions of the Protocol of 1997, as amended by resolution MEPC 176(58) in 2008, to amend the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol of 1978 related thereto (hereinafter referred to as "the Convention) **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil by** _____

(This Certificate shall be supplemented by a Record of Construction and Equipment)

Particulars of Ship:

Name of Ship	Distinctive number or letters

Port of Registry	IMO Number [1]	Gross Tonnage

THIS IS TO CERTIFY:

1. That the ship has been surveyed in accordance with Regulation 5 of the Annex VI of the Convention, and
2. That the survey shows that the equipments, systems, fittings, arrangements and materials fully comply with the applicable requirements of Annex VI of the Convention.

Completion date of survey on which this Certificate is based:_____of_____of 2_____.

This Certificate is valid until_____subjected to surveys in accordance with the Regulation 5 of Annex VI of the Convention.

Issued at _____ Date of issue:_____of_____of 2_____.

Seal or stamp of the Classification Society

_____
Signature of authorized official

[1] In accordance with resolution A.600 (15)- IMO Ship Identification Number Scheme, this information may be included voluntarily.

ENDORSEMENT FOR ANNUAL AND INTERMEDIATE SURVEYS

This is to certify that, at a survey required by Regulation 5 of the Annex VI of the Convention, the ship was found to comply with the relevant provisions of that Annex:

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate* survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual/Intermediate* survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

Annual survey

Signed: _____
Name and signature of authorized official

Seal or stamp of the Classification Society

Place: _____

Date: _____

* Delete as applicable

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Annual / Intermediate survey in accordance with regulation 9.8.3

THIS IS TO CERTIFY that, at an annual / intermediate(*) survey in accordance with regulation 9.8.3 of the Annex VI of the Convention, the ship was found to comply with the relevant provisions of that Annex:

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the certificate if valid for less than 5 years where regulation 9.3 applies

The ship complies with the relevant provisions of the Annex, and this certificate shall, in accordance with regulation 9.3 of Annex VI of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement where the renewal survey has been completed and regulation 9.4 applies

The ship complies with the relevant requirements of the Annex, and this certificate shall, in accordance with regulation 9.4 of Annex VI of the Convention, be accepted as valid until .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement to extend the validity of the certificate until reaching the port of survey or a period of grace where regulation 9.5 or 9.6 applies.

This certificate shall, in accordance with regulation 9.5 or 9.6 (*) of Annex VI of the Convention, be accepted as valid until.....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

Endorsement for advancement of anniversary date where regulation 9.8 applies.

In accordance with regulation 9.8 of Annex VI of the Convention, the new anniversary date is .....

Seal or Stamp of the Classification Society

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

In accordance with regulation 9.8 of Annex VI of the Convention, the new anniversary date is .....

Signed: .....
Name and signature of authorized official
Place: .....
Date: .....

RECORD OF CONSTRUCTION AND EQUIPAMENT

in respect of the provisions of Annex VI of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol 1978 relating thereto (hereinafter referred to as "the Convention")

Notes:

1. This Record shall be permanently attached to the IAPP Certificate. The IAPP Certificate shall be available on board the ship at all times.
2. The Record shall be at least in English, French or Spanish. If an official language of the issuing country is also used, this shall prevail in case of a dispute or discrepancy.
3. Entries in the boxes shall be made by inserting either a cross (x) for the answer "yes" and "applicable" or a (-) for the answer "no" and "not applicable", as appropriated.
4. Unless otherwise stated, regulations mentioned in this Record refer to Regulations of Annex VI of the Convention and Resolutions or Circulars refer to those adopted by the International Maritime Organization (IMO).

1. Particulars of ship

1.1 Name of ship: .....
1.2 IMO number: .....
1.3 Date on which keel was laid or ship was at similar stage of construction: .....
1.4 Lenght (L) # metres: .....

2. Control of emissions from ships

2.1 **Ozone-depleting substances (Regulation 12)**

2.1.1 The following fire-extinguishing systems, other systems and equipments containing ozone depleting substances, other than hydro-chlorofluorocarbons (HCFCs), installed before 19 May 2005 may continue in service: ☐

System / Equipment Location on board Substance

2.1.2 The following systems containing hydro-chlorofluorocarbons (HCFCs) instaled before 1 January 2002 may continue in service: ☐

System / Equipment Location on board Substance

2.2 **Nitrogen oxides (NOx) (Regulation 13)**

2.2.1 The followig marine diesel engines installed on this ship comply with the applicable emission limit of regualation 13 in accordance with the revised NOx, Technical Code 2008:

	Engine 1	Engine 2	Engine 3	Engine 4	Engine 5	Engine 6
Manufacturer and model						
Serial number Use						
Power output (kW)						
Rated speed (rpm)						
Date of Installation dd/mm/yyyy						
Date of major conversion dd/mm/yyyy According to Regulation 13.2.2						
According to Regulation 13.2.3						
Exempted regulation 13.1.1.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tier I Regulation 13.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tier II Regulation 13.4	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tier II Regulation 13.2.2 or Regulation 13.5.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tier III Regulation 13.5.1.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Approved Method exists	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Approved Method not commercially available	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Approved Method installed	☐	☐	☐	☐	☐	☐

2.3 Sulphur oxides (SO_x) and particulate matter (Regulation 14)

2.3.1 When the ship operates outside of an Emission Control Area specified in regulation 14(3), the ship uses:

.1 fuel oil with a sulphur content as documented by bunker delivery notes that does not exceed the limit value of:

- 4,50% m/m (not valid on or after 1 January 2012); or_____ ☐
- 3,50% m/m (not valid on or after 1 January 2020); or_____ ☐
- 0,50 m/m, and/or_____ ☐

.2 an equivalent arrangement approved in accordance with regulation 4.1 as listed in 2.6 that is at least as effective in terms of SOx emission reductions as compared to using a fuel oil with a sulphur content limit value of:

- 4,50% m/m (not valid on or after 1 January 2012); or_____ ☐
- 3,50% m/m (not valid on or after 1 January 2020); or_____ ☐
- 0,50 m/m,_____ ☐

2.3.2 When the ship operates inside an Emission Control Area specified in regulation 14(3), the ship uses:

.1 fuel oil with a sulphur content as documented by bunker delivery notes that does not exceed the limit value of:

- 1,00% m/m (not valid on or after 1 January 2015); or_____ ☐
- 0,10 m/m, and/or_____ ☐

.2 an equivalent arrangement approved in accordance with regulation 4.1 as listed in 2.6 that is at least as effective in terms of SOx emission reductions as compared to using a fuel oil with a sulphur content limit value of:

- 1,00% m/m (not valid on or after 1 January 2015); or_____ ☐
- 0,10 m/m, and/or_____ ☐

2.4 Volatile organic compounds (VOCs) (Regulation 15)

2.4.1 The tanker has a vapour collection system installed and approved in accordance with MSC/Circ.585..... ☐

2.4.2.1 For a tanker carrying crude oil, there is an approved VOCManagement Plan ..... ☐

2.4.2.2 VOC Management Plan approval reference ..... ☐

2.5 Shipboard incinerator (regalation 16):

The ship has an incinerator:

.1 installed on or after 1 january 2000 which complies with Resolution MEPC.76(40), as amended ..... ☐

.2 installed before 1 january 2000 which complies with:

.2.1 resolution MEPC.59(33) ..... ☐

.2.2 resolution MEPC.76(40) ..... ☐

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021052800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.6 Equivalents (regulation 4)

The ship has been allowed to use the following fitting, material, appliance or apparatus to be fitted in a ship or other procedures, alternative fuel oils, or compliance methods used as na alternative to that required by this Annex:

System or equipment	Equivalent used	Approval reference

This is to certify that this Record is correct in all respects.

Issued at ..... Date of issue: .....of .....of 2.....
(place of issue of the Record)

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DO AR DE MOTORES

Emitido conforme provisões do Protocolo de 1997, como emendado pela Resolução MEPC 177 (58) de 2008, para emendar a Convenção para Prevenção de Poluição por Navios 1973, conforme modificado pelo seu Protocolo de 1978 (adiante denominado como "Convenção") **sob autoridade do Governo da República Federativa do Brasil pela** .....

Fabricante do Motor	Número do Modelo	Número de série

Ciclo(s) de teste	Potência Nominal (kW) e Velocidade Nominal (rpm)	Número de aprovação do motor

CERTIFICA-SE:

1. que o motor diesel marítimo, acima mencionado, foi vistoriado para pré-certificação de acordo com os requisitos do Código Técnico Revisado sobre o Controle de Emissão de Óxidos de Nitrogênio por Motores Diesel Marítimos (2008), tornado obrigatório pelo Anexo VI da Convenção; e
2. que a vistoria de pré-certificação mostrou que o motor, seus componentes, dispositivos de ajuste e Arquivo Técnico, anterior a instalação e/ou serviço do motor a bordo do navio, estão em todos os aspectos de acordo com os requisitos aplicáveis da regra 13 do Anexo VI da Convenção.

Este Certificado é válido durante a vida do motor, sujeito a vistorias de acordo com a Regra 5 do Anexo VI da Convenção, instalado nos navios sob a autoridade deste Governo.

Emitido em_____no dia_____de_____de 20____.
(Local da vistoria)

Carimbo ou estampa da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

REGISTRO DE CONSTRUÇÃO, ARQUIVO TÉCNICO E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Notas:
1. Este Registro e seus anexos, deverão estar permanentemente anexos ao Certificado de EIAPP. O Certificado EIAPP deverá acompanhar o motor durante toda a sua vida e deverá estar sempre disponível a bordo do navio.
2. O Registro deverá estar redigido pelo menos em Inglês, Francês ou Espanhol. Se for utilizado também um idioma oficial do país, este deverá prevalecer em caso de uma controvérsia ou discrepância.
3. A menos que declarado ao contrário, as regras mencionadas neste Registro referem-se as regras do Anexo VI da Convenção e os requisitos para um Arquivo Técnico do motor e meios de verificação referem-se aos requisitos obrigatórios do Código Técnico Revisado NOx (2008).

1. Características do Motor

1.1 Nome e endereço do fabricante _____

1.2 Local de construção do motor _____

1.3 Data de construção do motor _____

1.4 Local da vistoria de pré-certificação _____

1.5 Data da vistoria de pré-certificação _____

1.6 Número do modelo e tipo do motor _____

1.7 Número de série do motor _____

1.8 Se aplicável, o motor é primeiro da série? Ou outra unidade da mesma série? Da seguinte família de motores? Ou grupo de motores?

1.9 Detalhes do motor individual ou família de motores / grupo de motores:

1.9.1 referência de aprovação _____
1.9.2 valores ou faixas de potência nominal (kW) e velocidade nominal (rpm) _____
1.9.3 ciclo(s) de teste _____
1.9.4 especificação do teste de óleo combustível do primeiro motor da série _____
1.9.5 limite de emissão de NOx aplicável (g/kWh), regra 13.3, 13.4 ou 13.5.1 (deletar como aplicável) _____
1.9.6 Valores de emissão do primeiro motor da série _____

2. Características do Arquivo Técnico

O Arquivo Técnico, conforme requerido pelo capítulo 2 do Código Técnico NOx, é uma parte essencial do Certificado EIAPP, necessita sempre acompanhar o motor durante toda a sua vida e necessita estar sempre disponível a bordo do navio.

2.1 identificação do Arquivo Técnico / número de aprovação _____
2.2 Date de aprovação do Arquivo Técnico _____

3. Especificação dos procedimentos de verificação de NOx a bordo.

A especificação dos procedimentos de verificação de NOx a bordo, como requerido pelo capítulo 6 Código Técnico de NOx, são uma parte essencial do Certificado IEAPP e necessita sempre acompanhar o motor durante a sua vida e estar sempre disponível a bordo do navio.

3.1 Método para checar os parâmetros do motor:
3.1.1 Número de identificação / aprovação _____
3.1.2 Data de aprovação do Arquivo Técnico_____
3.2 Método direto de medição e monitoração:
3.2.1 Número de identificação e aprovação _____
3.2.2 Date de aprovação _____

Alternativamente um método simplificado de medição, de acordo com 6.3 do Código Técnico NOx, poderá ser utilizado.

Emitido em_____no dia_____de_____de 20____.
(local da emissão)

Selo ou carimbo da Sociedade Classificadora

Pessoa autorizada (nome e assinatura)

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-27

ENGINE INTERNATIONAL AIR POLLUTION PREVENTION CERTIFICATE

Issued under the provisions of the Protocol of 1997, as amended by resolution MEPC.177(58) in 2008, to amend the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships, 1973, as modified by the Protocol of 1978 related thereto, (hereinafter referred to as "the Convention) **under the authority of the Government of the Federative Republic of Brazil by** _____

Particulars of Engine:

Engine manufacturer	Model number	Serial number

Test cycle(s)	Rated power (kW) and speed (rpm)	Engine approval number

THIS IS TO CERTIFY:

1. That the above-mentioned marine diesel engine has been surveyed for pre-certification in accordance with the requirements of the Revised Technical Code on Control of Emission of Nitrogen Oxides from Marine Diesel Engines (2008) made mandatory by Annex VI of the Convention; and

2. That the pre-certification survey shows that the engine, its components, adjustable features, and Technical File, prior to the engine's installation and/or service on board a ship, fully comply with the applicable regulation 13 of Annex VI of the Convention.

This Certificate is valid for the life of the engine subject to surveys in accordance with the Regulation 5 of Annex VI of the Convention, installed in ships under the authority of this Government.

Issued at _____ Date of issue:_____of_____of 2_____.

Seal or stamp of the Classification Society

Signature of authorized official

Anexo 4-A
Apêndice 4-A-27

RECORD OF CONSTRUCTION,TECHNICAL FILE AND MEANS OF VERIFICATION

Notes:
1. This Record and its attachments shall be permanently attached to the EIAPP Certificate. The EIAPP Certificate shall accompany the engine throughout its life and shall be available on board the ship at all times.
2. The Record shall be at least in English, French or Spanish. If an official language of the issuing country is also used, this shall prevail in case of a dispute or discrepancy.
3. Unless otherwise stated, regulations mentioned in this Record refer to Regulations of Annex VI of the Convention and the requirements for an engine's Technical File and means of verifications refer to mandatory requirements from the Revised NOx Technical Code (2008).

1. Particulars of the engine

1.1 Name and address of manufacturer _____
1.2 Place of engine build _____
1.3 Date of engine build _____
1.4 Place of pre-certification survey _____
1.5 Date of pre-certification survey _____
1.6 Engine type and model number _____
1.7 Engine serial number _____
1.8 If applicable, the engine is a Parent Engine? Or a Member Engine? Of the following Engine Family? Or Engine Group? _____
1.9 Individual Engine or Engine Family / Engine Group details:
1.9.1 Approval reference _____
1.9.2 Rated power (kW) and rated speed (rpm) values or ranges _____
1.9.3 Test cycle(s) _____
1.9.4 Parent Engine(s) test fuel oil specification _____
1.9.5 Applicable NOx emission limit (g/kWh), regulation 13.3, 13.4 or 13.5.1 (delete as appropriate) _____
1.9.6 Parent Engine(s) emission value (g/kWh) _____

2. Particulars of the Technical File

The Technical File, as required by chapter 2 of the NOx Technical CODE, is an essencial part of the EIAPP Certificate and must always accompany an engine throughout its life and always be available on board a ship.

2.1 Technical File identification/approval number _____
2.2 Technical File approval date _____

3. Specifications for the onboard NOx verification procedures

The specifications for the onboard NOx verification procedures, as required by chapter 6 of the NOx Technical Code, are an essencial part of the EIAPP Certificate and must always accompany an engine through its life and always be available on board a ship.

3.1 Engine Parameter Check method:
3.1.1 Identification / approval number _____
3.1.2 Approval date _____
3.2 Direct Measurement and Monitoring method:
3.2.1 Identification / approval number _____
3.2.2 Approval date _____

Alternatively the Simplified Measurement method in accordance with 6.3 of the NOx Technical Code may be utilized.

Issued at ..... Date of issue: .....of .....of 2.....
(place of issue)

Seal or stamp of the Classification Society

Name and signature of authorized official

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial



Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.023, DE 26 DE MAIO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 1569, de 01 de junho de 2020, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Estado de Minas Gerais - MG, para ações de Defesa Civil, para até 23/11/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.024, DE 26 DE MAIO DE 2021

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado da Paraíba/PB.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, considerando o Decreto nº 41.201, de 27 de abril de 2021, do Governo do Estado da Paraíba/PB, e as demais informações constantes no processo nº 59051.011671/2021-86, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de ESTIAGEM, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

N°	MUNICÍPIOS
1	Água Branca
2	Alcantil
3	Algodão de Jandaíra
4	Aparecida
5	Arara
6	Araruna
7	Areia
8	Areial
9	Aroeiras
10	Assunção
11	Bananeiras
12	Baraúna
13	Barra de Santana
14	Barra de Santa Rosa
15	Barra de São Miguel
16	Belém do Brejo do Cruz
17	Bernardino Batista
18	Boa Ventura
19	Boa Vista
20	Bom Sucesso
21	Bonito de Santa Fé
22	Brejo dos Santos
23	Cabaceiras
24	Cachoeira dos Índios
25	Cacimba de Areia
26	Cacimba de Dentro
27	Cacimbas
28	Cajazeiras
29	Cajazeirinhas
30	Camalaú
31	Campina Grande
32	Caraúbas
33	Carrapateira
34	Casserengue
35	Catolé do Rocha
36	Caturité
37	Conceição
38	Condado
39	Congo
40	Coremas
41	Coxixola
42	Cubati
43	Cuité
44	Curral Velho
45	Damião
46	Desterro
47	Diamante
48	Dona Inês
49	Emas
50	Esperança
51	Fagundes
52	Frei Martinho
53	Gado Bravo
54	Gurjão
55	Imaculada
56	Ingá
57	Itabaiana
58	Jericó
59	Joca Claudino
60	Juazeirinho
61	Junco do Seridó
62	Juru
63	Lagoa
64	Lagoa Seca
65	Lastro
66	Livramento
67	Mãe D`Água
68	Manaíra
69	Marizópolis
70	Massaranduba
71	Matinhas
72	Mato Grosso
73	Maturéia
74	Mogeiro
75	Montadas
76	Monte Horebe
77	Mulungu
78	Natuba
79	Nazarezinho
80	Nova Floresta
81	Nova Olinda
82	Nova Palmeira
83	Olho D`Água
84	Olivedos
85	Parari
86	Passagem
87	Patos
88	Pedra Branca
89	Pedra Lavrada
90	Piancó
91	Picuí
92	Pocinhos
93	Poço Dantas
94	Poço de José de Moura
95	Pombal
96	Princesa Isabel
97	Puxinanã
98	Queimadas
99	Quixabá
100	Remígio
101	Riachão
102	Riacho de Santo Antônio
103	Riacho dos Cavalos
104	Salgadinho
105	Salgado de São Félix
106	Santa Cecília
107	Santa Cruz
108	Santa Helena
109	Santa Luzia
110	Santana dos Garrotes
111	Santa Teresinha
112	Santo André
113	São Bentinho
114	São Bento
115	São Domingos
116	São Domingos do Cariri
117	São Francisco
118	São João do Cariri
119	São João do Rio do Peixe
120	São João do Tigre
121	São José da Lagoa Tapada
122	São José de Caiana
123	São José de Espinharas
124	São José de Piranhas
125	São José de Princesa
126	São José do Bonfim
127	São José do Brejo do Cruz
128	São José do Sabugi
129	São José dos Cordeiros
130	São Mamede
131	São Sebastião de Lagoa de Roça
132	São Sebastião do Umbuzeiro
133	São Vicente do Seridó
134	Serra Branca
135	Serraria
136	Solânea
137	Soledade
138	Sossêgo
139	Sousa
140	Tacima
141	Taperoá
142	Tavares
143	Teixeira
144	Tenório
145	Triunfo
146	Uiraúna
147	Umbuzeiro
148	Várzea
149	Vieirópolis
150	Zabelê

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.027, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Manaus - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Manaus-AM, no valor de R$ 1.116.839,60 (um milhão, cento e dezesseis mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006290/2021-75.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.028, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Inês - BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Inês-BA, no valor de R$ 789.389,58 (setecentos e oitenta e nove mil trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006319/2021-19.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.029, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Borba	Inundações - 1.2.1.0.0	082	16/04/2021	59051.011856/2021-91
AM	Nova Olinda do Norte	Inundações - 1.2.1.0.0	375	22/04/2021	59051.011807/2021-58
CE	Aracati	Estiagem - 1.4.1.1.0	059	18/05/2021	59051.011845/2021-19
MG	Francisco Badaró	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	36	17/03/2021	59051.010886/2021-80
PA	Prainha	Inundações - 1.2.1.0.0	015	04/05/2021	59051.011849/2021-99
PE	Brejo da Madre de Deus	Estiagem - 1.4.1.1.0	20	12/05/2021	59051.011756/2021-64
PI	Campo Alegre do Fidalgo	Estiagem - 1.4.1.1.0	018	29/04/2021	59051.011652/2021-50
RN	Rafael Godeiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	0147	27/04/2021	59051.011675/2021-64
RN	Taboleiro Grande	Estiagem - 1.4.1.1.0	016	04/05/2021	59051.011737/2021-38
SC	Marema	Estiagem - 1.4.1.1.0	106	28/04/2021	59051.011773/2021-00
SC	Xaxim	Estiagem - 1.4.1.1.0	0223	05/05/2021	59051.011782/2021-92

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.030, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Anamã - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Anamã - AM, no valor de R$ 1.172.239,90 (um milhão, cento e setenta e dois mil duzentos e trinta e nove reais e noventa centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006322/2021-32.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.031, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ubiretama - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ubiretama - RS, no valor de R$ 7.987,00 (sete mil novecentos e oitenta e sete reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006283/2021-73.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.032, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Ribeirão Claro	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	1093	22/02/2021	59051.011813/2021-13

Art. 2º Reconhecer a Situação de Emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	São José dos Pinhais	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	4.299	20/04/2021	59051.011664/2021-84

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.033, DE 27 DE MAIO DE 2021

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Minas Gerais/MG.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, considerando o Decreto nº 209, de 19 de maio de 2021, do Governo do Estado de Minas Gerais/MG, e as demais informações constantes no processo nº 59051.011863/2021-92, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de SECA, COBRADE: 1.4.1.2.0, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

N°	MUNICÍPIOS
1	Águas Vermelhas
2	Almenara
3	Araçuaí
4	Aricanduva
5	Arinos
6	Bandeira
7	Berilo
8	Berizal
9	Bocaiúva
10	Bonfinópolis de Minas
11	Bonito de Minas
12	Botumirim
13	Brasília de Minas
14	Buenópolis
15	Buritizeiro
16	Cachoeira de Pajeú
17	Campo Azul
18	Capitão Enéas
19	Caraí
20	Carbonita
21	Catuti
22	Chapada do Norte
23	Chapada Gaúcha
24	Claro dos Poções
25	Cônego Marinho

26	Coração de Jesus
27	Coronel Murta
28	Crisólita
29	Cristália
30	Curral de Dentro
31	Diamantina
32	Divisa Alegre
33	Divisópolis
34	Engenheiro Navarro
35	Espinosa
36	Felisburgo
37	Formoso
38	Francisco Badaró
39	Francisco Dumont
40	Francisco Sá
41	Fruta de Leite
42	Gameleiras
43	Glaucilândia
44	Grão Mogol
45	Guaraciama
46	Ibiaí
47	Ibiracatu
48	Icaraí de Minas
49	Indaiabira
50	Itacambira
51	Itacarambi
52	Itaobim
53	Itinga
54	Jacinto
55	Jaíba
56	Janaúba
57	Januária
58	Japonvar
59	Jenipapo de Minas
60	Jequitaí
61	Jequitinhonha
62	Joaíma
63	Jordânia
64	José Gonçalves de Minas
65	Josenópolis
66	Juramento
67	Juvenília
68	Lagoa dos Patos
69	Lassance
70	Leme do Prado
71	Lontra
72	Luislândia
73	Mamonas
74	Manga
75	Matias Cardoso
76	Mato Verde
77	Medina
78	Minas Novas
79	Mirabela
80	Miravânia
81	Montalvânia
82	Monte Azul
83	Monte Formoso
84	Montes Claros
85	Montezuma
86	Ninheira
87	Nova Porteirinha
88	Olhos D'Água
89	Pai Pedro
90	Patis
91	Pedra Azul
92	Pedras de Maria da Cruz
93	Pintópolis
94	Pirapora
95	Ponto Chique
96	Ponto dos Volantes
97	Porteirinha
98	Riachinho
99	Riacho dos Machados
100	Rio do Prado
101	Rio Pardo de Minas
102	Rubelita
103	Rubim
104	Santa Cruz de Salinas
105	Santa Fé de Minas
106	Santo Antônio do Jacinto
107	Santo Antônio do Retiro
108	São Francisco
109	São Geraldo do Baixio
110	São Gonçalo do Rio Preto
111	São João da Lagoa
112	São João da Ponte
113	São João das Missões
114	São João do Pacuí
115	São João do Paraíso
116	São Romão
117	Serranópolis de Minas
118	Taiobeiras
119	Teófilo Otoni
120	Ubaí
121	Urucuia
122	Vargem Grande do Rio Pardo
123	Várzea da Palma
124	Varzelândia
125	Verdelândia
126	Veredinha
127	Virgem da Lapa

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.034, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Tucumã - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2.927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção II, Edição 223, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Tucumã - PA, no valor de R$ 45.008,36 (quarenta e cinco mil oito reais e trinta e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006100/2021-10.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 179, DE 20 DE MAIO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, incisos II e III do Regimento Interno desta Autarquia;

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.000770/2021-06 e o contido no Despacho nº 5/2021-SUPERIN (SEI 0332627), resolve:

Art. 1º - Alterar o Regimento interno da Sudam, aprovado pela Resolução nº 70, de 08 de maio de 2017, cujos artigos passam à vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O artigo 10:

"Art. 10 - À Diretoria Colegiada - DICOL compete:

XXIII - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos;

XXIV - exercer outras competências pertinentes às atividades desta Autarquia".

Art. 3º Artigo 17:

"XII - verificar, previamente à formalização dos atos, a conformidade dos procedimentos relacionados à gestão de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e outros ajustes congêneres das ações finalísticas da Sudam, quando demandado pela Alta Gestão.

XIII - coordenar, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária - CPOR, as ações para elaboração do Plano de Ação Anual.

XIV - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada".

Art. 4º - Artigo 31:

"Art. 31 - À Divisão de Sistemas, Documentação e Informações Bibliográficas - DSIB, como unidade integrante da estrutura organizacional da Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação, compete:

VII - coordenar a execução das atividades relacionadas à gestão de protocolo para suporte às unidades administrativas da Sudam".

Art. 5º - Artigo 34:

"Art. 34. À Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças - COGAF, como unidade integrante da estrutura organizacional da Diretoria de Administração, compete: I - coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional - SIORG, do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, e outros dentro da área de sua competência";

Art. 6º - Artigo 37:

"Art. 37. À Coordenação de Gestão Administrativa - CGA, como unidade integrante da estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças, compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas à gestão de transporte, de serviços para suporte às atividades administrativas da Sudam e à gestão de contratos de aquisição de equipamentos."

VII - coordenar as atividades desenvolvidas e serviços prestados no âmbito da gráfica;

VIII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada".

Art. 7º - Artigo 40:

"Art. 40. À Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP, como unidade integrante da estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças, compete:

I - planejar, coordenar e avaliar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, em articulação permanente com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Inovação Institucional - SIORG e outros dentro da área de sua competência".

Art. 8º - Artigo 67:

"Art. 67. Ao Assessor do Superintendente compete:

I - assessorar o Superintendente em atividades e matérias de competência da Sudam;

II - coordenar suas atividades com o Assessor Técnico e demais unidades da Sudam".

Art. 9º - Artigo 68:

"Art. 68. Ao Assessor Técnico do Superintendente compete:

I - assessorar o Superintendente em atividades e matérias de competência da Sudam;

II - coordenar suas atividades com o Assessor e demais unidades da Sudam".

Art. 10 - Revogar o art. 16, XVII; o art. 17, XII, XIII e XV; e o art. 43.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente.

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas.

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos.

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO CPPI Nº 171, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Opina pela qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, caput, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso II, todos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, , resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, os trechos II (Caetité/BA - Barreiras/BA) e III (Barreiras/BA - Figueirópolis/TO) da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

RESOLUÇÃO CPPI Nº 182, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do segmento de abastecimento alimentar no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, caput, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 1º, inciso I, e todas da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, os armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB listados no Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º O Anexo II a esta Resolução apresenta o cronograma estimado para a realização das licitações dos empreendimentos de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

PORTARIA ME Nº 6.134, DE 27 DE MAIO DE 2021

Declara a revogação de atos normativos inferiores a decreto, para fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º declara a revogação dos seguintes atos normativos:

I - do extinto Ministério do Trabalho e Emprego:

a) Portaria nº 1.685, de 18 de outubro de 2013;

b) Portaria nº 120, de 16 de janeiro de 2014; e

c) Portaria nº 305, de 8 de maio de 2018;

II - Portaria nº 487, de 26 de dezembro de 2016, do extinto Ministério da Fazenda; e

III - do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

a) Portaria nº 304, de 21 de outubro de 2016; e

b) Portaria nº 1.056, de 5 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 17944.104467/2019-99

Interessados: Município de Nova Santa Rita - RS e Caixa Econômica Federal.

Assunto: Primeiro Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0534.400-45/2020, celebrado entre o Município de Nova Santa Rita - RS e a Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), cujos recursos são destinados à pavimentação das Ruas N - Bairro Berto Círio; Estrada Porto da Farinha - Bairro Caju e Rua Nove de Dezembro - Bairro Centro, no âmbito do FINISA (SEI 15418166).

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 901, DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE, para o exercício de 2021.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Resoluções CODEFAT nº 439 e 440, ambas de 2 de junho de 2005, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Aprovar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2021 - PDE/2021 conforme Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica o Ministério da Economia autorizado a proceder à alocação de novos recursos da PDE/2021, no montante de até R$ 2.148.000.000,00 (dois bilhões, cento e quarenta e oito milhões de reais), às instituições financeiras operadoras de depósitos especiais do FAT, mediante a celebração de Termo de Alocação de Depósito Especial do FAT - TADE, ou Termo Aditivo ao TADE em vigor, entre a Secretaria Executiva do CODEFAT e a instituição signatária do TADE.

§1º Os recursos mencionados no caput deste artigo serão provenientes de excedentes à Reserva Mínima de Liquidez do FAT e de realocação de depósito especial do Fundo aplicados nas instituições financeiras.

§2º Na alocação de recursos de que trata o caput deste artigo deverá ser observada a programação dos montantes dos valores por programa e por linha de crédito especial.

Art. 3º Os acréscimos de novos recursos e alterações na PDE/2020 somente poderão ser efetuados após aprovação deste Conselho, observado o disposto na Resolução CODEFAT nº 440, de 2 de junho de 2005 e nesta Resolução.

Art. 4º O disposto nos artigos 2º e 3º desta Resolução aplica-se somente à programação constante da coluna "Alocações Autorizadas pelo CODEFAT", sendo as demais colunas de livre movimentação, mantidas atualizadas pelas instituições financeiras oficiais federais junto à Secretaria Executiva do CODEFAT.

Art. 5º Fica a Secretaria Executiva do CODEFAT autorizada a adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

PROGRAMAS	59.798	792.000.000	2.138.000.000	2.930.000.000
FAT - FOMENTAR	22.831	505.000.000	50.000.000	555.000.000
Programa de Fomento às Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas - FAT - FOMENTAR, destinado a geração de emprego e renda por meio da concessão de financiamentos voltados para o investimento produtivo.				
EMPRESAS COM FAT. ATÉ R$ 10 MILHÕES	22.828	499.000.000	50.000.000	549.000.000
MÉDIA E GRANDE EMPRESA	3	6.000.000	-	6.000.000
PROGER URBANO	23.285	287.000.000	738.000.000	1.025.000.000
Programa de Geração de Emprego e Renda para o setor Urbano - Proger Urbano, destinado à concessão de financiamentos para empresas com faturamento até R$ 10 milhões, inclusive dos setores de exportação e turismo.				
INVESTIMENTO	17.000	280.000.000	320.000.000	600.000.000
CAPITAL DE GIRO	6.100	6.000.000	400.000.000	406.000.000
EXPORTAÇÃO	185	1.000.000	18.000.000	19.000.000
PRONAF	13.682	-	1.350.000.000	1.350.000.000
Alocação de recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com o objetivo de fomentar à concessão de financiamentos aos agricultores familiares, de forma individual ou coletiva.				
INVESTIMENTO	13.682	-	1.350.000.000	1.350.000.000
LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
FAT - TAXISTA	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
Linha de Crédito Especial destinada ao financiamento da aquisição de veículos de aluguel para transporte individual de passageiros e bens (TAXI).				
FAT - TAXISTA	750	20.000.000	10.000.000	30.000.000
TOTAL	60.548	812.000.000	2.148.000.000	2.960.000.000

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 902, DE 26 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução CODEFAT nº 890, de 2 de dezembro de 2020, que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e o disposto no § 1º, do art. 3º, da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CODEFAT nº 890, de 2 de dezembro de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. Excepcionalmente, no prazo de até 30 de novembro de 2021, o credenciamento dos CTER poderá ser realizado por meio de autuação de processo administrativo, mediante a juntada dos documentos elencados no § 2º do art. 14 desta Resolução.

....."

(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 903, DE 26 DE MAIO DE 2021

Revoga expressamente Resoluções do CODEFAT cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º Revogar expressamente Resoluções do CODEFAT cuja eficácia ou validade encontram- se prejudicadas, por terem se exaurido no tempo, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as seguintes Resoluções:

I - nº 48, de 14 de julho de 1993;
II - nº 72, de 8 de novembro de 1994;
III - nº 73, de 16 de dezembro de 1994;
IV - nº 93, de 14 de setembro de 1995;
V - nº 100, de 7 de fevereiro de 1996;
VI - nº 103, de 6 de março de 1996;
VII - nº 105, de 17 de abril de 1996;
VIII - nº 108, de 12 de junho de 1996;
IX - nº 109, de 1º de julho de 1996;
X - nº 112, de 1º de agosto de 1996;
XI - nº 117, de 21 de agosto de 1996;
XII - nº 118, de 21 de agosto de 1996;
XIII - nº 119, de 21 de agosto de 1996;
XIV - nº 121, de 18 de setembro de 1996;
XV - n 127, de 23 de outubro de 1996;
XVI - nº 129, de 23 de outubro de 1996;
XVII - Nº 130, de 23 de outubro de 1996;
XVIII - nº 131, de 27 de novembro de 1996;
XIX - nº 133, de 19 de dezembro de 1996;
XX - nº 135, de 3 de abril de 1997;
XXI - nº 140 de 5 de junho de 1997;
XXII - nº 145, de 30 de julho de 1997;
XXIII - nº 146, de 30 de julho de 1997;
XXIV - nº 149, de 30 de setembro de 1997;
XXV - nº 153, de 30 de setembro de 1997;
XXVI - nº 154, de 26 de novembro de 1997;
XXVII - nº 156, de 2 de fevereiro de 1998;
XXVIII - nº 157, de 17 de fevereiro de 1998;
XXIX - nº 160, de 17 de fevereiro de 1998;
XXX - n 169, de 21 de maio de 1998;
XXXI - nº 173, de 27 de maio de 1998;
XXXII - nº 174, de 27 de maio de 1998;
XXXIII - nº 175, de 27 de maio de 1998;
XXXIV - nº 176, de 27 de maio de 1998;
XXXV - nº 177, de 27 de maio de 1998;
XXXVI - nº 178, de 12 de junho de 1998;
XXXVII - nº 180, de 25 de junho de 1998;
XXXVIII - nº 191, de 3 de setembro de 1998;
XXXIX - nº 192, de 23 de setembro de 1998;
XL - nº 207, de 29 de abril de 1999;
XLI - nº 211, de 24 de junho de 1999;
XLII - nº 214, de 29 de julho de 1999;
XLIII - nº 217, de 22 de setembro de 1999;
XLIV - nº 218, de 22 de setembro de 1999;
XLV - nº 222, de 1º de outubro de 1999;
XLVI - nº 228, de 9 de dezembro de 1999;
XLVII - nº 229, de 9 de dezembro de 1999;
XLVIII - nº 230, de 20 de dezembro de 1999;
XLIX - nº 237, de 26 de maio de 2000;
L - nº 239, de 11 de agosto de 2000;
LI - nº 240, de 11 de agosto de 2000;
LII - nº 241, de 15 de setembro de 2000;
LIII - nº 243, de 4 de outubro de 2000;
LIV - nº 245, de 4 de outubro de 2000;
LV - nº 246, de 4 de outubro de 2000;
LVI - nº 247, de 4 de outubro de 2000;
LVII - nº 248, de 4 de outubro de 2000;
LVIII - nº 250, de 4 de outubro de 2000;
LIX - nº 255, de 19 de outubro de 2000;
LX - nº 256, de 22 de novembro de 2000;
LXI - nº 260, de 22 de março de 2001;
LXII - nº 264, de 23 de maio de 2001;
LXIII - nº 265, de 23 de maio de 2001;
LXIV - nº 271, de 10 de outubro de 2001;
LXV - nº 272, de 10 de outubro de 2001;
LXVI - nº 280, de 8 de maio de 2002;
LXVII - nº 281, de 8 de maio de 2002;
LXVIII - nº 283, de 16 de maio de 2002;
LXIX - nº 294, de 3 de setembro de 2002;
LXX - nº 295, de 3 de setembro de 2002;
LXXI - nº 296, de 3 de setembro de 2002;
LXXII - nº 297, de 3 de setembro de 2002;
LXXIII - nº 298, de 3 de setembro de 2002;
LXXIV - nº 299, de 3 de setembro de 2002;
LXXV - nº 300, de 3 de setembro de 2002;
LXXVI - nº 302, de 21 de outubro de 2002;
LXXVII - nº 303, de 6 de novembro de 2002;
LXXVIII - nº 307, de 19 de novembro de 2002;
LXXIX - nº 308, de 21 de novembro de 2002;
LXXX - nº 312, de 10 de fevereiro de 2003;
LXXXI - nº 322, de 30 de maio de 2003;
LXXXII - nº 323, de 2 de junho de 2003;
LXXXIII - nº 324, de 2 de junho de 2003;
LXXXIV - nº 325, de 2 de junho de 2003;
LXXXV - nº 326, de 2 de junho de 2003;
LXXXVI - nº 331, de 10 de julho de 2003;
LXXXVII - nº 332 de 10 de julho de 2003;
LXXXVIII - nº 334, de 10 de julho de 2003;
LXXXIX - nº 335, de 10 de julho de 2003;
XC - nº 336, de 10 de julho de 2003;
XCI - nº 337 de 10 de julho de 2003;
XCII - nº 338, de 10 de julho de 2003;
XCIII - nº 347, de 5 de agosto de 2003;
XCIV - nº 348, de 5 de agosto de 2003;
XCV - nº 349, de 5 de agosto de 2003;
XCVI - nº 350, de 5 de agosto de 2003;
XCVII - nº 351, de 5 de agosto de 2003;
XCVIII - nº 352, de 5 de agosto de 2003;
XCIX - nº 353, de 5 de agosto de 2003;
C - nº 357, de 5 de agosto de 2003;
CI - nº 358, de 5 de agosto de 2003;
CII - nº 360, de 17 de setembro de 2003;
CIII - nº 361, de 17 de setembro de 2003;
CIV - nº 362, de 17 de setembro de 2003;
CV - nº 366, de 17 de setembro de 2003;
CVI - nº 367, 17 de setembro de 2003;
CVII - nº 372, de 26 de novembro de 2003;
CVIII - nº 375, de 19 de dezembro de 2003;
CIX - nº 378, de 17 de março de 2004;
CX - nº 381, de 17 de março de 2004;
CXI - nº 386, de 28 de abril de 2004;
CXII - nº 387, de 28 de abril de 2004;
CXIII - nº 390, de 8 de junho de 2004;
CXIV - nº 396, de 31 de agosto de 2004;
CXV - nº 397, de 31 de agosto de 2004;
CXVI - nº 398, de 31 de agosto de 2004;
CXVII - nº 399, de 31 de agosto de 2004;
CXVIII - nº 400, de 31 de agosto de 2004;
CXIX - nº 403, de 15 de setembro de 2004;
CXX - nº 405, de 28 de outubro de 2004;
CXXI - nº 412, de 7 de dezembro de 2004;
CXXII - nº 414, de 23 de dezembro de 2004;
CXXIII - nº 416, de 23 de dezembro de 2004;
CXXIV - nº 418, de 28 de dezembro de 2004;
CXXV - nº 422, de 21 de janeiro de 2005;
CXXVI - nº 424, de 6 de abril de 2005; e
CXXVII - nº 425, de 6 de abril de 2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 904, DE 26 DE MAIO DE 2021

Revoga expressamente Resoluções do CODEFAT cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º Revogar expressamente Resoluções do CODEFAT cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, seja por terem se exaurido no tempo ou por terem sido tacitamente revogadas por outras supervenientes, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Ficam expressamente revogadas as seguintes Resoluções:

I - nº 96, de 18 de outubro de 1995;
II - nº 126, de 23 de outubro de 1996;
III - nº 185, de 2 de julho de 1998;
IV - nº 204, de 11 de março de 1999;
V - nº 205, de 17 de março de 1999;
VI - nº 216, de 14 de setembro de 1999;
VII - nº 285, de 23 de julho de 2002;
VIII - nº 368, de 6 de novembro de 2003;
IX - nº 374, de 2 de dezembro de 2003;
X - nº 404, de 29 de setembro de 2004;
XI - nº 461, de 3 de novembro de 2005;
XII - nº 475, de 13 de fevereiro de 2006;
XIII - nº 477, de 27 de março de 2006;
XIV - nº 480, de 5 de abril de 2006;
XV - nº 481, de 19 de abril de 2006;
XVI - nº 492, de 8 de maio de 2006;
XVII - nº 495, de 13 de junho de 2006;
XVIII - nº 514, de 20 de novembro de 2006;
XIX - nº 517, de 24 de novembro de 2006;
XX - nº 518, de 12 de dezembro de 2006;
XXI - nº 520, de 14 de dezembro de 2006;
XXII - nº 527, de 29 de março de 2007;
XXIII - nº 532, de 27 de abril de 2007;
XXIV - nº 557, de 26 de setembro de 2007;
XXV - nº 558, de 28 de novembro de 2007;
XXVI - nº 570, de 16 de abril de 2008;
XXVII- nº 577, de 11 de junho de 2008;
XXVIII- nº 604, de 27 de maio de 2009;
XXIX - nº 621, de 5 de novembro de 2009;
XXX - nº 633, de 25 de março de 2010;
XXXI - nº 666, de 26 de maio de 2011;
XXXII- nº 670, de 28 de junho de 2011;
XXXIII - nº 672, de 28 de julho de 2011;
XXXIV - nº 700, de 30 de agosto de 2012;
XXXV - nº 791, de 28 de junho de 2017;
XXXVI - nº 806, de 24 de abril de 2018; e
XXXVII - nº 829, de 26 de março de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 905, DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o art. 6º, § 1º, e o art. 9º da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Seção I

Do Objetivo

Art. 1º Dispor sobre a oferta do bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" - bloco Qualificação no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelecer os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

§ 1º O bloco Qualificação compõe o conjunto de ações e serviços do SINE, nos termos do art.2º, inciso I, da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019.

§ 2º O bloco Qualificação, quando financiado com recursos da União, será objeto de plano de ações e serviços específico, que será elaborado pelo ente parceiro e aprovado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, e detalhará as metas a serem alcançadas ao longo do exercício, nos termos do regulamento a ser editado pela União.

§ 3º Os recursos da União destinados ao bloco Qualificação serão transferidos de acordo com o desempenho da gestão descentralizada dos serviços de qualificação profissional providos pelos entes parceiros, apurado por meio do relatório de gestão relativo ao exercício anterior.

§ 4º Os recursos da União destinados ao bloco Qualificação serão utilizados, em até dois exercícios, para ampliação dos serviços próprios de qualificação profissional providos pelos entes parceiros e deverão, como condição para sua aplicação, estar previstos nos respectivos planos de ações e serviços.

Seção II

Dos Serviços Locais de Qualificação e da Oferta do Bloco Qualificação

Art. 2º Os serviços locais de qualificação profissional deverão fundamentar-se em parâmetros técnicos suficientes a lhes permitir o adequado planejamento, a correta execução, a avaliação objetiva de seus indicadores e a apreciação, pelo CTER dos respectivos entes parceiros do SINE, da prestação de contas dos recursos neles empregados, de maneira que possa a União, para os fins que lhe competem, aferir o cumprimento de seus resultados, conforme parâmetros estabelecidos no art. 8º desta Resolução.

Parágrafo único. A compatibilidade dos parâmetros de que trata o caput nos serviços locais de qualificação profissional aos fins desta Resolução será demonstrada por meio do plano de ações e serviços do bloco Qualificação, que será elaborado pelos entes parceiros e aprovados pelos respectivos CTER.

Art. 3º Poderão ofertar serviços do bloco Qualificação todos os entes que aderirem ao SINE, nos termos do art. 5º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019.

Art. 4º O interesse em ofertar o bloco Qualificação em consonância com esta Resolução será expresso pelos entes:

I - no ofício apresentado no ato da adesão ao SINE, à luz do art. 5º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019; ou

II - posteriormente, a qualquer tempo, no caso dos entes que já integrem o sistema, mediante ofício específico.

Art. 5º Para oferta dos serviços do bloco Qualificação, integrados com os demais serviços da rede de atendimento do SINE, os entes parceiros deverão utilizar a plataforma SuperTec como ferramenta de captação das demandas do setor produtivo por mão de obra qualificada.

Parágrafo único. Aos entes parceiros que manifestarem o interesse em ofertar o bloco Qualificação nos termos desta Resolução será concedido o acesso à utilização da plataforma SuperTec e oferecida assistência técnica e metodológica auxiliar em sua aplicação.

Seção III

Da Elegibilidade para as Transferências Voluntárias ao Bloco Qualificação

Art. 6º Serão elegíveis para as transferências automáticas federais para oferta do bloco Qualificação, no âmbito do SINE, os entes que:

I - aderirem ao SINE, de acordo com o art. 5º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019;

II - cumprirem os requisitos para transferência automática de recursos, nos termos do art. 7º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019;

III - mantiverem unidade própria de atendimento do SINE;

IV - tiverem ofertado, no exercício anterior, os serviços do bloco Qualificação, observados os dispostos na Seção II desta Resolução;

V - demonstrarem desempenho da gestão descentralizada de seus serviços de qualificação profissional, apurado por meio do relatório de gestão relativo ao exercício anterior;

VI - comprovarem a existência de recursos orçamentários próprios destinados à ação de qualificação profissional alocados ao respectivo fundo para o exercício; e

VII - formalizarem plano de ações e serviços específico para o bloco Qualificação, aprovado pelos respectivos CTER.

§ 1º O relatório de gestão de que trata o inciso V deverá ser apresentado até 31 de março do exercício subsequente à realização das ações nele declaradas.

§ 2º O plano de ações e serviços de que trata o inciso VII deverá ser formalizado até 30 de junho do respectivo exercício, observada a distribuição dos recursos de que trata o art. 9º, § 3º, desta Resolução.

Seção IV

Das Regras para Distribuição e para Alocação dos Recursos

Art. 7º O bloco Qualificação, em observância à Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, instituída pelo Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019, buscará o máximo alinhamento entre a demanda do setor produtivo por mão de obra qualificada e a oferta de qualificação profissional.

Art. 8º A distribuição dos recursos do bloco Qualificação será feita a cada exercício, de acordo com a disponibilidade orçamentária e incidirá sobre as horas que compõem os cursos executados no âmbito de ações efetivas de qualificação profissional.

§ 1º Consideram-se ações efetivas de qualificação profissional aquelas que se relacionem às ocupações demandadas na plataforma SuperTec ou que estejam contratadas em instrumentos com incentivos de desempenho, em que os desembolsos financeiros sejam condicionados ao atingimento de resultados de empregabilidade ou de produtividade.

§ 2º Serão admitidas, para os fins do parágrafo anterior, as ações efetivas de qualificação profissional que, em quantidade de beneficiários alcançados, corresponderem a até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de vagas em ocupações demandadas na plataforma SuperTec, quando for essa a metodologia adotada.

Art. 9º O valor a que cada ente elegível fará jus no exercício será apurado por meio de índice de gestão descentralizada do bloco Qualificação - IGD Qualificação, que corresponderá à quantidade de horas relativas às ações efetivas por ele executadas no período de apuração multiplicada pela razão entre o orçamento total da União alocado para as transferências automáticas do bloco Qualificação e o total de horas relativas às ações efetivas ofertadas pelo conjunto dos entes elegíveis no mesmo período.

§ 1º O valor a ser transferido pela União aos entes à luz do que dispõe o caput limitar-se-á ao montante dos recursos próprios por eles alocado em seus respectivos planos de ações e serviços.

§ 2º Serão excluídas do cômputo de que trata o caput as horas relativas às ações executadas no período de apuração custeadas pelas transferências automáticas federais.

§ 3º O coordenador nacional submeterá à aprovação do CODEFAT, por meio de Resolução, o planejamento das ações de qualificação social e profissional, a serem executadas pela União e pelas esferas de governo que aderirem ao SINE, e divulgará, até 31 de maio de cada exercício, a distribuição dos recursos apurada por meio do IGD Qualificação de que trata o caput.

Art. 10. Para os fins desta Resolução, os entes parceiros poderão, em caráter suplementar, registrar na plataforma SuperTec demandas de qualificação profissional de acordo com as vagas de emprego abertas no banco do serviço de Intermediação de Mão de Obra do SINE para cujo preenchimento o encaminhamento de trabalhadores desempregados não seja suficiente.

§ 1º A compatibilidade entre as demandas de qualificação profissional registradas diretamente pelos entes parceiros e as vagas de emprego abertas e não preenchidas no banco do serviço de Intermediação de Mão de Obra do SINE será demonstrada por meio de relatório comparativo, aprovado pelos respectivos CTER, que comporá o relatório de gestão do exercício.

§ 2º Serão excluídas do IGD Qualificação dos entes parceiros as vagas cuja compatibilidade de que trata o parágrafo anterior não seja devidamente demonstrada.

Art. 11. Havendo contingenciamento de recursos, serão priorizadas as transferências automáticas aos entes que demonstrem, no período de apuração, maiores razões entre a quantidade de horas relativas a ações efetivas de qualificação profissional executadas e suas respectivas populações oficiais, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Seção V

Das Emendas Parlamentares

Art. 12. Os estados, o Distrito Federal e os municípios beneficiários de emendas parlamentares deverão apresentar plano de ações e serviços em estrita observância a esta Resolução e aos demais normativos aplicáveis ao bloco Qualificação.

§ 1º As transferências automáticas dos recursos ao bloco Qualificação oriundos de emendas parlamentares com indicação de beneficiário prescindirão da apuração de desempenho do ente no exercício anterior e a elas não se aplicam os dispostos no art. 6º, incisos IV e V.

§ 2º Adicionalmente, não se aplicam os dispostos nas Seções IV e VI desta Resolução às transferências automáticas dos recursos ao bloco Qualificação oriundos de emendas parlamentares com indicação de beneficiário.

§ 3º Nos casos em que mais de uma emenda parlamentar seja indicada para o mesmo ente beneficiário ou nos casos em que o ente beneficiário de emenda parlamentar faça jus a recursos distribuídos nos termos do art. 9º desta Resolução, os respectivos montantes serão objeto de um único plano de ações e serviços, elaborado pelo ente parceiro e aprovado pelo respectivo CTER.

§ 4º O não cumprimento do disposto no caput caracterizará impedimento de ordem técnica e inviabilizará, enquanto não for sanado, a formalização do plano de ações e serviços com vistas à transferência automática de recursos.

Seção VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 13. No exercício de 2021, os recursos serão distribuídos de acordo com a execução em relação à população dos entes parceiros, o que será aferido pelo valor de seu orçamento per capita para o bloco Qualificação multiplicado pela razão entre o orçamento total da União alocado para as transferências automáticas do bloco Qualificação e o somatório dos valores dos orçamentos per capita dos entes elegíveis no mesmo período alocados para a mesma finalidade.

§ 1º O valor do orçamento per capita dos entes será obtido pela razão entre o orçamento para o bloco Qualificação por eles alocado e sua população oficial, de acordo com os dados do IBGE.

§ 2º Não se aplica ao caput a incidência de que trata o art. 8º desta Resolução.

§ 3º Aplicam-se ao caput os dispostos no art. 9º, §§ 1º e 2º, e art. 11 desta Resolução.

§ 4º Não se aplicam ao caput os dispostos no art. 6º, incisos IV e V, desta Resolução.

§ 5º Excepcionalmente, o relatório de gestão de que trata o inciso V do art. 6º desta Resolução, relativo ao exercício de 2020, deverá ser apresentado até 30 de junho de 2021.

§ 6º Excepcionalmente, o planejamento das ações de qualificação social e profissional de que trata o art. 9º, § 3º, relativo ao exercício de 2021, será divulgado até 15 de agosto de 2021.

§ 7º Excepcionalmente, o plano de ações e serviços de que trata o inciso VII, relativo ao exercício de 2021, deverá ser formalizado pelos entes até 30 de setembro de 2021.

Art. 14. Ficam revogadas as Resoluções do CODEFAT:

I - nº 866, de 16 de julho de 2020;

II - nº 871, de 30 de julho de 2020; e

III - nº 874, de 24 de agosto de 2020.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 906, DE 26 DE MAIO DE 2021

Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º Estabelecer em R$ 16,00 (dezesseis reais) o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil.

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções do CODEFAT:

I - nº 814, de 26 de junho de 2018; e

II - nº 821, de 3 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 907, DE 26 DE MAIO DE 2021

Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19 da Lei n° 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Seção I

Do objeto

Art. 1º Reestruturar o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação social e profissional e de certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Seção II

Dos entes participantes

Art. 2º O QUALIFICA BRASIL será executado pelo Ministério da Economia - ME, nos termos das atribuições regimentais que lhe cabem.

§ 1º As parcerias para execução do programa serão formalizadas mediante a celebração de contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de execução descentralizada, contratos de impacto social, transferência automáticas entre os fundos do trabalho e outros instrumentos pertinentes, à luz da legislação vigente, desta Resolução, das demais decisões emanadas deste Conselho e de normas operacionais aplicáveis.

§ 2º Poderão atuar na execução do programa os estados, o Distrito Federal, os municípios, os consórcios de municípios, as organizações governamentais e intergovernamentais, e as pessoas jurídicas, com e sem fins lucrativos.

§ 3º As ações de qualificação que compõem o QUALIFICA BRASIL poderão ser executadas:

I - diretamente pelo ME, por meio de contratos com instituições privadas que desenvolvam atividades afins com o objeto do programa, independentemente de terem finalidade lucrativa;

II - diretamente, por meio de termos de colaboração e termos de fomento com instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades afins com o objeto do programa;

III - indiretamente, por meio de convênios, transferências automáticas entre os fundos do trabalho e outros instrumentos pertinentes com as secretarias estaduais, do Distrito Federal e municipais de trabalho ou equivalentes, e com os consórcios de municípios; e

IV - indiretamente, por meio de termos de execução descentralizada com órgãos da União.

§ 4º Para executar ações de qualificação no âmbito do QUALIFICA BRASIL, os entes parceiros poderão implementar ou integrar instrumentos jurídicos com vistas à consecução de contrato de impacto social, e deverão, no caso de execução direta, possuir como atividade principal o desenvolvimento de ações de qualificação e/ou educação e dispor de estrutura física, estrutura pedagógica e corpo técnico adequados aos objetivos do programa.

§ 5º Para fins desta Resolução, Contrato de Impacto Social é todo acordo de vontades, formalizado por instrumento jurídico específico, por meio do qual uma ou mais entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, se comprometem a atingir determinadas metas de interesse público, mediante o pagamento de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente, do atingimento dos objetivos.

§ 6º Aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios parceiros do SINE que possuam programa, plano ou ação de qualificação profissional próprio, aprovado pelo respectivo Conselho de Trabalho, Emprego e Renda - CTER, não se aplicam os dispostos nesta Resolução.

§ 7º Aplica-se aos recursos do FAT transferidos aos fundos de trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios parceiros do SINE o custo aluno/hora médio estabelecido pelo CODEFAT para as ações de qualificação social e profissional.

Seção III

Dos objetivos, princípios e definições

Art. 3º São objetivos do QUALIFICA BRASIL:

I - promover a empregabilidade do trabalhador;

II - incrementar a produtividade e a renda do trabalhador; e

III - contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Art. 4° A operacionalização do QUALIFICA BRASIL dar-se-á em sintonia com os planos plurianuais do Governo Federal e em observância aos seguintes princípios:

I - articulação entre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda;

II - qualificação como direito do trabalhador;

III - tripartismo, diálogo e controle social;

IV - não superposição de ações;

V - adequação entre as demandas do mundo do trabalho e a oferta de ações de qualificação;

VI - estímulo ao empreendedorismo;

VII - reconhecimento dos saberes acumulados na vida e no trabalho; e

VIII - qualidade pedagógica das ações.

Art. 5° Definem-se como ações de qualificação social e profissional - QSP aquelas que:

I - concorram para a formação técnica, intelectual e cultural do trabalhador;

II - facilitem a obtenção de emprego e trabalho decente e a participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda;

III - reduzam os riscos de demissão e as taxas de rotatividade no mercado de trabalho;

IV - colaborem para a elevação da escolaridade do trabalhador, por meio do estímulo à ascensão laboral;

V - fomentem o empreendedorismo;

VI - articulem-se com as ações de caráter macroeconômico e com micro e pequenos empreendimentos, para permitir o aproveitamento, pelos trabalhadores, das oportunidades geradas pelo desenvolvimento local e regional;

VII - contribuam para a elevação da produtividade, da competitividade e da renda; e

VIII - promovam a inclusão social do trabalhador.

Seção IV

Dos públicos prioritários

Art. 6º As ações de QSP serão direcionadas prioritariamente para os seguintes públicos:

I - beneficiários do seguro-desemprego;

II - trabalhadores desempregados cadastrados no banco de dados do SINE;

III - Trabalhadores empregados e desempregados afetados por processo de modernização tecnológica, choques comerciais e /ou outras formas de restruturação econômica produtiva;

IV - beneficiários de políticas de inclusão social e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;

V - internos e egressos do sistema prisional e de medidas socioeducativas;

VI - trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo;

VII - familiares de egressos do trabalho infantil;

VIII - trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda;

IX - trabalhadores cooperativados, em condição associativa ou autogestionada, e empreendedores individuais;

X - trabalhadores rurais;

XI - pescadores artesanais;

XII - aprendizes;

XIII - estagiários;

XIV - pessoas com deficiências; e

XV - idosos.

Seção V

Das modalidades

Art. 7º O QUALIFICA BRASIL será implementado por meio das seguintes modalidades:

I - Qualificação Presencial;

II - Qualificação à Distância;

III - Passaporte Qualificação;

IV - Certificação Profissional; e

V - Fomento a Estratégias de Empregabilidade.

Subseção I

Da qualificação presencial

Art. 8º A Qualificação Presencial consiste na execução de cursos de qualificação social e profissional dos trabalhadores, de forma a assegurar progressivo alinhamento e articulação entre a demanda do mercado de trabalho e oferta de cursos, em observância aos princípios e objetivos do QUALIFICA BRASIL.

§ 1º A celebração de instrumentos para a promoção de projetos de Qualificação Presencial com estados, Distrito Federal ou municípios ficará condicionada a que os entes utilizem o Portal Emprega Brasil, o aplicativo denominado Sine Fácil e demais soluções disponibilizadas pelo ME.

§ 2º Na formulação dos projetos de Qualificação Presencial deverão ser previstos meios de integração com as ações de intermediação de mão de obra no âmbito do SINE, com vistas à inserção dos beneficiários no mundo do trabalho.

§ 3º A não existência de unidade de atendimento do SINE na localidade não será impedimento para a realização, pelo estado ou pela União, de ações de qualificação social e profissional destinadas aos trabalhadores da localidade, sem prejuízo da observância do disposto no parágrafo anterior.

Art. 9º No âmbito da Qualificação Presencial, será obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) das vagas para atendimento a pessoas com deficiências, desde que elas não lhes sejam impeditivas ao exercício da atividade laboral correspondente ao curso pretendido, e, cumulativamente, para atendimento a idosos.

§ 1º A informação sobre o tipo de deficiência do trabalhador beneficiário deverá constar do sistema de gestão disponibilizado pelo ME.

§ 2º No atendimento à pessoa com deficiência deverão ser observados:

I - as disposições da norma regulamentadora da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, nos termos da legislação vigente;

II - as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que tratem da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; e

III - as disposições da legislação brasileira relativas à inclusão da pessoa com deficiência.

§ 3º Os segurados da Previdência Social em processo de reabilitação profissional poderão ser incluídos nas vagas de que trata o caput deste artigo, cumpridas as disposições da norma regulamentadora da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 4º Verificada adesão de beneficiários dos públicos de que trata o caput deste artigo abaixo do percentual ali estabelecido e comprovado o emprego de meios razoáveis para sua mobilização, poderá ser autorizado o preenchimento das vagas remanescentes por beneficiários dos demais públicos previstos no projeto.

Art. 10. Sem prejuízo das exigências e informações requeridas nos respectivos instrumentos de celebração, deverá a proposta técnica da execução de projetos de Qualificação Presencial conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - descrição completa do objeto a ser executado;

II - estimativa de recursos financeiros;

III - previsão de prazo para execução;

IV - cronograma de execução, detalhando etapas e prazos;

V - cronograma de desembolso/pagamento;

VI - matriz de custos detalhados;

VII - meta total de público a ser qualificado;

VIII - matriz de demanda informando, por município, a meta para cada curso, com o código da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO correspondente, quando aplicável; e

IX - distribuição da meta por município, quando aplicável.

Parágrafo único. A proposta técnica deverá ser elaborada com base no Mapeamento das Demandas por Qualificação Social e Profissional - MDQSP de que trata o art. 21.

Art. 11. A composição dos custos para execução de cada projeto de Qualificação Presencial será objeto de norma operacional especifica.

Parágrafo único. Competirá aos entes executores custear os materiais didáticos gerais e específicos; equipamentos de proteção individual - EPI, quando necessário; auxílio transporte e alimentação para alunos, quando necessário; e uniformes, quando adotados pela instituição de ensino sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ao trabalhador beneficiário do curso.

Art. 12. Os cursos de Iniciação Profissional ministrados no âmbito dos Projetos de Qualificação deverão contemplar carga-horária de 20 horas para conteúdos básicos compreendendo, pelo menos, os seguintes temas:

I - comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;

II - raciocínio lógico-matemático;

III - saúde e segurança no trabalho;

IV - direitos humanos, sociais e trabalhistas;

V - relações interpessoais no trabalho;

VI - orientação profissional; e

VII - responsabilidade sócio-ambiental.

Parágrafo único. Complementarmente, poderão ser ministrados conteúdos relacionados ao empreendedorismo, à gestão, à autogestão, ao associativismo, ao cooperativismo e à melhoria da qualidade e da produtividade.

Subseção II

Da qualificação à distância

Art. 13. A Qualificação à Distancia - QaD contempla o desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional, por meio de equipamentos, serviços, redes e tecnologias de informação e comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização da orientação, do ensino e da aprendizagem entre docentes e/ou processos cognitivos e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados.

§ 1º As ações de QaD no âmbito do QUALIFICA BRASIL poderão ser desenvolvidas:

I - integralmente à distância;

II - parte à distância e parte presencialmente, sem prática profissional; e

III - parte à distância e parte presencialmente, com prática profissional.

§ 2º As ações a serem desenvolvidas na modalidade de QaD deverão constar de projeto específico, que poderão ser objeto de consultas a entidades especializadas em educação à distância e, para sua implementação, a Administração observará as exigências e informações requeridas nos respectivos instrumentos de celebração.

§ 3º Terão prioridade de inscrição nas ações de QaD os beneficiários do seguro-desemprego.

§ 4º Poderão ser realizados com recursos do FAT aquisição, desenvolvimento e manutenção de softwares e hardwares para operacionalização das ações de QaD, bem como a utilização de software como serviço, mediante a celebração de instrumentos adequados, observada a legislação federal pertinente.

§ 5º Os cursos, softwares e hardwares adquiridos ou desenvolvidos, à exceção dos softwares utilizados como serviço, serão propriedade do FAT, sendo vedada a cessão, a locação ou a venda a terceiros de qualquer um desses produtos, ressalvadas as situações autorizadas de uso compartilhado para o alcance dos objetivos do programa.

Subseção III

Do passaporte qualificação

Art. 14. O Passaporte Qualificação consiste na disponibilização ao trabalhador de curso ofertado por unidade de qualificação profissional credenciada para essa finalidade.

§ 1º Para a operacionalização do Passaporte Qualificação poderão ser firmadas parcerias com as entidades da rede de educação profissional com vistas à disponibilização de vagas em cursos de qualificação e a Administração observará as exigências e informações requeridas nos respectivos instrumentos de celebração.

§ 2º Terão prioridade no Passaporte Qualificação os beneficiários do seguro-desemprego.

Subseção IV

Da certificação profissional

Art. 15. As ações de Certificação Profissional no âmbito do QUALIFICA BRASIL consistem no reconhecimento dos saberes, habilidades e práticas profissionais, desenvolvidas em processos formais ou informais de aprendizagem.

Parágrafo único. Poderão ser celebrados instrumentos para viabilização de processos de certificação de trabalhadores, de forma a contribuir para a inserção e a mobilidade dos trabalhadores no mundo do trabalho.

Subseção V

Do fomento a estratégias de empregabilidade

Art. 16. As ações de Fomento a Estratégias de Empregabilidade consistem na adesão onerosa do Ministério da Economia, com vistas ao cumprimento das finalidades da política de que trata esta Resolução, a programas, planos, modelos e iniciativas, de natureza pública ou privada, que se caracterizem como referências de boas práticas em qualificação social e profissional.

§ 1º Enquadram-se no que dispõe o caput deste artigo os programas, os planos, os modelos e as iniciativas que contenham, necessariamente, ações de caráter finalístico, tais como a oferta de cursos e processos formativos, presenciais, semipresenciais e à distância, e, eventualmente, ações de caráter acessório, como a prestação de serviços de orientação vocacional, outras que contribuam para otimizar a aplicação dos recursos e potencializar seus resultados, bem como as de que trata o art. 26 desta Resolução.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior e consignado o financiamento das ações finalísticas por meio de outras fontes, poderão, no âmbito dos instrumentos celebrados com vistas à consecução do que propõe o caput deste artigo, ser destinados recursos do FAT para a implementação de ações acessórias e daquelas de que trata o art. 26 desta Resolução.

Seção VI

Dos tipos de cursos e parâmetros gerais

Art. 17. Nas modalidades de Qualificação Presencial, QaD e Passaporte Qualificação serão ofertados cursos de Iniciação Profissional e Aperfeiçoamento Profissional.

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, entendem-se como cursos de Iniciação Profissional aqueles que permitam o trabalhador adquirir conhecimentos, competências e habilidades básicas juntamente com conhecimentos específicos introdutórios.

§ 2º Para os efeitos desta Resolução, entendem-se como cursos de Aperfeiçoamento Profissional aqueles focados em temas específicos, que permitam ao trabalhador o desenvolvimento de novas competências e/ou a ampliação e a atualização daquelas anteriormente adquiridas.

Art. 18. Os cursos de que trata o art. 17, § 1º, deverão ter seus conteúdos relacionados à Classificação Brasileira de Ocupações - CBO ou às competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho.

§ 1º Os conteúdos de formação profissional deverão tratar dos processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais e equipamentos relacionados ao desenvolvimento da profissão.

§ 2º A carga horária de formação profissional nos cursos será de, no mínimo, 40 (quarenta) horas/aula.

§ 3º Da carga horária de formação profissional, pelo menos, 30% (trinta por cento) será voltada para a prática profissional, com exceção dos cursos executados à distância.

§ 4º A prática profissional compreenderá diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

Art. 19. Em todos os cursos de que trata esta Resolução a hora/aula compor-se-á de 60 (sessenta) minutos.

Art. 20. Em todas as modalidades do QUALIFICA BRASIL, será obrigatório o fornecimento de certificado de conclusão do curso aos alunos.

Seção VII

Do mapeamento de demandas de qualificação social e profissional

Art. 21. O Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP evidenciará as demandas de qualificação social e profissional em base territorial, e norteará a execução de todas as ações do QUALIFICA BRASIL.

§ 1º Na elaboração do MDQSP deverá ser considerado, no território, o perfil do público desempregado, os setores produtivos existentes, a vocação econômica, as vagas de emprego abertas em cada setor produtivo, as taxas de rotatividade, bem como o histórico e as tendências de abertura e de fechamento de postos de trabalho nos setores produtivos.

§ 2º Poderão ser utilizados para subsidiar a elaboração do MDQSP pesquisas e estudos relacionados às perspectivas de investimentos locais e/ou setoriais, dados de políticas governamentais existentes ou programadas, prospecções ocupacionais, mapeamentos de investimentos, entre outros indicadores.

§ 3º Na elaboração do MDQSP, deverá ser aberto período de consulta a entidades representativas de setores econômicos, bem como aos conselhos ou comissões estaduais, do Distrito Federal e municipais de Trabalho, Emprego e Renda.

§ 4º O MDQSP vigorará após ser aprovado pelo CODEFAT.

§ 5º Durante o exercício, poderão ser realizadas alterações no MDQSP, desde que devidamente fundamentadas e aprovadas pelo CODEFAT.

Seção VIII

Das vedações

Art. 22. No âmbito do QUALIFICA BRASIL, sem prejuízo de outras proibições legais, fica vedada a celebração de instrumento com aqueles que:

I - estejam em mora com a prestação de contas de exercícios anteriores ou tenham sido consideradas pela Administração ou pelos órgãos de controle internos e externos à Administração como irregulares ou em desacordo com a legislação vigente;

II - tenham em seus quadros dirigentes ou ex-dirigentes de entidades considerados em mora com a Administração ou inadimplentes na utilização de recursos do FAT;

III - não comprovem, no caso de executores de ações finalísticas de qualificação social e profissional, pelo menos, 3 (três) anos de constituição legal e com efetiva atuação no campo de sua especialidade; e

IV - não atendam às exigências para sua devida habilitação.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no inciso III deste artigo os órgãos e as entidades integrantes da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção IX

Da alocação dos recursos

Art. 23. No desenvolvimento de ações no âmbito do QUALIFICA BRASIL implementadas por meio de parcerias com estados, Distrito Federal e municípios, serão considerados, para alocação dos recursos, os seguintes critérios:

I - o MDQSP, de que trata o art. 21; e

II - indicadores de desenvolvimento que permitam distribuição proporcionalmente maior para os entes menos desenvolvidos.

Art. 24. Poderão ser adicionados ao QUALIFICA BRASIL recursos de outras fontes complementares aos recursos do FAT, cuja destinação deverá ser explicitada e submetida ao estabelecido nesta Resolução.

Seção X

Das disposições finais e transitórias

Art. 25. Para execução do QUALIFICA BRASIL deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - monitoramento e avaliação permanente das ações de QSP, de modo a assegurar, além da lisura e transparência na aplicação dos recursos, a eficiência, eficácia e efetividade em sua execução;

II - disponibilização aos executores do QUALIFICA BRASIL, à exceção das ações de que trata o art. 16, nos termos desta Resolução, de sistema de gestão e informação para registro da realização das ações e dos cursos;

III - estabelecimento dos requisitos para a habilitação de ofertantes de qualificação profissional que poderão executar ações no âmbito do QUALIFICA BRASIL, quando for o caso;

IV - apresentação para apreciação e aprovação do CODEFAT de análise técnica com vistas a subsidiar o estabelecimento do custo aluno/hora a ser utilizado no planejamento das modalidades presenciais no âmbito do QUALIFICA BRASIL;

V - apresentação para apreciação e aprovação do CODEFAT, em cada exercício, de quadro de distribuição de recursos para cada modalidade no âmbito do QUALIFICA BRASIL;

VI - apresentação semestral ao CODEFAT de relatório gerencial contendo informações sobre a execução do QUALIFICA BRASIL;

VII - apresentação para apreciação e aprovação do CODEFAT, em cada exercício, do MDQSP, de que trata o art. 21 desta Resolução, que deverá balizar o desenvolvimento e a execução das ações no âmbito do QUALIFICA BRASIL; e

VIII - esclarecimento de dúvidas dos executores do QUALIFICA BRASIL quanto à aplicação das disposições desta Resolução, remetendo-se ao CODEFAT os casos omissos.

§ 1º Poderão ser desenvolvidas ações no âmbito do QUALIFICA BRASIL que integrem mais de uma das modalidades previstas nesta Resolução.

§ 2º Na composição das ações desenvolvidas nos termos do parágrafo anterior serão observados, para cada modalidade integrante, os respectivos limites estabelecidos pelo CODEFAT no quadro de distribuição de recursos de que trata o inciso V do caput deste artigo.

Art. 26. Fica autorizada a destinação de recursos do QUALIFICA BRASIL para o desenvolvimento de ações de gestão e operacionalização do programa, contemplando:

I - elaboração de estudos, pesquisas, materiais de divulgação, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional;

II - realização de diagnósticos e estudos prospectivos da demanda de trabalho e de qualificação social e profissional;

III - monitoramento e avaliação das ações de qualificação social e profissional, de modo a assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade;

IV - contratação de auditoria para exame das ações do QUALIFICA BRASIL, desde que comprovada, junto ao Ministro da Economia e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente pela Secretaria Federal de Controle Interno ou órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, observada a legislação vigente aplicada à matéria; e

V - avaliação externa qualitativa e quantitativa do QUALIFICA BRASIL.

Parágrafo único. A destinação a que se refere o caput deste artigo fica condicionada a sua vinculação a modalidades que, contendo em seu escopo ações finalísticas de qualificação social e profissional, o Ministério da Economia fomente, mediante adesão, ou realize, direta ou indiretamente, nos termos desta Resolução.

Art. 27. Em toda e qualquer peça de divulgação e apresentação das ações do QUALIFICA BRASIL deverá constar a identificação visual do FAT, conforme disposto na Resolução do CODEFAT nº 44, de 12 de maio de 1993.

Art. 28. As informações e o controle da execução dos planos e dos projetos pelos executores das ações de qualificação social e profissional deverão ser registrados em sistema de gestão e informação, como condição para o acompanhamento, controle e liberação de recursos.

Parágrafo único. As ações de que trata o art. 16, observada a excepcionalidade disposta no art. 25, inciso II, poderão ser geridas em sistemas específicos àqueles programas, planos, modelos e iniciativas, desde que disponham de informações suficientes para o controle de sua execução.

Art. 29. Quando for constatada impropriedade na execução dos instrumentos firmados, a transferência de recursos ou o pagamento será objeto de suspensão, e o executor será notificado a sanar a impropriedade em prazo que vier a ser estabelecido.

Parágrafo único. Subsistente a impropriedade de que trata o caput deste artigo, o executor será notificado a providenciar o devido ressarcimento e/ou restituição de recursos, com acréscimo de atualização financeira e encargos pertinentes, conforme for o caso, sem prejuízo de outras penalidades nos termos da lei.

Art. 30. A operacionalização do QUALIFICA BRASIL, quando for o caso, será disciplinada mediante edição de normas operacionais pelo ME, nos termos de suas competências regimentais e observados os termos desta Resolução.

§ 1º Aplica-se, em caráter transitório e subsidiário, na ausência de norma operacional específica, o Termo de Referência anexo à Resolução do CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011.

§ 2º Editada norma operacional, cessam-se, sobre a matéria a que esta disser respeito, os efeitos do Termo de Referência anexo à Resolução do CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011.

Art. 31. Ficam revogadas as Resoluções do CODEFAT:

I - nº 783, de 26 de abril de 2017;

II - nº 794, de 2 de agosto de 2017;

III - nº 797, de 3 de outubro de 2017;

IV - nº 803, de 27 de dezembro de 2017;

V - nº 820, de 3 de dezembro de 2018;

VI - nº 828, de 26 de março de 2019; e

VII - nº 889, de 2 de dezembro de 2020.

Art. 32. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA DA 1.167ª SESSÃO CMN REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Às quinze horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte teve início a milésima centésima sexagésima sétima sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 111/2020-CMN - Remaneja recursos das linhas de financiamento ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Decisão: aprovado.

Voto 112/2020-CMN - Propõe alterar o limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2020, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio da alteração do Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017. Decisão: aprovado.

Voto 113/2020-CMN - Assuntos de Regulação - BC# Competitividade - Propõe alteração de resolução conjunta que dispõe sobre a implementação do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking). Decisão: aprovado.

Voto 114/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo dispondo sobre o registro e o depósito de Cédula de Produto Rural. Decisão: aprovado.

Voto 115/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre a possibilidade de sociedades corretoras e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários emitirem moeda eletrônica. Decisão: aprovado.

Voto 116/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.168ª SESSÃO CMN
REALIZADA EM 18 A 23 DE DEZEMBRO DE 2020

Às vinte e uma horas e doze minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte teve início a milésima centésima sexagésima oitava sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Comunicação 117/2020-CMN - Apresenta o Plano Bienal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relativo ao Sistema de Supervisão Baseada em Risco (SBR), para o período de 2021-2022. Decisão: ciente.

Voto 118/2020-CMN - Altera a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Decisão: aprovado.

Voto 119/2020-CMN - Eleva o limite de crédito da linha de Financiamento para Recuperação de Cafezais Danificados no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Decisão: aprovado.

Voto 120/2020-CMN - Ajusta normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Decisão: aprovado.

Voto 121/2020-CMN - Fixa os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2021. Decisão: aprovado.

Voto 122/2020-CMN - Institui linha emergencial de crédito de custeio para produtores que tenham sofrido perdas em decorrência de seca ou estiagem nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Decisão: aprovado.

Voto 123/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 124/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre a política de sucessão de administradores das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 125/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre a atividade de auditoria interna das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Decisão: aprovado.

Voto 126/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sobre os dias úteis para fins de operações praticadas no mercado financeiro. Decisão: aprovado.

Voto 127/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre o cálculo e a informação do Custo Efetivo Total (CET) relativo a operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. Decisão: aprovado.

Voto 128/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre a cobrança de encargos em decorrência de atraso no pagamento ou na liquidação de obrigações relativas a operações de crédito, a arrendamento mercantil financeiro e a faturas de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos. Decisão: aprovado.

Voto 129/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo consolidando os dispositivos inseridos nos Capítulos 1, 2 e 3 do Manual de Crédito Rural (MCR), para dispor acerca de princípios, conceitos básicos e operações aplicáveis ao crédito rural. Decisão: aprovado.

Voto 130/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe estabelecer medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas em razão da estiagem nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de que trata o Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR). Decisão: aprovado.

Voto 131/2020-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe a edição de ato normativo que altera a Resolução nº 4.820, de 29 de maio de 2020. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

EXTRATO DE ATA DA 1.169ª SESSÃO CMN
REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021

Às quinze horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e um, teve início a milésima centésima sexagésima nona sessão, do Conselho Monetário Nacional. A reunião foi realizada por meio eletrônico, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Assuntos apreciados:

Voto 1/2021-CMN - Assuntos de Regulação - Propõe ajustar regras aplicáveis à linha de financiamento para atendimento a cooperados, de que trata a Seção 2 (Atendimento a Cooperados) do Capítulo 5 (Créditos a Cooperativas de Produção Agropecuária) do Manual de Crédito Rural (MCR). Decisão: aprovado.

Voto 2/2021-CMN - Assuntos de Regulação e assuntos de Fiscalização - Propõe a edição de resolução CMN dispondo sobre auditoria cooperativa das cooperativas de crédito. Decisão: aprovado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 6.250, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.101016/2021-10, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, as deliberações constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de fevereiro de 2021, e da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 12 de abril de 2021, da sociedade estrangeira NDT GLOBAL AS, anteriormente denominada HALFWAVE AS, autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 3.287, de 5 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 7 de fevereiro de 2020, concernente à alteração promovida no Estatuto social e à alteração promovida na denominação da filial no Brasil, que passará a ser NDT GLOBAL AS DO BRASIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 6.256, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais até o 2º bimestre de 2021, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2021
Relatório de Execução Orçamentária referente ao 2º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 23.04.2021, no valor global de R$ 144.421.322.973,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 247 projetos e 185 atividades, distribuídos em 70 empresas estatais federais. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes da LOA consolidam a denominada Dotação Inicial.

2. Não foram aprovados pedidos de alterações orçamentárias, créditos adicionais ou transposição de dotações orçamentárias ao Orçamento de Investimento, não havendo, por tanto, suplementações ou cancelamentos em dotações dos subtítulos pré-existentes. Não tendo créditos adicionais aprovados, até o bimestre, a Dotação Inicial resulta na Dotação Final/Atual, que define o limite anual de gasto autorizado para cada subtítulo.

3. Em razão da diversidade das empresas estatais federais, a Sest, para fins de programação e acompanhamento da execução orçamentária, classifica as empresas em dois grandes setores: o Setor Produtivo Estatal (SPE), com 63 empresas e Setor Financeiro (SFI), com 7 bancos oficiais. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nem aquelas que não programaram investimentos.

4. As 70 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 7, no setor financeiro;
- 2, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 32, no setor de energia elétrica, em atividades de geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 9, no setor de petróleo, gás natural e derivados, em atividades de extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 7, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de comunicações;
- 1, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 2, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, fertilizantes e hemoderivados;
- 8, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos; e
- 1, no setor de pesquisa, desenvolvimento e planejamento;

5. A Tabela 01 demonstra, em valores consolidados por setor/grupo, a evolução da dotação, comparativamente com a posição executada no bimestre e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seus ativos operacionais, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.

TABELA 01 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado até 2° Bimestre (d)	Perc. de Realização (d/c)	Composição (%) (d/dT)
Setor Produtivo Estatal	137.391.496.366	0	137.391.496.366	19.987.932.030	14,5	97,0
Grupo Petrobras	126.036.899.000	0	126.036.899.000	18.669.315.146	14,8	90,6
Grupo Eletrobras	7.099.275.539	0	7.099.275.539	682.509.500	9,6	3,3
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.255.321.827	0	4.255.321.827	636.107.384	14,9	3,1
Setor Financeiro	7.029.826.607	0	7.029.826.607	627.675.900	8,9	3,0
TOTAL	144.421.322.973	0	144.421.322.973	20.615.607.930	14,3	100,0

6. O Orçamento de Investimento aprovado para 2021, teve um aumento de 17,3% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2020. Comparando o volume executado no 2º bimestre com o do ano anterior, houve uma redução de 4,2%, conforme mostra o quadro a baixo.

TABELA 02 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo 2020/2021

Valores em R$ 1,00

Setor / Grupo	Dotação Final-2020 (a)	Realizado até 2° Bimestre (b)	Dotação Final-2021 (c)	Realizado até 2° Bimestre (d)	Var. % Dotação Final	Var. % Realizado
Setor Produtivo Estatal	117.755.372.584	21.156.949.515	137.391.496.366	19.987.932.030	16,7	-5,5
Grupo Petrobras	107.820.071.406	20.566.937.018	126.036.899.000	18.669.315.146	16,9	-9,2
Grupo Eletrobras	5.518.229.415	449.531.540	7.099.275.539	682.509.500	28,7	51,8
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.417.071.763	140.480.957	4.255.321.827	636.107.384	-3,7	352,8
Setor Financeiro	5.373.360.712	372.822.413	7.029.826.607	627.675.900	30,8	68,4
TOTAL	123.128.733.296	21.529.771.928	144.421.322.973	20.615.607.930	17,3	-4,2

7. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

8. Até o segundo bimestre de 2021, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 20.615.607.930,00 (vinte bilhões, seiscentos e quinze milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e trinta reais), equivalentes a 14,3% do valor global da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

9. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2021 e os valores já realizados no período de janeiro a abril deste ano.

TABELA 03 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.750.000	138.348	138.348	7,9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	7.016.831	0	0	0,0
Ministério da Economia	7.577.659.538	360.267.164	641.782.933	8,5
Ministério de Minas e Energia	133.136.688.539	12.903.773.085	19.351.857.126	14,5
Ministério da Saúde	235.352.955	7.460.684	12.851.090	5,5
Ministério da Infraestrutura	1.181.202.955	88.735.742	91.287.536	7,7
Ministério das Comunicações	639.431.030	28.612.544	42.874.255	6,7
Ministério da Defesa	1.642.221.125	474.764.888	474.816.642	28,9
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	14,3

Fontes de financiamento dos investimentos

10. A Tabela 04 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 04 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	138.297.478.498	13.243.154.431	95,5	19.898.313.041	96,5
Geração Própria	138.297.478.498	13.243.154.431	95,5	19.898.313.041	96,5
Recursos Para Aumento Do Patrimonio Liquido	4.409.094.252	620.598.024	4,5	717.294.889	3,5
Controladora	1.959.475.871	56.681.777	0,4	147.635.334	0,7
Outras Fontes	16.304.922	12.880.606	0,1	12.880.606	0,1
Tesouro	2.433.313.459	551.035.641	4,0	556.778.949	2,7
Saldos de Exercícios Anteriores	2.433.313.459	551.035.641	4,0	556.778.949	2,7
Operações De Crédito De Longo Prazo	1.714.750.223	0	0,0	0	0,0
Externas	168.300.989	0	0,0	0	0,0
Internas	1.546.449.234	0	0,0	0	0,0
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	100,0	20.615.607.930	100,0

11. Dos gastos realizados com investimentos no segundo bimestre de 2021, a significativa parcela, equivalente a 96,5% do total, foi financiada com recursos de geração própria. A parcela restante foi paga, em parte, com recursos Controladora (0,7%), Outras Fontes (0,1%) e também através de Tesouro - Saldos de Exercícios Anteriores com (2,7%). Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 95,8%, em seguida vêm os grupamentos: Tesouro - Saldos de Exercícios Anteriores com (1,68%), Controladora (1,36%), Operações de Crédito de Longo Prazo Internas (1,07) e Externas (0,12), e completando Outras Fontes com (0,01%). Destaca-se a capacidade das empresas estatais em financiarem as despesas de investimentos com recursos próprios.

Despesa por Funções e Subfunções

12. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

13. As tabelas 05 e 06 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no segundo bimestre de 2021 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 05 - Execução OI - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Previdência Social	144.739.270	1.208.076	1.518.347	1,0
Indústria	35.022.894	932.817	1.323.626	3,8
Saúde	235.352.955	7.460.684	12.851.090	5,5
Comunicações	639.431.030	28.612.544	42.874.255	6,7
Transporte	1.181.202.955	88.735.742	91.287.536	7,7
Comércio e Serviços	7.403.953.717	358.006.178	638.808.736	8,6
Agricultura	2.710.488	258.441	270.572	10,0
Energia	133.136.688.539	12.903.773.085	19.351.857.126	14,5
Defesa Nacional	1.642.221.125	474.764.888	474.816.642	28,9
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	14,3

TABELA 06 - Execução OI - por SubFunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Administração Geral	3.554.983.661	618.625.903	652.905.647	18,4
Tecnologia da Informação	5.427.657.722	234.595.665	511.339.379	9,4
Suporte Profilático e Terapêutico	230.064.374	7.446.242	12.785.373	5,6
Produção Industrial	19.145.929	485.028	513.508	2,7
Serviços Financeiros	2.097.322.055	117.575.768	162.077.017	7,7
Comunicações Postais	292.858.358	20.157.150	25.950.497	8,9
Energia Elétrica	7.234.415.635	347.405.899	678.911.188	9,4
Combustíveis Minerais	121.917.694.000	12.322.882.085	18.295.315.921	15,0

Transporte Aéreo	523.088.163	79.196.337	79.196.337	15,1
Transporte Hidroviário	783.818.076	26.653.495	42.707.180	5,4
Transportes Especiais	2.340.275.000	88.728.883	153.905.883	6,6
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	14,3

Despesa por Programa

14. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 07 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	9.955.890.870	528.880.633	896.548.145	9,0
Conecta Brasil	48.750.004	118.692	224.240	0,5
Energia Elétrica	6.982.282.486	335.121.615	660.200.378	9,5
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	124.450.520.000	12.431.191.266	18.482.721.692	14,9
Aviação Civil	523.088.163	79.196.337	79.196.337	15,1
Transporte Aquaviário	591.267.076	7.073.197	9.207.292	1,6
Gestão e Organização do SUS	230.064.374	7.446.242	12.785.373	5,6
Defesa Nacional	1.639.460.000	474.724.473	474.724.473	29,0
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	14,3

15. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 8 programas:

- Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, 89,7%;
- Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais, 4,3%;
- Energia Elétrica, 3,2%;
- Defesa Nacional, 2,3%; e
- Aviação Civil, 0,4%.

Despesa por Órgão/Unidade

16. A Tabela 08 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação autorizada para 2021, do realizado no 2º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 08 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.750.000	138.348	138.348	7,9
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.750.000	138.348	138.348	7,9
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	7.016.831	0	0	0,0
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.016.831	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	7.577.659.538	360.267.164	641.782.933	8,5
Banco da Amazônia S.A.	25.876.379	0	0	0,0
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	169.000.000	812.457	2.543.179	1,5
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	144.572.000	867.390	10.065.788	7,0
Casa da Moeda do Brasil - CMB	35.022.894	932.817	1.323.626	3,8
Caixa Econômica Federal - CAIXA	3.441.732.070	176.442.953	441.437.849	12,8
BB Tecnologia e Serviços S.A.	200.431.839	5.416.290	7.370.157	3,7
Banco do Brasil S.A.	3.302.708.667	173.247.588	173.247.588	5,2
Bbtur Viagens e Turismo Ltda em Liquidação	105.000	0	0	0,0
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	2.590.271	0	0	0,0
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	2.000.000	1.219.500	1.219.500	61,0
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	144.739.270	1.208.076	1.518.347	1,0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	107.920.660	0	2.924.675	2,7
Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	960.488	120.093	132.224	13,8
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	133.136.688.539	12.903.773.085	19.351.857.126	14,5
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	2.946.724.542	129.068.719	272.739.180	9,3
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	42.149.823	8.713.286	9.145.286	21,7
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	581.282.313	26.330.704	37.064.755	6,4
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.718.065.698	107.632.073	174.567.078	10,2
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	1.089.482.601	76.079.003	118.416.586	10,9
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	114.896.148.000	6.528.301.974	12.601.494.200	11,0
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	115.000	0	43.063	37,4
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	138.190.000	17.634.937	22.951.772	16,6
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.523.438.000	47.088.355	70.939.698	4,7
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	492.525.992	43.192.505	58.375.674	11,9
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	216.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	8.368.160.000	5.871.017.054	5.899.190.514	70,5
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	850.110.000	29.152.513	59.582.256	7,0
Liquigás Distribuidora S.A.	130.364.000	0	0	0,0
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	8.170.000	1.211.819	2.101.809	25,7
Eólica Mangue Seco 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	34.000	0	10.200	30,0
Gás Brasiliano Distribuidora S.A.	1.528.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	2.600.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	28.849.498	5.902.707	5.941.029	20,6
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	30.175.000	2.347.134	2.374.574	7,9
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	514.000	0	32.480	6,3
Transpetro International B.v.	106.596.000	8.369.877	13.044.697	12,2
Brasil Ventos Energia S/a	150.000	6.056	12.112	8,1
Transenergia Goiás S.A.	2.701.297	0	25.000	0,9
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	709.500	64.746	123.101	17,4
Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.	386.200	0	0	0,0
Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.	200	0	0	0,0
Geradora Eólica Arara Azul S.A.	72.900	0	0	0,0
Geradora Eólica Bentevi S.A.	26.040	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.	66.655	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde Ii S.A.	54.680	0	0	0,0
Geradora Eólica Ouro Verde Iii S.A.	37.400	0	0	0,0
Energia dos Ventos V S.A.	6.500.000	7.327	267.966	4,1
Energia dos Ventos Vi S.A.	6.000.000	126.417	372.316	6,2
Energia dos Ventos Vii S.A.	5.500.000	0	54.729	1,0
Energia dos Ventos Viii S.A.	9.500.000	0	45.263	0,5
Energia dos Ventos Ix S.A.	6.000.000	0	125.888	2,1
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	6.800.000	1.525.879	2.815.900	41,4
Eólica Hermenegildo I S.A.	900.000	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Ii S.A.	900.000	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Iii S.A.	700.000	0	0	0,0
Eólica Chuí Ix S.A.	300.000	0	0	0,0

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/a	120.000.200	0	0	0,0
Transpetro Bel 09 S.A.	13.945.000	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	235.352.955	7.460.684	12.851.090	5,5
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	235.352.955	7.460.684	12.851.090	5,5
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	1.181.202.955	88.735.742	91.287.536	7,7
Companhia Docas do Ceará - CDC	17.768.720	70.101	332.341	1,9
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	26.369.109	991.098	1.003.398	3,8
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	56.981.641	750.823	976.861	1,7
Autoridade Portuaria de Santos S.A.	240.600.106	2.077.820	3.631.612	1,5
Companhia Docas do Pará - CDP	83.407.745	1.838.013	2.335.437	2,8
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	127.331.253	3.797.627	3.797.627	3,0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	88.717.363	0	0	0,0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	540.027.018	79.210.260	79.210.260	14,7
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	639.431.030	28.612.544	42.874.255	6,7
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	639.431.030	28.612.544	42.874.255	6,7
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.642.221.125	474.764.888	474.816.642	28,9
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	1.642.221.125	474.764.888	474.816.642	28,9
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	14,3

17. Na LOA de 2021, as empresas ARARA AZUL, BENTEVI, EÓLICA CHUÍ IX, EÓLICA HERMENEGILDO I, EÓLICA HERMENEGILDO II, EÓLICA HERMENEGILDO III, OURO VERDE I, OURO VERDE II, OURO VERDE III, VENTOS DE SANTA ROSA, VENTOS DE UIRAPURU estão incluídas, porém, estão em processo de privatização/incorporação. Entretanto, atendendo a normativos legais e para fins de análise, acompanhamento e consolidação, as referidas empresas constam da portaria bimestral de execução, até a conclusão do referido processo.

18. Das 70 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2021, 12 apresentaram, até o segundo bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, superior à média geral de 14,3%. São elas: PNBV, 70,5%; Ativos S.A., 61,0%; FOTE, 41,4%; Eletropar, 37,4%; Mangue Seco 2, 30,0%; Emgepron, 28,9%; Pbio, 25,7%; Eletrobras, 21,7%; TSLE, 20,6%; VENTOS DE ANGELIM, 17,4%; TBG, 16,6%; Infraero, 14,7%.

19. Não há empresas com execução acima da dotação anual aprovada. Entretanto, as empresas ARARA AZUL, BANCO DA AMAZÔNIA, BB TURISMO - Em Liquidação, BENTEVI, CODERN, EMGEA, EÓLICA CHUÍ IX, EÓLICA HERMENEGILDO I, EÓLICA HERMENEGILDO II, EÓLICA HERMENEGILDO III, FINEP, GASBRASILIANO, IBER, LIQUIGÁS, OURO VERDE I, OURO VERDE II, OURO VERDE III, PB-LOG, TSBE, Transbel, VENTOS DE SANTA ROSA, VENTOS DE UIRAPURU, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

20. A Tabela 9 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre e até o bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 21,0% do montante realizado até o bimestre. Os investimentos implementados no exterior participaram com 29,0% até o bimestre.

TABELA 9 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	**Realizado até** 2° Bimestre (c)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(c) c/Tc
Exterior	9.383.541.756	5.908.855.121	5.972.133.144	6,5	29,0
Nacional	32.948.235.377	2.667.610.069	4.336.997.772	22,8	21,0
Região Centro-Oeste	39.812.402	6.750.485	6.750.485	0,0	0,0
Região Nordeste	4.426.313.515	255.177.725	512.483.423	3,1	2,5
Região Norte	767.837.848	43.529.033	59.985.237	0,5	0,3
Região Sudeste	96.558.650.140	4.922.016.856	9.664.110.478	66,9	46,9
Região Sul	296.931.935	59.813.166	63.147.391	0,2	0,3
Total	144.421.322.973	13.863.752.455	20.615.607.930	100,0	100,0

21. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 13,2%; Exterior, 63,6%; Região Norte, 7,8%; Região Nordeste, 11,6%; Região Sudeste, 10,0%; Região Sul, 21,3%; e Região Centro-Oeste, 17,0%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

22. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO de 2021).

23. As tabelas de 10 a 14, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 2º bimestre de 2021, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 65 da LDO de 2021, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021
(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Saldos em 31.12.2020	Saldos em 31.12.2020															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	134.398	134.398	31.802	13.346	7.970	9.701	30.664	16.801	24.115	70.905	40.709	22.784	70.800	9.177	9.325	850	44.246
AC	6.268	6.268	1.421	441	549	148	1.185	704	1.818	3.973	1.559	736	4.559	579	383	28	719
AP	5.097	5.097	127	223	307	109	1.887	509	1.934	3.809	766	522	3.539	260	241	12	1.044
AM	17.622	17.622	250	3.126	1.674	844	3.331	3.747	4.648	9.572	4.324	3.726	8.222	939	1.540	288	6.634
PA	53.452	53.452	9.729	6.485	2.733	5.154	16.742	6.088	6.522	25.525	17.391	10.536	22.640	3.953	3.047	336	23.475
RO	25.836	25.836	9.604	1.730	1.554	2.255	4.366	2.660	3.669	14.185	8.275	3.376	14.900	1.352	1.862	54	7.670
RR	4.516	4.516	802	94	272	107	952	703	1.586	3.253	590	673	3.499	301	369	4	343
TO	21.607	21.607	9.868	1.247	882	1.083	2.201	2.388	3.937	10.588	7.804	3.215	13.441	1.793	1.883	129	4.361
Nordeste	371.441	371.441	44.493	53.518	19.571	8.951	88.224	86.354	70.330	175.253	92.408	103.780	203.429	23.971	30.679	3.068	110.294
AL	16.989	16.989	1.711	1.996	778	258	1.459	6.148	4.638	8.044	2.865	6.080	12.929	898	1.014	26	2.122
BA	103.260	103.260	17.688	13.278	5.147	2.984	28.487	19.231	16.445	52.747	27.083	23.430	50.606	7.902	9.259	1.540	33.953
CE	52.283	52.283	3.741	9.732	4.066	1.350	10.098	11.374	11.921	23.537	14.112	14.634	27.222	3.139	4.248	256	17.419
MA	43.440	43.440	7.997	4.162	2.340	798	12.981	6.668	8.494	23.365	10.852	9.223	21.705	3.438	3.031	71	15.196
PB	24.875	24.875	1.472	2.671	1.287	391	3.479	10.347	5.227	8.948	5.088	10.839	17.870	1.284	2.451	67	3.203
PE	56.484	56.484	3.502	14.848	2.531	1.338	12.256	13.840	8.170	26.009	12.838	17.637	30.588	2.954	3.849	851	18.243
PI	26.625	26.625	4.689	2.365	1.550	944	6.603	4.233	6.241	12.311	7.827	6.487	14.240	1.832	3.059	182	7.311
RN	31.961	31.961	1.435	2.601	1.157	508	10.975	8.449	6.835	13.945	8.080	9.936	17.320	1.460	2.232	13	10.935
SE	15.526	15.526	2.259	1.864	714	379	1.887	6.063	2.359	6.347	3.664	5.515	10.949	1.065	1.536	63	1.912
Sudeste	860.632	860.632	61.114	153.640	43.029	53.671	147.769	261.224	140.184	547.859	48.235	264.537	498.670	29.002	56.694	21.819	254.446
ES	26.215	26.215	5.046	1.672	1.454	2.291	4.201	7.393	4.158	17.075	1.380	7.760	19.006	1.175	1.519	449	4.066
MG	193.371	193.371	29.418	16.240	9.180	11.653	20.770	61.571	44.540	124.876	7.037	61.458	131.888	9.245	12.827	3.484	35.929
RJ	162.137	162.137	1.221	29.615	7.136	4.749	50.957	39.515	28.944	116.543	12.053	33.541	80.840	2.869	9.352	4.742	64.332
SP	478.908	478.908	25.429	106.114	25.259	34.979	71.840	152.746	62.542	289.365	27.765	161.778	266.936	15.713	32.997	13.145	150.118
Sul	390.110	390.110	80.294	47.634	25.417	34.796	38.049	113.742	50.178	242.084	20.602	127.424	246.836	26.009	31.447	10.371	75.447
PR	152.216	152.216	33.588	18.030	11.340	12.817	12.259	45.814	18.367	90.658	8.925	52.633	97.080	10.954	10.835	3.779	29.568
RS	141.364	141.364	32.061	17.483	7.865	11.913	16.384	39.200	16.458	90.833	6.876	43.655	89.807	9.173	11.782	3.410	27.192
SC	96.530	96.530	14.645	12.121	6.212	10.066	9.405	28.728	15.353	60.593	4.800	31.137	59.949	5.883	8.829	3.182	18.687
Centro-Oeste	258.916	258.916	68.016	14.442	10.823	10.013	44.651	62.271	48.700	147.322	41.863	69.731	183.505	15.343	18.331	2.668	39.068
DF	65.166	65.166	1.665	2.963	1.777	1.481	20.343	18.324	18.613	46.030	4.447	14.689	48.924	1.923	2.002	555	11.761
GO	87.261	87.261	25.441	3.987	3.570	2.942	10.968	26.008	14.344	42.441	14.490	30.330	69.308	4.666	5.051	1.000	7.235
MT	63.655	63.655	27.028	2.224	3.215	3.672	8.948	9.258	9.310	35.308	14.139	14.208	37.597	5.852	8.218	728	11.259
MS	42.835	42.835	13.882	5.269	2.261	1.919	4.392	8.680	6.433	23.543	8.787	10.505	27.676	2.902	3.060	385	8.813
TOTAL	2.015.497	2.015.497	285.719	282.581	106.810	117.132	349.357	540.391	333.507	1.183.423	243.817	588.257	1.203.240	103.503	146.476	38.777	523.500

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021
(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021	Realizado até o 2º Bimestre / 2021															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	57.300	13.765	2.339	1.163	1.208	249	1.716	224	6.866	10.235	2.427	1.103	7.875	1.773	1.775	178	2.163
AC	3.381	791	68	34	64	55	32	13	525	673	78	40	582	80	72	2	55
AP	2.466	649	4	35	42	0	16	6	545	613	33	3	571	34	43	0	0
AM	9.059	1.305	44	281	263	14	59	36	608	1.010	149	146	667	153	221	90	174
PA	18.078	5.429	792	489	471	45	1.346	85	2.202	3.940	859	630	2.646	691	636	54	1.402
RO	11.514	2.343	486	181	156	125	55	47	1.291	1.769	476	98	1.510	319	265	31	217
RR	2.508	569	82	21	47	4	14	8	392	472	84	13	419	57	87	0	5
TO	10.295	2.682	863	122	166	7	194	29	1.302	1.759	750	173	1.479	440	450	2	311
Nordeste	176.242	51.718	8.136	10.679	4.578	395	8.706	1.374	17.852	26.258	19.606	5.854	26.345	5.533	7.780	655	11.404
AL	10.674	2.117	299	509	156	7	253	60	834	1.229	786	102	1.254	188	299	0	376
BA	53.825	15.061	2.992	2.652	1.182	124	3.025	269	4.816	7.157	5.757	2.147	7.379	1.640	2.407	199	3.435
CE	21.518	7.217	489	1.873	705	26	1.424	161	2.539	2.897	3.309	1.011	3.309	774	1.068	17	2.049
MA	19.171	6.948	1.714	1.709	512	36	456	82	2.438	4.412	2.210	326	3.456	743	876	321	1.552
PB	12.422	3.081	277	634	333	101	472	126	1.138	1.794	930	357	1.643	329	524	2	583
PE	24.518	7.020	600	1.685	756	63	1.539	181	2.195	3.492	2.743	785	3.465	742	887	55	1.870
PI	11.767	4.177	1.065	552	354	3	437	290	1.476	1.933	1.745	499	2.426	445	755	0	550
RN	13.889	4.011	236	652	352	21	914	115	1.720	2.244	1.304	463	2.215	431	612	17	736
SE	8.458	2.087	464	413	228	13	184	89	697	1.100	823	164	1.198	242	351	44	253
Sudeste	513.663	85.877	1.095	12.239	7.663	8.878	7.900	3.607	44.495	76.127	1.267	8.482	49.353	5.588	9.095	2.573	19.268
ES	14.243	2.236	37	149	243	149	199	113	1.346	1.740	4	492	1.647	199	300	28	62
MG	102.643	16.906	602	1.717	1.657	819	1.855	626	9.629	15.524	34	1.348	10.205	1.453	2.297	421	2.530
RJ	76.335	16.005	12	955	1.534	4.653	1.771	1.022	6.057	13.863	914	1.228	6.397	862	1.230	454	7.061
SP	320.443	50.730	445	9.418	4.228	3.257	4.075	1.846	27.463	45.001	315	5.414	31.104	3.074	5.268	1.669	9.615
Sul	207.191	38.338	2.741	7.072	5.072	2.176	2.427	1.352	17.497	33.838	86	4.414	20.941	3.316	6.235	1.271	6.575
PR	76.299	15.656	1.236	2.582	2.185	1.145	1.130	538	6.840	13.803	45	1.808	8.280	1.237	2.196	682	3.260
RS	83.509	13.393	1.152	2.508	1.597	482	790	439	6.425	11.969	21	1.403	7.622	1.169	2.410	363	1.830
SC	47.383	9.288	353	1.982	1.289	549	508	375	4.232	8.065	20	1.203	5.038	910	1.629	227	1.485
Centro-Oeste	160.220	37.052	2.210	1.793	3.090	522	2.146	941	26.349	31.137	2.473	3.441	27.786	2.903	4.067	376	1.919
DF	50.190	14.208	60	800	928	249	642	409	11.120	11.521	476	2.211	11.649	768	1.185	150	456
GO	48.654	9.202	433	508	840	73	378	324	6.645	8.063	839	300	6.967	821	1.042	93	278
MT	37.318	7.893	1.162	295	843	140	641	108	4.706	6.636	712	545	5.048	771	1.286	124	664
MS	24.059	5.748	556	189	479	60	486	100	3.879	4.917	446	385	4.122	544	554	8	521
TOTAL	1.114.617	226.749	16.520	32.946	21.610	12.221	22.895	7.498	113.060	177.595	25.859	23.295	132.300	19.114	28.953	5.053	41.329

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021	Realizado até o 2º Bimestre / 2021															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	56.934	10.670	810	985	1.077	619	1.528	199	5.452	8.161	1.376	1.132	6.120	1.159	1.140	206	2.044
Amortização	47.318	8.448	548	749	882	480	1.168	146	4.476	6.681	929	838	4.952	895	881	177	1.544
Encargos	9.616	2.222	262	236	195	139	361	53	976	1.480	447	295	1.168	265	260	29	500
AC	3.296	617	28	24	63	10	55	12	424	532	41	44	471	64	50	0	30
Amortização	2.856	497	19	18	51	7	43	9	349	437	28	32	384	51	39	0	22
Encargos	440	120	9	6	12	2	13	3	75	95	13	12	87	14	11	0	7
AP	2.622	614	4	41	42	8	72	6	443	537	56	21	470	34	54	1	54
Amortização	2.272	490	2	21	34	6	54	4	369	443	31	16	389	26	33	1	41
Encargos	350	124	2	20	8	2	18	1	74	94	25	5	81	8	21	0	14
AM	8.245	1.244	13	256	190	65	123	32	566	938	140	166	577	137	153	98	280
Amortização	6.621	1.002	9	201	158	52	96	24	462	782	99	121	462	107	126	85	222
Encargos	1.624	244	4	56	32	12	27	8	104	156	42	46	115	30	27	13	58
PA	20.758	4.208	265	420	440	311	916	90	1.767	3.087	538	583	2.078	466	394	74	1.197
Amortização	16.924	3.306	176	325	363	237	696	65	1.445	2.509	367	430	1.667	364	315	64	896
Encargos	3.834	903	90	95	77	74	220	25	322	578	171	154	410	102	79	11	301
RO	11.062	1.847	177	129	149	134	222	30	1.006	1.458	257	132	1.153	190	179	21	304
Amortização	9.229	1.457	121	99	118	101	169	22	826	1.183	175	99	933	143	135	18	228
Encargos	1.833	390	56	30	30	32	53	8	181	275	82	33	220	47	44	3	76
RR	2.493	423	35	16	39	7	21	3	302	372	37	14	318	41	46	1	17
Amortização	2.138	340	22	12	32	6	17	3	249	306	23	11	262	32	34	1	12
Encargos	355	83	12	4	7	2	4	1	53	66	13	4	57	9	11	0	5
TO	8.458	1.716	289	98	154	85	119	25	944	1.237	308	171	1.052	227	264	10	163
Amortização	7.277	1.355	200	72	125	69	93	19	776	1.020	206	129	854	172	197	8	124
Encargos	1.181	361	89	26	29	16	26	7	168	217	102	42	198	55	66	2	39
Nordeste	172.088	47.571	7.291	12.774	4.157	673	6.547	1.406	14.723	22.651	19.573	5.347	23.089	5.575	7.109	532	11.266
Amortização	144.197	39.094	6.341	10.831	3.413	539	4.928	1.037	12.005	18.378	16.847	3.868	19.304	4.686	5.962	444	8.698
Encargos	27.891	8.478	950	1.943	744	134	1.619	369	2.719	4.273	2.726	1.479	3.785	889	1.148	88	2.568
AL	10.112	1.795	242	530	136	18	91	57	721	992	729	74	1.070	170	271	2	281
Amortização	8.617	1.479	216	454	108	15	70	40	576	789	640	50	884	141	226	1	227
Encargos	1.495	316	26	76	28	4	21	17	145	203	89	24	186	29	45	0	55
BA	50.597	13.424	2.664	3.344	1.044	224	1.992	294	3.862	5.796	5.806	1.822	6.334	1.636	2.263	294	2.898
Amortização	42.669	10.987	2.279	2.862	835	181	1.481	215	3.133	4.726	4.947	1.314	5.194	1.372	1.916	249	2.256
Encargos	7.928	2.437	385	482	208	43	511	78	729	1.070	858	509	1.140	264	346	45	642
CE	21.180	6.662	435	2.313	678	93	951	141	2.051	2.659	3.018	985	2.868	786	890	21	2.098
Amortização	17.404	5.500	376	1.951	579	74	747	102	1.671	2.149	2.622	729	2.413	663	733	17	1.676
Encargos	3.776	1.162	59	361	99	20	204	39	379	510	396	256	455	123	157	4	422
MA	20.340	6.590	1.571	1.748	535	57	793	49	1.837	3.793	2.432	365	2.975	663	816	103	2.033
Amortização	17.259	5.425	1.354	1.469	450	45	557	38	1.512	3.062	2.096	267	2.513	550	677	89	1.595
Encargos	3.081	1.165	217	278	85	12	237	12	326	731	336	98	462	113	139	14	438
PB	11.162	2.759	254	716	255	27	244	214	1.048	1.537	984	238	1.525	438	410	6	378
Amortização	9.339	2.287	235	609	211	21	173	172	865	1.254	850	183	1.287	379	325	5	292
Encargos	1.823	472	19	108	44	6	71	41	183	282	134	56	239	59	86	1	87
PE	26.346	6.867	520	2.199	714	133	1.243	163	1.894	3.264	2.900	703	3.040	787	925	78	2.036
Amortização	21.923	5.740	474	1.833	588	109	1.060	120	1.555	2.687	2.551	502	2.608	675	774	59	1.623
Encargos	4.424	1.127	46	366	126	24	183	43	339	577	349	201	432	112	151	19	413
PI	12.218	4.151	989	695	347	59	485	290	1.287	1.743	1.858	550	2.322	433	741	13	642
Amortização	10.344	3.435	905	601	289	45	342	206	1.047	1.406	1.640	389	1.963	351	666	10	445

Encargos	1.874	716	84	95	57	14	143	84	240	337	218	161	358	82	76	3	197
RN	13.121	3.499	212	781	274	34	622	120	1.457	1.982	1.039	478	1.898	427	508	4	663
Amortização	10.918	2.786	191	671	222	26	409	87	1.180	1.612	831	343	1.566	367	413	3	436
Encargos	2.203	714	21	110	52	7	213	33	277	370	208	136	332	60	95	1	227
SE	7.013	1.824	404	448	174	27	124	79	567	885	808	131	1.058	234	284	13	235
Amortização	5.725	1.454	311	380	130	22	89	57	466	693	669	92	878	187	231	11	147
Encargos	1.288	370	93	68	44	5	35	22	101	192	139	39	180	47	53	2	88
Sudeste	453.862	87.586	1.210	16.553	7.997	8.053	8.868	4.497	40.409	75.288	2.753	9.544	47.235	5.884	9.950	2.845	21.673
Amortização	385.497	69.984	979	13.655	6.598	5.630	7.009	3.410	32.704	61.348	1.739	6.897	37.968	4.842	8.219	2.406	16.549
Encargos	68.365	17.602	231	2.898	1.398	2.423	1.859	1.087	7.705	13.940	1.014	2.648	9.267	1.042	1.731	439	5.123
ES	14.087	2.220	46	199	263	189	269	116	1.138	1.656	67	497	1.425	212	264	63	256
Amortização	11.579	1.780	36	158	213	156	207	82	928	1.368	50	362	1.138	172	219	52	199
Encargos	2.508	440	10	41	50	33	62	34	210	288	17	135	286	40	45	11	58
MG	93.446	15.564	518	1.972	1.656	1.080	1.547	641	8.150	13.894	386	1.284	9.406	1.476	2.035	452	2.194
Amortização	77.258	12.562	414	1.599	1.337	889	1.213	459	6.651	11.277	289	996	7.567	1.203	1.684	379	1.729
Encargos	16.188	3.002	104	373	319	191	334	181	1.499	2.617	97	288	1.839	273	351	73	466
RJ	51.801	13.723	13	1.688	1.528	1.843	2.291	1.360	5.001	12.039	766	918	5.950	899	1.646	305	4.923
Amortização	40.338	9.934	10	1.339	1.281	466	1.771	1.036	4.030	9.254	259	421	4.699	749	1.347	251	2.888
Encargos	11.464	3.789	3	349	247	1.377	520	324	971	2.785	507	497	1.251	150	299	54	2.035
SP	294.527	56.079	634	12.695	4.549	4.941	4.760	2.380	26.120	47.700	1.534	6.845	30.454	3.296	6.005	2.025	14.299
Amortização	256.322	45.708	519	10.559	3.767	4.120	3.817	1.832	21.095	39.450	1.141	5.117	24.564	2.718	4.969	1.723	11.734
Encargos	38.205	10.371	115	2.135	783	822	944	548	5.025	8.250	393	1.728	5.891	579	1.036	302	2.565
Sul	193.157	34.278	2.534	6.675	4.077	2.810	2.867	1.240	14.076	28.951	1.135	4.192	18.089	3.487	4.727	1.513	6.462
Amortização	159.465	27.846	1.996	5.487	3.316	2.286	2.264	891	11.606	23.795	847	3.204	14.621	2.825	3.894	1.262	5.245
Encargos	33.692	6.432	538	1.187	761	524	603	349	2.470	5.156	287	988	3.469	661	833	252	1.217
PR	71.203	13.585	1.194	2.261	1.720	1.141	886	478	5.906	11.641	474	1.470	7.542	1.335	1.513	561	2.635
Amortização	59.027	11.056	944	1.862	1.387	930	703	343	4.885	9.564	355	1.137	6.119	1.080	1.238	470	2.147
Encargos	12.176	2.531	250	398	333	211	183	135	1.021	2.078	119	334	1.423	255	275	90	487
RS	76.032	12.070	909	2.523	1.166	913	1.257	415	4.888	10.122	379	1.569	6.308	1.204	1.880	460	2.218
Amortização	62.903	9.777	713	2.065	954	744	983	296	4.021	8.298	282	1.197	5.086	975	1.560	381	1.775
Encargos	13.129	2.294	196	458	211	168	273	118	867	1.824	97	373	1.222	229	320	79	443
SC	45.921	8.623	431	1.891	1.191	757	724	348	3.282	7.188	282	1.153	4.239	947	1.335	492	1.610
Amortização	37.535	7.014	339	1.560	975	612	577	252	2.700	5.933	210	871	3.415	770	1.096	410	1.323
Encargos	8.387	1.609	92	330	216	144	147	96	583	1.255	72	282	824	177	239	82	287
Centro-Oeste	147.639	33.025	1.515	2.092	2.901	712	2.803	1.236	21.767	27.514	1.831	3.679	23.448	3.064	3.301	531	2.681
Amortização	126.449	26.958	1.220	1.712	2.415	572	2.249	944	17.846	22.752	1.510	2.696	19.123	2.560	2.732	448	2.096
Encargos	21.190	6.066	294	380	486	140	553	292	3.920	4.762	321	983	4.325	504	569	83	585
DF	37.968	13.232	19	728	862	86	1.133	800	9.604	10.614	237	2.381	10.261	1.042	1.025	99	806
Amortização	31.099	10.607	16	604	721	70	910	628	7.659	8.725	192	1.690	8.145	891	854	84	635
Encargos	6.869	2.625	3	124	142	16	223	172	1.945	1.889	45	691	2.117	150	171	15	171
GO	45.430	7.899	341	640	754	216	498	280	5.171	6.850	659	390	5.704	783	831	210	371
Amortização	38.806	6.513	274	533	619	173	398	200	4.315	5.652	551	310	4.712	643	688	176	294
Encargos	6.624	1.387	67	107	135	43	100	80	855	1.198	108	81	992	140	143	34	78
MT	38.342	7.097	850	308	838	273	835	79	3.914	5.958	562	577	4.187	775	984	186	965
Amortização	33.665	5.870	682	250	706	219	672	60	3.281	4.965	460	445	3.506	640	809	158	757
Encargos	4.677	1.228	168	58	132	54	163	19	634	994	102	132	681	135	175	28	208
MS	25.900	4.795	305	415	446	137	337	77	3.078	4.092	373	330	3.296	464	460	36	538
Amortização	22.879	3.968	249	325	368	110	269	56	2.591	3.411	307	250	2.761	386	381	30	410
Encargos	3.021	828	56	91	77	28	68	20	487	682	66	80	535	79	79	6	128
TOTAL	1.023.681	213.130	13.360	39.078	20.208	12.866	22.612	8.578	96.427	162.567	26.669	23.895	117.981	19.169	26.227	5.627	44.126
Amortização	862.927	172.331	11.085	32.434	16.624	9.506	17.617	6.428	78.637	132.954	21.874	17.503	95.968	15.808	21.687	4.736	34.132
Encargos	160.754	40.800	2.276	6.644	3.584	3.360	4.995	2.150	17.790	29.612	4.795	6.392	22.013	3.361	4.541	891	9.993

TABELA 13 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021
(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021 Saldos	Saldos em 30.04.2021															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	134.764	133.775	33.337	13.381	7.722	9.332	29.859	15.029	25.117	70.955	41.760	21.060	69.131	9.636	9.903	804	44.302
AC	6.353	6.256	1.463	444	534	194	1.135	628	1.859	3.950	1.596	710	4.498	588	398	28	744
AP	4.940	4.977	127	216	300	102	1.768	447	2.018	3.754	742	481	3.493	257	226	10	990
AM	18.435	16.601	282	3.075	1.661	794	2.850	3.330	4.609	9.218	4.333	3.050	7.368	905	1.582	278	6.467
PA	50.772	53.624	10.262	6.514	2.638	4.887	16.882	5.580	6.862	25.850	17.711	10.063	22.236	4.135	3.277	298	23.678
RO	26.289	25.731	9.907	1.767	1.477	2.247	4.155	2.314	3.865	14.098	8.494	3.139	14.699	1.443	1.943	64	7.582
RR	4.532	4.493	850	98	260	104	903	627	1.652	3.246	637	610	3.438	310	411	4	331
TO	23.444	22.092	10.446	1.267	851	1.005	2.167	2.104	4.252	10.840	8.246	3.006	13.399	1.997	2.067	121	4.509
Nordeste	375.595	360.991	45.220	50.995	18.620	8.672	88.158	77.344	71.982	171.834	92.441	96.716	193.009	23.375	31.102	3.133	110.372
AL	17.550	16.153	1.767	1.945	701	246	1.427	5.547	4.521	7.681	2.922	5.550	12.010	874	1.030	24	2.216
BA	106.488	100.954	17.919	12.401	4.672	2.884	28.790	17.243	17.046	51.857	27.034	22.063	48.087	7.686	9.285	1.427	34.469
CE	52.621	51.105	3.788	9.235	3.918	1.283	10.406	10.270	12.206	22.938	14.403	13.764	26.005	3.072	4.409	249	17.370
MA	42.271	42.767	8.139	4.105	2.191	777	12.536	6.026	8.995	23.500	10.630	8.637	21.208	3.484	3.075	287	14.714
PB	26.135	23.775	1.496	2.568	1.309	465	3.667	9.031	5.239	8.722	5.033	10.020	16.607	1.149	2.552	60	3.408
PE	54.657	53.836	3.579	14.296	2.420	1.268	11.781	12.260	8.232	25.034	12.681	16.121	28.416	2.810	3.772	796	18.042
PI	26.174	26.025	4.769	2.211	1.506	889	6.490	3.848	6.312	12.147	7.713	6.165	13.749	1.825	3.067	169	7.215
RN	32.729	31.376	1.443	2.418	1.159	496	11.195	7.653	7.012	13.745	8.345	9.286	16.608	1.418	2.315	26	11.009
SE	16.970	14.998	2.320	1.816	744	364	1.868	5.466	2.419	6.210	3.679	5.109	10.320	1.057	1.598	94	1.929
Sudeste	920.433	815.338	60.548	146.005	40.920	54.496	141.640	229.910	141.819	528.157	46.749	240.432	462.697	28.000	55.545	21.324	247.771
ES	26.371	24.850	5.038	1.586	1.302	2.251	3.810	6.636	4.227	16.469	1.317	7.064	17.910	1.113	1.545	410	3.872
MG	202.569	184.976	29.318	15.676	8.512	11.392	20.126	54.802	45.149	122.494	6.685	55.797	123.696	8.915	12.961	3.363	36.041
RJ	186.670	158.551	1.213	28.849	6.924	7.559	49.310	35.182	29.515	113.757	12.201	32.593	76.799	2.771	8.925	4.867	65.188
SP	504.824	446.961	24.979	99.894	24.182	33.294	68.394	133.290	62.928	275.437	26.546	144.978	244.292	15.201	32.114	12.684	142.671
Sul	404.144	373.198	79.947	46.846	24.563	34.163	34.990	100.744	51.946	235.862	19.553	117.783	230.547	25.018	32.539	9.907	75.187
PR	157.312	147.345	34.606	18.065	11.188	12.822	11.640	40.404	18.620	90.206	8.497	48.642	91.477	10.578	11.296	3.834	30.160
RS	148.841	134.346	30.814	16.976	7.622	11.482	15.010	34.950	17.493	87.317	6.518	40.511	83.598	8.831	12.196	3.251	26.471
SC	97.991	91.507	14.526	11.805	5.754	9.859	8.340	25.391	15.833	58.339	4.538	28.630	55.473	5.608	9.047	2.822	18.556
Centro-Oeste	271.497	251.904	68.227	13.926	10.466	9.823	42.174	54.935	52.352	145.219	42.505	64.179	177.473	14.955	19.010	2.415	38.049
DF	77.388	63.285	1.602	2.965	1.707	1.644	18.930	16.349	20.089	45.210	4.686	13.389	47.809	1.576	2.118	588	11.194
GO	90.484	83.558	25.332	3.754	3.442	2.799	10.178	22.834	15.219	41.330	14.670	27.558	65.762	4.615	5.235	810	7.136

MT	62.631	62.736	27.194	2.185	3.114	3.539	8.687	8.041	9.976	35.042	14.289	13.405	36.832	5.809	8.505	665	10.924
MS	40.994	42.325	14.100	5.023	2.204	1.841	4.379	7.712	7.067	23.637	8.860	9.828	27.070	2.955	3.153	352	8.795
TOTAL	2.106.434	1.935.206	287.278	271.153	102.291	116.487	336.821	477.963	343.215	1.152.028	243.008	540.171	1.132.857	100.985	148.099	37.583	515.682

TABELA 14 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2021

(Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021 - Art. 123 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ milhão

Região/UF	Programação 2021	Realizado até o 2º Bimestre / 2021															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	89	19	4	0	0	0	15	0	0	19	0	0	4	0	6	9	0
AC	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	69	5	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	0	0	5	0	0
PA	10	14	4	0	0	0	9	0	0	14	0	0	4	0	0	9	0
RO	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	49	3	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	1	1	1	0	0
BA	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MA	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	4	3	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	1	1	1	0	0
Sudeste	63	6	0	1	0	0	5	0	0	6	0	0	1	3	0	2	0
ES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SP	34	6	0	1	0	0	5	0	0	6	0	0	1	3	0	2	0
Sul	36	11	1	0	0	0	10	0	0	11	0	0	0	11	0	0	0
PR	6	11	1	0	0	0	10	0	0	11	0	0	0	11	0	0	0
RS	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SC	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	17	5	5	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	0	1	0
GO	3	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
MS	14	5	5	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	0	0	0
TOTAL	254	45	10	1	0	0	33	0	0	45	0	0	6	20	7	12	0

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 6.010, DE 20 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência de lhe foi subdelegada pelo art. 33 da Portaria nº 406, de 08 dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e nos elementos que integram o Processo nº 04916.000562/2006-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte a proceder a transferência do direito de ocupação do imóvel urbano, conceituado como terreno de marinha com acrescido, com área da União de 1.650,31m², localizado à Praia de Cajueiro, s/nº, no Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrado sob o RIP-1885.0100047-05, conforme Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 10 de janeiro de 2008, Primeiro Traslado, Livro de Notas nº 71, Folhas nºs 117/118, do Serviço Notarial e Registral, situado à Rua Vereador Nery, nº 13, na Comarca de Touros, para Miguel Hoyo Najera e Pedro Arribas Maranon, ambos espanhóis, cadastrados sob os CPF ***.815.994-** e CPF ***.582.331-**, respectivamente, neste ato representados por Miguel Hoyo Najera, com Registro Nacional de Estrangeiro-RNE nº V515410, Classificação Residente, com validade até 17 de março de 2026.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 17944.103248/2020-26
Interessado: Município de Sidrolândia - MS
Assunto: Contrato de Garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Sidrolândia - MS, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA (SEI 16064478); Contrato de Contragarantia, a ser celebrado entre a União e o mesmo Município, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. (SEI 16064688); e proposta de termo aditivo (SEI 15796116), todos referentes ao Contrato de Financiamento nº 0514011-10 firmado entre o Município de Sidrolândia - MS e a CAIXA em 29/09/2020 (SEI 15435558), no valor de R$ 13.168.000,00 (treze milhões, cento e sessenta e oito mil reais), cujos recursos se destinam ao financiamento de obras de pavimentação asfáltica e drenagem no âmbito do Programa "Avançar Cidades - Mobilidade Urbana - Grupo 01", conforme autorização dada pela Lei Municipal nº 1.924, de 08/06/2018 (SEI 9327237), alterada pela Lei nº 1.970, de 11/09/2019 (SEI 9327215) e Lei nº 2.012, de 01/07/2020 (SEI 9327309).

Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 14217/2020/ME, de 01/09/2020 (SEI 10249238), e o PARECER complementar SEI Nº 7612/2021/ME, de 19/05/2021 (SEI 15880956), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional. Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA
Secretário Especial de Fazenda
Substituto

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 17944.104742/2019-74
Interessados: Município de Osório - RS.
Assunto: Minuta de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Osório - RS, com a interveniência da Caixa Econômica Federal- CAIXA (SEI 7955201) e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência do Banco do Brasil S/A e do Banco BANRISUL (SEI 7955205), referentes ao Contrato de Financiamento nº 0522.961-89 firmado entre o Município e a CAIXA em 19 de outubro de 2020 (SEI 15708492), no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e Primeiro Termo Aditivo, de 3 de maio de 2021 (SEI 15708492), cujos recursos se destinam a financiar obras de pavimentação, capeamento, recapeamento, saneamento, equipamentos, máquinas, implementos e outras despesas de capital, no âmbito do Programa FINISA, conforme autorizado pela Lei nº 6.322/2019, de 12 de novembro de 2019 (SEI 5666007).

Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 14203/2020/ME, de 01/09/2020, e o Parecer Complementar SEI Nº 7317/2021/ME, de 17/05/2021, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, podendo ser celebrado o contrato de garantia, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA
Secretário Especial de Fazenda
Substituto

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 6.094, DE 21 DE MAIO DE 2021 (*)

Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 57, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e

Considerando a necessidade de organizar a classificação orçamentária por fontes de recursos; e

Considerando a necessidade de identificar, no Orçamento, as despesas financiadas por operações de crédito autorizadas pelo Poder Legislativo em montante superior às despesas de capital, nos termos do inciso III do art. 167 da CF/88, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo II da Portaria SECAD/SOF nº 15.073, de 26 de dezembro de 2019, o seguinte grupo de fonte de recursos:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
7	Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

(*) Republicada por ter saído no DOU de 25-5-2021, Edição nº 97, Seção 1, página 107, com incorreção no original.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA SEPRT/ME Nº 6.100, DE 27 DE MAIO DE 2021

Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021. (Processo nº 19965.106460/2021-11).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando a Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao recebimento de informações, concessão, pagamento e recursos do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, nos termos da Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021, para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

CAPÍTULO I

DAS HIPÓTESES DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Art. 2º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda é direito pessoal e intransferível e será pago aos empregados que, durante o período de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021, pactuarem com os empregadores a:

I - redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, por até 120 dias; ou

II - suspensão temporária do contrato de trabalho, por até 120 dias.

§ 1º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda será devido ao empregado, independentemente do:

I - cumprimento de qualquer período aquisitivo;

II - tempo de vínculo empregatício; e

III - número de salários recebidos.

§ 2º Havendo disponibilidade orçamentária para pagamento do Benefício Emergencial, o prazo máximo de duração dos acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho poderá ser prorrogado na forma do artigo 18 da Medida Provisória 1.045, de 2021.

Art. 3º Cada vínculo empregatício com redução proporcional de jornada e de salário ou suspenso temporariamente dará direito à concessão de um Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Parágrafo único. O contrato de trabalho intermitente a que se refere o § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não faz jus ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Art. 4º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda não será devido ao empregado com redução proporcional de jornada e de salário ou suspensão do contrato de trabalho que:

I - também esteja ocupando cargo ou emprego público, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou seja titular de mandato eletivo;

II - tiver o contrato de trabalho celebrado após a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.045, de 2021;

III - estiver em gozo de:

a) benefício de prestação continuada do Regime Geral de Previdência Social ou dos Regimes Próprios de Previdência Social, ressalvados os benefícios de pensão por morte e auxílio acidente.

b) seguro-desemprego, em qualquer de suas modalidades; ou

c) Benefício de bolsa qualificação profissional de que trata o art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Considera-se contrato de trabalho celebrado, para fins de aplicação do disposto no inciso II do caput, o contrato de trabalho iniciado até 28 de abril de 2021 e informado no e-social ou constante na base do CNIS até 29 de abril de 2021.

§ 2º À exceção dos empregados que se encontrem em gozo do benefício de aposentadoria, é vedada a celebração de acordo para redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou para suspensão temporária do contrato de trabalho com empregado que se enquadre em alguma das vedações à percepção do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda previstas neste artigo.

§ 3º Para os empregados que se encontrem em gozo do benefício de aposentadoria, a implementação das medidas de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho por acordo individual escrito somente será admitida quando, além do enquadramento em alguma das hipóteses de autorização do acordo individual de trabalho previstas no caput ou no § 1º do artigo 12 da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, houver o pagamento, pelo empregador, de ajuda compensatória mensal, nos termos do § 2º do artigo 12 da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

§ 4º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda não será devido caso verificada a manutenção do mesmo nível de exigência de produtividade ou de efetivo desempenho do trabalho existente durante a prestação de serviço em período anterior à redução proporcional de jornada de trabalho e de salário para os seguintes trabalhadores:

I - os empregados não sujeitos a controle de jornada; e

II - os empregados que percebam remuneração variável.

§ 5º Poderão ser utilizadas outras bases de dados à disposição da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia para validação das datas dispostas no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Art. 5º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda terá como valor base o valor da parcela do Seguro-Desemprego a que o empregado teria direito, calculado nos termos do art. 5º da Lei nº 7.998, de 1990, observando o seguinte:

I - para média de salários com valor de até R$ 1.686,79, multiplica-se a média de salários por 0,8, observado como valor mínimo o valor do salário mínimo nacional;

II - para média de salários com valor de R$ 1.686,80 até R$ 2.811,60, multiplica-se a média de salários que exceder a R$ 1.599,61 por 0,5, e soma-se o resultado ao valor de R$ 1.349,43; e

III - para média de salários com valor superior a R$ 2.811,60, o valor base é de R$ 1.911,84.

§ 1º A média de salários será apurada considerando os últimos três meses anteriores ao mês da celebração do acordo.

§ 2º O salário utilizado para o cálculo da média aritmética de que trata o caput refere-se ao salário de contribuição estabelecido no inciso I do art. 28 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, informados no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.

§ 3º Se, excepcionalmente, o salário de contribuição de que trata o § 1º deste artigo não constar na base CNIS após o prazo previsto para o empregador prestar a informação, o mês sem informação será desconsiderado.

§ 4º O salário será calculado com base no mês completo de trabalho, mesmo que o trabalhador não tenha trabalhado integralmente em qualquer dos três últimos meses.

§ 5º Não será computada na média de salários a competência em que houver redução proporcional de jornada e de salários.

§ 6º Para o trabalhador que esteve em gozo de auxílio-doença ou foi convocado para prestação do serviço militar, bem como na hipótese de não ter percebido os (três) últimos salários, o valor base será apurado com a média dos 2 (dois) últimos ou, ainda, no valor do último salário.

§ 7º Na ausência de informações no CNIS sobre os últimos três meses do salário, o valor base será o valor do salário-mínimo nacional.

§ 8º O empregador é responsável pelo pagamento de eventual diferença entre o valor pago pela União e o efetivamente devido ao empregado, quando a diferença decorrer de ausência ou erro nas informações prestadas pelo empregador que constituem as bases do CNIS.

Art. 6º O valor do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda corresponderá a:

I - 100% do valor base previsto no artigo 5º, no caso da suspensão do contrato de trabalho de empregado de empregador com faturamento de até R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano de 2019;

II - 70% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de:

a) suspensão do contrato de trabalho de empregado de empregador com faturamento superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano de 2019; ou

b) para redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 70%;

III - 50% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 50% e inferior à 70%; ou

IV - 25% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 25% e inferior à 50%.

Parágrafo único. Nos casos em que o cálculo do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda resultar em valores decimais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade inteira imediatamente superior.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Da informação dos acordos

Art. 7º Para a habilitação do empregado ao recebimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o empregador informará ao Ministério da Economia a realização de acordo de redução de jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária de contrato de trabalho com o empregado, no prazo de até dez dias, contados a partir da data pactuada de início da vigência do acordo.

§ 1º Deverão constar da informação dos acordos pelo empregador ao Ministério da Economia as seguintes informações:

I - número de Inscrição do empregador (CNPJ, CEI ou CNO);

II - data de admissão do empregado;

III - número de inscrição no CPF do empregado;

IV - número de inscrição no PIS/PASEP do empregado;

V - nome do empregado;

VI - nome da mãe do empregado;

VII - data de nascimento do empregado;

VIII - salários dos últimos três meses;

IX - tipo de acordo firmado: suspensão temporária do contrato, redução proporcional da jornada e do salário ou a combinação de ambos;

X - data do início e duração de cada período acordado de redução ou suspensão;

XI - percentual de redução da jornada para cada período do acordo, se o tipo de adesão for redução de jornada;

XII - caso o empregado possua conta bancária, os dados necessários para pagamento: número do banco, número da agência, número da conta corrente e tipo da conta; e

XIII - tratando-se de pessoa jurídica, se o faturamento é superior a R$ 4.800.000 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

§ 2º A informação do acordo para recebimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda deverá ser realizada pelo empregador exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://servicos.mte.gov.br/bem/.

§ 3º O empregador doméstico e empregador pessoa física serão direcionados para o portal "gov.br" para:

I - providenciar sua senha de acesso, conforme os procedimentos do portal;

II - informar individualmente cada acordo; e

III - após a informação do acordo, acompanhar o resultado do processamento das informações remetidas e o resultado do pedido de concessão do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

§ 4º O empregador pessoa jurídica será direcionado para o portal "empregador web", atendendo aos requisitos de habilitação do ambiente, para:

I - informar individualmente, ou por meio de arquivos no formato "csv", os acordos celebrados; e

II - após a informação do acordo, acompanhar o resultado do processamento das informações remetidas e o resultado do pedido de concessão do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

§ 5º Para informar ao Ministério da Economia a realização dos acordos, o empregador poderá enviar arquivos contendo as informações solicitadas no § 1º deste artigo, conforme leiaute padronizado disponível no endereço eletrônico "https://servicos.mte.gov.br/bem/".

§ 6º O fornecimento da conta bancária do empregado pelo empregador, prevista no inciso XII do § 1º deste artigo, deverá ser precedido de expressa autorização do empregado.

§ 7º Para os acordos realizados anteriormente à vigência desta Portaria, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda terá como data de início a data pactuada de início da vigência do acordo, desde que informados no prazo de até dez dias a partir da data de sua publicação.

§ 8º A primeira parcela será liberada trinta dias após a data do início da redução ou suspensão, na hipótese da informação ser prestada no prazo de até dez dias da data pactuada para o início da vigência do acordo, ou a partir da informação do empregador, se a comunicação for efetivada após o prazo de dez dias, e as demais parcelas serão creditadas a cada intervalo de trinta dias, contados da emissão da parcela anterior.

Seção II

Das alterações do acordo

Art. 8º Empregador e empregado poderão alterar a qualquer tempo a data de término da vigência do acordo pactuado, informado ao Ministério da Economia, respeitado o prazo máximo previsto no art. 2º.

§ 1º O empregador deverá informar a nova data de término da vigência do acordo alterado, na forma prevista no art. 7º, em até dois dias corridos, contados da data prevista para término da vigência originalmente pactuada.

§ 2º As informações prestadas dentro do intervalo de até quinze dias anteriores às datas de pagamento previstas na forma do § 8º do art. 7º poderão gerar efeitos após o prazo inicialmente previsto para pagamento das parcelas agendadas, hipótese em que, eventualmente, a alteração informada gerará valores a serem pagos no lote de pagamento subsequente disponível ou gerará a obrigação de devolução de pagamentos já efetuados.

§ 3º A ausência de comunicação pelo empregador no prazo previsto no § 1º deste artigo, ou a comunicação da alteração dentro do intervalo determinado no § 2º deste artigo:

I - poderá acarretar na sua responsabilização pela devolução à União dos valores recebidos a maior pelo empregado; ou

II - poderá implicar no dever de pagar ao empregado a diferença entre o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda pago e o devido por força da mudança do acordo.

§ 4º Não poderá haver alteração no tipo de acordo informado, entre as modalidades de suspensão temporária do contrato de trabalho e redução proporcional de jornada e salários, nem no percentual negociado para a redução da jornada, dado que tais alterações caracterizam um novo acordo, que deverá ser informado nos termos do art. 7º.

§ 5º O empregador poderá informar o cancelamento do acordo, hipótese em que as parcelas já emitidas serão consideradas como indevidamente pagas e passíveis de restituição na forma dos arts. 22 a 24.

Seção III

Da análise, da concessão e da notificação

Art. 9º Informado o acordo, os dados enviados serão analisados e o pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda:

I - será deferido, se todas as informações estiverem corretas e as condições de elegibilidade forem atingidas;

II - aguardará o cumprimento das exigências solicitadas, se alguma informação estiver faltando, estiver incorreta, ou em desconformidade com as bases de dados do Poder Executivo; ou

III - será indeferido, na hipótese de não preenchimento dos requisitos previstos nesta Portaria.

Parágrafo único. O empregado poderá acompanhar a tramitação do processo de concessão do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda pelo portal "gov.br" e pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, mediante cadastramento e senha, que dará acesso:

I - às informações sobre o acordo;

II - à data de recebimento das parcelas;

III - às notificações sobre exigências e decisões relacionadas ao benefício; e

IV - ao andamento das defesas ou dos recursos apresentados.

Art. 10. O empregador será notificado da exigência de regularização das informações, no prazo de até quinze dias corridos, contados da data de envio da informação ao Ministério da Economia.

§ 1º Quando a exigência envolver dados não declarados ou declarados incorretamente, a concessão do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e os prazos de pagamento ficarão condicionados à retificação das informações.

§ 2º A retificação prevista no § 1º deste artigo deverá conter todas as informações previstas no § 1º do art. 7º e deverá ser implementada pelos mesmos meios previstos no art. 7º para a informação do acordo.

§ 3º Caso o empregador cumpra as exigências no prazo de trinta dias corridos, contados da data em que a primeira parcela do benefício deveria ter sido paga, será mantida como data de início da vigência aquela constante da informação do acordo, sendo a parcela do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda incluída no próximo lote de pagamento disponível, posterior à decisão.

§ 4º O não atendimento da exigência de regularização das informações no prazo previsto no § 3º deste artigo, importará em desistência do pedido administrativo e no arquivamento do requerimento.

§ 5º Cumprida a exigência no prazo do § 3º deste artigo, o arquivo será processado e o interessado será notificado da decisão sobre seu requerimento, na forma do § 2º do art. 11.

§ 6º Deferido o benefício, será mantida a data de início da vigência informada inicialmente, nos termos do artigo art. 7º, incluindo-se a parcela correspondente ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda devido ao empregado, no próximo lote de pagamento disponível.

Art. 11. As notificações referentes ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, quanto à necessidade de cumprimento de exigências, arquivamento, deferimento e indeferimento serão realizadas exclusivamente por meio digital, podendo o empregador acessá-las, mediante cadastramento em sistema próprio e utilização de certificado digital ou uso de login e senha:

I - no portal "gov.br" para notificações endereçadas ao empregador doméstico e ao empregador pessoa física; ou

II - no portal "empregador web" para notificações endereçadas ao empregador pessoa jurídica.

§ 1º Ao registrar a informação do acordo, nos termos do art. 7º e do art. 8º, o empregador será cientificado de que as notificações sobre o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda ocorrerão de modo digital, por meio dos portais mencionados nos incisos I e II do caput.

§ 2º Após o registro das informações sobre o acordo, a notificação em relação à decisão proferida sobre o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda ocorrerá em até quinze dias corridos.

Art. 12. Os prazos para cumprimento de exigências, para apresentação de defesa e para interposição de recurso contra decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda serão contados em dias corridos, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em finais de semana ou em dias de feriados nacionais.

Art. 13. Nos casos de suspensão do pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda por suspeita ou indícios de irregularidade, na forma do § 2º e do § 3º do art. 21, a notificação será realizada por via postal, com aviso de recebimento, por carta, telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 1º Se o interessado estiver em local incerto e não sabido, não for encontrado ou recusar-se a receber o documento, a notificação será por meio de publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º Nas decisões de suspensão do pagamento do benefício emergencial por suspeita ou indícios de irregularidade, o prazo para apresentação de defesa ou para interposição de recurso será contado da data do recebimento da notificação.

Art. 14. Serão considerados tempestivos os atos processuais transmitidos integralmente até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia de seu prazo.

Seção IV

Do recurso administrativo

Art. 15. Caberá recurso administrativo nas seguintes hipóteses:

I - da decisão de indeferimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda;

II - da decisão de deferimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda quanto ao seu montante; e

III - da decisão de suspensão do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

§ 1º Os recursos administrativos descritos no caput poderão ser interpostos até o prazo limite de sessenta dias após o fim do prazo previsto para vigência do Benefício Emergencial previsto no art. 2º.

§ 2º O prazo para julgamento do recurso é de até trinta dias corridos, contados da data da interposição.

§ 3º Julgado procedente o recurso, a parcela do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda será incluída no próximo lote de pagamentos disponível, posterior à decisão.

§ 4º As razões do recurso ficarão restritas aos requisitos analisados para o deferimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, limitadas à impugnação necessária à superação dos óbices indicados na decisão.

§ 5º Não serão conhecidos os recursos que demandem para o seu provimento a análise das cláusulas do contrato de trabalho ou o reconhecimento de situações de fato não registradas nas bases de dados consultadas para a concessão do benefício.

§ 6º As alterações nas bases de dados necessárias para o reconhecimento das situações mencionadas no § 5º deste artigo deverão ser providenciadas diretamente pelos interessados e observarão os procedimentos vigentes.

Art. 16. Julgado procedente o recurso interposto em face de decisões de indeferimento e de suspensão, a data pactuada de início da vigência do acordo será mantida e as parcelas correspondentes do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda manterão seus pagamentos nas datas inicialmente projetadas, sendo aquelas já vencidas, incluídas no próximo lote de pagamento disponível.

Parágrafo único. Proferida decisão favorável em recurso quanto ao montante pago pelas Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o pagamento das diferenças apuradas será incluído no próximo lote disponível.

Art. 17. Os recursos interpostos nas hipóteses dos incisos I a III do caput do artigo art. 15 serão julgados em única instância pela Secretaria de Trabalho.

Art. 18. As defesas e recursos do empregador pessoa jurídica serão interpostos pelo portal "empregador web".

Parágrafo único. As defesas e recursos do empregador doméstico e do empregador pessoa física serão interpostos pelo portal "gov.br".

Art. 19. O empregado poderá, nas mesmas hipóteses previstas para o empregador, apresentar as defesas e interpor os recursos previstos nesta Portaria em relação ao seu Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Parágrafo único. O recurso e a defesa serão interpostos por meio do portal "gov.br" ou pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital.

Seção V

Da responsabilidade do empregador pela informação de acordo irregular

Art. 20. Na hipótese de indeferimento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda ou de seu arquivamento por não atendimento de exigências de regularização das informações ou de indeferimento de recurso, o empregador ficará responsável pelo pagamento da remuneração no valor anterior à redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ou à suspensão temporária do contrato de trabalho do empregado, inclusive dos respectivos tributos, contribuições e encargos devidos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput para os casos de cessação de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda motivados por ato atribuível ao empregador e para os períodos cujos pagamentos tenham sido considerados indevidos.

CAPÍTULO IV

DAS HIPÓTESES DE CESSAÇÃO E DEVOLUÇÃO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Seção I

Das hipóteses de cessação do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

Art. 21. O pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda será cessado nas seguintes situações:

I - transcurso do prazo pactuado de redução e suspensão informado pelo empregador;

II - retomada da jornada normal de trabalho ou encerramento da suspensão do contrato de trabalho antes do prazo pactuado;

III - pela recusa, por parte do empregado, de atender ao chamado do empregador para retomar sua jornada normal de trabalho;

IV - início de percepção de benefício de prestação continuada do Regime Geral da Previdência Social ou de Regime Próprio de Previdência Social, exceto o auxílio-acidente e a pensão por morte;

V - início de percepção do benefício de seguro desemprego, em qualquer de suas modalidades, inclusive do Benefício da Bolsa de Qualificação Profissional de que trata o art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 1990.

VI - posse em cargo público, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, emprego público ou mandato eletivo;

VII - por comprovação da falsidade na prestação de informações necessárias à habilitação;

VIII - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda;

IX - por morte do beneficiário; e

X - pelo evento caracterizador do início do benefício de salário-maternidade, nos termos do artigo 71 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 1º Compete ao empregador informar, no prazo de cinco dias corridos, na forma prevista no art. 8º, as hipóteses do inciso II, III e X do caput deste artigo, aplicando-se o disposto no inciso I do § 3º do art. 8º se a informação não for prestada e implicar no pagamento indevido do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

§ 2º Verificada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos VII e VIII do caput deste artigo, o pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda será cessado e o empregador será notificado nos termos do art. 13 para apresentar defesa no prazo de cinco dias.

§ 3º O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda será restabelecido, desde a data de sua cessação, caso seja acolhida a defesa do § 2º deste artigo, ou será mantido como cessado se esta for julgada intempestiva ou improcedente.

§ 4º O empregador poderá recorrer da decisão de manutenção da cessação, no prazo de dez dias, contados da data da comunicação da decisão.

§ 5º O empregado deverá comunicar a ocorrência das situações previstas nos incisos IV a VI do caput deste artigo por escrito ao empregador, que deverá informar ao Ministério da Economia o cancelamento do acordo, nos termos do § 1º.

§ 6º A Na hipótese de omissão do empregado quanto à obrigação indicada no § 5º deste artigo, este deverá recolher a diferença recebida ao Ministério da Economia por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

§ 7º Nas hipóteses de decisão administrava de reconhecimento de alteração indevida dos termos do acordo, ou de cessação do pagamento do benefício, o empregador ficará responsável pelo pagamento da remuneração no valor anterior à redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ou à suspensão temporária do contrato de trabalho do empregado ou de eventuais diferenças decorrentes, inclusive dos respectivos tributos, contribuições e encargos devidos.

§ 8º A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, da Secretaria de Trabalho, será comunicada para apuração e aplicação da penalidade prevista no art. 15 da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Seção II

Da devolução dos valores recebidos indevidamente e da compensação.

Art. 22. A restituição de parcelas recebidas indevidamente do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, por qualquer motivo, poderá ser efetuada mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, com o valor devido atualizado pelo IPCA, obtida pelo empregador pessoa jurídica no portal empregador.web, pelo empregador pessoa física no portal gov.br, e pelo empregado no portal gov.br ou no aplicativo Carteira de Trabalho Digital.

Art. 23. Constatado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho o recebimento indevido de parcela do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o trabalhador estará sujeito à compensação automática com eventuais parcelas devidas de Benefício Emergencial referentes a um mesmo acordo ou acordos diversos; com futuras parcelas de abono salarial de que trata a Lei 7.998, de 1990; ou futuras parcelas do seguro-desemprego a que tiver direito, na forma do art. 25-A da Lei nº 7.998, de 1990.

Parágrafo único. Ocorrendo a compensação com valores de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, poderá o interessado interpor o recurso previsto no inciso II do caput do artigo 15 e, caso a compensação seja realizada com parcelas de abono salarial ou seguro desemprego, o recurso será realizado conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Art. 24. As parcelas ou valores do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, pagas indevidamente e não compensadas na forma do parágrafo anterior, serão restituídas mediante depósito na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, obtida na forma do art. 22, em até trinta dias contados da data do recebimento de notificação.

§ 1º Poderá o interessado apresentar defesa no prazo do caput, a qual será decidida em até trinta dias.

§ 2º Indeferida a defesa, a obrigação terá vencimento no prazo de dez dias corridos contados da ciência da decisão, devendo ser restituída por meio de GRU.

§ 3º Da decisão do § 2º deste artigo, caberá recurso pelo interessado, sem efeito suspensivo, dirigido à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, no prazo de dez dias corridos contados da ciência da decisão.

§ 4º Os procedimentos previstos nos §§ 1º ao 3º serão disciplinados conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

§ 5º O prazo para julgamento do recurso de que trata o § 3º deste artigo se dará em até quinze dias, contados da data da interposição.

§ 6º Serão inscritos em dívida ativa da União os créditos constituídos em decorrência de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda pago indevidamente ou além do devido, hipótese em que se aplica o disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.

§ 7º As notificações referentes ao disposto neste artigo, observarão a forma disposta no parágrafo único do art. 13 desta Portaria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Os acordos informados até a data de entrada em vigor desta portaria em desconformidade com suas disposições deverão ser regularizados em até dez dias.

Art. 26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24502/2021/ME (16008184), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE PEDRA PRETA-MT - STTAR, CNPJ 03.945.219/0001-51, Processo 46306.001028/2017-87, para representação da categoria profissional dos trabalhadores (as) empregados assalariados rurais: ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, considerando aqueles com vínculo empregatício permanente e temporário, incluído os trabalhadores mantidos na informalidade, nas atividades econômicas rurais e agroindustriais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24495/2021/ME (16007330), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Corumbiara - SINDISCOR, CNPJ 18.018.734/0001-63, Processo 46216.002369/2016-06, nos termos do art. 22, inciso VI, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24511/2021/ME(16008790), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDALEX - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região, CNPJ 09.326.248/0001-11, Processo 19964.100611/2021-20, para representação da categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de : carnes e derivados, frigoríficos, açougue, produtos alimentares congelados, supercongelados , sorvetes, concentrados e liofilizados, cerveja e bebidas em geral, águas minerais, doces e conservas, sucos, beneficiadoras de produtos alimentícios , moageiras de trigos, rações balanceadas, torrefação e moagem de café , laticínios, cacau e balas, frios, panificação, padarias, confeitarias, massas e biscoitos, doceiras de supermercado e cozinha industrial, inclusive os trabalhadores terceirizados que prestam serviços nas empresas na categoria, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de : Bom Repouso, Camanducaia, Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Itapeva, Munhoz, Senador Amaral e Toledo, todos no Estado de Minas Gerais/MG, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24498/2021/ME (SEI 16007540), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46207.001763/2017-17, de interesse do SISPMARN - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ALTO RIO NOVO - ES , CNPJ 36.350.858/0001-23, nos termos do art. 22, inc. VI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na NT 24508/2021/ME (SEI 16008614), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS - TO, CNPJ 25.063.843/0001-68, Processo 19964.101018/2021-09, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam sua atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1166/1971, inferior ou igual a dois módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de São Miguel do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24774/2021/ME (16042212), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro n.º 46208.007875/2018-44 (SC20033), de interesse do Sindicato das Empresas de Transporte de Combustíveis, Derivados de Petróleo, Materiais Inflamáveis e Cargas Perigosas no Estado de Goiás-STPP, CNPJ 30.540.748/0001-48, nos termos do inciso VI do art. 22, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24702/2021/ME (SEI 16031374), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS - SIMTED, CNPJ nº 22.749.785/0001-32, Processo nº 46312.003620/2018-15, para representar a Categoria Profissional dos profissionais da Educação Básica das redes públicas estadual e municipal, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Município de Paraíso das Águas, Estado de MATO GROSSO DO SUL, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos profissionais da Educação Básica das redes públicas estadual e municipal, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Município de Paraíso das Águas, Estado de MATO GROSSO DO SUL; B) SINFAE-MS - Sindicato dos Funcionários Administrativos da Educação de Mato Grosso do Sul, CNPJ 33.738.899/0001-01, Processo nº 24000.007047/90-56; excluindo a Categoria Profissional dos profissionais da Educação Básica das redes públicas estadual e municipal, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Município de Paraíso das Águas, Estado de MATO GROSSO DO SUL; nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24726/2021/ME (SEI 16033977), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Rio do Pires - Bahia, CNPJ n.º 13.783.097/0001-06, referente ao Processo n.º 46204.004859/2016-78, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24790/2021/ME (SEI 16045201) , resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical n.º 46207.010420/2015-73, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICPAIS DE SOORETAMA - SISPMSO, CNPJ 18.029.083/0001-07, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19436/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105700/2021-62, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirapora/MG, CNPJ 04.860.541/0001-40, para representação da categoria Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras quê exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais, com abrangência municipal, no município de Pirapora e base territorial no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24848/2021/ME (SEI 16050894), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do SINDICONCE - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CARGAS E BENS DE FORTALEZA E REGIÕES, METROPOLITANA, VALE DO ACARAU E CARIRI NO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ n.º 10.969.338/0001-00, referente ao Processo n.º 46205.010569/2009-24, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24653/2021/ME (16026690), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107025/2021-14, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL DE MARACAI, CNPJ 03.905.419/0001-80, nos termos do artigo 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24526/2021/ME(16009692), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.107024/2021-61, de interesse do SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E DOS AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS DE ANANINDEUA-PA, CNPJ 41.503.636/0001-33, nos termos do artigo 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24794/2021/ME (16045629), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Palmas de Monte Alto - Bahia, CNPJ 16.411.126/0001-99, Processo 46204.000239/2017-41, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 2 módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Palmas de Monte Alto, Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24831/2021/ME (16049596), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46214.002283/2018-57, de interesse do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARROZ DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ 86.949.336/0001-10, nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 22392/2021/ME (15721282), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106021/2021-19, SA 05129, de interesse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Paranavaí e região, CNPJ 77.934.966/0001-20, nos termos do art. 22, incisos I e II da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24730/2021/ME (SEI 16034158), resolve: PUBLICAR o pedido de Registro Sindical n.º 46205.012809/2017-35, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CARIDADE - CE, CNPJ 00.249.332/0001-04, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Caridade, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24490/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTREITO - MA, CNPJ 14.177.209/0001-30, Processo 46311.000451/2018-71, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores em serviços de saúde do município de Estreito-MA, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Estreito, no Estado do Maranhão/MA, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguinte entidade: SINTAEMA - SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM E TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ22.073.348/0001-41, Processo46223.003221/2015-19; excluindo a Categoria dos Profissional dos trabalhadores em serviços de saúde; no município Estreito, do Estado do Maranhão/MA, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24868/2021/ME (16054587), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46224.001659/2018-97, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DESTERRO-SINSERDE, CNPJ 07.641.952/0001-33, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24865/2021/ME (16053256), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46772.000060/2018-20, de interesse do SINPPRUV - SINDICATO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE VALENÇA), CNPJ 26.552.571/0001-22, nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16398/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.104810/2021-15, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores (as) na Movimentação de Mercadorias em Geral de Linhares-ES, CNPJ 27.563.584/001-60, nos termos o inciso I do Art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24784/2021/ME (16044135), resolve: a) ANULAR a Nota Técnica SEI nº 46426/2020/ME (11292912) e todos os atos a ela subsequentes, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.874/1999; e b) ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 19964.108335/2019-23, SC20663, de interesse do SINDMAP - Sindicato da Indústria de Mineração do Amapá Classe 1 Metálicos e Não Metálicos CNPJ nº 35.280.112/0001-28, com fulcro no art. 22, inciso I, c/c o art. 47 da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24891/2021/ME (16058830), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46268.002715/2010-47(SC09528), de interesse do Sindicato dos Empregados Rurais de Uchoa-SP, CNPJ 11.503.549/0001-15, com fulcro no art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24882/2021/ME (SEI 16057338), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MORRO CABEÇA NO TEMPO - PI, CNPJ n.º 02.304.964/0001-59, referente ao Processo n.º 46214.006309/2018-36, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25020/2021/ME (16076642), resolve: DEFERIR o registro sindical ao INDICATO REGIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICLTORAS FAMILIARES DE PARAISO DO TOCANTINS, PUGMIL, CHAPADA DE AREIA, NOVA ROSALÂNDIA E MONTE SANTO DO TOCANTINS, CNPJ 26.751.966/0001-54, Processo Nº 19964.100991/2021-01, para representar a Categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, inferior ou igual a dois módulos rurais, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Chapada de Areia, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins e Pugmil, no Estado Tocantins, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 42, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720407/2021-96 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q7, ano 2016, cor preta, chassi WAUAGD4M4HD013856, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 16/1721918-7, de 01/11/2016, pela Alfândega no Porto de Vitória, de propriedade de Claus Joachim Vedsted Jakobsen, CPF 078.552.871-75.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 10 DE MAIO DE 2021

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e considerando o teor da Portaria MME nº 585/SPE, de 03 de março de 2021 (DOU de 04/03/2021, seção 1), que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada Ventos de Santo Apolinário, cadastrada com o código Único do Empreendimeto de Geração - CEG: EOL.CV.PI.048513-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.428, de 10 de novembro de 2020, de titularidade da empresa Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ 23.037.442/0001-08 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 10271.131650/2021-01, DECLARA:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A, CNPJ n° 23.037.442/0001-08 (participante do consórcio deominado Consórcio Ventos do Piauí III, CNPJ nº 40.188.225/0001-38), estabelecida no Sítio, localidade Serra do Inácio, S/N, CEP 64.595-000 - Zona Rural - Curral Novo do Piauí-PI, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.012209/2021-12, resolve:

Autorizar o fornecimento de 25.106 (vinte e cinco mil, cento e seis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Jim Beam White	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	12.553
Jim Beam Black	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	12.553

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE MAIO DE 2021

Declara alfandegado provisoriamente o Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju, localizado no município de Aracaju, no Estado de Sergipe, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com as alterações da Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, da Portaria RFB nº 1.001, de 6 de maio de 2014, da Portaria RFB nº 473, de 06 de março de 2020, da Portaria RFB nº 921, de 27 de maio de 2020, da Portaria RFB nº 5001, de 18 de dezembro de 2020 e da Portaria RFB nº 31, de 27 de abril de 2021, combinado com o disposto na Portaria RFB nº 2.257, de 11 de outubro de 2012, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 19378.720528/2019-67, DECLARA:

Art. 1º Alfandegado, provisoriamente, pelo prazo de 360 dias, contado a partir da data de publicação desse ADE no Diário Oficial da União, o Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju, localizado na Avenida Senador Júlio César Leite, 1440, Bairro Santa Teresa, Aracaju/SE, CEP 49037-580, administrado pela Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.919.741/0004-72, estabelecida no mesmo endereço.

Art. 2º A fiscalização aduaneira será exercida de forma eventual, sobre as seguintes operações, previstas no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011:

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - despacho de importação;

III - despacho de exportação;

IV - despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada; e

V - embarque, desembarque ou trânsito de viajantes e dos bens que portem consigo, procedentes do exterior ou a ele destinados.

Art. 3º O referido aeroporto ficará sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju (DRF/AJU), que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 4º Fica atribuído o código Siscomex 5.10.11.02 ao recinto.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA/BA Nº 1, DE 25 DE MAIO DE 2021

Declara o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia nº 248, de 27/07/2020, publicada no DOU de 27/07/2020, tendo em vista o artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, e em conformidade com o Processo/Dossiê nº 10271.227531/2021-44, DECLARA:

Art. 1º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o nº 71B5.511A.8107.931D, emitida em 14/05/2021 às 11:17:33, em nome do MUNICÍPIO DE BARRA DO MENDES, CNPJ 13.702.238/0001-00, tendo em vista a emissão indevida.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE AALMEIDA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 176, DE 26 DE MAIO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.367872/2021-72, DECLARA:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS CONQUISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.909.607/0001-17, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 15/05/2021 a 30/04/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0991958/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 62, DE 26 DE MAIO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.306551/2021-00, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços C INNOVATION DO BRASIL SERVIÇOS DE ROBÓTICA SUBMARINA LTDA, CNPJ 09.477.772/0001-93 e suas filiais 0002-74 e 0003-55, até 31/12/2025 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 26 DE MAIO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.313494/2021-15, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a navegação de apoio marítimo TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 31.667.298/0001-11 e as filiais de CNPJ nº 31.667.298/0006-26 e 31.667.298/0007-07 até 30/01/2022, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A empresa contratante é McDermott Serviços Offshore do Brasil Ltda, CNPJ nº 42.102.756/0001-91 e a operadora é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 58, DE 20 DE MAIO DE 2021

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 640, §2º, §3º e § 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, Arts. 621 a 657, e no que consta do processo administrativo nº 13031.132994/2020-69, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no que diz respeito ao artigo 9º-A da Lei nº 10.925/2004, à pessoa jurídica G X ROCHA COMÉRCIO EIRELI CNPJ: 13.059.815/0001-98, referente ao processo MAPA nº 21028.002089/2020-62, conforme Edital publicado no Diário Oficial da União de 26/03/2020, Edição: 59, Seção: 3, período de execução de 01/01/2020 a 31/01/2023.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data de protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimento aprovado por meio do processo nº MAPA 21028.002089/2020-62, independentemente da publicação de ato pela RFB, nos termos do disposto no artigo 649 da supracitada instrução normativa.

Art. 4º O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 62, DE 25 DE MAIO DE 2021

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - RETID à empresa que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 18 da IN RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, e o que consta do processo administrativo nº 13031.576795/2020-69, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) a pessoa jurídica: ADKL ZELLER ELETRO SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 01.598.794/0001-08.

Art. 2º No caso de suspensão da exigência do IPI, o estabelecimento industrial ou equiparado que der saída do produto deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Saída com suspensão da exigência do IPI" e o número deste Ato Declaratório, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 3º No caso de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", conforme o caso, e o número deste Ato Declaratório.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, sendo válido até 22 de março de 2032.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

PORTARIA DRF/NIU Nº 7, DE 25 DE MAIO DE 2021

Estabelece termos e condições para a instalação e funcionamento de Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), na jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu, e dá outras providências

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 290 e 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009; nas Instruções Normativas SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, e nº 114, de 31 de dezembro de 2001; e na Portaria SRRF/7ª RF nº 205, de 28 de junho de 2005; e considerando a necessidade de disciplinar a instalação e fiscalização dos Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) situados na jurisdição desta Unidade;, resolve:

Art. 1º A habilitação como Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) na jurisdição desta Delegacia atenderá ao disposto nesta Portaria.

Modalidades de Redex

Art. 2º Observadas as condições e os requisitos previstos nesta Portaria, o Redex pode ser habilitado com serviço de fiscalização prestado de acordo com os seguintes tipos:

I - eventual, definido no inciso I, do artigo 3º, da Instrução Normativa SRF nº 114, de 2001; ou

II - permanente, definido no inciso II, do artigo 3º, da Instrução Normativa SRF nº 114, de 2001, quando a demanda assim o justificar, nos termos do art. 4º.

Art. 3º A habilitação como Redex com serviço de fiscalização eventual será concedida:

I - ao estabelecimento do próprio exportador, por solicitação deste, por despacho decisório do Delegado desta Delegacia, exclusivamente para a realização dos despachos de exportação do habilitado; e

II - ao interessado, pessoa jurídica, por solicitação deste, para uso público, por ato declaratório executivo do Delegado desta Delegacia, em cujo estabelecimento as operações de exportação ocorram de forma esporádica, assim consideradas aquelas que não atinjam o limite mínimo para a habilitação em caráter permanente.

Art. 4º A habilitação como Redex com serviço de fiscalização permanente será concedida:

I - mediante requerimento, ao recinto já habilitado como Redex com serviço de fiscalização eventual que comprovar a realização em suas dependências, no período de 120 dias imediatamente anterior ao requerimento, de no mínimo 160 declarações de exportação desembaraçadas.

II - a pessoa jurídica interessada, por solicitação desta, que comprove, por meio de declarações de clientes, contratos de prestação de serviços firmados pelos respectivos representantes legais, que haverá demanda que garanta o atendimento ao quantitativo mínimo de declarações de exportação estabelecido no inciso anterior.

§ 1º O recinto habilitado como Redex com serviço de fiscalização eventual pode solicitar a transformação de sua habilitação para serviço de fiscalização permanente a qualquer tempo, desde que comprove satisfazer os requisitos e condições para esse fim.

§ 2º Se não for comprovada a movimentação prevista no caput, o habilitado perderá a condição de Redex com serviço de fiscalização permanente, sendo-lhe facultado solicitar a habilitação com serviço de fiscalização eventual após a publicação do ato que vier a revogar a autorização para operar como Redex com serviço de fiscalização permanente.

§ 3º Quando se tratar de primeira habilitação no Redex, em que o pleito tenha sido formulado para a modalidade com serviço de fiscalização permanente, o interessado deverá fornecer evidências da expectativa de alcance dos níveis mínimos de exportação e movimentação definidos no caput deste artigo.

§ 4º Na hipótese descrita no parágrafo anterior, a continuidade da habilitação do Redex na modalidade com serviço de fiscalização permanente será ratificada mediante comprovação da movimentação mínima descrita no caput nos 120 dias subsequentes ao deferimento da habilitação.

Requisitos para habilitação

Art. 5º São requisitos para habilitação como Redex:

I - possuir patrimônio líquido igual ou superior a R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);

II - possuir equipamentos e pessoal em quantidade suficiente para a realização das operações de movimentação, armazenagem e acondicionamento das cargas e para o bom atendimento das necessidades da fiscalização aduaneira;

III - apresentar instalações físicas com:

a) armazém com piso compactado e pavimentado, janelas e cobertura;

b) área descoberta compactada, pavimentada para tráfego pesado e com adequado sistema de drenagem;

c) área do recinto totalmente cercada com muros ou alambrados em tela de aço, portões e portarias com segurança, de forma a direcionar a entrada ou saída de pessoas, veículos e cargas para local em que haja controle de acesso;

d) área de conferência física coberta, dimensionada para atender ao volume de carga selecionado;

e) sistema de iluminação noturna;

f) balança ferroviária (se operar o modal) e rodoviária, além de balança para pesagem de volumes com capacidade de pelo menos 1.500 kg;

g) internet de banda larga, com conexão sem fio (wi-fi), que atenda às necessidades da fiscalização de acesso aos sistemas da RFB, a ser homologada pelo Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação - Setec, desta Delegacia;

h) sistema informatizado com acesso controlado por senha alfanumérica de 8 dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital para controle de acesso de pessoas, veículos e de movimentação e armazenagem de cargas e mercadorias, configurado nos termos do Ato Declaratório Executivo Coana/Cotec nº 2, de 26 de setembro de 2003;

i) sistema de monitoramento e vigilância por câmeras que permitam captar imagens com nitidez, inclusive à noite, com equipamento de gravação, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, em DVD ou HD, abrangendo os pontos de entrada e saída de veículos e pessoas no recinto, as áreas de movimentação de mercadorias, armazenagem, conferência física, perímetro do recinto;

j) câmeras de vídeo digitais, com qualidade mínima de imagem HD (alta definição), para monitoramento detalhado das operações de unitização de contêineres;

k) aparelhos de telefonia móvel, no mínimo 4G, com assinatura compatível para transmitir áudio e imagens à estação de trabalho remota; e

l) vagas para estacionamento de veículos de uso privativo da RFB em número compatível ao serviço de fiscalização em que for habilitado.

§ 1º Não se aplicam ao Redex com serviço de fiscalização eventual, habilitado nos termos do inciso I, do artigo 3º, desta Portaria, os requisitos previstos nos incisos I, II e nas alíneas "a", "b", "d", "f", "h" e "i", do inciso III, do caput.

§ 2º Mediante proposta da comissão designada para exame do pedido, após análise das condições específicas em cada caso, poderá ser dispensada a segregação pelos meios referidos na alínea "c" do inciso III , quando obstáculos naturais ou medidas não previstas neste artigo garantirem a total segurança das cargas a serem movimentadas.

§ 3º As balanças ferroviárias e rodoviárias referidas na alínea "f" do inciso III devem incorporar tecnologia digital e estar integradas aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo de digitação dos dados decorrentes de tais pesagens, com possibilidade de transmissão e consulta à distância por parte da autoridade aduaneira.

§ 4º Poderá ser dispensada a exigência de balanças nos recintos que movimentem exclusivamente mercadorias uniformes de grandes dimensões.

§ 5º Nos casos em que o Redex opere também como armazém geral, deve existir segregação física entre a área de armazenagem de cargas a exportar e a área de armazenagem de cargas sem interesse para o controle aduaneiro, através de muros, cercas, alambrados e portarias, sendo autorizado o compartilhamento de equipamentos de pesagem e movimentação de cargas.

§ 6º O recinto que movimente cargas frigoríficas deverá dispor de câmara frigorífica ou contêiner refrigerado (reefer) que permita a desunitização para a verificação de, pelo menos, uma unidade de carga.

§ 7º O recinto habilitado como Redex fica obrigado, sempre que solicitado pela fiscalização, a:

I - enviar a mercadoria para ser escaneada no local determinado, responsabilizando-se pelo transporte e segurança da carga durante toda a operação, sem ônus para a RFB;

II - propiciar condições para a verificação remota de mercadorias no curso do despacho aduaneiro ou em qualquer outro momento, por meio de transmissão em tempo real de registros de imagens obtidas por câmeras de alta definição e de áudio de comunicação entre a equipe de manuseio de carga e o servidor da RFB encarregado; e

III - propiciar condições para o monitoramento remoto das imagens obtidas nos termos das alíneas "i", "j" e "k", do inciso III deste artigo.

Habilitação como Redex

Art. 6º O pedido de habilitação como Redex será apresentado pela empresa interessada, por meio de processo digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1782, de 11 de janeiro de 2018, indicando:

I - o endereço e o CNPJ do estabelecimento, bem como a modalidade pretendida;

II - a área total, o tipo de segregação e de pavimentação;

III - a capacidade operacional de armazenagem de contêineres (em TEU) e de carga solta (em metros cúbicos);

IV - o tipo de carga que irá movimentar (contêineres dry, contêineres frigoríficos, sacarias, veículos, produtos químicos, etc), informando se promoverá o serviço de unitização de cargas; e

V - o nome, a inscrição no CPF, o cargo, o telefone e o endereço eletrônico dos representantes administrativos e operacional.

§ 1º O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, e correspondente certidão simplificada expedida pelas juntas comerciais em se tratando de sociedade comercial, devendo, no caso de sociedade por ações, estar acompanhada dos documentos de eleição de seus administradores;

b) cópia do documento de identidade dos signatários da solicitação referida no caput, acompanhada do original;

c) prova de regularidade relativa aos tributos e contribuições administrados pela RFB, bem como relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) demonstrativo contábil relativo a 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do pedido ou balanço de abertura, no caso de início de atividade, comprovando o valor do patrimônio líquido exigido;

e) termo de fiel depositário assinado pelo representante legal do interessado, com firma reconhecida do respectivo instrumento de procuração, se for o caso; conforme o modelo estabelecido pela Portaria SRRF/7ª RF nº 205, de 2005;

f) comprovação de propriedade ou posse regular da área a ser utilizada;

g) planta de locação indicando muros, cercas, portarias, portões, guaritas, balanças, equipamentos para movimentação e as áreas, com a metragem, de pátio (quadras), armazém, galpão, conferência física, arruamento, ramais viários, fluxo para movimentação de veículos e atividade administrativa, inclusive aquela destinada à fiscalização;

h) planta da rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância com as respectivas áreas de cobertura;

i) documentação técnica do sistema informatizado de controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que deverá permitir o acesso remoto, via internet, com certificação digital;

j) memorial descritivo do sistema de iluminação noturna e do sistema de monitoramento, com a descrição dos equipamentos;

k) certificado de aferição dos equipamentos de pesagem, no período de 12 meses anteriores à data de protocolo do pedido de habilitação no Redex, emitido por órgão oficial ou entidade autorizada;

l) cópia do alvará de funcionamento, do Certificado do Corpo de Bombeiros e da licença ambiental;

m) declaração firmada pelo representante legal informando os dias da semana e períodos em que a fiscalização será requerida no Redex para realizar os trâmites de desembaraço e início de trânsito aduaneiro;

n) fotos do terminal que mostrem pelo menos os portões de acesso, armazém, pátio, balanças, muros/cercas, área destinada à conferência física;

o) comprovação de atendimento ao requisito mínimo de movimentação descrito no inciso I, do artigo 4º, quando se tratar de pleito para habilitação ou conversão em Redex com serviço de fiscalização permanente;

p) termo de compromisso no qual os sócios, proprietários ou administradores do Redex assumam a obrigação de relatar imediatamente à DRFB Nova Iguaçu a constatação ou o conhecimento de quaisquer ocorrências que os impeçam de cumprir as condições estabelecidas nesta Portaria, ou que possam afetar, de qualquer modo, a segurança do controle aduaneiro.

Art. 7º A comissão competente para o processamento do pleito procederá ao exame da documentação instrutiva do requerimento de que trata o artigo 6º, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da protocolização.

§ 1º Constatada qualquer irregularidade na documentação ou relativa à situação fiscal, a comissão intimará o interessado a saneá-la, no prazo de trinta dias, prorrogável em situações justificadas.

§ 2º Transcorrido o prazo a que se refere o § 1º sem que o interessado atenda às intimações feitas, o processo será encaminhado ao titular da unidade de despacho jurisdicionante para arquivamento, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 8º Concluído o exame a que se refere o artigo 7º, a comissão realizará, no prazo de 60 (sessenta) dias, as atividades a seguir relacionadas, lavrando relatório a ser juntado ao processo:

I - vistoria das instalações físicas, em cotejo com o projeto apresentado, e das condições operacionais e de segurança do recinto;

II - verificação do atendimento dos requisitos de que trata o artigo 5º, inclusive avaliação prévia do funcionamento dos sistemas previstos nas alíneas "h" e "i", do inciso IV, do artigo 5º;

III - avaliação das condições necessárias à segurança aduaneira.

§ 1º Não sendo cumpridos os requisitos, a comissão intimará o interessado a adotar as providências pertinentes no prazo de até 60 (sessenta) dias, considerando a complexidade.

§ 2º Após a conclusão das providências, o interessado comunicará o fato à comissão, para nova verificação;

§ 3º Concluídas as verificações, a comissão elaborará relatório circunstanciado, fundamentando recomendação de concessão de habilitação como Redex, ou o indeferimento da solicitação, e encaminhará os autos para o titular da unidade de despacho jurisdicionante.

Art. 9º Recebidos os autos, o titular da unidade de despacho jurisdicionante deverá:

I - se a proposta for de indeferimento do pleito:

a) exarar o despacho decisório de indeferimento, nos casos de Redex com serviço de fiscalização eventual, previstos no artigo 3º;

b) encaminhar os autos à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil, manifestando-se acerca da proposta de indeferimento, quando se tratar de Redex com serviço de fiscalização permanente.

II - se a proposta for de deferimento:

a) exarar despacho decisório de habilitação para o Redex com serviço de fiscalização eventual, previsto no inciso I, do artigo 3º;

b) expedir ato declaratório executivo, para habilitação do Redex com serviço de fiscalização eventual, previsto no inciso II, do artigo 3º;

c) encaminhar os autos à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil, para análise e expedição de ato declaratório executivo, nos termos do § 2º, do artigo 3º, da Instrução Normativa SRF nº 114, de 2001.

Parágrafo único - O pedido de habilitação no Redex poderá ser indeferido pelo Chefe da Unidade, ainda que atendidos todos os requisitos definidos nesta Portaria, em razão de condições não satisfatórias das vias de transporte até o local, localização do recinto em áreas em que haja reconhecido risco à segurança pública ou indisponibilidade de recursos humanos na unidade para a execução dos procedimentos fiscalizatórios.

Disposições Finais

Art. 10 Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades específicas, os Redex ficam sujeitos às sanções administrativas previstas no artigo 76, da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 11 Nas hipóteses de cancelamento ou cassação da habilitação do Redex, somente poderá ser solicitado novo pedido de habilitação após o decurso do prazo de dois anos previsto no § 6°, do artigo 76, da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 12. No mês de fevereiro de cada ano, serão avaliadas as condições de funcionamento dos Redex, nos termos do artigo 6º, da Portaria SRRF/7ªRF nº 205, de 2005.

Parágrafo único - Na ocasião das avaliações referidas no caput, para a manutenção de sua habilitação como Redex, o recinto deve comprovar:

I - a situação de regularidade fiscal perante a Receita Federal do Brasil (RFB), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Previdência Social, bem como quanto ao FGTS e à Dívida Ativa da União;

II - a movimentação mínima exigida, conforme o parâmetro fixado no artigo 4º, no caso de Redex em caráter permanente;

III - a aferição dos equipamentos de pesagem;

IV - o funcionamento do sistema informatizado de controle de que trata o Ato Declaratório Executivo Coana/Cotec nº 2, de 2003;

V - a existência de laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros; e

VI - o valor do patrimônio líquido mínimo exigido, nos termos do inciso I, do artigo 5º, mediante apresentação do balanço patrimonial do ano anterior.

Art. 13 A habilitação para operar como Redex sempre será concedida em caráter precário, nos termos do artigo 8º, da Portaria SRRF/7ªRF nº 205, de 2005, e pode ser cancelada a qualquer tempo, quando se constatar o descumprimento das condições e requisitos descritos nesta Portaria, nas demais normas que regem a matéria ou por ato discricionário da Administração Pública.

§ 1º A habilitação como Redex com serviço de fiscalização eventual pode ser cancelada ou ter suas características alteradas a qualquer tempo, por ato motivado do Delegado da Unidade.

§ 2º O cancelamento ou alteração da habilitação, quando for o caso, será comunicado ao representante legal do Redex com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 3º Pode ser cancelada de ofício a habilitação no Redex para os recintos que permanecerem inativos por 6 (seis) meses consecutivos.

Art. 14 As empresas atualmente autorizadas a operar como Redex, na jurisdição da DRFB Nova Iguaçu, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Portaria, para realizar as adequações necessárias a esta norma, inclusive quanto ao limite de despachos exigidos para habilitação como Redex permanente, sob pena de cancelamento de sua habilitação, ressalvada a exceção prevista no § 6º, do artigo 5º.

Art. 15 Os requisitos, condições e os procedimentos previstos nesta Portaria aplicam-se aos processos em trâmite no âmbito desta Delegacia.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2021

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo administrativo nº 13032.628192/2020-40, DECLARA:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0093 ao estabelecimento ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0002-15, situado na Rua Olimpíadas, 66, Vila Olímpia, São Paulo / SP, para a atividade específica de IMPORTADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 27 DE MAIO DE 2021

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.265474/2021-11, DECLARA:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	LEITE FAZENDA BELA VISTA LTDA
CNPJ:	55.883.094/0001-86
Processo MAPA:	000014.0551108/2020
Prazo de execução:	01/01/2021 a 31/12/2022

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

Nos Atos Declaratórios Executivos nº 1, 2, 3, 4 e 5, de 7 de janeiro de 2021, publicados no DOU de 11/01/2021, Seção 1, páginas 19 e 20; nos Atos Declaratórios Executivos nº 8, 9 e 10, de 14 de janeiro de 2021, publicados no DOU de 15/01/2021, Seção 1, páginas 32 e 33; e nos Atos Declaratórios Executivos nº 86 e 87, de 28 de abril de 2021, publicados no DOU de 29/04/2021, Seção 1, página 77:

Onde se lê: " SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL/DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4".

Leia-se: "SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL"

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

PORTARIA ALF/SFS Nº 1, DE 26 DE MAIO DE 2021

Estabelece os horários de jornada de trabalho e de atendimento da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul/SC.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos artigos 360 e 364, da Portaria ME nº 284/2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e considerando a Portaria SRRF09 nº 785/2014 e a Portaria SRRF09 nº 578/2020, resolve:

Art. 1º. A jornada de trabalho dos servidores em exercício na Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul/SC será cumprida, preferencialmente, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, respeitada a carga horária de 8 horas diárias e de 40 horas semanais.

Art. 2º. O horário de atendimento ao público no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas demais seções da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul/SC será das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 3º Os chefes de Seção, Setor ou Equipes, bem como seus substitutos, poderão autorizar a entrada de contribuintes nas dependências da Alfândega fora dos horários aqui definidos.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria ALF/SFS nº 59, de 24/11/2009, e a Portaria ALF/SFS nº 14, de 28/04/2016.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDWILSON PASCOAL DA MOTA

EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 88, DE 27 DE MAIO DE 2021

Concede habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nos arts. 541 a 547 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2009, e o que consta do processo nº 13033.281119/2021-71, DECLARA:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865/2004, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, para a pessoa jurídica NEREU RODRIGUES E CIA LTDA, CNPJ nº 72.207.632/0001-31, aplicável a todos os seus estabelecimentos, observado o disposto nos §§ 2º e 9º do art. 40 da Lei nº 10.865/2004 e no art. 550 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 2º A aplicação do regime será extinta na ocorrência de alguma das hipóteses elencadas no art. 548 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 89, DE 27 DE MAIO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13033.305874/2021-58, DECLARA:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica MACRO VISION CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 41.479.845/0001-99, relativa ao projeto de geração de energia elétrica PCH Alto Garcia, matriculado no CNO sob nº 60.008.65862/73 e aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 117, de 20 de julho de 2016, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (DOU de 22/07/2016, Seção 1, Pág. 177), para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, firmado entre a beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica ALTO GARCIA ENERGETICA S/A, CNPJ 09.225.505/0001-29, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 7, de 13 de janeiro de 2021, expedido pela Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, publicado no DOU de 14/01/2021, Seção 1, Pág. 218.

Art. 3º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 90, DE 27 DE MAIO DE 2021

Concede registro ao Regime de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 10 da Portaria RFB nº 20, de 05 de abril de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 17 da IN RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 10166.744678/2021-00, DECLARA:

Art. 1º Concedido o registro ao Regime Especial de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de que trata o inciso II do § 1º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, para a empresa AGUIA COMPENSADOS LTDA, CNPJ nº 27.255.142/0001-56, e todos os seus estabelecimentos, aplicável somente à aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que forem utilizados no seu processo produtivo.

Art. 2º Os efeitos da suspensão ficam condicionados à observância das regras de aplicação constantes nos art. 19, 20 e 26 da IN RFB nº 948/2009.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 31 , DE 26 DE MAIO DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n° 7548, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Agente de Carga, PREMIUM ASSESSORIA EM EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA, inscrição no CNPJ sob nº 01.713.104/0001-06.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 32, DE 26 DE MAIO DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n° 4811, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Depositário, Operador Portuário, CATTALINI TERMINAIS MARITIMOS S.A., inscrição no CNPJ sob nº 75.633.560/0001-82.

Art. 2º Esta concessão se restringe ao CNPJ do estabelecimento referenciado no Art. 1o.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 30, DE 26 DE MAIO DE 2021

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO - SACIT/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, DECLARA:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros da seguinte pessoa física:

CPF	NOME	PROCESSO
967.372.120-34	LUIZ ANTONIO MENA BARRETO JUNIOR	13033.398675/2021-85

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 27 DE MAIO DE 2021

Nº 18.786 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GUILHERME DE SOUZA ZUKERMAN, CPF nº 101.806.167-30, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.787 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a CAPITANIA S/A, CNPJ nº 04.274.010, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.788 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RODRIGO SALDANHA VICTOR, CPF nº 395.814.048-41, a prestar os

serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.789 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza SABRINA AMELIA DE LIMA E SILVA, CPF nº 098.973.766-74, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 236, DE 26 DE MAIO DE 2021

Renovação de bolsas no âmbito do Subprograma Pronametro-Ensino para alunos dos Cursos dos Programas de Pós-Graduação, mantidos pelo Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, seção nº 1, página nº 53;

Considerando os impactos causados no regular desenvolvimento dos cursos de Pós-Graduação, decorrentes das restrições em função das medidas de enfrentamento, necessárias ao combate à pandemia da Covid-19;

Considerando o disposto nas Portarias CAPES nº 55, de 29/04/2020 e nº 121, de 19/08/2020, referente à prorrogação de vigência das bolsas de estudo no país concedidas pela CAPES, e

Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.003308/2021-84, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas aos alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-Graduação, mantidos pelo Inmetro, matriculados nas Turmas de 2018 e 2019, conforme listagens abaixo:

Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade

Nome	Nível da Bolsa	Período de Renovação da Bolsa
Fabiane Governatori Silva	DCT-7A 100%	Maio a Julho/2021
Marcelle Figueiredo de Souza	DCT-7A 100%	Maio a Julho/2021
Rodrigo de Oliveira Garcia Soares	DCT-7A 100%	Maio a Julho/2021

Mestrado Acadêmico em Biotecnologia

Nome	Nível da Bolsa	Período de Renovação da Bolsa
Thaís Suelen Mello Lima	DCT-7A 100%	Abril a Maio/2021

Doutorado Acadêmico em Biotecnologia

Nome	Nível da Bolsa	Período de Renovação da Bolsa
Alessandra Sbano da Silva	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Karen Cristine Costa Machado	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Luths Raquel de Oliveira Geaquinto	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Pâmella de Assunção Oliveira	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Paula Cristina Dias da Silva	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Tamara Silva	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022

Doutorado Acadêmico em Metrologia

Nome	Nível da Bolsa	Período de Renovação da Bolsa
André Luiz Martins de Souza	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Olívia Woyames Pinto	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022
Ruan Carvalho Mayworm	DCT-5B 100%	Maio/2021 a Abril/2022

Art. 2º O período de vigência das bolsas será de até 12 (doze) meses, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades dos cursos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 237, DE 26 DE MAIO DE 2021

Concessão de bolsas no âmbito do Subprograma Pronametro-Ensino para os alunos dos Cursos Técnicos em Metrologia e Biotecnologia, mantidos pelo Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, seção nº 1, página nº 53, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.003975/2021-67, resolve:

Art. 1º Tornar pública a outorga de 18 (dezoito) bolsas aos alunos do Colégio Estadual Círculo Operário - CECO, matriculados no 4º ano do curso integrado de nível médio técnico em Metrologia e Biotecnologia, que realizam estágio supervisionado em laboratórios do Inmetro, e que obtiveram média final no terceiro ano igual ou superior a 6,0 (seis), conforme listagens abaixo:

CURSO TÉCNICO EM METROLOGIA

Nome do Aluno	Nível da Bolsa
Ana Alicia Medina Santos da Rocha Nunes	DCT - 10
Augusto Franco Benvindo	DCT - 10
Iuri da Hora Dias da Silva	DCT - 10
Jhony Luis Ozório Corrêa	DCT - 10
Kauã Gonçalves Fernandes Ferreira	DCT - 10
Larissa Beatriz Carvalho da Silva	DCT - 10
Lucas do Nascimento Santana	DCT - 10
Marcio Vieira da Silva Filho	DCT - 10
Ricardo Vilella Ferreira	DCT - 10

CURSO TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA

Nome do Aluno	Nível da Bolsa
Emylene Mota Wanderley	DCT - 10
Ingrid Assis da Silva	DCT - 10
Jovanna da Silva Romanholi Saar	DCT - 10
Lilianne Virgens Arsenio dos Santos	DCT - 10
Mayara Vitória de Santana da Cruz	DCT - 10
Melissa dos Santos Rocha	DCT - 10
Miriam Cristina da Silva Freitas	DCT - 10
Pedro Henrique de Queiroz Pereira	DCT - 10
Vitória Jemima Anjos dos Santos	DCT - 10

Art. 2º As bolsas terão duração de 8 (oito) meses, a contar de Maio/2021, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades dos cursos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2021.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 238, DE 26 DE MAIO DE 2021

Concessão de bolsas no âmbito do Subprograma Pronametro-Ensino para alunos dos Cursos dos Pós-Graduação, mantidos pelo Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro nº 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, seção nº 1, página nº 53, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.003975/2021-67, resolve:

Art. 1º Tornar pública a outorga de bolsas aos alunos dos cursos de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação, mantidos pelo Inmetro, matriculados nas Turmas de 2020 e 2021, conforme listagens abaixo:

Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade

Nome do Aluno	Nível da Bolsa
Aline de Souza da Silva	DCT-7A 100%
Bruno Leite Calazans Costa	DCT-7A 100%
Felipe Nascimento dos Santos	DCT-7A 100%
Ian Gomes Ribeiro Silva	DCT-7A 100%
Isaac Laurindo da Silva	DCT-7A 100%
Isabelle da Silva Cavalcante	DCT-7A 100%
Jessica Monteiro de Souza	DCT-7A 100%
Larissa Müller Santos	DCT-7A 100%
Marcelle Cardoso Sabino de Deus	DCT-7A 100%
Marina de Oliveira Frota	DCT-7A 100%
Nathália Soares Barbos	DCT-7A 100%
Suiane Moraes Machado	DCT-7A 100%
Vania Glauce Maia	DCT-7A 100%
Yan Pereira Pontes	DCT-7A 100%

Mestrado Acadêmico em Biotecnologia

Nome do Aluno	Nível da Bolsa
Marceli Leano da Silva	DCT-7A 100%
Mayane Ribeiro de Faria Henrique	DCT-7A 100%
Maxwell Ferreira de Araujo	DCT-7A 100%

Mestrado Acadêmico em Metrologia

Nome do Aluno	Nível da Bolsa
Isabela de Melo Mostranges Alves	DCT-7A 100%
Larissa Oliveira do Nascimento	DCT-7A 100%
Maria Fernanda Oliveira Santos	DCT-7A 100%
Patrick Ferreira da Silva Costa	DCT-7A 100%

Art. 2º As bolsas terão vigência de até 12 (doze) meses, a contar de Maio/2021, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades dos cursos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2021.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DE 25 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.005544/2019-22, relativo ao auto de infração nº 14/2019, de 26/09/2019, entidade POSTALIS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 541ª Sessão Ordinária, de 25/05/2021, Despacho Decisório nº 93/2021/CGDC/DICOL: Afastar as preliminares e julgar PROCEDENTE o Auto de Infração nº 14/2019/PREVIC, em relação aos autuados Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto, por descumprirem cláusula do estatuto da entidade fechada de previdência complementar, infração capitulada no art. 90 do Decreto nº 4.942/2003, com aplicação da pena de multa no valor de R$ 28.592,10 (vinte e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e dez centavos), para todos os autuados; aplicar cumulativamente a penalidade de suspensão de 30 (trinta) dias ao autuado Christian Perillier Schneider; nos termos do Parecer nº 118/2021/CDC II/CGDC/DICOL, adotado como fundamento do julgamento colegiado.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DECISÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DE 25 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.002085/2018-44, relativo ao auto de infração nº 17/2018, de 16/04/2018, entidade PETROS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 541ª Sessão Ordinária, de 25/05/2021: Julgar PROCEDENTE em relação aos autuados Luís Carlos Fernandes Afonso, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Ricardo Berretta Pavie, Pedro Herbst e Sonia Nunes, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do artigo 9º da Lei Complementar nº 109/2001 c/c artigo 2º e o artigo 3º do Decreto 4.942/2003, e nos artigos 1º, 4º, 9º, 11 e 30 da Resolução CMN nº 3.792/2009, c/c os artigos 1º e 12 da Resolução CGPC nº 13/2004, tipificado no artigo 64 do Decreto nº 4.942/2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária a todos os autuados no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO por 2 (dois) anos para os autuados Luís Carlos Fernandes Afonso e Carlos Fernando Costa e SUSPENSÃO de 120 (cento e vinte) dias para o autuado Newton Carneiro da Cunha e SUSPENSÃO de 90 (noventa) dias para o autuado Ricardo Berretta Pavie, nos termos do Parecer nº 216/2021/CDC II/CGDC/DICOL, adotado como fundamento do julgamento colegiado.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.801, DE 27 DE MAIO DE 2021

Estabelece procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 25 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, bem como a Portaria nº 334, de 2 de outubro de 2020, e considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, no capítulo II-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e o que consta do Processo Susep nº 15414.603817/2021-82, resolve:

CAPÍTULO I
OBJETO

Art. 1° Instituir o Programa de Gestão na Superintendência de Seguros Privados - Susep, conforme os procedimentos estabelecidos nesta Portaria e demais normativos em vigor.

CAPÍTULO II
IMPLEMENTAÇÃO
Seção I
Tabela de atividades, regime de execução e parâmetros

Art. 2º Para o Programa de Gestão, serão consideradas válidas as atividades constantes das tabelas do Anexo I desta Portaria.

§1º As Tabelas de Atividades poderão ser atualizadas, mediante edição de ato específico.

§2º A elaboração de Tabela de Atividades deve ser realizada de acordo com o "Manual de Preenchimento de Tabela de Atividades", disponível na intranet da Susep.

Art. 3° As atividades do Programa de Gestão da Susep, indicadas nas tabelas do Anexo I, serão realizadas na modalidade presencial e de teletrabalho, sob os seguintes regimes de execução:

I - regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente; e

II - regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência.

Parágrafo único. O teletrabalho não poderá:

I - abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II - reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

Art. 4° Os parâmetros relativos ao funcionamento do Programa de Gestão são os indicados no Anexo II desta Portaria e poderão ser alterados por ato do Superintendente.

Seção II
Sistema de Gestão de Pessoas - SisGP

Art. 5º O Programa de Gestão será monitorado por meio do Sistema de Gestão de Pessoas - SisGP da Susep, no qual serão realizadas as seguintes etapas:

I - inclusão da Tabela de Atividades, pela área de planejamento e gestão estratégica, após sua publicação no Diário Oficial da União;

II - divulgação do Programa de Gestão aos colaboradores em exercício no respectivo componente organizacional;

III - abertura de prazo para que os interessados se candidatem e participem do processo de seleção;

IV - seleção para participação no Programa de Gestão, conforme as regras previstas na Seção III do Capítulo II desta Portaria;

V - designação do executor e avaliador das entregas acordadas;

VI - elaboração do Plano de Trabalho, na forma estabelecida na Seção IV do Capítulo II;

VII - assinatura do Plano de Trabalho pelo participante, contendo as atividades a serem desenvolvidas, com as respectivas metas a serem alcançadas, o regime de execução, indicando o cronograma de cumprimento presencial, se for o caso, e o Termo de Ciência e Responsabilidade, na forma do Anexo III desta Portaria; e

VIII - acompanhamento e avaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento de metas pelo chefe imediato, conforme art. 14 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Parágrafo único. A utilização do Sistema de Gestão de Pessoas - SisGP deve seguir as orientações do "Manual de Uso do Sistema de Gestão", disponível na intranet da Susep.

Seção III
Processo seletivo

Art. 6º O servidor ou empregado poderá se candidatar para o Programa de Gestão, observando os seguintes critérios:

I - existir oferta de vagas dentro do componente organizacional em que estiver lotado;

II - aderir ao regime de execução oferecido para a atividade que se candidatar;

III - não se enquadrar na vedação descrita no art. 10;

IV - ter capacidade técnica requerida para o desenvolvimento da atividade escolhida;

V- possuir no mínimo três anos de efetivo exercício na Susep, quando servidor de carreira da Susep; e

VI - dispor de infraestrutura mínima necessária para participação, conforme o art. 13, quando se candidatar na modalidade de teletrabalho.

Art. 7º A seleção será feita pelo chefe imediato do componente organizacional, com anuência do Diretor responsável, a partir da avaliação de compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico e a experiência profissional dos interessados.

Parágrafo único. Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas e houver igualdade de habilidades e características entre os habilitados, serão observados os seguintes critérios na priorização dos participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação; e

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Seção IV
Plano de trabalho

Art. 8° O participante selecionado para o Programa de Gestão deverá assinar o Plano de Trabalho, elaborado em conjunto com o chefe imediato, que conterá:

I - as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;

II - o regime de execução em que participará do Programa de Gestão, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso; e

III - o Termo de Ciência e Responsabilidade, na forma do modelo constante do Anexo III desta Portaria.

Art. 9° O Plano de Trabalho pode ser alterado a qualquer tempo pelo chefe imediato, desde que compatível com a Tabela de Atividades aprovada para o respectivo componente organizacional e não supere o quantitativo de horas da jornada de trabalho do participante.

§1° A alteração do Plano de Trabalho deverá ser imediatamente comunicada ao Coordenador-Geral, acompanhada de aceitação do participante.

§2° A iniciativa de alteração do Plano de Trabalho poderá ocorrer pelo participante, mas dependerá de aprovação pelo chefe imediato e da comunicação de que trata o §1º.

§3° As alterações descritas serão realizadas por meio do Sistema de Gestão de Pessoas - SisGP.

Seção V
Vedações e desligamento

Art. 10. É vedada a participação no Programa de Gestão daqueles que tenham sido desligados há menos de doze meses do programa pelo não atingimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho.

Art. 11. O desligamento do Programa de Gestão poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - por solicitação do participante, observada antecedência mínima de trinta dias e, na hipótese de teletrabalho no regime de execução integral, desde que a SUSEP tenha espaço físico e as condições adequadas para o trabalho presencial;

II - no interesse da Administração, devidamente justificado, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, observada antecedência mínima de trinta dias;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho;

IV - pelo decurso de prazo de participação no Programa de Gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício;

VI - em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo Programa de Gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários; e

VII - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas nos arts. 12 ou 13 desta Portaria.

Seção VI
Atribuições e responsabilidades do participante

Art. 12. Constituem atribuições e responsabilidades do participante do Programa de Gestão:

I - assinar Termo de Ciência e Responsabilidade;

II - cumprir o estabelecido no Plano de Trabalho;

III - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária, mediante convocação com antecedência mínima de quarenta e oito horas, podendo, excepcionalmente, esse prazo ser reduzido quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

IV - manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a intranet e demais formas de comunicação da Autarquia;

VI - permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia ou outra ferramenta de colaboração pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da Susep;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; e

X - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade.

Art. 13. Quando estiver em teletrabalho, caberá ao participante providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes a conexão à internet, energia elétrica e telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Seção VII

Resultados e benefícios esperados

Art. 14. Os resultados e benefícios esperados com o Programa de Gestão são:

I - aumento da produtividade dos participantes;

II - redução dos custos no poder público;

III - retenção de talentos; e

IV - implementação de cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As medidas administrativas adotadas nos casos de descumprimento do disposto nesta Portaria não afastam a possibilidade de instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar pela Corregedoria, ou outras medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Aplicam-se ao Programa de Gestão da Susep os conceitos, preceitos e determinações estabelecidas pela Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e por outros atos expedidos pelo Ministério da Economia sobre o tema.

Art. 17. Nas hipóteses de desligamento do Programa de Gestão, alteração do regime de execução total para parcial ou cumprimento do art. 12, inciso III desta Portaria, o servidor deverá se apresentar na respectiva unidade de lotação, na data indicada pela chefia imediata, sem direito ao recebimento de diárias ou passagens pelo deslocamento.

Art. 18. O exercício das atividades do Programa de Gestão na modalidade de teletrabalho dependerá de regulamentação específica, a ser estabelecida por meio de Instrução.

Art. 19. Os casos excepcionais e omissos serão decididos pelo Superintendente.

Art. 20. Fica revogada a Portaria Susep nº 7.798, de 13 de maio de 2021.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor no dia 1° de julho de 2021, exceto o art. 20, que entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

ANEXO I - TABELA DE ATIVIDADES

Atividades Genéricas							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Gerenciar processos do SEI (analise e prosseguimento)	Processos geridos	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 horas	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Realizar Planejamento e Gestão	Fichas, planilhas, reuniões, ata de reuniões e/ou outros documentos similares.	Faixa A	Baixa	N	2	2	0%
		Faixa B	Média	N	8	8	0%
		Faixa C	Alta	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Participar em colegiados (internos ou externos), ou trabalhos conjuntos/grupos (Comissões, Comitês, Grupo de Trabalho formais e informais, projetos formais e informais, e afins, podendo ser internamente na subunidade, entre mais de uma subunidade ou/e com órgãos externos)	Representação, ata elaborada, apresentação realizada, registro/relatório entre outros.	Faixa A	Participação de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Participação de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Participação de 40 horas	N	40	40	0%
		Faixa D	Participação de 160 horas	N	160	160	0%
Atender e/ou Tratar demandas de comunicação	Resposta formal, entrevista e/ou similares	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Atender e/ou tratar demandas de organismos nacionais e/ou internacionais	Parecer e/ou preenchimento de planilha ou documentos formais	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Atender e/ou tratar as demandas do Controle Externo e/ou Interno (TCU, CGU, Auditoria interna ou outra entidade/órgão atuando como órgão de controle)	Atendimento da demanda, resposta formal e/ou similares	Faixa A	Baixa	N	1,1	1	10%
		Faixa B	Média	N	8,8	8	10%
		Faixa C	Alta	N	22	20	10%
		Faixa D	Muito alta	N	88	80	10%
Participar de ações de capacitação	Certificado, comprovação de presença ou/e outro documento comprobatório da participação.	Faixa A	Participação de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Participação de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Participação de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 2 horas	S	2	2	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 8 horas	S	8	8	0%
Realizar Gerenciamento administrativo (gerenciar questões administrativas de órgão/subunidade, como e-mail da subunidade, distribuição de atividades, férias de equipe, recesso e outras atividades não finalísticas)	Relatório de Atividades, Planilhas, controles internos, subunidade gerida, entre outros.	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	8	8	0%
		Faixa C	Alta	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 8 horas	S	8	8	0%
Elaborar e/ou realizar apresentação (incluindo minutas/versões)	Apresentação em software (Power Point, Impress, Keynote ou similar)	Faixa A	Ajuste ou revisão simples de apresentação	N	1	1	0%
		Faixa B	Ajuste ou revisão complexa de apresentação	N	4,4	4	10%
		Faixa C	Elaboração de minuta/versão de apresentação simples	N	17,6	16	10%
		Faixa D	Elaboração de minuta/versão de apresentação complexa	N	44	40	10%
Realizar análise, estudo ou pesquisa técnica	Parecer, pesquisa ou estudo realizado	Faixa A	Baixa	N	1,1	1	10%
		Faixa B	Média	N	8,8	8	10%
		Faixa C	Alta	N	44	40	10%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
Elaborar manifestação (consultas, projetos de lei, demandas de órgãos externos e/ou outras unidades internas, ato normativo elaborado por outra unidade etc.)	Parecer, despacho, relatório, apresentação, mensagem e/ou outros documentos com manifestação	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade de 64 horas	N	64	64	0%

Acompanhar, analisar e gerenciar as proposições legislativas	Matérias legislativas acompanhadas, geridas e comunicadas	Faixa A	Baixa	N	4,2	4	5%
		Faixa B	Média	N	16,8	16	5%
		Faixa C	Alta	N	42	40	5%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Desenvolver ferramentas de auxílio e suporte	Consolidação e análise de dados/informações, criação de ferramentas/índices de monitoramento, roteiros, questionários, manuais e/ou tomada de ação	Faixa A	Execução de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa B	Execução de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa C	Execução de 40 horas	N	40	40	0%
		Faixa D	Execução de 80 horas	N	80	80	0%
		Faixa E	Execução de 120 horas	N	120	120	0%
Realizar atividades de análise de envio e tratamento de dados	Ciência, Ofício, Parecer, Despacho, Relatório, e-mail, inscrição no cadastro de pendência e/ou reunião	Faixa A	Muito baixa	N	4	4	0%
		Faixa B	Baixa	N	8	8	0%
		Faixa C	Média	N	20	20	0%
		Faixa D	Alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Muito alta	N	80	80	0%
Aprimorar, identificar oportunidades de melhoria, desenvolver ou aplicar ferramentas de auxílio nos processos de trabalho e/ou implementa-los	Proposta e/ou implementação de aprimoramento dos processos de trabalho	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
Assessorar	Serviço de assessoria	Faixa única	Não se aplica	S	8	8	0%
Assessorar Tecnicamente	Assessoria técnica realizada	Faixa A	Baixa	N	2	2	0%
		Faixa B	Média	N	8	8	0%
		Faixa C	Alta	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 8 horas	S	8	8	0%
Gerir/coordenar equipes	Coordenação e monitoramento de atividades	Faixa única	Não se aplica	S	8	8	0%
Chefiar subunidade	Subunidade chefiada	Faixa única	Não se aplica	S	8	8	0%

Atividades de Gestão de Processos							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Identificar escopo do mapeamento (processos a serem mapeados)	Termo de Abertura	Faixa A	Processos Simples	N	10	10	0%
		Faixa B	Processos Complexos	N	20	20	0%
Identificar os passos do processo	Questionário para Fundamentação do Projeto de Mapeamento	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	20	20	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	40	40	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	60	60	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	80	80	0%
Modelar processos	Fluxograma, Diagrama de Processo	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	20	20	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	50	50	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	80	80	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	100	100	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 2 horas	S	2	2	0%
Detalhar o modelo do processo	Relatório de Processo	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	20	20	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	50	50	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	80	80	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	100	100	0%
Identificar oportunidades de melhoria do processo	Oportunidade de Melhorias	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	10	10	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	40	40	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	60	60	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	80	80	0%
Manualizar Procedimentos	Manual ou Minuta de Manual (técnico, de procedimento e rotinas, entre outros)	Faixa A	Baixa	N	10	10	0%
		Faixa B	Média	N	30	30	0%
		Faixa C	Alta	N	50	50	0%
		Faixa D	Muito Alta	N	100	100	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 2 horas	S	2	2	0%
Identificar indicadores do processo	Indicadores do Processo	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	10	10	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	50	50	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	80	80	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	100	100	0%
Elaborar plano para implementação do processo	Plano de Implementação	Faixa A	Processos simples dentro da mesma unidade	N	10	10	0%
		Faixa B	Processos simples passando por unidades diferentes	N	40	40	0%
		Faixa C	Processos complexos dentro da mesma unidade	N	60	60	0%
		Faixa D	Processos complexos passando por unidades diferentes	N	80	80	0%
Finalizar trabalhos relativos ao mapeamento	Termo de Encerramento	Faixa A	Processos Simples	N	10	10	0%
		Faixa B	Processos Complexos	N	20	20	0%

Atividades de Auditoria Interna							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Realizar o planejamento da auditoria	Análise preliminar do objeto auditável; ou Detalhamento do escopo da auditoria; ou Mapa de Riscos e Controles; ou Programa de Trabalho da auditoria.	Faixa A	Auditorias com menor complexidade	N	50	47	6%
		Faixa B	Auditorias com maior complexidade	N	62,5	59	6%
Executar os testes de auditoria	Testes de auditoria; ou Matriz de Achados.	Faixa A	Auditorias com menor complexidade	N	50	47	6%
		Faixa B	Auditorias com maior complexidade	N	62,5	58	8%
Elaborar o Relatório Preliminar de Auditoria	Relatório Preliminar de Auditoria (versão inicial); ou Relatório Preliminar de Auditoria (versão final)	Faixa A	Auditorias com menor complexidade	N	50	47	6%
		Faixa B	Auditorias com maior complexidade	N	62,5	58	8%
Elaborar o Relatório Final de Auditoria	Análise dos comentários do gestor; ou Relatório Final de Auditoria.	Faixa A	Auditorias com menor complexidade	N	50	47	6%
		Faixa B	Auditorias com maior complexidade	N	62,5	58	8%
Elaborar parecer de análise de recomendações em processo de monitoramento	Parecer de análise de atendimento a recomendações da Auditoria Interna	Faixa A	Parecer de análise de até 3 recomendações	N	8	8	0%
		Faixa B	Parecer de análise de mais de 3 recomendações	N	12	12	0%
Efetuar controle das recomendações da Auditoria Interna em monitoramento	Planilha semanal de controle de monitoramento das recomendações da Auditoria Interna; ou Demonstrativo mensal de estatísticas do monitoramento; ou Demonstrativo mensal de informações gerenciais da Auditoria Interna.	Faixa Única	Não se aplica	S	4	4	0%
Prestar consultoria às unidades da Susep	Atendimento às demandas de consultoria formuladas; ou Planejamento de trabalhos de consultoria; ou Execução de trabalhos de consultoria; ou Elaboração de relatório de trabalhos de consultoria.	Faixa A	Respostas a consultas formais e pontuais, sobre temas de competência da Auditoria Interna	N	22	20	10%
		Faixa B	Trabalhos de consultoria que impliquem na emissão de relatórios	N	58	53,3	9%
Acompanhar as demandas dos trabalhos em andamento realizados pelos órgãos de controle junto às unidades da Susep responsáveis pelo atendimento	Atendimento às demandas formuladas pelos órgãos de controle	Faixa A	Demandas envolvendo apenas uma unidade da Susep	N	10	10	0%
		Faixa B	Demandas envolvendo mais de uma unidade da Susep	N	16	16	0%
Monitorar as recomendações / determinações efetuadas pelos órgãos de controle junto às unidades da Susep responsáveis pelo atendimento	Atualização das providências adotadas por parte das unidades da Susep responsáveis pelo atendimento das recomendações / determinações	Faixa A	Recomendações / Determinações envolvendo apenas uma unidade	N	10	10	0%
		Faixa B	Recomendações / Determinações envolvendo mais de uma unidade	N	15	15	0%
Elaborar Relatório Gerencial para apresentação ao Conselho Diretor da Susep	Relatório Gerencial	Faixa Única	Não se aplica	N	44	40	10%
Executar atividades relacionadas à implementação do PGMQ da Auditoria Interna	Atividades de implementação do PGMQ implementadas	Faixa Única	Não se aplica	N	66	60	10%
Efetuar a contabilização dos benefícios decorrentes da implementação das recomendações da Auditoria Interna	Contabilização dos benefícios decorrentes da implementação das recomendações da Auditoria Interna	Faixa Única	Não se aplica	N	33	30	10%
Apurar o resultado dos indicadores de desempenho da Auditoria Interna	Resultado dos indicadores de desempenho da Auditoria Interna	Faixa Única	Não se aplica	N	33	30	10%
Elaborar proposta de PAINT do exercício subsequente	Proposta de PAINT (versão preliminar); ou Proposta de PAINT (versão final).	Faixa Única	Não se aplica	N	86	80	8%
Elaborar RAINT do exercício anterior	RAINT (versão preliminar); ou RAINT (versão final).	Faixa Única	Não se aplica	N	86	80	8%
Prestar apoio na elaboração da proposta do PAINT / RAINT	Levantamento de informações requisitadas; ou Revisão de textos e formatação do documento	Faixa Única	Não se aplica	N	44	40	10%
Atualizar as informações de responsabilidade da Auditoria Interna a serem divulgadas pela Susep	Informações atualizadas	Faixa Única	Não se aplica	N	10	10	0%
Disponibilizar as informações de responsabilidade da Auditoria Interna para compor a prestação anual de contas da Susep	Informações disponibilizadas	Faixa Única	Não se aplica	N	44	40	10%
Pesquisa e divulgação de atos oficiais de interesse da Audit	Informe diário de atos oficiais de interesse da Audit	Faixa Única	Não se aplica	S	1	1	0%

Atividades de Atendimento ao Público							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Tratamento de demandas do público externo	Demandas atendidas e/ou demandas encaminhadas às áreas competentes	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade de 1 hora diária	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade de 8 horas diárias	S	8	8	0%
Instruir processos de denúncia	Processos instruídos, proposta de solicitação de documentos e/ou proposta de arquivamento	Faixa A	Disponibilidade de 2 horas	N	2	2	0%
		Faixa B	Disponibilidade de 8 horas	N	8	8	0%
		Faixa C	Disponibilidade de 20 horas	N	20	20	0%
		Faixa D	Disponibilidade de 1 hora diária	S	1	1	0%
		Faixa E	Disponibilidade de 8 horas diárias	S	8	8	0%
Analisar processos de denúncia	Parecer, Despacho e/ou Representação	Faixa A	Análise de muito baixa complexidade ou tamanho	N	4	4	0%
		Faixa B	Análise de baixa complexidade ou tamanho	N	8	8	0%
		Faixa C	Análise de média complexidade ou tamanho	N	12	12	0%
		Faixa D	Análise de alta complexidade ou tamanho	N	24	24	0%
		Faixa E	Análise de muito alta complexidade ou tamanho	N	40	40	0%

Atividades de Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Realizar entendimento inicial de sistema	Visão da demanda	Faixa única	Não se aplica	N	16	16	0%
Elaborar backlog de produto	Backlog do produto	Faixa A	Sistema que possa ser construído em menos de 6 sprints (3 meses)	N	24	24	0%
		Faixa B	Sistema que não possa ser construído em menos de 6 sprints	N	40	40	0%
Elaborar protótipo funcional de sistema	Protótipo funcional	Faixa única	Não se aplica	N	24	24	0%
Atuar como gerente de produto	Projeto com andamento adequado	Faixa única	Não se aplica	S	2	2	0%
Desenvolver funcionalidade, sistema ou relatório	Sistema ou funcionalidade construída e funcional	Faixa A	Telas, métodos, APIs e relatórios que envolvem até 2 consultas ou 1 persistência de dados	N	8	8	0%
		Faixa B	Telas, métodos, APIs e relatórios que envolvem até 4 consultas ou 3 persistência de dados	N	16	16	0%
		Faixa C	Telas, métodos, APIs e relatórios que envolvem mais de 4 consultas ou 3 persistência de dados ou que envolva cálculos de complexidade mediana	N	24	24	0%
		Faixa D	Telas, métodos, APIs e relatórios que envolvem mais de 8 consultas ou 5 persistência de dados ou que envolva cálculos de complexidade alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Telas, métodos, APIs e relatórios que envolvem diversas consultas, persistência de dados, cálculos de complexidade alta ou que justifiquem a criação de uma sprint inteira para atendimento à demanda	N	80	80	0%
Testar sistema	Problema identificado e proposta de solução	Faixa A	Problema já enfrentado pela equipe ou que já tenha algum tipo de documentação de banco de conhecimentos ou com domínio de fácil resolução	N	8	8	0%
		Faixa B	Problema já enfrentado pela equipe ou que já tenha algum tipo de documentação de banco de conhecimentos, mas que conte com algum fator complicador	N	16	16	0%
		Faixa C	Problema de difícil resolução, sem qualquer documentação e que nunca tenha sido enfrentado pela equipe da Susep	N	24	24	0%
Implantar, configurar ou instalar sistema	Sistema instalado	Faixa A	Sistema simples com apenas um pacote ou com mais de um pacote, mas que siga padrão já existente	N	8	8	0%
		Faixa B	Sistema com diversos pacotes ou que não siga padrão já existente ou conhecido pelas equipes da Susep	N	24	24	0%
Atender chamado	Chamado atendido	Faixa A	Deve ser atribuído por demanda quando o sistema tem chamados esporádicos	N	2	2	0%
		Faixa B	Deve ser alocado por dia quando, em média, surge mais de 20 chamados por mês para o sistema a ser atendido	S	1	1	0%
Criar ou alterar estrutura de banco de dados	Banco de dados criado ou alterado	Faixa A	Execução de script	N	2	2	0%
		Faixa B	Execução de script e configuração de objetos, usuários e demais componentes de banco de dados	N	4	4	0%

Atividades de Regulação							
Atividade	**Entregas Esperadas**	Faixa de Complexidade	Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade	Alocação diária (S/N)	Tempo Execução em horas		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Realizar pesquisas, estudos e/ou análises para fins regulatórios	Relatório, análise de impacto quantitativo, levantamento e análise de base de dados, reunião técnica, parecer e/ou apresentação	Faixa A	Baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa B	Média	N	21	20	5%
		Faixa C	Alta	N	42	40	5%
		Faixa D	Muito alta	N	84	80	5%
		Faixa E	Disponibilidade diária	S	2	2	0%
Elaborar exposição de motivos	Exposição de Motivos	Faixa A	Muito baixa	N	4,2	4	5%
		Faixa B	Baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa C	Média	N	16,8	16	5%
		Faixa D	Alta	N	25	24	5%
		Faixa E	Muito alta	N	42	40	5%
Realizar etapas de Análise de Impacto Regulatório - AIR	Relatório de AIR, reunião técnica e/ou documentaçao preparatória	Faixa A	Muito baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa B	Baixa	N	21	20	5%
		Faixa C	Média	N	42	40	5%
		Faixa D	Alta	N	84	80	5%
		Faixa E	Muito alta	N	126	120	5%
Realizar etapas de elaboração e/ou revisão de minuta de ato normativo	Minuta, quadro comparativo, parecer, apresentação e/ou consolidação/análise de sugestões de unidades impactadas	Faixa A	Muito baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa B	Baixa	N	21	20	5%
		Faixa C	Média	N	42	40	5%
		Faixa D	Alta	N	84	80	5%
		Faixa E	Muito alta	N	126	120	5%
Consolidar e analisar sugestões de consulta pública	Parecer, quadro de sugestão analisados e/ou apresentação	Faixa A	Muito baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa B	Baixa	N	21	20	5%
		Faixa C	Média	N	42	40	5%
		Faixa D	Alta	N	84	80	5%
		Faixa E	Muito alta	N	126	120	5%
Elaborar minuta de voto	Minuta de voto	Faixa A	Baixa	N	4,2	4	5%
		Faixa B	Média	N	8,4	8	5%
		Faixa C	Alta	N	16,8	16	5%
		Faixa D	Muito alta	N	25	24	5%
Realizar etapas de Avaliação de resultado regulatório - ARR	Relatório de ARR, reunião técnica e/ou documentaçao preparatória	Faixa A	Muito baixa	N	8,4	8	5%
		Faixa B	Baixa	N	21	20	5%
		Faixa C	Média	N	42	40	5%
		Faixa D	Alta	N	84	80	5%
		Faixa E	Muito alta	N	126	120	5%

Atividades de Fiscalização							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Realizar o Planejamento Fiscalização	Minuta e/ou Memorando de Fiscalização	Faixa A	Etapa de complexidade Muito Baixa	N	4	4	0%
		Faixa B	Etapa de complexidade Baixa	N	8	8	0%
		Faixa C	Etapa de complexidade Média	N	20	20	0%
		Faixa D	Etapa de complexidade Alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Executar Fiscalização	Etapas de execução realizadas	Faixa A	Etapa de complexidade Muito Baixa	N	4	4	0%
		Faixa B	Etapa de complexidade Baixa	N	8	8	0%
		Faixa C	Etapa de complexidade Média	N	20	20	0%
		Faixa D	Etapa de complexidade Alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Realizar a Conclusão Fiscalização	Minuta e/ou Relatório de Fiscalização	Faixa A	Etapa de complexidade Muito Baixa	N	4	4	0%

		Faixa B	Etapa de complexidade Baixa	N	8	8	0%
		Faixa C	Etapa de complexidade Média	N	20	20	0%
		Faixa D	Etapa de complexidade Alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%
Tratar Não Conformidade	Tratamento realizado	Faixa A	Etapa de complexidade Muito Baixa	N	4	4	0%
		Faixa B	Etapa de complexidade Baixa	N	8	8	0%
		Faixa C	Etapa de complexidade Média	N	20	20	0%
		Faixa D	Etapa de complexidade Alta	N	40	40	0%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 4 horas	S	4	4	0%

Atividades de Monitoramento Prudencial							
Atividade	**Entregas Esperadas**	**Faixa de Complexidade**	**Parâmetro para definição da Faixa de Complexidade**	**Alocação diária (S/N)**	**Tempo Execução em horas**		**Ganho percentual de produtividade**
					Presencial	**Teletrabalho**	
Executar ação de monitoramento de ativos	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	N	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
Executar ação de monitoramento de macroprudencial	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	S	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	N	1	1	0%
Executar ação de monitoramento de provisões	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	N	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
Executar ação de monitoramento contábil	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	N	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	N	1	1	0%
Executar ação de monitoramento de capital regulatório e fluxos realistas	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	N	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%
Executar ação de monitoramento prudencial	Despacho Eletrônico; Parecer Eletrônico; Ofício Eletrônico; Relatório Eletrônico; E-mail; Reuniões; Tabelas de Sistema/Base de Dados; Planilha; Página do site; Arquivo Qlikview/Power BI; Ferramenta de Análise/Sistema	Faixa A	Baixa	N	1	1	0%
		Faixa B	Média	N	4	4	0%
		Faixa C	Alta	N	8,5	8	6%
		Faixa D	Muito alta	N	22	20	10%
		Faixa E	Disponibilidade diária de 1 hora	S	1	1	0%

ANEXO II - PARAMETROS DO PROGRAMA DE GESTÃO

Percentual máximo de participantes no Programa de Gestão	100%
Percentual máximo de participantes na modalidade de teletrabalho	60%
Percentual mínimo de produtividade adicional dos participantes	Conforme tabela de atividades
Antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade	48 horas, podendo esse prazo ser reduzido conforme inciso III do art. 12.

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Declaro que atendo às condições para participação no Programa de Gestão da Susep, que comparecerei às convocações realizadas no prazo de antecedência de quarenta e oito horas, excepcionalmente podendo ser reduzido quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, que cumprirei com as minhas atribuições e responsabilidades conforme a Tabela de Atividades aprovada no Ato Normativo de procedimentos gerais e no Plano de Trabalho realizado junto à minha chefia imediata, e que tenho o dever de manter a infraestrutura necessária para o exercício das minhas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando estiver executando o Programa de Gestão na modalidade teletrabalho. Além disso, declaro ciência:

a) de que minha participação no Programa de Gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

b) de que eventuais despesas relacionadas ao deslocamento para minha unidade de lotação não serão custeadas, em nenhuma hipótese, pela Administração Pública;

c) quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

d) quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

e) quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;

f) quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

g) quanto ao cumprimento do art. 22 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, ou seja, das atribuições e responsabilidades do participante;

h) quanto ao cumprimento do art. 23 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, ou seja, que sou responsável por providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de minhas atribuições; e

i) quanto ao dever de estar disponível para atividades coletivas online, como reunião e outras formas de comunicação, pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da Susep.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SUSEP Nº 7.779, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Delegar competência para assinatura de escritura pública de doação de imóveis de propriedade da Susep.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 25 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.612498/2020-15, resolve:

Art. 1º Delegar poderes ao Chefe do Departamento de Administração e Finanças para o fim especial de dar e assinar em nome dela, escrituras públicas de compra e venda ou de doação, referente aos imóveis de propriedade da Superintendência de Seguros Privados discriminados nesta Portaria, na qualidade de transmitente e/ou vendedora, podendo para tanto, outorgar e assinar as referidas escrituras com todas as suas cláusulas e termos de estilo, inclusive de re-ratificação, apresentar ou receber documentos, assinar todos os documentos e papéis necessários, receber e dar quitação, receber e transmitir posse, jus, domínio, direitos e ação, fazer declarações, apresentar provas, responder por evicção, representá-la perante Repartições Públicas em geral, inclusive Cartório de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Prefeituras ou onde mais necessário for, podendo tudo requerer, alegar e assinar, pagar taxas e impostos, recorrer de cobrança de impostos indevidos, promover registros e averbações, legalizar e regularizar toda a documentação necessária, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do presente mandato, que dará tudo por bom, firme e valioso, como se presente fosse, sendo vedado o seu substabelecimento no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes para o seguinte imóvel:

1) Rua Coronel Genuíno nº 421, conjunto nº 1101 e box de garagem nº 10, Centro Histórico, CEP: 90010-350, Porto Alegre/RS, Inscrição Municipal nº 5209587 e 5209161, Matrícula nº 16.314 e nº 16.318 do Serviço de Registro de Imóveis da 5ª Zona da Comarca de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, que será doado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 03.589.068/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria terá validade por um ano e entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 401, DE 25 DE MAIO DE 2021

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa VIVENSIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso I do Art. 9º; nos termos do Parecer de Engenharia nº 67/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 62/2021/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002102/2021-90, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa VIVENSIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ: 07.929.761/0005-03 e Inscrição SUFRAMA: 21.0134.33-0), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 67/2021/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 62/2021/COAPA/CGPRI/SPR, para produção de RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE, código SUFRAMA 0108, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/1967, alterado pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE	1,571,960	5,659,056	6,602,232

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 322, de 31 de dezembro de 2014, alterada pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTI nº 375, de 1º de dezembro de 2015, e nº 46, de 8 de junho de 2017; e pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCTIC nº 68, de 21 de setembro de 2017, e nº 19, de 5 de abril de 2018;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA Nº 402, DE 25 DE MAIO DE 2021

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa PLASTMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso I do Art. 9º, os termos do Parecer de Engenharia nº 62/2021/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 58 /2021/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002825/2021-99, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa PLASTMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 21.950.231/0004-89, Inscrição SUFRAMA nº 21.0138.02-5, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 62/2021/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 58/2021/COAPA/CGPRI/SPR, para produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, código SUFRAMA 0395, e CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), código SUFRAMA 0674, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para os produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	742,179	890,615	1,039,051
CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)	371,089	445,307	519,525

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico - PPB definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 315, de 23 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. nº 77, de 27 de abril de 2021, seção 1, página 49:

Onde se lê:

"Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa STEEL BR AMAZÔNIA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TREFILADOS DE METAL LTDA. (CNPJ: 40.084.417/0001-02 e Inscrição SUFRAMA: 20.0197.18-5) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 31/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 27/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL, código SUFRAMA 1514, e TELHA METÁLICA ONDULADA, código SUFRAMA 1515, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior."

Leia-se:

"Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa STEEL BR AMAZÔNIA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TREFILADOS DE METAL LTDA. (CNPJ: 40.084.417/0001-02 e Inscrição SUFRAMA: 21.0131.70-5) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 31/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 27/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL, código SUFRAMA 1514, e TELHA METÁLICA ONDULADA, código SUFRAMA 1515, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior."

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 27 DE MAIO DE 2021

Divulga o resultado de desempenho institucional apurado no 12º Ciclo de Avaliação e estabelece a meta para o 13º Ciclo de Avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo -PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, no âmbito da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por meio de seu Presidente, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso II do art. 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.680, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o § 2º do art. 5° e o art. 10 do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, a Resolução Enap nº 13, de 18 de maio de 2020, e a Resolução Enap nº 14, de 28 de maio de 2020,

considerando que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e a Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária tem a finalidade de estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado de desempenho institucional da Fundação Escola Nacional de Administração Pública apurado no 12º Ciclo Avaliativo da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária (GDAFAZ), além de fixar a meta para o 13º Ciclo Avaliativo da GDPGPE e GDAFAZ para os servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontram nas situações descritas no inciso I do art. 1º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e conforme o disposto nos §§ 1º a 4º do art. 5º e no art. 10 do referido Decreto.

Art. 2º No 12º Ciclo de Avaliação da GDPGPE e GDAFAZ a meta estipulada pela Resolução Enap nº 14, de 28 de maio de 2020, foi de 511.317 (quinhentas e onze mil trezentas e dezessete) ações de desenvolvimento e o resultado apurado foi de 748.074 (setecentos e quarenta e oito mil e setenta e quatro) ações de desenvolvimento.

Art. 3º No 13º Ciclo de Avaliação da GDPGPE e GDAFAZ, que compreende o período de 1º de junho de 2021 a 31 de maio de 2022, será utilizado como meta global o indicador "Número de Ações de Desenvolvimento".

Parágrafo único: O Indicador "Número de Ações de Desenvolvimento" é calculado utilizando-se o "número de certificados emitidos nos cursos de curta, média e longa duração, nas modalidades presencial, híbrida e a distância somado ao número de participações em eventos e oficinas".

Art. 4 Fica estipulado o total de 784.264 (setecentos e oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e quatro) ações de desenvolvimento como meta a ser alcançada pela Enap no 13º Ciclo de Avaliação da GDPGPE e GDAFAZ.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO G. R. COSTA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 338, DE 27 DE MAIO DE 2021

Homologa os estudos sobre a metodologia de aferição do Custo Aluno Qualidade - CAQ, apresentados e discutidos no Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica - CPACEB.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV, parágrafo único, do art. 87 da Constituição, considerando o disposto nos arts. 3º e 5º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem como no Decreto nº 10.660, de 25 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Homologar a Nota Técnica nº 25/2020/CGIME/DIRED com os estudos sobre a metodologia de aferição do Custo Aluno Qualidade - CAQ, apresentados e discutidos no Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica - CPACEB.

Parágrafo único. A Nota Técnica a que se refere o caput será disponibilizada nos sítios eletrônicos do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 2º Para a definição do CAQ a ser pactuado, deverá ser avaliada a pertinência de adoção de matriz de referência que leve em consideração pelo menos os seguintes componentes:

I - fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição, que equacionam as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino; e

II - indicadores de vulnerabilidade social.

Art. 3º Os estudos sobre a metodologia de aferição do CAQ, apresentados e discutidos no CPACEB e homologados por meio desta Portaria, não detêm caráter vinculante e são contribuições do Colegiado à pactuação de que trata o art. 211, § 7º, da Constituição.

Parágrafo único. Os valores constantes da Nota Técnica nº 25/2020/CGIME/DIRED consistem em referencias para subsidiar discussões futuras quando da pactuação do CAQ, de que trata o art. 211, § 7º da Constituição, e sua adoção futura fica condicionada à disponibilidade orçamentária.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 339, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 750/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201718745.

Art. 2º Recredenciar a Universidade Veiga de Almeida (UVA), com sede na Rua Ibituruna, nº 108, Bairro Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Antares Educacional S.A., com sede no mesmo Município e Estado, (CNPJ 34.185.306/0001-81).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 340, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 731/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710712.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade IBGEN, com sede na Avenida Forte, nº 77, Bairro Cristo Redentor, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela IBGEN Educacional Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, (CNPJ 01.024.691/0001-26).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 341, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 36/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201615470.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia em Saúde - IAHCS (FATESA), com sede na Rua Coronel Corte Real, nº 75, bairro Petrópolis, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Administração Hospitalar e Ciências da Saúde, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 87.750.527/0001-11).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 342, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000212/2021-15, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o Despacho do Ministro homologando o Parecer CNE/CES nº 60/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 98, de 26 de maio de 2021, Seção 1, página 171.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 480/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Uninassau São Luís, com sede na Rua Zoé Cerveira, nº 120, Bairro Alemanha, no município de São Luís, no estado do Maranhão, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede no município de Aracaju, no estado de Sergipe para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 117, de 21 de fevereiro de 2018, para autorizar o funcionamento do curso de Ciências Contábeis, bacharelado, a ser oferecido pela recorrente, com duzentos e quarenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001728/2018-21 (e-MEC nº 201608783).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do Parecer n. 00111/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 717/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 607, de 6 de setembro de 2018, a qual indeferiu o pedido de autorização do curso de Fisioterapia, bacharelado, da Faculdade Unirb-NATAL, com sede no município de Natal, no estado de Rio Grande do Norte, conforme consta do Processo nº 00732.002551/2018-81 (e-MEC nº 201607050).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, deixo de homologar o Parecer CNE/CP nº 12/2020, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 168/2019, que votou desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Médio Rio Grande - FAMEG, que seria instalada na Rua Brigadeiro Wilson Nogueira, nº 449, Bairro São Francisco, no município de Passos, no estado de Minas Gerais, mantida pela Faculdade do Médio Rio Grande Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.000529/2021-00 (e-MEC nº 201506554).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 10/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o pedido de credenciamento de centro universitário, por transformação do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA), com sede na Rodovia BR-316, Km 302,5, bairro Altamira, no município de Picos, no estado do Piauí, mantido pelo Pipel-Picos Petróleo Ltda., com sede no mesmo município e estado, CNPJ 07.483.266/0001-81, conforme Processo e-MEC nº 201801371.

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 490, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201504175	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, , CENTRO, ANÁPOLIS/GO
2	201721667	EVENTOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, , VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
3	202031249	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Brasileira Multivix Vitória	EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S/A - MULTIVIX	RUA JOSÉ ALVES, 135, VITÓRIA, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES
4	202031250	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Brasileira Multivix Vitória	EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO S/A - MULTIVIX	RUA JOSÉ ALVES, 135, VITÓRIA, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES

PORTARIA Nº 491, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.
Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714726	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA	CENTRO DE ESTUDOS III MILLENIUM LTDA	AVENIDA PREFEITO ALBERTO MOURA, 12632, , DISTRITO INDUSTRIAL, SETE LAGOAS/MG
2	201714810	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE TRÊS MARIAS	CENTRO EDUCACIONAL TRES MARIAS - LTDA	RUA VEREADOR ALBERTO FALCÃO BARROCA, 210, JOAO PESSOA CENTRO, MIRAMAR, JOÃO PESSOA/PB

PORTARIA Nº 492, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,
resolve:
Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.
Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201904189	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	500	FACULDADE MULTIVIX CARIACICA	MULTIVIX CARIACICA - ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA
2	201904138	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	500	FACULDADE VOLPE MIELE	INSTITUTO VOLPE MIELE - IVM

PORTARIA Nº 493, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:
Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201820153	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CURITIBA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI	AVENIDA COMENDADOR FRANCO, 1341, - ATÉ 2129/2130, JARDIM BOTÂNICO, CURITIBA/PR
2	201820893	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA	RUA DO CINEGRAFISTA, 99, PLANALTO, UBERLÂNDIA/MG

PORTARIA Nº 494, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:
Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.
Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.
Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710062	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FRANCISCO MORATO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MOINHO VELHO LTDA - ME	RUA DOS CRAVOS, 560, , VILA ESPANHOLA, FRANCISCO MORATO/SP
2	201611265	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE LOURENÇO FILHO	OCESU - ORGANIZACAO CEARENSE DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2101, - DE 2830/2831 AO FIM, FÁTIMA, FORTALEZA/CE
3	201611206	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DA UPIS	UNIAO PIONEIRA DE INTEGRACAO SOCIAL	SEPS EQ 712/912, S/N, CONJUNTO "A", ASA SUL, BRASÍLIA/DF

PORTARIA Nº 495, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:
Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.
Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201610112	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200	FACULDADE VERDE NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE LTDA - ME
2	201610111	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	200	FACULDADE VERDE NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE LTDA - ME

PORTARIA Nº 496, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento, para fins de expedição e registro de diplomas, do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido da(s) respectiva(s) instituição(ões), a oferta do(s) curso(s) cujo reconhecimento foi renovado por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201360629	COMUNICAÇÃO SOCIAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ	AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 809, - ATÉ 99997/99998, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

PORTARIA Nº 497, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201906549	TEOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ - UNIFIC	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, AREIAS I, IGUATU/CE
2	201820864	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNINASSAU BELÉM	FACULDADE MAURICIO DE NASSAU DE BELEM LTDA	AV. SERZEDELO CORREA, 514, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
3	202008132	FRUTICULTURA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	RUA PROFESSOR ALUIZIO BARROS MACEDO, S/N, CAMPUS SAO GABRIEL - SEDE ACADEMICA, BR 290, SÃO GABRIEL/RS
4	201901584	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE BRASIL	UNIVERSIDADE BRASIL LTDA.	ESTRADA SANTA PROJETADA , S/N, CAMPUS VII - FERNANDÓPOLIS, FAZ STA RITA, FERNANDÓPOLIS/SP

PORTARIA Nº 498, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201610110	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200	FACULDADE VERDE NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE LTDA - ME
2	201904137	PEDAGOGIA (Licenciatura)	500	FACULDADE VOLPE MIELE	INSTITUTO VOLPE MIELE - IVM

PORTARIA Nº 499, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715544	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA GUEDNER, 1610, , JARDIM ACLIMAÇÃO, MARINGÁ/PR
2	201714554	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC

PORTARIA Nº 500, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201819625	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, SEDE, PORTÃO, CURITIBA/PR
2	201819587	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INSPIRAR	AX - CENTRO DE ESTUDOS DA SAUDE LTDA. - EPP	RUA INÁCIO LUSTOSA, 792, SÃO FRANCISCO, CURITIBA/PR
3	201819444	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE SANTA TERESA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA - ME	RUA ACRE, 200, CAMPUS PRINCIPAL, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MANAUS/AM
4	201820053	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR	INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA RIO BRANCO, 216, CENTRO, SÃO LUÍS/MA

PORTARIA Nº 501, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201815805	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade FIPECAFI	FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTABEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI
2	201817065	SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA
3	201715684	GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR (Tecnológico)	5000 (cinco mil)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA

PORTARIA Nº 502, DE 25 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201611507	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 904, QUADRA 88, SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO
2	200802035	DIREITO (Bacharelado)	624 (seiscentas e vinte e quatro)	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA, 3100, UNIC - BEIRA RIO I (SEDE), JARDIM EUROPA, CUIABÁ/MT
3	201610911	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	49 (quarenta e nove)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA SENADOR VALDON VARJÃO, 6390, , DRURYS, BARRA DO GARÇAS/MT

PORTARIA Nº 503, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113310	Educação Presencial	1331613	PEDAGOGIA	Licenciatura	532	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	370	FUNDACAO DE INTEGRACAO, DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE
2	202114774	Educação Presencial	1330675	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	4959	Faculdade Pitágoras de Feira de Santana	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202113400	Educação Presencial	1385871	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	19260	Faculdade Pitágoras de Jequié	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202114231	Educação Presencial	1390456	PEDAGOGIA	Licenciatura	3783	FACULDADE PARAENSE DE ENSINO	519	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.
5	202114096	Educação Presencial	1051898	ENFERMAGEM	Bacharelado	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
6	202113168	Educação Presencial	1349583	PEDAGOGIA	Licenciatura	1758	FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE	1163	FAINOR FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA
7	202113901	Educação Presencial	1404666	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	1173	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
8	202113326	Educação Presencial	1441099	SEGURANÇA NO TRABALHO	Tecnológico	1498	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO AVANÇADA DE VITÓRIA	581	AVIES ENSINO SUPERIOR DE VITORIA LTDA.
9	202114773	Educação Presencial	1330535	FARMÁCIA	Bacharelado	4959	Faculdade Pitágoras de Feira de Santana	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
10	202114286	Educação Presencial	1385979	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22147	Faculdade de Ciências Jurídicas de Belo Jardim	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 504, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114282	Educação Presencial	1404656	NUTRIÇÃO	Bacharelado	1412	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
2	202115116	Educação Presencial	1454406	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	21281	Faculdade Pitágoras de Luziânia	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202113780	Educação Presencial	1453616	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	3936	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202114283	Educação Presencial	1453614	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	Tecnológico	1412	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
5	202114772	Educação Presencial	1330528	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	4959	Faculdade Pitágoras de Feira de Santana	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
6	202114513	Educação Presencial	1439822	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	862	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
7	202113644	Educação Presencial	1365582	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	2961	Faculdade Estácio do Pantanal	1920	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP
8	202113318	Educação Presencial	1365451	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	532	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	370	FUNDACAO DE INTEGRACAO, DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE
9	202114284	Educação Presencial	1386251	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22124	Faculdade Pitágoras Unopar de Brumado	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
10	202113412	Educação Presencial	1386198	DIREITO	Bacharelado	22155	Faculdade de Ciências Jurídicas de Tianguá	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 505, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113413	Educação Presencial	1386199	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22155	Faculdade de Ciências Jurídicas de Tianguá	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
2	202113321	Educação Presencial	1441152	SEGURANÇA NO TRABALHO	Tecnológico	1276	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	851	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.
3	202114266	Educação Presencial	1086301	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202113811	Educação Presencial	1303629	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharelado	11308	FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
5	202113165	Educação Presencial	1125231	REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	Tecnológico	1758	FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE	1163	FAINOR FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA
6	202113322	Educação Presencial	1190653	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	1276	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	851	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.
7	202113656	Educação Presencial	1213765	SECRETARIADO	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
8	202114219	Educação Presencial	1441109	BIOMEDICINA	Bacharelado	3786	FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS	2415	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
9	202114770	Educação Presencial	1330531	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Bacharelado	4959	Faculdade Pitágoras de Feira de Santana	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
10	202113319	Educação Presencial	1441108	SEGURANÇA NO TRABALHO	Tecnológico	2242	FACULDADE DO RECIFE	1125	APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA

PORTARIA Nº 506, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113781	Educação Presencial	1386318	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22123	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ANHANGUERA DE ARAPIRACA	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
2	202114285	Educação Presencial	1385983	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22128	Faculdade de Ciências Jurídicas de Campina Grande	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202114505	Educação Presencial	1330520	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharelado	1774	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202114103	Educação Presencial	1322315	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	4411	Faculdade Estácio Unijipa de Ji-Paraná	2786	UNIJIPA - UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA LTDA
5	202115177	Educação Presencial	1404644	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	1830	FACULDADE ANHANGUERA DE PASSO FUNDO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

6	202115147	Educação Presencial	1404503	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	1499	FACULDADE ANHANGUERA DE TABOÃO DA SERRA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
7	202114507	Educação Presencial	1386314	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	19780	Faculdade Pitágoras Unopar de Guanambi	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
8	202115047	Educação Presencial	1365487	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	19780	Faculdade Pitágoras Unopar de Guanambi	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
9	202115060	Educação Presencial	1439852	FILOSOFIA	Licenciatura	18035	Escola Brasileira de Medicina Chinesa	15891	CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE FISIOTERAPIA, ACUPUNTURA E TERAPIAS ORIENTAIS
10	202113399	Educação Presencial	1404728	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	19260	Faculdade Pitágoras de Jequié	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
11	202114102	Educação Presencial	1304098	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	4411	Faculdade Estácio Unijipa de Ji-Paraná	2786	UNIJIPA - UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA LTDA

PORTARIA Nº 507, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114110	Educação Presencial	1280255	LOGÍSTICA	Tecnológico	4826	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
2	202114109	Educação Presencial	1303465	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	4826	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
3	202114065	Educação Presencial	67216	LETRAS	Licenciatura	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113746	Educação Presencial	1303546	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	3936	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
5	202113325	Educação Presencial	1441098	BIOMEDICINA	Bacharelado	1498	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO AVANÇADA DE VITÓRIA	581	AVIES ENSINO SUPERIOR DE VITORIA LTDA.
6	202114101	Educação Presencial	1330752	DESIGN GRÁFICO	Tecnológico	4826	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
7	202114545	Educação Presencial	1364452	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
8	202114064	Educação Presencial	1330887	JOGOS DIGITAIS	Tecnológico	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 508, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114722	Educação Presencial	1206375	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	18010	Faculdade Estácio de Cuiabá	1122	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA
2	202115003	Educação Presencial	122368	DESIGN GRÁFICO	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
3	202114274	Educação Presencial	1284983	HISTÓRIA	Licenciatura	2629	AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA	1707	ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES
4	202114701	Educação Presencial	1454392	ESTÉTICA E COSMÉTICA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
5	202114915	Educação Presencial	94931	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	1386	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	918	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA
6	202114718	Educação Presencial	1206388	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	18010	Faculdade Estácio de Cuiabá	1122	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA
7	202114717	Educação Presencial	1206354	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	18010	Faculdade Estácio de Cuiabá	1122	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA
8	202114705	Educação Presencial	1497423	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

PORTARIA Nº 509, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114710	Educação Presencial	1497549	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
2	202114580	Educação Presencial	1057398	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	2005	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	15801	UNIC EDUCACIONAL LTDA
3	202113777	Educação Presencial	1330310	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharelado	3936	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113888	Educação Presencial	1280567	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	1710	FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
5	202114578	Educação Presencial	123382	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	2005	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	15801	UNIC EDUCACIONAL LTDA
6	202114250	Educação Presencial	1299732	MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Tecnológico	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
7	202113639	Educação Presencial	150069	HISTÓRIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
8	202113816	Educação Presencial	1007619	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	11308	FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 510, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114254	Educação Presencial	1199594	DIREITO	Bacharelado	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
2	202114273	Educação Presencial	118916	TEOLOGIA	Bacharelado	2629	AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA	1707	ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES
3	202114246	Educação Presencial	1453632	NUTRIÇÃO	Bacharelado	2194	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202114272	Educação Presencial	1284984	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	2629	AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA	1707	ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES
5	202115012	Educação Presencial	122416	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
6	202114695	Educação Presencial	1454222	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
7	202114566	Educação Presencial	49146	PEDAGOGIA	Licenciatura	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
8	202113720	Educação Presencial	21002	LETRAS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 511, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114241	Educação Presencial	1404702	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	4141	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	1176	UNIAO DE ENSINO UNOPAR LTDA
2	202114706	Educação Presencial	1497524	LOGÍSTICA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
3	202113355	Educação Presencial	1404649	NUTRIÇÃO	Bacharelado	5303	FACULDADE ANHANGÜERA DE DOURADOS	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202114506	Educação Presencial	1330518	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Bacharelado	1774	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
5	202114697	Educação Presencial	1497485	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
6	202115007	Educação Presencial	109676	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
7	202114564	Educação Presencial	49145	PEDAGOGIA	Licenciatura	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
8	202114107	Educação Presencial	1330753	DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	4826	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 512, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114704	Educação Presencial	1427573	HISTÓRIA	Licenciatura	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
2	202114554	Educação Presencial	49144	PEDAGOGIA	Licenciatura	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202115009	Educação Presencial	122414	GESTÃO HOSPITALAR	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
4	202114702	Educação Presencial	1454189	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
5	202114075	Educação Presencial	81231	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	1478	FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO BERNARDO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
6	202115175	Educação Presencial	1300234	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	3034	FACULDADE DELTA	1965	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA
7	202114232	Educação Presencial	1332214	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	3783	FACULDADE PARAENSE DE ENSINO	519	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.
8	202114778	Educação Presencial	1386216	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	21886	Faculdade Pitágoras de Serrinha	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA

PORTARIA Nº 513, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114076	Educação Presencial	1280316	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Tecnológico	1478	FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO BERNARDO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
2	202114262	Educação Presencial	120406	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202114568	Educação Presencial	49148	PEDAGOGIA	Licenciatura	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202115167	Educação Presencial	120170	SECRETARIADO	Tecnológico	3034	FACULDADE DELTA	1965	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA
5	202114237	Educação Presencial	1332237	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	3777	FACULDADE CURITIBANA	2415	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
6	202114240	Educação Presencial	1280579	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Bacharelado	4141	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	1176	UNIAO DE ENSINO UNOPAR LTDA
7	202113201	Educação Presencial	1441123	BIOMEDICINA	Bacharelado	1462	INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO	588	ASPER ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA LTDA.
8	202114721	Educação Presencial	1206389	LOGÍSTICA	Tecnológico	18010	Faculdade Estácio de Cuiabá	1122	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA

PORTARIA Nº 514, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114521	Educação Presencial	25168	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
2	202114703	Educação Presencial	1454211	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
3	202113203	Educação Presencial	102444	GESTÃO HOSPITALAR	Sequencial	908	FACULDADE ALAGOANA DE ADMINISTRAÇÃO	637	AESA ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS LTDA.
4	202114577	Educação Presencial	1056725	AGRONEGÓCIO	Tecnológico	2005	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	15801	UNIC EDUCACIONAL LTDA
5	202114699	Educação Presencial	1427566	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
6	202114567	Educação Presencial	49147	PEDAGOGIA	Licenciatura	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
7	202114700	Educação Presencial	1454200	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
8	202114583	Educação Presencial	117958	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	2271	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA

PORTARIA Nº 515, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114509	Educação Presencial	1386505	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	Tecnológico	22232	Faculdade de Ciências Jurídicas de Altamira	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA
2	202114696	Educação Presencial	1427563	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
3	202115008	Educação Presencial	114208	SISTEMAS PARA INTERNET	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
4	202114066	Educação Presencial	1260477	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Tecnológico	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
5	202115163	Educação Presencial	120168	HOTELARIA	Tecnológico	3034	FACULDADE DELTA	1965	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA
6	202114709	Educação Presencial	1497424	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
7	202114708	Educação Presencial	1454218	REDES DE COMPUTADORES	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
8	202114543	Educação Presencial	81095	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 516, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202115006	Educação Presencial	1041825	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
2	202114707	Educação Presencial	1454192	LOGÍSTICA	Tecnológico	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
3	202114340	Educação Presencial	1057520	EVENTOS	Tecnológico	862	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	119	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
4	202115176	Educação Presencial	1303855	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Bacharelado	3034	FACULDADE DELTA	1965	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA
5	202114247	Educação Presencial	1299733	SEGURANÇA NO TRABALHO	Tecnológico	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
6	202114579	Educação Presencial	1056781	MARKETING	Tecnológico	2005	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	15801	UNIC EDUCACIONAL LTDA
7	202114610	Educação a Distância	112492	PEDAGOGIA	Licenciatura	1818	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA
8	202114698	Educação Presencial	1427567	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	221	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	159	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

PORTARIA Nº 517, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, ficam reconhecidos os cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114542	Educação Presencial	81094	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
2	202115114	Educação Presencial	1205054	LOGÍSTICA	Tecnológico	1173	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
3	202114251	Educação Presencial	1299731	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	Tecnológico	1502	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202115005	Educação Presencial	112470	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Tecnológico	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
5	202113320	Educação Presencial	1331190	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	1276	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	851	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.
6	202114275	Educação Presencial	1284444	INFORMÁTICA	Licenciatura	2629	AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA	1707	ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES
7	202113584	Educação Presencial	1349439	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	14297	Faculdade Unirb - Parnaíba	16248	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA

8	202114230	Educação Presencial	1332215	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	3783	FACULDADE PARAENSE DE ENSINO	519	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.
9	202114584	Educação Presencial	122806	ENGENHARIA	Bacharelado	2271	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA

PORTARIA Nº 518, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113534	Educação Presencial	56182	TEOLOGIA	Bacharelado	610	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSUS VERITAS	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
2	202113706	Educação Presencial	36256	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114073	Educação Presencial	50099	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113701	Educação Presencial	150065	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113705	Educação Presencial	25979	LETRAS - ESPANHOL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113719	Educação Presencial	70815	HISTÓRIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202113722	Educação Presencial	40391	LETRAS - INGLÊS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 519, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114124	Educação Presencial	20319	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	482	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	332	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA
2	202113681	Educação Presencial	1160533	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114625	Educação Presencial	74552	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	14246	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba	221	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
4	202113686	Educação Presencial	115538	TRANSPORTE TERRESTRE	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113969	Educação Presencial	22015	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	1418	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	85	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA.
6	202114264	Educação Presencial	38806	ENGENHARIA	Bacharelado	298	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
7	202113621	Educação Presencial	18170	SECRETARIADO	Bacharelado	916	FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA	645	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE TERESINA

PORTARIA Nº 520, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114790	Educação Presencial	97745	MARKETING	Tecnológico	502	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU	346	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A
2	202113696	Educação Presencial	98838	ARTES VISUAIS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114137	Educação Presencial	32972	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	515	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113626	Educação Presencial	18274	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	916	FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA	645	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE TERESINA
5	202113522	Educação Presencial	1158402	LOGÍSTICA	Tecnológico	4742	Faculdade Uninassau Olinda - Nassau Olinda	1847	SER EDUCACIONAL S.A.
6	202113698	Educação Presencial	80035	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202113703	Educação Presencial	63846	HISTÓRIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 521, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113525	Educação Presencial	1077158	GESTÃO FINANCEIRA	Tecnológico	13982	FACULDADE UNINASSAU BELÉM	13006	FACULDADE MAURICIO DE NASSAU DE BELEM LTDA
2	202113699	Educação Presencial	150064	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114544	Educação Presencial	1299963	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	1305	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
4	202113692	Educação Presencial	80634	PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113532	Educação a Distância	58786	GESTÃO EMPRESARIAL	Sequencial	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
6	202113697	Educação Presencial	90016	BIOMEDICINA	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202114129	Educação Presencial	10420	PEDAGOGIA	Licenciatura	515	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 522, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113439	Educação Presencial	54511	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	Licenciatura	514	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	355	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO
2	202113460	Educação Presencial	63471	GESTÃO EMPRESARIAL	Sequencial	757	Centro Universitário da Amazônia	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
3	202114373	Educação Presencial	1287406	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Sequencial	4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	4	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
4	202113716	Educação Presencial	73037	DESIGN GRÁFICO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113683	Educação Presencial	113222	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202114369	Educação Presencial	22112	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1428	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PLANALTO	741	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES PLANALTO LTDA - ME
7	202113712	Educação Presencial	102572	ARTES VISUAIS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 523, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113459	Educação Presencial	102060	PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	757	Centro Universitário da Amazônia	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
2	202113694	Educação Presencial	98809	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202113521	Educação Presencial	1165466	MARKETING	Tecnológico	4742	Faculdade Uninassau Olinda - Nassau Olinda	1847	SER EDUCACIONAL S.A.
4	202113717	Educação Presencial	1150681	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113721	Educação Presencial	60219	LETRAS - ESPANHOL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113526	Educação Presencial	73786	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	1318	FACULDADE UNINASSAU VITÓRIA DA CONQUISTA	879	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR JUVENCIO TERRA LTDA - ME
7	202114938	Educação Presencial	150218	BANCO DE DADOS	Tecnológico	1388	CENTRO UNIVERSITÁRIO SUMARÉ	17968	ARS ENSINO SUPERIOR LTDA

PORTARIA Nº 524, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113315	Educação Presencial	150017	GESTÃO HOSPITALAR	Tecnológico	2908	CENTRO UNIVERSITÁRIO NATALENSE	588	ASPER ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA LTDA.
2	202114260	Educação Presencial	38799	ENGENHARIA	Bacharelado	298	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	14514	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A
3	202114582	Educação Presencial	59739	ENGENHARIA	Bacharelado	2271	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	1204	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA
4	202113690	Educação Presencial	1160531	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202114131	Educação Presencial	15215	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	515	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
6	202114135	Educação Presencial	21691	ENGENHARIA DE PESCA	Bacharelado	515	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
7	202113998	Educação a Distância	1153384	PEDAGOGIA	Licenciatura	634	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	410	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORTARIA Nº 525, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114032	Educação Presencial	106704	DESIGN DE MODA	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
2	202113530	Educação Presencial	1313835	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
3	202113711	Educação Presencial	72793	ARTES	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
4	202114235	Educação Presencial	72349	REDES DE COMPUTADORES	Tecnológico	1996	INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA	2415	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
5	202113715	Educação Presencial	40401	DESIGN	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113685	Educação Presencial	115524	PEDAGOGIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202113480	Educação Presencial	66765	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIALISMO	Bacharelado	2835	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	1847	SER EDUCACIONAL S.A.

PORTARIA Nº 526, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202114787	Educação Presencial	106942	HOTELARIA	Tecnológico	502	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU	346	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A
2	202113709	Educação Presencial	51626	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114067	Educação Presencial	32442	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113677	Educação Presencial	1184510	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113718	Educação Presencial	60504	GEOGRAFIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113684	Educação Presencial	113224	LOGÍSTICA	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202113481	Educação Presencial	63506	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	2835	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	1847	SER EDUCACIONAL S.A.

PORTARIA Nº 527, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113700	Educação Presencial	106706	DESIGN	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
2	202114570	Educação Presencial	1139913	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	1185	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	805	ASBEC-SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
3	202113842	Educação Presencial	105395	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	4163	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	1124	FUNDACAO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE
4	202113710	Educação Presencial	1160521	SOCIOLOGIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113708	Educação Presencial	51599	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113518	Educação Presencial	1132804	LOGÍSTICA	Tecnológico	3879	Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
7	202113890	Educação Presencial	67941	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1710	FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 528, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113693	Educação Presencial	90012	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
2	202113702	Educação Presencial	98815	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
3	202114233	Educação Presencial	54737	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	1996	INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA	2415	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
4	202113524	Educação Presencial	1077155	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	13982	FACULDADE UNINASSAU BELÉM	13006	FACULDADE MAURICIO DE NASSAU DE BELEM LTDA
5	202113689	Educação Presencial	98807	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202114072	Educação Presencial	50098	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
7	202113679	Educação Presencial	121196	GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SAN

PORTARIA Nº 529, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113680	Educação Presencial	121198	LOGÍSTICA	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
2	202113461	Educação Presencial	96086	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	757	Centro Universitário da Amazônia	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
3	202114069	Educação Presencial	36086	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1345	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	16452	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
4	202113791	Educação Presencial	90117	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LABORATORISTA PARA ANÁLISES CLÍNICAS	Tecnológico	1058	Centro Universitário Estácio da Bahia	545	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.
5	202113533	Educação Presencial	66732	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	2885	Faculdade Univeritas Universus Veritas de Belo Horizonte	1847	SER EDUCACIONAL S.A.
6	202113531	Educação Presencial	8056	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
7	202113691	Educação Presencial	20988	PEDAGOGIA	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
8	202113528	Educação Presencial	23452	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA

PORTARIA Nº 530, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018, bem como a Nota Técnica nº 156/2020/ESAJ/CGLNRS/GAB/SERES, resolve:

Art. 1º Ficam extintos, a pedido das respectivas Instituições de Educação Superior, os cursos constantes do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, fica renovado o reconhecimento dos cursos constantes da tabela do Anexo desta Portaria, na forma prevista no art. 60 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Modalidade	Código Curso	Nome Curso	Grau	Código IES	IES	Código Mantenedora	Mantenedora
1	202113970	Educação Presencial	34692	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	1418	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	85	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA.
2	202113527	Educação Presencial	19002	SECRETARIADO EXECUTIVO	Bacharelado	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	2447	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
3	202113523	Educação Presencial	1156199	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	4742	Faculdade Uninassau Olinda - Nassau Olinda	1847	SER EDUCACIONAL S.A.
4	202113704	Educação Presencial	80034	JORNALISMO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
5	202113713	Educação Presencial	101370	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
6	202113714	Educação Presencial	1160028	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
7	202114785	Educação Presencial	116012	GESTÃO DE TURISMO	Tecnológico	502	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU	346	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A
8	202113695	Educação Presencial	101296	GESTÃO AMBIENTAL	Tecnológico	82	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	66	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 531, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Renovação/Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	61.863.825/0001-24	ASSOCIACAO CENTRO SOCIAL BROOKLIN PAULISTA	São Paulo/SP	23000.020955/2019-05	249/2021	Renovação	20/07/2019 a 19/07/2022
2	43.654.110/0001-80	ASSOCIACAO BENEFICENTE SIRIO-LIBANESA	São Paulo/SP	23000.023997/2019-90	269/2021	Renovação	25/10/2019 a 24/10/2022
3	22.695.589/0001-22	CENTRO COMUNITARIO ESTRELA DA ESPERANCA	Teófilo Otoni/MG	23000.025226/2019-37	281/2021	Concessão	3 anos

PORTARIA Nº 532, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Renovação/Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	15.542.175/0001-06	INSTITUICAO CIDADE DOS MENINOS MARIA IMACULADA	Santo André/SP	23000.028122/2019-84	292/2021	Renovação	03/10/2019 a 02/10/2022
2	04.492.987/0001-60	ASSOCIACAO BENEFICENTE CANTINHO DO BEBE	Belo Horizonte/MG	23000.024960/2019-89	271/2021	Concessão	3 anos
3	43.853.936/0001-78	SERVICO DE ASSISTENCIA A FAMILIA CASA DA EDITINHA	São Paulo/SP	23000.022723/2015-50	288/2021	Renovação	1º/01/2016 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 533, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Renovação/Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	08.319.741/0001-41	INSTITUTO MARIA AUXILIADORA	Natal/RN	23000.025410/2019-87	300/2021	Concessão	3 anos
2	05.083.072/0001-63	ENTIDADE SOCIAL TODO MUNDO FELIZ	Santo André/SP	23000.020053/2019-61	226/2021	Renovação	31/08/2019 a 30/08/2022
3	03.817.270/0001-88	SOCIEDADE ESPIRITA CABOCLO SETE FLECHAS	Rio de Janeiro / RJ	23000.032431/2019-59	302/2021	Concessão	3 anos
4	05.395.093/0001-14	ASSOCIACAO FIDES ET CARITAS SANTA RITA	Franca/SP	23000.012395/2019-15	201/2021	Renovação	26/04/2019 a 25/04/2024

DESPACHO Nº 63, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), referentes às entidades elencadas no Anexo I.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar manifestação a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço https://mecsp.metasix.solutions/portal.

FELIPE DOS SANTOS BORGES

ANEXO

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº Processo	Tipo
1	FUNDACAO COMUNIDADE DA GRACA	01.501.866/0001-49	71000.107641/2010-12	Renovação
2	CONGREGACAO REDENTORISTA NORDESTINA	08.856.098/0001-95	23000.011338/2012-34	Concessão
3	ASSOCIACAO PROJETO COMUNITARIO EDUCACIONAL MARIZA VICINTIN	25.215.864/0001-51	23000.010389/2015-91	Concessão

DESPACHO Nº 64, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), referentes às entidades elencadas no Anexo I.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar manifestação a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço https://mecsp.metasix.solutions/portal.

FELIPE DOS SANTOS BORGES

ANEXO

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº Processo	Tipo
1	INSTITUTO MADRE MAZZARELLO	63.015.481/0001-29	23000.004162/2017-79	Concessão
2	LAR DAS CRIANCAS DO MENINO DEUS	54.851.571/0001-69	23000.029527/2018-59	Concessão
3	ASSOCIACAO FACA UMA CRIANCA FELIZ	03.618.159/0001 -62	23000.014976/2018-01	Concessão

DESPACHO Nº 65, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), referentes às entidades elencadas no Anexo I.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar manifestação a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço https://mecsp.metasix.solutions/portal.

FELIPE DOS SANTOS BORGES

ANEXO

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº Processo	Tipo
1	FUNDACAO GOECEIX	23.063.118/0001-64	71000.141752/2014-81	Renovação
2	ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE VOLTA REDONDA	30.421.770/0001-79	23000.005941/2015-20	Renovação
3	CASA TRANSITORIA DE BRASILIA	02.561.587/0001-33	71000.003697/2015-11	Concessão

DESPACHO Nº 66, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DA CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), referentes às entidades elencadas no Anexo I.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar manifestação a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada exclusivamente por meio eletrônico, pelo endereço https://mecsp.metasix.solutions/portal.

FELIPE DOS SANTOS BORGES

ANEXO

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº Processo	Tipo
1	FUNDACAO JULITA	62.805.759/0001-07	71000.134360/2014-66	Renovação
2	FUNDACAO CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL	27.508.431/0001-10	71000.003797/2015-30	Concessão
3	FUNDACAO EDUCANDARIO SANTARRITENSE	24.492.860/0001-58	23000.010082/2015-91	Concessão

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 262, DE 27 DE MAIO DE 2021

Publica a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados e revoga atos normativos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, do Decreto 9.007, de 20 de março de 2017 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º. Fica publicada, em cumprimento ao art. 7º, inciso III, do Decreto nº 10.139/2019, a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do Anexo I.

Art. 2º. Os atos normativos que já foram objeto de revogação de forma expressa estão indicados no Anexo II, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139/2019.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 594, de 30 de setembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO LOPES DA PONTE

ANEXO I - NORMATIVOS EM VIGOR

1. Resolução CD/FNDE nº 1, de 20 de abril de 2021
2. Resolução CD/FNDE nº 2, de 20 de abril de 2021
3. Resolução CD/FNDE nº 3, de 20 de abril de 2021
4. Resolução CD/FNDE nº 4, de 20 de abril de 2021
5. Resolução CD/FNDE nº 5, de 20 de abril de 2021
6. Resolução CD/FNDE nº 6, de 20 de abril de 2021
7. Resolução CD/FNDE nº 7, de 30 de abril de 2021
8. Resolução CD/FNDE nº 8, de 3 de maio de 2021
9. Resolução CD/FNDE nº 9, de 11 de maio de 2021
10. Resolução CD/FNDE nº 2, de 9 de abril de 2020
11. Resolução CD/FNDE nº 3, de 29 de abril de 2020
12. Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020
13. Resolução CD/FNDE nº 5, de 08 de maio de 2020
14. Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020
15. Resolução CD/FNDE nº 10, de 07 de outubro de 2020
16. Resolução CD/FNDE nº 11, de 07 de outubro de 2020
17. Resolução CD/FNDE nº 12, de 7 de outubro de 2020
18. Resolução CD/FNDE nº 13, de 7 de outubro de 2020
19. Resolução CD/FNDE nº 14, de 7 de outubro de 2020
20. Resolução CD/FNDE nº 15, de 7 de outubro de 2020
21. Resolução CD/FNDE nº 16, de 7 de outubro de 2020
22. Resolução CD/FNDE nº 17, de 7 de outubro de 2020
23. Resolução CD/FNDE nº 19, de 7 de outubro de 2020
24. Resolução CD/FNDE nº 20, de 2 de dezembro de 2020
25. Resolução CD/FNDE nº 02, de 28 de fevereiro de 2019
26. Resolução CD/FNDE nº 04, de 29 de maio de 2019
27. Resolução CD/FNDE nº 07, de 10 de dezembro de 2019
28. Resolução CD/FNDE nº 08, de 10 de dezembro de 2019
29. Resolução CD/FNDE nº 01, de 11 de janeiro de 2018
30. Resolução CD/FNDE nº 06, de 27 de fevereiro de 2018
31. Resolução CD/FNDE nº 08, de 22 de março de 2018
32. Resolução CD/FNDE nº 10, de 14 de maio de 2018
33. Resolução CD/FNDE n. 12, de 06 de junho de 2018

34. Resolução CD/FNDE nº 14, de 27 de junho de 2018
35. Resolução CD/FNDE nº 15, de 26 de julho de 2018
36. Resolução CD/FNDE nº 16, de 31 de julho de 2018
37. Resolução CD/FNDE nº 19, de 03 de outubro de 2018
38. Resolução CD/FNDE nº 24, de 07 de dezembro de 2018
39. Resolução CD/FNDE nº 25, de 14 de dezembro de 2018
40. Resolução CD/FNDE nº 26, de 24 de dezembro de 2018
41. Resolução CD/FNDE nº 2, de 10 de fevereiro de 2017
42. Resolução FNDE/MEC nº 5, de 6 de janeiro de 2017
43. Resolução CD/FNDE nº 6, de 28 de abril de 2017
44. Resolução CD/FNDE nº 7, de 13 de junho de 2017
45. Resolução CD/FNDE nº 8, de 13 de junho de 2017
46. Resolução CD/FNDE nº 11, 6 de setembro de 2017
47. Resolução CD/FNDE nº 12, 6 de setembro de 2017
48. Resolução CD/FNDE nº 13, de 21 de setembro de 2017
49. Resolução CD/FNDE nº 19, de 2017
50. Resolução CD/FNDE nº 07, de 3 de novembro de 2016
51. Resolução CD/FNDE nº 08, de 16 de dezembro de 2016
52. Resolução CD/FNDE nº 09, de 16 de dezembro de 2016
53. Resolução CD/FNDE nº 06, de 09 de junho de 2015
54. Resolução CD/FNDE nº 16, de 09 de dezembro de 2015
55. Resolução CD/FNDE nº 02, de 06 de março de 2014
56. Resolução CD/FNDE nº 03, de 06 de março de 2014
57. Resolução CD/FNDE nº 07, de 14 de abril de 2014
58. Resolução CD/FNDE nº 09, de 16 de abril de 2014
59. Resolução CD/FNDE nº 15, de 10 de julho de 2014
60. Resolução CD/FNDE nº 20, de 3 de outubro de 2014
61. Resolução CD/FNDE nº 21, de 13 de outubro de 2014
62. Resolução CD/FNDE nº 27, de 30 de dezembro de 2014
63. Resolução CD/FNDE nº 01, de 27 de março de 2013
64. Resolução CD/FNDE nº 07, de 20 de março de 2013
65. Resolução CD/FNDE nº 08, de 20 de março de 2013
66. Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013
67. Resolução CD/FNDE nº 13, de 9 de maio de 2013
68. Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013
69. Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013
70. Resolução CD/FNDE nº 17, de 16 de maio de 2013
71. Resolução CD/FNDE nº 23, de 10 de junho de 2013
72. Resolução CD/FNDE nº 24, de 14 de junho de 2013
73. Resolução CD/FNDE nº 28, de 27 de junho de 2013
74. Resolução CD/FNDE nº 29, de 3 de julho de 2013
75. Resolução CD/FNDE nº 30, de 5 de julho de 2013
76. Resolução CD/FNDE nº 36, de 24 de setembro de 2013
77. Resolução CD/FNDE nº 37, de 7 de outubro de 2013
78. Resolução CD/FNDE nº 38, de 8 de outubro de 2013
79. Resolução CD/FNDE nº 39, de 10 de outubro de 2013
80. Resolução CD/FNDE nº 42, de 4 de novembro de 2013
81. Resolução CD/FNDE nº 47, de 11 de dezembro de 2013
82. Resolução CD/FNDE nº 48, de 11 de dezembro de 2013
83. Resolução CD/FNDE nº 50, de 11 de dezembro de 2013
84. Resolução CD/FNDE nº 51, de 11 de dezembro de 2013
85. Resolução CD/FNDE nº 52, de 11 de dezembro de 2013
86. Resolução CD/FNDE nº 53, de 11 de dezembro de 2013
87. Resolução CD/FNDE nº 54, de 12 de dezembro de 2013
88. Resolução CD/FNDE nº 55, de 13 de dezembro de 2013
89. Resolução CD/FNDE nº 57, de 23 de dezembro de 2013
90. Resolução CD/FNDE nº 58, de 30 de dezembro de 2013
91. Resolução CD/FNDE nº 2, de 18 de janeiro de 2012
92. Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012
93. Resolução CD/FNDE nº 23, de 28 de junho de 2012
94. Resolução CD/FNDE nº 33, de 15 de agosto de 2012
95. Resolução CD/FNDE nº 35 de 15 de agosto de 2012
96. Resolução CD/FNDE nº 37, de 23 de agosto de 2012
97. Resolução CD/FNDE nº 41, de 24 de agosto de 2012
98. Resolução CD/FNDE nº 43, de 04 de setembro de 2012
99. Resolução CD/FNDE nº 44, de 05 de setembro de 2012
100. Resolução CD/FNDE nº 48, de 02 de outubro de 2012
101. Resolução CD/FNDE nº 51, de 31 de outubro de 2012
102. Resolução CD/FNDE nº 52, de 8 de novembro de 2012
103. Resolução CD/FNDE nº 54, de 21 de novembro de 2012
104. Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012
105. Resolução CD/FNDE nº 1, de 7 de janeiro de 2011
106. Resolução CD/FNDE nº 9, de 2 de março de 2011
107. Resolução CD/FNDE nº 18, de 2 de maio de 2011
108. Resolução CD/FNDE nº 24, de 24 de maio de 2011
109. Resolução CD/FNDE nº 32, de 1º de julho de 2011
110. Resolução CD/FNDE nº 36, de 21 de julho de 2011
111. Resolução CD/FNDE nº 37, de 21 de julho de 2011
112. Resolução CD/FNDE nº 41, de 27 de julho de 2011
113. Resolução CD/FNDE nº 45, de 29 de agosto de 2011
114. Resolução CD/FNDE nº 60, de 9 de novembro de 2011
115. Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011
116. Resolução CD/FNDE nº 66, de 25 de novembro de 2011
117. Resolução CD/FNDE nº 70, de 30 de novembro de 2011
118. Resolução CD/FNDE nº 73, de 28 de dezembro de 2011
119. Resolução CD/FNDE nº 74, de 28 de dezembro de 2011
120. Resolução CD/FNDE nº 04, de 01 de abril de 2010
121. Resolução CD/FNDE nº 06, de 16 de abril de 2010
122. Resolução CD/FNDE nº 11, de 20 de maio de 2010
123. Resolução CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010
124. Resolução CD/FNDE nº 19, de 13 de julho de 2010
125. Resolução CD/FNDE nº 22, de 04 de agosto de 2010
126. Resolução CD/FNDE nº 23, de 04 de agosto de 2010
127. Resolução CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010
128. Resolução CD/FNDE nº 34, de 10 de dezembro de 2010
129. Resolução CD/FNDE nº 35, de 14 de dezembro de 2010
130. Resolução CD/FNDE nº 40, de 29 de dezembro de 2010
131. Resolução CD/FNDE nº 29, de 19 de junho de 2009
132. Resolução CD/FNDE nº 34, de 30 de junho de 2009
133. Resolução CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009
134. Resolução CD/FNDE nº 37, de 15 de julho de 2009
135. Resolução CD/FNDE nº 45, de 14 de agosto de 2009
136. Resolução CD/FNDE nº 53, de 29 de outubro de 2009
137. Resolução CD/FNDE nº 68, de 28 de dezembro de 2009
138. Resolução CD/FNDE nº 39, de 02 de setembro de 2008
139. Resolução CD/FNDE nº 42, de 30 de agosto de 2007
140. Resolução CD/FNDE nº 45, de 18 de setembro de 2007
141. Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de dezembro de 2007
142. Resolução CD/FNDE nº 65, de 13 de dezembro de 2007
143. Resolução CD/FNDE nº 72, de 28 de dezembro de 2007
144. Resolução CD/FNDE nº 22, de 20 de abril de 2006
145. Resolução CD/FNDE nº 23, de 24 de abril de 2006
146. Resolução CD/FNDE nº 40, de 1º de dezembro de 2006
147. Resolução CD/FNDE nº 49, de 29 de dezembro de 2006
148. Resolução CD/FNDE nº 23, de 8 de junho de 2005
149. Resolução CD/FNDE nº 25, de 16 de junho de 2005
150. Resolução CD/FNDE nº 17, de 22 de abril de 2004
151. Resolução CD/FNDE nº 19, de 24 de abril de 2004
152. Resolução CD/FNDE nº 05, de 02 de abril de 2003
153. Resolução CD/FNDE nº 28,de 04 de setembro de 2003
154. Resolução CD/FNDE nº 09, de 13 de março de 2002
155. Resolução CD/FNDE Nº 055, de 12 de dezembro de 2001
156. Portaria nº 187, de 22 de abril de 2021
157. Portaria nº 191, de 23 de abril de 2021
158. Portaria nº 794, de 30 de dezembro de 2020
159. Portaria nº 17, de 10 de janeiro de 2020
160. Portaria nº 90, de 5 de fevereiro, de 2020
161. Portaria nº 99, de 10 de fevereiro de 2020
162. Portaria nº 186, de 17 de março de 2020
163. Portaria nº 411, de 3 de julho de 2020
164. Portaria nº 419, de 08 de julho de 2020
165. Portaria nº 439, de 21 de julho de 2020
166. Portaria nº 562, de 15 de setembro de 2020
167. Portaria nº 687, de 16 de novembro de 2020
168. Portaria nº 688, de 16 de novembro de 2020
169. Portaria nº 93, de 25 de fevereiro de 2019
170. Portaria nº 350, de 14 de junho de 2019
171. Portaria nº 389, de 2 de julho de 2019
172. Portaria nº 419, de 10 de julho de 2019
173. Portaria nº 475 de 5 de setembro de 2019
174. Portaria nº 548, de 10 de setembro de 2018
175. Portaria nº 586 de 14 de julho de 2017
176. Portaria nº 629, de 3 de agosto de 2017
177. Portaria nº 835 de 22 de novembro de 2017
178. Portaria nº 884, de 6 de dezembro de 2017
179. Portaria nº 75, de 24 de fevereiro de 2016
180. Portaria nº 83, de 29 de fevereiro de 2016
181. Portaria nº 148 de 2016
182. Portaria nº 191, de 9 de maio de 2016
183. Portaria nº 321 de 2016
184. Portaria nº 45, de 10 de fevereiro de 2015
185. Portaria nº 53, de 20 de fevereiro de 2015
186. Portaria nº 247, de 25 de junho de 2015
187. Portaria nº 248, de 25 de junho de 2015
188. Portaria nº 249, de 25 de junho de 2015
189. Portaria nº 8, de 09 de janeiro de 2014
190. Portaria nº 137, de 31 de março de 2014
191. Portaria FNDE nº 345, de 11 de agosto de 2014
192. Portaria FNDE nº 469, de 4 de novembro de 2014
193. Portaria FNDE nº 509, de 27 de novembro de 2014
194. Portaria FNDE nº 513, de 28 de novembro de 2014
195. Portaria nº 119, de 09 de abril de 2013
196. Portaria FNDE nº 200, de 10 de junho de 2013
197. Portaria FNDE nº 248, de 27 de junho de 2013
198. Portaria nº 603, de 23 de dezembro de 2013
199. Portaria nº 478-A de 24 de agosto de 2012
200. Portaria nº 578 de 22 de outubro de 2012
201. Portaria nº 115 de 2011
202. Portaria nº 292, de 15 de agosto 2011
203. Portaria FNDE nº 261 de 2010
204. Portaria FNDE nº 621, de 16 de julho de 2010
205. Portaria nº 1073, de 24 de agosto de 2010
206. Portaria nº 85, de 12 de fevereiro de 2009
207. Portaria Normativa MEC nº 7, de 5 de abril de 2007

ANEXO II - REVOGADOS

208. Resolução CD/FNDE nº 18, de 07 de outubro de 2020
209. Resolução CD/FNDE nº 21, de 28 de dezembro de 2020
210. Resolução CD/FNDE nº 03, de 23 de fevereiro de 2018
211. Resolução CD/FNDE nº 12, de 6 de junho de 2018
212. Resolução CD/FNDE nº 18 de 26 de setembro de 2018
213. Resolução CD/FNDE nº 01, de 08 de fevereiro de 2017
214. Resolução CD/FNDE nº 04, de abril de 2015
215. Resolução CD/FNDE nº 7, de 5 de agosto de 2015
216. Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013
217. Resolução CD/FNDE nº 32, de 2 de agosto de 2013
218. Resolução CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013
219. Resolução CD/FNDE nº 01, de 16 de janeiro de 2012
220. Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012
221. Resolução CD/FNDE nº 24, de 02 de julho de 2012
222. Resolução CD/FNDE nº 12, de 24 de abril de 2007
223. Resolução CD/FNDE nº 13, de 24 de abril de 2007
224. Resolução CD/FNDE nº 32, de 2 de julho de 2007
225. Resolução CD/FNDE nº 33, de 3 de julho de 2007
226. Portaria nº 764, de 14 de dezembro de 2020
227. Portaria nº 241, de 17 de abril de 2018
228. Portaria nº 624, de 16 de outubro de 2018
229. Portaria nº 634, de 25 de outubro de 2018
230. Portaria nº 115, de 02 de março de 2017
231. Portaria nº 684, de 12 de setembro de 2017
232. Portaria nº 926, de 26 de dezembro de 2017
233. Portaria nº 6, de 08 de janeiro de 2015
234. Portaria nº 556, de 20 de novembro de 2013
235. Portaria nº 605, de 24 de dezembro de 2013
236. Portaria nº 249, de 1º de abril de 2011
237. Portaria nº 83, de 24 de março de 2008
238. Portaria nº 385 de 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

CAMPUS XIQUE-XIQUE

PORTARIA Nº 56, DE 26 MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL PRO TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, CAMPUS XIQUE-XIQUE no uso das suas atribuições delegadas pela portaria de n° 792 de 05 de agosto de 2020, publicada no DOU de 06/08/2020, seção 2, página 14, CONSIDERANDO:

- O que consta no processo nº 23806.250715.2020-93, que aponta irregularidades referente à Inexecução parcial do contrato, entrega de itens licitados e contratados com atraso, sem justificativa, e fora dos parâmetros especificados no Pregão Eletrônico SRP Nº 02/2019.

- O indeferimento do Recurso Administrativo julgado em segunda Instância, (Despacho 4/2021 - RET-GAB/RET/IFBAIANO), resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa LUIZ HENRIQUE SANTOS FERREIRA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Metódio Coelho, nº 91, Ed. Prado Empresarial, sala 305, Parque Bela Vista, Salvador -BA com CEP: 40.279-120, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 27.381.767/0001-64, com fulcro no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no Termo de Referência, o qual fora acostado aos autos, conforme menciona o item 12 do Parecer Jurídico nº 00080/2021/PFIFBAIANO/PFIFBAIANO /PGF/AGU, de 07/04/2021.

I - Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e consequentemente o descredenciamento no SICAF, (Lei 10.520/2002, art. 7º), a contar da data de publicação desta no Diário Oficial da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PEDRO QUEIROZ JÚNIOR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS ITAPINA

PORTARIA Nº 150, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA, nomeado pela Portaria nº 3278 de 22.11.2017, publicada no DOU de 23.11.2017, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao processo nº 23154.000445/2021-57, resolve:

Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de Professor Substituto (área - História) de que trata o Edital nº 03/2021 - Campus Itapina, nos termos do Anexo desta Portaria.

FABIO LYRIO SANTOS

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: HISTÓRIA - 40 horas

INSC.	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
006	Camilla Ferreira Paulino da Silva	84,46	1º
027	Cristina Ferreira de Assis	79,40	2º
011	Gerson Pietta	68,80	3º
039	Otávio Erbereli Júnior	66,40	4º
043	Paulo Vinícius Brito dos Santos Oliveira	58,50	5º

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 441, DE 27 DE MAIO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, nomeado pelo Decreto de 30 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 4 de maio de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º ALTERAR a Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG, aprovada pela Resolução nº 083/2021-CONSU, de 15/04/2021, nos moldes do quadro abaixo (Processo UFRPE nº 23082.005384/2020-93):

ESTRUTURA ANTERIOR		ESTRUTURA ATUAL Resolução nº 083/2021	
CD-02	Pró-reitoria de Pós-Graduação	CD-02	Pró-reitoria de Pós-Graduação-PRPG
FG-03	Secretária da Pró-Reitoria	FG-03	Secretária da Pró-Reitoria - SEC.PRPPG
FG-01	Coordenação de Acompanhamento de Pesquisa	------	--------
------	Secretaria da Coordenação de Acompanhamento de Pesquisa	------	---------
FG-01	Coordenação Geral do Centro de Apoio à Pesquisa (CENAPESQ)	-------	--------
FG-03	Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns	FG-03	Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns - CCBG.PRPPG
FG-06	Secretaria da Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns	----	Secretaria da Coordenação da Clínica de Bovinos de Garanhuns - SEC.CCBG
FG-01	Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	FG-01	Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu - CCPGLPRPG
------	Secretaria da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	------	Secretaria da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu - SEC.CCPGL
------	Coordenação Área Profissional de Saúde em Medicina Veterinária	------	Coordenação Área Profissional de Saúde em Medicina Veterinária- CSMV.CCPGL
------	Coordenação Área Profissional de Saúde - Medicina Veterinária - sanidade de ruminantes -	------	Coordenação Área Profissional de Saúde - Medicina Veterinária - sanidade de ruminantes - CSMVSR. CCPGL
FG-01	Coordenação de Formação de Pesquisadores	-----	--------
------	Secretaria da Coordenação de Formação de Pesquisadores	------	--------
FG-03	Coordenação de Gestão Financeira	------	Coordenação de Gestão Financeira- CGF.PRPG
------	Secretaria da Coordenação de Gestão Financeira	------	Secretaria da Coordenação de Gestão Financeira - SEC.CGF
------	-------	FG-01	Coordenação de Internacionalização dos Programas de Pós-Grauação Stricto Sensu - CIPP.PRPG
FCC	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência	FCC	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência - CPPGSE.PRPG
FG-06	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência	FG-06	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Excelência - SEC. CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biociência Animal	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biociência Animal -CBCA.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência do Solo - CCS.CPPGSE	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência do Solo - CCS.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Agrícola - CEA.CPPGSE	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Agrícola - CEA.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Entomologia Agrícola	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Entomologia Agrícola - CETA.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza - CECN.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Fitopatologia	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Fitopatologia - CFITO.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Medicina Veterinária	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Medicina Veterinária - CMVET.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura - CRPA.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Zootecnia	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Zootecnia - CZOO.CPPGSE
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biotecnologia - rede RENORBIO	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biotecnologia - rede RENORBIO - RENORBIO.CPPGSE
FG-01	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação	FCC	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação -CPPGSC.PRPG
----	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação	------	Secretaria da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Consolidação - SEC.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - CADR.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Agronomia - Melhoramento Genético de Plantas	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Agronomia - Melhoramento Genético de Plantas - CAMGP.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	------	Coordenação Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - CADT.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação	------	Coordenação Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação - CBC.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada - CBEA.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Botânica	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Biodiversidade - CBOT.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens - CCAP.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical	------	--------
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos - CCTA.CPPGSC
------	Coordenação da Pós-graduação em Ciências Ambientais	------	Coordenação da Pós-graduação em Ciências Ambientais - CCAM.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciências Florestais	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ciências Florestais - CCFLO.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos - CDITM.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social	------	Coordenação Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - CCCDS.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Controladoria	------	Coordenação Pós-Graduação em Controladoria - CCON.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ecologia	-----	-------
------	Coordenação Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades	------	Coordenação Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - CECI. CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Ambiental	------	Coordenação Pós-Graduação em Engenharia Ambiental - CEAMB.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-graduação em Engenharia Física	FCC	Coordenação Pós-graduação em Engenharia Física - CEFIS.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ensino das Ciências	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Ensino das Ciências - CENC.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Estudos da Linguagem	------	Coordenação Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - CELIN.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Física Aplicada	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Física Aplicada - CFAPLI.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em História	FCC	Coordenação Pós-Graduação em História - CHIST.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Informática Aplicada	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Informática Aplicada - CIAPL.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Produção Agrícola	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Produção Agrícola - CPA.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Produção Vegetal	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Produção Vegetal - CPV.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Química	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Química - CQUI.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção - CSRAP.CPPGSC
------	Coordenação Pós-Graduação em Saúde Única	------	Coordenação Pós-Graduação em Saúde Única - CSUNI.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - CTGED.CPPGSC
FCC	Coordenação Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional	FCC	Coordenação Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT.CPPGSC
	Coordenação Pós-Graduação em Química em Rede Nacional	------	Coordenação Pós-Graduação em Química em Rede Nacional - PROFQUI.CPPGSC
	Coordenação Pós-Graduação em Ensino de Física	------	Coordenação Pós-Graduação em Ensino de Física - CEFIS.CPPGSC
	Coordenação Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional	------	Coordenação Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP.CPPGSC
	Coordenação Pós-Graduação em Letras	------	Coordenação Pós-Graduação em Letras - CL.CPPGSC
------	----------	------	Pós-Graduação em Rede Nordeste de Ensino -RENOEN.CPPGSC
-----	Coordenação de Projetos Institucionais de Pesquisa	------	-------
-----	Secretaria da Coordenação de Projetos Institucionais de Pesquisa	------	-------

MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 763, DE 27 DE MAIO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 008, de 16/02/2021, publicado no D.O.U. em 17/02/2021, retificado no D.O.U em 22/03/2021, 24/03/2021, 09/04/2021, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Lista*	Candidato	Classificação
FT	Engenharia Mecânica	Auxiliar, Nível 1,40h	AC	ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA ALVES	1º
				TATIANY MAFRA DA SILVA	2º
				SÉRGIO DOS ANJOS SILVA	3º
				RODRIGO RAMALHO MACIEL	4º
				JÉSSICA PONTES RANGEL	5º
ICET	Química Orgânica	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	RAONÍ SCHEIBLER RAMBO	1º
				EDIZON VEIGA LOPES	2º
				JOÃO TIAGO TEIXEIRA SOARES	3º
	Engenharia Sanitária I	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	MATHEUS FONSECA FERREIRA	1º
				DANIELLA GONÇALVES PORTELA	2º
				ALINE CAROLINA DA SILVA	3º
				JÉSSICA RAÍSSA MELO GUIMARÃES	4º
	Educação	Auxiliar com especialização, Nível 1,40h	AC	MIKAEL DE SOUZA FROTA	1º
	Direito	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	EMANUELE SEICENTI DE BRITO	1º
				JUAN PABLO FERREIRA GOMES	2º
				MILKE CABRAL ALHO	3º
				TALITA BENAION BEZERRA THEVENIN	4º
				PATRICIA NASCIMENTO VELOSO	5º
ICSEZ	Jornalismo	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	FABIANO ORMANEZE	1º
				GEILSON FERNANDES DE OLIVEIRA	2º
				ENDERSON GERALDO DE SOUZA OLIVEIRA	3º
				NILTON FARIA DE CARVALHO	4º
				TÁSSIA AGUIAR DE SOUZA	5º
FIC	Telejornalismo e Planejamento Gráfico em Jornalismo	Assistente A, Nível 1, 40h	AC	DUILIO FABBRI JUNIOR	1º
				ALINE CRISTINA CAMARGO	2º
				INGRID PEREIRA DE ASSIS	3º
				THAMIRIS FRANCO MARTINS	4º
				ALINE TAINÁ AMARAL HORN	5º
	Comunicação e Informação; Ciência da Informação; Biblioteconomia	Auxiliar com especialização, Nível 1, 40h	AC	CIRO ATHAYDE BARROS MONTEIRO	1º
				FERNANDA PAROLO DE MATTOS NOGUEIRA	2º
IFCHS	Serviço Social	Assistente A, Nível 1, 40h	AC	MARIA GRACILEIDE ALBERTO LOPES	1º
				WELEN BATALHA PEREIRA	2º
				MARKLIZE DOS SANTOS SIQUEIRA	3º
				IVONETE DA SILVA	4º
				ELLEN DE MORAES E SILVA	5º
				MARIA ALCIONE PEREIRA TELES	6º
				CASSIA KARIMI VIEIRA CATIVO	7º
				ALINE RIBEIRO DE LIMA	8º
				ELOURDIE MACENA CORREA	9º
				MARIA JOSEILDA DA SILVA PINHEIRO	10º
				ELTON SANTA BRÍGIDA DO ROZARIO	11º
				EMANUELLE DOS SANTOS PINHEIRO	12º
				CAMILA CECILIA MASCARENHAS GIBBS	13º
FCA	Tecnologia e utilização de produtos florestais	Assistente A, Nível 1, 20h	AC	JOIELAN XIPAIA DOS SANTOS	1º
				CAIO CESAR FAEDO DE ALMEIDA	2º
				MONIK BEGNAME DE CASTRO	3º
				ROSSANA CORTELINI DA ROSA	4º
				LUCIANE PEREIRA REIS	5º
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	LUAN RAMOS DA SILVA	1º
				PAULA DE PAULA MENEZES BARBOSA	2º
				ANELY MACIEL DE MELO	3º
				INAYARA BEATRIZ ARAUJO MARTINS	4º
				ALINE BRUM ARGENTA	5º
FM	Saúde da Criança	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h	AC	TYANE DE ALMEIDA PINTO JARDIM	1º
FES	Administração	Assistente A, Nível 1, 40h	AC	DIEGO DE OLIVEIRA DA CUNHA	1º
				WILNEI ALDIR SCHNEIDER	2º
				FELIPE TEIXEIRA DOS SANTOS	3º
				MARINILSON RODRIGUES DA SILVA	4º
				RAIMUNDO NONATO DE SOUZA MORAIS	5º
				CRISTIANO BARBOSA DE LIMA	6º
				CARINE SCHMITT GREGOLIN CALOI	7º
				GEISIANE TAVARES SOARES	8º
				JULIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA	9º
				SABRINA CASTRO DA SILVA	10º
				RAPHAEL RIBEIRO PALHETA	11º
				HÉLIO APARECIDO DE MATOS FILHO	12º
ICB	Zoologia e/ou áreas afins	Adjunto A, Nível 1, 40 h	AC	GUILHERME MOREIRA DUTRA	1º
				LUIZ ANTÔNIO WANDERLEY PEIXOTO	2º
				ITANNA OLIVEIRA FERNANDES	3º
				LUCY GOMES DE SOUZA	4º
			PCD	MAURÍCIO MORAES ZENKER	1º
FAPSI	Psicologia das Organizações e do Trabalho	Assistente A, Nível 1, 40h	AC	FLÁVIA MANUELLA UCHÔA DE OLIVEIRA	1º
				MARIANA BALDOINO DA COSTA	2º
				FLAVIA TRALDI DE LIMA	3º
				PEDRO ALVES ZANOTO	4º
				ROCKSON COSTA PESSOA	5º
ISB	Introdução à filosofia; Bioética; Legislação do ensino básico; Gestão Organizacional; Metodologia Estudo e Pesquisa	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	ÁDAMO BOUÇAS ESCOSSIA DA VEIGA	1º
				BÁRBARA THAÍS ABREU DOS SANTOS	2º
				MÔNICA SALDANHA DALCOL	3º
				GEORGE WILKENS GOMES DE ALMEIDA	4º
				LUCIANO SA RIBEIRO	5º
	Enfermagem	Auxiliar com especialização, Nível 1, 40h	AC	MARIANA PAULA DA SILVA	1º
				MAXWELL AROUCA DA SILVA	2º
				MICAELLE OLIVEIRA DE LUNA FREIRE	3º
				CAMILA ANTUNES SAVI	4º
				LORENA GAMA RIBEIRO	5º
	Inglês e Metodologia do Estudo e da Pesquisa	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	MARIA EUGÊNIA MARTINS BARCELLOS	1º
	Nutrição	Auxiliar, Nível 1, 40h	AC	THAIS RODRIGUES NOGUEIRA	1º
				FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO	2º
				MANOEL MIRANDA NETO	3º
				REBECA SAKAMOTO FIGUEIREDO	4º
				ISMAEL PAULA DE SOUZA	5º
				TATIANE NOGUEIRA GONZALEZ	6º
				MAYCON XAVIER DE SOUZA	7º
				JULLYANI SANTOS NUNES	8º
				IANDARA DE MENEZES MITOUSO	9º

*AC: Ampla Concorrência *PCD: Pessoa Com Deficiência

Art. 2º - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da Instituição e mediante iniciativa da Unidade Acadêmica.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 5.076, DE 25 DE MAIO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.020184/2021-11, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: SANCO SWORD;
II - Indicador de localidade: 9PWD;
III - Indicativo de chamada da EPTA: ZDNE7;
IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;
V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Santos;
VI - Altitude em relação ao nível do mar: 13,5 metros;
VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;
VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 20,88 metros;
IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;
X - Classe: 3;
XI - Categoria: H2; e
XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 19 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 5.077, DE 25 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.005062/2021-96, resolve:

Art. 1º Revalidar, até 27 de junho de 2024, a clínica CLINICAR CLÍNICA MÉDICA LTDA/ME, CNPJ 28.862.924/0001-16, CLC 52, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Padre Anchieta, nº 2454 / Cj. 1201, Bigorrilho, Curitiba (PR), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A CLINICAR CLÍNICA MÉDICA LTDA/ME, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 5.086, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.030338/2020-93, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Alexandre Bredariol Achilles, CRM/SP 97013, MC 242, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua José Dal Farra, nº 887, Vila dos médicos, Botucatu (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Fica revogada a Portaria nº 2.280 de 4 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2020, seção 1, página 50.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 120, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007084/2021-39 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 77/2021, SEI nº 1306261, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa GELCEMIR ALEXANDRE E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.822.455/0001-43...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade da empresa GELCEMIR ALEXANDRE E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.822.455/0001-43...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

E DELIBERAÇÃO Nº 121, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007086/2021-28 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 78/2021, SEI nº 1306278, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa TRANSPORTE ANDREIS ALBERTON FRACARO LTDA, CNPJ nº 03.982.307/0001-23...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade da empresa TRANSPORTE ANDREIS ALBERTON FRACARO LTDA, CNPJ nº 03.982.307/0001-23...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 122, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007087/2021-72 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 79/2021, SEI nº 1306279, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa WILSON PILETI - ME, CNPJ nº 76.409.580/0001-37...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade da empresa WILSON PILETI - ME, CNPJ nº 76.409.580/0001-37...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 123, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007068/2021-46 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 80/2021, SEI nº 1306302, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do Microempreendedor Individual ANTONIO BURATI DOS SANTOS, CNPJ nº 30.812.276/0001-35...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade do Microempreendedor Individual ANTONIO BURATI DOS SANTOS, CNPJ nº 30.812.276/0001-35...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 124, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007081/2021-03 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 81/2021, SEI nº 1306306, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do Empresário Individual ELOI TEREZINHA BOEIRA, CNPJ nº 32.939.288/0001-50...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade do Empresário Individual ELOI TEREZINHA BOEIRA, CNPJ nº 32.939.288/0001-50...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 125, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007083/2021-94 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Retificar a Deliberação-DG nº 82/2021, SEI nº 1306313, em virtude de erro material, para que onde se lê: "Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa ELZA WEISS E CIA, CNPJ nº 78.090.479/0001-91...", leia-se: "Declarar extinta, em razão da decisão consubstanciada no Acórdão nº 132-2020-ANTAQ, a outorga de titularidade da empresa ELZA WEISS E CIA, CNPJ nº 78.090.479/0001-91, CNPJ nº 32.939.288/0001-50...".

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 127, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009373/2021-72 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.768-ANTAQ, de 08 de junho de 2020, de titularidade da empresa ROSINALDO SANTOS FREITAS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.743.848/0001-79, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da denominação do nome empresarial, que passou de "ROSINALDO SANTOS DE FREITAS" para "AVALANCHE SERVIÇOS MARÍTIMO EIRELI", e de modificação da natureza jurídica, que deixou de ser "Empresário Individual" e passou a ser "Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI".

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br. Art. 3º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 128, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009329/2021-62 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa PLANAVE S A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA, CNPJ nº 33.953.340/0001-96, de que trata o Termo de Autorização nº 36-ANTAQ e a Resolução nº 80-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 129, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009187/2021-33 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.838-ANTAQ, de 31 de março de 2021, de titularidade da empresa VALDEMIR MAIA FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.150.731/0001-62, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração do esquema operacional realizado pela EBN com uso da embarcação "EXP GUSTAVO IV", conforme petição SEI nº1329113.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 132, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009131/2021-89 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir a medida cautelar pleiteada pelo GRUPO ASA (ASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e CBMC EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA), para permitir que a requerente receba os veículos sob sua responsabilidade em seu pátio particular, sem a necessidade de utilização dos pátios de triagem autorizados pelo Porto de Suape, respeitada integralmente a vedação de prestação de serviços a terceiros, conforme recomendação da ANTAQ, e obedecido o regramento portuário acerca do devido agendamento.

Art. 2º Encaminhar os autos à Superintendência de Regulação (SRG) para iniciar a análise dos fundamentos e pedidos de mérito deduzidos nos autos do Processo nº 50300.009131/2021-89.

Art. 3º Cientificar as empresas do GRUPO ASA, bem como o COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE) acerca da presente decisão.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU)

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 143/SUROD, DE 17 DE MAIO DE 2021

Autoriza a regularização de rede de fibra ótica sob a rodovia BR-101/RJ administrada pela Concessionária Autopista Fluminense S.A. Interessada: Claro S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.032764/2020-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de rede de fibra ótica sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Fluminense S.A, localizada do km 236+667 ao 236+732 da rodovia BR-101/RJ, no município de Silva Jardim/RJ, de interesse da Claro S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio de Janeiro - COINFRJ sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Fluminense S.A deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio de Janeiro - COINFRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Claro S.A e a Autopista Fluminense S.A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Fluminense S.A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Claro S.A deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Claro S.A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Fluminense S.A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Claro S.A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$2.220,24 (dois mil, duzentos e vinte reais e vinte e quatro centavos).

Art. 9º A Claro S.A deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Fluminense S.A cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Claro S.A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 144/SUROD, DE 17 DE MAIO DE 2021

Altera a titularidade da Portaria n.º 305, de 16 de setembro de 2019, referente a implantação de acesso sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, Rodovia BR-101/SC. Novo titular responsável pelo acesso: Prefeitura do Município de Itajaí.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.341236/2019-59, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria n.º 305, de 16 de setembro de 2019, publicada no DOU de 19/09/2019, para fins de substituição da titularidade da interessada na obra autorizada, cuja redação passa vigorar como "Prefeitura do Município de Itajaí " em substituição a " GF Administradora de Bens e Participações LTDA.", em toda a Portaria.

Art. 2º A Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC, deverá encaminhar à ANTT-sede, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso com a nova titularidade - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 145/SUROD,, DE 17 DE MAIO DE 2021

Divulga o resultado final da edição do ano de 2021 do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das concessões de rodovias federais, instituído pela Portaria SUINF nº 396 de 19 de Novembro de 2019.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28 de 07/02/2019, e fundamentado no que consta do processo nº 50500.113590/2020-29, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final da edição do ano de 2021 do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das concessões de rodovias federais, instituído pela Portaria SUINF nº 396 de 19 de Novembro de 2019.

Art. 2º Em atenção ao art. 8º da Portaria Suinf nº 396/2019 e nos termos do PARECER Nº 129/2021/COAMB/GEENG/SUROD/DIR, considerando-se o ano-base de 2020, informa-se que as 5 (cinco) concessionárias com melhor desempenho no IDA/2021 são:

I - Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

II - Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense - MSVia

III - ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

IV - Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO

V - Autopista Planalto Sul S.A.

§1º O resultado apresentado na presente Portaria é definitivo, não cabendo mais recursos por parte das concessionárias quanto ao assunto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 146/SUROD, DE 21 DE MAIO DE 2021

Autoriza a regularização de acesso sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.037665/2021-49, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de acesso sob a rodovia federal administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA, localizado no km 182+736, pista sul, da rodovia BR-116/SP, no município de Santa Isabel/SP, de interesse da Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e a NOVADUTRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 147/SUROD, DE 21 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso sob a rodovia BR-153/GO administrada pela Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA. Interessada: Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.110946/2020-72, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso sob a rodovia federal administrada pela Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA, localizado no km 518+000, pista sul, da rodovia BR-153/GO, no município de Hidrolândia/GO, de interesse do Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia e a CONCEBRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Na implantação e conservação da referida obra, o Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 6º O Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 7º O Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Condomínio Logístico - LOG Hidrolândia abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 148/SUROD, DE 21 DE MAIO DE 2021

Autoriza a regularização do acesso sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA. Interessada: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.037673/2021-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização do acesso sob a rodovia federal administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA, localizado no km 183+310, pista sul, da rodovia BR-116/SP, no município de Santa Isabel/SP, de interesse da Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e a NOVADUTRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - NOVADUTRA cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 149/SUROD, DE 21 DE MAIO DE 2021

Autoriza a readequação de acesso em via lateral sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt. Interessada: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.041234/2020-04, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso em via lateral sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt, localizado no km 449+000 da rodovia BR-116/SP, no município de Registro/SP, de interesse da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Régis Bittencourt e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 150/SUROD, DE 21 DE MAIO DE 2021

Autoriza a regularização e pavimentação de via marginal sob a rodovia BR-116/SC administrada pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul. Interessada: Prefeitura Municipal de Monte Castelo.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.137073/2020-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização e pavimentação de via marginal sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul, localizado do km 068+900 ao km 069+100 da rodovia BR-116/SC, no município de Monte Castelo/SC, de interesse da Prefeitura Municipal de Monte Castelo.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Monte Castelo e a Planalto Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Prefeitura Municipal de Monte Castelo deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 05 (cinco) meses dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Prefeitura Municipal de Monte Castelo deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Prefeitura Municipal de Monte Castelo assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Prefeitura Municipal de Monte Castelo deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. - Planalto Sul cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Monte Castelo abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 281, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.045157/2021-34, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.045157/2021-34, da empresa TRASNPORTES E TURISMO ESTRELA DE RONDONIA LTDA, CNPJ nº 01.557.408/0001-21, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 282, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.044891/2021-86, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.044891/2021-86, da empresa VIAÇÃO MARLIM LTDA, CNPJ nº 24.524.797/0001-94, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 283, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.316378/2019-88, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.316378/2019-88, da empresa AUTO VIAÇÃO VENANCIO AIRES LTDA, 98.593.668/0001-94, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação da EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA, CNPJ nº 86.431.749/0001-09; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.994/0001-35; EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 1.550.112/0001-01 e VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ nº 95.424.735/0001-59, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 284, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.060085/2020-74, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.060085/2020-74, da empresa EXPRESSO ITAMARATI S.A, CNPJ nº 59.965.038/0001-41, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 285, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.051883/2020-13, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.051883/2020-13, da EMTRAM EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA, CNPJ nº 16.041.592/0001-20, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 286, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.051961/2020-71, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.051961/2020-71, da empresa PARAÍBUNA TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 20.448.221/0001-34, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 287, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088477/2020-06, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088477/2020-06, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 288, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088473/2020-10, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088473/2020-10, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 289, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088475/2020-17, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088475/2020-17, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 290, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088464/2020-29, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088464/2020-29, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 291, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088467/2020-62, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088467/2020-62, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 292, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.086369/2020-91, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.086369/2020-91, da empresa TRANSPORTES COLETIVO SERRA AZUL LTDA, CNPJ nº 05.921.606/0001-83, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 293, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.051877/2020-58, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.051877/2020-58, da EMTRAM EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA, CNPJ nº 16.041.592/0001-20, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 294, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088488/2020-88, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088488/2020-88, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 295, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088456/2020-82, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088456/2020-82, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 296, DE 26 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.088503/2020-98, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados protocolo nº 50500.088503/2020-98, da empresa TRANSPORTES COLETIVO SERRA AZUL LTDA, CNPJ nº 05.921.606/0001-83, por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 2.986, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173, do Resolução/CA nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.009369/2021-20, e

Considerando o Decreto 10.139, de 28/11/2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22/07/2020, que determinou a revisão dos atos normativos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, além de Autarquias e Fundações;

Considerando o inciso II, do art. 1º da Portaria (DNIT) 4667, de 31/07/2020, publicada no Diário Oficial da União em 10/08/de 2020 (6217864);

Considerando a aprovação do Relato nº 23/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 20ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de 2021, realizada em 24/05/2021, resolve:

Art. 1º REVOGAR 37 (trinta e sete) normativos constantes no Anexo I, da presente Portaria, como parte do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, deste Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO REVOGADOS

Ano	Normativo
2002	Instrução de Serviço 1/DG, de 07/06/2002
2002	Resolução 3/CA/DNIT, de 09/07/2002
2003	Instrução de Serviço 12/DG, de 03/10/2003
2003	Instrução de Serviço 9/DG, de 22/07/2003
2004	Instrução de Serviço 2/DG, de 14/06/2004
2004	Resolução 7/DIREX, de 22/06/2004
2004	Instrução de Serviço 5/DG, de 01/09/2004
2004	Instrução de Serviço 6/DG, de 06/09/2004
2005	Instrução de Serviço 2/DG, de 15/03/2005
2005	Instrução de serviço 04/DG, de 29/06/2005
2006	Instrução de Serviço 5/DG, de 30/05/2006
2006	Instrução de Serviço 6/DG, de 01/06/2006
2008	Instrução de Serviço 11/DG, de 16/07/2008
2009	Portaria nº 136, de 12/02/2009
2009	Instrução de Serviço 5/DG, de 14/05/2009
2009	Ordem de Serviço 003/DG, de 30/12/2009
2011	Resolução 1/DIRCOLEG, de 15/07/2011
2011	Memorando-Circular 39/DIREX, de 17/10/2011
2012	Instrução de Serviço 6/DG, de 23/03/2012
2012	Instrução de Serviço nº 12/DG, de 20/11/2012
2015	Memorando-Circular 29/DIREX, de 18/09/2015
2015	Resolução 23/CA/DNIT, de 16/06/2015
2016	Resolução 2/DG, de 25/02/2016
2017	Memorando 598 /2017/DIREX/DNIT
2017	Memorando-Circular 60/2017/DIREX
2018	Memorando-Circular 687/DIREX, de 16/03/2018
2018	Memorando-Circular 746/2018/DIREX
2018	Memorando-Circular 951/DIREX, de 12/04/2018
2018	Despacho 28/COLEG, de 21/02/2018
2018	Memorando-Circular 2207/DIREX, de 12/07/2018
2018	Relato 28/DIREX, de 20/02/2018
2017	Memorando-Circular 1451/2017/ASSAD/GAB-DG
2018	Memorando 1942/2018/DIREX
2019	Ofício-Circular 1175/2019/AJEX/DIREX
2019	Resolução 33/CA/DNIT, de 13/05/2019
2019	Resolução 34/CA/DNIT, de 13/05/2019
2020	Resolução 37/CA/DNIT, de 05/03/2020

PORTARIA Nº 2.987, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173, do Resolução/CA nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.009369/2021-20, e

Considerando o Decreto 10.139, de 28/11/2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22/07/2020, que determinou a revisão dos atos normativos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, além de Autarquias e Fundações;

Considerando a aprovação do Relato nº 23/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 20ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de 2021, realizada em 24/05/2021; resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 4667, de 31/07/2020, publicada no Diário Oficial da União em 10/08/2020 (6217864), excluindo os atos normativos constantes no Anexo I, da presente Portaria como parte do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, deste Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS EXCLUÍDOS DA PORTARIA Nº 4667

Ano	Normativo
2012	Instrução de Serviço 5/DG, de 13/03/2012
2012	Instrução de Serviço 7/DG, de 03/04/2012
2013	Instrução de Serviço 14/DG, de 05/11/2013
2016	Instrução de Serviço 18/DG, de 08/11/2016
2016	Instrução de Serviço 5/DG, de 16/03/2016
2017	Memorando 52/2017/DIREX

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 152, DE 27 DE MAIO DE 2021

Regulamenta as transferências de recursos provenientes da alienação de bens objetos de apreensão e perdimento, em favor da União, oriundos da prática de crimes relacionados a drogas, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, os §§ 3º e 4º do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, no Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, e o que consta no Processo Administrativo nº 08129.002612/2020-54, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, estabelecendo critérios e condições a serem observados na aplicação dos recursos.

§ 1º Os recursos de que trata o caput serão:

I - repassados pelo órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP responsável pela gestão do Funad à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal por meio de descentralização interna de crédito e repasses financeiros; e

II - destinados integralmente a ações desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal no âmbito de suas atribuições.

§ 2º O repasse terá como exclusiva base de cálculo o valor proveniente da alienação dos bens apreendidos pela Polícia Federal ou arrecadados pela Polícia Rodoviária Federal, em decorrência da prática dos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

CAPÍTULO II

HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º deverão, observadas as competências de cada órgão beneficiário, ser aplicados em ações destinadas a fomentar a redução de oferta de drogas, orientadas pela Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.

Parágrafo único. É vedada a aplicação dos recursos transferidos em:

I - despesas de pessoal e despesas obrigatórias eventualmente relacionadas à folha de pagamento, por exemplo, encargos sociais previstos em lei e benefícios oferecidos espontaneamente, ou concedidos em razão de previsão legal;

II - despesas de dívida; e

III - despesas de custeio que não se enquadrem nas ações previstas no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 3º Anualmente, até sessenta dias após a apuração do saldo, conforme estabelecido nesta Portaria, a Polícia Federal ou a Polícia Rodoviária Federal encaminhará plano de trabalho nos moldes do que prevê a Portaria Senad/MJSP nº 18, de 27 de agosto de 2019.

Fica facultado à Polícia Federal ou à Polícia Rodoviária Federal a indicação de plano de trabalho que esteja habilitado no Banco de Projetos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad.

Art. 4º Os projetos deverão ser apresentados à Senad por meio de peticionamento eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEI!/MJSP), e conterão:

I - plano de trabalho apresentado conforme formato disponível no sítio eletrônico da Senad, na sessão Banco de Projetos, sob pena de inadmissibilidade; e

II - ofício subscrito pelo dirigente máximo da Polícia Federal ou da Polícia Rodoviária Federal ou autoridade por ele delegada, contendo autorização para uso dos recursos a serem transferidos.

CAPÍTULO IV

DOS OBJETIVOS, DOS INDICADORES, DAS METAS, DOS RESULTADOS E DOS IMPACTOS DESEJADOS

Art. 5º As transferências de recursos provenientes da alienação de bens móveis e imóveis objetos de apreensão e perdimento, em favor da União, oriundos da prática de crimes relacionados a drogas, têm por objetivos:

I - fomentar ações direcionadas à redução de oferta de drogas, orientadas pela Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019;

II - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação, da inteligência e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos; e

III - promover uma relação colaborativa entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e os integrantes do sistema judiciário para a construção das estratégias e o desenvolvimento das ações necessárias ao alcance das metas estabelecidas.

Parágrafo único. Os indicadores e as metas a serem relacionadas no plano de trabalho deverão guardar integral correspondência com os objetivos mencionados neste artigo.

Art. 6º Constituem resultados esperados, entre outros, em relação aos programas, aos projetos e às ações a serem desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, observadas as atribuições de cada órgão:

I - identificação, desarticulação e descapitalização das organizações criminosas;

II - apreensão de ativos oriundos da atividade criminosa relacionadas ao tráfico de drogas;

III - aumento do índice de destinação de ativos apreendidos;

IV - aumento do índice de elucidação de crimes relacionados ao tráfico de drogas e a descapitalização de narcotraficantes;

V - redução da prática reiterada de crimes; e

VI - diminuição da oferta de drogas no País.

Art. 7º Constituem impactos desejados em relação aos programas, aos projetos e às ações a serem desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal:

I - redução dos custos e do tempo de armazenagem de ativos apreendidos;
II - aumento da capacidade operacional das polícias; e
III - redução de crimes relacionados ao tráfico de drogas.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 8º As transferências se restringirão aos montantes de valores arrecadados ao Funad exclusivamente decorrentes da alienação de bens a que se refere o art. 4º da Lei nº 7.560, de 1986.

Art. 9º O órgão do MJSP responsável pela gestão do Funad adotará as medidas necessárias para realizar as transferências dos recursos, observado o limite máximo de quarenta por cento e a seguinte gradação de repasse:

I - quarenta por cento, desde que a Polícia Federal ou a Polícia Rodoviária Federal:

a) tenha sido responsável pela investigação, apreensão/sequestro ou arrecadação do bem; e

b) tenha designado comissão para auxiliar a Senad no processo de avaliação e alienação dos bens na unidade da federação em que se der o leilão.

II - vinte por cento, desde que a Polícia Federal ou a Polícia Rodoviária Federal:

a) tenha sido responsável pela investigação, apreensão/sequestro ou arrecadação do bem; e

b) opte por não realizar a avaliação e alienação por seus próprios meios e não designe comissão para auxiliar a Senad no processo de avaliação e alienação do respectivo bem na unidade da federação em que se der o leilão.

§ 1º Na hipótese do inciso II, os vinte por cento remanescentes serão destinados à polícia que tenha designado comissão para auxiliar a Senad no processo de avaliação e alienação dos respectivos bens na unidade da federação em que se der o leilão.

§ 2º O auxílio à Senad na alienação de bens será comprovado pela:

I - criação de comissão de avaliação e alienação de bens; e

II - efetiva participação no processo de alienação dos bens apreendidos, observando-se as atribuições definidas no Manual de Orientação para Avaliação e Alienação Cautelar e Definitiva de Bens, aprovado pela Portaria Senad nº 11, de 3 de julho de 2019.

§ 3º Caso ocorra operação integrada, caracterizada pela participação de mais de uma instituição policial em qualquer de suas fases, o repasse será rateado em igualdade entre as respectivas polícias dela participantes e incidirá exclusivamente sobre os bens cuja arrecadação ou apreensão decorrer da atuação direta da instituição na respectiva fase.

§ 4º Compete à Polícia Federal ou à Polícia Rodoviária Federal, desde que responsável pela operação, inserir no sistema de controle de bens da Senad os dados de todas as instituições envolvidas na arrecadação ou apreensão de cada bem informado à Senad.

§ 5º A soma das transferências estabelecidas neste artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de quarenta por cento do valor do bem alienado, ainda que decorrente de operações integradas ou de auxílio do Estado ou do Distrito Federal.

Art. 10. Na hipótese de a Polícia Federal ou a Polícia Rodoviária Federal optar por não realizar a avaliação e alienação de bens por seus próprios meios, o órgão do MJSP responsável pela gestão do Funad transferirá ao Estado ou ao Distrito Federal que assumir essa obrigação vinte por cento do valor do bem alienado originalmente devido às polícias apreensoras federais, desde que o ente a ser beneficiado atenda:

I - ao disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986; e

II - aos demais critérios e condições estabelecidos para as transferências voluntárias.

Art. 11. A base de cálculo dos valores a serem repassados à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal corresponde ao montante arrecadado com as alienações dos ativos, bens móveis e imóveis, oriundos da prática de crimes relacionados a drogas.

§ 1º O período de apuração da base de cálculo dos valores a serem repassados compreenderá as vendas realizadas entre 1º de julho e 30 de junho do ano subsequente.

§ 2º A transferência dos recursos financeiros ocorrerá em conformidade com o projeto apresentado pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal e se dará no exercício imediatamente posterior ao período de apuração.

§ 3º Na hipótese de absolvição do acusado, mediante decisão judicial, bem como em outras situações de reversão de valores arrecadados e utilizados para compor a base de cálculo prevista nesta Portaria, estes valores deverão ser retirados da base de cálculo, ainda que esta operação se dê no exercício subsequente, caso já tenha ocorrido a transferência.

§ 4º A Senad fará controle do saldo a ser destinado à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal e o divulgará no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 12. Fica sob a responsabilidade da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal a alocação de recursos humanos e materiais na criação e manutenção de eventuais estruturas orgânicas destinadas à gestão de ativos apreendidos nas unidades federativas, capazes de auxiliar no controle e na alienação de bens apreendidos e na efetivação de suas destinações, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais e legais.

Art. 13. Os recursos financeiros deverão ser transferidos pelo Funad mediante descentralização interna de créditos, por meio de Nota de Movimentação de Crédito, conforme estabelecido no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993.

§ 1º A descentralização interna de créditos, em atendimento aos projetos apresentados pelas Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, observará a disponibilidade orçamentária do Funad.

§ 2º As dotações descentralizadas serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos do Funad serão de propriedade da Polícia Federal ou da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 15. A descentralização interna de créditos dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e financeira, ficando condicionada às respectivas normas legais e regulamentares vigentes.

Art. 16. Os casos omissos serão solucionados pelo titular do órgão do MJSP responsável pela gestão do Funad.

Parágrafo único. As dúvidas relacionadas aos procedimentos previstos nesta Portaria poderão ser sanadas no âmbito do órgão do MJSP responsável pela gestão do Funad.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 222, DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a instituição da Missão Logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Washington/EUA - MLSP.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o art. 123 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o que consta no Processo Administrativo nº 08650.012565/2020-49, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a instituição da Missão Logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Washington/EUA - MLSP.

Parágrafo único. São objetivos da MLSP:

I - atuar no ciclo de planejamento e execução de processos-piloto de aquisição no exterior de materiais e serviços para emprego na área de segurança pública; e

II - realizar estudos e análises para subsidiar a criação da Comissão Logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Washington - CSPW.

Art. 2º A MLSP possui natureza administrativa e transitória, pelo prazo de um ano, prorrogável por até um ano, por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. O período referido no caput se inicia na data da partida dos oficiais de ligação que serão designados por ato do Ministro.

Art. 3º São finalidades precípuas da MLSP:

I - prestar apoio logístico aos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na área de segurança pública e, eventualmente, às instituições do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP;

II - contribuir para promover a integração e a cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;

III - contribuir, nos limites de suas competências, para atividades de integração e intercâmbio com Estados estrangeiros e organismos internacionais; e

IV - assegurar, às aquisições no exterior de materiais e serviços para emprego na área de segurança pública, condições adequadas de qualificação técnica e vantagem econômico-financeira.

Art. 4º São atribuições a serem desenvolvidas pela MLSP, em seu período de funcionamento:

I - elaborar Plano de Trabalho, a ser aprovado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias do início de suas atividades no exterior, bem como as respectivas atualizações;

II - elaborar propostas de regramentos, a serem editados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para seu funcionamento e para a criação da CSPW;

III - elaborar propostas de acordos de cooperação e de termos de execução descentralizada necessários à realização de suas atividades e à criação da CSPW;

IV - atuar perante os setores competentes do Ministério das Relações Exteriores - MRE, sob coordenação da Secretaria-Executiva, para o levantamento, cumprimento e acompanhamento de procedimentos administrativos, institucionais e internacionais necessários ao seu funcionamento e à criação da CSPW;

V - elaborar a documentação relativa ao respectivo projeto estratégico, de acordo com as regras de governança do Ministério;

VI - participar do planejamento e da execução dos processos-piloto de aquisições, em conjunto com os órgãos demandantes, eventualmente em regime de compartilhamento, concorrendo para a elaboração dos respectivos artefatos documentais necessários às fases internas e externas das aquisições, inclusive aqueles relativos a eventuais termos de execução descentralizada, pesquisas de mercado e de preços e atividades de expedição dos materiais adquiridos;

VII - administrar, para a consecução de seu funcionamento e nos termos das responsabilidades que lhe forem conferidas:

a) o patrimônio material;

b) os recursos humanos; e

c) os recursos e compromissos orçamentários e financeiros;

VIII - exercer acompanhamento da evolução tecnológica dos recursos materiais e respectivos serviços de interesse da segurança pública, apresentando comunicados à Secretaria-Executiva;

IX - elaborar proposta de normativo do Ministério para aquisições no exterior, a ser editado pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em observância à legislação vigente, normativos similares de outros órgãos federais e orientações exaradas por órgãos de controle;

X - apoiar procedimentos de cooperação e contratação de atividades de capacitação e instrução no exterior; e

XI - apresentar à Secretaria-Executiva relatórios periódicos de atividades e relatório final conclusivo relativo ao desempenho e alcance de resultados pela MLSP e à criação da CSPW.

§ 1º As atuações preliminares e preparatórias da equipe da MLSP se darão, no País, no âmbito da Secretaria-Executiva.

§ 2º O Plano de Trabalho de que trata o inciso I do caput deverá contemplar, ao menos:

I - o detalhamento dos processos-piloto de aquisição no exterior;

II - o cronograma de realização das atividades;

III - a especificação dos postos funcionais a serem ocupados pelos oficiais de ligação e o detalhamento das respectivas funções, com indicação, para cada função, dos respectivos suplentes, sem prejuízo de redistribuição e realocação de funções quando necessário;

IV - a relação da documentação normativa e termos de avenças a serem elaborados;

V - a especificação dos recursos patrimoniais, humanos, orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento da missão; e

VI - a especificação dos requisitos documentais, nacionais e externos, necessários ao regular funcionamento da missão.

§ 3º O Plano de Trabalho deverá ser atualizado, conforme a necessidade de serviço assim requerer, efetuada a numeração e datação de cada nova versão.

§ 4º As aquisições previstas no inciso VI do caput serão de responsabilidade dos órgãos demandantes e deverão contar com a autorização dos respectivos ordenadores de despesas e previsão no Plano Geral de Contratação.

§ 5º A MLSP deverá desenvolver, junto aos órgãos parceiros, a participação dos oficiais de ligação em atividades de observação, treinamento, instrução, visitação, capacitação e outras que se verificarem necessárias.

Art. 5º A MLSP será desempenhada por equipe de oficiais de ligação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na seguinte composição:

I - dois servidores do quadro efetivo da Polícia Federal;

II - dois servidores do quadro efetivo da Polícia Rodoviária Federal; e

III - dois servidores do quadro efetivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, indicados pela Secretaria-Executiva, não pertencentes aos quadros efetivos citados nos incisos I e II.

§ 1º As funções de coordenação e chefia da MLSP serão exercidas por um dos servidores indicados pela Secretaria-Executiva.

§ 2º Os oficiais de ligação previstos nos incisos deste artigo serão indicados, respectivamente, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, pelo Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e pelo Secretário-Executivo, e designados por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 3º As autoridades referidas no § 2º deste artigo estabelecerão, em seu âmbito de atuação, os procedimentos para seleção e escolha dos indicados, conduzindo o respectivo processo administrativo.

§ 4º As datas de autorização para afastamento do País, início e término da missão e término do trânsito dos oficiais de ligação serão estabelecidas especificamente em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 5º No caso de substituição ou sucessão de oficial de ligação, o tempo de concomitância de trabalho na MLSP entre o substituto ou sucessor e o substituído ou sucedido, não poderá exceder quarenta dias, incluído o trânsito.

Art. 6º Aos oficiais de ligação designados para atuação na MLSP, serão aplicadas as regras de retribuição em serviço da União no exterior, nos termos da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

Art. 7º São requisitos mínimos a que os indicados e os oficiais de ligação designados devem satisfazer, além de requisitos preliminares estabelecidos internamente pelas autoridades referidas no § 2º do art. 5º:

I - não estar, em situação de apuração de responsabilidades, em sede de:

a) processo administrativo de natureza ética;

b) tomada de contas especial;

c) sindicância;

d) processo administrativo disciplinar;

e) inquérito criminal;

f) ação de improbidade administrativa; ou

g) ação penal;

II - não estar, na data do início da seleção, em gozo de licença de qualquer natureza;

III - não completar o tempo de sua passagem para a aposentadoria até o término da missão;

IV - possuir conhecimento no idioma inglês, comprovado por meios definidos pelas autoridades referidas no § 2º do art. 5º;

V - possuir amplo conhecimento em licitações e contratos, comprovado por meios definidos pelas autoridades referidas no § 2º do art. 5º; e

VI - atender a normas e exigências existentes no exterior.

Art. 8º As funções de consultoria e assessoramento jurídicos nos processos administrativos conduzidos pela MLSP serão exercidas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em especial nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 9º Compete à Assessoria Especial de Controle Interno prestar o auxílio necessário à elaboração, pela MLSP, de planos de transparência, de integridade e de gestão de riscos.

Art. 10. Compete à Assessoria Especial Internacional assessorar o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública quanto aos assuntos de natureza internacional relacionados à MLSP.

Art. 11. Anteriormente à designação dos oficiais de ligação, parte das atribuições e atividades previstas nesta Portaria poderá ser desenvolvida, no País, por servidores da Secretaria-Executiva, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, conforme estabelecido pelos titulares destes órgãos.

Art. 12. As dúvidas e casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ouvidos, conforme necessário, a coordenação da MLSP, os setores interessados e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

DECISÃO DO MINISTRO Nº 331, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08444.009107/2015-09.
Interessada: GIANELLIE LAGRITO SISON.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 122/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11482365), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de reconhecimento da condição de refugiada GIANELLIE LAGRITO SISON, nacional das Filipinas, nascida no dia 07/06/1963, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 398, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.141398/2014-78.
Interessado: KAWSU WAGGEH.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 490/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11992505), de 09/03/2021, e NÃO CONHEÇO do presente Recurso Administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado KAWSU WAGGEH, nascido no dia 12/03/1996, nacional de Gâmbia, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 400, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505151009201412.
Interessada: SYLVIE DJOUFFO MAKOUNDJOU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 483/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11969132), de 09/03/2021, e NÃO CONHEÇO do presente Recurso Administrativo interposto pela solicitante da condição de refugiada SYLVIE DJOUFFO MAKOUNDJOU, nascida no dia 25/11/1976, nacional de Camarões, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 413, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08506.011085/2015-67
Interessado: RAFAEL CORREIA MATEUS.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 43/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS, de 05/04/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado RAFAEL CORREIA MATEUS, nascido no dia 07/02/1993, nacional de Angola, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 414, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.028962/2016-20.
Interessado: UCHENNA LAWRENCE ANIGBOGU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 53/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14331377), de 05/04/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado UCHENNA LAWRENCE ANIGBOGU, nascido no dia 28/11/1985, nacional da Nigéria, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 415, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.069051/2015-71.
Interessada: VERÓNICA KASA MAWETE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 45/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14235472), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de reconhecimento da condição de refugiada VERONICA KASA MAWETE, nascida no dia 08/08/1981, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 416, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.028063/2015-46.
Interessado: BALICHE OROLINE SABANO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 52/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14329035), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado BALICHE OROLINE SABANO, nascido no dia 15/04/1954, nacional de Uganda, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 417, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.108448/2015-96.
Interessado: EDGAR NICOLAU LUÍS.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 46/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14246043), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado EDGAR NICOLAU LUÍS, nascido no dia 18/09/1997, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 418, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.084004/2015-58.
Interessada: RENATA DA SILVA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 47/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14250321), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de reconhecimento da condição de refugiada RENATA DA SILVA, nascida no dia 10/01/1990, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 419, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.065096/2015-77.
Interessado: SAMUEL SUEKA NGOMA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 49/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14251625), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado SAMUEL SUEKA NGOMA, nascido no dia 16/04/1971, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 421, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.129582/2015-21.
Interessado: ÁLVARO NSUNDA NGANGA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 51/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14297449), de 05/04/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado ÁLVARO NSUNDA NGANGA, nascido no dia 14/01/1970, nacional de Angola, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 423, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.082819/2015-01.
Interessado: PAULO SOYEPIA ALBERTO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 50/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14262801), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado PAULO SOYEPIA ALBERTO, nascido no dia 25/02/1993, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 425, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.080865/2017-29.
Interessado: SIDIKE A KAMARA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 44/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14196611), de 05/04/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado SIDIKE A KAMARA, nacional da Libéria, nascido em 26/07/1997, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado

PORTARIA MJSP Nº 234, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Polícia Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o que consta no Processo Administrativo nº 08389.003468/2019-79, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Polícia Federal, nos Municípios de Foz do Iguaçu - PR, de Pacaraima - RR e de Tabatinga - AM, nas atividades de prevenção e repressão aos delitos nas fronteiras nacionais, em caráter episódico e planejado, por noventa dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão apoiado, tempestivamente, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 238, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional do Índio.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 637, de 24 de novembro de 2020, e o contido no Processo Administrativo nº 08782.000340/2018-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em apoio à Fundação Nacional do Índio - Funai para garantir a integridade física e moral dos povos indígenas e dos servidores da Funai, na Terra Indígena Vale do Javari, no Estado do Amazonas, em caráter episódico e planejado, por noventa dias, no período de 29 de maio de 2021 a 26 de agosto de 2021.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão apoiado, tempestivamente, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.278, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/21170 - DPF/VRA/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CLUBE DE TIRO E CACA J R EIRELI, CNPJ nº 30.002.403/0001-30, para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.279, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24871 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG FÓRMULA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.798.529/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 862/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.280, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/25006 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SIGURIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.307.952/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 903/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.281, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30122 - DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 860 de 08/03/2016 à empresa IMPACTO SECURITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ/MF nº 08.273.796/0002-49, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.282, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31009 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio do Alvará nº 13 de 02/05/2002 à empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ/MF nº 03.789.272/0001-00, localizada no Estado de PERNAMBUCO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.283, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32363 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa ESATE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 18.854.220/0001-48, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.284, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34190 - DPF/UDI/MG, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa G.F. COBRA MATE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 02.762.216/0003-81, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.285, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34273 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SAVING PROTEÇÃO PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.266.997/0001-38, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.286, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34275 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa G.F. COBRA MATE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 02.762.216/0004-62, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.287, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7157 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.634.013/0005-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 762/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.288, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/25653 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMAFORTE SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL - EIRELI, CNPJ nº 07.152.464/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 919/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.289, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/25982 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ULTRASEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.151.154/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 898/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.290, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26022 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0007-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 848/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.291, DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26076 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROWF SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 29.658.129/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 977/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.301, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24847 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SALLCON SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.178.711/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 935/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.302, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26176 - DPF/MOS/RN, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRASILITEC SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 24.924.468/0004-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 933/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.303, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26299 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.089.900/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 974/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.304, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26334 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA NACIONAL DE SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 50.364.645/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 917/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.305, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26697 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEVIG - PROTECAO E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.955.192/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 923/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.306, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26732 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KLES SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 36.032.907/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 970/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.307, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27266 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALIANSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.049.460/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 921/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.308, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27595 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACESSO SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 14.292.203/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 910/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.309, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27637 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LEGATUS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 31.763.211/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 911/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.310, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/28172 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORDENANÇA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.011.179/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 975/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.311, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29699 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VISEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 32.401.341/0001-65, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1587 (uma mil e quinhentas e oitenta e sete) Munições calibre 38

24 (vinte e quatro) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.312, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30313 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAMURAI ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE HOTELARIA LTDA, CNPJ nº 17.869.188/0001-01 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.313, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/30711 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONDOMINIO NACOES RESIDENCE PRIVE, CNPJ nº 05.099.559/0001-34, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.314, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31974 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA, CNPJ nº 03.387.396/0001-60, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

20 (vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.315, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32142 - DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CANAÃ, CNPJ nº 03.787.986/0001-80, para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.316, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/33835 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA EIRELI, CNPJ nº 04.808.914/0001-34, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.317, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34223 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MALHAS MENEGOTTI INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 10.474.553/0001-30 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.318, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34287 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PEIXOTO GONÇALVES S/A IND. E COM., CNPJ nº 13.342.076/0001-47 para atuar em Sergipe.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.319, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34315 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0020-95, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.321, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19293 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NHL - REQUALIFICADORA DE VASILHAMES PARA GLP LTDA, CNPJ nº 02.505.153/0001-16, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 850/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.322, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34388 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CINPAL COMPANHIA IND. DE PECAS PARA AUTOMOVEIS, CNPJ nº 49.656.192/0001-88 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.323, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34473 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 11 , CNPJ nº 59.053.751/0001-19, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.324, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34600 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa E.R SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 13.506.821/0002-27, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente MERITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 13.014.370/0003-91:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.325, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34707 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAFF- CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA , CNPJ nº 02.577.491/0001-63, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

600 (seiscentas) Munições calibre 12

1000 (uma mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

46000 (quarenta e seis mil) Espoletas calibre 38

12182 (doze mil e cento e oitenta e dois) Gramas de pólvora

46000 (quarenta e seis mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.326, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34731 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CASTELO BORGES VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.740.325/0001-07, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA DG/PRF Nº 212, DE 26 DE MAIO DE 2021

Regulamenta a Comissão de Ética da Polícia Rodoviária Federal e designa os seus membros.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, observados os termos do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e da Portaria nº 608, de 26 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, e tendo em conta o disposto no processo nº 08650.009112/2020-35, resolve:

Art. 1º Regulamentar a Comissão de Ética da Polícia Rodoviária Federal (CEPRF) e designar os seus membros.

Art. 2º À CEPRF compete:

I - atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal (PRF);

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994, conhecer as denúncias relacionadas às suas infrações, dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

III - submeter à Comissão de Ética Pública (CEP) propostas para o seu aperfeiçoamento;

IV - apurar, de ofício ou mediante denúncia, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;

V - recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

VI - representar a PRF junto à Rede de Ética do Poder Executivo Federal, a que se refere o art. 9º, do Decreto nº 6.029, de 2007;

VII - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CEMJ) situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

VIII - responder às consultas acerca de situações que possam constituir infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

IX - assegurar e fiscalizar a observância dos deveres e das vedações do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

X - instaurar, de ofício ou mediante denúncia, procedimento apuratório de infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

XI - editar resoluções, com o escopo de traçar normas internas de conduta em situações específicas; e

XII - colaborar para a elaboração de medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos disciplinares e de difusão interna das normas éticas de conduta funcional.

Art. 3º A CEPRF é composta por:

I - GILSON ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1088499, titular; e STENIO PIRES BENEVIDES, matrícula nº 1199902, suplente, com mandato de 3 (três) anos;

II - ALFREDO MANUEL DE AZEVEDO FERREIRA, matrícula nº 1461397, titular; e RICARDO TEIXEIRA, matrícula nº 1072769, suplente, com mandato de 2 (dois) anos;

III - KARLA CRISTINA ROCHA BOTÃO, matrícula nº 1329240, titular; e PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA, matrícula nº 1503558, suplente, com mandato de 1 (um) ano;

IV - JANDIR ANDRÉ LUBENOW, matrícula nº 1969619, titular; e STENIO PIRES BENEVIDES, matrícula nº 1199902, suplente, com mandato de 1 (um) ano; e

V - MARCOS ANTONIO TERRITO DE BARROS, matrícula nº 1371274, titular; e LUIS CARLOS REISCHARK JUNIOR, matrícula nº 1560062, suplente, com mandato de 1 (um) ano.

§ 1º A CEPRF será presidida pelo servidor GILSON ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1088499 e, nas suas ausências e impedimentos, pelo servidor STENIO PIRES BENEVIDES, matrícula nº 1199902.

§ 2º Compete ao Presidente:

I - convocar e presidir as reuniões;

II - dirigir os trabalhos da Comissão;

III - tomar os votos, declarar os resultados e aprovar os pareceres;

IV - convidar para as reuniões da Comissão representantes de unidades da PRF, que poderão se manifestar, sem direito a voto;

V - determinar o registro das deliberações da Comissão; e

VI - publicar resoluções, na esfera de competência da Comissão.

Art. 4º Designar a servidora MICHELINE AMORIM LUCINDO, matrícula nº 1308895, para a função de Secretária-Executiva da CEPRF.

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva cumprir o plano de trabalho aprovado pela CEPRF e prover o apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições.

Art. 5º A Comissão reunir-se-á mensalmente para atos relativos ao julgamento de servidores e para deliberar sobre consultas que lhe forem submetidas.

§ 1º Em situações de urgência e/ou de relevância, o Presidente poderá convocar reunião extraordinária, de ofício ou a requerimento dos outros membros da Comissão ou do Secretário-Executivo.

§ 2º Nas reuniões da Comissão será permitido tratar sobre demais assuntos relativos à ética do servidor.

§ 3º As deliberações acerca de consultas têm caráter normativo no âmbito da PRF.

Art. 6º As deliberações da CEPRF serão tomadas por votos da maioria de seus membros.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 247/2020-DG, de 05 de agosto de 2020 (SEI Nº 27032293).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVINEI VASQUES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.317, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002483/2019-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR o território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SULAIMON ADESHINA MURIANO, de nacionalidade nigeriana, filho de Muriano e de Sinbi Muriano, nascido em Lagos, na República Federal da Nigéria, em 5 de março de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.318, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.008943/2015-98, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ALBEIRO PINO GALEANO, de nacionalidade colombiana, filho de Roberto Antonio Pino e de Orfilia Galeano, nascido na República da Colômbia, em 17 de fevereiro de 1963, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.319, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08205.000844/2015-51, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUCIO RAMON GALEANO, de nacionalidade paraguaia, filho de Silverio Velasquez e de Modesta Galeano, nascido em Encarnacion, República do Paraguai, em 13 de dezembro de 1970, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 1 (um) mês, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.320, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.000952/2005-58, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR o território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARTIN FOSTER NGWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Charles Ngwu e de Benedith Ngwu, nascido em Enugu, na República Federal da Nigéria, em 8 de setembro de 1970, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 15 (quinze) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.321, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida ao imigrante JOSEPH ECHEZONA ANIEMEKA, nascido em 16 de fevereiro de 1973, filho de Comfort Aniemeka, com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo nº 08505.013383/2019-25.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.322, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência concedida a imigrante EVDOKIA REUTOV, nascida em 01 de março de 1944, filha de Agripina Kusnetsov, com fundamento no art. 135, inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O imigrante poderá interpor recurso contra a decisão que decretou a perda da autorização de residência, no prazo legal de dez dias, contado da data da notificação, de acordo com o art. 139 do Decreto nº 9.199, de 2017. Processo n° 08018.002147/2019-75.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.323, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

CAMILA RODRIGUEZ FERREIRA - V462642-8, natural do Uruguai, nascida em 08 de outubro de 2001, filha de Alvaro Rodriguez e de Rossana Ferreira, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.003370/2019-37).

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.324 DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMAD NABHAN - G153558-S, natural da Síria, nascida em 28 de janeiro de 1994, filho de Mhd Ayman Nabhan e de Najah Bodeh, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002822/2020-16);

JHONY ALEXANDER DELGADO GALLO - G143917-W, natural da Venezuela, nascido em 10 de dezembro de 1984, filho de Julio Cesar Delgado e de Julieta Gallo Cardenas, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08458.000372/2020-21);

MADIHA MOHAMAD KHALED ALTRKAWI - G037943-O, natural da Síria, nascida em 10 de janeiro de 1988, filha de Mohamad Khaled Hasan Altrkawi e de Hanna Abas Shams, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002927/2020-67);

MAYSUN OSMAN ELNESER - G194595-U, natural da Venezuela, nascida em 16 de setembro de 1988, filha de Mohamad Ahmad Osman e de Navila Elneser de Osman, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.009312/2019-00);

RAFAEL ERASMO CARBONELL VARGAS - G011059-D, natural de Cuba, nascido em 16 de julho de 1984. Filho de Orlando Carbonell Del Toro e de Rosa Maria Vargas Arrebola, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08400.001126/2020-52) e

RICHA MEYA NGWANGWA - G384250-J, natural do Congo, nascida em 28 de janeiro de 1987, filha de Desire Dav Meya Muluayi e de Alphonsine Lolo Ngwangwa, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.001481/2020-17).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.325 DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FERNANDO KARIM EMBOZ MORA - V191764-2, natural da Venezuela, nascido em 19 de agosto de 1993, filho de Antonio Fauzi Emboz Has Kour e de Elizabeth Mora Emboz, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.000454/2020-63).

A pessoa referida nesta Portaria devera comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.326 DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à Sentença proferida pela MM. Juíza Federa Substituta da 1ª Vara Federal de Tubarão/SC, Ana Lidia Silva Mello Monteiro, nos autos do processo nº 5008953-68.2019.4.04.7204, confirmada pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 03 de fevereiro de 2021,

CONCEDE a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ARMANDO DA CONCEIÇÃO SIMÃO - G096916-X, natural da Angola, nascido em 08 de maio de 1992, filho de Filipa Nicolau da Conceição Neto e David Sebastião Simão, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08280.015724/2017-17).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.327 DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

BEATRIZ BAZ ALVAREZ - G105135-2, natural da Espanha, nascida em 12 de dezembro de 2000, filha de Enrique Baz Seijas e de Maria Begona Alvarez Alonso, residente no Estado do São Paulo (Processo n235881.0005786/2020);

EKATERINA KUPRIYANOVA - G271766-C, natural da Rússia, nascida em 17 de março de 1985, filha de Elena Kupriyanova e de Oleg Kupriyanov, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 235881.0007551/2020);

MARIA BEGONA ALVAREZ ALONSO - G105099-H, natural da Espanha, nascida em 12 de agosto de 1963, filha de Juan Ramon Jesus Alvarez Vicente e de Maria Teresa Alonso Rivas, residente no Estado do São Paulo (Processo n° 235881.0005742/2020);

NIZAR ALROMHEN - G062777-M, natural da Síria, nascido em 31de maio de 1984, filho de Ehssan Alromhen e de Rozah Salloum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0005736/2020);

RAED ALMARDINI - G217660-Y, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1988, filho de Mhd Kheir Almardini e de Sabah Housh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.000577/2020) e

OLUTUNDE OLUFEMI AWONEYE - G294235-G, natural da Nigéria, nascido em 10 de maio de 1984, filho de Alice Awoneye e de Samuel Oyenola Awoneye, residente no Estado de Paraná (Processo n° 235881.0008358/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.328 DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

HASAN HALO - G362970-7, natural da Síria, nascido em 01 de agosto de 2006, filho de Abeer Aljerd e Husam Halo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0053102/2021);

MD RIYADUR RAHMAN - F263250-E, natural de Bangladesh, nascido em 02 de agosto de 2013, filho de Mst Rujina Begum e de Sazzadur Rahman, residente no Estado do Espirito Santo (Processo nº 235881.0044375/2021);

ODLEY MYRLENSKY ESTIME - G434895-X, natural do Haiti, nascido em 13 de novembro de 2014, filho de Odile Estime e Myrline Allonce, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0062140/2021) e

OSNERSON OSSE - G107140-0, natural do Haiti, nascido em 19 de agosto de 2006, filho de Suzane Pierre e Osner Pierre, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0007813/2020).

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 2002/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: LETICIA STEPFER OLIVEIRA
Processo: 235881.0024064/2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não preenche o requisito do parágrafo único do Art. 70, da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 2003/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0013179/2020
Interessado: ALIOUNE DIOP

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020 e art. 40, da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 2004/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0013055/2020
Interessado: RODNEL SINSURIN

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020.

DESPACHO Nº 2005/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012747/2020
Interessado: JOCELYN LOUISSAINT

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

DESPACHO Nº 2006/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MODOU LO
Processo: 235881.0012619/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2007/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012556/2020
Interessado(a): MST MONIRA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso II art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2008/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MOHAMMAD MUSABBI
Processo: 235881.0012549/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso I do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 2009/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MOHAMMAD SAKIB AHMOD
Processo: 235881.0012259/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 2010/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0010772/2020
Interessado: ABEL BENITEZ

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020.

DESPACHO Nº 2011/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Lester Cousin Otomuro
Processo: 235881.0010668/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

DESPACHO Nº 2012/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: CHEICK AMADOU BAMBA DIOUF
Processo: 235881.0010659/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 2013/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0010328/2020
Interessado(a): ABLAYE SAMB

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2014/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0010284/2020
Interessado: SERIGNE SALIOU THIAM

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020 e art. 40, da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 2015/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0010018/2020
Interessado: MARCUS MORISSET

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020 e art. 40, da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 2016/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008931/2020
Interessado(a): ERENIS FALCON

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 2017/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008853/2020
Interessado(a): MARITZA ESCALONA PAZ

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2018/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Roelof Pieter Slomp
Processo: 235881.0008126/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, e Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 2019/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0007694/2020
Interessado(a): MODY GAYE DIOP

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 2020/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0007610/2020
Interessado: SAMUEL DELICE

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no § 2°, do art. 7°, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020.

DESPACHO Nº 2021/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JUNIOR RENÉ
Processo: 235881.0007563/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, e Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 2022/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Claudia Philossaint
Processo: 235881.0000876/2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o presente processo, considerando que já existe processo com o número 000.993, com o mesmo pedido em nome da requerente, em andamento.

DESPACHO Nº 2023/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0000239/2019
Interessado: GERMAN SANTELLAN AMAGUANA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 1858/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.003225/2020-09
Interessado: HECTOR DIEGO FIGUEROA COLUMBA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c parágrafo 2º, art. 233, do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 1933/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08506.006927/2020-26
Interessado: KHALID HASBY

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1935/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08270.012057/2019-00
Interessado: DORIVAL RAMOS MENDES DA SILVA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1946/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 08280.011968/2018-10
Interessada: SIU SHAN WINDYO LI

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1959/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.023405/2019-65
Interessado: CHUKWUNONSO FABIAN CHIGBATA

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1961/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08389.011503/2019-23
Interessado: NEMER MUSTAPHA FADEL

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 67, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

DESPACHO Nº 1962/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.001219/2020-72
Interessado: FRISNEL JEAN FRANÇOIS

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1964/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.007639/2019-29
Interessada: AUGUSTA DA ROSA ANDRE BALTAZAR

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 678/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.003999/2018-71
Interessado: HEBATULLAH DAYOUB

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende às exigências contidas nos incisos II e III art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1271/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ROELAND KAREL VAN DER MANDEN
Processo: 08460.008131/2019-48

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o cumprimento parcial da exigência, nos termos do art. 40, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1037/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: LILIANA DOS SANTOS
Processo: 08460.001007/2020-95

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei 9.784 , de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 905/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: TERESA CARDENAS DE MALUENDA
Processo: 08475.007170/2019-69

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1039/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RICARDO BECERRA ENRIQUEZ
Processo: 08505.002962/2020-86

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 881/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ANDRES ROMERO MATALOBOS
Processo: 08494.000086/2020-20

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência , nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 5038/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08096.000876/2020-06
Interessado: PIERRE MOISE JEAN BAPTISTE

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 do Lei nº 13.445/2017.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que o exato nome do genitor de DAYANA HERNANDEZ LEME, incluído na Portaria n°2.871, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2020, é José Agustin Hernandez Monteagudo, e não como constou. Processo nº 08018.014611/2021-91

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 216 - Notificar a entidade social INSTITUTO DE CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ICORES, com sede em Vitória/ ES, inscrita no CNPJ sob o nº 11.235.616/0001-68, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000067/2021-55.

Nº 218 - Notificar a entidade social INSTITUTO ARCO, com sede em CURITIBA/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 07.791.495/0001-63, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência da abertura de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000237/2021-00.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

DESPACHOS DE 27 MAIO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 964 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO CALIANDRA, com sede em ALTO PARAISO DE GOIAS/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 11.991.191/0001-17, conforme Nota Técnica nº 433/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000345/2021-10.

Nº 965 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO HADASSA, com sede em MANAUS-AM, inscrita no CNPJ sob o nº 12.711.879/0001-69, conforme Nota Técnica nº 419/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08026.000280/2021-11.

Nº 966 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social MEU KANTINHO CENTRO DE CULTURA (MEKCC), com sede em Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 06.283.175/0001-30, conforme Nota Técnica nº 434/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08084.007124/2020-05.

Nº 967 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social AVANCAR ASSOCIACAO DE ESTUDOS EM POLITICAS SOCIAIS - AVANCAR, com sede em Ribeirão Preto - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 28.767.599/0001-02, conforme Despacho Nº 1167/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000295/2021-71

Nº 968 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO E PROJETO SOCIAL MORADORES DE RUA E SEUS CÃES - MRSC, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 30.147.584/0001-93, conforme Despacho nº 1152/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (14655480), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000281/2021-57.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 634, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: SUPER CÃES - APRESENTADO POR BILL FARMER - TEMPORADA 1 (IT`S A DOG`S LIFE WITH BILL FARMER, Estados Unidos da América - 2020)
Distribuidor(es): DISNEY+
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000086/2021-36

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 635, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: OS VIZINHOS PIRATAS (THE PIRATES NEXT DOOR, Canadá / França - 2018)
Produtor(es): Sofitvciné 4/France Televisions/Cyber Group Studios/Blue Spirit Studio
Diretor(es): Sabine Cipolla/Frabrice Fouquet
Distribuidor(es): CYBER GROUP STUDIOS
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000150/2021-89
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 636, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: POLE DANCE: A DANÇA DO PODER (STRIP DOWN, RISE UP, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Michele Ohayon
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000225/2021-21

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 637, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: VEM PRA CÁ (Brasil - 2021)
Diretor(es): Marcelo Kestenbaum de Carvalho
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Variedades
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000470/2021-39
Requerente: TV SBT CANAL 4 DE SÃO PAULO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 638, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O VIGILANTE RODOVIÁRIO - O FILME (Brasil - 1978)
Produtor(es): Procitel Produções Cine Televisão Ltda
Diretor(es): Ary Fernandes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Aventura/Policial/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000491/2021-54
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 639, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: LANÇAMENTO DA PROGRAMAÇÃO REDETV! 2021 (Brasil - 2021)
Produtor(es): TV Ômega Ltda
Diretor(es): Vinicius Tapias Maisonnave Pittas
Distribuidor(es): TV ÔMEGA Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Entretenimento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000611/2021-13
Requerente: TV ÔMEGA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 640, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: VOZES E VULTOS (THINGS HEARD & SEEN, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Shari Springer Berman/Robert Pulcini
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000817/2021-43

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 641, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: BIOGRAFIAS URBANAS - OLINDA E RECIFE (Brasil - 2020)
Produtor(es): Verso a Verso Conteúdos
Diretor(es): Pola Ribeiro
Distribuidor(es): LIMA COMUNICAÇÃO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000825/2021-90
Requerente: VERSO A VERSO CONTEÚDOS CULTURAIS LTDA - EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 642, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: SABERES DO VALE: CULTURA E EDUCAÇÃO NO VALE DO PARAÍBA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Fotocontexto/Tomara!
Diretor(es): Eduardo Arantes Barcellos Correa
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000882/2021-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 643, DE 27 DE MAIO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: THE WILD AT HEART (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): MOONLIGHT KIDS
Distribuidor(es): HUMBLE GAMES
Classificação Pretendida: Não Informada
Categoria: Aventura/Ação/Estratégia/Independente
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.000983/2021-40

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

DESPACHO DE 25 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve:

DESPACHO Nº 96/2021/SECIND/DCIND/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ
Processo MJ nº 08017.002903/2004-90
Filme: O SEGREDO DO MEU SUCESSO

CONSIDERANDO que esta Coordenação recebeu denúncia de cidadão solicitando a revisão da classificação indicativa do filme "O SEGREDO DO MEU SUCESSO", exibido pelo canal STUDIO UNIVERSAL.

CONSIDERANDO que, de acordo com a publicação do D.O.U do dia 24 setembro de 2004, a obra em comento foi classificada como "Livre", conforme processo 08017.002903/2004-90.

CONSIDERANDO que, procedida uma nova análise, verificou-se que desde a primeira classificação da obra a política pública da Classificação Indicativa se consolidou com intensa participação da sociedade e hoje tem critérios e métodos claros, definidos e distintos dos daquela época, e que por tais critérios, a obra não se enquadraria mais na classificação e descritores antes atribuídos.

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que, após nova análise, verificou-se a presença de conteúdo sexual, com destaque paras as tendências de relação sexual, vulgaridade, linguagem de conteúdo sexual, considerando seus agravantes e atenuantes, conforme critérios estabelecidos no Guia Prático de Classificação Indicativa, resolve:

Revisar a classificação da obra "O SEGREDO DO MEU SUCESSO" para "não recomendada para menores de 14 (catorze) anos" por apresentar conteúdo sexual, linguagem imprópria e drogas lícitas, sendo aplicada a decisão, de forma uniforme, a todas as matrizes diversas.

RECOMENDA-SE a exibição da obra a partir das 21 (vinte e uma) horas quando exibida em TV aberta.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

DESPACHO DE 27 DE MAIO DE 2021

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve:

DESPACHO Nº 99/2021/SECIND/DCIND/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ
Processo MJ nº 08017.000580/2021-09
Série: AUTO POSTO - TEMPORADA 1

CONSIDERANDO que esta Coordenação recebeu denúncia de cidadão a respeito da autoclassificação indicativa atribuída à série "AUTO POSTO - TEMPORADA 1", exibida pelo canal Comedy Central.

CONSIDERANDO que a obra foi autoclassificada como "não recomendada para menores de 10 (dez) anos".

CONSIDERANDO que mediante denúncia fundamentada ou monitoramento, será instaurado processo administrativo, podendo o Departamento de Promoção de Políticas de Justiça reclassificar de ofício a obra audiovisual autoclassificada, conforme Art. 30, Parágrafo Único, da Portaria MJ 1.189, de 03 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que, após análise, constatou-se que a obra apresenta conteúdos como ato criminoso sem violência, linguagem de conteúdo sexual, linguagem chula e consumo de droga lícita e ilícita, levando-se em consideração os atenuantes de contexto cômico / caricato, frequência e relevância, nos termos do Guia Prático de Classificação Indicativa, resolve:

Classificar a série "AUTO POSTO - TEMPORADA 1" como "não recomendada para menores de 14 (catorze) anos" por conter atos criminosos, drogas e linguagem imprópria, sendo aplicada a decisão, de forma uniforme, a todas as matrizes diversas.

RECOMENDA-SE a exibição da obra a partir das 21 (vinte e uma) horas quando exibida em TV aberta.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 281, DE 21 DE MAIO DE 2021

Aprova a Norma Técnica atinente a Coletes de Proteção Balística de emprego na Segurança Pública (NT-SENASP nº 003/2021 - Coletes de Proteção Balística de emprego na Segurança Pública)

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe conferem os arts. 23 e 62 do Anexo I do Decreto n° 9.662, de 1º de Janeiro de 2019, e o art. 5º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Norma Técnica atinente a Coletes de Proteção Balística de emprego na Segurança Pública (NT-SENASP nº 003/2021 - Coletes de Proteção Balística de emprego na Segurança Pública).

Art. 2º Para fins de ampla divulgação e transparência ativa, a presente Norma Técnica estará disponível na página institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Wikiseg e nos aplicativos atinentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS RENATO MACHADO PAIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS - SG Nº 725, DE 27 DE MAIO DE 2021

Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08.
Requerentes: Oi S.A., Claro S.A., Telefônica Brasil S.A., TIM S.A.
Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek, Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti, Leonardo Maniglia Duarte, Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho, Victor Santos Rufino, Cristianne Saccab Zarzur, José Alexandre Buaiz Neto, Enrico Spini Romanielo e outros.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 10/2021/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0907554) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo indeferimento do pedido de intervenção como terceira interessada da empresa Surf Telecom S.A., representada por Sami Arap Sobrinho e Ilaria Mittiga.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS - SG Nº 751, DE 26 DE MAIO DE 2021

Processo Administrativo nº 08700.003826/2015-30. Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Representados: João Batista Dantas Maia ME, "BM Gráfica"; M. C. Batista dos Santos, "J L Gráfica"; F. N. dos Santos Neto - ME, "Ideal Artes Gráficas"; Gisnaude Gentil Fernandes de Souza - ME, "Gráfica Brasil"; L de L Alves ME, "Gráfica Luzia"; Francisco Flávio de Carvalho ME, "Infodigital"; M. X. Formiga Frota EPP, "Repet Design"; Ricardo Gomes da Silva ME, "RGS Impressos Gráficos"; Detalhe Serigrafia e Confecções; Gerusa Rodrigues de P. Oliveira ME, "Gerusa Confecções"; João Batista Dantas Maia; Maria Consuelo Batista dos Santos; Francisco Nunes dos Santos Neto; Gisnaude Gentil Fernandes de Sousa; Luzinelson de Lima Alves; Francisco Flávio de Carvalho; Michelson Ximenes Formiga Frota; Ricardo Gomes da Silva; Herlandson de Oliveira Fernandes; Geruciano Rodrigues de Paiva Oliveira e Genildo Epifânio de Oliveira Júnior. Advogados: Adriano Gentil de Lima, Diego Meira de Souza, Francisco Raniere Batista de Araújo, Gilton Batista de Araújo Filho, Isaac Samuel do Carmo, Leylane Cristina Barros Pereira, Mariana Rosado de Miranda, Ravardierison Cardoso de Noronha e Reovan Brito Cabral da Nóbrega. Tendo em vista a NOTA TÉCNICA Nº 58/2021/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 0910113), nos termos do Art. 72 da Lei 12.519/2012 e com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, pela/o: I - o indeferimento das preliminares alegadas pelos Representados; e II - o deferimento, a todos os Representados, da produção de prova documental, desde que apresentada até o encerramento da instrução. Ao Setor Processual. Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DA 244ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO

Em 26 de maio de 2021
Hora: 13:50
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 36 do Regimento Interno do Cade. Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção, foi iniciado novo bloco com o nome de todos os Conselheiros. Em razão de impedimento, o nome da Conselheira Paula Azevedo não constará do sorteio do Processo Administrativo nº 08700.007052/2015-16, retornando ao bloco em seguida.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:
Processo Administrativo nº 08700.007052/2015-16
Representante: Cade ex officio
Representado(s): Naoki Yamamoto
Advogados: Túlio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e outros.
Relator(a): Conselheira Lenisa Rodrigues Prado

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 24 DE MAIO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, alterado pelo Decreto nº 9.425, de 27 de junho de 2018, e considerando o Processo 08620.001778/2020-01, resolve:

Art. 1º Definir a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas como a instância competente para tratar dos indícios de irregularidades de competência desta Fundação apontados no sistema e-pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 2º Deverá ser autuado processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) quando houver necessidade de apuração do indício de irregularidade. § 1 o O processo SEI inicia-se na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas por meio de extração, no sistema do TCU, do extrato individualizado de indício por detentor de Perfil Gestor.

§ 2 o O processo SEI poderá ser direcionado às Coordenações competentes para instrução e apuração do indício de irregularidade, de acordo com a pertinência temática do indício do TCU.

§ 3 o Uma vez apurado o indício e havendo elementos suficientes para a tomada de decisão competente, as Coordenações que houverem sido instadas no decorrer do trâmite do processo restituirão os autos à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, indicando na devolutiva definição objetiva do desfecho da apuração.

§ 4º No decorrer da apuração, a Coordenação de Legislação de Pessoal poderá ser instada a se manifestar sobre dúvida, questionamento ou matéria pertinente à legislação de pessoal.

Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas a edição de ato administrativo de registro de esclarecimento no e-pessoal/TCU. Parágrafo único. Poderá haver delegação de competência para a edição do ato administrativo de que trata o caput deste artigo, mediante ato formal do Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas publicado no Boletim Interno da Funai.

Art. 4º A concessão e o cancelamento do Perfil Gestor e do Perfil Operador deverão ser geridos no âmbito da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em vigor em 01 de junho de 2021.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA
Presidente da Fundação Nacional do Índio

CLEBER ABREU BORGES
Diretor da DPDS

RODRIGO DE SOUSA ALVES
Diretor da DAGES

CESAR AUGUSTO MARTINEZ
Diretor da DPT

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 24 DE MAIO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, alterado pelo Decreto nº 9.425, de 27 de junho de 2018, e considerando o disposto na Portaria 4.040/MJ, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Instituir a Meta Global da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para o 12º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional, período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, na forma do anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA
Presidente da Fundação Nacional do Índio

CLEBER ABREU BORGES
Diretor da DPDS

RODRIGO DE SOUSA ALVES
Diretor da DAGES

CESAR AUGUSTO MARTINEZ
Diretor da DPT

ANEXO I

12º CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL Período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022									METAS (x) GLOBAIS ( ) INTERMEDIÁRIAS	
Nº	DESCRIÇÃO DA META	PRODUTO	QTDE	UNID. MEDIDA	FÓRMULA DE CÁLCULO*	PRAZO	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	UNIDADE DE AVALIAÇÃO	META ALCANÇADA*
01	Distribuir 500.000 cestas de alimentos.	Cestas de alimentos entregues.	500.000	%	(quantidade distribuída/quantidade prevista) x 100	30/06/2022	Número de cestas de alimentos entregues.	Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.	-

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 669, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.000224/2017-43, resolve:

Art. 1º Definir em 0,84 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Rondinha Chalana, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.SC.034056-1.01, com potência instalada de 1,80 MW, de titularidade da empresa Ipê Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.545.810/0001-87, localizada no rio Chalana, município de Chapecó, estado do Santa Catarina

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Rondinha Chalana refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Rondinha Chalana poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a garantia física de energia, no valor de 0,61 MW médios, da Central Geradora Hidrelétrica Rondinha Chalana estabelecida na Portaria SPE/MME nº 58, de 7 de março de 2017.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 670, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000805/2021-81. Interessada: Jaíba C Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 37.995.372/0001-05. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba C, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043150-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.584, de 18 de fevereiro de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.032, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004686/2019-11 Interessada: Ourilândia do Norte Transmissora de Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar adequações aos Procedimentos de Rede e estabelecer parcela adicional referente a Operação e Manutenção das instalações de transmissão implantadas pela Mineração Onça Puma Ltda., e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.050. Processo nº 48500.003117/2018-78. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Belvedere SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.416.191/0001-02, a implantar e explorar a UFV Belvedere 1, CEG UFV.RS.MG.040686-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.051. Processo nº 48500.003118/2018-12. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Belvedere SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.416.191/0001-02, a implantar e explorar a UFV Belvedere 2, CEG UFV.RS.MG.040687-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.052. Processo nº 48500.003119/2018-67. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Belvedere SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.416.191/0001-02, a implantar e explorar a UFV Belvedere 3, CEG UFV.RS.MG.040688-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Pirapora, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.053. Processo nº 48500.000768/2019-97, Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 1, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.054. Processo nº 48500.000769/2019-31. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 2, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.055. Processo nº 48500.000770/2019-66. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 3, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.056. Processo nº 48500.000771/2019-19.Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 4, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.057. Processo nº 48500.000772/2019-55. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 5, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.058. Processo nº 48500.000773/2019-08. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 6, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.059. Processo nº 48500.000774/2019-44. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 7, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.060. Processo nº 48500.000540/2019-05. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 8, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.061. Processo nº 48500.0004796/2020-17. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 9, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.062. Processo nº 48500.0004797/2020-61. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 10, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.063. Processo nº 48500.0004798/2020-14. Interessado: Paranaíba I Projetos de Energia Solar Ltda. Objeto: Autorizar o Interessado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44, a implantar e explorar a UFV Paranaíba 11, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Paranaíba, no estado de Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.079, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002008/2006-83. Interessado: Optigera S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da PCH Verde 03, cadastrada sob o CEG nº PCH.PH.GO.035761-8.01, localizada no município de Rio Verde, no estado de Goiás. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.085, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001874/2021-11. Interessados: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., Jaíba C Energias Renováveis S.A., Jaíba CE Energias Renováveis S.A., Jaíba CN Energias Renováveis S.A., Jaíba CO Energias Renováveis S.A., Jaíba CS Energias Renováveis S.A., Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A., Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A., Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A., Jaíba S Energias Renováveis S.A. e Jaíba SO Energias Renováveis S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor de Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda., Jaíba C Energias Renováveis S.A., Jaíba CE Energias Renováveis S.A., Jaíba CN Energias Renováveis S.A., Jaíba CO Energias Renováveis S.A., Jaíba CS Energias Renováveis S.A., Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A., Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A., Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A., Jaíba S Energias Renováveis S.A. e Jaíba SO Energias Renováveis S.A., as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão 230 kV SE Elevadora UFV Jaíba - SE Jaíba, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.090, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001400/2021-61. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco Objeto: Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Contrato de Concessão nº 061/2001, a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.092, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002121/2021-14. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Estabelecer as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas à Interessada em função do seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Recife II - Pirapama II na Subestação Jaboatão II e do remanejamento de linhas de transmissão para a SE Mirueira II. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 2.871. Processo nº 48500.005053/2020-64. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - Cemirim, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, CPFL Paulista, ELEKTRO Redes S.A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - Cemirim, a vigorar a partir de 29 de maio de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.872. Processo nº 48500.005053/2020-64. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - Cercos, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Energisa Sergipe, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - Cercos, a vigorar a partir de 29 de maio de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.873. Processo nº 48500.005053/2020-64. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - Cerpro, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão Ltda - Cerpro, a vigorar a partir de 29 de maio de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.874. Processo nº 48500.005053/2020-64. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. - ESS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, a vigorar a partir de 29 de maio de 2021, e dá outras providências.

A íntegra destas Resoluções e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.877, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005011/2020-23. Interessados: CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT, Empresa Santos Dumond de Energia S.A. - ESDE, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. - Mantiqueira, São Gotardo Transmissora de Energia S.A. - São Gotardo, Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. - SLTE, Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. - SMTE, Serra Paracatu Transmissora de Energia Ltda. - SPTE e Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D, a vigorar a partir de 28 de maio de 2021, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 933, DE 18 DE MAIO DE 2021

Institui a Contabilidade Regulatória; aprova a estrutura do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; revoga a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010; revoga a Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; e revoga a Resolução Normativa nº 814, de 15 de maio de 2018.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e o que consta do processo nº 48500. 005108/2020-36, resolve:

Art. 1º Instituir a Contabilidade Regulatória e aprovar a estrutura do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Art. 2º O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE estabelece as práticas e as orientações contábeis necessárias para o adequado registro contábil das operações e a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis regulatórias.

Parágrafo único. São alcançados pelo MCSE:

I - os agentes com outorgas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

II - os agentes com outorgas de geração de serviço público de energia elétrica

III - os agentes com outorgas de geração de uso de bem público para exploração de potencial de energia hidráulica, em regime de produção independente.

CAPÍTULO I

DO MANUAL DE CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

Art. 3º O MCSE é estruturado na dimensão principiológica e na dimensão procedimental.

Art. 4º A dimensão principiológica qualifica-se por agrupar temas ou capítulos do MCSE cuja alteração resulta em impacto relevante na gestão das outorgadas alcançadas pelo manual.

§1º O impacto pode ser de natureza financeira ou de aspecto organizacional.

§2º São características da dimensão principiológica:

I - temas ou capítulos cuja essência esteja sustentada intrinsecamente nos princípios contábeis geralmente aceitos;

II - de pouco dinamismo; e

III - afeta os direitos e deveres dos agentes, e que necessitem de participação e debate da sociedade.

§3º A dimensão principiológica agrupa os seguintes temas ou capítulos do MCSE:

I - Estrutura e premissas básicas de contabilização;

II - Estrutura da conta contábil;

III - Principais premissas do sistema de contabilização;

IV - Cadastro e Controle de Bens e Direitos;

V- Instruções Gerais que definem os prazos de envio das informações contábeis;

VI - Aplicabilidade - Agentes alcançados pelo MCSE;

VII - Definição dos demonstrativos que compõem a Prestação Anual de Contas - PAC; e

VIII - Os requisitos técnicos dos registros contábeis para fins de segurança da informação.

§4º A aprovação das alterações nas matérias agrupadas nesta dimensão será de competência da Diretoria Colegiada da ANEEL

Art. 5º A dimensão procedimental qualifica-se por agrupar temas ou capítulos do MCSE de baixo impacto na gestão das outorgadas alcançadas pelo manual.

§1º São características da dimensão procedimental:

I - o dinamismo aos quais os temas ou capítulos nela dispostos estão sujeitos;

II - é forma ou método de apresentação de um dado ou informação; e

III - não é uma inovação no campo jurídico, não trazendo per si uma nova obrigação de fazer ou agir.

§2º A dimensão procedimental agrupa os seguintes temas ou capítulos do MCSE:

I - Instruções Contábeis;

II - Elenco de Contas;

III - Técnicas de Funcionamento;

IV - Roteiro para Elaboração e Divulgação de Informações Contábeis, Econômico-Financeiras e Socioambientais; e

V - Flexibilização dos prazos de envio das informações contábeis.

§3º As alterações na dimensão procedimental serão conduzidas e aprovadas por Despacho da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF.

Art. 6º. A implantação do plano de contas do MCSE deve estar respaldada na confiabilidade da informação, obedecendo a requisitos técnicos que garantam a segurança, rastreabilidade, disponibilidade e auditoria das informações contábeis.

§ 1º O plano de contas do MCSE deve estar associado diretamente aos eventos contábeis, mesmo que o outorgado possua outros planos de contas que atendam a seus controles internos ou a outros órgãos.

§ 2° A associação entre os eventos contábeis e o plano de contas referencial da ANEEL deverá respeitar o princípio da univocidade, ou seja, a prestação de informações deve obedecer a uma origem única aonde as regras estabelecidas possam ser facilmente identificáveis.

CAPÍTULO II

DOS LIVROS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Art. 7º Os agentes alcançados pelo MCSE deverão manter eletronicamente Livro Diário Regulatório e Livro Razão Regulatório, os quais estarão disponíveis quando solicitados pela ANEEL.

Art. 8º As Demonstrações Contábeis Regulatórias deverão conter nota conciliatória entre:

I - o resultado do exercício societário e regulatório; e

II - os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõem o balanço patrimonial societário e o balanço patrimonial regulatório.

Parágrafo único. As notas explicativas deverão conter informações suficientes para a compreensão pelos seus usuários das diferenças entre os resultados divulgados para fins regulatórios e societários.

Art. 9º Serão disponibilizadas no sítio eletrônico da ANEEL, anualmente, na Central de Informações Econômico-Financeira do Setor Elétrico - CIEFSE, as Demonstrações Contábeis Societárias e Regulatórias das empresas obrigadas ao envio da Prestação Anual de Contas - PAC.

Parágrafo único. O prazo para disponibilização das informações previstas no caput considerará os prazos legais para envio das Demonstrações Contábeis Societárias à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 10. Ficam revogadas:

I - a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010;

II - a Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; e

III - a Resolução Normativa nº 814, de 15 de março de 2018.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.355, DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos processos nºs 48500.006097/2013-82 e 48500.001198/2017-91, decide dar parcial provimento ao requerimento protocolado por Transenergia Renovável S.A., com recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.380, DE 18 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500. 005108/2020-36, decide aprovar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, que estabelece as práticas e as orientações contábeis necessárias para o adequado registro contábil das operações e a elaboração e divulgação das demonstrações contáveis regulatórias. O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.438, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos n° 48500.004773/2005-57 e 48500.004835/1999-92, decide negar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pelo Consórcio Risoleta Neves, em face do Despacho nº 3.556, de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.498, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004686/2019-11, decide (i) conhecer e dar parcial provimento ao Requerimento interposto pela Ourilândia do Norte Transmissora de Energia - ONTE, para estabelecer adicional de Receita Anual Permitida - RAP pelos serviços de Operação e Manutenção - O&M prestados pela ONTE, desde 21 de junho de 2018, em relação aos ativos transferidos pela VALE; (ii) determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE atribua à Rede Básica as perdas elétricas nos ativos transferidos à ONTE pela Vale, desde sua incorporação, ou seja, desde 21 de junho de 2018; (iii) negar provimento ao pleito da ONTE para estabelecimento adicional de receita para correção e reparo dos seguintes ativos transferidos pela Vale: (iii.a) Sistema de Coleta de Oscilografia, (iii.b) Sistema de Supervisão e Controle, (iii.c) Sistemas de telecomunicação e teleproteção (cabo OPGW), (iii.d) Sistema de Coordenação de Isolamento e de Para-Raios e (iii.e) proteção de barras em 230 kV da SE Onça Puma; (iv) negar provimento ao pleito da ONTE para estabelecimento adicional de receita para adequação do sistema de telecomunicação da SE Integradora; e (v) dar provimento ao pleito da ONTE para estabelecimento adicional de receita referente à alteração do Sistema de Medição e Faturamento - SMF do consumidor livre Mineração Onça Puma Ltda da SE Integradora para a SE Onça Puma, para adequação da alimentação do serviço auxiliar da SE Onça Puma e para a substituição da proteção da LT 230 kV Integradora / Onça Puma.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.518, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004874/2020-83, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela EMTEP Transmissora de Energia LTDA. - EMTEP no Recurso Administrativo interposto em face do Despacho nº 617, de 16 de março de 2021, para, no mérito, dar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2021

Nº 1.485. Processos nºs 48500.000520/2021-41, 48500.000519/2021-16, 48500.000518/2021-71, 48500.000517/2021-27, 48500.000516/2021-82, 48500.000514/2021-93, 48500.000515/2021-38, 48500.000512/2021-02, 48500.000504/2021-58, 48500.000507/2021-91, 48500.000513/2021-49, 48500.000503/2021-11, 48500.000511/2021-50, 48500.000508/2021-36, 48500.000505/2021-01, 48500.000509/2021-81, 48500.000510/2021-13, 48500.000506/2021-47, 48500.000502/2021-69 e 48500.000501/2021-14. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Canudos III, EOL Canudos IV, EOL Canudos VII, EOL Canudos XVII, EOL Canudos XVIII, EOL Canudos XIX, EOL Canudos XX, EOL Canudos XXI, EOL Canudos XXII, EOL Canudos XXIII, EOL Canudos XXIV, EOL Canudos XXV, EOL Canudos XXVI, EOL Canudos XXVII, EOL Canudos XXVIII, EOL Canudos XXXV, EOL Canudos XXXVI, EOL Canudos XXXVII, EOL Canudos XXXVIII e EOL Canudos XXXIX, localizadas nos municípios de Canudos, Euclides da Cunha e Jeremoabo, no estado da Bahia.

Nº 1.486. Processo nº 48500.006496/2018-58. Interessado: EDF EN do Brasil Participações Ltda. e PEC Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Serra do Seridó XI, CEG EOL.CV.PB.043275-0.01.

Nº 1.487. Processo nº 48500.006509/2018-99. Interessado: EDF EN do Brasil Participações Ltda. e PEC Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Serra do Seridó XII, CEG EOL.CV.PB.043276-8.01.

Nº 1.488. Processo nº 48500.006510/2018-13. Interessado: EDF EN do Brasil Participações Ltda. e PEC Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Serra do Seridó XIV, CEG EOL.CV.PB.043277-6.01.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.515, DE 26 DE MAIO DE 2021

Processo nº: 48500.001422/2021-21. Interessado: Gilsun Geração de Energia SPE S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Monte Alegre do Piauí, estado do Piauí. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO Nº 1.514, DE 26 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, com alterações dadas pela Portaria nº 6.307, de 24 de março de 2020, e conforme análise exarada na Nota Técnica nº 312/2021-SCT-SFE/ANEEL, de 25 de maio de 2021, parte integrante do Processo nº 48500.006858/2019-91, decide: (i) aplicar multa à KF/JAAC SC Transmissora de Energia do Brasil Ltda no valor de R$ 371.373,17 (trezentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e três reais e dezessete centavos), sujeito à atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até a data de sua quitação, correspondente à 5% do valor da Garantia de Fiel Cumprimento - GFC, em decorrência do atraso e incompletude na apresentação do Projeto Básico relativo ao Contrato de Concessão nº 06/2019-ANEEL; (ii) em caso de inadimplemento da obrigação estabelecida no item (i), a respectiva GFC será executada em valor suficiente para quitação da referida multa, respondendo a Concessionária pela sua diferença; e (iii) caso haja necessidade de execução da GFC, a Concessionária deverá reconstituir o valor original dessa garantia em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após a execução parcial.

GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE MAIO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 28 de maio de 2021.

Nº 1.521. Processo nº: 48500.002740/2018-11. Interessados: Central Eólica SRMN IV S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Santa Rosa e Mundo Novo IV. Unidades Geradoras: UG4, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Cerro Corá, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.522. Processo nº: 48500.000639/2020-32. Interessados: EOL Potiguar B61 SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Vila Mato Grosso I. Unidades Geradoras: UG7 a UG9, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.523. Processo nº: 48500.000648/2020-23. Interessados: Clwp Eólica Parque XIX S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Campo Largo XIX. Unidades Geradoras: UG8, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.524. Processo nº: 48500.002741/2018-58. Interessados: Central Eólica SRMN III S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Santa Rosa e Mundo Novo III. Unidades Geradoras: UG8, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.516, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 8.987, de 13, de fevereiro de 1995; na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.002111/2021-89, decide: anuir previamente à transferência de controle societário da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, que passará a ser detido pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. O prazo para implementação da operação é de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação deste Despacho e a empresa, cujo controle foi alterado, deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua efetivação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.517, DE 27 DE MAIO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.002511/2021-94, decide: (i) anuir previamente à celebração dos contratos de mútuo a serem firmados entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) e a Equatorial Energia S.A., Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A e Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A (mutuantes), conforme proposta apresentada; e (ii) este despacho tem sua eficácia condicionada à assunção do controle societário da CEEE-D pela Equatorial Participações e Investimentos S.A.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.500, de 25 de maio de 2021, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, constante do Processo nº 48500.000619/2015-02, publicado no D.O. de 27 de maio de 2021, Seção 1, p. 148, v. 159, n. 99, onde se lê "(ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de abril de 2021 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de junho de 2021 para o patamar 4 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho;", leia-se "(ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de abril de 2021 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de maio de 2021 para o patamar 4 a partir do Programa Mensal de Operação - PMO de junho de 2021;".

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.085/2015-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°1757/2021
866.170/2015-JAIR FERNANDES DA SILVA JUNIOR-AI N°1758/2021
866.421/2015-CERÂMICA ZENI LTDA-AI N°1789/2021
866.642/2015-CERÂMICA ZENI LTDA-AI N°1790/2021
867.001/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1794/2021
867.002/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1799/2021
867.151/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1819/2021
867.150/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1814/2021
867.152/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1832/2021
867.153/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1837/2021
867.154/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1839/2021
867.190/2014-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°1840/2021

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 14/2021

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
821.797/1999-A. R. PARTICIPAÇÕES, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA - Publicado DOU de 28/04/2021, Relação n° 11/2021, Seção , pág. - Onde se lê: "Cessionário:APARECIDA PRÉ MOLDADOS LTDA.- CNPJ 36.583.742/0001-28" Leia-se: "Cessionário:APARECIDA PRÉ MOLDADOS LTDA.- CNPJ 36.583.742/0001-34"
820.787/2018-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP - Publicado DOU de 28/04/2021, Relação n° 11/2021, Seção , pág. - Onde se lê: "Vencimento em 2/4/2023" Leia-se: "Vencimento em 27/3/2023"

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 17/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.744/2003-ANTONIO DUVEZA FILHO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.104/2015-ROSSAM NUTRICÃO E SERVIÇOS LTDA -Alvará N°12027/2015
820.103/2015-ROSSAM NUTRICÃO E SERVIÇOS LTDA -Alvará N°12026/2015
820.513/2020-RICHARD FLITER -Alvará N°5525/2020
820.479/2018-RICHARD FLITER -Alvará N°2460/2019
820.478/2018-RICHARD FLITER -Alvará N°2459/2019
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
821.178/2002-GIACOMO LUIS FIOROTTO-Alvará N°2812/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.771/2014-CERÂMICA MOMBUCA - EIRELI- Área de 356,78 ha para 309,05 ha-AREIA (construção civil) e ARGILA (industrial)-Guatapará/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.450/2008-MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA-OF. N°16031/2021/DIREM-SP/ANM
820.284/2017-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°16034/2021/DIREM-SP/ANM
820.283/2017-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°16035/2021/DIREM-SP/ANM
820.282/2017-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°16036/2021/DIREM-SP/ANM
820.280/2017-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°16038/2021/DIREM-SP/ANM
820.281/2017-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°16040/2021/DIREM-SP/ANM
820.844/2014-MINERADORA VALE DAS GARÇAS LTDA.-OF. N°16041/2021/DIREM-SP/ANM
820.362/2014-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.-OF. N°16046/2021/DIREM-SP/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.621/2015-IVAN RODRIGUES DOS SANTOS-FILITO (industrial) e QUARTZITO (ornamental)-Nova Campina/SP
820.870/2013-MINERADORA BARREIRO RICO LTDA-ARGILA (industrial)-Rio Claro/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.229/2019-PONTEPEDRAS - MINERACAO E BRITAGEM LTDA- Alvará n°5.448/2019 - Cessionario:820.168/2021-PEDREIRA CARU LTDA.- CPF ou CNPJ 04.047.778/0001-07
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.158/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4205/2018 - Cessionario:820.159/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4205/2018 - Cessionario:820.161/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.162/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.163/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.164/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.165/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.166/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.167/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.170/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.169/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.171/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
820.334/2017-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.- Alvará n°4.205/2018 - Cessionario:820.172/2021-MAURICIO BRAMBILA FILHO- CPF ou CNPJ 390.065.358-50
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
820.080/2017-DENIO NAVES DE LIMA ME
820.532/2009-CERÂMICA BARRAMARES LTDA EPP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°15319/2021/DIFAM-SP/ANM
003.684/1944-MINERACAO AGUAS DE IBIUNA LTDA-OF. N°15325/2021/DIFAM-SP/ANM
820.310/1989-MINERACAO RENASCER LTDA-OF. N°15336/2021/DIFAM-SP/ANM
009.238/1957-EMPRESA DE MINERACAO E AGUAS MINERAIS DI BELLO EIRELI-OF. N°15443/2021/DIFAM-SP/ANM
821.277/2014-PEDREIRA DOVALLE COMÉRCIO DE PEDRAS EM GERAL LTDA.-OF. N°15446/2021/DIFAM-SP/ANM
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°16043/2021/DIREM-SP/ANM
820.596/1995-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°16054/2021/DIFAM-SP/ANM
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°16408/2021/DIFAM-SP/ANM
806.763/1975-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°16409/2021/DIFAM-SP/ANM
806.797/1972-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°16411/2021/DIFAM-SP/ANM
820.586/2003-ACQUALINE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°16412/2021/DIFAM-SP/ANM
821.330/1999-MINERADORA ECO LTDA-OF. N°16417/2021/DIFAM-SP/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA- "Fonte das Flores" (Poço) - Marca "Levity": Rótulos, contrarrótulos e lacres em recipientes de 20 L, sem gás.- POTIRENDABA/SP
009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP- "Fonte Priscilla" (Poço), "Fonte Clementina" (Poço), e "Fonte Kátia" (Poço) - Marca "Levíssima": Recipientes descartáveis de 10 L, sem gás.- AMERICANA/SP
824.549/1972-AGUAS PRATA LTDA- "Fonte Tradicional I" (P3) - Marca "Prata" - "Camarões": Recipientes de 300 mL, gaseificada artificialmente, produzidos para a empresa "Camarões JK Restaurante Ltda."; Marca "Prata" - "The Ox Room Steak House": Recipientes de 300 mL, gaseificada artificialmente, produzidos para a empresa "Arm Restaurante Ltda.".- ÁGUAS DA PRATA/SP
Aceita defesa apresentada(475)
820.299/1998-AGUA MINERAL HYLEM PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza o aditamento de substância mineral(770)
821.336/2012-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-CASCALHO - Registro de Licença N° 3430/2015, DOU de 24/09/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
821.038/2011-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.- Alvará n° 19587/2011 - Cessionário: NOROMIX CONCRETO S. A- CNPJ 10.558.895/0001-38
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.033/2008-MINERACAO ALFAGRES LTDA-OF. N°16049/2021/DIFAM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
821.033/2008-MINERACAO ALFAGRES LTDA-OF. N°16050/2021/DIFAM-SP/ANM
820.930/1985-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°16398/2021/DIFAM-SP/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.123/2021-INDÚSTRIA DE CERÂMICA COLINA LTDA. EPP-OF. N°15320/2021/DIFAM-SP/ANM
820.281/2019-BIOTUBE AMBIENTAL EIRELI-OF. N°15335/2021/DIFAM-SP/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.638/2014-MILTON CARVALHO DE FREITAS ME-Registro de Licença N° 23/2021 - Vencimento em 13/1/2024
820.470/2017-ANTONIO APARECIDO LORCA BAURU ME-Registro de Licença N° 24/2021 - Vencimento em 10/8/2037.
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
820.998/2014-GUILHERME MOURA NETO

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 113/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.719/2014-AGROPALMA S A
850.716/2014-AGROPALMA S A
850.715/2014-AGROPALMA S A
850.178/2014-AGROPALMA S A
850.177/2014-AGROPALMA S A
850.176/2014-AGROPALMA S A
850.175/2014-AGROPALMA S A
850.174/2014-AGROPALMA S A
850.173/2014-AGROPALMA S A
850.172/2014-AGROPALMA S A
850.171/2014-AGROPALMA S A
850.170/2014-AGROPALMA S A
850.128/2011-AGROPALMA S A
850.122/2011-AGROPALMA S A
850.121/2011-AGROPALMA S A
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.517/2019-MINERAÇÃO VALE DAS ANDORINHAS LTDA EPP -Alvará N°11.022/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.233/2017-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME
850.268/1989-VALE S.A.
850.506/2005-VALE S.A.
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
850.786/2017-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Minério de Ferro-Prazo de (03) anos
Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza transformação do regime de PLG para Autorização de Pesquisa(1299)
850.757/2017-COOPERATIVA DOS MINERADORES DE TUCUMA E ALTO XINGU COOMTAX
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.074/2020-AMANDA GABRIELA GUIMARAES DA SILVA
851.575/2020-JERRY ANTONIO NOGUEIRA DE JESUS
854.307/1993-MINERACAO TANAGRA LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.070/2013-CIDE CAMPOS SALES

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 56/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.330/2018-RUBIA MAIDANA GARCIA- Registro de Licença N° 076/2018 - Vencimento em 10/05/2022
810.311/1999-CERAMICA AMBIENTAL LTDA- Registro de Licença N° 2482/2003 - Vencimento em 21/01/2023
810.150/1997-JAZIDA TATUIRA EXTRACAO DE AREIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA- Registro de Licença N° 1413/1997 - Vencimento em 24/05/2023
850.074/1978-MADALENA FATIMA BASSO- Registro de Licença N° 24/1979 - Vencimento em 27/04/2031
810.645/2015-GUERRA EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 266/2015 - Vencimento em 01/01/2022
810.282/2015-CONSTRUTORA CASA NOVA LTDA- Registro de Licença N° 217/2015 - Vencimento em 24/05/2026
810.008/2003-ENIO DALL BELLO- Registro de Licença N° 102503/2003 - Vencimento em 06/05/2024
810.826/2011-VILSON L. C. TIMM- Registro de Licença N° 224/2011 - Vencimento em 22/04/2023
811.377/2011-ARMANDO ALBERTANI RIBAS & CIA LTDA.- Registro de Licença N° 260/2012 - Vencimento em 14/05/2025
811.008/2014-CENTRALSUL COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 200/2015 - Vencimento em 09/01/2022
Autoriza o aditamento de substância mineral(770)
811.392/2011-ASTER MINERAÇÃO COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA-SAIBRO - Registro de Licença N° 29/2012, DOU de 16/02/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.978/2016-AIRTON ANTONIO SCHAEFER ME-OF. N°15486/2021
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.784/2020-ANDRE LUIS TREVIZAN-Registro de Licença N° 80/2021 - Vencimento em 10/12/2030
810.317/2021-INDUSTRIA DE TIJOLOS CLAUDIANE LTDA-Registro de Licença N° 81/2021 - Vencimento em 23/10/2024
810.690/2020-BOAVENTURA RICARDO BORGES QUINEPER - ME-Registro de Licença N° 82/2021 - Vencimento em 31/01/2024
810.744/2020-ELETROTEC TERRAPLENAGEM LTDA ME-Registro de Licença N° 83/2021 - Vencimento em 23/11/2024
810.440/2020-FLAVIA ZIMMERMANN SCHWANTES ME-Registro de Licença N° 84/2021 - Vencimento em 20/07/2024

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 21/2021

Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
844.048/2016-MINERAÇÃO VALE VERDE DO BRASIL LTDA -AI N°444/2019/GER-AL/NPFAM
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
844.095/2011-E S TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA.- Cessionário:Fabricia Maria Bento Holanda Vieira Me- CNPJ 01.720.527/0001-53- Registro de Licença N° 007/2012- Vencimento da Licença: Indeterminado
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
844.145/2008-SERGIO ACCIOLY CHUEKE
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
844.025/2021-G A DE OLIVEIRA EXTRACAO ME

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 111/2021

Concessão de Lavra: (Cod. 5.49) Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou improcedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 921.289/2010 Titular: MINERACAO SAO THOMAZ LTDA CNPJ/CPF: 50.543.628/0001-01

NFLDP Nº: 701/2010/SP

Valor: R$ 212.428,21 (duzentos e doze mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 126/2021

Concessão de Lavra: (Cod. 5.49) Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou parcialmente procedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 920.944/2010

Titular: ALAMBARI INVESTIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 20.265.706/0001-92

NFLDP Nº: 448/2010/SP

Valor: R$ 6.712,84 (seis mil setecentos e doze reais e oitenta e quatro centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 139/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou parcialmente procedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso administrativo relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias.

Processo de Cobrança Nº: 48054.930565/2019-32 Titular: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

CNPJ/CPF: 16.628.281/0001-61 NFLDP Nº: 565/2019 - DNPM/MG

Valor: R$ 230.645.585,05 (Duzentos e Trinta Milhões e Seiscentos e Quarenta e Cinco Mil e Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Cinco Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 140/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou parcialmente procedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso administrativo relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias.

Processo de Cobrança Nº: 48054.930568/2019-76 Titular: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

CNPJ/CPF: 16.628.281/0001-61 NFLDP Nº: 566/2019 - DNPM/MG

Valor: R$ 166.555.017,96 (Cento e Sessenta e Seis Milhões e Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil e Dezessete Reais e Noventa e Seis Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 141/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou improcedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso administrativo relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias.

Processo de Cobrança Nº: 48054.930567/2019-21 Titular: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

CNPJ/CPF: 16.628.281/0001-61 NFLDP Nº: 564/2019 - DNPM/MG

Valor: R$ 161.732.129,88 (Cento e Sessenta e Um Milhões e Setecentos e Trinta e Dois Mil e Cento e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 142/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou improcedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso administrativo relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias.

Processo de Cobrança Nº: 48054.930569/2019-11 Titular: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

CNPJ/CPF: 16.628.281/0001-61 NFLDP Nº: 563/2019 - DNPM/MG

Valor: R$ 122.853.260,87 (Cento e Vinte e Dois Milhões e Oitocentos e Cinquenta e Três Mil e Duzentos e Sessenta Reais e Oitenta e Sete Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 143/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou improcedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso administrativo relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias.

Processo de Cobrança Nº: 48054.930566/2019-87 Titular: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

CNPJ/CPF: 16.628.281/0001-61 NFLDP Nº: 562/2019 - DNPM/MG

Valor: R$ 181.939.284,89 (Cento e Oitenta e Um Milhões e Novecentos e Trinta e Nove Mil e Duzentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta e Nove Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 162/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903301/2018-08 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 159/2018

Valor: R$ 21.295,56 (vinte e um mil e duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 163/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903303/2018-99 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 157/2018

Valor: R$ 5.173,53 (cinco mil e cento e setenta e três reais e cinquenta e três centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 164/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903302/2018-14 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 158/2018

Valor: R$ 20.514,55 (vinte mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 165/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 421.903300/2018-55 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 160/2018

Valor: R$ 194.988,44 (cento e noventa e quatro mil e novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 166/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903299-2018-69 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 161/2018

Valor: R$ 21.232,60 (vinte e um mil e duzentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 167/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903298/2018-14 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 162/2018

Valor: R$ 259.496,04 (duzentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 168/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48421.903297-2018-70 Titular: ECB - Rochas Ornamentais do Brasil Ltda. CNPJ/CPF: 02.746.671/0001-21

NFLDP Nº: 163/2018

Valor: R$ 257.995,22 (duzentos e cinquenta e sete mil e novecentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 155/2021

833036/2011 - Cide Campos Sales - Arquivamento Auto de Infração TAH (637) - AI 515/2013, publicado no DOU nº 173, de 06/09/2013| Seção: 1 | Relação nº 554/2013 | Página 84.

WAGNARA ALVES RIBEIRO
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 3.791, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.870452/2021-96-MINERACAO PEDREIRA DA BAHIA LTDA (Documento SEI: 2555524)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3792, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48076.896089/2021-80-MINERACAO FARDIN & DE PRA LTDA (Documento SEI: 2558863)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.793, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)

48061.860377/2021-65-IRACIMAR VAZ (Documento SEI: 2558869)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.794, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48066.815106/2021-13-GABRIEL MAITO (Documento SEI: 2558870)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.795, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48061.860378/2021-18-MARCELO VENDRAMINI (Documento SEI: 2558876)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.796, DE 27 DE MAIO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48061.860381/2021-23-MARCELO VENDRAMINI (Documento SEI: 2558879)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO
Relação nº 254/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

811.116/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3797/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.117/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3798/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.118/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3799/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.119/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3800/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.120/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3801/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.121/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3802/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.122/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3803/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.123/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3804/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.124/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3805/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.125/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3806/2021 - Destacado do Processo 811.130/2018 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.126/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3807/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.127/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3808/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.128/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3809/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.129/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3810/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.130/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3811/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.131/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3812/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

811.132/2016 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 3813/2021 - Destacado do Processo 811.130/2015 - ALVARÁ Nº 1440/2016 - Vencimento em 23/02/2018

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 259/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3827/2021-850.776/2021-COOPERATIVA DOS MINERADORES DE TUCUMA E ALTO XINGU COOMTAX-

3822/2021-850.277/2021-ANTONIO DA SILVA PINTO-

3821/2021-850.133/2021-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-

3820/2021-850.114/2021-GEOTEX GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE EIRELI-

3819/2021-850.831/2020-MAICURUS GEOTECNICA E MINERACAO LTDA-

3818/2021-850.819/2020-JS MINERAIS LTDA-

3817/2021-850.485/2019-LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA-

3825/2021-850.397/2021-OUROCAN SERVICOS DE APOIO E LOGISTICA PARA MINERACAO LTDA-

3826/2021-850.398/2021-OUROCAN SERVICOS DE APOIO E LOGISTICA PARA MINERACAO LTDA-

3824/2021-850.396/2021-OUROCAN SERVICOS DE APOIO E LOGISTICA PARA MINERACAO LTDA-

3823/2021-850.384/2021-JOÃO BATISTA GONÇALVES-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3814/2021-850.715/2020-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME-

3815/2021-850.716/2020-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME-

3816/2021-850.973/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 17, DE 27 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e tendo em vista o disposto na Portaria 265, de 10 de setembro de 2020, e considerando a Resolução de Diretoria nº 298, de 26 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Ficam alterados o quadro quantitativo de cargos em comissão e a estrutura interna das unidades organizacionais, previstos nos Anexos II e III da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, publicada no Diário Ofícial da União de 11 de setembro de 2020, conforme quadros anexos.

Art. 3º Revoga-se a Portaria ANP nº 4, de 12 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 15 de março de 2021, e o anexo III da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, alterada pela Portaria ANP nº 14, de 4 de maio de 2021, de 5 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R$)	Quantitativo
CD I	17.432,15	1
CD II	16.560,54	4
CGE I	15.688,92	23
CGE II	13.945,71	4
CGE III	13.074,10	25
CGE IV	8.716,06	21
CA I	13.945,71	11
CA II	13.074,10	5
CA III	3.639,84	16
CAS I	2.753,42	20
CAS II	2.386,29	18
CCT V	3.314,30	54
CCT IV	2.421,96	73
CCT III	1.228,94	112
CCT II	1.083,38	11
CCT I	959,29	8

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO
(a que se refere o §1º do art. 53 da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020)

Redação dada pela Portaria ANP nº 17, de 27 de maio de 2021

Função		Cargo em Comissão	Valor Atual	Quantitativo (Lei nº 9.986/2000)	Valor Despesa Total do Cargo (Lei nº 9.986/2000)	Quantitativo Atual	Valor Atual
Grupo I	Direção	CD I	17.432,15	1	17.432,15	1	17.432,15
		CD II	16.560,54	4	66.242,16	4	66.242,16
	Executiva	CGE I	15.688,92	6	94.133,52	23	360.845,16
		CGE II	13.945,71	30	418.371,30	4	55.782,84
		CGE III	13.074,10	0	0,00	25	326.852,50
		CGE IV	8.716,06	0	0,00	21	183.037,26
	Assessoria	CA I	13.945,71	26	362.588,46	11	153.402,81
		CA II	13.074,10	39	509.889,90	5	65.370,50
		CA III	3.639,84	10	36.398,40	16	58.237,44
	Assistência	CAS I	2.753,42	20	55.068,40	20	55.068,40
		CAS II	2.386,29	0	0,00	18	42.953,22
	Subtotal Grupo I			136	1.560.124,29	148	1.385.224,44
Grupo II	Técnica	CCT V	3.314,30	47	155.772,10	54	178.972,20
		CCT IV	2.421,96	39	94.456,44	73	176.803,08
		CCT III	1.228,94	34	41.783,96	112	137.641,28
		CCT II	1.083,38	26	28.167,88	11	11.917,18
		CCT I	959,29	20	19.185,80	8	7.674,32
	Subtotal Grupo II			166	339.366,18	258	513.008,06
Total				302	1.899.490,47	406	1.898.232,50

ANEXO III

ESTRUTURA INTERNA DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
(a que se refere o §2º do art. 53 da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020)

AUDITORIA (AUD)		
Auditor	CGE II	1
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA OPERACIONAL		
Coordenador de Auditoria Operacional	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE		
Coordenador de Auditoria de Conformidade	CCT III	1
CORREGEDORIA (CRG)		
Corregedor	CGE II	1
Coordenador de Correição	CCT V	1
Assessor Técnico de Correição	CCT III	2
DIRETORIA 1 (DIR-1)		
Diretor	CD II	1
Assessor de Diretoria	CA I	2
DIRETORIA 2 (DIR-2)		
Diretor	CD II	1
Assessor de Diretoria	CA I	2
DIRETORIA 3 (DIR-3)		
Diretor	CD II	1
Assessor de Diretoria	CA I	2
DIRETORIA 4 (DIR-4)		
Diretor	CD II	1
Assessor de Diretoria	CA I	2
DIRETORIA-GERAL (DG)		
Diretor	CD I	1
Assessor de Diretoria	CA I	3
ESCRITÓRIO SEDE (EDF)		
Chefe do Escritório de Brasília	CGE III	1
Assessor Técnico	CCT V	1
GABINETE DO DIRETOR-GERAL (GAB)		
Chefe de Gabinete	CGE I	1
Chefe de Gabinete Substituto	CCT V	1
Assessor Técnico de Gestão de Processos	CCT III	1
Assessor Técnico de Gestão Documental	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE CERIMONIAL		
Coordenador de Cerimonial	CGE IV	1
INTELIGÊNCIA (INT)		
Chefe de Inteligência	CGE II	1
Assessor Técnico	CCT V	1
Assessor Técnico	CCT IV	1
Assessor Administrativo de Inteligência	CA III	1
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (NFP)		
Chefe de Núcleo	CGE III	1
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO		
Coordenador de Fiscalização da Medição da Produção	CCT IV	1
Assistente de Fiscalização da Produção	CAS II	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE AUTUAÇÕES DE MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO		
Coordenador Administrativo e de Autuações de Medição da Produção	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE VALIDAÇÃO		
Coordenador de Validação	CCT III	1
OUVIDORIA (OUV)		
Ouvidor	CGE II	1
Assessor Técnico Administrativo e Estatístico	CCT III	1
COORDENAÇÃO SETORIAL		

Coordenador Setorial	CGE IV	1
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL		
Coordenador Institucional	CCT III	1
PROCURADORIA GERAL (PRG)		
Procurador-Geral	CGE I	1
Subprocurador-Geral	CGE III	1
Assessor Técnico da Procuradoria-Geral	CA III	1
COORDENAÇÃO DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA		
Coordenador de Matéria Administrativa	CCT V	1
COORDENAÇÃO DE ARBITRAGEM		
Coordenador de Arbitragens	CCT V	1
Assistente Técnico de Arbitragens	CCT I	1
COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO - RJ		
Coordenador de Contencioso - RJ	CCT IV	1
Assistente Técnico de Contencioso	CCT II	1
COORDENAÇÃO GERAL DA PRG NO DF		
Coordenador da PRG - DF	CGE IV	1
COORDENAÇÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA		
Coordenador de Consultoria Jurídica	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA		
Coordenador de Dívida Ativa	CCT IV	1
Assessor de Dívida Ativa	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO - DF		
Coordenador de Contencioso - DF	CCT IV	1
SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO GEOLÓGICA E ECONÔMICA (SAG)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico	CCT V	1
COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO GEOECONÔMICA DE BACIAS SEDIMENTARES		
Coordenador Geral de Avaliação Geoeconômica de Bacias Sedimentares	CCT V	1
Assessor Técnico de Gestão dos Dados e Informação	CCT IV	1
Coordenador de Avaliação Geológica e Geofísica	CCT III	1
Assistente de Estudos Geológicos e Geofísicos	CAS I	1
Assistente de Superintendência	CAS II	2
Coordenador de Análise Econômica	CCT III	1
Coordenador de Meio Ambiente e Geoprocessamento	CCT III	1
COORDENAÇÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA DA SAG		
Coordenador Jurídico e Administrativo	CCT III	1
Assessor Jurídico e Administrativo	CA III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS (SBQ)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO DA QUALIDADE		
Coordenador de Gestão de Informação de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos	CCT IV	1
Assistente de Monitoramento de Dados	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO RENOVABIO		
Coordenador de Gestão do Renovabio	CCT IV	1
Assessor Técnico do Renovabio	CCT III	1
COORDENADOR DE CONTRATOS E ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS		
Coordenador de Contratos e Assuntos Administrativos	CCT IV	1
Assessor Técnico de Contratos e Assuntos Administrativo	CCT III	1
Assistente de Contratos	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE REGULAÇÃO DA QUALIDADE DE PRODUTOS		
Coordenador de Regulação de Qualidade de Produtos	CCT IV	1
Assessor Técnico de Regulação de Qualidade de Produtos	CCT III	1
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS (CPT)		
Chefe de Núcleo do CPT	CGE IV	1
Coordenador de Atividade do CPT	CGE IV	1
COORDENAÇÃO DE QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS		
Coordenador de Qualidade de Combustíveis	CCT IV	1
Assessor Técnico de Qualidade de Combustíveis	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE PETRÓLEO, LUBRIFICANTES E PRODUTOS ESPECIAIS		
Coordenador de Petróleo, Lubrificantes e Produtos Especiais	CCT IV	1
Assessor Técnico de Petróleo, Lubrificante e Produtos Especiais	CCT III	1
COORDENADOR DO LABORATÓRIO, DA QUALIDADE E INFRAESTRUTURA		
Coordenador de Laboratório, Qualidade e Infraestrutura	CCT IV	1
Assessor de Laboratório e Infraestrutura	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (SCI)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor de Superintendência	CA II	1
COORDENAÇÃO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA		
Coordenador daAssessoria de Imprensa	CGE III	1
COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE, MÍDIAS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO INTERNA		
Coordenador de Programação Visual e Comunicação Interna	CCT IV	1
Assistente de Programação Visual	CCT II	1
Assistente de Comunicação	CAS II	1
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL		
Coordenador Institucional	CCT IV	1
Assessor Institucional	CA III	1
COORDENAÇÃO DE EVENTOS		
Coordenador de Eventos	CGE IV	1
Assistente de Eventos	CCT I	1
COORDENAÇÃO DE SITES		
Coordenador de Sites	CCT IV	1
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL (SCL)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Conteúdo Local	CCT V	1
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL		
Coordenador de Fiscalização de Conteúdo Local	CCT IV	1
Assistente de Fiscalização de Conteúdo Local	CAS II	1
COODENAÇÃO DE GESTÃO DE CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL		
Coordenador de Gestão de Certificação de Conteúdo Local	CCT IV	1
Coordenador de Regulação de Conteúdo Local	CCT IV	1
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA (SDC)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Dados Estatísticos	CCT V	1
Assessor Técnico de Normas e Contratos e de Interlocução Interna e Externa	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS ECONOMICOS SETORIAIS E DE MERCADO		
Coordenador de Estudos Econômicos Setoriais e de Mercado	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA		
Coordenador de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica	CCT IV	1
Assessor Técnico de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE SISTEMA DE PREÇOS		
Coordenador de Sistemas de Preços	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA (SDL)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Distribuição e Logística	CCT V	1
Assessor Técnico de Gestão Interna	CCT IV	1
COORDENAÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA		
Coordenador Geral de Regulação de Distribuição e Logística	CCT V	1
Coordenador de Ações Regulatórias	CCT III	1
Assessor Técnico de Regulação	CA III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA		
Coordenador Geral de Autorizações de Distribuição e Logística	CCT V	1
Assessor Técnico de Exercício de Atividade e Cessões de Espaço	CCT III	1
Assessor Administrativo	CA III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÕES DE REVENDA		
Coordenador Geral de Autorizações de Revenda	CCT V	1
Assessor Técnico de Autorização de Revenda	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS		
Coordenador de Movimentação e Comercialização de Produtos	CCT IV	1
Assessor Técnico de Movimentação e Comercialização de Produtos	CCT III	1
Assessor de Movimentação de Combustíveis	CA III	1
Assistente Administrativo	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE BIODIESEL E DERIVADOS		
Coordenador de Movimentação de Biodiesel e Renováveis	CCT IV	1
Assessor Técnico de Movimentação de Biodiesel e Renováveis	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR E GESTÃO DOCUMENTAL		
Coordenador de Comércio Exterior e Gestão Documental	CCT IV	1
Assessor de Comércio Exterior	CA III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO (SDP)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor de Superintendência	CA II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO, CONTRATOS E PROC. SANCIONADORES DE DES. E PRODUÇÃO		
Coordenador de Regulação, Contratos e Proc. Sancionadores de Desenvolvimento e Produção	CCT V	1
Coordenador de Regulação	CCT III	1
Coordenador de Processos Sancionadores	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO EM CAMPOS TERRESTRES		
Coordenador Geral de Produção em Campos	CCT V	1
Coordenador de Fiscalização de Campos Terrestres	CCT III	1
Coordenador de Campos Maduros e Economicidade Marginal Terrestres	CCT III	1
Assistente de Desenvolvimento e Produção em Campos Terrestres	CAS II	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO EM CAMPOS MARÍTIMOS		
Coordenador Geral de Produção em Campos Marítimos	CCT V	1
Coordenador de Campos Maduros e Economicidade Marginal Marítimos	CCT III	1
Coordenador de Fiscalização de Campos do Pré-Sal	CCT III	1
Coordenador de Fiscalização de Campos do Pós-Sal	CCT III	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA, DE PROCESSOS, COMUNICAÇÃO E TI		
Coordenador Administrativo, Processos, Comunicação e TI	CCT IV	1
Assessor Técnico Administrativo	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS (SDT)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Gestão Organizacional	CCT V	1
COORDENAÇÃO GERAL OPERACIONAL DE DADOS TÉCNICOS		
Coordenador Operacional de Dados Técnicos	CCT V	1
Coordenador de Análise de Dados Digitais de Poços	CCT III	1
Coordenador de Análise de Dados de Geoquímica e Banco de Dados Ambientais	CCT III	1
Coordenador de Armazenamento e Segurança dos Dados Técnicos	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS		
Coordenador Geral de Disponibilização de Dados	CCT V	1
Assistente Técnico de Disponibilização de Dados	CCT II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DO ACERVO DE ROCHAS E FLUÍDOS		
Coordenador Geral de Gestão do Acervo de Rochas e Fluidos	CCT V	1
COORDENAÇÃO DE GEOFÍSICA E ESTUDOS		
Coordenador de Geofísica e Estudos	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO		
Coordenador de Geoprocessamento	CCT IV	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SDT		
Coordenador Administrativo	CCT IV	1
Assistente de Administração e Contratos da SDT	CCT I	1
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO (SEP)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor de Superintendência	CA II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE CONTRATOS DE E&P		
Coordenador de Gestão de Contratos de E&P	CCT V	1
Coordenador de Exploração	CCT III	1
Coordenador de Devolução de Áreas	CCT III	1
Coordenador de Avaliação	CCT III	1
Assistente de Avaliação	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE REGULAÇÃO		
Coordenador de Regulação	CCT IV	1
COORDENAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA		
Coordenador Economico-Financeiro	CCT IV	1
Coordenador de Garantias Financeiras	CGE IV	1
COORDENAÇÃO GESTÃO DE SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO		
Coordenador de SIG e SIGEP	CCT IV	1

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS E INFRAÇÕES		
Coordenador de Processos e Infrações	CCT IV	1
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO (SFI)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Nacional de Fiscalização	CCT V	1
Assessor de Convênios de Parcerias Institucionais	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS REGULATÓRIOS		
Coordenador de Planejamento e Estudos Regulatórios	CCT V	1
Assistente Técnico Planejamento Nacional	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES		
Coordenador de Medidas Cautelares	CGE IV	1
Assessor de Medidas Cautelares	CA III	1
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E ATENDIMENTO DE DEMANDAS EXTERNAS E OUVIDORIA		
Coordenador de Análise e Atendimento de Demandas Externas e Ouvidoria	CGE IV	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SFI		
Coordenador Administrativo	CCT V	1
Coordenador de Contratos	CCT III	1
Assessor de Contratos de Veículos da Coordenação Administrativa	CA III	1
Assistente Técnico Administrativo Nacional	CAS I	1
Assistente Técnico Administrativo	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE REVISÃO DE PROCESSOS SANCIONADORES		
Coordenador de Revisão de Processos Sancionadores	CCT V	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JULGAMENTO DE PROCESSOS RJ E DOWNSTREAM		
Coordenador Regional de Julgamento de Processos RJ e Downstream	CCT IV	1
Assistente Técnico Administrativo do SJP	CCT II	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE BELO HORIZONTE (NBH)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização de Belo Horizonte	CGE IV	1
Assessor Técnico de Planejamento, Execução e Resultado	CCT III	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA (NDF)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização de Brasília	CGE IV	1
Coordenador Operacional de Campo	CCT III	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JULGAMENTO DE PROCESSOS		
Coordenador Regional de Julgamento de Processos	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E RESULTADO DF		
Coordenador Geral de Planejamento, Execução e Resultado - NDF	CCT IV	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE MANAUS (NMA)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização de Manaus	CGE IV	1
Assessor Técnico de Planejamento, Execução e Resultado - Manaus	CCT III	1
Coordenador Operacional de Campo	CCT III	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE PORTO ALEGRE (NPA)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização de Porto Alegre	CGE IV	1
Coordenador de Planejamento, Execução e Resultado	CCT III	1
Coordenador Operacional de Campo	CCT III	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE SALVADOR (NSA)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização de Salvador	CGE IV	1
Chefe Adjunto do Núcleo Regional de Fiscalização de Salvador	CCT V	1
Coordenador Operacional de Campo	CCT III	2
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E RESULTADO DA BAHIA		
Coordenador de Planejamento, Execução e Resultado NSA	CCT III	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JULGAMENTO DE PROCESSOS DA BAHIA		
Coordenador Regional de Julgamento de Processos da Bahia	CCT III	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA NSA		
Coordenador Administrativo NSA	CCT III	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO (NSP)		
Chefe do Núcleo de Fiscalização de São Paulo	CGE IV	1
Chefe Adjunto do Núcleo Regional de Fiscalização de São Paulo	CCT V	1
Coordenador Operacional de Campo	CCT III	1
Assessor Técnico Institucional	CA III	1
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E RESULTADO SP		
Coordenador de Planejamento, Execução e Resultado SP	CCT III	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JULGAMENTO DE PROCESSOS DE SÃO PAULO		
Coordenador de Julgamento de Processos de São Paulo	CCT III	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA NSP		
Coordenador Administrativo NSP	CCT III	1
NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO (NRJ)		
Chefe do Núcleo Regional de Fiscalização do Rio de Janeiro	CGE IV	1
Assessor Técnico de Atividades Integradas de Fiscalização	CCT IV	1
Assessor Técnico de Sistemas	CCT III	1
Assessor Técnico de Apoio Administrativo do NRJ	CA III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E AQUISIÇÕES (SGA)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA DA SGA		
Coordenador Geral Administrativo SGA	CCT V	1
Coordenador de Almoxarifado	CCT III	1
Auxiliar de Almoxarifado	CAS I	1
Coordenador de Patrimônio e Serviços Internos	CCT III	1
Assistente Administrativo de Viagens	CAS I	2
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS SGA		
Coordenador Geral de Contratos SGA	CCT V	1
Assessor Técnico de Contratos ANP - Urca	CCT IV	1
Coordenador de Fiscalização de Contratos	CCT III	1
Coordenador de Planejamento de Contratações	CCT III	1
Assistente de Contratos	CAS II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE AQUISIÇÕES		
Coordenador Geral de Aquisições	CCT V	1
Pregoeiro	CCT II	5
Coordenador de Compras Diretas	CCT IV	1
Assistente de Compras Diretas	CAS I	1
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL DA ANP		
Coordenador Geral de Gestão Documental	CGE IV	1
Coordenador de Arquivos	CCT III	1
Coordenador Protocolo	CA III	1
Assistente de Gestão Documental	CAS II	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DF		
Coordenador Administrativo - DF	CCT III	1
Assistente de Patrimônio - DF	CCT I	1
Assistente de Contratos na Coordenação Administrativa - DF	CCT I	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL - DF		
Coordenador de Gestão Documental - DF	CCT III	1
Líder do Projeto de Implantação do SEI no DF	CCT I	1
SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (SGE)		
Superintendente de Governança e Estratégia	CGE I	1
Superintendente Adjunto de Governança e Estratégia	CGE III	1
Assessor Técnico de Governança e Estratégia	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE QUALIDADE REGULATÓRIA		
Coordenador de Qualidade Regulatória	CCT IV	1
Assessor Técnico de Qualidade Regulatória	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA		
Coordenador de Governança	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE APOIO AO COLEGIADO		
Coordenador de Apoio ao Colegiado	CGE IV	1
Assessor de Contratos e Publicações	CCT III	1
Assistente Administrativo	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESTRATEGICA PROJETOS E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS		
Coordenador de Gestão Estratégica de Projetos e Processos Organizacionais	CCT V	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE		
Coordenador de Gestão de Riscos e Integridade	CCT IV	1
Assessor de Gestão de Riscos e Integridade	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO CONHECIMENTO (SGP)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Coordenador de Atividade	CGE IV	1
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO DE PESSOAL		
Coordenador Geral de Planejamento de Pessoal	CCT V	1
Coordenador de Qualidade	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		
Coordenador Geral de Administração de Pessoal	CCT V	1
Coordenador de Legislação e Acompanhamento Funcional	CCT III	1
Assistente Técnico	CCT II	1
Assistente Técnico de Programa de Estágio	CCT I	1
Assessor Administrativo	CA III	1
Assistente de Remuneração e Administração de Pessoal	CAS I	1
Assistente Administrativo	CAS I	1
COORDENAÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		
Coordenador Geral de Desenvolvimento de Pessoas	CCT V	1
Coordenador de Capacitação	CCT III	1
Coordenador de Gestão do Desempenho	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		
Coordenador de Saúde e QVT	CCT IV	1
Assessor Técnico de Ações de Qualidade de Vida	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO		
Coordenador de Gestão do Conhecimento	CCT IV	1
Assessor Técnico da Biblioteca	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DF		
Coordenador da SGP - DF	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (SFO)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA		
Coordenador de Gestão Financeira	CCT V	1
Assessor de Gestão Financeira	CCT IV	1
Coordenador Financeiro	CCT III	1
Coordenador de Diárias e Passagens	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS		
Coordenador de Transferências Voluntárias	CCT IV	1
COORDENAÇÃO CONTÁBIL		
Coordenador Contábil	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO		
Coordenador de Planejamento Orçamentário	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Coordenador de Execução Orçamentária	CCT IV	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
Assistente Técnica de Orçamento e PAC	CCT I	1
Assistente Técnica da Coordenação de Execução Orçamentária	CAS II	1
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL DA SFO		
Coordenador de Gestão Documental da SFO	CCT IV	1
NÚCLEO DE GESTÃO DE CRÉDITOS (NGC)		
Chefe do Núcleo	CGE IV	1
Assessor de Arrecadação e Cobrança	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE INTIMAÇÃO		
Coordenador de Intimação	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE RECEBIMENTO		
Coordenador de Recebimento	CCT III	1
Assistente Técnico	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE PARCELAMENTO		
Coordenador de Parcelamento	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO (SIM)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor deSuperintendente	CA II	1
COORDENAÇÃO DE SUPERVISÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL		
Coordenador de Supervisão da Movimentação de Gás Natural	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE OUTORGAS PARA INSTALAÇÕES		
Coordenador de Outorgas para Instalações	CCT IV	1
Assessor Técnico de Fiscalização	CCT III	1
Assessor Técnico de Outorgas para Instalações	CCT III	1
Assistente Administrativo	CAS I	1
COORDENAÇÃO DE ACESSO A TRANSPORTE DE LIQUIDOS		
Coordenador de Acesso a Transporte de Líquidos	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE ACESSO A TRANSPORTE DE GÁS NATURAL		
Coordenador de Acesso a Transporte de Gás Natural	CCT IV	1
Assessor Técnico de Acompanhamento de Mercado do Gás Natural	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE REGULAÇÃO E APOIO JURÍDICO		
Coordenador de Regulação e Apoio Jurídico	CCT IV	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SIM		
Coordenador Administrativo da SIM	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (SPC)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Regulação	CCT IV	1

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS		
Coordenador Geral de Gestão da Informação de Instalações de Prod. de Combustíveis	CCT V	1
Coordenador de Auditoria de Dados	CCT III	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
COORDENAÇÃO GERAL DE AUTORIZAÇÕES E PRO. SANCIONADORES DE PRODUÇÃO DE COMBUSTIVEIS		
Coordenador Geral de Autorizações e Proc. Sancionadores de Prod. de Combustíveis	CCT V	1
Coordenador de Autorizações	CCT III	1
Assistente de Autorizações	CAS I	1
Assistente de Autorizações	CAS II	1
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS		
Coordenador de Segurança Operacional de Instalações de Produção de Combustíveis	CCT IV	1
Assessor Técnico de Segurança Operacional	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (SPD)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de PRH e P&D	CCT V	1
Assessor Técnico de Gestão da Informação, Processual e Documental	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS E CREDENCIAMENTO		
Coordenador Geral de Projetos e Credenciamento	CCT V	1
Coordenador de Autorização de Projetos e Programas	CCT III	1
Coordenador de Credenciamento e Instituições	CCT III	1
Assistente de Credenciamento	CAS I	1
COORDENAÇÃO GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM P&D		
Coordenador Geral de Fiscalização de Investimentos em P&D	CCT V	1
Assistente de Infrações	CCT II	1
Coordenador de Projetos e Programas Finalizados	CCT III	1
Coordenador de Prestação de Contas Anual	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DO PRH		
Coordenador Geral do PRH	CCT V	1
Assessor Técnico de Convênios e Termos de Cooperação	CCT III	1
Assistente Administrativo	CAS I	1
SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (SPG)		
Assistente Administrativo	CAS I	1
SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (SPG)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
COORDENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ESPECIAL		
Coordenador de Participação Especial	CCT V	1
Assessor Técnico de Participação Especial	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE PASSIVO JUDICIAL		
Coordenador de Passivo Judicial	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE ROYALTIES		
Coordenador de Royalties	CCT V	1
Assessor Técnico de Royalties	CCT III	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
SUPERINTENDÊNCIA DE PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES (SPL)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor de Superintendência	CA II	1
COORDENAÇÃO DE SISTEMAS E BASE DE DADOS		
Coordenador de Sistemas e Base de Dados	CCT IV	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SPL		
Coordenador Administrativo	CCT V	1
Assessor Técnico Administrativo	CA III	1
Assistente de Apoio Administrativo	CAS II	1
Assistente de Superintendência	CAS II	1
COORDENAÇÃO GERAL TÉCNICA DE PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES		
Coordenador Geral Técnico de Promoção de Licitações	CCT V	1
Coordenador de Qualificação Financeira	CCT III	1
Coordenador de Qualificação Jurídica	CCT III	1
Coordenador Técnico	CCT III	1
COORDENAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS		
Coordenador de Cessão de Direitos	CCT IV	1
Coordenador de Ofertas Permanentes de Áreas	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE (SSM)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor de Segurança Operacional e Meio Ambiente	CCT V	1
Assessor de Dados e Sistemas	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE INCIDENTES E DESEMPENHO OPERACIONAL		
Coordenador Geral de Incidentes e Desempenho Operacional	CCT V	1
Coordenador de Monitoramento e Sensoriamento Remoto	CCT IV	1
Coordenador de Desempenho Operacional	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL		
Coordenador Geral de Regulação de Segurança Operacional	CCT V	1
Assessor Técnico de Regulação	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL		
Coordenador Geral de Fiscalização de Segurança Operacional	CCT V	1
Assessor Técnico de Fiscalização	CCT IV	1
Coordenador de Sondas e Poços	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE MEIO AMBIENTE		
Coordenador de Geral de Meio Ambiente	CCT V	1
Assessor Técnico de Meio Ambiente	CCT IV	1
Coordenador de Descomissionamento e Recuperação de Áreas	CCT III	1
Coordenador de Gestão Ambiental	CCT III	1
Assistente Administrativo de Meio Ambiente	CAS I	1
COORDENADOR DE PROCESSOS E INFRAÇÕES		
Coordenador de Processos e Infrações	CCT IV	1
Assessor Técnico de Processos e Infrações	CCT III	1
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA		
Assessor Administrativo	CA III	1
Assessor de Fiscalização de Contratos	CCT III	1
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)		
Superintendente	CGE I	1
Superintendente Adjunto	CGE III	1
Assessor Técnico de Tecnologia da Informação	CCT IV	1
Assessor Técnico e Administrativo	CCT IV	1
COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMAS		
Coordenador-Geral de Sistemas	CCT V	1
Coordenador de Sistemas Corporativos e Downstream	CCT IV	1
Coordenador de Business Intelligence	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO		
Coordenador Geral de Planejamento	CCT V	1
Assessor Técnico Planejamento de TI	CCT IV	1
Coordenador de Aquisições de TI	CCT III	1
Coordenador de Execução de Contratos	CCT III	1
COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÃO		
Coordenador de Infraestrutura e Operação	CCT V	1
Assessor de Infraestrutura e Operações de TIC	CCT IV	1
COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO		
Coordenador de Atendimento	CGE IV	1

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 542, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.205312/2021-99 e considerando o atendimento ao disposto na Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Fica revogada a Autorização nº 468, de 15 de outubro de 2012, referente a operação do Terminal Aquaviário de Macapá, localizado no município de Santana, Estado do Amapá, por requerimento da empresa autorizada Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, conforme previsto no Inciso II do art. 36 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 309, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.219977/2020-07, resolve: autorizar a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ nº 34.274.233/0068-01, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 11.181, Brigadeira, Canoas/RS, CEP: 92.426-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -29:52:02,250; -51:10:43,960 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 79.995,48 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 847, de 27 de novembro de 2020.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1651	27,42	12,06	6344,28	I, II ou III	Vertical Aéreo
1652	27,42	12,08	7074,29	I, II ou III	Vertical Aéreo
1653	27,42	12,08	6991,04	I, II ou III	Vertical Aéreo
1654	12,95	12,06	1579,26	IIIB	Vertical Aéreo
1656	12,95	12,64	1.471,89	I, II ou III	Vertical Aéreo
1657	12,95	11,00	1468,87	I, II ou III	Vertical Aéreo
1658	27,41	11,58	6852,98	II ou III	Vertical Aéreo
1659	27,41	11,30	6611,09	II ou III	Vertical Aéreo
1661	27,42	11,91	7070,78	IIIA	Vertical Aéreo
1663	27,40	11,59	6835,88	II ou III	Vertical Aéreo
1669	5,77	7,13	187,98	I, II ou III	Vertical Aéreo
1670	5,76	5,69	149,83	I, II ou III	Vertical Aéreo
1671	27,36	12,03	6922,13	I, II ou III	Vertical Aéreo
1672	27,35	11,61	6821,07	II ou III	Vertical Aéreo
1673	27,33	11,58	6764,22	IIIB	Vertical Aéreo
1681	27,50	11,24	6809,89	I, II ou III	Vertical Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 310, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.204295/2021-72, resolve: autorizar a empresa COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO SAO JOSÉ LTDA., CNPJ nº 75.674.424/0001-30, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Rua Paulo Milek Sobrinho, nº 1206, Vila Santa Cruz, Castro/PR, CEP 84.168-040 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -24:46:14,000; -50:00:40,500 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 675,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações SDL-ANP Nº 91, de 17 de abril de 2003, Nº 243, de 04 de agosto de 2004 e Nº 119, de 11 de março de 2016.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	1,91	5,40	15,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
02	1,91	5,40	15,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
03	1,91	5,40	15,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
04	1,91	5,40	15,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
05	1,91	5,40	15,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
06	2,55	6,00	30,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
07	2,55	6,00	30,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
08	2,55	6,00	30,00	II e III	Horizontal Subterrâneo
09	2,55	6,00	30,00	II e III	Horizontal Aéreo
10	5,73	6,00	150,00	II e III	Vertical Aéreo
11	5,73	6,00	150,00	II e III	Vertical Aéreo
12	5,73	6,00	150,00	II e III	Vertical Aéreo
13	2,55	6,00	30,00	II e III	Horizontal Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 541, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 18 de junho de 2009, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 19, inciso III, e o que consta do processo nº 48610.208284/2021-61, torna público o cancelamento da autorização ANP nº Nº 340, DE 7 DE JUNHO DE 2010, por requerimento do agente autorizado para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais, do agente econômico SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA - 77.153.260/0001-21.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 543, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP nº 41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/PE0083673 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO NOVO JARDIM LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 11.276.157/0001-60, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.211453/2019-26.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 544, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao WV COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 39.432.036/0001-80, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida no Mandado de Segurança nº 5009142-72.2021.4.04.7108

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 545, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPCE0377551	A R M DE MELO	38.390.488/0001-83	48610.207455/2021-35
GLPMT0377503	A. R. PINHEIRO GAS	35.065.049/0001-07	48610.207280/2021-66
GLPRN0377470	AJ COMERCIO DE GAS LTDA	38.194.344/0001-51	48610.001828/2021-66
GLPMG0377570	ALMEIDA & LISBOA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	39.456.003/0001-70	48610.001639/2021-93
GLPAM0377529	ANDREZA ROSA DE BRITO	30.742.574/0001-04	48610.207403/2021-69
GLPGO0377498	APARECIDA D R CORDEIRO EIRELI	24.713.297/0002-81	48610.207275/2021-53
GLPAL0377517	ARLEIDE MARIA DOS SANTOS	37.175.710/0001-62	48610.207340/2021-41
GLPSC0377459	BOM GAS COMERCIO DE GAS LTDA	40.296.706/0001-67	48610.002456/2021-95
GLPPR0377509	CECILIA FURMAN STRUGALA	81.734.741/0001-06	48610.207306/2021-76
GLPES0377565	CINTRA GAS EIRELI	37.104.513/0001-52	48610.002476/2021-66
GLPMG0377500	CMC COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	39.796.188/0001-61	48610.207278/2021-97
GLPBA0377488	COMERCIAL DL DE GAS E AGUA LTDA	11.243.494/0002-32	48610.002021/2021-41
GLPSP0377549	COMERCIO DE GAS E AGUA UNIAO LTDA	40.212.246/0001-41	48610.207441/2021-11
GLPGO0377456	DISK GAS EIRELI	37.608.083/0001-06	48610.207154/2021-10
GLPAC0377531	EDVANIA DA SILVA VALE	41.392.338/0001-13	48610.207405/2021-58
GLPAC0377461	ERIC L DE SOUZA	32.497.582/0001-50	48610.206005/2021-25
GLPRN0377463	EVOLUCAO COMERCIO DE GAS LTDA	35.338.792/0001-93	48610.002230/2021-94
GLPSC0377545	FERNANDO GAS E AGUA LTDA	39.229.390/0001-01	48610.207425/2021-29
GLPSP0377539	GISLENE CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	40.071.833/0001-68	48610.207417/2021-82
GLPCE0377574	I.M. NUNES MACARIO	21.692.909/0001-28	48610.207477/2021-03
GLPSP0377494	ISETE RICCI BARONI PEIXOTO	40.188.267/0001-79	48610.001367/2021-21
GLPSP0377507	ITAJOBI COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	41.331.300/0001-30	48610.207309/2021-18
GLPPE0377572	J BENICIO PAZ	40.138.977/0001-94	48610.002401/2021-85
GLPES0377472	J C - CASARAO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	37.594.993/0001-87	48610.001343/2021-72
GLPPE0377486	J. MARIA DA SILVA GAS	39.232.452/0001-34	48610.000838/2021-84
GLPAC0377519	JM COMERCIO, SERVICOS, CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	15.375.632/0001-07	48610.207351/2021-21
GLPSE0377556	JOSE JADSON VIEIRA FARO	26.846.563/0001-99	48610.002406/2021-16
GLPPE0377490	JOSEPH CHARLES VILAR DE FREITAS	24.232.963/0001-89	48610.002548/2021-75
GLPMT0377590	JOSIMAR DA SILVA SOUZA COMERCIO DE GAS.	12.107.650/0001-10	48610.205865/2021-41
GLPMG0377482	KATIUSCIA ROSA MIRANDA SARAIVA 10253737664	34.119.513/0001-38	48610.207198/2021-31
GLPSP0377561	LETICIA DO NASCIMENTO LIMA	40.644.637/0001-35	48610.001638/2021-49
GLPMA0377523	LIMA E LIMA DISTRIBUIDOR LTDA	31.435.427/0001-46	48610.207385/2021-15
GLPDF0377547	LUANA MBR DE SOUZA COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI	22.073.880/0001-69	48610.207440/2021-77
GLPSP0377478	LUCAS FRANCISCO DE OLIVEIRA	40.131.939/0001-00	48610.002135/2021-91
GLPMA0377543	M DE J DO N DA LUZ	32.510.388/0001-67	48610.207421/2021-41
GLPES0377446	M. R. DOS SANTOS GLP	41.491.405/0001-57	48610.207134/2021-31
GLPPA0377583	MAFRA GAS	41.113.832/0001-00	48610.001949/2021-16
GLPMT0377585	MATHEUS VICTOR MENDES PONCE	40.594.099/0001-11	48610.206487/2021-13
GLPSE0377505	MAX DISTRIBUIDORA EIRELI	41.652.016/0001-66	48610.207305/2021-21
GLPPR0377580	MEDEIROS COMERCIO DE GAS EIRELI	02.080.833/0003-05	48610.205976/2021-58
GLPPR0377448	MEDEIROS COMERCIO DE GAS EIRELI	02.080.833/0007-20	48610.207141/2021-32
GLPPA0377484	MIKE A DE ALMEIDA EIRELI	39.532.172/0001-41	48610.207201/2021-17
GLPBA0377541	MILENIO COMERCIAL DE GAS EIRELI	25.433.701/0006-50	48610.207419/2021-71
GLPPR0377476	MINA VELHA COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS EIRELI	39.698.534/0001-79	48610.205867/2021-31
GLPRS0377515	MM DISTRIBUIDORA DE GAS GLP E AGUA MINERAL LTDA	37.211.093/0001-03	48610.207339/2021-16
GLPRS0377450	NEIVA MARISA C. MEDEIROS	03.605.264/0002-48	48610.002222/2021-48
GLPMA0377563	P N CASTRO	08.583.891/0001-68	48610.002507/2021-89
GLPGO0377468	P S BATISTA - DEPOSITO DE GAS E AGUA	33.171.152/0001-06	48610.206090/2021-21
GLPPR0377553	POSTO POSECOL LTDA	78.143.674/0001-32	48610.207456/2021-80
GLPPR0377496	R PENA DIAS COMERCIO DE GAS LTDA	39.401.616/0001-00	48610.002534/2021-51
GLPMG0377511	REAL GAS E BEBIDAS LTDA	41.214.078/0001-96	48610.207310/2021-34
GLPSP0377525	REJANE DOS SANTOS BASTOS	24.876.287/0001-86	48610.207389/2021-01
GLPRS0377527	SAMIR CAMISA SEMHAN	11.219.766/0001-88	48610.207394/2021-14
GLPCE0377521	SOUSA RIBEIRO COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI	37.028.638/0001-40	48610.207373/2021-91
GLPGO0377567	SUPERCHAMA COMERCIO DE GAS EIRELI	08.497.296/0001-00	48610.206300/2021-81
GLPSP0377513	T S ALVARES COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	39.324.833/0001-43	48610.207336/2021-82
GLPBA0377466	UILTON DE JESUS PASSOS	31.306.264/0001-00	48610.001884/2021-09
GLPMG0377492	VALDILEIA COSTA VIEIRA AMARAL	10.789.248/0002-18	48610.207246/2021-91
GLPSP0377587	VERA ANGELA LEITE	39.924.408/0001-95	48610.002368/2021-93
GLPMG0377474	WALTER MEIRA DE OLIVEIRA FILHO COMERCIO DE GAS	41.552.487/0001-00	48610.002412/2021-65
GLPMG0377559	WANDER ALVES MIRANDA 88112640653	40.005.403/0001-48	48610.002490/2021-60

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.086, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a estados e municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.076431/2021-19, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos estados e municípios, no montante de R$ 114.892,80 (cento e quatorze mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundos Municipais de Saúde mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	UPA SADAKO SEDOGUTI	7494068	MUNICIPAL	143920	5	R$ 71.808,00
SP Total							5	R$ 71.808,00
CE	230970	PACATUBA	UPA I UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	228753	MUNICIPAL	143330	3	R$ 43.084,80
CE Total							3	R$ 43.084,80
TOTAL							8	R$ 114.892,80

PORTARIA GM/MS Nº 1.087, DE 27 DE MAIO DE 2021

Cancela a autorização de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 518, de 23 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando o Oficio nº 1.852, de 14 de maio de 2021 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que solicita a desautorização do número de leitos UTI COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.076172/2021-18, resolve:

Art. 1º Fica cancelada as autorização de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI - COVID-19 Adulto, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O cancelamento da autorização será a partir do mês de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	PORTARIA GM/MS DE AUTORIZAÇÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS UTI ADULTO COVID-19 AUTORIZADOS - Cód 2612	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 CANCELADOS - Cód 2612	MÊS DE COMPETÊNCIA
SC	420240	BLUMENAU	HOSPITAL SANTO ANTÔNIO	2558254	MUNICIPAL	PORTARIA GM/MS Nº 518, DE 23/03/2021	138112	10	10	MAIO/2021

PORTARIA GM/MS Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizados a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.075667/2021-20, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, no montante de R$ 459.571,20 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR
RN	240810	NATAL	UPA 24H POTENGI	7923287	MUNICIPAL	142935	9	R$ 129.254,40
			UPA 24H ESPERANCA	7408765	MUNICIPAL	142936	10	R$ 143.616,00
			UPA 24HS CIDADE SATELITE	9361936	MUNICIPAL	142937	6	R$ 86.169,60
	240710	MACAÍBA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MACAIBA UPA	6742017	MUNICIPAL	142947	5	R$ 71.808,00
RN Total							30	R$ 430.848,00
CE	230370	CAUCAIA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE CAUCAIA	7077971	MUNICIPAL	140903	1	R$ 14.361,60
			UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA JUREMA	9346309	MUNICIPAL	140906	1	R$ 14.361,60
CE Total							2	R$ 28.723,20
TOTAL							32	R$ 459.571,20

PORTARIA GM/MS Nº 1.089, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de Março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.062806/2021-55, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza , no montante de R$ 301.593,60 (trezentos e um mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de abril de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL
CE	230440	FORTALEZA	UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO MESSEJANA	7006810	ESTADUAL	143042	15	R$ 215.424,00
			UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO VILA VELHA	7980310	MUNICIPAL	143002	6	R$ 86.169,60
TOTAL							21	R$ 301.593,60

PORTARIA GM/MS Nº 1.090, DE 27 DE MAIO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS Nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria SAES/MS Nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.076550/2021-63, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios, no montante de R$ 876.057,60 (oitocentos e setenta e seis mil, cinquenta e sete reais e sessenta centavos), conforme anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no Art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme anexo.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COD. 28.06	VALOR (30 DIAS)
BA	291005	DIAS D'AVILA	HOSPITAL MUNICIPAL DILTON BISPO DE SANTANA	2532549	HOSPITAL	MUNICIPAL	141259	07	R$ 100.531,20
	292400	PAULO AFONSO	PRONTO SOCORRO COVID19	9442693	PRONTO SOCORRO		143602	14	R$ 201.062,40
BA								21	R$ 301.593,60
MA	211130	SÃO LUIS	UNIDADE MISTA DO BEQUIMAO	2464276	UNIDADE MISTA	MUNICIPAL	142239	14	R$ 201.062,40
	211230	TUNTUM	HOSPITAL DAS CLINICAS DO MUNICIPIO DE TUNTUM	6553567	HOSPITAL		143072	02	R$ 28.723,20
MA								16	R$ 229.785,60
MG	310590	BARROSO	INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO	2123061	HOSPITAL	MUNICIPAL	143395	07	R$ 100.531,20
	313750	LAGOA FORMOSA	HOSPITAL MUNICIPAL DR BININHO	2101874			140737	05	R$ 71.808,00
MG								12	R$ 172.339,20
SC	420460	CRICIUMA	HOSPITAL DE RETAGUARDA RIO MAINA	0451126	HOSPITAL	MUNICIPAL	140768	03	R$ 43.084,80
SC								03	R$ 43.084,80
SP	350520	BARIRI	SANTA CASA DE BARIRI	2791676	HOSPITAL	MUNICIPAL	141357	09	R$ 129.254,40
SP								09	R$ 129.254,40
TOTAL								61	R$ 876.057,60

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 205, DE 25 DE MAIO DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP

Título do projeto: Triagem Neonatal Ampliada para Acidemias Orgânicas, Aminoacidopatias e Defeitos de ß-Oxidação de Ácidos Graxos na Região de Ribeirão Preto, São Paulo: Incidência, Biologia Molecular e Análise Custo-Efetividade.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício de 2018 e 2019

Processo NUP: 25000.058581/2015-94

Embasamento: PARECER TÉCNICO Nº 13/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS, Despacho GAB/SCTIE (0013609627) e PARECER TÉCNICO Nº 47/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0019603568)

Resultado: APROVADOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 654, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre as regras referentes à prorrogação de mandatos no âmbito dos Conselhos de Saúde e dá outras providências

O Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CNS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando a afirmação do Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de sistema universal de saúde instituído pela Constituição Federal de 1988, em seus princípios e diretrizes garantidores da universalidade, integralidade e equidade do acesso às ações e serviços públicos de saúde, incluindo a gestão descentralizada, hierarquizada, regionalizada e com a participação da comunidade;

Considerando que a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando que o funcionamento das instâncias do controle social, mesmo nas crises e adversidades sociais, políticas e sanitárias, é requisito fundamental para a manutenção da normalidade democrática e que a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas pelas autoridades públicas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença por Coronavírus, devendo assegurar a proteção das coletividades, o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, bem como resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

Considerando que o atual momento de Emergência em Saúde Pública e do estado de calamidade pública decorrente da COVID-19 trouxe situações anteriormente não previstas nos atos normativos do Conselho Nacional de Saúde;

Considerando que o contexto da pandemia e a experiência internacional permitem gerir o trabalho e a vida social das pessoas e coletividades durante o enfrentamento à pandemia, reconhecendo a necessidade de trabalhos essenciais para a preservação da vida durante a emergência sanitária e recomendando o isolamento social e a redução do risco de contágio, ao tempo em que propõe medidas de proteção e suporte aos trabalhos essenciais e de saúde;

Considerando que o trabalho desenvolvido pelo controle social é amplamente reconhecido por sua alta relevância pública e que, em razão do disposto na Resolução CNS nº 604, de 08 de novembro de 2018, as funções e atividades desenvolvidas pelos membros dos Conselhos de Saúde e participantes das Conferências de Saúde não são remuneradas, o que reforça a importância da dispensa do trabalho à/ao conselheira/o a bem do serviço público;

Considerando que diversos Conselhos de Saúde buscaram orientações junto ao CNS a respeito da possibilidade de prorrogação do atual mandato, em razão da permanência dos efeitos da pandemia por Covid-19;

Considerando que em recente debate sobre a prorrogação de mandatos, juristas de diversas matrizes teóricas e políticas sustentaram que, no âmbito do direito público, as regras do sistema republicano indicam a periodicidade do mandato como um requisito do regular funcionamento do regime democrático;

Considerando que segundo esses pressupostos republicanos, a eleição é como um contrato social feito entre as partes para a realização de um determinado projeto, por um tempo pré-determinado e, por isso, a prorrogação de um mandato quebraria a regra eleitoral e relativizaria a ideia de sufrágio universal prevista na Constituição Federal de 1988;

Considerando que a prorrogação de mandato seria, no âmbito das normativas do direito público, inconstitucional, em razão desses fundamentos, pois representaria uma mudança da regra anteriormente estabelecida que pode desvirtuar a escolha feita pelos eleitores no processo anterior e que casos de prorrogação, nos termos aqui discutidos, levaria à necessidade de constituição de um mandato de transição, figura que não existe no ordenamento jurídico brasileiro;

Considerando, no entanto, que, no campo do direito privado, regido pela legislação que regulamenta o Código Civil, foi editada a Medida Provisória (MP) 931/20, posteriormente convertida na Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, determina que as sociedades anônimas (S/A), as sociedades limitadas (Ltda) e as cooperativas cujo exercício social tenha sido encerrado entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020 terão até sete meses após o fim do último exercício social para realizar as assembleias gerais ordinárias de acionistas ou sócios (AGO) exigidas pela legislação;

Considerando que a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19), definiu, em seu Art. 4º, que as pessoas jurídicas de direito privado referidas nos incisos I a III do Art. 44 do Código Civil deverão observar as restrições à realização de reuniões e assembleias presenciais até 30 de outubro de 2020, durante a vigência desta Lei, observadas as determinações sanitárias das autoridades locais;

Considerando experiências como as do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), que, em razão da pandemia do novo coronavírus, aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada na segunda-feira (29/06), a prorrogação do mandato da atual Diretoria e do seu Conselho de Representantes;

Considerando o disposto na Resolução CNS nº 645, de 30 de setembro de 2020, que estabelece os procedimentos relativos ao funcionamento do Conselho Nacional de Saúde, através da realização remota de reuniões colegiadas, durante a pandemia provocada pelo Covid-19, que pode servir de parâmetro para os demais Conselhos de Saúde; e

Considerando as atribuições conferidas ao presidente do Conselho Nacional de Saúde pela Resolução CNS nº 407, de 12 de setembro de 2008, Art. 13, Inciso VI, que lhe possibilita decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais, quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário, submetendo o seu ato à deliberação do Pleno em reunião subsequente, resolve:

Ad referendum do Pleno do Conselho Nacional de Saúde

Art. 1º Dispor sobre as regras referentes à possibilidade de prorrogação de mandatos no âmbito dos Conselhos de Saúde e dá outras providências.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos previstos nesta resolução, especialmente se forem realizadas eleições de modo presencial, faz-se necessária a adoção de medidas de distanciamento social, de regras de biossegurança, bem como da observância das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

CAPÍTULO I

Da prorrogação dos mandatos dos Conselhos de Saúde

Art. 2º Os Conselhos de Saúde cujos mandatos já finalizaram ou estão em vias de finalização devem, em razão da legislação do Direito Público vigente no Brasil, proceder, eventualmente, à realização de novas eleições, tendo em vista que o decurso de prazo superior ao anteriormente definido no processo eleitoral resultaria, de algum modo, numa extensão temporal para o mandato a que foram eleitos os atuais conselheiros, o que não encontra fundamentação na legislação do SUS nem nas regras administrativas e constitucionais do Brasil.

§1º Em virtude do disposto no caput desse artigo é fundamental que, caso haja viabilidade, se realize uma nova eleição, preservando a integridade democrática do processo eleitoral e do controle social no munícipio.

§2º Tendo em vista a permanência dos efeitos da pandemia da Covid-19, recomenda-se que, havendo processo eleitoral no ano de 2021, o mesmo seja iniciado no menor tempo possível para a constituição de Comissão Eleitoral, publicação de edital e demais procedimentos referentes ao certame.

Art. 3º O processo eleitoral para a escolha das entidades que indicarão representantes em substituição aos atuais membros do Conselho deve ser realizado em conformidade com o respectivo regimento eleitoral a ser aprovado pelo plenário do Conselho de Saúde, homologado pelo chefe do Poder Executivo e publicado no Diário Oficial em forma de resolução.

Art. 4º Nos casos em que o mandato dos conselheiros e conselheiras já tenha expirado e não haja as condições necessárias à realização da eleição, recomenda-se que o Conselho Municipal de Saúde estabeleça contato com o Conselho Estadual de Saúde, para possíveis providências e pactuações com vistas a viabilizar o processo eleitoral no menor tempo possível para suprir essa irregularidade, atendendo ao disposto na legislação do Direito Privado referenciada nesta Resolução.

Parágrafo único. Ainda que ausente a manifestação dos Conselhos Municipais de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde deve envidar esforços para monitorar as condições dos municípios que estejam enfrentando maiores dificuldades em seu processo eleitoral.

Art. 5º O Conselho Estadual de Saúde deve avaliar, criteriosamente, as condições do munícipio e, averiguada a impossibilidade de realização da eleição, pode orientar o Conselho Municipal de Saúde, de acordo com a realidade local, para:

I - Nos casos em que reste comprovada a impossibilidade de atendimento ao previsto nos artigos 1º a 3º desta resolução, o Conselho Municipal de Saúde, em conjunto com o Conselho Estadual de Saúde, pode constituir um mandato de transição com os atuais membros do Conselho, com duração de até 180 dias após a publicação desta Resolução, tendo por finalidade:

a) Manter o regular funcionamento do Conselho de Saúde, no atendimento de suas competências legais e regimentais; e

b) Organizar a eleição, constituindo comissão eleitoral autônoma para a elaboração dos instrumentos normativos de convocação do processo e organização dos trâmites do certame.

II - A definição de cronograma de realização do processo eleitoral, levando-se em consideração as especificidades do munícipio e da sociedade civil local;

III - A possibilidade de adoção de estratégias de realização da eleição por vias não usuais, utilizando-se de ferramentas virtuais ou outros instrumentos de comunicação disponíveis no munícipio.

Parágrafo único. Todos os atos relativos ao processo descrito neste artigo devem ser registrados em ata e tornados públicos nos meios de comunicação oficiais do respectivo Conselho de Saúde.

CAPÍTULO II

Do funcionamento excepcional dos Conselhos de Saúde

Art. 6º Ainda que não previstas nos regimentos internos dos Conselhos de Saúde, fica aberta a possibilidade de realização de reuniões remotas, bem como a apreciação e deliberação, pelos respectivos plenos, dos documentos editados ad referendum durante a vigência da Emergência em Saúde Pública e do estado de calamidade pública decorrente da COVID-19, especialmente as medidas de distanciamento social que possam inviabilizar as reuniões presenciais dos Conselhos de Saúde.

Parágrafo único. Em razão do quadro de desafios apresentado pela Emergência em Saúde Pública provocada pela epidemia do novo Coronavírus, as regras dispostas nesta Resolução não suprem a necessidade de definição local da metodologia de funcionamento das reuniões virtuais de cada Conselho de Saúde atendendo à necessária flexibilização normativa para a realização das reuniões por intermédio de tecnologia de acesso remoto em ambiente virtual, respeitadas as particularidades locais.

Art. 7º As reuniões remotas dos Conselhos de Saúde, realizadas durante a vigência da Emergência em Saúde Pública a que se refere o artigo 6º desta Resolução, respeitado o disposto no respectivo Regimento Interno, podem ser realizadas por meio da plataforma digital de acesso remoto que seja mais acessível e adequada à realidade local.

Art. 8º Os atos e ações propostos e aprovados pelos Conselhos de Saúde que não consigam realizar suas eleições, estarão revestidos de legalidade desde que:

I - Seja devidamente justificada a inviabilidade de realização do processo eleitoral para a nova composição do Conselho; e

II - Seja constituído o respectivo mandato de transição pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto no Art. 5º, inciso I dessa resolução.

Art. 9º As regras previstas nesta Resolução não possuem caráter vinculativo, apenas diretivo, ou seja, trata-se de diretrizes e não de normas compulsórias.

Parágrafo único. O disposto nesta resolução está endereçado a todos os conselhos de saúde, municipais, estaduais e do Distrito Federal, desde que estejam em situação de irregularidade em relação ao seu processo eleitoral.

Art. 10 Fica revogada a Resolução CNS nº 649, de 12 de novembro de 2020.

FERNANDO ZASSO PIGATTO
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 654, de 01 de abril de 2021, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 8, DE 21 DE MAIO DE 2021

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose do Tipo VII.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem os parâmetros sobre a mucopolissacaridose do tipo VII no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 600/2021 e o Relatório de Recomendação nº 605 - Abril de 2021 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Mucopolissacaridose do Tipo VII.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da mucopolissacaridose do tipo VII, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da mucopolissacaridose do tipo VII.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE
Secretário de Atenção Especializada à Saúde

HÉLIO ANGOTTI NETO
Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA CONJUNTA Nº 9, DE 21 DE MAIO DE 2021

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Psoríaca.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre a artrite psoríaca no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 597/2020 e o Relatório de Recomendação nº 602 - Abril de 2021 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Artrite Psoríaca.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da artrite psoríaca, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da artrite psoríaca.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 16/SAES-SCTIE/MS, de 17 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 223, de 23 de novembro de 2020, seção 1, página 93.

SERGIO YOSHIMASA OKANE
Secretário de Atenção Especializada à Saúde

HÉLIO ANGOTTI NETO
Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA Nº 598, DE 20 DE MAIO DE 2021

Define a distribuição de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Amazonas.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.641/GM/MS, de 21 de dezembro de 2020, que define para o exercício de 2021, a estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Deliberação CIB/AM nº 091/2021, AD REFERENDUM de 05 de maio de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas, que definiu as responsabilidades das cirurgias eletivas a serem realizadas no Estado do Amazonas, no exercício de 2021, constante no NUP/SEI 25000070220/2021-64, resolve:

Art. 1º Fica definida a distribuição de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Amazonas, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, após a apuração da produção na Base de Dados dos Sistemas de Informações do SUS.

Art. 3º A distribuição não acarretará ônus para o Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2021.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR
AM	1300000	GESTÃO ESTADUAL	ESTADUAL	R$ 5.902.825,58
AM	1300607	BENJAMIN CONSTANT	MUNICIPAL	R$ 50.000,00
AM	1300805	BORBA	MUNICIPAL	R$ 50.000,00
AM	1301209	COARI	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1301605	FONTE BOA	MUNICIPAL	R$ 50.000,00
AM	1301704	HUMAITÁ	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1301902	ITACOATIARA	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1302504	MANACAPURU	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1302603	MANAUS	MUNICIPAL	R$ 50.000,00
AM	1302900	MAUÉS	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1303403	PARINTINS	MUNICIPAL	R$ 150.000,00
AM	1303536	PRESIDENTE FIGUEIREDO	MUNICIPAL	R$ 100.000,00
AM	1304203	TEFÉ	MUNICIPAL	R$ 50.000,00
TOTAL				R$ 6.902.825,58

PORTARIA Nº 599, DE 21 DE MAIO DE 2021

Cancela o CEBAS da Fundação Ana Lima, com sede em Maracanaú (CE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 768/SAS/MS, de 27 agosto de 2014, constante do SIPAR/SEI nº 25000.058671/2010-71, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período 27 de março de 2010 à 26 de março de 2015;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 115/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS nº 920, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.003277/2018-52, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Fundação Ana Lima, CNPJ nº 07.411.705/0001-40, com sede em Maracanaú (CE).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 27 de março de 2010, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 600, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Combate ao Câncer de Marília e Região, com sede em Marília (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 384/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.029408/2021-27, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação de Combate ao Câncer de Marília e Região, CNPJ Nº 59.990.960/0001-99, com sede em Marília (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 6 de junho de 2021 a 5 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 601, DE 25 DE MAIO DE 2021

Indefere a Renovação do CEBAS do Hospital Santa Catarina, com sede em Blumenau (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 393/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.145427/2020-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Hospital Santa Catarina, CNPJ nº 01.880.344/0001-03, com sede em Blumenau (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 602, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital de Caridade São Roque, com sede em Faxinal do Soturno (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 396/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.111550/2020-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Roque, CNPJ nº 89.891.337/0001-40, com sede em Faxinal do Soturno (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 603, DE 25 DE MAIO DE 2021

Define a distribuição de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Mato Grosso.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.641/GM/MS, de 21 de dezembro de 2020, que define para o exercício de 2021, a estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Deliberação CIB/MT nº 65, de 07 de maio de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Mato Grosso, que definiu as responsabilidades das cirurgias eletivas a serem realizadas no Estado do Mato Grosso, no exercício de 2021, constante no NUP/SEI 25000.077169/2021-11, resolve:

Art. 1º Fica definida a distribuição de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Mato Grosso, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, após a apuração da produção na Base de Dados dos Sistemas de Informações do SUS.

Art. 3º A distribuição não acarretará ônus para o Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR
MT	510000	MATO GROSSO	ESTADUAL	R$ 1.154.850,95
MT	510020	ÀGUA BOA	MUNICIPAL	R$ 163.738,26
MT	510025	ALTA FLORESTA	MUNICIPAL	R$ 179.721,62
MT	510030	ALTO ARAGUAIA	MUNICIPAL	R$ 31.685,47
MT	510060	ALTO TAQUARI	MUNICIPAL	R$ 17.993,93
MT	510250	CÁCERES	MUNICIPAL	R$ 255.664,80
MT	510267	CAMPO VERDE	MUNICIPAL	R$ 73.245,26
MT	510320	COLÍDER	MUNICIPAL	R$ 114.441,33
MT	510335	CONFRESA	MUNICIPAL	R$ 151.130,38
MT	510340	CUIABÁ	MUNICIPAL	R$ 1.205.568,28
MT	510350	DIAMANTINO	MUNICIPAL	R$ 168.484,78
MT	510460	ITIQUIRA	MUNICIPAL	R$ 83.627,16
MT	510480	JACIARA	MUNICIPAL	R$ 54.059,77
MT	510510	JUARA	MUNICIPAL	R$ 89.505,60
MT	510622	NOVA MUTUM	MUNICIPAL	R$ 721.749,50
MT	510625	NOVA XAVANTINA	MUNICIPAL	R$ 96.979,92
MT	510630	PARANATINGA	MUNICIPAL	R$ 37.462,36
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	MUNICIPAL	R$ 176.696,40
MT	510700	POXORÉO	MUNICIPAL	R$ 26.982,66
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	MUNICIPAL	R$ 102.622,80
MT	510760	RONDONÓPOLIS	MUNICIPAL	R$ 243.825,60
MT	510785	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	R$ 41.461,88
MT	510795	TANGARÁ DA SERRA	MUNICIPAL	R$ 413.577,60
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	MUNICIPAL	R$ 198.301,20
TOTAL				R$ 5.803.377,51

PORTARIA Nº 604, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Monte Alegre de Minas, com sede em Monte Alegre de Minas (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 391/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.076994/2020-18, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Monte Alegre de Minas, CNPJ nº 22.547.947/0001-50, com sede em Monte Alegre de Minas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de junho de 2020 a 26 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 605, DE 25 DE MAIO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS do Hospital Maternidade Frei Galvão, com sede em Guaratinguetá (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 390/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.105006/2016-79, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Hospital Maternidade Frei Galvão, CNPJ nº 51.612.828/0001-31, com sede em Guaratinguetá (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 606, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS da Associação Evangélica Beneficente de Londrina, com sede em Londrina (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 392/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.095697/2012-61, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Evangélica Beneficente de Londrina, CNPJ nº 78.613.841/0001-61, com sede em Londrina (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 607, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Paraguaçu Paulista, com sede em Paraguaçu Paulista (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 395/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.065255/2021-81, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Paraguaçu Paulista, CNPJ nº 53.638.649/0001-07, com sede em Paraguaçu Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 608, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças de Itaporanga, com sede em Itaporanga (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 394/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.040508/2021-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças de Itaporanga, CNPJ nº 50.059.054/0001-09, com sede em Itaporanga (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de março de 2021 a 18 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 609, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS da Fundação Hospitalar Santa Juliana, com sede em Salto Veloso (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 399/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.028501/2021-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Santa Juliana, CNPJ nº 82.827.304/0001-91, com sede em Salto Veloso (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 610, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho, com sede em Ponte Nova (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 400/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.066912/2021-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho, CNPJ nº 26.150.979/0001-78, com sede em Ponte Nova (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2022 a 20 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 611, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Hospitalar Santa Otília, com sede em Orleans (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 403/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.160903/2020-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Santa Otília, CNPJ nº 85.285.930/0001-91, com sede em Orleans (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de março de 2021 a 22 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 612, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia e Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Porteirinha (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 402/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.040600/2021-74, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia e Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 22.683.783/0001-98, com sede em Porteirinha (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de abril 2021 a 31 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 613, DE 25 DE MAIO DE 2021

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul, com sede em São Lourenço do Sul (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 303/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.175323/2020-39, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul, CNPJ nº 97.011.688/0001-47, com sede em São Lourenço do Sul (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de janeiro 2021 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 434/SAES/MS, de 14 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 72, de 19 de abril de 2021, seção 1, página 175.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

PORTARIA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/ SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRAC/SAES/MS;

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS;

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.061164/2021-77, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionados:

Unimed - Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. - ANS nº 39.332-1

NOME	CPF	REGISTRO
Natasha Xavier Coelho	122.026.957-37	COREN - RJ 387.875

Plano Hospital Samaritano Ltda. - ANS 41.125-6

NOME	CPF	REGISTRO
Sergio Ricardo M Antunes de Oliveira	079.606.158-02	CRM - SP 055735

Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico - ANS 35.7391

NOME	CPF	REGISTRO
Tamyne Grayce Cunha Silva Nakashima	027.440.373-03	COREN - ES 000.402.106

Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda. - ANS 35.250-1

NOME	CPF	REGISTRO
Aline Ghiot Machado	940.853.310-00	COREN - RS 101.512
Daiane da Silva Pereira	987.494.200-20	COREN - RS 000.142.722
Simone Dos Santos Brum	600.933.900-68	CRM - RS 19182
Vanessa de Oliveira Apoitia Badaraco	824.737.300-91	COREN - RS 000.123.166

Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico - ANS nº 320862

NOME	CPF	REGISTRO
Leônidas Fávero Neto	961.852.959-20	CRM - PR 13954

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

PORTARIA PO Nº 5, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2020, que dispõe sobre a publicação da lista de atos normativos inferiores a decreto e das competências e detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPEMENTAR, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 4º do art. 4º, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, com a redação dada pela Lei nº 13.848, de 25 de julho de 2019, combinado com o art. 12 e art. 14, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, na forma do, inc. II do art. 29 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017, e do que consta no Processo nº 33910.018565/2019-58, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2020, que dispõe sobre a publicação da lista de atos normativos inferiores a decreto e das competências e detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Art. 2º A Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2020 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.15.....

III - terceira etapa, a ser concluída até 31 de maio de 2021, envolvendo a consolidação e/ou revogação dos atos normativos remanescentes classificados em cada um dos temas ou grupo de temas listados abaixo:

....."(NR)

" IV - quarta etapa, a ser concluída até 31 de agosto de 2021, envolvendo a consolidação e/ou revogação dos atos normativos remanescentes classificados em cada um dos temas ou grupo de temas listados no inciso III do art. 15; e"

"V- quinta etapa, a ser concluída até 30 de novembro de 2021, envolvendo a revisão e consolidação da totalidade dos atos normativos da ANS objeto do processo de consolidação e revisão.

....."(NR)

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 24 de maio de 2021, publicada no DOU nº 98, em 26 de maio de 2021, Seção 1, página 204, onde se lê: "29/04/2021," leia-se: "18 de maio de 2021".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 64, DE 26 DE MAIO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 37, § 5°, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em Reunião Ordinária Pública - ROP 10/2021, realizada em 26 de maio de 2021, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda

CNPJ: 30.222.814/0001-31

Expediente do recurso: 1697251/21-1

Processo nº: 25351.383607/2021-06

ANTONIO BARRA TORRES

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA DE SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS E ÓRGÃOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.075, DE 25 DE MAIO DE 2021

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos (GSTCO) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 120, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petição referente a ensaio clínico com produto de terapia avançada investigacional, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Nome da empresa solicitante: Synova Pesquisa Científica Ltda.
CNPJ: 31.135.739/000-1-34
Patrocinador do ensaio clínico: Sorrento Therapeutics.
Número do processo: 25351.986743/2021-44
Expediente: 0413819/21-3
Título do ensaio clínico. Estudo fase 2, com administração intravenosa do produto investigacional COVI-MSC™ a base de células-tronco mesenquimais derivadas do tecido adiposo expandidas por cultura alogênica, para avaliar segurança e eficácia em tratamento do desconforto respiratório agudo induzido pela COVID-19.
CE/Documento de importação: CE 0004/21 GSTCO/DIRE1/Anvisa

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.124, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11925 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 38. ALTERAÇÃO DO ADJUVANTE QUÍMICO/SINTÉTICO - MODERADA 2000586/21-5
11933 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 42. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2000614/21-4
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 2000583/21-1
1.2110.0481.001-9 6 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 2.099, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: PRATIC HAIR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME - CNPJ: 23.743.535/0001-58
Produto - (Lote): TRATAMENTO TERMOATIVADO ECO BLOND SYSTEM PARATICHAIR PROFISSIONAL COSMETICS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1952935/21-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a fabricação de produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

2. Empresa: SAN LORENZO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - CNPJ: 23.230.216/0001-49
Produto - (Lote): TODOS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 2028255/21-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes e a ausência de Licença Sanitária detectada durante inspeção sanitária realizada no período em 07/05/2021, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.133, DE 27 DE MAIO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): VITAL HONEY (MELZINHO DO AMOR) (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2034790/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1893467288-melzinho-do-sheik-original-e-natural-promoco-o-melhor-caixa-_JM#position=1&search_lay%E2%80%A6 do produto sem registro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Vital Honey (Melzinho do Amor) bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
2. Empresa: Kwality Pharmaceuticals Ltd. - Índia - CNPJ: N/A
Produto - Apresentação (Lote): REMDESIVIR FOR INJECTION (N-16896);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2004462/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Motivação: Evidências de comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem o produto.

RETIFICAÇÃO

No Anexo 2 da Resolução - RE n° 1.544, de 14 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União n° 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1, pág. 619,

onde se lê:

"2. Empresa: PRODUFARMA FEIRENSE LTDA - CNPJ: 13.969.316/0001-38

Produto - Apresentação (Lote): REDUMAX CÁPSULA (TODOS); DEPURSAN SOLUÇÃO ORAL (TODOS); CHÁ TIQUWU E GANJIANG CÁPSULA (TODOS); VITAPASE COMPRIMIDOS (TODOS); THIOGENOL SOLUÇÃO ORAL (TODOS); THIOGENOL COMPRIMIDO (TODOS); THIOCÁLCIO D3 (TODOS); TAYUCAROBA SOLUÇÃO ORAL (TODOS); TAYUCAROBA COMPRIMIDO (TODOS); STOMAFIG (TODOS); KAMOFIX (TODOS); CARDIOSETYL (TODOS);

[...]

Ações de fiscalização: Apreensão

Inutilização

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio do site https://produfarmafeirense.com/ dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com o parágrafo 5º do artigo 2º da RDC 26/2014; parágrafo 1º do artigo 7º da RDC 26/2014; RDC 24/2011; e artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos."

leia-se:

"2. Empresa: PRODUFARMA FEIRENSE LTDA - CNPJ: 13.969.316/0001-38

Produto - Apresentação (Lote): CHÁ TIQUWU E GANJIANG CÁPSULA (TODOS); KAMOFIX (TODOS); CARDIOSETYL (TODOS)

[...]

Ações de fiscalização: Apreensão

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio do site https://produfarmafeirense.com/ dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados pela empresa Olivyflora Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda. CNPJ: 04.049.717/0001-89, em desacordo com o parágrafo 5º do artigo 2º da RDC 26/2014; parágrafo 1º do artigo 7º da RDC 26/2014; e artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos."

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 302, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204971 - Gibi na Rua II
LAMIRA ARTES CENICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.591.155/0001-66
Processo: 01400004962202040
Cidade: Palmas - TO;
Valor Aprovado: R$ 580.000,91
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto realizará a circulação do espetáculo infantil GIBI por 04 cidades do interior do TO e na capital Palmas, todas as apresentações serão gratuitas. Teremos oficinas nas cidades do interior, sendo 20 vagas por cidade, oficinas livres, gratuitas e abertas à comunidade em geral, total de 04 oficinas pelo interior, com cerca de 80 vagas. Na capital terá oficinas gratuitas de dança/música/teatro com os artistas da Cia para artistas e comunidade em geral, sendo 10 vagas diárias de 2ªf a 6ªf. Além de seminários e palestras na Universidade Federal do Tocantins e/ou nas Redes Públicas e Privadas de Ensino. O projeto terá acessibilidade em audiodescriação e libras. Além de folheteria em Braile e a escolha dos espaços para apresentação, oficinas e palestras que atendam as necesidades de pessoas com deficiência locomotora.

204996 - PROJETO CIRCO MUSICAL
CWE PARTICIPACOES E PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 37.178.742/0001-11
Processo: 01400004987202043
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.708.500,75
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Projeto Circo Musical tem o intuito de ser uma experiência única, na qual irá democratizar o teatro musical em nove cidades e uma infinidade de pessoas pela internet, através de um evento de altíssima qualidade de produção. A venda de ingressos será a preços populares e 30% serão distribuídos gratuitamente, formando plateias de espetáculos. A classificação dos espetáculos é Livre.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204983 - ORQUESTRA DE PARQUE SAGRADA GERAÇÃO - 4 ESTAÇÕES
ORQUESTRA PARQUE ESCOLA SAGRADA GERACAO
CNPJ/CPF: 31.164.260/0001-26
Processo: 01400004974202074
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.354,51
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de oficinas de música, instrumentação e orquestração. Além disto, o projeto prevê ainda, a realização de palestras de contrapartida social.

205005 - FESTIVAL CEM - Cultura, Entretenimento e Música
ANTONIO CARLOS SPIRITO - ME
CNPJ/CPF: 18.705.297/0001-56
Processo: 01400004996202034
Cidade: Itapuí - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.999,00
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo a realização de um festival musical com o tema do folclore e a cultura regional. As edições do evento serão compostas de diversas apresentações de orquestras sinfônicas e grupos folclóricos, além da atividade de ação formativa de contrapartida social, que é uma oficina destinada exclusivamente ao público de alunos e professores de escolas públicas. Todas atividades realizadas serão gratuitas a toda população.

205007 - TURNÊ SAMBA URGENTE
MAURICIO MEDICI VIDAL CARVALHO 99531909172
CNPJ/CPF: 19.750.713/0001-09
Processo: 01400004998202023
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.962,00
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produzir uma turnê nacional do Samba Urgente, grupo de samba e choro independente, criado em Brasília. Realizado a preços populares, o projeto pretende expandir o alcance do chorinho no país a partir de apresentações musicais do grupo e artistas locais convidados. Como contrapartida social, está previsto um workshop "Aprendendo Percussão", com diversos conteúdos sobre a história, origens e transformações do chorinho e samba instrumentado.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
205006 - FABRICARTE - CINEMA / TEATRO / LITERATURA
Instituto Eco Ambiental e Social
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Processo: 01400004997202089
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 992.456,30
Prazo de Captação: 28/05/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de um circuito de cultura com contações de historias, oficinas para professores e doação de acervo de livros, DVDs, kits Multimidia e adereços teatrais para contação de historias.

PORTARIA Nº 303, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
201959 - MÚSICA NO BAIRRO Plano Anual 2021
Associação Evangélica Cristo Redentor
CNPJ/CPF: 07.983.650/0001-43
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 77.880,00
Valor total atual: R$ 517.338,04

PORTARIA Nº 304, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
171419 - Heróis de Areia
FÁBBRICA DE IDÉIAS EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 12.826.422/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
205167 - MUSEU NACIONAL EM AÇÃO: exposição e educação museal
Associação Amigos do Museu Nacional
CNPJ/CPF: 30.024.681/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 305, DE 27 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
194287 - Conexão do Bem - Novos Territórios 2020
Agência Botão Cultural
CNPJ/CPF: 17.722.525/0001-33
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 16,59
Valor total atual: R$ 307.302,91

203295 - Natal Encantado da Cultura Brasileira
HARMONICA ARTE & ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.373.084/0001-83
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 36.285,48
Valor total atual: R$ 549.823,43

204087 - GRUPO CORPO 2021
Instituto Cultural Corpo
CNPJ/CPF: 07.224.449/0001-82
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.556.630,00
Valor total atual: R$ 15.285.705,88

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184941 - Festival da Vida
NEW VIEW ENTRETENIMENTO E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 15.521.676/0001-06
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 63.591,00
Valor total atual: R$ 570.091,96

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
178506 - Onde mora a esperança
ASSOCIACAO INTERNACIONAL HABITAT PARA A HUMANIDADE
CNPJ/CPF: 18.093.824/0001-19
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,00
Valor total atual: R$ 375.296,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
201186 - CATADORES DE HISTÓRIAS, CONTADORES DE SONHOS
HOKMA TREINAMENTO ARTE E CULTURA LTDA
CNPJ/CPF: 10.522.102/0001-20
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 78.605,46
Valor total atual: R$ 340.216,95

204020 - Minas Gerais Três Séculos de História
C/ ARTE PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 42.773.754/0001-24
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.615,68
Valor total atual: R$ 296.084,58

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 53, DE 27 DE MAIO DE 2021

Instauração de Correição Ordinária nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013),

considerando que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;

considerando que, dentre outras atribuições, incumbe à Corregedoria Nacional, a teor do disposto no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e no art. 18, incisos I, II, VII e XIV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, realizar de ofício sindicâncias, correições e inspeções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

considerando que a Corregedoria Nacional, nos termos do art. 67, caput e §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar correições, inspeções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

considerando que, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, a correição ordinária será realizada nos órgãos de controle disciplinar das unidades do Ministério Público da União e dos Estados, qualquer que seja a espécie de procedimento disciplinar e a participação do órgão no seu trâmite, para verificação do funcionamento e regularidade das atividades desenvolvidas;

considerando que a Constituição Federal conferiu expressamente ao Corregedor Nacional do Ministério Público o dever-poder de requisição e de designação de membros do Ministério Público, assim como o dever-poder de requisição e designação de servidores do Ministério Público (art. 130-A, §3º, inciso III, da Constituição Federal);

considerando que o art. 130-A, §3º, inciso III, da Constituição Federal, é norma constitucional expressa, com aplicabilidade imediata, que dispensa regulamentação e que foi instituída para garantir à Corregedoria Nacional do Ministério Público o exercício eficiente, isento e pleno das funções que lhes foram atribuídas constitucionalmente;

considerando que a Corregedoria Nacional consiste em garantia fundamental de efetividade das atividades e atribuições do Ministério Público como instituição constitucional fundamental de acesso à Justiça;

considerando que, além de detectar eventuais inadequações de ordem disciplinar ou administrativa, adotando as providências necessárias, a Corregedoria Nacional tem como objetivo orientar e buscar o aprimoramento das atividades do Ministério Público, o que inclui a verificação do funcionamento e regularidade das atividades desenvolvidas;, resolve:

1. Instaurar correição ordinária nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, cujos trabalhos serão realizados no período de 30 de junho a 02 de julho de 2021, de forma remota, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;

2. Designar, no período supracitado, o coordenador Alessandro Santos de Miranda e o membro auxiliar Marco Antonio Santos Amorim, da Coordenadoria de Correições e Inspeções da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para coordenarem os trabalhos correicionais;

3. Designar, no período supracitado, as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Larissa Lago Barbosa Bezerril e Michelle Almeida Nogueira para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços;

4. Determinar que sejam comunicados da correição o procurador-geral de justiça e a corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

RINALDO REIS LIMA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 266, DE 27 DE MAIO DE 2021

Instala ofícios especiais e de administração e designa seus titulares.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício das competências conferidas pelos arts. 46, incisos VI, XX e XXIII, 49, inciso VI, 82 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o disposto no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014, e na Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam instalados os seguintes ofícios especiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO:

I - 9 (nove) ofícios do GAECO no estado do Rio de Janeiro, conforme Portaria PGR/MPF n° 172, de 7 de abril de 2021;

II - 6 (seis) ofícios do GAECO no estado de Minas Gerais, conforme Portaria PGR/MPF n° 13, de 24 de janeiro de 2020;

III - 9 (nove) ofícios do GAECO no estado do Paraná, conforme Portaria PGR/MPF n° 678, de 6 de agosto de 2020;

IV - 7 (sete) ofícios do GAECO no estado do Pará, conforme Portaria PGR/MPF nº 985, de 4 de dezembro de 2020;

V - 6 (seis) ofícios do GAECO no estado do Amazonas, conforme Portaria PGR/MPF n° 975, de 1º de dezembro de 2020;

VI - 6 (seis) ofícios do GAECO no estado da Paraíba, conforme Portaria PGR/MPF n° 133, de 12 de fevereiro de 2020.

§ 1º Os ofícios especiais indicados no caput consideram-se instalados em 1º de junho de 2021.

§ 2º Ficam designados para a titularidade dos ofícios especiais indicados no caput os Procuradores da República e Procuradores Regionais da República já designados para os respectivos GAECOs, observado o prazo das designações originais.

§ 3º As designações de titulares dos ofícios especiais indicados no caput já publicadas terão eficácia a partir de 1º de junho de 2021.

§ 4º Encerrados os atuais mandatos, os GAECOs indicados no art. 1º adequar-se-ão ao disposto nos §§ 7º e 8º da Portaria PGR/MPF nº 755, de 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os ofícios especiais indicados no art. 1º, incisos I e II, da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020 consideram-se instalados em 1º de janeiro de 2021.

Parágrafo único. Para os fins da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, as designações de titulares dos ofícios especiais indicados no caput publicadas até 31 de dezembro de 2020 terão eficácia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º Os ofícios especiais indicados no art. 1º, inciso III, da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020 consideram-se instalados em 1º de junho de 2021.

Parágrafo único. Para os fins da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, as designações de titulares dos ofícios especiais indicados no caput já publicadas terão eficácia a partir de 1º de junho de 2021.

Art. 4º Os ofícios de administração indicados no art. 2º da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, consideram-se instalados em 1º de janeiro de 2021.

Parágrafo único. Para os fins da Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, as designações de titulares dos ofícios de administração indicados no caput publicadas até 31 de dezembro de 2020 terão eficácia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2021 e observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 265, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício das competências conferidas pelos arts. 46, incisos VI, XX e XXIII, 49, inciso VI, 82 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o disposto no art. 6º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, publicada no D.O.U., Seção 1, pág. 370, de 21 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

II - ofícios do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e dos seus adjuntos, dos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão e dos seus adjuntos, na forma do art. 41 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

III - ofícios dos Procuradores Regionais Eleitorais e dos seus auxiliares, na forma dos arts. 76 e 77 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

IV - ofícios dos membros integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, na forma do art. 49, inciso XV, alínea "e" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e da Resolução CSMPF nº 146, de 5 de agosto de 2013.

.....

§ 2º Nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal, serão instalados ofícios especiais de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC adjunto, respeitada a antiguidade, observados os seguintes quantitativos:

I - até 3 (três) ofícios de PRDC adjunto na Procuradoria da República no estado de São Paulo;

II - até 2 (dois) ofícios de PRDC adjunto nas Procuradorias da República nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais;

III - até 1 (um) ofício de PRDC adjunto nas Procuradorias da República nos estados da Bahia, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e no Distrito Federal.

§ 3º Nas Procuradorias Regionais Eleitorais, serão instalados ofícios especiais de Procurador Regional Eleitoral - PRE auxiliar, observados os seguintes quantitativos:

I - até 2 (dois) ofícios especiais de PRE auxiliar nas Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais;

II - até 1 (um) ofício especial de PRE auxiliar nas Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás.

§ 4º Nas Procuradorias Regionais da República e nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal, serão instalados ofícios especiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, limitados a 10% (dez por cento) do número de ofícios comuns instalados no respectivo território ou região, desprezada a fração.

§ 5º O quantitativo de ofícios especiais nas Procuradorias Regionais da República e nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal do GAECO poderá ser majorado em virtude de comprovada necessidade decorrente de significativo acréscimo de distribuição ou acervo, ouvida a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão e observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014.

§ 6º Os ofícios especiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO poderão ser sediados em qualquer uma das sedes do Ministério Público Federal na respectiva unidade da federação.

§ 7º Os titulares dos ofícios especiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO serão designados pelo Procurador-Geral da República pelo prazo de 2 (dois) anos, presidida a escolha pelo princípio da antiguidade, a partir de proposta da respectiva Procuradoria da República, entre membros atuantes na área criminal, ouvida a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão e observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 26 de setembro de 2014." (NR)

"Art. 4º As adequações de atribuições e critérios de distribuição necessárias ao cumprimento desta Portaria serão realizadas pelas unidades no prazo de até 30 (trinta) dias, e submetidas ao Conselho Superior do Ministério Público Federal para homologação.

§ 1º Os ofícios especiais e de administração previstos no art. 1º, incisos I e II, desta Portaria consideram-se distribuídos em 1º de janeiro de 2021.

§ 2º Os ofícios especiais previstos no art. 1º, incisos III e IV, desta Portaria consideram-se distribuídos em 1º de junho de 2021.

§ 3º Os ofícios especiais e de administração previstos no art. 2º desta Portaria consideram-se distribuídos em 1º de janeiro de 2021." (NR)

Art. 2º Ficam sem efeito os atos de adequação editados para dar cumprimento a dispositivos revogados ou alterados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 683, DE 26 DE MAIO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993;

Considerando os quantitativos de Ofícios da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, indicados no art. 1º da Portaria PGT nº 740, de 05/12/2016;

Considerando a determinação constante do Despacho do Procurador-Geral do Trabalho, de 26/03/2021, proferido no PGEA 20.02.0800.0000744/2018-49;

Considerando o cargo vago de Procurador do Trabalho, decorrente da remoção da Procuradora do Trabalho Marcela Guimarães Santana, removida da Procuradoria do Trabalho do Município de Santarém para a Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, por meio da Portaria PGT nº 679.2001; resolve:

Art. 1º. Redistribuir o Ofício vago de Procurador do Trabalho da Procuradoria do Trabalho do Município de Santarém para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 3, DE 19 DE MAIO DE 2021
(Sessão Extraordinária Reservada Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 17 horas e 6 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, em férias.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-002.115/2019-0, TC-007.382/2013-8, TC-011.164/2015-8, TC-012.350/2018-4 e TC-026.478/2015-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-021.510/2016-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e
TC-021.059/2019-5, TC-023.953/2018-7, TC-027.765/2014-8 e TC-038.172/2019-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, o Acórdão de nº 1181.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1179 a 1180, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 1179, adotado no processo TC-008.701/2021-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
Acórdão nº 1180, adotado no processo TC-008.453/2015-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro; e
Acórdão nº 1181, adotado no processo TC-010.284/2020-6, constante da Relação nº 16 do Ministro Augusto Nardes.

Os Acórdãos, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram, se for o caso, constam do Anexo desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 10 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 26 de maio de 2021.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

ATA Nº 17, DE 19 DE MAIO DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Aroldo Cedraz, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 16, referente à sessão telepresencial realizada em 12 de maio de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Expedido, no dia 18 de maio, com fundamento no § 1º do art. 8º da Resolução 215/2008, o Aviso nº 733 em resposta ao Requerimento 81/2021 do Senador Omar Aziz, presidente da CPI da Pandemia, autuado no TCU como Solicitação do Congresso Nacional, TC-014.003/2021-0. Tendo sido encaminhadas cópias dos processos TC-014.575/2020-5 e TC 039.817/2020-2, que envolvem possíveis irregularidades e/ou omissões do governo federal e do Ministério da Saúde na gestão da pandemia.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

Propostas para que a Segecex oriente todas as suas unidades que, em ações de controle envolvendo transferências voluntárias, transferências especiais ou transferências com finalidade definida, a respectiva instrução e relatório obrigatoriamente contenham informação a respeito da origem do recurso e, se oriundo de emenda parlamentar, do respectivo identificador da emenda (RP 6, 7, 8 ou 9), bem como do parlamentar /bancada /comissão ou relator-geral responsável pela sua indicação, bem como orientar para que a Segecex atue junto ao Poder Executivo para verificar as medidas existentes ou que serão adotadas para garantir a devida transparência da totalidade dos recursos alocados via emendas parlamentares. Aprovadas.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Proposta para que a Segecex inclua, em seu planejamento, ação fiscalizatória para acompanhar os procedimentos instaurados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, CADE e demais entidades públicas envolvidas, de forma a verificar as ações protetivas que vêm sendo implementadas com relação à nova política de privacidade do aplicativo WhatsApp, dentro de cada alçada. Aprovada.

Do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo:

Proposta de reinclusão do processo TC-000.224/2021-9, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman, na pauta da sessão de 26 de maio, antecipando o prazo fixado na sessão plenária 28 de abril, quando o Ministro Vital do Rêgo pediu vistas do referido processo. Aprovada.

Da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva:

Sugestão de realização de auditoria operacional no sistema federal de Educação Superior. Na oportunidade, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Jorge Oliveira, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria. O Ministro Benjamin Zymler sugeriu que a auditoria proposta fosse realizada em duas etapas, a primeira, com a devida urgência, para examinar aspectos relacionados à redução do orçamento destinado à educação superior, e a outra, com o devido aprofundamento, para analisar aspectos relacionados à governança. A sugestão foi acolhida pelo Ministro Augusto Nardes, relator da matéria, e aprovada pelo Colegiado.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.609/2021-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-006.551/2008-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
TC-012.196/2021-5, TC-012.612/2021-9, TC-015.513/2010-6, TC-016.040/2009-0, TC-031.462/2018-9, TC-038.160/2020-0 e TC-044.589/2020-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-012.412/2021-0 e TC-012.434/2021-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;
TC-000.082/2019-8, TC-000.373/2021-4, TC-006.597/2021-1, TC-009.105/2021-2, TC-010.409/2017-3, TC-013.755/2021-8, TC-021.731/2019-5, TC-022.651/2014-4 e TC-027.625/2018-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
TC-038.172/2019-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e
TC-028.172/2017-5 e TC-039.738/2018-3, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1122 a 1150.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1151 a 1164 e 1166 a 1178, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 1165.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Com fundamento nos § 11, 12 e 13 do art. 112 do Regimento interno e na Questão de Ordem 4/2019, tendo em vista a ausência do Ministro Bruno Dantas, por deliberação do colegiado, foi transferida para a sessão do dia 26 de maio de 2021, a apreciação dos processos TC-041.327/2012-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, TC-024.602/2015, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, e TC-007.113/2013-7, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas.

Com fundamento no § 10 do art. 112 do Regimento interno, por deliberação do colegiado, foi transferida para a sessão do dia 26 de maio de 2021, a apreciação do processo TC-014.575/2020-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, 1° revisor é o Ministro Augusto Nardes e 2° revisor é o Ministro Jorge Oliveira.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-002.493/2018-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, foi adiada para a sessão do Plenário de 2 de junho de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Jorge Oliveira.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-027.765/2014-8, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Sr. Rodrigo de Andrade Lima produziu sustentação oral em seu próprio nome. Acórdão nº 1151.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

TC-034.007/2020-2 (Ata nº 16/2021), cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, atuando em substituição ao Ministro Bruno Dantas e revisor é o Ministro Raimundo Carreiro. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1152, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

TC-034.010/2020-3 (Ata nº 16/2021), cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, atuando em substituição ao Ministro Bruno Dantas e revisor é o Ministro Raimundo Carreiro. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1153, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1122/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o monitoramento do item 9.3 do

Acórdão 804/2019-TCU-Plenário, em função de perda de objeto e considerar atendidos os itens 9.1, 9.2 e 9.4 do Acórdão 804/2019-TCU-Plenário; adotar a medida do subitem 1.7 abaixo, dar ciência desta deliberação à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e apensar os presentes autos ao TC 012.263/2018-4 (Relatório de Auditoria), de acordo com o parecer da SecexEduc (peças 14-15):

1. Processo TC-012.980/2021-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Universidade Federal do Rio de Janeiro (33.663.683/0001-16)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Medida: alertar aos gestores da UFRJ que lhes cabe em autotutela e de ofício adotar as medidas necessárias para o contínuo aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, dos controles internos e da governança dos concursos públicos e dos processos seletivos de discentes.

ACÓRDÃO Nº 1123/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da denúncia; considerá-la improcedente; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante; e arquivar os presentes autos, dando-se ciência desta deliberação ao denunciante e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.279/2019-7 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Cassius Ferreira Moraes (34726/OAB-DF) e outros, representando Stark Construções e Serviços Eireli.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1124/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 1.122/2017-Plenário, dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Candelária - RS e ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.533/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Candelária - RS
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1125/2021 - TCU - Plenário

Considerando que, por meio do Acórdão 512/2021, o Plenário desta Corte conheceu e julgou improcedente representação acerca de indícios de irregularidades na condução da Tomada de Preços 1/2019, promovida pelo Conselho Regional de Biologia da 7ª Região;

Considerando que, com a inclusão do § 3º do art. 2º da Resolução TCU 36/1995, esta Corte de Contas passou a admitir o denunciante como parte no processo de denúncia desde que ele apresente algum dos elementos exigidos pela norma que o caracteriza como interessado, quais sejam, razão legítima para intervir e possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio;

Considerando, pois, o entendimento vigente neste Tribunal no sentido de que "o denunciante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo" (ex vi dos Acórdãos 2.632/2008, 139/2007, 320/2006, e 773/2004, todos do Plenário);

Considerando que a natureza do denunciante e do representante, no caso sob exame, é similar, o que permite que a legitimidade do representante seja analisada analogamente ao tratamento dado ao denunciante;

Considerando que a jurisprudência desta Corte de Contas é no sentido de que o reconhecimento do representante como parte é situação excepcional e depende, além do pedido de ingresso nos autos como interessado, da demonstração de legítima e comprovada razão para intervir no processo (vide Acórdão 6.348/2017-2ª Câmara e Acórdãos 455/2019, 1.955/2017, 1.251/2017, 186/201 e 1.343/2015, todos do Plenário, dentre outros), o que não se dá com a simples participação, como licitante, em certame sobre o qual se alegam indícios de irregularidade;

Considerando que, nos termos do art. 146, caput e § 1º, do RITCU, a habilitação de interessado em processo será efetivada mediante o deferimento, pelo relator, de pedido de ingresso formulado por escrito e devidamente fundamentado, sendo que o interessado deverá demonstrar em seu pedido, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir no processo;

Considerando, ainda, o disposto no art. 282 do RITCU, no sentido de que cabe ao interessado demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, nos termos do § 1º do art. 146, devendo a questão ser avaliada no juízo de admissibilidade;

Considerando que o denunciante/representante, não sendo parte no processo, não detém legitimidade para interpor recursos;

Considerando que, ainda que fosse superada, neste momento, a ausência de pedido do representante de ingresso nos autos, não restaram demonstradas razão legítima para a sua intervenção nos autos e, principalmente, relevantes questões de ordem pública a serem tuteladas por esta Corte;

Considerando que não se inclui entre as competências constitucionais do TCU a prolação de provimentos, reclamados por particulares, para a salvaguarda de seus eventuais direitos e interesses subjetivos juridicamente tutelados; e

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", 146 e 282 do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos presentes embargos de declaração em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, dando-se ciência dessa decisão ao interessado.

1. Processo TC-006.384/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Savannah Soluções Em Comunicação Ltda. (06.333.973/0001-29)
1.2. Entidade: Conselho Regional de Biologia - 7ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.6. Unidade técnica: não autou
1.7. Representação legal: Jose Antônio Souza de Matos (OAB/PR 44.177) e outros
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. dar ciência ao recorrente acerca da presente deliberação e arquivar os autos.

ACÓRDÃO Nº 1126/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do RITCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-012.652/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde)
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência ao representante acerca da presente deliberação; e
1.6.2. arquivar os presentes autos, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235 do RITCU e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 1127/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 1.7, 1.8 e 1.9 do Acórdão 2.533/2016-Plenário e em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, dando-se ciência desta deliberação ao Ministério das Comunicações, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.948/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procuradoria da República/SP - MPF/MPU (26.989.715/0031-28)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.6. Representação legal: Alexandre Reybmm de Menezes (23534/OAB-BA) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1128/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso II, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação, considerá-la improcedente, em dar ciência desta decisão ao representante, aos interessados e ao órgão/entidade e em arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-029.311/2020-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Ednaldo Manoel de Sousa (649.241.901-44); Roberto Ferreira Dias (086.758.087-98)
1.1.1 Representante: Pharma Brazil Empreendimentos Pharmacêuticos Ltda (CNPJ 07.917.532/0001-37)
1.2. Interessados: Blau Farmaceutica S.a. (58.430.828/0001-60); Cientifica Medica Hospitalar Ltda (07.847.837/0001-10); Comercial Valfarma Eireli (02.600.770/0001-09); Cristalia Produtos Quimicos Farmaceuticos Ltda (44.734.671/0001-51)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.7. Representação legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti (11.703/OAB-GO) e outros, representando Cientifica Medica Hospitalar Ltda; Ricardo Lira Pimentel, representando Comercial Valfarma Eireli.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1129/2021 - TCU - Plenário

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo sr. Márcio Ferreira Bins Ely contra o Acórdão 2.293/2020-Plenário, por meio do qual esta Corte aplicou multa de R$ 10.000,00 ao recorrente, tendo em vista que o Creci/RS seguia resistindo à obrigação de realizar concurso público e de substituir os trabalhadores irregulares admitidos sem concurso público a partir de 18/5/2001, descumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e o referido Conselho em 9/4/2007;

Considerando que o recorrente foi notificado da deliberação recorrida em 5/10/2020;

Considerando que o recorrente interpôs o pedido de reexame em 13/4/2021;

Considerando que o recorrente busca afastar sua responsabilidade por meio de argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, não são considerados fatos novos por este Tribunal, conforme consolidada jurisprudência desta Corte (Acórdão 2.308/2019-Plenário, Acórdão 1.760/2017-1ª Câmara e Acórdão 2.860/2018-2ª Câmara);

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos no sentido do não-conhecimento do presente recurso, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, c/c art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 em:

i) não conhecer do pedido de reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e

ii) dar ciência deste acórdão ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade de peças 78 a 80.

1. Processo TC-033.660/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 011.777/2021-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Flávio Koch (066.512.320-53); Márcio Ferreira Bins Ely (732.627.650-15)
1.3. Recorrente: Márcio Ferreira Bins Ely (732.627.650-15)
1.4. Interessados: Flávio Koch (066.512.320-53); Márcio Ferreira Bins Ely (732.627.650-15)
1.5. Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS)
1.6. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Representante do Ministério Público: não atuou

1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.10. Representação legal: Marco Jose Stefani (44562/OAB-RS), representando Flavio Koch; Francisco Carlos Dornelles (44.903/OAB-RS), representando Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS) e Marcio Ferreira Bins Ely.
1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1130/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da presente representação, por não atender os requisitos de admissibilidade, e em determinar o arquivamento, dando-se ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.745/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1131/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do RITCU 215/2008, quanto ao processo a seguir relacionado, em dar quitação ao sr. Marcelo DAraújo Costa Barbosa (979.816.307-97) ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do subitem 9.2 do Acórdão 2.194/2017-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.723/2015-5 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.1. Responsável: Marcelo DAraújo Costa Barbosa (979.816.307-97)
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Mangaratiba/RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle dos Efeitos de Deliberações (Secef)
1.6. Representação legal: Maria Carolina Alcântara Decot Barros (OAB/RJ 146.551)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. reconhecer a existência de crédito em favor do sr. Marcelo DAraújo Costa Barbosa (979.816.307-97) perante a Fazenda Pública Federal, em face do recolhimento a maior da dívida que lhe foi imposta, cujo ressarcimento deve ser requerido oportunamente ao TCU;
1.7.2. determinar à Seproc que adote os procedimentos previstos na Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1/2014, com vistas à restituição dos valores pagos a maior; e
1.7.3. dar ciência desta deliberação ao responsável, remetendo-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 309.

ACÓRDÃO Nº 1132/2021 - TCU - Plenário

Trata-se do monitoramento do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário que teve por objetivo avaliar aspectos de governança da política brasileira de imigração e aferir em que medida o País dispõe de um planejamento eficaz e de ações concretas para direcionar o fluxo imigratório, de modo a potencializar possíveis benefícios ou evitar riscos advindos da chegada de imigrantes ao Brasil.

Considerando a manifestação do corpo diretivo da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar: não cumprido o item 9.1.2 do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário: em cumprimento os itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário: cumprido o item 9.4 do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário: em implementação o item 9.2.1 do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário: implementado o item 9.2.2 do Acórdão 1967/2017-TCU-Plenário, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação acompanhada da instrução da unidade técnica (peças 48/50), à Polícia Federal, à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Secretaria Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional de Imigração e ao Comitê Nacional para os Refugiados.

1. Processo TC-027.263/2017-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1133/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de Relatório de Acompanhamento, nos termos dos arts. 241 e 242 do Regimento Interno do TCU, cuja constituição fora determinada pelo item "d" do Acórdão 1.091/2017-TCU-Plenário, com objetivo de acompanhar as informações relativas à implantação da Ferrovia Integração Oeste-Leste (Fiol) e sua viabilidade técnica e econômico-financeira.
Considerando que os estudos técnicos da referida ferrovia foram protocolados no TCU no dia 25/1/2019, dando origem ao processo na modalidade Relatório de Desestatização (TC 039.356/2019-1), para acompanhamento dos atos e procedimentos preparatórios para a subconcessão da Fiol.
Considerando que o mencionado processo de desestatização resultou no Acórdão 3.005/2020-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Min. Aroldo Cedraz, que condicionou a publicação do edital de subconcessão da Fiol ao saneamento de inconsistências e irregularidades encontradas nos estudos.
Considerando que, após a análise do TCU, foi publicado, no dia 16/12/2020, o Edital de Concorrência Internacional 1/2020 da ANTT para a subconcessão da Fiol, trecho Ilhéus/BA - Caetité/BA.
Considerando que a sessão pública do leilão e a abertura das propostas foram realizadas no dia 08/04/2021, tendo se sagrado vencedora a empresa Bahia Mineração S/A, com valor de outorga de R$ 32,7 milhões, mais o pagamento de outorga variável de 3,43% da receita bruta a partir do sexto ano da concessão.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres da unidade técnica às peças 85-86, em considerar cumprida a determinação do item "d" do Acórdão 1.091/2017-TCU-Plenário e apensar estes autos processo ao TC 039.356/2019-1, de acordo com o art. 2º, inciso I e art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-015.088/2017-0 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 030.135/2018-4 (SOLICITAÇÃO); 026.050/2017-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a. (filial Rj).
1.3. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.6. Representação legal: Wagner Alessander Ferreira e outros, representando Ministério da Infraestrutura; Luciano Bandeira Campos, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Silvia Regina Schmitt (38717/OAB-DF), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a. (filial Rj); Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1134/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de auditoria operacional com objetivo de analisar a eficiência do processo de decisão da retomada das obras da Usina Termonuclear (UTN) de Angra 3, ocorrido em 2018, para dar transparência às motivações e às discussões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do Ministério de Minas e Energia (MME) e dos demais atores do setor elétrico, bem como propor ações que eliminem as causas ou mitiguem os efeitos dos riscos relacionados à conclusão do empreendimento.
Considerando que, neste momento processual, apreciam-se dois pedidos de reexame, o primeiro interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A. (peça 168), contra subitens 9.2, 9.2.4, 9.2.4.1 e 9.2.6 do Acórdão 208/2020-TCU-Plenário (peça 125), com redação alterada pelos Acórdãos 4.529/2020-TCU-Plenário (peça 180) e 485/2021-TCU-Plenário (peça 222); e o segundo pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (Ministério da Economia) (peça 208), contra subitem 9.7 do Acórdão 208/2020-TCU-Plenário, com redação alterada pelas mencionadas deliberações;
Considerando que o pedido de reexame interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A. é tempestivo e que essa empresa possui legitimidade para recorrer;
Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (Serur) (peças 233, 235 e 236), pelo conhecimento do pedido de reexame interposto por Eletrobrás Termonuclear S.A., suspendendo-se os efeitos dos subitens 9.2, 9.2.4, 9.2.4.1 e 9.2.6 do Acórdão 208/2020-TCU-Plenário (peça 125), com redação alterada pelos Acórdãos 4.529/2020-TCU-Plenário (peça 180) e 485/2021-TCU-Plenário (peça 222), nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;
Considerando que a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento ingressou com "Nota Informativa", denominação não adequada para recursos em processos de fiscalização;
Considerando que a referida peça foi examinada com base nos requisitos estabelecidos para o pedido de reexame, cabível nestes autos, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992;
Considerando o subitem 9.7 do Acórdão 208/2020-TCU-Plenário recomendou ao Conselho Nacional de Política Energética, ao Ministério de Minas e Energia e ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos que realizem consulta à sociedade e aos agentes do setor sobre as possibilidades de retomada ou de cancelamento da implantação de Angra 3, com estudos específicos sobre as duas opções, propiciando assim a devida transparência ao processo decisório, como dispõem a Lei 9.478/1997, art. 2º, inciso IV, o Decreto 9.203/2017, art. 4º, incisos I e VIII, o referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU, e o art. 13-A da Lei 13.334/2016 (grifos acrescidos);
Considerando que a expedição de recomendações por parte do TCU não gera qualquer sucumbência aos seus jurisdicionados, ante seu caráter não impositivo, como já decidiu esta Corte de Contas (Acórdãos 2.895/2009-Plenário, 2.112/2005-1ª Câmara, 1.103/2008-2ª Câmara e 8.528/2017-1ª Câmara);
Considerando que as recomendações não têm o caráter de julgamento propriamente dito, suscetível a atingir interesses jurídicos;
Considerando que recomendação é vista como deliberação de natureza colaborativa, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão;
Considerando que no presente caso não se pode reconhecer a existência de interesse recursal por parte da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento, já que a decisão recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo à recorrente;
Considerando a necessidade de demonstração do interesse recursal, cuja ausência implica no não conhecimento do recurso;
Considerando as manifestações uniformes da Serur (peças 234, 235 e 236) no sentido da ausência de sucumbência na decisão recorrida e, consequentemente, de não conhecer do pedido de reexame interposto pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (Ministério da Economia);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, incisos IV, alínea "b" e § 3º, e V, 277, inciso II, 282, 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer do pedido de reexame interposto por Eletrobrás Termonuclear S.A., suspendendo-se os efeitos dos itens 9.2, 9.2.4, 9.2.4.1 e 9.2.6 do Acórdão 208/2020-TCU-Plenário, com redação alterada pelos Acórdãos 4.529/2020-TCU-Plenário e 485/2021-TCU-Plenário;
b) encaminhar o processo à unidade técnica de origem, para as devidas comunicações, e, posteriormente, à Secretaria de Recursos, para instrução do pedido de reexame interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A.;
c) não conhecer do pedido de reexame interposto pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (Ministério da Economia), em razão da ausência de interesse recursal;
d) encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da unidade técnica de peça 234, à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (Ministério da Economia) e aos órgãos/entidades interessados;

1. Processo TC-036.751/2018-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 035.180/2020-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO)
1.2. Recorrentes: Eletrobrás Termonuclear S.a. (42.540.211/0001-67); Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Eletrobrás Termonuclear S.A.; Ministério de Minas e Energia
1.4. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur);
1.8. Representação legal: Daniel de Araújo Marquez e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1135/2021 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de monitoramento autuado para verificar o cumprimento das determinações e o atendimento das recomendações exaradas nos Acórdãos 2252/2015 e 1995/2016, ambos do Plenário, concernentes à avaliação de aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira.

Considerando a manifestação da unidade técnica nos autos (peça 118/120);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts.143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar cumpridas as determinações consignadas nos itens 9.8 do Acordão 2252/2015 e 9.2 do Acordão 1995/2016, ambos Plenário;

b) considerar implementadas as recomendações consignadas nos itens e subitens 9.1, 9.3, 9.4.1.1, 9.4.1.2, 9.4.2 a 9.4.6, 9.5.1, 9.5.5, 9.5.6, 9.6 e 9.7 do Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário;

c) considerar parcialmente implementadas as recomendações consignadas nos subitens 9.4.1.3 e 9.4.1.4 do Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário;

d) declarar a perda de objeto da recomendação consignada no item 9.2 do Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário;

e) considerar atendida pela Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) a recomendação consignada no subitem 9.4.6 do Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário;

f) considerar em atendimento pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) a recomendação exarada no subitem 9.1.1 do Acórdão 1995/2016 - Plenário;

g) considerar atendidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) as recomendações contidas nos subitens 9.5.2.1, 9.5.2.2 e 9.5.2.3 do Acórdão 2252/2015 - Plenário;

h) considerar atendidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF) as recomendações expressas nos subitens 9.5.2.1, 9.5.2.2, 9.5.2.3 e 9.5.3 do Acórdão 2252/2015 - Plenário;

i) considerar não atendidas pelo GSI/PR as recomendações previstas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 1995/2016 - Plenário;

j) considerar não atendidas pelo Departamento da Polícia Federal (DPF) as recomendações contidas nos subitens 9.5.2.2 e 9.5.2.3, 9.5.3 a 9.5.4 do Acórdão 2252/2015 - Plenário;

k) considerar não atendidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) as recomendações contidas nos subitens 9.5.3 e 9.5.4 do Acórdão 2252/2015 - Plenário, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-006.181/2017-1 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 023.742/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.2. Órgão/Entidade: Casa Civil da Presidência da República; Departamento de Polícia Federal; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda (extinta); Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério da Justiça (extinta); Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Recomendar, com fulcro no art. 250, III, do RI/TCU, c/c o art. 11, da Resolução TCU 315/2020, à Casa Civil da Presidência da República que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar as medidas que entender cabíveis em razão do não atendimento integral das recomendações contidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 1995/2016 - Plenário e nos subitens 9.5.2 a 9.5.4 do Acórdão 2252/2015 - Plenário;

1.7.2. Considerar desnecessário o monitoramento das recomendações constantes do subitem 1.7.1 desta deliberação, com fundamento no art. 17, § 2°, da Resolução TCU 315/2020, c/c art. 7°, § 1°, da Portaria Segecex 9/2020;

1.7.3. Encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica (peças 118/120), aos seguintes órgãos e entidades: Vice-Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN); Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados (CSPCCO); Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados (CINDRA); Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC); Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE); Coordenação da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e Falsificação; Coordenação da Frente Parlamentar Mista de Combate às Drogas; Casa Civil da Presidência da República; Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça e das Relações Exteriores; Departamento de Polícia Federal; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Ministério Público Federal;

1.7.3. Apensar definitivamente o presente processo ao TC 020.053/2015-0, nos termos do art. 5º, II, da Portaria Segecex 27/2009.

ACÓRDÃO Nº 1136/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235 e 237, VII, e 276, § 6º do Regimento Interno deste Tribunal; art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 e art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em: conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, por perda do seu objeto; indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pela empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. de ser considerada como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos após a prolação da deliberação de mérito dos presentes autos, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-012.300/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Justiça Federal Em Pernambuco

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco e ao representante;

1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1137/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, II e III e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em expedir quitação às senhoras Alessandra Nunes Alves (CPF 848.931.257-53) e Simone Corbiceiro Rocha (CPF 876.590.347- 15) ante o recolhimento das multas cominadas por meio do subitem 9.1 do Acórdão 2250/2018-TCU-Plenário de relatoria do Ministro José Mucio, alterado pelo Acórdão 2568/2018-TCU-Plenário de relatoria do Ministro José Mucio, e ajustado pelo Acórdão 1533/2020-TCU-Plenário de relatoria da Ministra Ana Araes, conforme os pareceres emitidos nos autos, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

Alessandra Nunes Alves	
Data Evento D/C Valor 26/09/2018 D R$ 3.000,00 29/10/2018 C R$ 3.014,40	Saldo do crédito em 30/03/2021 R$ 0,00

Simone Corbiceiro Rocha	
Data Evento D/C Valor 26/09/2018 D R$ 4.000,00 30/10/2020 C R$ 4.060,40	Saldo do débito em 30/03/2021 R$ 213,54

1. Processo TC-028.049/2016-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alessandra Nunes Alves (848.931.257-53); Emilio Cesar Lopes Vaamonde (899.686.387-49); Erika Gress de Souza Nicolay (960.449.267-53); Fabio Ribeiro Pizzo (262.013.658-00); Flávio Decat de Moura (060.681.116-87); Franca Di Sabato Guerrante (036.887.397-87); Leandro Coelho Rosa (021.016.817-06); Luis Fernando Paroli Santos (903.562.416-53); Luiz Fernando da Costa e Cunha (018.267.467-30); Pedro Cardoso Franco (370.061.697-04); Simone Corbiceiro Rocha (876.590.347-15)

1.2. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.a.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.6. Representação legal: Renata Rocha Rodrigues (99.902/OAB-RJ) e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.a.; Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (12170/OAB-AL) e outros, representando Luis Fernando Paroli Santos, Simone Corbiceiro Rocha, Flávio Decat de Moura, Franca Di Sabato Guerrante, Leandro Coelho Rosa e Pedro Cardoso Franco.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1138/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no fundamento no artigo 27 da Lei nº 8.443/1992 c/c os artigos 143, inciso I, 'a' e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação à responsável, conforme item abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.407/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 007.556/2016-0 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Construções e Comércio Camargo Correa S.A (61.522.512/0001-02); Dionésio Werner Junior (209.254.847-68); Flávio Eustáquio Ferreira Martins (044.974.146-04); MCA Auditoria e Gerenciamento Ltda (05.451.102/0001-47) e Renato Marques Cabral (591.175.671-49)

1.3. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: Caroline de Lima Rodrigues (56.309/OAB-DF).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações.

1.8.1. dar quitação à Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (061.522.512/0001-02), ante o recolhimento das dívidas cominadas pelo Acordão 582/2019-Plenário, conforme comprovantes acostados nestes autos (peças 280, 284, 288 e 289); e

1.8.2. reconhecer à responsável o direito ao crédito ao qual faz jus, no valor de R$ 1.730,91 (referência: 30/11/2020), em face do recolhimento a maior do débito que lhe foi imposto, cujo ressarcimento deve ser requerido, oportunamente, à Furnas Centrais Elétricas S.A.

ACÓRDÃO Nº 1139/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratarem os autos de consulta formulada pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente consulta, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 264, 265 e 143, V, a, do RITCU, arquivar este processo e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução que a suporta ao interessado.

1. Processo TC-012.742/2021-0 (CONSULTA)

1.1. Órgão: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1140/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 87, § 2º da Lei 13.303/2016, c/c os artigos 235, 237, VII, 250, III e art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, dando a ciência abaixo, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta à Caixa Econômica Federal - GILOG/BE e à representante, e arquivando este processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.626/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Union Security - Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda.

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas -Selog

1.6. Representação legal: Plínio de Melo Pires (OAB/GO 45.804)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência à Caixa Econômica Federal-GILOG/BE, sobre a impropriedade abaixo, identificadas no pregão eletrônico 033/7050-2020 - GILOG/BE, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) o item 8.5 do edital e o anexo I - termo de referência não explicitam os fundamentos utilizados para a definição das parcelas técnica ou economicamente relevantes do objeto contratado naquele instrumento, com exigência de comprovação de quantitativo mínimo de, praticamente, a totalidade dos serviços licitados, o que pode ter inibido a presença de interessados na licitação, com restrição ao caráter competitivo do certame, em desacordo com o art. 37, XXI, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 1141/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 235 e 237, VII, 250, I, e 143, V, a, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em razão do aviso de revogação do pregão eletrônico 11/2021, pelo Distrito Sanitário Especial Indígena em Pernambuco, dando-se ciência àquele órgão e à representante, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, e arquivando este processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.781/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
1.2. Órgão: Distrito Sanitário Especial Indígena em Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1142/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Prestação de Contas em que se examina, na presente oportunidade, pedido de parcelamento de multa aplicada pelo Acórdão 185/2018-Plenário ao Sr. Silvio Liberato de Moura Filho, inicialmente no valor de R$ 20.000,00.

Considerando que, por meio do Acórdão 1365/2019-Plenário, esta Corte, embora tenha negado provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo responsável, reduziu o valor da multa aplicada para R$ 10.000,00, em decorrência da extensão dos efeitos do provimento de recurso de outro responsável;

Considerando o pedido formulado à peça 203 e, afinal, a instrução de peça 210,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "s", 143, inciso V, alínea "b", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) deferir, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU e do art. 26 da Lei 8.443/1992, a solicitação de parcelamento apresentada pelo Sr. Silvio Liberato de Moura Filho para pagamento da multa de R$ 10.000,00 aplicada pelo item 9.4 do Acórdão 185/2018-Plenário, reduzida por meio do item 9.2 do Acórdão 1365/2019-Plenário, em 36 parcelas mensais, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais, alertando-o de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva.

1. Processo TC-032.042/2015-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Adilson Popinhak (423.556.999-68); Adir Josefa de Oliveira (252.927.731-15); Altemir Tomazini (212.503.249-04); Amazonas Construções Terraplenagens e Comércio Ltda. - Me (01.149.154/0001-02); Caritiana Brzezinshi - Epp (08.435.701/0001-65); Clévisson Oliveira Pinto (607.840.242-00); Cmg Construções Ltda. - Me (08.003.825/0001-71); Dênis Roberto Baú (536.645.829-34); Ecio Naves Duarte (252.701.251-53); Edmilson Matos Cândido (638.751.959-49); Jean Paul Rodriguez Sanchez (539.146.432-34); Júlio César Lúcio da Costa (808.484.277-34); Ludma de Oliveira Correa Lima (166.699.591-68); Luis Carlos Hey (065.361.151-04); Marcelo Thome da Silva de Almeida (016.810.717-11); Maria Alzinete de Jesus e Silva (085.270.162-49); Natanael de Carvalho Pereira (285.165.958-89); R M dos Santos Eireli (15.706.238/0001-04); Renato Antonio de Souza Lima (325.118.176-91); Silvio Liberato de Moura Filho (295.630.545-04)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Sergio Barreto Coutinho (9.407/OAB-BA) e outros, representando Silvio Liberato de Moura Filho; Fernando José Gonçalves Acunha (21184/OAB-DF) e outros, representando R M dos Santos Eireli; Cleonésio Ferreira de Freitas, representando Cmg Construções Ltda. - Me.

ACÓRDÃO Nº 1143/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 141/2017-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC-013.611/2016-0, que trata de relatório de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de verificar a gestão dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para apoiar ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Governo do Estado do Espírito Santo, nos exercícios de 2015 e 2016.

Considerando que, por meio do Acórdão 141/2017-TCU-Plenário, foram prolatadas as seguintes determinações, objeto do presente monitoramento:

"9.1. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda a cálculos análogos aos contidos no Anexo C do Relatório de Auditoria, com relação aos Contratos 027/2014, 028/2014, 029/2014, 030/2014 e 031/2014, firmados pela Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo, para a prestação de serviços de alimentação escolar, com empresas vencedoras do Pregão Eletrônico 0043/2013 (processo 63527243), para os meses integrantes do período de vigência abrangido pelos referidos contratos (janeiro/2014 a fevereiro/2017), excetuando-se os meses de maio e setembro dos exercícios de 2014 e 2015 e o mês de março de 2016, já calculados, com vistas a verificar se houve o pagamento do fornecimento de serviços com recursos do Pnae, encaminhando a este Tribunal o resultado apurado e as providências porventura tomadas, na hipótese de confirmação do pagamento de serviços com recursos federais;

9.2. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, à Secretaria Estadual da Educação do Espírito Santo que promova a aplicação e comprove a utilização de, no mínimo, 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do Pnae para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, conforme disposto no art. 14 da Lei 11.947/2009 c/c o art. 24 da Resolução - FNDE 26/2013."

Considerando que, em relação ao subitem 9.2, este Tribunal, nos termos do Voto condutor do Acórdão 1971/2018-TCU-Plenário, dispensou a continuidade do monitoramento daquela determinação no presente processo;

Considerando que, quanto à determinação do subitem 9.1, o FNDE apresentou os cálculos na forma determinada (peças 50 a 53), cumprindo, assim, a determinação;

Considerando, entretanto, que a análise efetuada pela SecexEducação dos cálculos realizados pelo FNDE, conforme a instrução à peça 55, demonstrou a existência de débito no valor de R$ 78.015,94 em desfavor da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU/ES), resultante do pagamento de serviços com recursos federais no âmbito do PNAE;

Considerando que o valor do débito apurado é inferior ao valor de R$ 100.000,00, estando, portanto, dispensada a instauração de tomada de contas especial, conforme disposto no artigo 6.º, inciso I, da IN/TCU 71/2012;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida pelo FNDE a determinação do subitem 9.1 do Acórdão 141/2017-TCU-Plenário;

b) dar ciência ao FNDE, para a adoção das providências administrativas ao seu alcance, nos termos do art. 6º, § 3º, da IN/TCU 71/2012, da existência de débito no valor de R$ 78.015,94 (setenta e oito mil e quinze reais e noventa e quatro centavos), com data de ocorrência em 16/3/2021, em desfavor da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU/ES), resultante do pagamento de serviços com recursos federais no âmbito do PNAE, visto que, sendo o débito em referência inferior ao valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dispensa-se a instauração de tomada de contas especial, conforme disposto no artigo 6.º, inciso I, da IN/TCU 71/2012;

c) dar ciência deste acórdão ao FNDE, acompanhado de cópia da instrução à peça 55 destes autos;

d) apensar definitivamente, nos termos do art. 37 da Resolução 259/2014, o presente processo ao TC-013.611/2016-0.

1. Processo TC-002.130/2018-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Haroldo Corrêa Rocha (394.870.167-91)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1144/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento acerca do atendimento ao Acórdão 503/2021-TCU-Plenário, que apreciou Representação apresentada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog/TCU) acerca de supostas irregularidades praticadas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins (Dsei-TO) em relação aos Pregões 15/2017 e 3/2020, que tiveram por objeto a contratação de empresa especializada para serviços de fornecimento de refeições, lanches e hospedagens, para atender demandas do Dsei-TO.

Considerando que por meio da referida deliberação, em síntese, esta Corte determinou ao Dsei-TO a adoção de providências no sentido de não prorrogar o Contrato 1/2020 e, caso viesse a realizar certame licitatório em substituição àquela avença, se abstivesse de incorrer nas irregularidades lá apuradas;

Considerando a celebração dos Contratos 1/2021 e 3/2021, provenientes dos Pregões Eletrônicos 12/2020 e 4/2021, respectivamente em substituição aos Contratos 11/2017 e 1/2020;

Considerando a informação de que as empresas contratadas pelo Dsei-TO, em substituição aos Contatos 11/2017 e 1/2020, são do ramo hoteleiro, de sorte que seus objetos sociais guardam relação com os objetos licitados pela Unidade Jurisdicionada, segundo apurado pela Selog;

Considerando, afinal, a instrução técnica às peças 11-12,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "s", 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235, todos do Regimento Interno, por unanimidade, em:

a) considerar atendidas as medidas solicitadas no subitem 9.3 do Acórdão 503/2021-TCU-Plenário, de 10/3/2021;

b) dar ciência ao Distrito Sanitário Especial Indígena Tocantins (Dsei-TO)/MS quanto ao presente Acórdão, encaminhando-se cópia da instrução de peça 11; e

c) determinar o apensamento dos autos ao processo originador (TC 029.273/2020-0), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-009.108/2021-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1145/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do item 9.14 do Acórdão 1.031/2018-Plenário, por meio do qual restou determinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que informasse os custos de captação dos recursos utilizados como funding nas operações de financiamento à exportação de serviços e avaliasse a efetiva remuneração do banco em cada operação em termos de lucro ou prejuízo;

Considerando que a determinação sob monitoramento, constante do item 9.14 do Ac. 1.031/2018-Plenário, foi estabelecida nos seguintes termos:

"9.14. determinar ao BNDES que, relativamente às operações nas quais foram utilizados spreads em alguns casos já reconhecidos pelo próprio banco como abaixo do patamar considerado minimamente necessário para cobrir seus custos de captação, informe ao Tribunal, no prazo de 90 dias, os custos de captação dos recursos utilizados como funding nas operações de financiamento à exportação de serviços contratadas até 2016 e apresente avaliação da efetiva remuneração do Banco, quantificando lucro ou prejuízo, em cada uma;"

Considerando as informações apresentadas pelo Banco no sentido de que todas as 26 operações de financiamento à exportação de serviços sob análise tiveram como fonte de recursos o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que deveria ser remunerado, nos termos das normas então em vigor, com base em taxas internacionais, Libor ou Treasury Bonds, nominadas em Euro ou USDolar (§ 4.2 da instrução), pelo que restaram estabelecidas pela combinação US$ + Libor, denominado internamente como FAT Cambial (§ 4.3 da instrução), sendo esse, portanto, o seu custo de captação, ou custo financeiro, para o BNDES;

Considerando que as taxas de juros cobradas pelo banco nas operações de financiamento à exportação de serviços era composta pela adição das parcelas "custo financeiro (funding)" + "remuneração básica (spread)", uma vez que a terceira parcela usual, a "taxa de risco de crédito" era absorvida pelo Seguro de Crédito à Exportação - SCE, composição essa à qual poderia ser adicionada uma "taxa de equalização" suportada pelo Tesouro Nacional (§§ 4.5, 4.6 e 4.12 da instrução);

Considerando que, nessa fórmula, o "custo financeiro (funding)" destina-se a remunerar as fontes dos recursos utilizados nos financiamentos, e a "remuneração básica (spread)" destina-se fundamentalmente custear todas as despesas administrativas, tributárias e buscar margem de lucro nas operações (§ 5.6 da instrução);

Considerando que os spreads de todas as 26 operações foram estabelecidos em percentuais acima ou pelo menos igual ao percentual mínimo estabelecido pelas políticas operacionais do BNDES (§ 4.14 da instrução);

Considerando que, conforme detalhadamente informado pelo banco, em cumprimento à determinação, todas as operações sob análise geraram lucros, conforme Quadro 1 - Receitas das Operações, Quadro 2 - Despesas das Operações e Quadro 3 - Resultado das Operações (§§ 5.7 e 5.8 da instrução);

Considerando que, após analisar detalhadamente as informações apresentadas pelo banco (§§ 6º a 23 da instrução), a unidade técnica concluiu ter restado demonstrado que todas as operações sob análise apresentaram resultado positivo para o BNDES, mesmo após descontados os tributos e despesas administrativas (§§ 24 a 30 da instrução);

Considerando as propostas uniformes apresentadas pela unidade técnica, no sentido de que seja considerada atendida a determinação contida no item 9.14 do Ac. 1.031/2018-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, em:

considerar cumprida a determinação constantes do item 9.14 do Acórdão 1.031/2018-Plenário;

dar ciência do presente acórdão ao BNDES;

apensar os presentes autos ao TC 032.888/2016-3, conforme art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009.

1. Processo TC-015.858/2018-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.7. Representação legal: Saulo Benigno Puttini (42.154/OAB-DF) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

ACÓRDÃO Nº 1146/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar atendidas as determinações constantes do subitem 9.1 do Acórdão 1.230/2014 - Plenário, e em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e à Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-014.987/2010-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Carlos Wagner Briglia Rocha (046.621.562-20); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Nilton de Britto (140.470.121-49).

1.2. Interessado: Congresso Nacional.

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.7. Representação legal:

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1147/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-012.542/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Anderson Philipe Correia Frazão (103.085.034-81), (OAB/PE 44.872).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão - SES/MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1148/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de monitoramento sobre a determinação proferida pelo item 9.2 do Acórdão 1.058/2018-TCU-Plenário, no bojo do TC 020.403/2016-0, ao cuidar do acompanhamento autuado a partir de notícias veiculadas pela imprensa sobre a possível contaminação por urânio em águas de consumo humano no Município de Lagoa Real - BA em face, supostamente, da atuação da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) na região de Caetité junto ao município vizinho pela realização da mineração e do beneficiamento de urânio;

Considerando que o item 9.2 do aludido Acórdão 1.058/2018 foi proferido pelo Plenário do TCU nos seguintes termos:

"(...) 9.2. determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que, nos próximos 3 (três) anos (2019, 2020 e 2021), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB promovam, durante alguns períodos de cada ano, o monitoramento técnico sobre as causas e as condições da eventual contaminação por urânio em águas no Município de Lagoa Real - BA, diante da atuação da INB, na região, pela realização da mineração e do beneficiamento de urânio, em respeito, entre outros, ao princípio ambiental da precaução; devendo o Ibama e a INB informar o TCU sobre o resultado conclusivo de cada monitoramento técnico anual, com a devida documentação comprobatória, até o dia 31 de outubro de cada ano no aludido triênio";

Considerando que a INB teria apresentado as análises da concentração de urânio, com o referendo pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tendo sido efetuadas em 4 pontos (LR514, nas coordenadas 795715E e 8463370N, e PCFRIO, nas coordenadas 795709E e 8463422N, junto à fazenda dos Frios, além de ES514, nas coordenadas 795824E e 8463508N junto à fazenda dos Frios, e LR044, nas coordenadas 808000 e 8446500N junto à Lagoa Real), mas não teriam apresentado os valores acima do limite estabelecido pelas Resoluções 357, de 2005, e 396, de 2008, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), durante o período de 2019 a 2020;

Considerando que o Parecer Técnico 183/2020-COMIP/CGTEF/DILIC do Ibama, ao cuidar do extravasamento da barragem de Águas Claras (BAC) em 31/12/2020 e 11/4/2020, teria avaliado que a barragem teria recebido o grande aporte de águas superficiais, entre novembro de 2019 e abril de 2020, diante do elevado volume de chuvas e, assim, teria anotado que "a precipitação pluviométrica foi o fator deflagrador para o extravasamento registrado", destacando que, em 2018 (muito antes desse acidente), o Ibama já teria dado a autorização para a INB substituir o vertedouro de madeira pelo vertedouro de concreto armado;

Considerando que a SecexAgroAmbiental teria destacado que, a despeito do referido acidente na barragem de Águas Claras, as análises hidroquímicas da água teriam indicado que o aludido extravasamento não teria causado os nocivos impactos sobre a qualidade dos recursos hídricos na barragem, nem à jusante dela, e, por esse ângulo, as análises sobre a qualidade da água não teriam indicado a substancial alteração na sua composição;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica anotou o cumprimento do item 9.2 do Acórdão 1.058/2018-TCU-Plenário, assinalando que a respectiva determinação envolveria o monitoramento sobre as causas e as condições para a eventual contaminação por urânio em águas no Município de Lagoa Real - BA pelo período de três anos (2019, 2020 e 2021) e, tendo o monitoramento de 2019 já sido realizado no âmbito do Acórdão 7.996/2020-TCU-2ª Câmara, deveria ser promovido o subsequente retorno do processo à unidade técnica até o completamento do correspondente ciclo trienal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento, para o exercício de 2020, da determinação prolatada pelo item 9.2 do Acórdão 1.058/2018-TCU-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-020.057/2020-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: SecexAgroAmbiental.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7. 1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e à Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), para ciência e eventual adoção das providências cabíveis; e

1.7.2. promover o subsequente retorno do processo à unidade técnica para o prosseguimento do monitoramento sobre o item 9.2 do Acórdão 1058/2018-TCU-Plenário até o completamento do correspondente ciclo trienal (de 2019 a 2021).

ACÓRDÃO Nº 1149/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação proferida pelos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário, ao julgar os embargos de declaração opostos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em face do item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário, cuidando aí do monitoramento determinado pelo item 9.12 do Acórdão 2.280/2008 prolatado pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 026.827/2007-0, ao apreciar a auditoria de conformidade sobre os diversos órgãos e entes federais com vistas a avaliar a regularidade da eventual concessão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do processo de solicitação, repasse, concessão e uso dos recursos federais no bojo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

Considerando que o aludido Acórdão 850/2020-Plenário foi prolatado, em síntese, no seguinte sentido:

"(...) 9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para lhes dar, no mérito, o parcial provimento e, assim, alterar apenas a redação atribuída ao item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário para os seguintes termos:

(...) 9.6. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, em sintonia com o art. 7º da Lei 8.427, de 1992, o Banco Central do Brasil promova, se ainda não fez, a instauração de procedimentos administrativos para reconhecer a subsistência da possível irregularidade ou do desvio de recursos na aplicação das subvenções econômicas concedidas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em homenagem ao princípio da economicidade, e para aplicar as eventuais sanções cabíveis, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.427, de 1992, encaminhando em favor da então Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) as conclusões dos referidos procedimentos administrativos para a aplicação da subjacente penalidade; sem prejuízo de que, quando não for viável a instauração do referido procedimento administrativo, por ser antieconômico, o Banco Central do Brasil informe às instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural a ocorrência da irregularidade na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para a subsequente avaliação do risco de crédito na futura concessão de novas operações em prol dos mutuários beneficiados pelo crédito rural com a utilização de DAP irregular, comunicando a aludida ocorrência à então STN e ao Mapa; determinando, ainda, que, diante da instauração dos procedimentos administrativos pelo Banco Central do Brasil e das subsequentes conclusões obtidas nesses procedimentos sobre a aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 8.427, de 1992, a então Secretaria do Tesouro Nacional (STN) promova as medidas cabíveis para a efetiva cobrança pela devolução em dobro da subvenção recebida, com a devida atualização monetária, em favor da União ou, em respeito ao princípio da economicidade, adote as demais providências cabíveis, a exemplo da inscrição dos responsáveis no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) após o devido processo legal, diante da inviabilidade econômica da aludida cobrança;

9.2. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que a Secretaria do Tesouro Nacional promova a intimação das correspondentes instituições financeiras (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Bandesul, Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - Bandes e Banco do Brasil) para, no prazo de até 90 (noventa) dias, informarem os valores atualizados, até 31/12/2018, a serem cobrados por força do Acórdão 2.280/2008-TCU-Plenário, em face da cláusula contratual tendente a estipular a obrigação de as instituições contratadas fornecerem as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

9.3. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência desta deliberação, o Banco Central do Brasil e a Secretaria Especial do Tesouro Nacional informem o TCU sobre o resultado das providências adotadas para o efetivo cumprimento das determinações prolatadas pelo item 9.2 deste Acórdão e pelo novo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário;

(...) 9.4.2. promova o apensamento do presente processo ao TC 026.827/2007-0, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações prolatadas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão e pelo novo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário;"

Considerando que o Banco Central do Brasil (Bacen) informou que teria efetuado as análises sobre a economicidade da instauração dos eventuais processos administrativos sancionadores e sobre a eventual incidência da prescrição da correspondente pretensão punitiva para os indícios de irregularidade na contratação da operação de crédito rural como subvenção, na forma do art. 6º da Lei n.º 8.427, de 1992, com a modificação promovida pela Lei n.º 13.986, de 2020, além da sanção para a devolução das indevidas subvenções em dobro ante o irregular uso da DAP (Peça 241);

Considerando que a Consultoria Jurídica do Bacen teria aduzido (Peça 242) que a aludida prescrição da pretensão punitiva teria o prazo de 12 (doze) anos contados da contratação de cada operação de crédito, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.873, de 1999, combinado com o art. 109, III, do Código Penal, já que as irregularidades também figurariam, em tese, como o crime de estelionato majorado cominado pelo art. 171, caput e § 3º, do Código Penal;

Considerando que o Bacen teria esclarecido que, à luz da Nota 532/2020-Derop/Disep, de 17/8/2020 (Peça 243), estabelecendo os critérios para definir a instauração e a condução dos processos administrativos sancionadores (PAS) a partir do princípio da eficiência administrativa, teria sido promovido o levantamento das operações sujeitas à instauração do PAS (Peça 245) e isso ocorreria em apenas 28, das 869 operações, de tal sorte que a instauração do PAS seria economicamente viável (devolução da subvenção em dobro sob o valor superior a R$ 20.000,00), destacando, no entanto, que, somente após a citação dos beneficiários faltosos, seria possível ter a expectativa mais precisa sobre o prazo estimado para a conclusão dos correspondentes PAS;

Considerando que, às Peças 231-232, a STN teria informado que teria oficiado o Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento (Badesul), o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes) e o Banco do Brasil (BB) para prestarem os esclarecimentos e informarem os valores atualizados, até 31/12/2018, com vistas a serem cobrados por força do Acórdão 2.280/2008-TCU-Plenário, e teria igualmente intimado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar as informações atualizadas, pois figuraria como o agente financeiro responsável pela fonte de recursos e pela operacionalização da intermediação das operações de crédito rural sob a titularidade do Badesul e do Bandes;

Considerando, ainda, que a STN teria esclarecido que, para cumprir a parte final da determinação proferida pelo novel item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário (efetiva cobrança pela devolução em dobro da subvenção recebida com as demais providências cabíveis), teria enviado o Ofício SEI 164015/2020/ME, de 7/7/2020, ao Bacen, com os documentos e os arquivos de resposta das instituições financeiras, e teria solicitado as informações sobre a eventual instauração de processo administrativo tendente a concluir pela aplicação das eventuais sanções cabíveis, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.427, de 1992, mas isso ainda não teria sido plenamente efetivado;

Considerando que a Semag teria assinalado que a STN e o Bacen teriam adotado as providências determinadas pelos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário, ao passo que as providências incumbidas ao Bacen pelo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário, com a modificação dada pelo item 9.1 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário, estariam condicionadas à conclusão dos PAS, mas eles ainda estariam na fase de citação dos beneficiários faltosos;

Considerando, por sua vez, que a unidade técnica teria destacado que o cumprimento da parte final do item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário pela STN, tratando da determinação para promover as medidas cabíveis em prol da efetiva cobrança pela devolução em dobro da subvenção recebida, com a adoção das demais providências cabíveis, dependeria da ultimação dos PAS eventualmente instaurados pelo Bacen e da remessa das conclusões dos referidos processos à STN;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica teria anotado o cumprimento das determinações proferidas pelos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário, estando em cumprimento a determinação prolatada pelo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário com a modificação dada pelo item 9.1 do Acórdão 850/2020-Plenário;

Considerando que a Semag teria emitido o seu parecer no sentido de encerrar o presente processo pelo apensamento ao TC 026.827/2007-0, sem prejuízo de, oportunamente, ser aberto o novo processo de monitoramento para verificar o integral cumprimento do item 9.6 do aludido Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário, já que, neste momento, o Bacen não teria os meios para estimar o prazo de conclusão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento das determinações proferidas pelos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário, estando em cumprimento a determinação prolatada pelo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário com a redação dada pelo item 9.1 do Acórdão 850/2020-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.8 deste Acórdão:

1. Processo TC-012.908/2010-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: TC-025.177/2016-8 (SOLICITAÇÃO); TC-013.603/2012-4 (MONITORAMENTO); TC-034.038/2011-6 (SOLICITAÇÃO) e TC-031.435/2018-1 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental.

1.3. Instituições: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.7. Representação legal:

1.7.1. Isamara Seabra (OAB/DF 27.685), entre outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

1.7.2. Vinicius Camargo Araújo, representando a Secretaria do Tesouro Nacional;

1.7.3. Dilmar Ramos Pereira, entre outros, representando o Banco Central do Brasil; e

1.7.4. Caroline Victória de Castro Canalejas, entre outros, representando o Banco do Brasil S.A.

1.8. Providências:

1.8.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Banco Central do Brasil (Bacen) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para ciência e adoção das providências cabíveis, solicitando que, ao final do respectivo procedimento, informem a unidade técnica no TCU sobre o efetivo cumprimento do item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário com a modificação dada pelo item 9.1 do Acórdão 850/2020-Plenário;

1.8.2. promover por intermédio da unidade técnica, em novo processo a ser oportunamente autuado, o prosseguimento do monitoramento sobre a determinação prolatada pelo item 9.6 do Acórdão 2.029/2011-TCU-Plenário com a modificação dada pelo item 9.1 do Acórdão 850/2020-TCU-Plenário; e

1.8.3. promover o encerramento deste feito pelo definitivo apensamento do presente processo ao TC 026.827/2007-0, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 1150/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 28), ao denunciante.

1. Processo TC-033.591/2020-2 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 033.750/2020-3 (DENÚNCIA).

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.8. Representação legal: Bruno Cesar Deschamps Meirinho (48641/OAB-PR) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Jose Manoel Ferreira Goncalves.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1151/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.765/2014-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial

3. Recorrente: Rodrigo de Andrade Mendes (858.929.201-00)

4. Unidade: Município de Araguaína - TO

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Rodrigo de Andrade Mendes, contra o Acórdão 6.076/2016 - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inc. I, da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 16, inciso II, 32, inciso III e 35 da Lei 8.443/1992 e no artigo 281 do Regimento Interno, em:

9.1. dar provimento ao recurso interposto por Rodrigo de Andrade Mendes, tornando sem efeito os itens 9.2 e 9.5 do Acórdão 6.076/2016 - 1ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Rodrigo de Andrade Mendes, Geraldo Lima Bentes e Marta Feitosa Lima Rodrigues;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, a Geraldo Lima Bentes e a Marta Feitosa Lima Rodrigues, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1151-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1152/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.007/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Bruno Dantas.

5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas (SecexTributária).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria financeira com o objetivo de verificar a confiabilidade e a transparência das informações referentes à Administração Tributária registradas nas Demonstrações Contábeis do Ministério da Economia do ano de 2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. abster-se de expressar conclusão (opinião) sobre a confiabilidade e a transparência das informações referentes à Administração Tributária registradas nas Demonstrações Contábeis do Ministério da Economia do ano de 2020, em conformidade com o art. 13, § 3º, da Resolução-TCU 291/2017, o item 633 do Manual de Auditoria Financeira do TCU e os itens 9 e 10 da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TA 705 - Modificação na Opinião do Auditor Independente;

9.2. determinar à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, com fundamento no art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 180 dias, apresente plano que contemple diretrizes, metas e meios de monitoramento para coordenação dos projetos voltados para a efetiva desburocratização do cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias, com apoio das Secretarias Especiais e dirigentes dos órgãos/entidades envolvidos, em atenção ao art. 9º, incisos I e III, do Anexo I, do Decreto 9.745, de 8/4/2019, e aos arts. 1º, inciso VI, e 2º, incisos I e II, da Portaria-ME 339/2020;

9.3. recomendar à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia que:

9.3.1. em articulação com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), apresente plano de implantação de um modelo de compartilhamento de dados, no curto, médio e longo prazos, com identificação das informações, da forma, da periodicidade e das responsabilidades dos atores envolvidos, em cumprimento ao art. 9º, incisos I e III, do Anexo I, do Decreto 9.745/2019, e aos arts. 1º, inciso VI, e 2º, incisos I e II, da Portaria-ME 339/2020;

9.3.2 em articulação com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, apresente plano de ação que contemple as etapas a serem realizadas para viabilizar a avaliação de controles internos da RFB, sanando as fragilidades de controle apontadas nos parágrafos 59 a 68 e outras que a própria RFB vier a detectar, tomando-se como base, por exemplo, o plano estabelecido no DoD pelo GAO (Financial Improvement and Audit Readiness Plan - FIAR);

9.3.3. em articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020:

9.3.3.1. revise as informações transportadas pela Fita 50 e remova, baseada em avaliação de custo e oportunidade, as informações em desuso ou fora do contexto da arrecadação por código de receita;

9.3.3.2. verifique se as receitas associadas à dívida ativa (códigos de receita 3441 e 3454) e à contribuição para o Sebrae (códigos de receita 1114, 1115, 1200, 1202, 1203, 1793, 1794, 2369, 2592, 3878, 3991, 4002, 4011 e 4338) da Fita 50 estão sendo utilizadas para alimentar o sistema Siafi; e

9.3.3.3. remova os lançamentos associados aos códigos de receita supramencionados, caso a STN e a RFB concordem que não estejam em uso para registro no Siafi, baseada em avaliação de custo e oportunidade;

9.4. recomendar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.4.1. revise as regras e controles relacionados à Fita50 com falhas detectadas, baseada em avaliação de custo e oportunidade, corrigindo-as, para os casos nos quais pode haver impacto no processamento da Fita50, ou removendo-as, caso estejam em desuso; e

9.4.2. adote medidas necessárias para classificar e destinar devidamente os valores acumulados de DARF avulso;

9.5. dar ciência ao Ministério da Economia, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que o Grupo Permanente de Classificação dos créditos inscritos em dívida ativa da União (GPCLAS) não foi constituído na forma do art. 14 da Portaria-MF 293/2017;

9.6. no que se refere às recomendações contidas no Acórdão 2.464/2016-TCU-Plenário, considerar: não implementada a do item 9.4.2; parcialmente implementada a do item 9.3.2; em implementação as dos itens 9.1, 9.3.3 e 9.4.1; e implementadas as dos itens 9.3.4 e 9.4.3;

9.7. no que se refere às recomendações contidas no Acórdão 288/2018-TCU-Plenário, considerar: não implementada a do item 9.1.4; em implementação as dos itens 9.1.8, 9.1.13, 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.1.5; e implementadas as dos itens 9.1.3, 9.1.6 e 9.1.7;

9.8. no que se refere às recomendações contidas no Acórdão 977/2018-TCU-Plenário, considerar: não implementadas as dos itens 9.4.2 e 9.4.7; parcialmente implementadas as dos itens 9.4.8 e 9.4.9; em implementação as dos itens 9.4.4 e 9.4.5; e implementadas as dos itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3;

9.9. considerar implementadas as recomendações objeto do item 1.16, subitens "a" e "b", do Parecer Prévio das Contas de Governo de 2017, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

9.10. no que se refere às recomendações contidas no Acórdão 1.382/2019-TCU-Plenário, considerar: não implementadas as dos itens 9.2 e 9.3; parcialmente implementadas as dos itens 9.5.2 e 9.5.3; e em implementação as dos itens 9.4.1, 9.4.2, 9.5.1, 9.6.1 e 9.6.2;

9.11. no que se refere às recomendações contidas no Acórdão 1.461/2020-TCU-Plenário, considerar: não implementadas as dos itens 1.6.3 e 1.7; em implementação as dos itens 1.6.1, 1.6.2, 1.6.4, 1.6.5 e 1.8.2; e implementada a do item 1.8.1;

9.12. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Economia, à Casa Civil, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Controladoria-Geral da União, esta para ciência e análise no âmbito da auditoria das contas ordinárias do Ministério da Economia;

9.13. apor a chancela de sigilo às peças 115 e 135;

9.14. apensar os presentes autos ao processo de contas anuais do Ministério da Economia relativas ao exercício de 2020 (TC 033.445/2020-6), com fundamento no art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1152-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Revisor) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1153/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.010/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Bruno Dantas.
5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria financeira com o objetivo de examinar as Demonstrações Financeiras do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) referentes ao exercício de 2020, cuja administração é de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. abster-se de expressar conclusão (opinião) sobre a confiabilidade e a transparência das informações registradas nas demonstrações financeiras de 2020 do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), em conformidade com o item 633 do Manual de Auditoria Financeira do TCU, aprovado pela Portaria-Segecex 23, de 17/11/2016;
9.2. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social que adote as providências necessárias para, nas próximas Demonstrações Financeiras do FRGPS:
9.2.1. registrar informações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras do FRGPS conhecer os resultados relevantes do processo de apuração de indícios de irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários;
9.2.2. efetuar o registro contábil do "montante apurado" referente a irregularidades confirmadas no pagamento de benefícios previdenciários que apresentavam indícios de irregularidade, em consonância com a Macrofunção STN 021138 Diversos Responsáveis;
9.2.3. efetuar os registros contábeis referentes à Compensação Previdenciária (estoque e fluxos), pelos seus valores brutos, reconhecendo os créditos e obrigações do FRGPS, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos, item 4.3.8 - Compensação Previdenciária entre Regimes;
9.2.4. em relação à dívida do RGPS do estoque, período de 5/10/1988 a 5/5/1999, registrar em contas patrimoniais os montantes devedores do FRGPS relativos aos RPPS dos entes federativos;
9.2.5. registrar informações acerca das prescrições referentes a parcelas de benefícios previdenciários instituídos pelo RGPS e objetos da Compensação Previdenciária com os RPPS, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, Parte Geral, subitem 6.2.2 - Representação fidedigna; e com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, Capítulo 3, itens 3.10 - 3.16 - Representação fidedigna;
9.2.6. registrar informações acerca da inadimplência, quando for o caso, referente ao resultado financeiro da Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, Parte Geral, subitem 6.2.2 - Representação fidedigna; e com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, Capítulo 3, itens 3.10 e 3.16 - Representação fidedigna;
9.2.7. adotar procedimentos, observado o custo-benefício das operações, para a reavaliação ou ajustes decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de imóveis em poder do FRGPS, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, 2018, parte II item 8 (Propriedade para investimento);
9.2.8. registrar em Notas Explicativas as informações relevantes dos imóveis do FRGPS, tais como as decorrentes de classificação, alienação, reavaliação, ajustes, transferência, rendas e despesas, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, 2018, parte II item 8 (Propriedade para investimento) c/c parte V, item 8 (Notas explicativas às demonstrações);
9.3. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, recomendar à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, juntamente com o Conselho Nacional da Previdência Social, adote as providências necessárias para, no prazo de 180 dias, definir o formato, as informações que deve conter e a documentação comprobatória que deve acompanhar a prestação de contas de que trata o art. 2º, § 2º, da Lei 11.457/2007, observados os requisitos estabelecidos no art. 58 da LRF;
9.4. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social que, juntamente com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, adote, no prazo de 180 dias, as providências necessárias para:
9.4.1. operacionalizar a transferência recíproca de informações relacionadas com as contribuições sociais a que se referem os arts. 2º e 3º da Lei 11.457/2007, nos termos estabelecidos no art. 6º da Lei 11.457/2007 e na Portaria Conjunta-RFB/INSS 2, de 27/4/2009, e viabilizar a capacitação dos servidores designados para acessar as informações mencionadas;
9.4.2. criar e implementar indicadores de gestão com vistas a atender ao requisito essencial de responsabilidade na gestão fiscal de que trata o art. 11, caput, da Lei Complementar 101/2000, no tocante à efetiva arrecadação de todas as contribuições sociais vinculadas ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social;
9.5. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social que, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, adote, no prazo de 180 dias, mediante acordo de cooperação, por exemplo, e observadas as normas específicas que regulamentam a matéria, as providências necessárias no sentido de operacionalizar o acesso do Instituto Nacional do Seguro Social às bases de dados dos créditos tributários referentes a contribuições sociais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social inscritos em DAU, assim como viabilizar a capacitação dos servidores designados para acessar as informações mencionadas;
9.6. considerar em cumprimento a determinação constante do subitem 9.1.2 do Acórdão 978/2018-TCU-Plenário;
9.7. considerar implementadas as recomendações constantes dos subitens 1.6.1.1, 1.6.1.2, 1.6.2.1, 1.6.2.2 e 1.7 do Acórdão 1.462/2020-TCU-Plenário; e
9.8. encaminhar cópia deste acórdão ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Conselho Nacional de Previdência Social.
9.9. autorizar, na auditoria financeira do Fundo do Regime Geral da Previdência Social relativa ao exercício de 2021, o monitoramento das recomendações deste acórdão.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1153-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Revisor) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1154/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.132/2012-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Adilvan Comércio e Distribuição Ltda. (02.192.932/0001-09); Cintia Cristina Medeiros (534.821.741-72); Francisco Canindé da Silva Me (04.809.827/0001-00); Frontal Ind. e Com. de Móveis Hospitalares Ltda. (01.140.694/0001-25); Nacional Comércio de Materiais Hospitalares Ltda. (03.474.157/0001-47); Unisau Comércio e Indústria Ltda. (05.791.214/0001-47).
4. Órgão: Fundo Nacional de Saúde-MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada por determinação do item 9.10 do Acórdão 1.147/2011-TCU-Plenário (TC-018.701/2004-9) com o objetivo de apurar "a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na Operação Sanguessuga e nas fiscalizações realizadas por este Tribunal e pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. levantar o sobrestamento dos presentes autos;
9.2. considerar revéis Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda., Unisau Comércio e Indústria Ltda., Francisco Canindé da Silva - ME, Nacional Comércio de Materiais Hospitalares Ltda., Adilvan Comércio e Distribuição Ltda.- ME, Ronildo Pereira Medeiros e Cíntia Cristina Medeiros, nos termos do artigo 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. declarar a inidoneidade das empresas Frontal - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda., Unisau Comércio e Indústria Ltda., Francisco Canindé da Silva - ME, Nacional Comércio de Materiais Hospitalares Ltda. e Adilvan Comércio e Distribuição Ltda.- ME para participar de licitação que envolva recursos federais pelo período de 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 46 da Lei 8.443/1992;
9.4. após o trânsito em julgado deste acórdão, encaminhar cópia ao Ministério da Economia, para, sem embargo do cumprimento das recomendações constantes dos subitens 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 495/2013-TCU-Plenário, adoção das providências necessárias à efetivação da deliberação no âmbito do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), bem como à Controladoria-Geral da União, para registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1154-17/21-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1155/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.911/2012-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII: Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Curitiba Bus Comércio de Ônibus Ltda. (05.535.932/0001-52); Davi Domanski (035.073.809-27); Domanski Comercio Instalação & Assistência Técnica de Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda. (68.659.747/0001-90); Lindamir Cardoso Domanski (724.350.469-87); Martier Comércio de Materiais Médico e Odontológicos Ltda. (02.193.025/0001-84); Paulo Domanski Júnior (028.349.189-29); Saúde Sobre Rodas Comércio de Materiais Médicos Ltda (02.959.380/0001-11); Silvestre Domanski (252.846.499-15).
4. Órgão: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Nelson Beltzac Junior (13083/OAB-PR) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada por determinação do item 9.10 do Acórdão 1.147/2011-TCU-Plenário (TC-018.701/2004-9) com o objetivo de apurar "a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na Operação Sanguessuga e nas fiscalizações realizadas por este Tribunal e pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. levantar o sobrestamento dos presentes autos;
9.2. considerar revéis as empresas Martier Comércio e Materiais Médico e Odontológico Ltda., Curitiba Bus Comércio de Ônibus Ltda. e Davi Domanski, nos termos do artigo 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. rejeitar as razões apresentadas por Silvestre Domanski, Paulo Domanski Júnior, Lindamir Cardoso Domanski, Saúde Sobre Rodas Comércio de Materiais Médicos Ltda. e Domanski Comércio Instalação e Assistência Técnica em Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda.;
9.4. declarar a inidoneidade das empresas Saúde Sobre Rodas Comércio de Materiais Médicos Ltda.; Curitiba Bus Comércio de Ônibus Ltda., Domanski Comércio, Instalação & Assistência Técnica de Equipamentos Médicos e Odontológicos Ltda. e Martier Comércio e Materiais Médico e Odontológico Ltda. para participar de licitação que envolva recursos federais pelo período de 5 (cinco) anos, com fundamento no artigo 46 da Lei 8.443/1992;
9.5. após o trânsito em julgado deste acórdão, encaminhar cópia ao Ministério da Economia, para, sem embargo do cumprimento das recomendações constantes dos subitens 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 495/2013-TCU-Plenário, adoção das providências necessárias à efetivação da deliberação no âmbito do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), bem como à Controladoria-Geral da União, para registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1155-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1156/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.763/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o objetivo de avaliar os objetos de desinvestimentos do Projeto Phil - Fase 1: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Presidente Vargas (Repar) e Refinaria Alberto Pasqualini (Refap).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (Seinfra Petróleo) - mesmo não tendo sido identificados os requisitos de uma medida acautelatória no processo de venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) - que estenda os testes de robustez e de consistência metodológica das avaliações internas realizadas pela Petrobras, dentro da razoabilidade e possibilidade técnica da unidade, em especial devido ao fato de que as novas variáveis de mercado, citadas no Riaef PE 21-25, impactaram significativamente a precificação da Rlam e repercutirão na avaliação dos ativos das demais refinarias previstas de serem alienadas pelo Projeto Phil;

9.2 encaminhar os autos à Seinfra Petróleo para as providências necessárias.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1156-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1157/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.198/2019-7.
1.1. Apenso: 026.796/2019-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: 8.1. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representações subscritas pela Deputada Federal Gleisi Hoffmann, Presidente do Partido dos Trabalhadores, pelos Deputados Federais Paulo Pimenta e Paulo Teixeira, e pelo Ministério Público junto ao TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. não conhecer das presentes representações, por não estarem satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, caput, e 237 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. enviar cópia deste acórdão aos representantes e à Petrobras;

9.3. Encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1157-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1158/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.606/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Consulta
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pela então Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.4431992, art. 1º, XVII, e no Regimento Interno deste Tribunal, art. 264, em:

9.1. conhecer da presente consulta;

9.2. responder à autoridade consulente que o prazo para a recondução voluntária de magistrados de primeiro grau ou membros do Ministério Público ao cargo efetivo de origem é o previsto no inciso I do art. 29 da Lei 8.112/1990, a saber, o do estágio probatório dos cargos efetivos federais, atualmente de três anos;

9.3. dar ciência esta deliberação ao consulente e arquivar o presente processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1158-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1159/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.196/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Lavrita Engenharia Consultoria e Equipamentos Industriais Ltda (46.954.004/0001-00) e Triel-HT Industrial e Participações S/A (89.422.042/0001-24)
3.2. Responsáveis: Marcus Benicio Foltz Cavalcanti (178.463.155-87) e Saulo Filinto Pontes de Souza (096.808.535-00).
4. Entidades: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta) e Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Luciano Bandeira Campos (885.877.976-20), representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Cecilia Machado Cafezeiro (897.111.495-91), representando Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Aviação Civil do antigo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (SAC/MT) e na Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA), com o objetivo de fiscalizar as obras de construção do novo aeroporto de Vitória da Conquista/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Marcus Benicio Foltz Cavalcanti e Saulo Filinto Pontes de Souza, deixando de aplicar-lhes multa, devido aos fundamentos expostos no voto;

9.2. dar ciência à Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA) de que:

9.2.1. as obras do terminal de passageiros (TPS) do Novo Aeroporto de Vitória da Conquista/BA (Contrato 21-CT028/2017) foram iniciadas sem aprovação do projeto básico e/ou executivo e sem autorização do órgão concedente (SAC/MTPA), o que afronta o disposto no Termo de Convênio 822.719/2015, cláusula segunda, alíneas "a" e "n", e na Lei 12.462/2011, art. 8º, § 7º, c/c o Decreto 7.581/2011, art. 66;

9.2.2. houve o recebimento de carros contraincêndio de aeródromos (CCI) em desacordo com as especificações editalícias, nos Contratos 9/SAC-PR/2014 e 10/SAC-PR/2014, o que afronta o disposto na alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 9º da Lei 10.520/2002;

9.3. dar ciência desta deliberação à SAC/MT, à Seinfra/BA e aos responsáveis.

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1159-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1160/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.990/2015-2.
1.1. Apenso: 006.354/2017-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Consórcio Sial - Jotaele - PJJ (17.652.425/0001-88); Jota Ele Construções Civis Ltda. (77.591.402/0001-32); PJJ Malucelli Arquitetura S/S Ltda. (82.234.691/0001-52); Sial Construções Civis Ltda. (80.359.771/0001-09)
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Cesar A. Guimarães Pereira (18.662/OABPR); André Guskow Cardoso (27.074/OAB-PR); William Romero (51.663/OAB-PR); Victor Hugo Pavoni Vanelli (83.623/OAB-PR); Camila Batista Rodrigues Costa (46.475/OAB-DF); Guilherme Augusto Vezaro Eiras (61.483/OAB-PR); Eduardo Roberto Stuckert Neto (15.214/OAB-DF); Clarissa Pacheco Ramos (32.502/OAB-DF).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada nas obras de adequação do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais/PR, no âmbito do Fiscobras/2016,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. indeferir o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Infraero para cumprimento do disposto no subitem 9.2 do Acórdão 2.591/2017-Plenário;

9.2. com fulcro no art. 47 da lei 8.443/1992 c/c o art. 41 da Resolução TCU 259/2014, determinar a instauração de processo apartado de tomada de contas especial, a partir da extração de cópias das peças necessárias destes autos;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil que adote as seguintes providências no âmbito do processo constituído em atendimento ao subitem acima, ficando desde já autorizada a realizar as diligências e inspeções que julgar necessárias:

9.3.1. apure a ocorrência de prejuízo ao Erário ocasionada pelo 1º Termo de Aditamento do Contrato TC0014-EG/2013/0001;

9.3.2. submeta ao relator, no âmbito da tomada de contas especial a ser autuada, proposta de citação dos responsáveis pelo suposto prejuízo;

9.4. dar ciência desta deliberação à Infraero.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1160-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1161/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.551/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maia Melo Engenharia Ltda (08.156.424/0001-51).
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Lucena Topografia & Construção Ltda., que narra indícios de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 277/2020-04, conduzido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que tem por objeto a contratação de empresa de consultoria para a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia para restauração da rodovia BR-363/PE, km 0,0 ao km 6,80, na ilha de Fernando de Noronha,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. revogar a medida cautelar ratificada pelo Tribunal por meio do Acórdão 63/2021-Plenário, que suspendeu a assinatura do contrato decorrente do Pregão 277/2020-04 até que houvesse deliberação quanto ao mérito da presente representação;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, que:
9.3.1. promova, se ainda não o fez, nova reabertura da etapa de disputa de lances finais fechados no âmbito do Pregão Eletrônico 277/2020-04, em sintonia com os termos do item 7.11 do Edital 277/2020, referendado pelos § 2º e § 3º do art. 33 do Decreto 10.024/2019;
9.3.2. encaminhe a este tribunal, no prazo de 30 dias, as providências tomadas para finalizar todo o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico 277/2020-04, em especial aquelas referentes ao subitem 9.3.1. desta deliberação;
9.4. dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que:
9.4.1. a ausência de avaliação complementar a fim de verificar a necessidade de garantia adicional para a assinatura do contrato relativo ao Pregão Eletrônico 277/20 afronta o disposto no § 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993;
9.4.2. a ausência de concessão de prazo para interposições de recursos depois de declarada a nova vencedora do Pregão Eletrônico 277/20-04 afronta o disposto no item 11.1 do respectivo edital e o art, 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002;
9.5. autuar processo específico para proceder o monitoramento das determinações constantes do subitem 9.3. supra;
9.6. dar ciência desta deliberação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Lucena Topografia & Construção Ltda., à Maia Melo Engenharia Ltda. e aos demais licitantes do Pregão Eletrônico 277/2020-04; e
9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1161-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1162/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.318/2015-8.
1.1. Apenso: 046.127/2012-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Engerede Engenharia e Representação Ltda (04.823.459/0001-46); Reynaldo Aben Athar de Sousa (144.310.091-91).
3.2. Recorrente: Engerede Engenharia e Representação Ltda (04.823.459/0001-46).
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos (extinta).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Carla Mayrink Santos Moraes (27789/OAB-DF) e outros, representando Reynaldo Aben Athar de Sousa.
8.2. Camille de Queiroz Costa (45253/OAB-DF) e outros, representando Engerede Engenharia e Representação Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Engerede Engenharia e Representação Ltda. em face de suposta obscuridade/contradição/omissão verificada no Acórdão nº 540/2021-TCU-Plenário, que julgou irregulares suas contas, condenando-a ao pagamento do dano ao erário apurado e aplicando-lhe multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e rejeitar os presentes embargos de declaração.
9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1162-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1163/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.824/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo (001.904.910-27); Andre Vieira Neves da Silva (000.932.651-07); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me (07.046.650/0001-17); Danillo Augusto dos Santos (036.408.128-75); Idalby Cristine Moreno Ramos (785.537.681-04); Iec Instituto Educar e Crescer (07.177.432/0001-11); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53); Paulo Roberto Texeira e Silva (232.240.531-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. João Paulo Ulhoa Santos - OAB/DF 50.198 (procuração à peça 13 e renúncia à peça 46); João Paulo Martins Fagundes - OAB/GO 46.184 (procuração à peça 50), sendo substituído por Gustavo Rodrigues Silva - OAB/SP 374.108, procuração à peça 64, todos em representação ao Sr. Danillo Augusto dos Santos:

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Danillo Augusto dos Santos (CPF 036.408.128-75) e do Instituto Educar e Crescer-IEC/DF (CNPJ 07.177.432/0001- 11), em face da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 1661/2008 - Siafi702800, celebrado entre o Ministério do Turismo e o referido Instituto, que teve por objeto "O turismo na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento local: formação/qualificação profissional para cidadãos de baixa renda do município de Corumbá de Goiás/GO",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. indeferir o pedido de mudança de relatoria formulado à peça 75;
9.2. desconsiderar a personalidade jurídica da empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. (CNPJ 07.046.650/0001-17) para viabilizar a responsabilização dos seus sócios, Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53) e André Vieira Neves da Silva (CPF 000.932.651-07), pelo débito apurado neste processo;
9.3. autorizar a citação, nos termos constantes do item 9 do Voto que fundamenta este Acórdão, dos responsáveis solidários Ana Paula da Rosa Quevedo (CPF 001.904.910-27), Idalby Cristine Moreno Ramos (CPF 785.537.681-04), Instituto Educar e Crescer (IEC) (CNPJ 07.177.432/0001-11), Conhecer Consultoria e Marketing Ltda-ME (CNPJ 07.046.650/0001-17), Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53), Andre Vieira Neves da Silva (CPF 000.932.651-07);
9.4. determinar à SecexTCE que, ao realizar as citações, promova a devida individualização das condutas, a fim de possibilitar o exercício da ampla defesa, em consonância com os arts. 9º e 12 da Resolução-TCU 170/2004 e com o disposto na Súmula 98 deste Tribunal, e conforme orientação realizada pela Segecex mediante MMC 22/2007, de 12/4/2007;
9.5 restituir os presentes autos à SecexTCE para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1163-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1164/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.724/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Fundo Constitucional do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela então Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, a noticiar possíveis irregularidades na contratação de organização da sociedade civil (OSC), mediante o Edital de Chamamento 1/2017, para gestão do Pronto Atendimento do Centro Médico da Polícia Militar do Distrito Federal (PA/CMed/PMDF).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1 nos termos do art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, quanto a verificação de ociosidade parcial da infraestrutura de assistência à saúde no âmbito da PMDF e de indícios de pagamentos em valores superiores aos de mercado a pessoas jurídicas credenciadas para prestação de serviços de saúde;
9.2 nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal que:
9.2.1 na forma do art. 7º da Resolução-TCU 215/2020, elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, um plano de ação com vistas a solucionar ou mitigar os problemas apurados neste processo de representação, relativos ao funcionamento do Centro Médico da Polícia Militar do Distrito Federal (CMed/PMDF) e à gestão de assistência à saúde a cargo da PMDF, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e os prazos previstos para cumprimento;
9.2.2 ao adquirir equipamentos destinados ao CMed/PMDF:
9.2.2.1 avalie a real necessidade das aquisições, ponderando a disponibilidade de recursos humanos especializados para a prestação dos serviços de assistência à saúde e a terceirização de serviços, evitando a subutilização e a obsolescência de equipamentos;
9.2.2.2 faça constar, nos respectivos processos administrativos de compras, além dos elementos legalmente exigíveis, as justificativas para as quantidades contratadas, incluindo as demandas estimadas de serviços a ser prestados com os equipamentos adquiridos;
9.2.3 informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência, sobre as medidas adotadas e resultados obtidos em face das providências anunciadas no Ofício 877/DSAP, de 18/9/2019 (peça 135, p. 52, dos presentes autos);
9.2.4 caso as medidas anunciadas no Ofício 877/DSAP, de 18/9/2019, não tenham sido efetivas, adote, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência, as seguintes ações corretivas:
9.2.4.1 revise os valores pagos à rede credenciada para prestação de serviços médico-hospitalares a policiais militares e seus dependentes, a partir dos credenciamentos vigentes, até alcançar, em anos decrescentes, no mínimo, os firmados em 2014, em face do uso irregular das tabelas Simpro e Brasíndice e outras semelhantes, da incidência da taxa de 38% sobre medicamentos não caracterizados como de uso exclusivo de hospitais e clínicas e/ou da parametrização errada do sistema Esculápio;
9.2.4.2 observado o devido processo legal, adote as providências necessárias à glosa de valores e à repactuação dos contratos decorrentes dos editais de credenciamentos 1/2017, 2/2017, 3/2017, 4/2017 e 5/2017;
9.2.4.3 para contratos já encerrados, busque a reversão dos valores aos cofres do FCDF pela via administrativa e, não logrando êxito, instaure o competente processo de tomada de contas especial, apurando as responsabilidades dos agentes envolvidos (ordenadores de despesas, gestores e fiscais dos contratos, credenciados, empresa de auditoria contratada, servidores do Departamento de Saúde da PMDF e outros agentes que possam ter dado causa, por ação ou omissão, a eventuais danos ao erário);
9.2.4.4 em conformidade com o princípio da economicidade, o art. 26 da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal, defina os preços máximos a ser pagos à rede credenciada pelo uso de medicamentos e de produtos para saúde mediante pesquisa com base nos preços reais de mercado, abstendo-se de utilizar apenas as tabelas Brasíndice e Simpro ou outras de igual natureza como parâmetro único;
9.2.5 elabore, em relação aos dependentes de terceiro grau dos militares, relatórios anuais que contenham, entre outros dados, nome, CPF, data de nascimento, data limite da condição de dependente e policial titular do serviço de saúde, bem como informações tais como desembolsos anuais com os serviços de saúde e tipos de tratamentos realizados, os quais deverão estar disponíveis aos órgãos de controle externo e interno até a completa extinção desse grupo de beneficiários;

9.2.6 com fundamento nas normas para o exercício profissional de auditoria do Instituto de Auditores Internos do Brasil (normas de atributos 1100) e no Decreto 3.591/2000:

9.2.6.1 supra a unidade de auditoria interna da PMDF do adequado suporte de recursos materiais e de pessoal capacitado a fim de permitir que ela cumpra suas responsabilidades;

9.2.6.2 inclua, no plano anual de auditoria, fiscalizações na área de saúde da PMDF, especialmente no que tange aos contratos formalizados junto à rede privada credenciada e junto a empresas de auditoria contratadas, informando os resultados correspondentes nos relatórios anuais de gestão;

9.2.6.3 capacite os fiscais designados para atuar em contratos vinculados à área médico-hospitalar;

9.2.6.4 não atribua às empresas de auditoria contratadas a execução de atividades que caracterizem sua atuação em processo de trabalho da Administração, de forma a evitar o desvio de função e a preservar sua isenção;

9.2.7 avalie, se ainda não o fez, as implicações contratuais decorrentes da não elaboração, pela empresa de auditoria Aitê Gestão em Saúde Ltda., dos mapas de anotações previstos no subitem 4.4.5.2.6.3 do termo de referência, consoante o disposto no item 11.8 do Contrato 05/2014, que considera transgressão ao contrato o descumprimento ou o não atendimento do edital e anexos;

9.2.8 avalie anualmente a regularidade do rol de dependentes dos policiais militares para fins de assistência à saúde e, encontrando inconsistências, obtenha o devido ressarcimento;

9.2.9 caso decida retomar iniciativas de terceirização da exploração do CMed, informe a Tribunal, para fins de acompanhamento, nos termos do art. 242, inciso II, do RITCU;

caso decida retomar iniciativas de terceirização da exploração do CMed/PMDF, informe de imediato a este Tribunal, para fins de acompanhamento, nos termos do art. 242, inciso II, do RITCU;

9.2.10 no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência desta deliberação, disponibilize a este Tribunal:

9.2.10.1 o valor médio anual, em 2020, do gasto com assistência à saúde por beneficiário (militar, dependentes, pensionistas), para que este Tribunal, em cotejo com os valores médios apurados em outros órgãos governamentais, possa verificar se as limitações regulamentares adotadas na PMDF atendem aos princípios da razoabilidade e da economicidade;

9.2.10.2 o primeiro relatório anual determinado no subitem 9.2.5, relativo ao exercício de 2020;

9.2.10.3 informações sobre as providências adotadas e resultados obtidos em face das demais determinações expedidas neste Acórdão;

9.2.11 em relação às determinações e recomendações expedidas no Acórdão 1.838/2007-TCU-Plenário, considerar não cumpridos os respectivos itens 9.2, a; 9.2, c; 9.3 e 9.4; e prejudicado, por perda de objeto, seu item 9.2, b;

9.3 dar ciência à Casa Civil da Presidência da República que o Decreto 10.443/2020, no que diz respeito ao posicionamento da auditoria interna da PMDF (arts. 17, V, e 36) está em dissonância com o disposto no Decreto 3.591/2020 (art. 15, § 3º);

9.4 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o inteiro teor da deliberação, incluindo os respectivos Relatório e Voto, poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.4.1 Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal;

9.4.2 Polícia Militar do Distrito Federal;

9.4.3 Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

9.4.4 Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF);

9.4.5 Governador do Distrito Federal;

9.4.6 Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do DF.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1164-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1166/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.122/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto IV: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Fabianna Rampazzo Machado Santos (CPF 076.528.477-45).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - Caixa.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Marcos Vinícius Losso dos Santos (OAB/RJ 81.299) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor de sua ex-empregada, Srª. Fabianna Rampazzo Machado Santos, em razão de fraudes cometidas para a obtenção de vantagens financeiras indevidas, por meio de lançamentos irregulares no sistema de gestão de recursos humanos da empresa (SISRH).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Srª. Fabianna Rampazzo Machado Santos (CPF 076.528.477-45);

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas de Fabianna Rampazzo Machado Santos (CPF 076.528.477-45), condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

Tipo	Data	Valor
Débito	11/6/2007	5.617,45
Débito	11/6/2007	1.656,38
Débito	11/7/2007	5.763,36
Débito	10/8/2007	5.653,93
Débito	15/1/2007	270,65
Débito	16/1/2007	270,65
Débito	24/1/2007	270,65
Débito	9/11/2007	270,65
Débito	3/12/2007	270,65
Débito	7/12/2007	270,65
Débito	18/12/2007	270,65
Débito	21/12/2007	270,65
Débito	26/12/2007	338,31
Débito	28/12/2007	338,31
Débito	3/1/2008	270,65
Débito	3/1/2008	1.297,98
Débito	7/1/2008	270,65
Débito	09/01/2008	270,65
Débito	11/1/2008	270,65
Débito	14/1/2008	270,65
Débito	15/1/2008	270,65
Débito	21/1/2008	270,65
Débito	23/1/2008	270,65
Débito	24/1/2008	270,65
Débito	28/1/2008	270,65
Débito	29/1/2008	270,65
Débito	30/1/2008	270,65
Débito	31/1/2008	270,65
Débito	7/2/2008	451,09
Débito	8/2/2008	451,09
Débito	12/2/2008	270,65
Débito	18/2/2008	270,65
Débito	19/2/2008	270,65
Débito	20/2/2008	270,65
Débito	21/2/2008	270,65
Débito	22/2/2008	270,65
Débito	26/2/2008	270,65
Débito	27/2/2008	270,65
Débito	29/2/2008	270,65
Débito	3/3/2008	270,65
Débito	4/3/2008	270,65
Débito	10/3/2008	270,65
Débito	12/3/2008	270,65
Débito	20/3/2008	338,31
Débito	24/3/2008	270,65
Débito	26/3/2008	270,65
Débito	28/3/2008	580,01
Débito	31/3/2008	541,32
Débito	02/4/2008	270,65
Débito	03/4/2008	541,32
Débito	11/4/2008	270,65
Débito	14/4/2008	270,65
Débito	15/4/2008	270,65
Débito	30/4/2008	270,65
Débito	09/5/2008	270,65
Débito	30/10/2008	578,42
Débito	3/11/2008	289,20
Débito	4/11/2008	289,20
Débito	5/11/2008	289,20
Débito	17/11/2008	289,20
Débito	18/11/2008	289,20
Débito	21/12/2008	1.446,09
Débito	7/2/2008	413,16
Débito	7/2/2009	34,43
Débito	2/7/2010	224,11
Débito	2/7/2010	1.981,57
Débito	6/7/2010	224,11
Débito	7/7/2010	224,11
Débito	8/7/2010	224,11
Débito	9/7/2010	173,91
Débito	19/7/2010	224,11
Débito	20/7/2010	224,11
Débito	21/7/2010	224,11
Débito	22/7/2010	224,11
Débito	23/7/2010	224,11
Débito	2/8/2010	224,11
Débito	4/8/2010	672,35
Débito	9/8/2010	672,35
Débito	12/8/2010	224,11
Débito	16/8/2010	448,22
Débito	18/8/2010	448,22
Débito	23/8/2010	224,11
Débito	24/8/2010	224,11
Débito	27/8/2010	224,11
Débito	30/8/2010	448,22
Débito	1/9/2010	722,86
Débito	6/8/2010	268,16
Débito	8/9/2010	864,54
Débito	13/9/2010	240,93
Débito	14/9/2010	722,86
Débito	17/9/2010	240,93
Débito	20/9/2010	1.204,75
Débito	27/9/2010	1.204,75
Débito	4/10/2010	1.204,75
Débito	11/10/2010	240,93
Débito	13/10/2010	240,93
Débito	18/10/2010	1.204,75
Débito	25/10/2010	1.204,75
Débito	04/11/2010	481,89
Débito	08/11/2010	1.204,75
Débito	16/11/2010	963,79
Débito	23/11/2010	481,89
Débito	25/11/2010	481,89
Débito	29/11/2010	481,89
Débito	02/12/2010	240,93
Débito	06/12/2010	1.204,75
Débito	13/12/2010	240,93
Débito	14/12/2010	481,89
Débito	16/12/2010	481,89
Débito	21/12/2010	240,93
Débito	23/12/2010	240,93
Débito	27/12/2010	963,79
Débito	5/1/2011	722,86
Débito	5/1/2011	2.224,24
Débito	10/1/2011	240,93
Débito	12/1/2011	481,89

Débito	14/1/2001	240,93
Débito	17/1/2011	240,93
Débito	18/1/2011	481,89
Débito	21/1/2011	240,93
Débito	2/2/2011	240,93
Débito	7/2/2011	240,93
Débito	10/2/2011	481,89
Débito	14/2/2011	240,93
Débito	16/2/2011	240,93
Débito	17/2/2011	481,89
Débito	21/2/2011	722,86
Débito	25/2/2011	240,93
Débito	28/2/2011	240,93
Débito	10/3/2011	240,93
Débito	11/3/2011	240,93
Débito	18/3/2011	240,93
Débito	21/3/2011	481,89
Débito	28/3/2011	963,79
Débito	5/4/2011	722,86
Débito	11/4/2011	481,89
Débito	13/4/2011	481,89
Débito	18/4/2011	560,94
Débito	25/4/2011	934,89
Débito	2/5/2011	481,89
Débito	5/5/2011	481,89
Débito	10/5/2011	722,86
Débito	13/5/2011	240,93
Débito	06/6/2011	963,79
Débito	10/6/2011	240,93
Débito	13/6/2011	240,93
Débito	14/6/2011	240,93
Débito	15/6/2011	722,86
Débito	20/6/2011	388,86
Débito	21/6/2011	733,34
Débito	27/6/2011	240,93
Débito	29/6/2011	240,93
Débito	30/6/2011	240,93
Débito	1/7/2011	240,93
Débito	04/7/2011	1.204,75
Débito	11/7/2011	481,89
Débito	15/7/2011	240,93
Débito	18/7/2011	240,93
Débito	20/7/2011	722,86
Débito	25/7/2011	240,93
Débito	26/7/2011	240,93
Débito	27/7/2011	722,86
Débito	01/8/2011	1.204,75
Débito	08/8/2011	240,93
Débito	10/8/2011	722,86
Débito	15/8/2011	722,86
Débito	18/8/2011	481,89
Débito	22/8/2011	240,93
Débito	24/8/2011	240,93
Débito	25/8/2011	481,89
Débito	29/8/2011	240,93
Débito	30/8/2011	481,89

9.3. aplicar à responsável Fabianna Rampazzo Machado Santos (CPF 076.528.477-45), a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do RI/TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, com fundamento no art. 26, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. considerar graves as irregularidades cometidas pela responsável Fabianna Rampazzo Machado Santos (CPF 076.528.477-45) e aplicar-lhe a pena de inabilitação, por um período de cinco anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, conforme previsto no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia do presente Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhe que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.; e

9.8. enviar cópia do presente Acórdão à Caixa Econômica Federal e à responsável, para ciência, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1166-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1167/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.457/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Senador da República Randolfe Rodrigues (Partido Rede/AP)
4. Órgão/Entidade: Presidência da República.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Senador da República Randolfe Rodrigues (Partido Rede/AP) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Presidência da República, relacionadas ao uso indevido de contrato público para cumprimento de interesses privados do filho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos, no art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. informar ao representante a prolação deste Acórdão, ressaltando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser consultados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1167-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1168/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-027.190/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Representação)
3. Embargante: Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
4. Unidades: Fundo Multipatrocinado Serpros e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SecexFinanças
8. Representação legal:
8.1. Erico Vinicius Prado Casagrande (99.185/OAB-MG) e outros, representando Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
8.2. Francieldo Justino da Silva e outros, representando o Fundo Multipatrocinado Serpros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de representação em que se examinam embargos de declaração opostos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ao subitem 1.8.1 do Acórdão 1.870/2020-TCU-Plenário, de minha relatoria, mediante o qual este Tribunal determinou ao ora embargante que acompanhasse "a implementação pelo Fundo Multipatrocinado Serpros das recomendações expedidas pela Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar] no âmbito da segunda intervenção no referido fundo de pensão e que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 dias, as providências tomadas nesse sentido",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 com base no art. 34 da Lei 8.443/92 c/c o art. 287 do RI/TCU, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para, no mérito, rejeitá-los;
9.2 dar ciência desta deliberação ao embargante e às unidades jurisdicionadas.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1168-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1169/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.201/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação em face irregularidades em processo de licitação para a concessão de uso de Terminal Intermodal do Lote 5 do Pátio de Porto Franco/MA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. informar à Valec que, dentro do escopo analisado dos estudos, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que obstem o prosseguimento da licitação para concessão de uso do Terminal Intermodal do Lote 5 do Pátio de Porto Franco/MA;

9.3. dar ciência à Valec, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 22 de abril de 2020, que a não disponibilização ao Tribunal de Contas da União, nos prazos estipulados, dos estudos e documentos que embasam a licitação para concessão de uso de áreas de terminais ferroviários fere os arts. 1º, 3º e 10 da Instrução Normativa-TCU 81/2018, para fins de acompanhamento dos processos de desestatização pela Corte de Contas;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão à Valec e ao Ministério da Infraestrutura, informando-os que o conteúdo da decisão poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.5. restituir os autos à unidade técnica para acompanhamento da desestatização, nos termos da IN-TCU 81/2018.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1169-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1170/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.984/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Deputado Federal José Medeiros (Podemos-MT)

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior Eleitoral.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Deputado Federal José Medeiros (Podemos-MT) a respeito de supostas irregularidades ocorridas em contrato firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a empresa Oracle do Brasil Sistemas (Oracle), para o fornecimento de equipamentos destinados ao processamento dos votos das eleições municipais de 2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU c/c parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU;

9.2. informar ao representante a prolação deste Acórdão, ressaltando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser consultados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1170-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1171/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.059/2019-5.

1.1. Apenso: 036.961/2020-5

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Acompanhamento.

3. Responsáveis: não há.

4. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta fiscalização, na modalidade acompanhamento, destinada a avaliar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel na avaliação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e da saúde financeira das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e a monitorar deliberações anteriores desta Corte acerca dos mencionados aspectos da atuação da Agência ainda pendentes de verificação de cumprimento ou implementação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no arts. 169, incisos II e V, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar à Anatel que, no prazo de 180 dias, contados da ciência desta deliberação, realize levantamento dos possíveis eventos com impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, que ocorreram e/ou ainda ocorrem, em prejuízo da União e em benefício das concessionárias do STFC, pelo mesmo período de tempo considerado pela Agência para avaliar os supostos eventos de mesma natureza em prejuízo das empresas e em favor da União, trazidos pelas concessionárias nos processos administrativos instaurados em 2018, em observância aos arts. 19, incisos VI e VII, e 108, caput e §§ 3º e 4º, da Lei 9.472/1997, às cláusulas 11.1 a 11.2, 12.1 a 12.5 dos contratos de concessão de 1998, às cláusulas 12.1 a 12.3, 13.1, 13.2, 13.3, 13.4 e 13.5 dos contratos de concessão de 2006 e às cláusulas 12.1 a 12.3, 13.1, 13.2, 13.3, 13.4 e 13.5 dos contratos de concessão de 2011;

9.2. recomendar à Anatel que, por ocasião de eventual normatização formal do processo de acompanhamento da higidez financeira das concessionárias e autorizatárias de STFC, considere, entre outros pontos:

9.2.1. o estabelecimento dos critérios e indicadores a serem utilizados como fundamento para futuras decisões da Agência com respeito a casos de intervenção, de decretação de caducidade e de cassação de outorga, entre outros, com vistas a conferir maior isonomia e efetividade a seu processo de acompanhamento econômico-financeiro das empresas do setor de STFC;

9.2.2. a extensão e a profundidade do nível de acompanhamento econômico-financeiro aplicável às empresas autorizatárias em relação ao acompanhamento concernente às empresas concessionárias de STFC, de modo a serem observados os princípios da motivação, conforme art. 50, inciso II, da Lei 9.784/1999, e proporcionalidade, consoante art. 38, caput, da Lei Geral de Telecomunicações - LGT;

9.2.3. a disponibilização tempestiva e regular de relatórios específicos às respectivas empresas a que se referem, de forma a ampliar a transparência e efetividade do processo de acompanhamento econômico-financeiro das empresas do setor de STFC;

9.2.4. a divulgação de versão setorial consolidada pública dos relatórios de acompanhamento econômico-financeiro das empresas avaliadas, a fim de ampliar a transparência e a possibilidade de controle social do referido processo de acompanhamento, conforme preconizado na Lei de Acesso à Informação - LAI;

9.2.5. o uso do Relatório de Acompanhamento Econômico de Concessionária - RAEC para subsidiar outros processos da Agência, a exemplo do processo de anuência prévia, com vistas a conferir maior robustez a suas análises;

9.3. recomendar à Anatel e à Procuradoria Federal Especializada junto àquela unidade jurisdicionada que adotem medidas para capacitação de seus servidores, a fim de que estejam preparados para atuar nas atuais e futuras arbitragens relativas à Anatel;

9.4. dar à Anatel ciência de que:

9.4.1. a ausência de inclusão dos valores de eventuais desequilíbrios que existam nos contratos de concessões de STFC, a favor e contra a União, nos cálculos para adaptação das concessões para autorizações, poderá caracterizar infração aos arts. 19, incisos VI e VII, 114 e 144-A e 144-B da Lei 9.472/1997;

9.4.2. a ausência de definição de como os saldos de eventuais desequilíbrios, a favor e contra a União, serão considerados nos casos em que, eventualmente, houver decretação de caducidade e nos que houver opção da concessionária por manter a concessão e não a adaptar para autorização, poderá caracterizar infração aos arts. 19, incisos VI e VII, 114 e 144-A e 144-B da Lei 9.472/1997;

9.5. no tocante ao monitoramento de deliberações anteriores desta Corte, considerar:

9.5.1. com relação à Decisão 215/2002-Plenário (Relator o Ministro Iram Saraiva, sucedido pelo Ministro Raimundo Carreiro), como implementada a recomendação 8.2.2;

9.5.2. quanto ao Acórdão 1.196/2005-Plenário (Relator o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa), como: (i) parcialmente cumpridas as determinações 9.1.1 e 9.1.2; (ii) implementada a recomendação 9.2.1; e (iii) parcialmente implementada a recomendação 9.2.2;

9.5.3. com respeito ao Acórdão 2.692/2008-Plenário (Relator o Ministro Ubiratan Aguiar, sucedido pela Ministra Ana Arraes), como: (i) cumprida a determinação 9.2.1; e (ii) parcialmente cumprida a determinação 9.2.2;

9.5.4. no que tange o Acórdão 596/2015-Plenário (Relator o Ministro Benjamin Zymler), como parcialmente implementada a recomendação 9.3.7;

9.6. encaminhar este Acórdão, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentaram estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos: à Agência Nacional de Telecomunicações; ao Ministério das Comunicações; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; e à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9.7. arquivar este processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1171-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1172/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.953/2018-7.

1.1. Apenso: 009.832/2010-6

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Embargantes:

3.1. Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa (012.113.586-15); Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto (849.259.576-00); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (40.450.769/0001-26); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (40.450.769/0048-90); Carlos Eduardo Sardenberg Bellot (490.791.077-00); Dennis Arguelles Botinelly (861.211.387-34); Joao Jorge Vieira Sampaio (275.681.307-97); Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Luiz Cláudio de Amorim Gonçalves (847.139.687-49); Marco Aurélio da Rosa Ramos (352.544.320-04); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Michel Martignago Mondardo (983.373.439-15); Márcio de Almeida Ferreira (236.504.788-20); Paulo Mauricio Cavalcanti Gonçalves (332.551.307-78); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04).

3.2. Embargantes: Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34) e Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (40.450.769/0048-90).

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).

8. Representação legal:

8.1. Raissa Roese da Rosa (52568/OAB-DF) e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.

8.2. Daniele de Oliveira Nunes (165.787/OAB-RJ) e outros, representando Renato de Souza Duque.

8.3. Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho.

8.4. Patricia Franco Bonfadini Mendes (152.991/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

8.5. Ellen Medas da Rocha (202.447/OAB-RJ), representando Paulo Roberto Costa.

8.6. Felipe Henrique Braz Guilherme (69.406/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Zelada.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. e por Jorge Luiz Zelada em face do Acórdão 704/2021-TCU-Plenário, que julgou irregulares as contas dos embargantes, assim como as de Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho, condenando-os em débito histórico de R$ 71.156.416,27, em razão de prejuízos causados à Petróleo Brasileiro S.A. na execução das obras de construção do píer do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR, objeto do Contrato 0802.0045378.08.2.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos embargantes e aos demais interessados, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1172-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1173/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.210/2021-1.
2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.
3. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
4. Órgão/Entidade: Organizações da Administração Pública Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas - Coeconomia.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos Administrativos, com proposta de fiscalização de folhas de pagamento, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 17, § 5º, inciso III, da Resolução TCU 308/2019, ACORDAM em:
9.1. autorizar a realização de fiscalização, na modalidade auditoria de conformidade, com o objetivo de acompanhar, no exercício de 2021, transações relacionadas a folhas de pagamento de organizações da Administração Pública Federal;
9.2. restituir os autos à Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas - Coeconomia, para adoção das providências pertinentes; e
9.3. arquivar este processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1173-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1174/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.549/2015-4.
1.1. Apenso: 028.499/2014-0.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Monitoramento).
3. Recorrente: Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (01.263.896/0001-64).
4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Política de Informática; Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, em face do Acórdão 501/2021 - TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 não conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 277, inciso III, 278, § 5º, e 287 do Regimento Interno/TCU;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1174-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1175/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-000.437/2021-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Município de Joinville/SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana - SeinfraUrbana.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana - SeinfraUrbana, com objetivo de avaliar a legalidade e a legitimidade da utilização dos recursos públicos destinados às obras de implantação/ampliação da rede coletora de esgoto do município de Joinville/SC (Fiscobras 2021).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 9º, inciso II, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência à Companhia Águas de Joinville de que:
9.1.1. a ausência de justificativa para adoção do regime de execução de obras diverso da contratação semi-integrada vai de encontro ao disposto no § 4º do art. 42 da Lei 13.303/2016; e
9.1.2. a falta de critério a ser aplicado à medição dos itens associados à administração local pode expor a contratação superveniente a riscos de descompasso entre os pagamentos realizados e os gastos incorridos com a evolução da execução física do empreendimento, o que contraria a jurisprudência deste Tribunal, em especial o subitem 9.3.2.2 do Acórdão 2.622/2013 - Plenário;
9.2. arquivar este processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1175-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1176/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 029.646/2020-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30).
4. Unidade Jurisdicionada: Comando Militar da Amazônia.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
8. Representação legal: Márcio Melo Nogueira, OAB/RO 2.827; Diego de Paiva Vasconcelos, OAB/RO 2.013; Rochilmer Mello da Rocha Filho, OAB/RO 635; Hanna Gabrielly Silva Moreira, OAB/RO 11.097; Renato Lopes, OAB/SP 406.595-B; Tiago dos Reis Magoga, OAB/SP 283.834; Alexandre Machado Bueno, OAB/SP 431.140.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. sobre possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico 12/2020 -Registro de Preços, promovido pelo Comando Militar da Amazônia, visando à contratação de empresa para gestão compartilhada de frota mediante credenciamento de rede especializada em manutenção veicular e de serviços de rastreamento, para atender às necessidades da frota oficial do Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva e unidades vinculadas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. com fulcro no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência ao Comando Militar da Amazônia das seguintes falhas identificadas no Pregão Eletrônico 12/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
9.2.1. exigência de que os licitantes instalem escritório na cidade de Porto Velho/RO, ou em raio máximo de até 50 km da cidade, no prazo máximo de sessenta dias a partir da vigência do contrato, estabelecida no item 9.11.2 do Edital do Pregão Eletrônico 12/2020, sem a devida demonstração de que seja imprescindível para a garantia da adequada execução do objeto licitado, e/ou, considerando os custos a serem suportados pela contratada, sem avaliar a sua pertinência frente à materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame que, entre outros exames, tem o potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;
9.2.2. ausência de parcelamento do objeto no Termo de Referência do Pregão Eletrônico 12/2020, que previa a adjudicação global dos serviços de manutenção de veículos e rastreamento, restringindo indevidamente a competitividade e contrariando o Enunciado 247 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.2.3. fixação de taxa máxima secundária a ser cobrada pela empresa contratada das credenciadas no contrato que decorrerá do Pregão Eletrônico 12/2020, conforme previsto no item 22 do Termo de Referência, que, ainda que não tenha sido determinante para o resultado do certame, não restou evidenciada como critério adequado de seleção da proposta que poderia atender, do melhor modo possível, aos interesses públicos, considerando o previsto no art. 170 da Constituição Federal e no item 7.1.1 do Anexo VII-A da IN/MPDG 5/2017;
9.3. dar ciência deste Acórdão ao Comando Militar da Amazônia, ao Representante e aos Srs. Jorge José da Silva e Everton Luís Navarro de Almeida, bem como aos seus respectivos representantes legais;
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1176-17/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1177/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.695/2018-1.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Responsáveis: GDK S.A. (CNPJ 34.152.199/0001-95).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal:
8.1. Meiryelle Afonso Queiroz (37.172/OAB-DF), entre outros, representando a GDK S.A. (em recuperação judicial); e
8.2. Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ), entre outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela SeinfraOperações por força do Acórdão 2.319/2017 prolatado pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 011.856/2017-3, para a apreciação das justificativas apresentadas pela GDK S.A. em face das evidências de fraudes às licitações conduzidas pela Petrobras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, assinalar a sua integral procedência;
9.2. declarar a inidoneidade da GDK S.A. para participar de licitação na administração federal ou nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da aplicação de recursos federais, durante o período de 3 (três) anos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e o Voto, aos seguintes destinatários:
9.3.1. à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção da providência determinada pelo item 9.2 deste Acórdão no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação;
9.3.2. à GDK S.A., para ciência, informando, ainda, que a declaração de inidoneidade pode vir a ser eventualmente estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais com vistas, precipuamente, a absorver as atividades da empresa ora condenada para, desse modo, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade;

9.3.3. ao sucessor da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante o Ministério Público Federal no Paraná, à 13ª Vara Federal de Curitiba, ao sucessor da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante a Advocacia-Geral da União no Paraná e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além do envio à Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.4. promover o apensamento do presente processo ao TC 029.988/2017-9 com vistas à consolidação das decisões proferidas pelo TCU em face das eventuais representações sobre as fraudes às licitações da Petrobras perante a Repar.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1177-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1178/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.939/2020-4.
2. Grupo II - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal:

8.1. Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria de conformidade realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A, com o objetivo original de verificar a conformidade do processo de alocação de FPSO (floating, production, storage and offloading) no projeto de desenvolvimento da produção (PDP) do campo de Itapu, em seus aspectos legais, econômicos, orçamentários, técnicos e de gestão de produção e exploração de petróleo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 1º, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 169, V, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. dar ciência desta deliberação à Petróleo Brasileiro S.A. e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO); e

9.2. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 17/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 19/5/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1178-17/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 5 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado, a ser realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA

Subsecretária do Plenário

Aprovada em 26 de maio de 2021.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES

Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA MESA Nº 193, DE 26 DE MAIO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2021.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, por ato ad referendum de seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2021, na forma dos anexos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (maio/2020 a Abril/2021)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	372.713.594,05	402.103.696,53	372.448.207,15	372.100.718,03	374.717.173,92	373.663.744,44	373.439.361,34	615.795.984,61	473.499.185,09	374.485.559,90	376.462.928,36	371.524.761,24	4.852.954.914,66	0,00
Pessoal Ativo	223.063.094,71	253.190.818,75	223.759.202,01	223.784.080,28	226.450.047,38	225.416.154,86	225.542.474,82	384.565.246,09	268.735.844,30	225.807.232,16	226.973.733,23	223.471.642,49	2.930.759.571,08	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	182.738.077,58	212.833.452,04	183.555.765,81	183.471.705,29	185.969.139,25	184.934.279,74	185.124.150,50	304.471.303,01	228.843.357,87	186.342.688,69	187.138.047,92	183.888.979,86	2.409.310.947,56	0,00
Obrigações Patronais	40.325.017,13	40.357.366,71	40.203.436,20	40.312.374,99	40.480.908,13	40.481.875,12	40.418.324,32	80.093.943,08	39.892.486,43	39.464.543,47	39.835.685,31	39.582.662,63	521.448.623,52	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	149.650.499,34	148.912.877,78	148.689.005,14	148.316.637,75	148.267.126,54	148.247.589,58	147.896.886,52	231.230.738,52	204.763.340,79	148.678.327,74	149.489.195,13	148.053.118,75	1.922.195.343,58	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	119.425.050,28	118.783.064,20	118.691.230,70	118.142.327,67	117.777.674,35	118.057.718,64	117.539.120,01	185.127.313,71	163.356.297,62	117.662.387,02	118.410.004,67	116.906.567,07	1.529.878.755,94	0,00
Pensões	30.225.449,06	30.129.813,58	29.997.774,44	30.174.310,08	30.489.452,19	30.189.870,94	30.357.766,51	46.103.424,81	41.407.043,17	31.015.940,72	31.079.190,46	31.146.551,68	392.316.587,64	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	72.921.262,09	73.166.661,11	74.339.226,31	24.307.249,33	4.020.501,01	2.303.069,61	1.169.859,02	3.122.542,96	71.764.975,96	74.828.640,99	76.668.464,22	74.377.681,28	552.990.133,89	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	602.419,43	1.037.963,36	2.445.560,97	1.617.709,88	4.055.872,15	1.982.236,80	846.634,19	2.674.552,73	0,00	3.288.273,23	5.041.150,58	3.255.362,02	26.847.735,34	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	428.504,95	272.337,19	121.398,18	305.813,48	-35.371,14	320.832,81	323.224,83	447.990,23	414.823,50	267.861,00	215.053,22	3.634,82	3.086.103,07	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.890.337,71	71.856.360,56	71.772.267,16	22.383.725,97	0,00	0,00	0,00	0,00	71.350.152,46	71.272.506,76	71.412.260,42	71.118.684,44	523.056.295,48	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	299.792.331,96	328.937.035,42	298.108.980,84	347.793.468,70	370.696.672,91	371.360.674,83	372.269.502,32	612.673.441,65	401.734.209,13	299.656.918,91	299.794.464,14	297.147.079,96	4.299.964.780,77	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.604.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	4.299.964.780,77	0,563543
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.232.585.608,40	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.770.956.327,98	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.309.327.047,56	1,089000

FONTE: SIAFI/ME/STN, SIGESP/BLACK/CD, 12/mai/2021, 14:00 hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

CELSO DE BARROS CORREIA NETO
Diretor-Geral

JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 90, DE 26 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos, nos termos do anexo a esta Portaria:

I - O Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2021; e

II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, conforme determinação do Acórdão TCU nº 553/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/20 A ABR/21

ANEXO I DA PORTARIA Nº 90 DE 26 DE MAIO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													
DESPESA COM PESSOAL	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [1]
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.275.235,08	38.420.992,82	37.998.801,29	38.397.949,02	38.400.002,31	38.139.080,77	38.475.950,31	63.669.447,40	52.505.570,44	38.154.152,97	38.546.521,67	38.039.479,24	499.023.183,32	874.938,99
Pessoal Ativo	25.909.863,55	25.971.318,34	25.662.713,52	26.076.091,71	26.061.998,32	25.835.008,09	26.151.074,19	44.038.923,09	33.965.260,61	25.774.843,89	26.149.437,64	25.675.665,15	337.272.198,10	704.466,28
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.682.416,43	21.674.538,16	21.330.267,27	21.760.726,28	21.737.257,24	21.542.343,21	21.829.092,45	35.830.436,88	30.588.098,59	21.469.581,53	21.839.497,19	21.364.076,51	282.648.331,74	146.020,96
Obrigações Patronais	4.227.447,12	4.296.780,18	4.332.446,25	4.315.365,43	4.324.741,08	4.292.664,88	4.321.981,74	8.208.486,21	3.377.162,02	4.305.262,36	4.309.940,45	4.311.588,64	54.623.866,36	558.445,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.365.371,53	12.449.674,48	12.336.087,77	12.321.857,31	12.338.003,99	12.304.072,68	12.324.876,12	19.630.524,31	18.540.309,83	12.379.309,08	12.397.084,03	12.363.814,09	161.750.985,22	170.472,71
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.628.726,37	9.596.383,99	9.560.382,67	9.552.117,39	9.537.456,59	9.495.142,59	9.468.224,79	15.383.494,86	14.197.000,46	9.445.926,24	9.448.578,99	9.473.202,58	124.786.637,52	162.031,66
Pensões	2.736.645,16	2.853.290,49	2.775.705,10	2.769.739,92	2.800.547,40	2.808.930,09	2.856.651,33	4.247.029,45	4.343.309,37	2.933.382,84	2.948.505,04	2.890.611,51	36.964.347,70	8.441,05
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceir. ou de contr. de forma ind.(§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	12.366.587,31	12.450.869,93	12.336.087,77	12.321.857,31	12.338.003,99	12.304.072,68	12.324.876,12	17.666.862,65	4.343.631,31	10.524.850,49	10.536.848,14	2.898.118,52	132.412.666,22	170.472,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.215,78	1.195,45	-	-	-	-	-	114.227,06	321,94	4.982,61	1.229,66	7.507,01	130.679,51	17.333,28
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.365.371,53	12.449.674,48	12.336.087,77	12.321.857,31	12.338.003,99	12.304.072,68	12.324.876,12	17.552.635,59	4.343.309,37	10.519.867,88	10.535.618,48	2.890.611,51	132.281.986,71	153.139,43
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	25.908.647,77	25.970.122,89	25.662.713,52	26.076.091,71	26.061.998,32	25.835.008,09	26.151.074,19	46.002.584,75	48.161.939,13	27.629.302,48	28.009.673,53	35.141.360,72	366.610.517,10	704.466,28

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.604.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	367.314.983,38	0,048139%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	562.546.782,29	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	534.419.443,18	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	506.292.104,06	0,066353%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 12/05/2021, às 13 hs.

Notas: A consulta extraída para a elaboração deste Relatório considerou a unidade orçamentária, conforme retificação do Acórdão 3.376/2012-TCU-Plenário, por meio do Processo nº TC-015.303/2012-8.

Em atendimento ao Acórdão nº 3241/2020 - TCU, os valores relativos às despesas de exercícios anteriores foram ajustados, sendo deduzidos do saldo apresentado as despesas do elemento 92 mas cujo fato gerador ocorreu dentro do período de apuração do relatório, sendo R$ 40.516,58 no mês de janeiro, R$ 240.469,55 em fevereiro, R$ 28.785,75 em março e R$ 86.193,80 em abril.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/20 A ABR/21

ANEXO II

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	499.898.122,31
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	132.583.138,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	367.314.983,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.604.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,048139%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,073800%	563.111.419,75
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria STF nº 82, de 17/08/2005	0,073726%	562.546.782,29
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				

[1] As Resoluções CNJ 26/2006 e 177/2013 não alteraram o limite do Supremo Tribunal Federal.

MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO
Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Auditor-Chefe

EDMUNDO VERAS DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 339, DE 25 DE MAIO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o contido no Acórdão nº 553/2017 TCU-Plenário e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000004283-8, resolve:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2021 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai/ 20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/ 20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.747.251,35	24.126.149,48	23.855.759,50	23.560.334,10	24.089.098,49	24.412.699,17	38.880.163,19	28.189.410,57	34.344.677,33	22.755.509,02	24.303.273,53	24.128.725,61	316.393.051,34	19.307.287,67
Pessoal Ativo	18.620.637,15	18.838.989,86	18.723.573,59	18.440.640,49	18.972.344,38	19.120.559,71	31.164.625,35	23.041.687,27	26.669.171,48	17.617.544,27	19.172.337,88	19.011.829,53	249.393.940,96	16.700.186,55
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.490.367,89	15.697.794,81	15.576.192,95	15.305.419,65	15.811.648,85	16.038.863,70	24.943.873,84	19.867.352,52	23.519.364,13	15.930.218,66	16.020.268,07	15.858.720,44	210.060.085,51	15.977.949,02
Obrigações Patronais	3.130.269,26	3.141.195,05	3.147.380,64	3.135.220,84	3.160.695,53	3.081.696,01	6.220.751,51	3.174.334,75	3.149.807,35	1.687.325,61	3.152.069,81	3.153.109,09	39.333.855,45	722.237,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.116.754,11	5.292.139,46	7.715.537,84	5.147.723,30	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	66.999.110,38	2.607.101,12
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.839.673,55	3.997.333,46	3.843.765,08	3.827.851,51	3.825.065,77	4.006.914,47	5.760.525,40	3.819.563,65	5.712.043,49	3.776.144,31	3.800.153,11	3.785.857,10	49.994.890,90	619.481,83
Pensões	1.286.940,65	1.289.826,16	1.288.420,83	1.291.842,10	1.291.688,34	1.285.224,99	1.955.012,44	1.328.159,65	1.963.462,36	1.361.820,44	1.330.782,54	1.331.038,98	17.004.219,48	1.987.619,29
Outras d espesas de p essoal decorrentes de c ontratos de t erceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.247.153,10	5.317.689,72	7.540.655,82	2.814.358,16	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.149.709,56	64.679.625,95	3.423.161,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	23.714,33	-	-	-	-	-	-	23.714,33	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	130.398,99	1.835,93	-	78.404,29	-	-	-	32.813,48	243.452,69	867.855,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.126.614,20	5.287.159,62	5.132.185,91	5.119.693,61	5.116.754,11	5.292.139,46	7.540.655,82	2.735.953,87	7.675.505,85	5.137.964,75	5.130.935,65	5.116.896,08	64.412.458,93	2.555.306,57

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.620.637,15	18.838.989,86	18.723.573,59	18.440.640,49	18.841.945,39	19.095.009,45	31.339.507,37	25.375.052,41	26 . 669 . 171,48	17 . 617 . 544,27	19 . 172 . 337,88	18 . 979 . 016,05	251 . 713 . 425,39	15.884.125,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	267.597.551,30	0,035071
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	334.868.168,89	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	318.124.760,44	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	301.381.352,00	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/mai/2021 e hora de emissão 14h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram excluídos os valores de R$ 9.430,40 e R$ 1.114,46, nos meses de janeiro e março de 2021, respectivamente, pois a competência pertence ao período de apuração.
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				335.700.339,01	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				68.102.787,71	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				267 . 597 . 551,3 0	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763 . 023 . 603 . 538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,03507 1 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,044013%	335.829.578,63
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043969%	335.493.848,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,043887%	334.868.168,89

FONTE : Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/mai/2021 e hora de emissão 14h.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

ADAÍRES AGUIAR LIMA
Secretária de Administração

ÉRIKA DE OLIVEIRA DOS SANTOS SCOZZIERO
Secretária de Auditoria

EDUARDO DEMETRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. LUÍS ROBERTO BARROSO
Presidente do Tribunal

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA TSE Nº 341, DE 26 DE MAIO DE 2021

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1°, inciso II e no art. 60 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 318, de 25 de maio de 2020, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000003658-7, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 33.383.390,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 33.383.390,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							9.312.349
		ATIVIDADES							
02 126	0033 21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional							6.984.262
02 126	0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional							6.984.262
			F	3	2	90	0	100	6.984.262
02 061	0033 4269	Pleitos Eleitorais							2.328.087
02 061	0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional							2.328.087
			F	3	2	90	0	100	2.328.087
TOTAL - FISCAL									9.312.349
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.312.349

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							561.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							561.000
02 122	0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas							561.000
			F	4	2	90	0	100	561.000
TOTAL - FISCAL									561.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									561.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.500.084
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.500.084
02 122	0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará							3.500.084
			F	4	2	90	0	100	645.000
			F	4	2	90	0	127	2.855.084
TOTAL - FISCAL									3.500.084
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.084

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							900.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							900.000
02 122	0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo							900.000
			F	4	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							804.848
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							804.848
02 122	0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão							804.848
			F	4	2	90	0	100	804.848
TOTAL - FISCAL									804.848
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									804.848

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							845.090
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							845.090
02 122	0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará							845.090
			F	4	2	90	0	100	845.090
TOTAL - FISCAL									845.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									845.090

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							300.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							300.000
02 122	0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							892.710
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							892.710
02 122	0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí							892.710
			F	4	2	90	0	100	892.710
TOTAL - FISCAL									892.710
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									892.710

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							5.839.094
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							5.839.094
02 122	0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro							5.839.094
			F	4	2	90	0	100	3.753.697
			F	4	2	90	0	127	2.085.397
TOTAL - FISCAL									5.839.094
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.839.094

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							977.615
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							977.615
02 122	0033 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte							977.615
			F	4	2	90	0	100	233.812
			F	4	2	90	0	127	743.803
TOTAL - FISCAL									977.615
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									977.615

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							100.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							100.000
02 122	0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia							100.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.718.839
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							6.718.839
02 122	0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo							6.718.839
			F	4	2	90	0	100	6.718.839
TOTAL - FISCAL									6.718.839
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.718.839

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.650.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.650.000
02 122	0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe							1.650.000
			F	4	2	90	0	100	1.650.000
TOTAL - FISCAL									1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							816.598
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							816.598
02 122	0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins							816.598
			F	4	2	90	0	100	816.598
TOTAL - FISCAL									816.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									816.598

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							165.163
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							165.163
02 122	0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá							165.163
			F	4	2	90	0	100	165.163
TOTAL - FISCAL									165.163
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									165.163

ANEXO II

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							9.312.349
		ATIVIDADES							
02 126	0033 21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional							6.984.262
02 126	0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional							6.984.262
			F	4	2	90	0	100	6.984.262
02 061	0033 4269	Pleitos Eleitorais							2.328.087
02 061	0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional							2.328.087
			F	4	2	90	0	100	2.328.087
TOTAL - FISCAL									9.312.349
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.312.349

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							561.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							561.000
02 122	0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas							561.000
			F	3	2	90	0	100	561.000
TOTAL - FISCAL									561.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									561.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.500.084
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.500.084
02 122	0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará							3.500.084
			F	3	2	90	0	100	645.000
			F	3	2	90	0	127	2.855.084
TOTAL - FISCAL									3.500.084
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.084

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							900.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							900.000
02 122	0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo							900.000
			F	3	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							804.848
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							804.848
02 122	0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão							804.848
			F	3	2	90	0	100	804.848
TOTAL - FISCAL									804.848
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									804.848

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							845.090
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							845.090
02 122	0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará							845.090
			F	3	2	90	0	100	845.090
TOTAL - FISCAL									845.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									845.090

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							300.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							300.000
02 122	0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							300.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							892.710
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							892.710
02 122	0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí							892.710
			F	3	2	90	0	100	892.710
TOTAL - FISCAL									892.710
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									892.710

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							5.839.094
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							5.839.094
02 122	0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro							5.839.094
			F	3	2	90	0	100	3.753.697
			F	3	2	90	0	127	2.085.397
TOTAL - FISCAL									5.839.094
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.839.094

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							977.615
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							977.615
02 122	0033 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte							977.615
			F	3	2	90	0	100	233.812
			F	3	2	90	0	127	743.803
TOTAL - FISCAL									977.615
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									977.615

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							100.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							100.000
02 122	0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	F	3	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.718.839
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							6.718.839
02 122	0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	F	3	2	90	0	100	6.718.839
TOTAL - FISCAL									6.718.839
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.718.839

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.650.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.650.000
02 122	0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	F	3	2	90	0	100	1.650.000
TOTAL - FISCAL									1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							816.598
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							816.598
02 122	0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	F	3	2	90	0	100	816.598
TOTAL - FISCAL									816.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									816.598

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							165.163
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							165.163
02 122	0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	F	3	2	90	0	100	165.163
TOTAL - FISCAL									165.163
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									165.163

PORTARIA TSE Nº 342, DE 26 DE MAIO DE 2021

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1°, inciso II e no art. 60 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "k", item "1" e § 3° da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 318, de 25 de maio de 2020, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000003658-7, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 30.442.169,00 (trinta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 30.442.169,00 (trinta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							420.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							420.000
02 122	0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							420.000
			F	4	2	90	0	100	420.000
TOTAL - FISCAL									420.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									420.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.169.842
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.169.842
02 122	0033 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre							3.169.842
			F	4	2	90	0	100	3.169.842
TOTAL - FISCAL									3.169.842
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.169.842

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							190.200
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							190.200
02 122	0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas							190.200
			F	4	2	90	0	100	190.200
TOTAL - FISCAL									190.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.200

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.169.700
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.199.291
02 122	0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia							2.199.291
			F	3	2	90	0	100	933.691
			F	4	2	90	0	100	1.265.600
		PROJETOS							
02 122	0033 7XK4	Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia							970.409
02 122	0033 7XK4 2261	Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - No Município de Salvador - BA							970.409
			F	4	2	90	0	100	970.409
TOTAL - FISCAL									3.169.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.169.700

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							714.043
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							714.043
02 122	0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão							714.043
			F	4	2	90	0	100	714.043
TOTAL - FISCAL									714.043
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									714.043

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.768.411
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.768.411
02 122	0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso							2.768.411
			F	3	2	90	0	100	1.063.051
			F	4	2	90	0	100	1.705.360
TOTAL - FISCAL									2.768.411
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.768.411

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.488.156
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.488.156
02 122	0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará							2.488.156
			F	3	2	90	0	100	336.870
			F	4	2	90	0	100	2.151.286
TOTAL - FISCAL									2.488.156
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.488.156

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							258.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							258.000
02 122	0033 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba							258.000
			F	3	2	90	0	100	258.000
TOTAL - FISCAL									258.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									258.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							7.753.740
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							7.753.740
02 122	0033 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná							7.753.740
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	100	6.753.740
TOTAL - FISCAL									7.753.740
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.753.740

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							4.398.300
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							4.398.300
02 122	0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí							4.398.300
			F	4	2	90	0	100	4.398.300
TOTAL - FISCAL									4.398.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.398.300

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.250.020
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.250.020

ANEXO II

02 122	0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia							3.250.020
			F	3	2	90	0	100	2.774.510
			F	4	2	90	0	100	475.510
TOTAL - FISCAL									3.250.020
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.250.020

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							400.000
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							400.000
02 122	0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							296.657
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							296.657
02 122	0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins							296.657
			F	4	2	90	0	100	296.657
TOTAL - FISCAL									296.657
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									296.657

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.165.100
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.165.100
02 122	0033 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima							1.165.100
			F	3	2	90	0	100	605.700
			F	4	2	90	0	100	559.400
TOTAL - FISCAL									1.165.100
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.165.100

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							30.022.169
		ATIVIDADES							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							30.022.169
02 122	0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							30.022.169
			F	3	2	90	0	100	30.022.169
TOTAL - FISCAL									30.022.169
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.022.169

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							420.000
		PROJETOS							
02 122	0033 136Y	Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas no Município de Natal - RN							420.000
02 122	0033 136Y 1262	Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas no Município de Natal - RN - No Município de Natal - RN							420.000
			F	4	2	90	0	100	420.000
TOTAL - FISCAL									420.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									420.000

PORTARIA TSE Nº 343, DE 26 DE MAIO DE 2021

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1°, inciso II e no art. 60 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "a", item "2" da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 318, de 25 de maio de 2020, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2021.00.000003658-7, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor de R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							530.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							530.000
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	F	3	2	80	0	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							530.000
		Atividades							
02 122	0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							530.000
02 122	0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	F	3	2	90	0	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/GP Nº 179, DE 27 DE MAIO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU - Plenário, de 29 de março, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma dos anexos desta portaria, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2021.
Art. 2º Fica autorizada a disponibilização do Relatório de Gestão Fiscal no portal do Tribunal na internet.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	92.454.258,89	94.180.355,36	92.877.386,90	92.466.387,76	92.731.900,57	93.446.363,46	144.268.616,45	110.214.273,35	125.377.217,44	93.041.450,28	93.596.740,74	93.685.458,51	1.218.340.409,71	7.992.023,68	1.226.332.433,39
Pessoal Ativo	60.691.496,57	62.610.462,37	61.190.426,98	60.815.891,15	61.170.799,03	61.960.701,44	96.881.619,63	78.758.635,67	78.090.921,09	61.641.852,50	62.085.630,69	61.976.341,98	807.874.779,10	7.398.549,65	815.273.328,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	49.976.646,20	51.880.659,26	50.453.598,42	50.102.560,50	50.427.543,66	51.145.957,19	75.433.055,34	67.933.755,85	67.303.961,95	50.838.607,82	51.333.429,19	51.203.353,45	668.033.128,83	7.374.115,73	675.407.244,56
Obrigações Patronais	10.714.850,37	10.729.803,11	10.736.828,56	10.713.330,65	10.743.255,37	10.814.744,25	21.448.564,29	10.824.879,82	10.786.959,14	10.803.244,68	10.752.201,50	10.772.988,53	139.841.650,27	24.433,92	139.866.084,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.762.762,32	31.569.892,99	31.632.375,66	31.570.260,40	31.480.489,50	31.405.049,98	47.328.004,94	31.429.985,74	47.259.355,48	31.380.845,62	31.484.754,08	31.682.175,66	409.985.952,37	593.474,03	410.579.426,40
Aposentadorias, Reserva e Reformas	26.955.501,32	26.776.580,88	26.796.043,72	26.769.266,83	26.606.071,42	26.554.570,54	39.983.541,24	26.635.779,96	39.906.939,28	26.443.534,22	26.437.444,65	26.645.839,72	346.511.113,78	554.606,15	347.065.719,93
Pensões	4.807.261,00	4.793.312,11	4.836.331,94	4.800.993,57	4.874.418,08	4.850.479,44	7.344.463,70	4.794.205,78	7.352.416,20	4.937.311,40	5.047.309,43	5.036.335,94	63.474.838,59	38.867,88	63.513.706,47
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	54.584,26	80.236,21	80.612,04	80.612,04	58.991,88	25.651,94	26.940,87	18.752,16	26.355,97	26.940,87	479.678,24	0,00	479.678,24
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	31.800.908,33	31.627.634,54	31.652.078,69	31.577.122,21	31.552.942,38	31.419.956,01	47.332.560,59	31.468.035,03	47.327.053,15	31.390.437,59	31.534.050,97	31.682.175,66	410.364.955,15	593.474,03	410.958.429,18
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	18.463,12	18.463,12	19.036,20	0,00	0,00	13.188,99	-4.311,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.839,63	0,00	64.839,63
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	19.682,89	39.278,43	666,83	6.861,81	72.452,88	1.717,04	8.867,45	38.049,29	67.697,67	9.591,97	49.296,89	0,00	314.163,15	0,00	314.163,15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	31.762.762,32	31.569.892,99	31.632.375,66	31.570.260,40	31.480.489,50	31.405.049,98	47.328.004,94	31.429.985,74	47.259.355,48	31.380.845,62	31.484.754,08	31.682.175,66	409.985.952,37	593.474,03	410.579.426,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	60.653.350,56	62.552.720,82	61.225.308,21	60.889.265,55	61.178.958,19	62.026.407,45	96.936.055,86	78.746.238,32	78.050.164,29	61.651.012,69	62.062.689,77	62.003.282,85	807.975.454,56	7.398.549,65	815.374.004,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**815.374.004,21**	**0,106861%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.707.715.496,84	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.622.329.722,00	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.536.943.947,16	0,201428%

FONTE: Sistema SIAFI, Secretaria de Orçamento e Finanças, 13/mai/2021, 18h e 43m; Processo STJ 11.701/2021, protocolos 2468819, 2468823 e 2469112.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Composição do item "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente":

a. Processo 002450/2019 - Ressarcimento de pessoal cedido: despesas de julho a novembro de 2020, totalizando R$ 252.428,63. Despesa ainda não executada por pendência de envio de guias de cobrança atualizadas pelo órgão de origem do servidor cedido, após glosa de valores cobrados anteriormente.

b. Processo 004143/2019 - Ressarcimento de pessoal cedido: despesas de agosto de 2020 a abril de 2021, totalizando R$ 227.249,61. Despesa ainda não executada por pendência de envio de guias de cobrança pelo órgão de origem dos servidores cedidos, sendo a competência do mês de abril/2021 uma projeção da despesa.

Marcos Antonio Cavalcante
Diretor Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Ivo Mützenberg
Secretário de Auditoria Interna

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.226.332.433,39	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				410.958.429,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				815.374.004,21	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,106861%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,224450%	1.712.606.478,14
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,224276%	1.711.278.817,07
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,224226%	1.710.897.305,27
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,223809%	1.707.715.496,84
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

MARCOS ANTONIO CAVALCANTE
Diretor-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

IVO MÜTZENBERG
Secretário de Auditoria Interna

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 239-CJF, DE 26 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobrea a aprovação do Portfólio de Projetos Estratégicos da Justiça Federal para 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a competência do Conselho da Justiça Federal - CJF de órgão central do Sistema da Justiça Federal, estabelecida no art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no disposto no art. 3º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução n. 668/2020 - CJF, de 09 de novembro de 2020, que dispõe sobre a Estratégia da Justiça Federal para o período de 2021 a 2026, alterada pela Resolução n. 698/2021 - CJF, de 15 de março de 2021;

CONSIDERANDO o contido nos Processos SEI n. 0001567-65.2020.4.90.8000, SEI n. 0000734-96.2021.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Portfólio de Projetos Estratégicos da Justiça Federal para 2021.

Art. 2º Os gestores e os gerentes dos Projetos Estratégicos da Justiça Federal serão designados em atos normativos específicos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO

Portfólio de Projetos Estratégicos da Justiça Federal para 2021

Projeto	Macrodesafio JF 2021-2026
Aprimoramento da Gestão de Dados da JF	Instituição da Governança Judiciária
Conheça a Justiça Federal	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
Contratações conjuntas na área de TI	Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados
Definição de política de governança de dados	Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados
Depósitos Judiciais na Justiça Federal	Garantia dos Direitos Fundamentais
Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Federal	Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados
Implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos	Fortalecimento da Estratégia de TIC e Proteção de dados
Justiça transparente	Garantia dos Direitos Fundamentais
Laboratório de inovação da Justiça Federal	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Judiciária
Padronização da Organização das Varas Federais	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Sistema de Autorização Remota Online	Fortalecimento da Estratégia de TIC e Proteção de dados

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO GDGSET.GP. Nº 123, DE 27 DE MAIO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 500.985/2021-4, resolve:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI / 2020	JUN / 2020	JUL / 2020	A GO / 2020	SET / 2020	OUT / 2020	NOV / 2020	DEZ / 2020	JAN /2021	FEV / 2021	MAR / 2021	ABR / 2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	69.191.291,53	70.926.108,18	68.488.853,27	67.894.404,09	69.045.407,25	68.643.536,10	98.040.487,91	97.682.317,67	91.758.490,77	66.020.704,47	69.764.068,53	66.621.312,98	904.076.982,75	2.174.652,91	906.251.635,66
Pessoal Ativo	43.707.219,77	45.950.632,67	43.558.723,05	42.928,477,24	44.074.181,76	44.017.317,26	61.393.104,84	71.881.802,02	54.666.667,25	41.214.209,96	44.924.949,17	41.835.871,68	580.153.156,67	2.162.197,39	582.315.354,06

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.332.648,83	38.564.796,84	36.186.555,55	35.586.205,49	36.195.930,11	36.594.970,66	54.512.744,67	57.050.657,57	47.215.542,40	33.770.170,40	37.476.384,03	36.861.741,47	486.348.348,02	1.263.474,88	487.611.822,90
Obrigações Patronais	7.374.570,94	7.385.835,83	7.372.167,50	7.342.271,75	7.878.251,65	7.422.346,60	6.880.360,17	14.831.144,45	7.451.124,85	7.444.039,56	7.448.565,14	4.974.130,21	93.804.808,65	898.722,51	94.703.531,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.484.071,76	24.975.475,51	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	25.800.515,65	37.091.823,52	24.806.494,51	24.839.119,36	24.785.441,30	323.923.826,08	12.455,52	323.936.281,60
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.781.479,92	21.280.621,91	21.255.453,12	21.281.579,03	21.258.053,56	20.952.073,49	31.364.622,35	22.215.498,04	31.731.472,20	21.130.115,50	21.146.580,49	21.110.979,68	276.508.529,29	4.464,76	276.512.994,05
Pensões	3.702.591,84	3.694.853,60	3.674.677,10	3.684.347,82	3.713.171,93	3.674.145,35	5.282.760,72	3.585.017,61	5.360.351,32	3.676.379,01	3.692.538,87	3.674.461,62	47.415.296,79	7.990,76	47.423.287,55
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.898.743,95	25.127.894,50	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.666.283,12	17.880.744,07	37.091.823,52	24.806.494,51	24.844.456,79	24.850.218,56	316.660.160,42	8.342,08	316.668.502,50
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.900,05	48.938,19	0,00	0,00	5.337,43	0,00	73.175,67	0,00	73.175,67
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	414.672,19	152.418,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.830,21	0,00	0,00	0,00	64.777,26	795.698,65	351,32	796.049,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.484.071,76	24.975.475,51	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	17.667.975,67	37.091.823,52	24.806.494,51	24.839.119,36	24.785.441,30	315.791.286,10	7.990,76	315.799.276,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	43.292.547,58	45.798.213,68	43.558.723,05	42.928.477,24	44.074.181,76	44.017.317,26	61.374.204,79	79.801.573,60	54.666.667,25	41.214.209,96	44.919.611,74	41.771.094,42	587.416.822,33	2.166.310,83	589.583.133,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	763.023.603.538,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	589.583.133,16	0,077269%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.386.902.222,74	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.317.557.111,60	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.248.212.000,46	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 21/mai/2021, às 17h57.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABLHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	906.251.635,66
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	316.668.502,50
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	589. 583 . 133 , 16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,0 77 269 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,206935%	1.578.962.893,98
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,206896%	1.578.665.314,78
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%	1.389.481.242,52
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%	1.386.902.222,74
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 [1]			0,181764%	1.386.902.222,74

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 21/mai/2021, às 17h57.

NOTA: O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA

Secretário de Auditoria

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

Secretário de Administração

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 477, DE 27 DE MAIO DE 2021

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão no 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017 e, da Portaria nº 853/STN, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

Art. 2º Determinar publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, na forma do seu Anexo Único, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal, de acordo com a alínea a do art. 55 da LRF e o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal, conforme o Acórdão TCU 553/17.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.867.084,18	49.686.528,19	35.088.225,03	35.509.560,44	35.038.335,04	35.532.719,56	54.523.123,35	43.942.717,95	36.156.627,50	36.040.464,00	36.229.934,65	36.454.018,07	469.069.337,96	10.018.803,84	479.088.141,80
Pessoal Ativo	17.524.324,67	21.932.999,26	17.764.580,21	18.214.638,15	17.795.787,75	18.281.910,70	28.085.488,83	23.862.296,07	19.047.343,01	18.651.484,57	18.928.006,07	18.385.159,02	238.474.018,31	4.406.438,68	242.880.456,99
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.349.475,47	18.768.810,25	14.588.241,79	15.038.098,55	14.507.915,76	15.109.049,41	21.774.744,42	20.561.913,09	15.839.211,55	15.433.212,35	15.725.428,73	15.197.237,67	196.893.339,04	4.405.112,34	201.298.451,38
Obrigações Patronais	3.174.849,20	3.164.189,01	3.176.338,42	3.176.539,60	3.287.871,99	3.172.861,29	6.310.744,41	3.300.382,98	3.208.131,46	3.218.272,22	3.202.577,34	3.187.921,35	41.580.679,27	1.326,34	41.582.005,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.342.759,51	27.753.528,93	17.323.644,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	20.080.421,88	17.109.284,49	17.388.979,43	17.301.928,58	18.068.859,05	230.595.319,65	5.612.365,16	236.207.684,81
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.494.941,74	16.641.340,71	10.493.273,03	10.500.647,63	10.487.067,11	10.497.400,56	16.436.081,74	10.906.800,62	10.430.580,79	10.446.299,78	10.399.196,05	11.298.515,06	139.032.144,82	2.505.155,32	141.537.300,14
Pensões	6.847.817,77	11.112.188,22	6.830.371,79	6.794.274,66	6.755.480,18	6.753.408,30	10.001.552,78	9.173.621,26	6.678.703,70	6.942.679,65	6.902.732,53	6.770.343,99	91.563.174,83	3.107.209,84	94.670.384,67
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	17.343.251,76	27.957.096,61	17.322.825,22	17.846.940,57	17.365.438,08	17.251.301,11	26.438.126,77	16.035.386,33	6.618,18	7.440,12	82.907,23	3.780,21	157.661.112,19	9.954.195,23	167.615.307,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	492,25	492,25	492,25	549.842,57	122.890,79	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	702.159,58	0,00	702.159,58
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	203.075,43	-1.311,85	2.175,71	0,00	0,00	0,00	2.918.634,99	0,00	821,94	76.289,05	-2.837,97	3.196.847,30	9.871.405,73	13.068.253,03
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.342.759,51	27.753.528,93	17.323.644,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	13.116.259,09	0,00	0,00	0,00	0,00	153.762.105,31	82.789,50	153.844.894,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.523.832,42	21.729.431,58	17.765.399,81	17.662.619,87	17.672.896,96	18.281.418,45	28.084.996,58	27.907.331,62	36.150.009,32	36.033.023,88	36.147.027,42	36.450.237,86	311.408.225,77	64.608,61	311.472.834,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	311.472.834,38	0,040821%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	614.813.898,79	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	584.073.203,85	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	553.332.508,91	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 10/05/2021, 14h30min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3. As diferenças entre a metodologia do TCU disponível no Tesouro Gerencial e a tabela por subelemento de despesa elaborada por esta JMU, referem-se aos valores constantes dos Programas de Trabalho 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União e 20TP - Ativos Civis da União no SIAFI, conforme os dados a seguir descritos, porém, Informamos ainda que a utilização da metodologia descrita não altera os valores totais das despesas de pessoal, portanto não refletem em alterações nos percentuais de execução das despesas com pessoal da Justiça Militar da União.

4. No mês de Junho/2020, a despesa no valor de R$ 298.629,20, registrada no Siafi na rubrica "3.1.90.17.02 - Ajuda de Custo Transferência do Ativo Militar P/ Inatividade Remunerada", foi classificada pela JMU como "Pessoal Ativo" no RGF, por se tratar de despesa referente à ajuda de custo decorrente de transferência de ativo militar para a inatividade.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	479.088.141,80
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	167.615.307,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	311.472.834,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

					% DA RCL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						763.023.603.538,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100						0,040821%
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,101900%	777.521.052,01
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:			0,101798%	776.742.767,93
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:			0,080726%	615.958.434,19
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:			0,080576%	614.813.898,79
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3					-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO PRESI 2 - 12215270, DE 26 DE JANEIRO DE 2021 (*)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 3º quadrimestre de 2020, na forma dos Anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. I´TALO FIORAVANTI SABO MENDES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	320.951.769,56	224.390.495,03	231.238.599,06	229.820.339,07	231.174.373,19	231.793.835,75	229.963.157,91	232.052.600,38	231.897.763,50	241.706.726,15	365.532.940,57	279.191.333,91	3.049.713.934,08	11.947.184,52	3.061.661.118,60
Pessoal Ativo	261.389.213,56	182.631.677,28	189.536.706,05	187.994.943,56	188.329.097,10	189.717.780,17	187.825.367,73	190.008.301,10	189.830.777,46	199.303.396,65	302.055.513,83	217.133.172,73	2.485.755.947,22	11.010.764,01	2.496.766.711,23
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	234.921.555,71	156.087.735,42	155.837.376,70	154.449.467,30	154.734.327,27	155.784.653,08	154.157.095,26	156.315.412,22	156.166.485,75	165.635.439,33	236.874.307,76	180.639.907,71	2.061.603.763,51	10.623.545,66	2.072.227.309,17
Obrigações Patronais	26.467.657,85	26.543.941,86	33.699.329,35	33.545.476,26	33.594.769,83	33.933.127,09	33.668.272,47	33.692.888,88	33.664.291,71	33.667.957,32	65.181.206,07	36.493.265,02	424.152.183,71	387.218,35	424.539.402,06
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	59.562.556,00	41.758.817,75	41.701.893,01	41.825.395,51	42.845.276,09	42.076.055,58	42.137.790,18	42.044.299,28	42.066.986,04	42.403.329,50	63.477.426,74	62.058.161,18	563.957.986,86	936.420,51	564.894.407,37
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.594.425,46	35.980.199,94	36.075.766,05	36.168.857,47	37.188.632,42	36.440.142,57	36.469.709,39	36.310.977,92	36.280.995,41	36.532.059,27	54.545.943,64	51.378.160,20	484.965.869,74	414.866,74	485.380.736,48
Pensões	7.968.130,54	5.778.617,81	5.626.126,96	5.656.538,04	5.656.643,67	5.635.913,01	5.668.080,79	5.733.321,36	5.785.990,63	5.871.270,23	8.931.483,10	10.680.000,98	78.992.117,12	521.553,77	79.513.670,89
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	63.869.724,57	44.685.067,65	46.763.238,64	42.549.177,80	43.397.371,77	43.011.456,44	42.530.520,00	42.354.032,74	42.499.713,79	42.754.875,96	49.369.213,79	58.132.116,48	561.916.509,63	1.631.458,28	563.547.967,91
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.250,27	268.800,14	171.831,89	175.574,67	250.954,83	174.854,73	192.950,37	231.207,24	224.590,04	232.227,35	550.430,81	221.285,80	2.704.958,14	0,00	2.704.958,14
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.296.918,30	2.657.449,76	4.887.530,85	550.190,51	301.140,85	760.546,13	199.779,45	78.526,22	208.137,71	119.341,49	89.518,50	40.614.346,84	54.763.426,61	1.620.152,39	56.383.579,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	59.562.556,00	41.758.817,75	41.703.875,90	41.823.412,62	42.845.276,09	42.076.055,58	42.137.790,18	42.044.299,28	42.066.986,04	42.403.307,12	48.729.264,48	17.296.483,84	504.448.124,88	11.305,89	504.459.430,77
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	257.082.044,99	179.705.427,38	184.475.360,42	187.271.161,27	187.777.001,42	188.782.379,31	187.432.637,91	189.698.567,64	189.398.049,71	198.951.850,19	316.163.726,78	221.059.217,43	2.487.797.424,45	10.315.726,24	2.498.113.150,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	651.943.266.031,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DLP (III C) = (III A + III B)	2.498.113.150,69	0,383180%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.981.949.382,23	0,457394%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.832.851.913,12	0,434524%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.683.754.444,01	0,411655%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc/Secor, 20/05/2021, 16h53

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Republicação para inclusão no item "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)", na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", de valores apurados em outras fontes, exceto 0156 e 0169, por se tratar de competências não consideradas no RGF do 3º Quadrimestre de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				D ISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) [1]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercí cios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	471.985.272,49	70.432,72	214.076,23	1.016.339,26	26.047.782,13	444.636.642,15	441.665.704,57	0,00	2.970.937,58
127 - Custas judiciais	2.883.433,29	55.423,22	213.058,86		11.947,50	2.603.003,71	2.603.003,71		0,00
144 - Títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional - outras aplicações	396.051.873,29					396.051.873,29	396.051.873,29		0,00
150 - Recursos próprios primários de livre aplicação	15.795,64					15.795,64			15.795,64
151 - Recursos livres da seguridade social	43.000.539,05		1.017,37			42.999.521,68	42.999.521,68		0,00
153 - Recursos destinados às atividades-fins da seguridade social	20.665,94					20.665,94			20.665,94
156 - Contribuição do servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	15.781,83					15.781,83			4.475,94
181 - Recursos de convênios	3.831.947,59	15.009,50		886.938,03		2.930.000,06			2.930.000,06
190 - Recursos diversos	26.035.834,63				26.035.834,63	0,00			0,00

381 - Recursos de convênios - exercício anterior	129.401,23			129.401,23		0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	88.372.727,44	119.418,88	1.114.988,30	3.267.172,75	24.319,77	83.846.827,74	56.656.808,72	0,00	27.190.019,02
100 Recursos ordinários	84.769.320,51	119.418,88	1.114.842,01	3.264.889,22	24.319,77	80.245.850,63	56.620.576,55		23.625.274,08
300 Recursos ordinários - exercícios anteriores	3.603.406,93		146,29	2.283,53		3.600.977,11	36.232,17		3.564.744,94
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
TOTAL (III) = (I + II)	560.357.999,93	189.851,60	1.329.064,53	4.283.512,01	26.072.101,90	528.483.469,89	498.322.513,29	0,00	30.160.956,60

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc/Secor, 22/01/2021, 19h12

Notas:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.
2 - Recursos a Receber para RP (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta): fontes 127 (R$ 535.979,75), 144 (R$ 395.086.797,35), 151 (R$ 42.866.562,98) e 156 (R$ 15.781,83).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.061.661.118,60
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	563.547.967,91
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.498.113.150,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,383180%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,335792%	2.189.173.331,87
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm. SIGED n. 2001160727	0,335465%	2.187.041.477,39
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF 2012/00184	0,458245%	2.987.497.419,42
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF 2013/00250	0,457394%	2.981.949.382,23
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido EXCLUSIVAMENTE pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art . 48) *R$ 1,00*

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	651.943.266.031,15	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.498.113.150,69	0,383180%
Limite Máximo (Resolução CJF 2013/00250)	2.981.949.382,23	0,457394%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.832.851.913,12	0,434524%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.683.754.444,01	0,411655%

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a pagar	528.483.469,89	498.322.513,29	30.160.956,60

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc/Secor, 20/05/2021, 14h14

ADELSON VIEIRA TORRES
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

MARÍLIA ANDRÉ DA SILVA MENESES GRAÇA
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor-Geral

(*)Republicada em virtude de erro material nos anexos da matéria publicada em 28/01/2021, Seção 1, pp. 108-110.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 132, DE 26 DE MAIO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",

CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução n.º 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO o item 9.4 do Acórdão n.º 553/2017-TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3.ª Região, referente ao 1.º quadrimestre de 2021, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2.º, da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MAIRAN MAIA

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														
	LIQUIDADAS														
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	183.039.419,82	185.284.162,10	181.453.737,61	183.139.547,38	186.046.108,85	188.186.424,30	292.131.433,68	230.048.613,15	268.395.780,70	182.894.555,54	185.875.209,86	184.204.491,99	2.450.699.484,98	4.965.854,26	2.455.665.339,24
Pessoal Ativo	149.728.772,31	151.639.224,57	147.955.102,30	149.597.876,35	152.315.368,79	154.057.047,53	241.359.087,90	185.443.292,08	217.630.382,89	148.540.482,94	151.926.310,81	149.704.043,11	1.999.896.991,58	2.751.252,29	2.002.648.243,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	122.375.499,56	124.190.010,47	120.773.034,16	122.243.860,73	124.993.150,06	126.663.482,32	186.864.937,17	157.196.507,37	189.639.543,10	121.906.712,12	124.792.709,67	122.645.413,94	1.644.284.860,67	2.634.001,25	1.646.918.861,92
Obrigações Patronais	27.353.272,75	27.449.214,10	27.182.068,14	27.354.015,62	27.322.218,73	27.393.565,21	54.494.150,73	28.246.784,71	27.990.839,79	26.633.770,82	27.133.601,14	27.058.629,17	355.612.130,91	117.251,04	355.729.381,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.310.647,51	33.644.937,53	33.498.635,31	33.541.671,03	33.730.740,06	34.129.376,77	50.772.345,78	44.605.321,07	50.765.397,81	34.354.072,60	33.948.899,05	34.500.448,88	450.802.493,40	2.214.601,97	453.017.095,37
Aposentadorias, Reserva e Reformas	29.078.235,05	29.367.757,03	29.202.794,07	29.331.327,59	29.387.903,64	29.793.965,30	44.228.899,19	34.674.992,75	44.439.992,27	29.641.097,32	29.587.822,82	29.910.999,17	388.645.786,20	935.137,71	389.580.923,91
Pensões	4.232.412,46	4.277.180,50	4.295.841,24	4.210.343,44	4.342.836,42	4.335.411,47	6.543.446,59	9.930.328,32	6.325.405,54	4.712.975,28	4.361.076,23	4.589.449,71	62.156.707,20	1.279.464,26	63.436.171,46
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	33.354.335,10	33.866.883,28	33.597.462,35	33.620.710,50	33.765.157,29	34.176.449,05	36.583.074,18	54.792.561,69	50.822.835,32	34.373.055,92	33.960.033,10	34.728.027,87	447.640.585,65	2.604.747,84	450.245.333,49
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária								19.939,74				187.161,71	207.101,45		207.101,45
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	24.798,76	10.700,86	6.702,71	5.858,77	5.893,02	10.727,61	13.638,41	75.866,95	36.577,93	11.159,47	9.914,57	5.495,09	217.334,15		217.334,15
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	18.888,83	211.244,89	92.124,33	73.180,70	28.524,21	36.344,67		48.891.774,60	20.859,58	7.823,85	1.219,48	34.922,19	49.416.907,33	2.604.747,84	52.021.655,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.310.647,51	33.644.937,53	33.498.635,31	33.541.671,03	33.730.740,06	34.129.376,77	36.569.435,77	5.804.980,40	50.765.397,81	34.354.072,60	33.948.899,05	34.500.448,88	397.799.242,72		397.799.242,72
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	149.685.084,72	151.417.278,82	147.856.275,26	149.518.836,88	152.280.951,56	154.009.975,25	255.548.359,50	175.256.051,46	217.572.945,38	148.521.499,62	151.915.176,76	149.476.464,12	2.003.058.899,33	2.361.106,42	2.005.420.005,75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	2.005.420.005,75	0,262825%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.712.304.743,03	0,355468%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.576.689.505,88	0,337695%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.441.074.268,72	0,319921%

FONTE: SIAFI - Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: TRF3 - DCOT; Data da emissão: 19/mai/2021 e; Hora de emissão: 17h55.

NOTA:

O valor de R$ 945.402,03 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2021,do Ministério da Fazenda/STN, 11ª edição, páginas 495 a 496. O valor de R$ 441.103,53, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II, linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO
Diretor-Geral

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

				R$1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				2.455.665.339,24	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				450.245.333,49	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				2.005.420.005,75	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *100				0,262825%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,260964%	1.991.216.916,74
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Proc.Adm. SIGED nº 2001160727	0,260710%	1.989.278.836,79
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 184/2012	0,356130%	2.717.355.959,28
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 250/2013	0,355468%	2.712.304.743,03
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				-

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 240, DE 25 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inc. III, do art. 54, e o § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012 , resolve:

Art. 1º APROVAR, ad referendum do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 1º quadrimestre de 2021, na forma dos anexos, a serem publicados no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5º REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.567.705,06	103.394.369,32	102.189.547,88	103.543.011,59	104.681.361,25	106.458.413,25	164.443.699,52	123.102.955,05	153.680.819,82	103.632.066,01	105.259.435,58	106.147.293,96	1.381.100.678,29	2.022.089,02	1.383.122.767,31
Pessoal Ativo	87.636.940,56	86.544.161,40	85.320.336,69	86.614.151,30	87.821.998,83	89.450.156,07	139.174.459,37	99.236.023,19	128.634.930,57	86.643.551,18	88.200.472,13	89.002.232,34	1.154.279.413,63	1.899.092,17	1.156.178.505,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	72.958.895,94	71.838.016,82	70.611.314,88	71.903.629,90	73.082.111,22	74.705.167,05	109.684.631,13	83.575.312,58	113.775.379,73	71.915.394,04	73.472.936,42	74.279.364,29	961.802.154,00	1.899.092,17	963.701.246,17
Obrigações Patronais	14.678.044,62	14.706.144,58	14.709.021,81	14.710.521,40	14.739.887,61	14.744.989,02	29.489.828,24	15.660.710,61	14.859.550,84	14.728.157,14	14.727.535,71	14.722.868,05	192.477.259,63	0,00	192.477.259,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.930.764,50	16.850.207,92	16.869.211,19	16.928.860,29	16.859.362,42	17.008.257,18	25.269.240,15	23.866.931,86	25.045.889,25	16.988.514,83	17.058.963,45	17.145.061,62	226.821.264,66	122.996,85	226.944.261,51
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.213.396,37	14.160.229,14	14.188.771,16	14.246.662,96	14.071.766,07	14.301.732,68	21.180.980,48	19.115.384,32	21.012.119,46	14.131.213,15	14.293.290,87	14.184.343,02	189.099.889,68	0,00	189.099.889,68
Pensões	2.717.368,13	2.689.978,78	2.680.440,03	2.682.197,33	2.787.596,35	2.706.524,50	4.088.259,67	4.751.547,54	4.033.769,79	2.857.301,68	2.765.672,58	2.960.718,60	37.721.374,98	122.996,85	37.844.371,83
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	18.450.093,41	16.964.853,15	16.985.963,22	16.967.846,37	17.107.993,80	17.122.632,72	21.967.285,57	18.734.215,36	25.090.688,78	17.460.329,61	17.210.732,19	17.462.757,09	221.525.391,27	122.996,85	221.648.388,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	34.506,72	16.146,08	27.952,75	0,00	22.077,08	0,00	47.612,66	6.227,65	7.462,93	0,00	0,00	28.468,04	190.453,91	0,00	190.453,91
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.484.822,19	98.499,15	88.799,28	38.986,08	226.554,30	114.375,54	151.078,81	12.774.416,92	37.336,60	471.893,86	151.768,74	289.227,43	15.927.758,90	0,00	15.927.758,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.930.764,50	16.850.207,92	16.869.211,19	16.928.860,29	16.859.362,42	17.008.257,18	21.768.594,10	5.953.570,79	25.045.889,25	16.988.435,75	17.058.963,45	17.145.061,62	205.407.178,46	122.996,85	205.530.175,31
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	86.117.611,65	86.429.516,17	85.203.584,66	86.575.165,22	87.573.367,45	89.335.780,53	142.476.413,95	104.368.739,69	128.590.131,04	86.171.736,40	88.048.703,39	88.684.536,87	1.159.575.287,02	1.899.092,17	1.161.474.379,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.604.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.161.474.379,19	0,152220%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.746.019.282,80	0,228829%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.658.718.318,66	0,217388%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.571.417.354,52	0,205946%

FONTE: UG 090031, TESOURO GERENCIAL > Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatórios STN/CCONT > RGF > Anexo I - Pessoal > Anexo 1 - Pessoal - RGF - Público, 19/05/2021, 18:10

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal.
2. Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN Nº 853/2021 de 20 de maio de 2021, publicada no DOU de 24/05/2021, Seção 1, pag. 22 e 23.

Des. EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.383.122.767,31	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				221.648.388,12	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.161.474.379,19	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.604.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,152220%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,167993%	1.281.826.243,07
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm SIGED nº 201160727	0,167829%	1.280.574.884,36
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2012/00184	0,229255%	1.749.269.763,35
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2013/00250	0,228829%	1.746.019.282,80
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 265, DE 26 DE MAIO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 4050/2021, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2021 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão nº 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai /20	Jun /20	Jul /20	A go /20	Set /20	Out /20	Nov /20	Dez /20	Jan /2 1	Fev /2 1	Mar /2 1	Abr /2 1	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.563.740,74	8.293.448,86	8.050.498,59	8.259.347,88	8.239.733,80	8.951.262,11	14.458.651,78	13.680.908,39	10.780.439,31	8.480.384,23	8.361.756,79	8.320.159,94	114.440.332,42	150.280,00
Pessoal Ativo	7.673.016,47	7.476.718,21	7.260.696,53	7.466.097,97	7.446.507,89	8.158.012,20	13.315.614,13	12.940.653,70	9.678.202,35	7.729.081,01	7.618.832,47	7.577.235,62	104.340.668,55	150.280,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.442.995,18	6.244.849,63	6.117.382,16	6.232.774,58	6.204.301,85	6.905.812,49	10.827.728,12	11.680.403,71	8.452.015,75	6.496.181,46	6.385.818,68	6.341.662,93	88.331.926,54	150.280,00
Obrigações Patronais	1.230.021,29	1.231.868,58	1.143.314,37	1.233.323,39	1.242.206,04	1.252.199,71	2.487.886,01	1.260.249,99	1.226.186,60	1.232.899,55	1.233.013,79	1.235.572,69	16.008.742,01	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	793.225,91	793.249,91	1.143.037,65	740.254,69	1.102.236,96	751.303,22	742.924,32	742.924,32	10.099.663,87	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	620.488,00	546.494,38	505.774,43	505.774,43	505.750,43	505.774,43	713.741,20	448.774,85	672.146,59	448.814,65	448.316,57	448.316,57	6.370.166,53	-
Pensões	270.236,27	270.236,27	284.027,63	287.475,48	287.475,48	287.475,48	429.296,45	291.479,84	430.090,37	302.488,57	294.607,75	294.607,75	3.729.497,34	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	977.844,73	820.024,74	791.349,38	808.245,95	818.261,83	828.232,17	1.172.251,78	477.735,41	1.102.236,96	751.303,22	794.053,31	745.888,86	10.087.428,34	280,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.302,97	-	-	1.679,34	13.238,94	34.148,17	5.422,06	26.494,80	-	-	-	-	84.286,28	280,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	83.817,49	3.294,09	1.547,32	13.316,70	11.796,98	834,09	23.792,07	42.286,61	-	-	51.128,99	2.964,54	234.778,88	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	793.225,91	793.249,91	1.143.037,65	408.954,00	1.102.236,96	751.303,22	742.924,32	742.924,32	9.768.363,18	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.585.896,01	7.473.424,12	7.259.149,21	7.451.101,93	7.421.471,97	8.123.029,94	13.286.400,00	13.203.172,98	9.678.202,35	7.729.081,01	7.567.703,48	7.574. 271,08	104.352.904,08	150.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	104.502.904,08	0,013696
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	127.157.883,53	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.799.989,35	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	114.442.095,18	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, SECONT/COF, 24/MAI/2021 e hora de emissão 19h55m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				113.517.537,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				10.337.522,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				103.180.015,08	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,015827 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	108.959.278,05
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	108.848.447,70
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	1 08.646.345,28
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

1. Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

2. Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

3. Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

RUY MELO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

PAULO GERMANO CARVALHO LEITE
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

SYLVIA REBECA RIBEIRO HORTÊNCIO
Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA TRE-DF Nº 73, DE 25 DE MAIO DE 2021 (*)

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao primeiro quadrimestre de 2021, período de maio de 2020 a abril de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, considerando o item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021, e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai /20	Jun /20	Jul /20	Ago /20	Set /20	Out /20	Nov /20	Dez / 20	Jan / 21	Fev / 21	Mar / 21	Abr / 21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.658.884,95	6.508.399,57	6.796.602,34	6.735.313,81	6.690.894,43	6.736.251,88	10.370.541,56	7.643.051,16	9.554.106,99	6.811.571,58	6.852.583,97	6.758.476,26	88.116.678,50	909.781,36
Pessoal Ativo	4.785.282,27	4.639.616,72	4.925.922,31	4.865.652,94	4.819.195,24	4.865.571,85	7.555.856,63	5.749.348,31	6.716.281,38	4.902.082,66	4.934.497,02	4.864.763,42	63.624.070,75	902.276,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.982.499,44	3.966.233,83	3.989.647,92	4.056.499,38	4.012.590,23	4.062.233,55	5.960.942,41	4.940.528,65	5.916.110,14	4.099.781,96	4.130.705,61	4.055.748,73	53.173.521,85	886.712,42
Obrigações Patronais	802.782,83	673.382,89	936.274,39	809.153,56	806.605,01	803.338,30	1.594.914,22	808.819,66	800.171,24	802.300,70	803.791,41	809.014,69	10.450.548,90	15.564,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.873.602,68	1.868.782,85	1.870.680,03	1.869.660,87	1.871.699,19	1.870.680,03	2.814.684,93	1.893.702,85	2.837.825,61	1.909.488,92	1.918.086,95	1.893.712,84	24.492.607,75	7.504,74
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.272.922,73	1.272.922,73	1.272.922,73	1.272.922,73	1.272.922,73	1.272.922,73	1.911.405,55	1.295.945,55	1.941.189,54	1.294.764,80	1.311.856,24	1.287.482,13	16.680.180,19	7.504,74
Pensões	600.679,95	595.860,12	597.757,30	596.738,14	598.776,46	597.757,30	903.279,38	597.757,30	896.636,07	614.724,12	606.230,71	606.230,71	7.812.427,56	-
Outras Despesas de Pessoal D ecorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.875.558,64	1.868.782,85	1.870.680,03	1.869.660,87	1.882.633,38	1.299.484,59	2.607.589,37	1.954.823,72	2.837.825,61	1.912.514,44	1.918.086,95	1.893.712,84	23.791.353,29	7.504,74
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.955,96	-	-	-	10.934,19	-	-	63.578,87	-	3.025,52	-	-	79.494,54	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.873..602,68	1.868.782,85	1.870.680,03	1.869.660,87	1.871.699,19	1.299.484,59	2.607.589,37	1.891.244,85	2.837.825,61	1.909.488,92	1.918.086,95	1.893.712,84	23.711.858,75	7.504,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.783.326,31	4.639.616,72	4.925.922,31	4.865.652,94	4.808.261,05	5.436.767,29	7 . 762 . 952,19	5 . 688 . 227,44	6.716.281,38	4.899.057,14	4.934.497,02	4.864.763,42	64.325.325,21	902 . 276,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	65.227.601,83	0,008549
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	179.791.251,70	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	170.801.689,12	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	161.812.126,53	0,021207

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 24/maio/2.021, às 16h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS :

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021..

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				89.026.459,86	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				23.798.858,03	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				65.227.601,83	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,008549 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,023631 %	180.310.107,75
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023607 %	180.126.982,09
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023563 %	179.791.251,70

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 24/maio/2.021, às 16h.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro

CHRISTIAN EINSTEIN SILVA OLIVEIRA
Coordenador de Auditoria Interna

GUILHERME VALADARES VASCONCELOS
Diretor-Geral

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA
Presidente do Tribunal

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 27/5/2021, Seção 1, pág. 178, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA TRE-PA Nº 20.390, DE 26 DE MAIO DE 2021

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º Quadrimestre de 2021, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário Item 9.4, na forma de seus anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai / 20	Jun /20	Jul /20	Ago /20	Set /20	Out /20	Nov /20	Dez /20	Jan/21	Fev /2 1	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.920.119,50	12.952.778,74	12.660.141,71	12.740.934,07	12.723.882,53	13.875.372,36	21.888.554,06	21.152.191,54	16.842.230,03	13.047.854,51	13.114.219,57	12.912.460,56	176.830.739,18	3.974.964,25
Pessoal Ativo	10.726.630,65	10.789.370,61	10.497.629,30	10.609.222,23	10.601.197,35	11.760.086,05	18.751.024,28	19.070.489,78	13.715.551,76	10.951.875,87	11.021.512,46	10.837.176,15	149.331.766,49	3.745.528,81
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.044.660,90	9.119.217,14	8.831.661,27	8.939.804,38	8.927.771,05	10.059.740,14	15.350.739,42	17.336.321,08	12.026.269,42	9.265.044,26	9.331.972,19	9.151.491,25	127.384.692,50	3.412.037,75
Obrigações Patronais	1.681.969,75	1.670.153,47	1.665.968,03	1.669.417,85	1.673.426,30	1.700.345,91	3.400.284,86	1.734.168,70	1.689.282,34	1.686.831,61	1.689.540,27	1.685.684,90	21.947.073,99	333.491,06
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.193.488,85	2.163.408,13	2.162.512,41	2.131.711,84	2.122.685,18	2.115.286,31	3.137.529,78	2.081.701,76	3.126.678,27	2.095.978,64	2.092.707,11	2.075.284,41	27.498.972,69	229.435,44
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.823.834,64	1.793.753,92	1.792.858,20	1.762.057,63	1.764.071,26	1.756.672,39	2.599.608,93	1.723.087,84	2.588.757,30	1.728.735,31	1.732.806,20	1.707.390,79	22.773.634,41	229.435,44
Pensões	369.654,21	369.654,21	369.654,21	369.654,21	358.613,92	358.613,92	537.920,85	358.613,92	537.920,97	367.243,33	359.900,91	367.893,62	4.725.338,28	-
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.193.488,85	2.163.408,13	2.162.512,41	2.131.711,84	2.122.685,18	2.116.419,21	3.140.272,50	1.889.306,47	3.126.678,27	2.095.978,64	2.092.707,11	2.075.284,41	27.310.453,02	254.091,14
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			-	-	-	1.132,90	2.742,72	108.329,27	-	-	-	-	112.204,89	254.091,14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.193.488,85	2.163.408,13	2.162.512,41	2.131.711,84	2.122.685,18	2.115.286,31	3.137.529,78	1.780.977,20	3.126.678,27	2.095.978,64	2.092.707,11	2.075.284,41	27.198.248,13	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.726.630,65	1 0.789.370,61	1 0.497.629,30	1 0.609.222,23	1 0.601.197,35	1 1.758.953,15	1 8.748.281,56	19. 262.885,07	1 3.715.551,76	10.951.875,87	11.021.512,46	10.837.176,15	149.520.286,16	3.720.873,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	153.241.159,27	0,020083
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	204.421.653,62	0,026791
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	194.200.570,94	0,025451
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	183.979.488,26	0,024112

FONTE: Sistema SIAFI - Tesouro Gerencial, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA, Data de emissão 25/maio/2021 e hora de emissão: 10:00h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					180.805.703,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					27.564.544,16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)					153.241.159,27
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					763.023.603.538,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100					0,0 20083 %
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,026868 %	2 05.009.181,80
	Resol CNJ 5/ 2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,0 26841 %	2 04.803.165,43
	Resol CNJ 26/ 2006	Ato decorrente:	-	-	
	Resol CNJ 177/ 2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,0 26791 %	2 04.421.653,62

Fonte: Sistema SIAFI - Tesouro Gerencial, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA. Data de emissão 25/maio/2021 e hora de emissão 10:00h

EDSON DA CRUZ COSTA
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

MIGUEL CHICRE BITAR DE MORAES
Secretário de Auditoria Interna

FELIPE HOUAT DE BRITO
Diretor-Geral

Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA TRE-PR Nº 265, DE 27 DE MAIO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 8242/2021, resolve:

Art. 1º Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.035.827,50	23.347.904,60	23.317.798,32	23.456.935,73	23.397.934,98	25.006.081,69	38.783.500,10	33.027.419,10	32.321.368,45	23.713.195,86	23.605.769,51	23.521.294,90	316.535.030,74	1.533.228,68
Pessoal Ativo	18.989.121,83	19.297.521,53	19.251.215,04	19.231.877,24	19.294.929,08	20.963.825,42	32.689.027,47	28.944.034,15	26.171.185,72	19.639.497,96	19.508.143,61	19.459.710,41	263.530.089,46	1.533.228,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.953.140,09	16.207.482,38	16.161.960,40	16.220.419,07	16.197.794,41	17.853.346,79	26.509.468,76	25.783.548,20	23.117.086,17	16.583.188,51	16.434.044,64	16.393.201,60	223.414.681,02	1.519.921,71
Obrigações Patronais	3.035.981,74	3.090.039,15	3.089.254,64	3.101.458,17	3.097.134,67	3.110.478,63	6.179.558,71	3.160.485,95	3.054.099,55	3.056.309,45	3.074.098,97	3.066.508,81	40.115.408,44	13.396,97
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.046.705,67	4.050.383,07	4.066.583,28	4.135.058,49	4.103.005,90	4.042.256,27	6.094.472,63	4.083.384,95	6.150.182,73	4.073.697,90	4.097.625,90	4.061.584,49	53.004.941,28	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.309.263,16	3.308.152,88	3.324.353,09	3.392.828,30	3.360.775,71	3.284.042,91	4.936.442,14	3.322.598,44	4.965.734,71	3.267.899,04	3.262.874,45	3.259.973,99	42.994.938,82	
Pensões	737.442,51	742.230,19	742.230,19	742.230,19	742.230,19	758.213,36	1.158.030,49	760.786,51	1.184.448,02	805.798,86	834.751,45	801.610,50	10.010.002,46	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.101.871,01	4.050.383,07	4.085.480,32	4.204.299,66	4.178.234,83	4.043.522,03	6.094.472,63	4.728.300,53	6.150.182,73	4.073.697,90	4.097.625,90	4.0614.584,49	53.869.655,10	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	55.165,34	-	18.897,04	69.241,17	75.228,93	1.265,76		1.916.193,12					2.135.991,36	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.046.705,67	4.050.383,07	4.066.583,28	4.135.058,49	4.103.005,90	4.042.256,27	6.094.472,63	2.812.107,41	6.150.182,73	4.073.697,90	4.097.625,90	4.061.584,49	51.733.663,74	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.933.956,49	19.297.521,53	19.232.318,00	19.252.636,07	19.219.700,15	20.962.559,66	32.689.027,47	28.299.118,57	26.171.185,72	19.639.497,96	19.508.143,61	19.459.710,41	262.665.375,64	1.533.228,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	264.198.604,32	0,034625
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	319.905.276,02	0,041926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	303.910.012,22	0,039830
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	287.914.748,42	0,037733

FONTE: Tesouro Gerencial - Sof/TSE - Cfic/Sof/TRE-PR

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20/05/2021, publicada em 24 de maio de 2021.
3. Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de RNPNP inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Foram cancelados (MDF 11ª edição, pg 511) no 1º quadrimestre RPNP a: - Vencimentos e Outras Despesas variáveis R$ 912.593,20 e Obrigações Patronais R$ 23.484,03

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				318.068.259,42	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				53.869.655,10	
DESPESA LÍQUIDA § COM PESSOAL (III) = (I-II)				264.198.604,32	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,034625%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,042046%	320.820.904,12
	Resol CNJ 5/ 2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,042004%	320.500.434,20
	Resol CNJ 26/ 2006	Ato decorrente:	-	-	
	Resol CNJ 177/ 2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,041926%	319.905.275,79

Fonte: Tesouro Gerencial - Sof/TSE - Cfic/Sof/TRE/PR

VALCIR MOMBACH
Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. TITO CAMPOS DE PAULA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 183, DE 26 DE MAIO DE 2021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições previstas no art. 54 da LC nº 101/2000, resolve:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2021, relativo ao período de maio de 2020 a abril de 2021, bem como o Demonstrativo de Limites, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão TCU n° 553/2017-Plenário, na forma dos Anexos.

Des. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Maio de 2020 a abril de 2021
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set /20	Out /20	Nov /20	Dez /20	Jan /2 1	Fev /2 1	Mar /2 1	Abr /2 1	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.333.812,00	3.392.865,99	3.345.461,20	3.471.056,53	3.346.560,57	3.749.204,38	6.258.832,78	6.788.105,79	4.608.311,27	3.400.790,85	3.587.100,17	3.408.673,95	48.690.775,48	1.578.623,86
Pessoal Ativo	2.881.180,60	2.940.234,59	2.852.882,83	2.985.721,69	2.861.225,73	3.189.161,63	5.536.874,75	6.300.809,95	3.880.877,46	2.913.695,38	3.100.004,70	2.921.578,48	42.364.247,79	1.379.332,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.404.365,01	2.460.483,73	2.382.485,89	2.510.417,13	2.387.987,11	2.711.062,35	4.594.173,36	5.823.385,00	3.407.565,61	2.440.303,22	2.625.549,28	2.445.007,61	36.192.785,30	1.286.440,81
Obrigações Patronais	476.815,59	479.750,86	470.396,94	475.304,56	473.238,62	478.099,28	942.701,39	477.424,95	473.311,85	473.392,16	474.455,42	476.570,87	6.171.462,49	92.891,85
Pessoal Inativo e Pensionistas	452.631,40	452.631,40	492.578,37	485.334,84	485.334,84	560.042,75	721.958,03	487.295,84	727.433,81	487.095,47	487.095,47	487.095,47	6.326.527,69	199.291,20
Aposentadorias, Reserva e Reformas	377.632,99	377.632,99	417.579,96	410.336,43	410.336,43	485.044,34	610.944,37	410.336,43	612.295,23	410.336,43	410.336,43	410.336,43	5.343.148,46	159.291,20
Pensões	74.998,41	74.998,41	74.998,41	74.998,41	74.998,41	74.998,41	111.013,66	76.959,41	115.138,58	76.759,04	76.759,04	76.759,04	983.379,23	40.000,00
Outras despesas de p e ssoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	452.631,40	4 55.413,47	492.578,37	521.958,37	340.220,45	25.968,11	-	93.991,38	727.433,81	487.095,47	487.095,47	487.095,47	4.571.481,77	315.083,22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	56.996,59	-	-	-	-	56.996,59	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	2.782,07	-	36.623,53	2.298,79	25.968,11	-	2.774,45	-	-	-	-	70.446,95	302.939,56
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	452.631,40	452.631,40	492.578,37	485.334,84	337.921,66	-	-	34.220,34	727.433,81	487.095,47	487.095,47	487.095,47	4.444.038,23	12.143,66
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.881.180,60	2.9 37.452,52	2.852.882,83	2.9 49.098,16	3.006.340,12	3.723.236,27	6.258.832,78	6.694.114,41	3.880.877,46	2.913.695,38	3.100.004,70	2.921.578,48	44.119.293,71	1.263.540,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	45.382.834,35	0,005948
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	56.364.553,59	0,007387
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	53.546.325,91	0,007018
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	50.728.098,23	0,006648

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 25/mai/2021, 11:00hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Maio de 2020 a abril de 2021

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.269.399,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.886.564,99
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	45. 382.834,35

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,005948%	
LIMITE MÁXIMO <%>				% da RCL	Valor
	LRF, art. 20, incisos I, II e II			0,007408%	56.524.788,51
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26.09.2005	0,007401%	56.471.376,86
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22.08.2013	0,007387%	56.364.553,55
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

ARMANDO CARLOS DE AMORIM NAHMIAS
Gestor Financeiro
Substituto

ALÍSIO STEINER SOARES DE MACEDO
Coordenador de Auditoria

HERMENEGILDO ATAÍDE D'AVILA
Diretor-Geral
Substituto

Des. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA TRT. 17.ª REGIÃO.DIGER/PRESI Nº 13, DE 25 DE MAIO DE 2021

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

Des. MARCELLO MACIEL MANCILHA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.840.802,79	22.359.825,79	21.802.770,26	21.653.558,87	21.619.335,99	21.735.839,68	21.456.004,56	39.759.068,10	23.530.150,49	21.562.435,77	28.143.469,58	21.936.408,26	286.399.670,14	282.013,52	286.681.683,66
Pessoal Ativo	17.406.795,33	18.890.896,94	18.367.985,39	18.218.159,65	18.126.606,18	18.222.539,05	17.950.609,67	34.056.857,84	20.024.425,54	17.980.804,11	22.729.272,50	18.294.657,61	240.269.609,81	264.449,69	240.534.059,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.656.923,26	15.050.725,93	15.096.244,56	14.943.998,93	14.840.029,05	14.938.841,87	14.660.677,58	27.496.919,69	16.759.988,82	14.750.645,70	19.494.417,26	15.065.028,91	197.754.441,56	264.449,69	198.018.891,25
Obrigações Patronais	2.749.872,07	3.840.171,01	3.271.740,83	3.274.160,72	3.286.577,13	3.283.697,18	3.289.932,09	6.559.938,15	3.264.436,72	3.230.158,41	3.234.855,24	3.229.628,70	42.515.168,25		42.515.168,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.434.007,46	3.468.928,85	3.434.784,87	3.435.399,22	3.492.729,81	3.513.300,63	3.505.394,89	5.702.210,26	3.505.724,95	3.581.631,66	5.414.197,08	3.641.750,65	46.130.060,33	17.563,83	46.147.624,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.015.469,63	3.050.636,09	3.016.017,20	3.016.861,41	3.008.142,70	3.075.525,16	3.067.619,42	5.020.456,21	3.067.949,48	3.095.400,19	4.753.502,55	3.222.903,80	40.410.483,84	17.563,83	40.428.047,67
Pensões	418.537,83	418.292,76	418.767,67	418.537,81	484.587,11	437.775,47	437.775,47	681.754,05	437.775,47	486.231,47	660.694,53	418.846,85	5.719.576,49		5.719.576,49
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.434.007,46	3.468.928,85	3.434.784,87	3.435.399,22	3.492.729,81	3.513.300,63	3.505.394,89	2.681.447,77	3.558.731,82	3.607.369,71	5.429.253,19	3.641.750,65	43.203.098,87	122.013,52	43.325.112,39
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração								519.698,68	53.006,87	25.738,05	15.056,11		613.499,71	122.013,52	735.513,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.434.007,46	3.468.928,85	3.434.784,87	3.435.399,22	3.492.729,81	3.513.300,63	3.505.394,89	2.161.749,09	3.505.724,95	3.581.631,66	5.414.197,08	3.641.750,65	42.589.599,16		42.589.599,16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.406.795,33	18.890.896,94	18.367.985,39	18.218.159,65	18.126.606,18	18.222.539,05	17.950.609,67	37.077.620,33	19.971.418,67	17.955.066,06	22.714.216,39	18.294.657,61	243.196.571,27	160.000,00	243.356.571,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	763.023.603.538,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	243.356.571,27	0,031894%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	376.300.350,56	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	357.485.333,03	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	338.670.315,50	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 25/05/2021

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.070.531,12.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.103.292,72.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 853, de 20/05/2021, publicada em 24/05/2021 no DOU N.º 96, Seção 1 ,página 23.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				286.681.683,66	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				43.325.112,39	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				243.356.571,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,031894%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,042817%	326.703.816,33
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,042805%	326.612.253,49
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,037679%	287.499.663,58
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,037609%	286.965.547,05
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,049317%	376.300.350,56

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 25/05/2021

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Des. MARCELLO MACIEL MANCILHA
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Chefe da Divisão de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 302/GP/TRT19ª, DE 23 DE MAIO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e §2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei nº 14.116/2020, de 31 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2021, que compreende o período de maio/2020 a abril/2021, conforme documentação em anexo.

JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
							LIQUIDADAS							INSCRITAS EM RESTOS A	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.589.513,55	15.474.906,88	16.233.899,83	16.394.594,94	15.798.598,31	16.165.558,56	16.082.518,14	29.974.043,92	18.988.102,29	15.882.430,78	16.368.831,08	15.938.695,45	210.891.693,73	317.972,9 7	211.209.666,70
Pessoal Ativo	14.118.541,16	13.140.982,27	13.915.281,57	14.075.976,68	13.479.262,66	13.846.940,29	13.763.899,88	26.325.248,16	16.658.669,79	13.503.648,77	13.929.359,25	13.526.537,56	180.284.348,04	213.243,79	180.497.591,83
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.189.259,30	11.233.513,59	11.230.954,71	11.371.553,47	11.171.968,43	11.539.042,75	11.445.128,13	21.656.213,62	14.348.581,39	11.215.983,53	11.633.879,67	11.233.358,66	150.269.437,25	213.243,79	150.482.681,04
Obrigações Patronais	1.929.281,86	1.907.468,68	2.684.326,86	2.704.423,21	2.307.294,23	2.307.897,54	2.318.771,75	4.669.034,54	2.310.088,40	2.287.665,24	2.295.479,58	2.293.178,90	30.014.910,79		30.014.910,79
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	2.319.335,65	2.318.618,27	2.318.618,26	3.648.795,76	2.329.432,50	2.378.78 2 ,01	2.439.471,83	2.412.157,89	30.607.345,69	104.729,18	30.712.074,87
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.895.479,48	1.950.262,74	1.934.956,39	1.934.956,39	1.934.956,39	1.934.956,39	1.934.956,39	3.039.341,32	1.945.770,63	1.960.238,47	2.039.550,55	2.012.236,61	25.517.661,75	69.729,14	25.587.390,89
Pensões	575.492,91	383.661,87	383.661,87	383.661,87	384.379,26	383.661,88	383.661,87	609.454,44	383.661,87	418.543,54	399.921,28	399.921,28	5.089.683,94	35.000,04	5.124.683,98
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	2.319.335,65	2.318.618,27	2.318.618,26	4.207.506,47	2.282.837,19	2.322.698,79	2.386.144,73	2.358.830,79	30.956.723,67	0,04	30.956.723,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração								867.045,57	3.975,67				871.021,24		871.021,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	2.319.335,65	2.318.618,27	2.318.618,26	3.340.460,90	2.278.861,52	2.322.698,79	2.386.144,73	2.358.830,79	30.085.702,43	0,04	30.085.702,47
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.118.541,16	13.140.982,27	13.915,281,57	14.075.976,68	13.479.262,66	13.846.940,29	13.763.899,88	25.766.537,45	16.705.265,10	13.559.731,99	13.982.686,35	13.579.864,66	179.934.970,06	317.972,93	180.252.942,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	763.023.603.538,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	180.252.942,99	0,02 3624 %
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	265.059.139,40	0,034738%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	251.806.182,43	0,033001%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	238.553.225,46	0,031264%

FONTE: SIAFI - STN /CCONT/GEINF de 21.05.2021 (Órgão: TRT 19ª Região, 21.05.2021).

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/20 21

R$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		211.209.666,70		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		30.956,723,71		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		180.252.942,99		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		763.023.603.538,79		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0, 023624 %		
		% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>	0,042869%	327.100.588,60	

Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF GDGCA. GP Nº 239/2005	0,042857%	327.009.025,77
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 1/2007	0,037725%	287.850.654,44
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 30/2013	0,037655%	287.316.537,91
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,034738%	265.059.139,40

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

BRÁULIO CLEMENTINO M.ARTINS MENDES SOARES
Ordenador de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

MONIQUE DE MENDONÇA HOULI
Secretária de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

Na publicação do RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2021, publicado no DOU em 27 de maio de 2021, Seção 1, página 211:

1) RETIFICAÇÃO DO NÚMERO DA PORTARIA. Onde lê-se Portaria Nº 965, de 25 de maio de 2021, leia-se Portaria Nº 465, de 25 de maio de 2021;

2) RETIFICAÇÃO DO ANEXO I. Na linha Limite de Alerta, onde lê 357.969.859,83; leia-se 337.969.859,83.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.395, DE 27 DE MAIO DE 2021

Homologa a 1ª Reformulação Orçamentária referente ao exercício de 2021 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará e Julga a Prestação de Contas do Conselho Regional do Mato Grosso do Sul do ano de 2019.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso da atribuição que lhe confere a alínea 'f' do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII do artigo 3º da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e § 3º do artigo 2º da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014; Considerando a deliberação tomada pelo Plenário do CFMV durante a sua CCCXLVII Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º - Homologar a 1ª Reformulação Orçamentária do exercício 2021, do CRMV-CE, em conformidade com a planilha demonstrativa:

I - 1ª Reformulação do CRMV - CE

Receitas Correntes	2.433.956,78	Despesas Correntes	2.477.956,78
Receitas de Capital	618.500,00	Despesas de Capital	574.500,00
TOTAL	3.052.456,78	TOTAL	3.052.456,78

Art. 2º - Julgar regular a Prestação de Contas referente ao exercício de 2019 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF5 Nº 109, DE 25 DE MAIO DE 2021

Regimento Eleitoral - CREF5.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA QUINTA REGIÃO - CREF5 no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF5; CONSIDERANDO o disposto no inciso XIV do Art. 33 do Estatuto do CONFEF que atribui ao Plenário do CONFEF competência para expedir instruções disciplinadoras do processo de suas eleições e dos CREFs; CONSIDERANDO o disposto no art.65 e seguintes do Estatuto do Conselho Regional de Educação da Quinta Região - CREF5; CONSIDERANDO o fim do mandato de parte dos Membros dos Conselhos Regionais de Educação Física de todas as Regiões do País, no ano de 2021; CONSIDERANDO a efetiva transparência e a democratização das eleições deste Sistema; CONSIDERANDO a necessidade de padronização das normas eleitorais a serem utilizadas pelos Conselhos Regionais de Educação Física na eleição de 2021; CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 15 de maio de 2021, resolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - SEÇÃO I - DA ELEIÇÃO E DO VOTO

Art. 1º - A presente Instrução Disciplinadora contém as normas destinadas à organização e normatização dos procedimentos e do processo eleitoral do Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região- CREF5, cujo pleito ocorrerá no dia 29 de Setembro de 2021, na sede do CREF5 na R. Tibúrcio Frota, 1363 - São João do Tauape, CEP 60.130-301, das 9 horas as 17 horas , mediante Edital de Convocação da Eleição. § 1º - As eleições reger-se-ão pelos dispositivos estabelecidos nesta Instrução Disciplinadora, aprovada em Reunião do Plenário do CREF5, sendo a mesma complementar ao Estatuto do CONFEF, sob pena de anulação do processo eleitoral, hipótese em que a eleição deverá ser remarcada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. § 2º - A abertura das eleições e os demais eventos de divulgação necessários, far-se-ão com a publicação obrigatória do Edital de Convocação das Eleições e Regimento Eleitoral no Diário Oficial da União ou do Estado, bem como com a veiculação nas respectivas páginas eletrônicas. § 3º - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior. § 4º - Nesse pleito serão eleitos, para mandato até 31 de Dezembro de 2024: 14 (quatorze) Membros Conselheiros, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes;

Art. 2º - Os Membros do CREF5 serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto facultativo pessoal e secreto dos Profissionais registrados no CREF5, e em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, conforme o art. 115 do Estatuto do CONFEF. § 1º - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias. § 2º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos: I - impedimento legal ou força maior; II - enfermidade comprovada; III - ausência da abrangência territorial; IV - ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade; V - outros que venham a ser aceitos pelo Plenário do CREF5. § 3º - A justificativa de que trata o parágrafo anterior, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada ao CREF5 até 30 (trinta) dias após a data da eleição, na forma presencial ou digital. § 4º - O CREF5 veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela respectiva Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação. § 5º - Será veiculado também na página eletrônica do CREF5 a relação dos Profissionais de Educação Física que justificaram a ausência do voto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação.

Art. 3º - O CREF5 cumprirá, até 120 (cento e vinte) dias antes da data da eleição, as seguintes determinações: I - publicar, com base no seu respectivo Estatuto homologado pelo Plenário do CREF5, seu Regimento Eleitoral, aprovado pelo Plenário do CREF5, observando as instruções estabelecidas nesta Resolução; II - publicar Resolução indicando o nome de todos os integrantes da Comissão Eleitoral e da Secretaria da Comissão Eleitoral; III - publicar seus Editais de Convocação das Eleições, contendo: a) indicação da data, do horário de início e de encerramento da eleição, bem como do local de votação; b) informação de que a primeira nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica respectiva; c) obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do Estatuto do CONFEF e do Estatuto do CREF5 e do Regimento Eleitoral do CREF5; d) indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas; IV - publicar, na página eletrônica do CREF5, a primeira nominata dos Profissionais de Educação Física em dia com suas obrigações estatutárias, por conseguinte, aptos a votar. § 1º - A publicação do extrato dos documentos referidos nos incisos I e II, e o documento de que trata o inciso III, ambos do caput deste artigo, será realizada, obrigatoriamente, no Diário Oficial da União ou do Estado onde o CREF5 tenha abrangência, bem como será veiculada, na íntegra, nas respectivas páginas eletrônicas. § 2º - O CREF5 deverá enviar ao CONFEF a comprovação das publicações de que trata o caput deste artigo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a referida publicação. § 3º - Ficará ao encargo do CONFEF, em atendimento ao princípio da ampla divulgação, o envio de correspondência, até o dia 28 de Maio de 2021, contendo informações sobre a realização das eleições, a todos os Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs, com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto. § 4º - O CREF5 encaminhará ao CONFEF, até o dia 03 de Maio de 2021, cadastro atualizado de seus respectivos Profissionais registrados. § 5º - A nominata de que trata o inciso IV deste artigo é de responsabilidade do CREF5 e deverá ser atualizada a cada 30 (trinta) dias, sendo a última atualização realizada 60 (sessenta) dias antes da data da eleição.

Art. 4ª - A nominata atualizada no prazo de 60 (sessenta) dias antes da data da eleição, conterá a relação dos Profissionais de Educação Física aptos a votar em suas respectivas áreas de abrangência. Parágrafo único - A nominata de que trata o caput deste artigo não sofrerá alteração e constará na página eletrônica do CREF5 dentro do prazo descrito no caput, ressalvados débitos referentes a parcelas vincendas.

Art. 5º - Para o cumprimento do processo eleitoral do Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região, o CREF5 nomeará, através de Resolução, a Comissão Eleitoral composta por 05 (cinco) Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 02 (dois) serão Membros Efetivos e 02 (dois) serão Membros Suplentes. Parágrafo único - É vedado aos candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes do respectivo CREF5 e os empregados do Sistema CONFEF/CREFs, participarem da Comissão Eleitoral.

Art. 6º - Poderá ser arguida no formato escrito, fundamentado e contendo provas, ao Plenário do CREF5, a suspeição de Membro da Comissão Eleitoral a respeito de amizade íntima ou inimizade notória com qualquer dos componentes das chapas ou com os respectivos cônjuges ou companheiros, parentes e afins até o segundo grau.

Art. 7º - A suspeição de que trata o art. 6º desta Resolução será analisada e julgada pelo Plenário do CREF5 no prazo de 15 (quinze) dias a contar do protocolo.

Art. 8º - O indeferimento de alegação de impedimento ou suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo, direcionado ao Plenário do CREF5 que o julgará no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 9º - À Comissão Eleitoral compete: I - acompanhar todos os prazos estabelecidos nesta Instrução Disciplinadora e no Regimento Eleitoral do CREF5; II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos; III - apreciar e julgar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral; IV - aprovar o modelo de Cédula Eleitoral, seja de papel ou eletrônica; V - rubricar as Cédulas Eleitorais de papel; VI - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais de Educação Física, aptos a votar, juntamente com o material de votação, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto, casos de nulidade do voto e data para justificativa de ausência à eleição; VII - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio do material de votação; VIII - deliberar em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras; IX - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito; X - compor a mesa de votação desde o início até a proclamação do resultado do pleito; XI - declarar a abertura e o encerramento do pleito eleitoral; XII - atuar no processo de eleição em cédula de papel, procedendo à: a) inserção do lacre na urna receptora das cédulas de papel referentes à eleição por correspondência, que será mantida na Sede e/ou Seccionais do CREF, em Caixa Postal ou agência dos Correios, designada pelo CREF5, até o dia da eleição; b) inserção, no dia da eleição, do lacre na urna receptora das cédulas de papel por comparecimento pessoal; c) confrontação da lista de votantes por eleição em cédula de papel por correspondência com a lista de votantes por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, antes da abertura das urnas; d) elaboração da ata do cômputo geral dos votos, declarando o montante dos votos por correspondência com os votos por comparecimento pessoal; XIII - referente à eleição em cédula de papel por correspondência, deverá proceder: a) ao acompanhamento, através de 02 (dois) de seus Membros, do transporte das cédulas em papel da agência dos Correios até a Sede do CREF5, que será feito no dia da eleição, após o encerramento do horário de votação descrito no Edital de Convocação, através de caixa lacrada e na presença de 01 (um) fiscal de cada chapa, devidamente credenciado para tal fim, quando definido o acondicionamento das cédulas em papel fora da sede pelo Plenário do CREF5; b) abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados, devidamente fechados, se o nome do eleitor consta da lista de votantes,

rubricando ao lado do mesmo; c) análise de ocorrência do disposto no art. 58 e parágrafos desta Instrução Disciplinadora do processo eleitoral e adoção das medidas cabíveis; d) abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas em papel, colocando-os em uma urna; e) contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votantes da eleição em cédula de papel por correspondência; f) abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada das cédulas em papel dos mesmos; g) leitura das cédulas em papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas; h) contagem das cédulas em papel; i) proclamação do resultado da urna; j) lavratura da ata de apuração da eleição em cédula de papel por correspondência. XIV - concernente à eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá proceder: a) identificação dos votantes; b) verificação das assinaturas na lista de votantes por comparecimento pessoal; c) verificação da autenticidade das cédulas de papel através da assinatura dos Membros ou selo de segurança, quando da inserção, pelos eleitores, das cédulas nas urnas lacradas; d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de cédulas de papel com a lista de votantes, após o término do horário de votação; e) leitura das cédulas de papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas; f) contagem das cédulas de papel depositadas na referida urna; g) lavratura de ata de apuração da eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal; XV - atuar no processo de eleição por votação eletrônica, procedendo: a) recebimento do mapa da eleição por votação eletrônica do CREF5, após, a verificação e análise da empresa especializada de auditoria acerca da validade da votação; b) contagem dos votos; c) proclamação do resultado da eleição por votação eletrônica; d) lavratura da ata de apuração da eleição por votação eletrônica. XVI - declarar a chapa vencedora; XVII - confeccionar o relatório, caso haja necessidade; XVIII - encaminhar ao Presidente do CREF5 o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição, observado o prazo estipulado no art. 65 desta Resolução. Parágrafo único - O inciso V poderá ser substituído, a critério da Comissão Eleitoral, por selo de segurança especialmente confeccionado pelo CONFEF para esse fim.

Art. 10 - A Comissão Eleitoral será responsável para acompanhar todos os prazos estabelecidos nesta Instrução Disciplinadora e no Regimento Eleitoral do CREF5, bem como pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito, dentre outras atribuições a serem definidas neste Regimento.

Art. 11 - A Comissão Eleitoral poderá ainda advertir, suspender cautelarmente ou cancelar o registro de chapa concorrente ao pleito eleitoral, caso não sejam respeitadas as normas desta Resolução. Parágrafo único - A Comissão deverá fundamentar sua decisão e justificar a necessidade de aplicar a pena, assegurando a ampla defesa e o contraditório, com a possibilidade de interpor recurso junto ao Plenário do CREF5, no prazo de 48 (quarenta e horas) horas contado a partir de sua notificação.

Art. 12 - Após, a publicação da homologação da eleição pelo Plenário do CREF5 e a publicação da validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

Art. 13 - Para auxiliar a Comissão Eleitoral nas funções administrativas relativas à eleição, o CREF5 nomeará, através de Portaria, uma Secretaria da Comissão Eleitoral composta de 03 (três) Membros, todos funcionários do CREF5. § 1º - À Secretaria da Comissão Eleitoral do CREF5 compete organizar o processo eleitoral, em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada no CREF5, cujas peças essenciais são as seguintes: a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral e da Secretaria da Comissão Eleitoral; b) Regimento Eleitoral; c) publicações do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas, a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorrida; d) carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o § 3º do art. 3º desta Resolução; e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF5 concernentes à eleição; f) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas; g) deliberações aprovando os registros de chapas; h) lista dos votantes; i) exemplar original da cédula de papel e dos envelopes utilizados no pleito; j) cópia da cédula utilizada na eleição por votação eletrônica; k) carta de instrução de voto; l) propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver; m) mapa da eleição extraída do sistema referente à eleição por votação eletrônica; n) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais; o) recursos apresentados; p) resultado do julgamento dos recursos; q) carta da Comissão Eleitoral enviada ao Presidente do CREF5 informando a chapa vencedora, devidamente protocolada; r) Ofício do CREF5 enviando ao CONFEF a homologação do pleito pelo respectivo Plenário, a fim de homologação do Plenário do CONFEF. § 2º - Os documentos originais elencados no § 1º deste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF5. § 3º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "i", que deverá ser original.

Art. 14 - O prazo para registro das chapas concorrentes será aberto pelo CREF5 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para as eleições, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma.

Art. 15 - O requerimento de registro das chapas dar-se-á de forma presencial na Sede do CREF5, durante o período estatutário e no horário a ser deliberado pelo CREF5 no Edital de Convocação.

Art. 16 - O requerimento de registro das chapas será composto dos seguintes documentos: I - Petição, devidamente assinada pelo representante da chapa, direcionada ao Presidente da Comissão Eleitoral requerendo o registro da chapa, onde deverá mencionar o nome fantasia da chapa, a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF5 e o endereço eletrônico para contato; II - Nominata completa dos candidatos a Conselheiros, observando: a) No CREF5 a nominata completa dos 14 (catorze) candidatos a Conselheiros, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e os 04 (quatro) Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF5 e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF5 e o nome fantasia da mesma, nos termos do Estatuto do CREF5; III - declaração individual mencionada no § 1º do art. 20 desta Instrução Disciplinadora, devidamente assinada de próprio punho pelo candidato. § 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa. § 2º - A documentação integral que compõe o requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras. § 3º - As chapas ao registrarem suas candidaturas receberão todas as informações sobre o procedimento eleitoral e deverão assinar, através do representante da chapa, termo de recebimento da documentação e concordância com os procedimentos para o respectivo Pleito eleitoral a ser realizado através das decisões do Plenário do CREF5 e da Comissão Eleitoral. § 4º - Cada chapa, ao apresentar a documentação à Secretaria da Comissão Eleitoral, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de recebimento da documentação pela Secretaria da Comissão Eleitoral. § 5º - Após, o recebimento do registro das chapas, a Secretaria da Comissão Eleitoral os remeterá a Comissão Eleitoral que os analisará e os deferirá ou não. § 6º - As chapas que cometerem quaisquer irregularidades com referência ao registro de candidatos não habilitados serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

Art. 17 - A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-o ou indeferindo-o, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro. § 1º - Do despacho que indeferir o registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da decisão do mesmo. § 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo dos mesmos. § 3° - Após o julgamento de que trata o § 2º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, mediante veiculação na página eletrônica do Conselho e envio de mensagem eletrônica ao representante da chapa, em até 02 (dois) dias úteis a contar da decisão. § 4º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo. § 5º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 18 - O prazo para apresentação, por terceiros que não integrem a relação eleitoral, de impugnação das chapas concorrentes será de 02 (dois) dias úteis, após a publicação do deferimento registro das mesmas, através da veiculação no portal do CREF5. § 1º - A impugnação a que se refere o caput deste artigo será julgada pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo da mesma. § 2° - Após o julgamento de que trata o § 1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência da decisão através de veiculação na página eletrônica do CREF5. § 3º - As impugnações de que trata o caput deste artigo terão efeito somente devolutivo. § 4º - São preclusivos os prazos para/ interposição da impugnação.

Art. 19 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após, o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF5 encaminhará para publicação no Diário Oficial da União ou do Estado, bem como veiculará em sua página eletrônica, a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro no CREF5 dos seus respectivos integrantes.

Art. 20 - É elegível para exercer o mandato de Conselheiro do CREF5, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher todos os requisitos e condições básicas elencados no art. 124 c/c art. 125 do Estatuto do CONFEF, a seguir relacionados: I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado; II - possuir curso superior de Educação Física; III - estar em pleno gozo dos direitos profissionais; IV - ter votado ou justificado o voto na última eleição do Sistema CONFEF/CREFs para a qual tenha tido o direito e/ou obrigação de voto; V - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa; VI - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena; VII - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado; VIII - não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs; IX - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, do Sistema CONFEF/CREFs, em decisão administrativa definitiva; X - não for inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs; XI - não ser funcionário efetivo e/ou comissionado do Sistema CONFEF/CREFs há pelo menos 3 (três) anos da data da eleição. § 1º - O atendimento aos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei. § 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma inidônea, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF5 para registro no pleito, resultará em instauração de processo ético e disciplinar, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e do CREF5 e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além das cominações legais pertinentes. § 3º - O CREF5 poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima.

Art. 21 - O CREF5 adotarão, a critério do respectivo Plenário, exclusivamente, uma das formas de eleição abaixo elencadas: I - por votação em cédula de papel; II - por votação eletrônica.

Art. 22 - A eleição por votação em cédula de papel dar-se-á por dois meios: I - por correspondência, cujos votos serão encaminhados, obrigatoriamente, via postal; II - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física, na Sede do CREF5, na data a ser determinada para o pleito eleitoral. § 1º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, os envelopes com o material de votação (envelopes pré-endereçados) poderão, a critério de cada CREF5, conter código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante para efetivo controle da votação § 2º - No caso de votação em cédula de papel por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer na Sede do CREF5 no dia da eleição e durante o horário estabelecido pelo Regimento Eleitoral, devendo o Profissional de Educação Física apresentar, no momento da votação, um dos seguintes documentos, a Cédula de Identidade Profissional, Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou Carteira Nacional de Habilitação. § 3º - Dentre os meios de votação por cédula em papel, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier. § 4º - O CREF5 providenciará urnas lacradas distintas, para o recebimento, em separado, dos votos em cédula de papel por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física. § 5º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, a critério do Plenário do CREF5, o armazenamento das cédulas dar-se-á através de Caixa Postal dos Correios, em agência dos Correios deliberada pelo CREF5 ou na Sede do CREF5, sendo, nestes dois últimos casos, o material de votação acondicionado em caixa lacrada e devidamente rubricada pela Comissão Eleitoral, com fenda na parte superior a fim de que seja inserido o material de votação recebido.

Art. 23 - No caso de eleição por votação eletrônica realizar-se-á através da rede mundial de computadores, observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança, no dia e horário a serem designados para a eleição. § 1º - Por razões de segurança, a eleição por votação eletrônica não poderá ocorrer nas dependências dos CREFs e nem poderão ser cedidos equipamentos, pelo CREF5, para utilização pelos eleitores. § 2º - O sistema de votação eletrônica não poderá armazenar em suas bases de dados, planilhas ou qualquer outro meio, informação que possibilite a identificação relacionada do votante e o conteúdo do seu voto. § 3º - A lista de votantes e o conteúdo dos votos realizados deverão ser armazenados de forma completamente apartada no sistema e sua(s) base(s) de dados não sendo possível sob nenhuma circunstância relacioná-los. § 4º - O CREF5 deverá contratar empresa especializada de auditoria com o fim de auditar o sistema utilizado no processo de eleição por votação eletrônica. § 5º - A empresa responsável pela elaboração de programação de todo o procedimento de eleição por votação eletrônica deverá permitir acesso à possibilidade de auditagem que garanta o sigilo e a eficácia do referido pleito. § 6º - O voto por meio eletrônico não poderá ser alterado, após, a confirmação no sistema pelo eleitor.

Art. 24 - A Comissão Eleitoral do CREF5 credenciará até 02 (dois) fiscais por chapa registrada para permanecerem na Sede do CREF5 e 01 (um) fiscal por chapa para permanecerem em cada Seccional junto à urna eleitoral, bem como para o local onde serão instaladas as mesas apuradoras.

Art. 25 - Para o acompanhamento do transporte das caixas contendo as cédulas de papel utilizadas na votação por correspondência, da agência dos Correios até a Sede do CREF5, nos casos em que o Plenário do CREF5 decidir pelo acondicionamento das cédulas nos Correios, as chapas credenciarão 01 (um) fiscal que acompanhará a Comissão Eleitoral.

Art. 26 - O requerimento para o credenciamento dos fiscais deverá ser encaminhado ao CREF5, no prazo de até 10 (dez) dias antes da data do pleito eleitoral. Parágrafo único - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local, ato e dia para qual for solicitada.

Art. 27 - As cédulas de papel serão confeccionadas nos moldes aprovados pela respectiva Comissão Eleitoral e distribuídas, exclusivamente, pelo CREF5, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo o número e nome fantasia de todas as chapas registradas, e de forma que os presentes no local e dia do pleito eleitoral não consigam visualizar o voto, quando da apresentação da cédula. § 1º - O número e o nome fantasia das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas. § 2º - As cédulas de papel serão confeccionadas de maneira tal que ao estarem dobradas resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las. § 3º - As cédulas de papel deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas por pelo menos por 2 (dois) Membros da Comissão Eleitoral do CREF5 ou conter selo de segurança fornecido pelo CONFEF. § 4º - As cédulas de papel utilizadas na eleição por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional utilizadas no pleito deverão ser guardadas em embalagens lacradas e rubricadas pelos membros da Comissão Eleitoral, para garantir sua inviolabilidade, até a data da publicação de homologação pelo CONFEF, após o que poderão ser descartadas.

Art. 28 - A chapa cujo registro esteja sub judice poderá efetuar e deverá cumprir todos os atos de campanha eleitoral descritos na presente Instrução.

Art. 29 - A campanha eleitoral, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, será realizada sob responsabilidade da chapa e não poderá empregar meios publicitários destinados a divulgar notícia falsa visando à obtenção de vantagem para si ou para outrem.

Art. 30 - Ninguém poderá impedir a campanha eleitoral nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada por lei ou pelo Regimento Eleitoral.

Art. 31 - O CREF5 se compromete, mediante solicitação escrita das chapas, possibilitar o envio aos integrantes do Colégio Eleitoral, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte da entrega, da proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições: I - entregar no CREF5 as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que o CREF5- imprima as etiquetas e as envie para a agência dos Correios; II - entregar, na agência dos Correios indicada pelo CREF5, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral; III - cada chapa concorrente custeará os serviços de etiquetagem e remessa dessas correspondências. § Único - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 32 - Poderão ser enviadas, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas registradas que estiverem em conformidade com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues na Sede do CREF5, impreterivelmente, antes do 50º (quinquagésimo) dia que anteceda a data da eleição, devendo tal material ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m2, podendo o conteúdo da proposta ser impresso em tinta colorida. Parágrafo único - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF5.

Art. 33 - Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número e o nome fantasia da chapa.

Art. 34 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF5, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao Conselho, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data da eleição, para o endereço eletrônico a ser criado e informado pelo CREF no Edital de Convocação.

Art. 35 - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: I - em sítio da chapa eleitoral ou do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Eleitoral do CREF5 e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no Brasil; II - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pela chapa ou por candidato que a integre; III - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidato ou pela chapa eleitoral.

Art. 36 - Será livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores (internet), assegurando o direito de resposta nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso IV do § 3º do art. 58 e do art. 58-A da Lei nº 9.504/1997, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, caput). Parágrafo único - A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, seja a chapa eleitoral ou seus membros, à exclusão do pleito eleitoral, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 11 desta Resolução.

Art. 37 - A realização de quaisquer debates eleitorais e entrevistas ficam condicionadas ao convite para participação de todas as chapas concorrentes. § 1º - As entidades e as representações autônomas poderão organizar e promover debate eleitoral e/ou entrevista, ficando vedada ao CONFEF e aos CREFs esta iniciativa. § 2º - O convite às chapas para os atos de que trata o caput deste artigo deve ser enviado de forma a garantir o recebimento e a ciência do representante da chapa. § 3º - Será admitida a realização de debate eleitoral/entrevista sem a presença de todos os candidatos das chapas registradas, desde que haja a comprovação de atendimento ao disposto no § 2º deste artigo. § 4º O debate eleitoral e a entrevista serão realizados segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre todas as chapas participantes e a Comissão Eleitoral, com a presença do organizador do evento, devendo obrigatoriamente, conceder o mesmo tempo de manifestação para todas as chapas. § 5º - As regras do debate eleitoral deverão respeitar as disposições desta Instrução Disciplinadora e do Regimento Eleitoral e os princípios da moralidade e da igualdade de manifestação. § 6º - O acordo previsto no § 4º deste artigo deverá ser assinado por, pelo menos, um dos responsáveis de cada chapa participante.

Art. 38 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta/propaganda eleitoral pelos meios de comunicação do CREF5 que contenha: I - conteúdo calunioso, difamatório e injurioso à imagem do Sistema CONFEF/CREFs; II - manifestações contrárias à legislação; III - conteúdo discriminatório; IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física; V - referência a patrocínios de qualquer espécie; VI - divulgações de informações falsas (fake News); VII - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral.

Art. 39 - Será vedada a proposta/propaganda eleitoral nos seguintes casos e condições: I - manifestações nas dependências do CREF5, em suas delegacias ou unidades representativas, em seus meios de comunicação, bem como em locais de eventos realizados ou apoiados pelo Sistema CONFEF/CREFs; II - utilização da logomarca do CONFEF e/ou do CREF5; e III - distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam caracterizar ou proporcionar vantagem ao eleitor. Parágrafo único - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 11 desta Instrução Disciplinadora.

Art. 40 - Na internet, será vedada a veiculação de qualquer tipo de proposta/propaganda eleitoral paga. § 1º - Será vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de proposta/propaganda eleitoral na internet, em sítios: I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 2º - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 11 desta Instrução Disciplinadora.

Art. 41 - É vedada a realização e a divulgação de enquetes e pesquisas eleitorais pelas chapas e seus integrantes. Parágrafo único - A divulgação de enquete ou de pesquisa eleitoral é punível, de acordo com as sanções previstas no art. 11 desta Resolução.

Art. 42 - Será proibida a realização de "showmício" e de evento assemelhado para a promoção de candidatos e de chapas eleitorais, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral. Parágrafo único - A proibição se estenderá aos candidatos que também são artistas - cantores, atores, apresentadores e/ou pessoa pública -, durante todo o período de propaganda eleitoral autorizada.

Art. 43 - Será proibida a aquisição onerosa ou não de cadastro de endereços eletrônicos por chapas eleitorais ou seus integrantes.

Art. 44 - O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação por dano moral, pelo qual responde o ofensor e, solidariamente, os demais membros da chapa, quando responsáveis por ação ou omissão, e aqueles que, de qualquer forma, tenham concorrido para o crime.

Art. 45 - A representação relativa à proposta/propaganda irregular deverá ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável. § 1º - São requisitos da representação: I - a identificação de quem fizer a representação; II - a identificação do representante da chapa ou do candidato; III - endereço de correio eletrônico para comunicação com quem fizer a representação; IV - a narração dos fatos que a motivam, indicando a data de ocorrência de cada fato; V - os documentos comprobatórios e, se for o caso, o rol de testemunhas. § 2º - O representante poderá solicitar sigilo de sua identidade. § 3º - É vedada a apresentação de representação anônima.

Art. 46 - O Presidente da Comissão Eleitoral procederá ao juízo de admissibilidade da representação em até 05 (cinco) dias contados do recebimento do protocolo, respeitado o prazo limite do dia posterior à data das eleições. § 1º - Admitida a representação, a Comissão Eleitoral intimará o representante, mediante comprovação de recebimento. § 2º - A ciência inequívoca do candidato ou da chapa eleitoral estará demonstrada se intimados sobre a existência da propaganda irregular, não providenciarem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua intimação, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e peculiaridades do caso revelarem que o beneficiário teve conhecimento ou se beneficiou da propaganda. § 3º - A comprovação de que trata o caput poderá ser apresentada diretamente à Comissão Eleitoral. § 4º - A chapa que devidamente intimada para retirar a propaganda irregular no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não a realizar, não comprovar sua impossibilidade ou benefício, deverá ter seu registro cancelado, nos termos do art. 11 desta Resolução.

Art. 47 - São vedadas aos Conselheiros, funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, incluindo os Profissionais que ocuparem posições a estas equiparadas, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos, no que couber: I - autorizar ou tolerar que funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço promovam atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral; II - ceder ou usar, em benefício próprio ou de candidato ou chapa, bens móveis ou imóveis de propriedade ou em uso do Sistema CONFEF/CREFs; III - usar materiais ou serviços custeados pelo Sistema CONFEF/CREFs que excedam as prerrogativas consignadas nos seus regimentos e normas, bem como nesta Instrução Disciplinadora; IV - ceder funcionário ou prestador de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, no exercício da função, ou usar de seus serviços para campanha eleitoral de candidato ou chapa; V - fazer ou permitir uso promocional de bens, equipamentos e serviços, custeados ou subvencionados pelo Sistema CONFEF/CREFs, em favor de candidato ou chapa; VI - a partir da data de divulgação dos pedidos de registros de chapa até o dia posterior à votação, conforme estabelecido no Calendário eleitoral: a) nomear, contratar ou de qualquer forma admitir ou demitir, sem justa causa, funcionário do CREF5, ressalvadas: 1. a nomeação dos aprovados em seleção pública homologada até antes do início do prazo referido neste inciso; 2. a contratação do pessoal essencial à instalação e funcionamento do processo eleitoral de que trata esta Instrução Disciplinadora, com prévia e expressa autorização do Plenário do CREF5, conforme o caso; b) autorizar publicidade institucional paga de atos, programas, obras, serviços e campanhas do CREF5, à exceção daquela que trate da divulgação do processo eleitoral em si, sendo vedada a publicação de nome e imagem de candidatos em todos os casos. § 1º - A vedação de que trata o caput deste artigo dar-se-á quando da representação institucional e durante o horário de desempenho de suas atividades ligadas ao Conselho, sendo proibida a atuação em favor ou desfavor de chapa, por meio de atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral. § 2º - A infração ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à responsabilização ética ou disciplinar, ou ambas.

Art. 48 - Não será permitida ao CREF5 a divulgação de dados de cadastro dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 49 - Deverá ser enviado, aos Profissionais de Educação Física aptos a votar, o material necessário à prática do voto, com a antecedência de 45 (quarenta e cinco) a 40 (quarenta) dias da data marcada para eleição, contendo: I - instruções para votação; II - lista com a composição das chapas registradas; III - propostas eleitorais de que trata o art. 32 desta Resolução, desde que cumpridas as regras estabelecidas. § 1º - Junto aos documentos elencados no caput deste artigo, nas eleições em cédulas de papel por correspondência, deverão ser enviados: I - um exemplar da cédula de papel rubricada pela Comissão Eleitoral ou com selo de segurança; II - um envelope pardo para a cédula de papel; III - um envelope pré-endereçado (onde na parte frontal deverá constar o endereçamento ao Presidente da Comissão Eleitoral e o endereço da sede do CREF5, da agência dos Correios ou Caixa Postal indicada pelo CREF5 e no verso constará o nome e número de registro do Profissional no respectivo CREF5 e o endereço do votante) para postagem, com código de barras identificador do Profissional de Educação Física, caso o CREF5 tenha decidido por utilizá-lo, para que o votante possa remeter o material de votação. § 2º - Deverá ser remetida, no caso de eleição por votação eletrônica, acompanhada dos documentos relacionados no caput deste artigo uma senha provisória, devendo o Profissional logo após o recebimento, alterá-la para uma definitiva, liberando desta forma seu acesso ao sistema a fim de que seja exercido o direito ao voto no dia marcado para eleição.

Art. 50 - A eleição em cédula de papel por correspondência observará as seguintes normas: I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF5, principalmente, no que diz respeito à cédula de papel; II - o material de votação será encaminhado via postal pelo Profissional para a sede do CREF5, Caixa Postal ou agência dos Correios determinado pelo CREF5; III - somente serão válidos e computados os votos que forem recebidos na Sede do CREF5, na Caixa Postal ou agência dos Correios até o dia e horário determinado pelo CREF5 em seu Edital de Convocação, cabendo a cada Profissional de Educação Física remetê-lo com a antecedência devida. § 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio do material de votação a fim de que chegue a tempo de ser consignado pela Comissão Eleitoral. § 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que o material de votação foi recebido pela Comissão Eleitoral do CREF5. § 3º - Será aceito para fins de justificativa do não exercício do direito ao voto, contudo, sem ser contabilizado, o material de votação postado pelo Profissional em data anterior à da eleição, mas que não tenha atendido aos requisitos descritos no inciso III deste artigo. § 4º - Os envelopes de votação que chegarem à agência dos Correios indicada pelo CREF5 após a retirada do material de votação pela Comissão Eleitoral serão resgatados posteriormente pelo mesmo para atendimento ao parágrafo 3º deste artigo.

Art. 51 - Para eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, o Presidente do CREF5 deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral, um dia útil antes da data marcada para a eleição, o seguinte material: I - cédulas de papel; II - urna(s); III - cabine(s) indevassável(is) para ser(em) instalada(s) no local de votação e garantir a inviolabilidade do voto; IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível no recinto de votação; V - listas de votantes; VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais; VIII - uma cópia desta instrução disciplinadora do processo eleitoral e do regimento Eleitoral; IX - qualquer outro material que a Diretoria do CREF5 julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

Art. 52 - O eleitor que optar pela eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá se certificar do dia e horário de votação determinado pelo CREF5 no Edital de Convocação da Eleição, e quanto ao ato de votar, observar as seguintes normas: I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará documento elencado no parágrafo 2º do art. 22 desta Resolução, assinará a lista de votantes e receberá a cédula de papel rubricada ou com selo de segurança, passando, em seguida, à cabine indevassável; II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula de papel; III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula de papel na urna, após exibi-la à Comissão Eleitoral, para verificação da autenticidade.

Art. 53 - Desde que o Profissional exerça o voto por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, serão desconsiderados os votos exarados por eleição em cédula de papel por correspondência.

Art. 54 - No caso de eleição por votação eletrônica deverá, obrigatoriamente, observar os seguintes requisitos: a) o sigilo do voto; b) a impossibilidade que o eleitor vote mais de uma vez; c) a imparcialidade e transparência do procedimento; d) endereço exclusivo na Internet; e) possibilidade de auditoria integral e independente do código-fonte; f) assinatura digital do código-executável com certificado digital emitido por autoridade certificadora pertencente à hierarquia ICP BRASIL; g) segurança através de mecanismos eficazes de criptografia de dados e canais de comunicação; h) criação de "back-up" com assinatura digital antes e depois da eleição; i) espelhamento do banco de dados; j) garantia de acessos simultâneos suficientes para o bom andamento da votação; k) manutenção e configuração preventiva do Sistema Operacional do(s) servidor(res) que hospeda(m) os sistemas e bancos de dados necessários para realização do pleito digital, de forma a mitigar os riscos das ameaças digitais e preparando todo o conjunto para eventuais tentativas de ataques cibernéticos; l) "firewall" com monitoramento durante o período de eleição; m) disponibilização de emissão de relatório prévio antes do início das eleições, declarando que não há votos computados no banco de dados referente aos eleitores (zerézima); n) garantia de consistência das informações armazenadas pelo sistema. Parágrafo único - O sistema a ser utilizado na eleição por votação eletrônica deverá prever a possibilidade de impressão ou armazenamento digital da imagem do registro do comprovante de votação.

Art. 55 - As correspondências encaminhadas pela Comissão Eleitoral aos eleitores contendo as senhas individuais para votação eletrônica que forem devolvidas, serão recepcionadas em Caixa Postal especialmente destinada a esse fim, na Empresa de Correios e Telégrafos, cujo acesso somente poderá se dar em data posterior ao dia da eleição.

Art. 56 - A eleição por votação eletrônica dar-se-á no dia da eleição durante o horário definido para a mesma, considerando o horário de Brasília, de qualquer parte do Brasil ou do exterior e observará as seguintes normas: I - o eleitor acessará a página eletrônica do CREF5, onde estará disponibilizado um link para a eleição, que conterá espaço para preenchimento da senha eletrônica já alterada pelo Profissional, do número de registro no CREF5 e CPF do eleitor; II - após, o preenchimento dos dados solicitados, aparecerá a cédula eleitoral virtual, com as opções abaixo relacionadas para que o eleitor escolha a de sua preferência: a) números e nomes das chapas em ordem crescente das respectivas numerações; b) branco; c) nulo; III - o voto será validado com a marcação da opção desejada pelo eleitor e a confirmação através de botão específico para a gravação ou envio do voto; IV - o sistema deverá emitir mensagem ao eleitor confirmando a validação e envio do seu voto, finalizando assim o processo de votação do Profissional. § 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física exercer o direito ao voto eletrônico dentro do prazo estabelecido neste artigo. § 2º - Caso o eleitor não esteja em pleno gozo de seus direitos estatutários, o sistema de votação bloqueará o acesso do Profissional.

Art. 57 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, empregados do CREF5 à exceção dos membros da Secretaria da Comissão Eleitoral, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 58 - Na eleição em cédula de papel, antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votantes por correspondência, com as listas de votantes por comparecimento pessoal. § 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, assinalando na ata o critério adotado. § 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial será desconsiderado o voto exercido por correspondência.

Art. 59- Para apuração dos votos referentes à eleição em cédula de papel, serão observadas as seguintes orientações: I - No caso de eleição em cédula de papel por correspondência, cujo Plenário determinou sobre o acondicionamento das cédulas nos Correios, após, o transporte da urna lacrada contendo as cédulas de papel da eleição por correspondência, nos termos da alínea "a", do inciso XIII do art. 9º desta Resolução, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos: a) abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes por correspondência e rubricando ao lado; b) análise de ocorrência do disposto no art. 58 e parágrafos desta Resolução e adoção das medidas cabíveis; c) abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas de papel, colocando-os em uma urna; d) contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votante; e) se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes verificado na respectiva lista, far-se-á a apuração; f) abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos; g) leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas; h) contagem dos votos; i) proclamação do resultado da urna; j) lavratura da ata de apuração; II - No caso de eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, de posse das urnas lacradas com as cédulas de papel por comparecimento pessoal e da lista de votantes, o Presidente da respectiva Comissão Eleitoral convidará os demais Membros da mesma e os fiscais das chapas credenciados para tal fim a procederem à apuração observando o seguinte procedimento: a) abertura da urna lacrada e contagem das cédulas de papel, confrontando-os com o número de presença na lista de votação; b) leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas; c) contagem e proclamação do resultado da urna; d) lavratura da ata de apuração. Parágrafo único - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da lista de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo os atos do inciso II e seguintes deste artigo.

Art. 60 - O cômputo geral dos votos referente à eleição em cédula de papel dar-se-á da seguinte forma: I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal; II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência; III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado; IV - soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais, com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondencia;

Art. 61 - No caso de eleição por votação eletrônica, após, o horário determinado para o fim da eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral, posteriormente à verificação e análise da empresa especializada de auditoria acerca da validade da votação, providenciará a impressão do mapa da eleição e: I - analisará a ocorrência do disposto no art. 58 e parágrafos desta instrução disciplinadora do processo eleitoral e adoção das medidas cabíveis: II - procederá ao cômputo dos votos; III - proclamará o resultado da votação; IV - lavrará a ata de apuração. Parágrafo único - O sistema eletrônico a ser utilizado na votação deverá emitir dois mapas, cada um contendo: I - relação dos votantes; II - quantidade de votos válidos (indicando o total de válidos e o quantitativo de cada chapa), brancos e nulos.

Art. 62 - A Comissão Eleitoral, após proceder ao cômputo geral dos votos, elaborará ata que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que desejarem contendo: a) nome e função de todos que assinarem a ata; b) número dos Profissionais aptos a votar; c) número dos Profissionais que votaram; d) na eleição em cédula de papel, indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência e indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos comparecimento pessoal; e) na eleição por votação eletrônico, indicação dos votos válidos, brancos e nulos; f) indicação da totalidade dos votos válidos (registrando o quantitativo por chapa), brancos e nulos; h) relatório sintético das ocorrências; g) proclamação do resultado do pleito informando a chapa com maior número de votos válidos. Parágrafo Único - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF5.

Art. 63 - Após, a assinatura da ata de que trata o art. 62 desta Resolução, a Comissão Eleitoral abrirá prazo de 02 (duas) horas a fim de que, caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, interponha recurso fundamentando as argumentações. § 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos. § 2º - O recurso a que alude o § 1º deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo. § 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso. § 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência as chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial.

Art. 64 - Decorrido o prazo recursal, e não havendo interposição de recurso, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a eleição, ratificando o resultado proclamado anteriormente e lavrando ata contendo tais informações, que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão e fiscais das chapas, se ainda estiverem presentes. Parágrafo único - Havendo a intenção de renúncia ao direito de interposição do recurso de que trata o art. 63 desta Resolução, os representantes de todas as chapas deverão oficializa-la à Comissão Eleitoral, que elaborará ata nos moldes do caput deste artigo, declarando de imediato o encerramento da eleição e ratificando o resultado anteriormente proclamado.

Art. 65 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF5 a chapa vencedora, mediante carta da Comissão a ser protocolizada até o primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito.

Art. 66 - No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF5 enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição. § 1º - Após a homologação do resultado do pleito pelo Plenário, no prazo de 05 (cinco) dias, o Presidente do CREF5 encaminhará ao CONFEF, por meio de ofício, uma via do processo eleitoral para a sua devida validação. § 2º - Após a oficialização pelo CONFEF ao CREF5 da validação de que trata o parágrafo acima, o CREF5, em até 03 (três) dias úteis, enviará ao Diário Oficial para publicação, bem como veiculará em sua página eletrônica, o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e números de registro nos respectivos CREFs.

Art. 67 - A chapa proclamada vencedora será empossada após a validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF.

Art. 68 - Considerar-se-á nulo o voto: I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado; II - se o envelope padronizado não for o mesmo que a Comissão Eleitoral encaminhou ao eleitor; III - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral; IV - se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral ou não contiver o selo de segurança fornecido pelo CONFEF; V - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que violem o sigilo, permitindo a identificação do eleitor; VI - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida; VII - se o eleitor assinalar seu voto para mais de uma chapa; VIII - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral; IX - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado e/ou estiver rubricado pelo eleitor ou identificado de alguma forma; X - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo; XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante, somente nos casos em que o CREF5 tenha decidido por utilizá-lo.

Art. 69 - Considerar-se-á nula a eleição quando mais da metade dos votos dos Profissionais de Educação Física aptos a votar no respectivo CREF5 forem nulos. § 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos: I - se for realizada em dia ou local diferente do designado; II - se não forem observados os preceitos estabelecidos nesta Instrução Disciplinadora do processo eleitoral e pelo Regimento Eleitoral do CREF5. § 2º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las. § 3º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF5 marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação.

Art. 70 - Na hipótese de não homologação e/ou validação da eleição do CREF5 e esse não possuir quantidade qualificada de Membros Conselheiros para aprovação de suas pautas, nova eleição deverá ser realizada, impreterivelmente, até o dia 28 de Fevereiro de 2022.

Art. 71 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 72 - Esta Instrução Disciplinadora do Processo Eleitoral para eleição do CREF5 foi aprovada em Reunião do Plenário do CREF5 realizada no dia 15 de maio de 2021, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse de todos os novos Membros dos Conselhos Regionais de Educação Física da Quinta Região CREF5.

ANDREA DA CRISTINA DA SILVA BENEVIDES

RESOLUÇÃO CREF5 Nº 111, DE 25 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a alteração da Resolução CREF5 nº75/2016, que dispõe sobre o Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região - CREF5.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA QUINTA REGIÃO- CREF5, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF5, e; CONSIDERANDO o artigo 116 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 206/2010) que determina que os "As eleições dos Membros dos CREFs realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) anos, a partir do término do primeiro mandato nomeado pelo CONFEF"; CONSIDERANDO o artigo 66 do Estatuto do CREF5 (Resolução CREF5 n.º75/2016), que determina que as "As eleições dos Membros dos CREF5realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) anos, a partir do término do primeiro mandato nomeado pelo CONFEF"; CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 401/2021 que dispõe sobre a prorrogação de mandatos no Sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 403/2021 que dispõe sobre a alteração da Resolução CONFEF n.º206/2010 que dispõe sobre o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física- CONFEF; CONSIDERANDO a necessidade de unificar as datas dos mandatos a fim de criar unicidade e conferir maior organização eleitoral no Sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária do Plenário realizada em 15 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º - A Resolução CREF5 n.º75/2016, que dispõe sobre o Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região -CREF5, passa a vigorar acrescida dos artigos 86 A, abaixo: "Art. 86 A - A validade do disposto no caput do artigo 66 deste Estatuto, especificamente, no que tange ao período de mandato, não terá eficácia para os Conselheiros Regionais eleitos no pleito de 2021, cujos mandatos inicia-se ão 01 de janeiro de 2022 e cessarão em 31 de Dezembro de 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação do DOU. Em 25 de maio de 2021

ANDREA CRISTINA DA SILVA BENEVIDES

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ESPECIAL CREF6/MG Nº 1, DE 22 DE MAIO DE 2021

Aprova o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - CREF6/MG na eleição de seus membros em 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso XI do artigo 44 do Estatuto do CREF6/MG, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Art. 35 do Estatuto do CREF6/MG que versa sobre a competência do Plenário de elaborar e aprovar o Regimento Eleitoral de acordo com as diretrizes emanadas do CONFEF; CONSIDERANDO o disposto no art. 120 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; CONSIDERANDO o fim do mandato de parte dos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - CREF6/MG, no ano de 2021;

CONSIDERANDO a efetiva transparência e a democratização das eleições do CREF6/MG; CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 22 de Maio de 2021; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Eleitoral, que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado, como norma do procedimento eleitoral, pelo Conselho Regional de Educação Física da Sexta Região - CREF6/MG na eleição de seus membros que se realizará no dia 29 de Setembro de 2021.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MARCO TULIO MACIEL PINHEIRO

ANEXO
REGIMENTO ELEITORAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SEÇÃO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral contém as normas destinadas à organização e normatização dos procedimentos e do processo eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - CREF6/MG, cujo pleito ocorrerá no dia 29 de Setembro de 2021, das 09 horas às 15 horas, conforme dispõe o Edital de Convocação da Eleição.

§ 1º - As eleições reger-se-ão pelos dispositivos estabelecidos neste Regimento Eleitoral, aprovado em Reunião do Plenário deste CREF, sendo o mesmo complementar ao seu Estatuto e as Instruções Disciplinadoras do processo eleitoral dos CREFs expedida pelo CONFEF (Resolução CONFEF nº 402/2021).

§ 2º - A abertura das eleições e os demais eventos de divulgação necessários, far-se-ão com a publicação obrigatória deste Regimento Eleitoral e do Edital de Convocação das Eleições no Diário Oficial da União, bem como com a veiculação na página eletrônica deste CREF.

§ 3º - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

§ 4º - Nesse pleito serão eleitos, para mandato até 31 de Dezembro de 2024: I -14 (quatorze) Membros Conselheiros, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes;

Art. 2º - Os Membros do CREF6/MG serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto facultativo pessoal e secreto dos Profissionais registrados em sua área de abrangência, e em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, conforme o art. 115 do Estatuto do CONFEF c/c o art. 2º da Resolução CONFEF nº 402/2021.§ 1º - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias. § 2º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos: I - impedimento legal ou força maior; II - enfermidade comprovada; III - ausência da abrangência territorial; IV - ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade; V - outros que venham a ser aceitos pelo Plenário do CREF6/MG.

§ 3º - A justificativa de que trata o parágrafo anterior, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada ao CREF6/MG até 30 (trinta) dias após a data da eleição, na forma presencial ou por correspondência.

§ 4º - O CREF6/MG veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação.

§ 5º - Será veiculado também na página eletrônica do CREF6/MG a relação dos Profissionais de Educação Física que justificaram a ausência do voto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição; sendo tal relação o comprovante de votação.

Art. 3º - O CREF6/MG deverá enviar ao CONFEF a comprovação das publicações abaixo relacionadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a referida publicação:

I - Regimento Eleitoral, devidamente aprovado pelo Plenário;

II - Resolução indicando o nome de todos os integrantes da Comissão Eleitoral, e da Secretaria da Comissão Eleitoral, sendo essa também possível através de Portaria, conforme

Art. 13 da resolução CONFEF nº 402/2021;

III - Edital de Convocação das Eleições;

IV - A primeira nominata dos Profissionais de Educação Física em dia com suas obrigações estatutárias, por conseguinte, aptos a votar.

Parágrafo único - A publicação do extrato dos documentos referidos nos incisos I e II, e o documento de que trata o inciso III, ambos do caput deste artigo, será realizada, obrigatoriamente, no Diário Oficial da União, bem como será veiculada, na íntegra, na página eletrônica do CREF6/MG.

Art. 4º - Ficará a encargo do CONFEF, em atendimento ao princípio da ampla divulgação, o envio de correspondência, até o dia 28 de Maio de 2021, contendo informação sobre a realização da eleição a todos os Profissionais de Educação Física registrados no CREF6/MG, com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto.

Art. 5º - O CREF6/MG encaminhará ao CONFEF, até o dia 03 de Maio de 2021, cadastro atualizado de todos os Profissionais registrados em sua área de abrangência.

SEÇÃO II DO VOTO

Art. 6º - O CREF6/MG adotará eleição por votação em cédula de papel.

Art. 7º - A eleição por votação em cédula de papel dar-se-á por dois meios:

I - por correspondência, encaminhada, obrigatoriamente, via postal;

II - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física, na Sede do CREF6/MG, na data determinada para eleição.

§ 1º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, os envelopes com o material de votação (envelopes pré-endereçados) conterão código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante para efetivo controle da votação.

§ 2º - No caso de votação em cédula de papel por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer na Sede do CREF6/MG no dia da eleição e durante o horário estabelecido neste Regimento Eleitoral, devendo o Profissional de Educação Física apresentar, no momento da votação, um dos seguintes documentos, a Cédula de Identidade Profissional, Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou Carteira Nacional de Habilitação.

§ 3º - Dentre os meios de votação por cédula em papel, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier.

§ 4º - O CREF6/MG providenciará urnas lacradas distintas, para o recebimento, em separado, dos votos em cédula de papel por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física.

§ 5º - Nos casos de votação em cédula de papel por correspondência, o armazenamento das cédulas dar-se-á através de urna na Sede do CREF6/MG, sendo o material de votação acondicionado em caixa lacrada e devidamente rubricada pela Comissão Eleitoral, com fenda na parte superior a fim de que seja inserido o material de votação recebido.

SEÇÃO III DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 8º - O Edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial da União e veiculado na página eletrônica do CREF6/MG no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar:

I - data e hora para início e encerramento da eleição, que será dia 29 de Setembro de 2021, das 09h (nove horas) às 15h (quinze horas);

II - endereço do local onde ocorrerá a eleição, qual seja, Rua Bernardo Guimarães 2766 - Santo Agostinho, CEP: 30.140-085 - Belo Horizonte - MG;

III - informação de que a primeira nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica, qual seja, www.cref6.org.br;

IV - obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do Estatuto do CONFEF e do Estatuto e do Regimento Eleitoral deste CREF;

V - indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas.

SEÇÃO IV DA NOMINATA DOS PROFISSIONAIS APTOS A VOTAR

Art. 9º - A nominata dos Profissionais aptos a votar deverá ser atualizada a cada 30 (trinta) dias, sendo a última atualização realizada 60 (sessenta) dias antes da data da eleição.

Art. 10 - A nominata atualizada no prazo de 60 (sessenta) dias antes da data da eleição, conterá a relação dos Profissionais de Educação Física aptos a votar em sua área de abrangência.

Parágrafo único - A nominata de que trata o caput deste artigo não sofrerá alteração e constará na página eletrônica do CREF6/MG dentro do prazo descrito no caput deste artigo, ressalvados débitos referentes a parcelas vincendas.

SEÇÃO V DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 11 - Para a execução do procedimento eleitoral, o CREF6/MG nomeará, através de Resolução, a Comissão Eleitoral composta por 05 (cinco) Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 02 (dois) serão Membros Efetivos e 02 (dois) serão Membros Suplentes.

Parágrafo único - É vedado participar da Comissão Eleitoral os candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes do respectivo CREF6/MG e os empregados do Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 12 - Poderá ser arguida no formato escrito, fundamentado e contendo provas, ao Plenário do CREF6/MG, a suspeição de membro da Comissão Eleitoral que tenha amizade íntima ou inimizade notória com qualquer dos componentes das chapas ou com os respectivos cônjuges ou companheiros, parentes e afins até o segundo grau.

Art. 13 - A suspeição de que trata o art. 12 desta Resolução será analisada e julgada pelo Plenário do CREF6/MG no prazo de 15 (quinze) dias a contar do protocolo.

Art. 14 - O indeferimento de alegação de impedimento ou suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo direcionado ao Plenário do CREF6/MG que o julgará no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 15 - À Comissão Eleitoral compete:

I - acompanhar todos os prazos estabelecidos neste Regimento Eleitoral e na Instrução Disciplinadora do Processo Eleitoral, Resolução CONFEF nº 402/2021, para a eleição que ocorrerá nesse CREF em 29 de Setembro de 2021;

II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos;

III - apreciar e julgar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral;

IV - aprovar o modelo de Cédula Eleitoral;

V - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais de Educação Física, aptos a votar, juntamente com o material de votação, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência à eleição;

VI - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio do material de votação;

VII - deliberar em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras;

VIII - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito;

IX - compor a mesa de votação desde o início até a proclamação do resultado do pleito;

X - declarar a abertura e o encerramento do processo de votação;

XI - atuar no processo de eleição em cédula de papel, procedendo à:

a) inserção do lacre na urna receptora das cédulas de papel referentes à eleição por correspondência, que será mantida na Sede do CREF6/MG, até o dia da eleição;

b) inserção, no dia da eleição, do lacre na urna receptora das cédulas de papel por comparecimento pessoal;

c) confrontação da lista de votantes por eleição em cédula de papel por correspondência com a lista de votantes por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, antes da abertura das urnas;

d) elaboração da ata do cômputo geral dos votos, declarando o montante dos votos por correspondência com os votos por comparecimento pessoal;

XII - referente à eleição em cédula de papel por correspondência, deverá proceder:

a) abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados, devidamente fechados, se o nome do eleitor consta da lista de votantes, rubricando ao lado do mesmo;

b) análise de ocorrência do disposto no art. 60 e parágrafos deste Regimento Eleitoral e adoção das medidas cabíveis;

c) abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas em papel, colocando-os em uma urna;

d) contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votantes da eleição em cédula de papel por correspondência;

e) abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada das cédulas em papel dos mesmos;

f) leitura das cédulas em papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

g) contagem das cédulas em papel;

h) proclamação do resultado da urna;

i) lavratura da ata de apuração da eleição em cédula de papel por correspondência.

XIII - concernente à eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá proceder:

a) identificação dos votantes;

b) verificação das assinaturas na lista de votantes por comparecimento pessoal;

c) verificação da autenticidade das cédulas de papel através do selo de segurança, quando da inserção, pelos eleitores, das cédulas nas urnas lacradas;

d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de cédulas de papel com a lista de votantes, após o término do horário de votação;

e) leitura das cédulas de papel, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

f) contagem das cédulas de papel depositadas na referida urna;

g) lavratura de ata de apuração da eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal;

XIV - declarar a chapa vencedora;

XV - confeccionar o relatório e a ata circunstanciada da eleição, caso haja necessidade;

XVI - encaminhar ao Presidente do CREF6/MG o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição, após o prazo estipulado no artigo 66 desta Resolução.

Art. 16 - A respectiva Comissão Eleitoral será responsável por acompanhar todos os prazos estabelecidos neste Regimento Eleitoral, bem como pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito.

Art. 17 - A Comissão Eleitoral poderá ainda advertir, suspender cautelarmente ou cancelar o registro de chapa concorrente ao pleito eleitoral, caso não sejam respeitadas as normas desta resolução.

Parágrafo único - A Comissão deverá fundamentar sua decisão e justificar a necessidade de aplicar a pena, assegurando a ampla defesa e o contraditório, com a possibilidade de interpor recurso junto ao Plenário do CREF6/MG, no prazo de 48 (quarenta e horas) horas contado a partir de sua notificação.

Art. 18 - Após a publicação da homologação da eleição pelo Plenário do CREF6/MG e a publicação da validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

SUB-SEÇÃO I DA SECRETARIA DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 19 - Para auxiliar a Comissão Eleitoral nas funções administrativas relativas à eleição, o CREF6/MG nomeará, através de Portaria ou Resolução, uma Secretaria da Comissão Eleitoral composta por 03 (três) Membros, todos funcionários deste CREF.

§ 1º - À Secretaria da Comissão Eleitoral do CREF6/MG compete organizar o processo eleitoral, em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada neste CREF, cujas peças essenciais são as seguintes:

a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral e da Secretaria da Comissão Eleitoral;

b) Regimento Eleitoral;

c) publicações do Diário Oficial da União onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas, a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorrida;

d) carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 4º deste Regimento;

e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF6/MG concernentes à eleição;

f) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas;

g) deliberações aprovando os registros de chapas;

h) lista dos votantes;

i) exemplar original da cédula de papel e dos envelopes utilizados no pleito;

j) carta de instrução de voto;

k) propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver;

l) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais;

m) recursos apresentados;

n) resultado do julgamento dos recursos;

o) carta da Comissão Eleitoral enviada ao Presidente do CREF6/MG informando a chapa vencedora, devidamente protocolada;

p) Ofício do CREF6/MG enviando ao CONFEF a homologação do pleito pelo respectivo Plenário, a fim de validação do Plenário do CONFEF.

§ 2º - Os documentos originais elencados no § 1º deste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF6/MG.

§ 3º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "i", que deverá ser original.

CAPÍTULO II

DAS CHAPAS SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF6/MG

Art. 20 - É elegível para exercer o mandato de Conselheiro do CREF6/MG, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher todos os requisitos e condições básicas elencados no art. 75 c/c art. 76 do Estatuto do CREF6/MG, a seguir relacionados:

I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado;

II - possuir curso superior de Educação Física;

III - estar em pleno gozo dos direitos profissionais;

IV - possuir registro profissional por, pelo menos, 02 (dois) anos ininterruptos;

V - ter votado ou justificado o voto na última eleição do Sistema CONFEF/CREFs para a qual tenha tido o direito e/ou obrigação de voto;

VI - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;

VII - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

VIII - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;

IX - não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs;

X - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, do Sistema CONFEF/CREFs, em decisão administrativa definitiva;

XI - não for inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs;

XII - não ser funcionário efetivo e/ou comissionado do Sistema CONFEF/CREFs há pelo menos 3 (três) anos da data da eleição.

§ 1º - O atendimento aos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei.

§ 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma inidônea, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF6/MG para registro no pleito, resultará em instauração de processo ético e disciplinar, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e dos CREFs e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além das cominações legais pertinentes.

§ 3º - O CREF6/MG poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima.

SEÇÃO II DA FORMA DO REGISTRO

Art. 21 - O prazo para registro das chapas concorrentes será aberto pelo CREF6/MG 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma.

Art. 22 - O requerimento de registro das chapas dar-se-á de forma presencial na Sede do CREF6/MG, durante o período estatutário e no horário deliberado no Edital de Convocação, qual seja, segunda a sexta em horário previamente agendado.

§ 1º - As chapas ao registrarem suas candidaturas receberão todas as informações sobre o procedimento eleitoral e deverão assinar, através do representante da chapa, termo de recebimento da documentação e concordância com os procedimentos para o respectivo Pleito eleitoral a ser realizado através das decisões do Plenário do CREF6/MG e da Comissão Eleitoral.

§ 2º - Cada chapa, ao apresentar a documentação à Secretaria da Comissão Eleitoral, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de recebimento da documentação pela Secretaria da Comissão Eleitoral.

§ 3º - Após o recebimento do registro das chapas, a Secretaria da Comissão Eleitoral os remeterá a Comissão Eleitoral que os analisará e os deferirá ou não.

SEÇÃO III

DA DOCUMENTAÇÃO PARA O REGISTRO

Art. 23 - O requerimento de registro das chapas será composto dos seguintes documentos:

I - Petição, devidamente assinada pelo representante da chapa, direcionada ao Presidente da Comissão Eleitoral requerendo o registro da chapa, onde deverá mencionar o nome fantasia da chapa, a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF6/MG e o endereço eletrônico para contato;

II - Nominata completa dos:

a) 14 (catorze) candidatos a Conselheiros, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e os 04 (quatro) Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF6/MG e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF6/MG e o nome fantasia da mesma, nos termos do artigo 69 do Estatuto do respectivo CREF6/MG;

III - declaração individual mencionada no § 1º do art. 20 deste Regimento, devidamente assinada de próprio punho pelo candidato.

§ 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa.

§ 2º - A documentação integral que compõe o requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras.

§ 3º - As chapas que cometerem quaisquer irregularidades com referência ao registro de candidatos não habilitados serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

SEÇÃO IV DA ANÁLISE DO REGISTRO

Art. 24 - A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-o ou indeferindo-o, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro.

§ 1º - Do despacho que indeferir o registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da decisão do mesmo.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo dos mesmos.

§ 3° - Após o julgamento de que trata o § 2º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, mediante veiculação na página eletrônica do CREF6/MG e envio de mensagem eletrônica ao representante da chapa, em até 02 (dois) dias úteis a contar da decisão.

§ 4º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo.

§ 5º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 25 - O prazo para apresentação, por terceiros que não integrem a relação eleitoral, de impugnação das chapas concorrentes será de 02 (dois) dias úteis, após a publicidade do deferimento registro das mesmas, através da veiculação no portal do CREF6/MG.

§ 1º - A impugnação a que se refere o caput deste artigo será julgada pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo da mesma.

§ 2° - Após o julgamento de que trata o § 1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência da decisão através de veiculação na página eletrônica do CREF6/MG.

§ 3º - As impugnações de que trata o caput deste artigo terão efeito somente devolutivo.

§ 4º - São preclusivos os prazos para/ interposição da impugnação.

Art. 26 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF6/MG encaminhará para publicação no Diário Oficial da União, bem como veiculará em sua página eletrônica, a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro no CREF6/MG dos seus respectivos integrantes.

SEÇÃO V DO CREDENCIAMENTO DE FISCAIS

Art. 27 - A Comissão Eleitoral do CREF6/MG credenciará até 02 (dois) fiscais por chapa registrada para permanecerem na Sede do Conselho e 01 (um) fiscal por chapa para permanecer junto à urna eleitoral, bem como para o local onde serão instaladas as mesas apuradoras.

Art. 28 - O requerimento para o credenciamento dos fiscais deverá ser encaminhado ao CREF6/MG, no prazo de até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

Parágrafo único - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local, ato e dia para qual for solicitada.

CAPÍTULO III

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 29 - A campanha eleitoral tem como finalidade apresentar e debater propostas e ideias relacionadas às finalidades e aos interesses do CREF6/MG.

Art. 30 - A chapa cujo registro esteja sub judice poderá efetuar e deverá cumprir todos os atos de campanha eleitoral descritos neste Regimento.

Art. 31 - A campanha eleitoral, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, será realizada sob responsabilidade da chapa e não poderá empregar meios publicitários destinados a divulgar notícia falsa visando à obtenção de vantagem para si ou para outrem.

Art. 32 - Ninguém poderá impedir a campanha eleitoral nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada por lei ou pelo Regimento Eleitoral.

SEÇÃO I DA DISPONIBILIZAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 33 - O CREF6/MG se compromete, mediante solicitação escrita das chapas, possibilitar o envio aos integrantes do Colégio Eleitoral, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte da entrega, da proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições:

I - entregar no CREF6/MG as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que este Conselho imprima as etiquetas e as envie para a agência dos Correios;

II - entregar, na agência dos Correios indicada por este CREF, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral;

III - cada chapa concorrente custeará os serviços de etiquetagem e remessa dessas correspondências.

§ 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo.

§ 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará cancelamento do envio das propostas pelo CREF6/MG, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio do Conselho.

Art. 34 - Poderão ser enviadas, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas registradas que estiverem em conformidade com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues na sede do CREF6/MG, impreterivelmente, antes do 50º (quinquagésimo) dia que anteceda a data da eleição, devendo tal material ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m2, podendo o conteúdo da proposta ser impresso em tinta colorida.

Parágrafo único - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF6/MG.

Art. 35 - Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número e o nome fantasia da chapa.

Art. 36 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF6/MG, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao Conselho, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data da eleição, para o endereço eletrônico.

Art. 37 - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I - em sítio da chapa eleitoral ou do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no Brasil;

II - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pela chapa ou por candidato que a integre;

III - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidato ou pela chapa eleitoral.

Art. 38 - Na página eletrônica do CREF6/MG, serão disponibilizadas, no espaço reservado para eleição, qual seja: eleicao2021@cref6.org.br, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao CREF6/MG, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

Art. 39 - Será livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores (internet), assegurando o direito de resposta nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso IV do § 3º do art. 58 e do art. 58-A da Lei nº 9.504/1997, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica (Lei nº 9.504/1997, art. 57-D, caput).

Parágrafo único - A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, seja a chapa eleitoral ou seus membros, à exclusão do pleito eleitoral, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 desta Resolução.

SEÇÃO II

DOS DEBATES

Art. 40 - A realização de quaisquer debates eleitorais e entrevistas ficam condicionadas ao convite para participação de todas as chapas concorrentes.

§ 1º - As entidades e as representações autônomas poderão organizar e promover debate eleitoral e/ou entrevista, ficando vedada ao CONFEF e ao CREF6/MG esta iniciativa. §

2º - O convite às chapas para os atos de que trata o caput deste artigo deve ser enviado de forma a garantir o recebimento e a ciência do representante da chapa.

§ 3º - Será admitida a realização de debate eleitoral/entrevista sem a presença de todos os candidatos das chapas registradas, desde que haja a comprovação de atendimento ao disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º - O debate eleitoral e a entrevista serão realizados segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre todas as chapas participantes e a Comissão Eleitoral, com a presença do organizador do evento, devendo obrigatoriamente, conceder o mesmo tempo de manifestação para todas as chapas.

§ 5º - As regras do debate eleitoral deverão respeitar as disposições deste Regimento Eleitoral e os princípios da moralidade e da igualdade de manifestação.

§ 6º - O acordo previsto no § 4º deste artigo deverá ser assinado por, pelo menos, um dos responsáveis de cada chapa participante.

SEÇÃO III DAS VEDAÇÕES NA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 41 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta/propaganda eleitoral pelos meios de comunicação do CREF6/MG que contenha:

I - conteúdo calunioso, difamatório e injurioso à imagem do Sistema CONFEF/CREFs;

II - manifestações contrárias à legislação;

III - conteúdo discriminatório;

IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física;

V - referência a patrocínios de qualquer espécie;

VI - divulgações de informações falsas (Fake News);

VII - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral.

Art. 42 - Será vedada a proposta/propaganda eleitoral nos seguintes casos e condições:

I - manifestações nas dependências do CONFEF e/ou dos CREFs ou Seccionais, em suas delegacias ou unidades representativas, em seus meios de comunicação, bem como em locais de eventos realizados ou apoiados pelo Sistema CONFEF/CREFs;

II - utilização da logomarca do CONFEF e/ou do CREF6/MG; e

III - distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam caracterizar ou proporcionar vantagem ao eleitor.

Parágrafo único - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 deste Regimento Eleitoral.

Art. 43 - Na internet, será vedada a veiculação de qualquer tipo de proposta/propaganda eleitoral paga.

§ 1º - Será vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de proposta/propaganda eleitoral na internet, em sítios:

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º - A violação do disposto neste artigo sujeitará a chapa ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, nos termos do art. 17 deste Regimento Eleitoral.

Art. 44 - É vedada a realização e a divulgação de enquetes e pesquisas eleitorais pelas chapas e seus integrantes.

Parágrafo único - A divulgação de enquete ou de pesquisa eleitoral é punível, de acordo com as sanções previstas no art. 17 desta Resolução.

Art. 45 - Será proibida a realização de "showmício" e de evento assemelhado para a promoção de candidatos e de chapas eleitorais, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

Parágrafo único - A proibição estender-se-á aos candidatos que também são artistas - cantores, atores, apresentadores e/ou pessoa pública -, durante todo o período de propaganda eleitoral autorizada.

Art. 46 - Será proibida a aquisição onerosa ou não de cadastro de endereços eletrônicos por chapas eleitorais ou seus integrantes.

Art. 47 - O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação por dano moral, pelo qual responde o ofensor e, solidariamente, os demais membros da chapa, quando responsáveis por ação ou omissão, e aqueles que, de qualquer forma, tenham concorrido para o crime.

SEÇÃO IV DO CONTROLE DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 48 - A representação relativa à proposta/propaganda irregular deverá ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável.

§ 1º - São requisitos da representação:

I - a identificação de quem fizer a representação;

II - a identificação do representante da chapa ou do candidato;

III - endereço de correio eletrônico para comunicação com quem fizer a representação;

IV - a narração dos fatos que a motivam, indicando a data de ocorrência de cada fato;

V - os documentos comprobatórios e, se for o caso, o rol de testemunhas.

§ 2º - O representante poderá solicitar sigilo de sua identidade.

§ 3º - É vedada a apresentação de representação anônima.

Art. 49 - O Presidente da Comissão Eleitoral procederá ao juízo de admissibilidade da representação em até 05 (cinco) dias contados do recebimento do protocolo, respeitado o prazo limite do dia posterior à data das eleições.

§ 1º - Admitida a representação, a Comissão Eleitoral intimará o representante, mediante comprovação de recebimento.

§ 2º - A ciência inequívoca do candidato ou da chapa eleitoral estará demonstrada se intimados sobre a existência da propaganda irregular, não providenciarem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua intimação, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e peculiaridades do caso revelarem que o beneficiário teve conhecimento ou se beneficiou da propaganda.

§ 3º - A comprovação de que trata o caput poderá ser apresentada diretamente à Comissão Eleitoral.

§ 4º - A chapa que devidamente intimada para retirar a propaganda irregular no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não a realizar, não comprovar sua impossibilidade ou benefício, poderá ter seu registro cancelado, nos termos do art. 17 desta Resolução.

Art. 50 - São vedadas aos Conselheiros, funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, incluindo os Profissionais que ocuparem posições a estas equiparadas, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos, no que couber:

I - autorizar ou tolerar que funcionários, assessorias externas ou prestadores de serviço promovam atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral;

II - ceder ou usar, em benefício próprio ou de candidato ou chapa, bens móveis ou imóveis de propriedade ou em uso do Sistema CONFEF/CREFs;

III - usar materiais ou serviços custeados pelo Sistema CONFEF/CREFs que excedam as prerrogativas consignadas nos seus regimentos e normas, bem como neste Regimento;

IV - ceder funcionário ou prestador de serviço do Sistema CONFEF/CREFs, no exercício da função, ou usar de seus serviços para campanha eleitoral de candidato ou chapa;

V - fazer ou permitir uso promocional de bens, equipamentos e serviços, custeados ou subvencionados pelo Sistema CONFEF/CREFs, em favor de candidato ou chapa;

VI - a partir da data de divulgação dos pedidos de registros de chapa até o dia posterior à votação, conforme estabelecido no Calendário eleitoral:

a) nomear, contratar ou de qualquer forma admitir ou demitir, sem justa causa, funcionário do CREF6/MG, ressalvadas:

1. a nomeação dos aprovados em seleção pública homologada até antes do início do prazo referido neste inciso;

2. a contratação do pessoal essencial à instalação e funcionamento do processo eleitoral de que trata este Regimento Eleitoral, com prévia e expressa autorização do Plenário do CREF6/MG, conforme o caso;

b) autorizar publicidade institucional paga de atos, programas, obras, serviços e campanhas do CREF6/MG, à exceção daquela que trate da divulgação do processo eleitoral em si, sendo vedada a publicação de nome e imagem de candidatos em todos os casos.

§ 1º - A vedação de que trata o caput deste artigo dar-se-á quando da representação institucional e durante o horário de desempenho de suas atividades ligadas ao Conselho, sendo proibida a atuação em favor ou desfavor de chapa, por meio de atos que configurem interferência indevida no processo eleitoral.

§ 2º - A infração ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à responsabilização ética ou disciplinar, ou ambas.

Art. 51 - Não será permitida ao CREF6/MG a divulgação de dados de cadastro dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

CAPÍTULO IV

DAS CÉDULAS ELEITORAIS

Art. 52 - As cédulas de papel serão confeccionadas nos moldes aprovados pela respectiva Comissão Eleitoral e distribuídas, exclusivamente, pelo CREF6/MG, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo o número e nome fantasia de todas as chapas registradas, e de forma que os presentes no local e dia do pleito eleitoral não consigam visualizar o voto, quando da apresentação da cédula.

§ 1º - O número e o nome fantasia das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas.

§ 2º - As cédulas de papel serão confeccionadas de maneira tal que ao estarem dobradas resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las.

§ 3º - As cédulas de papel deverão, obrigatoriamente, conter selo de segurança fornecido pelo CONFEF.

§ 4º - As cédulas de papel utilizadas na eleição por correspondência e por comparecimento pessoal do Profissional poderão ser descartadas após a publicação da validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF.

CAPÍTULO V

DA VOTAÇÃO

Art. 53 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

SEÇÃO I DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 54 - Deverá ser enviado, aos Profissionais de Educação Física aptos a votar, o material necessário à prática do voto, com a antecedência de 45 (quarenta e cinco) a 40 (quarenta) dias da data marcada para eleição, contendo:

I - instruções para votação;

II - lista com a composição das chapas registradas;

III - propostas eleitorais de que trata o art. 36 desta Resolução, desde que cumpridas as regras estabelecidas.

§ 1º - Junto aos documentos elencados no caput deste artigo, nas eleições em cédulas de papel por correspondência, deverão ser enviados:

I - um exemplar da cédula de papel com selo de segurança;

II - um envelope pardo para a cédula de papel;

III - um envelope pré-endereçado (onde na parte frontal deverá constar o endereçamento ao Presidente da Comissão Eleitoral e o endereço da Sede do CREF6/MG e no verso constará o nome e número de registro do Profissional no respectivo CREF6/MG e o endereço do votante) para postagem, com código de barras identificador do Profissional de Educação Física para que o votante possa remeter o material de votação.

SEÇÃO II DO VOTO NAS ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL SUBSEÇÃO I ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 55 - A eleição em cédula de papel por correspondência observará as seguintes normas:

I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF6/MG, principalmente, no que diz respeito à cédula de papel;

II - o material de votação será encaminhado via postal pelo Profissional para a sede do CREF6/MG;

III - somente serão válidos e computados os votos que forem recebidos na Sede do CREF6/MG, qual seja, Rua Bernardo Guimarães, no 2766, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30140-085 - Belo Horizonte/Minas Gerais, até as 15h (quinze horas) do dia 29 de Setembro de 2021, cabendo a cada Profissional de Educação Física remetê-lo com a antecedência devida.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio do material de votação a fim de que chegue a tempo de ser consignado pela Comissão Eleitoral.

§ 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que o material de votação foi recebido pela Comissão Eleitoral do CREF6/MG.

§ 3º - Será aceito para fins de justificativa do não exercício do direito ao voto, contudo, sem ser contabilizado, o material de votação postado pelo Profissional em data anterior à da eleição, mas que não tenha atendido aos requisitos descritos no inciso III deste artigo.

SUBSEÇÃO II ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL POR COMPARECIMENTO PESSOAL

Art. 56 - Para eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, o Presidente do CREF6/MG deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral, até o horário marcada para o início da eleição, o seguinte material:

I - cédulas de papel;

II - urna(s);

III - cabine(s) indevassável(is) para ser(em) instalada(s) no local de votação e garantir a inviolabilidade do voto;

IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível no recinto de votação;

V - listas de votantes;

VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais;

VIII - uma cópia deste Regimento Eleitoral;

IX - qualquer outro material que a Diretoria do CREF6/MG julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

Art. 57 - O(s) local (is) de votação em cédula de papel por comparecimento pessoal terá (ão) cabines indevassáveis.

Art. 58 - Desde que o Profissional exerça o voto por eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, serão desconsiderados os votos exarados por eleição em cédula de papel por correspondência.

Art. 59 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, empregados do CREF6/MG, à exceção dos membros da Secretaria da Comissão Eleitoral, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 60 - O eleitor que optar pela eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, deverá se certificar do dia e horário de votação determinado neste Regimento e no Edital de Convocação da Eleição, e quanto ao ato de votar, observar as seguintes normas:

I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará documento elencado no parágrafo 2º do art. 7º desta Resolução, assinará a lista de votantes e receberá a cédula de papel com selo de segurança, passando, em seguida, à cabine indevassável;

II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula de papel;

III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula de papel na urna, após exibi-la à Comissão Eleitoral, para verificação da autenticidade.

CAPÍTULO VI

DA APURAÇÃO DOS VOTOS SEÇÃO I NAS ELEIÇÕES EM CÉDULAS DE PAPEL

Art. 61 - Na eleição em cédula de papel, antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votantes por correspondência, com as listas de votantes por comparecimento pessoal.

§ 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, assinalando na ata o critério adotado.

§ 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial será desconsiderado o voto exercido por correspondência.

Art. 62 - Para apuração dos votos referentes à eleição em cédula de papel, serão observadas as seguintes orientações:

I - No caso de eleição em cédula de papel por correspondência, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos:

a) abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes por correspondência e rubricando ao lado;

b) análise de ocorrência do disposto no art. 60 e parágrafos desta Resolução e adoção das medidas cabíveis;

c) abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas de papel, colocando-os em uma urna;

d) contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença na lista de votante;

e) se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes verificado na respectiva lista, far-se-á a apuração;

f) abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais presentes das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos;

g) leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

h) contagem dos votos;

i) proclamação do resultado da urna;

j) lavratura da ata de apuração

II - No caso de eleição em cédula de papel por comparecimento pessoal, de posse das urnas lacradas com as cédulas de papel por comparecimento pessoal e da lista de votantes, o Presidente da Comissão Eleitoral convidará os demais Membros da mesma e os fiscais das chapas credenciados para tal fim a procederem à apuração observando o seguinte procedimento:

a) abertura da urna lacrada e contagem das cédulas de papel, confrontando-as com o número de presença na lista de votação;

b) leitura dos votos, cédula por cédula, verificando, inclusive, a autenticidade das mesmas;

c) contagem e proclamação do resultado da urna; d) lavratura da ata de apuração.

Parágrafo único - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da lista de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo os atos do inciso II e seguintes deste artigo.

Art. 63 - O cômputo geral dos votos referente à eleição em cédula de papel dar-se-á da seguinte forma:

I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal;

II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência;

III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado;

IV - soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais, com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência.

Art. 64 - A Comissão Eleitoral, após proceder ao cômputo geral dos votos, elaborará ata que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que desejarem contendo: nome e função de todos que assinarem a ata; números de profissionais aptos a votar; número de profissionais que votaram; indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência e indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos comparecimento pessoal; indicação da totalidade dos votos válidos (registrando o quantitativo por chapa), brancos e nulos;

f) relatório sintético das ocorrências;

g) proclamação do resultado do pleito informando a chapa com maior número de votos válidos.

Parágrafo Único - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF6/MG.

Art. 65 - Após a assinatura da ata de que trata o artigo 63 desta Resolução, a Comissão Eleitoral abrirá prazo de 02 (duas) horas a fim de que, caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, interponha recurso fundamentando as argumentações.

§ 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos.

§ 2º - O recurso a que alude o § 1º deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo.

§ 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso.

§ 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 66 - Decorrido o prazo recursal, e não havendo interposição de recurso, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a eleição, ratificando o resultado proclamado anteriormente e lavrando ata contendo tais informações, que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão e fiscais das chapas, se ainda estiverem presentes.

Parágrafo único - Havendo a intenção de renúncia ao direito de interposição do recurso de que trata o art. 66 desta Resolução, os representantes de todas as chapas deverão oficializá-la à Comissão Eleitoral, que elaborará ata nos moldes do caput deste artigo, declarando de imediato o encerramento da eleição e ratificando o resultado anteriormente proclamado.

CAPÍTULO VII

DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

Art. 67 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF6/MG a chapa vencedora, mediante carta da Comissão a ser protocolizada até o primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito.

Art. 68 - No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF6/MG enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição.

§ 1º - Após a homologação do resultado do pleito pelo Plenário, no prazo de 05 (cinco) dias, o Presidente do CREF6/MG encaminhará ao CONFEF, por meio de ofício, uma via do processo eleitoral para a sua devida validação.

§ 2º - Após a oficialização pelo CONFEF ao CREF6/MG da validação de que trata o parágrafo acima, o CREF6/MG, em até 03 (três) dias úteis, enviará ao Diário Oficial da União para publicação, bem como veiculará em sua página eletrônica, o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e número de registro.

Art. 69 - A chapa proclamada vencedora será empossada após a validação do resultado da eleição pelo Plenário do CONFEF.

CAPÍTULO VIII

DAS NULIDADES

Art. 70 - Considerar-se-á nulo o voto:

I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado;

II - se o envelope padronizado não for o mesmo que a Comissão Eleitoral encaminhou ao eleitor;

III - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral;

IV - se a cédula eleitoral não contiver o selo de segurança fornecido pelo CONFEF;

V - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que violem o sigilo, permitindo a identificação do eleitor;

VI - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida;

VII - se o eleitor assinalar seu voto para mais de uma chapa;

VIII - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral; IX - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado e/ou estiver rubricado pelo eleitor ou identificado de alguma forma;

X - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo;

XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante.

Art. 71 - Considerar-se-á nula a eleição quando mais da metade dos votos forem nulos.

§ 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos:

I - se for realizada em dia ou local diferente do designado;

II - se não forem observados os preceitos estabelecidos neste Regimento Eleitoral.

§ 2º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las.

§ 3º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF6/MG marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 73 - Na hipótese de não homologação e/ou validação da eleição deste CREF e este não possuir quantidade qualificada de Membros Conselheiros para aprovação das pautas, nova eleição deverá ser realizada, impreterivelmente, até o dia 28 de Fevereiro de 2022.

Art. 74 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF6/MG realizada no dia 22 de Maio de 2021, entrando em vigor na data da sua publicação e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - CREF6/MG.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECISÃO Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2021

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, neste ato representado pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29 da Resolução Cofen nº 612/2019; e,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren-SP em sua 1167ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de maio de 2021, decide:

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias o prazo para justificativa de ausência do voto nas eleições do Coren-SP em 2020.

Art. 2º Esta Decisão entrará em vigor na data de sua publicação.

JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 475, DE 27 DE MAIO DE 2021

PED50/2017; Relator Dr. João Eduardo de Azevedo Vieira; Data de julgamento 26 de abril de 2021; Representado(a): L.G.C. Profissional fisioterapeuta. Representação Defis. Falta de registro de local de trabalho; não manifestação às solicitações do Conselho. Infrigência à Lei Federal nº 6316/75, art. 16, incisos I e V e à Resolução Coffito nº 424/13, art. 10, inciso VI, art. 30, inciso VI. Procedente. Pena: multa de 1 (uma) anuidade, conforme inciso III do art. 17 da Lei Federal 6316/75.

JOÃO EDUARDO DE AZEVEDO VIEIRA
Relator do Processo

